



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2417

Quarta-feira - 27 de Dezembro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	4	Ipira.....	229	Paulo Lopes.....	443
Alto Bela Vista.....	7	Iporã do Oeste.....	231	Penha.....	444
Anchieta.....	9	Ipuacú.....	234	Peritiba.....	448
Arabutã.....	12	Ipumirim.....	235	Pinheiro Preto.....	451
Arroio Trinta.....	25	Iraceminha.....	239	Piratuba.....	455
Arvoredo.....	26	Irani.....	240	Presidente Castello Branco.....	460
Bandeirante.....	78	Itá.....	241	Presidente Nereu.....	462
Barra Velha.....	86	Itaiópolis.....	242	Princesa.....	464
Blumenau.....	87	Itapema.....	243	Quilombo.....	466
Bom Jesus do Oeste.....	92	Itapiranga.....	249	Rio das Antas.....	478
Caibi.....	95	Itapoá.....	250	Rio do Campo.....	479
Campo Erê.....	97	Ituporanga.....	273	Rio dos Cedros.....	480
Campos Novos.....	113	Jaborá.....	277	Santa Cecília.....	531
Capinzal.....	115	Jacinto Machado.....	278	Santa Terezinha do Progresso.....	532
Caxambu do Sul.....	118	Joaçaba.....	286	São Domingos.....	535
Cocal do Sul.....	127	Laguna.....	338	São Francisco do Sul.....	539
Concórdia.....	139	Lauro Muller.....	348	São João Batista.....	540
Cordilheira Alta.....	142	Lebon Regis.....	349	São João do Oeste.....	543
Coronel Freitas.....	143	Lindóia do Sul.....	351	São José.....	546
Cunhataí.....	144	Luis Alves.....	353	São José do Cedro.....	547
Erval Velho.....	147	Luzerna.....	357	São Lourenço do Oeste.....	563
Flor do Sertão.....	155	Macieira.....	406	São Miguel do Oeste.....	567
Formosa do Sul.....	159	Maracajá.....	411	Sul Brasil.....	589
Forquilha.....	165	Maravilha.....	413	Tigrinhos.....	593
Fraiburgo.....	170	Meleiro.....	415	Timbó Grande.....	595
Galvão.....	174	Mondai.....	417	Tunápolis.....	601
Garopaba.....	182	Monte Carlo.....	418	Turvo.....	604
Grão Pará.....	186	Morro Grande.....	428	Urussanga.....	605
Gravatal.....	189	Navegantes.....	430	Vargem Bonita.....	606
Guaraciaba.....	195	Nova Itaberaba.....	433	Videira.....	612
Guarujá do Sul.....	198	Nova Veneza.....	434	Vitor Meireles.....	621
Herval d'Oeste.....	199	Novo Horizonte.....	436	Xanxerê.....	622
Ibicaré.....	203	Orleans.....	439	Xavantina.....	624
Imbituba.....	206	Palmitos.....	440	Xaxim.....	626
Iomerê.....	213	Paraíso.....	441	Zortéa.....	632

Consórcios

CIGA.....	633	CISAM.....	644	CIASS.....	677
CIMVI.....	644	Consórcio CISAMA.....	674		

Editais de Notificação

Agronômica.....	680	Apiuna.....	694	Barra Velha.....	707
Água Doce.....	680	Arvoredo.....	695	Bela Vista do Toldo.....	710
Alfredo Wagner.....	686	Ascurra.....	696	Belmonte.....	711
Alto Bela Vista.....	688	Atalanta.....	697	Benedito Novo.....	711
Anchieta.....	689	Aurora.....	699	Biguaçu.....	713
Anita Garibaldi.....	690	Balneário Gaivota.....	699	Blumenau.....	717
Anitápolis.....	692	Balneário Rincão.....	702	Bom Jardim da Serra.....	751
Antônio Carlos.....	692	Barra Bonita.....	706	Bom Jesus do Oeste.....	753





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2417

Quarta-feira - 27 de Dezembro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Bom Retiro	754	Irineópolis	943	Piratuba.....	1075
Botuverá.....	755	Itá	944	Planalto Alegre.....	1076
Brusque.....	757	Itaiópolis	945	Pomerode.....	1076
Caçador.....	763	Itapiranga.....	946	Ponte Serrada	1084
Camboriú.....	768	Itapoá	948	Porto Belo.....	1085
Campo Alegre	772	Ituporanga	950	Porto União.....	1091
Campo Erê.....	774	Jaborá	957	Pouso Redondo	1094
Campos Novos	775	Jacinto Machado	957	Praia Grande	1096
Canelinha	778	Jaraguá do Sul	959	Presidente Castello Branco	1097
Canoinhas.....	780	Joaçaba	978	Presidente Nereu.....	1098
Capinzal	784	José Boiteux	981	Rancho Queimado	1099
Catanduvas.....	787	Jupia	983	Rio do Campo	1099
Chapadão do Lageado	788	Lacerdópolis.....	984	Rio do Sul.....	1101
Chapecó	789	Lages	985	Rio dos Cedros.....	1111
Cocal do Sul.....	860	Laguna	1006	Salto Veloso	1113
Concórdia	863	Lauro Muller	1009	Santa Helena	1114
Coronel Freitas.....	871	Lebon Regis	1011	Santa Rosa de Lima.....	1116
Coronel Martins.....	872	Leoberto Leal.....	1012	Santa Rosa do Sul	1116
Correia Pinto.....	873	Lindóia do Sul	1013	Santa Terezinha do Progresso	1118
Corupá	874	Luis Alves	1014	São Bento do Sul.....	1119
Cunha Porã.....	876	Luzerna	1016	São Carlos	1124
Curitibanos	877	Macieira.....	1017	São Cristóvão do Sul.....	1127
Descanso.....	881	Mafra	1018	São Domingos.....	1128
Dionísio Cerqueira	883	Maracajá	1022	São Francisco do Sul.....	1129
Doutor Pedrinho.....	884	Maravilha.....	1023	São João Batista.....	1134
Ermo	885	Marema	1026	São João do Oeste	1137
Eral Velho	886	Massaranduba.....	1027	São João do Sul	1138
Faxinal dos Guedes.....	886	Matos Costa.....	1028	São Joaquim	1140
Formosa do Sul	888	Meleiro	1030	São José.....	1143
Forquilha	888	Modelo	1031	São José do Cedro.....	1163
Fraiburgo.....	892	Monte Carlo	1032	São Lourenço do Oeste.....	1164
Garopaba.....	897	Monte Castelo	1034	São Miguel do Oeste.....	1168
Garuva	899	Morro da Fumaça	1035	Schroeder.....	1173
Gaspar	900	Morro Grande.....	1037	Seara	1176
Governador Celso Ramos	910	Navegantes	1038	Serra Alta	1178
Grão Pará	911	Nova Itaberaba	1042	Siderópolis.....	1179
Gravatal.....	913	Nova Trento	1043	Sombrio.....	1181
Guaraciaba	914	Nova Veneza	1045	Tangará	1183
Guaramirim.....	916	Orleans	1046	Tigrinhos	1186
Guarujá do Sul	920	Ouro	1049	Tijucas	1186
Herval d'Oeste	921	Palhoça	1051	Timbé do Sul	1191
Ibicaré.....	924	Palmitos	1060	Timbó	1193
Ibirama	926	Papanduva.....	1063	Timbó Grande	1200
Ilhota	929	Passo de Torres.....	1065	Três Barras	1201
Imbituba	930	Passos Maia	1067	Treze Tilias	1203
Imbuia	935	Paulo Lopes	1068	Tunápolis.....	1208
Indaial.....	935	Penha.....	1069	Turvo	1209
Iomerê	940	Petrolândia	1072	União do Oeste	1211
Ipira.....	940	Pinhalzinho	1073	Urussanga	1213
Irani.....	941	Pinheiro Preto	1074	Vargeão.....	1215

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2417

Quarta-feira - 27 de Dezembro de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Vargem	1216
Vargem Bonita	1217
Vidal Ramos.....	1218
Videira.....	1219
Vitor Meireles.....	1223
Xanxerê.....	1224
Xavantina	1228
Xaxim.....	1229
Zortéa	1232



Água Doce

PREFEITURA

386/2017

Publicação Nº 1472780

PORTARIA Nº 386/2017 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora LORELEI VALCARENGHI, inscrita no CPF nº 014.454.509-84, efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, no período de 26/12/2017 até 24/01/2018, período 16/17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

387/2017

Publicação Nº 1472782

PORTARIA Nº 387/2017 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora NATHALIA DE SOUZA COSTA, inscrita no CPF nº 740.039.176-34, efetiva no cargo de Odontóloga, no período de 26/12/2017 até 24/01/2018, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

388/2017

Publicação Nº 1472783

PORTARIA Nº 388/2017 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora JESSICA REGINATO GARBO, inscrita no CPF nº 018.602.290-50, efetiva no cargo de Enfermeira, no período de 26/12/2017 até 24/01/2018, período 16/17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora do Dpto Recursos Humanos

389/2017

Publicação Nº 1472785

PORTARIA Nº 389/2017 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora MARILUCY SARE KUSMANN, inscrita no CPF nº 018.602.290-50, efetiva no cargo de Assistente Administrativo, no período de 26/12/2017 até 24/01/2018, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora do Dpto Recursos Humanos

390/2017

Publicação Nº 1472786

PORTARIA Nº 390/2017 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora IVETE MARCANTE GAIO, inscrita no CPF nº 990.433.869-87, efetiva no cargo de Agente Operacional de Manutenção e Limpeza, no período de 26/12/2017 até 09/01/2018, período 16/17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora do Dpto Recursos Humanos

391/2017

Publicação Nº 1472980

PORTARIA Nº 391/2017 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora CLAUDETE APARECIDA DE ASSIS, inscrita no CPF nº 908.059.929-87, efetiva no cargo de Assistente Administrativo, no período de 21/12/2017 até 12/01/2018, período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21/12/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

392/2017

Publicação Nº 1473208

PORTARIA Nº 392/2017 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora EDNA DE FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI, inscrita no CPF nº 570.410.679-04, Secretária da Administração e Fazenda, a partir de 26/12/2017 até 02/01/2018, período 17/18.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 101/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº. 5/2017

Publicação Nº 1473159

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 101/2017

INEXIGIBILIDADE 5/2017

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 101/2017, “INEXIGIBILIDADE nº 5/2017”, destinado ao fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública para o Fundo Municipal de Defesa Civil e para o FIA – Fundo de Infância e Adolescência. Processo julgado em consonância com art. 25 Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 26 de dezembro de 2017

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2527, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1473304

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005 e suas alterações;

DECRETA

Art. 1º. Nomear o Sr. ALEXANDRE ANTONIO KOERICH, para exercer o Cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL - 20 HORAS, contratação temporária por tempo determinado para atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público, com vencimento salarial previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á a partir de 18 de dezembro de 2017, até a realização do concurso público.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de dezembro de 2017.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 20 de Dezembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas publicações

DECRETO Nº 2528, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1473375

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005 e suas alterações;

DECRETA

Art. 1º. Nomear a Sra. JOSEANE ROSEGHINI BERVIAN, para exercer o Cargo de FISIOTERAPEUTA – 20 HORAS, contratação temporária por tempo determinado para atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público, com vencimento salarial previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á a partir de 26 de dezembro de 2017, até a realização do concurso público.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 26 de Dezembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas publicações

DECRETO Nº 2529, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1473377

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005 e suas alterações;

DECRETA

Art. 1º. Nomear a Sra. VANICE JOANA COLOMBO, para exercer o Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, contratação temporária por tempo determinado para atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público, com vencimento salarial previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á a partir de 26 de dezembro de 2017, até a realização do concurso público.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 26 de Dezembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER
Responsável pelas publicações

DECRETO Nº 2530, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1473381

PRORROGA DECRETOS DE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são

conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005 e suas alterações;

Considerando: a Validade do Decreto nº 2391 de 29 de Março de 2017.

DECRETA

Art. 1º. Ficam prorrogados até 29 de Março de 2018, os Decretos nº 2396 de 04 de abril de 2017, e o Decreto nº 2412 de 25 de maio de 2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 26 de Dezembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável pelas publicações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017

Publicação Nº 1472964

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2017

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de gêneros alimentícios da merenda escolar destinados à Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental do Município.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 11/01/2018.

Abertura: às 09h do dia 11/01/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 14 de dezembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Anchieta

PREFEITURA

CONTRATOS 042, 043, 043, 044, 045, 046, 047 - FMS

Publicação Nº 1473422

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 047/2017 PP Nº 035/2017

OBJETO: Aquisição de equipamento, destinados as Unidades Básicas de Saúde do Município de Anchieta-SC, conforme recurso Ministério da Saúde, Propostas nº 11243.5520001/1140-01 e 11243.5520001/1140-07.

CONTRATADO: QUIMIOLAB COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA – ME.

VALOR R\$: 2.360,00 (DOIS MIL, TREZENTOS E SESENTA REAIS).

ASSINATURA: Pelo FMS, MARTINHOS SCANTAMBURLO – Gestor Municipal; e pela

Empresa: ADEMAR SANDRINI.

Anchieta, 26 de dezembro de 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 046/2017 PP Nº 035/2017

OBJETO: Aquisição de equipamento, destinados as Unidades Básicas de Saúde do Município de Anchieta-SC, conforme recurso Ministério da Saúde, Propostas nº 11243.5520001/1140-01 e 11243.5520001/1140-07.

CONTRATADO: POTÊNCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA – EPP.

VALOR R\$: 1.880,00 (UM MIL, OITOCENTOS E OITENTA REAIS).

ASSINATURA: Pelo FMS, MARTINHOS SCANTAMBURLO – Gestor Municipal; e pela

Empresa: CLEYTON RICARDO LAZAROTTO.

Anchieta, 26 de dezembro de 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 045/2017 PP Nº 035/2017

OBJETO: Aquisição de equipamentos, destinados as Unidades Básicas de Saúde do Município de Anchieta-SC, conforme recurso Ministério da Saúde, Propostas nº 11243.5520001/1140-01 e 11243.5520001/1140-07.

CONTRATADO: JP EQUIPAMENTOS LTDA – ME.

VALOR R\$: 2.245,00 (DOIS MIL, DUZENTOS E QUARRENTA E CINCO REAIS).

ASSINATURA: Pelo FMS, MARTINHOS SCANTAMBURLO – Gestor Municipal; e pela

Empresa: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI.

Anchieta, 26 de dezembro de 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 044/2017 PP Nº 035/2017

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, destinados as Unidades Básicas de Saúde do Município de Anchieta-SC, conforme recurso Ministério da Saúde, Propostas nº 11243.5520001/1140-01 e 11243.5520001/1140-07.

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS – ME.

VALOR R\$: 8.917,00 (OITO MI, NOVECIENTOS E DEZESSETE REAIS).

ASSINATURA: Pelo FMS, MARTINHOS SCANTAMBURLO – Gestor Municipal; e pela

Empresa: EDUARDO VINÍCIUS VARGAS.

Anchieta, 26 de dezembro de 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 043/2017 PP Nº 035/2017

OBJETO: Aquisição de equipamentos, destinados as Unidades Básicas de Saúde do Município de Anchieta-SC, conforme recurso Ministério da Saúde, Propostas nº 11243.5520001/1140-01 e 11243.5520001/1140-07.

CONTRATADO: DENTAL OESTE EIRELI – EPP.

VALOR R\$: 4.934,00 (QUATRO MIL NOVECIENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS).

ASSINATURA: Pelo FMS, MARTINHOS SCANTAMBURLO – Gestor Municipal; e pela

Empresa: AURI LINDENMAYER.

Anchieta, 26 de dezembro de 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 042/2017 PP Nº 035/2017

OBJETO: Aquisição de equipamento, destinados as Unidades Básicas de Saúde do Município de Anchieta-SC, conforme recurso Ministério da Saúde, Propostas nº 11243.5520001/1140-01 e 11243.5520001/1140-07.

CONTRATADO: ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA – ME.

VALOR R\$: 16.400,00 (DEZESSEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS).

ASSINATURA: Pelo FMS, MARTINHOS SCANTAMBURLO – Gestor Municipal; e pela

Empresa: GIOVANI FRANKEN.

Anchieta, 26 de dezembro de 2017.

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - FMS - PP 035/2017

Publicação Nº 1473412

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo Nº 048/2017 – Pregão Presencial Nº 035/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Anchieta - SC, por meio do Gestor Municipal torna público que homologou a adjudicação do Processo Licitatório nº 048/2017, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, destinados as Unidades Básicas de Saúde do Município de Anchieta-SC, conforme recurso Ministério da Saúde, Propostas nº 11243.5520001/1140-01 e 11243.5520001/1140-07.

EMPRESAS VENCEDORAS:

ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA – ME.

VALOR R\$: 16.400,00

DENTAL OESTE EIRELI – EPP.

VALOR R\$: 4.934,00

JACKSON UBIRATAN VARGAS – ME.

VALOR R\$: 8.917,00

JP EQUIPAMENTOS LTDA – ME.

VALOR R\$: 2.245,00

POTÊNCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA –EPP.

VALOR R\$: 1.880,00

QUIMIOLAB COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA – ME.

VALOR R\$: 2.360,00

Valor Total Geral R\$: 36.736,00

Anchieta, 26 de dezembro de 2017.
MARTINHOS SCANTAMBURLO
Gestor FMS.

PORTARIA Nº 419/2017

Publicação Nº 1472756

PORTARIA nº. 419/2017
De, 21 de Dezembro de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a senhora Irene Zangalli Guerini, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social - FMS, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 21 de Dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 420/2017

Publicação Nº 1472757

PORTARIA Nº. 420/2017
De, 26 de Dezembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Sandra Barbosa dos Santos Scholtze, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo designada como responsável pelo Controle Interno do Município, matrícula 1375, lotada na Secretaria da Fazenda, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 26/12/2017 à 24/01/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 26 de Dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 421/2017

Publicação Nº 1472758

PORTARIA Nº. 421/2017
De, 26 de Dezembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Aline de Giacometti, ocupante do cargo de Nutricionista, matrícula 2129, lotada na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 26/12/2017 à 24/01/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 26 de Dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 422/2017

Publicação Nº 1472760

PORTARIA Nº. 422/2017
De, 26 de Dezembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal João Everton Ruby, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, matrícula 2416, lotado na Secretaria de Infraestrutura, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 26/12/2017 à 05/01/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 26 de Dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 423/2017

Publicação Nº 1472761

PORTARIA Nº. 423/2017

De, 26 de Dezembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Dilvete Brancher Garlet, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 2402, lotada na Secretaria da Assistência Social, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 26/12/2017 à 24/01/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 26 de Dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 424/2017

Publicação Nº 1472765

PORTARIA Nº. 424/2017

De, 26 de Dezembro de 2017.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Giovanni Bordignon, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 1917, lotado na Secretaria da Saúde - FMS relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 26/12/2017 à 24/01/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 26 de Dezembro de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Arabutã

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 204

Publicação Nº 1472975



LEI COMPLEMENTAR Nº 204 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 158 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANI KAPP SCHMITT Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 63 da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam extintos, quando vagar, os cargos instituídos pela Lei Complementar Nº 158, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para Servidores Públicos do Município de Arabutã e dá Outras Providências, nos termos do Anexo I desta Lei Complementar:

Art. 2º Fica alterado o número de vagas do cargo de Motorista, criado pela Lei Complementar Nº 158, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para Servidores Públicos do Município de Arabutã e dá Outras Providências, nos termos do Anexo II desta Lei Complementar.

Parágrafo Único: Os ocupantes do cargo de Motorista que possuem a Carteira Nacional de Habilitação exigida e que estiverem exercendo suas funções na direção de veículos que exijam habilitação “D” e “E”, previstas no Código Nacional de Trânsito, assim como os respectivos cursos de formação exigidos para o exercício desta função receberão uma gratificação de função no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), corrigidos sempre na mesma data e na mesma proporção da revisão anual de vencimentos.

Art. 3º Fica criado os cargos de Procurador Municipal, Instrutor de Música e Agente de Tecnologias Agropecuárias passando a integrar o quadro de pessoal de provimento efetivo do Município de Arabutã, de acordo com a Lei Complementar Nº 158, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para Servidores Públicos do Município de Arabutã e dá Outras Providências, nos termos dos Anexos III e IV desta Lei Complementar.



Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 109, de 19 de outubro de 2011 e Lei Complementar nº 201, de 05 de outubro de 2017.

Centro Administrativo de Arabutã – SC, 26 de Dezembro de 2017.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.
Em 26 de dezembro de 2017

Gláucia Pottratz
Responsável pelas Publicações

Anexo I – Cargo de Provimento Efetivo – Grupo de Cargos Em Extinção, quando Vagar

Cargo	Abreviatura do Cargo	Horas Semanais	Nível	N de Vagas
Advogado	ADV	12	270	02

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro - 89740-000 - Arabutã - Santa Catarina - Telefone: (49) 3448 0048
administracao@arabuta.sc.gov.br - www.arabuta.sc.gov.br



Agente de Tecnologias Agrícolas	AGTA	40	200	01
Motorista de Ambulância	MOTAM	40	170	05
Motorista de Ônibus	MOTO	40	170	02

Anexo II – Cargo de Provimento Efetivo – Grupo “C”: Serviços Operacionais Científicos

Cargo	Abreviatura do Cargo	Horas Semanais	Nível	N de Vagas
Motorista	MOT	40	100	22

Anexo III – Cargo de Provimento Efetivo – Grupo “B”: Serviços Técnicos Científicos

Cargo	Abreviatura do Cargo	Horas Semanais	Nível	N de Vagas
Procurador Municipal	PRM	20	275	01
Agente de Tecnologias Agropecuárias	ATA	40	115	01

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro - 89740-000 - Arabutã - Santa Catarina - Telefone: (49) 3448 0048
administracao@arabuta.sc.gov.br - www.arabuta.sc.gov.br



Instrutor de Musica	de	IM	40	215	01
---------------------	----	----	----	-----	----

Anexo IV – Cargo de Provimento Efetivo – Grupo “B”: Serviços Técnicos Científicos

1. Cargo

Procurador Municipal-PRM

2. Habilitação do Cargo

Nível Superior em Direito, com o respectivo registro junto ao Conselho fiscalizador do exercício

3. Condições de Trabalho

Geral: Carga horária Semanal conforme estabelecido no Anexo I da presente Lei
Complementar Especial: O exercício do cargo poderá exigir de forma excepcional a prestação de serviços a noite, aos sábados, domingos e nos feriados.

4. Recrutamento

Geral: Concursos Público de Provas e/ou Concurso Público de Provas e Títulos.
Excepcional: Contratação nos termos do inciso IX do art. 37 da CF conforme instruções reguladoras do Processo Seletivo Simplificado e/ou Legislação Municipal aplicável.

5. Lotação

Órgãos da Administração Pública Municipal

6. Descrição Sumária do Cargo

Representar e defender os interesses do município nas ações jurídicas em que este for parte, autor, réu ou interessado, assim como na esfera administrativa e ainda, analisando contratos de natureza fiscal, financeira ou imobiliária, emitindo pareceres jurídicos, prestando consultoria e assessoramento aos órgãos municipais.

7. Atribuições do Cargo

- Defender direitos e interesses da Administração Direta e Indireta do Município, a representando em juízo ou fora dele, nas ações em que este for autor, réu, ou interessado executando todas as atividades de jurisdição contenciosa.
- Prestar assessoria jurídica extrajudicialmente:
 - Mediando questões;
 - Contribuindo na elaboração de projetos de lei;
 - Proferindo palestras;
 - Prestando serviços de peritagem;
 - Arbitrando interesses de partes;
 - Formalizando parecer técnico jurídico;
 - Examinando e auxiliando em acordos;
 - Realizando audiências administrativas;

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro - 89740-000 - Arabutã - Santa Catarina - Telefone: (49) 3448 0048
administracao@arabuta.sc.gov.br - www.arabuta.sc.gov.br



- Participando de negociações coletivas;
- Analisando a legislação para atualização e implementação.
- Auxiliar na elaboração de documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal, constitucional e outras, bem como atos administrativos, convênios, termos administrativos, projetos de lei, entre outros, visando orientar a forma e os procedimentos a serem adotados com base nas normas legais vigentes
- Redigir pareceres sobre questões administrativas para esclarecimento da Administração:
- Pesquisando decisões/jurisprudências aplicáveis ao caso;
- Seguindo orientação do Tribunal de Contas sobre rotinas da Administração.
- Responder às recomendações e requisições do Ministério Público e Outros Órgãos Fiscalizadores:
- Pesquisando com os setores responsáveis pela recomendação/requisição as informações e documentos necessários.
- Atuar em conjunto com o setor de tributação do município na cobrança da dívida ativa e na execução fiscal, aplicando a legislação tributária.
- Assessorar as comissões de inquéritos e sindicâncias.
- Emitir parecer recomendatório quando solicitado pelo poder executivo.
- Exercer outras atividades e atribuições pertinentes à especialidade profissional.

1. Cargo

Instrutor de Musica - IM

2. Habilitação do Cargo

Nível Superior em Musica, Artes, Pedagogia com o respectivo registro junto ao Conselho fiscalizador do exercício, quando for o caso

3. Conhecimento Básico

Conhecimento teórico e prático em musica, como o domínio de técnicas vocais e diferentes instrumentos musicais.

4. Condições de Trabalho

Geral: Carga horária Semanal conforme estabelecido no Anexo I da presente Lei
Complementar Especial: O exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços a noite, aos sábados, domingos e nos feriados.

5. Recrutamento

Geral: Concursos Público de Provas e/ou Concurso Público de Provas e Títulos.
Excepcional: Contratação nos termos do inciso IX do art. 37 da CF conforme instruções reguladoras do Processo Seletivo Simplificado e/ou Legislação Municipal aplicável.

6. Lotação

Órgãos da Administração Pública Municipal, preferencialmente na Diretoria de Cultura ou órgão equivalente

7. Descrição Sumária do Cargo

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro - 89740-000 - Arabutã - Santa Catarina - Telefone: (49) 3448 0048
administracao@arabuta.sc.gov.br - www.arabuta.sc.gov.br



Ministrar aulas de música, incluindo técnicas instrumentais e vocais para alunos de diferentes faixas etárias, participar de todos os eventos sociais, culturais, cívicos e políticos realizados, realizar apresentações musicais instrumentais e vocais em eventos promovidos, atender a comunidade em geral.

7. Atribuições do Cargo

- Ministrar aulas teóricas e práticas de **Música** conforme orientação e conteúdo previamente distribuído:

- Análise, apreciação e estética musical;
- Linguagem e estruturação musical;
- Oficina de instrumentação;
- Técnicas decanto coral e/ou orquestra, regência de bandas, corais, orquestras;
- Prática instrumental: instrumentos metálicos para banda de fanfarra e outras bandas; flauta doce, trompete, trombone, saxofone e demais instrumentos de sopro, violão, violão, violino e demais instrumentos de corda; teclado, acordeão e demais instrumentos de teclas;
- Produção musical
- Percussão

- Desenvolver a estruturação musical e arranjos;
- Planejar aulas e atividades de trabalho;

1. Cargo

Agente de Tecnologias Agropecuárias - AGTA

2. Habilitação do Cargo:

Técnico em Agropecuária, Técnico em Agronegócio, Técnico Agrícola e outras formações técnicas da área afim e/ou Graduação em nível superior em Administração Rural, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Florestal e outras formações em nível superior na área das Ciências Agrárias, com o respectivo registro junto ao Conselho fiscalizador do exercício profissional, no que couber.

3. Condições de Trabalho

Geral: Carga horária Semanal 40 horas.

Complementar Especial: O exercício do cargo poderá exigir de forma excepcional a prestação de serviços a noite, aos sábados, domingos e nos feriados.

4. Recrutamento

Geral: Concursos Público de Provas ou Provas e Títulos.

Excepcional: Contratação nos termos do inciso IX do art. 37 da CF conforme instruções reguladoras do Processo Seletivo Simplificado e/ou Legislação Municipal aplicável.

5. Lotação

Órgãos da Administração Pública Municipal

6. Descrição Sumária do Cargo

Planejar, executar e avaliar as atividades de assistência técnica, extensão e comunicação

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro - 89740-000 - Arabutã - Santa Catarina - Telefone: (49) 3448 0048
administracao@arabuta.sc.gov.br - www.arabuta.sc.gov.br



rural, com base em trabalho participativo e na realidade Rural, buscando a elevação do nível socioeconômico, cultural e político do público compromisso, responsabilizar-se em especial, pelo estudo análise, orientação, coordenação das atividades de planejamento e administração de projetos desenvolvidos e execução dos mesmos a nível de propriedade rural todos seus níveis, primando pelo desenvolvimento rural alicerçado nos princípios da sustentabilidade

7. Atribuições do Cargo

- Organizar a formação e manutenção de grupos e associações de agricultores e ainda cooperativas familiares, desempenhando as ações necessárias para tal finalidade.
- Atuar de forma integrada junto a outros profissionais da área.
- Assessorar tecnicamente o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis: economicamente viáveis, ambientalmente corretos e socialmente justos.
- Difundir e aplicar novas tecnologias no meio rural através da assistência técnica junto a propriedades rurais, associações de agricultores e cooperativas familiares;
- Desenvolver atividades de promoção da consciência ambiental e sua prática a nível de propriedade e microbacia hidrográfica.
- Promover e ministrar atividades de formação no meio rural, como: cursos profissionalizantes, unidades demonstrativas, dias de campo e demais metodologias de difusão de tecnologias de forma grupal.
- Desenvolver as demais atribuições próprias da formação profissional

Anexo VI – Tabela de Vencimentos dos Cargos de Provimento Efetivo – Grupo “B”: Serviços Técnicos Científicos

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro - 89740-000 - Arabutã - Santa Catarina - Telefone: (49) 3448 0048
administracao@arabuta.sc.gov.br - www.arabuta.sc.gov.br



Nível	Classe	Valores	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV
275	Inicial	3.500,00	35,00	70,00	105,00	140,00	175,00	210,00	245,00	280,00	315,00	350,00	385,00	420,00	455,00	490,00	525,00
	A	3.570,00	35,70	71,40	107,10	142,80	178,50	214,20	249,90	285,60	321,30	357,00	392,70	428,40	464,10	499,80	535,50
	B	3.640,00	36,40	72,80	109,20	145,60	182,00	218,40	254,80	291,20	327,60	364,00	400,40	436,80	473,20	509,60	546,00
	C	3.710,00	37,10	74,20	111,30	148,40	185,50	222,60	259,70	296,80	333,90	371,00	408,10	445,20	482,30	519,40	556,50
	D	3.780,00	37,80	75,60	113,40	151,20	189,00	226,80	264,60	302,40	340,20	378,00	415,80	453,60	491,40	529,20	567,00
	E	3.850,00	38,50	77,00	115,50	154,00	192,50	231,00	269,50	308,00	346,50	385,00	423,50	462,00	500,50	539,00	577,50
	F	3.920,00	39,20	78,40	117,60	156,80	196,00	235,20	274,40	313,60	352,80	392,00	431,20	470,40	509,60	548,80	588,00
	G	3.990,00	39,90	79,80	119,70	159,60	199,50	239,40	279,30	319,20	359,10	399,00	438,90	478,80	518,70	558,60	598,50
	H	4.060,00	40,60	81,20	121,80	162,40	203,00	243,60	284,20	324,80	365,40	406,00	446,60	487,20	527,80	568,40	609,00
	I	4.130,00	41,30	82,60	123,90	165,20	206,50	247,80	289,10	330,40	371,70	413,00	454,30	495,60	536,90	578,20	619,50
	J	4.200,00	42,00	84,00	126,00	168,00	210,00	252,00	294,00	336,00	378,00	420,00	462,00	504,00	546,00	588,00	630,00
	L	4.270,00	42,70	85,40	128,10	170,80	213,50	256,20	298,90	341,60	384,30	427,00	469,70	512,40	555,10	597,80	640,50
	M	4.340,00	43,40	86,80	130,20	173,60	217,00	260,40	303,80	347,20	390,60	434,00	477,40	520,80	564,20	607,60	651,00

Nível	Classe	Valores	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV
215	Inicial	3.200,00	32,00	64,00	96,00	128,00	160,00	192,00	224,00	256,00	288,00	320,00	352,00	384,00	416,00	448,00	480,00

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro - 89740-000 - Arabutã - Santa Catarina - Telefone: (49) 3448 0048
 administracao@arabuta.sc.gov.br - www.arabuta.sc.gov.br



A	3.264,00	32,64	65,28	97,92	130,56	163,20	195,84	228,48	261,12	293,76	326,40	359,04	391,68	424,32	456,96	489,60
B	3.328,00	33,28	66,56	99,84	133,12	166,40	199,68	232,96	266,24	299,52	332,80	366,08	407,04	440,96	474,88	508,80
C	3.392,00	33,92	67,84	101,76	135,68	169,60	203,52	237,44	271,36	305,28	339,20	373,12	407,04	440,96	474,88	508,80
D	3.456,00	34,56	69,12	103,68	138,24	172,80	207,36	241,92	276,48	311,04	345,60	380,16	414,72	449,28	483,84	518,04
E	3.520,00	35,20	70,40	105,60	140,80	176,00	211,20	246,40	281,60	316,80	352,00	387,20	422,40	457,60	492,80	528,00
F	3.584,00	35,84	71,68	107,52	143,36	179,20	215,04	250,88	286,72	322,56	358,40	394,24	430,08	465,92	501,76	537,60
G	3.648,00	36,48	72,96	109,44	145,92	182,40	218,88	255,36	291,84	328,32	364,80	401,28	437,76	474,24	510,72	547,20
H	3.712,00	37,12	74,24	111,36	148,48	185,60	222,72	259,84	296,96	334,08	371,20	408,32	445,44	482,56	519,68	556,80
I	3.776,00	37,76	75,52	113,28	151,04	188,80	226,56	264,32	302,08	339,84	377,60	415,36	453,12	490,88	528,64	566,40
J	3.840,00	38,40	76,80	115,20	153,60	192,00	230,40	268,80	307,20	345,60	384,00	422,40	460,80	499,20	537,60	576,00
L	3.904,00	39,04	78,08	117,12	156,16	195,20	234,24	273,28	312,32	351,36	390,40	429,44	468,48	507,52	546,56	585,60
M	3.968,00	39,68	79,36	119,04	158,72	198,40	238,08	277,76	317,12	356,80	396,40	436,48	476,16	515,84	555,52	595,20

115	Inicial	1.704,00	17,04	34,08	51,12	68,16	85,20	102,24	119,28	136,32	153,36	170,40	187,44	204,48	221,52	238,56	255,60
A		1.738,08	17,38	34,76	52,14	69,52	86,90	104,28	121,67	139,05	156,43	173,81	191,19	208,57	225,95	243,33	260,71

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro - 89740-000 - Arabutã - Santa Catarina - Telefone: (49) 3448 0048
 administracao@arabuta.sc.gov.br - www.arabuta.sc.gov.br



B	1.772,16	17,72	35,44	53,16	70,89	88,61	106,33	124,05	141,77	159,49	177,22	194,94	212,66	230,38	248,10	265,82
C	1.806,24	18,06	36,12	54,19	72,25	90,31	108,37	126,44	144,50	162,56	180,62	198,69	216,75	234,81	252,87	270,94
D	1.840,32	18,40	36,81	55,21	73,61	92,02	110,42	128,82	147,23	165,63	184,03	202,44	220,84	239,24	257,64	276,05
E	1.874,40	18,74	37,49	56,23	74,98	93,72	112,46	131,21	149,95	168,70	187,44	206,16	224,93	243,67	262,42	281,16
F	1.908,48	19,08	38,17	57,25	76,34	95,42	114,51	133,59	152,68	171,76	190,85	209,93	229,02	248,10	267,19	286,27
G	1.942,56	19,43	38,85	58,28	77,70	97,13	116,55	135,98	155,40	174,83	194,26	213,68	233,11	252,53	271,96	291,38
H	1.976,64	19,77	39,53	59,30	79,07	98,83	118,60	138,36	158,13	177,90	197,66	217,43	237,20	256,96	276,73	296,50
I	2.010,72	20,11	40,21	60,32	80,43	100,54	120,64	140,75	160,86	180,96	201,07	221,18	241,29	261,39	281,50	301,61
J	2.044,80	20,45	40,90	61,34	81,79	102,24	122,69	143,14	163,58	184,03	204,48	224,93	245,38	265,82	286,27	306,72
L	2.078,88	20,79	41,58	62,37	83,16	103,94	124,73	145,52	166,31	187,10	207,89	228,68	249,47	270,25	291,04	311,83
M	2.112,96	21,13	42,26	63,39	84,52	105,65	126,78	147,91	169,04	190,17	211,30	232,43	253,56	274,68	295,81	316,94

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro - 89740-000 - Arabutã - Santa Catarina - Telefone: (49) 3448 0048
 administracao@arabuta.sc.gov.br - www.arabuta.sc.gov.br

PORTARIA 455/2017

Publicação Nº 1472768

**PORTARIA Nº. 455/2017**

ESTABELECE A ESCALA DE TRABALHO PARA OS INSEMINADORES NO PERÍODO DE 01 A 31 DE JANEIRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do art. 1, da Lei Complementar nº. 179, de 08 de abril de 2016,

R E S O L V E:

Art. 1º. A escala de trabalho para o mês de janeiro de 2018 é a que consta no quadro do anexo I.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), 22 de dezembro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Glaucia Pottratz

Responsável pelas publicações

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro - 89740-000 - Arabutã - Santa Catarina - Telefone: (49) 3448 0048
administracao@arabuta.sc.gov.br - www.arabuta.sc.gov.br



Escala de Janeiro/2018

DOMINGO		SEGUNDA FEIRA		TERÇA FEIRA		QUARTA FEIRA		QUINTA FEIRA		SEXTA FEIRA		SÁBADO	

Avenida Lauro Müller, 210 - Centro - 89740-000 - Arabutã - Santa Catarina - Telefone: (49) 3448 0048
 administracao@arabuta.sc.gov.br - www.arabuta.sc.gov.br

PORTARIA 456/2017

Publicação Nº 1472767

PORTARIA Nº 456/2017
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora SABRINA MORES, inscrito no CPF sob nº. 039.277.709-65, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Assistente Social, férias referentes ao período aquisitivo de 13 de junho de 2015 a 12 de junho de 2016, para serem gozadas no período de 15 de janeiro a 13 de fevereiro de 2018.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 22 de dezembro de 2017.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 457/2017

Publicação Nº 1473147

PORTARIA Nº 457/2017
Concede Progressão por Desempenho aos Servidores e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, nos termos dos art. 20 à 28 da Lei Complementar nº 158, de 29 de dezembro de 2014 e dos art. 17 à 25 da Lei Complementar nº 155, de 29 de dezembro de 2014, regulamentadas pelos Decretos nº 1.683 e nº 1.684, de 10 de março de 2015, respectivamente,

CONCEDE

Art.1º Fica concedido PROGRESSÃO POR DESEMPENHO, a partir de 01 de Janeiro de 2018 aos seguintes servidores:

SERVIDOR	CARGO	NIVEL	REF.2017	REF.2018
Darcila Veirich	Agente de Copa e Higienização	20	IN	A
Adair Losch	Operador de Máquinas	130	IN	A
Athaide Fabio Pereira	Operador de Máquinas	130	IN	A
Marcio Malakowski	Operador de Máquinas	130	IN	A
Simone Kern	Agente Comunitário Saúde		IN	A
Francly Cuprinski	Odontólogo	300	IN	A
Michael Medeiros	Engenheiro Agrônomo	210	IN	A

Art.2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência à partir de 1º de janeiro de 2017.

Arabutã/SC, 22 de dezembro de 2017.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 0003/2017 - CONTRATO Nº 0016/2016 - CARLOS MAGRO

Publicação Nº 1472876

TERMO ADITIVO Nº 0003/2017 AO CONTRATO Nº 0016/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0005/2016, LOCAÇÃO DE CASA PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Pelo presente TERMO ADITIVO, O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídico de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada LOCATÁRIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor CLAUDIO SPRICIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, Nº 33, no município de Arroio Trinta – SC e CARLOS MAGRO, brasileiro, casado, aposentado, com endereço a Rua Presidente Castelo Branco 318, casa, Centro na cidade de Arroio Trinta – SC, de agora em diante denominado LOCADOR, tem entre si justo e contratado na melhor forma de direito, e pelas Clausulas abaixo e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, § 1º Inciso II, da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações: CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o prazo do contrato nº 0016/2016, por mais 12(doze) meses, ou seja, de 1º /01/ 2018 a 31/12/2018, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes e em conformidade com a Legislação pertinente. CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas. E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 11 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CLAUDIO SPRICIGO

CPF nº 551.995.939-00

LOCATÁRIO

CARLOS MAGRO

CPF nº 501.568.029-53

LOCADOR

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF – 000.077.349-2

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

CLAUDIO SPRICIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, Nº 33 no município de Arroio Trinta – SC, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, a celebração de Termo Aditivo para aditar prazo por mais 12(doze) meses, ou seja de 1º/01/2018 a 31/12/2018, referente contrato nº 0016/2016, celebrado com CARLOS MAGRO, PARA ALUGUEL DE CASA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR..

Arroio Trinta – SC, 11 de dezembro de 2017.

CLAUDIO SPRICIGO

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 0003/2017 AO CONTRATO Nº 0016/2016, OBJETO: ALUGUEL DE CASA DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

LOCADOR: CARLOS MAGRO

ADITIVAÇÃO DO PRAZO – 31/12/18

Arvoredo

PREFEITURA

DECRETO 2.148

Publicação Nº 1473002

Decreto nº 2.148, de 13 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art, 43, § 1º, I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Considerando a verificação de superávit financeiro, verificado no Balanço Patrimonial consolidado do exercício de 2016, em vínculos diversos que adiante se especifica, nos termos deste Decreto;

Considerando às disposições previstas no inciso III do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), na seguinte ação orçamentária;

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.304	Vigilância Sanitária
10.304.0036	Serviços de Vigilância Sanitária
10.301.0036.1.042	Mobiliário e Equipamentos/VS
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.00.03.0506	Aplicações Diretas
	R\$ 3.400,00

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial, nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2016, no vínculo – Recursos Vinc. Vigilância Epidemiológica e Ambiental (01.0506), no valor de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo (SC), 13 de novembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.
Jacir Nardi
Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.149

Publicação Nº 1473004

Decreto nº 2.149, de 16 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016 e Lei Municipal nº 1.127 de 16 de novembro de 2017;

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município, crédito adicional especial no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para abertura da seguinte nova dotação orçamentária;

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.1.016	Edificação do Núcleo Municipal de Educação
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0405	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da redução de saldo da seguinte dotação orçamentária;

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar
12.361.0013.2.034	Serviços de Terceiros no Transporte Escolar/EF
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0405	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 16 de novembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra
JACIR NARDI
Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.150

Publicação Nº 1473005

Decreto nº 2.150, de 16 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016 e Lei Municipal nº 1.127 de 16 de novembro de 2017;

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município, crédito adicional especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para abertura das seguintes novas dotações orçamentárias;

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.1.016	Edificação do Núcleo Municipal de Educação
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0116	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.01.0405	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação apurado nos vínculos;

I - (01.0116) – Recursos Vinculados FUNDEB, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

II - (01.0405) – Recursos Vinculados Salário Educação, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 16 de novembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra
JACIR NARDI
Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.151

Publicação Nº 1473007

Decreto nº 2.151, de 16 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016 e Lei Municipal nº 1.128 de 16 de novembro

de 2017;

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.550,00 (dezessete mil quinhentos e cinquenta reais), para suplementação da seguinte dotação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.1.016	Edificação do Núcleo Municipal de Educação
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 17.550,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da redução de saldo das seguintes dotações orçamentária;

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.2.028	Atividades Gerais de Educação Básica/Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.00.01.0206	Transf. Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
	R\$ 4.500,00
12.361.0016.2.031	Manutenção de Veículos das Atividades Educacionais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 6.000,00
12.361.0014	Programa de Capacitação e Atualização Profissionais da Educação
12.361.0014.2.032	Atividades de Capacitação Profissionais da Educação
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 7.050,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 16 de novembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra
JACIR NARDI
Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.152

Publicação Nº 1473008

Decreto nº 2.152, de 17 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 157.381,64 (cento e cinquenta e sete mil, trezentos e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos), para atender as seguintes ações orçamentárias:

02.00	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
02.01	Gerência de Administração e Gestão
4	Administração
4.122	Administração Geral
4.122.0003	Gestão Administrativa, Patrimonial e Operacional
4.122.0003.1.002	Equipamentos e Mobiliários para Administração e Gestão
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
4.122.0003.2.004	Atividades Administrativas e Patrimoniais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
03.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
03.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	Agricultura
20.601	Promoção de Produção Vegetal
20.601.0007	Mecanização e Infraestrutura Agrícola
20.601.0007.1.006	Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 44.881,00
03.02	Fundo Municipal de Agricultura – FMA
20	Agricultura
20.601	Promoção de Produção Vegetal
20.601.0007	Mecanização e Infraestrutura Agrícola
20.601.0007.2.015	Manutenção de Veículos, Máquinas e Implementos Agrícolas
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 25.000,00
20.606	Extensão Rural
20.606.0008	Serviços de Extensão Rural
20.606.0008.2.019	Manut. Veículos da Assist. Agrotécnica e Extensão Rural
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
04.00	GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
04.01	Gerência de Infraestrutura
26	Transporte
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0011	Sistema Rodoviário de Qualidade
26.782.0011.2.020	Atividades Gerais de Infraestrutura Rodoviária

3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 15.000,00
05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.2.029	Manutenção e Reforma dos Prédios Escolares/Ens. Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.1.016	Edificação do Núcleo Municipal de Educação
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 1.500,64
12.361.0016.2.028	Atividades Gerais de Educação Básica/Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
12.361.0016.2.029	Manutenção e Reforma dos Prédios Escolares/Ens. Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
12.361.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar
12.361.0013.2.033	Serviços Diretos de Transporte Escolar/EF
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URB. E DESENV. ECONÔMICO
07.01	Ações e Atividades de Urbanismo
15	Urbanismo
15.452	Serviços Urbanos
15.452.0018	Cidade com Qualidade de Vida
15.452.0018.2.039	Atividades Gerais de Urbanismo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
15.452.0018.2.040	Ações para Iluminação Natalina
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
08.00	DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER
08.01	Diretoria de Esporte e Lazer

27	Desporto e Lazer
27.812	Desporto Comunitário
27.812.0022	Fomento do Esporte e Atividades de Lazer
27.812.0022.2.047	Atividades Gerais de Esportes e Lazer
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
09.00	DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoreduenses
8.244.0023.2.083	Assistência Social Benefícios Eventuais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
10.00	DIRETORIA DE HABITAÇÃO
10.01	Diretoria de Habitação
16	Habitação
16.482	Habitação Urbana
16.482.0027	Habitação Adequada aos Arvoreduenses
16.482.0027.2.060	Projetos Habitacionais Urbanos
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
16.482.0027.2.061	Projetos Habitacionais Rurais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado e provável excesso nos vínculos;

I – (01.0000) - Rec. Vinculados Ordinários, no valor de R\$ 134.881,00 (cento e trinta e quatro mil e oitocentos e oitenta e um reais);

II - (01.0206) - Rec. Vinculados à Educação Básica, no valor de R\$ 22.500,64 (vinte e dois mil, quinhentos reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 17 de novembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.153

Publicação Nº 1473009

Decreto nº 2.153, de 23 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 42.261,19 (quarenta e dois mil, duzentos e sessenta e um reais e dezenove centavos), para atender as seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.01	Gabinete do Prefeito e Vice
04	Administração
04.122	Administração Geral
04.122.0001	Coordenação Superior do Município
04.122.0001.2.001	Atividades do Gabinete da Prefeita e Vice
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
01.02	Controladoria Geral do Município
04	Administração
04.124	Controle Interno
04.124.0002	Sistema de Controle Interno
04.124.0002.2.003	Atividades do Sistema de Controle Interno
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.500,00
05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.02	Ações e Atividades de Educação Infantil
12	Educação
12.365	Educação Infantil
12.365.0015	Educação Infantil – Todas as Crianças na Escola de Qualidade
12.365.0015.2.026	Pessoal FUNDEB da Educação Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 3.500,00
09.00	DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoredoenses
8.244.0023.2.051	Atividades Gerais de Assistência Social
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 11.261,19
8.244.0023.2.052	Manutenção de Atividades do CRAS
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0547	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da redução das seguintes ações orçamentárias;

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.01	Gabinete do Prefeito e Vice
04	Administração
04.122	Administração Geral
04.122.0001	Coordenação Superior do Município
04.122.0001.2.001	Atividades do Gabinete da Prefeita e Vice
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
01.02	Controladoria Geral do Município
04	Administração
04.124	Controle Interno
04.124.0002	Sistema de Controle Interno
04.124.0002.2.003	Atividades do Sistema de Controle Interno
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.500,00
05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.02	Ações e Atividades de Educação Infantil
12	Educação
12.365	Educação Infantil
12.365.0015	Educação Infantil – Todas as Crianças na Escola de Qualidade
12.365.0015.2.026	Pessoal FUNDEB da Educação Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 3.500,00
09.00	DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoreduenses
8.244.0023.2.051	Atividades Gerais de Assistência Social
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 11.261,19
8.244.0023.2.052	Manutenção de Atividades do CRAS
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0547	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 23 de novembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.154

Publicação Nº 1473010

DETERMINA E JUSTIFICA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS, DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZZI BIANCHIN, Prefeita Municipal do Município de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando, a necessidade de renovação do parque de máquinas e veículos proporcionando agilidade e eficiência desempenho na realização dos serviços públicos;

Considerando, as disposições legais previstas no art. 17, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando a norma dos arts. 11 e 13 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado a realização de processo de licitação, na modalidade de leilão, dos seguintes bens móveis inservíveis:

I – Um (01), FORD FOCUS 2.0L FC, 2007/2007, PL.: MGQ-3612, CH.: 8AFFZZFFC7J057342;

II – Um (01) VOLKSWAGEN GOL SPECIAL 1.0, 2003/2003, PL.: MDL-1742, CH.: 9BWCA05YX3T151994

III – 01(um), FIAT UNO MILLE ECONOMY 1.0, 2013/2013, PL.: MKR-1720, CH.: 9BD15802AD6886243;

IV – 01(um), FIAT UNO MILLE FIRE, 2002/2002, PL.: MCR-7782, CH.: 9BD15802524367218;

V – 01(um), CAMINHÃO FORD CARGO 1517 E, 2006/2006, PL.: MEZ-5959, CH.: 9BFXCE5U76BB82526;

VI – 01(um), TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU 51 EX 4x4, 2011, CAP: 14000 KG, SÉRIE: B-12463 (KMT0D080H51B12463);

VII - 01(um), CARROCERIA METÁLICA ROSSETTI 06.600.0021 (MILITAR);

VII - 01(um), DISTRIBUIDORDE ADUBOS LÍQUIDOS IAC REBOCAVEL;

VIII - 01(um), DISTRIBUIDORDE ADUBOS LÍQUIDOS IAC REBOCAVEL;

Art. 2º. Para fins de cumprimento do artigo anterior, fica constituída comissão especial de avaliação, tendo por objetivo a determinação o valor mínimo de alienação dos bens identificados no artigo anterior, com a seguinte composição:

I – Flavio Spagnolo, funcionário público municipal, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, que será o presidente;

II – Domingos Battiston, ocupante do cargo em Comissão de Gerente de Infraestrutura, como membro;

III – Gilberto Bedendo, funcionário público municipal, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, como membro.

Art. 3º. A comissão especial de avaliação exarará parecer definitivo, em ata circunstanciada, a avaliação do bem móvel identificado neste Decreto, no prazo máximo de 05(cinco) dias da publicação deste, podendo esta se entender solicitar apoio de empresas do ramo para apoiar os trabalhos de avaliação.

Parágrafo único – O parecer será submetido à apreciação do chefe do poder executivo municipal, que, em concordando, o homologará e posteriormente está a Comissão Permanente de Licitações, autorizada a proceder a abertura de processo licitatório, na modalidade de leilão, para a efetivação da alienação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo (SC), em 28 de novembro de 2017.

JANETE PARAVIZZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

JACIR NARDI

Responsável pela Publicação

DECRETO 2.155

Publicação Nº 1473013

Decreto nº 2.155, de 29 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 43, § 1º, I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Considerando a verificação de superávit financeiro, verificado no Balanço Patrimonial consolidado do exercício de 2016, em vínculos diversos que adiante se especifica, nos termos deste Decreto;

Considerando às disposições previstas no inciso III do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7,22 (sete reais e vinte e dois centavos), para suplementação da seguinte dotação orçamentária:

04.00	GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
04.01	Gerência de Infraestrutura
26	Transporte
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0011	Sistema Rodoviário de Qualidade
26.782.0011.2.021	Manut. Máquinas, Caminhões e Veículos
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.03.0541	Aplicações Diretas
	R\$ 7,22

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial, nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2016, no vínculo - Recursos Vinculados Conv. SDR Manutenção de Maquinas (01.0541), no valor de R\$ 7,22 (sete e vinte e dois centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo (SC), 29 de novembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.156

Publicação Nº 1473014

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016 E CONSEQUENTE PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DOS SERVIDORES QUE DESCRIMINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando, os termos do Edital do processo Seletivo nº. 002/2016

Considerando, a solicitação de prorrogação do Processo Seletivo nº. 002/2016, por parte da Gerência Municipal de Educação, em vista da continuidade no atendimento dos programas educacionais para o ano de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo nº. 002/2016, pelo prazo de mais 01 (um) ano, em conformidade com o disposto no Edital do Processo Seletivo nº. 002/2016 no Item 1.3.

Parágrafo Único. A presente prorrogação atende também ao requisito da continuidade do atendimento dos programas educacionais.

Art. 2º. Ficam, pelo presente, prorrogados os contratos dos servidores, abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo, acima

mentionado, até o fim das atividades educacionais de 2018:

LILIANE DE OLIVEIRA (Professor II de Artes)
 EMERSON LUAN CONTE (Professor II de Educação Física)
 LINDINES GADINI (Professor II de Educação Física)
 JULIANA DE BASTIANI LORENZET (Professor II Educação Infantil)
 PRICILA VIECELLI DALLA BETTA (Professor II Educação Infantil)
 GABRIELA ZAPANI (Professor II Educação Infantil)
 DAIANA BORSATTO (Professor II Educação Infantil)
 SUELI MARIA SOMENSI CAOILLA (Professor II Educação Infantil)
 CAMILA NAIBO (Professor II Educação Infantil)
 VANESSA CELUPPI (Professor I Língua Estrangeira)
 SIMONE NARDI BEDENDO (Professor II Anos Iniciais do ensino fundamental)
 ELAINE BIRCK CAUDURO (Professor II Anos Iniciais do ensino fundamental)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo (SC), em 1º de Dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

Publicada em data supra

DECRETO 2.157

Publicação Nº 1473015

Decreto nº 2.157, de 04 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para atender as seguintes ações orçamentárias:

04.00	GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
04.01	Gerência de Infraestrutura
26	Transporte
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0011	Sistema Rodoviário de Qualidade
26.782.0011.2.020	Atividades Gerais de Infraestrutura Rodoviária
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.2.027	Pessoal FUNDEB Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0116	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00
10.00	DIRETORIA DE HABITAÇÃO
10.01	Diretoria de Habitação
16	Habitação
16.482	Habitação Urbana
16.482.0027	Habitação Adequada aos Arvoredoenses

16.482.0027.2.061	Projetos Habitacionais Rurais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 18.000,00
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado e provável excesso nos vínculos;

I – (01.0000) - Rec. Vinculados Ordinários, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

II - (01.0116) - Rec. Vinculados FUNDEB, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 04 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.158

Publicação Nº 1473016

Decreto nº 2.158, de 05 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 51.236,32 (cinquenta e um mil duzentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos), para atender as seguintes ações orçamentárias:

02.00	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
02.01	Gerência de Administração e Gestão
28	Encargos Especiais
28.846	Outros Encargos Especiais
28.846.0000	Operações Especiais Diversas
28.846.0000.0.002	Gestão das Obrigações Tributárias, Contributivas e Outras
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
04.00	GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
04.01	Gerência de Infraestrutura
26	Transporte
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0011	Sistema Rodoviário de Qualidade
26.782.0011.2.020	Atividades Gerais de Infraestrutura Rodoviária
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0537	Aplicações Diretas
	R\$ 10.800,00
3.3.90.00.00.01.0117	Aplicações Diretas
	R\$ 4.936,32
05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

05.01	Programa de Alimentação Escolar
12	Educação
12.306	Alimentação e Nutrição
12.306.0012	Programa de Alimentação Escolar
12.306.0012.2.022	Atividades de Alimentação Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
10.00	DIRETORIA DE HABITAÇÃO
10.01	Diretoria de Habitação
16	Habitação
16.482	Habitação Urbana
16.482.0027	Habitação Adequada aos Arvoreduenses
16.482.0027.2.061	Projetos Habitacionais Rurais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.5	Inversões Financeiras
4.5.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.500,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado e provável excesso nos vínculos;

I – (01.0000) - Rec. Vinculados Ordinários, no valor de R\$ 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos reais);

II - (01.0117) - Rec. Vinculados CIDE, no valor de R\$ 4.936,32 (quatro mil novecentos e trinta e seis reais e trinta e dois centavos);

III - (01.0537) - Rec. Vinculados FEP, no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 05 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.159

Publicação Nº 1473018

Decreto nº 2.159, de 06 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 11.949,88 (onze mil novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos), para atender a seguinte ação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar
12.361.0013.2.034	Serviços de Terceiros no Transporte Escolar/EF
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.01.0410	Aplicações Diretas
	R\$ 11.949,88

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no vínculo (01.0410) - Rec. Vinc. Transp. Escolar - ESTADO, no valor de R\$ 11.949,88 (onze mil novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 06 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.160

Publicação Nº 1473019

Decreto nº 2.160, de 06 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 50.237,74 (cinquenta mil duzentos e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos), para atender as seguintes ações orçamentárias:

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0031	Atenção, equitativa e Universalizada
10.301.0031.1.038	Equipamentos e Mobiliário para a Saúde
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.200,00
10.301.0031.2065	Atividades Gerais de Atenção Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 8.000,00
10.301.0031.2.069	Serviços Médicos, Hospitalares, Laboratoriais, Imagens e Outros
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00.01.0509	Aplicações Diretas
	R\$ 4.537,74
10.301.0035	Assistência Farmacêutica
10.301.0035.2.075	Atividades de Farmácia Básica
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0123	Aplicações Diretas
	R\$ 4.500,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado, nos vínculos;

I – (01.0123) - Recursos Vinculados à Saúde - ASPS, no valor de R\$ 45.700,00 (quarenta e cinco mil e setecentos reais);

II – (01.0509) - Recursos Vinculados MAC/FAEC, no valor de R\$ 4.537,74 (quatro mil quinhentos e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos);

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 06 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.161

Publicação Nº 1473021

Decreto nº 2.161, de 07 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016 e Lei Municipal nº 1.131 de 07 de dezembro de 2017;

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 36.950,51 (trinta e seis mil novecentos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos), para suplementação da seguinte dotação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.1.019	Aquisição de Ônibus p/ Transporte Escolar
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 36.950,51

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da redução de saldo das seguintes dotações orçamentária;

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.02	Ações e Atividades de Educação Infantil
12	Educação
12.365	Educação Infantil
12.365.0014	Programa de Capacitação e Atualização Profissionais da Educação
12.365.0014.2.024	Capacitação e Atualização dos Profissionais da Educação Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 2.123,60
12.365.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar
12.365.0013.2.023	Transporte Escolar/Educação Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 1.326,91

12.365.0015	Educação Infantil – Todas as Crianças na Escola de Qualidade
12.365.0015.2.025	Atividades Gerais da Educação Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 17.000,00
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.2.028	Atividades Gerais de Educação Básica/Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
12.361.0016.2.031	Manutenção de Veículos das Atividades Educacionais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
12.361.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar
12.361.0013.2.034	Serviços de Terceiros no Transporte Escolar/EF
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 9.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 07 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.162

Publicação Nº 1473022

Decreto nº 2.162, de 07 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016 e Lei Municipal nº 1.131 de 07 de dezembro de 2017;

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município, crédito adicional suplementar no valor de R\$ R\$ 208.049,49 (duzentos e vinte e oito mil quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos), para suplementação da seguinte dotação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental

12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.1.019	Aquisição de Ônibus p/ Transporte Escolar
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 208.049,49

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado e provável excesso no vínculo (01.0206) – Recursos Vinculados Educação Básica, no valor de R\$ 208.049,49 (duzentos e vinte e oito mil quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos);

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 07 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.163

Publicação Nº 1473023

Decreto nº 2.163, de 11 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 43, § 1º, I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Considerando a verificação de superávit financeiro, verificado no Balanço Patrimonial consolidado do exercício de 2016, em vínculos diversos que adiante se especifica, nos termos deste Decreto;

Considerando às disposições previstas no inciso III do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.425,33 (sete mil quatrocentos e vinte cinco reais e trinta e três centavos).

09.00	DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoredoenses
8.244.0023.2.051	Atividades Gerais de Assistência Social
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.03.0710	Aplicações Diretas
	R\$ 7.425,33

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial, nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2016, no vínculo - Recursos Estado - FMAS SST FAES (01.0710), no valor de R\$ 7.425,33 (sete mil quatrocentos e vinte cinco reais e trinta e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo (SC), 11 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.164

Publicação Nº 1473024

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando a deliberação pela aprovação do Conselho Municipal de Saúde de Arvoredo, através da Resolução Nº 03, de 07 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado a aprovação do Plano Municipal de Saúde de Arvoredo, para o período de 2018 a 2021, conforme texto aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de Arvoredo- SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo (SC), em 12 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Jacir Nardi

Responsável pela publicação

DECRETO 2.165

Publicação Nº 1473025

Decreto nº 2.165, de 13 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016.

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Câmara Municipal de Vereadores, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para atender à dotação orçamentária;

11.00	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
11.01	Câmara Municipal de Vereadores
1	Legislativa
1.31	Ação Legislativa
1.31.0028	Poder Legislativo e Controle Externo
1.31.0028.2.086	Atividades do Poder Legislativo Municipal
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0100	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados os recursos provenientes da redução da seguinte dotação orçamentária;

11.00	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
11.01	Câmara Municipal de Vereadores
1	Legislativa
1.31	Ação Legislativa
1.31.0028	Poder Legislativo e Controle Externo
1.31.0028.2.086	Atividades do Poder Legislativo Municipal
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0100	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, 13 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.166

Publicação Nº 1473027

Decreto nº. 2.166 de 14 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE O FIM DO TURNO ÚNICO E ESTABELE O RETORNO NORMAL DA JORNADA DE TRABALHO NAS GERÊNCIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E URBANISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando que se inicia o período da colheita do milho para a silagem,

Considerando o crescimento da demanda de serviços, obras e atendimentos agrícolas e rodoviários,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o fim do turno único, e estabelece o retorno normal da jornada de trabalho, nas Gerências Municipais de Agricultura e Meio Ambiente, Infraestrutura e Urbanismo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 14 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

Jacir Nardi

Responsável pela publicação

DECRETO 2.167

Publicação Nº 1473028

Decreto nº 2.167, de 14 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 91.336,29 (noventa e um mil trezentos e trinta e seis reais e vinte e nove centavos), para atender as seguintes ações orçamentárias:

03.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
03.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	Agricultura
20.601	Promoção de Produção Vegetal
20.601.0007	Mecanização e Infraestrutura Agrícola
20.601.0007.2.011	Pessoal e Encargos/Atividades Mecanização Agrícola
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.900,00
04.00	GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA
04.01	Gerência de Infraestrutura

26	Transporte
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0011	Sistema Rodoviário de Qualidade
26.782.0011.2.020	Atividades Gerais de Infraestrutura Rodoviária
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.01	Programa de Alimentação Escolar
12	Educação
12.306	Alimentação e Nutrição
12.306.0012	Programa de Alimentação Escolar
12.306.0012.2.022	Atividades de Alimentação Escolar
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.200,00
05.02	Ações e Atividades de Educação Infantil
12	Educação
12.365	Educação Infantil
12.365.0015	Educação Infantil – Todas as Crianças na Escola de Qualidade
12.365.0015.2.026	Pessoal FUNDEB da Educação Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0116	Aplicações Diretas
	R\$ 14.300,00
12.361.0016.2.027	Pessoal FUNDEB Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0116	Aplicações Diretas
	R\$ 47.200,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 2.700,00
07.00	GERÊNCIA DE URB. E DESENV. ECONÔMICO
07.01	Ações e Atividades de Urbanismo
15	Urbanismo
15.452	Serviços Urbanos
15.452.0018	Cidade com Qualidade de Vida
15.452.0018.2.039	Atividades Gerais de Urbanismo
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 14.420,00
07.03	Ações de Desenvolvimento Econômico
23	Comércio e Serviços
23.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
23.422.0021	Fomento e Desenvolvimento do Comércio
23.422.0021.2.044	Proteção dos Direitos do Consumidor/PROCON
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.70.00.00.01.0000	Transf. Instit. Multigovernamentais Nacional
	R\$ 416,29
09.00	DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
8	Assistência Social
8.244	Assistência Comunitária

8.244.0025	Atenção e Assistência às Crianças e Adolescentes
8.244.0025.2.056	Manutenção de Atividades do Conselho Tutelar
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 1.200,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado e provável excesso nos vínculos;

I – (01.0000) - Rec. Vinculados Ordinários, no valor de R\$ 27.136,29 (vinte e sete mil cento e trinta e seis reais e vinte e nove centavos);

II - (01.0116) - Rec. Vinculados FUNDEB, no valor de R\$ 61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais);

III - (01.0206) - Rec. Vinculados Educação Básica, no valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais);

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 14 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.168

Publicação Nº 1473031

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO A ÁREA DE TERRAS, QUE IDENTIFICA, CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e à vista do disposto no art. 12, § 2º, da Lei Orgânica do Município, e no art. 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com suas alterações posteriores e demais cominações que normatizam a matéria;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins desapropriação administrativa ou judicial a seguinte área de terras:

I – Partes dos lotes rurais nºs 147 (cento e quarenta e sete); 148 (cento e quarenta e oito) e 149 (cento e quarenta e nove) (cento e cinquenta e cinco), com a área de 179.054,17 m² (cento e setenta e nove mil zero cinquenta e quatro vírgula dezessete metros quadrados), sem benfeitorias, sito no Bloco Santo Antônio, da Colônia Rio Branco, no município de Arvoredo, nesta Comarca, confrontando:

Inicia-se a descrição do perímetro no marco denominado "M01", no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000, MC-51ºW, de coordenadas Plano Retangulares Relativas, sistema UTM: E: 357209.749 e N: 7001092.514; Deste segue com azimute 180º42'29" e extensão de 403.16 m (quatrocentos e três vírgula dezesseis metros) até o marco "M02", coordenada E: 357204.767 e N: 7000689.387, confrontando com Parte do Lote Rural nº 147, do imóvel de matrícula nº 19.851; Deste segue com Azimute de 244º05'07" na extensão de 103.14 m (quinhentos e oito vírgula sessenta e um metros) até o marco "M03", de coordenadas E: 357112.000 e N: 7000644.312, confrontando com Parte do Lote Rural nº 147, do imóvel de matrícula nº 19.851; Deste segue com Azimute de 244º06'55" na extensão de 67.51 m (sessenta e sete vírgula cinquenta e um metros) até o marco "M4", coordenada E: 357051.267 e N: 7000614.841, confrontando com Parte do Lote Rural nº 147, da área remanescente deste desmembramento; Deste segue com Azimute 366º13'47" na extensão de 193.70 m (cento e noventa e três vírgula setenta metros) até o Marco "M05", de coordenadas 356973.191 e N: 7000792.112, confrontando com Parte dos Lotes Rurais nºs 147 e 148, da área remanescente deste desmembramento; Deste segue com Azimute de 249º23'48" na extensão de 345.26 m (trezentos e quarenta e cinco vírgula quarenta e seis metros) até o marco "M06", de coordenadas E:356650.014 e N:7000670.615, confrontando com Partes dos Lotes Rurais nºs 148 e 149, da área remanescente deste desmembramento; Deste segue com Azimute de 336º04'44" na extensão de 202.97 m (duzentos e dois vírgula noventa e sete metros), até o marco "M07" de coordenadas E:356567.713 e N:7000856.154, confrontando com Parte do Lote Rural nº 149, da área remanescente deste desmembramento; Deste segue com Azimute de 83º59'54" na extensão de 39.60 m (trinta e nove vírgula sessenta metros), até o marco "M08" de coordenadas E:356607.134 e N:7000860.222, confrontando com o eixo da SC-283 Seara/Chapecó; Deste segue com Azimute de 66º21'39" na extensão de 75.63 m (setenta e cinco vírgula sessenta e três metros), até o marco "M09" de coordenadas E:356676.422 e N:7000890.550, confrontando com o eixo da SC-283 Seara/Chapecó. Deste segue com Azimute de 63º35'17" na extensão de 329.60 m (trezentos e vinte e nove vírgula sessenta metros), até o marco "M10" de coordenadas E:356971.616 e N:7001037.164, confrontando com o eixo da SC-283 Seara/Chapecó. Deste segue com Azimute de 299º50'21" na extensão de 60,00 m (sessenta metros), até o marco "M11" de coordenadas E:356919.570 e N:7001067.018, confrontando com outra parte do lote rural numero 148; Deste segue com Azimute de 84º58'43" na extensão de 291.30 m (duzentos e noventa e um vírgula trinta metros), até o marco "M01" (marco inicial deste perímetro) de coordenadas E:357209.749 e N:7001092.514, confrontando com outras partes dos lotes rurais numero 147 e 148.

§ 1º O imóvel identificado no inciso anterior, do caput deste artigo, destina-se, no atendimento ao interesse público e à conveniência

administrativa, exclusivamente, à implantação de empreendimentos de atividades econômicas, objetivando a geração de oportunidades de renda e de postos de trabalho, preferentemente em atividades industriais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto estão contempladas na ação orçamentária 07.03.22.661.0020.1.027 – Implantação de Projetos Industriais.

Art. 3º Fica constituída Comissão especial de Avaliação do imóvel identificados no art. 1º, desta Lei, com os seguintes membros:

I – Julio César Zanuzzo, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de engenheiro civil, que será seu presidente;

II – Diego Picoli, servidor público municipal, ocupante do cargo em comissão de Gerência de Agricultura e Meio Ambiente, que será membro;

III – Edson Ezequiel Battiston, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de contador, que será membro.

§ 1º A comissão constituída nos termos deste artigo, fará avaliação dos imóveis, segundo critérios técnicos compatíveis e o preço corrente de imóveis com as mesmas características e similitudes, daquele objeto de avaliação, no prazo máximo de 10(dez) dias.

§ 2º A comissão, presente a necessidade entendendo conveniente, poderá requisitar a contratação de serviços especializados de avaliação, através de escritórios profissionais, devidamente registrados junto ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arvoredo/SC,
em 18 de dezembro de 2017.
JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

Jacir Nardi
Responsável pelas Publicações

DECRETO 2.169

Publicação Nº 1473032

Decreto nº 2.169, de 20 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para atender as seguintes ações orçamentárias:

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.2.028	Atividades Gerais de Educação Básica/Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 1.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URB. E DESENV. ECONÔMICO
07.01	Ações e Atividades de Urbanismo
15	Urbanismo
15.452	Serviços Urbanos
15.452.0018	Cidade com Qualidade de Vida
15.452.0018.2.040	Ações para Iluminação Natalina
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00

15.452.0018.2.041	Ações de Iluminação Pública
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0720	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado e provável excesso nos vínculos;

I – (01.0000) - Rec. Vinculados Ordinários, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

II - (01.0720) - Rec. Vinculados COSIP, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);

III - (01.0206) - Rec. Vinculados Educação Básica, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais);

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 20 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.170

Publicação Nº 1473034

FIXA VALORES DE INDENIZAÇÃO, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO A ÁREA DE TERRAS JÁ IDENTIFICADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e à vista do disposto no art.10 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com suas alterações posteriores e demais cominações que normatizam a matéria;

Considerando o decreto de utilidade pública de número nº 2.168, de 18 de dezembro de 2017;

Considerando que referido declarou de utilidade pública o imóvel para fins atendimento ao interesse público e à conveniência administrativa, exclusivamente, à implantação de empreendimentos de atividades econômicas, objetivando a geração de oportunidades de renda e de postos de trabalho, preferentemente em atividades industriais.

Considerando que após estudos e contratação de profissional específico, a comissão concluiu pela fixação de indenizações quanto às áreas objeto do decreto citado:

DECRETA:

Art. 1º Resta fixado o valor de R\$650.000,00(seiscentos e cinquenta mil reais) pela área identificada no Decreto 2.168, de 18 de dezembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo/SC, em 21 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

Jacir Nardi

Responsável pelas Publicações

DECRETO 2.171

Publicação Nº 1473037

Decreto nº 2.171, de 21 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por

Lei, observadas as disposições do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 33.842,09 (trinta e três mil oitocentos e quarenta e dois reais e nove centavos), para atender a seguinte ação orçamentária:

06.00	GERÊNCIA DE SAÚDE / FMS
06.01	Fundo Municipal de Saúde – FMS
10	Saúde
10.301	Atenção Básica
10.301.0031	Atenção, equitativa e Universalizada
10.301.0031.2.069	Serviços Médicos, Hospitalares, Laboratoriais, Imagens e Outros
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.93.00.00.01.0123	Aplicações Diretas Decorrentes de Op. Entre Órgãos
	R\$ 33.842,09

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado, no vínculo – (01.0123) - Recursos Vinculados à Saúde - ASPS, no valor de R\$ 33.842,09 (trinta e três mil oitocentos e quarenta e dois reais e nove centavos).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 21 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.172

Publicação Nº 1473040

Decreto nº 2.172, de 21 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016 e Lei Municipal nº 1.136 de 12 de dezembro de 2017;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial, no valor de R\$ 325.215,33 (trezentos e vinte e cinco mil, duzentos e quinze reais e trinta e três centavos), para atender à seguinte nova ação orçamentária:

07.00	GERÊNCIA DE URB. E DESENV. ECONÔMICO
07.03	Ações de Desenvolvimento Econômico
22	Indústria
22.661	Promoção Industrial
22.661.0020	Desenvolvimento Industrial - Geração de Empregos e Renda
22.661.0020.1.027	Implantação de Projetos Industriais
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 325.215,33

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da redução de saldo das seguintes dotações orçamentária;

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.01	Gabinete do Prefeito e Vice
04	Administração
04.122	Administração Geral
04.122.0001	Coordenação Superior do Município
04.122.0001.2.001	Atividades do Gabinete da Prefeita e Vice
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
01.02	Controladoria Geral do Município
04	Administração
04.124	Controle Interno
04.124.0002	Sistema de Controle Interno
04.124.0002.2.003	Atividades do Sistema de Controle Interno
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00
02.00	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
02.01	Gerência de Administração e Gestão
28	Encargos Especiais
28.846	Outros Encargos Especiais
28.846.0000	Operações Especiais Diversas
28.846.0000.0.004	Gestão de Precatórios, Sentenças Judiciais e Outras
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.690,18
28.843	Serviço da Dívida Interna
28.843.0000	Operações Especiais Diversas
28.843.0000.0.001	Gestão da Dívida Contratada
3	DESPESAS CORRENTES
3.2	Juros e Encargos da Dívida
3.2.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 35.000,00
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.6	Amortização de Dívida
4.6.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 18.000,00
4	Administração
4.122	Administração Geral
4.122.0003	Gestão Administrativa, Patrimonial e Operacional
4.122.0003.2.004	Atividades Administrativas e Patrimoniais
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 70.000,00
4.123	Administração Financeira e Fiscal
4.123.0004	Gestão Financeira, Tributaria e Patrimonial
4.123.0004.2.005	Atividades de Adm. Financeira e Tributaria
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 12.000,00
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 17.000,00
02.03	Fundo Municipal De Defesa Civil - FUMDEC
6	Segurança Publica
6.182	Defesa Civil
6.182.0005	Defesa Civil e Segurança Publica
6.182.0005.2.006	Atividades de Defesa Civil
3	DESPESAS CORRENTES
3.5	Transf. Instituições Privadas em Fins Lucrativos
3.5.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 4.400,00

3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
03.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
03.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	Agricultura
20.606	Extensão Rural
20.606.0008	Serviços de Extensão Rural
20.606.0008.1.008	Equipamento e Mobiliário p/ Extensão Rural
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
20.606.0008.2.012	Pessoal e Encargos/Extensão Rural
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 8.000,00
03.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
03.02	Fundo Municipal de Agricultura – FMA
18	Gestão Ambiental
18.541	Preservação e Conservação Ambiental
18.541.0009	Sustentabilidade Ambiental
18.541.0009.2.014	Atividades de Gestão Ambiental
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.71.00.00.01.0000	Transf. Consórcios Público
	R\$ 1.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.71.00.00.01.0000	Transf. Consórcios Público
	R\$ 3.000,00
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 100,00
4.4	Investimentos
4.4.71.00.00. 01.0000	Transf. Consórcios Público
	R\$ 2.500,00
20	Agricultura
20.602	Promoção de Produção Animal
20.602.0008	Serviços de Extensão Rural
20.602.0008.2.018	Atividades de Assistência Agropecuária e Extensão Rural
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
20.602.0008.2.046	Capacitação e Promoção Agricultura Familiar
3	DESPESAS CORRENTES
3.5	Transf. Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
3.5.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 4.550,00
05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.01	Programa de Alimentação Escolar
12	Educação
12.306	Alimentação e Nutrição
12.306.0012	Programa de Alimentação Escolar
12.306.0012.1.013	Estruturação de Cozinhas e Refeitórios
4	DESPESAS DE CAPITAL

4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.400,00
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.362	Ensino Médio
12.362.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar
12.362.0013.2.035	Serviços Indiretos de Transporte Escolar/Ensino Médio
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 14.000,00
05.03	Ações e Atividades do Ensino Superior
12	Educação
12.364	Ensino Superior
12.364.0017	Auxílio Financeiro a Estudantes
12.364.0017.2.038	Assistência Estudantes Universitários
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URB. E DESENV. ECONÔMICO
07.01	Ações e Atividades de Urbanismo
15	Urbanismo
15.451	Infra-Estrutura Urbana
15.451.0018	Cidade com Qualidade de Vida
15.451.0018.1.021	Obras Diversas de Infraestrutura Urbana
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 4.800,00
15.452.0018.1.024	Obras e Ampliação da Rede de Iluminação Pública
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 6.000,00
09.00	DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
8	Assistência Social
8.243	Assistência à Criança e ao Adolescente
8.243.0025	Atenção e Assistência às Crianças e Adolescentes
8.243.0025.2.057	Manutenção Veículos/Conselho Tutelar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00
8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoreduenses
8.244.0023.2.052	Manutenção de Atividades do CRAS
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
8.243	Assistência à Criança e ao Adolescente
8.243.0025	Atenção e Assistência às Crianças e Adolescentes
8.243.0025.2.054	Atenção e Assistência às Crianças e Adolescentes
3	DESPESAS CORRENTES

3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 6.000,00
8.243.0025.2.058	Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.71.00.00.01.0000	Transf. Consórcios Público
	R\$ 24.682,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.71.00.00.01.0000	Transf. Consórcios Público
	R\$ 7.995,50
4.4	Investimentos
4.4.71.00.00. 01.0000	Transf. Consórcios Público
	R\$ 3.612,50
10.00	DIRETORIA DE HABITAÇÃO
10.01	Diretoria de Habitação
16	Habitação
16.481	Habitação Rural
16.481.0027	Habitação Adequada aos Arvoreduenses
16.481.0027.2.059	Atividades Gerais de Habitação
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.315,25
14.00	DIRETORIA DE CULTURA
14.01	Diretoria de Cultura
13	Cultura
13.392	Difusão Cultural
13.392.0029	Valorização da Cultura e das Artes
13.392.0029.2.063	Atividades de Cultura e Artes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
15.00	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO
15.01	Saneamento Básico Urbano
17	Saneamento
17.512	Saneamento Básico Urbano
17.512.0019	Saneamento de Água Tratada
17.512.0019.1.025	Obras p/ Ampliação Sistema Abastecimento de Água
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
17.512.0019.1.026	Implantação Sistema Saneamento Urbano
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.900,00
17.512.0019.2.042	Sistema de Saneamento e Coleta de Lixo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.269,90

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, 21 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.173

Publicação Nº 1473042

DESAPROPRIA ÁREAS DE TERRA DEVIDAMENTE IDENTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e à vista do disposto no art. 12, § 2º, da Lei Orgânica do Município, no art. 5º, alínea "i" e "n", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, bem como artigo 10 do mesmo decreto, com suas alterações posteriores e demais cominações que normatizam a matéria; e;

Considerando, estudos e avaliações a cerca da necessidade de criação de nova área industrial;

Considerando o teor do Decreto nº 2.168 de 18 de dezembro de 2017, que declarou de utilidade pública imóvel para a implantação de empreendimentos de atividades econômicas, objetivando a geração de oportunidades de renda e de postos de trabalho, preferentemente em atividades industriais;

Considerando a avaliação efetuada e a fixação do valor através do Decreto 2.170, de 21 de dezembro de 2017;

Considerando que oficiado o proprietário do imóvel, objeto da desapropriação, não apresentando qualquer objeção ao processado e diante da manifestação expressa da concordância quanto ao valor da avaliação;

DECRETA:

Art. 1º Fica DESAPROPRIADA para atendimento ao interesse público e à conveniência administrativa, exclusivamente, à implantação de empreendimentos de atividades econômicas, objetivando a geração de oportunidades de renda e de postos de trabalho, preferentemente em atividades industriais a seguinte área de terras:

I – Partes dos lotes rurais nºs 147 (cento e quarenta e sete); 148 (cento e quarenta e oito) e 149 (cento e quarenta e nove) (cento e cinquenta e cinco), com a área de 179.054,17 m² (cento e setenta e nove mil zero cinquenta e quatro vírgula dezessete metros quadrados), sem benfeitorias, sito no Bloco Santo Antônio, da Colônia Rio Branco, no município de Arvoredo, nesta Comarca, confrontando:

Inicia-se a descrição do perímetro no marco denominado "M01", no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000, MC-51ºW, de coordenadas Plano Retangulares Relativas, sistema UTM: E: 357209.749 e N: 7001092.514; Deste segue com azimute 180º42'29" e extensão de 403.16 m (quatrocentos e três vírgula dezesseis metros) até o marco "M02", coordenada E: 357204.767 e N: 7000689.387, confrontando com Parte do Lote Rural nº 147, do imóvel de matrícula nº 19.851; Deste segue com Azimute de 244º05'07" na extensão de 103.14 m (quinhentos e oito vírgula sessenta e um metros) até o marco "M03", de coordenadas E: 357112.000 e N: 7000644.312, confrontando com Parte do Lote Rural nº 147, do imóvel de matrícula nº 19.851; Deste segue com Azimute de 244º06'55" na extensão de 67.51 m (sessenta e sete vírgula cinquenta e um metros) até o marco "M4", coordenada E: 357051.267 e N: 7000614.841, confrontando com Parte do Lote Rural nº 147, da área remanescente deste desmembramento; Deste segue com Azimute 366º13'47" na extensão de 193.70 m (cento e noventa e três vírgula setenta metros) até o Marco "M05", de coordenadas 356973.191 e N: 7000792.112, confrontando com Parte dos Lotes Rurais nºs 147 e 148, da área remanescente deste desmembramento; Deste segue com Azimute de 249º23'48" na extensão de 345.26 m (trezentos e quarenta e cinco vírgula quarenta e seis metros) até o marco "M06", de coordenadas E:356650.014 e N:7000670.615, confrontando com Partes dos Lotes Rurais nºs 148 e 149, da área remanescente deste desmembramento; Deste segue com Azimute de 336º04'44" na extensão de 202.97 m (duzentos e dois vírgula noventa e sete metros), até o marco "M07" de coordenadas E:356567.713 e N:7000856.154, confrontando com Parte do Lote Rural nº 149, da área remanescente deste desmembramento; Deste segue com Azimute de 83º59'54" na extensão de 39.60 m (trinta e nove vírgula sessenta metros), até o marco "M08" de coordenadas E:356607.134 e N:7000860.222, confrontando com o eixo da SC-283 Seara/Chapecó; Deste segue com Azimute de 66º21'39" na extensão de 75.63 m (setenta e cinco vírgula sessenta e três metros), até o marco "M09" de coordenadas E:356676.422 e N:7000890.550, confrontando com o eixo da SC-283 Seara/Chapecó. Deste segue com Azimute de 63º35'17" na extensão de 329.60 m (trezentos e vinte e nove vírgula sessenta metros), até o marco "M10" de coordenadas E:356971.616 e N:7001037.164, confrontando com o eixo da SC-283 Seara/Chapecó. Deste segue com Azimute de 299º50'21" na extensão de 60,00 m (sessenta metros), até o marco "M11" de coordenadas E:356919.570 e N:7001067.018, confrontando com outra parte do lote rural numero 148; Deste segue com Azimute de 84º58'43" na extensão de 291.30 m (duzentos e noventa e um vírgula trinta metros), até o marco "M01" (marco inicial deste perímetro) de coordenadas E:357209.749 e N:7001092.514, confrontando com outras partes dos lotes rurais numero 147 e 148.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto estão contempladas na ação orçamentária 07.03.22.661.0020.1.027 – Implantação de Projetos Industriais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo/SC, em 22 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta data.

Jacir Nardi

Responsável pelas Publicações

DECRETO 2.174

Publicação Nº 1473043

Decreto nº 2.174, de 22 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016 e Lei Municipal nº 1.136 de 12 de dezembro de 2017;

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para atender à seguinte nova ação orçamentária:

07.00	GERÊNCIA DE URB. E DESENV. ECONÔMICO
07.03	Ações de Desenvolvimento Econômico
22	Indústria
22.661	Promoção Industrial
22.661.0020	Desenvolvimento Industrial - Geração de Empregos e Renda
22.661.0020.1.027	Implantação de Projetos Industriais
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 100.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação apurado no vínculo (01.0000) - Rec. Vinculados Ordinários, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, 22 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

DECRETO 2.175

Publicação Nº 1473044

Decreto nº 2.175, de 22 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observadas as disposições do art, 43, § 1º, I e § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

Considerando a verificação de superávit financeiro, verificado no Balanço Patrimonial consolidado do exercício de 2016, em vínculos diversos que adiante se especifica, nos termos deste Decreto;

Considerando às disposições previstas no inciso III do art. 7º, da Lei Municipal nº 1.096, de 17 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 224.784,67 (duzentos e vinte e quatro mil setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

07.00	GERÊNCIA DE URB. E DESENV. ECONÔMICO
07.03	Ações de Desenvolvimento Econômico
22	Indústria
22.661	Promoção Industrial
22.661.0020	Desenvolvimento Industrial - Geração de Empregos e Renda
22.661.0020.1.027	Implantação de Projetos Industriais
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 03.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 224.784,67

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial, nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2016, no vínculo Recursos Ordinários (01.0000), no valor de R\$ 224.784,67 (duzentos e vinte e quatro mil setecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo (SC), 22 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Jacir Nardi

Gerente de Administração e Gestão

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 003/2017

Publicação Nº 1473094

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 003/2017

ESTABELECE NORMAS PARA A CHAMADA PÚBLICA DE PROFESSORES PARA A PROVER VAGAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, Sra. Janete Paravizi Bianchin, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, II da Constituição Federal, Lei Orgânica e demais legislação pertinente, torna público, pelo presente EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA, para provimento de vagas de professores na rede municipal de ensino, conforme o que segue;

01 - INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS

1.1- A data determinada para a inscrição e a escolha de vagas deste edital de Chamada Pública das disciplinas constantes do ANEXO ÚNICO deste edital, será dia 11 de janeiro de 2018, no horário das 09h, na Gerência Municipal de Educação, localizada na Rua do Comércio, 77, centro da cidade de Arvoredo(SC).

02- PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

2.1- Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado acima, munidos dos seguintes documentos constantes do ANEXO ÚNICO deste edital.

03- CLASSIFICAÇÃO

3.1- Para os cargos de Professores de Educação Física e Língua Estrangeira(inglês), serão utilizados os seguintes critérios de classificação:

- a) Habilitação específica na área;
- b) Maior tempo de frequência na graduação da área;
- c) Curso de capacitação na área;

d) Maior tempo de serviço.

3.2- Havendo empate, terá melhor classificação o candidato de maior idade. Mantendo-se o empate, haverá sorteio.

3.3- Para o cargo de Professor de Letras/Libras, serão utilizados os seguintes critérios de classificação

- a) Habilitação específica na área;
- b) Maior tempo de frequência na graduação da área;
- c) Habilitação em Pedagogia;
- d) Cursando Pedagogia;
- e) Curso de capacitação na área;

f) Maior tempo de serviço.

4 - DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1- A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da atribuição e contratação, acarretarão a nulidade da inscrição e desqualificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

4.2- Os casos omissos serão resolvidos pela Gerência Municipal de Educação.

Este Edital entra em vigor na data de publicação.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo, 26 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2017

DISTRIBUIÇÃO DO QUADRO DE VAGAS E DOCUMENTAÇÃO

Disciplina	Carga Horária	Local	Turno	Documentação Habilitação
Educação Física	10H	Linha Chapada	Vespertino	<ul style="list-style-type: none">• Diploma Licenciatura• Comprovante de frequência do período da graduação• Comprovante de Curso na área específica• Certificado de Conclusão do ensino médio• Comprovante de Tempo de Serviço.
Língua estrangeira(Inglês)	20H	Linha Chapada	Vespertino	<ul style="list-style-type: none">• Diploma Licenciatura• Comprovante de frequência do período da graduação• Comprovante de Curso na área específica• Certificado de Conclusão do ensino médio• Comprovante de Tempo de Serviço
		CMEI Pingo de Gente	Matutino/Vespertino	
Letras/Libras	20H	Escola Núcleo Municipal Benta Cardoso	Matutino	<ul style="list-style-type: none">• Diploma Licenciatura• Comprovante de frequência do período da graduação• Comprovante de Curso na área específica• Diploma Licenciatura Pedagogia• Certificado de Conclusão do ensino Médio Magistério• Comprovante de Tempo de Serviço

LEI 1.126

Publicação Nº 1473048

Lei Municipal nº 1.126, de 07 de novembro de 2017.

“Autoriza a implantação do 1º PROTOCOLO DE ACOLHIMENTO A DEMANDA ESPONTÂNEA COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO, PROTOCOLO DE AÇÃO PARA A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM E MANUAL DE NORMAS E ROTINAS DE PROCEDIMENTOS DE ENFERMAGEM E através da consulta de enfermagem a ser realizada pelo servidor públicos ocupante do cargo, emprego ou função de Enfermeiro, bem como Enfermeiros prestadores de serviços na área de saúde do município e quando necessário autoriza a prescrição de medicamentos, solicitação de exames de rotinas e complementares, nos casos em que especifica e dá outras providências”.

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

CONSIDERANDO o disposto na lei n.º 7498 de 25 de junho de 1986, principalmente em seu artigo 11, inciso I, alíneas “c” e “i”, inciso II alínea “c”, bem como o disposto no Decreto n.º 94.406/87, principalmente no artigo 8.º, inciso II, alínea “c”, que arrolam ao enfermeiro, como membro integrante da equipe de saúde, a competência para “prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde e em rotina aprovada pela instituição de saúde”.

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 42, 47, e 48 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, que tratam das proibições a estes profissionais.

CONSIDERANDO o disposto na Resolução COFEN n.º 195/97, que reconhece o enfermeiro como integrante de saúde a possibilidade de solicitar exames de rotina e complementares quando em exercício de suas atividades profissionais, sem prejuízo de sua responsabilidade integral pelos atos praticados.

Art. 1º Ficam autorizados os servidores públicos municipais investidos em cargo, emprego ou função de Enfermeiros, bem como os demais profissionais Enfermeiros prestadores de serviços na área da saúde municipal, efetuar prescrição de medicamentos:

I – constantes do anexo I, desta lei, que define a relação de medicamentos nos programas de Saúde Pública e aprovados pelo Departamento de Saúde do Município de Arvoredo

Parágrafo único. Os medicamentos de que se trata este artigo poderão ser utilizados nas vias oral, intramuscular, endovenosa, subcutânea, tópica, dentre as demais vias.

Art. 2º. Ficam ainda os profissionais a que se refere o artigo anterior, no exercício das atribuições normativas definida, autorizados a:

I – Solicitarem exames de rotina e complementares, constantes do anexo II, desta lei, à presente instituição, em caráter eletivo ou de urgência, assegura a posterior avaliação e conduta do profissional e/ou de encaminhamento ao médico, se necessário;

II – Encaminhamento em caráter de urgência e emergência o cliente/paciente ao hospital de referencia do município de Arvoredo para avaliação médicas.

Art. 3.º Esta Lei não isenta nenhum profissional envolvido com o Programa de Saúde Pública de suas responsabilidades éticas legais, durante seu desempenho pessoal;

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita / Arvoredo/SC, 07 de novembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

LEI 1.127

Publicação Nº 1473050

Lei Municipal nº1.127 de 16 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município, crédito adicional especial no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para abertura das seguintes novas dotações orçamentário;

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.1.016	Edificação do Núcleo Municipal de Educação
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0116	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.01.0405	Aplicações Diretas
	R\$ 50.000,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Especial, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes;

I - da redução de saldo da seguinte dotação orçamentária;

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar
12.361.0013.2.034	Serviços de Terceiros no Transporte Escolar/EF
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0405	Aplicações Diretas
	R\$ 20.000,00

II - do excesso de arrecadação apurado nos vínculos;

a - (01.0116) – Recursos Vinculados FUNDEB, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

b - (01.0405) – Recursos Vinculados Salário Educação, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 16 de novembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

LEI 1.128

Publicação Nº 1473051

Lei Municipal nº1.128 de 16 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 17.550,00 (dezesete mil quinhentos e cinquenta reais), para suplementação da seguinte dotação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.1.016	Edificação do Núcleo Municipal de Educação
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 17.550,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da redução de saldo das seguintes dotações orçamentária;

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.2.028	Atividades Gerais de Educação Básica/Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.50.00.00.01.0206	Transf. Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
	R\$ 4.500,00
12.361.0016.2.031	Manutenção de Veículos das Atividades Educacionais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 6.000,00

12.361.0014	Programa de Capacitação e Atualização Profissionais da Educação
12.361.0014.2.032	Atividades de Capacitação Profissionais da Educação
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 7.050,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 16 de novembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

LEI 1.129

Publicação Nº 1473052

Lei Municipal nº 1.129 de 22 de novembro de 2017.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DESCENTRALIZADA, DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2018, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 15.805.713,78 (quinze milhões, oitocentos e cinco mil, setecentos e treze reais e setenta e oito centavos).

§ 1º O Orçamento da Fiscal do Município fixa a despesa em R\$ 11.486.046,45 (onze milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, quarenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

§ 2º O Orçamento da Seguridade Social, fixa a despesa em R\$ 4.319.667,33 (quatro milhões, trezentos e dezenove mil, seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e três centavos).

§ 3º O Orçamento da Prefeitura Municipal, compreendendo a Administração Direta e descentralizada, esta constituída em unidades orçamentárias, inclusive a Câmara Municipal de Vereadores, exceto o Fundo Municipal de Saúde – FMS, fixa a despesa em R\$ 11.795.091,05 (onze milhões, setecentos e noventa e cinco mil, noventa e um reais e cinco centavos).

§ 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS, fixa a despesa em R\$ 3.657.422,73 (três milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos vinte e dois reais e setenta e três centavos).

Art. 2º A receita estimada será realizada mediante a arrecadação dos tributos, das transferências constitucionais, das transferências voluntárias e das demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, detalhada nos quadros anexos desta Lei.

Art. 3º A despesa será realizada segundo a discriminação dos Anexos que integram esta Lei, apresentando sua composição por órgãos, unidades, funções, subfunções, programas e ações, sendo estas divididas em projetos e atividades, bem como por categorias econômicas, natureza e modalidade de aplicação, nas suas respectivas unidades orçamentárias, observadas as disposições da Portaria MOP nº 42, de 14 de abril de 1999 e das normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, distribuída segundo os Anexos específicos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as disposições pertinentes previstas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018.

Parágrafo único. Na execução das despesas fixadas, além da obediência às disposições do caput deste artigo, obedecer-se-á as disposições da Lei Municipal nº 1.123, de 26 de outubro de 2017, que trata das Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2018.

Art. 4º O Governo Municipal manterá no decorrer da execução orçamentária, em todo o exercício, o equilíbrio entre a receita arrecada e a despesa autorizada, em obediência aos princípios básicos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que coadunam com as disposições do art. 169, da Constituição Federal.

Art. 5º Verificando-se, bimestralmente, frustração entre as metas bimestrais de arrecadação e a arrecadação efetivamente auferida, o Poder Executivo promoverá a correspondente limitação de empenhos, nos termos regradados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para o exercício de 2018, em obediência às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Parágrafo único. Ocorrendo frustração no atingimento das metas bimestrais de arrecadação, haverá correspondente redução na transferência do duodécimo à Câmara Municipal de Vereadores, na mesma proporção da frustração, nos períodos subsequentes à sua apuração.

Art. 6º Os recursos alocados na reserva de contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes e outros riscos e imprevistos fiscais.

Art. 7º O Poder Executivo, está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir crédito suplementar, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício e apurado na forma prevista no art. 43, §§ 3º e 4º, da Lei Federal nº 4.320/64, segundo sua vinculação, observada a respectiva vinculação;

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias:

a) cujo objeto já tenha sido executado;

b) que apresentam tendência de sobras até o término da execução orçamentária; e

c) pela utilização de recursos de saldo orçamentário de grupos de natureza ou de modalidade de aplicação da mesma ação, seja ela classificada como atividade ou como projeto, nos termos previstos no art. 26, caput, da Lei Municipal nº 1.123, de 26 de outubro de 2017.

III – o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, segundo a vinculação dos recursos financeiros.

§ 1º Exclui-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

§ 2º A utilização de recursos provenientes do superávit financeiro de exercícios anteriores, nos termos do inciso III deste artigo, far-se-á, observada a vinculação, com a substituição do grupo de fontes e destinação de recursos, de "1 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente" para "3 – Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores", observadas, no que couber, as disposições do art. 26, §§ 1º e 2º, da Lei Municipal nº 1.123, de 26 de outubro de 2017.

§ 3º Poderão ser abertos créditos adicionais suplementares, com a alocação dos recursos previstos no parágrafo anterior, através de ato próprio do Poder Executivo Municipal, mesmo havendo a necessidade de alteração do vínculo com a respectiva fonte de recursos, ou da inclusão de nova vinculação nas ações orçamentárias.

§ 4º A abertura de créditos adicionais suplementares, pela utilização do excesso de arrecadação observará estritamente a respectiva vinculação, observadas, no que couber, as disposições do § 1º, do art. 19, do § 1º, do art. 26 e do § 5º, do art. 32, todos da Lei Municipal nº 1.123, de 26 de outubro de 2017.

§ 4º Excepcionalmente, na abertura de créditos adicionais suplementares, quando destinados à dotações da saúde, função 10, ou educação, função 12, subfunções 361 e 365, poderão ser utilizados recursos ordinários do orçamento municipal, não originalmente vinculados à manutenção e desenvolvimento da educação básica ou às ações e serviços públicos de saúde, observadas as disposições do art. 26, § 2º, da Lei Municipal nº 1.123, de 26 de outubro de 2017.

§ 5º A abertura de créditos adicionais nos termos deste artigo, far-se-á através de Decreto, que receberá ampla publicidade e será editado mediante justificativa e com a fundamentação necessária.

Art. 8º Para atender à demanda na função 10 – Saúde, ou na função 12 – Educação, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a aumentar a respectiva destinação de recursos, acima dos índices percentuais estabelecidos na Lei Municipal nº 1.123, de 26 de outubro de 2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e convalidados nesta Lei.

Art. 9º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito, alienações de ativos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou no seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados, por ato do Prefeito Municipal como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou de operações especiais.

Parágrafo único. A disposição do caput deste artigo se aplica exclusivamente, se o crédito adicional especial ou suplementar que se destinar à ação prevista no orçamento da despesa.

Art. 11. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração de excesso de arrecadação, observada a respectiva vinculação.

Art. 12. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios com o Governo da União e suas entidades e com o Governo do Estado e suas entidades, para a operacionalização e execução da programação orçamentária, dando conhecimento dos mesmos à Câmara Municipal de Vereadores no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua publicação.

Art. 13. No decorrer do exercício de 2018, o Poder Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para o financiamento de

programas priorizados nesta Lei.

Art. 14. Toda a execução orçamentária e a decorrente realização das despesas obedecerão, além de outras normas e técnicas, as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2018.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo às despesas totais com pessoal, inclusive às decorrentes de novas admissões através de concurso público ou não e à criação de novos cargos ou alteração no número de vagas dos cargos existentes.

Art. 15. Esta Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2018, até o final do mesmo exercício.

Art. 16. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, 22 de novembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

LEI 1.130

Publicação Nº 1473053

Lei Municipal nº 1.130 de 05 de dezembro de 2017.

“Dispõe sobre a ratificação das alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, e dá outras providências.”

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Com amparo no art. 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do art. 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, firmado entre este Município e o CIS-AMOSC, nos termos da Lei Municipal nº 678/2008.

Art. 2º A redação da Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIS-AMOSC e o texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC estão publicados na edição nº 2389 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, do dia 20 de novembro de 2017, disponível no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, 05 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

LEI 1.131

Publicação Nº 1473055

Lei Municipal nº 1.131 de 07 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais), para suplementação da seguinte dotação orçamentária:

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.1.019	Aquisição de Ônibus p/ Transporte Escolar

4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 245.000,00

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes;

I - do excesso de arrecadação apurado e provável excesso no vínculo (01.0206) – Recursos Vinculados Educação Básica, no valor de R\$ 208.049,49 (duzentos e vinte e oito mil quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos);

II - da redução de saldo das seguintes dotações orçamentária;

05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.02	Ações e Atividades de Educação Infantil
12	Educação
12.365	Educação Infantil
12.365.0014	Programa de Capacitação e Atualização Profissionais da Educação
12.365.0014.2.024	Capacitação e Atualização dos Profissionais da Educação Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 2.123,60
12.365.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar
12.365.0013.2.023	Transporte Escolar/Educação Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 1.326,91
12.365.0015	Educação Infantil – Todas as Crianças na Escola de Qualidade
12.365.0015.2.025	Atividades Gerais da Educação Infantil
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 17.000,00
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.361	Ensino Fundamental
12.361.0016	Ensino Fundamental de Qualidade
12.361.0016.2.028	Atividades Gerais de Educação Básica/Ensino Fundamental
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
12.361.0016.2.031	Manutenção de Veículos das Atividades Educacionais
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00
12.361.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar

12.361.0013.2.034	Serviços de Terceiros no Transporte Escolar/EF
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0206	Aplicações Diretas
	R\$ 9.500,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Arvoredo – SC, 07 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

LEI 1.132

Publicação Nº 1473059

Lei Municipal nº 1.132 de 12 de dezembro de 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Maquinas e Equipamentos.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento

ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arvoredo SC, 12 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

LEI 1.133

Publicação Nº 1473058

Lei Municipal nº1.133 de 12 de dezembro de 2017.

“AUTORIZA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NA ÁREA URBANA, LINHA RIZZI, PARTE DE LINHA ALEGRE, PARTE DE LINHA TRÊS BARRAS, PARTE DE LINHA NEREU RAMOS DO MUNICÍPIO DE ARVOREDO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Associação Ecológica Arvoredo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 02.695.756/0001-28, com sede na Rua do Salto, centro do município de Arvoredo, SC, titular de sistema de abastecimento de água, contendo quatro poços artesianos, quatro fontes modelo caxambu, sistema de bombeamento e tratamento de água, reservatórios e rede de adução e distribuição da área urbana, Linha Rizzi, parte de Linha

Nereu Ramos, parte de Linha Três Barras, Parte de Linha Alegre do município, AUTORIZADA a prestar o serviço de abastecimento de água potável aos usuários estabelecidos e/ou residentes no âmbito do perímetro urbano, Linha Rizzi, parte de Linha Alegre, parte de Linha Três Barras, parte de Linha Nereu Ramos do Município de Arvoredo, através de seus sistemas próprios, da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2011, que estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

Art. 2º O serviço deverá ser disponibilizado a todos os usuários da área de abrangência do sistema, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e generalidade.

Art. 3º A tarifa a ser cobrada dos usuários deverá incorporar os custos do fornecimento do serviço e investimentos e não poderá ser superior aos valores praticados regionalmente.

Art. 4º A prestação do serviço se sujeita às regras de regulação e fiscalização estabelecidas pelo município e/ou agência reguladora.

Art. 5º O Termo firmado entre as partes estabelecerá as demais condições a serem observadas na prestação do serviço.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Arvoredo – SC, 12 de dezembro de 2017.
Janete Paravizi Bianchin
Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra
JACIR NARDI
Gerente de Administração e Gestão

LEI 1.134

Publicação Nº 1473060

Lei Municipal nº1.134 de 12 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, APROVADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 962, DE 03 DE SETEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a seguinte ação no Plano Plurianual – PPA aprovado pela Lei Municipal nº 962, de 03 de setembro de 2013:

Órgão	07.00	GERÊNCIA DE URB. E DESENV. ECONÔMICO
Unidade	07-03	Ações de Desenvolvimento Econômico
Função	22	Industria
Subfunção	661	Promoção Industrial
Programa	00.20	Desenvolvimento Industrial – Geração de Emprego e Renda.
Ação	1.027	Implantação de Projetos Industriais
Descrição da Ação: Os recursos alocados nesta ação destinam-se aos investimentos necessários à implantação de projetos industriais.		
Ano	Meta Física	Meta Financeira
2014	01	-
2015		-
2016		-
2017		425.215,33

Detalhamento da Ação			
Conta e Descrição da Despesa	Recursos	Ano	Valor
4.5.90.00.00.00 Aplicações Diretas	01.0000 – Recursos Ordinários	2014	-
		2015	-
		2016	-
		2017	425.215,33

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, em 12 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em data supra
JACIR NARDI
Gerente de Administração e Gestão

LEI 1.135

Publicação Nº 1473061

Lei Municipal nº1.135 de 12 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO, DO EXERCÍCIO DE 2017, APROVADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.094, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica inclusa a seguinte ação na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2017, aprovada pela Lei Municipal nº 1.094, de 18 de outubro de 2016:

Órgão	07.00	GERÊNCIA DE URB. E DESENV. ECONÔMICO
Unidade	07-03	Ações de Desenvolvimento Econômico
Função	22	Industria
Subfunção	661	Promoção Industrial
Programa	00.20	Desenvolvimento Industrial – Geração de Emprego e Renda.
Ação	1.027	Implantação de Projetos Industriais
Descrição da Ação: Os recursos alocados nesta ação destinam-se aos investimentos necessários à implantação de projetos industriais.		

Detalhamento da Ação			
Conta e Descrição da Despesa	Recursos	Ano	Valor
4.5.90.00.00.00 Aplicações Diretas	01.0000 – Recursos Ordinários	2017	425.215,33

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, 12 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

LEI 1.136

Publicação Nº 1473062

Lei Municipal nº1.136 de 12 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento do exercício vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial, no valor de R\$ 425.215,33 (quatrocentos e vinte e cinco mil, duzentos e quinze reais e trinta e três centavos), para atender à seguinte nova ação orçamentária:

07.00	GERÊNCIA DE URB. E DESENV. ECONÔMICO
07.03	Ações de Desenvolvimento Econômico
22	Indústria
22.661	Promoção Industrial
22.661.0020	Desenvolvimento Industrial - Geração de Empregos e Renda
22.661.0020.1.027	Implantação de Projetos Industriais
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 425.215,33

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos provenientes;

I - do excesso de arrecadação provável excesso exclusivamente no Vínculo (01.0000) Recursos Ordinários, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - da redução de saldo das seguintes dotações orçamentária;

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.01	Gabinete do Prefeito e Vice
04	Administração
04.122	Administração Geral
04.122.0001	Coordenação Superior do Município
04.122.0001.2.001	Atividades do Gabinete da Prefeita e Vice
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
01.02	Controladoria Geral do Município
04	Administração
04.124	Controle Interno
04.124.0002	Sistema de Controle Interno
04.124.0002.2.003	Atividades do Sistema de Controle Interno
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00
02.00	GERENCIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
02.01	Gerência de Administração e Gestão
28	Encargos Especiais
28.846	Outros Encargos Especiais
28.846.0000	Operações Especiais Diversas
28.846.0000.0.004	Gestão de Precatórios, Sentenças Judiciais e Outras
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.690,18
28.843	Serviço da Dívida Interna
28.843.0000	Operações Especiais Diversas
28.843.0000.0.001	Gestão da Dívida Contratada
3	DESPESAS CORRENTES
3.2	Juros e Encargos da Dívida
3.2.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 35.000,00
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.6	Amortização de Dívida
4.6.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 18.000,00
4	Administração
4.122	Administração Geral
4.122.0003	Gestão Administrativa, Patrimonial e Operacional
4.122.0003.2.004	Atividades Administrativas e Patrimoniais
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 70.000,00
4.123	Administração Financeira e Fiscal
4.123.0004	Gestão Financeira, Tributaria e Patrimonial
4.123.0004.2.005	Atividades de Adm. Financeira e Tributaria
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas

	R\$ 12.000,00
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 17.000,00
02.03	Fundo Municipal De Defesa Civil - FUMDEC
6	Segurança Publica
6.182	Defesa Civil
6.182.0005	Defesa Civil e Segurança Publica
6.182.0005.2.006	Atividades de Defesa Civil
3	DESPESAS CORRENTES
3.5	Transf. Instituições Privadas em Fins Lucrativos
3.5.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 4.400,00
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
03.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
03.01	Gerência de Agricultura e Meio Ambiente
20	Agricultura
20.606	Extensão Rural
20.606.0008	Serviços de Extensão Rural
20.606.0008.1.008	Equipamento e Mobiliário p/ Extensão Rural
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.000,00
20.606.0008.2.012	Pessoal e Encargos/Extensão Rural
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 8.000,00
03.00	GERÊNCIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
03.02	Fundo Municipal de Agricultura – FMA
18	Gestão Ambiental
18.541	Preservação e Conservação Ambiental
18.541.0009	Sustentabilidade Ambiental
18.541.0009.2.014	Atividades de Gestão Ambiental
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.71.00.00.01.0000	Transf. Consórcios Público
	R\$ 1.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.71.00.00.01.0000	Transf. Consórcios Público
	R\$ 3.000,00
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 100,00
4.4	Investimentos
4.4.71.00.00. 01.0000	Transf. Consórcios Público
	R\$ 2.500,00
20	Agricultura
20.602	Promoção de Produção Animal
20.602.0008	Serviços de Extensão Rural
20.602.0008.2.018	Atividades de Assistência Agropecuária e Extensão Rural
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
20.602.0008.2.046	Capacitação e Promoção Agricultura Familiar
3	DESPESAS CORRENTES
3.5	Transf. Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

3.5.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 4.550,00
05.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
05.01	Programa de Alimentação Escolar
12	Educação
12.306	Alimentação e Nutrição
12.306.0012	Programa de Alimentação Escolar
12.306.0012.1.013	Estruturação de Cozinhas e Refeitórios
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 3.400,00
05.03	Ações e Atividades do Ensino Fundamental
12	Educação
12.362	Ensino Médio
12.362.0013	Programa Municipal de Transporte Escolar
12.362.0013.2.035	Serviços Indiretos de Transporte Escolar/Ensino Médio
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 14.000,00
05.03	Ações e Atividades do Ensino Superior
12	Educação
12.364	Ensino Superior
12.364.0017	Auxílio Financeiro a Estudantes
12.364.0017.2.038	Assistência Estudantes Universitários
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00
07.00	GERÊNCIA DE URB. E DESENV. ECONÔMICO
07.01	Ações e Atividades de Urbanismo
15	Urbanismo
15.451	Infra-Estrutura Urbana
15.451.0018	Cidade com Qualidade de Vida
15.451.0018.1.021	Obras Diversas de Infraestrutura Urbana
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 4.800,00
15.452.0018.1.024	Obras e Ampliação da Rede de Iluminação Pública
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 6.000,00
09.00	DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
09.02	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
8	Assistência Social
8.243	Assistência à Criança e ao Adolescente
8.243.0025	Atenção e Assistência às Crianças e Adolescentes
8.243.0025.2.057	Manutenção Veículos/Conselho Tutelar
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00

8.244	Assistência Comunitária
8.244.0023	Assistência Social Geral aos Arvoreduenses
8.244.0023.2.052	Manutenção de Atividades do CRAS
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 10.000,00
8.243	Assistência à Criança e ao Adolescente
8.243.0025	Atenção e Assistência às Crianças e Adolescentes
8.243.0025.2.054	Atenção e Assistência às Crianças e Adolescentes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 6.000,00
8.243.0025.2.058	Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.71.00.00.01.0000	Transf. Consórcios Público
	R\$ 24.682,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.71.00.00.01.0000	Transf. Consórcios Público
	R\$ 7.995,50
4.4	Investimentos
4.4.71.00.00. 01.0000	Transf. Consórcios Público
	R\$ 3.612,50
10.00	DIRETORIA DE HABITAÇÃO
10.01	Diretoria de Habitação
16	Habitação
16.481	Habitação Rural
16.481.0027	Habitação Adequada aos Arvoreduenses
16.481.0027.2.059	Atividades Gerais de Habitação
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.315,25
14.00	DIRETORIA DE CULTURA
14.01	Diretoria de Cultura
13	Cultura
13.392	Difusão Cultural
13.392.0029	Valorização da Cultura e das Artes
13.392.0029.2.063	Atividades de Cultura e Artes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 5.000,00
15.00	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO
15.01	Saneamento Básico Urbano
17	Saneamento
17.512	Saneamento Básico Urbano
17.512.0019	Saneamento de Água Tratada
17.512.0019.1.025	Obras p/ Ampliação Sistema Abastecimento de Água
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 4.000,00

17.512.0019.1.026	Implantação Sistema Saneamento Urbano
4	DESPESAS DE CAPITAL
4.4	Investimentos
4.4.90.00.00. 01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.900,00
17.512.0019.2.042	Sistema de Saneamento e Coleta de Lixo
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.01.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 7.269,90

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arvoredo – SC, 12 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

Publicada e registrada em data supra

JACIR NARDI

Gerente de Administração e Gestão

LEI 1.137

Publicação Nº 1473065

Lei Municipal nº 1.137 de 20 de dezembro de 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES – MOBILIDADE URBANA, DO MINISTÉRIO DAS CIDADES E TOMAR EMPRESTIMOS JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, do Ministério das Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de obras de qualificação viária do Município de Arvoredo.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto a Caixa Econômica Federal, com recursos do Programa Avançar Cidades, no valor de R\$ 738.383,98 (setecentos e trinta e oito mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e oito centavos).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 6% (seis por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arvoredo SC, 20 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita Municipal

PORTARIA 205/2017

Publicação Nº 1472928

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 205, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.
Concede férias a servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento de período de Férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora IDINEIA REGINA CAOILLA, que ocupa o cargo de Gerente de Desenvolvimento Social, do Quadro Geral de Cargos de Provimento em Comissão, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 27/11/2017 até 26/12/2017.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo de 01/09/2016 até 01/09/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 206/2017

Publicação Nº 1472929

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA Nº. 220, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.
Concede Licença Paternidade e dá outra providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII, e

Considerando, nascimento do filho do servidor,

Considerando, o que prevê o Art. 96, da lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor, JADERSON ANTUNES DE LIMA, que ocupa o cargo de Motorista de Ônibus, do Quadro Geral de Cargos de Provimento efetivo do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença Paternidade.

Parágrafo Único. A licença ora concedida, compreende o período de 09 até 13 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

MIRIAM MENEGUZZI PADOVA
Agente Administrativo

PORTARIA 207/2017

Publicação Nº 1472930

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 207, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Exonera Servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo e,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica exonerada a Servidora ELISEANI INÊS PIES, do cargo de Professor II, do Quadro de Cargos Admitido em Caráter Temporário.

Parágrafo Único. A presente exoneração tem seus efeitos a partir da data de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 208/2017

Publicação Nº 1472931

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 208, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Exonera Servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo e,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica exonerada a Servidora ZENEI NARDI BIZOLLO, do cargo de Professor II, do Quadro de Cargos Admitido em Caráter Temporário.

Parágrafo Único. A presente exoneração tem seus efeitos a partir da data de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 209/2017

Publicação Nº 1472932

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 209, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Exonera Servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo e,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica exonerada a Servidora VANESSA CELUPPI, do cargo de Professor II 20Hrs, do Quadro de Cargos Admitido em Caráter Temporário.

Parágrafo Único. A presente exoneração tem seus efeitos a partir da data de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 210/2017

Publicação Nº 1472933

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 210, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Exonera Servidora e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo e,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica exonerada a Servidora CAMILA NAIBO, do cargo de Professor II 20Hrs, do Quadro de Cargos Admitido em Caráter Temporário.

Parágrafo Único. A presente exoneração tem seus efeitos a partir da data de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

PORTARIA 211/2017

Publicação Nº 1472935

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA No. 211, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII, e.

Considerando o que dispõe o Art. 83 e seguintes da Lei Complementar Nº. 13, de 30 de setembro de 2005,

Considerando a prescrição médica orientando para afastamento do servidor de suas atividades, por motivo de doença conforme atestado em anexo em que consta o Cid O02.1

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora MARCIANE ANGELA GIARETTA, que ocupa o cargo de Agente Administrativa, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença para Tratamento de Saúde.

Parágrafo Único. A presente Licença é concedida a partir do dia 27 de novembro até 01 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 212/2017

Publicação Nº 1472937

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 212, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.
Concede férias a servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento de período de Férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor ENIO GANDOLFI, que ocupa o cargo de Motorista de Caminhão, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 30/11/2017 até 08/12/2017.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período em que o servidor foi convocado a trabalhar nas férias (09 dias).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 213/2017

Publicação Nº 1472949

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA No. 213, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.
Concede Licença para Tratamento de Saúde e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso das atribuições do cargo que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII, e.

Considerando o que dispõe o Art. 83 e seguintes da Lei Complementar Nº. 13, de 30 de setembro de 2005,

Considerando a prescrição médica orientando para afastamento do servidor de suas atividades, por motivo de doença conforme atestado em anexo em que consta o Cid 10 – M54.5
RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora LILIANE CAROLINE DE OLIVEIRA, que ocupa o cargo de Professor II 30hs, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença para Tratamento de Saúde.

Parágrafo Único. A presente Licença é concedida a partir do dia 1º à 13 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 1º DE DEZEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 214/2017

Publicação Nº 1472941

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 214, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.
Concede férias a servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento de período de Férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora GELCI LUCIA PICOLLI BARRIONUEVO, que ocupa o cargo de Agente de Copa e Limpeza, do Quadro Geral de Cargo efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 04/12/2017 até 02/01/2017.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 02-05-2016 À 02-05-2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN GELCI LUCIA PICOLLI BARRIONUEVO
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO SERVIDORA

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 215/2017

Publicação Nº 1472953

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA No. 215, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.
Concede Licença Gestante e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII e

Considerando, o que prevê o Art. 93 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005 e alteração imposta pela Lei Complementar nº. 44/2013, de 30 de março de 2013.

Considerando, a prescrição médica atestando a necessidade de licença maternidade para a servidora,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedida a servidora LILIANE CAROLINE DE OLIVEIRA, que ocupa o cargo de Professor II 30 hrs, do Quadro Geral de Cargos Admitida em Caráter Temporário, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença para Tratamento de Saúde.

Parágrafo Único. A Licença ora concedida compreende o período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de 14 de dezembro de 2017 até 11 de junho de 2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 14 DE DEZEMBRO 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 216/2017

Publicação Nº 1472954

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA Nº. 216, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.
Concede férias a servidores do magistério e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o período de férias escolares;
Considerando, o que prevê o Art. 81 da Lei Complementar nº. 13, de 30 de setembro de 2005, combinado com o Inciso I do Art. 22 da Lei Complementar nº. 55, de 27 de dezembro de 2013.
RESOLVE,

Art. 1º. Ficam concedidas férias aos servidores do magistério municipal, relacionados no anexo único desta portaria, no período de 18-12-2017 até 31-01-2018, em conformidade com os respectivos períodos aquisitivos de cada servidor.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativa

ANEXO ÚNICO

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	ASSINATURA
ANA SCZESNY	05-01-2017 Á 05-01-2018	
CAMILA NAIBO	06-02-2017 Á 06-02-2018	
CATIA MARCELA BIANCHIN	01-11-2017 Á 01-11-2018	
CLAUZIA A. DE VARGAS BROLL	05-04-2017 Á 05-04-2018	
DAIANA BORSATTO	06-02-2017 Á 06-02-2018	
DENAIR VIECELLI DALLA BETHA	01-01-2017 Á 01-01-2018	
EDIVANE DA SILVA	06-02-2017 Á 06-02-2018	
ELAINE MARLENE BIRCK CAUDURO	12-02-2017 Á 12-02-2018	
ELAINE MARLENE BIRCK CAUDURO	06-02-2017 Á 06-02-2018	
ELIZABETE BURIN	01-11-2017 Á 01-11-2018	
EMERSON LUAN CONTE	06-02-2017 Á 06-02-2018	
GABRIELA ZAPANI	06-02-2017 Á 06-02-2018	
GENE SOMENSI GIARETTA	06-02-2017 Á 06-02-2018	
GIOVANA CRISTINA SOMENSI	12-02-2017 Á 12-02-2018	
GRACIELI CAOVIALLA	03-05-2017 Á 30-05-2018	
IDIANE VIECELLI BIZOLLO	12-02-2017 Á 12-02-2018	

JULIANA DE BASTIANI LORENZET	06-02-2017 Á 06-02-2018	
LINDINES GADINI	06-02-2017 Á 06-02-2018	
PRICILA VIECELLI DALLA BETHA	06-02-2017 Á 06-02-2018	
SILVIA MAIOLI ARALDI	02-07-2017 Á 02-07-2018	
SIMONE NARDI BEDENDO	02-07-2017 Á 02-07-2018	
SIMONE NARDI BEDENDO	06-02-2017 Á 06-02-2018	
SUELI MARIA SOMENSI CAOILLA	06-02-2017 Á 06-02-2018	
VANESSA CELUPPI	06-02-2017 Á 06-02-2018	

PORTARIA 217/2017

Publicação Nº 1472956

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 217, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Homologa Estágio Probatório e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando o cumprimento dos requisitos previstos no Decreto nº. 307/2006, de 28 de março de 2006,

Considerando o resultado final das avaliações realizadas durante o período de 03 anos, (resultado final anexo).

RESOLVE,

Art. 1º. Fica homologado o Estágio Probatório do servidor LUCAS CENCI, que ocupa o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal de Arvoredo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPALPublicada em
data supraMiriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo**PORTARIA 218/2017**

Publicação Nº 1472957

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA Nº. 217, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede férias coletivas a servidores e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, a necessidade de ajustamento e operacionalização das atividades da administração para o para o final de 2017 e início de 2018,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e incisos da Lei Complementar nº. 13, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE,

Art. 1º. Ficam concedidas férias aos servidores relacionados no anexo único desta portaria, no período de 18-12-2017 até 16-01-2018, em conformidade com os respectivos períodos aquisitivos de cada servidor.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPALPublicada em
data supraMIRIAM MENEGUZZI PADOVA
Agente Administrativo**ANEXO ÚNICO**

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	ASSINATURA
ALINE LAIZ PICOLLI	02-12-2016 Á 02-12-2017	
ARIBERTO ROSÁRIO	04-07-2017 Á 04-07-2018	
ADENILCE MORETTO CERIOLLI	01-09-2016 Á 01-09-2017	
ADENILSO JOÃO MARAFON	06-05-2017 Á 06-04-2018	
ANDRÉIA BIANCHIN GUARDA	11-06-2017 Á 11-06-2018	
ANDRÉIA LORENZETTI	01-02-2017 Á 01-02-2018	
ÁUREA ERNA ZUSSE CALZA	11-08-2016 Á 11-08-2017	
CLAUDEMIR RIVA DE MOURA	05-05-2017 Á 05-05-2018	
CLAUDIMIR DOS SANTOS	04-08-2017 Á 04-08-2018	
CLEONI SCHUK PERTILLE	04-05-2017 Á 04-05-2018	
DANIEL SOMENSI	06-02-2017 Á 06-02-2018	
DANRLEI POZZER	01-09-2017 Á 01-09-2018	
DEONIR ANTONIO PERTILLE	06-05-2016 Á 06-05-2017	
FABIANA MORETTO LORENZET	01-09-2016 Á 01-09-2017	

FLÁVIA WESCHENFELDER	02-04-2017 À 02-04-2018	
GENECI ROSA DA SILVIA	03-04-2017 À 03-04-2018	
GILBERTO LUIZ BEDENDO	10-06-2016 À 10-06-2017	
IGOMAR CARLOS MASCA-RELLO	01-02-2017 À 01-02-2018	
JADERSON ANTUNES DE LIMA	01-09-2017 À 01-09-2018	
JACIR NARDI	01-03-2017 À 01-03-2018	
JANETE GASPERIN CAVI-GLION	01-08-2016 À 01-08-2017	
JUÇARA MARIA PERUCHINI	06-03-2017 À 06-03-2018	
JULIANO MENEGUZZI	02-09-2015 À 02-09-2016	
JUNIOR PEDRO CAOVI-LLA	22-07-2017 À 22-07-2018	
MARILEI LORENZETTI	06-06-2017 À 06-06-2018	
NEODI ZATTA	04-08-2017 À 04-08-2018	
NEUSA DE SOUZA DIAS	07-02-2017 À 07-02-2018	
RENATA GANDOLFI	06-11-2016 À 06-11-2017	
SANDRA BARP	06-03-2017 À 06-03-2018	
SANTO JOÃO MARAFON	06-02-2017 À 06-02-2018	
SÓCRATES LORENZETTI	01-06-2017 À 01-06-2018	
SUELI SEGNETTO	02-04-2017 À 02-04-2018	
VALMIR ANTONIO MICHE-LON	10-03-2017 À 10-03-2018	
VANDERLEI DOMINGOS	16-07-2017 À 16-07-2018	
VANESSA TEREZA BENDER	06-02-2016 À 06-02-2017	
WILSON DE SOUZA	15-02-2017 À 15-02-2018	

PORTARIA 219/2017

Publicação Nº 1472959

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº. 219, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.
Concede férias a servidor e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições do cargo, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal de Arvoredo, e

Considerando, o vencimento de período de Férias,

Considerando, o que prevê o Art. 76 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor ENIO GANDOLFI, que ocupa o

cargo de Motorista de Caminhão, do Quadro Geral de Cargo efetivo, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, férias, no período de 11/12/2017 até 10/01/2018.

Parágrafo Único. As presentes férias são referentes ao período aquisitivo 18-09-2016 À 18-09-2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN ENIO GANDOLFI
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO SERVIDOR

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 220/2017

Publicação Nº 1472961

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA Nº. 220, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.
Concede Licença Paternidade e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII, e

Considerando, nascimento do filho do servidor,

Considerando, o que prevê o Art. 96, da lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido ao servidor, JADERSON ANTUNES DE LIMA, que ocupa o cargo de Motorista de Ônibus, do Quadro Geral de Cargos de Provimento efetivo do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença Paternidade.

Parágrafo Único. A licença ora concedida, compreende o período de 09 até 13 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

MIRIAM MENEGUZZI PADOVA
Agente Administrativo

PORTARIA 221/2017

Publicação Nº 1472962

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA Nº. 221, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.
Concede Licença por Motivo de Casamento

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII, e

Considerando, o que prevê a Alínea "a", do Inciso II, do Art. 105 da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora GEISA FRANCIELI BONATTO GIARETTA, que ocupa o cargo de Odontólogo 40 hs, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença por Motivo de Casamento, pelo período de 05 dias, compreendidos de 11 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL DE ARVOREDO

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

PORTARIA 222/2017

Publicação Nº 1472965

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA No. 222, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.
Concede Licença Gestante e dá outras providências

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita Municipal de Arvoredo – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com o que dispõe o art. 100, inciso VIII e

Considerando, o que prevê o Art. 93 e Parágrafos da Lei Complementar nº. 13 de 30 de setembro de 2005 e alteração imposta pela Lei Complementar nº. 44/2013, de 30 de março de 2013.

Considerando, a prescrição médica atestando a necessidade de licença maternidade para a servidora,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedida a servidora SALETE BARP, que ocupa o cargo de Agente Comunitária de Saúde, do Quadro Geral de Cargos Efetivos, do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença para Tratamento de Saúde.

Parágrafo Único. A Licença ora concedida compreende o período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de 11 de dezembro de

2017 até 08 de junho de 2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 11 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 12 DE DEZEMBRO 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN
PREFEITA MUNICIPAL

Publicada em
data supra

Miriam Meneguzzi Padova
Agente Administrativo

Bandeirante

PREFEITURA

DECRETO Nº 81/2017

Publicação Nº 1473487

Decreto nº 081, de 27 de dezembro de 2017.

Homologa o Plano Municipal de Saúde do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Plano Municipal de Saúde do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, conforme anexo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º A execução do presente Plano Municipal de Saúde não poderá exceder os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 e estará condicionada a previsão orçamentária contida no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 27 de dezembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 378 - 01 DE NOVEMBRO - ANTECIPAÇÃO FÉRIAS - PAULA ANDREA STRINGHINI

Publicação Nº 1473247

Portaria nº 378, de 01 de novembro de 2017.

CONCEDE ANTECIPAÇÃO DE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR, conforme especifica:

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder antecipação de gozo de 08 (oito) dias de férias a servidora Senhora PAULA ANDREA STRINGHINI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheira Agrônoma, Grupo III, Código ANS, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com remuneração atinente ao cargo e a carga horária, com gozo de 02/10 a 08/10/2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/10/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 01 de novembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 379 - 01 DE NOVEMBRO - FÉRIAS - ALEXANDRO RODRIGO TRAMPUSCH

Publicação Nº 1473254

Portaria nº 379, de 01 de novembro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao servidor Senhor ALEXANDRO RODRIGO TRAMPUSCH, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo III, Código ANA, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Fazenda, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 01/10/2016 a 30/09/2017, com gozo no período de 06/11 a 05/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 01 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 380 - 01 DE NOVEMBRO - TERMO ADITIVO CONTRATO DE TRABALHO - JOCELAINE SANTIN

Publicação Nº 1473257

Portaria nº 380, de 01 de novembro de 2017.

ADITIVA CONTRATO DE TRABALHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato Temporário de Trabalho Nº 10/2017.

Considerando o Termo Aditivo nº 01 ao Contrato Temporário de Trabalho Nº 10/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Aditar o Contrato de Trabalho da Senhora JOCELAINE SANTIN para exercer temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Professora para Educação Infantil – Nível II – Licenciatura Plena na área específica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, destinada exclusivamente a suprir excepcional interesse público, com carga horária de 40 horas

semanais, junto a Escola Municipal Anita Garibaldi, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo, estendendo-se sua validade até 16/05/2018, ou até o término da Licença Maternidade da servidora, de conformidade com Atestado Médico datado de 23/08/2017 com data provável para o parto para 17/01/2018.

Art. 2º A presente contratação refere-se a vaga vinculada da servidora SANDRA MADALENA ZUCOLOTTI MARCHESAN, tem caráter temporário, precário, especial e excepcional e, pela razão, não gera obrigações trabalhistas comuns, notadamente aquelas previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas, eis que regida sob o regime jurídico estatutário e administrativo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 01 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 381 - 01 DE NOVEMBRO - LICENÇA MATERNIDADE - SIMONE MARIA BRACHT

Publicação Nº 1473259

Portaria nº 381, de 01 de novembro de 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade a servidora Senhora SIMONE MARIA BRACHT, ocupando e exercendo as funções do cargo de Professor Disciplinas Específicas dos Anos Finais do Ensino Fundamental – Nível I – Nível Médio/Magistério, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, com carga horária de 20 horas semanais junto a Escola Municipal Anita Garibaldi, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 120 (cento e vinte) dias de 01/11 à 28/02/2018, de conformidade com Atestado Médico, datado de 01/11/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 01 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 382 - 03 DE NOVEMBRO - TERMO ADITIVO CONTRATO DE TRABALHO - JANETE SILVA DA MOTA SILVA

Publicação Nº 1473261

Portaria nº 382, de 03 de novembro de 2017.

ADITIVA CONTRATO DE TRABALHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato de Trabalho nº 035/2014;

Considerando o Termo Aditivo nº 01 ao Contrato de Trabalho nº 035/2014;

Considerando o Termo Aditivo nº 02 ao Contrato de Trabalho nº 035/2014;

Considerando o Termo Aditivo nº 03 ao Contrato de Trabalho nº 035/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Aditivar o Contrato de Trabalho da Senhora JANETE SILVA DA MOTA SILVA, para exercer as funções do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, Grupo III, Código AAG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, por tempo determinado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo, até 28/02/2018, até a realização de Concurso Público devido a exoneração da Servidora substituída Saionara Carniel Marcon.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 03 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 383 - 04 DE NOVEMBRO - EXONERAÇÃO - SAIONARA CARNIEL MARCON

Publicação Nº 1473264

Portaria nº 383, de 04 de novembro de 2017.

EXONERA A PEDIDO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido servidora Senhora SAIONARA CARNIEL MARCON, ocupante e exercendo as funções do Cargo de Provedor Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Grupo III, Código AAG, 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, de conformidade com requerimento protocolado sob o nº 215/2017 de 05/10/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 04 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 384 - 06 DE NOVEMBRO - LICENÇA MATERNIDADE - CLESIA FATIMA GUARAGNI

Publicação Nº 1473266

Portaria nº 384, de 06 de novembro de 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade servidora Senhora CLESIA FATIMA GUARAGNI, ocupante do cargo de provimento Efetivo de Professora de Disciplinas Específicas Anos Finais do Ensino Fundamental, Nível III – Pós Graduação em Nível de Especialização na Área de Formação e Atuação, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, pertencente ao Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação deste Ente Federado, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, de 06/11/2017 a 05/03/2018.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 06 de novembro de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 385 - 06 DE NOVEMBRO FÉRIAS - ADRIANA APARECIDA VIEIRA

Publicação Nº 1473269

Portaria nº 385, de 06 de novembro de 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Senhora ADRIANA APARECIDA VIEIRA, ocupante e exercendo as funções do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, exercendo as funções de Telefonista junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta, deste Ente Federado, referente ao período de 01/06/2016 a 31/05/2017, com gozo no período de 10/11 a 09/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 06 de novembro de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 386 - 09 DE NOVEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - DELMAR LUIZ MORESCO

Publicação Nº 1473270

Portaria nº 386, de 09 de novembro de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde o Senhor DELMAR LUIZ MORESCO, ocupando e exercendo as funções do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 02 (dois) dias, de 09/11 à 10/11/2017 de conformidade com Atestado Médico, datado de 09/11/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 09 de novembro de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 387 - 09 DE NOVEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - EDITE MARIA DOS SANTOS

Publicação Nº 1473271

Portaria nº 387, de 09 de novembro de 2017.

RETORNA SERVIDORA DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Retorna de Licença para Tratamento de Saúde a servidora Senhora EDITE MARIA DOS SANTOS, exercendo o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com carga horária de 40 horas semanais, com atribuições e vencimento atinentes à carga horária e ao cargo, a partir de 13/11/2017 de conformidade com atestado de saúde ocupacional datado de 09/11/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 13/11/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 09 de novembro de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 388 - 09 DE NOVEMBRO - TERMO ADITIVO CONTRATO DE TRABALHO - SILVANA APARECIDA VIANA

Publicação Nº 1473272

Portaria nº 388, de 09 de novembro de 2017.

ADITIVA CONTRATO DE TRABALHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato Temporário de Trabalho Nº 36/2017.
Considerando o Termo Aditivo nº 01 ao Contrato Temporário de Trabalho Nº 36/2017.
Considerando o Termo Aditivo nº 02 ao Contrato Temporário de Trabalho Nº 36/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Aditar o Contrato de Trabalho da Senhora SILVANA APARECIDA VIANA para exercer temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Administração, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo alterando a vigência até 26/11/2017.

Art. 2º A presente contratação refere-se a vaga vinculada a servidora senhora Adriana Aparecida Vieira, tem caráter temporário, precário, especial e excepcional e, pela razão, não gera obrigações trabalhistas comuns, notadamente aquelas previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas, eis que regida sob o regime jurídico estatutário e administrativo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 09 de novembro de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 389 - 09 DE NOVEMBRO - GOZO FÉRIAS - FRANCISCO DEO MARTINS

Publicação Nº 1473274

Portaria nº 389, de 09 de novembro de 2017.

CONCEDE GOZO DE DIAS DE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gozo de 07 (sete) dias de férias ao Senhor FRANCISCO DEO MARTINS, ocupante e exercendo as funções do Cargo de Provimento efetivo de Instrutor de Esportes, Grupo III, Código ANS, 20 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período de 18/01/2016 a 17/01/2017, com gozo no período de 16/11 a 22/11/2017, referente ao ofício nº 17/2017 de 13/01/2017 o qual foi chamado a retornar aos trabalhos.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 09 de novembro de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 390 - 09 DE NOVEMBRO - POSSE CARGO PÚBLICO - LUCIANO JOHANN

Publicação Nº 1473275

Portaria nº 390, de 09 de novembro de 2017.

NOMEIA E DÁ POSSE AO EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear e dar posse ao Senhor LUCIANO JOHANN, para exercer o Cargo de Agente de Combate às Endemias, Grupo III, Código AAG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, em razão de aprovação em Concurso Público, sob a égide do Edital de Concurso Público nº 001/2017, de 24/07/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 073/2017, de 31/10/2017, com atribuições e remuneração atinente ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 09 de novembro de 2017.
CELSE BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 391 - 09 DE NOVEMBRO - CONTRATAÇÃO ACT - CAROLINE CHIESA

Publicação Nº 1473276

Portaria nº 391, de 09 de novembro de 2017.

ADMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CARATER PRECÁRIO E TEMPORÁRIO (ACT) PARA ATENDER EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO COM A FORÇA DO ARTIGO 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato Temporário de Trabalho Nº 48/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Com fulcro na Chamada Pública nº 14/2017, fica admitida a Senhora CAROLINE CHIESA para exercer temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Professor Disciplinas Específicas dos Anos Finais do Ensino Fundamental – Nível I – Nível Médio/Magistério, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, destinada exclusivamente a suprir excepcional interesse público, para o período de 09/11/2017 a 21/12/2017,

com carga horária de 20 horas semanais, sendo 10 horas semanais junto a Escola Municipal Bandeirante e 10 horas semanais junto a Escola Municipal Anita Garibaldi, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º A presente contratação refere-se a vaga Vinculada a Servidora Srª Simone Maria Brach, tem caráter temporário, precário, especial e excepcional e, pela razão, não gera obrigações trabalhistas comuns, notadamente aquelas previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas, eis que regida sob o regime jurídico estatutário e administrativo.

Art. 3º Findo o período aprazado neste instrumento, será expedida portaria resolutiva de contrato com a respectiva emissão de Portaria de demissão e, caso haja interesse público e necessidade excepcional, poderá o contrato ser prorrogado pelo mesmo período

Art. 4º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 09 de novembro de 2017.
CELSON BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 392 - 09 DE NOVEMBRO - CONTRATAÇÃO ACT - CRISTIANES RODRIGUES AMANCIO

Publicação Nº 1473277

Portaria nº 392, de 09 de novembro de 2017.

ADMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CARATER PRECÁRIO E TEMPORÁRIO (ACT) PARA ATENDER EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO COM A FORÇA DO ARTIGO 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato Temporário de Trabalho Nº 049/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Com fulcro no Processo Seletivo nº 15/2017, fica admitida a Senhora CRISTIANES RODRIGUES AMANCIO, para exercer temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de Professora História Anos Finais do Ensino Fundamental – Nível II – Licenciatura Plena na área Específica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, destinada exclusivamente a suprir excepcional interesse público, para o período de 09/11 á 21/12/2017, com carga horária de 40 horas semanais, sendo 20 horas junto a Escola Municipal Bandeirante, e 20 horas junto a Escola Municipal Anita Garibaldi, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º A presente contratação refere-se a vaga vinculada ao servidor Srº Clesia Fatima Guaragni, tem caráter temporário, precário, especial e excepcional e, pela razão, não gera obrigações trabalhistas comuns, notadamente aquelas previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas, eis que regida sob o regime jurídico estatutário e administrativo.

Art. 3º Findo o período aprazado neste instrumento, será expedida portaria resolutiva de contrato com a respectiva emissão de Portaria de demissão e, caso haja interesse público e necessidade excepcional, poderá o contrato ser prorrogado pelo mesmo período

Art. 4º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 09 de novembro de 2017.
CELSON BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 393 - 10 DE NOVEMBRO - FÉRIAS - EDISON SCARAVONATTO

Publicação Nº 1473278

Portaria nº 393, de 10 de novembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Senhor EDISON SCARAVONATTO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo III, Código ANA, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Administração, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 01/08/2015 a 31/07/2016, com gozo no período de 13/11 a 12/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 10 de novembro de 2017.
CELSON BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 394 - 13 DE NOVEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - GILSON PASA

Publicação Nº 1473280

Portaria nº 394, de 13 de novembro de 2017.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde o Senhor GILSON PASA, ocupando e exercendo as funções do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 13/11 á 26/03/2018 de conformidade com Requerimento de Pedido de Prorrogação e marcação de Perícia Médica, datada de 13/11/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 13 de novembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

PORTARIA 395 - 16 DE NOVEMBRO - POSSE CARGO PÚBLICO - RÔMULO DUTRA DE CAMPOS MAZUTTI

Publicação Nº 1473281

Portaria nº 395, de 16 de novembro de 2017.

NOMEIA E DÁ POSSE AO EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear e dar posse ao Senhor RÔMULO DUTRA DE CAMPOS MAZUTTI, para exercer o Cargo de Vigilante Sanitário, Grupo III, Código AAG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, em razão de aprovação em Concurso Público, sob a égide do Edital de Concurso Público nº 001/2017, de 24/07/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 073/2017, de 31/10/2017, com atribuições e remuneração atinente ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 16 de novembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

PORTARIA 396 - 20 DE NOVEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - LILIANA CRIVELATTI

Publicação Nº 1473283

Portaria nº 396, de 19 de novembro de 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora Senhora LILIANA CRIVELATTI, ocupante e exercendo as funções do Cargo de Provimento Efetivo de Orientadora Social, Grupo III, Código ANA, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta, pelo período de 23/10/2017 a 17/11/2017, de conformidade com Comunicação de Decisão do INSS, datado de 17/11/2017, retornando às suas atividades normais a partir de 21/11/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17/11/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 19 de novembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

PORTARIA 397 - 20 DE NOVEMBRO - RESCISÃO - GLEICE BRANCO DA CRUZ

Publicação Nº 1473284

Portaria nº 397, de 20 de novembro de 2017.

RESCISÃO DE ORIENTADOR EDUCACIONAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato de Trabalho Nº 046/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir por Retorno de servidora efetiva o Contrato de Trabalho da a Senhora GLEICE BRANCO DA CRUZ para exercer temporariamente (ACT) as funções relacionadas ao cargo de exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Orientadora Social, Grupo III, Código ANA, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, destinada exclusivamente a suprir excepcional interesse público, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 20 de novembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

PORTARIA 398 - 21 DE NOVEMBRO - GOZO FÉRIAS - CARLOS ALEXANDRE BIANCHI

Publicação Nº 1473287

Portaria nº 398, de 21 de novembro de 2017.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gozo de 15 (quinze) dias de Férias ao servidor Senhor CARLOS ALEXANDRE BIANCHI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo III, Código ANA, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com gozo no período de 08/12 a 22/12/2017, período este referente ao ofício nº 195/2017 de 04/07/2017 o qual fui chamado a retornar aos trabalhos.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 21 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 399 - 23 DE NOVEMBRO - LICENÇA PRÊMIO - CARMEN MARISA VIDOR

Publicação Nº 1473288

Portaria nº 399, de 23 de novembro de 2017.
CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o art. 120, da Lei Municipal nº 175, de 20/03/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença prêmio a servidora Senhora CARMEN MARISA VIDOR WOLFART, ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, de conformidade com pedido protocolado sob o nº 252/2017, de 23/11/2017, referente ao período aquisitivo de 26/04/2010 a 24/04/2015.

Art. 2º A licença prêmio será gozada 2/3 no período de 27/11/2017 a 25/01/2017 e 1/3 em pecúnia em novembro/2017.

Art. 3º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 23 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 400 - 23 DE NOVEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - CARME ZENI

Publicação Nº 1473289

Portaria nº 400, de 23 de novembro de 2017.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora Senhora CARME ZENI, ocupante e exercendo as funções do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 02 (dois) dias, de 23/11 a 24/11/2017, de conformidade com Atestado Médico, datado de 23/11/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria

correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 23 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 401 - 24 DE NOVEMBRO - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE - MARCELO HAAS

Publicação Nº 1473292

Portaria nº 401, de 24 de novembro de 2017.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde o Senhor MARCELO HAAS, ocupando e exercendo as funções do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 30 (trinta) dias, de 24/11 a 23/12/2017 de conformidade com Atestado Médico, datado de 24/11/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 24 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 402 - 24 DE NOVEMBRO - TERMO ADITIVO CONTRATO DE TRABALHO - SILVANA APARECIDA VIANA

Publicação Nº 1473293

Portaria nº 402, de 24 de novembro de 2017.

ADITIVA CONTRATO DE TRABALHO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Contrato Temporário de Trabalho Nº 36/2017.

Considerando o Termo Aditivo nº 01 ao Contrato Temporário de Trabalho Nº 36/2017.

Considerando o Termo Aditivo nº 02 ao Contrato Temporário de Trabalho Nº 36/2017.

Considerando o Termo Aditivo nº 03 ao Contrato Temporário de Trabalho Nº 36/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Aditar o Contrato de Trabalho da Senhora SILVANA APARECIDA VIANA para exercer temporariamente (ACT) as funções

relacionadas ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo III, Código TSG, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, com atribuições e vencimento atinente à carga horária e ao cargo alterando a vigência até 25/01/2018.

Art. 2º A presente contratação refere-se a vaga vinculada a servidora senhora Carmen Marisa Vidor, tem caráter temporário, precário, especial e excepcional e, pela razão, não gera obrigações trabalhistas comuns, notadamente aquelas previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas, eis que regida sob o regime jurídico estatutário e administrativo.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 24 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 403 - 29 DE NOVEMBRO - FÉRIAS - VERANICE GRISON BASSO

Publicação Nº 1473297

Portaria nº 403, de 29 de novembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora Senhora VERANICE GRISON BASSO, ocupante do Cargo Eletivo de Membro de Conselho Tutelar, 40 horas semanais, junto a Secretaria de Assistência Social, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 13/09/2015 a 12/09/2016, com gozo no período de 01/12 a 30/12/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 29 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 404 - 30 DE NOVEMBRO - FÉRIAS - ANDRENIZE BECKER

Publicação Nº 1473300

Portaria nº 404, de 30 de novembro de 2017.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias a servidora Senhora ANDRENIZE BECKER, ocupante e exercendo as funções do Cargo de Provimento Efetivo

de Auxiliar Administrativo, Grupo III, Código ANA, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, referente ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2017, com gozo no período de 04/12 a 02/01/2018.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 30 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

PORTARIA 405 - 30 DE NOVEMBRO - LICENÇA JUSTIÇA ELEITORAL - CAMILA BOTTEGA

Publicação Nº 1473301

Portaria nº 405, de 30 de novembro de 2017.
CONCEDE LICENÇA PELO SERVIÇO PRESTADO A JUSTIÇA ELEITORAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença pelo serviço prestado a Justiça Eleitoral a servidora Senhora CAMILA BOTTEGA, exercendo as funções do Cargo Efetivo de Tesoureiro, Grupo III, Código ANA, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Fazenda, pertencente ao Quadro Geral de Pessoal da Administração Direta deste Ente Federado, pelo período de 02 (dois) dias, nos dias 16 e 17/11/2017, conforme requerimento protocolado sob o nº 246/2017 de 16/11/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos á 16/11/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),
em 30 de novembro de 2017.
CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

AD 001 ATA 001/2017 PP 002/2017 FUMTEC

Publicação Nº 1472955

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017
PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratada: BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME
Objeto: locação de tendas palco, grupo de energia trifásico e banheiros químicos para utilização em eventos da Fundação de Turismo, conforme especificações detalhadas no Anexo I – Termo de Referência.
Valor do Contrato: R\$ 925,00
Data de Assinatura: 21/12/2017
Data de Vencimento: 14/02/2018
Barra Velha, 21 de dezembro de 2017.
ANTONIO CARLOS ALVES BOSSO
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito

SIDNEI DE OLIVEIRA
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito

ATA 001/2017 PP 069/2017 PMBV

Publicação Nº 1472911

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016
Contratada: BONA GENTE COMERCIAL LTDA
Objeto: aquisição de utensílios domésticos para as escolas da rede municipal de ensino.
Valor do Contrato: R\$ 210.000,00
Data de Assinatura: 22/12/2017
Data de Vencimento: 22/12/2018
Barra Velha, 22 de dezembro de 2017.
WILSON DE ANDRADE
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN Prefeito

AD 001/2017 ATA 001/2016 PP 020/2016 FMS

Publicação Nº 1472977

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016
PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratada: SUPERAR EIRELI - EPP
Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado para as unidades de Saúde existentes e para as novas Unidades Básicas de Saúde do Centro, Itajuba e Quinta dos Açorianos.
Data de Assinatura: 21/02/2017
Data de Vencimento: 13/10/2017
Barra Velha, 21 de fevereiro de 2017
JOSIANE BAGATOLI
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN Prefeito

ATA 001/2017 PP 072/2017 PMBV

Publicação Nº 1472805

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017
Contratada: SEFE SISTEMA EDUCACIONAL FAMILIA E ESCOLA LTDA
Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação de sistema educacional com fornecimento de material para alunos da rede de ensino - educação infantil
Valor do Contrato: 185.482,50
Data de Assinatura: 22/12/2017
Data de Vencimento: 22/12/2018
Barra Velha, 22 de dezembro de 2017.
CLOVIS NEY GUIMARÃES ADUR
Pela Empresa Contratada
VALTER MARINO ZIMMERMANN Prefeito

AD 001/2017 ATA 001/2017 PP 005/2017 FUMTEC

Publicação Nº 1472993

PREFEITURA DE BARRA VELHA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017
PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratada: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA 09628264990
Objeto: Locação de sonorização, para os eventos de pequeno porte, conforme especificações detalhadas no Anexo I – Termo de Referência
Data de Assinatura: 23/11/2017
Data de Vencimento: 03/04/2018
Barra Velha, 23 de novembro de 2017.

Blumenau

PREFEITURA

TERMO DE FOMENTO Nº. 021/2017

Publicação Nº 1472905

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 021/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE CARIDADE SEM FRONTEIRAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA E DE PILATES.

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 7.500,00 (SETE MIL E QUINHENTOS REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 022/2017

Publicação Nº 1472909

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 022/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE CEGOS DO VALE DO ITAJAÍ

OBJETO: ATENDIMENTO ASSISTENCIAL À PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E BAIXA VISÃO.

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 023/2017

Publicação Nº 1472914

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 023/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

CLUBE DE CAÇA E TIRO PASSO MANSO

OBJETO: MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE FUTEBOL DO BAIRRO PASSO MANSO.

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 024/2017

Publicação Nº 1472920

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 024/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE DEFICIENTES FÍSICOS

OBJETO: PROGRAMA DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E SUAS FAMÍLIAS.

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 025/2017

Publicação Nº 1472925

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 025/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA PAULO ZINGEL E PAULO ZINGEL FILHO E TRANSVERSAIS

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DA ÁREA DE LAZER (PARTE 1)

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 026/2017

Publicação Nº 1472939

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 026/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOHANNA CONRAD

OBJETO: PROJETO APRENDENDO ATRAVÉS DO LÚDICO

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 027/2017

Publicação Nº 1472951

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 027/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO PROFESSOR ARTUR NOVAES

OBJETO: PROJETO ESCOLINHA DE VOLEIBOL

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 028/2017

Publicação Nº 1472968

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 028/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

INSTITUTO ELO VITAL ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FILANTRÓPI-CA BENEFICENTE (ETC.)

OBJETO: PROJETO TRIBO DE DAVI

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 029/2017

Publicação Nº 1472972

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 029/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS FOLCLÓRICOS GERMÂNICOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

OBJETO: EVENTO INTERNATIONALES VOLKSTANZTREFFEN

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 030/2017

Publicação Nº 1472978

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 030/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA ZIMMERMANN

OBJETO: PROJETO MARIA ZIMMERMANN

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 7.500,00 (SETE MIL E QUINHENTOS REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 031/2017

Publicação Nº 1472983

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 031/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL ALVES RAMOS

OBJETO: PROJETO PARQUINHO PEDAGÓGICO

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 032/2017

Publicação Nº 1472991

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 032/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RUA FRITZ BRUCH E TRANS-VERSAIS

OBJETO: CONCRETAGEM DO ESPAÇO RESERVADO PARA O CAMPI-NHO DE FUTEBOL E AULAS DE GINÁSTICA.

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 033/2017

Publicação Nº 1472997

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 033/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE CAÇA E TIRO DE BLUMENAU

OBJETO: OLÍMPIADAS DOS CLUBES DE CAÇA E TIRO DE BLUME-NAU (2018).

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº.

14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 034/2017

Publicação Nº 1473001

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 034/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DOS NORDESTINOS DE BLUMENAU

OBJETO: CRIAÇÃO DO NÚCLEO DA ESCOLINHA DE FUTEBOL

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 035/2017

Publicação Nº 1473006

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 035/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VELHA PEQUENA

OBJETO: ESCOLINHA DE FUTEBOL DA ASSOCIAÇÃO DE MORADO-RES DA VELHA PEQUENA

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 036/2017

Publicação Nº 1473017

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 036/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

PASSO MANSO FUTEBOL CLUBE

OBJETO: OPORTUNIZAR E ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO E CONVÍVIO SOCIAL ATRAVÉS DO ESPORTE

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 037/2017

Publicação Nº 1473026

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 037/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO RENAL VIDA

OBJETO: CUSTEIO DE INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DE HEMODIÁLISE

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 038/2017

Publicação Nº 1473041

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 038/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL WALTER ROSEMANN

OBJETO: PROJETO ATELIÊ PEDAGÓGICO

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO

FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 039/2017

Publicação Nº 1473056

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 039/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO SÍTIO DONA LÚCIA

OBJETO: CASTRAÇÃO DE ANIMAIS

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 040/2017

Publicação Nº 1473064

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 040/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

GRUPO ASSISTENCIAL DE APOIO (CVV)

OBJETO: SERVIÇO DE APOIO EMOCIONAL

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 041/2017

Publicação Nº 1473066

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 041/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE BLUMENAU

OBJETO: SERVIÇO DE PREVENÇÃO AO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO E DE MAMA E APOIO A PACIENTES MASTECTOMIZADAS.

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 042/2017

Publicação Nº 1473071

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 042/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SALTO DO NORTE ESPORTE CLUBE

OBJETO: NÚCLEO DE FUTEBOL NO BAIRRO SALTO DO NORTE

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 043/2017

Publicação Nº 1473074

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 043/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LOTEAMENTO BANDEIRANTES E ADJACÊNCIAS

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE ÁREA DE LAZER EXTERNA NO BAIRRO SALTO DO NORTE.

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO

FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE FOMENTO Nº. 044/2017

Publicação Nº 1473079

EXTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº. 044/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL QUINTINO BOCAIUVA

OBJETO: MUSICALIZANDO PARA O FUTURO

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.558/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 006/2017

Publicação Nº 1473092

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 006/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

COOPERATIVA PROVE DE BLUMENAU – COOPERPROVE

OBJETO: COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICO E FINANCEIRO PARA A EXECUÇÃO DE AÇÕES QUE VISAM O DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DAS PEQUENAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

FUNDAMENTO LEGAL:LEI MUNICIPAL Nº. 8.517/2017, IN TCE Nº. 14/2012, LEI FEDERAL Nº. 13.19/2014 E ALTERAÇÕES, DECRETO FEDERAL Nº. 8.726/2016 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.235/2017.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA.

VALOR R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

DATA DE ASSINATURA: BLUMENAU (SC) 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 1515/2015

Publicação Nº 1473450

DECRETO Nº 5115/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017 DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso VII, art. 41 da Lei Orgânica do Município de Bom Jesus do Oeste, com fundamento no § 1º, art. 24 da Lei Municipal Nº 1003/2017, DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Plano Municipal de Cultura do município de Bom Jesus do Oeste – SC, na forma de anexo único, que fica fazendo parte deste Decreto.

Art. 2º. O Plano Municipal de Cultura do município de Bom Jesus do Oeste – SC foi elaborado com ampla participação da sociedade civil, com instâncias de debate para formulação de suas propostas e ao final foi validado pelo Conselho Municipal de Política Cultural deste município.

Art. 3º. O município por meio do Conselho Municipal de Política Cultural, acompanhará e opinará sobre a execução e implementação das ações previstas.

Art. 4º. O Plano Plurianual do município será elaborado de modo a dar suporte às metas constantes no Plano Municipal de Cultura e dos respectivos planos decenais.

Art. 5º. Cabe ao Conselho Municipal de Política Cultural coordenar o processo de avaliação e revisão do Plano Municipal de Cultura a cada dois anos.

Art. 6º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 21 de dezembro de 2017.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SINGER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1516/2017

Publicação Nº 1473453

DECRETO Nº 5116/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017 DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE BAIXA DE VALORES REFERENTES A TAXAS E IMPOSTOS NÃO LANÇADOS E OU LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA MAS AFETADOS PELA PRESCRIÇÃO E OU PRECLUSÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso VII, art. 41 da Lei Orgânica do Município de Bom Jesus do Oeste, com fundamento nos arts. 1º e 2º da Lei Municipal Nº 1071/2017 e no art. 43 da Lei Complementar Nº 820/2011, DECRETA:

Art. 1º. Fica por este Decreto Homologada a baixa de valores referentes a taxas e impostos não lançados e ou lançados em dívida ativa mas afetados pela prescrição e ou preclusão do município de Bom Jesus do Oeste - SC, conforme relatórios anexo único, que fica fazendo parte deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 21 de dezembro de 2017.

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SENER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5114/2017 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473214

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

=====

Decreto nº 5114/2017 de 21 de dezembro de 2017

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02784/2017, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as leis nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de Janeiro de 2017, sob o Processo de Licitação nº 02784/2017, que tem por objeto Eventual e Parcelada aquisição de Combustíveis, sendo: Diesel Comum, Diesel S-10 e Gasolina Comum para uso em veículos e máquinas da frota municipal durante o exercício 2018.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Gasolina Comum	35.000	142.100,00
2	Comercio de Combustíveis Ideal Ltda.	Diesel S - 500	50.000	163.000,00
3	COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU - POSTO BOM JESUS DO OESTE	Diesel S-10	110.000	371.800,00

trezentos e cinco mil e cem reais	305.100,00
trezentos e setenta e um mil e oitocentos reais	371.800,00

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 21/12/17.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 248/2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1472732

PORTARIA Nº 248/2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.
EXONERA SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR servidores municipais por encerramento de contrato de trabalho (ACT'S) a partir do dia 22 de dezembro de 2017 conforme relação abaixo:

Nome	Matricula	Admissão	Exoneração
Sirlane Maria Schwartz	769-2	05.06.2017	22.12.2017
Elisane Julci Vargas Ollmann	725-0	22.02.2016	22.12.2017
Derlice Turmina	777-3	18.09.2017	22.12.2017
Vanderléia Carlotto	764-1	08.05.2017	22.12.2017
Vanderléia Carlotto	765-0	11.05.2017	22.12.2017
Géssica Irene D. Viana	766-8	08.05.2017	22.12.2017
Denise Aparecida Pramio	767-6	09.05.2017	22.12.2017
Denise Aparecida Pramio	778-1	14.09.2017	22.12.2017

Marines Eliane Michel Belusso	776-5	14.09.2017	22.12.2017
Marines Eliane Michel Belusso	779-0	18.10.2017	22.12.2017
Cleusa Brietembach Mossmann	756-0	08.02.2017	22.12.2017
Vaniéli Schwartz Dall Agnol	780-3	18.10.2017	22.12.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 22 de dezembro de 2017.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

Caibi

PREFEITURA

DECRETO 239/2017

Publicação Nº 1472830

DECRETO Nº. 239/2017 DE 26 de DEZEMBRO DE 2017.

Instaura Processo Administrativo Tributário, Designa Servidor Municipal e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista Requerimento do contribuinte Danilo Camargo da Rosa.

RESOLVE:

Instaurar Processo Administrativo Tributário, para apurar a restituição pretendida no valor de R\$ 1.900,00 (mil e novecentos reais) pagos à Fazenda Municipal pelo contribuinte Danilo Camargo da Rosa, relativo ao pagamento de ITBI, em transação de Imóvel em que figura como vendedora Wilma Doehl Arndt e como comprador o ora requerente.

Nomear o servidor Municipal Idevaldo Antonio Dal Cero, para proceder averiguações sobre o fato acima narrado e emitir relatório conclusivo, relatando se houve o pagamento indevido.

E para que produza seus efeitos legais e reais, foi expedido o presente ato.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 26 de dezembro de 2017.
ELOI JOSE LIBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Secretário Municipal de Administração e planejamento

DECRETO 240/2017

Publicação Nº 1472832

DECRETO Nº. 240/2017 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Determina a Restituição de valores ao Contribuinte Danilo Camargo da Rosa, relativos ao ITBI de transação de Imóvel que não se efetivou, e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto no art. 48 da Lei Orgânica do Município, e demais legislação vigente,

CONSIDERANDO o Requerimento efetuado pela Contribuinte Danilo Camargo da Rosa,

CONSIDERANDO o Relatório conclusivo elaborado pelo Servidor Municipal Designado pelo Decreto nº 239/2017, de 26 de Dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Determinar seja efetuada a restituição do valor de R\$ 1.900,00 (mil e novecentos reais), referentes a pagamento de ITBI ao contribuinte Danilo Camargo da Rosa, portador do CPF nº 621.212.609-78, tendo em vista que a escritura Pública de Compra

e venda não se efetivou, conforme documentos em anexo ao relatório.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão suportados por dotações do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC em 26 de dezembro de 2017.
ELOI JOSE LIBANO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Secretário de Administração E Planejamento

DECRETO Nº 238/2017

Publicação Nº 1472764

DECRETO Nº 238/2017 de 26 de Dezembro de 2017

Declara deserta o Processo Licitatório de Nº 120/2017 na Modalidade Pregão Presencial Nº 057/2017 da Prefeitura Municipal de Caibi-SC

ELOI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações,

CONSIDERANDO QUE NÃO COMPARECEU NENHUM PROPONENTE INTERESSADO NO CERTAME LICITATORIO.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada DESERTA o Processo licitatório Nº 120/2017 na modalidade Pregão Presencial Nº 057/2017 que possui por objeto: AQUISIÇÃO DE VEICULO NOVO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAIBI –SC

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, 26 de Dezembro de 2017.
Eloi José libano
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC.

Dirlei Lemes de Almeida
Secretário de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA LICITACAO 01/2017**

Publicação Nº 1472855

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA Nº 001/2017
Respaldo Legal: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93

AVISO DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de Caibi, inscrita no CNPJ sob nº 85.362.358/0001-17, torna público que está realizando despesa no valor total estimado em R\$ 18.360,00 (dezoito mil, trezentos e sessenta reais), com a contratação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Caibi, pessoa jurídica, devidamente inscrito no CNPJ nº 85.362.358/0001-17, com sede na Avenida Progresso nº 557 na cidade de Caibi – SC, para locação de imóvel destinado a sede da Câmara Municipal de Caibi, justificativas e condições descritas no processo supra mencionado.

Determino a publicação do extrato deste processo de Justificativa de Licitação nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada, para que desta forma surta todos os seus efeitos legais.

Caibi – SC, em 22 de Dezembro de 2017.

Gilmar Pedro Carlesso

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Caibi

Campo Erê

PREFEITURA

Decreto 1.326/2017

Publicação Nº 1472730

DECRETO Nº. 1.326, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 1.985/2016, de 29/12/2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme abaixo especificado:

03.00 Gabinete de Planejamento e Gestão

03.01 Gabinete de Planejamento e Gestão

061810601.2.055000 Manutenção do Funrebom

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (911)
.....R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de que trata o artigo 1º a utilização da redução de dotação orçamentária abaixo discriminada:

03.00 Gabinete de Planejamento e Gestão

03.01 Gabinete de Planejamento e Gestão

061810601.2.055000 Manutenção do Funrebom

4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (990)
.....R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 28 de novembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6.

Decreto 1.327/2017

Publicação Nº 1472731

DECRETO Nº. 1.327, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso VII, do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal, e o Decreto nº 291 de 11 de dezembro de 2012;

DECRETA

Art. 1º. Fica implantado o calendário de plantões das Farmácias e Drogarias do Município de Campo Erê, para o exercício de 2018, de acordo com o anexo único deste Decreto.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê - SC, 28 de novembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

DÁRIO FERLIN

Supervisor de Equipe I – Atos Oficiais

ANEXO ÚNICO DO DECRETO 1.327/2017

Horário de Atendimento em Sistema de Plantão – Farmácias e Drogarias

Segunda a sexta-feira (dias úteis) – PLANTÃO das 18:00h às 22:00h (aberto)

Sábados: das 12:00h às 22:00h (aberto)

Domingos e Feriados: das 08:00h às 22:00h (aberto)

JANEIRO 2018

01 a 07	FARMACIA SANTA CECILIA
08 a 14	FARMÁCIA FARMAVIP
15 a 21	FARMACIA SÃO LUCAS
22 a 28	FARMACIA SANTA MARIA
29 a 31	FARMACIA HOSPITAL S. A

FEVEREIRO 2018

01 a 04	FARMACIA HOSPITAL S. A
05 a 11	FARMÁCIA SANTA CECILIA
12 a 18	FARMACIA FARMAVIP
19 a 25	FARMACIA SÃO LUCAS
26 a 28	FARMACIA SANTA MARIA

MARÇO 2018

01 a 04	FARMACIA SANTA MARIA
05 a 11	FARMACIA HOSPITAL S.A
12 a 18	FARMACIA SANTA CECILIA
19 a 25	FARMACIA FARMAVIP
26 a 31	FARMÁCIA SÃO LUCAS

ABRIL 2018

01	FARMACIA SÃO LUCAS
02 a 08	FARMACIA SANTA MARIA
09 a 15	FARMACIA HOSPITAL S.A
16 a 22	FARMACIA SANTA CECILIA
23 a 29	FARMACIA FARMAVIP
30	FARMACIA SÃO LUCAS

MAIO 2018

01 a 06	FARMÁCIA SÃO LUCAS
07 a 13	FARMACIA SANTA MARIA
14 a 20	FARMACIA HOSPITAL S. A
21 a 27	FARMACIA SANTA CECILIA
28 a 31	FARMACIA FARMAVIP

JUNHO 2018

01 a 03	FARMÁCIA FARMAVIP
04 a 10	FARMÁCIA SÃO LUCAS
11 a 17	FARMACIA SANTA MARIA
18 a 24	FARMACIA HOSPITAL S.A
25 a 30	FARMACIA SANTA CECILIA

JULHO 2018

01	FARMACIA SANTA CECILIA
02 a 08	FARMÁCIA FARMAVIP
09 a 15	FARMACIA SÃO LUCAS
16 a 22	FARMACIA SANTA MARIA
23 a 29	FARMACIA HOSPITAL S.A
30 e 31	FARMACIA SANTA CECILIA

AGOSTO 2018

01 a 05	FARMÁCIA SANTA CECILIA
06 a 12	FARMÁCIA FARMAVIP
13 a 19	FARMÁCIA SÃO LUCAS
20 a 26	FARMÁCIA SANTA MARIA
27 a 31	FARMACIA HOSPITAL S.A

SETEMBRO 2017

01 a 02	FARMÁCIA HOSPITAL S.A
03 a 09	FARMÁCIA SANTA CECILIA
10 a 16	FARMACIA FARMAVIP.
17 a 23	FARMÁCIA SÃO LUCAS
24 a 30	FARMACIA SANTA MARIA

OUTUBRO 2018

01 a 07	FARMACIA HOSPITAL S.A
08 a 14	FARMACIA SANTA CECILIA
15 a 21	FARMÁCIA FARMAVIP
22 a 28	FARMACIA SÃO LUCAS
29 a 31	FARMÁCIA SANTA MARIA

NOVEMBRO 2018

01 a 04	FARMACIA SANTA MARIA
05 a 11	FARMACIA HOSPITAL S.A
12 a 18	FARMACIA SANTA CECILIA
19 a 25	FARMÁCIA FARMAVIP
26 a 30	FARMACIA SÃO LUCAS

DEZEMBRO 2018

01 a 02	FARMACIA SÃO LUCAS
03 a 09	FARMÁCIA SANTA MARIA
10 a 16	FARMACIA HOSPITAL S.A
17 a 23	FARMACIA SANTA CECILIA
24 a 31	FARMÁCIA FARMAVIP

Decreto 1.328/2017

Publicação Nº 1472733

DECRETO Nº. 1.328, DE 28 DE NOVEBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ART. 2º. DO DECRETO N. 1.311,
QUE DISPÕE SOBRE O PERÍODO DE RECESSO NA ADMINISTRA-
ÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;
Considerando a necessidade de prorrogação do período de empenhamento de despesas em decorrência de necessidades urgentes;

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada para o dia 05 de Dezembro de 2017, como a data limite para a emissão de empenhos no exercício de 2017, exceto aqueles relativos a folha de pagamento e os tributos decorrentes dela e das situações emergenciais e necessárias.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 28 de novembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc. em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

Decreto 1.329/2017

Publicação Nº 1472739

DECRETO Nº. 1.329, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

FIXA FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica fixado os dias de feriados e os dias de ponto facultativo no ano de 2018, para cumprimento pelos órgãos e entidades da administração do Poder Executivo Municipal:

I – 01 de janeiro, confraternização universal (feriado);

II – 12 de fevereiro, Carnaval (ponto facultativo);

III – 13 de fevereiro, Carnaval (ponto facultativo);

IV – 14 de fevereiro, Carnaval (ponto facultativo até as 13h30);

V – 30 de março, Paixão de Cristo (feriado nacional);

VI – 21 de abril, Tiradentes (feriado nacional);

VII - 1º de maio, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);

VIII – 31 de maio, Corpus Christi (ponto facultativo);

IX – 01 de junho (ponto facultativo);

X – 27 de julho, Emancipação Político-administrativa do Município (feriado municipal);

XI - 29 de julho, Dia do Evangélico (feriado municipal);

XII - 07 de setembro, Independência do Brasil (feriado nacional);

XIII - 12 de outubro, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);

XIV - 26 de outubro, Dia do Servidor Público (ponto facultativo);

XV - 02 de novembro, Finados (feriado nacional);

XVI - 15 de novembro, Proclamação da República (feriado nacional);

XVII – 16 de novembro, Proclamação da República (ponto facultativo);

XVIII - 08 de dezembro, Assunção de Nossa Senhora da Conceição

(feriado municipal);
XIX - 25 de dezembro, Natal (feriado nacional).

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 28 de Novembro de 2017.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DÁRIO FERLIN
Técnico em Contabilidade/Mat. n. 000784-6

Decreto 1.330/2017

Publicação Nº 1472741

DECRETO Nº. 1.330, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMEN-
TAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 1.985/2016, de 29/12/2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 16.787,00 (dezesesseis mil setecentos e oitenta e sete reais), conforme abaixo especifica-
do:

05.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.01 Secretaria Municipal de Educação
123611201.2.026000 Manutenção das Atividades do Ensino Fun-
damental
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1410)
R\$ 16.787,00
Fonte de Recursos 01.19 Transferências do Fundeb 40%

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 16.787,00 (dezesesseis mil setecentos e oitenta e sete reais), de que trata o artigo 1º a redução de dotação orçamen-
tária abaixo discriminada.

05.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05001 Secretaria Municipal de Educação
123611201.2.026000 Manutenção das Atividades do Ensino Fun-
damental
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1406)
.... R\$ 16.787,00
Fonte de Recursos 01.18 Transferências do Fundeb 60%

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 28 de Novembro de 2017.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Téc em Contabilidade
Matricula 784-6

Decreto 1.331/2017

Publicação Nº 1472742

DECRETO Nº. 1.331, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMEN-
TAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 1.985/2016, de 29/12/2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), conforme abaixo especificado:

03.00 Gabinete de Planejamento e Gestão
03.01 Gabinete de Planejamento e Gestão
041220402.2.003000 Manutenção das Ativ. do Gab. de Planeja-
mento e Gestão
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (.....)
.....R\$ 114.000,00
Fonte de Recursos 03.00 Superávit Financeiro Exercício Anterior

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), de que trata o artigo 1º a utilização do superávit financeiro exercício an-
terior.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 28 de novembro de 2017.
Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Téc. em Contabilidade
Mat. Nº 000784-6

Decreto 1.332/2017

Publicação Nº 1472745

DECRETO Nº. 1.332, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMEN-
TAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 1.985/2016, de 29/12/2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 181.000,00 (cento e oitenta e um mil reais), conforme abaixo especificado:

14.01 Fundo Municipal de Saúde

14.01 Fundo Municipal de Saúde

103011001.2.014000 Manutenção das Atividades da Saúde

3.1.90.00.00.00.00 Aplicação Direta (5986)

.....R\$ 181.000,00

Fonte de Recursos 01.02 Receitas de Impostos e de Transferências

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 181.000,00 (cento e oitenta e um mil reais), de que trata o artigo 1º a utilização do provável excesso de arrecadação do exercício.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 28 de novembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

Decreto 1.3333/2017

Publicação Nº 1472746

DECRETO Nº. 1.333, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 1.985/2016, de 29/12/2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais), conforme abaixo especificado:

07.00 Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural

07.01 Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural

206062001.2.036000 Atividades de Apoio á Agricultura e Infraestrutura Rural

3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (3774)

.....R\$ 91.200,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 91.200,00 (noventa e um mil reais), de que trata o artigo 1º a redução de dotação orçamentária abaixo discriminada.

07.00 Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural

07.01 Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural

206062001.2.036000 Atividades de Apoio á Agricultura e Infraestrutura Rural

3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (3780)

.....R\$ 91.200,00

Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 11 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

Decreto 1.334/2017

Publicação Nº 1472748

DECRETO Nº. 1.334, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

FIXA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL - UFRM PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Erê e o § 1º do Art. 1º. da Lei Complementar nº 001/2001;

Considerando que o índice do IGPM não sofreu acréscimo no período de dezembro/2016 à novembro/2017;

DECRETA

Art. 1º. O valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, para o exercício de 2018, será de R\$ 3,6540 (três reais vírgula sessenta e cinco e quarenta centavos).

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 11 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

Decreto 1.335/2017

Publicação Nº 1472749

DECRETO Nº. 1.335, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE AVALIAÇÃO MOBILIÁRIA E IMOBILIÁRIA - COMPAMI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VII do Art. 57 Lei Orgânica Municipal e o Decreto nº 459/2014;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Municipal Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária - COMPAMI, conforme segue:

I – Odenir Maffissoni (Presidente);
 II – Dário Ferlin (Secretário Geral);
 III – Pamela Bernardon de Góis (Membro);
 IV – José Edson Baú (Membro);
 V – Loreni Dias de Oliveira (Membro).

Art. 2º. Os membros da Comissão prestarão serviços considerados relevantes ao Município e não serão remunerados pelo exercício de suas funções na mesma.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 460, de 12 de agosto de 2014.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 13 de dezembro de 2017.
 Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
 Prefeito Municipal
 Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
 Téc em Contabilidade
 Mat. Nº 000784-6

Decreto 1.336/2017

Publicação Nº 1472750

DECRETO Nº. 1.336, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.
 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 57, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 1.985/2016, de 29/12/2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, Crédito Adicional suplementar no Valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme abaixo especificado:

08.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
 08.01 Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento
 154521503.2.032000 Manutenção do Serviço de Utilidade Pública
 3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4272)
R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 01.08 Contribuição Para Custeio dos Serviços de Ilun.Pub.

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de que trata o artigo 1º a utilização do excesso de arrecadação do exercício

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 14 de Dezembro de 2017.
 Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
 Prefeito Municipal
 Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
 Téc em Contabilidade
 Mat. Nº 000784-6

Decreto 1.337/2017

Publicação Nº 1472752

DECRETO Nº. 1.337, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.
 DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE ADICIONAL DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 10. Inciso II da Lei Complementar n. 076/2015 de 03 de março de 2015.
 Considerando a CI n. 325/2017 de 15/12/2017, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizado o pagamento de adicional de serviço extraordinário até o limite de 60 (sessenta) horas por mês, por motivo de excepcional interesse público, para o Servidor Público LEOVINO AMARO, Matrícula n. 11166-0, ocupante do cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 15 de dezembro de 2017.
 Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
 Prefeito Municipal
 Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
 Téc em Contabilidade
 Mat. Nº 000784-6

Decreto 2.030/2017

Publicação Nº 1472777

LEI Nº 2.030/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017
 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;
 Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Campo Erê, com o objetivo de assegurar-lhes o pleno exercício dos direitos individuais e sociais.

Art. 2º. Caberá aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa com deficiência, o pleno exercício de seus direitos básicos quanto à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

At. 3º. Para os efeitos desta lei, considera-se pessoa com deficiência,

além daquelas citadas na Lei nº. 10.690, de 16 de julho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

I – deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II – deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

III – deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV – deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V – deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.

Art. 4º. A política de atendimento dos direitos da Pessoa com Deficiência será garantida através dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- II - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 5º. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será um órgão de caráter deliberativo relativo à sua área de atuação, com os seguintes objetivos:

I – elaborar os planos, programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência e propor as providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento, inclusive as pertinentes a recursos financeiros e as de caráter legislativo;

II – zelar pela efetiva implantação da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

III – acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas municipais da acessibilidade à educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, urbanismo e outras relativas à pessoa com deficiência;

IV – acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

V – zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

VI – propor a elaboração de estudos e pesquisas que visem à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

VII – propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

VIII – acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

IX – manifestar-se, dentro dos limites de sua atuação, acerca da administração e condução de trabalhos de prevenção, habilitação, reabilitação e inclusão social de entidade particular ou pública, quando houver notícia de irregularidade, expedindo, quando entender cabível, recomendação ao representante legal da entidade;

X – avaliar anualmente o desenvolvimento da política Estadual/Municipal de atendimento especializado à pessoa com deficiência de acordo com a legislação em vigor, visando à sua plena adequação;

XI – elaborar o seu regimento interno.

Art. 6º. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composto por membros titulares e suplentes, respectivamente, representantes dos seguintes órgãos ou entidades:

I – um representante da APAE;

II – um representante do CAPS;

III – um representante da Pastoral da Criança;

IV – um representante Sindicato Rural;

V – um representante do Lions Clube;

VI – um representante da ACICE;

VII – um representante do Conselho Tutelar;

VIII – um representante da Uniasservi;

IX – um representante da Secretaria Municipal de Educação;

X – um representante da Secretaria Municipal de Saúde;

XI – um representante das Escolas Estaduais de Campo Erê;

XII – um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 1º. Cada representante terá um suplente com plenos poderes para o substituir provisoriamente em suas faltas ou impedimentos, ou em definitivo, no caso de vacância da titularidade.

§ 2º. As entidades representantes de cada segmento fará a indicação de seus membros, titulares e suplentes, mediante comunicação por escrito.

§ 3º. O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será eleito entre seus pares, com mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzido por mais um período.

Art. 7º. O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será de dois anos, permitida a recondução por mais um período.

Art. 8º. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência serão nomeados pelo Poder Executivo, por decreto.

Art. 9º. As funções de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço de relevância pública prestado ao Município.

Art. 10. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência poderão ser substituídos mediante solicitação da instituição ou autoridade pública a qual estejam vinculados, apresentada ao referido Conselho, o qual fará comunicação do ato ao Prefeito Municipal.

Art. 11. Perderá o mandato o conselheiro que:

I – desvincular-se do órgão de origem da sua representação;

II – faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no regimento interno do Conselho;

III – apresentar renúncia ao Conselho, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção pela Comissão Executiva;

IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;

V – for condenado por sentença irrecorrível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

Parágrafo único. A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou

de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa.

Art. 12. Perderá o mandato a instituição que:

I – extinguir sua base territorial de atuação no Município de Campo Erê;

II – tiver constatada em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade que torne incompatível sua representação no Conselho;

III – sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.

Parágrafo único. A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada a ampla defesa e homologada por Decreto Municipal.

Art. 13. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, como captador e ampliador dos recursos a serem utilizados segundo deliberações do Conselho, ao qual o órgão é vinculado.

Art. 14. Compete ao Fundo:

I - gerir os recursos orçamentários próprios do município ou à ele transferidos, em benefício das Pessoas com Deficiência, pelo Estado ou pela União;

II - gerir os recursos captados pelo Município, através de convênios, ou por doações ao Fundo;

III - liberar os recursos a serem aplicados em benefício das Pessoas com Deficiência nos termos da resolução do Conselho;

IV - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos Direitos da Pessoa com Deficiência, segundo resoluções do conselho;

V - Gerir os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

VI - desenvolver outras atividades correlatas.

Art. 15. O Fundo será regulamentado por Resolução expedida pelo Conselho.

Art. 16. Para executar os serviços técnicos de contabilidade, o Conselho poderá contar com serviços municipais próprios.

Art. 17. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizará sob sua coordenação, Conferência Municipal, a cada dois anos, órgão colegiado de caráter deliberativo, para avaliar e propor atividades e políticas da área a serem implementadas ou já efetivadas no Município, garantindo-se sua ampla divulgação.

§ 1º. A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será composta por delegados representantes dos órgãos, entidades e instituições de que trata o artigo 6º.

§ 2º. A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será convocada pelo respectivo Conselho no período de até noventa dias anteriores à data para eleição do Conselho.

§ 3º. Em caso de não-convocação por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no prazo referido no parágrafo anterior, a iniciativa poderá ser realizada por 1/5 das instituições registradas em referido Conselho, que formarão comissão paritária para a organização e coordenação da Conferência.

Art. 18. Compete à Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I – avaliar a situação da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência;

II – fixar as diretrizes gerais da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência no biênio subsequente ao de sua realização;

III – avaliar e reformar as decisões administrativas do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, quando provocada;

IV – aprovar seu regimento interno;

V – aprovar e dar publicidade a suas resoluções, que serão registradas em documento final.

Art. 19. O Poder Executivo fica obrigado a prestar o apoio necessário ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 20. Para a realização da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, será instituída pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de trinta dias contados da publicação da presente lei, comissão paritária responsável pela sua convocação e organização, mediante elaboração de regimento interno.

Art. 21. Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de trinta dias, contados da sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 22. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê SC,
em 14 de dezembro de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade
Matrícula n. 00784-6

Lei 2.029/2017

Publicação Nº 1472763

LEI Nº 2.029/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Campo Erê SC, para exercício de 2018, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 27.792.000,00 (Vinte e sete milhões, setecentos e noventa e dois mil reais).

I - DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º. O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 24.450.000,00 (Vinte e quatro milhões e quatrocentos e cinquenta mil reais) e a Despesas Orçamentária em R\$ 18.987.075,00 (Dezoito milhões, novecentos e oitenta e sete mil e setenta e cinco reais), e Despesa Financeira de R\$ 5.462.925,00 (Cinco milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil e novecentos e vinte e cinco reais).

§1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	24.420.000,00
1.1- Receita Tributária	3.367.500,00

1.2- Receitas de Contribuições	400.000,00
1.3- Receita Patrimonial	189.200,00
1.4- Receita Agropecuária	86.000,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	36.500,00
17-Transferências Correntes	20.120.800,00
1.9- Outras Receitas Correntes	220.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	30.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	30.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	24.450.000,00

§2º. A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	17.462.575,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	11.817.375,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	500,00
3.3- Outras Despesas Correntes	5.644.700,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	1.504.500,00
4.4- Investimentos	413.500,00
4.5- Inversões Financeiras	1.000,00
4.6- Amortização da Dívida	1.090.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00
9.9- Reserva de Contingência	20.000,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	5.462.925,00
- Fundo Municipal da Saúde	4.061.925,00
- Fundo Municipal de Assistência Social	200.000,00
- Fundo Municipal da criança e adolescente	50.000,00
- Câmara Municipal de Vereadores	1.151.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	24.450.000,00

II - DO ORÇAMENTO DOS FUNDOS MUNICIPAIS

Art. 3º. O orçamento dos Fundos Municipais para o exercício de 2018 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	2.966.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	25.500,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	2.937.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	3.500,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	4.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	4.061.925,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	4.061.925,00
TOTAL	7.031.925,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
------------------------	-----------

3– DESPESAS CORRENTES	6.960.925,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	3.196.425,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	3.764.500,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	71.000,00
4.4- Investimentos	71.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	7.031.925,00

II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	370.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	11.500,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	354.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	4.500,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	200.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	200.000,00
TOTAL	570.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	557.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	556.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	13.000,00
4.4- Investimentos	13.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	570.000,00

III – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	2.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	1.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00

2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	50.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	50.000,00
TOTAL	52.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	45.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	45.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	7.000,00
4.4- Investimentos	7.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	52.000,00

IV – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	1.151.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	1.151.000,00
TOTAL	1.151.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	1.096.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	870.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	226.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	55.000,00
4.4- Investimentos	55.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.151.000,00

Art. 4º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza, conforme anexo IX da LDO, conforme demonstração abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL CAMPO ERÊ

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	20.000,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	20.000,00

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, por ato próprio, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30 % da Despesa consolidada estimada para o orçamento de 2018, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas

no exercício e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º. As despesas por conta de dotação vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º. Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º. Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro,

Art. 11. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê SC,
em 11 de Dezembro de 2017.
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade
Matrícula n. 00784-6

Lei 2.031/2017

Publicação Nº 1472793

LEI Nº 2.031/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

TRANSFORMA EM ÁREA URBANA E ANEXA AO PERÍMETRO URBANO A ÁREA INTEGRAL DA MATRÍCULA N. 9.677, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina; Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica transformada em área urbana e anexada ao perímetro urbano do Município de Campo Erê, a Área Integral das chácaras nº 94, 95, 96, 97 e 98, com área de 20.050m², (vinte mil e cinquenta metros quadrados) integrante da Matrícula n. 9.677, do Registro de Imóveis de Campo Erê, com os limites e confrontações descritos na matrícula, no Anexo I, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê SC,
em 14 de dezembro de 2017.
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade
Matrícula n. 00784-6

Lei 2.032/2017

Publicação Nº 1472800

LEI Nº 2.032/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, DO GRUPO INTEGRADO DE AÇÕES COORDENADAS, NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O prefeito do município de campo Erê, Estado de santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

CAPÍTULO I

Do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

Art. 1º Fica criado o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil de Campo Erê, mediante atuação conjunta do poder público e das entidades não governamentais, com o objetivo de implantar e manter uma política permanente de prevenção, controle e enfrentamento de situações de emergências ou calamidades públicas.

Parágrafo Único - O Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC atuará integrado com os demais sistemas congêneres municipais, regionais, estaduais e federais, mantendo estrito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para ações e esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

Art. 2º São objetivos do SIMPDEC:

I - Cumprir com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, bem como com as competências exclusivas dos municípios e com aquelas de responsabilidade comum com os demais entes Federados;

II - Promover ações estruturantes de prevenção, treinamento e educação em Defesa Civil;

III - Planejar e promover a defesa permanente contra desastres;

IV - Prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas;

V - Atuar em cooperação ou de forma integrada com os sistemas estadual e nacional de Defesa Civil.

Art. 3º Integram o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC, com atuação permanente:

I - O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - CONMPDEC, designado nos termos desta Lei;

II - O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMPDEC;

III - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COM-PDEC;

IV - O Grupo Integrado de Ações Coordenadas - GRAC.

CAPÍTULO II

Da Coordenadoria Municipal Proteção e Defesa Civil – COMPDEC

Art. 4º Fica criada, no âmbito da Estrutura Organizacional-Administrativa da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a Coordenadoria Municipal Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, órgão de subordinação direta ao Gabinete do Prefeito Municipal, ao qual compete coordenar todo o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, implementando uma política de proteção e de defesa civil à população.

Art. 5º Integrarão a Estrutura Organizacional da COMPDEC, com seus respectivos símbolos, a Função de Coordenador(a) de Proteção e Defesa Civil, especificados no Anexo I da presente Lei.

Parágrafo Único - As atribuições do(a) Coordenador(a) da COMPDEC são as estabelecidas no Anexo I da presente Lei.

Art. 6º São atribuições da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil Municipal:

I - executar ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção da sociedade;

II - promover a integração entre todos os entes públicos, privados, organizações não governamentais e sociedades civis organizadas, a nível municipal e regional, para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;

III - prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;

IV - estimular o desenvolvimento de comunidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização;

V - promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir suas ocorrências;

VI - monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres;

VII - estimular iniciativas que resultem na destinação de moradia em local seguro;

VIII - desenvolver consciência acerca dos riscos de desastre;

IX - executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC - em âmbito local;

X - coordenar as ações do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;

XI - incentivar a incorporação de ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;

XII - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;

XIII - propor ao chefe do executivo municipal a decretação de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública;

XIV - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;

XV - propor a abertura de pontos de apoio ou abrigos provisórios, para assistência à população em situação de alto risco ou desastre;

XVI - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como, sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;

XVII - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;

XVIII - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

XIX - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;

XX - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;

XXI - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações de Defesa Civil e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades apoiadas;

XXII - Capacitar profissionais para ações específicas em Proteção e Defesa Civil.

Art. 7º Fica instituído, no âmbito do município de Campo Erê, a semana de 18 a 24 de maio de cada ano, como Semana Municipal de Ações de Defesa Civil, em simetria à data da Semana Estadual de Ações da Defesa Civil, instituído pelo Governo do Estado de Santa Catarina, de acordo com a Lei 14.706/2009.

Parágrafo Único – Nesta semana, a COMPDEC promoverá atividades de conscientização da população, sobre ações que envolvam prevenção, mitigação e enfrentamento aos eventos de desastres naturais.

Art. 8º Para efeitos desta Lei são considerados:

I - Agentes de Proteção e Defesa Civil: todos os servidores públicos

lotados na COMPDEC, independente da função que exerçam;
II - Técnicos de Proteção e Defesa Civil: os engenheiros, arquitetos e geólogos, lotados na COMPDEC ou pertencentes a órgão municipal diverso, quando temporariamente autorizados por delegação e imbuídos de prestar serviço de Proteção e Defesa Civil;
III - Auxiliares Técnicos de Proteção e Defesa Civil: técnicos em construção civil, técnicos em edificações, tecnólogos em meio ambiente ou compatíveis, meteorologistas ou técnicos em meteorologia, lotados na COMPDEC ou pertencentes a órgão municipal diverso, quando temporariamente autorizados por delegação e imbuídos de prestar serviço de Proteção e Defesa Civil;
IV - Voluntários de Proteção e Defesa Civil: Pessoa Física ou Jurídica, previamente capacitada e treinada, que presta serviço voluntário através de atividade não remunerada à COMPDEC, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 9º A COMPDEC terá o Poder de Polícia administrativa para Notificar, Multar, Interditar, Demolir, Requisitar, Penetrar na Propriedade e Remover Pessoas, conforme especificado no Anexo II, nas seguintes condições:

§ 1º. Das Notificações:

I - A COMPDEC poderá notificar os proprietários, possuidores, ou responsáveis por imóveis a apresentarem documentos e/ou cumprirem as exigências técnicas determinadas pelos Agentes de Proteção e Defesa Civil, necessárias a prevenir e mitigar os riscos apontados no local ou que comprometam a segurança de terceiros;
II - O prazo do cumprimento às exigências contidas na Notificação poderá ser de imediato a 30 (trinta) dias úteis, levando em conta a natureza e o grau de risco constatado;
III - O descumprimento acarretará sanção administrativa de Multa, conforme valor definido na notificação.

§ 2º. Das Interdições:

I - INTERDIÇÃO CAUTELAR: determinada por Agentes de Proteção e Defesa Civil aos proprietários ou possuidores de imóveis que estiverem em risco iminente, conforme avaliação preliminar. A Interdição Cautelar será autuada formalmente ou, na impossibilidade, informada verbalmente e terá duração de até 24h (vinte e quatro horas), devendo formalmente ser ratificada ou cancelada por Técnicos de Proteção e Defesa Civil;

II - AUTO DE INTERDIÇÃO: determinada por Técnicos de Proteção e Defesa Civil aos proprietários ou possuidores de imóveis que estiverem em risco, irregulares ou em desconformidade a legislação, conforme avaliação técnica. Os ocupantes deverão deixar o imóvel e seguir todas as instruções ditas pelo Técnico da COMPDEC. A Interdição será autuada formalmente e terá efeito imediato, com duração indeterminada, podendo ser permanente ou condicionada ao cumprimento de requisitos essenciais à proteção, prevenção e ou mitigação dos riscos contemplados;

a) O Auto de Interdição será registrado na COMPDEC, em arquivo próprio, publicado no Diário Oficial do Município, averbado no Órgão Municipal específico e comunicado ao Registro Geral de Imóveis, para o devido assentamento do gravame;

b) Será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para a apresentação de Defesa Prévia do proprietário ou possuidor do imóvel interditado. A Defesa Prévia deve ser apresentada, através do competente processo administrativo municipal e destinada à COMPDEC;

c) O descumprimento do Auto de Interdição acarretará sanção administrativa de Multa, conforme valor definido no Auto de Interdição, além das sanções previstas na legislação penal;

III - DESINTERDIÇÃO: o proprietário ou possuidor do imóvel interditado, após cumprir todos os requisitos e demais exigências contidas no Auto de Interdição, poderá requerer a Desinterdição, apresentando justificativas e provas em Laudo Técnico, elaborado por profissional competente, através de processo administrativo municipal e destinado à COMPDEC. Em caso de deferimento, a COMPDEC publicará no Diário Oficial do Município e averbará no

Órgão Municipal específico, comunicando o Registro Geral de Imóveis para a retirada do assentamento do gravame;
IV - DEMOLIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS: o proprietário ou possuidor do imóvel interditado poderá ser Notificado a prover a Demolição do imóvel e/ou a Reconstituição da Área Remanescente em questão, de acordo com Laudo Técnico ou Registro de Ocorrência emitido por Técnico de Proteção e Defesa Civil. Caso as ações determinadas não sejam cumpridas no prazo, que poderá ser de imediato a 30 (trinta) dias úteis, levando em conta a natureza e o grau de risco constatado, fica o Município autorizado a proceder, de ofício, ações necessárias à Demolição e/ou a Recuperação da Área Degradada. Todos os custos inerentes aos procedimentos executados pelo município para prover a Demolição do Imóvel e/ou a Reconstituição da Área Remanescente serão devidamente cobrados do proprietário ou possuidor do imóvel ou área objeto das ações.

§ 3º. Das Requisições:

I - Os Agentes e Técnicos de Proteção e Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres ou eventos adversos, em casos de risco iminente, observada a Constituição da República Federativa do Brasil e o Código Penal, terão a incumbência de:

a) Penetrar nos imóveis, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento dos moradores, para prestar socorro ou para determinar a pronta Evacuação dos mesmos;

b) Requisitar o emprego de recursos humanos da administração pública ou de particular, além do uso da propriedade móvel ou imóvel, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens;

II - O descumprimento da Ordem de Requisição, Penetração nos Imóveis e Evacuação, importará em imputação de crimes previstos na Legislação Penal, além de sanção administrativa de multa.

§ 4º. Das Multas:

I - Pelas infrações às disposições previstas nesta Lei serão aplicadas Multas iniciais que variam de 01 (uma) a 200 (duzentas) Unidades Fiscais do Município de Campo Erê. - UFRM, tendo como critério o grau de risco constatado no Laudo Técnico;

II - No caso de cada reincidência a multa será aplicada no dobro da UFRM apontada. A aplicação da multa terá lugar em qualquer época, durante ou depois de constatada a infração;

III - O pagamento da multa não ilide a infração, ficando o infrator na obrigação de cumpri-las;

IV - Assiste ao infrator o direito de Defesa Prévia dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis, contra o auto de infração, que poderá ser apresentada através do competente processo administrativo municipal e destinada a Diretoria Técnica da COMPDEC, que a julgará.

Art. 10 Com a finalidade da elaboração de políticas públicas relacionadas às atribuições da COMPDEC e acompanhamento de suas implantações, e para o efetivo desenvolvimento da conscientização da sociedade a respeito da participação popular na contribuição da consolidação da Defesa Civil Municipal, será criado, por Lei, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, com a participação paritária do Governo e Sociedade Civil Organizada.

CAPÍTULO III

Do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC

Art. 11 Com a finalidade de se prover os meios necessários, para o efetivo desenvolvimento das ações norteadoras das políticas públicas sob atribuição da COMPDEC, fica criado o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC), que será gerido pelo Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Parágrafo Único - O Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil - FUMPDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro e assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art. 12 Compete ao Órgão Gestor do FUMPDEC:

- I - Administrar recursos financeiros;
- II - Cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela COMPDEC;
- III - Preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados;
- IV - Prestar contas da gestão financeira;
- V - Desenvolver outras atividades estabelecidas pelo Chefe do Executivo, compatíveis com os objetivos do FUMPDEC.

Art. 13 Constitui receita do FUMPDEC:

- I - A reserva de contingência;
- II - As dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos, no aporte mínimo de 1% do FPM;
- III - Recursos transferidos da União, Estado, Município e de outros órgãos oficiais, com a finalidade de promover ações de Proteção e Defesa Civil;
- IV - Auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinadas a prevenção de desastres, socorro, assistência humanitária e reconstrução;
- V - Doações, auxílios, contribuições, legados e outros recursos que lhe sejam legalmente destinados por pessoa física ou jurídica, pública ou privada;
- VI - A remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro de recursos pertencentes ao FUMPDEC;
- VII - Os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública, não aplicada e ainda disponível;
- VIII - Recursos oriundos de arrecadação de Multas emitidas pela COMPDEC;
- IX - Outros recursos que lhe forem legalmente atribuídos, ou.

Art. 14 O FUMPDEC será implementado no exercício fiscal de 2015 e suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do município a partir de 2016.

CAPÍTULO IV

Do Grupo Integrado de Ações Coordenadas

Art. 15 Fica criado o Grupo Integrado de Ações Coordenadas de Defesa Civil (GRAC), ao qual compete:

- I - Propiciar apoio técnico e operacional a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- II - Colaborar na formação de banco de dados e mapear os recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência, restabelecimento e recuperação;
- III - Engajar-se nas ações de socorro, assistência e restabelecimento, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas, quando o exigir o interesse da Defesa Civil;
- IV - Manter-se em contato permanente, em caso de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, que atinjam o município ou a região;
- V - Executar, nas áreas de competência de cada órgão, as ações determinadas no Plano de Contingência elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, visando atuação coordenada e harmônica.

Art. 16 Os membros participantes do Grupo Integrado de Ações Coordenadas - GRAC convocados para colaborar nas ações de Emergência ou de Calamidade Pública, exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam e será considerada prestação de serviço público relevante e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Art. 17 O Grupo Integrado de Ações Coordenadas - GRAC, presidido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, será composto por um

representante dos seguintes órgãos e entidades:

- I - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- II - Gabinete do Prefeito;
- III - Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - PMSC;
- IV - Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CB-MS;
- V - Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento;
- VI - Secretaria Municipal de Saúde;
- VII - Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural;
- VIII - Secretaria Municipal de Assistência Social;
- IX - Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC;
- X - Associação Comercial e Industrial de Campo Erê;
- XI - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN;
- XII - Polícia Civil do Estado de Santa Catarina - PCSC;
- XIII - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.
- XIV - Sindicato Rural.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais

Art. 18 O Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil deverá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação da presente Lei, elaborar o Regimento Interno do Órgão criado pela presente Lei, o qual será aprovado por meio de Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a criar, mediante crédito especial, a unidade gestora orçamentária, necessária à implementação da presente Lei, para instalação e funcionamento da nova estrutura administrativa, assim como abertura dos programas de trabalho, ações, atividades ou projetos e elementos de despesa, sob sua coordenação administrativa.

Parágrafo Único - Os créditos orçamentários que irão dotar a estrutura orçamentária da unidade gestora, serão abertos mediante remanejamento de dotações alocadas na atual Lei Orçamentária.

Art. 20 Os cargos de provimento efetivo de Agente de Defesa Civil, do Grupo 2 - Servidores Operacionais (SOP), Código 21.08, do quadro de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais do Poder Executivo Municipal ficam transformados em Agente Municipal de Proteção e Defesa Civil, para fins de cumprimento das disposições da presente Lei a partir da sua publicação.

Parágrafo único. A função de Coordenador(a) Municipal de Proteção e Defesa Civil, poderá ser exercida pelo Diretor de Defesa Civil e Cidadania ou por servidor designado pelo Chefe do Poder Executivo, mediante Portaria de designação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei n. 1.621, de 01 de Junho de 2012.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê SC,
em 14 de dezembro de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade
Matrícula n. 00784-6

Lei 2.033/2017

Publicação Nº 1472803

LEI Nº 2.033/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO ANO DE 2017, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina;
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de até R\$ 495.143,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil cento e quarenta e três reais) no Orçamento da Prefeitura Municipal do exercício de 2017, instituído pela Lei Municipal nº 1.985/2016, de 29/12/2016:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.01 Gabinete do Prefeito
041220401.2.002000 Manutenção das Atividades do Gabinete
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0122)
..... R\$ 70.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

03.00 Gabinete de Planejamento e Gestão
03.01 Gabinete de Planejamento e Gestão
041220402.2.003000 Manut. Das Atividades do Gabinete de Planejamento e Gestão
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0518)
.....R\$ 118.940,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

05.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.01 Secretaria Municipal de Educação
123611201.2.026000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1402)
..... R\$ 119.203,00
Fonte de Recursos 01.01 Recursos Ordinários

05.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.01 Secretaria Municipal de Educação
123651201.2.028000 Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2180)
..... R\$ 106.000,00
Fonte de Recursos 01.18 Transferências do Fundeb 60%

06.00 Secretaria Municipal de Assistência Social
06.01 Secretaria Municipal de Assistência Social
082440801.2.007000 Manutenção das Atividades Sociais
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (3193)
..... R\$ 35.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

07.00 Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural
07.01 Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural
206062001.2.036000 Atividades de Apoio à Agricultura e Infraestrutura Rural
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (3774)
..... R\$ 46.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, no montante de R\$ 495.143,00 (cento e noventa e cinco mil cento e quarenta e três reais), de que trata o artigo a redução de dotação abaixo discriminada.

03.00 Gabinete de Planejamento e Gestão
03.01 Gabinete de Planejamento e Gestão
061810601.2.006000 Manutenção do Convênio Sec. De Segurança Pública
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0623)
..... R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (0860)
..... R\$ 5.180,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

05.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.01 Secretaria Municipal de Educação
123651201.1.10100 Conclusão do CÉI Odila Marcolina de Lima
4.4.99.00.00.00.00 A definir (2178)
..... R\$ 31.126,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

05.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.01 Secretaria Municipal de Educação
123611201.2.027000 Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1747)
..... R\$ 80.000,00
Fonte de Recursos 01.01 Receitas de Impostos e Transferências

05.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.01 Secretaria Municipal de Educação
123651201.2.028000 Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2184)
..... R\$ 5.700,00
Fonte de Recursos 01.01 Receitas de Impostos e Transferências

05.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.01 Secretaria Municipal de Educação
123611201.2.026000 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (1406)
..... R\$ 106.000,00
Fonte de Recursos 01.18 Transferências do Fundeb 60%

05.00 Secretaria Municipal de Educação e Cultura
05.02 Coordenadorias de Cultura e Eventos
133921301.2.069000 Manutenção das Atividades da Cultura
3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (2632)
..... R\$ 2.377,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

08.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
08.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
154511501.1.030000 Pavimentação de Ruas e Passeios
4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4170)
.....R\$ 67.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

08.00 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
08.01 Secretaria Municipal da Cidade e Desenvolvimento
264521501.2.039000 Manutenção da Secretaria das Atividades da Secretaria
3.1.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4736)
.....R\$ 133.000,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

09.00 Encargos Gerais do Município
09.01 Encargos Gerais do Município
288460000.0.001000 Amortização da Dívida e Encargos Municipais
4.6.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas (4922)
.....R\$ 54.760,00
Fonte de Recursos 01.00 Recursos Ordinários

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Erê SC,
em 14 de dezembro de 2017.
ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN
Técnico em Contabilidade
Matrícula n. 00784-6

Portaria 707/2017

Publicação Nº 1472726

PORTARIA N. 707, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a redução da carga horária de Servidor Público Municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 17, § 4º, Inciso II da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. REDUZIR a carga horária da servidora pública municipal SERLI MARIA DE FREITAS, matrícula nº 10566-0, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de 30 (trinta) horas semanais, para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 14/12/2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 14 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 708/2017

Publicação Nº 1472727

PORTARIA N. 708, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias à diversos servidores públicos municipais, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS à servidora pública municipal GESSICA ZILIO, matrícula nº 10942-8, ocupante do cargo de Enfermeira, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, relativas ao período aquisitivo 2015/2016, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 15 de janeiro de 2018.

Cidade

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO
Adão Carlos Amaro	305-0	Auxiliar de Serviços Gerais	2016/2017
Ataide Luiz magri	10194-0	Auxiliar de Serviços Gerais	2014/2015
Diolindo Vargas	988-1	Auxiliar de Serviços Gerais	2015/2016
Giovane Silveira de Ávila	10947-9	Motorista	2016/2017

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 12 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 709/2017

Publicação Nº 1472807

PORTARIA N. 709, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias a servidores públicos, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura Rural, abaixo identificados, a partir de 02 de janeiro de 2018, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO
Alcemir Carlos Kuhn	1008-1	Técnico em Agropecuária	2015/2016
Beatriz de F. F. da Silva	470-7	Auxiliar de Serviços Gerais	2014/2015
Enio dos Santos	315-8	Motorista	2013/2016
Evandro Luis Paludo	10513-9	Motorista	2016/2017
Francisco de Assis Ronchi	942-3	Operador de equipamentos rodoviários	2016/2017
Isis Burtet Jankus	11135-0	Médico Veterinário	2016/2017
José Edison Bahu	997-0	Engenheiro Agrônomo	2016/2017
José Itacir Recalcatti	10474-4	Operador de Máquinas agri.	2016/2017
Luiz Assis da Silva Borges	58-2	Agente de Conservação e Manutenção	2015/2016
Luiz Honorio Zerbielli	1021-9	Motorista	2016/2017
Macidelho da Silva	11110-4	Operador de Equip. Rodoviários	2016/2017
Marcelo Bianchi	10589-9	Motorista	2016/2017
Maurilio Torres Vilhalta	10512-0	Vigia	2015/2016
Milton José Staudt	941-5	Motorista	2010/2017
Nelson Carlos Costa Martins	1049-9	Operador de Eq. Rodoviários	2016/2017
Roberto Luiz Bianchi	10233-4	Motorista	2015/2017
Rosani Pimentel Granville	298-4	Agente administrativo	2012/2017
Vinicius Pietskoski	10993-2	Operador de Eq. Rodoviários	2015/2016

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 710/2017

Publicação Nº 1472808

PORTARIA N. 710, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de férias a servidores públicos, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar n.º 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social, abaixo identificados, a partir de 02 de janeiro de 2018, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PERÍODO
Charles Andrei dos Santos	10554-6	Motorista de Veículos Leves	2016/2017
Claudete Wandscheer Wagner	1804-0	Monitor Social	2016/2017
Claudia da Silva	1830-9	Monitor Social	2016/2017
Cleonice Duranti	1546-6	Assistente Social	2015/2017
Edirleia Zanchettin	1802-3	Monitor Social	2016/2017
Elaine Ribeiro Pedrozo de Melo	10932-0	Monitor Social	2016/2017
Elenice Aparecida Guzatti	10524-4	Monitor Social	2016/2017
Emerson de Melo	1498-2	Monitor Social	2016/2017
Fernanda Perondi	10472-8	Psicólogo	2015/2016
Ivani Trizoto Moresco Borcioni	996-2	Assistente Social	2016/2017
Jacqueline B. de Freitas	1397-8	Auxiliar de Serviços Gerais	2015/2016
Marizane Marques Poroniczak	1232-7	Monitor Social	2016/2017
Milton Fortunato Borges	11136-8	Motorista de Veículos Leves	2016/2017
Noemi Rosa Daneluz	1351-0	Monitor Social	2015/2016
Roselei Cristina Pires dos Santos	10883-9	Auxiliar de Serviços Gerais	2015/2016

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 15 de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

PREGÃO PRESENCIAL 87/2017

Publicação Nº 1472984

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2312/2017
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2017
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08:00 horas do dia 09 de janeiro de 2018, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 2312/2017 na modalidade de Pregão Presencial Nº 87/2017, tipo menor Menor preço - Unitário por Item para a aquisição de mobiliário e equipamentos de informática para uso na Secretaria Municipal de Saúde - equipes da ESF/SB, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificado neste Edital. Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07:00h às 13:00h e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 26 de dezembro de 2017. Matheus Bruno Poli Valgoi – Pregoeiro Oficial // ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

LEI 4405/2017 LEI ORÇAMENTARIA ANUAL

Publicação Nº 1473153

LEI Nº 4.405 DE 22 de dezembro de 2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Gilmar Marco Pereira, Prefeito Municipal em exercício, do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O orçamento fiscal do município de CAMPOS NOVOS, abrangendo a administração direta, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações, para o exercício financeiro de 2018, estimada a Receita em R\$ 122.622.000,00 (cento e vinte e dois milhões e seiscentos e vinte e dois mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 122.622.000,00 (cento e vinte e dois milhões e seiscentos e vinte e dois mil reais), discriminados anexos integrantes desta Lei.

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS PREFEITURA E CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 122.622.000,00 (cento e vinte e dois milhões e seiscentos e vinte e dois mil reais), e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 4.060.000,00 (quatro milhões e sessenta mil reais), e em R\$ 118.562.000 (cento e dezoito milhões quinhentos e sessenta e dois mil reais) a Despesa do Poder Executivo Municipal. § 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 122.622.000,00
4.1. RECEITAS CORRENTES 122.566.760,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL 55.240,00
Total: 122.622.000,00
Total Geral: 122.622.000,00

§ 2º. A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I – POR ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

01.00 - GABINETE DO PREFEITO 1.704.572,00
02.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO G 735.000,00
03.00 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO 6.920.000,00
04.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 42.241.960,00
05.00 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL, FAMÍLIA E TRABALH. 2.760.000,00
06.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 852.000,00
07.00 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO 1.304.600,00

08.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISM 16.385.000,00
09.00 - SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER 2.070.000,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 100.000,00
17.00 - SAMAE - SERV. AUTÔNOMO MUN DE AGUA E ESGOTO 8.849.000,00
19.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 18.145.940,00
20.00 - PODER LEGISLATIVO 4.060.000,00
32.00 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA 586.000,00
33.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE 520.000,00
34.00 - FIA - FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA 78.500,00
35.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL 1.448.428,00
36.00 - FUNREBON - FUNDO MUN DE REEQ. CORPO DE BOMB 420.000,00
37.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL 55.000,00
40.00 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁSIO 13.190.000,00
42.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA 196.000,00

Total: 122.622.000,00

Total Geral: 122.622.000,00

II – POR FUNÇÃO DO GOVERNO

01 – Legislativa 3.600.000,00
04 - Administração 5.979.572,00
06 - Segurança Pública 832.400,00
08 - Assistência Social 3.776.928,00
10 - Saúde 32.518.460,00
11 – Trabalho 0,00
12 – Educação 41.059.440,00
13 - Cultura 520.000,00
14 - Direitos da Cidadania 0,00
15 - Urbanismo 7.999.000,00
16 – Habitação 561.000,00
17 – Saneamento 8.764.000,00
18 - Gestão Ambiental 203.000,00
19 - Ciência e Tecnologia 0,00
20 - Agricultura 1.431.000,00
22 - Indústria 1.024.600,00
23 - Comércio e Serviços 280.000,00
25 - Energia 0,00
26 - Transporte 8.133.600,00
27 - Desporto e Lazer 2.070.000,00
28 - Encargos Especiais 3.769.000,00
99 - Reserva de Contingência 100.000,00

Total: 122.622.000,00

Total Geral: 122.622.000,00

III- POR SUBFUNÇÕES

031 - Ação Legislativa 3.600.000,00
121 – Planejamento e Orçamento 925.000,00
122 - Administração Geral 4.508.572,00
123 - Administração Financeira 105.000,00
129 – Administração de Receitas 441.000,00
181 – Policiamento 252.400,00
182 - Defesa Civil 580.000,00
241 – Assistência ao Idoso 40.000,00
243- Assistência Criança e ao Adolescente 78.500,00

244 - Assistência Comunitária 3.658.428,00
 301 - Atenção Básica 17.905.892,00
 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 13.190.000,00
 304- Vigilância Sanitária 240.048,00
 306 - Alimentação e Nutrição 1.182.520,00
 361 - Ensino Fundamental 35.293.440,00
 364 - Educação Superior 300.000,00
 365 - Educação Infantil 5.370.000,00
 367 - Educação Especial 96.000,00
 391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 10.000,00.
 392 - Difusão Cultural 510.000,00
 451 - Infraestrutura Urbana 1.660.000,00
 452 - Serviços Urbanos 6.339.000,00
 482 - Habitação Urbana 561.000,00
 512 - Saneamento Básico Urbano 8.764.000,00
 541 - Preservação e Conservação Ambiental 201.000,00
 544 - Recursos Hídricos 2.000,00
 601- Promoção da Produção Vegetal 20.000,00
 602 - Promoção da Produção Animal 1.000,00
 606 - Extensão Rural 1.410.000,00
 661 - Promoção Industrial 1.024.600,00
 695 - Turismo 280.000,00
 782 - Transporte Rodoviário 8.133.600,00
 812 - Desporto Comunitário 2.040.000,00
 813 - Lazer 30.000,00
 843 - Serviço da Dívida Interna 14.000,00
 846 - Outros Encargos Especiais 3.755.000,00
 999 - Reserva de Contingência 100.000,00

Total: 122.622.000,00

Total Geral: 122.622.000,00

IV - POR PROGRAMA

1 - PROCESSO LEGISLATIVO 4.060.000,00
 2 - GESTÃO ADMINISTRATIVA 1.704.572,00
 3 - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS 6.920.000,00
 4 - PLANEJAMENTO 735.000,00
 5 - EDUCAÇÃO 42.241.960,00
 6 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL 3.698.428,00
 7 - HABITAÇÃO 565.000,00
 8 - AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE 1.048.000,00
 9 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO 1.304.600,00
 10 - TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO 16.385.000,00
 11 - ESPORTE E LAZER 2.070.000,00
 12 - AGROPECUÁRIA 586.000,00
 13 - CULTURA 520.000,00
 14 - CRIANÇA E ADOLESCENTE 78.500,00
 16 - FUMREBOM 420.000,00
 18 - ÁGUA E SANEAMENTO 8.849.000,00
 19 - ATENDIMENTO HOSPITALAR 13.190.000,00
 20 - SAÚDE 18.145.940,00
 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 100.000,00

Total: 122.622.000,00

Total Geral: 122.622.000,00

V - POR CATEGORIA ECONOMICA

DESPESAS CORRENTES 113.632.220,00
 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 68.016.576,00
 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 7.000,00
 OUTRAS DESPESAS CORRENTES 45.608.644,00
 DESPESAS DE CAPITAL 8.889.780,00
 INVESTIMENTOS 8.746.780,00
 INVERSÕES FINANCEIRAS 136.000,00
 Amortização da Dívida 7.000,00
 Reserva de Contingência 100.000,00
 Reserva de Contingência 100.000,00

TOTAL GERAL R\$ 122.622.000,00

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

§1º. A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§2º. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§3º. Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2017 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 7º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º. Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 22 de dezembro de 2017.
 Gilmar Marco Pereira
 Prefeito Municipal em exercício

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 167/2017

Publicação Nº 1472810

DECRETO No 167, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 19.336,93 (dezenove mil, trezentos e trinta e seis reais e noventa e três centavos).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016, com as alterações da Lei no 3.266, de 04 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 19.336,93(dezenove mil, trezentos e trinta e seis reais e noventa e três centavos), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0302.28.122.0000.2168	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-034	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	336,93
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PREESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-081	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	10.000,00
0501.12.361.0065.2038	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-068	Aplicações Diretas	1022	55	R\$	9.000,00
	Total			R\$	19.336,93

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o artigo 1º do presente Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 19.336,93 (dezenove mil, trezentos e trinta e seis reais e noventa e três centavos), na forma do quadro a seguir.

0302.28.122.0000.2165	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-030	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	336,93
0501.12.365.0060.2029	MANUTENÇÃO DAS CRECHES E PREESCOLAS	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-078	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	10.000,00
0501.12.361.0065.2038	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-067	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	9.000,00
	Total			R\$	19.336,93

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 11 de dezembro de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 177/2017

Publicação Nº 1472811

DECRETO No 177, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.232, de 12 de dezembro de 2016, com as alterações da Lei no 3.266, de 04 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro – SIMAE, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificadas:

1301.17.512.0165.2092	Manutenção e Operação Técnica Sistemas de Água e Esgoto	FTE	DR	R\$	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações diretas	3000	00	R\$	50.000,00

1301.28.122.0165.2094	Contribuição ao PASEP	FTE	DR	R\$	0,00
3.3.90.00.00	Aplicações diretas	3000	00	R\$	5.000,00
	Total	3000	00		55.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2016, do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), conforme demonstrativo anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro	3000	00	R\$	55.000,00
Total	3000	00	R\$	55.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 21 de dezembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/63/2017

Publicação Nº 1473191

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/63/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 78.668.969/0001-22

OBJETO: FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS, PARA O ATENDIMENTO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) E DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018.

VALORES:

R\$ 0,93 (noventa e três centavos) por quilograma Coagulante Inorgânico Catiônico Pré-Polimerizado a Base de Policloreto de Alumínio (PAC) Líquido.

R\$ 0,84 (oitenta e quatro centavos) por quilograma de Cal Hidratada.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2018 A 31/12/2018

Pela CONTRATANTE: Sidnei Penzo -Diretor

Pela CONTRATADA: Milena Frassetto da Silva Longhi- Sócia Diretora

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/64/2017

Publicação Nº 1473193

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/64/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 46.481.156/0004-85

OBJETO: FORNECIMENTO DE CLORO GÁS PARA ATENDIMENTO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018.

VALOR: R\$ R\$ 8,49 (OITO REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS) POR KG DE CLORO GÁS.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2018 A 31/12/2018

Pela CONTRATANTE: Sidnei Penzo -Diretor

Pela CONTRATADA: Evângela Ribeiro Pacheco- Supervisora Comercial

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/65/2017

Publicação Nº 1473200

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/65/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: QUIMICA FLORESTAL LTDA ME.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.850.222/0001-05

OBJETO: FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA ATENDIMENTO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) E DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018.

VALORES: R\$ 1,14 (um real e quatorze centavos) por quilogramas de Hipoclorito de Sódio;

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2018 A 31/12/2018

Pela CONTRATANTE: Sidnei Penzo -Diretor

Pela CONTRATADA: Cezar Augusto Arruda- Administrador

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/66/2017

Publicação Nº 1473202

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/66/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: BUSCHLE & LEPPER S.A.

CNPJ DO CONTRATADO: 84.684.471/0003-18

OBJETO: FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS, PARA O ATENDIMENTO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) E DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018.

VALORES:

· R\$ 0,84 (oitenta e quatro centavos) por quilograma de Ácido Fluossilícico.

· R\$ 6,00 (seis reais) por unidades de Cloro à base de Ácido Tricloro-S- Triazinatriona (Ácido Tricloroisocianúrico) (Cloro Ativo 90%). Em pastilhas de 200g cada;

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2018 A 31/12/2018

Pela CONTRATANTE: Sidnei Penzo -Diretor

Pela CONTRATADA: Rodrigo Tavares - Coordenador

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/67/2017

Publicação Nº 1473203

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/67/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: INDÚSTRIA QUÍMICA MASCIA LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 87.822.110/0001-17

OBJETO: FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA ATENDIMENTO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) E DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018.

VALORES: R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) por quilogramas Antiespumante sem silicone.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2018 A 31/12/2018

Pela CONTRATANTE: Sidnei Penzo -Diretor

Pela CONTRATADA: Luis Santiago Veronese Mascia Filho- Diretor

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/68/2017

Publicação Nº 1473204

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/68/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: LEGARE ENGENHARIA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME

CNPJ DO CONTRATADO: 28.866.053/0001-09

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, COM ENTREGAS DE FORMA PARCELADA, DURANTE O 1º SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018.

VALOR: R\$ 15.800,00 (QUINZE MIL E OITOCENTOS REAIS).

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2018 A 30/06/2018

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO -DIRETOR

PELA CONTRATADA: ANDREA GOMIG CORREIA- SÓCIA PROPRIETÁRIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/69/2017

Publicação Nº 1473205

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/69/2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: VILMAR DA SILVA AZEVEDO ME

CNPJ DO CONTRATADO: 27.525.139/0001-05

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, COM ENTREGAS DE FORMA PARCELADA, DURANTE O 1º SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2018.

VALOR: R\$ 8.057,50 (OITO MIL E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017

VIGÊNCIA: 02/01/2018 A 30/06/2018

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO -DIRETOR

PELA CONTRATADA: VILMAR DA SILVA AZEVEDO- PROPRIETÁRIO

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 060/2017 PCS

Publicação Nº 1472743

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.
Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).
Contrato nº: 060/2017 PCS.
Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.
Data da Assinatura: 26/12/2017.
Vigência: 31/12/2018.
Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 061/2017 PCS

Publicação Nº 1472759

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.
Contratada: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.
Contrato nº: 061/2017 PCS.
Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMPACTÁVEIS (LIXO URBANO) GERADOS DENTRO DOS LIMITES DO MUNICÍPIO, NO PERÍMETRO URBANO, E NAS SEDES DAS LOCALIDADES DE LINHA ENGENHO VELHO E DOM JOSÉ NO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL-SC, BEM COMO O LIXO HOSPITALAR PRODUZIDO PELAS UNIDADES DE SAÚDE, CONSULTÓRIOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS.
Data da Assinatura: 26/12/2017.
Vigência: 31/12/2018.
Aditivo de Prazo e Valor do Contrato: R\$ 281.310,60 (duzentos e oitenta e um mil trezentos e dez reais e sessenta centavos).

CONTRATO Nº 062/2017 PCS

Publicação Nº 1472816

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.
Contratada: ESTADO DE SANTA CATARINA- SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO/FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS.
Contrato nº: 062/2017 PCS.
Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS.
Data da Assinatura: 26/12/2017.
Vigência: 31/12/2018.
Aditivo de Prazo e Valor do Contrato: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

CONTRATO Nº 063/2017 PCS

Publicação Nº 1472824

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.
Contratada: GROSSI E PILATI BOITA ADVOGADOS ASSOCIADOS.
Contrato nº: 063/2017 PCS.
Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.
Data da Assinatura: 26/12/2017.
Vigência: 31/12/2018.
Aditivo de Prazo e Valor do Contrato: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

CONTRATO Nº 064/2017 PCS

Publicação Nº 1472856

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.
Contratada: CRISTIAN BUFON MUCELINI ME.
Contrato nº: 064/2017 PCS.
Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM REGIME CONTÍNUO PARA O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.
Data da Assinatura: 26/12/2017.
Vigência: 31/12/2018.
Aditivo de Prazo e Valor do Contrato: R\$ 43.650,00 (quarenta e três mil seiscentos e cinquenta reais).

CONTRATO Nº 065/2017 PCS

Publicação Nº 1472873

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.
Contratada: CESAR AUGUSTO DE MELLO.
Contrato nº: 065/2017 PCS.
Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO GERAL COMPREENDENDO A MANUTENÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA, PAISAGISMO, PINTURA E MANUTENÇÃO GERAL DO CEMITÉRIO MUNICIPAL, DA CASA MORTUÁRIA MUNICIPAL E DA PARTE EXTERNA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.
Data da Assinatura: 26/12/2017.
Vigência: 31/12/2018.
Aditivo de Prazo e Valor do Contrato: R\$ 39.324,00 (trinta e nove mil trezentos e vinte e quatro reais).

CONTRATO Nº 066/2017 PCS

Publicação Nº 1472897

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.
Contratada: REALIZE ENGENHARIA RC LTDA.
Contrato nº: 066/2017 PCS.
Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ANÁLISE E READEQUAÇÃO DE PROJETOS PARA O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.
Data da Assinatura: 26/12/2017.
Vigência: 31/12/2018.
Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 067/2017 PCS

Publicação Nº 1472904

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.
Contratada: AIRTON SENA MIOTTO ME.
Contrato nº: 067/2017 PCS.
Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO EM REGIME DE FRETAMENTO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO.
Data da Assinatura: 26/12/2017.
Vigência: 31/12/2018.
Aditivo de Prazo e Valor do Contrato: R\$ 313.388,00 (trezentos e treze mil trezentos e oitenta e oito reais).

CONTRATO Nº 068/2017 PCS

Publicação Nº 1472922

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.
Contratada: INFORSUL SERVIÇOS E TECNOLOGIAS DE INFORMÁTICA LTDA.

Contrato nº: 068/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, IMPRESSORAS, MONITORES, ESTABILIZADORES E SERVIDORES, DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUÍDO TAMBÉM DESLOCAMENTO E CHAMADAS TÉCNICAS.

Data da Assinatura: 26/12/2017.

Vigência: 31/03/2018.

Aditivo de Prazo e Valor do Contrato: R\$ 3.375,18 (três mil trezentos e setenta e cinco reais e dezoito centavos).

CONTRATO Nº 069/2017 PCS

Publicação Nº 1472974

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: E.J. TRANSPORTES EIRELI.

Contrato nº: 069/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 26/12/2017.

Vigência: 31/12/2018.

Aditivo de Prazo e Valor do Contrato: R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais).

CONTRATO Nº 070/2017 PCS

Publicação Nº 1472999

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: VANDRO GIACOMELLI ME.

Contrato nº: 070/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO EM REGIME DE FRETAMENTO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO.

Data da Assinatura: 26/12/2017.

Vigência: 31/12/2018.

Aditivo de Prazo e Valor do Contrato: R\$ 48.280,00 (quarenta e oito mil duzentos e oitenta reais).

CONTRATO Nº 071/2017 PCS

Publicação Nº 1473049

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: PORTAL SISTEMA FM DE COMUNICAÇÕES LTDA.

Contrato nº: 071/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO SEMANAL, EM EMISSORA DE RÁDIO DO SISTEMA FM, DE AVISOS E ATOS OFICIAIS DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS FUNDOS.

Data da Assinatura: 26/12/2017.

Vigência: 31/12/2018.

Aditivo de Prazo e Valor do Contrato: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais).

CONTRATO Nº 072/2017 PCS

Publicação Nº 1473116

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA.

Contrato nº: 072/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS.

Data da Assinatura: 26/12/2017.

Vigência: 31/12/2018.

Aditivo de Prazo.

CONTRATO Nº 073/2017 PCS

Publicação Nº 1473127

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: CONTAPLAN CONTABILIDADE LTDA.

Contrato nº: 073/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE ASSESSORIA PÚBLICA, NAS ÁREAS DE CONTABILIDADE, CONTROLE INTERNO, RECURSOS HUMANOS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS.

Data da Assinatura: 26/12/2017.

Vigência: 31/12/2018.

Aditivo de Prazo e Valor do Contrato: R\$ 94.800,00 (noventa e quatro mil e oitocentos reais).

CONTRATO Nº 074/2017 PCS

Publicação Nº 1473389

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: IVANETE BALBINO ADOLFO ME.

Contrato nº: 074/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO EM REGIME DE FRETAMENTO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO.

Data da Assinatura: 26/12/2017.

Vigência: 31/12/2018.

Aditivo de Prazo e Valor do Contrato: R\$ 50.160,00 (cinquenta mil cento e sessenta reais).

PORTARIA Nº 195/2017

Publicação Nº 1473175

PORTARIA Nº 195/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a Servidora Municipal JANICE GHELLER CATTANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 06/03/2017 à 05/03/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 18/12/2017 à 16/01/2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

PORTARIA Nº 196/2017

Publicação Nº 1473176

PORTARIA Nº 196/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal ELSI LUIZ BELLEI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/10/2016 à 30/09/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 197/2017

Publicação Nº 1473178

PORTARIA Nº 197/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal DAIVAN SGNAULIN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 02/04/2016 à 01/04/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 198/2017

Publicação Nº 1473179

PORTARIA Nº 198/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal CLAUDIMAR PAULO VEDOVATTO, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 02/04/2016 à 01/04/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 199/2017

Publicação Nº 1473219

PORTARIA Nº 199/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal OROZIMBO ALTAIR FELICIANO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 à 28/02/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 200/2017

Publicação Nº 1473187

PORTARIA Nº 200/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal EVANDRO BARTOLAMEI, ocupante do cargo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 à 28/02/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 201/2017

Publicação Nº 1473201

PORTARIA Nº 201/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal MICHEL DA SILVA CHAGAS, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 à 28/02/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 202/2017

Publicação Nº 1473199

PORTARIA Nº 202/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal ALBINO LAZARETTI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 12/06/2016 à 11/06/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 203/2017

Publicação Nº 1473207

PORTARIA Nº 203/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal CLEVALMO MERÍSIO, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 à 28/02/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 204/2017

Publicação Nº 1473218

PORTARIA Nº 204/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal VALDECIR LAZARETI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 13/04/2014 à 12/05/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 205/2017

Publicação Nº 1473212

PORTARIA Nº 205/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal DELCIR BARRILI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/04/2015 à 31/03/2016.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 206/2017

Publicação Nº 1473256

PORTARIA Nº 206/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal VALMOR MARANGONI, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 15/12/2015 à 14/12/2016.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 207/2017

Publicação Nº 1473273

PORTARIA Nº 207/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal ELZIO CARLOS SANZOVO, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 à 28/02/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 208/2017

Publicação Nº 1473325

PORTARIA Nº 208/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal LUIZ CARLOS CAVALLI, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 03/06/2016 à 02/06/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.
GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 209/2017

Publicação Nº 1473323

PORTARIA Nº 209/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal ADELINO AGOSTINI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 05/04/2016 à 04/04/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.
GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 210/2017

Publicação Nº 1473322

PORTARIA Nº 210/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias à Servidora Municipal CLAUDIA MARTA CORADI, ocupante do cargo de Médica Veterinária, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 04/02/2016 à 03/02/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.
GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 211/2017

Publicação Nº 1473320

PORTARIA Nº 211/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias à Servidora Municipal MARLENE TEREZINHA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/04/2016 à 31/03/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.
GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 212/2017

Publicação Nº 1473319

PORTARIA Nº 212/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias à Servidora Municipal SIMONE HIL-LESHAIM BARTOLAMEI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 à 28/02/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 213/2017

Publicação Nº 1473380

PORTARIA Nº 213/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal JUNIOR SOARES LEAL, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/05/2016 à 30/04/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 214/2017

Publicação Nº 1473397

PORTARIA Nº 214/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal ANGELO NICOLINI, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 à 31/12/2016.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 215/2017

Publicação Nº 1473547

PORTARIA Nº 215/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal MARCO ANTONIO SILVA VENCATTO, ocupante do cargo de Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 20 dias referente ao período aquisitivo de 02/01/2017 à 01/01/2018.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 15/01/2018 à 03/02/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 216/2017

Publicação Nº 1473545

PORTARIA Nº 216/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal JOÃO NERI DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 16/01/2017 à 15/01/2018.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 16/01/2018 à 14/02/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 217/2017

Publicação Nº 1474186

PORTARIA Nº 217/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias à Servidora Municipal SILAMAR DA LUZ RAMOS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 02/07/2016 à 01/07/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 26 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 218/2017

Publicação Nº 1474192

PORTARIA Nº 218/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(a) Servidor(a) Municipal NILCE TE-REZINHA BARTOLAMEI KONCZIKOVSKI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 à 28/02/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 27 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

PORTARIA Nº 219/2017

Publicação Nº 1474184

PORTARIA Nº 219/2017

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(a) Servidor(a) Municipal BRUNA PINHEIRO CHAISE, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno, lotado na Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito, por um período de 10 dias referente ao período aquisitivo de 02/01/2017 à 01/01/2018.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 11/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 27 de dezembro de 2017.

GLAUBER BURTET
Prefeito

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2017 PCS

Publicação Nº 1473452

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Instituição: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO CARLOS.

Termo nº: 003/2017 PCS.

Objeto: COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO CARLOS-SC, COM A FINALIDADE DE PROMOVER ATENDIMENTOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS AOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL QUE NÃO PUDEREM SE BENEFICIAR PELA INCLUSÃO EM CLASSES COMUNS DO ENSINO REGULAR E ATUAR SOBRE AS CONDIÇÕES QUE GEREM DESVANTAGENS PESSOAIS RESULTANTES DE DEFICIÊNCIAS OU DE INCAPACIDADES, CONFORME PLANO DE TRABALHO, QUE DEVIDAMENTE APROVADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSTITUINDO PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE TERMO, COMO SE NELE ESTIVESSE TRANSCRITO.

Data da Assinatura: 26/12/2017.

Vigência: 31/12/2018.

Aditivo de Prazo e de Valor: R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais).

Cocal do Sul**PREFEITURA****DECRETO SAF/N. 582/17**

Publicação Nº 1473080

DECRETO SAF/Nº. 582/17, de 20 de dezembro de 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO E RESPECTIVAS NOTAS REFERENTES AOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 002/17, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologados os resultados e respectivas notas referentes aos candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Edital n. 002/17, para preenchimento de funções temporárias para a Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, conforme Lei Complementar 06/2003; Lei Complementar 35/2011 e Lei 1.221/2014 e suas alterações posteriores.

Art. 2º. Relação dos Insritos aprovados e Classificados com suas respectivas notas e ordem de classificação, conforme ANEXOS I – Ampla Concorrência e ANEXO II – Portadores de Necessidades Especiais, parte integrante deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de dezembro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas**ANEXO I ☐ AMPLA CONCORRÊNCIA****MECÂNICO DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS**

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	Matemática	Prova Prática
1	3178631	20/06/1975	146270	DENER GUOLLO	150,00	32,00	12,00	16,00	90,00
2	4452587	07/08/1981	145833	JOSÉ DONATO FRASSON	112,00	24,00	12,00	16,00	60,00

MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	Matemática	Prova Prática
1	3708762	01/12/1979	148462	JOÃO BATISTA MAZZUCCO	130,00	16,00	8,00	16,00	90,00

MOTORISTA DE AUTOMÓVEL

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	Matemática	Prova Prática
1	3813250	09/05/1977	147431	GARDEL MACHADO	140,00	24,00	8,00	8,00	100,00

MOTORISTA DE CAMINHÃO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	Matemática	Prova Prática
1	5790493	03/07/1992	150760	MARCOS SANTIN	134,00	16,00	12,00	16,00	90,00

MONITOR DE GRUPO DE MÃES

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	Matemática	Prova Prática
1	2152208	17/12/1960	145908	MARIA LUCIA MARCELO DA SILVA	152,00	24,00	16,00	12,00	100,00
2	2361055	06/08/1967	145397	LILIANE DA SILVEIRA	132,00	12,00	16,00	4,00	100,00

MOTORISTA DE ÔNIBUS

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	Matemática	Prova Prática
1	2110339	21/09/1966	150820	JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO	138,00	20,00	20,00	8,00	90,00
2	17477077	05/06/1965	150159	LORIVALDO MELLO	127,00	20,00	8,00	4,00	95,00
3	3079246770	29/09/1966	150264	JOAO CARLOS MARTINS	126,00	16,00	4,00	16,00	90,00
4	1349847	24/06/1963	148003	JONAS LOCH	122,00	20,00	4,00	8,00	90,00

OPERADOR RETROESCAVADEIRA

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	Matemática	Prova Prática
1	4490144	28/07/1982	150032	SIDNEI DACOREGIO STANGE	102,00	24,00	16,00	12,00	50,00

SERVENTE DE LIMPEZA

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	Matemática	Prova Prática
-------	-----------	--------------------	-----------	-----------	-------	----------------------	-------------------	------------	---------------

1	3854925	13/10/1970	145637	MARIA APARECIDA DA SILVA	156,00	28,00	12,00	16,00	100,00
2	2368093	23/02/1972	145639	ADRIANA ALVES DA SILVA MEDEIROS	156,00	28,00	12,00	16,00	100,00
3	3561474	07/08/1963	146010	SONIA MARIA PACHECO GUOLLO	148,00	24,00	16,00	8,00	100,00
4	3776641	20/01/1968	145529	DAMIANA FERREIRA MONTINI	119,00	20,00	20,00	4,00	75,00
5	1081462	28/09/1959	147352	MARISTELA MACCARI GERHARDT	119,00	28,00	12,00	4,00	75,00
6	4205687	17/06/1982	145896	ANDREZA ROSSO DOMINGOS	119,00	28,00	8,00	8,00	75,00

TELEFONISTA

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa	Matemática
1	4010339	09/03/1982	146479	FLAVIA LUCIANO CONER	76,00	16,00	16,00	28,00	16,00
2	5098859	02/10/1995	150045	DAMARIS ANDRIELLY DE LIMA DE SOUZA	52,00	16,00	8,00	24,00	4,00

SECRETÁRIO DE UNIDADE ESCOLAR

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa	Matemática
1	6815394	18/09/1999	145901	ROGERIO DE ARAUJO MATIAS JUNIOR	72,00	8,00	16,00	16,00	16,00	16,00
2	132445834	20/05/1998	150784	LUCAS ALESSANDRO MACEDO TEIXEIRA	64,00	8,00	20,00	12,00	12,00	12,00
3	5554918	26/09/1994	147564	MAYARA TEXEIRA	60,00	4,00	16,00	8,00	16,00	16,00
4	6245680	11/02/1996	145963	RAFAELA HOFFMANN	60,00	4,00	16,00	16,00	12,00	12,00
5	7005094	30/12/1998	146269	LAURA NASPOLINI BERNARDO	56,00	12,00	16,00	8,00	12,00	8,00
6	5098868	13/07/1987	150712	THAYS GHIZZO MARTINS VIEIRA	52,00	12,00	20,00	4,00	12,00	4,00
7	8108093744	29/06/1998	150122	JULY SANTOS DA SILVA	52,00	8,00	20,00	16,00	4,00	4,00

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa	Matemática
1	3490607	10/03/1976	149356	CLÁUDIA VIEIRA HEME	76,00	16,00	12,00	16,00	12,00	20,00
2	5265282	30/08/1988	150753	LUCIANA ANA LIMA	72,00	12,00	20,00	4,00	16,00	20,00
3	406304	11/08/1972	148015	FLAVIA TEIXEIRA DOS SANTOS NASCIMENTO	56,00	12,00	12,00	12,00	12,00	8,00
4	5111998	10/02/1992	145888	GUILHERME BOTEGA DUARTE	52,00	8,00	16,00	16,00	8,00	4,00
5	5971972	02/04/1991	145713	CAMILA GOULART MODO-LON	52,00	4,00	12,00	8,00	12,00	16,00

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa	Matemática
1	5538670	08/11/1994	147710	VITOR DA COSTA ALVES	76,00	16,00	20,00	12,00	12,00	16,00
2	5911617	26/02/1996	149131	LUCAS MACCARI	72,00	12,00	20,00	12,00	12,00	16,00
3	5659716	22/12/1989	147711	BRUNA FERNANDES COLOMBO	64,00	16,00	12,00	16,00	12,00	8,00
4	54686342	23/05/1987	150810	LEZIANE SANTANA DA SILVA	64,00	12,00	16,00	12,00	16,00	8,00
5	127186430	29/07/1995	150378	EDUARDO GUILHERME VELOSO RODRIGUES	64,00	8,00	20,00	12,00	4,00	20,00
6	2576488	01/01/1971	150706	JANINE ZANETTE BRISTOT	60,00	8,00	20,00	8,00	8,00	16,00
7	4196695	05/06/1985	146381	LEILA FERNANDES FERREIRA	56,00	8,00	16,00	12,00	16,00	4,00
8	3988122	03/08/1985	147340	GISELLE PATRICIO SILVEIRA MARAGNO	56,00	8,00	20,00	12,00	12,00	4,00
9	5787833	03/11/1994	150125	TARINI CORREA Goularte	56,00	8,00	20,00	12,00	12,00	4,00
10	5418967	20/10/1996	146564	NATÁLYA MORONA MACHADO FERREIRA	52,00	0,00	12,00	8,00	20,00	12,00

TÉCNICO SEGURANÇA DO TRABALHO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa	Matemática
1	4299979	05/01/1983	147206	ROSIVANIA BOSELO MIOTTELLO	52,00	12,00	12,00	16,00	8,00	4,00

ADVOGADO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	4677765	15/09/1993	146124	ARTHUR ROQUE PERUCH	84,00	40,00	20,00	12,00	12,00
2	3699025	16/08/1983	150607	CARLOS RENATO DOS SANTOS	76,00	40,00	20,00	8,00	8,00
3	4095100998	06/03/1994	148925	WAGNER MATOS VANELLI	76,00	32,00	20,00	12,00	12,00
4	55387152	23/11/1992	150342	FLÁVIA WOICIEKOSKI FARIAS	72,00	28,00	20,00	12,00	12,00
5	50242571	07/12/1990	145949	FILIPPE ECHAMENDI POSSAMAI	68,00	32,00	16,00	12,00	8,00
6	4599368	01/07/1993	148913	FILIPPE MARTINS CORREA	68,00	32,00	16,00	12,00	8,00
7	4533922	08/11/1986	148950	NICOLE DA SILVA DE LUCA OLIMPIO	68,00	28,00	12,00	16,00	12,00
8	3829419	12/03/1983	145474	GILBERT DA SILVA	64,00	28,00	12,00	16,00	8,00
9	13688994	01/09/1986	150921	RÔMULO DOS REMÉDIOS MILAGRES FERRÃO	64,00	28,00	20,00	12,00	4,00
10	4778666	27/11/1992	146097	MURILO SALVADOR BETTIOL	64,00	24,00	16,00	12,00	12,00
11	4109590937	17/09/1995	147624	FRANCISCO ANTONIO VALIM FILHO	60,00	28,00	20,00	12,00	0,00
12	21516537	28/12/1972	147368	DANIELLE DAMINELLI SERAFIM ZANATTA	56,00	20,00	16,00	12,00	8,00
13	103051533	04/05/1991	150442	RENATA WEISS GOLTZ	56,00	20,00	20,00	12,00	4,00
14	5167365	16/05/1991	150546	MONIQUE ANTUNES DE SOUZA	52,00	20,00	12,00	12,00	8,00

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	4764111	25/07/1987	145968	JAQUELINE SGARIONI DE SOUZA DE FREITAS	64,00	28,00	16,00	12,00	8,00
2	4065528863	13/04/1977	146761	ROGERIO MARQUES CARDOSO	60,00	24,00	12,00	12,00	12,00
3	5265738	13/03/1991	145301	JÉSSICA MAFIOLETTI	56,00	20,00	20,00	8,00	8,00

ARQUITETO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	9099650765	28/08/1990	150374	SANDRA REGINA FLACH	76,00	32,00	20,00	12,00	12,00
2	5648758	23/04/1994	150476	CAMILA MENGUE PEREIRA	64,00	20,00	16,00	16,00	12,00
3	5265737	19/05/1995	145899	DYENE MAFIOLETTI	56,00	28,00	16,00	4,00	8,00
4	463726649	27/11/1989	145293	BIANCA BATISTELA	56,00	24,00	16,00	8,00	8,00
5	1066380039	14/10/1976	147491	PAULA ROTH VOLKWEIS	52,00	16,00	12,00	12,00	12,00

ASSISTENTE SOCIAL

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	1328777	26/09/1965	150649	EDLA MARIA MAZZUCO COAN	72,00	32,00	12,00	16,00	12,00
2	439353	16/01/1982	145652	RUTH GNECCO ZANINI	72,00	32,00	12,00	16,00	12,00
3	1040929992	14/08/1979	146098	HELEN DE OLIVEIRA SOARES JARDIM	64,00	36,00	12,00	4,00	12,00
4	6128862	29/11/1996	150218	UISLA VARELA	56,00	20,00	20,00	12,00	4,00

ENGENHEIRO AGRIMENSOR

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	5754573	15/04/1994	150151	IVAN MERENCIO	72,00	28,00	20,00	12,00	12,00
2	5756809	19/05/1993	145716	VANESSA DOS SANTOS DAGOSTIM	60,00	28,00	16,00	16,00	0,00
3	5635726	18/11/1992	146239	DIEGO MEDEIROS	60,00	24,00	12,00	12,00	12,00
4	4325159	05/02/1982	147367	FÁBIO SILVEIRA CAETANO	56,00	24,00	16,00	8,00	8,00
5	100135213	19/01/1990	149977	RAFAEL MARCILIO ORTIZ	56,00	24,00	12,00	12,00	8,00

ENGENHEIRO CIVIL

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nhecimentos Específicos	Co-nhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	4782969	06/06/1988	146093	CRISTIAN MOREIRA DE SOUZA	76,00	32,00	20,00	12,00	12,00
2	4086280767	13/10/1986	150341	ISABEL BERND SOUZA	72,00	32,00	16,00	12,00	12,00
3	52656411	30/09/1991	150182	LUIZ FERNANDO LAUREANO	72,00	24,00	20,00	16,00	12,00
4	1085526943	12/05/1988	145454	MARCOS ELIAS WEBER	64,00	28,00	12,00	12,00	12,00
5	324714117	06/10/1980	150766	ELIANA KAZUE MORIGUCHI	64,00	28,00	16,00	12,00	8,00
6	5877078	12/01/1994	146254	JHIESE RODRIGUES MENDES	60,00	32,00	16,00	4,00	8,00
7	6272265	07/03/1994	145660	GUSTAVO DA ROSA MACHADO	56,00	32,00	12,00	8,00	4,00
8	4275044	06/05/1982	146263	GEISE DEBIASI BIANCO	56,00	28,00	8,00	4,00	16,00
9	4809460	15/08/1985	150362	LUCAS BATISTA JUNIOR	56,00	28,00	8,00	8,00	12,00
10	6205660	25/07/1996	146158	MARIA FERNANDA BENEDET MACHADO	56,00	24,00	8,00	8,00	16,00
11	5677801	07/12/1992	150688	ESTÉFANI CLARA	56,00	24,00	12,00	8,00	12,00
12	5502366	24/04/1993	150003	FERNANDA MANENTI BIANQUINI	56,00	24,00	16,00	4,00	12,00
13	5953777	11/01/1996	150859	FRANCIANE MACHADO DE VARGAS	56,00	24,00	16,00	8,00	8,00
14	1097204786	25/01/1990	147931	MARIANA CASTRO DOS SANTOS	56,00	16,00	16,00	12,00	12,00
15	5663381	21/10/1994	147947	GEOVANA VEDOVATTO PELENTIR	52,00	28,00	12,00	4,00	8,00
16	1083284594	07/03/1986	150382	MONIQUE SIEBEN	52,00	20,00	12,00	8,00	12,00
17	1936265	24/04/1966	150833	JORGE LUIZ LAUREANO	52,00	16,00	16,00	12,00	8,00

FARMACÊUTICO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nhecimentos Específicos	Co-nhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	3809672	18/06/1984	149465	RAFAEL CAROLI VALENTE	56,00	24,00	12,00	12,00	8,00
2	3734288	13/12/1986	149449	LUZIANE RIGHETTO MIRANDA	52,00	20,00	12,00	12,00	8,00

FISIOTERAPEUTA

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nhecimentos Específicos	Co-nhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	7096795799	07/12/1988	150757	HELTON CORSINI CALDEIRA	84,00	36,00	20,00	12,00	16,00
2	5586317	24/02/1995	150620	AMANDA TEIXEIRA	60,00	28,00	12,00	12,00	8,00
3	2365952	06/12/1971	150898	JOELMA CUNHA RABELLO	56,00	28,00	16,00	8,00	4,00
4	3726862	17/05/1983	146024	MARIELA CAMPOS GALLI	52,00	24,00	12,00	8,00	8,00

FONOAUDIOLOGO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nhecimentos Específicos	Co-nhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
-------	-----------	--------------------	-----------	-----------	-------	----------------------------	-----------------------	------------	-------------------

1	6106904	04/10/1979	150432	TATIANA MONTEIRO CAVALCANTE DA SILVA	68,00	32,00	12,00	12,00	12,00
2	5137172	11/04/1991	145981	MARCELE GHISI	60,00	32,00	12,00	8,00	8,00
3	4763306	10/01/1992	150623	CARINA MACCARI	60,00	32,00	12,00	8,00	8,00

MÉDICO CLÍNICO GERAL 20H

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	5280053	10/01/1991	150837	TULIO CESAR OLIVEIRA MAGALHAES	64,00	24,00	20,00	16,00	4,00

MÉDICO DERMATOLOGISTA

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	4094961556	20/08/1988	150747	THIELLE MARIA VASKE	80,00	40,00	20,00	16,00	4,00

MÉDICO ORTOPEDISTA

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	3332505	09/09/1969	146095	ALESSANDRO YOSHIKATO	60,00	32,00	12,00	8,00	8,00

NUTRICIONISTA

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	4161094	08/06/1986	150495	FERNANDA ANGELONI PIAZZA	64,00	28,00	20,00	8,00	8,00

PSICÓLOGO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	55243819	02/06/1992	150733	JÉSSICA GISLON SAZAN	76,00	32,00	20,00	12,00	12,00
2	92969576	13/11/1990	147149	ELOA KALLINE TALHAMENTO	72,00	36,00	20,00	8,00	8,00
3	29006597	26/12/1973	150377	FABIANA CRISTINE SILVA GUSE	72,00	32,00	12,00	8,00	20,00
4	9079525482	12/04/1990	147001	PAULA ADRIANE LOMBARDI DALL AGNOL	72,00	28,00	20,00	16,00	8,00
5	6039225	15/08/1992	145810	INDIANARA DE BEM SOUSA	68,00	32,00	20,00	12,00	4,00
6	3715444	01/01/1980	150097	SIGRID LUCIANE LUCHTEMBERG MOTA	64,00	32,00	12,00	12,00	8,00
7	6014094	24/07/1995	146325	NATANAEL DE MEDEIROS	56,00	24,00	16,00	8,00	8,00
8	5396983	18/07/1994	150661	ALINE COSTA ROCHA	56,00	20,00	16,00	8,00	12,00

9	4490243	29/03/1983	150690	SANDRA COMELI	52,00	24,00	12,00	8,00	8,00
10	5083194	26/12/1989	145801	MARINA VIEIRA	52,00	24,00	12,00	8,00	8,00
11	5608771	30/09/1990	148214	VITORIA ARRUDA CAVAGNOLI	52,00	24,00	8,00	12,00	8,00

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nhecimentos Específicos	Co-nhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	4766166	20/06/1985	145847	ANGELA CRISTINA EDUARDO	52,00	36,00	4,00	4,00	8,00

MÉDICO VETERINÁRIO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nhecimentos Específicos	Co-nhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	102421230	02/03/1992	145342	ANDRESSA QUEIROZ LEMUNIE	84,00	32,00	20,00	20,00	12,00
2	5592215	10/06/1994	149856	HELOISA ZISINIO DALPONTE	64,00	24,00	12,00	16,00	12,00
3	5913406	18/06/1993	145849	IARA ZANELATO SORATO	60,00	32,00	12,00	8,00	8,00
4	5487399	08/12/1993	149918	JANINE SCHELEMBERG GAMBA	60,00	32,00	16,00	4,00	8,00

ENFERMEIRO 20H

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nhecimentos Específicos	Co-nhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	6983961	07/01/1983	145792	AVANI ROSA	56,00	24,00	4,00	16,00	12,00
2	5635853	06/12/1994	150888	GEISIANE MESQUITA DE MATOS MELLO	52,00	24,00	12,00	8,00	8,00

Anexo II - Portadores de Necessidades Especiais

MÉDICO VETERINÁRIO

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nhecimentos Específicos	Co-nhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	5913406	18/06/1993	145849	IARA ZANELATO SORATO	60,00	32,00	12,00	8,00	8,00

DECRETO SAF/N. 584/17

Publicação Nº 1473081

DECRETO SAF/Nº. 584/17, de 20 de dezembro de 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO E RESPECTIVAS NOTAS REFERENTES AOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/17, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, PARA ATUAR NO ESF's.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologados os resultados e respectivas notas referentes aos candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo



Edital n. 003/17, para preenchimento de funções temporárias do Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul, para atuar nas equipes da Estratégia Saúde da Família – ESF's, conforme Lei n. 773/2007 e suas alterações posteriores.

Art. 2º. Relação dos Inscritos aprovados e Classificados com suas respectivas notas e ordem de classificação, conforme ANEXO I – Ampla Concorrência, parte integrante deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de dezembro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

Anexo I ☐ Ampla Concorrência

CIRURGIÃO DENTISTA

Clas.	Cargo	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nhecimentos Específicos	Co-nhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	CIRURGIÃO DENTISTA	5961253	08/10/1994	145601	ANDRESSA MARTINS DA COSTA	76,00	32,00	16,00	12,00	16,00
2	CIRURGIÃO DENTISTA	5877159	01/06/1995	150863	MARIA EDUARDA SANTOS VOLPATO	68,00	36,00	16,00	4,00	12,00
3	CIRURGIÃO DENTISTA	4714460	11/05/1994	150325	MAIARA VOLPATO	68,00	32,00	16,00	12,00	8,00
4	CIRURGIÃO DENTISTA	5980669	24/04/1991	147297	ANDRÉ DAMASCENO FACCIO	68,00	28,00	16,00	8,00	16,00
5	CIRURGIÃO DENTISTA	51866706	11/04/1990	146187	VANESSA MARTINELLO FRITZEN	60,00	24,00	12,00	8,00	16,00
6	CIRURGIÃO DENTISTA	5522594	07/08/1992	145852	TIAGO VELHO DA SILVA	56,00	28,00	16,00	0,00	12,00

ENFERMEIRO

Clas.	Cargo	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nhecimentos Específicos	Co-nhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	ENFERMEIRO	6327672	03/07/1994	150039	AMANDA RINALDI	72,00	28,00	20,00	12,00	12,00
2	ENFERMEIRO	4092155367	27/02/1988	150311	FÁBIO DE ARAUJO SENSEVER	56,00	28,00	12,00	4,00	12,00
3	ENFERMEIRO	6299342	30/05/1998	146015	RITYELLE MEDEIROS GONÇALVES	56,00	24,00	16,00	4,00	12,00
4	ENFERMEIRO	4565160	08/11/1982	145733	JOLEIDE DOS SANTOS	56,00	20,00	8,00	12,00	16,00

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Clas.	Cargo	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nhecimentos Específicos	Co-nhecimentos Gerais	Legislação	Língua Portuguesa
1	MÉDICO CLÍNICO GERAL	4759175	16/05/1993	148178	LAURA ALVES FREIRE	64,00	28,00	16,00	12,00	8,00
2	MÉDICO CLÍNICO GERAL	53036263	14/06/1993	149855	GUSTAVO BIANCHINI JUNKES	64,00	20,00	20,00	12,00	12,00
3	MÉDICO CLÍNICO GERAL	3490314	28/08/1981	145650	MATHEUS ROSSO BENEDET	56,00	28,00	16,00	4,00	8,00
4	MÉDICO CLÍNICO GERAL	4921623	07/03/1994	147911	GIOVANA PATEL CREPALDI	56,00	24,00	12,00	4,00	16,00

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Clas.	Cargo	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nhecimentos Específicos	Co-nhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	Matemática
1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1935774	10/11/1966	150480	MIRIAM CARMEM NIERO	56,00	28,00	12,00	8,00	8,00

TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Clas.	Cargo	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nhecimentos Específicos	Co-nhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	Matemática
1	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	2577822	19/09/1972	150261	CARINA ADRIANA DE NONI MARCHIORO	52,00	24,00	12,00	12,00	4,00

DECRETO SAF/N. 585/17

Publicação Nº 1473082

DECRETO SAF/Nº. 585/17, de 20 de dezembro de 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO E RESPECTIVAS NOTAS REFERENTES AOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 004/17, DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL – FUNDAC.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologados os resultados e respectivas notas referentes aos candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Edital n. 004/17, para preenchimento de funções temporárias da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDAC de Cocal do Sul, conforme Lei Complementar n. 06/2003; Lei n. 871/2007; Lei n. 892/2008 e suas alterações posteriores.

Art. 2º. Relação dos Inscritos aprovados e Classificados com suas respectivas notas e ordem de classificação, conforme ANEXO I – Ampla Concorrência, parte integrante deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de dezembro de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

Anexo I - Ampla Concorrência

ENGENHEIRO SANITARISTA AMBIENTAL

Clas.	Cargo	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nheci-mentos Específicos	Co-nheci-mentos Gerais	Legislação	Lín-gua Portu-guesa
1	ENGENHEIRO SANITARISTA AMBIENTAL	5221859	05/04/1990	145503	DIEGO BRUNELLI GHISI	64,00	32,00	16,00	8,00	8,00
2	ENGENHEIRO SANITARISTA AMBIENTAL	2737907	16/02/1985	147517	ARY HAUFFE	64,00	20,00	20,00	12,00	12,00
3	ENGENHEIRO SANITARISTA AMBIENTAL	5085545068	15/02/1992	150695	LETÍCIA FLORES PORTELA	64,00	16,00	20,00	16,00	12,00
4	ENGENHEIRO SANITARISTA AMBIENTAL	79404659	24/03/1988	146721	JONATHAN SANTOS DA SILVEIRA	60,00	24,00	8,00	16,00	12,00
5	ENGENHEIRO SANITARISTA AMBIENTAL	5488827	29/01/1992	150800	MAIHCON MATIAS	60,00	24,00	12,00	12,00	12,00
6	ENGENHEIRO SANITARISTA AMBIENTAL	4370547	31/01/1986	146094	EDUARDO PRÁ	52,00	20,00	16,00	8,00	8,00
7	ENGENHEIRO SANITARISTA AMBIENTAL	4324782	05/02/1993	150248	SUÉLEN ZANIN MANFIOLETTI	52,00	12,00	16,00	12,00	12,00

FISCAL DO MEIO AMBIENTE

Clas.	Cargo	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Co-nheci-mentos Específicos	Co-nheci-mentos Gerais	Lín-gua Portu-guesa	Mate-mática
1	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	4908364	08/05/1990	150392	NATALIA SPRICIGO MARAGNO	72,00	20,00	20,00	12,00	20,00
2	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	7208872	15/01/1999	149097	EDECIO JOSE RONCHI JUNIOR	56,00	16,00	16,00	20,00	4,00
3	FISCAL DE MEIO AMBIENTE	6623066	03/06/1996	148187	KAROLINY MATOS DE OLIVEIRA	52,00	16,00	16,00	12,00	8,00

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 93/PMCS/2017

Publicação Nº 1473086

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 93/2017.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: ELMO PAPELARIA EIRELI - ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/PMCS/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de material de expediente, aparelhos telefônicos, descartáveis e afins, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 07/12/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 49.639,35 (quarenta e nove mil e seiscentos e trinta e nove reais e trinta e cinco centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 95/PMCS/2017

Publicação Nº 1472744

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 95/2017.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/PMCS/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de material de expediente, aparelhos telefônicos, descartáveis e afins, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 07/12/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 34.068,50 (trinta e quatro mil e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 96/PMCS/2017

Publicação Nº 1472737

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 96/2017.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: TM SCHLICKMANN EIRELI – ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/PMCS/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de material de expediente, aparelhos telefônicos, descartáveis e afins, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 07/12/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 11.163,00 (onze mil e cento e sessenta e três reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO 59/2017**

Publicação Nº 1473030

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 59/2017 – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2017
DATA: 15/DEZEMBRO/2017
CONTRATADA: LCC LOCATELLI CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA - ME
OBJETO: ADITIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA DE 262,50 HORAS DE PEDREIRO E 262,50 HORAS DE SERVENTE/AUXILIAR DE PEDREIRO, PARA A AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA SEDE E COMUNIDADES.
VALOR: R\$ 9.025,00 (NOVE MIL E VINTE E CINCO REAIS).
PRAZO DO CONTRATO: ATÉ DIA 07/06/2018
DATA: 22/DEZEMBRO/2017
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA
DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO PROC. ADM Nº 11/2017

Publicação Nº 1473020

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
DATA: 12/DEZEMBRO/2017
CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA BANCÁRIA.
VALOR: R\$ 6,30(SEIS REAIS E TRINTA CENTAVOS) POR DOCUMENTO ARRECADADO.
PRAZO DO CONTRATO: 12 MESES
DATA: 12/DEZEMBRO/2017
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA
DIRETORA DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 60/2017

Publicação Nº 1473035

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 60/2017 – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2017
DATA: 15/DEZEMBRO/2017
CONTRATADA: TERRAPLANAGEM JULIMAR LTDA – ME
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADITIVADO DO DIA 31/12/2017 AO DIA 30/04/2018.
VALOR: MANTIDO O VALOR INICIALMENTE CONTRATADO.
PRAZO DO CONTRATO: ATÉ DIA 30/04/2018
DATA: 22/DEZEMBRO/2017
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA
DIRETORA DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO FUMDEAGRO Nº 20/2017

Publicação Nº 1473633

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO FUMDEAGRO Nº20/2017

O Município de Concórdia, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo Administrador-Geral do FUMDEAGRO e Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, senhor Mauro Martini, declara como inexigível o chamamento público, com fundamento no art. 31, II, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, a favor da Associação de Moradores de Tamanduá, inscrita no CNPJ sob nº 02.357.755/0001-73, representada pelo seu Presidente, senhor SERGIO HILÁRIO SCHWINGEL, inscrito no CPF sob nº 681.687.219-34 residente em Concórdia, SC.

O objeto da inexigibilidade é o repasse de equipamentos e transferência de recursos financeiros, visando auxiliar no desenvolvimento agropecuário e atividades rurais alternativas do Município, com o objetivo de melhorar as condições socioeconômicas dos agricultores.

O valor a ser repassado para execução do objeto da Parceria, é na ordem de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais), em 2 parcelas, da seguinte forma:

- Primeira Parcela: R\$ 34.000,00, na assinatura do Termo de Colaboração;
- Segunda Parcela: R\$ 34.000,00, prevista para março de 2018.

As razões do interesse público, dotação orçamentária, bem como os demais aspectos que justificam a formalização do Termo de Colaboração, se encontram descritos na justificativa nº 10/2017, parte integrante do processo, sendo publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 13 de setembro de 2017, Edição nº 2338, página 221, não havendo impugnação.

Face ao disposto no art. art. 31, II, da Lei nº 13.019/2014 e alterações, proceda-se com a devida publicidade, para posterior formalização do Termo de Colaboração.

Concórdia, SC, 16 de novembro de 2017.

Mauro Martini
Administrador-Geral do FUMDEAGRO e Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2017 – FMS CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Publicação Nº 1472751

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2017 - FMS
Contratação de Serviços

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços para

manutenção preventiva e corretiva elétrica, hidráulica, reparos na construção civil, pintura, serviços de carpintaria e marcenaria dos imóveis pertencentes às unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Tipo: Menor Preço Global
Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 25/01/2018. Abertura: dia 26/01/2018 as 08h30min.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link -Licitações-. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 26 de dezembro de 2017.

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Gestor do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017 – PMC - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Publicação Nº 1473210

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017 - PMC
Contratação de Serviços

Objeto: Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços diversos, visando à realização do Carnaval 2018, a ocorrer no dia 10 de fevereiro de 2018, neste município, com recursos oriundos do Governo Estadual - FUNTURISMO e contrapartida municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

2.1.1. Os serviços a serem contratados englobam:

- Serviço de sonorização, locação de carro de som, palco móvel e gerador;
- Serviço de vigilância;
- Serviço de sanitarista;
- Serviço de limpeza geral;
- Serviço de locação de banheiros químicos;
- Serviço de locação de tendas e arquibancadas;
- Serviço de atividade de recreação;
- Serviço de locação de brinquedos e atividades artísticas;
- Serviço de animação musical tipo Disc Jockey (DJ).

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 19/01/2018. Abertura: dia 19/01/2018 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link -Licitações-. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 26 de dezembro de 2017.

WAGNER ISIDORO SIMIONI

Secretário Municipal de Desenv. Econômico e Turismo

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2017 – PMC AQUISIÇÃO DE BENS

Publicação Nº 1473211

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2017 - PMC
Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição e instalação de materiais elétricos, cercas, grades e traves, em diversas Unidades Escolares e CMEI's do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 17/01/2018.

Abertura: dia 18/01/2018 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link [Licitações](#). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 26 de dezembro de 2017.

TELMA DE FÁTIMA CUNHA SUZIN

Secretária Municipal de Educação, em exercício

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1 À 12/2016

Publicação Nº 1473635

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 1 à 12/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS ACEPETI, no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

Concórdia SC, 26 de dezembro de 2017.

Denise Justi Lopes

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 7 12/2016

Publicação Nº 1473634

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº 7 12/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município,

a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/IGDSUAS, repasse das parcelas no valor de R\$ 7.519,20 (Sete mil, e quinhentos e dezenove reais e vinte centavos) referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS.

Concórdia SC, 26 de dezembro de 2017.

Denise Justi Lopes

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSB Nº 01/05/2017

Publicação Nº 1473636

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSB nº 01/05/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS/PSB/FNAS/BASICA, repasse no valor de R\$ 139.500,00 (cento e trinta e nove mil e quinhentos reais), referente PSB Básica FNAS.

Concórdia SC, 26 de dezembro de 2017.

Denise Justi Lopes

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSEAC Nº 9/2/2017

Publicação Nº 1473637

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSEAC nº 9/2/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Repasse Fundo a Fundo FMAS/FNAS/PSEAC-Alta Complexidade - Custeio, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Concórdia SC, 26 de dezembro de 2017.

Denise Justi Lopes

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSEMC Nº 10/02/2017

Publicação Nº 1473638

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PSEMC nº 10/02/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio – FMAS PSEMC, R\$ 85.560,80 no valor de (Oitenta e cinco mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta centavos).

Concórdia SC, 26 de dezembro de 2017.

Denise Justi Lopes
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 41/2017 – PMC CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

Publicação Nº 1472910

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2017
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, torna público que ratificou o ato do Senhor Jaime Estevão Bernardi, Diretor de Ação Social, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 22 de dezembro de 2017, para a contratação de empresa visando a prestação de forma contínua, de serviços técnicos especializados de Cuidador, visando atender a demanda de família em situação de vulnerabilidade temporária, a favor da empresa: - VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP, no valor total de R\$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos reais).

DENISE JUSTI LOPES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Cordilheira Alta

PREFEITURA

AVISO DE PENALIDADE 03/2017 - N.T.LUIZE EPP

Publicação Nº 1474185

AVISO DE PENALIDADE 03/2017

O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA torna pública a aplicação das seguintes penalidades à empresa N. T. LUIZE EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 93.577.427/0001-38: a) Multa no valor total de R\$ 146,10, sob pena de inscrição em dívida ativa; b) suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo período de 02 (dois) anos. As penalidades justificam-se pelo descumprimento da contratação celebrada através do Processo nº 97/2016, Pregão Presencial para Registro de Preço nº 44/2016, com fundamento no artigo 87, III da lei 8.666/93 e artigo 7º da lei 10.520/2002.

Cordilheira Alta, 27 de dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 892/2017

Publicação Nº 1473078

DECRETO Nº 892/2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA ocupante do cargo de Assistente de Gabinete Odontológico, Matrícula nº630602, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 22 de Dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2017

Publicação Nº 1474180

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 72/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO TRUCADO E TRAÇADO E DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO. CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 844247/2017/MAPA/CAIXA.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 15/01/2018.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 15/01/2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 11:30 e das 13:00 até às 17:00 ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 27 de dezembro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2017

Publicação Nº 1474181

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 73/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO NOVO TRUCADO 6X2, COM CAÇAMBA BASCULANTE. CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 844377/2017/MAPA/CAIXA.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega dos envelopes: até as 13:30 horas do dia 15/01/2018.

Abertura dos envelopes: na sequência às 13:30 horas do dia 15/01/2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 11:30 e das 13:00 até às 17:00 ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 27 de dezembro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Cunhataí

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 902/2017

Publicação Nº 1472903

LEI MUNICIPAL Nº 902, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÁQUINAS DE TERCEIROS, A AUTORIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÁQUINAS EM PROPRIEDADES PARTICULARES MEDIANTE PAGAMENTO DE PREÇO PÚBLICO, CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal poderá efetuar serviços com máquinas em propriedades particulares, mediante pagamento de preço público, conceder subsídios para os referidos serviços realizados, contratar serviços de máquinas particulares para atendimento das necessidades dos munícipes.

Art. 2º. Para a cobrança dos serviços efetuados, o Município firmará convênio com instituição bancária que apresentar melhores propostas.

Art. 3º. Para os serviços realizados com máquinas da municipalidade, a tabela de preços para a execução dos mesmos será fixada através de Decreto Municipal, de acordo com os custos operacionais do equipamento, que será estabelecido por hora, carga ou unidade, conforme a necessidade.

§1º Considera-se hora/serviço o tempo gasto pela máquina em funcionamento realizando trabalho, registrado no hodômetro ou na falta deste, em 60 minutos de efetivo trabalho.

§2º O tempo mínimo de serviço a ser computado para qualquer obra será de meia hora.

§3º O tempo despendido, que seja superior a meia hora, será registrado utilizando as respectivas frações da unidade hora/máquina.

Art. 4º. Para os serviços realizados com máquinas de terceiros, o preço será aquele estabelecido no processo de contratação.

Parágrafo Único. A parte do custo dos serviços não abrangida pelos subsídios instituídos pela presente Lei deverá ser paga pelo beneficiário diretamente ao prestador de serviço.

Art. 5º. O beneficiário do serviço prestado deverá efetuar o pagamento a municipalidade até 90 (noventa) dias após a efetiva prestação do serviço, exceto se o serviço for prestado nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, quando então deverá o beneficiário efetuar o pagamento até o dia 20 de Dezembro do ano em que os serviços ocorreram.

§1º O valor do serviço prestado será o constante na tabela de preço público estipulada por Decreto Municipal, vigente no dia do pagamento e/ou acordo.

§2º O beneficiário do serviço prestado poderá efetuar o parcelamento do débito com a municipalidade após 07 (sete) dias da efetiva prestação do serviço, desde que o valor da parcela não seja inferior a R\$ 100,00 (cem reais), e, desde que o termo final

do parcelamento seja até 20 de Dezembro do ano que foi efetivado o serviço, devendo apresentar-se junto ao Prédio da Prefeitura Municipal, no Setor de Tributação, para fazer a solicitação. Findo o prazo mencionado, automaticamente o beneficiário se enquadrará no prazo do caput deste artigo.

§3º Considerar-se-á inadimplente o beneficiário dos serviços enquadrados nesta Lei, sempre que o mesmo não quitar seus débitos junto ao Município até o dia 20 de dezembro do ano em que os serviços foram efetivamente prestados.

§4º O não pagamento da obrigação até o vencimento conforme determina o parágrafo anterior, implicará no seu encaminhamento à inscrição em protesto e Dívida Ativa, e posterior cobrança judicial, acrescido de correção monetária, multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 6º. O direito aos benefícios concedidos por esta Lei, só será estendido aos munícipes que se encontram em dia com suas obrigações junto à Fazenda Municipal.

Art. 7º. A inadimplência em relação ao acordo do pagamento dos serviços prestados acarretará o não recebimento de outros benefícios previstos em Lei Municipal.

Art. 8º. Os serviços estarão disponíveis e acessíveis a todos os habitantes do Município e serão executados somente com a autorização expressa do funcionário municipal responsável, conforme a programação da execução dos serviços, que atenderá aos pedidos formalizados através de requerimento/solicitação de serviço, devidamente protocolado na Secretaria da Agricultura, e, nos casos de serviços com benefício total (100%), deverá constar dele justificativa da necessidade do serviço solicitado.

Parágrafo Único. Os serviços serão efetuados com o maquinário municipal, bem como, e, na falta deste, por empresa particular vencedora de processo licitatório para este fim, ficando o valor do subsídio limitado ao que dispor a presente Lei.

Art. 9º. Em caso de contratação de empresa particular para a realização dos serviços tratados pela presente Lei, a prestadora dos serviços deverá fornecer mensalmente um relatório à Administração Municipal, acompanhado das notas fiscais com a assinatura do funcionário da Secretaria Municipal da Agricultura responsável e pelo proprietário rural atendido, visando o subsídio dos presentes serviços, bem como o respectivo pagamento dos serviços prestados pela empresa prestadora dos serviços.

Art. 10. Os serviços de interesse público terão prioridade sobre os particulares descritos na presente Lei.

Art. 11. Esses serviços abrangerão os constantes conforme segue:

I – Serviços com 25% (vinte por cento) de desconto:

- a) Abertura e conservação de esterqueiras;
- b) Aberturas de cisternas.

II – Serviços com 50% (cinquenta por cento) de desconto:

- a) Terraplanagens, preenchimento e serviços de caminhão (carga/hora) em residências;
- b) Abertura e conservação de poços;
- c) Abertura e conservação de fontes;

d) Abertura e conservação de fossos.

III – Serviços com 100% (cem por cento) de desconto:

- a) Acessos às propriedades rurais;
- b) Redes de coletivas de abastecimento de água;

IV – Serviços cuja cobrança será de 100% (cem por cento):

- a) Abertura e conservação de açudes;
- b) Abertura e conservação de valas de silagem;
- c) Abertura e conservação de estradas de roça;
- d) Destocamentos;
- e) Serviços com trator de pneus;
- f) Serviços com retroescavadeiras;
- g) Outros serviços de melhoria.

V - Na distribuição e transporte de adubo orgânico líquido e seco e de calcário, haverá o subsídio ao agricultor no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) por hora máquina de efetivo serviço prestado por máquinas terceirizadas.

Parágrafo Único. Para construção de salas de ordenha e salas de alimentação, se o serviço de hora máquina de terraplanagens for até 08 (oito) horas, o beneficiário terá um desconto de 100% (cem por cento); ultrapassado o referido número de horas, o subsídio será de 50% (cinquenta por cento).

Art. 12. Para os municípios que produzem feno e pré-secado e que não o utilizam para consumo em sua propriedade, pois, alienam a sua produção; caso não apresentem nota de produtor rural (venda) ao Município, poderá utilizar dos serviços do maquinário municipal, entretanto, lhe será cobrado o valor de mercado em sua integralidade estipulado em Decreto Municipal.

Art. 13. Para os serviços de terraplanagens em UPL (Unidades Produtoras de Leite), granjas multiplicadoras de matrizes suínas, granjas de aves de postura, construção de aviários, construção de chiqueirões, o Município irá efetuar o pagamento ao beneficiário por metro quadrado de área construída sendo que o agricultor/beneficiário deverá buscar maquinário terceirizado para efetivação do serviço. Os pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

I – Para terraplanagens em construção de crechões, aviários, construção de chiqueirões, o pagamento por m² (metro quadrado) custará R\$ 6,00 (seis reais);

II – Para terraplanagens em UPL (Unidades Produtoras de Leite), granjas multiplicadoras de matrizes suínas e granjas de aves de postura, o pagamento por m² (metro quadrado) custará R\$ 7,00 (sete reais);

Parágrafo Único. Necessitando o beneficiário de auxílio extra para prestação de serviços de que trata o caput, e, este buscando o maquinário da municipalidade, será cobrado à proporção de 50% (cinquenta por cento) dos serviços efetivamente prestados pelo maquinário municipal.

Art. 14. Para os casos de construção de Compost Barn e Free Stall, haverá um limite de pagamento ao agricultor no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), ao que exceder, o Município efetuará a cobrança em valor de 50% (cinquenta por cento) dos serviços prestados.

Art. 15. Com relação aos serviços de máquinas ou implementos em propriedades "porteira adentro", estes serão cobrados na seguinte proporção por máquina/ano:

I - Serviços de Retroescavadeira e Escavadeira Hidráulica:

- a) Até 08 (oito) horas, preço habitual normal;
- b) De 08 (oito) a 12 (doze) horas, será acrescido ao preço normal 20%;

c) Acima de 12 (doze) horas, será acrescido 30%;

II - Serviços com Trator de Pneus:

- a) Até 10 (dez) horas, preço habitual normal;
- b) Acima de 10 (dez) horas, será acrescido 15%;

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando integralmente as Leis Municipais nº. 588/2009, nº. 604/2009 e nº 630/2009 bem como a Lei Municipal n. 579/2009 quando esta for conflitante com a presente Lei, além das demais disposições em contrário.

Art. 17. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cunhataí, SC em 26 de dezembro de 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 903/2017

Publicação Nº 1472912

LEI MUNICIPAL Nº 903, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADO PARA RECOLHA E DESTINO DE ANIMAIS MORTOS (GADO), A CONCESSÃO DE INCENTIVO E SUBSÍDIOS AOS AGRICULTORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal sujeito a realizar licitação para contratar empresa de recolha de animais mortos (gado) nas propriedades do interior do município, conforme a necessidade.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal, efetuará o pagamento ao terceirizado de 100% do serviço; deste valor o município subsidiará 60% e efetuará a cobrança de 40% do valor gasto/pago por serviço de recolha ao munícipe beneficiário.

Art. 3º. O beneficiário do serviço prestado deverá efetuar o pagamento a municipalidade até 90 (noventa) dias após a efetiva prestação do serviço, exceto se o serviço for prestado nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro, quando então deverá o beneficiário efetuar o pagamento até o dia 20 de Dezembro do ano em que os serviços ocorreram.

§1º Considerar-se-á inadimplente o beneficiário dos serviços enquadrados nesta Lei, sempre que o mesmo não quitar seus débitos junto ao Município até o dia 20 de Dezembro do ano em que os serviços foram efetivamente prestados.

§2º O não pagamento da obrigação até o vencimento conforme determina o parágrafo anterior, implicará no seu encaminhamento à inscrição em protesto e Dívida Ativa, e posterior cobrança judicial, acrescido de correção monetária, multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 4º. O direito aos benefícios concedidos por esta Lei, só será estendido aos munícipes que se encontram em dia com suas obrigações junto à Fazenda Municipal.

Parágrafo único. A lista de controle dos munícipes em dia com suas obrigações junto à Fazenda Municipal será entregue a empresa terceirizada para recolha de animais a cada trimestre, pelo

Secretário de Agricultura, aonde estes obrigatoriamente assumem o compromisso de efetuarem o controle dos munícipes que estão em dia com seus débitos junto à municipalidade e que efetivamente poderão fazer jus ao subsídio desta lei.

Art. 5º. A inadimplência em relação ao pagamento dos serviços prestados acarretará o não recebimento de outros benefícios previstos em Lei Municipal.

Art. 6º. A prestadora dos serviços deverá fornecer mensalmente um relatório à Administração Municipal, contendo o número de registro do animal (brinco), acompanhado das notas fiscais com a assinatura proprietário rural atendido, visando o controle efetivo dos presentes serviços, bem como o respectivo pagamento dos serviços prestados pela empresa prestadora dos serviços.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cunhataí, SC em 26 de dezembro de 2017.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2283/2017

Publicação Nº 1472769

DECRETO 2283, de 15 de dezembro de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 4º, da Lei Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 27.500,00, para suplementar as seguintes dotações orçamentárias;

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV – 0.002 – AMORTIZAÇÃO PRINCIPAL ENCARGOS DIVIDA/ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

16 - 4.6.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.046 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE

77 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

PROJ/ATIV – 2.026 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTESE OBRAS

96 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

PROJ/ATIV – 2.027 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

106 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV – 0.002 – AMORTIZAÇÃO PRINCIPAL ENCARGOS DIVIDA/ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

15 - 3.2.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 500,00

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.046 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE

75 - 3.1.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

PROJ/ATIV – 2.026 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTESE OBRAS

95 - 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

PROJ/ATIV – 2.027 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

105 - 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,

em 15 de dezembro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretario de Administração e Finanças

DECRETO 2284/2017

Publicação Nº 1472770

DECRETO 2284, de 15 de dezembro de 2017.

ALTERA DECRETO 2255 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017 QUE DECLAROU DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL QUE ESPECIFICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E POSTERIOR DESTINAÇÃO PÚBLICA.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de regularização de ruas para uso público na Cidade de Erval Velho e com fundamento no DECRETO -LEI Nº 3.365, de 21 de junho de 1941, especificamente no artigo 5º, alínea "i,"

CONSIDERANDO a troca de proprietário do imóvel por ocasião de sucessão por motivo de inventário.

Decreta:

Artigo 1º- Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação conforme Memorial Descritivo, Mapa e Matrícula em anexo, que fazem parte integrante deste decreto, área do imóvel abaixo relacionado:

I- Área de 527,15m2 (Quinhentos e vinte e sete metros e quinze centímetros quadrados) da matrícula nº 6.443 do Registro de Imóveis da Comarca de Herval d' Oeste- SC de propriedade do Sr. Mauricio Zabloski, ocupado pela Rua 9 de Maio;

II- Área de 772,85m2 (Setecentos e setenta dois metros e oitenta cinco centímetros quadrados) da matrícula nº 6.443 do Registro de Imóveis da Comarca de Herval d' Oeste- SC de propriedade do Sr. Mauricio Zabloski, ocupado pela Rua Cel Zeferino Candido Bittencourt;

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 15 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 2285/2017

Publicação Nº 1472771

DECRETO 2285, de 18 de dezembro de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 9.700,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE 01- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROJ/ATIV - 2.010 - CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPA-
LISTAS
32 - 3.3.50.00.00.00.00.03.0001. - Transferências a Instituições Privada sem Fins Lucrativos
..... R\$ 9.700,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 18 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 2286/2017

Publicação Nº 1472772

DECRETO 2286, de 18 de dezembro de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei

Orgânica; e de conformidade com o artigo 4º, da Lei Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 500,00, para suplementar a seguinte dotação orçamentária;

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROJ/ATIV - 2.009 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA
27 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0010 - Aplicações Diretas
..... R\$ 500,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROJ/ATIV - 2.009 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA
30 - 4.4.90.00.00.00.00.01.0010 - Aplicações Diretas
..... R\$ 500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 18 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 2287/2017

Publicação Nº 1472773

DECRETO 2287, de 18 de dezembro de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 4º, da Lei Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 61.000,00 para suplementar a seguinte dotação orçamentária;

ÓRGÃO 09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJ/ATIV - 2.037 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07 - 3.1.90.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00
15 - 3.3.90.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas
..... R\$ 31.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente

suplementação, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação:

ÓRGÃO 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV – 2.037 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13 - 3.3.40.00.00.00.00.01.0002 – Transferências a Municípios R\$ 24.000,00

14 - 3.3.50.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,

em 18 de dezembro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 2288/2017

Publicação Nº 1472774

DECRETO 2288, de 20 de dezembro de 2017.

DETERMINA A MANUTENÇÃO DE VINCULO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA – EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que os servidores a seguir especificados obtiveram aposentadoria no INSS e a manutenção dos servidores aposentados no cargo público que ocupam por ocasião de aposentadoria é matéria controversa inclusive judicializada neste Município e tendo em vista a necessidade de manter provido os cargos até o concurso por imperiosa necessidade de manutenção das atividades da tributação e na atividade de apoio aos agricultores já que nos encontramos em meio a safra 2017 – 2018,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinado a manutenção do vínculo jurídico ao cargo que ocupam os servidores Alduir Antonio Mocelin no cargo de Fiscal de Tributos Municipais e o servidor Alécio José Massoco no cargo de Operador de Máquinas, a menos até que se de posse a concursados aos mesmos cargos aqui especificados ou enquanto necessário for.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,

em 20 de dezembro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 1453/2017

Publicação Nº 1472798

Lei n. 1453, de 19 de dezembro de 2017

Autoriza Firmar Convênio com o Município de Herval d' Oeste, Objetivando o Atendimento de Crianças e Adolescente no Abrigo Provisório Municipal de Acolhimento Institucional Anjos da Luz e dá outras providências.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com o Município de Herval D' Oeste (SC), objetivando atender no "ABRIGO PROVISÓRIO MUNICIPAL DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ANJOS DA LUZ", crianças e adolescentes do Município de Erval Velho (SC), de ambos os sexos, com idade entre 0 e 17 anos, que estiverem com os seus direitos ameaçados ou violados (vítimas de violência física, psicológica, sexual, negligência, em situação de abandono e órfãos) e que necessitem de proteção, no número máximo de 07(sete) infantes sempre com determinação judicial.

Art. 2º. Para a execução do presente Convênio, o Município de Erval Velho repassará mensalmente o valor de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais), que é o equivalente a 02 (dois) abrigados para manter o direito dessas vagas quer estejam ou não abrigados, para os demais será repassado o valor de R\$ 2.250,00 (Dois mil duzentos e cinquenta reais) por infante somente nos meses em que estes estiverem abrigados.

Parágrafo único. Os valores estabelecidos no caput deste artigo serão reajustados sempre a cada 12 (doze) meses, à partir da celebração do presente Convênio, pelo índice adotado como oficial pelo Município de Herval d' Oeste (SC).

Art. 3º. O presente Convênio terá início após a publicação da presente Lei, celebração e publicação do Termo de Convênio, encerrando-se em 31 de dezembro de 2020, podendo o mesmo ser renovado havendo necessidade e acordo entre as partes.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias no orçamento vigente do exercício.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,

em 19 de dezembro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 19 de dezembro de 2017.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI 1454/2017

Publicação Nº 1472799

Lei n. 1454, de 19 de dezembro de 2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Erval Velho a aderir ao Programa Badesco Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de pavimentação asfáltica em ruas da cidade de Erval Velho.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 19 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 19 de dezembro de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI 1455/2017

Publicação Nº 1472801

Lei n. 1455, de 19 de dezembro de 2017

Autoriza o Ingresso do Município de Erval Velho no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CIS- AMARP e dá outras providências.

Art. 1º- Fica autorizado o ingresso do Município de Erval Velho no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do peixe

– CIS-AMARP nos termos do protocolo de intenções em anexo.

Art. 2º- Todas as demais condições serão estabelecidas nos contratos a serem firmados entre as partes.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 19 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 19 de dezembro de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI 1456/2017

Publicação Nº 1472802

Lei n. 1456, de 19 de dezembro de 2017

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal Firmar Termo de Cessão Gratuita de Imóvel e dá outras providências.

Art. 1º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar com o Grupo de Escoteiros Águias do Erval, Termo de Cessão de Uso de uma Sala localizada no Terminal Rodoviário Municipal Antonio Castaldelo, para a realização das atividades internas do grupo.

Art. 2º- Todas as condições da cessão e obrigações de cedente e cessionário serão estabelecidas no Termo de Cessão a ser firmado entre as partes.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,
em 19 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 19 de dezembro de 2017.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3401/2017

Publicação Nº 1472775

PORTARIA 3401, de 20 de dezembro de 2017.

Prorroga a contratação de servidores e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido da Secretária de Educação, Cultura e Desporto;

Considerando o parecer da Assessoria Jurídica do Município.

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3289, de 13 de fevereiro de 2017, que contratou os servidores abaixo relacionados, pelo período de 12 (doze) meses ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração:

Nome	Nível	Carga Horária
Fernando Poggere	Habilitado venc. nível 02-A	20 horas
Márcia Antonia Dadalt Fedrigo	Habilitado venc. nível 02-A	20 horas

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 20 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3402/2017

Publicação Nº 1472776

PORTARIA 3402, de 20 de dezembro de 2017.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido da Secretária de Educação, Cultura e Desporto;

Considerando o parecer da Assessoria Jurídica do Município.

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3296, de 22 de fevereiro de 2017, que contratou a servidora TAYNA ANDOLFATTO, ocupante do cargo temporário de Professor, pelo período de 12 (doze) meses ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 20 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3403/2017

Publicação Nº 1472778

PORTARIA 3403, de 20 de dezembro de 2017.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido da Secretária de Educação, Cultura e Desporto;

Considerando o parecer da Assessoria Jurídica do Município.

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3307, de 06 de março de 2017, que contratou a servidora AMANDA FERRARI, ocupante do cargo temporário de Professor, pelo período de 12 (doze) meses ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 20 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3404/2017

Publicação Nº 1472779

PORTARIA 3404, de 20 de dezembro de 2017.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido da Secretária de Educação, Cultura e Desporto;

Considerando o parecer da Assessoria Jurídica do Município.

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3337, de 26 de abril de 2017, que contratou o servidor JONAS TEODORO DE SOUZA, ocupante do cargo temporário de Professor de Inglês, pelo período de 12 (doze) meses ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 20 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3405/2017

Publicação Nº 1472781

PORTARIA 3405, de 20 de dezembro de 2017.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido da Secretária de Educação, Cultura e Desporto;

Considerando o parecer da Assessoria Jurídica do Município.

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3313, de 13 de março de 2017, que contratou a servidora JULIANA KLEIN, ocupante do cargo temporário de Professor, pelo período de 12 (doze) meses ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 20 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3406/2017

Publicação Nº 1472784

PORTARIA 3406, de 20 de dezembro de 2017.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido da Secretária de Educação, Cultura e Desporto;

Considerando o parecer da Assessoria Jurídica do Município.

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3316, de 20 de março de 2017, que contratou a servidora ANA PAULA DOS ANJOS, ocupante do cargo temporário de Professor, pelo período de 12 (doze) meses ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 20 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3407/2017

Publicação Nº 1472787

PORTARIA 3407, de 20 de dezembro de 2017.

Exonera Servidor Contratado em Caráter Temporário e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido a Senhora MICHELAINÉ HOECKLER, contratada temporariamente no cargo de Médico 40 hs, conforme Portaria n. 3368, de 08 de agosto de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,
em 20 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3408/2017

Publicação Nº 1472788

PORTARIA 3408, de 20 de dezembro de 2017.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3343, de 10 de maio de 2017, que contratou a servidora MÁRCIA PADILHA DA LUZ, ocupante do cargo temporário de Agente de Serviços Gerais II, pelo período de 12 (doze) meses ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 20 de dezembro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3409/2017

Publicação Nº 1472789

PORTARIA 3409, de 20 de dezembro de 2017.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3344, de 17 de maio de 2017, que contratou a servidora DALVANA CONTINI, ocupante do cargo temporário de Agente de Serviços Gerais II, pelo período de 12 (doze) meses ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 20 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3410/2017

Publicação Nº 1472790

PORTARIA 3410, de 20 de dezembro de 2017.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3352, de 13 de junho de 2017, que contratou a servidora INÊS IVONETE DADALT, ocupante do cargo temporário de Agente de Serviços Gerais II, pelo período de 12 (doze) meses ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 20 de dezembro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3411/2017

Publicação Nº 1472791

PORTARIA 3411, de 20 de dezembro de 2017.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3309, de 07 de março de 2017, que contratou o servidor ODAIR JOSÉ DE MORAIS, ocupante do cargo temporário de Agente de Serviços Gerais I, pelo período de 12 (doze) meses ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 20 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3412/2017

Publicação Nº 1472794

PORTARIA 3412, de 20 de dezembro de 2017.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3312, de 09 de março de 2017, que contratou o servidor IVONEI RECALCATTI, ocupante do cargo temporário de Operador de Máquinas, pelo período de 12 (doze) meses ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 20 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3413/2017

Publicação Nº 1472795

PORTARIA 3413, de 20 de dezembro de 2017.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3272, de 04 de janeiro de 2017, que contratou a servidora MARINEZ DE OLIVEIRA TOZATTI, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem, pelo período de 12 (doze) meses ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 20 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3414/2017

Publicação Nº 1472796

PORTARIA 3414, de 20 de dezembro de 2017.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3273, de 04 de janeiro de 2017, que contratou a servidora CARLA TEODORO, ocupante do cargo temporário de Técnico em Enfermagem, pelo período de 12 (doze) meses ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 20 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3415/2017

Publicação Nº 1472797

PORTARIA 3415, de 20 de dezembro de 2017.

Prorroga a contratação de servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º. Prorrogar a Portaria nº 3351, de 09 de junho de 2017, que contratou o Senhor RAFAEL BRUNO HILDEBRANDO, ocupante do cargo temporário de Médico 20 hs, pelo período de 12 (doze) meses ou ainda podendo ocorrer rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 20 de dezembro de 2017.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 2419/2017

Publicação Nº 1473454

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 2419/2017

Pregão Presencial Nº. 47/2017

As 09:30 horas do dia 26 de dezembro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 059/2017, para realizar a abertura dos envelopes, classificação da proposta de preço e realizar a habilitação da proponente interessada em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2018. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório a seguinte proponente:

Código Fornecedor	Nome do Fornecedor
2085	BASSANI E ZANLICH TRANSPORTES LTDA - ME

Iniciada a sessão com a presença do representante da proponente participante, sendo que é a única a participar do certame a ser enquadrar como ME, com isso, passou-se para a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada. Após a classificação da Proposta de preços do Processo Licitatório foi adjudicado a empresa BASSANI E ZANLICH TRANSPORTES LTDA - ME como vencedora, conforme item abaixo:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PREÇO UNIT.
1	16.200,00	KM	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR COLETIVO COM O SEGUINTE TRAJETO: INICIANDO O TRAJETO NO TURNO MATUTINO NA LINHA ALTO SARGENTO NA PROPRIEDADE DO SR. IVO MARCHESE, EM DIREÇÃO O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, CONTORNANDO PELA LINHA COSTA DO SARGENTO, PASSANDO PELA LINHA POÇO RICO BAIXO EM DIREÇÃO A LINHA MARMELEIRO ATÉ NO ENCONTRO COM A ESTRADA QUEM VEM DA LINHA FLOR DA SERRA ATE CIDADE DE FLOR DO SERTÃO. RETORNANDO NO FINAL DA MANHA PELO MESMO TRAJETO. NO TURNO VESPERTINO, INICIANDO O TRAJETO PELA LINHA POÇO RICO BAIXO EM DIREÇÃO A LINHA MARMELEIRO ATÉ NO ENCONTRO COM A ESTRADA QUEM VEM DA LINHA FLOR DA SERRA ATE CIDADE DE FLOR DO SERTÃO, E NO FINAL DA TARDE REPE-TINDO O MESMO TRAJETO INCLUÍDO A PASSAGEM ATE A LINHA ALTO SARGENTO NA PROPRIEDADE DO SR. IVO MARCHESE. PERCORRENDO O TOTAL DE 81 Km DIÁRIOS.	R\$ 3,85
2	20.200,00	KM	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR COLETIVO COM O SEGUINTE TRAJETO: INICIANDO NO TURNO MATUTINO NA LINHA POÇO RICO BAIXO NA PROPRIEDADE DA Sra. ANGELINA RAMOS, RETORNANDO POR ESTA ESTRADA ATE A PROPRIEDADE DO Sr. BOTEGA, DIRIGINDO –SE ATE A PROPRIEDADE DO Sr. ALCENO SPODE, PASSANDO PELA LINHA PIRITIBA ATE ENCONTRAR A ESTRADA GERAL DA LINHA PEDRA BRANCA, SEGUINDO PELA ESTRADA SECUNDARIA ATE A PROPRIEDADE DO Sr. ERNO FRIES, RETORNANDO PELA MESMA ESTRADA ATÉ A LINHA PEDRA BRANCA, DIRIGINDO –SE ATE A SEDE DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO. NO FINAL DO PERÍODO MATUTINO, RETORNANDO PELO MESMO TRAJETO E AO CHEGAR NO FINAL DA LINHA PIRITIBA, DIRIGIR-SE EM DIREÇÃO A LINHA CONSOLADORA ATÉ A RESIDÊNCIA DO Sr. VALDECIR MERLO, RETORNANDO PELA MESMA, ATÉ A PROPRIEDADE DO Sra. ANGELINA RAMOS. NO TURNO VESPERTINO REFAZER O MESMO TRAJETO ATÉ A PROPRIEDADE DO SR. BOTEGA DIRIGINDO-SE A LINHA PIRITIBA, LINHA PEDRA BRANCA ATÉ A PROPRIEDADE DO SR. ERNO FRIES, RETONANDO ATÉ A SEDE DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO E NO FINAL DA TARDE PERCORRENDO O MESMO TRAJETO INCLUINDO A RESIDÊNCIA DO Sr. VALDECIR MERLO. PERCORRENDO O TOTAL DE 101 km DIÁRIOS.	R\$ 3,50
3	8.800,00	KM	SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR COLETIVO COM O SEGUINTE TRAJETO: INICIANDO NO TURNO NOTURNO, SAINDO DA PROPRIEDADE DA Sra. ANGELINA RAMOS FAZENDO O CONTORNO PELA LINHA POÇO RICO BAIXO INDO ATE A PROPRIEDADE DO Sr. CLAUDIR CHARNOSKI, FAZENDO O ROTEIRO PELA LINHA COSTA DO SARGENTO ATÉ SAIR NOVAMENTE NA LINHA POÇO RICO BAIXO E ENTRANDO NA SUA ROTA ORIGINAL, RETORNANDO PELO MESMO TRAJETO NO FINAL DO TURNO ESCOLAR. PERCORRENDO O TOTAL DE 44 km DIÁRIOS.	R\$ 3,50

O valor total é de R\$ 163.870,00 (Cento e sessenta e três mil oitocentos e setenta reais).

Encerada a fase de julgamento da proposta e rodada de lances, o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente pois atendeu todas as exigências contidas no edital.

Findos os trabalhos de classificação da proposta e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata

que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos vinte e seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete.

LEANDRO NEUHAUS	DIOGO DE BEM	ROSMARI ZANELLA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

DECRETO Nº. 127/2017

Publicação Nº 1473455

DECRETO nº. 127/2017

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 2419/2017, e dá outras providências. SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 059/2017, sobre o processo de licitação nº. 2419/2017, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2018.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

BASSANI E ZANLUCHI TRANSPORTES LTDA	R\$ 163.870,00
-------------------------------------	----------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 26 dias do mês de dezembro de 2017.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFFER	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PARA PROFESSORES EFETIVOS

Publicação Nº 1473366

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA 01/2017

ABRE INSCRIÇÕES PARA CONCESSÃO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PARA PROFESSORES EFETIVOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sidnei José Willinghofer, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, comunica que se encontram abertas as inscrições para a concessão de alteração da carga horária para Professores efetivos, integrantes da Rede Municipal de Ensino, conforme estabelece o art. Nº 45 da Lei Municipal nº 628/2014.

1. DA INSCRIÇÃO

1.1 - A inscrição ocorrerá no período de 27/12/2017 a 15/01/2018, na Secretaria Municipal de Educação, no horário das 8h às 11h30min, e das 13:00 as 17:00 horas, sito Avenida Flor do Sertão, 696, centro, Flor do Sertão – SC.

1.1.1 - Na oportunidade o profissional interessado preencherá formulário próprio, instruído pela Secretaria Municipal de Educação e deverá apresentar cópias dos seguintes documentos:

- Identidade (RG);
- Diploma de licenciatura específico da vaga que está pleiteando;
- Declaração de tempo de serviço na rede municipal de ensino de Flor do Sertão até a data de 01/12/2017;
- Cópia da última avaliação por desempenho;
- Cópia dos certificados de cursos de aperfeiçoamento na área da Educação dos anos 2016 e 2017;
- Cópia de certificado de pós-graduação;
- Cópia de certificado de mestrado;

1.2 - Somente terá direito a alteração de carga horária:

- Profissional em efetivo exercício de regência de classe em jornada parcial; ou ser efetivo no cargo de professor da rede municipal de ensino em jornada parcial;
- Professor com licenciatura específica na área de atuação, conforme LDB 9394/96, art. 62;

- c) Se a vaga apresentada for na área de sua formação/atução;
 d) Se for professor licenciado para exercer outra função deverá retornar à regência de classe imediatamente após a alteração;
 e) Sua carga horária de trabalho não poderá ultrapassar 40 horas semanais.

2. DA CLASSIFICAÇÃO E PONTUAÇÃO

2.1 CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO

2.1.1 Os critérios para classificação dos professores terão como base os critérios estabelecido na tabela abaixo correspondente as alíneas A, B, C, D, e, em caso de empate, serão utilizados os critérios das alíneas E e F, para o desempate:

- a) Maior tempo de efetivo exercício na rede municipal;
 b) Maior formação Profissional (mestrado, especialização), sendo aceito somente um certificado por grau de estudo;
 c) Maior nota obtida na avaliação por desempenho;
 d) Maior número de horas de aperfeiçoamento, limitados a 200 horas;
 e) O mais idoso;
 f) Sorteio;

	ITEM AVALIADO	CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
A	Tempo de efetivo exercício no magistério municipal	Pontuação por ano de serviço limitado a 21 anos	2	42
B	Maior formação profissional	Mestrado	20	33
		Pós-Graduação	13	
C	Avaliação por Desempenho	Última avaliação por desempenho com nota superior a 7,0	10	10
D	Maior número de horas de aperfeiçoamento	03 pontos para cada 40 horas de curso de aperfeiçoamento na área de educação limitado a 200 horas, referente aos anos de 2016 e 2017	3	15
			PONTUAÇÃO MÁXIMA	100

Obs: O processo de classificação será acompanhado pelo Conselho Municipal de Educação.

3 - DAS VAGAS

3.1 - As vagas a serem oferecidas aos classificados neste edital, serão disponibilizadas após a finalização do procedimento de matrícula e enturmação dos alunos, distribuição das aulas aos efetivos e conforme a necessidade da vaga, conforme artigo 45 da lei municipal 628/2014

4 – DO EXERCÍCIO

4.1 - A alteração de carga horária concedida pelo presente edital terá vigência a partir do início do ano letivo de 2018 conforme art. 45 da Lei nº 628/2014, por tempo indeterminado.

4.2 – A redução de carga horária poderá ser realizada por ato do chefe do poder executivo, caso haja redução no número de turmas, redução de matrículas, extinção de escola, supressão de disciplina e/ou inexistência de vagas, para tanto a carga horária do profissional será reduzida, mantendo a carga horária conquistada por concurso público.

4.3 – Não ocorrendo redução de carga horária conforme estabelece o item 4.2, o profissional terá que cumprir no mínimo três anos de efetivo exercício em sua carga horária alterada, não podendo assim ser designado para exercer outra função durante este período.

5. DA DIVULGAÇÃO E DO RECURSO

5.1 - A divulgação da listagem de classificação dar-se-á no dia 26/01/2018 as quais serão afixadas no mural da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão e publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

5.2 - O prazo para recurso será de dois (2) dias úteis a partir da data da divulgação

5.3 - Os recursos contra a classificação deverão ser impetrados na sede da Secretaria Municipal de Educação de Flor do Sertão.

6 – DA ESCOLHA DE VAGAS

6.1- A escolha de vagas acontecerá seguindo a ordem de classificação, sendo que os classificados serão chamados em ordem decrescente de classificação para as devidas providências administrativas.

6.2- A classificação neste edital, gera para o candidato apenas expectativas de direito à concessão de alteração, a chamada acontecerá de acordo com as necessidades da Administração Pública.

7 – DA REMUNERAÇÃO

7.1 – A remuneração será aplicada de acordo com a carga horária alterada seguindo a base de cálculo referente o regime de contrato dos servidores efetivos.

8 – DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – Não serão aceitas inscrições que não atendam as especificações do presente edital.

8.2 – São partes integrantes deste edital os anexos I e II.

8.3 – No ato da inscrição o candidato aceita as condições deste edital.

Flor do Sertão/SC, em 26 de dezembro de 2017.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFER

Prefeito de Flor do Sertão

VALMIR DE JESUS PINTO

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

EDITAL nº 01/2017 ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PARA PROFESSORES EFETIVOS

1 - NOME DO PROFESSOR: -----

2 - ÁREA DE FORMAÇÃO:

Ed. Física () Ed. Infantil () Anos Iniciais () L. Estrangeira (Inglês) ()

3 - Pontuação obtida na última avaliação por desempenho:

4 - Tempo de serviço na rede Municipal de Ensino:

----- anos meses dias (até 01/12/2017).

5 - Horas de cursos de aperfeiçoamento realizadas nos anos de 2016 e

2017:

6 - Idade:

ASSINATURA DO PROFESSOR:

RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO:

Flor do Sertão/SC,/ /.....

ANEXO II

TERMO DE DESISTÊNCIA

EU, brasileiro(a) ,

Residente ,

Portador(a) de RG nº servidor(a) público(a) municipal efetivo(a), Inscrito(a) no CPF sob Nº , por este termo venho desistir de alterar a carga horária pela qual fui classificado(a), nas vagas que estão à disponíveis para lotação a partir de 2018.

E para que produza os efeitos legais, firmo o presente.

Flor do Sertão/SC,/ /.....

Assinatura

Formosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL N.º 140/2017

Publicação Nº 1473189

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO ADM. N.º: 140/2017 – TERMO ADITIVO N.º 002/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)
CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência fixado na Cláusula Quinta do Contrato Originário, por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar de 1.º de janeiro à 31 de dezembro de 2018.
VALOR: R\$ 2.610,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2018 a 31/12/2018.
FORMOSA DO SUL, 22 DE DEZEMBRO DE 2017.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL N.º 142/2017

Publicação Nº 1473192

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO ADM. N.º: 142/2017 – ADITIVO N.º 007/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência fixado na Cláusula Quarta do Contrato Originário, por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar a partir de 1.º de janeiro à 31 de dezembro de 2018.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2018 a 31/12/2018.
FORMOSA DO SUL, 22 DE DEZEMBRO DE 2017.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL N.º 141/2017

Publicação Nº 1473186

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO ADM. N.º: 141/2017 – TERMO ADITIVO N.º 001/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE)
CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência fixado na Cláusula Quinta do Contrato Originário, por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar de 1.º de janeiro à 31 de dezembro de 2018.
VALOR: R\$ 4.200,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2018 a 31/12/2018.
FORMOSA DO SUL, 22 DE DEZEMBRO DE 2017.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL N.º 143/2017

Publicação Nº 1473194

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO ADM. N.º: 143/2017 – ADITIVO N.º 007/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência fixado na Cláusula Quarta do Contrato Originário, por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar a partir de 1.º de janeiro à 31 de dezembro de 2018.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/01/2018 a 31/12/2018.
FORMOSA DO SUL, 22 DE DEZEMBRO DE 2017.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL N.º139/2017

Publicação Nº 1473188

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO ADM. N.º: 139/2017 – ADITIVO N.º 01/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADO: FRIGO E BONAFA CONSTRUTORA E COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão de parte do valor contratado originariamente, pelos motivos expostos na justificativa técnica em anexo, a qual fica fazendo parte integrante deste instrumento.
VALOR: R\$ 2.725,96(dois mil setecentos e vinte e cinco reais e noventa e seis centavos)
FORMOSA DO SUL, 22 DE DEZEMBRO DE 2017.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 061, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017. “DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 19, DE 08 DE MARÇO DE 2007 (PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Publicação Nº 1472888

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

LEI COMPLEMENTAR Nº 061, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 19, DE 08 DE MARÇO DE 2007 (PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Vencimento do nível 57, do Grupo TEC do Anexo III (Tabela de Vencimentos dos Servidores), da Lei Complementar nº 19, de 08 de março de 2007, passa de R\$ 19.158,67 (dezenove mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos) para R\$ 11.219,26 (onze mil, duzentos e dezenove reais e vinte e seis centavos).

Art. 2º O Anexo III (Tabela de Vencimentos dos Servidores), da Lei Complementar nº 19, de 08 de março de 2007, passa a vigorar na forma do Anexo I da presente Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 26 de dezembro de 2017.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada em data supra.

ANEXO I

“ANEXO III – TABELA DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES”

(LEI COMPLEMENTAR Nº 19, DE 08 DE MARÇO DE 2007)

S E G		S O P		S A U		T E P		T E C	
Nível	Valor	Nível	Valor	Nível	Valor	Nível	Valor	Nível	Valor
11	996,72	21	1.347,84	31	1.882,14	41	1.823,30	51	2.077,82
12	1.106,34	22	1.496,10	32	2.089,18	42	2.096,79	52	4.155,68
13	1.227,32	23	1.660,68	33	2.318,99	43	2.411,31	53	4.612,79

14	1.363,09	24	1.843,42	34	2.574,09	44	2.773,00	54	5.078,73
15	1.513,02	25	2.046,18	35	2.857,23	45	3.188,95	55	6.193,65
16	1.679,46	26	2.271,28	36	3.171,52	46	3.667,30	56	6.646,10
								57	11.219,26

LEI MUNICIPAL N.º 707, DE 26 DE DEZEMBRO 2017. "DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO, O FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação Nº 1472894

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

LEI MUNICIPAL N.º 707, DE 26 DE DEZEMBRO 2017.

"DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO, O FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 1º A Política Municipal do Idoso, no âmbito do Município de Formosa do Sul, tem por objetivo assegurar os direitos da pessoa maior de sessenta anos de idade e criar condições para sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

§ 1.º Na consecução desta política, cumprir-se-ão as diretrizes da legislação Federal e Estadual vigente e a pertinente à Política Nacional do Idoso, como estabelece a Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994, a Lei n.º 10.741 de 01 de outubro de 2003, regulamentada pelo Decreto- Lei n.º 1.948, de 03 de julho de 1996, e a Lei Estadual n.º 11.863, de 23 de outubro de 1997.

§ 2.º Ao Município de Formosa do Sul, por intermédio Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social, em conjunto com as Secretarias Municipais e em parceria com o Conselho Municipal do Idoso – CMI –, compete:

I - coordenar e executar as ações relativas à Política Municipal do Idoso;

II - participar na formulação, no acompanhamento e na avaliação da Política Municipal do Idoso;

III - promover as articulações intrasetoriais e intersetoriais necessárias à implementação da Política Municipal do Idoso.

§ 3.º Todos os recursos financeiros referentes à Política Municipal do Idoso, serão alocados no Fundo Municipal do Idoso.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 2.º Na execução da Política Municipal do Idoso, observar-se-ão os seguintes princípios e diretrizes:

I - o dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania e garantir a sua plena

convivência familiar e comunitária, defendendo sua dignidade, seu bem-estar e o direito à vida;

II - o tratamento ao idoso sem discriminação de qualquer natureza;

III - o fortalecimento e a valorização dos vínculos familiares, de modo a evitar o abandono da pessoa idosa ou internações inadequadas e/ou desnecessárias em instituições de abrigo;

IV - a viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;

V - a formulação, a coordenação, a supervisão e a avaliação dos serviços prestados, dos planos, programas e projetos no âmbito municipal;

VI - o estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;

VII - a participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;

VIII - a criação de uma rede de informações sobre a política e os recursos existentes na comunidade, bem como seus critérios de funcionamento;

IX - o apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento

CAPÍTULO III
DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Art. 3.º Fica criado o Conselho Municipal do Idoso – CMI, órgão colegiado de caráter permanente, consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador da política de defesa dos direitos do idoso, vinculado ao Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social.

Seção I
Da Competência

Art. 4.º O CMI terá por competência propor políticas públicas que garantam o pleno exercício da cidadania ao idoso, com as seguintes atribuições:

I - a formulação da política de proteção e defesa dos direitos do idoso, observada a legislação em vigor, atuando no sentido da plena inserção na vida socioeconômica e político-cultural do Município, objetivando ainda, a eliminação de preconceitos;

II - o estabelecimento de prioridades de atuação e de definição da aplicação dos recursos públicos municipais destinados às políticas sociais básicas de atenção ao idoso;

III - acompanhamento da elaboração e da avaliação da proposta orçamentária do Município, indicando ao Conselhos de Políticas Setoriais ou, no caso de inexistência destes, ao Secretário Municipal competente, as modificações necessárias a consecução de política formulada, bem como, a análise da aplicação de recursos relativos à competência deste conselho;

IV - estabelecer normas e fiscalizar o funcionamento de casas de repouso, asilos e afins, que prestam serviços à população idosa;

V - o acompanhamento da concessão de auxílios e subvenção a

entidades particulares filantrópicas e sem fins lucrativos, atuantes no atendimento do idoso;

VI - a avocação, quando entender necessário, do controle sobre a execução da política municipal de todas as áreas afetas ao idoso;

VII - a proposição aos poderes constituídos de modificação nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso;

VIII - o oferecimento de subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses dos idosos;

IX - o incentivo e o apoio à realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso;

X - acompanhar a criação, instalação e manutenção de centros de convívios destinados ao desenvolvimento de programas e projetos que melhorem as condições de vida do idoso;

XI - organizar e normatizar a Conferência do Idoso, que deverá ser convocada pelo Poder Público e/ou pelo CMI, com a representação seguimentos sociais, para avaliar a situação do idoso e propor diretrizes para a formulação da política ao setor no Município de Formosa do Sul;

XII - aprovar ou rejeitar os pedidos de incentivos para criação de entidades assistenciais privados, obedecendo ao que preceitua a Lei n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994;

XIII - a aprovação do intercâmbio com entidades públicas e particulares, organismos nacionais, internacionais, visando atender a seus objetivos;

XIV - o pronunciamento, a emissão de pareceres e a prestação de informações sobre assuntos que digam respeito à defesa dos direitos do idoso;

XV - a aprovação, de acordo com critérios estabelecidos em seu regimento interno, do cadastramento de entidades de defesa ou de atendimento ao idoso que pretendam e devam integrar o Conselho Municipal do Idoso;

XVI - o reconhecimento de petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados ao idoso, adotando medidas cabíveis.

Seção II

Da Constituição e da Composição

Art. 5.º O Conselho Municipal do Idoso será composto por oito membros titulares e igual número de suplentes, sendo quatro representantes do Poder Público Municipal e quatro representantes da sociedade civil, assim discriminados:

I - quatro membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, preferencialmente dentre as áreas das políticas sociais afetas ao idoso;

II - dois membros representantes de entidade das diversas áreas de atendimento ao idoso ou de entidades civis constituídas;

III - dois membros usuários da Política Municipal do Idoso.

§ 1.º Para cada membro titular, será indicado um suplente que, no caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos titulares, automaticamente assumirá a vaga.

§ 2.º Os titulares e respectivos suplentes representantes do Poder Executivo Municipal serão indicados pelo Prefeito, que poderá destituí-los ad nutum.

§ 3.º Os representantes do Poder Executivo, da Sociedade Civil e dos usuários serão referendados pela Conferência Municipal dos Direitos do Idoso.

§ 4.º Caberá ao CMI fazer o encaminhamento dos nomes dos membros efetivos e suplentes eleitos na Conferência Municipal dos Direitos do Idoso para a devida nomeação pelo Prefeito no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 5.º O mandato dos conselheiros titulares e respectivos suplentes será de dois anos, admitindo-se a reeleição ou indicação subsequente por uma única vez.

§ 6.º Os membros da sociedade civil e seus respectivos suplentes durante a vigência do mandato não poderão ser destituídos, salvo por razões que motivem a deliberação da maioria qualificada do colegiado.

Seção III

Da Estrutura e do Funcionamento

Art. 6.º O Conselho Municipal do Idoso possuirá a seguinte estrutura:

I- Assembleia Geral;

II- Diretoria;

III - Comissões de Trabalho;

IV - Secretaria Executiva.

§ 1.º À Assembleia Geral, Órgão soberano do CMI, compete deliberar e exercer o controle da Política Municipal do Idoso.

§ 2.º A Diretoria é composta de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, que serão escolhidos dentre os seus membros, em quórum mínimo 2/3 (dois terços) dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, permitindo uma recondução, e a ela compete representar o Conselho, dar cumprimento às decisões plenárias e praticar atos de gestão.

§ 3.º Às Comissões, criadas pelo CMI, atendendo às peculiaridades locais e as áreas de interfaces da Política do Idoso, compete realizar estudos e produzir indicativos para apreciação da Assembleia Geral.

§ 4.º À Secretaria Executiva, composta por profissionais técnicos cedidos pelos órgãos governamentais, compete assegurar suporte técnico e administrativo das ações do Conselho.

§ 5.º A Diretoria será eleita na primeira reunião após a posse do Conselho, pela maioria qualificada de seus membros titulares e na ausência destes pelos respectivos suplentes.

§ 6.º A representação do conselho será efetivada por seu Presidente em todos os atos inerentes ao seu exercício ou por conselheiros designados pelo presidente para tal fim.

§ 7.º A Diretoria poderá ser reconduzida por um mandato consecutivo.

Art. 7.º As funções dos membros do Conselho Municipal do Idoso não serão remuneradas, sendo o seu exercício considerado serviços relevantes prestados ao Município, com caráter prioritário e, em consequência, justificada as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 8.º Cumpre ao Poder Executivo Municipal, responsável pela execução da política de defesa dos direitos do idoso, providenciar a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros para a consecução das finalidades do Conselho Municipal do Idoso e da Secretaria Executiva.

Art. 9.º As Organizações de Assistência Social responsáveis por execução de programas de atendimento aos idosos devem submeter os mesmos a apreciação do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 10. O Conselho Municipal do Idoso terá 30 (trinta) dias para elaborar e colocar em discussão e aprovação pela Assembleia Geral o regimento interno que regulará a sua organização e funcionamento.

§ 1.º O regimento interno, aprovado pelo CMI, será publicado órgão oficial de publicação legal e divulgação do Município.

§ 2.º Qualquer alteração posterior ao regimento interno dependerá da deliberação de dois terços dos Conselheiros do CMI e da aprovação por plenária.

Art. 11. O Conselho Municipal do Idoso instituirá seus atos por meio de resoluções aprovadas pela maioria de seus membros.

Art. 12. Cada membro do Conselho Municipal do Idoso terá direito a um único voto na sessão plenária.

Art. 13. Em plenária, na presença do titular o suplente terá direito a voz e na ausência deste, a voz e voto.

Art. 14. Todas as sessões do Conselho Municipal do Idoso serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Seção IV Do Mandato de Conselheiro

Art. 15. Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal do Idoso serão nomeados por ato do Prefeito do Município, conforme critérios instituídos nesta Lei, para o mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 16. Nos casos de perda do mandato elencados no art. 17 desta Lei, os membros efetivos do Conselho Municipal do Idoso poderão ser substituídos pelos suplentes mediante solicitação da instituição ou autoridade pública à qual estejam vinculados, apresentada ao Conselho Municipal do Idoso, o qual fará comunicação do ato ao Prefeito do Município.

Art. 17. Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I - desvincular-se do órgão de origem de sua representação;
- II - faltar a duas reuniões consecutivas ou a quatro intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentado na forma prevista no Regimento Interno do Conselho;
- III - apresentar renúncia ao Plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;
- IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V - for condenado em sentença irrecorrível por crime, contravenção penal ou improbidade administrativa relacionada com a atividade desempenhada.

Parágrafo único. A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho Municipal, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada ampla defesa.

Art. 18. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros efetivos do Conselho Municipal do Idoso serão substituídos pelos suplentes automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 19. As entidades ou organizações representadas pelos conselheiros faltosos deverão ser comunicadas a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada mediante correspondência do Secretariado Executivo do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 20. Perderá a representatividade a instituição que:

- I - extinguir sua base territorial de atuação no Município de Formosa do Sul;
- II - tiver constatado em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade, devidamente comprovada, que torne incompatível sua representação no Conselho Municipal do Idoso;
- III - sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.

CAPÍTULO IV DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

Art. 21. Fica instituída a Conferência Municipal dos Direitos do Idoso, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e avaliativo composto por delegados representantes das entidades ou movimentos da sociedade civil organizada, organizações profissionais, representantes dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Formosa do Sul, diretamente ligados à defesa ou ao atendimento dos direitos dos idosos, que se reunirá a cada dois anos, sob a coordenação do Conselho Municipal do Idoso, mediante Regimento Interno próprio.

Art. 22. Os delegados participantes da Conferência Municipal dos Direitos do Idoso serão indicados por segmentos da sociedade civil, no período de quinze dias anteriores à data da realização da

Conferência, garantida a participação de um representante de cada instituição com direito a voz e voto.

Parágrafo único. As indicações referidas no "caput" deste artigo serão convocadas por edital público do Conselho Municipal do Idoso publicado no órgão de divulgação dos atos oficiais do Município com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 23. Os representantes titulares e suplentes dos Poderes Executivo e Legislativo na Conferência Municipal dos Direitos do Idoso serão indicados pelos chefes dos respectivos poderes mediante ofício enviado ao Conselho Municipal do Idoso no prazo até cinco dias anteriores à realização da Conferência.

Art. 24. Compete à Conferência Municipal dos Direitos do Idoso:

- I - avaliar a situação do Município;
- II - traçar as diretrizes gerais da política municipal do idoso no biênio subsequente ao de sua realização;
- III - eleger os representantes da sociedade civil no Conselho Municipal do Idoso;
- IV - avaliar e reformar as decisões administrativas do Conselho Municipal do Idoso quando provocada;
- V - aprovar as suas resoluções e delas dar publicidade, registrando-as em documento final.

CAPÍTULO V DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO – FMI

Art. 25. Fica instituído o Fundo Municipal do Idoso – FMI – do município de Formosa do Sul, cuja finalidade primordial é apoiar financeiramente a implementação e desenvolvimento das políticas públicas, bem como os programas, projetos, serviços e as ações das entidades e instituições juridicamente organizadas e inscritas no Conselho Municipal do Idoso (CMI), voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso, assim como o estudo, a pesquisa e garantia dos direitos prescritos na legislação própria.

§ 1º O FMI permanecerá vinculado a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, competindo-lhe prover os meios necessários à sua operacionalização.

§ 2º O gestor e ordenador das despesas do FMI será nomeado pelo Prefeito.

§ 3º A fiscalização da aplicação dos recursos do FMI será exercida pelo Conselho Municipal do Idoso – CMI.

Art. 26. Constituem-se receitas do FMI:

- I - Transferências à contas do orçamento geral do município e os créditos suplementares e/ou adicionais que lhe forem atribuídos;
- II - Transferências realizadas pela União e pelo Estado;
- III - Contribuições de mantenedores, na forma de regulamento específico;
- IV - Auxílios, subvenções e outras contribuições de entidade públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- V - Doações e legados;
- VI - Saldos remanescentes de projetos e atividades apoiados, bem como devolução de recursos por utilização indevida;
- VII - Valores oriundos da aplicação das multas previstas na Lei Nacional n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, fixadas pelo Poder Judiciário, em conformidade com o disposto na legislação federal;
- IX - Transferências do Fundo Nacional e Estadual de Assistência Social (FMAS) e/ou do Fundo Nacional e Estadual do Idoso, na forma da lei;
- X - Doações de pessoas físicas e jurídicas em conformidade com a Lei Nacional n.º 12.213, de 20 de janeiro de 2010, que autoriza a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas nas doações efetuadas aos Fundos Estaduais e altera o art. 12, inciso I, da Lei Nacional n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995.
- XI - Saldos financeiros de exercícios anteriores; e,
- XII - Outros recursos a ele destinados, na forma da Lei.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo Municipal fixará o montante dos recursos orçamentários destinados ao FMI em cada

exercício financeiro.

Art. 27. Os recursos do Fundo Municipal do Idoso (FMI) destinam-se a:

I - despesas com a implementação e desenvolvimento das políticas públicas, projetos, programas e serviços voltados para a promoção, proteção e defesa do idoso, especialmente aqueles em que o Estado constitucionalmente se obriga à cooperação com organizações não-governamentais;

II - despesas com consultoria, projetos de pesquisa ou de estudo, relacionados com o idoso;

III - despesas com programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos;

IV - subvenção social para entidades ou instituições inscritas no Conselho Municipal do Idoso (CMI);

V - pagamento e/ou ressarcimento de despesas, diárias e/ou passagens a representantes do CMI em eventos e atividades mediante aprovação do Conselho;

VI - pagamento de serviços técnicos de assessoria, de comunicação e de divulgação de interesse do Conselho Municipal do Idoso (CMI);

VII - apoio na realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção, defesa, controle e garantia dos direitos do idoso;

VIII - manutenção de banco de dados com informações sobre programas, projetos e atividades governamentais e não-governamentais de âmbito municipal, regional, estadual, federal e internacional relativos ao idoso; e

IX - aquisição de material permanente e de consumo, necessários ao desenvolvimento dos programas referidos no item I e/ou para estrutura e funcionamento do Conselho Municipal do Idoso (CMI).
Parágrafo Único. Os recursos do Fundo Municipal do Idoso (FMI) somente serão utilizados ou aplicados na implementação e desenvolvimento das políticas públicas, projetos, serviços e ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso, assim como, ao estudo, à pesquisa e garantia dos direitos.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. Os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra idoso serão obrigatoriamente comunicados a quaisquer dos seguintes órgãos:

I - Autoridade policial;

II - Ministério Público;

III - Conselho Municipal do Idoso.

Art. 29. Caberá ao Ministério Público, a adoção de medidas administrativas e judiciais necessárias à garantia dos direitos do idoso.

Art. 30. Conselho Municipal do Idoso, previsto na Lei n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994, zelará pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Art. 31. As entidades de atendimento ao idoso são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução.

Art. 32. Considerar-se-á instalado o Conselho Municipal do Idoso, em sua primeira gestão, com a publicação dos nomes de seus integrantes no órgão de imprensa oficial do Município e sua respectiva posse.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n.º 441, de 11 de dezembro de 2008.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 26 de

dezembro de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

LEI MUNICIPAL Nº 706, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017. "DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS- AMOSC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação Nº 1472893

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

LEI MUNICIPAL Nº 706, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Com amparo no art. 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do art. 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, firmado entre este Município e o CIS-AMOSC, nos termos da Lei Municipal nº 421/2008.

Art. 2º A redação da Emenda ao Contrato de Consórcio Público do CIS-AMOSC e o texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC estão publicados na edição nº 2389 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, do dia 20 de novembro de 2017, disponível no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 26 de dezembro de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 167/PMF/2017

Publicação Nº 1472738

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 167/PMF/2017

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 167/PMF/2017, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS BRAÇAIS DE COLETA DE LIXO URBANO NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Às sete horas do dia vinte e seis do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 167/PMF/2017. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que a empresa SEGFOR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME protocolou recurso contra a decisão da Comissão de Licitação que inabilitou a mesma. O recurso da empresa SEGFOR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME foi indeferido, isto posto, mantém-se a inabilitação da empresa. Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com abertura dos envelopes de nº. 02 – Da Proposta de Preço da licitante RADAR SERVIÇOS LTDA para as 09:00 horas do dia 27 de dezembro de 2017, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). As empresas habilitadas serão comunicadas via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão. Forquilha, 26 de dezembro de 2017. VALDECIR TISCOSKI TAINARA REDIVO RENATA PEREIRA FRITZEN Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão Membro da Comissão

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 167/PMF/2017

Publicação Nº 1472735

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 167/PMF/2017

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

Recorrente: SEGFOR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME.

RELATÓRIO

A empresa SEGFOR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME., apresentou Recurso, no Processo Licitatório Concorrência Edital nº. 167/PMF/2017, em face da decisão da Comissão Permanente de Licitações que a declarou inabilitada por desatender a exigência contida no Edital, visto não ter apresentado a comprovação da boa situação financeira da empresa (item 3.1.9 letra c) e o documento apresentado para cumprir com o item 3.1.6 do edital, não demonstra

que a responsável técnica faz parte do seu quadro permanente de funcionários.

É o relatório.

DO MÉRITO

Não tem razão o recorrente, vejamos:

Quanto a comprovação da boa situação financeira da empresa (item 3.1.9 letra c), a recorrente alega que é dispensada da elaboração do Balanço Patrimonial, sendo que sem o Balanço Patrimonial não há possibilidade do cálculo previsto no item 3.1.9 letra "c" do Edital.

Dispõe o § 1º do artigo 7º da Lei 9317/96:

§ 1º A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de escrituração comercial desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes:

Dispõe o inciso I do artigo 31 da Lei 8666/93:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Neste cenário, criou-se o entendimento que do ponto de vista tributário as pequenas empresas têm a faculdade de elaborar o balanço patrimonial. Porém, do ponto de vista Administrativo, no que se referem às compras governamentais, as pequenas empresas deverão apresentar o balanço em cumprimento ao inciso I do artigo 31 da Lei 8666/93.

No entanto, a Lei 9317/96 foi totalmente revogado pela Lei 123/2006. Assim, o intitulado Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte não reproduziu o aludido na lei anterior. O referido diploma legal, em seu artigo 27, regrou da seguinte forma:

Art. 27. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.

A partir daí, gerou-se a dúvida sobre o que englobaria a "contabilidade simplificada" que veio, inicialmente, a ser sanada pela Resolução Nº 1.115/07, que aprovou a NBC T 19.13 – Escrituração Contábil Simplificada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

O item 7 da referida norma disciplina que:

7 A microempresa e a empresa de pequeno porte devem elaborar, ao final de cada exercício social, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, em conformidade com o estabelecido na NBC T 3.1, NBC T 3.2 e NBC T 3.3.

Note-se que a Resolução ora em comento já estabelecia que as “pequenas empresas” deveriam elaborar o Balanço Patrimonial. Contudo, em 2011 esta Resolução foi revogada pela Resolução CFC N.º 1.330.

Nesta toada, em 2012 a Resolução CFC N.º 1.418 aprovou a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que em seu item 26 estabeleceu que:

26. A entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Quando houver necessidade, a entidade deve elaborá-los em períodos intermediários. (Grifei e negritei)

Destarte, diante do exposto acima, concluímos que não há dispositivo legal que dispense as pequenas empresas da apresentação do balanço patrimonial.

Acerca do assunto, o jurista Sidney Bittencourt leciona:

Situação sui generis ocorre no caso de microempresa, principalmente em função do tratamento diferenciado a ela conferido pelo art. 175 da Constituição Federal, vigindo, para essa, o Estatuto das Microempresas, que afasta a necessidade de possuírem demonstrações contábeis, o que não impede que o edital exija essas demonstrações referentes ao último exercício social, de modo a permitir uma avaliação das condições financeiras para arcar com o compromisso. De outra forma, entendendo a Administração licitadora que o objeto é simples e facilmente executável, poderá não exigir a demonstração no edital. (in Licitação passo a passo. 4ª ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Temas & idéias Editora, 2002, p. 158)

Outrossim, o prof. Carlos Pinto Coelho Motta versou:

As microempresas e empresas de pequeno porte devem, igualmente, elaborar o balanço patrimonial, considerando que, nesse aspecto, a LNL não foi derogada pela LC 123/06. (in Eficácia nas Licitações e Contratos. 11ª ed. rev. E atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, 389)

Esse também é o entendimento do renomado mestre Jessé Torres Pereira Júnior ao comentar os privilégios das empresas de pequeno porte:

A Lei Complementar n.º 123/2006 não dispensou as microempresas e empresas de pequeno porte da apresentação de qualquer documentação de habilitação prevista na Lei Geral de Licitações ou nos diplomas que tratam do pregão (Lei n.º 10.520/02 e Decreto n.º 5.540/05). Apenas concedeu - lhes o direito de regularizar a situação fiscal acaso sujeita a restrição por ocasião da conferência dos documentos exigidos no instrumento convocatório.

Por esta razão, as microempresas e empresas de pequeno porte públicos, em que se tenha exigido, como requisito de qualificação econômico-financeira, a apresentação de balanço patrimonial, nos moldes previstos no art. 31, I, da Lei n.º 8.666/93, deverão elaborá-lo e apresentá-lo, ainda que somente para atender essa finalidade específica, sob pena de inabilitação.

[...] Segue-se que a empresa de pequeno porte ou microempresa que deixar de apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, exigidos no ato convocatório nos termos do art. 31, I, da Lei n.º 8.666/93, deverá ser inabilitada, com fulcro no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, inserto no art. 3º, caput, combinado com o art. 41, caput, da mesma lei. (in Políticas Públicas nas Licitações e Contratações Administrativas. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 87) (grifamos)

De toda forma, não se nega que o Edital tenha dispensado a

apresentação do Balanço Patrimonial, conforme item 3.1.9, letra “b2”, vejamos:

3.1.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b. Balanço Patrimonial e demonstrativo dos Resultados do Exercício (DRE) correspondente ao último exercício social da empresa (ou balanço de abertura para licitantes com menos de 01 ano de exercício), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta. O referido balanço deverá ser devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente, o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito, bem como cópia do Termo de abertura e encerramento, com a numeração do registro na JUNTA COMERCIAL;

b.1. Das empresas recém-constituídas será exigida a apresentação de cópia ou fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente assinado pelo contador com seu respectivo nº do CRC (Conselho Regional de Contabilidade);

b.2. Das Micro-empresas optantes do Simples Nacional poderá ser substituído o item 3.1.9, b, por declaração formal do contador que comprove esta opção, ou comprovação obtida através do site: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;

c. A comprovação da boa situação financeira da empresa licitante será baseada na obtenção do Índice de Liquidez Geral, calculados e demonstrados pela licitante, por meio da fórmula seguinte, sendo considerada habilitada a empresa que obtiver para todos os índices, valor maior ou igual a 01 (um):

Índice de Liquidez Geral:	AC + RLP	• PC = Passivo Circulante;
	-----	• RLP = Realizável a Longo Prazo;
	----	• ELP = Exigível a Longo Prazo.
	PC + ELP	• AC = Ativo Circulante;

c.1. não será habilitada a empresa cujo Índice de Liquidez for inferior a 1 (um).

c.1.1. no caso da empresa proponente que apresentar resultado menor do que 1 (um), deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. A comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da Lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

c.1.2. a fórmula deverá estar, preferencialmente, aplicada em memorial de cálculo juntado ao balanço.

Contudo, não há nenhuma dispensa à apresentação da comprovação da boa situação financeira da empresa.

Mesmo que não possua Balanço Patrimonial, a recorrente deve manter a sua escrituração contábil, mesmo que simplificada, de forma a comprovar a sua boa situação financeira.

Assim, considerando que a recorrente não apresentou nenhum documento que demonstrasse seu Índice de Liquidez Geral, deve ser mantida a sua inabilitação.

Quanto a não comprovação de possuir em seu quadro permanente, profissional de nível superior ou outro, devidamente registrado no Conselho Regional de Administração – CRA, que será o Responsável Técnico para acompanhar a execução dos serviços (Item 3.1.6), a recorrente alega que foi apresentado contrato de prestação de serviço da responsável técnica com o CRA e que, conforme Acórdão 103/2009 do TCU, é desnecessário a comprovação de vínculo empregatício com CTPS assinada.

O contrato apresentado pela recorrente prevê que a profissional registrada no CRA prestará serviço à licitante caso ele se sagre vencedora do certame.

Contudo, inciso I do § 1º do art. 30 da Lei 8666/93 dispõe que a licitante deverá possuir o profissional em seu quadro permanente na data da entrega da proposta, vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

[...]

§ 1º [...]

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (grifamos)

Assim, na data da apresentação da proposta a recorrente não possuía em seu quadro permanente nenhum profissional registrado no CRA, possuindo apenas a "promessa" de que, caso se sagre vencedora, teria o profissional.

Ressalta-se que a habilitação da recorrente redundaria na inobservância ao imprescindível tratamento isonômico a ser dado às concorrentes, além de desrespeito aos termos do edital e da legislação vigente.

O edital da licitação faz lei entre as partes, naquele procedimento por ele regulamentado. Nesse sentido, diz a Lei Federal n. 8.666/1993: "Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Sobre edital de licitação, ensina CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO:

No Direito brasileiro habitualmente designa-se por edital de licitação tanto o ato através do qual se realiza a publicidade do certame (e que a Lei 8.666 apropriadamente denomina aviso contendo o resumo do edital) quanto aquele consubstanciado no documento que fixa as condições em que se efetivará o certame.

[...]

Pode-se definir o edital da seguinte forma: é o ato cujo meio a Administração faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa as cláusulas de eventual contrato a ser travado.

São as seguintes as funções desempenhadas pelo edital:

- a) dá publicidade à licitação;
- b) identifica o objeto licitado e delimita o universo das propostas;
- c) circunscreve o universo de proponentes;
- d) estabelece os critérios para análise e avaliação dos proponentes e propostas;
- e) regula atos e termos processuais do procedimento;
- f) fixa as cláusulas do futuro contrato.

O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observância feliz, que é sua 'lei interna'. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. A Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar (art. 41). (Curso de direito administrativo. 28. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

p. 588/589).

Em comentários à previsão legal do art. 41, MARÇAL JUSTEN FILHO considera que:

[...] o instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las. Verificando a nulidade ou a inconveniência dos termos do edital, a Administração poderá valer-se de suas faculdades para o desfazimento dos atos administrativos. Porém, isso acarretará necessariamente o refazimento do edital, com invalidação do procedimento licitatório já desenvolvido. Deverá ser reiniciado o procedimento licitatório (inclusive com novas publicações pela imprensa). Ter-se-á, na verdade, novo procedimento licitatório. (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010. p. 567/568).

Portanto, a regra do edital deve ser cumprida pela Administração, delimitando sua discricionariedade ao conteúdo do instrumento convocatório. Isso em atenção aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, conforme a previsão do art. 3º da Lei Federal n. 8.666/1993: "a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos" (sem grifo no original).

Em sua obra Volnei Ivo Carlin dispõe:

Desta forma, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (edital ou carta-convite) abrange a Administração Pública e aos licitantes e tem como objetivo resguardar a segurança jurídica através da manutenção das regras estabelecidas inicialmente até o final da contratação. (CARLIN, Volnei Ivo. Direito Administrativo Doutrina, Jurisprudência e Direito Comparado. 2 ed. rev. atual. e ampl. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2002. p.135.)

Assim, não pode relegar o conteúdo do direito e a realidade das coisas, desestabilizando a segurança jurídica e a clareza das normas editalícias.

Descreve Toshio Mukai, verbis:

Se na licitação (como todas as ações da Administração Pública) há que se observar o princípio da legalidade, em termos estritos (os atos do procedimento são de natureza vinculativa à lei), também na elaboração do instrumento convocatório há que se observar tal princípio; e, se ele é assim, na sua feitura, vinculado à lei, é evidente que, como decorrência lógica, todo o procedimento licitatório está vinculado aos termos e cláusulas do instrumento convocatório

que, por assim dizer, estabelecem 'as regras do jogo'... (MUKAI, Toshio. Direito Administrativo Sistematizado. 1 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999. p. 244)

DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, conheço o recurso apresentado pela licitante SE-
GFOR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME. e no mérito julgo-o
improcedente, mantendo-se a inabilitação da recorrente pelo de-
satendimento itens 3.1.6 e 3.1.9 letra 'c' do Edital;

Intimem os licitantes da decisão retro e retornem os autos à Co-
missão Permanente de Licitação para processamento devido.

Forquilha/SC, 22 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 227, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1472729

DECRETO Nº 227, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVO Do DECRETO Nº 216, DE 11 DE DEZEMBRO
DE 2017, QUE FIXA O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO
DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas
atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II
e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,
combinado com os artigos 269 e 484, da Lei Municipal nº. 494/98,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea "a" do inciso III do art. 1º do Decreto
nº 216, de 11 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a
seguinte redação:

"Art. 1º

III -

a) Em parcela única, com desconto de 10% (dez por cento), até o
dia 28/02/2018, sendo que o contribuinte que pagar em cota única
e não tiver débito com a Fazenda Municipal, gozará de mais 5%
(cinco por cento) de desconto;" (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de dezembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.290, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1472754

LEI Nº 2.290, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.026, DE 18 DE NOVEMBRO DE
2014, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL
DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado
de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das
atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte
Lei:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 2.026,
de 18 de novembro de 2014, que passam a vigorar com a seguinte
redação:

"Art. 4º [...]

I - por 6 (seis) representantes de órgãos setoriais indicados pelo
Prefeito Municipal;

II - por 6 (seis) representantes de entidades não governamentais
representantes da sociedade civil atuantes no campo da promoção
e defesa dos direitos ou ao atendimento da pessoa idosa, legal-
mente constituída e em regular funcionamento, sendo eleitos em
Fórum próprio especialmente convocado para este fim, sendo o
processo eleitoral acompanhado por um representante do Ministé-
rio Público." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 26 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 26 de dezembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.291, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1472755

LEI Nº 2.291, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

cria o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas
com Deficiência – COMPEDE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de
Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das
atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte
Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas
com Deficiência – COMPEDE, órgão colegiado de assessoramento
consultivo, deliberativo, controlador das ações, de caráter perma-
nente, paritário e consultivo em todos os níveis das políticas pú-
blicas no âmbito municipal, vinculado à Secretaria Municipal de
Assistência Social, a qual deverá dentro das suas condições, dar
suporte quanto à estrutura física e funcional do conselho.

Art. 2º O atendimento dos Direitos das Pessoas com Deficiência
no Município de Forquilha, será realizado através de políticas
sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura,
profissionalização e outros, assegurando-lhes em todas elas, o
tratamento com dignidade e respeito à liberdade, à convivência
familiar e comunitária, conforme preconiza a convenção da Organi-
zação das Nações Unidas (ONU), ratificada pelo Decreto Legislativo
nº 186/2008 e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, considera-se pessoa com deficiência
aquela que tem comprometimento de natureza física, intelectual

ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

Art. 4º A proteção dos direitos e o atendimento à pessoa com deficiência, no Município, abrangerão os seguintes aspectos:

- I - conscientização da sociedade sobre os direitos, necessidades e capacidades da pessoa com deficiência;
- II - redução do índice de deficiência através de medidas preventivas;
- III - promoção de políticas sociais básicas de saúde, educação, habitação, transporte, desporto, lazer e cultura, profissionalização, habilitação e reabilitação;
- IV - promoção de políticas e programas de assistência social;
- V - execução de serviços especiais, nos termos da lei.

Art. 6º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

- I - propor e deliberar sobre ações para os planos e programas do Município de Forquilha referentes à promoção e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência;
- II - zelar pela efetiva implementação da política para inclusão da pessoa com deficiência;
- III - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas públicas relativas à pessoa com deficiência;
- IV - acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária pertinente à consecução da política para inclusão da pessoa com deficiência;
- V - propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;
- VI - propor e incentivar aos órgãos competentes a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência;
- VII - deliberar sobre o plano de ação municipal anual.
- VIII - acompanhar, mediante relatórios de gestão, o desempenho dos programas e projetos da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;
- IX - colaborar com o monitoramento e a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do seu Protocolo Facultativo em seu âmbito de atuação;
- X - Eleger seu corpo diretivo;
- XI - Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- XII - Convocar a Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência realizará, sob sua coordenação uma Conferência Municipal a cada 2 (dois) anos, para avaliar e propor atividades políticas da área a serem implementadas, ou já efetivadas no Município, garantindo sua ampla divulgação.

Art. 8º Compõem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDE, os seguintes representantes, titulares e suplentes:

- I - dos órgãos governamentais:
 - a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;
 - b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
 - c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
 - e) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
 - f) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo;
 - g) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- II - dos representantes da Sociedade Civil:
 - a) 4 (cinco) entidades não-governamentais da sociedade civil organizada, com atuação nas diversas áreas de atendimento às pessoas

com deficiência, legalmente constituídas e em funcionamento, sendo eleitas através de fórum próprio;

b) 2 (dois) representantes de pessoas com deficiência, devidamente inscritos no Cadastro Municipal de Deficientes, e eleitos através de fórum próprio;

c) 1 (um) representante dos profissionais ligados a reabilitação que atuam no Município e eleitos através de fórum próprio.

§ 1º Os Conselheiros titulares e suplentes, representantes dos Órgãos públicos municipais, serão da livre escolha e nomeação do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Art. 9º Os Conselheiros titulares e suplentes representantes da sociedade civil organizada serão escolhidos em fórum próprio e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 3º Os fóruns para a escolha dos representantes não governamentais serão regulamentados no Regimento Interno.

Art. 9º Para cada conselheiro titular será indicado, simultaneamente, um conselheiro suplente, observando o mesmo procedimento e exigência.

§ 1º O mandato é de 2 (dois) anos, sendo facultada a recondução.

§ 2º A função do membro do conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 3º A nomeação e a posse dos conselheiros serão feitas mediante Decreto

Art. 10. Perderá o mandato o conselheiro que:

- I - se desvincular do órgão de origem de sua representação;
- II - faltar a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) intercaladas sem justificativa, que deverá ser apresentada na forma prevista no Regimento Interno;
- III - apresentar renúncia ao conselho;
- IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V - for condenado por sentença irrecorrível em razão do cometimento de crime ou contravenção penal.

Art. 11. O Regimento Interno do Conselho será elaborado por seus membros no prazo de até 90 (noventa) dias após sua instalação e aprovado pelo prefeito municipal, mediante Decreto.

Parágrafo único. A organização e o funcionamento do conselho serão disciplinados no regimento interno.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 26 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 26 de dezembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL DESERTO Nº 0139 - PMF

Publicação Nº 1473405

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Pregão Presencial nº 0139/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Prefeitura Municipal de Fraiburgo torna público que a licitação com numeração mencionada acima, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para o fornecimento de artigos destinados a realização de show pirotécnico nas imediações do Lago das Araucárias no dia 31.12.2017, durante as festividades de final de ano do Município de Fraiburgo, restou DESERTA pela ausência de proponentes interessados.

Fraiburgo (SC), 26 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008_2017-FME RP 0006- DOM

Publicação Nº 1473172

Aviso do Pregão Presencial nº 0008/2017 – FME

Registro de Preços Nº 0006/2017 – FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO visando aquisições de troféus e medalhas para as competições organizadas ou patrocinadas pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer, durante os meses de janeiro a dezembro de 2018. Validade da Ata de Registro de Preços: janeiro a dezembro de 2018. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 10.01.2018, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 26 de dezembro de 2017.

João Batista Dalanhol – Fundação Municipal de Esportes e Lazer

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0044_2017-SF

Publicação Nº 1473349

Aviso do Pregão Presencial nº 0044/2017 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Pregão presencial tem como objetivo aquisição de moto-bomba submersa para implantação no novo poço São Miguel e dois macromedidores para implantação nos poços São Miguel e Colina do Sol da SANEFRAI. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 11.01.2018, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 26 de dezembro de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da SANEFRAI

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0143 _2017-PMF RP 0099

Publicação Nº 1473130

Aviso do Pregão Presencial nº 0143/2017 – PMF

Registro de Preços Nº 0099/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação de empresa do ramo para futura e eventual prestação de serviços na manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, compreendendo: limpeza, higienização e reparos, para o Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI e FMS), conforme ANEXO VIII, durante o período de Janeiro/2018 a Dezembro/2018. Validade da Ata de Registro de Preços: janeiro a dezembro de 2018. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 09.01.2018, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:00 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 26 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0144 _2017-PMF RP 0100

Publicação Nº 1473131

Aviso do Pregão Presencial nº 0144/2017 – PMF

Registro de Preços Nº 0100/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de gêneros alimentícios para os Centros de Educação Municipal, visando cumprir as diretrizes da Resolução nº 26 de 17/06/2013 do FNDE, assim como a Lei nº11947/2009 e Lei nº12982/2014 que trata do direito dos estudantes com diabetes, alergia alimentar, intolerância à lactose ou outra necessidade alimentar específica a cardápio especial de alimentação escolar. Validade da Ata de Registro de Preços: Fevereiro a Julho de 2018. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 09.01.2018, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 26 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0145 _2017-PMF RP 0101

Publicação Nº 1473139

Aviso do Pregão Presencial nº 0145/2017 – PMF

Registro de Preços Nº 0101/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações de prestação de serviços de equitação, para usuários do CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social e crianças e adolescentes no serviço de acolhimento institucional. Validade da Ata de Registro de Preços: Janeiro a Dezembro de 2018. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 08.01.2018, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Fraiburgo (SC), 26 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0146 _2017-PMF

Publicação Nº 1473164

Aviso do Pregão Presencial nº 0146/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Aquisição de 02 fogões industriais para substituição no Centro de Convivência da Melhor Idade – Flor de Maçã e um para Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 10.01.2018, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 26 de dezembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

Decreto nº 337 - 2017

Publicação Nº 1473136

DECRETO Nº 337, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

DELEGA ATRIBUIÇÕES E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 61 da Lei Orgânica Municipal:

Considerando que o artigo 72 da Lei Orgânica do Município estabelece que os secretários são solidariamente responsáveis com a Prefeita pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem;

Considerando que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através do seu Prejulgado 1533, entende que a função administrativa é, por si, matéria de natureza delegável pelo que, em princípio, não se vislumbra impossibilidade jurídica a que o

ordenador de despesa originário delegue atribuições inerentes à administração financeira, contábil, operacional e patrimonial da entidade pela qual responda ou órgão a ela subordinado;

Considerando a necessidade de descentralização administrativa, com objetivo de assegurar rapidez às decisões e tornar mais célere o atendimento à comunidade;

Considerando que o volume de documentos gerados recomenda a delegação de atribuições para assiná-los;

Considerando a necessidade de conferir publicidade ao ato de delegação de atribuição relativo à realização da despesa pública;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam delegadas, nos termos da Lei Orgânica Municipal, atribuições e funções administrativas aos Secretários Municipais, Presidente das Autarquias e Superintendentes de Fundações, na forma e condições a seguir descritas:

I - expedir portarias disciplinadoras das atividades integrantes da área de competência das respectivas Secretarias, exceto aquelas inseridas nas atribuições legais da Chefe do Poder Executivo;

II - ordenar, fiscalizar e impugnar despesas públicas, cujas matérias se insiram na área de competência das Secretarias, Órgãos, Conselhos ou Entidades Municipais que dirigem;

III - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e prover as correções exigidas, cujas matérias estejam inseridas na área de competência das Secretarias;

IV - resolver, mediante decisão exarada em processo administrativo, sobre os requerimentos, reclamações ou representações que forem dirigidas ao Executivo Municipal, cujas matérias se insiram na área de competência das Secretarias, Órgãos, Conselhos ou Entidades Municipais que dirigem;

V - autorizar, previamente, compras e serviços de terceiros, relativas a área de competência;

VI - assinar contratos, acordos, convênios, ajustes e instrumentos congêneres, excetuando os relativos a servidores e aqueles que são de competência exclusiva da Chefe do Poder Executivo;

VII - autorizar a abertura de processos licitatórios para atendimento de necessidades da Pasta, adotando todos os procedimentos correspondentes ao respectivo processo administrativo, ou referendá-lo quando for o caso.

Art. 2º. Fica delegada competência ao titular da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Inovação para, nos termos da lei:

I - assinar convênios, termos de fomento, termos de parcerias, contratos administrativos, atas de registros de preços, permutas e cessões relativos a Servidores;

II - assinar a contratação de estagiários;

III - assinar o ato de posse de servidores da Administração direta;

IV - acompanhar os Processos Licitatórios, definir sobre os recursos apresentados contra decisões da Comissão/Pregoeiro; adjudicar compras de materiais ou serviços decorrentes de processos licitatórios relacionados às atividades das Secretarias (exceto Pregão e os relativos a Secretaria de Saúde);

V - a exceção das portarias de nomeação, demissão e aplicação de penas administrativas e disciplinares, expedir todos os demais atos referentes à situação funcional dos Servidores.

§ 1º. Fica delegada a competência para assinar projetos de engenharia e arquitetura e os termos de cessão de espaços públicos ao Secretário da Fazenda.

§ 2º. Ao Secretário de Infraestrutura Urbana fica delegada a competência para o ordenamento de despesas do Órgão de Trânsito de Fraiburgo – ORTFRAI.

Art. 3º. Ficam atribuídas as competências estabelecidas nos incisos I e IV do artigo anterior à Secretária Municipal de Saúde, ao

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e ao Presidente da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, bem como aquelas contidas no artigo 5º deste Decreto.

Art. 4º. Fica delegada aos Secretários Municipais a competência para solicitar a abertura de procedimentos licitatórios ou de contratações diretas em relação aos assuntos que envolvam suas Pastas, em quaisquer de suas modalidades, com a observância das delegações específicas de que trata este Decreto e de acordo com o fluxograma do Departamento de Compras e Licitações.

Art. 5º. A competência para praticar os atos na qualidade de autoridade superior da licitação, bem como a homologação, adjudicação, revogação e anulação dos procedimentos licitatórios ou das contratações diretas (neste caso incluindo o despacho que trata o art. 26 da Lei Federal 8.666/93), e ainda a assinatura dos contratos e respectivos aditivos também ficam delegadas ao Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Inovação.

§ 1º. Os atos de homologação e adjudicação dos procedimentos licitatórios ou das contratações diretas (excetuados os incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93), bem como a autorização para celebrar aditivo contratual, após a sua completa instrução, deverão ser submetidos previamente a parecer jurídico.

§ 2º. Para os procedimentos realizados na modalidade Pregão, na

ocorrência de eventuais recursos, a competência para homologação e adjudicação é da autoridade superior, caso contrário, inexistindo fase recursal, a adjudicação fica a cargo do Pregoeiro e a homologação pelo Secretário de Administração, Planejamento e Inovação.

Art. 6º. Os Secretários Municipais, Presidente das Autarquias e Superintendentes de Fundações, deverão se responsabilizar por todas as ações ou omissões a que derem causa no exercício da competência delegada.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018, revogado o Decreto nº 10, de 03 de janeiro de 2007 e demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 26 DE DEZEMBRO DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DA AT17SF71

Publicação Nº 1473206

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17SF71
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO – SANEFRAI.

Fornecedor: AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras, de forma parcelada, de sulfato de alumínio para utilização no tratamento de água na Estação de Tratamento de Água (ETA), e no chorume no Aterro Municipal, durante o período de janeiro a dezembro de 2018.

Data da Ata: 22.12.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 02.01.2018 a 31.12.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0062/2017 – SF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0043/2017 – SF.

Registro de Preços: nº 0023/2017 – SF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.-R\$
1	50.000	Kg	Sulfato de alumínio isento de ferro (container 1 Ton.)	Avanex	0,58

Fraiburgo (SC), 22 de dezembro de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da Sanefrai

Portaria nº 34352017

Publicação Nº 1473408

PORTARIA Nº 3435, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 082/2017 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor PEDRO JOSÉ FERREIRA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 461.153.909-15, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 34362017

Publicação Nº 1473411

PORTARIA Nº 3436, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 082/2017 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor ALEXSANDRO RIBEIRO DAS ALMAS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 069.818.159-07, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ESPORTES, com lotação na Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 34372017

Publicação Nº 1473414

PORTARIA Nº 3437, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede Licença Sem Remuneração a
Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4874/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares à servidora MIRLEY CARLOTTO MONTENEGRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 060.962.509-80, nomeada no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de dezembro de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2017 - 219 A 224

Publicação Nº 1472966

DECRETO Nº 219/2017**ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR,
ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE
2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 859/2016 de 01/11/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 17.574,30 (dezessete mil, quinhentos e setenta e quatro reais e trinta centavos), na seguinte programação:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1001 – 2.025 – 33.71.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Fonte 03.0002 R\$ 17.574,30

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação total e/ou parcial, da seguinte dotação orçamentária:

10.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.1001 – 2.025 – 33.93.00.00.00 - Aplicações Diretas Op. Órgãos.

Fonte 03.0002 R\$ 17.574,30

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de dezembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 220/2017**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA, REMANEJAMENTO NO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 859/2016 de 01/11/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 12.133,43 (doze mil, cento e trinta e três reais e quarenta e três centavos), na seguinte programação:

01.01 – Câmara de Vereadores

01.031.0101 – 2.017 – 31.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte 01.0000 R\$ 12.133,43

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação total e/ou parcial, da seguinte dotação orçamentária:

01.01 – Câmara de Vereadores

01.031.0101 – 2.017 – 33.50.00.00.00 - Transf. a inst. Priv. sem fins lucrativos

Fonte 01.0000 R\$ 960,00

01.031.0101 – 2.017 – 33.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte 01.0000 R\$ 9.197,43

01.031.0101 – 2.017 – 33.93.00.00.00 - Aplicações Diretas Op. Órgãos.

Fonte 01.0000 R\$ 976,00

01.031.0101 – 2.017 – 44.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte 01.0000 R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de dezembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 221/2017**CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo nº 103, da Lei Municipal nº 520/2005 de 22/11/2005, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência, para a servidora Angela Cristina Bisinella Panassolo, ocupante do cargo de enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, com efeitos a partir do dia 09 de janeiro de 2018 e término previsto para o dia 08 de abril de 2018, relativo ao período aquisitivo compreendido entre 18/02/2010 até 17/02/2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de dezembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 222/2017**ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL PROGRAMA DE 2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 859/2016 de 01/11/2016, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do exercício de 2017 do Município de Galvão-SC, crédito no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte programação:

04.01 – Secretaria Municipal de Educação

12.361.1201 – 2.034 – 31.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte 01.0018 R\$ 5.000,00

04.01 – Secretaria Municipal de Educação

12.361.1201 – 2.036 – 31.90.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte 01.0018 R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação evidenciado no exercício atual, Fonte de Recursos 01.0018, no valor de R\$ 20.000,00.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de dezembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 223/2017**DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a servidora Selvina dos Santos, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, obteve a concessão de aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS;

CONSIDERANDO o disposto da Lei Complementar nº 520/2005 (Estatuto dos Servidores Municipais), que explicita que a aposentadoria é uma forma de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 37, II da Constituição Federal que veda a investidura em cargo público sem a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo que a permanência deste servidor público no cargo, após a concessão de aposentadoria, implica em nova admissão, admissível somente mediante prévio concurso público, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado vago 01 (um) Cargo Público de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do Plano de Cargos do Município de Galvão-SC, em função da concessão de aposentadoria para a servidora Selvina dos Santos, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o Município de Galvão-SC, com efeitos a partir do dia 20 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 20 de dezembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 224/2017**DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA O DECORRER DO EXERCÍCIO 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 884/2017 – LOA, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estipulado o cronograma de desembolso para o decorrer do exercício 2018, sendo conforme segue:

ANEXO DAS RECEITAS E DESPESAS FISCAIS EXERCÍCIO DE 2018

RECEITAS	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE
(+) RECEITAS CORRENTES	2.399.500,00	2.412.000,00	2.432.900,00	2.471.500,00	2.471.650,00	2.800.450,00
(+) RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	6.000,00	6.000,00
(-) RECEITAS FINANCEIRAS	22.250,00	22.250,00	22.250,00	22.250,00	22.400,00	22.400,00
A (=) REC. FISCAL LÍQUIDA	2.381.250,00	2.393.750,00	2.414.650,00	2.453.250,00	2.455.250,00	2.784.050,00

DESPESAS	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE
(+) DESPESAS CORRENTES	2.251.300,00	2.331.300,00	2.331.300,00	2.351.300,00	2.311.300,00	2.893.400,00
(+) DESPESAS DE CAPITAL	88.000,00	103.000,00	83.000,00	102.100,00	83.000,00	77.000,00
(+) RESERVA DE CONTIGÊNCIA						10.000,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	4.300,00	4.300,00	4.300,00	4.300,00	4.300,00	3.500,00
B (=) DESP. FISCAL LÍQUIDA	2.335.000,00	2.430.000,00	2.410.000,00	2.449.100,00	2.390.000,00	2.976.900,00

(A-B) = RES. PRIMÁRIO BIM	46.250,00	36.250,00	4.650,00	4.150,00	65.250,00	192.850,00
RESULTADO PRIMÁRIO PREVISTO PARA O EXERCÍCIO DE 2018						108.800,00

METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - EXERCÍCIO 2018 (ART. 13, DA LEI 101/2000)

DESCRIÇÃO	%	ORÇADO	%	1º BIMESTRE	%	2º BIMESTRE	%	3º BIMESTRE	%	4º BIMESTRE	%	5º BIMESTRE	%	6º BIMESTRE
RECEITAS ORÇAMENT.		15.016.000		2.403.500		2.416.000		2.437.900		2.476.500		2.476.650		2.805.450
RECEITAS CORRENTES		14.988.000,00		2.399.500,00		2.412.000,00		2.432.900,00		2.471.500,00		2.471.650,00		2.800.450,00
- RECEITA TRIBUTÁRIA	0	557.800,00		70.000,00		72.000,00		150.000,00		100.000,00		90.000,00		75.800,00
- RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0	160.000,00		26.000,00		26.000,00		26.000,00		26.000,00		26.000,00		30.000,00
- RECEITA PATRIMONIAL	0	133.800,00		22.250,00		22.250,00		22.250,00		22.250,00		22.400,00		22.400,00
- RECEITA AGROPECUÁRIA	0	53.000,00	0	8.000,00	0	8.500,00		8.500,00		9.000,00		10.000,00		9.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0	-		-		-		-		-		-		-
- RECEITA DE SERVIÇOS	0	67.500,00		11.250,00		11.250,00		11.250,00		11.250,00		11.250,00		11.250,00
- TRANSFERÊNCIAS COR.	0	13.941.000,00		2.250.000,00		2.260.000,00		2.200.000,00		2.290.000,00		2.300.000,00		2.641.000,00
- OUTRAS RECEITAS COR.	0	74.900,00		12.000,00	0	12.000,00		14.900,00		13.000,00		12.000,00		11.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		28.000,00		4.000,00		4.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00
- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	-		-		-		-		-		-		-
- ALIENAÇÃO DE BENS	0	-		-		-		-		-		-		-
- AMORTIZ. DE EMPRÉST.	0	-		-		-		-		-		-		-
- TRANSF. DE CAPITAL	0	28.000,00		4.000,00		4.000,00	0	5.000,00		5.000,00		5.000,00		5.000,00
TRANSF. FIN. DO MUN.	0			-		-		-		-		-		-
TOTAIS		15.016.000,00		2.403.500,00		2.416.000,00		2.437.900,00		2.476.500,00		2.476.650,00		2.805.450,00

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (Art. 8º, da LRF)

EXERCÍCIO 2018						
ENTRADAS						
BIMESTRAL	1º BIMESTRE		2º BIMESTRE		3º BIMESTRE	
(+) METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO	2.403.500,00		2.416.000,00		2.437.900,00	
(+) SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO 2016	0,00		0,00		0,00	
(+) SALDO BIM. ANTERIOR	0,00		64.200,00		45.900,00	
(=) DISPONIBILIDADES (A)	2.403.500,00		2.480.200,00		2.483.800,00	
SAÍDAS						
SEMESTRAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
DESPESAS CORRENTES	1.115.650,00	1.135.650,00	1.180.650,00	1.150.650,00	1.130.650,00	1.200.650,00
> Pessoal e Encargos Soc.	575.000,00	575.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00
> Juros e Enc. Da Dívida	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00
> Outras Despesas Corr.	540.000,00	560.000,00	580.000,00	550.000,00	530.000,00	600.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	41.500,00	46.500,00	21.500,00	81.500,00	61.500,00	21.500,00
> Investimentos	40.000,00	45.000,00	20.000,00	80.000,00	60.000,00	20.000,00
> Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Amortização da Dívida	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
TOTAL DAS DESPESAS	1.157.150,00	1.182.150,00	1.202.150,00	1.232.150,00	1.192.150,00	1.222.150,00
(=) EXIGIBILIDADES (B)	2.339.300,00		2.434.300,00		2.414.300,00	
SUPERÁVIT = (A - B)		64.200,00		45.900,00		69.500,00

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (Art. 8º, da LRF)

EXERCÍCIO 2018						
ENTRADAS						
BIMESTRAL	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE		6º BIMESTRE		
(+) METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO	2.476.500,00	2.476.650,00		2.805.450,00		
(+) SALDO BIMEST. ANTERIOR	69.500,00	92.600,00		174.950,00		
(=) DISPONIBILIDADES (A)	2.546.000,00	2.569.250,00		2.980.400,00		
SAÍDAS						
SEMESTRAL	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	1.170.650,00	1.180.650,00	1.150.650,00	1.160.650,00	1.190.750,00	1.702.650,00
> Pessoal e Encargos Soc.	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00	1.188.100,00
> Juros e Enc. Da Dívida	650,00	650,00	650,00	650,00	750,00	750,00
> Outras Despesas Corr.	570.000,00	580.000,00	550.000,00	560.000,00	590.000,00	513.800,00
DESPESAS DE CAPITAL	50.600,00	51.500,00	36.500,00	46.500,00	61.000,00	16.000,00
> Investimentos	49.100,00	50.000,00	35.000,00	45.000,00	60.000,00	15.000,00
> Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
> Amortização da Dívida	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.000,00	1.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	1.221.250,00	1.232.150,00	1.187.150,00	1.207.150,00	1.251.750,00	1.718.650,00
(=) EXIGIBILIDADES (B)	2.453.400,00		2.394.300,00		2.970.400,00	
SUPERÁVIT = (A - B)		92.600,00		174.950,00		10.000,00

NÃO FOI INCLUIDO DO CRONOGRAMA OS RECURSOS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E A RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 20 de dezembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CV010/2017

Publicação Nº 1473124

AVISO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº. 010/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade CARTA CONVITE, por execução indireta sob regime de preço global, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação dos serviços de locação de copiadoras a laser com fornecimento de insumos e manutenção incluso para a Secretaria de Educação. As propostas deverão ser entregues até as 16h55min do dia 04/01/2018. A sessão pública será realizada a partir das 17h00min do dia 04/01/2018, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, 296, centro, Garopaba – SC.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba – SC, 26 de Dezembro de 2017.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE089/2017

Publicação Nº 1473615

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 089/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, pretendendo a contratação de empresa para prestar o serviço de arbitragem em diversas competições organizadas pela Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 15h00min do dia 10/01/2018. A sessão pública será realizada a partir das 15h10min do dia 10/01/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 26 de Dezembro de 2017.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL PE087/2017

Publicação Nº 1473520

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 087/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU o edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2017, publicado no Diário oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em

12/12/2017, cujo objeto é a aquisição de veículos para a Secretaria de Saúde. Considerando que as alterações promovidas no edital influenciam na formulação das propostas de preço, o prazo para recebimento de proposta e realização da sessão publica do certame foram prorrogados conforme segue:

As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 10/01/2018. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 10/01/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital retificado encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba – SC, 26 de dezembro de 2017.

Rafael de Souza

Pregoeiro

DECRETO Nº 294/2017

Publicação Nº 1474145

DECRETO N.º 294, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 8.754,75 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 8.754,75 (oito mil setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), no Orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	8.754,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	8.754,75
12.361.00282.021 - Func e Manutenção do Ensino Fundamental	6.078,29
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	6.078,29
12.361.00282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	2.676,46
3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	2.676,46

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 8.754,75 (oito mil setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 295/2017

Publicação Nº 1474146

DECRETO N.º 295, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 16.961,44 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 16.961,44 (dezesseis mil novecentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	16.961,44
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	16.961,44
04.122.00092.006 - Func. e Manut. Da Secretaria de Administração	16.961,44
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	16.961,44

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 16.961,44 (dezesseis mil novecentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos), correrão por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	16.961,44
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	16.961,44
04.122.00092.006 - Func. e Manut. Da Secretaria de Administração	16.961,44
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	16.961,44

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de dezembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 296/2017

Publicação Nº 1474147

DECRETO N.º 296, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 16.900,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais), no Orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	16.900,00
SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	16.900,00
23.695.00512.063 - Funcionamento e Manutenção do Setor Turístico	16.900,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	16.900,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de dezembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 001/2018

Publicação Nº 1473143

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 001/2018

De ordem do Ilustríssimo Senhor Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, Presidente da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Gov. Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem interessar possa que, no dia 04 do mês de janeiro de 2018 (04/01/2018), às 9h30, em sessão ordinária, serão julgados na Sala de Sessões, os recursos referentes aos seguintes processos:

10270060242016 (1579/2016) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: CLEIA PEREIRA (Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: GRAZIELA SANTOS.

10270088802017 (5263/2016) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: CHARLES RAMIRES NUERENBERG FILHO (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: LUIZ OSÓRIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE.

10270073512017 (0808/2015) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: PAULO BOSCH CABRAL (Requerente); FOERST BRASIL COMÉRCIO DE MATERIAL ESPORTIVO LTDA ME (Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

Garopaba, 26 de dezembro de 2017.

Fernando Pereira Colodel
Secretário-Geral da JARF

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 136/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Publicação Nº 1473312

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 001/2017

ELIAKIN CHAVES MACHADO
Candidato(a): 004650
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO
Classificação: 22º LUGAR

CONSIDERANDO o Decreto nº. 110/2011, que estabelece que o expediente externo da Prefeitura Municipal de Garopaba é das 13:00 as 18:00 horas

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 15.6 do Edital nº. 001/2017 do Processo Seletivo, o candidato deverá se dar num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação exigida.

CONSIDERANDO que foi entregue a Convocação em mãos a candidata no Setor de Recursos Humanos no dia 14/12/2017;

CONSIDERANDO que em 14/12/2017 foi manifestado o interesse vaga;

CONSIDERANDO que o candidato não apresentou os documentos necessários, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 22/12/2017;

Fica o(a) Sr(a). ELIAKIN CHAVES MACHADO, Candidato sob o nº. 004650, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Concurso Público, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO, para a qual tinha se classificado em 22º lugar.

Garopaba, 26 de dezembro de 2017.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 141/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Publicação Nº 1473313

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 001/2017

MIRIAN DA SILVA JARDIM
Candidato(a): 004409
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO
Classificação: 27º LUGAR

CONSIDERANDO o Decreto nº. 110/2011, que estabelece que o expediente externo da Prefeitura Municipal de Garopaba é das 13:00 as 18:00 horas

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 15.6 do Edital nº. 001/2017 do Processo Seletivo, o candidato deverá se dar num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação exigida.

CONSIDERANDO que foi entregue a Convocação em mãos a candidata no Setor de Recursos Humanos no dia 14/12/2017;

CONSIDERANDO que em 14/12/2017 foi manifestado o interesse vaga;

CONSIDERANDO que o candidato não apresentou os documentos necessários, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 22/12/2017;

Fica o(a) Sr(a). MIRIAN DA SILVA JARDIM, Candidato sob o nº. 004409 em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Concurso Público, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO, para a qual tinha se classificado em 27º lugar.

Garopaba, 26 de dezembro de 2017.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 1408/2017.

Publicação Nº 1473291

PORTARIA N.º 1408, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA O ARTIGO 1º DA PORTARIA N.º 088, DE 29 DE JANEIRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ALTERAR o Artigo 1º da Portaria nº 088/2015, a partir de 26/12/2017, que constitui a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Patrimoniais, passando a ser composta por: RONALDO GABRIEL TEIXEIRA, RAFAEL TONVILDES DE ABREU, DANIEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, ROGÉRIO DA ROSA, TIAGO MEDEIROS, PAULA PEDRON E PAULO ROBERTO DE SOUZA para, sob a presidência do primeiro, conduzirem a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Patrimoniais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de dezembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1409/2017.

Publicação Nº 1473294

PORTARIA N.º 1409, DE 26 DE DEZEMBRO 2017.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata GISLAINE KELLI JOÃO, CPF n.º 045.043.889-95 aprovada e classificada como 48ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM

LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de dezembro de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/12/2017, de acordo com a
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**TERMO DE REVOGAÇÃO DA SUSPENSÃO E ANULAÇÃO
CONTRATO Nº 001/2017**

Publicação Nº 1474136

TERMO DE REVOGAÇÃO DE SUSPENSÃO E ANULAÇÃO DE CONTRATO

Contrato Administrativo nº 001/2017

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços contínuos de manutenção, melhoria e ampliação, incluindo a elaboração de projetos executivos elétricos e luminotécnicos, cadastro e identificação de unidades, tele atendimento de solicitações de manutenção, software de gerenciamento de manutenção via WEB e destinação final ambiental sustentável dos materiais retirados do Sistema de Iluminação Pública do Município Garopaba, composto de 8.000 pontos de iluminação, incluindo o fornecimento integral de materiais necessários.

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba torna publico para conhecimento dos interessados que REVOGOU a suspensão e anulação do contrato nº 001/2017, publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM respectivamente em 11/04 e 11/05/2017. A revogação dos respectivos atos é fundamentada na decisão judicial proferida em segundo grau ao mandado de segurança 0300004-12.2017.8.24.0167, que foi julgado e extinto, sem decisão de mérito, pela Primeira Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Considerando a revogação dos atos de suspensão e anulação do Contrato nº 001/2017, este deve ser retomado imediatamente, cumprindo-se o prazo remanescente da contratação, seja este, 03 (três) meses.

Garopaba – SC, 12 de dezembro de 2017.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 083/2017 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 1473419

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000083/17 de 26 de Dezembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002061/16 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(026)3.1.90.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(060)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0018 - Aplicacoes Diretas	18.642,62
(063)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(073)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	2.512,28
(083)3.1.90.00.00.00.00.2.015-0019 - Aplicacoes Diretas	1.353,58
(096)3.1.90.00.00.00.00.2.017-0019 - Aplicacoes Diretas	3.787,43
(113)3.1.90.00.00.00.00.2.022-0018 - Aplicacoes Diretas	13.297,36
(115)3.3.90.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
15.04 - DEPARTAMENTO DA PROT.ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
(195)3.1.90.00.00.00.00.2.045-0000 - Aplicacoes Diretas	200,00
Total Suplementação:	52.793,27

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO	
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	
(027)3.3.90.00.00.00.00.2.008-0000 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(059)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
(061)3.1.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	14.026,17
(064)3.3.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	2.985,45
(070)4.4.90.00.00.00.00.2.013-0019 - Aplicacoes Diretas	1.631,00
(076)3.3.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas	2.512,28
(082)3.1.90.00.00.00.00.2.015-0018 - Aplicacoes Diretas	1.187,39
(086)3.3.90.00.00.00.00.2.015-0019 - Aplicacoes Diretas	166,19
(098)3.3.90.00.00.00.00.2.017-0019 - Aplicacoes Diretas	3.787,43
(114)3.1.90.00.00.00.00.2.022-0019 - Aplicacoes Diretas	12.498,54
(116)3.3.90.00.00.00.00.2.022-0019 - Aplicacoes Diretas	798,82
(118)4.4.90.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas	1.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000083/17 de 26 de Dezembro de 2017

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.04 - DEPARTAMENTO DA PROT.ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

(197)3.3.90.00.00.00.00.2.045-0000 - Aplicacoes Diretas 200,00

Total Anulação: 52.793,27

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Dezembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 26 de Dezembro de 2017.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO DF 084/2017 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 1473424

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000084/17 de 26 de Dezembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002091/17 de 31 de Outubro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(082)3.1.90.00.00.00.00.2.015-0018 - Aplicacoes Diretas	6.840,15
Total Suplementação:	6.840,15

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	
(096)3.1.90.00.00.00.00.2.017-0019 - Aplicacoes Diretas	6.840,15
Total Anulação:	6.840,15

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Dezembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIU
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 26 de Dezembro de 2017.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Gravatal

CÂMARA MUNICIPAL

ADITIVO N. 01/2017

Publicação Nº 1473128

TERMO ADITIVO Nº 001/2017

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2014

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE GRAVATAL

CGC: 02.156.952/0001-24

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

OBJETO: Locação de sistemas para gestão pública compreendendo CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES, FOLHA DE PAGAMENTO, PORTAL TRANSPARÊNCIA, conforme as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital 01/2014. VIGÊNCIA: PRORROGADO POR MAIS 4 MESES, A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2018.

VALOR: O valor do presente contrato será reajustado de acordo com o índice IGP-M acumulado, de conforme Cláusula III item “f” do Contrato 04/2014.

RECURSOS FINANCEIROS: ORÇAMENTO VIGENTE

DOTAÇÃO: 3.3.90.30.00.00.00

FORUM: COMARCA DE ARMAZÉM

ADVOGADO: RENATO BEIRÃO SCHMITZ

ANTONIO DA SILVA SILVEIRA

PRESIDENTE

ADITIVO N. 02/2017

Publicação Nº 1473134

TERMO ADITIVO Nº 002/2017

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2016

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE GRAVATAL

CGC: 02.156.952/0001-24

CONTRATADA: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA, notadamente o Programa Gestão das Câmaras de Vereadores, que envolve as seguintes atividades: I – promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; II – inclusão digital das Câmaras de Vereadores; III – disponibilização de informações e serviços ao cidadão; IV – acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; V – divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; VI – promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; VII – economia dos recursos públicos.

VIGÊNCIA: PRORROGADO POR MAIS 12 MESES, A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2018.

VALOR: O valor do presente contrato será corrigido anualmente, conforme variações aprovadas pela Assembléia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA, conforme Cláusula Terceira, Parágrafo Segundo do Contrato 02/2016.

RECURSOS FINANCEIROS: ORÇAMENTO VIGENTE

DOTAÇÃO: 3.3.90.92.39.00.00.00

FORUM: COMARCA DE ARMAZÉM

ADVOGADO: RENATO BEIRÃO SCHMITZ

ANTONIO DA SILVA SILVEIRA

PRESIDENTE

LEI ORDINÁRIA N. 1.887/2017

Publicação Nº 1473135

LEI ORDINARIA Nº 1.887 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO DA SILVA SILVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Gravatal, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 31, §§ 3º, 5º e 7º da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 38, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Gravatal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica promulgada a seguinte lei:

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal – CF/88, c/c o art. 103, § 2º, e da Lei Orgânica Municipal, são estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias do Município para 2018, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração municipal;

II – a estrutura e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos;

IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;

V – as disposições sobre as despesas com pessoal;

VI – as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VII – as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da administração municipal são aquelas constantes nos Anexos I e II desta Lei.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo I desta Lei, não se constituindo em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar, diminuir ou alterar as metas estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O Anexo de Prioridades e Metas conterá, no que couber, o disposto no art. 4º, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 4º Havendo variação da receita, positiva ou negativa em relação à meta estipulada, a meta da despesa poderá ser ajustada, automaticamente, em função do resultado primário definido.

§ 5º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, mediante Decreto, o anexo I – Prioridades e Metas, no que diz respeito:

I – A ampliação ou diminuição das metas físicas e financeiras propostas;

II – A adequação da denominação dos programas, das ações, do

produto e da unidade de medida;

III – A transferência de ações entre programas.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Executivo, Legislativo e Fundos e será elaborado em consonância com a estrutura organizacional do Município.

Parágrafo Único – Por disposição legal ou pela conveniência, os Fundos poderão ter sua contabilidade como "Unidade Gestora" ou "Unidade Orçamentária" durante o exercício de 2018.

Art. 4º A LOA evidenciará, para cada unidade gestora, a receita por rubrica e a despesa por programa, função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operação especial e, quanto a sua natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupos de natureza e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as normas e Anexos da legislação vigente.

§1º Os Fundos Municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando, em destaque, as receitas e despesas a eles vinculadas.

§2º O QDD poderá ser detalhado em nível de modalidade.

Art. 5º A mensagem que encaminhar o projeto da LOA será apresentada na forma da Lei nº 4.320/64.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 6º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da LOA para 2018 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra esta Lei.

Art. 7º Os estudos para definição do orçamento da receita para 2018 deverão contemplar as alterações da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita dos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, poderão os demonstrativos de receitas e despesas constantes nos Anexos I e II desta Lei, ser atualizados quando da elaboração da LOA.

Art. 8º Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos", e "inversões financeiras".

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado, ainda, o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recurso.

Art. 9º A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado fica condicionada à observância das exigências da LC nº 101/2000.

Art. 10. Constituem riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas os consignados no Anexo III desta Lei.

§ 1º Em caso de ocorrência de riscos fiscais, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de 2017 ou dos anos anteriores.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo poderá encaminhar projeto de lei propondo anulação de recursos alocados para outras despesas correntes e investimentos, desde que não vinculados ou comprometidos.

Art. 11. O orçamento para o exercício de 2018 conterá Reserva de Contingência de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida, destinada a atender passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se por passivo contingente, situações futuras que poderão constituir prováveis obrigações ou despesas para o Município, tais como: sentenças judiciais ou trabalhistas, estados de emergência ou de calamidade pública e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12. O Poder Executivo estabelecerá o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, em até trinta dias da publicação da LOA.

Art. 13. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, poderão ser executados à medida do ingresso dos recursos, dependendo de autorização legislativa específica.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício de 2018 não serão consideradas para efeito da previsão da receita.

Art. 15. A transferência de recursos a entidades beneficiará aquelas sem fins lucrativos, de caráter educativo, assistencial, desportivo, cultural, cooperativo, associativo ou filantrópico, entre elas:

I – de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, ou estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e/ou Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

II – vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III – de atendimento direto ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais de ensino fundamental;

IV – voltadas à proteção ambiental;

V – de atenção à criança e ao adolescente, à mulher ou ao idoso;

VI – signatárias de contrato de gestão com a administração municipal, não qualificadas como organizações sociais, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

VII – consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração municipal e que participem da execução de programas de saúde;

VIII – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 ou reconhecidas como de utilidade pública, entre elas:

a) Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários;

b) Instituições de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco;

d) Instituições de ensino de nível médio, técnico e superior;

IX – qualificadas como entidades representativas de atividades, classes ou categorias profissionais ou econômicas;

X – entidades representativas dos municípios ou voltadas ao aperfeiçoamento da administração pública e ao fortalecimento dos municípios, assim entendidas a associação, a federação e a confederação de municípios, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM e outros;

XI – dedicadas à promoção e desenvolvimento do esporte, à difusão cultural, à promoção do turismo e ao combate e prevenção ao uso de drogas;

XII – associações de moradores e organizações rurais e urbanas.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento dos recursos, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar os documentos definidos pela Administração corroborado com as normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e pelo Sistema de Controle Interno do Município.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas nos prazos e forma estabelecidos no respectivo instrumento.

§ 3º Ficam ressalvadas as transferências destinadas ao cumprimento de convênios em vigor ou que venham a ser renovados e para organismos dos quais o Município integre sob qualquer forma.

Art. 16. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LC nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade, bem como dos editais de processos seletivos e concurso público.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras e para etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18. A realização de despesas de competência de outros entes da federação só será assumida quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na LOA.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 20. Vetado.

Art. 21. Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial.

Art. 22. O controle de que trata os arts. 4º, I, “e” e 50, § 3º, da LRF será desenvolvido de forma a apurar os custos e a avaliar os resultados dos programas financiados com recursos da LOA.

Art. 23. A Assessoria Jurídica diligenciará junto ao Poder Judiciário Estadual e Federal, sem prejuízo do envio da relação de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos e entidades devedoras, a relação dos débitos constantes nos precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2018 conforme determina o art. 100, § 1º, da CF/88.

Art. 24. Vetado.

Art. 25. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública direta e a Secretaria de Administração e Finanças submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações pertinentes.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26. Obedecidos os limites da Resolução nº 43/2001 e alterações posteriores do Senado Federal, o Município poderá realizar operações de crédito em 2016 e conceder garantias em operação de crédito, observados o art. 167, II, da CF/88 e os arts. 31 a 43 da LC nº 101/2000.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 27. As operações de crédito deverão ser autorizadas por lei específica, restando, no momento da autorização, automaticamente acrescida a meta fiscal correspondente à dívida fundada e ao resultado primário, se for o caso.

Art. 28. Ultrapassado o limite de endividamento, o Poder Executivo adotará as medidas definidas no art. 31, § 1º, da LC nº 101/2000.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DESPESA DE PESSOAL

Art. 29. Para fins do art. 169 da CF/88, fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento da remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive Autarquia e Fundações Públicas instituídas e mantidas pelo poder público, observadas as exigências constitucionais e os limites de despesas da LC nº 101/2000.

Parágrafo único. Fica autorizada, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal 1988, a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo e Legislativo, da Autarquia e Fundações Públicas Municipais, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 30. Vetado.

Art. 31. No exercício de 2018, a realização de serviço em horário extraordinário, quando a despesa houver extrapolado o limite prudencial, somente poderá ocorrer quando destinado ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do titular da área executora, ouvido o(a) Secretário(a) de Administração e Finanças.

Art. 32. Em caso de superação do limite prudencial de despesa de pessoal, os Poderes Executivo e Legislativo adotarão as medidas

previstas nos parágrafos 3º e 4º do art. 169 da CF/88 e nos arts. 22 e 23 da LC nº 101/2000.

Art. 33. Para efeito desta Lei, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º, da LC nº 101/2000, a contratação de mão-de-obra para execução de funções e atividades finalísticas do ente, para as quais haja correspondência com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Gravatal, ainda, atividades próprias da administração municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, não será registrada no elemento "34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização", devendo ser classificada no elemento de despesa correspondente.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Poder Executivo, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais e/ou econômicos de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo, nestes casos, ser considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto orçamentário e financeiro, conforme disposto no art. 14 da LC nº 101/2000.

Parágrafo Único. O desconto para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e da Contribuição de Melhoria em cota única, bem como as condições de parcelamento, observará a previsão do Código Tributário Municipal.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados na forma da lei, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LC nº 101/2000.

Art. 36. A lei que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, na forma do art. 14, II, da LC nº 101/2000, somente entrará em vigor após a anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

Parágrafo único. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, até o limite da estimativa específica constante no Anexo II desta Lei, será considerada na estimativa da receita da LOA, de modo a não afetar as metas fiscais, na forma do art. 14, I, da LC nº 101/2000.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 38. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município.

Art. 39. Para fins de apreciação da proposta orçamentária, do

acompanhamento e da fiscalização orçamentária, será assegurado ao órgão responsável, o acesso irrestrito, para fins de consulta, a todos os dados disponíveis no Poder Executivo.

Art. 40. Vetado.

Art. 41. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar os equipamentos e materiais permanentes inservíveis e antieconômicos, devendo o produto da alienação ser aplicado em despesas de capital.

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo estabelecerá a relação dos bens com os respectivos códigos patrimoniais que serão objeto de alienação.

Art. 43. O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com as entidades definidas no art. 15 da presente Lei, com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, observado o disposto na Lei Orgânica do Município e no § 2º do art. 116, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 44. As alterações decorrentes das emendas serão adequadas nos quadros demonstrativos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 e consequentemente na Lei Orçamentária Anual para 2018 e no Plano Plurianual 2018/2021.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores, em 26 de dezembro de 2017

ANTONIO DA SILVA SILVEIRA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Gravatal

LEI ORDINÁRIA N. 1.888/2017

Publicação Nº 1473125

LEI ORDINARIA Nº 1.888 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO DE GRAVATAL PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO DA SILVA SILVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Gravatal, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 31, §§ 3º, 5º e 7º da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 38, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Gravatal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica promulgada a seguinte lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do município de Gravatal para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 37.360.635,36 (trinta e sete milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) e fixa a Despesa R\$ 37.360.635,36 (trinta e sete milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), sendo este valor do Orçamento Fiscal.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras, Prefeitura e Câmara Municipal

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura par ao exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 37.360.635,36 (trinta e sete milhões, trezentos e sessenta mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) e fixa a Despesa para Câmara Municipal em R\$ 1.441.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta e um mil reais), em 35.919.635,36 (trinta e cinco milhões, novecentos e dezenove mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos) a Despesa da Prefeitura Municipal.

§1º - A receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS	37.360.635,36
RECEITAS CORRENTES	34.211.135,36
RECEITAS DE CAPITAL	3.149.500,00
TOTAL	37.360.635,36
TOTAL GERAL	37.360.635,36

§2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02.00 – PODER EXECUTIVO	30.348.190,00
03.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5.571.445,36
01.00 – PODER LEGISLATIVO	1.441.000,00
01.01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.441.000,00
01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO	1.041.000,00
01.031.0001.1.002 CONSTRUÇÃO DA SEDE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL	300.000,00
Total	37.360.635,36

II– CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	1.441.000,00
04 - Administração	3.807.590,00
06 - Segurança Pública	140.000,00
08 - Assistência Social	2.650.750,00
10 - Saúde	5.571.445,36
12 - Educação	9.751.800,00
13 - Cultura	185.000,00
14 - Direitos da Cidadania	25.000,00
15 - Urbanismo	2.385.000,00
16 - Habitação	49.800,00
17 - Saneamento	300.000,00
19 - Ciência e Tecnologia	10.000,00
20 - Agricultura	1.319.250,00
23 - Comércio e Serviços	2.187.000,00
25 - Energia	1.200.000,00
26 - Transportes	3.842.000,00
27 - Desporto e Lazer	350.000,00

28 - Encargos Especiais	2.045.000,00
99 - Reserva de Contingência	100.000,00
TOTAL	37.360.635,36
TOTAL GERAL	37.360.635,36

III– CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÕES

28 - Atenção Básica	515.000,00
31 - Ação Legislativa	672.000,00
122 - Administração Geral	4.576.590,00
181 - Policiamento	265.000,00
243 - Assistência a Criança e ao Adolescente	798.000,00
244 - Assistência Comunitária	1.767.750,00
301 - Atenção Básica	4.482.300,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	574.145,36
306 - Alimentação e Nutrição	420.000,00
361 - Ensino Fundamental	3.793.800,00
364 - Ensino Superior	110.000,00
365 - Educação Infantil	5.385.000,00
366 - Educação de Jovens e Adultos	43.000,00
392 - Difusão Cultural	185.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	2.260.000,00
453 - Transportes Coletivos Urbanos	3.025.000,00
481 - Habitação Rural	19.800,00
482 - Habitação Urbano	140.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano	300.000,00
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	10.000,00
604 - Defesa Sanitária Animal	21.250,00
606 - Extensão Rural	1.298.000,00
691 - Promoção Comercial	530.000,00
695 - Turismo	1.657.000,00
752 - Energia Elétrica	1.200.000,00
782 - Transporte Rodoviário	817.000,00
812 - Desporto Comunitário	350.000,00
846 - Outros Encargos Especiais	2.045.000,00
999 - Reserva de Contingência	100.000,00
TOTAL	37.360.635,36
TOTAL GERAL	37.360.635,36

IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0 - Encargos Especiais	2.045.000,00
1 - Processo Legislativo	1.441.000,00
2 - Gestão Administrativa Superior	860.000,00
3 - Gravatal a Rota do Turismo	2.187.000,00
4 - Gravatal Digital	10.000,00
5 - Saúde de Qualidade para todos	2.492.000,00
6 - Desenvolvimento Rural	1.134.800,00
7 - Inclusão Social e Proteção dos Direitos	2.675.750,00
8 - Serviços de Utilidade Pública	7.780.000,00
9 - Educação de Qualidade para todos	9.751.800,00

10 - Gestão Administrativa Geral	2.967.590,00
11 - Divulgação da Cultura, Arte e Lazer	165.000,00
12 - Prática do Esporte Saudável	350.000,00
13 - Defesa Sanitária Animal	21.250,00
14 - Atenção Básica	1.748.800,00
15 - Média e Alta Complexidade ambulatorial	589.000,00
16 - Assistência Farmacêutica	574.145,36
17 - Vigilância em Saúde	167.500,00
1000 - Municipalização dos Serviços de Água	300.000,00
9999 - Reserva de Contingência	100.000,00
TOTAL	37.360.635,36
TOTAL GERAL	37.360.635,36

§3º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificadas neste artigo.

§4º - Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçados a menor.

§5º - Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no §4º deste artigo, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal, mediante Lei Específica, autorizado a remanejar dotações orçamentárias, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 4º - O Executivo mediante Lei Específica, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal n. 4.320/64, e mediante autorização legislativa específica, poderá abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de um quarto do montante das respectivas dotações orçamentárias:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 5º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 6º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o excesso, poderão ser utilizados, mediante Lei Específica, como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 7º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 8º - Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar, mediante Lei Específica, Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 9º - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, aprovado em Lei Específica, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação

Art. 10 – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, e somente serão celebrados parcerias e convênios com Organizações da Sociedade Civil nos termos da Lei 13.019/2014.

Art. 11 - Valores decorrentes de sentenças judiciais em que a parte é o Poder Legislativo, proveniente de demandas de exercícios anteriores, não serão computados como os repasses definidos no Art. 29-A, da Constituição Federal e serão aplicados preferencialmente em Despesa de Capital da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 12 - As alterações decorrentes das emendas serão adequadas nos quadros demonstrativos da Lei Orçamentária para 2018 e consequentemente na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2018 e no Plano Plurianual 2018-2021.

Art. 13 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores, em 26 de dezembro de 2017

ANTONIO DA SILVA SILVEIRA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Gravatal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS ADITIVO 26.12.2017 FMAS.DOCX

Publicação Nº 1473091

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad02/17Cont03/16 - Contrato Nº: 03/2016
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
Contratada...: GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI-ME
Valor : 15.347,52 (quinze mil trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER O ABRIGAMENTO DA IDOSA MARIA DE LUZ, EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA, CONFORME AUTOS Nº 0900119-61.2015.8.24.0067.

Aditivo Nº : Ad01/17Cont16/17 - Contrato Nº: 16/2017
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
Contratada...: SIMONETTI PILLAR E CIA LTDA - ME
Valor : 14.819,00 (quatorze mil oitocentos e dezanove reais)
Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR ABRIGAMENTO DO IDOSO JOSÉ CARLOS DE SOUZA, EM INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA, CONFORME AUTOS Nº 0900159-09.2016.8.24.0067.

Aditivo Nº : Ad02/17Cont02/16 - Contrato Nº: 02/2016
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
Contratada...: TECHINFO INFORMATICA LTDA - EPP
Valor : 4.700,28 (quatro mil e setecentos reais e vinte e oito centavos)
Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2015
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET BANDA LARGA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS DEPARTAMENTOS(CONSELHO TUTELAR, CRAS E PETI).

EXTRATOS ADITIVOS 26.12.2017 FMS.DOCX

Publicação Nº 1473090

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad01/17Cont10/17 - Contrato Nº: 10/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: HD COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENT
Valor : 11.340,00 (onze mil trezentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS, PARA CÓPIAS E IMPRESSÕES EM DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2018.

Aditivo Nº : Ad02/17Cont10/16 - Contrato Nº: 10/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARACI
Valor : 123.056,64 (cento e vinte e três mil e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO DE PACIENTE EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR, DESTINADO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO DE GUARACIABA SC PARA O EXERCÍCIO DE 2016, CONFORME DELIBERAÇÃO 180/CIB/2015 e OFÍCIO Nº 142/2015.

Aditivo Nº : Ad04/17Cont02/15 - Contrato Nº: 02/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: INOVADORA SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIR
Valor : 16.800,00 (dezesesseis mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES, MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO

Aditivo Nº : Ad02/17Cont02/16 - Contrato Nº: 02/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: TECHINFO INFORMATICA LTDA - EPP
Valor : 19.537,08 (dezenove mil quinhentos e trinta e sete reais e oito centavos)
Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2015
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET BANDA LARGA PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E SUAS UNIDADES DE SAÚDE.

Aditivo Nº : Ad04/17Cont06/14 - Contrato Nº: 06/2014
 Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
 Contratada...: SERGIO SEFFRIN
 Valor : 25.633,44 (vinte e cinco mil seiscientos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos)
 Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : ALUGUEL DE SALA COMERCIAL DESTINADO A INSTALAÇÃO DOS ESF 01-02 E 03 EM VIRTUDE DA REFORMA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE GUARACIABA, SEGUE EM ANEXO PARECER DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL

EXTRATOS ADITIVOS 26.12.2017 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 1473089

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICIPIO DE GUARACIABA
 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad02/17Cont33/17 - Contrato Nº: 33/2017
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: ILSON ANTONIO BORLA EIRELI - EPP
 Valor : 145.036,29 (cento e quarenta e cinco mil e trinta e seis reais e vinte e nove centavos)
 Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBİ E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018.

Aditivo Nº : Ad02/17Cont34/17 - Contrato Nº: 34/2017
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: CELSO PARISOTTO - ME
 Valor : 84.597,40 (oitenta e quatro mil quinhentos e noventa e sete reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBİ E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018.

Aditivo Nº : Ad02/17Cont35/17 - Contrato Nº: 35/2017
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: ARI BAUER ME
 Valor : 64.032,69 (sessenta e quatro mil e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos)
 Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE

ESCOLAR (ONIBUS, KOMBİ E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018.

Aditivo Nº : Ad02/17Cont36/17 - Contrato Nº: 36/2017
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: JUNIOR CESAR SCAPIN EIRELI - ME
 Valor : 68.113,92 (sessenta e oito mil cento e treze reais e noventa e dois centavos)
 Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBİ E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018.

Aditivo Nº : Ad02/17Cont37/17 - Contrato Nº: 37/2017
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: COMERCIO E TRANSPORTES MARIO LTDA ME
 Valor : 204.847,29 (duzentos e quatro mil oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos)
 Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBİ E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018.

Aditivo Nº : Ad03/17Cont38/17 - Contrato Nº: 38/2017
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: GV TUR TRANSPORTES LTDA ME
 Valor : 67.075,00 (sessenta e sete mil e setenta e cinco reais)
 Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBİ E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018.

Aditivo Nº : Ad04/17Cont39/17 - Contrato Nº: 39/2017
 Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
 Contratada...: NELIS FATIMA BORLA SANTIN - ME
 Valor : 103.026,67 (cento e três mil vinte e seis reais e sessenta e sete centavos)
 Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBİ E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O

TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018.

Aditivo Nº : Ad03/17Cont40/17 - Contrato Nº: 40/2017
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: PARAISENSE TRANSPORTES LTDA - ME
Valor : 208.743,54 (duzentos e oito mil setecentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS, KOMBI E MICRO-ONIBUS) DESTINADO PARA O
TRAJETOS ESCOLARES, GARANTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018.

Aditivo Nº : Ad05/17Cont19/14 - Contrato Nº: 19/2014
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: MAINAS TUR TRANSPORTES LTDA - ME
Valor : 36.913,80 (trinta e seis mil novecentos e treze reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMPLEMENTAR
O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO LETIVO DE 2018.

Aditivo Nº : Ad02/17Cont12/16 - Contrato Nº: 12/2016
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA
MUNICIP
Valor : 9.000,00 (nove mil reais)
Vigência : Início: 26/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ORGÃOS PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS E PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PRGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIOAPROVADO PELO CIGA ENVOLVENDO O REGIM E O SIMPLES NACIONAL CONFORME LEI MUNICIPAL 2.818/2015.

Guarujá do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA N. 41/2017

Publicação Nº 1472806

PORTARIA LEGISLATIVA N.º 41/2017.

Nomeia Assessora Jurídica da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá Do Sul, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, GILMAR KLAUS, no uso das atribuições legais, e de conformidade com o que lhe faculta a Legislação em vigor e prerrogativas estabelecidas nos art. 10 e 14 da Lei Municipal n.º 1.111/93, de 09 de setembro de 1993, regulamentada pela Resolução n.º 07/2005, de 18 de maio de 2005; e regulamentada pela Resolução n.º 10/2016 de 17 de outubro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FERNANDA RECH, com RG de n.º 5.153.558, órgão emissor, SSP - SC, CPF sob o n.º 048.696.709-33, para exercer o Cargo de Assessora Jurídica da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, com vencimentos previstos na Resolução n.º 03/2016, de 24 de maio de 2016, a partir do dia 26 de dezembro de 2017, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 22 de dezembro de 2017.

Em sua 14ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa, 2º período, 54º ano de sua Instalação Legislativa.

Gilmar Klaus
Presidente

Certificamos que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Franciane Baseggio
Auxiliar Legislativa

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3795/2017

Publicação Nº 1473168

DECRETO Nº 3795/2017

Adota índice de reajustes dos tributos municipais para o exercício de 2018 e dá outras providências

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Fica adotado pelo Poder Executivo Municipal para o exercício de 2018, como índice oficial para reajuste dos Tributos Municipais, o INPC/IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, no percentual de 1,95% (um vírgula noventa e cinco por cento), verificado no mês de dezembro de 2016 ao mês de novembro de 2017.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 3º Fica revogado o Decreto Municipal nº 3602/2016 e demais disposições em contrário.

Herval d'Oeste, 26 de dezembro de 2017.

Mauro Sérgio Martini

Vice Prefeito no Exercício do Cargo de Prefeito

PORTARIA Nº 1569/2017

Publicação Nº 1473166

PORTARIA Nº 1569/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato, a partir de 20 de dezembro de 2017, a Servidora MICHELE DEOLA (Matr. 4406), a qual exercia a função de Professor, Nível – 6 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, Ensino Fundamental, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 20 de Dezembro de 2017.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1611/2017

Publicação Nº 1473556

PORTARIA Nº 1611/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 26 de dezembro de 2017, a servidora ANDREIA PINTO CAMPOS (Matr. 4044), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, Nível – 12/1, Referência "A", 30 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 26 de Dezembro de 2017.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1612/2017

Publicação Nº 1473558

PORTARIA Nº 1612/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor FERNANDO SERGIO FAVRETTO (Matr. 2879), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 29 de dezembro de 2015 e 30 de dezembro de 2016, para serem gozadas a partir de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 26 de Dezembro de 2017.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1613/2017

Publicação Nº 1473560

PORTARIA Nº 1613/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de férias não usufruídas, conforme Portaria Nº. 1083/2017, a Servidora DÉBORA ZANBON DURIGON (Matr. 4045), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Monitor Social, Nível – 4/2, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de abril de 2015 e 04 de abril de 2016, para serem gozadas a partir de 26 de dezembro de 2017 a 09 de janeiro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 26 de Dezembro de 2017.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1614/2017

Publicação Nº 1473562

PORTARIA Nº 1614/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias não usufruídas, conforme Portaria Nº. 709/2017, a Servidora LETICIA FUGA VERELA DE OLIVEIRA (Matr. 2776), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível – 13/1, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 12 de julho de 2015 e 12 de julho de 2016, para serem gozadas a partir de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 26 de Dezembro de 2017.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1615/2017

Publicação Nº 1473564

PORTARIA Nº 1615/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias não usufruídas, conforme Portaria Nº. 1420/2017, ao Servidor ADRIANO JOSE DE ARAUJO (Matr. 2867), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2015 e 17 de dezembro de 2016, para serem gozadas a partir de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 26 de Dezembro de 2017.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1616/2017

Publicação Nº 1473566

PORTARIA Nº 1616/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 26 de dezembro de 2017, a servidora SOFIA SOARES (Matr. 3009), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 26 de Dezembro de 2017.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1617/2017

Publicação Nº 1473569

PORTARIA Nº 1617/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (vinte) dias de férias não usufruídas, conforme Portaria Nº. 1048/2017, ao Servidor JOSE LUIZ CARLOS SILVA (Matr. 153), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Motorista, Nível – 7, Referência "J", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 24 de julho de 2015 e 23 de julho de 2016, para serem gozadas a partir de 26 de dezembro de 2017 a 04 de janeiro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 26 de Dezembro de 2017.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1618/2017

Publicação Nº 1473570

PORTARIA Nº 1618/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 26 (vinte e seis) dias de férias não usufruídas, conforme Portaria Nº. 1234/2017, a Servidora IVONE ESQUINA (Matr. 153), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "G", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, designada para responder pela função de Diretor de Programas Sociais, junto a Secretaria de Assistência Social, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2015 e 01 de novembro de 2016, para serem gozadas a partir de 26 de dezembro de 2017 a 20 de janeiro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 26 de Dezembro de 2017.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1619/2017

Publicação Nº 1473572

PORTARIA Nº 1619/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, a Servidora MICHELLE BENEDETTI (Matr. 2880), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível – 6/2, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 29 de dezembro de 2015 e 28 de dezembro de 2016, para serem gozadas a partir de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 26 de Dezembro de 2017.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1620/2017

Publicação Nº 1473574

PORTARIA Nº 1620/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias não usufruídas, conforme Portaria Nº. 525/2017, a Servidora LENI APARECIDA SABEI (Matr. 2700), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Controlador de Políticas de Saúde, Nível – 12/1, Referência "D", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de abril de 2015 e 03 de abril de 2016, para serem gozadas a partir de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 26 de Dezembro de 2017.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1621/2017

Publicação Nº 1473576

PORTARIA Nº 1621/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, a Servidora CARMEN SARTORI DA ESPADA (Matr. 2880), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível – 9, Referência "J", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de junho de 2014 e 17 de setembro de 2016, para serem gozadas a partir de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 26 de Dezembro de 2017.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1622/2017

Publicação Nº 1473577

PORTARIA Nº 1622/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 24 (vinte e quatro) dias de Licença Prêmio, ao servidor JAIR FRANCISCO ANTUNES (Matr. 508), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "I", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2015 a 18 de agosto de 2017, para serem gozadas a contar de 26 de dezembro de 2017 a 18 de janeiro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Dezembro de 2017.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 26 de Dezembro de 2017.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1623/2017

Publicação Nº 1473578

PORTARIA Nº 1623/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor LUIZ FRANCISCO FERREIRA LIRA (Matr. 171), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Manutenção de Máquinas e Veículos, Nível – 8, Referência "G", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2015 a 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a contar de 26 de dezembro de 2017 a 06 de janeiro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Dezembro de 2017.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 1624/2017

Publicação Nº 1473579

PORTARIA Nº 1624/2017

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (vinte) dias de férias não usufruídas, conforme Portaria Nº. 1227/2017, à Servidora DAIANA CAMPANHALI DE CAMPOS (Matr. 4188), ocupante do Cargo de Provimento Eletivo de Conselheiro Tutelar, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de janeiro de 2016 e 09 de janeiro de 2017, para serem gozadas a partir de 26 de dezembro de 2017 a 04 de janeiro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ibicaré

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 077-2017

Publicação Nº 1473445

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Extrato Contrato nº 077/2017

Fundamento legal: Inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com as disposições da Lei Municipal nº 1.451 de 12 de janeiro de 2005, Decreto nº 063, de 02 de outubro de 2017, que trata da homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 004/17, e a Portaria nº 251 de 21 de dezembro de 2017.

OBJETO: Admissão em caráter temporário, ao emprego público de Agente Comunitário de Saúde, em substituição ao titular Veronise Sartori, afastado por motivo de Licença para tratamento de saúde desde o ano de 2007, visando dar continuidade aos serviços prestados pelo titular na sua área de abrangência, na execução do Programa Saúde da Família – PSF.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: ANA KETLYN DE ANDRADE KRACHINSKI

VALOR MENSAL: R\$ 1.291,37 (hum mil duzentos e noventa e um reais e trinta e sete centavos)

Ibicaré, SC, aos 21 de dezembro de 2017.

Evandro Volpato

Gestor

Prefeito

PORTARIA 244/2017

Publicação Nº 1473427

PORTARIA Nº 244, de 19 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor IVETE ALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Higienização, nível 04, classe “C”, Anexo II - Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II - Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 19 de dezembro de 2017 à 17 de janeiro de 2018, referentes ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 19 de dezembro de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA 245/2017

Publicação Nº 1473429

PORTARIA Nº 245, de 19 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor ROSINEY SALETE MERGET VOLPATO, ocupante do cargo de Agente de Copa e Higienização, nível 04, classe “D”, Anexo II - Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II - Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 19 de dezembro de 2017 à 17 de janeiro de 2018, referentes ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 19 de dezembro de 2017.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA 246/2017

Publicação Nº 1473430

PORTARIA Nº 246, de 19 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor CLAIR SALETTE DE MELLO FERNANDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Higienização, nível 04, classe “D”, Anexo II - Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II - Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 19 de dezembro de 2017 à 17 de janeiro de 2018, referentes ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 19 de dezembro de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 247/2017

Publicação Nº 1473432

PORTARIA Nº 247, de 19 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000
RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor CECILIA APARECIDA FERREIRA GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, nível 1, Classe B, Anexo II – Quadro de pessoal Efetivo, Grupo I – Atividades e Serviços Gerais constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 19 de dezembro de 2017 à 17 de janeiro de 2018, referentes ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2016 a 01 de setembro de 2017, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 19 de dezembro de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 248/2017

Publicação Nº 1473434

PORTARIA Nº 248, de 19 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000
RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor DILMARI PEREIRA DUARTE TREVISOL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, nível 1, Classe B, Anexo II – Quadro de pessoal Efetivo, Grupo I – Atividades e Serviços Gerais constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 19 de dezembro de 2017 à 17 de janeiro de 2018, referentes ao período aquisitivo de 05 de maio de 2016 a 05 de maio de 2017, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 19 de dezembro de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 249/2017

Publicação Nº 1473437

PORTARIA Nº 249, de 19 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor EDINÉIA MELERE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, nível 01, Classe “E”, Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo I - Atividades e Serviços Gerais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 19 de dezembro de 2017 à 17 de janeiro de 2018, referentes ao período aquisitivo de 04 de maio de 2015 a 04 de maio de 2016, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 19 de dezembro de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 250/2017

Publicação Nº 1473438

PORTARIA Nº 250 de 19 de dezembro de 2017.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré – SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000
RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor ADRIANA PERGHER BALBINOT, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE COPA E HIGIENIZAÇÃO, nível 4, classe “A”, Anexo II– Quadro de pessoal Efetivo, Grupo I – Atividades e Serviços Gerais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 19 de

dezembro de 2017 à 17 de janeiro de 2018, referentes ao período aquisitivo compreendido entre 01 de abril de 2016 a 01 de abril de 2017, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 19 de dezembro de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 251/2017

Publicação Nº 1473439

PORTARIA Nº 251, de 21 de dezembro de 2017.

" NOMEIA SERVIDOR PARA EMPREGO PÚBLICO "

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com a Lei nº 1.451/05 de 12 de janeiro de 2005, com base no Processo Seletivo nº 004/2017/FMS e Decreto nº 063, de 02 de outubro de 2017,

Considerando o afastamento da titular Maria Lúcia Meisterlin Spolti, para tratamento de saúde pelo período determinado por perícia médica;

Considerando a necessidade em dar continuidade aos serviços prestados na sua área de abrangência;

Considerando a sequência de classificação do Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, ANA KETLYN DE ANDRADE KRACHINSKI, brasileira, solteira, nascida aos dois dias do mês de novembro de 1.998, para ocupar o emprego público de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, na execução do Programa Saúde da Família – PSF.

Parágrafo único. A vigência da contratação será pelo período de afastamento do titular, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, vinculando-se ao regime da CLT.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 21 de dezembro de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 252/2017

Publicação Nº 1473441

PORTARIA Nº 252, de 22 de dezembro de 2017.

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA"

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96,

Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, e artigo 53 e 54 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000
RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor CLARICE BOESING RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, nível 01, classe "F", Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo I – Atividades e Serviços Gerais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 22 de dezembro de 2017 à 20 de janeiro de 2018, com um terço de conversão pecuniária, referentes ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2017 a 01 de fevereiro de 2018, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 22 de dezembro de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 254/2017

Publicação Nº 1473443

PORTARIA Nº 254, de 26 de dezembro de 2017.
CONVOCA PARA RETORNO IMEDIATO DAS FÉRIAS REGULAMENTARES O SERVIDOR QUE MENCIONA

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, e artigo 55 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000
RESOLVE:

Art. 1º. CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, por motivo de superior interesse público, interrompendo o gozo das férias regulamentares a contar do dia 26 de dezembro de 2017, do servidor DAGOBERTO PRIMO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador, nível 18, classe "A", Anexo II do Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo V – Atividades de Nível Superior, Código ANS, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. O saldo remanescente das férias, serão gozadas posteriormente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 26 de dezembro de 2017.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

Imbituba

PREFEITURA

ADITIVO 2016/77 - A/03 PROC 72/2016 SEAPI PMI

Publicação Nº 1474115

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAPI 2016/77 – A/03
Contratada: J.L CONSTRUTORA LTDA ME
CNPJ: 12.587.530/0001-67
Objeto: Prorrogação de prazo por mais 210 (duzentos e dez) dias.
Prazo: 31/07/2017 á 26/02/2018
Fundamento: Processo nº 72/2016 Tomada de Preços: 02/2016
Imbituba, 31 de julho de 2017.

Alex Sandro Carpes
Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura
Contratante

J.L CONSTRUTORA LTDA ME
Representante legal
Contratado

ATA Nº 236/2017 PP Nº 13/2017

Publicação Nº 1473456

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 236/2017
DO PP Nº 13/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FÓRMULA PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL (LEITES ESPECIAIS) PARA CUMPRIMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS PARA USO DA SEMUSA.
EMPRESA IMBIFARMA FARMACIA LTDA EPP.
VALOR TOTAL: R\$ 66.000,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 19/09/2017 à 19/09/2018
Imbituba, 19 de setembro de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA Nº 237/2017 PP Nº 13/2017

Publicação Nº 1473473

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 237/2017
DO PP Nº 13/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FÓRMULA PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL (LEITES ESPECIAIS) PARA CUMPRIMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS PARA USO DA SEMUSA.
EMPRESA: LFP COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE – EIRELI - EPP
VALOR TOTAL: R\$ 88.000,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 19/09/2017 à 19/09/2018
Imbituba, 19 de setembro de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA Nº 238/2017 PP Nº 13/2017

Publicação Nº 1473488

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 238/2017
DO PP Nº 13/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FÓRMULA PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL (LEITES ESPECIAIS) PARA CUMPRIMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS PARA USO DA SEMUSA.
EMPRESA: MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A
VALOR TOTAL: R\$ 316.220,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 19/09/2017 à 19/09/2018
Imbituba, 19 de setembro de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA Nº 239/2017 PP Nº 13/2017

Publicação Nº 1473500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 239/2017
DO PP Nº 13/2017
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FÓRMULA PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL (LEITES ESPECIAIS) PARA CUMPRIMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS PARA USO DA SEMUSA.
EMPRESA: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 1.015.360,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 19/09/2017 à 19/09/2018
Imbituba, 19 de setembro de 2017.
GRACIELA WIEMES RIBEIRO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA Nº 279/2017 PP Nº 49/2017

Publicação Nº 1473540

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 279/2017
DO PP Nº 49/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.
EMPRESA: GENEVAL NUNES - ME
VALOR TOTAL: R\$ 13.393,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 17/10/2017 à 17/10/2018
Imbituba, 17 de outubro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 280/2017 PP Nº 49/2017

Publicação Nº 1473553

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 280/2017
DO PP Nº 49/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.
EMPRESA: JOSÉ CANDIDO ESPINDOLA ME.
VALOR TOTAL: R\$ 10.581,20
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 17/10/2017 à 17/10/2018
Imbituba, 17 de outubro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 281/2017 PP Nº 49/2017

Publicação Nº 1473611

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 281/2017
DO PP Nº 49/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.
EMPRESA: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 9.899,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 17/10/2017 à 17/10/2018
Imbituba, 17 de outubro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 291/2017 PP Nº 51/2017

Publicação Nº 1474119

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 291/2017
DO PP Nº 51/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUINAS, ACESSÓRIOS E MÃO DE OBRA, PARA SERVIÇOS DE RADIADOR, INTERCOOLER, AR CONDICIONADO E BOMBA D'ÁGUA PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.
EMPRESA: DANIEL PEDROSO ROCHA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 74.000,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 24/10/2017 à 24/10/2018
Imbituba, 24 de outubro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 292/2017 PP Nº 51/2017

Publicação Nº 1474120

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 292/2017
DO PP Nº 51/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUINAS, ACESSÓRIOS E MÃO DE OBRA, PARA SERVIÇOS DE RADIADOR, INTERCOOLER, AR CONDICIONADO E BOMBA D'ÁGUA PARA OS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.
EMPRESA: GILBERTO PINHO ADRIANO ME
VALOR TOTAL: R\$ 12.800,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 24/10/2017 à 24/10/2018
Imbituba, 24 de outubro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 309/2017 PP Nº 44/2017

Publicação Nº 1473343

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 309/2017
DO PP Nº 44/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMPRA DE MATERIAIS ESPORTIVOS E UNIFORMES PARA O PROGRAMA TRANSFORMAR, NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS, JOVENS E ADOLESCENTES ENTRE 06 E 18 ANOS.
EMPRESA COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 4.990,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 23/11/2017 à 23/11/2018
Imbituba, 23 de novembro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 310/2017 PP Nº 44/2017

Publicação Nº 1473370

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 310/2017
DO PP Nº 44/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMPRA DE MATERIAIS ESPORTIVOS E UNIFORMES PARA O PROGRAMA TRANSFORMAR, NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS, JOVENS E ADOLESCENTES ENTRE 06 E 18 ANOS.
EMPRESA JM ESPORTES LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 26.230,45
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 23/11/2017 à 23/11/2018
Imbituba, 23 de novembro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 311/2017 PP Nº 44/2017

Publicação Nº 1473384

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Nº311/2017
DO PP Nº44/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMPRA DE MATERIAIS ESPORTIVOS E UNIFORMES PARA O PROGRAMA TRANSFORMAR, NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS, JOVENS E ADOLESCENTES ENTRE 06 E 18 ANOS.
EMPRESA L.MOHR EIRELI EPP
VALOR TOTAL: R\$ 22.812,90
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 23/11/2017 à 23/11/2018
Imbituba, 23 de novembro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 312/2017 PP Nº 44/2017

Publicação Nº 1473327

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Nº312/2017
DO PP Nº44/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMPRA DE MATERIAIS ESPORTIVOS E UNIFORMES PARA O PROGRAMA TRANSFORMAR, NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS, JOVENS E ADOLESCENTES ENTRE 06 E 18 ANOS.
EMPRESA PUBLICITI DISTRIBUIDORA LTDA EPP.
VALOR TOTAL: R\$ 24.715,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 23/11/2017 à 23/11/2018
Imbituba, 23 de novembro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 313/2017 PP Nº 44/2017

Publicação Nº 1473398

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Nº313/2017
DO PP Nº44/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COMPRA DE MATERIAIS ESPORTIVOS E UNIFORMES PARA O PROGRAMA TRANSFORMAR, NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS, JOVENS E ADOLESCENTES ENTRE 06 E 18 ANOS.
EMPRESA TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP.
VALOR TOTAL: R\$ 102.975,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 23/11/2017 à 23/11/2018
Imbituba, 23 de novembro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 316/2017 PP Nº 16/2017

Publicação Nº 1473436

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Nº316/2017
DO PP Nº16/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TONER, TINTA E REFIL DE TINTAS E RECARGAS DE CARTUCHOS PARA AS IMPRESSORAS DA GUARNIÇÃO ESPECIAL DA POLICIA MILITAR DE IMBITUBA/SC.
EMPRESA TECTONER RECARGA DE TONER LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 10.200,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 23/11/2017 à 23/11/2018
Imbituba, 23 de novembro de 2017.
JEAN CARLOS DE BRIDA E SILVA
Tenente Coronel PM - Comandante da Guarnição Especial de Imbituba

ATA Nº 323/2017 PP Nº 73/2017

Publicação Nº 1473311

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Nº232/2017 DO PP Nº73/2017
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA ALUNOS, MOTORISTAS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, IMBITUBA/SC.
EMPRESA TÊXTIL BRASIL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
VALOR TOTAL: R\$ 1.355.000,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 04/12/2017 à 04/12/2018
Imbituba, 04 de dezembro de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

CONTRATO 2013/71 - A/05 PROC 62/2013 SEDUCE

Publicação Nº 1473632

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2013/71 - A/05

Contratada: LUCILA PIRES FERNANDES
CPF: 507.155.779-72
Objeto: Acréscimo de 10,7017% (dez inteiros e sete mil e dezessete décimos de milésimo por cento), através do IGPM acumulado nos últimos 12 meses.
Valor global do aditivo com reajuste: R\$ 13.284,20
Fundamento: Processo nº 62/2013 Dispensa nº 12/2013 DL
Imbituba, 24 de outubro de 2017.

Filipe Dias Antônio
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Contratante

LUCILA PIRES FERNANDES
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2017/08 - A/00 PROC 17/2017 SEASTH

Publicação Nº 1473626

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEASTH 2017/08 – A/00

Contratada: LUIS JOSE ESPEZIM PEREIRA 78147166915
CNPJ: 25.447.696/0001-20
Objeto: AQUISIÇÃO DE 800 (OITOCENTOS) CONJUNTOS DE FOTOS 3X4 COM 08 FOTOS E 100 FOTOS 20X25 PARA OS USUÁRIOS

DO ACOLHIMENTO SOCIAL E CASOS ESPECIAIS DA SECRETARIA DA SEASTH.

Prazo: 13/11/2017 à 31/12/2017 Valor Total: R\$ 7.000,00
Fundamento: Processo nº 17/2017 Dispensa nº 02/2017
Imbituba, 13 de novembro 2017.

Edna dos Santos Souza Demétrio
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
Contratante

LUIS JOSE ESPEZIM PEREIRA
Representante legal
Contratada

CONTRATO SANEAMENTO 2014/03 - A/05 PROC 01/2014

Publicação Nº 1474117

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SANEAMENTO 2014/03 – A/05
Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 83.073.536/0001-64
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses.

Prazo: 12 meses
Fundamento: Processo nº 01/2014 Concorrência nº 01/2014
Imbituba, 22 de dezembro de 2017.

Alex Sandro Carpes
Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura
Contratante

SERRANA ENGENHARIA LTDA
Representante legal
Contratado

CONTRATO SANEAMENTO 2015/48 - A/07 PROC 03/2014

Publicação Nº 1474118

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SANEAMENTO 2015/48 – A/07
Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 83.073.536/0001-64
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses.

Prazo: 12 meses
Fundamento: Processo nº 03/2014 Concorrência nº 02/2014
Imbituba, 22 de dezembro de 2017.

Alex Sandro Carpes
Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura
Contratante

SERRANA ENGENHARIA LTDA
Representante legal
Contratado

CONTRATO SEASTH 2013/05 - A/06 PROC 09/2013

Publicação Nº 1474131

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: CONTRATO SEASTH 2013/05 – A/06

Contratada: CENTHAURO – SEGURANÇA ELETRONICA LTDA ME
CNPJ: 04.55.820/0001-09
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência até 20 de maio de 2018.

Prazo: 5 meses Valor Total: R\$ 5.896,00
Fundamento: Processo nº 09/2013 Dispensa nº 01/2013
Imbituba, 18 de dezembro de 2017.

Edna dos Santos Souza Demétrio
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
Contratante

CENTHAURO – SEGURANÇA ELETRONICA LTDA ME
Representante legal
Contratada

DECRETO PMI Nº 185, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1473163

DECRETO PMI Nº 185, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estabelece o calendário dos feriados e pontos facultativos de 2018, para os órgãos e as entidades da Administração Direta do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições privativas que lhe confere o art. 32, I e art. 93, VII, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e

CONSIDERANDO o que prevê a Lei Federal nº 662, de 06 de abril de 1949; e

CONSIDERANDO o que expressa a Lei Federal nº 6.802, de 30 de junho de 1980; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, que dispõe sobre feriados;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Estadual nº 10.306, de 26 de dezembro de 1996, que institui a data magna do Estado de Santa Catarina; e

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Municipal nº 144, de 21 de março de 1967, que dispôs sobre Feriados Religiosos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018 para os órgãos e as entidades da Administração Direta do Poder Executivo Municipal:

I – JANEIRO:

a) 1º (segunda) - Confraternização Universal: feriado nacional.

II – FEVEREIRO:

a) 12 (segunda-feira) – Carnaval: ponto facultativo;
b) 13 (terça-feira) – Carnaval: ponto facultativo.

III – MARÇO

a) 29 (quinta-feira) Quinta-Feira Santa: ponto facultativo

b) 30 (sexta-feira) Sexta-Feira da Paixão (Paixão de Cristo): feriado nacional e municipal;

III – ABRIL:

- a) 01 (domingo) – Páscoa: feriado nacional e municipal;
- b) 21 (sábado) – Tiradentes: feriado nacional.

IV – MAIO:

- a) 1º (terça-feira) – Dia do Trabalhador: feriado nacional.
- b) 31 (quinta-feira) – Corpo de Deus (Corpus Christi): feriado municipal;

V – JUNHO:

- a) 1º (sexta-feira) – Interregno intervalar do feriado de Corpus Christi: ponto facultativo;
- b) 21 (quarta-feira) – Emancipação Político-Administrativa do Município: ponto facultativo;

VI – SETEMBRO:

- a) 07 (sexta-feira) – Independência do Brasil: feriado nacional;

VII – OUTUBRO:

- a) 12 (sexta-feira) – Nossa Senhora Aparecida: feriado nacional;

VIII – NOVEMBRO:

- a) 02 (sexta-feira) – Finados: feriado nacional e municipal;
- b) 15 (quinta-feira) – Proclamação da República: feriado nacional.
- c) 16 (sexta-feira) - Interregno intervalar do feriado de Proclamação da República: ponto facultativo;

IX – DEZEMBRO:

- a) 08 (sábado) – Nossa Senhora da Conceição: feriado municipal;
- b) 24 (segunda-feira) – Interregno intervalar do feriado de Natal: ponto facultativo;
- c) 25 (terça-feira) – Natal – feriado nacional;
- d) 31 (segunda-feira) - Interregno intervalar do feriado de Confraternização Universal: ponto facultativo.

Parágrafo único. Não se aplicam aos órgãos e às entidades da Administração Direta do Poder Executivo Municipal os pontos facultativos estabelecidos pelos governos federal e estadual.

Art. 2º Nas datas estabelecidas como ponto facultativo, os serviços considerados essenciais, bem como a programação, da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, e da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, ficam a cargo dos respectivos secretários.

Art. 3º Revoga-se o Decreto PMI nº 194, de 02 de dezembro de 2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

Imbituba, 26 de dezembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

EDITAL 001/2017 IPTU 2018

Publicação Nº 1473309

EDITAL Nº 001/2017

EDITAL DE LANÇAMENTO

**IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2018**

O Prefeito Municipal de Imbituba, no uso das suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar (LC) nº 3.019 de 28 de dezembro de 2006, art. 262, § 6º, torna público o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do exercício de 2018, incidente sobre a propriedade predial e territorial urbana que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município, segundo as disposições seguintes:

I – Data do lançamento

O lançamento do IPTU do exercício de 2018 considera-se ocorrido no dia 01 de janeiro de 2018 (§ 3º do art. 246 da LC 3.019 de 28 de Dezembro de 2006).

II – Notificação de Lançamento

Conforme disposto no art. 262 da Lei Complementar nº 3.019/2006 de 28 de dezembro de 2006, a Notificação de Lançamento será entregue juntamente com o documento físico de arrecadação do imposto e conterá todos os elementos necessários à identificação do imóvel, do sujeito passivo e dos critérios utilizados para a determinação da base de cálculo e das alíquotas aplicáveis.

O mesmo documento poderá ser requerido a qualquer tempo em formato diferenciado denominado como “Características do Imóvel – BCI” através dos endereços eletrônicos: cadastro@imbituba.sc.gov.br, itbi@imbituba.sc.gov.br, ou ainda, tributos@imbituba.sc.gov.br desde que contenha a informação da inscrição imobiliária ou do número do cadastro do imóvel junto ao Setor de Cadastro Fiscal e CPF ou CNPJ do requerente e possuidor ou proprietário do imóvel.

III – Prazo; distribuição dos documentos de arrecadação; condições de pagamento.

Fica estipulado em duas fases:

1. Primeira Fase:

Os documentos de arrecadação municipal – Carnês de IPTU – relativos ao exercício de 2018, estarão disponíveis a partir do dia 01 de janeiro de 2018 ou da data da publicação deste Edital nos seguintes locais:

1. Em qualquer lugar, acessando pela rede mundial de computadores - Internet, o sítio da Prefeitura Municipal: www.imbituba.sc.gov.br no link “Guia de IPTU” ou ainda “Guias Diversas”, bastando informar CPF e/ou CNPJ do contribuinte.

2. Nas secretarias regionais:

2.1. Norte, localizada na Marginal da BR 101, s/nº - Alto Arroio;

2.2. Oeste, localizada na Rua João Paulo, s/nº - Nova Brasília;

2.3. Sul, localizada na Rua João Leopoldino Souza, s/nº - Roça Grande.

2.4. Diretamente no Departamento de Tributação da Prefeitura, em qualquer um de seus setores ou unidades, localizados no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro;

2.5. Ou ainda, poderá requerê-lo em tempo hábil pelos endereços eletrônicos citados acima no item II (Notificação de Lançamento).

Pagamento:

a) O pagamento do imposto poderá ser efetuado em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, internet banking – Caixa (para aqueles que possuem acesso através de suas respectivas contas), casas lotéricas ou postos conveniados.

b) Nesta fase, o Imposto Predial e Territorial Urbano de 2018, por

opção do contribuinte, poderá ser pago integralmente até o dia 25/01/2017, com desconto de 20% (vinte por cento) sobre o total do lançamento do imposto. Esta opção restringe-se as guias que forem retiradas pela Internet ou nos locais citados anteriormente constantes no item 2.

c) Nesta fase, o agente arrecadador não está autorizado a receber a guia de recolhimento do imposto após o vencimento nele especificado. Na inobservância deste item, a diferença apurada será cobrada posteriormente devidamente atualizada monetariamente.

2. Segunda Fase:

Os contribuintes que não efetuaram o pagamento do imposto nas condições estabelecidas na Primeira Fase, terão seus carnês impressos entregues no domicílio tributário ou no endereço de correspondência constante no banco de dados do sistema tributário da prefeitura, sendo que, nesta fase, o desconto previsto para pagamento em cota única é de 10% de desconto sobre o total do lançamento do imposto.

Nos locais que não são atendidos por qualquer serviço de entrega, os objetos ficarão disponíveis nas Agências Comunitárias dos Correios, Sede das Secretarias Regionais, ou ainda qualquer outro local que venha a ser definido pelo Governo Municipal que será divulgado na mídia local: internet, rede social, jornais e rádios.

Os carnês que, por qualquer razão, não forem entregues no domicílio tributário ou de correspondência do contribuinte até a data especificada, ficarão disponíveis ao contribuinte na Agência Central dos Correios e posteriormente no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, no horário de atendimento ao público.

Em caso de não os encontrar, o contribuinte poderá requerer a 2ª via do documento de arrecadação, no mesmo endereço mencionado, junto ao Departamento de Tributação ou obtê-lo diretamente através do sítio da Prefeitura Municipal no seguinte endereço: www.imbituba.sc.gov.br no link "Guia de IPTU" ou "Guias Diversas".

Restando inexitosa quaisquer uma das fases que visam a tentativa de entregar o documento de arrecadação, o contribuinte pode resguardar seu direito, solicitando em tempo hábil, o documento correspondente pelos endereços eletrônicos já citados anteriormente.

Pagamento

a) O pagamento do imposto poderá ser efetuado em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, internet banking – Caixa (para aqueles que possuem acesso através de suas respectivas contas), casas lotéricas ou postos conveniados.

b) o Imposto Predial e Territorial Urbano de 2018, poderá ser pago: 1 – Integralmente até o dia 10/04/2018, com desconto de 10% (dez por cento) sobre o total do lançamento do imposto; nesta condição, o agente arrecadador não está autorizado a receber a guia de recolhimento do imposto após a data nele especificado. Na inobservância deste item, a diferença apurada será cobrada posteriormente devidamente atualizada monetariamente.

2 – ou em até 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, sendo:

- a primeira parcela com vencimento para o dia 10/04/2018;
- a segunda parcela com vencimento para o dia 10/05/2018;
- a terceira parcela com vencimento para o dia 11/06/2018;
- a quarta parcela com vencimento para o dia 10/07/2018; e
- a quinta e última parcela com vencimento para o dia 10/08/2018.

IV – Atraso de pagamento

O não pagamento do imposto até a data fixada neste Edital, na condição parcelada, sujeita o contribuinte aos seguintes acréscimos sobre o valor do tributo atualizado:

a) Multa:

- 1) nos primeiros sessenta dias de atraso: o percentual cumulativo de 0,33 % (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 20 % (vinte por cento);
- 2) após sessenta dias de atraso: o percentual fixo de 20 % (vinte por cento).

(Artigo 405 – Lei Complementar nº 3.019 de 28 de dezembro de 2006)

b) Juros de mora 1 % ao mês.

(Artigo 410 – Lei Complementar nº 3.019 de 28 de dezembro de 2006)

V – Prazo para interposição de reclamação e encaminhamentos:

a) O contribuinte tem o direito de reclamar do lançamento do imposto conforme disposto nos artigos 158 e 159 da Lei Complementar nº 3.019 de 28/12/2006 e deverá ser dirigida ao Secretário Municipal da Fazenda, em processo regular devidamente protocolizado no Departamento de Protocolo da prefeitura localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro. O prazo para reclamação expirará em 10 de abril de 2018.

b) O pedido de revisão que versar sobre divergências de ordem cadastral, será encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável, aos cuidados do Setor de Cadastro Imobiliário que avaliará o requerimento e fará os encaminhamentos devidos ao caso.

c) Nos casos de revisão no lançamento do imposto formalizado através de processo administrativo devidamente deferido, recadastramento e/ou cadastramento de imóveis, será procedido o cálculo do imposto relativo ao ano fiscal e seu vencimento será previsto para trinta dias contados da data da manutenção do cadastro após a finalização do processo que será realizado pelo Setor de Cadastro Imobiliário.

d) A manutenção cadastral em locais já tributados em área maior, ressalvados os casos objetos de demandas judiciais, deverá ser observada a regularidade fiscal do local.

Imbituba, 26 de dezembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Junior Prefeito Municipal	Jari Luiz Dalbosco Secretário Municipal da Fazenda
---	---

EDITAL SEAD Nº 112/2017

Publicação Nº 1473628

EDITAL SEAD Nº 112/2017

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 20/2017.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 20/2017, divulgado através do Edital nº 20/2017, de 21 de julho 2017, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 20/2017, de 16 de agosto de 2017, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 20/2017, para comparecer a Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 27 de dezembro a 26 de Janeiro de 2018, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente

dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de dezembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAGP Nº 112/2017
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Médico Veterinário
MATHEUS FERREIRA DE SOUZA

EDITAL SEAD Nº 113/2017

Publicação Nº 1473629

EDITAL SEAD Nº 113/2017
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 03 de Janeiro a 02 de Fevereiro de 2018, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela

Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de dezembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 113/2017
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Balseiro
Giovani Avila de Souza

Iomerê

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2017

Publicação Nº 1472950

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0029/2017

Aos vinte um do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI, no uso de suas atribuições, resolve Registrar os Preços da empresa: ANDY'S LANCHONETE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Pedro Penso, nº 675, Centro, Iomerê, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 20.360.919/0001-01, neste ato representada pelo Sr. Anderson Borge, doravante denominado FORNECEDOR, para eventual fornecimento dos serviços descrito abaixo, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 850 de 02 de janeiro de 2009 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata, decorrentes do Pregão Presencial nº 0048/2017, Registro de Preços nº 0017/2017. Integram a presente ata, independente de suas transcrição, os termos e especificações constantes do Processo Administrativo Licitatório nº 0066/2017.

O prazo de vigência do registro de preços será de 12(doze) meses, contados da assinatura desta ata.

Os preços registrados são os seguintes:

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	REGISTRO VALOR UNITÁRIO R\$
1	Refeição com refrigerante/ou água/ou suco	Refeições	18,50

Iomerê, 21 de dezembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

JOSNEI BAVARESCO
Pregoeiro

ANDERSON BORGA
Andy's Lanchonete Ltda - ME

CONTRATO Nº 18/2017 - FMS

Publicação Nº 1474179

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ANDY'S LANCHONETE LTDA - ME.

CT17FMS/018

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Pedro Penso, nº 530 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 10.423.190/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ANDY'S LANCHONETE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 20.360.919/0001-01, com endereço na Av. Pedro Penso, nº 675 Centro na cidade de Iomerê-SC neste ato representado pelo Sr. Anderson Borge, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto deste contrato é o fornecimento de refeições, com fornecimento fracionado e com entrega no Município de Iomerê conforme segue quantidades e preços abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$
01	UN	REFEIÇÃO COM SUCO, OU AGUA, OU REFRIGERANTE	1.500	18,50
TOTAL				27.750,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Processo Administrativo Licitatório nº 0066/2017, Edital de Pregão Presencial nº 0048/2017, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelo objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após as entregas, acompanhados do respectivo Documento Fiscal Hábil;

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 – A forma de pagamento será mensal, conforme entrega das refeições;

4.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do fornecedor:

- a) fornecer o produto, objetos deste Edital de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) entregar ou servir as refeições todos os dias do mês;
- d) garantir qualidade do produto, sob pena de rescisão contratual e/ou cumprimento de penalidades.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Será de responsabilidade da contratante:

- a) Fiscalizar o cumprimento do contrato;
- b) Emitir o pagamento previsto no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

7.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – A dotação orçamentária será conforme abaixo:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE IOMERÊ
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Projeto/Atividade	Manutenção do Fundo Municipal da Saúde
Complem. Elemento	3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	011

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO

10.1 - O prazo de vigência inicia-se na assinatura do contrato, tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como

observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas

testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 26 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ ANDY'S LANCHONETE LTDA - ME
CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 96/2017 - PMI

Publicação Nº 1472945

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ANDY'S LANCHONETE LTDA - ME.

CT17/096

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ANDY'S LANCHONETE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 20.360.919/0001-01, com endereço na Av. Pedro Penso, nº 675 Centro na cidade de Iomerê-SC neste ato representado pelo Sr. Anderson Borga, doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O objeto deste contrato é o fornecimento de refeições, com fornecimento fracionado e com entrega no Município de Iomerê conforme segue quantidades e preços abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$
01	UN	REFEIÇÃO COM SUCO, OU AGUA, OU REFRIGERANTE	2500	18,50
TOTAL				46.250,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este contrato decorre da homologação do resultado do Processo Administrativo Licitatório nº 0066/2017, Edital de Pregão Presencial nº 0048/2017, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pelo objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após as entregas, acompanhados do respectivo Documento Fiscal Hábil;

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 – A forma de pagamento será mensal, conforme entrega das refeições;

4.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do fornecedor:

- fornecer o produto, objetos deste Edital de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- entregar ou servir as refeições todos os dias do mês;
- garantir qualidade do produto, sob pena de rescisão contratual e/ou cumprimento de penalidades.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 – Será de responsabilidade da contratante:

- Fiscalizar o cumprimento do contrato;

b) Emitir o pagamento previsto no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

7.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – A dotação orçamentária será conforme abaixo:

Órgão	SECRETARIA DE ADM....
Unidade Orçamentária	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Funcional	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE
Fonte de Recursos	3390.3999 – APLICAÇÕES DIRETAS
Reduzido	011

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO

10.1 - O prazo de vigência inicia-se na assinatura do contrato, tendo seu término previsto para 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 26 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ ANDY'S LANCHONETE LTDA - ME
CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB/SC 16164

CONTRATO Nº 97/2017 - PMI

Publicação Nº 1472946

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MÓVEIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA EPP.

CT17/097

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua 600 nº 500, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú-SC inscrita no CNPJ sob o nº 11.943.540/0001-25, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de pedras abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº

8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1– O presente contrato tem como objeto a aquisição de móveis conforme especificações abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR R\$	MARCA
01	20	Carteira escolar infantil Confeccionada em tubo 7/8 com parede 1,06 com ponteiras internas tipo bola em poli-propileno com grade confeccionada em aço ¼ .Tampo medindo 500mmx350mm em mdf 15MM revestido com fórmica colorida lisa verde brilhante com acabamento com fita T PVC . O metal soldado através da solda mig tratada por banho de imersão, contra ferrugem e fosforizado para pintura epóxi pó poliéster na cor preta. Altura da carteira aproximadamente 580 mm Total Medindo ,500x350x580	76,61	Brinquedos Paraná
02	20	Cadeira escolar Cadeira escolar 4 pés c/ reforço, em tubo 7/8 parede 1,06 com ponteiras externas para os pés em polipropileno de alta resistência tipo bola, com altura do assento do chão até o assento 320 mm e do encosto do chão 580mm.assento/encosto em compensado semi-anatomico10 mm, o assento no tamanho 300x300mm e o encosto no tamanho 300x160cm revestida em fórmica lisa brilhante na cor colorida, verde fixação nas estruturas por meio de rebite de alumínio maciço de 5mm. Toda parte metálica deverá receber tratamento contra ferrugem e fosforizada, pintura epóxi pó poliéster na cor preta	73,67	Brinquedos Paraná
03	01	MESA L PÉ PAINEL DIR/ESQ Tampo constituído em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melâmínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda que acompanha todo o contorno da tampo é de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, com raio mínimo de 2,5 mm. Dotado com 1 passa caba de diâmetro de 60 mm em poliestireno injetado de alto impacto. 02 – Painel frontal em MDP de 15 mm de espessura, revestida em laminado melâmínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Bordas horizontais com acabamento em fita de PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Painel frontal fixado aos pés laterais e pé central da mesa, com cavilhas, parafusos minifix de aço e buchas em nylon. 02- Pés PAINEL em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melâmínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, bordas com acabamento em fita de PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. 01 – Pé Central, formado pela união de duas peças com auxílio de cavilhas, parafusos minifix de aço e buchas em nylon, resultando em um formato em L, constituídos em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melâmínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, bordas com acabamento em fita de PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Utiliza-se de sistema distanciador produzido em Zamac, com altura de 20mm para unir tampo e pés laterais, fixado com parafusos, possibilitando a montagem do tampo "L" dupla face, para direita ou esquerda. Pés contem sapatas reguláveis em PVC rígido com diâmetro de 22 mm, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso. Dimensões: 1400 LARG/1600 LARG X 600 PROF X 740 ALTURA. Cor: CINZA	400,75	Dismacenter
04	01	MESA RETA PÉ METAL Dimensões: 1800 LARG X 800 PROF X 740 ALTURA. Cor: Cinza 01 - Tampo constituído em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melâmínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda que acompanha todo o contorno da tampo é de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, com raio mínimo de 2,5 mm. Dotado com 1 passa caba de diâmetro de 60 mm em poliestireno injetado de alto impacto. 01 – PAINEL frontal em madeira MDP de 15 mm de espessura, revestida em laminado melâmínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Bordas horizontais com acabamento em fita de PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. PAINEL frontal fixado às estruturas laterais da mesa através de rebites de repuxo de aço, parafusos de aço e buchas metálicas. 02- Pés Metálicos, cuja composição se divide em pata, coluna, tampa interna e suporte do tampo. Pata fabricada em chapa de aço com espessura de 2,0 mm produzida pelo processo de estampo, garantindo em laudo teste de névoa salina contra corrosão de 600horas e coluna em chapa de aço com espessura de 0,9 mm, produzida pelo processo de estampo, em forma de meia cana, unidas pelo processo de solda MIG. Na coluna deverá haver uma tampa de fixação produzida por processo de dobra em chapa de aço 0,6 mm com sistema de fixação c/suporte de cremalheiras e fixação na coluna. Suporte do tampo fabricado em chapa de aço com espessura de 2mm, produzido pelo processo de estampo, fixado junto a Coluna por meio de solda MIG, tendo medidas da pata de larg 64 x prof 550 x alt 35 mm, coluna larg 38 x prof 180 x alt 650 e suporte de tampo larg 50 x prof 400 x alt 10. Todas as partes metálicas deverão ser submetidas a um pré-tratamento por nanocerâmica (base de zircônio) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200°C. Acabamento com sapatas em PVC rígido com diâmetro de 50 mm, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso. Dimensões: 1800 LARG X 800 PROF X 740 ALTURA. Cor: Cinza	677,73	Dismacenter

05	01	ARMARIO SUSPENSO SEM PORTA 01 – Tampo confeccionada em MDP, de 25mm de espessura, revestida em laminado melâmínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, bordas que contornam o tampo em PVC de 2,0 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Caixaria toda confeccionada em MDP, de 18mm de espessura, revestida em laminado melâmínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Sistema de fixação utilizando cavilhas, buchas plásticas e minifix. Utiliza cantoneira de 1,5mm de espessura, para aplicação interna, com capa plástica na cor do móvel, para fixar na parede com auxílio de bucha plástica de Ø8mm e parafuso Ø6 x 60mm. Dimensões: 450 LARG X 350 PROF X 410 ALTURA. Cor: cinza	103,13	Dismacenter
06	02	GAVETEIRO FIXO 3 GAVETAS Caixaria toda confeccionada em MDP, de 18mm de espessura, revestida em laminado melâmínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Gavetas internas confeccionados em MDP, de 15mm de espessura, revestido em ambas as faces em laminado melâmínico de baixa pressão texturizado com bordas em PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Frentes de Gaveta confeccionada em MDP, de 18mm de espessura, revestida em laminado melâmínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 0,7 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Sistema de fixação utilizando cavilhas, buchas plásticas e minifix. Deslizantes de abertura total em todas gavetas, utilizando na sua confecção chapas dobradas de 1,2mm de espessura no componente que é fixado junto a caixaria e no componente deslizante e chapa de 0,9mm fixada junto a gaveta. Puxadores em Poliestireno com entre furos de 128mm, com 2 dobras 90° totalizando altura de 25mm e largura total de 142mm. Fechadura com travamento simultâneo das 3 gavetas, com 2 chaves dobráveis. A fixação na parte inferior do tampo da mesa é feito por parafusos cabeça flangeada de 5mm de Ø x 35mm de comprimento. Dimensões: 350 LARG X 445 PROF X 470 ALTURA. Cor: cinza	276,40	Dismacenter
TOTAL				
4.740,00				

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1 – O pagamento do equipamento, objeto da presente licitação será feito em parcela única a favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após o recebimento do equipamento acompanhado da respectiva Nota Fiscal e recebimento do convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – As despesas decorrentes do equipamento/objeto do presente Contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2017 e terão as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto atividade	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Comp. Elemento	44.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte	33 -45

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

4.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

6.1 – O presente Contrato terá vigência a partir do dia 26.12.2017, com duração até 29.12.2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

7.1 – O presente instrumento, independente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0067/2017 – Pregão Presencial nº 0049/2017.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- a) entregar o objeto licitado na forma e prazo estipulado nos itens 1.1 até 1.3;
- b) arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade civil, trabalhista ou criminal;
- c) cumprir todas as cláusulas e as normas constantes do Processo de Licitação;
- d) entregar o objeto desta licitação, com seus manuais de orientação operacional e técnica;
- e) isentar o MUNICÍPIO de qualquer responsabilidade, inclusive inerente ao transporte e à segurança, ou de terceiros, até a efetiva entrega do objeto licitado;
- f) cumprir outras obrigações decorrentes do precedente processo licitatório ou em decorrências de disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho;
- g) entregar o equipamento em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da emissão do empenho pelo setor contábil do município, sob pena de desclassificação e penalidades daí decorrentes;

CLÁUSULA NONA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

9.1 – Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 26 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ FARIAS E FARIAS COM. DE MÓVEIS LTDA EPP
CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

CONTRATO Nº 98/2017 - PMI

Publicação Nº 1472948

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA ROBERTO & CIA LTDA.

CT17/098

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa ROBERTO & CIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. XV de novembro nº 818, Bairro Centro, na cidade de Joaçaba-SC inscrita no CNPJ sob o nº 85.248.680/0001-10, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de pedras abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666-93, nº 10.520-02 e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E VALOR

1.1– O presente contrato tem como objeto a aquisição de eletrodomésticos conforme especificações abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR R\$	MARCA
05	Unid.	Refrigerador / geladeira frost free, com no mínimo 342 litros	1.697,00	Eletrolux
06	Unid.	Freezer com no mínimo 121 litros	1.395,00	Eletrolux
07	Unid.	Lavadora de roupas automática, para o mínimo de 12kg	1.597,00	Eletrolux
08	Unid.	Micro-ondas mínimo de 30 litros	518,00	LG
TOTAL 5.207,00				

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1 – O pagamento do equipamento, objeto da presente licitação será feito em parcela única a favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após o recebimento do equipamento acompanhado da respectiva Nota Fiscal e recebimento do convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – As despesas decorrentes do equipamento/objeto do presente Contrato correrão a conta de dotação específica do orçamento do

exercício de 2017 e terão as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto atividade	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Comp. Elemento	44.90.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte	33 - 45

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

4.2 – Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

6.1 – O presente Contrato terá vigência a partir do dia 26.12.2017, com duração até 29.12.2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

7.1 – O presente instrumento, independente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0067/2017 – Pregão Presencial nº 0049/2017.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – Será de responsabilidade da contratada:

- a) entregar o objeto licitado na forma e prazo estipulado nos itens 1.1 até 1.3;
- b) arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade civil, trabalhista ou criminal;
- c) cumprir todas as cláusulas e as normas constantes do Processo de Licitação;
- d) entregar o objeto desta licitação, com seus manuais de orientação operacional e técnica;
- e) isentar o MUNICÍPIO de qualquer responsabilidade, inclusive inerente ao transporte e à segurança, ou de terceiros, até a efetiva entrega do objeto licitado;
- f) cumprir outras obrigações decorrentes do precedente processo licitatório ou em decorrências de disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho;
- g) entregar o equipamento em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da emissão do empenho pelo setor contábil do município, sob pena de desclassificação e penalidades daí decorrentes;

CLÁUSULA NONA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

9.1 – Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 26 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

ROBERTO & CIA LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:
Nome: Nome:
CPF: CPF:
Paula Pasqual
OAB.SC 16.164

DECRETO 1769/2017

Publicação Nº 1472823

DECRETO Nº. 1769 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

Homologa aprovados referente Processo Seletivo - Edital nº 0001/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologados os aprovados referentes ao edital de processo seletivo nº 0001/2017 conforme relação anexo:

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009

Iomerê, 05 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3101/2017

Publicação Nº 1472828

PORTARIA Nº 3101 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede Férias Coletivas a servidores da Creche municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias Coletivas a servidores da Creche Municipal, pelo período de 15 dias a contar de 20/12/2017 a 03/01/2018, conforme relação:

Servidor Período Aquisitivo

ANDREA JUNGUES	01/03/17 a 28/02/18
ANDREIA FANTINEL	13/03/17 a 12/03/18
JUCIELI AP. CAMARGO DA SILVA	01/08/17 a 31/07/18
MARTHA SCHOROR	01/08/17 a 31/07/18
CASSIANE FATIMA PIACENTINI	01/03/17 a 28/02/18
VALDENEIA KRAUCHUK	01/06/17 a 31/05/18
FRANCISLAINE BARONCELLO	01/06/17 a 31/05/18
ZÉLIA MARIA SANTINI	01/02/17 a 31/01/18

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3102/2017

Publicação Nº 1472829

PORTARIA Nº 3102 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Exonera Servidor de Cargo Comissionado

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a partir de 29 de dezembro de 2017 a sra. PAULA PASQUAL, inscrita no CPF nº 021.122.879-66 do cargo comissionado de Assessor Jurídico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 20 de dezembro de 2017.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 3103/2017

Publicação Nº 1472831

PORTARIA Nº 3103 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal DALVA CANDIAGO BALDISSERA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 23/02/2017 a 22/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3104/2017

Publicação Nº 1472833

PORTARIA Nº 3104 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal SIMONE CANTU

CENTOFANTI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 23/02/2017 a 22/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3105/2017

Publicação Nº 1472834

PORTARIA Nº 3105 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal DEISE CANTU PAGANINI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/09/2016 a 31/08/2017 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3106/2017

Publicação Nº 1472835

PORTARIA Nº 3106 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal MARIA ZANETTI ZAGO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/04/2017 a 31/03/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3107/2017

Publicação Nº 1472836

PORTARIA Nº 3107 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal TEJIANE LEILA HENNE PASTORE, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 08/08/2017 a 07/08/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3108/2017

Publicação Nº 1472838

PORTARIA Nº 3108 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal EDINA NAVA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 28/02/2016 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3109/2017

Publicação Nº 1472839

PORTARIA Nº 3109 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal VANIA AP. CELLA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3110/2017

Publicação Nº 1472841

PORTARIA Nº 3110 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal SIMONE VALMORBIDA CENDRON, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2017 a 06/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3111/2017

Publicação Nº 1472860

PORTARIA Nº 3111 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal VIVANE MERY FACCIN EBELING, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2017 a 06/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3112/2017

Publicação Nº 1472861

PORTARIA Nº 3112 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal MONICA STEFANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2016 a 06/02/2017 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3113/2017

Publicação Nº 1472862

PORTARIA Nº 3113 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal ANA PAULA MICHELON MENEGON, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2017 a 06/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3114/2017

Publicação Nº 1472864

PORTARIA Nº 3114 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal JAQUELINE MARIA MENEGUZZI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2017 a 06/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3115/2017

Publicação Nº 1472865

PORTARIA Nº 3115 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal ROBSON FERNANDO VOLPATO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07/02/2017 a 06/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3116/2017

Publicação Nº 1472866

PORTARIA Nº 3116 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal CAROLINE SIPP ZARDO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 19/07/2016 a 18/07/2017 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3117/2017

Publicação Nº 1472867

PORTARIA Nº 3117 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal INÊS KUMIECHICK MARIANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 19/02/2017 a 18/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3118/2017

Publicação Nº 1472868

PORTARIA Nº 3118 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal SABRINA PESSIN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 11/02/2017 a 10/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3119/2017

Publicação Nº 1472869

PORTARIA Nº 3119 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal PAULO EDUARDO GONÇALVES DA SILVA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 11/02/2017 a 10/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3120/2017

Publicação Nº 1472870

PORTARIA Nº 3120 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal KATIA GOTTSSELIG, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 11/02/2017 a 10/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3121/2017

Publicação Nº 1472871

PORTARIA Nº 3121 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal ELIANE DOS SANTOS DE SOUZA MEZAROA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 11/02/2017 a 10/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3122/2017

Publicação Nº 1472872

PORTARIA Nº 3122 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal JANAINA AP REQUES, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 11/02/2017 a 10/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3123/2017

Publicação Nº 1472874

PORTARIA Nº 3123 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal FABIANA MARA RUBINI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 11/02/2017 a 10/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3124/2017

Publicação Nº 1472877

PORTARIA Nº 3124 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal BARBARA ABATI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 11/02/2017 a 10/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos

Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3125/2017

Publicação Nº 1472878

PORTARIA Nº 3125 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal FABIANE SOVRANI FERNANDES, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04/08/2017 a 03/08/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3126/2017

Publicação Nº 1472879

PORTARIA Nº 3126 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal CESAR DACOL, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 11/02/2017 a 10/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3127/2017

Publicação Nº 1472880

PORTARIA Nº 3127 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal MICHEL LEOBET, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/03/2017 a 14/03/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3128/2017

Publicação Nº 1472881

PORTARIA Nº 3128 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal ISABELA ANGELA NEUMANN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/04/2017 a 31/03/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3129/2017

Publicação Nº 1472882

PORTARIA Nº 3129 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal SUELI DAIANE ARNHOLD ANSILIERO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3130/2017

Publicação Nº 1472883

PORTARIA Nº 3130 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal NELCI SALETE SEVERO DALMOLIN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/04/2017 a 31/03/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3131/2017

Publicação Nº 1472884

PORTARIA Nº 3131 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal JUDITE B. BORGHA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/10/2016 a 30/09/2017 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3132/2017

Publicação Nº 1472885

PORTARIA Nº 3132 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal ELIANE ANSILIERO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/02/2017 a 14/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3133/2017

Publicação Nº 1472887

PORTARIA Nº 3133 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal FRANCIELI MARIANI PASQUAL, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/02/2017 a 14/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3134/2017

Publicação Nº 1472889

PORTARIA Nº 3134 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal IRIBERTO VOLPATO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2015 a 13/10/2016 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3135/2017

Publicação Nº 1472890

PORTARIA Nº 3135 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal DAIANA AMALIA CHAVES, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/05/2016 a 01/05/2017 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3136/2017

Publicação Nº 1472891

PORTARIA Nº 3136 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal IZABETE BADO MARIANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 26/02/2017 a 25/02/2018 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 3137/2017

Publicação Nº 1472892

PORTARIA Nº 3137 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal ISABELA RECH BISCAIRO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/02/2016 a 31/01/2017 a contar de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 27 de dezembro de 2017
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Sec. de Adm e Finanças

Ipira

PREFEITURA

CONTRATOS 081-097-FMS

Publicação Nº 1473072

21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 642 81/2017 0 1
A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 2092,00 8999 ALTERMED Materiais Médicos Hospitalares Ltda. J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 643 82/2017 0 1
A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 1572,00 102137 ANA MARIA PIRES BELEM - ME J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 644 83/2017 0 1
A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 5989,00 102036 ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 645 84/2017 0 1
A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 1448,70 102305 CCK COMERCIAL EIRELI - EPP J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 646 85/2017 0 1
A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 14676,79 102038 CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - EP J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 647 86/2017 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos

e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 7436,00 102514 CMED SERVICOS TECNICOS E DISTRIBUIDORA LTDA - ME J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 648 87/2017 0 1
A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 5925,00 102515 COOPERMEDICA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - M J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 649 88/2017 0 1
A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 8643,03 7312 DUCA MOVEIS LTDA - EPP J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 650 89/2017 0 1
A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 960,20 102298 G D C DA SILVA COSTA - EIRELI - EPP J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 651 90/2017 0 1
A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 1693,80 102041 K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 652 91/2017 0 1
A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº

10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 9810,98 101563 L.A.CN INFORMATICA LTDA - ME J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA 21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 653 92/2017 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 3950,00 102516 LUIS CESAR REIS - EPP J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA 21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 654 93/2017 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 1010,00 102517 MORIMED COMERCIAL EIRELI - EPP J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA 21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 655 94/2017 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 1198,00 102061 POSSATTO & POSSATO LTDA - ME J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA 21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 656 95/2017 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 8402,64 6197 TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMATICA E ESCRITORIO J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA 21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 657 96/2017 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 9268,00 102518 TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA 21/12/2017 21/12/2018 21/12/2017 2017 13 658 97/2017 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais diversos para saúde (equipamentos de enfermagem, condicionador de ar e mobiliários), tudo conforme

propostas nº 10456.203000/1160-01, nº 10456.203000/1140-06, nº 10456.203000/1140-07 e nº 10456.203000/1140-08 - Ministério da Saúde, para as Unidades Municipais Básicas de Saúde e eletrodomésticos e mobiliário em geral para as Secretarias Municipais de Educação e Desporto, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Cultura. 6990,00 102042 VMLX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LT J 1 0 0 0 31 C 0 0 14 PE 5 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

Decreto 219/17

Publicação Nº 1473518

DECRETO MUNICIPAL Nº 219 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO DE TRIBUTOS/TAXAS EM DÍVIDA ATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos XXXI, do Art. 109 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 43, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº. 057, de 28 de Setembro de 2005, pelo qual autoriza o cancelamento dos créditos tributários cujo lançamento originário ou inscrição em Dívida Ativa tenha ocorrido com vício, imperfeição ou qualquer motivo que caracterize o crédito tributário como indevido;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 14.266, de 21 de Dezembro de 2007, pela qual suspende os processos de execução fiscal de valor inferior a um salário mínimo;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Setor de Tributos, bem como a Contabilidade do Município a realizar a baixa contábil do valor de R\$ 4.328,11 (quatro mil, trezentos e vinte e oito reais e onze centavos), referente aos créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, bem como os devidos acréscimos legais.

Art. 2º. Deverá o Setor de Tributos bem como a contabilidade proceder ao cancelamento das seguintes Inscrições em Dívida Ativa:

Nome do contribuinte	Natureza do débito	Data do vencimento	Motivo do cancelamento	Valor Original (R\$)	Valor Atual (R\$)
JAIR PEDRINHO RODRIGUES	SERVIÇO VETERINÁRIO	31/01/2012	Valor baixo para cobrança judicial	12,00	29,41
ADEMAR BACK	ISSQN FIXO E TAXA DE LICENÇA E/OU LOCALIZAÇÃO	31/03/2012 10/03/2012 10/03/2012 10/04/2012 10/05/2012 10/06/2012 10/07/2012 10/08/2012 10/09/2012 10/10/2012 10/11/2012	Valor baixo para cobrança judicial	200,70	479,49
CANISIO WELCHEN	ISSQN FIXO, TAXA DE LICENÇA E/OU LOCALIZAÇÃO E TAXA DO ALVARÁ DE CONS-TRUÇÃO	10/01/2012 18/05/2012 31/03/2012 10/03/2012 10/03/2012 10/04/2012	Valor baixo para cobrança judicial	382,68	924,73
IARA FATIMA SOLDI	IPTU E TAXAS	10/04/2012 10/04/2012 10/04/2012 10/04/2012 10/04/2012	Valor baixo para cobrança judicial	253,20	609,92
TRANSPORTES JANIEL LTDA - ME	TAXA DE LICENÇA E/OU LOCALIZAÇÃO	31/03/2012	Valor baixo para cobrança judicial	223,00	540,36

JULIO CESAR SILVA DOS SANTOS	ISSQN FIXO E TAXA DE ALVARÁ DE LICENÇA E/OU LOCALIZAÇÃO	31/03/2012 10/03/2012 10/03/2012 10/04/2012 10/05/2012 10/06/2012 10/07/2012 10/08/2012 10/09/2012 10/10/2012 10/11/2012 10/12/2012 20/12/2012	Valor baixo para cobrança judicial	227,46	540,93
AGROBEL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS	ISS RETIDO NA FONTE	10/11/2012	Valor baixo para cobrança judicial	30,00	69,29
SIDIO KORD	TRATOR ESTEIRA D-41PARA RERRAPLENAGEM	08/08/2012	Prescrição e valor baixo para cobrança judicial	267,60	629,47
CELSE ADRIANO SCHMITZ	TAXA DE LICENÇA E/OU LOCALIZAÇÃO	31/03/2015	Lançamento de forma incorreta, taxa isenta para MEI	79,50	127,98
NELCI DE ALMEIDA CASTRO	TAXA DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇO – CANCELADO O PARCELAMENTO	13/10/2007 27/10/2007 21/11/2007 05/09/2008	Prescrição e valor baixo para cobrança judicial	97,89	376,53
Total R\$:				1.774,03	4.328,11

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iporã do Oeste – SC, 22 de dezembro de 2017.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

NEREU JOSÉ BARTH
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATOS ADITIVOS

Publicação Nº 1473448

Termo Aditivo nº 02-011/2017

Contrato nº 011/2015

Partes: Município de Iporã do Oeste e Telefonica Brasil S.A.

Objeto: Contratação de empresa especializada, devidamente autorizada pela Agencia Nacional de Telecomunicações ANATEL para prestação de serviços de telefonia movel.

Processo Administrativo: 115/2015

Pregão: 040/2015

Valor Mensal R\$ 3.283,09

Valor Total R\$ 39.397,08

Finalidade: Renovação e Prorrogação

Vigencia – 31.12.2017 a 31.12.2018

Data Assinatura: 26.12.2017

Lucio Mallmann – Prefeito Municipal

Termo Aditivo nº 06-064/2017

Contrato nº 064/2014

Partes: Município de Iporã do Oeste e IPM Informatica Ltda.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INFORMATICA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PUBLICA EM AMBIENTE WEB E SERVIÇOS DE INFORMATICA, PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

Processo Administrativo: 039/2014

Pregão: 008/2014
Valor Mensal R\$ 11.496,44
Valor Total R\$ 137.957,28
Finalidade: Renovação e Prorrogação
Vigencia – 31.12.2017 a 31.12.2018
Data Assinatura: 26.12.2017
Lucio Mallmann – Prefeito Municipal

Ipuacú

PREFEITURA

1 ADTO CT PREF 60.2017 VITAL ENGENHARIA

Publicação Nº 1473410

DATA ADTO 26/12/2017.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 60 DE 29 DE AGOSTO DE 2017.

PRIMEIRO ADTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU E A CONTRATADA VITAL ENGENHARIA LTDA EPP – AMPLIAÇÃO DE PRAZO E ALTERAÇÃO DA CLAUSULA CONTRATUAL QUINTA- DO PAGAMENTO.

CONTRATADA: VITAL ENGENHARIA LTDA EPP CNPJ sob n.º 05.194.635/0001-90

Considerando justificativa técnica apresentada pelo setor de engenharia e convênios do município de Ipuacú, mediante deferimento da senhora prefeita municipal nesta data.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES LEGAIS

O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho 2002, na Lei Complementar nº. 123/2006, de 14 de dezembro 2006, na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº. 8.883, de 08 de junho de 1994, e pela Lei nº. 9.648, de 27 maio de 1998, e na Tomada de Preços nº 08/2017 Processo de Licitação PREF 44/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO.

O presente termo aditivo consiste na alteração da clausula contratual quinta da forma de pagamento e do prazo de vigência e clausula sétima da vigência contratual.

A clausula quinta perfazia com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE.

5.1 – O preço dos serviços é de R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil com novecentos reais)

5.2 – A CONTRATANTE pagará o valor a contratada ao final da prestação de serviços.

E passa com este termo aditivo a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE.

5.1 – O preço dos serviços é de R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil com novecentos reais)

5.2 – A CONTRATANTE pagará o valor a contratada ao final da prestação de serviços da seguinte forma:

a) 80% no ato de protocolo do projeto junto a FUNASA;

b) 20% no ato de aprovação do projeto junto a FUNASA.

Altera-se ainda as disposições da clausula sétima:

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO.

7.1 O presente contrato terá vigência de 29 de agosto de 2017 à 28 de dezembro de 2017 podendo ser prorrogado pelas partes mediante a aprovação da contratante para efeitos de pagamentos. Sendo para efeitos de execução o prazo de 30 dias a contar do recebimento da ordem de serviços.

E passa com este termo aditivo a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO.

7.1 O presente contrato terá vigência de 29 de agosto de 2017 à 28 de junho de 2018 podendo ser prorrogado pelas partes mediante a aprovação da contratante para efeitos de pagamentos. ...

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.335 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2.017

Publicação Nº 1473152

DECRETO Nº 2.335 de 20 de dezembro de 2.017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 551.500,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.788 de 20 de dezembro de 2.016 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.017 – LDO e dá outras providências e combinado com os incisos I e II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I ao III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.793 de 14 de dezembro de 2.016, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.017 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 1, Projeto/Atividade 04.122.0002.2.002 - Gestão das Políticas e Ações Vinculadas ao Gabinete do Prefeito e Vice, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 2 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL, Unidade 1 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, no valor de R\$ 16.000,00.

II. Código reduzido 6, Projeto/Atividade 03.091.0003.2.092 - Gestão das Ações do PROCON, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 4.500,00.

III. Código reduzido 9, Projeto/Atividade 04.122.0003.2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 59.000,00.

IV. Código reduzido 13, Projeto/Atividade 28.846.0000.0.002 - Gestão dos Gastos de Pessoal Inativos e Pensionistas - Administrativo, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 74.500,00.

V. Código reduzido 14, Projeto/Atividade 04.121.0003.2.004 - Gestão das Ações do Departamento de Planejamento e Finanças, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 16.000,00.

VI. Código reduzido 30, Projeto/Atividade 26.782.0026.2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 21.500,00.

VII. Código reduzido 38, Projeto/Atividade 12.361.0012.2.036 - Gestão das Políticas do Ensino Público Municipal, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO,

CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 16.500,00.

VIII. Código reduzido 40, Projeto/Atividade 12.361.0012.2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 3.500,00.

IX. Código reduzido 41, Projeto/Atividade 12.361.0012.2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0018 - Recursos Transferências Fundef 60%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 117.000,00.

X. Código reduzido 42, Projeto/Atividade 12.361.0012.2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 3.500,00.

XI. Código reduzido 53, Projeto/Atividade 12.365.0012.2.041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 2.000,00.

XII. Código reduzido 54, Projeto/Atividade 12.365.0012.2.041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0018 - Recursos Transferências Fundef 60%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 27.300,00.

XIII. Código reduzido 55, Projeto/Atividade 12.365.0012.2.041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 57.700,00.

XIV. Código reduzido 63, Projeto/Atividade 27.812.0025.2.060 - Gestão das Políticas e Ações do Desporto e Lazer Comunitário, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 15.500,00.

XV. Código reduzido 66, Projeto/Atividade 20.605.0019.2.050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 30.500,00.

XVI. Código reduzido 73, Projeto/Atividade 20.609.0019.2.052 - Gestão das Ações de Vigilância e Inspeção Sanitária - SIF e SIM, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 17.500,00.

XVII. Código reduzido 77, Projeto/Atividade 08.243.0032.2.069 - Gestão das Ações do Conselho Tutelar e CMDCA, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 2.000,00.

XVIII. Código reduzido 80, Projeto/Atividade 08.244.0032.2.095 - Assistência Social Básica, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 12.000,00.

XIX. Código reduzido 100, Projeto/Atividade 15.452.0027.2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 25.000,00.

XX. Código reduzido 4, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 30.000,00.

TOTAL GERAL
R\$ 551.500,00

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 294.000,00.

II. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 22.000,00.

III. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 30.000,00.

IV. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0018 - Recursos Transferências Fundef 60%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 144.300,00.

V. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 61.200,00.

TOTAL GERALR\$ 551.500,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 20 de dezembro de 2017.

Ipumirim-SC, 20 de dezembro de 2017
Hildo Carlos Sabadin
Prefeito em exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017/CMV

Publicação Nº 1473171

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

OBJETO - Processo de Dispensa de Licitação derivado de solicitação para apresentação de orçamentos pela Câmara de Vereadores de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, tendo por objeto a aquisição de tintas, lixas, massa niveladora, fita crepe, massa reparadora, e

fundo preparador destinados a pintura externa do prédio onde esta instalada a Câmara de Vereadores.

FORNECEDOR: Concórdia Tintas

FUNDAMENTO LEGAL - Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998). (grifamos).

JUSTIFICATIVA - A Câmara de Vereadores solicitou apresentação de orçamento à revendedores de tintas localizados na cidade de Ipumirim e Concórdia, com objetivo de efetuar aquisição de tintas, lixas, massa niveladora, massa reparadora, fita crepe e fundo preparador para pintura externa do prédio onde esta instalada a Câmara de Vereadores.

Vencido o prazo estipulado para as empresas interessadas apresentassem seus orçamentos, a Câmara recebeu 5 propostas, com a apresentação de preços, conforme cotação a seguir:

- 1 - JK Tintas e Pinturas - Valor apresentado R\$ 6.839,50;
- 2 - ILC - Tintas e Pinturas - Valor apresentado - R\$ 7.660,00;
- 3 - Concórdia Tintas - Valor apresentado - R\$ 6.189,50;
- 4 - Luciane Aparecida Martini - ME - Valor apresentado - R\$ 7.378,00;
- 5 - Pisocenter Materiais para Construção - Valor apresentado - R\$ 6.529,43.

Ficando constatado que a Empresa Concórdia Tintas foi a que apresentou o menor preço.

As despesas decorrentes do Presente Processo de Dispensa de Licitação correrão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicação Direta.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo.

TOTAL GERAL - R\$ 6.189,50 (seis mil cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

(ART. 24, I e II, da Lei de Licitações e Contratos - 8666/93)

A dispensa de licitação com base no artigo 24, incisos I e II, tem seu limite vinculado a 10% do valor do convite, ou seja, R\$ 8 mil para compras e R\$ 15 mil para obras. Toda contratação por dispensa de licitação, sobretudo aquelas consignadas nos incisos I e II, são de caráter excepcional e de pequeno valor. Se a compra revelar-se de maior monta e, ainda, previsível, o procedimento adequado seria o da realização de licitação. (grifamos).

Fonte - <http://licitacao.com.br/apoio-juridico/artigos/525-dispensa-de-licitacao.html>. Acesso em 28 de agosto as 16hs15min.

Desta forma, e considerando que os valores a serem pagos pela Câmara de Vereadores para a aquisição dos produtos será de R\$ 6.189,50 (seis mil cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

O Presente Processo de Dispensa de Licitação encontra respaldo no art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 face os motivos já expostos.

Diante dos fatos apresentados, a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores Edita Processo de Dispensa de Licitação para a aquisição dos produtos identificados no objeto do presente Processo e constantes da proposta considerada a mais vantajosa apresentada.

Ipumirim - SC, 26 de dezembro de 2017.
Ezequiel Canton
Presidente em exercício

Mauro Antonio Gabardo
Primeiro Secretário

Gilson Conte
Segundo Secretário

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017/CMV

Publicação Nº 1473296

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

OBJETO - Processo de Dispensa de Licitação derivado de solicitação para apresentação de orçamentos pela Câmara de Vereadores de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, tendo por objeto a aquisição piso de lâmina, rodapés e acabamento, para reforma de assoalho da Mesa Diretora.

FORNECEDOR: .Pisocenter

FUNDAMENTO LEGAL - Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998). (grifamos).

JUSTIFICATIVA - A Câmara de Vereadores solicitou apresentação de orçamento à revendedores de piso e material de construção localizados na cidade de Ipumirim e Concórdia, com objetivo de efetuar aquisição de piso de lâmina, rodapés e acabamento, para reforma do assoalho onde esta instalada a Mesa Diretora da Câmara.

Vencido o prazo estipulado para as empresas interessadas apresentassem seus orçamentos, a Câmara recebeu uma única proposta, com a apresentação de preços, conforme cotação a seguir:

1 - Pisocenter Materiais para Construção - Valor apresentado - R\$ 3.880,35.

As despesas decorrentes do Presente Processo de Dispensa de Licitação correrão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

4.4.90.92.51.00.00.00.01.0000 - Obras e Instalações.

TOTAL GERAL - R\$ 3.880,35 (três mil oitocentos e oitenta reais e trinta e cinco centavos)

DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

(ART. 24, I e II, da Lei de Licitações e Contratos - 8666/93)

A dispensa de licitação com base no artigo 24, incisos I e II, tem seu limite vinculado a 10% do valor do convite, ou seja, R\$ 8 mil para compras e R\$ 15 mil para obras. Toda contratação por dispensa de licitação, sobretudo aquelas consignadas nos incisos

I e II, são de caráter excepcional e de pequeno valor. Se a compra revelar-se de maior monta e, ainda, previsível, o procedimento adequado seria o da realização de licitação. (grifamos).

Fonte - <http://licitacao.com.br/apoio-juridico/artigos/525-dispensa-de-licitacao.html>. Acesso em 28 de agosto as 16hs15min.

Desta forma, e considerando que os valores a serem pagos pela Câmara de Vereadores para a aquisição dos produtos será de R\$ 3.880,35 (três mil oitocentos e oitenta reais e trinta e cinco centavos)

O Presente Processo de Dispensa de Licitação encontra respaldo no art. 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 face os motivos já expostos.

Diante dos fatos apresentados, a Mesa Diretora da Câmara de Vereadores Edita Processo de Dispensa de Licitação para a aquisição dos produtos identificados no objeto do presente Processo e constantes da proposta considerada a mais vantajosa apresentada.

Ipumirim - SC, 26 de dezembro de 2017.

Ezequiel Canton
Presidente em exercício

Mauro Antonio Gabardo
Primeiro Secretário

Gilson Conte
Segundo Secretário

PORTARIA Nº. 581/2017 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474198

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A JOCELINA COMELLI DE ANDRADE, matrícula 1662, Licença Prêmio de 15 (quinze) dias, relativo ao período aquisitivo de 2010 a 2015, e gozo de 26/12/2017 a 09/01/2018.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 26 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 26 de dezembro de 2017.
Volnei Antonio Schmidt
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº.582/2017 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474201

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NO CARGO EM CARATER TEMPORARIO DE PROFESSORA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro

de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE

A LEONICE MARCIA BRAATZ WILDNER, matrícula 2277, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim - SC, Carteira de Identidade nº. 1103728789 e do CPF sob o nº. 023.928.919-66, no cargo em caráter temporário de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, licença gestação de 180 (Cento e oitenta) dias, para o período de 18 de Dezembro de 2017 a 15 de junho de 2018, conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 18 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 26 de dezembro de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 049/2017

Publicação Nº 1473391

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Iraceminha
Processo Licitatório 83/2017
Edital de Pregão Presencial 049/2017

Objeto: O objeto do presente Edital consiste na contratação de empresa para regularização de confrontações de pontos cardeais e confinantes, por processo administrativo, dos imóveis matriculados sob o nº 15.256 e 4.398 na Comarca de Maravilha – SC e o imóvel matriculado sob o nº 1.914 na Comarca de Cunha Porã – SC. Necessitam retificação em função do desmembramento da área destinada ao cemitério ter sido feito erroneamente, sendo necessária a realização do levantamento topográfico e demais procedimentos administrativos para ajustes dos referidos imóveis.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 09/01/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 27 de dezembro de 2017.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 273/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473317

PORTARIA Nº 273/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determinam os Artigos 12 a 21 da Lei Complementar Municipal nº 42/2003 de 14 de Julho de 2009 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar Municipal 43/2009 de 14 de Julho de 2009 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

DESIGNAR, a Sra. MARISA ROSANE FORGERINE MORAES, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Saúde Pública, a responder como DIRETORA DE SAÚDE, a partir desta data, percebendo a gratificação de 50% conforme determina o Art.53º da Lei Complementar Municipal nº 042/2009, de 14 de Julho de 2009.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

PORTARIA Nº 274/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473321

PORTARIA Nº 274/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar nº 42/2009 de 14 de Julho de 2009, Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 30 dias, ao Servidor Público Municipal, ALEXSANDRO PERON, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, no período de no período de 26 de Dezembro de 2017 a 24 de Janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 03/12/2014 A 02/12/2015, sendo que o mesmo recebeu os valores provenientes das férias na folha de 03/2016 mas não usufruiu os dias.

Art.2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha 15 de Dezembro de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Irani

PREFEITURA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 36/2017

Publicação Nº 1473631

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2017

OBJETO: Locação de um lote urbano com 791,10 m² (setecentos e noventa e um metros e dez centímetros quadrados) e uma casa de alvenaria com 170 m² (Cento e setenta metros quadrados) sito a Rua Antonio Ernani Luz Guerreiro ,218, Bairro Santo Marcon, Irani – SC destinada ao funcionamento da CRECHE MUNICIPAL SONHO MÁGICO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: OSMAR LORASCHI

VALOR: R\$ 12.600,00 (Doze mil e seiscentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso X do artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018.

Irani, SC, 26 de dezembro de 2017.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 008/2017 FMS

Publicação Nº 1473639

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2017/FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2017/FMS

OBJETO: Celebrar convênio que tem por objeto o estabelecimento de um sistema de cooperação técnico-financeira entre o IRANI/FMS e o HOSPITAL SÃO FRANCISCO - BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL, objetivando a manutenção de atendimento médico de urgência e emergência aos habitantes do IRANI/FMS, em regime de sobreaviso, no Pronto Socorro do HOSPITAL.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONVENIENTE: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL – Hospital São Francisco

VALOR: R\$ 55.902,36 (Cinquenta e cinco mil novecentos e dois reais e trinta e seis centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Caput do artigo 25, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018.

Irani, SC, 26 de dezembro de 2017.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2017

Publicação Nº 1473182

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2017

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que realizou Dispensa de Licitação nº 010/2017, em prol da CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, CNPJ nº. 12.075.748/0001-32, visando repasse de recursos para pagamento das despesas de serviços de telefonia móvel para o exercício 2018. O valor a ser pago é de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais). Fundamentação legal: Art. 24, inciso XXVI da Lei nº. 8.666/93. Itá SC., 26 de dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2017

Publicação Nº 1473185

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2017

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que realizou Dispensa de Licitação nº 011/2017, em prol da CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, CNPJ nº. 12.075.748/0001-32, visando contratação dos serviços de desenvolvimento e gestão de contratações compartilhadas para o exercício 2018. O valor a ser pago é de R\$ 32.940,00 (Trinta e dois mil novecentos e quarenta reais). Fundamentação legal: Art. 24, inciso XXVI da Lei nº. 8.666/93. Itá SC., 26 de dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 100/2016

Publicação Nº 1473484

Nº ADITIVO: 6º

Nº CONTRATO: 100/2016

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: CETARB Comércio de Minérios Ltda.

OBJETO: fica prorrogado o Contrato até 30/05/2018, a contar de 1º/01/2018.

Itaiópolis, 12/12/2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

EXTRATO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 37/2017

Publicação Nº 1473490

Nº ADITIVO: 1º

Nº CONTRATO: 37/2017

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Gente Seguradora S.A

OBJETO: inclusão de seguro para o veículo ambulância, Sprinter Furgão, placa QIU7509. Valor: R\$ 2.040,95. Itaiópolis, 26/12/2017. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

Itapema

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 62 - ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 38, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2011 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA

Publicação Nº 1473306

Lei Complementar nº 62, de 22 de dezembro de 2017

Altera a Lei Complementar nº 38, de 05 de dezembro de 2011 – Código Tributário do Município de Itapema - SC.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Ficam alterados os artigos, parágrafos, incisos e alíneas da Lei Complementar nº 38, de 05 de dezembro de 2011 – Código Tributário do Município de Itapema - SC, conforme as seguintes redações:

...

Art. 23. ...

...

VI - ...

...

e) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

...

Art. 49. ...

...

VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;

...

Art. 57. ...

Parágrafo único. Considera-se autoridade administrativa para esta Lei, o Secretário de Finanças.

...

Art. 72. Os débitos objeto de parcelamentos já cancelados poderão ser reparcelados. Na negociação de reparcelamento poderão ser incluídos novos débitos após a compensação do pagamento efetuado em parcela única, correspondente a vinte por cento (20%) do saldo devedor, conforme determinem as normas regulamentares.

...

Art. 73. O parcelamento dos créditos tributários, inscritos em dívida ativa, poderá ser concedido em até trinta e seis (36) parcelas mensais e sucessivas. (NR)

...

Art. 86. O pagamento poderá ser efetuado por qualquer meio de liquidação.

...

Art. 90. É lícito ao Município:

I - contratar instituições financeiras para receberem tributos municipais;

II – em processo de Recuperação Fiscal;

III - parcelamento ou negociações por meio de Mutirões Judiciais. Parágrafo único. A participação na recuperação fiscal prevista no inciso II deste artigo, somente será possível para contribuintes cujo crédito tributário esteja inscrito em dívida ativa há dois (2) anos ou mais, contados da data do início do Refis. (NR)

...

Art. 96. ...

...

Parágrafo 1º. A prescrição dos créditos tributários, na fase administrativa, poderá ser reconhecida de ofício pelo Secretário Municipal de Finanças ou pela Autoridade Fiscal Administrativa com o parecer do Procurador Geral do Município.

...

Art. 97. A forma e as condições da extinção do crédito tributário pela dação em pagamento de bens imóveis deverá ser efetuada com despacho do Chefe do Poder Executivo ou do Secretário Municipal de Finanças, com parecer do Procurador Geral do Município, mediante lei específica.

...

Art. 99. A isenção é sempre decorrente de lei específica, a qual especifica objetivamente as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

...

Art. 108. A restituição total ou parcial será igual ao desembolso, atualizada conforme o art. 85 desta Lei, pelos mesmos índices aplicáveis ao recolhimento em atraso.

...

§2º O pedido de restituição deverá ser analisado pelo Secretário Municipal de Finanças, no prazo máximo de noventa (90) dias, a contar do protocolo na repartição fiscal.

§3º Revogado

...

Art. 132. O lançamento do IPTU será procedido de ofício pela autoridade administrativa, anualmente, no início de cada exercício financeiro, com base nos dados constantes no cadastro imobiliário do Município.

§1º O lançamento deverá ser feito para cada unidade imobiliária autônoma, nos termos da lei específica.

...

Art. 158. O imposto poderá ser fixado a critério da autoridade

fiscal, a partir de base de cálculo estimada, nos seguintes casos:

...
§3º A autoridade administrativa é competente para fixar a base de cálculo por estimativa, conforme o caso.

...
§4º A fixação da estimativa ou sua revisão, será efetuada em procedimento regular em que constem os elementos que fundamentam a apuração do valor da base de cálculo estimada, com a assinatura da autoridade administrativa, bem como a cientificação do contribuinte ou sujeito passivo responsável.

...
§7º Os valores fixados por estimativa constituirão lançamento definitivo do imposto, ressalvada à autoridade administrativa, a qualquer tempo:

...
IV – nos serviços prestados nos itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços em anexo, havendo divergência na aplicabilidade do inciso III, do artigo 158, desta Lei, a autoridade administrativa, aplicar a aferição indireta prevista em legislação específica.

...
V – persistindo a divergência prevista no inciso IV, do §7º do artigo 158, desta Lei, será aplicado o artigo 159, desta Lei, pela autoridade administrativa.

...

Art. 160. ...

...
§4º Na utilização do inciso II, do artigo 160, desta Lei, em se tratando dos serviços previstos nos itens 7,02, 7.04 e 7,05 da Lista de Serviços, a apuração dos preços correntes poderá ser feita com a utilização de pesquisas de mercado efetuadas por órgãos oficiais ou entidades representantes de classe; ou de relatórios/declarações apresentadas pelo contribuinte e elaboradas por profissional com responsabilidade técnica.

...

Art. 183. ...

...
§3º A inscrição deverá ser concedida ao sujeito passivo mediante a simples apresentação do instrumento constitutivo e da inscrição no CNPJ, sendo vedada a exigência de qualquer outra formalidade ou documento.

...

Art. 185. ...

...
III - nome, qualificação, telefones, e endereço para correspondência dos sócios ou responsáveis e endereço eletrônico se existir;

...

Art. 186. ...

...
III – telefones e endereço eletrônico se existir;

...

Art. 187. A Licença de Localização e Instalação - TLLI será concedida mediante a expedição de Alvará, por ocasião da respectiva abertura, instalação ou início da atividade, após a prévia vistoria pelos órgãos competentes.

...

Art. 188. O Alvará de Licença será expedido somente após o pagamento da Taxa de Licença de Localização e Instalação - TLLI e anualmente o recolhimento da Taxa de Licença para Funcionamento

- TLF; assim como, o Alvará de Licença deverá ser conservado permanentemente em local visível do estabelecimento.

...

Art. 192. A inscrição no Cadastro Mobiliário poderá ser suspensa, de ofício ou a requerimento do contribuinte, no caso de paralisação temporária das atividades do estabelecimento em virtude de:

...

IV – após a fiscalização.

...

Art. 193. ...

I - o deferimento do pedido ficará sujeito ao prévio exame da autoridade administrativa;

...

II - Revogado

...

Art. 198. ...

...

§2º O contribuinte será intimado para regularizar a sua situação cadastral junto à municipalidade, nos termos da legislação em vigor, bem como providenciar os alvarás e licenciamentos que forem necessários.

...

Art. 204. ...

...

§2º O Termo de Início de Fiscalização fixará o prazo da mesma, atendendo à complexidade da fiscalização, poderá ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do serviço. (NR)

§ 3º A apresentação de qualquer livro ou documento será precedida de intimação, com prazo mínimo de cinco (05) dias úteis e prazo máximo de quinze (15) dias úteis, atendendo à complexidade da fiscalização, poderá ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do serviço. (NR)

...

Art. 218. As intimações ao sujeito passivo, a critério do servidor responsável, obedecido princípio da economicidade, poderão ser feitas por uma das seguintes formas:

...

V - por meio de correio eletrônico fornecido se existir pelo próprio contribuinte.

§2º...

...

V - se por meio de correio eletrônico, na data em que se verificar a visualização pelo sistema eletrônico utilizado pelo Município, com a devida confirmação do recebimento.

...

Art. 224.

...

Parágrafo único. Revogado

...

Art. 242. ...

...

§1º Passados trinta dias (30) corridos da notificação, em não havendo expressa manifestação por parte do contribuinte, encerra-se o prazo para a defesa administrativa, encaminhando-a para execução fiscal.

...

Art. 244. ...

...

II - de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que sejam titulares, sócios, acionistas, membros da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes.

...

Art. 253. Os membros integrantes do Conselho, obrigatoriamente, deverão possuir formação de nível superior.

...

Art. 260. ...

...

§3º O representante da Fazenda Municipal poderão ser reconduzidos por um mandato, após o qual deverão cumprir um interstício de um mandato.

...

Art. 262. A reclamação será apresentada por petição escrita, dirigida ao Secretário Municipal de Finanças, exclusivamente via Setor de Protocolo do Município, contra recibo, na qual o sujeito passivo alegará, de uma só vez e articuladamente, toda a matéria que entender útil, juntando as provas que possua e apresentando o pedido de diligências ou de perícias que entender necessárias, de acordo com as normas regulamentares.

...

Art. 263. A reclamação terá efeito suspensivo e deverá ser apresentada no prazo máximo de trinta (30), dias contados da cientificação do ato fiscal impugnado.

...

§1º A reclamação será encaminhada ao Órgão de Deliberação Interna e de Natureza Colegiada da Secretaria Municipal de Finanças sem prejuízo da inscrição em dívida ativa do crédito tributário contestado.

...

Art. 265. Instruído o processo, este será encaminhado ao Órgão de Deliberação Interna e de Natureza Colegiada da Secretaria Municipal de Finanças, que proferirá decisão, observando o seguinte:

...

Parágrafo único. O Órgão de Deliberação Interna e de Natureza Colegiada da Secretaria Municipal de Finanças, sempre que entender necessário, poderá remeter o processo à Procuradoria Geral do Município para parecer jurídico, podendo, também, baixar o processo em diligência a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito.

...

Art. 266. ...

...

III – Revogado

...

Art. 267. Das decisões de primeira instância caberá recurso ordinário ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, que deverá ser interposto no prazo de quinze (15) dias úteis contados da data em que se considerar feita a intimação da decisão, por meio de petição escrita, dirigida ao Conselho Municipal de Contribuintes, exclusivamente via Setor de Protocolo do Município, necessariamente no mesmo processo em tramitação e cuja decisão em Primeira Instância está sendo questionada; no qual o

sujeito passivo alegará, de uma só vez e articuladamente, toda a matéria que entender útil, juntando todas as provas que possua e apresentando o pedido de diligências ou de perícias que entender necessárias, de acordo com as normas regulamentares:

...

II - pelo representante da fazenda pública, pelo diretor da arrecadação, fiscais de tributos ou pelo Secretário Municipal de Finanças, de ofício, no corpo da própria decisão, sempre que esta for contrária à Fazenda Pública.

...

§1º O Conselho Municipal de Contribuintes, caso o representante da fazenda pública, o diretor da arrecadação, os fiscais de tributos ou o Secretário Municipal de Finanças não tenha interposto o recurso em razões próprias, fará o reexame necessário da matéria na situação disciplinada no inciso II deste artigo.

...

Art. 269. ...

...

Parágrafo único. Nos casos que tramitem exclusivamente por via eletrônica, não haverá disponibilidade de dar em carga, havendo apenas vistas, sendo o prazo comum e único para todos os conselheiros.

...

II - propor a realização de diligências a fim de sanar eventuais falhas que prejudiquem o julgamento do feito, que deverão ser cumpridas no prazo de dez (10) dias úteis, podendo ser prorrogáveis por igual período.

...

Art. 272. Cabe pedido de esclarecimento ao relator do acórdão, de decisão do Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, no prazo de cinco (05) dias úteis, contados da respectiva cientificação, quando a decisão recorrida for omissa, contraditória ou obscura.

...

TÍTULO VI

...

CAPÍTULO IV

...

Seção IV – Revogada

Art. 273. Revogado

§1º Revogado

I – Revogado

II - Revogado

III - Revogado

IV - Revogado

V – Revogado

VI – Revogado

...

Art.274. ...

....

§2º Deferida a perícia, o Recorrente e a Fazenda Pública serão intimados para indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos no prazo de quinze (15) dias uteis, podendo ser prorrogáveis por igual período.

...

Art. 276....

...

II - de segunda instância.

...

Art. 279. Os prazos fixados na legislação tributária serão contínuos e considerando os dias úteis, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 22 de dezembro de 2017

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI Nº 3.711, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 - ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.003-2011 E DÁ NOVAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1473307

Lei nº 3.711, de 22 de dezembro de 2017.

Altera a Lei Municipal nº 3.003/2011 e dá novas providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Fica revogado em sua totalidade o Art. 5º, da Lei Municipal n. 3.003/2011.

Art. 2º Ficam revogados os §§ 1º e 2º, do Art. 36, da Lei Municipal nº 3.003/2011, que passará a conter o seguinte parágrafo único:

Parágrafo único. O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da Lista de Serviços.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema - SC, 22 de dezembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI Nº 3.712, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 - ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3182, DE 05 DE JUNHO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O MODELO DE GESTÃO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Publicação Nº 1473310

Lei nº 3.712, de 22 de dezembro de 2017.

Altera a Lei Municipal nº 3182, de 05 de junho de 2013, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal de Itapema - SC.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu

sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Esta Lei altera integralmente os Anexo I, II e III da Lei Municipal nº 3182, de 05 de junho de 2013, que passa a vigorar conforme os Anexos I, II e III que fazem parte desta Lei.

Art. 2º Ficam alteradas as redações dos incisos IX e X, do art. 16, da Lei Municipal nº 3182, de 05 de junho de 2013, que passam a ter as seguintes redações:

Art. 16. ...

...

IX - Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Desenvolvimento Econômico;

XI - Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 3º Fica incluído o inciso XII, ao art. 16, da Lei Municipal nº 3182, de 05 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 16. ...

...

XII - Secretaria Municipal de Assistência Social e de Lazer.

Art. 4º Fica incluído o inciso XXVII, ao §1º, do art. 16, da Lei Municipal nº 3182, de 05 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 16. ...

...

§1º...

...

XXVI - COMCIDADE (Conselho Municipal da Cidade).

Art. 5º O Art. 33, da Lei Municipal nº 3182, de 05 de junho de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. Ficam transformados os cargos de:

I - Secretário Municipal de Educação e Esporte em Secretário Municipal de Educação;

II - Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social em Secretário Municipal de Saúde;

III - Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico em Secretário Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Desenvolvimento Econômico.

Art. 6º Cria o art. 34-A, na Lei Municipal nº 3182, de 05 de junho de 2013, com a seguinte redação:

Art. 34-A. Fica criado o Cargo de Secretário Municipal de Assistência Social e de Lazer.

Art. 7º O art. 35, da Lei Municipal nº 3182, de 05 de junho de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 35. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, através de Decreto, a remanejar, até o limite das dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual nº 3.703, de 14 de dezembro de 2017, as dotações orçamentárias dos órgãos, unidades e entidades da administração direta e indireta, extintos, transformados, alterados ou transferidos, em face da presente Lei, para aqueles que tiverem sido criados, absorvidos, alterados ou transferidos às correspondentes ou novas atribuições, bem como, adequar o Plano Plurianual – PPA – 2018-2021, posto pela Lei nº 3.671, de 13 de setembro de 2017 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO - 2017, posto pela Lei nº 3.689, de 19 de outubro de 2017.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Itapema, 22 de dezembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 007 - REGULAMENTA A OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO PRECÁRIO DAS ÁREAS AFETAS A GESTÃO DE PRAIAS

Publicação Nº 1473334

Medida Provisória nº 007/2017

Regulamenta a outorga de permissão de uso precário das áreas afetadas a gestão de praias do Município de Itapema – SC.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso V, do art. 24 e do art. 27, caput e seu parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Itapema, expede e submete a aprovação de Vossas Excelências a seguinte:

MEDIDA PROVISÓRIA

Art. 1º Esta Medida Provisória estabelece normas e procedimentos para a permissão da utilização a título precário, de áreas de domínio da União, de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa e educacional, mediante outorga de Permissão de Uso, fixa parâmetros para o cálculo do valor da contra partida e critérios para controle do uso.

Art. 2º Para os efeitos desta Medida Provisória considera-se como permissão de uso a autorização para utilização, a título precário, de áreas de domínio da União, sob gestão do Município, de acordo com o termo de gestão de praias, publicado no diário oficial da união em 27.10.2017 edição n. 207, página 127, para a utilização de curta duração.

Parágrafo único. As estruturas de apoio instaladas dentro do perímetro da permissão, serão consideradas atividades vinculadas a permissão de uso precário para os termos desta Medida Provisória.

Art. 3º O Responsável pela outorga da permissão de uso de áreas de domínio da União, é ato do gestor de utilização de praias, e, em sua falta a(o) Chefe do Executivo Municipal, observadas as disposições legais e regulamentares.

Art. 4º O ato da outorga de permissão de uso será concedido, observadas as seguintes condições:

I - a finalidade da sua realização;

II - os direitos e obrigações do permissionário;

III - o prazo de vigência, que será de até três meses, podendo ser prorrogado por igual período;

IV - o valor da garantia de cumprimento das obrigações, quando necessária, e a forma de seu recolhimento;

V - as penalidades aplicáveis, nos casos de inadimplemento; e

VI - o valor e a forma de pagamento, que deverá ser efetuado no ato de formalização da permissão.

VII – Conveniência e interesse da Gestão de Utilização de praias, cujo despacho será sempre motivado.

§ 1º Os equipamentos e as instalações a serem utilizados na permissão evento não poderão impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas correntes e dormentes, sendo ainda.

§ 2º Constituirá requisito para que se solicite a outorga de permissão de uso a comprovação da prévia autorização por outros órgãos competentes para autorizar a realização do evento, quando necessário.

§ 3º Durante a vigência da permissão de uso, o permissionário ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se, salvo autorização expressa em contrário, a entregá-la, dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava.

§ 4º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, após a publicação do ato de outorga, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do permissionário com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente.

PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES BÁSICAS DA PERMISSÃO DE USO

Art. 5º A atividade de gestão de uso das áreas da União primará pela integridade do bem, por meio de medidas educativas e de orientação preventiva aos usuários e ações de controle por meio de fiscalização.

DA SOLICITAÇÃO

Art. 6º A permissão de uso deverá ser requerida no período entre 6 (seis) meses e 05 (cinco) dias anteriores à disponibilização da área, perante o Município de Itapema - SC, e instruída com os documentos constantes do ANEXO I – Formulário.

Parágrafo único. O requerimento informará a área, com utilização de croqui e o prazo pretendido, limitado a 90 (noventa) dias, que poderá ser prorrogado mediante requerimento a ser formulado ainda na vigência da permissão por uma única vez, desde que o período da prorrogação não seja superior ao inicialmente estipulado.

DA RETRIBUIÇÃO PELO USO DA ÁREA

Art. 7º As permissões de uso terão o valor calculado a partir da disponibilização da área da União, considerando o interregno de noventa dias conforme a seguinte equação:

$$V_{pu} = (V_{ef} \times A \times 0,01) =$$

Onde:

V_{pu} = Valor do preço público diário com prazo de até noventa dias pela permissão de uso em reais;

V_{ef} = Valor do espaço físico em reais por metro quadrado;

A = Área de utilização do espaço físico em área de uso comum do povo, em metros quadrados;

§1º O valor do espaço físico (V_{ef}) é a média de três pontos da praia sendo o primeiro de frente ao calçadão da meia praia, na quadra da rua 207, o segundo de frente ao calçadão da meia praia, na quadra da rua 245 e o terceiro na Avenida Beira mar, na quadra da rua 129, tomando-se por referência o valor do trecho de logradouro do referido imóvel em IPTU.

§ 2º Para os fins deste artigo, considera-se exploração econômica/comercial as atividades que expõem marcas e patrocínio privado, bem como a comercialização de produtos ou serviços.

§ 3º A retribuição estabelecida será devida pelos dias de disponibilização da área de domínio da União, incluindo na contagem o período de montagem e desmontagem dos equipamentos.

§ 4º O valor cobrado para a permissão de uso será recolhida por meio de guia própria, emitida pela secretaria de finanças, após aprovação pelo Gestor Municipal de Utilização de Praias.

§ 5º Os pagamentos deverão ser efetuados com a antecedência mínima de um dia útil da disponibilização da área, sob pena de arquivamento do processo de Permissão de Uso.

§ 6º Em caso de requerimento para concessão de permissão onerosa, a título precário, de prestações de serviços de bares e restaurantes e similares, aulas de academia e similares, que se dá de forma precária e contínua, a colocação de tendas, cadeiras, mesas e guarda-sóis, para atendimento ao público, será de uma (1) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), por metro quadrado, por dia.

Art. 8º As permissões de uso requeridas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal ou se tratando de interesse público ou social, nas áreas de educação, cultural, assistência, social ou saúde, serão submetidas ao regime gratuito.

Parágrafo único. Uma vez constatado, depois de deferido o requerimento previsto no caput, que o uso foi realizado por entidade privada, e que houve exploração econômica/social e/ou restrição

de acesso, devem ser apuradas e cobradas às diferenças na forma desta Medida Provisória, sem prejuízo das penalidades eventualmente cabíveis.

DA PUBLICIDADE

Art. 9º O permissionário deverá manter no local do evento visível ao público, placa, faixa ou similar de acordo com os modelos constantes no formulário de solicitação de Permissão de Uso, conforme ANEXO I.

Art. 10 O ato de autorização mediante outorga de permissão de uso será publicado resumidamente no Diário Oficial do Município.

DO CONTROLE SOBRE O USO

Art. 11 A Gestão Municipal de Utilização de Praias fiscalizará a adequada utilização da área permitida ao evento, devendo contar com os fiscais de postura do Município.

Parágrafo único. Em áreas de uso comum do povo, caso seja verificado que foi dada destinação diversa daquela permitida, ou foram efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o cancelamento da permissão de uso.

Art. 12 Caso seja constatada a utilização de área de domínio da União fora do prazo estabelecido no termo da Permissão de Uso, o permissionário será imediatamente notificado, para recolher o devido valor do preço público.

Parágrafo único. Caso o permissionário não desocupe a área até o final do prazo definido, este estará sujeito:

- a) retirada sumária pelo Município dos equipamentos instalados, sem indenização por possíveis danos ocorridos aos mesmos durante a operação;
- b) ao pagamento dos custos de retirada dos equipamentos; e
- c) a outras sanções cabíveis, inclusive a cobrança de diárias quanto ao tempo de permanência excessiva.

Art. 13. Esta Medida Provisória é composta de 01 Anexo:

- Anexo I: Formulário de requerimento de Permissão de Uso.

Art. 14 Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 26 de dezembro de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Publicação Nº 1473383

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

EXTRATO DE ADESAO

Processo: 04972.005188/2017-01. Outorgante: UNIÃO Outorgado: MUNICÍPIO de Itapema/SC, CNPJ: 82.572.207/0001-03. Objeto: Praias marítimas urbanas, inclusive bens de uso comum com exploração econômica, nos termos da Lei. Finalidade: Estabelecer condições para uma melhor gestão dos espaços litorâneos, ensejando uma melhoria continuada, orientada para o uso racional e a qualificação ambiental e urbanística desses territórios. Fundamento Legal: art. 14, da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015. Gestor Municipal de Utilização de Praias: Marcelo Marcio Correia, CPF: 054.304.479-35. Substituto: Mauricio Silva, CPF: 625.258.919-53. Vigência: 20 anos a partir desta publicação.

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 240/2017

Publicação Nº 1473532

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 240/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRENSA ESCRITA PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DESTA MUNICIPALIDADE, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO DIÁRIA E ESTADUAL.

O Município de Itapiranga, TORNA PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, que foram retificados os documentos de habilitação, consoante o disposto na alínea "g" do item 7 do edital. Considerando a natureza da alteração, fica mantido o prazo de abertura inicialmente estabelecido, consoante o disposto no Artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93.

Informações complementares: o Edital Retificado em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Lauro Schlickmann
Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos
Itapiranga, SC, 26 de Dezembro de 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2017 - FMS

Publicação Nº 1472734

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 023/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
Contratada...: SOLIS CLINICA MEDICA LTDA
Valor : 72.800,00 (setenta e dois mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 19/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 34/2017
Recursos : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (25)
Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PSQUIATRIA PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA.
Itapiranga, 26 de Dezembro de 2017

PORTARIA Nº 285/2017

Publicação Nº 1473401

Portaria nº 285 de 22 de dezembro de 2017.

Nomeia gestor e parecerista técnico para a parceria firmada com a Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE para o exercício de 2018 e dá outras providências.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica

Municipal e o disposto na Lei Federal, de 13.019/2014 e suas alterações.

Resolve:

Art. 1º Nomear a Sra. Elenice Ana Kirchner como gestora da parceria com a Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Art. 2º Nomear a Sra. Denise Friedrich como parecerista técnica da parceria com a Entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Art. 3º A designação mencionada nos artigos anteriores da presente Portaria, não contam ônus para os cofres públicos municipais por se tratar de serviço relevante prestado ao Município.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga(SC), 22 de dezembro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 286/2017

Publicação Nº 1473404

Portaria nº 286 de 26 de dezembro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o saldo de férias correspondente a treze dias, no período de 26/12/2017 até 7/1/2018 para a servidora municipal Fabiane Koelln matrícula nº 11184/05, por ter sido convocada antecipadamente por motivo de superior interesse público, através da Portaria nº 165 de 4/5/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 26 de dezembro de 2017.

Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2172/2017.

Publicação Nº 1473531

PORTARIA Nº 2172/2017.

De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) HADRYANO MINATTI CAVALARI, matrícula 580287, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2174/2017.

Publicação Nº 1473541

PORTARIA Nº 2174/2017.

De: 18 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) FRANCIS MARA VIEIRA SCHUSTER PINTO LUNG, matrícula 11679638, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 10HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2175/2017.

Publicação Nº 1473542

PORTARIA Nº 2175/2017.

De: 18 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, À PEDIDO.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão de Contrato a Pedido do (a) servidor (a) MARILIA DAL PONTE, matrícula 623431, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

61

Publicação Nº 1473594

LEI COMPLEMENTAR Nº 61/2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017. Altera a Lei Complementar nº 46/2015, sobre a contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública – COSIP, e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: Art. 1º Inclui o §3º e §4º no artigo 1º da Lei Complementar 46, de 14 de outubro de 2015, com a seguinte redação:

§3º São Contribuintes da COSIP todos os consumidores ligados na rede de Energia Elétrica, ainda que adquiram diretamente a energia elétrica de fornecedores independentes, possuindo ou não qualquer vínculo com a distribuidora de energia elétrica Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A – CELESC, e também aqueles possuidores ou proprietários de imóveis não edificadas localizados em via pública dotada de iluminação pública.

§4º São contribuintes da Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP os proprietários, titulares do domínio ou possuidores, a qualquer título, da unidade, imobiliária, na área urbana ou rural edificada ou não, ligada ou não a rede de energia elétrica.

Art. 2º Altera o artigo 2º da Lei nº 046/2015, que passa a ter a

seguinte redação:

Art. 2º A contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP – de que trata o artigo anterior, será obtida através das alíquotas de contribuição diferenciadas de acordo com as faixas de montante de consumo mensal medido em KWH (quilowatt - hora), conforme o Anexo I, a ser aplicada sobre o valor da Tarifa de Iluminação Pública (Grupo B4b), tomando-se como base o valor cobrado pelas concessionárias distribuidoras e autorizadas pela ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica. (NR)

Art. 3º Inclui no artigo 2º da Lei nº 46/2015, o §6º, §7º, §8º e §9º, com as seguintes redações:

§6º Os contribuintes que adquirem energia elétrica diretamente de fornecedores independentes, o valor de COSIP devido será cobrado juntamente com o carnê de IPTU, e seu valor será definido pelo tamanho do imóvel conforme ANEXO I.

§7º Os consumidores residenciais enquadrados pela Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, como beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, Subclasse Residencial Baixa Renda ficarão isentos do seu valor da Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP, para as faixas de consumo até 100 kwh, mediante o cadastro na Secretaria de Assistência Social do município.

§8º São contribuintes da Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP os proprietários, titulares do domínio ou possuidores, a qualquer título, de unidade imobiliária, na área urbana, edificada ou não, ligada ou não a rede de energia elétrica.

§9º Em caso do imóvel não edificado e não ligado à rede de energia elétrica, o valor da Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP corresponderá a classificação em Consumidor Imóvel Não Edificado (tabela) conforme o cadastro municipal, sendo a cobrança efetuada juntamente com o lançamento anual do IPTU.

Art. 4º Inclui no artigo 3º da Lei Municipal nº 46/2015, o §1º, §2º, §3º e §4º, com as seguintes redações:

§1º O valor da contribuição será reajustado, anualmente, no mês de dezembro do ano a que se referir, por Decreto do Poder Executivo, de acordo com a evolução do custo do serviço de iluminação pública a corrigir, alterar, ajustar/reajustar o percentual das tabelas do anexo I do artigo 3º, Anexo I, desta Lei, de acordo com a necessidade municipal e com a legislação vigente.

§2º Em caso de excesso de arrecadação, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a investir o respectivo montante em ampliação de rede de energia elétrica.

§3º Poderá o Chefe do Poder Executivo utilizar-se dos indicadores econômicos, Índice Nacional do Preço ao Consumidor - INPC, e/ou o índice de reajuste no preço da energia elétrica, e/ou aumento dos custos de manutenção na iluminação pública, e/ou alteração de bandeira tarifária da iluminação pública, para aplicar a alteração do percentual, que deverá ser reajustado por decreto municipal.

§4º Fica isenta a contribuição da COSIP para o Poder Público Municipal.

Art. 5º Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal nº 046/2015, conforme tabela em anexo.

Art. 6 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

62

Publicação Nº 1473595

LEI COMPLEMENTAR Nº 62/2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017. Altera a Lei Complementar nº 16, de 03 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a admissão de pessoal pela Administração Pública direta e indireta, do município de Itapoá, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: Art. 1º Fica incluído o inciso XI no artigo 2º da Lei Complementar nº 16/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º ...

XI - execução de projetos de interesse público, desenvolvidos pelas Secretarias Municipais, onde seja necessária mão de obra especializada, não disponível no quadro de funcionários da secretaria, pelo tempo máximo de 120 dias. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

757

Publicação Nº 1473596

LEI MUNICIPAL Nº 757/2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera Lei Municipal nº 276/2010, que autoriza o ingresso do município de Itapoá no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

LEI

Art. 1º A ementa da Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Itapoá no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Art. 2º O Artigo 1º, da Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Itapoá, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º O Artigo 2º, da Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005.

Art. 4º Fica acrescido o Artigo 3º, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções

em anexo:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e

VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 5º Fica acrescido o Artigo 4º, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 4º A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 6º Fica acrescido o Artigo 5º, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 7º Fica acrescido o Artigo 6º, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços

de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 8º Fica acrescido o Artigo 7º, na Lei nº 276, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º Fica acrescido o Artigo 8º, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. Fica acrescido o Artigo 9º, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 11. Fica acrescido o Artigo 10, Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

TRDP = NH x R\$ 0,0200, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 12. Fica acrescido o Artigo 11, Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. Fica acrescido o Artigo 12, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 14. Fica acrescido o Artigo 13, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 15. Fica acrescido o Artigo 14, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 16. Fica acrescido o Artigo 15, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 17. Fica acrescido o Artigo 16, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 18. Fica acrescido o Artigo 17, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 19. Fica acrescido o Artigo 18, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, §2º;

79, §2º; 80, §2º; 81, §2º; 82, §2º; 83, §2º; e 84, §2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, §2º; 79, §2º; 80, §2º; 81, §2º; 82, §2º; 83, §2º; e 84, §2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 20. Fica acrescido o Artigo 19, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 21. Fica acrescido o Artigo 20, Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo Único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 22. Fica acrescido o Artigo 21, na Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, com a seguinte redação:

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 23. O Artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O Parágrafo Único, do Artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, passa a ter a seguinte redação:

Art. 32...

Parágrafo Único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 25. O §1º, do Artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei Municipal nº 276/2010, de 08 de abril de 2010, passa a ter a seguinte redação:

Art. 39...

§1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas

por diárias.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camara-itaipoa.sc.gov.br/verificador>

758

Publicação Nº 1473597

LEI MUNICIPAL Nº 758/2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza cessão onerosa do direito à denominação de espaços e eventos públicos e a concessão de uso de espaços públicos para publicidade que especifica, e dá outras providências.

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar procedimento licitatório visando permitir a cessão onerosa do direito a denominação de espaços e eventos públicos, a concessão de uso de espaços públicos para publicidade e a realização de eventos de interesse público, no âmbito deste Município, atendidos os requisitos previstos nesta Lei.

§1º Considera-se cessão onerosa do direito a denominação de espaços e eventos públicos a autorização por período determinado ao vencedor do certame licitatório, que denominará o respectivo espaço público municipal ou evento público municipal, com o nome próprio ou de marca da organização.

§2º Considera-se concessão de uso de espaços públicos para publicidade o local em que será autorizada a vinculação de ações de promoção da marca da organização vencedora do certame licitatório.

Art. 2º A autorização de que trata o artigo anterior será precedida do respectivo procedimento licitatório e edital para seleção dos interessados, mediante critérios previamente estabelecidos pelo Poder Executivo Municipal e assinatura de contrato entre este Município e o vencedor do certame licitatório.

Art. 3º A publicidade autorizada nos termos do artigo 1º terá suas modalidades estabelecidas e regulamentadas através de decreto municipal.

Art. 4º A receita proveniente da cessão onerosa do direito a denominação de espaços e eventos públicos, a concessão de uso de espaços públicos para publicidade e a realização de eventos de interesse público, será integralmente e exclusivamente aplicada em investimento e manutenção das atividades relacionadas ao respectivo evento realizado.

Art. 5º A cessão onerosa do direito a denominação de espaços e eventos públicos e a concessão de uso de espaços públicos para publicidade obedecerão aos seguintes requisitos:

I - será de exclusiva responsabilidade do vencedor do certame licitatório o pagamento de qualquer tributo Federal, Estadual ou Municipal que incidam ou venham a incidir sobre a atividade, objeto desta autorização;

II - o vencedor do certame licitatório fica obrigado a cumprir a todas as exigências da legislação vigente e das autoridades federais, estaduais e municipais;

III - o vencedor do certame licitatório será responsável por todos

os danos e prejuízos que, a qualquer título e a qualquer momento, sejam causadas a terceiros em virtude dos serviços concedidos, respondendo por si e seus sucessores;

IV - poderão participar do procedimento licitatório, mencionado no caput do artigo 1º desta Lei, empresas, isoladamente ou em consórcio, em dia com a legislação federal, estadual e municipal;

V - a autorização extinguir-se-á, antes do término, sem direito a qualquer indenização por parte da vencedora do certame licitatório, na ocorrência das seguintes hipóteses:

a) falência, dissolução, liquidação ou extinção da empresa;

b) comprovação de dolo ou culpa da empresa no cumprimento de suas obrigações contratuais;

c) constar de processo administrativo a reincidência da empresa no descumprimento das obrigações contratuais, com o esgotamento de todas as outras sanções previstas no contrato a que deu causa a presente autorização;

d) constatação de descumprimento, pela empresa, das obrigações nos prazos fixados em contrato, não interessando mais a esta Administração Pública a prorrogação destes prazos.

§1º O prazo de cessão onerosa do direito a denominação de espaços públicos será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da assinatura do respectivo contrato.

§2º O prazo de cessão onerosa do direito a denominação de eventos públicos será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do respectivo contrato, podendo ser renovado por igual período, através de Termo Aditivo e por critério do Poder Público Municipal, desde que atualizadas as condições e obrigações constantes do devido edital de Licitação.

§3º O prazo de concessão de uso de espaços públicos para publicidade será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do respectivo contrato, podendo ser renovado por igual período, através de Termo Aditivo e por critério do Poder Público Municipal, desde que atualizadas as condições e obrigações constantes do devido edital de Licitação.

Art. 6º Todas as despesas com a efetiva vinculação de nome/marca com espaço ou evento público, como pinturas, faixas, banners e luminosos, autorizadas nesta Lei, correm por conta do vencedor do certame licitatório.

Art. 7º Fica expressamente proibido qualquer tipo de publicidade de tabagismo, drogas ou homônimos, medicamentos, ou que incitem a violência ou a sexualidade e que façam apologia ao crime.

§1º Deverá haver a compatibilidade entre o nome adotado e a imagem intrínseca do bem público em questão e a função administrativa em geral.

§2º É vedado a utilização de denominação e/ou imagens que envolvam opções políticas, ideológicas e religiosas.

Art. 8º A cessão onerosa do direito a denominação de espaços e eventos públicos e a concessão de uso de espaços públicos para publicidade não envolvem nem a transferência do domínio do bem para um particular, nem qualquer interferência dele sobre a utilização do bem.

Art. 9º Fica sob responsabilidade de cada órgão da administração direta ou indireta vinculada ao espaço público a aplicação e controle da receita proveniente desta Lei.

Parágrafo único. A orla do Município de Itapoá, para fins do disposto nesta Lei, será de competência da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 10. Os casos omissos serão regulamentados através de Decreto do Poder Executivo Municipal e/ou pelo Edital de Licitação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

759

Publicação Nº 1473598

LEI MUNICIPAL Nº 759/2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE, e dá outras providências.

LEI

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE – com a finalidade de assessorar a entidade executora do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – junto aos estabelecimentos de Educação Infantil e de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Itapoá, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na execução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

I - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

II - zelar pela qualidade dos alimentos em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias, bem como à aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

III - receber, analisar e remeter ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE –, com parecer conclusivo, as prestações de contas dos recursos recebidos à conta do PNAE, observados os dispositivos legais, bem como receber o Relatório Anual de Gestão do PNAE, e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação, ou não, da execução do Programa, observando os dispositivos legais;

IV - comunicar à entidade executora a ocorrência de irregularidades se houver, com os gêneros alimentícios para que sejam tomadas as devidas providências;

V - divulgar em locais públicos informações sobre os recursos financeiros do PNAE transferidos ao Município;

VI - realizar campanhas educativas de esclarecimentos, bem como motivar as unidades escolares para a implantação de programas sobre a alimentação escolar;

VII - propor ao órgão de educação do Município ações inovadoras que objetivem o melhor atendimento à alimentação escolar saudável;

VIII - comunicar ao FNDE, ao Tribunal de Contas, à Controladoria Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle, qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para o funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros.

Art. 2º Os cardápios do Programa de Alimentação Escolar deverão ser elaborados pelos nutricionistas responsáveis com a participação do Conselho de Alimentação Escolar – CAE –, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º O Conselho de Alimentação Escolar – CAE – será constituído por 7 (sete) membros, com a seguinte composição:

I - 01 (um) representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo;

II - 02 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelos respectivos órgãos de

representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;

III - 02 (dois) representantes de pais de alunos, matriculados na rede de ensino a qual pertença a EEx., indicados pelos conselhos escolares, associações de pais e mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e,

IV - 01 (um) representante indicado por entidade civil organizada, escolhido em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

V - 01 (um) representante indicado pela OAB/SC.

§1º Os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados.

§2º Preferencialmente, um dos representantes a que se refere o inciso II deste artigo deve pertencer à categoria de docentes.

§3º Cada membro titular do CAE terá um suplente do mesmo segmento representado, com exceção aos membros titulares do inciso II deste artigo, os quais poderão ter como suplentes qualquer uma das entidades referidas no inciso.

§4º A nomeação dos Conselheiros do CAE será feita por ato oficial, emitido pelo Chefe do Poder Executivo, de acordo com a Lei Orgânica do Município, observadas as disposições previstas neste artigo, obrigando-se a EEx. a acatar todas as indicações dos segmentos representados.

§5º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§6º O CAE terá um presidente e um vice-presidente, eleitos dentre os membros titulares, por no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares, em sessão plenária especialmente voltada para este fim, com o mandato coincidente com o do conselho, podendo ser reeleito uma única vez consecutiva.

§7º O Presidente e/ou vice-presidente poderá(ão) ser destituído(s), em conformidade com o disposto no Regimento Interno do CAE, sendo imediatamente eleito(s) outro(s) membro(s) para completar o período restante do respectivo mandato do Conselho.

§8º Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I – mediante renúncia expressa do conselheiro;

II - por deliberação do segmento representado; e,

III – pelo descumprimento das disposições previstas no Regimento Interno do Conselho, desde que aprovada em reunião convocada para discutir esta pauta específica.

§9º No caso de substituição de conselheiro do CAE, na forma prevista no §8º, o período do seu mandato será complementar ao tempo restante daquele que foi substituído.

CAPÍTULO III

DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Art. 4º O exercício de mandato de Conselheiro do CAE é considerado do serviço público relevante e não será remunerado.

§1º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§2º No caso de ocorrência de vaga, um novo membro deverá ser indicado pelo respectivo órgão de classe vacante, para completar o mandato.

§3º O Conselho de Alimentação Escolar reunir-se-á ordinariamente, com a presença de pelo menos metade de seus membros em primeira convocação e em segunda convocação com qualquer número, decorridos trinta minutos após o horário marcado.

§4º A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á por iniciativa do Presidente ou dos membros do CAE que representem no mínimo 1/4 (um quarto) dos Conselheiros.

§5º A aprovação ou modificações do Regimento Interno do CAE só poderão ocorrer pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Conselheiros.

§6º Os dados referentes ao CAE deverão ser informados pela Entidade Executora ao FNDE, por meio do cadastro disponível no sítio eletrônico www.fnde.gov.br no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do ato de nomeação.

§7º Sem prejuízo do contido no §7º, deverão ser encaminhados ao FNDE, por meio de ofício emitido pelo Chefe do Poder Executivo, cópias dos seguintes documentos:

- I - as atas relativas aos incisos II, III e IV do artigo 3º, desta Lei;
- II - o ato administrativo de nomeação do CAE; e,
- III - a ata de eleição do Presidente e do Vice-presidente do Conselho.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO CAE

Art. 5º São atribuições do CAE, além das competências previstas no artigo 19 da Lei Federal 11.947, de 16 de junho de 2009:

- I – monitorar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros e o cumprimento da legislação vigente;
- II – analisar o relatório de acompanhamento da Gestão do PNAE, emitido pela EEx., contido no Sistema de Gestão de Conselhos – SIGECON Online, antes da elaboração e do envio do parecer conclusivo;
- III – analisar a prestação de contas do gestor, disposto na legislação vigente, respeitando os prazos previstos e emitir parecer conclusivo acerca da execução do Programa no SIGECON Online;
- IV – Comunicar ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle, a qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE, inclusive em relação ao apoio para funcionamento do CAE, sob pena de responsabilidade solidária de seus membros;
- V- fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado;
- VI – realizar reunião específica para apreciação da prestação de contas com a participação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos conselheiros titulares;
- VII – elaborar o Regimento Interno, observando o disposto na legislação vigente; e,
- VIII – elaborar o Plano de Ação do ano em curso e/ou subsequente a fim de acompanhar a execução do PNAE nas escolas da rede municipal, contendo previsão de despesas necessárias para o exercício de suas atribuições e encaminhá-lo à EEx. antes do início do ano letivo.

§1º O Presidente é o responsável pela assinatura do Parecer Conclusivo do CAE e no seu impedimento legal, o Vice-presidente o fará.

Art. 6º O Município deve:

- I – garantir ao CAE, como órgão deliberativo, de fiscalização e de assessoramento, a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:

- a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;
- b) disponibilidade de equipamento de informática;
- c) disponibilidade de recursos humanos e financeiros, previstos no Plano de Ação do CAE, necessários às atividades inerentes às suas competências e atribuições, a fim de desenvolver as atividades de forma efetiva.

- II – fornecer ao CAE, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as etapas, tais como: editais de licitação e/ou chamada pública, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência;
- III – realizar, em parceria com o FNDE, a formação dos conselheiros sobre a execução do PNAE e temas que possuam interfaces com este programa; e,
- IV – divulgar as atividades do CAE por meio de comunicação oficial da EEx.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º O Programa de Alimentação Escolar será executado com:

- I - recursos próprios do Município consignados no orçamento

anual; e,

II - recursos transferidos pela União e pelo Estado.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se Leis Municipais nº 022, de 02 de abril de 1997 e a Lei Municipal nº 255, de 30 de outubro de 2000.

Itapoá (SC), 22 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

760

Publicação Nº 1473599

LEI MUNICIPAL Nº 760/2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera a Lei Municipal nº 064, de 23 de setembro de 1997, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências, alterada pela Lei Municipal nº 637, de 04 de janeiro de 2016.

LEI

Art. 1º Fica alterado o artigo 11 da Lei Municipal nº 064/1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. O Poder Executivo designará um servidor efetivo no cargo de Agente Administrativo, e/ou um profissional da educação adaptado, readaptado ou reenquadrado do quadro da Secretaria de Educação, para atuar no Conselho Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 08 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, ao qual caberá as atividades administrativas, zelando pelo material, orçamento, patrimônio, protocolo, divulgação, arquivo, informática e conservação.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 22 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

DECRETO MUNICIPAL Nº 3438/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473170

DECRETO MUNICIPAL Nº 3438/2017, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Chefe da Seção da Divisão de Atenção Primária de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. Mariza Aparecida Filla no cargo de Chefe da Seção da Divisão de Atenção Primária de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Itapoá (SC), 15 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 3447/2017, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473173

DECRETO MUNICIPAL Nº 3447/2017, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação na mesma ação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 41 inciso I e 43 inciso III da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e inciso I do artigo 6º da Lei Municipal nº 683, de 16 de dezembro de 2016 – LOA 2017,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação na mesma ação, perfazendo o montante de R\$700,00 (setecentos reais) conforme segue:
Anulação:

10 SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE	
002 Departamento de Meio Ambiente	
0018.0541.0007.2056 Manutenção do Departamento de Meio Ambiente	
33390 Aplicações Diretas (138) FR 0100000	
.....	R\$700,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	
.....	R\$700,00

Suplementação:

10 SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE	
002 Departamento de Meio Ambiente	
0018.0541.0007.2056 Manutenção do Departamento de Meio Ambiente	
34490 Aplicações Diretas (139) FR 100000	
.....	R\$700,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	
.....	R\$700,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Itapoá (SC), 19 de novembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3449/2017, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473177

DECRETO MUNICIPAL Nº 3449/2017, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Diretor do Departamento de Agricultura e Pesca da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. Osni Ocker no cargo de Diretor do Departamento de Agricultura e Pesca da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 20 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 3454/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473537

DECRETO MUNICIPAL Nº 3454/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares, proveniente de excesso de arrecadação no vínculo 0218000 (FUNDEB). MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 41 inciso I e 43 inciso II da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e incisos IV e V da Lei Municipal nº 683, de 16 de dezembro de 2016 – LOA 2017,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares, proveniente de excesso de arrecadação no vínculo 0218000 (FUNDEB), perfazendo o montante de R\$540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) conforme segue:
Suplementação:

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
001 Ensino Fundamental	
0012.0361.0021.2096 Folha Profis. Educ Fundamental	
33190 Aplicações Diretas (213) FR 02180000	
.....	R\$ 324.000,00
13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
002 Ensino Infantil	
0012.0365.0021.2101 Folha Profis. Educ. Infantil	
33190 Aplicações Diretas (226) FR 02180000	
.....	R\$ 216.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	
.....	R\$ 540.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Itapoá (SC), 26 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3455/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473538

DECRETO MUNICIPAL Nº 3455/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, proveniente de excesso de arrecadação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 41 inciso I e 43 inciso II da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e incisos IV e V da Lei Municipal nº 683, de 16 de dezembro de 2016 – LOA 2017, DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar, proveniente de excesso de arrecadação, perfazendo o montante de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) conforme segue: Suplementação:

05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

002 Departamento de Finanças

0004.0122.0003.2019 Folha de Pagamento do Departamento de Finanças

33190 Aplicações Diretas (49) FR 100000
..... R\$ 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Itapoá (SC), 26 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3456/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473539

DECRETO MUNICIPAL Nº 3456/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotações na mesma ação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 41 inciso I e 43 inciso II da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e inciso I do Art. 6º da Lei Municipal nº 683, de 16 de dezembro de 2016 – LOA 2017,

DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotações na mesma ação, perfazendo o montante de R\$92.726,00 (noventa e dois mil, setecentos e vinte e seis reais) conforme segue: Anulação:

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2096 Folha de Pagamento Profis Da Educ Fund

33191 Aplicações Diretas (512) FR 0218000
..... R\$ 92.726,00

TOTAL DAS ANULAÇÃO
..... R\$ 92.726,00

Suplementação:

13 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 Ensino Fundamental

0012.0361.0021.2096 Folha de Pagamento Profis Da Educ Fund

33190 Aplicações Diretas (213) FR 0218000
..... R\$ 92.726,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÃO
..... R\$ 92.726,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Itapoá (SC), 26 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA

PORTARIA Nº 2183/2017.

Publicação Nº 1473607

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 2.183/2017
Data: 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Prorroga prazo de conclusão de processo sindicância investigatória – psi nº. 016/2017.

SOLAMIR COELHO Secretária de Administração Substituta, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

Resolve

Art.1º Prorrogar o prazo por mais 60(sessenta) dias para conclusão do Processo de Sindicância Investigatória – PSI nº. 016/2017, nos termos do art. 189 da Lei complementar nº. 044/2014, de 12 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 20 de dezembro de 2017

SOLAMIR COELHO
Secretária de Administração Substituta

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2131/2017.

Publicação Nº 1473109

PORTARIA Nº 2131/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ROSANA NOGUEIRA BATISTA, matrícula

3085, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2132/2017.

Publicação Nº 1473111

PORTARIA Nº 2132/2017.

De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ROSEANE ROSARIO DE JESUS FIAMONCINI, matrícula 680362, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2133/2017.

Publicação Nº 1473113

PORTARIA Nº 2133/2017.

De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) SILAS SCHAFHAUSER, matrícula 620130, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2134/2017.

Publicação Nº 1473114

PORTARIA Nº 2134/2017.

De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) SILVANA FATIMA DE LIMA, matrícula 11694084, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2135/2017.

Publicação Nº 1473115

PORTARIA Nº 2135/2017.

De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) SILVIA PEREIRA DOS SANTOS FRISANCO, matrícula 949400, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2136/2017.

Publicação Nº 1473117

PORTARIA Nº 2136/2017.

De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) TERESA CRAVETZ BACHER, matrícula 850381, investido (a) na função de PROF. N.H. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2137/2017.

Publicação Nº 1473119

PORTARIA Nº 2137/2017.

De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) TERESINHA APARECIDA DE SOUZA VANDERLINDE, matrícula 614173, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2138/2017.

Publicação Nº 1473121

PORTARIA Nº 2138/2017.

De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) THAINÁ ZANETTI DA SILVA, matrícula 724505, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2139/2017.

Publicação Nº 1473122

PORTARIA Nº 2139/2017.

De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CINTIA CIUNEK, matrícula 6645, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2140/2017.

Publicação Nº 1473123

PORTARIA Nº 2140/2017.

De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) TULIANO STOEBERL, matrícula 11733730, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2141/2017.

Publicação Nº 1473140

PORTARIA Nº 2141/2017.

De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) VINICIOS MAZZUCHETTI, matrícula 11728957, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2142/2017.

Publicação Nº 1473141

PORTARIA Nº 2142/2017.

De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JANAINA DAMOVICH CLAUDINO, matrícula 11728930, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2143/2017.

Publicação Nº 1473142

PORTARIA Nº 2143/2017.

De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ROSANE APARECIDA RODRIGUES FARIAS, matrícula 11728884, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2144/2017.

Publicação Nº 1473144

PORTARIA Nº 2144/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) OSMAR DOS REIS PEREIRA, matrícula 11716509, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2145/2017.

Publicação Nº 1473145

PORTARIA Nº 2145/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) MANUELA FISCHER PERES, matrícula 11694750, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2146/2017.

Publicação Nº 1473146

PORTARIA Nº 2146/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) LUCILENE RAMPON MASCARELLO CARNIEL, matrícula 11694718, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2147/2017.

Publicação Nº 1473148

PORTARIA Nº 2147/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ROSELI ANTT DE BRITO, matrícula 11694696, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.
CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2148/2017.

Publicação Nº 1473149

PORTARIA Nº 2148/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS, matrícula 11694220, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2149/2017.

Publicação Nº 1473150

PORTARIA Nº 2149/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) LILIAN ROSANE ALVES, matrícula 11694173, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2150/2017.

Publicação Nº 1473151

PORTARIA Nº 2150/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ELAINE CRISTINA FAGUNDES, matrícula 11694130, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2151/2017.

Publicação Nº 1473220

PORTARIA Nº 2151/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) EDNILSON MARTINEZ, matrícula 11694114, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2152/2017.

Publicação Nº 1473221

PORTARIA Nº 2152/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) LOUANA FERNANDA CARNEIRO, matrícula 11693975, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2153/2017.

Publicação Nº 1473223

PORTARIA Nº 2153/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ELAINE DE OLIVEIRA HUTH, matrícula 11657839, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2154/2017.

Publicação Nº 1473224

PORTARIA Nº 2154/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) DULCILENE CORREA LEITE, matrícula 11657294, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2155/2017.

Publicação Nº 1473225

PORTARIA Nº 2155/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) TANIA APARECIDA HAUPT, matrícula 11632429, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2156/2017.

Publicação Nº 1473228

PORTARIA Nº 2156/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ANGELA REGINA MISSIO, matrícula 1290444, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2157/2017.

Publicação Nº 1473230

PORTARIA Nº 2157/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) GILVANI REGINES SCHIESSL, matrícula 1288695, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2158/2017.

Publicação Nº 1473234

PORTARIA Nº 2158/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) MICHELE PEREIRA DOS SANTOS, matrícula 1284509, investido (a) na função de ADMINISTRADOR ESCOLAR ACT, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2159/2017.

Publicação Nº 1473235

PORTARIA Nº 2159/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) NILVA APARECIDA GONÇALVES HAAS, matrícula 1276271, investido (a) na função de SUPERVISOR ESCOLAR ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2160/2017.

Publicação Nº 1473238

PORTARIA Nº 2160/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) FRANCIELLE DE SOUZA, matrícula 1266101, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2161/2017.

Publicação Nº 1473467

PORTARIA Nº 2161/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) GEISA RAFAELA MALANSKI POMARI, matrícula 1230697, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2162/2017.

Publicação Nº 1473470

PORTARIA Nº 2162/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) TATHIANE REGINA KULIACK CANDIDO, matrícula 1203959, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 10HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2163/2017.

Publicação Nº 1473471

PORTARIA Nº 2163/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ELISABETH KRAINSKI KOSSOWSKI, matrícula 867055, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2164/2017.

Publicação Nº 1473472

PORTARIA Nº 2164/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) SHEILA SOARES ROSA, matrícula 777382, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2165/2017.

Publicação Nº 1473474

PORTARIA Nº 2165/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CHARLENE APARECIDA DE SOUZA, matrícula 716863, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2166/2017.

Publicação Nº 1473475

PORTARIA Nº 2166/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) KEILA DOS SANTOS MAZETTI, matrícula 645478, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2167/2017.

Publicação Nº 1473476

PORTARIA Nº 2167/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) MARIS CRISTINA DE OLIVEIRA DA SILVA, matrícula 621510, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2168/2017.

Publicação Nº 1473478

PORTARIA Nº 2168/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) CLAUDIA SOUZA LEDOUX, matrícula 618977, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2169/2017.

Publicação Nº 1473479

PORTARIA Nº 2169/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) SOLANGE NAGEL PALANDI, matrícula 617288, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2170/2017.

Publicação Nº 1473480

PORTARIA Nº 2170/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JULIO MARASCK FAGUNDES, matrícula 608149, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2171/2017.

Publicação Nº 1473482

PORTARIA Nº 2171/2017.
De: 15 de dezembro de 2017.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Rescisão do contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JANETE MARIZA GONÇALVES, matrícula 605948, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2176/2017.

Publicação Nº 1473581

PORTARIA Nº 2176/2017.

De: 18 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 18 de dezembro de 2017 à 16 de janeiro de 2018, ao(a) servidor(a) ANDERSON WEBER, matrícula 7072, investido(a) no cargo de MOTORISTA, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2177/2017.

Publicação Nº 1473586

PORTARIA Nº 2177/2017.

De: 18 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 18 de dezembro de 2017 à 16 de janeiro de 2018, ao(a) servidor(a) FRANCIS LEDOUX DE OLIVEIRA, matrícula 2526, investido(a) no cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2178/2017.

Publicação Nº 1473589

PORTARIA Nº 2178/2017.

De: 18 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 18 de dezembro de 2017 à 06 de janeiro de 2018, sendo 20 dias de Gozo e 10 dias de Pecúnia, ao(a) servidor(a) MARCIO GIOVANI GUIESELER, matrícula 2070, investido(a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2179/2017.

Publicação Nº 1473590

PORTARIA Nº 2179/2017

De: 19 de dezembro de 2017.

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital nº 006/2017 da Secretaria Municipal de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Contratação Temporária do(a) Sr.(a) TANIA MARA DELPONTE VIDAL SABATKE, matrícula 1282999, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, vinculada à Técnica de Enfermagem Débora da Silva Estevão Coelho (Afastamento para cuidar de Pessoa da Família).

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2180/2017.

Publicação Nº 1473593

PORTARIA Nº 2180/2017.

De: 20 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 20 de dezembro de 2017 à 19 de março de 2018, ao(a) servidor(a) PAULO JOSÉ HENING, matrícula 624500, investido(a) no cargo de ENFERMEIRO I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2181/2017.

Publicação Nº 1473601

PORTARIA Nº 2181/2017

De: 20 de dezembro de 2017.

**ADITIVA CONTRATO DE SERVIDOR
EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007;

· Considerando a Contratação Temporária pelo Edital nº 018/2017 da Secretaria Municipal de Saúde;

· Considerando a C.I. nº 230/2017 da Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o Aditivo de Contrato Temporário do(a) Sr. (a). SILVANA APARECIDA BIALESKI RUJANOWSKI, matrícula 623342, na função de ENFERMEIRO, prorrogando o prazo do mesmo até 19.03.18 e vinculando-o ao Enfermeiro Paulo José Hening (Licença Prêmio).

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 20 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2182/2017.

Publicação Nº 1473602

PORTARIA Nº 2182/2017

De: 20 de dezembro de 2017.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 20 de dezembro de 2017 a 08 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) AIROMAR DA SILVA, matrícula 1309, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Administração.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2184/2017.

Publicação Nº 1473608

PORTARIA Nº 2184/2017

De: 20 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão de Progressão Automática, do (a) servidor (a) VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI, matrícula 1201956, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, para a referência Nível IV – C.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de dezembro de 2017.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 045/2017 – CARGO: AUXILIAR DE LIMPEZA.

Publicação Nº 1473623

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 045/2017 – CARGO: AUXILIAR DE LIMPEZA

No Edital Nº 045/2017, para Processo Seletivo Simplificado, onde consta:

2.1. As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:

Data: 28 de dezembro de 2017;

Local: Setor de Protocolo da Prefeitura de Itapoá, Rua Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte, município de Itapoá, das 13h00 às 18h00, mediante pagamento da taxa.

PASSA A CONSTAR:

2.1. As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:

Data: 28 de dezembro de 2017;

Local: Setor de Protocolo da Prefeitura de Itapoá, Rua Mariana Michel Borges, 201, Itapema do Norte, município de Itapoá, das 13h00 às 18h00.

Publique-se.

Cumpra-se.

Itapoá, 26 de dezembro de 2017.

Marciane Rech
Enfermeira III

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 046/2017 – CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

Publicação Nº 1473627

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 046/2017 – CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM

No Edital Nº 046/2017, para Processo Seletivo Simplificado, onde consta:

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no horário das 13:00 às 19:00 horas, mediante o pagamento da taxa de protocolo.

PASSA A CONSTAR:

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte, município de Itapoá, no horário das 13:00 às 19:00 horas.

Publique-se.

Cumpra-se.

Itapoá, 26 de dezembro de 2017.

Marciane Rech
Enfermeira III

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 047/2017 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BALNEÁRIO PAESE.

Publicação Nº 1473624

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 047/2017 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BALNEÁRIO PAESE

No Edital Nº 047/2017, para Processo Seletivo Simplificado, onde consta:

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no horário das 13:00 às 19:00 horas, mediante o pagamento da taxa de protocolo.

PASSA A CONSTAR:

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte, município de Itapoá, no horário das 13:00 às 19:00 horas.

Publique-se.

Cumpra-se.

Itapoá, 26 de dezembro de 2017.

Marciane Rech
Enfermeira III

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 048/2017 – VAGA TEMPORÁRIA PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE DE SAÚDE ITAPEMA DO NORTE.

Publicação Nº 1473625

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 048/2017 – VAGA TEMPORÁRIA PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UNIDADE DE SAÚDE ITAPEMA DO NORTE

No Edital Nº 048/2017, para Processo Seletivo Simplificado, onde consta:

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no horário das 13:00 às 19:00 horas, mediante o pagamento da taxa de protocolo.

PASSA A CONSTAR:

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Mariana Michels Borges, 201, Itapema do Norte, município de Itapoá, no horário das 13:00 às 19:00 horas.

Publique-se.

Cumpra-se.

Itapoá, 26 de dezembro de 2017.

Marciane Rech
Enfermeira III

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

Ituporanga

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 076, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1473011

LEI COMPLEMENTAR Nº 076, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas nas Ruas: Vereador Norberto Scheidt; José de Anchieta; Dom Pedro I”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas, tendo como limite total as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado, compreendendo aquele diretamente localizado nos logradouros:

I – Rua Vereador Norberto Scheidt, que inicia na Rua Juvenal E Rodrigues até o cruzamento com a Rua Governador Jorge Lacerda, com extensão de 139,00 m (cento e trinta e nove metros) ao custo total/orçado estimado de R\$ 114.713,22 (cento e quatorze mil setecentos e treze mil reais e vinte e dois centavos);

II – Rua José de Anchieta, que inicia na Rua Presidente Nereu até o cruzamento com a Leonel Thiesen, com extensão de 101,00 m (cento e um metros) ao custo total/orçado estimado de R\$ 136.395,45 (cento e trinta e seis mil trezentos e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos);

III – Dom Pedro I, que inicia na Rua Francisco Machado até o cruzamento com a Rua Delfino José Ludvig, com extensão de 324,00 m (trezentos e vinte e quatro metros) ao custo total/orçado estimado de R\$ 437.545,80 (quatrocentos e trinta mil quinhentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

Art. 2º. A Contribuição de Melhoria, regulada pela presente Lei, tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente pela obra pública.

§ 1º. O fato gerador da Contribuição de Melhoria considera-se ocorrido na data da conclusão da obra ou de parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início de sua cobrança.

§ 2º. Consideram-se localizados em áreas ou zonas de influência diretamente beneficiadas os imóveis com testada para as vias ou logradouros públicos em que as obras foram executadas.

Art. 3º. A Contribuição de Melhoria incidirá nos imóveis de domínio privado, situados nas áreas direta ou indiretamente beneficiadas pela obra pública, salvo nas exceções previstas nesta Lei.

Art. 4º. Contribuinte do tributo é o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, situado nas áreas beneficiadas pela obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria os adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. Os bens imóveis indivisos, edificados ou não, serão considerados como pertencentes a um só proprietário e àquele que for lançado terá o direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couber.

Art. 5º. A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município tem como limite total o custo da obra e como limite individual o acréscimo de valor que dela resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 6º. A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra, prevista no artigo 7º, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência, proporcionalmente à valorização adquirida por cada um dos imóveis beneficiados, de acordo com a seguinte equação:

$$Vcm = Vdo - Vao$$

Onde:

Vcm= Valor da Contribuição de Melhoria;

Vdo= Valor do imóvel depois da obra;

Vao= Valor do imóvel antes da obra.

§ 1º O Chefe do Poder Executivo editará decreto criando Comissão de Avaliação Imobiliária, composta por um Corretor de Imóveis devidamente inscrito no CRECI, um engenheiro civil devidamente inscrito no CREA, para que sob a presidência de um servidor municipal, efetuem as avaliações dos imóveis beneficiados pela obra pública, de forma a se verificar a efetiva valorização sofrida por cada um deles, levando sempre em consideração o previsto no artigo 8º e utilizando-se de métodos e critérios usualmente empregados na avaliação de imóveis para fins de determinação de seu valor venal.

§ 2º Quando o somatório das valorizações individuais for superior ao custo da obra, o Poder Público promoverá a redução proporcional no

valor cobrado de cada sujeito passivo até alcançar o limite total.

Art. 7º. A parcela a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de 70% (setenta por cento) do custo da obra.

Art. 8º. Na apuração dos fatores individuais de valorização dos imóveis beneficiados por obra pública, as avaliações previstas no artigo 6º serão procedidas levando em conta a situação do imóvel na zona de influência, sua área, testada, tipo de construção, finalidade de exploração econômica, edificações existentes, entrada para veículo, dentre outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

Art. 9º. Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Departamento de Fiscalização da Secretaria da Fazenda publicará, antes do início da obra, edital contendo, no mínimo, os seguintes:

- I – descrição e finalidade da obra;
- II - delimitação das áreas ou zonas de influências, direta e indiretamente, beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;
- III - memorial descritivo do projeto;
- IV- orçamento do custo da obra, incluindo a previsão de reajustes, na forma da legislação municipal;
- V - determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, nos termos do art. 7º;
- VI – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona de influência ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;
- VII – prazo de 30 (trinta) dias para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos constantes do edital;
- VIII – identificação do órgão responsável pela obra.

Art. 10. Os titulares de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras têm o prazo de trinta (30) dias, a contar da notificação da publicação do edital referido no artigo anterior, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 1º O sujeito passivo será notificado, da publicação do edital referido no caput deste artigo, pela entrega do aviso, no local do imóvel, a ele ou aos seus familiares, representantes, prepostos, empregados ou inquilinos.

§ 2º A impugnação, dirigida ao Secretário da Fazenda, será apresentada, em petição fundamentada, à repartição fazendária no prazo legal e servirá para o início do processo administrativo, o qual se regerá pelas normas atinentes ao processo administrativo tributário previstas no Código Tributário Municipal e legislação pertinente.

§ 3º Não suspende o início ou prosseguimento das obras, nem obsta ao Departamento de Fiscalização a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria a impugnação dos elementos do edital, cuja decisão somente terá efeito para o impugnante.

Art. 11. O Secretário da Fazenda proferirá decisão irrecorrível no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

Art. 12. A decisão será publicada no órgão oficial do Município, e o impugnante será intimado dela na forma do parágrafo primeiro do artigo 10.

Art. 13. Executada a obra pública na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Público municipal procederá aos atos administrativos necessários à realização do lançamento do tributo no que se refere a esses imóveis, em conformidade com o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. O lançamento será precedido da publicação de edital, no órgão oficial do Município, contendo o demonstrativo de custo total da obra realizada e dando-a por concluída e entregue.

Art. 14. Por conta do Município correrá a Contribuição de Melhoria relativa aos imóveis pertencentes ao seu patrimônio e aos isentos desse tributo, e será integrada no cálculo previsto nesta Lei, para fins de dedução do valor do total a ser cobrado dos contribuintes.

Art. 15. O lançamento da Contribuição de Melhoria se dará apenas aos contribuintes que não aderirem ao programa de pavimentação comunitária, de acordo com o artigo art. 4º, §2º, da Lei nº 2.541, de 28 de abril de 2014.

Art. 16. O órgão fazendário notificará o sujeito passivo com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal utilizado pelo Município para o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU.

Art. 17. O sujeito passivo será notificado da Contribuição de Melhoria pela entrega do aviso de lançamento, no local do imóvel, a ele ou aos seus familiares, representantes, prepostos, empregados ou inquilinos.

§ 1º. No caso de terreno baldio, a notificação far-se-á pela entrega do aviso no local para esse fim indicado pelo sujeito passivo, para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU.

§ 2º. Na ausência de indicação de endereço e de não ser conhecido pela Administração o domicílio tributário do sujeito passivo, comprovada a impossibilidade de entrega da notificação do lançamento, esta se dará por edital.

§ 3º. A notificação do lançamento deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- I - referência à obra realizada e ao edital mencionado no art. 9º;
- II - de forma resumida:
 - a) o demonstrativo de custo total da obra, com referência ao edital previsto no parágrafo único do art. 13 desta Lei;
 - b) a parcela do custo da obra a ser ressarcida, mediante a cobrança do tributo.

III - o valor da Contribuição de Melhoria relativo ao imóvel do contribuinte e os elementos que integraram o seu cálculo;
IV - forma e prazo para o pagamento, desconto se houver, número de prestações e seus vencimentos;
V - local do pagamento;
VI - prazo para impugnação, não inferior a 30 (trinta) dias.

Art. 18. Os sujeitos passivos, no prazo que lhes for concedido na notificação de lançamento, poderão apresentar impugnação contra, dentre outros elementos:

I - erro na localização, dimensão ou em quaisquer outras características dos imóveis;
II - o valor da Contribuição de Melhoria;

§ 1º. A impugnação do lançamento, dirigida ao Secretário da Fazenda será apresentada, em petição fundamentada, à repartição fazendária no prazo fixado, contado da notificação efetiva ou ficta, sob pena de preclusão.

§ 2º. A impugnação dará início ao processo tributário de caráter contencioso e processar-se-á segundo o rito estabelecido no Código Tributário Municipal e legislação pertinente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Art. 19. O Secretário da Fazenda proferirá decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

Art. 20. A decisão será publicada no órgão oficial do Município, e o impugnante será intimado dela na forma do artigo 17.

Art. 21. Da decisão caberá pedido de reconsideração à autoridade julgadora, no prazo preclusivo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da intimação, devendo ser julgado em igual prazo.

Art. 22. O contribuinte poderá efetuar o pagamento da Contribuição de Melhoria dentro do prazo estabelecido pelo edital em parcela única com 10% (dez por cento) de desconto sobre o valor total.

Art. 23. O contribuinte poderá optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas de igual valor e sucessivo, com juros de 1% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito e interstício de 30 (trinta) dias entre as parcelas, observado o valor mínimo para a parcela equivalente a 01 (uma) UFM.

Parágrafo único. A inadimplência, por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses alternados, acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do saldo remanescente.

Art. 24. A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, no prazo fixado, implicará cobrança de:

I - multa moratória de 2% (dois por cento);
II - juros moratórios, à razão de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do mês imediato ao do vencimento, contando-se como mês completo qualquer fração igual ou superior a 15 dias;
III - correção monetária.

§ 1º A atualização monetária, bem como os juros de mora, incidirão sobre o valor integral do crédito tributário, neste computada a multa moratória.

Art. 25. Não será admitido o pagamento de qualquer prestação sem que estejam quitadas todas as anteriores.

§ 1º Decorrido o prazo fixado para pagamento de cada parcela mensal, serão devidos os acréscimos previstos no artigo anterior.

§ 2º A inscrição como Dívida Ativa do Município, de cada parcela mensal da contribuição, será efetuada depois de esgotado o prazo fixado para pagamento ou o fixado por decisão final proferida em processo regular.

Art. 26. Ficam isentos da Contribuição de Melhoria:

I - os imóveis integrantes do patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
II - os imóveis dos templos de qualquer culto;

III - os imóveis integrantes do patrimônio dos partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos, desde que relacionados com as finalidades essenciais dessas entidades e seja observado o disposto no artigo 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);

IV - O aposentado e o pensionista proprietários de imóvel único, desde que o somatório da renda familiar dos membros nele residentes não seja superior a 7 (sete) Unidades Fiscais Municipais - UFM's em vigor na data de ocorrência do fato gerador.

§ 1º A vedação do inciso I é extensiva às autarquias, às fundações e associações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere aos imóveis integrantes do patrimônio vinculado a suas finalidades essenciais.

§ 2º As vedações do inciso I e do parágrafo anterior não se aplicam aos bens relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar a Contribuição de Melhoria relativamente ao bem imóvel.

§ 3º A vedação expressa no inciso II compreende somente os imóveis integrantes do patrimônio relacionado com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 4º As isenções previstas nos incisos II, III e IV deste artigo serão concedidas com base em requerimento interposto ao Município, devidamente fundamentado e apresentado antes do lançamento do tributo, acompanhado de documentação comprobatória de atendimento ao

benefício, e sua cessação se dará uma vez verificado não mais existir quaisquer dos pressupostos que autorizem sua concessão.

§ 5º No caso de pedido de isenção requerido pelo cônjuge ou filhos do sujeito passivo já falecido, cujo imóvel esteja em nome do mesmo, deverá ser comprovada a situação legal do espólio, observadas as disposições tributárias pertinentes à titularidade do imóvel e a responsabilidade tributária.

§ 6º As isenções previstas neste artigo, somente serão concedidas aos contribuintes que não possuírem débitos para com a Fazenda Municipal.

Art. 27. Esta lei complementar entra em vigor a partir de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 26 de dezembro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO 1.704/2017

Publicação Nº 1473610

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito de Jaborá(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei nº 1.572 de 06 de dezembro de 2016, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente da Município de Jaborá:

08.00 - SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL

08.00 - SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SOCIAL

08.244.0009.2.022 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0064.000000 (166) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Recursos do Transf. Recursos do Estado/FEAS – 0.1.0064.000000 - R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas seguintes Fontes de Recursos:

FONTES DE RECURSOS:

Recursos do Transf. Recursos do Estado/FEAS – 0.1.0064.000000 - R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,

em 26/dezembro/2017

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 27/12/2017

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária De Administração

Jacinto Machado

PREFEITURA

LEI Nº. 866 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473033

LEI Nº. 866 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art.1º - O Orçamento Geral do Município de Jacinto Machado para o exercício de 2018 estima a Receita, e fixa a Despesa em R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), sendo R\$ 27.633.000,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e trinta e três mil reais), do Orçamento Fiscal e R\$ 7.367.000,00 (sete milhões, trezentos e sessenta e sete mil reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 31.095.000,00 (trinta e um milhões e noventa e cinco mil reais), fixa em R\$ 24.870.000,00 (vinte e quatro milhões e oitocentos e setenta mil reais) a despesa da Prefeitura Municipal, em R\$ 4.825.000,00 (quatro milhões, oitocentos e vinte e cinco mil reais) as transferências financeiras para os Fundos Municipais e em R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) as transferências financeiras ao Poder Legislativo.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1 .	RECEITAS CORRENTES	33.904.000,00
1.1.	RECEITA DE IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	3.867.000,00
1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	160.000,00
1.4	RECEITA AGROPECUÁRIA	20.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	120.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.412.000,00
9.1	DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	(4.248.000,00)
1.9.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	325.000,00
2.	RECEITAS DE CAPITAL	1.439.000,00
2.1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	400.000,00
2.2.	ALIENAÇÃO DE BENS	60.000,00
2.4.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	979.000,00
	TOTAL:	31.095.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional – programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I – CLASSIFICAÇÃO POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

02 –	GABINETE DO PREFEITO	780.000,00
03 –	SECRETARIA DE ADM. PLAN. E FINANÇAS	2.110.000,00
04 –	SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E DA FAMÍLIA	152.000,00
05	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	13.554.000,00
06 –	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	5.680.000,00
07 –	SECRETARIA DA AGRIC., IRRIG. E M. AMBIENTE	1.140.000,00
08 –	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.100.000,00
09 –	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	294.000,00
12 -	FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	40.000,00
99 –	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00
	SOMA:	24.870.000,00

Transferências Financeiras para o F.M.Saúde	3.882.000,00
Transferências Financeiras para o F.M.A. Social	943.000,00
Transferências Financeiras p/ Câmara Municipal de Vereadores	1.400.000,00

SOMA:	6.225.000,00
TOTAL:	31.095.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

04	Administração	2.890.000,00
08	Assistência Social	152.000,00
12	Educação	12.740.000,00
13	Cultura	678.000,00
15	Urbanismo	4.300.000,00
18	Gestão Ambiental	20.000,00
20	Agricultura	920.000,00
22	Indústria	250.000,00
23	Comércio e Serviços	40.000,00
26	Transporte	1.380.000,00
27	Desporto e Lazer	380.000,00
28	Encargos Especiais	1.100.000,00
99	Reserva de Contingência	20.000,00
	SOMA:	24.870.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	6.225.000,00
	TOTAL:	31.095.000,00

III– CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	20.620.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.000.000,00
3.2.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	50.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	8.570.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	4.230.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	4.080.000,00
4.6.00.00.00.00	Amortização da Dívida	150.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00
	SOMA:	24.870.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS P/ FUNDOS	4.825.000,00
	TRANSF. FINANC. P/ CÂMARA VEREADORES	1.400.000,00
	TOTAL:	31.095.000,00

§ 3º - A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será registrada orçamentariamente como Transferência Financeira pela Unidade Prefeitura Municipal e classificada por modalidade de aplicação de despesa, na forma da Lei 4.320/64, pela Câmara Municipal.

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

Art. 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 2.118.000,00 (dois milhões, cento e dezoito mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 3.882.000,00 (três milhões, oitocentos e oitenta e dois mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	2.008.000,00
1.1	RECEITA DE IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	20.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	66.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	12.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.910.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	110.000,00
2.2	ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	100.000,00
	SOMA:	2.118.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	3.882.000,00
	SOMA:	6.000.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

10	SAÚDE	5.990.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	6.000.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	5.680.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.960.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.720.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	310.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	310.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	6.000.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Art. 4º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 267.000,00 (duzentos e sessenta e sete mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 943.000,00 (novecentos e quarenta e três mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.210.000,00 (um milhão, duzentos e dez mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	222.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	12.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	210.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	45.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	45.000,00
	SOMA:	267.000,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	943.000,00
	SOMA:	1.210.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.205.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
	SOMA:	1.210.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.030.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	320.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	710.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	175.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	175.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00
	SOMA:	1.210.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DE JACINTO MACHADO

Art. 5º - O Orçamento da entidade FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DE JACINTO MACHADO - FASSP para o exercício de 2018, estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	20.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	20.000,00
	SOMA:	20.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FASSP, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

08	ASISTÊNCIA SOCIAL	20.000,00
	SOMA:	20.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	20.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
	SOMA:	20.000,00

DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE

Art. 6º - O Orçamento da entidade SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE para o exercício de 2018, estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos.

1	RECEITAS CORRENTES	1.340.000,00
1.3	RECEITA PATRIMONIAL	22.000,00
1.6	RECEITA DE SERVIÇOS	1.230.000,00
1.7	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.000,00
1.9	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	68.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	160.000,00
2.4	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	160.000,00
	SOMA:	1.500.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade SAMAE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

17	SANEAMENTO	1.490.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	1.500.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.090.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	550.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	540.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	310.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	400.000,00
9.9.99.99.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	SOMA:	1.500.000,00

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 7º - O Orçamento da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JACINTO MACHADO para o exercício de 2018, estima as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais).

§ 1º - As Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, serão realizadas na forma prevista na legislação pertinente e demais aspectos das normas contábeis.

§ 2º - A Despesa da Unidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

01	LEGISLATIVA	1.400.000,00
----	-------------	--------------

II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.300.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	950.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	350.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	100.000,00
	SOMA:	1.400.000,00

DOS ORÇAMENTOS DOS DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS

Art. 8º - As despesas do FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL, DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, no exercício de 2.018, serão destacadas em órgãos próprios da Administração Municipal Direta e Descentralizada.

Parágrafo único. As Receitas auferidas pelos Fundos serão contabilizadas em contas específicas da Unidade Gestora Central e movimentadas em contas bancárias vinculadas aos próprios Fundos, na forma da Lei 4.320/64.

Art. 9º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	10.000,00
	Passivos Contingentes	10.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE A. SOCIAL DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	5.000,00
	Passivos Contingentes	5.000,00

UNIDADE GESTORA: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO - SAMAE

99	Reserva de Contingência	10.000,00
	Passivos Contingentes	10.000,00

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

99	Reserva de Contingência	20.000,00
	Passivos Contingentes	20.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando os dispositivos da Lei Complementar 101/2000 e legislação pertinente.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 14/12/2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor", desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 10 - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de projeto, atividade ou operação especial, até o limite dos seus saldos, observada a origem e a destinação dos recursos.

Art. 11 - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4320/64, combinado com o Art. 43 da mesma Lei, abrir créditos adicionais suplementares, por Ato Próprio, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II – O ingresso de valores provenientes de Operação de Crédito, ou o seu excesso.
- III - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- IV – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 12 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas mediante a disponibilidade financeira ou se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13 - Por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, os recursos oriundos de operações de crédito e convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 14 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15 – Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal.

Art. 16 - Durante o Exercício de 2018, por meio de autorização específica e observada a legislação pertinente, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 17 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 18 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municípios circunvizinhos, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Parágrafo único. Os Termos de Convênios a que se refere este artigo serão remetidos à Câmara de Vereadores, para conhecimento e homologação, em até 30 dias de sua assinatura.

Art. 19 – As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, bem como inseridas novas fontes de recurso e despesa orçamentária correspondente, desde que a modalidade esteja prevista no Projeto/Atividade, em especial quando originárias de intervenções do Tribunal de Contas e da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 20 – Fazem parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº 4.320/64 oriundos do sistema informatizado de contabilidade e orçamentos e os ANEXOS vinculados à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2018 previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 21 – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 22 de dezembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 867 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473057

LEI Nº. 867 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE RECURSOS PELO MUNICÍPIO ÀS INSTITUIÇÕES PRIVADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a concessão de recursos pelo Município, a título de subvenções, auxílios ou contribuições, com a finalidade de prestar apoio às entidades privadas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

Parágrafo único. A execução do disposto no caput deste artigo dependerá da existência de recursos orçamentários nos orçamentos do Município, seus fundos, fundações ou autarquias, ou abertos por créditos adicionais.

Art. 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

I - subvenção: a transferência de recursos para cobrir despesas de custeio da entidade beneficiada, visando uma contraprestação de serviços;

II - auxílio: a transferência de recursos financeiros que se destina a atender despesas de capital da entidade beneficiária;

III – contribuição: a transferência de recursos para cobrir despesas de custeio da entidade beneficiária, em razão das suas atividades de caráter social, sem a contraprestação direta em bens ou serviços;

IV - concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta responsável pela concessão dos benefícios previstos nesta Lei; e

V - entidade beneficiária: a entidade privada sem fins lucrativos que exerce atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação e que presta atendimento direto ao público de forma gratuita.

Art. 3º - A transferência de recursos financeiros de que trata esta Lei será efetivada mediante convênio.

Parágrafo único. O convênio de que trata o caput deste artigo, no caso de auxílio para investimento, deverá conter cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO

Art. 4º - Para obter quaisquer dos benefícios previstos nesta Lei, a entidade beneficiária deverá:

- I – propor plano de trabalho;
- II – demonstrar que dispõe de condições técnicas e operacionais para executar o plano de trabalho;
- III – ter finalidade nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura, conforme estatuto social, devendo a mesma estar relacionada ao objeto do instrumento a ser pactuado;
- IV – possuir inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- V – demonstrar seu funcionamento regular; e
- VI – comprovar sua regularidade relativa à:
 - a) Seguridade Social;
 - b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - c) Fazenda Municipal da sua sede; e
 - d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;

§ 1º Além dos requisitos previstos neste artigo, outros poderão ser estabelecidos em ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º A concessão do benefício será precedida de análise técnica e jurídica pela unidade concedente e mediante aprovação da autoridade competente.

CAPÍTULO III DAS VEDAÇÕES

Art. 5º - Fica vedada a concessão dos benefícios previstos nesta Lei a entidades privadas sem fins lucrativos:

- I - que não possuam regularidade:
 - a) relativa à prestação de contas de recursos municipais anteriormente recebidos; e
 - b) tributária perante os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal.
- II - que tenham como membros da diretoria:
 - a) agente político do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, de qualquer esfera governamental; e
 - b) dirigente de entidade da Administração Pública Indireta, de qualquer esfera governamental; e
- III - quando o objeto for a fundação, organização ou instalação das entidades.

§ 1º A vedação que trata o inciso II, alínea "a" do caput deste artigo aplica-se ao respectivo cônjuge ou companheiro, bem como à parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

§ 2º A concessão de auxílio para investimento será destinada exclusivamente à:

- I – aquisição e instalação de equipamentos e realização de obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos; e
- II – aquisição de material permanente.

§ 3º Fica vedado às entidades beneficiárias a transferência ou o repasse de recursos recebidos na forma desta Lei, a outras entidades de direito público ou privado.

CAPÍTULO IV DA PUBLICIDADE

Art. 6º - Os termos de convênios decorrentes da concessão dos benefícios previstos nesta Lei serão publicados na Imprensa Oficial do Município, em forma de extrato, como condição de validade e eficácia.

Art. 7º - A entidade beneficiária deverá disponibilizar ao cidadão, para consulta, por meio da internet ou por afixação em sua sede, os respectivos termos de transferência, doação ou cessão e, posteriormente, o detalhamento da aplicação dos recursos recebidos.

CAPÍTULO V DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

Art. 8º - Na contratação com terceiros, para a aquisição de bens ou serviços com a utilização de recursos financeiros municipais, a entidade beneficiária deverá observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.

CAPÍTULO VI DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 9º - Os recursos financeiros transferidos na forma desta Lei deverão ser creditados e movimentados em conta bancária única e específica aberta para esse fim.

Art. 10 - Os recursos financeiros, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreados em títulos da dívida pública federal.

Parágrafo único. Os rendimentos da aplicação financeira deverão ser devolvidos ou aplicados no objeto da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

**CAPÍTULO VII
DAS PENALIDADES**

Art. 11 - Fica vedado o repasse de recursos municipais à entidade beneficiária irregular, por pendência na aplicação dos recursos, até a sua regularização e/ou pagamento do débito.

§ 1º Sobre o valor do dano apurado nas providências administrativas para ressarcimento ao erário e em tomada de contas especial incidirá atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), desde a data do recebimento do recurso, e juros legais, contados do decurso do prazo de execução do objeto ou, inexistindo prazo, da data limite para a prestação de contas.

§ 2º Ficam excluídas da penalidade prevista no caput deste artigo os casos em que forem imputadas somente multas aos responsáveis.

§ 3º Durante o prazo referido no caput deste artigo, qualquer entidade da qual o responsável pela imputação de débito venha a participar como dirigente fica impedida de receber recursos municipais.

**CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 12 - Os órgãos ou as entidades que concederem quaisquer dos benefícios previstos nesta Lei deverão acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, inclusive com programação de visitas in loco.

Art. 13 - Esta Lei poderá ser regulamentada, no que couber, por ato do Chefe do Poder Executivo, sendo aplicada, subsidiariamente a Lei nº 13.019/2014 no que couber.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 22 de dezembro de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATOS, TERMO DE CONTRATO Nº 5/2017

Publicação Nº 1473070

EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 5/2017**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2017**

Contratante: Câmara Municipal de Jacinto Machado

Contratada: SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA - ME, de Braço do Norte (SC)

Objeto: Locação de Sistemas para Legislação Pública compreendendo: Gerenciador de Documentos, Portal Web para Câmara e Transmissão de Áudio e Vídeo para o exercício de 2018

Valor: R\$ 7.920,00, em 12 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 660,00 cada

Dotação: 2.002 - 3.3.90.39.11.00.00.00 - Locação de Softwares

Vigência: 2 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 7/2017

Contratante: Câmara Municipal de Jacinto Machado

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA., de Criciúma (SC)

Objeto: Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública para o exercício de 2018

Valor: R\$ 16.728,00, em 12 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.394,00 cada

Dotação: 2.002 - 3.3.90.39.11.00.00.00 - Locação de Softwares

Vigência: 2 de janeiro a 31 de dezembro de 2018

Vereador VALDIR TROMBIM (DEM)

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

ERRATA 13/2017/FMS PL - 27/2017/FMS

Publicação Nº 1473303

PREFEITURA DE JOAÇABA – SC

Errata ao extrato de contrato nº 013/2017/FMS , publicado no DOM em 18/12/2017 - edição 2410; e extrato de homologação PL 27/2017/FMS , publicado no DOM em 18/12/2017- edição 2410.

1) Onde se lê:

1	Item 01 – 13,67% e item 02 – 21,70%
---	-------------------------------------

Leia-se:

1	Item 01 – 18% e item 02 – 38%
---	-------------------------------

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, 26/12/2017.

EXTRATO PP 66/2017/PMJ

Publicação Nº 1473609

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº100/2017/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2017/PMJ

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços especializados de desinsetização, desratização, descupinização e limpeza com desinfecção de caixas d'água, cisternas e reservatórios para Secretaria de Educação (Escolas e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação) e de diversas secretarias e órgãos vinculados à administração pública municipal conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Forma de Julgamento: Menor Preço por Lote. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 09/01/2018. Processamento do Pregão: às 10h do dia 09/01/2018, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 26 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Secretaria Municipal de Educação
Marilene Zanoello Detoni - secretária

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1473332

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência do candidato(a) Sr(a) GUILHERME CASAGRANDE, Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, classificado em 13º lugar, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 014/2016, fica registrado a desistência, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1473341

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência do candidato(a) Sr(a) LEONARDO BORSOI, Cargo de Auxiliar de Serviços Externos, classificado em 03º lugar, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 004/2017, fica registrado a desistência, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1473326

Joaçaba, 27 de novembro de 2017.

Convocação:

Convocamos a senhora ALEXANDER LOPES RODRIGUES apresentar-se ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Joaçaba, no prazo de 05 (cinco) dias do recebimento deste, munida dos documentos abaixo relacionados para assumir vaga do teste seletivo referente ao edital n.º 14/2016, no qual foi classificado para a vaga de Auxiliar de Serviços Externos:

- ☐ Carteira de Trabalho
- ☐ Cópia da certidão de Nascimento ou casamento (xerox autenticado)
- ☐ Cópia da certidão de filhos menores de 14 anos
- ☐ 1 foto ¾ colorida (atual)
- ☐ Cópia do título de eleitor (xerox autenticado) com comprovante da última eleição
- ☐ Cópia da carteira de Identidade (xerox autenticado)
- ☐ Cópia do número PIS/PASEP
- ☐ Cópia do cadastro de Pessoa Física – C.P.F. (xerox autenticado)
- ☐ Cópia da certificado de Reservista (para sexo masculino)
- ☐ Declaração de bens (cópia completa da declaração de IRPF)
- ☐ Comprovante de Residência
- ☐ Cópia do Diploma ou Certificado que comprove escolaridade exigida no edital + CNH mínimo D
- ☐ Declaração de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária (quando for o caso)
- ☐ Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares
- ☐ Cópia de documento que comprove conta corrente vinculada a CEF para transferência de pagamento via conta eletrônica.
- ☐ Atestado de saúde Ocupacional
- ☐ Número de Telefone residencial e celular, e-mail

Contrato por prazo determinado de 6 meses, podendo ser prorrogado por igual período, em conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 97/2005.

Caso não haja interesse em tomar posse do cargo para o qual foi classificado em concurso público, deve o aprovado subscrever correspondência, dizendo de sua desistência, enviando a mesma aos cuidados do Setor de Pessoal da municipalidade. Ficamos a disposição para quaisquer esclarecimentos. Sem mais.

Juliana Dartora Besbati - Setor de Pessoal

Recebimento: ____/____/____

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1473346

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista decorrido o prazo sem manifestação pelo candidato(a) Sr(a) CARMEN LEONOR DUARTE, Cargo de Enfermeiro, referente ao edital de teste seletivo n.º 001/2017, classificado em 11º lugar, fica o mesmo encaminhado ao final da lista de classificação conforme disposto no referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1473337

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência do candidato(a) Sr(a) ELOI ADÃO NORA, Cargo de Auxiliar de Serviços Externos, classificado em 01º lugar, referente ao Edital de Teste Seletivo n.º 004/2017, fica registrado a desistência, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1473328

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) MARCELEI APARECIDA DE OLIVEIRA RODRIGUES, Cargo de Técnico de Enfermagem, referente ao edital de teste seletivo n.º 001/2017, classificado em 2º lugar, fica o mesmo encaminhado ao final da lista de classificação conforme disposto no referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA**PORTARIA Nº 218 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017 - NEREIDA DE MELLO**

Publicação Nº 1473096

PORTARIA Nº 218 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba – IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta da decisão exarada no Processo nº 0302157-20.2017.8.24.0037, da 2ª Vara Cível da Comarca de Joaçaba, de 12 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º. Restabelecer a aposentadoria por invalidez, conforme decisão judicial nos autos do processo nº 0302157-20.2017.8.24.0037, com proventos proporcionais a NEREIDA DE MELLO, inscrita no CPF sob o nº 516.526.339-87, portadora do RG nº 11/C 1.304.319, inscrita no PASEP sob o nº 120.39280.10-5, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviço Internos, lotada na Secretaria de Educação, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 11.334, nos termos do art. 19 c/c art. 3º, ambos da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 19,49% (dezenove vírgula quarenta e nove por cento) da média das remunerações, sendo pago o Piso Municipal, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº 099/2005.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 52 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), 13 de dezembro de 2017.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

PLASS**EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 01/2014/PLASS**

Publicação Nº 1473535

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 01/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: INTEGRAL CLINICA ODONT. LTDA – ME

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 01/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 238/2013, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 04/2013/PLASS

Publicação Nº 1473523

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 04/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CEPAC CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS S/C.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 04/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 05/2013/PLASS

Publicação Nº 1473524

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 05/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO MIGUEL S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 05/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Resolução nº 01/2013, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 06/2013/PLASS

Publicação Nº 1473525

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 06/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: DANIELLE COCO POZZEBON – ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 06/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CLINICA GERAL, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 07/2013/PLASS

Publicação Nº 1473526

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 07/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CEFISIO – CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO S/S LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 07/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992 e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 09/2013/PLASS

Publicação Nº 1473527

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 09/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA DURAN S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 09/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 10/2013/PLASS

Publicação Nº 1473528

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 10/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA ODONTOLOGICA PILATI LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 10/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 11/2013/PLASS

Publicação Nº 1473529

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 11/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA DURAN S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 11/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: OTORRINOLARINGOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 12/2013/PLASS

Publicação Nº 1473530

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 12/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: BITTENCOURT & ZAGO SAUDE DENTAL S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2013, homologado no dia 03 de junho de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 205 de 16 de setembro de 2011, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02 CONTRATO Nº 04/2016/PLASS

Publicação Nº 1473613

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 04/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CONSULTORIO ODONTOLÓGICO MASCHIO E KRUGER LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 04/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2016, homologado no dia 20 de abril de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 279/2014, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02 CONTRATO Nº 06/2016/PLASS

Publicação Nº 1473614

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 06/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: UNIMED JOAÇABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 06/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2016, homologado no dia 20 de abril de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela CBHPM Edição 2014, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇOS DE IMAGEM – ULTRASSONOGRAFIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02 CONTRATO Nº 07/2016/PLASS

Publicação Nº 1473616

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 07/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CAROLINE MATTEVI NUTRIÇÃO CLINICA LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 07/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2016, homologado no dia 20 de abril de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: NUTRIÇÃO, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02 CONTRATO Nº 08/2016/PLASS

Publicação Nº 1473617

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 08/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA SAMPAIO S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 08/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2016, homologado no dia 03 de junho de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02 CONTRATO Nº 09/2016/PLASS

Publicação Nº 1473619

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 09/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: C.A.M. SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 09/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2016, homologado no dia 03 de junho de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PNEUMOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02 CONTRATO Nº 10/2016/PLASS

Publicação Nº 1473620

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 10/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA MÉDICA SÃO LUCAS S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 10/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2016, homologado no dia 03 de junho de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: UROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02 CONTRATO Nº 11/2016/PLASS

Publicação Nº 1473621

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 11/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINIMED – CLINICA MEDICA CAPINZAL SOCIEDADE SIMPLES EPP.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 11/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2016, homologado no dia 20 de outubro de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GASTRO-ENTEROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02 CONTRATO Nº 12/2016/PLASS

Publicação Nº 1473622

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 02
CONTRATO Nº 12/2016/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: CLINICA DO APARELHO DIGESTIVO REBELATTO S/S ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 05/2016, homologado no dia 23 de novembro de 2016, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GASTRO-ENTEROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 03/2015/PLASS

Publicação Nº 1473603

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 03/2015/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CONSULTORIO ODONTOLOGICO WYZYKOWSKI LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 03/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2015, homologado no dia 09 de setembro de 2015, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 279/2014, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 04/2015/PLASS

Publicação Nº 1473604

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 04/2015/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: REABILITAR FISIOTERAPIA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 04/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2015, homologado no dia 09 de setembro de 2015, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na tabela AMB 1992, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 05/2015/PLASS

Publicação Nº 1473605

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 05/2015/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ORAL.MD–CLINICA ODONTOLOGICA LTDA. – ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 05/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2015, homologado no dia 09 de setembro de 2015, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 279/2014, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03 CONTRATO Nº 06/2015/PLASS

Publicação Nº 1473606

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 03
CONTRATO Nº 06/2015/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: SCHINATO REPRESENTAÇÕES LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 06/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2015, homologado no dia 09 de setembro de 2015, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Resolução nº. 02/2013, editada pelo Conselho de Administração do PLASS, correspondente a sua especialidade de: PSICOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 02/2014/PLASS

Publicação Nº 1473544

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 02/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: EING E MARCA CLINICA DE FISIOTERAPIA S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 02/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 03/2014/PLASS

Publicação Nº 1473546

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 03/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA DE PEDIATRIA DRA. ANGELA FRARES S/S LTDA

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 03/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: PEDIATRIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 05/2014/PLASS

Publicação Nº 1473548

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 05/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ECOGRAFIA DIGITAL JOAÇABA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 05/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na tabela CBHPM Edição 2014, correspondentes a sua especialidade de: SERVIÇO DE IMAGEM - ULTRASSONOGRAFIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 06/2014/PLASS

Publicação Nº 1473555

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 06/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ODONTO MAIS VIDA S/S LTDA. OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 06/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 238/2013, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 08/2014/PLASS

Publicação Nº 1473557

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 08/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO FILHAS DE SÃO CAMILO.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 08/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Resolução 01/2013, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICO HOSPITALAR, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 10/2014/PLASS

Publicação Nº 1473559

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 10/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: LMC CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA. OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 10/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: ORTOPEdia, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 11/2014/PLASS

Publicação Nº 1473561

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 11/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLINICA ODONTOMEDI LRS LTDA. OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 11/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 01/2014, homologado no dia 24 de fevereiro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 238/2013, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA e na Resolução 03/2013 e na Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: DERMATOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 12/2014/PLASS

Publicação Nº 1473563

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 12/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: HOSPITAL SÃO ROQUE SOCIEDADE BENEFICIENTE.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 12/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2014, homologado no dia 11 de abril de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Resolução 01/2013, correspondente a sua especialidade de: SERVIÇOS MÉDICO HOSPITALAR, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 13/2014/PLASS

Publicação Nº 1473565

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 13/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: KEILLA KARLOH ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 13/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2014, homologado no dia 11 de abril de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 14/2014/PLASS

Publicação Nº 1473567

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04

CONTRATO Nº 14/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: ALINE D'CASSIA BROCARDI & CIA LTDA ME.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 14/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2014, homologado no dia 11 de abril de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 238/2013, correspondente a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 15/2014/PLASS

Publicação Nº 1473568

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04

CONTRATO Nº 15/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: FISIOCENTER FISIOTERAPIA & ACADEMIA LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 15/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2014, homologado no dia 13 de maio de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 16/2014/PLASS

Publicação Nº 1473571

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04

CONTRATO Nº 16/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.

CONTRATADO: FAHECE – FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC E CEPON

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 16/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2014, homologado no dia 13 de maio de

2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: HEMOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 17/2014/PLASS

Publicação Nº 1473573

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 17/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: COMUNIDADE TERAPEUTICA DIGNIDADE PARA VIDA.
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 17/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2014, homologado no dia 13 de maio de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços constantes na Resolução 01/2013, correspondente a sua especialidade de: CENTRO DE REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 18/2014/PLASS

Publicação Nº 1473584

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 18/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: M. D. SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 18/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2014, homologado no dia 13 de junho de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: DERMATOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 19/2014/PLASS

Publicação Nº 1473587

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 19/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: ALEXSSANDRA JORGE ME
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 19/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 04/2014, homologado no dia 13 de junho de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela do Anexo II, da lei Complementar N.º 238/2013, correspondentes a sua especialidade de: ODONTOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 20/2014/PLASS

Publicação Nº 1473588

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 20/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: JMS TESTA CLINICA MÉDICA E NEFROLOGIA SOCIEDADE SIMPLES – ME
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 20/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 05/2014, homologado no dia 23 de julho de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: NEFROLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 21/2014/PLASS

Publicação Nº 1473591

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 21/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: DEON SERVIÇOS MÉDICOS SS LTDA
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 21/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 05/2014, homologado no dia 23 de julho de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04 CONTRATO Nº 23/2014/PLASS

Publicação Nº 1473592

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 04
CONTRATO Nº 23/2014/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: DORE CLINICA DE TRATAMENTO E CONDICIONAMENTO FISICO LTDA – ME
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 23/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 07/2014, homologado no dia 18 de dezembro de 2014, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela AMB 1992, e, não possuindo código na referida tabela, sua lacuna será preenchida pela CBHPM 5ª Edição, correspondentes a sua especialidade de: FISIOTERAPIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 02/2013/PLASS

Publicação Nº 1473356

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 02/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: INSTITUTO CATARINENSE DA CIRCULAÇÃO – EIRELI.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 02/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: CIRURGIA VASCULAR, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05 CONTRATO Nº 03/2013/PLASS

Publicação Nº 1473522

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº 03/2013/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC) - PLASS.
CONTRATADO: CLÍNICA SAÚDE DA MULHER S/S LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 02/2013, homologado no dia 18 de abril de 2013, que tem como objeto a prestação dos serviços da Tabela CBHPM 5ª Edição, correspondente a sua especialidade de: GINECOLOGIA, no qual se adita a CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA SÉTIMA - O prazo do contrato original fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018, a contar de 01 de janeiro de 2018, em conformidade ao disposto no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA DA ASSINATURA: 26/12/2017.

Joaçaba (SC), 26 de dezembro de 2017
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo do PLASS

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 0022/2017**

Publicação Nº 1472875

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0022/2017

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do Simae, município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0062/2017, na ata de julgamento de preços, homologada em 22/12/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	NC COMUNICAÇÕES S/A
	ENDEREÇO:	RODOVIA JOSÉ CARLOS DAUX, 4190, BAIRRO SACO GRANDE-FLORIANÓPOLIS-SC
	CNPJ/MF:	79.227.963/0001-82
	REPRESENTANTE LEGAL:	MARCELO AGUIAR ANTÔNIO
	CPF:	823.859.390-53
	RG:	8069345471

1. DO OBJETO



1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual publicação de avisos de licitações do Simae no exercício de 2018, em jornal de circulação estadual, em atendimento à Lei 8666/93, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 A licitante registrada para o produto cotado é a seguinte:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo
1	PUBLICAÇÃO DOS AVISOS DE LICITAÇÃO EM ORGAO DE IMPRENSA ESCRITA (JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL), QUE CIRCULE TODOS OS DIAS DA SEMANA, CONSIDERANDO-SE: FONTE: TAMANHO 8,0 ENTRELINHA: NORMAL ESPAÇAMENTO DOS CARACTERES: NORMAL	CM/C	250	R\$ 50,00

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Simae solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Presencial nº 0062/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do Simae tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O Simae monitorará periodicamente os preços do item desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos do bem registrado.

4.3.1 O Simae convocará a Contratada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a Contratada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5. FORMA DE EXECUÇÃO

5.1 As publicações, objeto desta contratação, deverão ser executadas em conformidade com as especificações constantes no item 1.2 desta Ata de Registro de Preços.

5.2 O quantitativo de centímetros/coluna estimado será dividido de acordo com a demanda do Simae, no exercício de 2018.

5.3 O Simae, por intermédio do setor requisitante, fornecerá as instruções necessárias à Contratada, relativas às publicações a serem realizadas.

5.4 Na execução do objeto a Contratada deverá:

- a) Publicar no 1º (primeiro) dia útil subsequente todos os atos encaminhados até às 17h00 do dia anterior;
- b) Entregar no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, o exemplar onde conste a referida publicação, sem custos adicionais.

5.5 Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da

regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

5.6 O Simae reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização dos serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

5.7 Constatado o fornecimento de serviços de má qualidade, o Simae poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

5.8 A prestação dos serviços de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Cabe a empresa registrada:

- a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do Simae, visando à fiscalização da execução do Contrato/Ata Registro de Preços;
- c) Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o item 14 nesta ata;
- d) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- e) Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução do item objeto da presente licitação;
- f) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
- g) Enviar a Contratada o texto a ser publicado até às 17h00 do dia anterior ao da publicação;
- h) Fornecer as instruções necessárias à Contratada, relativas às publicações a serem realizadas

8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

8.1 Cabe ao Simae:

- a) Executar o objeto da presente Ata de Registro de Preços de acordo com o estipulado nos itens do Edital e seus Anexos;
- b) Atender às especificações do item 1.2 desta Ata de Registro de Preços e executar de acordo com a demanda apresentada pelo Simae, durante a validade da Ata de Registro de Preços;
- c) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório;
- d) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;
- e) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;
- f) Publicar no 1º (primeiro) dia útil subsequente todos os atos encaminhados até às 17h00 do dia anterior;
- g) Entregar no Setor de Materiais Transporte e Patrimônio, o exemplar onde conste a referida publicação, sem custos adicionais

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora no Pregão, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

9.2 O pagamento será:

9.2.1 Efetivado de acordo com o produto entregue, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de produtos que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail compras@simae.sc.gov.br da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo Simae.

9.2.2 Realizado através do Simae, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o atesto do Fiscal, contados do efetivo recebimento e aceitação da nota fiscal observado o que consta no item 5 desta Ata de Registro de Preços.

9.2.3 Caso o produto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

9.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

9.4 Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6 O Simae exigirá da empresa registrada que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

9.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela empresa registrada, devendo, portanto, ser mencionados na Nota Fiscal/Fatura o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

9.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para o fornecimento do produto, constituindo-se na única remuneração devida.

9.9 No eventual atraso de pagamento por parte do Simae, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2018, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.122.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.060

ELEMENTO: 3.3.90.39.90.00.00.00

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

11.1 O Simae poderá cancelar o Registro de Preços da fornecedora nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de realizar os serviços, no prazo estabelecido, decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12. DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Edital de Licitação e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas às empresas registradas:

I– Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a 10% (dez por cento) no caso da Contratada não realizar a publicação na data solicitada, desatender às condições de publicação ou pedir a rescisão do Contrato, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do Contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
- k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato (ter sido o seu produto recusado duas vezes).

III – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

12.3 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o Simae considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa registrada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da empresa registrada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

12.5 Nenhum pagamento será realizado à empresa registrada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 22 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do Simae

NC Comunicações S/A

Marcelo Aguiar Antônio

Coordenador Administrativo

Testemunhas:

Graciela Pratto Bordin da Rosa Giane M.Marquezze Lecher

Gerente de Materiais, Transporte e Patrimônio Diretora Administrativa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 0023-A/2017 - SIMAE

Publicação Nº 1473190

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0023-A/2017

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do Simae, município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0067/2017, na ata de julgamento de preços, homologada em 26/12/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON
	ENDEREÇO:	AV. SANTA TEREZINHA, 3010, MENINO DEUS, EM JOAÇABA/SC
	CNPJ/MF:	72.123.912/0001-61
	REPRESENTANTE LEGAL:	DOACIR BORDIGNON
	CPF:	249.651.629-00
	RG:	562669

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para abastecimento da frota e utilização pelos equipamentos do SIMAE para o exercício de 2018, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os produtos e os preços registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário
1	BIODIESEL EVOLUX FÓRMULA S-10	LT	20.000	R\$ 3,16
2	ARLA 32	LT	1.0000	R\$ 2,49

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Simae solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0067/2017 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.2 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.2.1 O SIMAE convocará a Contratada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.2.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a Contratada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.2.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4 A readequação do desequilíbrio econômico-financeiro entre as partes se dará pela alteração dos valores dos combustíveis, mediante aplicação de índice definido, levando-se em consideração a margem de lucro final obtida pela Contratada no processo licitatório. A margem de lucro é calculada a partir da razão do preço final do litro do combustível ofertado ao SIMAE, pelo preço pago pela Contratada junto à distribuidora, comprovado no ato da licitação pela apresentação de nota fiscal de compra, conforme fórmula a seguir:

$$IR = ((POC \times 100) \div PPC) \div 100$$

onde:

IR = Índice de reajuste do litro do combustível;

POC = Preço final ofertado pela Contratada ao SIMAE;

PPC = Preço pago pela Contratada junto a distribuidora.

4.2.4.1 A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, se dará sempre que a Contratada apresentar nota fiscal de compra junto à distribuidora comprovando alteração do preço pago pelo litro do combustível. Assim sendo, o reajuste final será definido pela seguinte fórmula:

$$POR = PPR \times IR$$

onde:

POR = Preço pago reajustado pelo SIMAE;

PPR = Preço pago pela Contratada junto a distribuidora reajustado;

IR = Índice de reajuste do litro do combustível.

4.2.5 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5. DA FORMA DE EXECUÇÃO

5.1 O abastecimento será contínuo e fracionado de acordo com a necessidade do SIMAE. Havendo falta de estoque o proprietário do posto deverá providenciar o abastecimento em outro posto às suas expensas, repassando ao SIMAE os preços acertados na Licitação.

5.2 O combustível será retirado nas bombas do posto de combustível pelos veículos, máquinas ou equipamentos de propriedade do SIMAE.

5.3 A(s) empresa(s) registrada(s) serão obrigadas a realizar o abastecimento com os combustíveis nas quantidades solicitadas através apresentação de cartão magnético pelo motorista

5.3.1 A proponente vencedora deverá disponibilizar em seu estabelecimento terminal de acesso à internet para possibilitar o abastecimento on-line, e comunicar ao Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do SIMAE sempre que houver falha ou impossibilidade de conexão.

5.4 O preço da gasolina, do óleo diesel, do biodiesel S-10 e da arla 32 praticado pela empresa registrada não poderá ser superior ao praticado no "preço bomba".

5.4.1 Entende-se por "preço bomba" aquele praticado na bomba de combustível da empresa registrada, divulgado no estabelecimento, a todos os clientes que desejam reabastecer seus veículos.

5.5 Os veículos da frota do SIMAE se encaminharão até o posto registrado com a devida Ordem de Abastecimento em mãos, devendo o frentista efetuar a abastecida de acordo com a quantidade estabelecida na mesma.

5.5.1 NO ATO DA ENTREGA DO COMBUSTÍVEL DEVERÁ SER EMITIDO CUPOM FISCAL, CORRESPONDENTE À QUANTIDADE ABASTECIDA, CONTENDO A PLACA DO VEÍCULO, QUILOMETRAGEM QUE OCORREU O ABASTECIMENTO, QUANTIDADE ABASTECIDA, DADOS DO SIMAE COMPLETOS, BEM COMO DADOS DA EMPRESA FORNECEDORA.

5.5.2 A primeira via do cupom fiscal deverá ser entregue ao motorista juntamente com uma via da Ordem de Abastecimento.

5.6 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

5.6.1 Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada.

5.7 O SIMAE poderá, a qualquer momento, proceder a verificação da qualidade do combustível fornecido, podendo proceder a devolução do mesmo a qualquer tempo em função de não conformidades encontradas.

5.8 O combustível que for RECUSADO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

5.8.1 Caso seja comprovado que o combustível entregue não está de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir

todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados ao SIMAE.

5.9 SE A SUBSTITUIÇÃO DO COMBUSTÍVEL RECUSADO, POR QUALQUER PROBLEMA, NÃO FOR REALIZADA NO PRAZO ESTIPULADO, A FORNECEDORA ESTARÁ SUJEITA ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO EDITAL, NESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NA LEI.

5.10 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto proveniente de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.11 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6.4 A empresa registrada que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência do Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução da presente Ata de Registro de Preços, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

7.3 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.4 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) Efetuar o abastecimento dos veículos, máquinas ou equipamentos de propriedade do SIMAE, nas bombas do posto de combustível;
- b) Na falta de estoque, o proprietário do posto deverá providenciar o abastecimento em outro posto às suas expensas, repassando ao SIMAE os preços ofertados na Licitação;
- c) Realizar o abastecimento dos combustíveis nas quantidades solicitadas através da Ordem de Abastecimento que será emitida com numeração de controle, em duas vias, onde constará a placa do veículo, quilometragem do veículo, nome do motorista e quantidade a ser abastecida;
- d) Providenciar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a reparação de qualquer irregularidade constatada nos produtos fornecidos;
- e) Atender às especificações constantes no item 1.2 desta Ata de Registro de Preços e executar de forma parcelada o objeto, durante a validade da Ata de Registro de Preços;
- f) Manter, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- g) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;
- h) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;
- i) Entregar o objeto da presente Ata de Registro de Preços conforme o disposto no item 5 (Da Forma de Execução) desta Ata de Registro de Preços;
- j) Responsabilizar-se pela qualidade dos combustíveis entregues, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros tenham comprometido os mesmos;
- k) Disponibilizar, em seu estabelecimento, terminal de acesso à internet para possibilitar o abastecimento on-line e comunicar ao Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do SIMAE sempre que houver falha ou impossibilidade de conexão.

8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

8.1 Cabe ao SIMAE:

- a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o item 9 desta Ata de Registro de Preços;
- d) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela empresa registrada, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- e) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- f) Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente licitação.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será feito de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) no Pregão,

observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

9.2 O pagamento será efetivado quinzenalmente, de acordo com as quantidades de litros abastecidos pelos veículos, máquinas e equipamentos, mediante apresentação das notas fiscais/faturas que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE. Devendo ser encaminhado para o e-mail compras@simae.sc.gov.br.

9.2.1 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

9.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da nota fiscal entregue, devidamente atestada por servidor competente, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 5 DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.2 NO ATO DE CADA ABASTECIDA DEVERÁ SER EMITIDO CUPOM FISCAL, PELO PREÇO DO DIA PRATICADO A VISTA, NA BOMBA DE COMBUSTÍVEL, OU COM O DEVIDO DESCONTO, CONFORME PROPOSTA.

9.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.5 O SIMAE exigirá da(s) empresa(s) registrada(s) que mantenham atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS.

9.6 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela empresa registrada, devendo, portanto, ser mencionados na proposta ou na Nota Fiscal/Fatura o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

9.7 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos, constituindo-se na única remuneração devida.

9.8 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2017/2018, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.060 2.061 2.062

ELEMENTO: 3.3.90.30.01.00.00.00

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

11.1 O Simae poderá cancelar o Registro de Preços da fornecedora nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de realizar os serviços, no prazo estabelecido, decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12. DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Edital de Licitação e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, às empresas registradas são:

I – Advertência, que será aplicada:

- a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da empresa registrada;
- b) devido a ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Simae, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do Empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, no caso de não atendimento as exigências deste Edital e da Ata de Registro de Preços/Contrato;
- b) 10% (dez por cento) no caso da Contratada não entregar os produtos, desatender às condições estipulada ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;

- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do Contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
- k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato (ter sido o seu produto recusado duas vezes).

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, por prazo não superior a 5 (cinco) anos (nas mesmas hipóteses previstas para suspensão, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

12.3 As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de contratar com o Simae e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de multa.

12.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o Simae considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.5 O Simae observará a boa-fé da Contratada e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Simae ou a terceiros.

12.6 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

12.7 Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.8 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada.

12.8.1 Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.8.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Simae, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do Simae

Abastecedora de Combustíveis Bordignon Ltda

Doacir Bordignon / Sócio Administrador

Testemunhas:

Graciela Pratto Bordin da Rosa André Francisco Fiorin

Gerente SMTP Diretor Técnico

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 0023-B/2017 - SIMAE

Publicação Nº 1473196

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0023-B/2017

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do Simae, município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0067/2017, na ata de julgamento de preços, homologada em 26/12/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS
	ENDEREÇO:	AV. BEIRA RIO, 988, CENTRO, EM HERVAL D'OESTE/SC
	CNPJ/MF:	03.833.501/0001-47
	REPRESENTANTE LEGAL:	IVO CARLOS HACK JUNIOR
	CPF:	737.459.109-82
	RG:	1.703.356

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para abastecimento da frota e utilização pelos equipamentos do SIMAE para o exercício de 2018, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os produtos e os preços registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário
1	ÓLEO DIESEL	LT	25.000	R\$ 3,06

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Simae solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0067/2017 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.2 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.2.1 O SIMAE convocará a Contratada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.2.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a Contratada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.2.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4 A readequação do desequilíbrio econômico-financeiro entre as partes se dará pela alteração dos valores dos combustíveis, mediante aplicação de índice definido, levando-se em consideração a margem de lucro final obtida pela Contratada no processo licitatório. A margem de lucro é calculada a partir da razão do preço final do litro do combustível ofertado ao SIMAE, pelo preço pago pela Contratada junto à distribuidora, comprovado no ato da licitação pela apresentação de nota fiscal de compra, conforme fórmula a seguir:

$$IR = ((POC \times 100) \div PPC) \div 100$$

onde:

IR = Índice de reajuste do litro do combustível;

POC = Preço final ofertado pela Contratada ao SIMAE;

PPC = Preço pago pela Contratada junto a distribuidora.

4.2.4.1 A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, se dará sempre que a Contratada apresentar nota fiscal de compra junto à distribuidora comprovando alteração do preço pago pelo litro do combustível. Assim sendo, o reajuste final será definido pela seguinte fórmula:

$$POR = PPR \times IR$$

onde:

POR = Preço pago reajustado pelo SIMAE;

PPR = Preço pago pela Contratada junto a distribuidora reajustado;

IR = Índice de reajuste do litro do combustível.

4.2.5 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5. DA FORMA DE EXECUÇÃO

5.1 O abastecimento será contínuo e fracionado de acordo com a necessidade do SIMAE. Havendo falta de estoque o proprietário do posto deverá providenciar o abastecimento em outro posto às suas expensas, repassando ao SIMAE os preços acertados na Licitação.

5.2 O combustível será retirado nas bombas do posto de combustível pelos veículos, máquinas ou equipamentos de propriedade do SIMAE.

5.3 A(s) empresa(s) registrada(s) serão obrigadas a realizar o abastecimento com os combustíveis nas quantidades solicitadas através apresentação de cartão magnético pelo motorista

5.3.1 A proponente vencedora deverá disponibilizar em seu estabelecimento terminal de acesso à internet para possibilitar o abastecimento on-line, e comunicar ao Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do SIMAE sempre que houver falha ou impossibilidade de conexão.

5.4 O preço da gasolina, do óleo diesel, do biodiesel S-10 e da arla 32 praticado pela empresa registrada não poderá ser superior ao praticado no "preço bomba".

5.4.1 Entende-se por "preço bomba" aquele praticado na bomba de combustível da empresa registrada, divulgado no estabelecimento, a todos os clientes que desejam reabastecer seus veículos.

5.5 Os veículos da frota do SIMAE se encaminharão até o posto registrado com a devida Ordem de Abastecimento em mãos, devendo o frentista efetuar a abastecida de acordo com a quantidade estabelecida na mesma.

5.5.1 NO ATO DA ENTREGA DO COMBUSTÍVEL DEVERÁ SER EMITIDO CUPOM FISCAL, CORRESPONDENTE À QUANTIDADE ABASTECIDA, CONTENDO A PLACA DO VEÍCULO, QUILOMETRAGEM QUE OCORREU O ABASTECIMENTO, QUANTIDADE ABASTECIDA, DADOS DO SIMAE COMPLETOS, BEM COMO DADOS DA EMPRESA FORNECEDORA.

5.5.2 A primeira via do cupom fiscal deverá ser entregue ao motorista juntamente com uma via da Ordem de Abastecimento.

5.6 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

5.6.1 Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada.

5.7 O SIMAE poderá, a qualquer momento, proceder a verificação da qualidade do combustível fornecido, podendo proceder a devolução do mesmo a qualquer tempo em função de não conformidades encontradas.

5.8 O combustível que for RECUSADO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

5.8.1 Caso seja comprovado que o combustível entregue não está de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados ao SIMAE.

5.9 SE A SUBSTITUIÇÃO DO COMBUSTÍVEL RECUSADO, POR QUALQUER PROBLEMA, NÃO FOR REALIZADA NO PRAZO ESTIPULADO, A FORNECEDORA ESTARÁ SUJEITA ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO EDITAL, NESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NA LEI.

5.10 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto proveniente de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.11 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6.4 A empresa registrada que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência do Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução da presente Ata de Registro de Preços, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

7.3 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.4 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas

pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) Efetuar o abastecimento dos veículos, máquinas ou equipamentos de propriedade do SIMAE, nas bombas do posto de combustível;
- b) Na falta de estoque, o proprietário do posto deverá providenciar o abastecimento em outro posto às suas expensas, repassando ao SIMAE os preços ofertados na Licitação;
- c) Realizar o abastecimento dos combustíveis nas quantidades solicitadas através da Ordem de Abastecimento que será emitida com numeração de controle, em duas vias, onde constará a placa do veículo, quilometragem do veículo, nome do motorista e quantidade a ser abastecida;
- d) Providenciar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a reparação de qualquer irregularidade constatada nos produtos fornecidos;
- e) Atender às especificações constantes no item 1.2 desta Ata de Registro de Preços e executar de forma parcelada o objeto, durante a validade da Ata de Registro de Preços;
- f) Manter, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- g) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;
- h) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;
- i) Entregar o objeto da presente Ata de Registro de Preços conforme o disposto no item 5 (Da Forma de Execução) desta Ata de Registro de Preços;
- j) Responsabilizar-se pela qualidade dos combustíveis entregues, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros tenham comprometido os mesmos;
- k) Disponibilizar, em seu estabelecimento, terminal de acesso à internet para possibilitar o abastecimento on-line e comunicar ao Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do SIMAE sempre que houver falha ou impossibilidade de conexão.

8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

8.1 Cabe ao SIMAE:

- a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o item 9 desta Ata de Registro de Preços;
- d) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela empresa registrada, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
- e) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
- f) Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente licitação.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será feito de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) no Pregão, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

9.2 O pagamento será efetivado quinzenalmente, de acordo com as quantidades de litros abastecidos pelos veículos, máquinas e equipamentos, mediante apresentação das notas fiscais/faturas que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE. Devendo ser encaminhado para o e-mail compras@simae.sc.gov.br.

9.2.1 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

9.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da nota fiscal entregue, devidamente atestada por servidor competente, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 5 DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.2 NO ATO DE CADA ABASTECIDA DEVERÁ SER EMITIDO CUPOM FISCAL, PELO PREÇO DO DIA PRATICADO A VISTA, NA BOMBA DE COMBUSTÍVEL, OU COM O DEVIDO DESCONTO, CONFORME PROPOSTA.

9.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.5 O SIMAE exigirá da(s) empresa(s) registrada(s) que mantenham atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS.

9.6 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela empresa registrada, devendo, portanto, ser mencionados na proposta ou na Nota Fiscal/Fatura o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

9.7 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos, constituindo-se na única remuneração devida.

9.8 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2017/2018, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028
PROJETO/ATIVIDADE: 2.060 2.061 2.062
ELEMENTO: 3.3.90.30.01.00.00.00

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

11.1 O Simae poderá cancelar o Registro de Preços da fornecedora nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de realizar os serviços, no prazo estabelecido, decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12. DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Edital de Licitação e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, às empresas registradas são:

I – Advertência, que será aplicada:

- a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da empresa registrada;
- b) devido a ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Simae, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do Empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, no caso de não atendimento as exigências deste Edital e da Ata de Registro de Preços/Contrato;
- b) 10% (dez por cento) no caso da Contratada não entregar os produtos, desatender às condições estipulada ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do Contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
- k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato (ter sido o seu produto recusado duas vezes).

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, por prazo não superior a 5 (cinco) anos (nas mesmas hipóteses previstas para suspensão, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

12.3 As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de contratar com o Simae e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de multa.

12.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o Simae considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.5 O Simae observará a boa-fé da Contratada e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Simae ou a terceiros.

12.6 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

12.7 Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.8 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada.

12.8.1 Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida

no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.8.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Simae, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do Simae

Posto de Combustíveis Michellos

Ivo Carlos Hack Junior / Representante Legal

Testemunhas:

Graciela Pratto Bordin da Rosa André Francisco Fiorin

Gerente SMTP Diretor Técnico

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 0023-C/2017 - SIMAE

Publicação Nº 1473198

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0023-C/2017

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do Simae, município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0067/2017, na ata de julgamento de preços, homologada em 26/12/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	POSTO ESTRELA LTDA
	ENDEREÇO:	RUA SANTOS DUMONT, 594, CENTRO, EM HERVAL D'OESTE/SC
	CNPJ/MF:	78.617.750/0001-02
	REPRESENTANTE LEGAL:	MAURO A. DALL ORSOLETTA
	CPF:	509.673.719-53
	RG:	1.7070.364

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para abastecimento da frota e utilização pelos equipamentos do SIMAE para o exercício de 2018, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os produtos e os preços registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário
1	GASOLINA COMUM OU ADITIVADA PARA VEÍCULOS E MOTOS .	LT	25.000	R\$ 3,82
2	GASOLINA COMUM PARA EQUIPAMENTOS	LT	1.000	R\$ 3,84

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Simae solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das

obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Presencial nº 0067/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.2 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.2.1 O SIMAE convocará a Contratada para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.2.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a Contratada poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.2.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4 A readequação do desequilíbrio econômico-financeiro entre as partes se dará pela alteração dos valores dos combustíveis, mediante aplicação de índice definido, levando-se em consideração a margem de lucro final obtida pela Contratada no processo licitatório. A margem de lucro é calculada a partir da razão do preço final do litro do combustível ofertado ao SIMAE, pelo preço pago pela Contratada junto à distribuidora, comprovado no ato da licitação pela apresentação de nota fiscal de compra, conforme fórmula a seguir:

$$IR = ((POC \times 100) \div PPC) \div 100$$

onde:

IR = Índice de reajuste do litro do combustível;

POC = Preço final ofertado pela Contratada ao SIMAE;

PPC = Preço pago pela Contratada junto a distribuidora.

4.2.4.1 A comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, se dará sempre que a Contratada apresentar nota fiscal de compra junto à distribuidora comprovando alteração do preço pago pelo litro do combustível. Assim sendo, o reajuste final será definido pela seguinte fórmula:

$$POR = PPR \times IR$$

onde:

POR = Preço pago reajustado pelo SIMAE;

PPR = Preço pago pela Contratada junto a distribuidora reajustado;

IR = Índice de reajuste do litro do combustível.

4.2.5 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

5. DA FORMA DE EXECUÇÃO

5.1 O abastecimento será contínuo e fracionado de acordo com a necessidade do SIMAE. Havendo falta de estoque o proprietário do posto deverá providenciar o abastecimento em outro posto às suas expensas, repassando ao SIMAE os preços acertados na Licitação.

5.2 O combustível será retirado nas bombas do posto de combustível pelos veículos, máquinas ou equipamentos de propriedade do SIMAE.

5.3 A(s) empresa(s) registrada(s) serão obrigadas a realizar o abastecimento com os combustíveis nas quantidades solicitadas através apresentação de cartão magnético pelo motorista

5.3.1 A proponente vencedora deverá disponibilizar em seu estabelecimento terminal de acesso à internet para possibilitar o abastecimento on-line, e comunicar ao Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do SIMAE sempre que houver falha ou impossibilidade de conexão.

5.4 O preço da gasolina, do óleo diesel, do biodiesel S-10 e da arla 32 praticado pela empresa registrada não poderá ser superior ao praticado no "preço bomba".

5.4.1 Entende-se por "preço bomba" aquele praticado na bomba de combustível da empresa registrada, divulgado no estabelecimento, a todos os clientes que desejam reabastecer seus veículos.

5.5 Os veículos da frota do SIMAE se encaminharão até o posto registrado com a devida Ordem de Abastecimento em mãos, devendo o frentista efetuar a abastecida de acordo com a quantidade estabelecida na mesma.

5.5.1 NO ATO DA ENTREGA DO COMBUSTÍVEL DEVERÁ SER EMITIDO CUPOM FISCAL, CORRESPONDENTE À QUANTIDADE ABASTECIDA, CONTENDO A PLACA DO VEÍCULO, QUILOMETRAGEM QUE OCORREU O ABASTECIMENTO, QUANTIDADE ABASTECIDA, DADOS DO SIMAE

COMPLETOS, BEM COMO DADOS DA EMPRESA FORNECEDORA.

5.5.2 A primeira via do cupom fiscal deverá ser entregue ao motorista juntamente com uma via da Ordem de Abastecimento.

5.6 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

5.6.1 Em caso de bandeira branca haverá vinculação da marca mencionada na proposta de preços apresentada.

5.7 O SIMAE poderá, a qualquer momento, proceder a verificação da qualidade do combustível fornecido, podendo proceder a devolução do mesmo a qualquer tempo em função de não conformidades encontradas.

5.8 O combustível que for RECUSADO DEVERÁ SER SUBSTITUÍDO NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

5.8.1 Caso seja comprovado que o combustível entregue não está de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados ao SIMAE.

5.9 SE A SUBSTITUIÇÃO DO COMBUSTÍVEL RECUSADO, POR QUALQUER PROBLEMA, NÃO FOR REALIZADA NO PRAZO ESTIPULADO, A FORNECEDORA ESTARÁ SUJEITA ÀS SANÇÕES PREVISTAS NO EDITAL, NESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NA LEI.

5.10 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto proveniente de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.11 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6.4 A empresa registrada que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência do Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução da presente Ata de Registro de Preços, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

7.3 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.4 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) Efetuar o abastecimento dos veículos, máquinas ou equipamentos de propriedade do SIMAE, nas bombas do posto de combustível;
- b) Na falta de estoque, o proprietário do posto deverá providenciar o abastecimento em outro posto às suas expensas, repassando ao SIMAE os preços ofertados na Licitação;
- c) Realizar o abastecimento dos combustíveis nas quantidades solicitadas através da Ordem de Abastecimento que será emitida com numeração de controle, em duas vias, onde constará a placa do veículo, quilometragem do veículo, nome do motorista e quantidade a ser abastecida;
- d) Providenciar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a reparação de qualquer irregularidade constatada nos produtos fornecidos;
- e) Atender às especificações constantes no item 1.2 desta Ata de Registro de Preços e executar de forma parcelada o objeto, durante a validade da Ata de Registro de Preços;
- f) Manter, durante a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- g) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;
- h) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;
- i) Entregar o objeto da presente Ata de Registro de Preços conforme o disposto no item 5 (Da Forma de Execução) desta Ata de Registro de Preços;
- j) Responsabilizar-se pela qualidade dos combustíveis entregues, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros tenham comprometido os mesmos;
- k) Disponibilizar, em seu estabelecimento, terminal de acesso à internet para possibilitar o abastecimento on-line e comunicar ao Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do SIMAE sempre que houver falha ou impossibilidade de conexão.

8. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

8.1 Cabe ao SIMAE:

- a) Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- b) Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;
- c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o item 9 desta Ata de Registro de Preços;
- d) Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante

requerimento formal protocolado pela empresa registrada, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

e) Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

f) Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente licitação.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será feito de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) julgada(s) vencedora(s) no Pregão, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

9.2 O pagamento será efetivado quinzenalmente, de acordo com as quantidades de litros abastecidos pelos veículos, máquinas e equipamentos, mediante apresentação das notas fiscais/faturas que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE. Devendo ser encaminhado para o e-mail compras@simae.sc.gov.br.

9.2.1 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

9.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da nota fiscal entregue, devidamente atestada por servidor competente, OBSERVADO O DISPOSTO NO ITEM 5 DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.2 NO ATO DE CADA ABASTECIDA DEVERÁ SER EMITIDO CUPOM FISCAL, PELO PREÇO DO DIA PRATICADO A VISTA, NA BOMBA DE COMBUSTÍVEL, OU COM O DEVIDO DESCONTO, CONFORME PROPOSTA.

9.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.5 O SIMAE exigirá da(s) empresa(s) registrada(s) que mantenham atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS.

9.6 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela empresa registrada, devendo, portanto, ser mencionados na proposta ou na Nota Fiscal/Fatura o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

9.7 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos, constituindo-se na única remuneração devida.

9.8 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2017/2018, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.060 2.061 2.062

ELEMENTO: 3.3.90.30.01.00.00.00

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

11.1 O Simae poderá cancelar o Registro de Preços da fornecedora nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de realizar os serviços, no prazo estabelecido, decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12. DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Edital de Licitação e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, às empresas registradas são:

I – Advertência, que será aplicada:

- a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da empresa registrada;
- b) devido a ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Simae, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, cuja aplicação será sobre o valor do Empenho do mês em que ocorreu o não atendimento, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela a que se refere, no caso de não atendimento as exigências deste Edital e da Ata de

Registro de Preços/Contrato;

b) 10% (dez por cento) no caso da Contratada não entregar os produtos, desatender às condições estipulada ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do Contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
- k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato (ter sido o seu produto recusado duas vezes).

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, por prazo não superior a 5 (cinco) anos (nas mesmas hipóteses previstas para suspensão, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

12.3 As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de contratar com o Simae e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de multa.

12.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o Simae considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.5 O Simae observará a boa-fé da Contratada e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Simae ou a terceiros.

12.6 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

12.7 Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.8 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada.

12.8.1 Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.8.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Simae, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do Simae

Posto Estrela Ltda

Mauro A. Dall Orsoletta / Sócio Gerente

Testemunhas:

Graciela Pratto Bordin da Rosa André Francisco Fiorin

Gerente SMTP Diretor Técnico

PORTARIA JHL 437/2017

Publicação Nº 1472896

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 437/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Vilmar de Souza e Oliveira, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 3322/2017 de 04 de dezembro de 2017, referente ao período aquisitivo de 15.01.2016 à 14.01.2017, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 438/2017

Publicação Nº 1472898

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 438/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Murilo Girardi, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 3321/2017 de 04 de dezembro de 2017, referente ao período aquisitivo de 01.06.2016 à 31.05.2017, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 439/2017

Publicação Nº 1472901

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 439/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Francielli Wendland Guaragni Fiorin, Auxiliar Administrativo, conforme requerimento protocolado sob nº 3320/2017 de 04 de dezembro de 2017, referente ao período aquisitivo de 13.06.2014 a 12.06.2015, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 440/2017

Publicação Nº 1472902

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 440/2017 DE 26.12.2017

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Paulo Cesar Lamin, Químico, conforme Memorando JHL 334/2017 de 04 de dezembro de 2017, referente ao período aquisitivo de 02.06.2015 à 01.06.2016 de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Patrícia Callegari Warken
Diretora Adjunta

PORTARIA JHL 442/2017

Publicação Nº 1473347

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 442/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Graciela Pratto Bordin da Rosa (Matr. 128), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref.J-3, referente ao período aquisitivo de 18.08.2016 a 17.08.2017, para serem fruídas no período de 29.01.2018 à 17.02.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 29 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 443/2017

Publicação Nº 1473373

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 443/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Paulo Venite Rosa (Matr. 136), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. G-3, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.12.2016 à 30.11.2017, para serem fruídas no período de 22.01.2018 à 20.02.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 444/2017

Publicação Nº 1473379

PORTARIA SIMAE. JHL N º - 444/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Giane Maria Marqueeze Lecher (Matr. 5), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Escrivão, P-5, N-3, Ref.J-9, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03.07.2016 a 02.07.2017, para serem fruídas no período de 22.01.2018 à 10.02.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de Janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 445/2017

Publicação Nº 1473385

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 445/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor André Francisco Fiorin (Matr. 82), ocupante do Cargo de Auxiliar Controle Operacional, P-5, N-3, Ref.J-6, referente ao período aquisitivo de 19.02.2016 à 18.02.2017, para serem fruídas no período de 02.01.2018 à 21.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art.3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 446/2017

Publicação Nº 1473390

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 446/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Jucemar Oliveira dos Santos (Matr. 65), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-3, Ref.D-8, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08.11.2016 à 07.11.2017, para serem fruídas no período de 02.01.2018 à 21.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art.3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 447/2017

Publicação Nº 1473400

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 447/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Ilineu Ratti (Matr. 37), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Pedreiro, P-4, N-3, Ref.B-8, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.07.2016 à 01.07.2017, para serem fruídas no período de 02.01.2018 à 21.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 448/2017

Publicação Nº 1473421

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 448/2017 DE 26.12.2017

Paulo César Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Vanderlei Nunes Ferreira (Matr. 190), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Pedreiro, P-4, N-1, Ref. B, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11.01.2017 a 10.01.2018, para serem fruídas no período de 22.01.2018 à 10.02.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003. .

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo César Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 449/2017

Publicação Nº 1473433

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 449/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Arlindo Marques da Silva (Matr. 113), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Encanador, P-4, N-2, Ref. B-4, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03.10.2016 à 02.10.2017, para serem fruídas no período de 02.01.2018 à 21.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 450/2017

Publicação Nº 1473440

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 450/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Jean Ribeiro (Matr. 174), ocupante do Cargo de Oficial de Auxiliar de Controle de Operação, P-5, N-1, Ref.B, referente ao período aquisitivo de 06.09.2016 à 05.09.2017, para serem fruídas no período de 22.01.2018 à 10.02.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 451/2017

Publicação Nº 1473451

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 451/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Elizete Aparecida Bisatto (Matr. 90), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, P-1, N-2, Ref.I-6, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28.06.2016 a 27.06.2017, para serem fruídas no período de 02.01.2018 à 21.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 452/2017

Publicação Nº 1473459

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 452/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Maurício Ricardo Dahmer (Matr. 174), ocupante do Cargo de Oficial de Informática, P-7, N-1, Ref.D-1, referente ao período aquisitivo de 01.10.2016 à 30.09.2017, para serem fruídas no período de 02.01.2018 à 21.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 453/2017

Publicação Nº 1473466

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 453/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Francielli Wendland Guaragni Fiorin (Matr. 140), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. G-2, referente ao período aquisitivo de 13.06.2016 à 12.06.2017, para serem fruídas no período de 02.01.2018 à 21.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 454/2017

Publicação Nº 1473477

PORTARIA SIMAE. JHL Nº 454/2017 DE 26.12.2017

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Andréa Reisdorfer Camaroto (Matr. 18), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Desenhista/Projetista, P-5, N-3, Ref.J-6, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17.01.2016 a 16.01.2017, para serem fruídas no período de 02.01.2018 à 21.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.
Paulo César Lamin
Diretor Adjunto

PORTARIA JHL 455/2017

Publicação Nº 1473483

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 455/2017 DE 26.12.2017

Paulo César Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Valdinei Antônio Gusatto (Matr. 106), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-3, Ref. E-4, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.09.2016 a 31.08.2017,

para serem fruídas no período de 22.01.2018 à 10.02.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo César Lamin

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 456/2017

Publicação Nº 1473493

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 456/2017 DE 26.12.2017

Paulo César Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Evald Hommerding Junior (Matr. 21), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-3, Ref-J-10, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.06.2016 à 06.06.2017, para serem fruídas no período de 03.01.2018 à 22.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 03 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art;3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo César Lamin

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 457/2017

Publicação Nº 1473502

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 457/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Locemar Ferrari (Matr. 6), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-3, Ref.J-9, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.06.2016 à 31.05.2017, para serem fruídas no período de 22.01.2018 à 10.02.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 458/2017

Publicação Nº 1473511

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 458/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Glaucia Meri Lohmann(Mat. 16), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-2, Ref.B-3, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.01.2015 à 06.09.2017, para serem fruídas no período de 22.01.2018 à 10.02.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 459/2017

Publicação Nº 1473515

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 459/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor João Carlos Ungericht (Matr. 73), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro, P-8, N-3, Ref.J-9, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03.03.2016 à 02.03.2017, para serem fruídas no período de 22.01.2018 à 10.02.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 460/2017

Publicação Nº 1473519

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 460/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Aluir Flemming(Mat. 16), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Oficial Técnico, P-7, N-3, Ref.C-9, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.07.2016 à 30.06.2017, para serem fruídas no período de 02.01.2018 à 21.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 461/2017

Publicação Nº 1473521

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 461/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Pedro Moresco (Matr. 91), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Encanador, P-4, N-2, Ref I-6, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16.03.2016 à 15.03.2017, para serem fruídas no período de 22.01.2018 à 10.02.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art.3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 462/2017

Publicação Nº 1473533

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 462/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Leonardo Correa Costa (Matr.158), ocupante do Cargo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. D-1, referente ao período aquisitivo de 06.01.2017 à 05.01.2018, para serem fruídas no período de 08.01.2018 à 27.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 08 de Janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 463/2017

Publicação Nº 1473536

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 463/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Hélio dos Santos (Matr. 93), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Encanador, P-4, N-2, Ref.I-6, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06.04.2016 a 05.04.2017, para serem fruídas

no período de 29.01.2018 à 17.02.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.
Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 29 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 465/2017

Publicação Nº 1473543

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 465/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Mônica Saraiva Romani (Matr. 132), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Escrevente, P-5, N-1, Ref. I-2, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17.08.2016 à 16.08.2017, para serem fruídas no período de 22.01.2018 à 10.02.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 466/2017

Publicação Nº 1473551

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 466/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Marcos Antônio Bordin da Rosa (Matr. 86), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Agente Administrativo, P-3, N-3, Ref.J-6, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.07.2016 à 01.07.2017, para serem fruídas no período de 15.01.2018 à 03.02.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 15 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 467/2017

Publicação Nº 1473554

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 467/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Júlio Cezar Francener (Matr. 92), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-2, Ref.I-6, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22.03.2016 à 21.03.2017, para serem fruídas no período de 08.01.2018 à 27.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 08 de janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 468/2017

Publicação Nº 1473575

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 468/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Alessandra Marcon Zanchetta (Matr.182), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref. C, referente ao período aquisitivo de 23.04.2016 à 22.04.2017, para serem fruídas no período de 02.01.2018 à 16.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de Janeiro de 2018, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 477/2017

Publicação Nº 1473338

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 477/2017 DE 26.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Valdirene Aparecida Dorini (Matr. 96), ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-3, Ref.I-6, referente ao período aquisitivo de 20.09.2016 a 19.09.2017, para serem fruídas no período de 02.01.2018 à 16.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

PORTARIA JHL 478/2017

Publicação Nº 1473305

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 478/2017 DE 30.01.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Jorge Luiz Rosa (Matr. 54), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-3, Ref.B-8, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.06.2016 à 31.05.2017, para serem fruídas no período de 02.01.2018 à 31.01.2018, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de Janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

r

HOMOLOGAÇÃO PR 0066/2017 - SIMAE

Publicação Nº 1473129

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 66/2017 - PR Processo Administrativo: 77/2017 Processo de Licitação: 77/2017 Data do Processo: 01/11/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 77/2017
b) Licitação Nr.: 66/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 26/12/2017
e) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO ESPECIALIZADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ANÁLISES LABORATORIAIS EM AMOSTRAS DE ÁGUA TRATADA, IN NATURA, ESGOTO SANITÁRIO BRUTO E TRATADO DO SIMAE, NO EXERCÍCIO DE 2018.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP (7247)**

1	ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS DESCRITOS NOS ANEXOS: ANEXO I, ANEXO VII, ANEXO VIII, ANEXO IX E ANEXO X DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. - Marca: LABB	SV	14,00	0,0000	1.094,8514	15.327,92
2	ANÁLISE EM AMOSTRA DE ÁGUA TRATADA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS "DESINFETANTES E PRODUTOS SECUNDÁRIOS DE DESINFECÇÃO" DESCRITOS NO ANEXO VII DA PORTARIA MS 2.914/11, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. - Marca: LABB	SV	4,00	0,0000	221,9412	887,76
3	ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, INCLUINDO TODOS OS PARÂMETROS NECESSÁRIOS À CLASSIFICAÇÃO/MONITORAMENTO DE UM CORPO HÍDRICO CLASSE 2 CONFORME ART. 15 DA RESOLUÇÃO CONAMA 357/05, INCLUINDO AI TAMBÉM TODOS OS PARÂMETROS DA TABELA 1 - CLASSE 1 - ÁGUAS DOCES. - Marca: LABB	SV	4,00	0,0000	1.180,6878	4.722,75
4	ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DE FICTOPLANCTON, INCLUIDO AI CIANOBACTÉRIAS E DEMAIS AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL. DEVERÁ SER APRESENTADO O RESULTADO QUALITATIVO E QUANTITATIVO DE CADA ORGANISMO ENCONTRADO NAS AMOSTRAS. - Marca: LABB	SV	14,00	0,0000	113,515	1.589,21

Joaçaba, 26 de Dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 66/2017 - PR

Processo Administrativo: 77/2017
 Processo de Licitação: 77/2017
 Data do Processo: 01/11/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA EPP (7247)

5	ANÁLISE CISTOS DE GIÁRDIA SSP. E OOCISTOS DE CRYPTOSPORIDIUM SSP. EM AMOSTRAS DE ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, CONFORME PORTARIA MS 2.914/11, COM PERIODICIDADE MENSAL. - Marca: LABB	SV	14,00	0,0000	499,256	6.989,58
6	ANÁLISES EM AMOSTRAS DE ESGOTO SANITÁRIO IN NATURA E DAS DIVERSAS ETAPAS DE TRATAMENTO DE ESGOTO E ÁGUA PROVENIENTE DE MANANCIAL SUPERFICIAL IN NATURA, COMPREENDENDO OS PARÂMETROS: COLIFORMES TOTAIS, COLIFORMES TERMOTOLERANTES, PH, OXIGÊNIO DISSOLVIDO (OD), TURBIDEZ, DEMANDA QUÍMICA DE OXIGÊNIO (DQO), DEMANDA BIOQUÍMICA DE OXIGÊNIO (DBO5), NITROGÊNIO TOTAL, FÓSFORO TOTAL E SÓLIDOS SEDIMENTÁVEIS, CONFORME CRONOGRAMA A SER APRESENTADO PELO SIMAE. - Marca: LABB	SV	54,00	0,0000	111,229	6.006,37
7	ANÁLISE EM AMOSTRAS DE ÁGUA IN NATURA PROVENIENTE DE POÇOS DE MONITORAMENTO DE LENÇOL FREÁTICO DE UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COMPREENDENDO OS PARÂMETROS: NITRATO (EXPRESSO EM N), NITRITO (EXPRESSO EM N), OLEOS E GRAXAS, SÓLIDOS TOTAIS DISSOLVIDOS, TURBIDEZ E COLIFORMES TERMOTOLERANTES. - Marca: LABB	SV	10,00	0,0000	87,6413	876,41

Total do Fornecedor: 36.400,00
Total Geral: 36.400,00

Joaçaba, 26 de Dezembro de 2017.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR 0067/2017 - SIMAE

Publicação Nº 1472728

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 67/2017 - PR Processo Administrativo: 78/2017 Processo de Licitação: 78/2017 Data do Processo: 06/11/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 78/2017
b) Licitação Nr.: 67/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 26/12/2017
e) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECIMENTO DA FROTA E UTILIZAÇÃO PELOS EQUIPAMENTOS DO SIMAE.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA. (7791)

4	BIODIESEL EVOLUX FÓRMULA S-10 - Marca: SHELL	LT	20.000,00	0,0000	3,16	63.200,00
5	ARLA 32 - Marca: SHELL	LT	1.000,00	0,0000	2,49	2.490,00
Total do Fornecedor:						65.690,00

POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS - LTDA (7317)

3	ÓLEO DIESEL - Marca: PETROBRAS	LT	25.000,00	0,0000	3,06	76.500,00
Total do Fornecedor:						76.500,00

POSTO ESTRELA LTDA (6099)

1	GASOLINA COMUM OU ADITIVADA PARA VEÍCULOS, MOTOS E MÁQUINAS PESADAS. - Marca: AMERICA	LT	25.000,00	0,0000	3,82	95.500,00
2	GASOLINA COMUM - Marca: AMERICA	LT	1.000,00	0,0000	3,84	3.840,00
Total do Fornecedor:						99.340,00
Total Geral:						241.530,00

Joaçaba, 26 de Dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR 0078/2017 - SIMAE

Publicação Nº 1474193

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 78/2017 - PR Processo Administrativo: 90/2017 Processo de Licitação: 90/2017 Data do Processo: 24/11/2017
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 90/2017
b) Licitação Nr.: 78/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 27/12/2017
e) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DIVERSOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO SIMAE NO EXERCÍCIO 2018.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Desccto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA (8084)**

1	IMPRESSÃO DE JORNAL INFORMATIVO ANUAL DO SIMAE, NO TAMANHO 420 MM DE LARGURA X 297 MM DE ALTURA, 04 CORES, 01 DOBRA, PAPEL SULFITE 90G, ACABAMENTO VINCAR, COM FOTOLITO - Marca: POLIMPRESSOS	UN	16.000,00	0,0000	0,4897	7.835,23
2	IMPRESSÃO DE CAPA PARA CARTILHAS EM TAMANHO A4 ABERTA E 15X21 FECHADA. CAPA: PAPEL COUCHÉ FOSCO 300g, IMPRESSÃO COLORIDA (4X0), FOTOLITO OU CTP E PLASTIFICAÇÃO (1X0), COM SANGRIA. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	5.550,00	0,0000	1,4993	8.321,12
3	IMPRESSÃO DE MIOLO PARA CARTILHAS, TAMANHO A4 ABERTA E 15CMX21CM FECHADA. MIOLO: PAPEL SULFITE 75G, IMPRESSÃO 4X4 CORES. GRAMPO A CAVALO. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	25.000,00	0,0000	0,2999	7.497,50
4	IMPRESSÃO DE CARTAZ EM A3, PAPEL COUCHÉ FOSCO 150G, 4X4 CORES. (DIA MUNDIAL DA ÁGUA E NECESSIDADES DIVERSAS) - Marca: POLIMPRESSOS	UN	30,00	0,0000	5,9972	179,92
5	IMPRESSÃO DE PANFLETO EM A6 (FRENTE E VERSO), PAPEL COUCHÉ 90 G, 4X4 CORES, (DIA MUNDIAL DA ÁGUA E NECESSIDADES DIVERSAS) - Marca: POLIMPRESSOS	UN	15.000,00	0,0000	0,05	750,00
6	IMPRESSÃO DE FOLDER A4, PAPEL COUCHÉ 250G, 4X4 CORES. (PADRONIZAÇÃO DE LIGAÇÕES) - Marca: POLIMPRESSOS	UN	5.000,00	0,0000	0,1699	849,50

Joaçaba, 27 de Dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 78/2017 - PR Processo Administrativo: 90/2017 Processo de Licitação: 90/2017 Data do Processo: 24/11/2017
	Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA (8084)

7	IMPRESSÃO DE CARTÃO DE VISITA 4X0 CORES, TAMANHO 5CMX9CM, EM PAPEL COUCHÉ FOSCO 350G. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	200,00	0,0000	0,5497	109,94
8	CAPA PARA PROCESSOS LICITATÓRIOS (PASTA ARQUIVO), COR BRANCA, FOLHA NAS MEDIDAS 32,5x52,5 VINCO MECANIZADO, FURO, GRAMPO TRILHO METAL REFORÇADO, FOLHA EM TRIPLEX 350G COM 4X0. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	150,00	0,0000	6,9968	1.049,52
9	CAPA PARA PROCESSO ÁREA TÉCNICA (PASTA ARQUIVO), COR BRANCA, FOLHA NAS MEDIDAS 32,5x52,5, VINCO MECANIZADO, FURO, GRAMPO TIPO TRILHO EM METAL, FOLHA EM TRIPLEX 350g COM 4X0 CORES. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	100,00	0,0000	5,7973	579,73
10	CAPA PARA PROCESSO (PASTA ARQUIVO), COR BRANCA, FOLHA NAS MEDIDAS 32,5x47, CORTE ESPECIAL, FOLHA CARTOLINA 180g COM 4x0 CORES, COM ORELHA - Marca: POLIMPRESSOS	UN	1.200,00	0,0000	1,2994	1.559,28
11	CAPA P/ PROCESSO PARA TESOUREARIA (PASTA ARQUIVO), COR BRANCA, FOLHA NAS MEDIDAS 32,5CMX47CM, CORTE ESPECIAL, FOLHA CARTOLINA 180 GR, COM 4X0 CORES, COM ORELHA. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	100,00	0,0000	5,7973	579,73
12	ENVELOPE SACO, COR BRANCA, NAS DIMENSÕES 26CM ALTURAX36 CM LARGURA, IMPRESSÃO 4 CORES, PAPEL SULFITE 90 GR, COM LOGOTIPO E ENDEREÇO DO SIMAE. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	300,00	0,0000	2,149	644,70
13	ENVELOPE OFÍCIO, COR BRANCA, NAS DIMENSÕES 11,4CM ALTURAX22,9 CM DE LARGURA, IMPRESSÃO 4 CORES, PAPEL SULFITE 90 GR, COM LOGOTIPO E ENDEREÇO DO SIMAE. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	300,00	0,0000	1,4993	449,79
14	IMPRESSÃO LASER, FOLHA A3,4X0 CORES, PAPEL COUCHÉ 250 G. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	20,00	0,0000	2,9986	59,97
15	ENCADERNAÇÃO EM ESPIRAL, CAPA TRANSPARENTE NA FRENTE E AZUL NO VERSO, FORMATO A4, VOLUME MÁXIMO DE 500 FOLHAS. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	25,00	0,0000	2,9986	74,97
16	ENCADERNAÇÃO EM CAPA DURA, FORMATO A4, COM GRAVAÇÃO DOURADA NA CAPA E NO DORSO DO LIVRO. A CAPA DEVERÁ SER NA COR AZUL-MARINHO, CONFORME PADRÃO DO SIMAE, VOLUME MÁXIMO DE 500 FOLHAS. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	7,00	0,0000	64,97	454,79
17	ENCADERNAÇÃO EM CAPA DURA, FORMATO A4, COM GRAVAÇÃO DOURADA NA CAPA E NO DORSO DO LIVRO. A CAPA DEVERÁ SER NA COR VERMELHA, CONFORME PADRÃO DO SIMAE, VOLUME MÁXIMO DE 500 FOLHAS. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	7,00	0,0000	64,97	454,79
18	AGENDA EM WIRE-O PERSONALIZADA (COM LOGOTIPO DO SIMAE NA CAPA FRONTAL), ARTE COM DIRETRIZES NA PRIMEIRA PÁGINA, CAPA DURA, 15 CM X 21 CM, 2 CORES, PÁGINA INDIVIDUAL POR DIA ÚTIL DA SEMANA COM LINHAS PARA PLANEJAMENTO, CAPA AZUL ROYAL. - Marca: POLIMPRESSOS	UN	30,00	0,0000	34,9839	1.049,52
Total do Fornecedor:						32.500,00

Joaçaba, 27 de Dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 78/2017 - PR Processo Administrativo: 90/2017 Processo de Licitação: 90/2017 Data do Processo: 24/11/2017
	Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

VALE VISARE EDITORA GRAFICA E PROPAGANDA LTDA - EP (8509)

19	CRIAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO DE FOLDER EM TAMANHO A4 EM 4 CORES - Marca: VISARE	UN	5,00	0,0000	147,11	735,55
20	CRIAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO DE CARTAZ TAMANHO A3 EM 4X0 CORES - Marca: VISARE	SV	5,00	0,0000	104,72	523,60
21	CRIAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO DE PANFLETO TAMANHO A6 EM 4 CORES - Marca: VISARE	SV	5,00	0,0000	85,89	429,45
22	CRIAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO DE CARTÃO DE VISITA - Marca: VISARE	SV	1,00	0,0000	73,55	73,55
23	CRIAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO DE CARTILHA - Marca: VISARE	SV	3,00	0,0000	311,66	934,98
24	Diagramação gráfica do Jornal informativo utilizando a estrutura e o layout padrão do Simae. O informativo tem seu layout padrão na página 1(externo) e difere nas demais páginas conforme a localidade que o informativo será entregue posteriormente. As tabelas e descrição do manancial sofrem alterações para as 11(onze) localidades atendidas. Os textos e figuras serão enviados pelo Simae, porém os textos devem ser adequados para linguagem jornalística. Informativo para as localidades: Joaçaba, Distrito Industrial, Nova Petrópolis, Linha Bonitinho, Santa Helena, Herval d'Oeste, Linha Barreiros, Sede Belém e Perpetuo Socorro, Luzerna, Linha Limeira e Vila Kennedy. Criação e diagramação de artes gráficas não contempladas nos itens anteriores (Valor da hora trabalhada)	UN	1,00	0,0000	987,36	987,36
25	Criação e digramação de artes graficas não contempladas nos itens anteriores (valor da horatrabalhada)	HR	20,00	0,0000	88,00	1.760,00
Total do Fornecedor:						5.444,49
Total Geral:						37.944,49

Joaçaba, 27 de Dezembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.984/2017

Publicação Nº 1473516

DECRETO Nº 4.984/2017, de 22 de dezembro de 2017.

DÁ NOVA COMPOSIÇÃO AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Direitos do Idoso - CMDI -, criado pelo inciso VIII do artigo 4º da Lei Complementar nº 190/2009, eleito para o biênio 2017/2019, fica assim constituído:

I - Representantes das Secretarias e Fundações Municipais:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Giovana Remor Marega

Suplente: Álvaro Fermiano de Souza

b) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Alex da Silva de Bem

Suplente: Sandra Maria Estrella Guedes

c) Secretaria Municipal de Educação e Esportes:

Titular: Tadeu César Henrique Rodrigues

Suplente: Carlos Felipe Schmidt

d) Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação:

Titular: Elizabeth Flor Guterro

Suplente: Laercio Freitas Camilo

e) Secretaria de Turismo e Lazer:

Titular: Thiago Sebastião Laurindo

Suplente: Antônio Cláudio Quirino Ramos

f) Fundação Lagunense de Cultura:

Titular: José Augusto Nunes Vargas

Suplente: Márcio José Rodrigues Filho

II - Representantes da Sociedade Civil:

a) 01 (um) representante Sindicato e/ou Associação de Aposentados;

Sindicato de Pensionistas e Aposentados.

Titular: Valmir Telles Santana

Suplente: Félix Nunes

b) 01 (um) representante de Organização de grupo ou movimento do idoso, devidamente legalizada e em atividade;

Titular: Rita de Cássia Aguiar Martins

Suplente: Sabrina Tolotti

c) 01 (um) representante de Credo Religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção do idoso.

Titular: Valci Rosa da Silva

Suplente: Alaide Costa Martins

d) 03 (dois) representantes de outras entidades que comprovem possuir políticas de atendimento e promoção do idoso.

Asilo Santa Isabel

Titular: Dalva de Oliveira Primo

Suplente: Caroline Fortunato Ulyssea

SESC

Titular: Miriam de Oliveira Rodrigues

Suplente: Cristyanne Maria dos Santos da Silva

Rede Feminina de Combate ao Câncer de Mama

Titular: Lúcia Helena Valério Floriano

Suplente: Andrei Cascaes Lopes

Art. 2º A Presidência do Conselho Municipal de Direitos do Idoso - CMDI, será exercida pelo Conselheiro Alex da Silva de Bem, representante da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4.985/2017

Publicação Nº 1473517

DECRETO Nº 4.985/2017, de 22 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e autorizado pelo inciso I do artigo 6º, da Lei Municipal nº. 1.895/2016, DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um credito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte

Projeto/Atividade: 2.042 – Remuneração dos Profissionais do magistério do Fundeb 60%

Elemento da Despesa:

96 – 3.1.90.11.00.00.00.00.01 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil - R\$ 200.000,000

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado em igual valor, recursos decorrentes do provável excesso de arrecadação da Receita 4.1.7.2.4.01.00.00.00.00.00 – Transferências de recursos do FUNDEB - R\$ 200.000,00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4.986/2017

Publicação Nº 1474116

DECRETO Nº 4.986/2017, de 26 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e autorizado pelo inciso I do artigo 6º, da Lei Municipal nº. 1.895/2016, DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um credito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 1.705.000,00 (um milhão, setecentos e cinco mil), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte

Projeto/Atividade: 2.047 – Manter e melhorar a qualidade do Ensino Infantil

Elemento da Despesa:

120 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000.000000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil - R\$ 390.000,00

121 3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000.000000 – Obrigações Patronais – R\$ 170.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte

Projeto/Atividade: 2.040 – Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental

Elemento da Despesa:

78 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000.000000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil - R\$ 760.000,00

79 3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000.000000 – Obrigações Patronais – R\$ 385.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos decorrentes da anulação, na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte

Projeto/Atividade: 2.047 – Manter e melhorar a qualidade do Ensino Infantil

Elemento da Despesa:

122 3.1.90.94.00.00.00.00.01.0000.000000 – Indenizações Restituições Trabalhistas – R\$ 50.000,00

123 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000.000000 – Material de Consumo – R\$ 340.000,00

125 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000.000000 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 170.000,00

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 06 – Secretaria de Educação e Esporte

Projeto/Atividade: 2.040 – Manutenção e melhoria do Ensino Fundamental

Elemento da Despesa:

80 3.1.90.94.00.00.00.00.01.0000.000000 – Indenizações Restituições Trabalhistas – R\$ 140.000,00

81 3.3.50.43.00.00.00.00.01.0000.000000 – Subvenções Sociais – R\$ 79.000,00

83 3.3.90.18.00.00.00.00.01.0000.000000 – Auxílio Financeiro e Estudantes – R\$ 15.000,00

84 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000.000000 – Material de Consumo – R\$ 250.000,00

85 3.3.90.32.00.00.00.00.01.0000.000000 – Material de Distribuição Gratuita – R\$ 50.000,00

87 3.3.90.35.00.00.00.00.01.0000.000000 – Serviços de Consultoria – R\$ 10.000,00

89 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000.000000 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 420.000,00

92 3.3.90.93.00.00.00.00.01.0000.000000 – Indenizações e Restituições – R\$ 20.000,00
93 4.4.90.51.00.00.00.00.01.0000.000000 – Obras e Instalações – R\$ 100.000,00
94 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000.000000 – Equipamentos e material permanente – R\$ 46.000,00
95 4.4.90.61.00.00.00.00.01.0000.000000 – Aquisição de Imóveis – R\$ 15.000,00
Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1473324

O MUNICÍPIO DE LAGUNA – SC torna público a Retificação nº 001 ao Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2017 – EDUCAÇÃO que passa a ser assim definido:

1. DOS TÍTULOS DE CAPACITAÇÃO:

No Anexo VIII, item 13.5, página 25, onde se lê:

12.5 A Pontuação será necessariamente a soma das horas devidamente comprovadas dentro das disciplinas constantes neste Edital conforme tabela constante no item 14 deste Anexo.

Leia-se:

12.5 A Pontuação será necessariamente a soma das cursos devidamente comprovadas dentro das disciplinas constantes neste Edital conforme tabela constante no item 14 deste Anexo.

Laguna - SC, 27 de Dezembro de 2017.

KARMENSITA A. DA ROCHA CARDOSO	MAURO CANDEMIL
Secretária de Educação e Esportes	Prefeito Municipal

ANEXO VIII AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

1. A Avaliação de Títulos terá caráter classificatório, conforme critérios constantes no presente anexo.
2. Os Cargos que terão computo de pontuação concernente à Avaliação de Títulos estão especificados no Anexo II.
3. O Candidato deverá reunir os Títulos objeto desta avaliação em Cópia Autenticada ou Cópia Simples em conjunto com o Documento Original para comprovar sua autenticidade e protocolá-los no Posto de Atendimento especificado no item 4 deste Edital.
 - 3.1. O Candidato pode encaminhar os documentos através dos Correios, devendo encaminhá-los ao Endereço do Posto de Atendimento descrito no item 4 na Opção Sedex/AR;
 - 3.2. Os documentos devem ser postados até a data limite fixada no Edital;
 - 3.3. Somente serão aceitos, caso enviados por correios, em Cópia Autenticada.
4. A Recepção dos Títulos deverá obedecer ao cronograma estabelecido conforme Anexo I do presente Edital.
5. A Avaliação de Títulos será apurada por Avaliadores designados pela FAEPESUL, através da análise dos documentos protocolados.
6. Somente serão considerados, para efeitos de pontuação, os títulos concluídos até a data da publicação do presente Edital.
7. A não apresentação de documentos para a Avaliação de Títulos pelo candidato o sujeitará apenas a classificação obtida no resultado da Avaliação Escrita Objetiva do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO.
8. Uma vez entregues os títulos, não serão aceitos acréscimos, modificação e/ou substituição de documentos.
9. Os títulos entregues deverão possuir paginação, podendo ser escrito a mão, para organização e maior clareza da avaliação.
10. Os títulos devem ser entregues juntamente com a ficha de avaliação, constante no Anexo IX, preenchido e dentro de envelope não transparente.
11. A Nota máxima que poderá ser aferida ao Candidato na Avaliação de Títulos é de 5,0 (cinco) pontos, sendo o resultado da soma aritmética da pontuação obtida nos Títulos de Pós-Graduação limitados a 4,0 (quatro) pontos e Títulos de Capacitação limitados a 1,0 (ponto).
12. Os Títulos de PÓS-GRADUAÇÃO serão avaliados conforme as disciplinas a seguir:
 - 11.1 Não serão avaliados título exigido como requisito para provimento do cargo;

11.2 Não serão avaliados título de especialização, mestrado e doutorado, não reconhecidos pelos órgãos oficiais, ou que a instituição educacional esteja em processo de reconhecimento;

11.3 Os títulos de mestrado e doutorado obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei.

11.4 Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

11.5 A avaliação dos títulos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado não é cumulativa e é limitada a um único título de pós-graduação. Caso o candidato entregue mais de um título, será avaliado unicamente o de maior valor acadêmico, conforme tabela constante no item 14 deste Anexo.

13. Os Títulos de CAPACITAÇÃO serão avaliados conforme as disciplinas abaixo:

12.1 Não serão avaliados título de Capacitação emitidos por instituições não reconhecidas pelos órgãos oficiais, ou que a instituição educacional esteja em processo de reconhecimento;

12.2 Somente serão avaliados os Títulos que possuírem no mínimo 20 (vinte) horas de realização;

12.3 Os Títulos deverão constar a data de Início e Término de realização, sob pena de não avaliação;

12.4 Somente serão computados os Títulos de Capacitação realizados até 2 (dois) anos que antecede a publicação deste Edital (De: 07/12/2015 até 07/12/2017);

12.5 A Pontuação será necessariamente a soma das horas devidamente comprovadas dentro das disciplinas constantes neste Edital conforme tabela constante no item 14 deste Anexo.

14. Consta abaixo a tabela de pontuação dos títulos apresentados:

MODALIDADES	PONTUAÇÕES	CRITÉRIOS
Pós-Graduação	4 (quatro) pontos	Certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Doutorado na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
	3 (três) pontos	Diploma ou certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
	2 (dois) pontos	Certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
Capacitação	0,1 (zero um) ponto por curso comprovado, limitado a 1,0. Realizados no período de 07/12/2015 até 07/12/2017. (Concluídos até a data da publicação deste edital)	Comprovar realização de capacitação, com no mínimo 20 (vinte) horas, por curso, dentre as atribuições das atividades para o Cargo que está em Seleção.

ANEXO IX

FORMULÁRIO DE ENTREGA DE TÍTULOS

MUNICÍPIO DE LAGUNA – SC			
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EDITAL No 001/2017			
FICHA DE AVALIAÇÃO DE TÍTULOS			
Identificação do candidato:			
Número de inscrição:		Cargo:	
Nome:			
Telefones de contato:		e-mail:	
Documentos entregues:			
Cod	Nome do Título	Folhas	
01	Pós-Graduação		
02	Capacitação		
Total de Folhas ->			

Local e data do recebimento:

Local: Data:

Ao assinar, concordo que li o Anexo VIII, referente à Avaliação de Títulos, bem como todo o Edital e concordo com as regras nela exposta.

Assinatura do Candidato

Comprovante de Entrega

Protocolo: Inscrição:

Nome:

Data:

Quantidade de Folhas:

Responsável Faepesul/Prefeitura

ANEXO X INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

1. Caberá interposição de recursos à FAEPESUL, no prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da data de publicação, a respeito:
 - a) Revisão do indeferimento de inscrição;
 - b) Revisão de questão da Avaliação Escrita Objetiva;
 - c) Resultado das Etapas.
2. Os recursos deverão ser interpostos diretamente através do Site de Internet (www.faepesul.org.br/concursos) na Área do Candidato.
3. O recurso deverá obedecer ao padrão estabelecido pela FAEPESUL, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:
 - a) Fundamentar, com argumentação lógica e consistente;
 - b) Apresentar recursos individuais, para questões diferentes (se for o caso).
 - c) Estar relacionado ao próprio Candidato.
4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão liminarmente indeferidos.
5. Não será aceito pedido de recurso de qualquer natureza, via fax, correios eletrônicos, ou apócrifos.
6. Somente será apreciado o recurso que for expresso em termos convenientes e que aponte as circunstâncias que o justifique.
7. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada a data e hora de seu protocolo.
8. As decisões dos recursos estarão disponíveis na Área do Candidato no prazo final para publicação da Etapa e resultado, na forma de extrato, publicado nos locais especificados no Item 7 deste Edital.
9. Se do exame do recurso resultar a anulação de item integrante de Avaliação, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos.

ANEXO XI DAS EXIGÊNCIAS E DOCUMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS E ADMISSÃO

1. Homologado o resultado, a municipalidade, havendo necessidade, chamará o candidato classificado para o exercício do cargo, por ordem crescente de classificação, o qual será nomeado na forma mencionada neste Edital.
2. Caso o Candidato opte em concorrer para mais de 02 (dois) Cargos no momento da escolha da vaga somente poderá optar em um vaga.
3. São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter temporário:
 - 0.1 A aprovação em processo seletivo público;
 - 0.2 A prova da nacionalidade;
 - 0.3 O gozo dos direitos políticos;
 - 0.4 A quitação com as obrigações militares, para os homens;
 - 0.5 A quitação com as obrigações eleitorais;
 - 0.6 A idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 - 0.7 O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
 - 0.8 A comprovação de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
 - 0.9 Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;
 - 0.10 Declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;
 - 0.11 Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário.

4. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.
5. A perda ou suspensão do gozo dos direitos políticos será configurada, caso a Administração Municipal tome ciência da existência de sentença, com trânsito em julgado de:
- 3.1 Cancelamento da naturalização;
- 3.2 Reconhecimento da incapacidade civil absoluta;
- 3.3 Condenação penal, enquanto durarem os seus efeitos;
- 3.4 Condenação em processo judicial instaurado por força de atos de improbidade administrativa.
6. O não cumprimento dos requisitos disciplinados no item 2 impede a contratação do candidato e gera a sua recondução à última colocação neste certame.
7. O Professor poderá completar a sua carga horária até o limite de 40 horas, dentro da Unidade escolar já contratado sem que precise vir novamente para outra chamada.
- 6.1 A Alteração em outra Unidade Escolar deverá ser publicada no site do Município, com comparecimento presencial.
- 6.2 O Professor poderá completar a sua carga horária nas áreas afins na mesma unidade escolar.
8. O Contrato do profissional admitido em caráter temporário não excederá o ano letivo.
9. O profissional admitido em caráter temporário poderá ser dispensado, a qualquer tempo, nas seguintes hipóteses:
- 8.1 A pedido do próprio interessado;
- 8.2 Quando a vaga então ocupada for preenchida por professor de provimento efetivo;
- 8.3 Diminuição do número de aulas na unidade escolar;
- 8.4 Extinção da turma por motivos de diminuição de alunos;
- 8.5 Desistência ou transferência de aluno da Educação Especial;
- 8.6 A título de penalidade, resultante de processo disciplinar;
- 8.7 Quando decorridos mais de 3(três) dias consecutivos ou 5(cinco) dias intercalados de falta ao serviço por motivo não autorizado.

ANEXO XII

FORMULÁRIO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

MUNICÍPIO DE LAGUNA – SC									
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017									
FORMULÁRIO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO									
Protocolo: _____									
IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO									
Número de inscrição:					Cargo:				
Nome:									
Telefones de contato:					E-mail:				
OPÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO									
() OPÇÃO: Doador de Sangue.									
Local e data do recebimento:									
Local: Data:									
Ao assinar, concordo que li o Anexo IV, referente as inscrições, bem como todo o Edital e concordo em seu inteiro teor.									
Assinatura do Candidato									

COMPROVANTE DE ENTREGA									
Protocolo: Inscrição:									
Nome:									
Data:									

Quantidade de Folhas:
Responsável FAEPESUL

RESOLUÇÃO 001-2017 - COMED

Publicação Nº 1473340

RESOLUÇÃO – Nº 01 de 31/10/2017

Dispõe sobre a Fixação de Normas Para a Consolidação e Enturmação de Alunos nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino onde oferecem a Educação Infantil. E dá outras providências.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação, no uso das atribuições legais que lhe confere e considerando o disposto no artigo 25 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 e Lei Complementar nº 163 de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Ensino.

CONSIDERANDO a necessidade de serem corrigidas determinadas divergências existentes, no entendimento da resolução Nº 03 – 08/10/20007 devido à falta de clareza;

CONSIDERANDO a premente necessidade de se ajustar o número de alunos por professor priorizando a construção de conhecimento de forma integral respeitando o número de alunos que cada sala comporta;

CONSIDERANDO que a realidade Nacional há tempos impõe um estudo constante sobre a Gestão da Educação Infantil;

CONSIDERANDO que deve-se fazer referência ao Plano Municipal de Educação de Laguna (PMEL), Lei nº 1.811/2015, que estabeleceu metas decenais para que no final do período de sua vigência, a oferta da Educação Infantil alcance a 50% das crianças de 0 a 3 anos e visa universalizar a pré escola para as crianças de 4 e 5 anos;

CONSIDERANDO a Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil Parecer CNE/CEB Nº: 20/2009;

CONSIDERANDO que deve-se fazer referência ao Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172/2001, que estabeleceu metas decenais para que no final do período de sua vigência, 2011, a oferta da Educação Infantil alcance a 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos, metas que ainda persistem como um grande desafio a ser enfrentado pelo país;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 1, de 7 de abril de 1999, e pelo Parecer CNE/CEB nº 22/98, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil;

CONSIDERANDO que cabem aos conselhos municipais de educação, visando a desenvolver ações específicas para garantir a normatização da legislação em âmbito municipal, (Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 2);

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 163 de 18 de setembro de 2007, que "Dispõe sobre o conselho municipal de educação de Laguna".

RESOLVE:

Art. 1º A educação infantil, primeira etapa da educação básica será oferecida em Centros de Educação Infantil e Unidades Escolares, assim especificadas:

I - de 0 (zero) a 5 (cinco) anos nas instituições de Educação Infantil;

II - de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos nas Unidades Escolares que ofereçam a Pré-escola.

Art. 2º A organização das turmas na Educação Infantil de acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, Volume 2, p. 34. de 2006. "As instituições de Educação Infantil funcionam durante o dia em período parcial ou integral, sem exceder o tempo que a criança passa com a família".

Parágrafo único. O atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral", de acordo com LDBEN em seu art. 31, inciso III. A versão final dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, no item 7.1 em seu volume 2, p. 34 em que diz: "O funcionamento em período parcial implica o recebimento das crianças por no mínimo quatro horas por dia, e item 7.2 p. 35 onde diz "O funcionamento em período integral implica o recebimento das crianças por até no máximo dez horas por dia".

I – de acordo com o parágrafo § 1º deste artigo a Educação Infantil atenderá em períodos parciais de 4 (quatro) horas e no período integral de no máximo de 11 (onze) horas.

II – a Educação Infantil atenderá nos seguintes moldes:

a) crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos serão atendidas em tempo parcial e/ou integral;

b) crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos serão atendidas em tempo parcial de 4 (quatro) horas nas Unidades Escolares de Ensino e nos Centros de Educação Infantil.

Art.3º Entende-se por nomenclatura de turmas e faixa etária de crianças da Educação Infantil:

I – de 0 (zero) a 1 (um) ano: Berçário I;

II – de 1 (um) a 2 (dois) anos: Berçário II;

III- de 2 (dois) a 3 (três) anos: Maternal I;

IV – de 3 (três) a 4 (quatro) anos: Maternal II;

V – de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos: Pré - I;

VI – de 5 anos: Pré - II.

VII – de 2 ½ (dois e meio) a 5 (cinco) anos: Turma Mista.

§1º A formação de Turma Mista acontecerá, quando a demanda de número de alunos de uma mesma faixa etária não for suficiente para formação de uma turma nas unidades de ensino que ofereçam a Educação Infantil.

§2º De acordo com a Resolução do COMED nº 01/16 e CNE (Conselho Nacional de Educação) em sua Resolução nº 05 de 17 de dezembro de 2009 a faixa etária deverá obedecer a data corte de 31 de março para formação de turmas.

Art.4º De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil a relação entre o número de crianças por agrupamento ou turma e o número de professoras ou professores de Educação Infantil por agrupamento varia de acordo com a faixa etária: uma professora ou um professor para cada 6 a 8 crianças de 0 a 2 anos; uma professora ou um professor para cada 15 crianças de 3 anos; uma professora ou um professor para cada 20 crianças acima de 4 anos.

§1º No que concerne ao exposto neste artigo fica estabelecida assim o número de crianças por professor:

I - de 0 a 1 ano, um (a) professor (a) para cada 6 crianças, e de 1 a 2 anos, um (a) professor (a) para cada 8 crianças;

II - de 2 a 3 anos, um (a) professor (a) para cada 10 crianças, e de 3 a 4 anos, um (a) professor (a) para cada 13 crianças;

III – de 4 a 5 anos, um (a) professor (a) para cada 20 crianças;

IV – de 2 ½ (dois e meio) a 5 (cinco) anos um (a) professor (a) para cada 15 crianças.

§2º Do exposto no parágrafo § 1º. deste art., nenhuma turma pode funcionar sem a presença de um professor habilitado, na forma da lei.

§3º A quantidade máxima de crianças por agrupamento ou turma é proporcional ao tamanho das salas que ocupam.

§4º Fica estabelecido na forma do anexo I a tabela informativa sobre o exposto nos artigos 3º e 4º desta Resolução.

Art. 5º Quando houver demanda de crianças e disponibilidade de espaço físico, desde que se respeite a legislação vigente, poderá ser matriculada nestas turmas um número de crianças até o dobro do limite estabelecido no artigo anterior:

I - quando 50% (cinquenta por cento) de crianças forem matriculadas a mais que o estabelecido no parágrafo § 1º do Art. anterior, deverá ser contratado um professor para garantir condições adequadas de atendimento destas turmas, exceto as turmas formadas por crianças na faixa etária de 4 a 5 anos.

II - quando a turma atingir até 50% (cinquenta por cento) de crianças matriculadas a mais que o estabelecido no parágrafo § 1º do Art. Anterior admite-se:

a) um auxiliar de sala cuja formação mínima exigida é de estudante de magistério de nível médio e/ou cursando graduação da área da Educação no qual será regido pela Lei Federal nº 11.788 de 2008.

b) O auxiliar de sala tem como atribuições estipuladas no anexo II desta Resolução.

Art. 6º O inciso III e o parágrafo § 1º do Art. 4º da Resolução nº 03, de 08/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

I - A modalidade de Ensino Educação Especial no que se refere a formação de turmas regulares com matrícula de criança e/ou alunos, com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação não deve exceder:

II – A matrícula de até duas crianças para cada turma citada nos §§ 1º e 2º do Art. 4º desta resolução.

Art. 7º O inciso I do Art. 5º da Resolução nº 03, de 08/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

I - Nas etapas e modalidades de ensino, de caráter regular, quando da formação das turmas, nas matrículas de crianças e/ou alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/superdotação, a Secretaria Municipal de Educação analisará os atestados e laudos comprobatórios dos especialistas da área, para a contratação do Professor Auxiliar.

Art. 8º O horário de entrada e saída dos Centros de Educação Infantil para as turmas de 0 (zero) a 3 (três) anos ficam assim estipulados:

I – atendimento em tempo integral:

- a) Entrada às 07h;
- b) saída às 18h.

II – atendimento em tempo parcial matutino:

- a) entrada às 07h;
- b) saída às 12h30min.

III – atendimento em tempo parcial vespertino:

- a) entrada às 12h30min;
- b) saída às 18hmin.

§1º Para o atendimento em Unidades de Ensino que ofereçam a Educação Infantil no que se refere a pré-escola com crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, os horários ficam assim estipulados:

I – atendimento em tempo parcial matutino:

- a) entrada às 08h;
- b) saída às 12h.

II – atendimento em tempo parcial vespertino:

- a) entrada às 13h30min;
- b) saída às 17h30min.

Art. 9º Os casos omissos e as questões suscitadas por esta Resolução serão analisados pelo Conselho Municipal de Educação - COMED.

Art. 10º. Revoga os Art. 1º e 2º e o § único do Art. 5º. e altera o Inciso III e § 1º do Art. 4º e o inciso I do Art. 5º da Resolução nº 03, de 08/2007.

Art. 11º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Laguna, 31 de outubro de 2017.

Juliana Fagundes de Carvalho Luz
Conselheira Presidente do Conselho Municipal de Educação

Mauro Vargas Candemil
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

TABELA INFORMATIVA

TURMAS	NÍVEL	LETRAS	FAIXA ETÁRIA	QTD CRIANÇA POR PROFESSOR
--------	-------	--------	--------------	---------------------------

BERÇÁRIO	B – I	-----	0 a 1 ano	A cada 6 crianças 1 Professor (a)
	B – I	A		
	B – I	B		
	B – II	-----	1 a 2 anos	A cada 8 crianças 1 Professor (a)
	B – II	A		
	B – II	B		
MATERNAL	M – I	-----	2 a 3 anos	A cada 10 crianças 1 Professor (a)
	M – I	A		
	M – I	B		
	M – II	-----	3 a 4 anos	A cada 13 crianças 1 Professor (a)
	M – II	A		
	M – II	B		
PRÉ - ESCOLAR	P – I	-----	4 a 5 anos	A cada 20 crianças 1 Professor (a)
	P – I	A		
	P – I	B		
	P – II	-----	5 a 6 anos	
	P – II	A		
	P – II	B		
TURMA MISTA	TM	-----	2 ½ a 6	A cada 15 crianças 1 Professor (a)

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Auxiliar os alunos e professores executando atividades de cuidado, higiene e estímulo como: acompanhar as crianças no uso do banheiro e nos intervalos e na organização da sala, auxilia os professores nas solicitações de material pedagógico em sala ou de assistência às crianças e supervisioná-los na hora do sono e do descanso.

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO 198/2017**

Publicação Nº 1472995

DECRETO Nº 198/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.939/2016, de 14 de Dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforço do seguinte item Orçamentário:

01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

2.001 -Manutenção da Câmara de Vereadores

3.1.90.00.00.00.1200...Aplicação Direta R\$ 20.000,00

TOTALR\$ 20.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do da anulação em igual quantia no seguinte item orçamentário.

01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

2.001 -Manutenção da Câmara de Vereadores

4.4.90.00.00.00.1200...Aplicação Direta R\$ 20.000,00

TOTALR\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

Lebon Regis

PREFEITURA

HOSPITAL - PORTARIA Nº. 0718/2017 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473098

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0718/2017 de 01 de dezembro de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER A LUZIA LUCIMAR LEFFER, Técnico em Enfermagem, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 01/12/2017.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de dezembro de 2017.
LEONIRO DA SILVA PAHL
Presidente

HOSPITAL - PORTARIA Nº. 0719/2017 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473099

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0719/2017 de 01 de dezembro de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER A EDINA FERREIRA DE PAULA DE SOUZA, Servente, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 01/12/2017.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de dezembro de 2017.
LEONIRO DA SILVA PAHL
Presidente

HOSPITAL - PORTARIA Nº. 0720/2017 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473101

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0720/2017 de 01 de dezembro de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER A VENCESLAU ANTUNES DE SOUZA, Vigia, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 01/12/2017.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de dezembro de 2017.

LEONIRO DA SILVA PAHL

Presidente

HOSPITAL - PORTARIA Nº. 0721/2017 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473103

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0721/2017 de 01 de dezembro de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Servidora VERONICE DE OLIVEIRA RAMOS, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, FÉRIAS, a partir de 01/12/2017.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de dezembro de 2017.

LEONIRO DA SILVA PAHL

Presidente

HOSPITAL - PORTARIA Nº. 0722/2017 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473104

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0722/2017 de 01 de dezembro de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Servidora SANDRA PAES DE LIMA, ocupante do cargo de Servente, FÉRIAS, a partir de 01/12/2017.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de dezembro de 2017.

LEONIRO DA SILVA PAHL

Presidente

Lindóia do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 370/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473582

PORTARIA Nº 370/2017, de 26 de Dezembro de 2017.

PRORROGA PRAZO DE CONCLUSÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N. 2/2017.

GENIR LOLI, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 113, II “d” da Lei Orgânica Municipal e art. 190 da Lei Complementar Municipal n. 50, de 10 de janeiro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por 90 (noventa) dias, a contar de 03/01/2018, o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar n. 2/2017, instaurado pela Portaria n. 242/2017, de 1º de setembro de 2017, com respaldo nos argumentos constantes no Ofício n. 14/2017, da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 2/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 26 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 371/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473583

PORTARIA Nº 371/2017, de 26 de Dezembro de 2017.

REMOVE E DESIGNA AUTORIDADE SINDICANTE, PRORROGA PRAZO DE CONCLUSÃO – SINDICÂNCIA N. 2/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 113, II “d” da Lei Orgânica Municipal e art. 192 da Lei Complementar Municipal n. 50, de 10 de janeiro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º. Remover Judite Bruniera da função de autoridade sindicante da Sindicância n. 2/2016, instaurada pela Portaria n. 227/2016, de 13 de setembro de 2016.

Art. 2º. Designar, em substituição, o servidor Leonardo Cavallier, ocupante do cargo de auxiliar de técnico, matrícula funcional n. 142, como nova autoridade sindicante da Sindicância n. 2/2016.

Art. 3º. Prorrogar, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 10/01/2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância referida no art. 1º, com respaldo no despacho proferido à fls. 161 do referido procedimento investigativo.

Art. 4º. Irá acompanhar os trabalhos o Procurador Municipal Igor Frare Grandi, matrícula n. 161.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 26 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal
Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

PORTARIA Nº 372/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473585

PORTARIA Nº 372/2017, de 26 de Dezembro de 2017.

REMOVE E DESIGNA AUTORIDADE SINDICANTE, PRORROGA PRAZO DE CONCLUSÃO – SINDICÂNCIA N. 3/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 113, II “d” da Lei Orgânica Municipal e art. 192 da Lei Complementar Municipal n. 50, de 10 de janeiro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º. Remover Judite Bruniera da função de autoridade sindicante da Sindicância n. 3/2016, instaurada pela Portaria n. 328/2016, de 16 de novembro de 2016.

Art. 2º. Designar, em substituição, o servidor Leonardo Cavallier, ocupante do cargo de auxiliar de técnico, matrícula funcional n. 142, como nova autoridade sindicante da Sindicância n. 3/2016.

Art. 3º. Prorrogar, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 10/01/2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância referida no art. 1º, com respaldo no despacho proferido à fls. 55 do referido procedimento investigativo.

Art. 4º. Irá acompanhar os trabalhos o Procurador Municipal Igor Frare Grandi, matrícula n. 161.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,
Em, 26 de Dezembro de 2017.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal
Registra-se e publica-se

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

Luis Alves**PREFEITURA****DECRETO Nº 142**

Publicação Nº 1473158

DECRETO Nº 142/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e, de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2017, Lei Municipal nº 1.660/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar de R\$ 68.155,70 (Sessenta e oito mil, cento e cinquenta e cinco reais e setenta centavos) ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 05 – Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.

15.452.0004.2.010 – Manutenção e ampliação da rede de iluminação pública.

(32) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0868.0 (0.1.00008) – Aplicações Diretas R\$ 68.155,70

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 05 – Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

15.452.0004.2.010 – Manutenção e ampliação da rede de iluminação pública.

(33) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0868.0 (0.1.00008) – Aplicações Diretas R\$ 68.155,70

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 26 de Dezembro de 2017.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

DECRETO Nº 143

Publicação Nº 1473160

DECRETO Nº 143/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e, de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária para o exercício de 2017, Lei Municipal nº 1.660/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar de R\$ 14.113,38 (Quatorze mil, cento e treze reais e trinta e oito centavos) ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0007.2.024 – Manutenção e Ampliação do Transporte do Ensino Fundamental.

(18) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0101 (0.1.0001) – Aplicações Direta R\$ 14.113,38

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos proveniente do Excesso de Arrecadação apurado no Exercício de 2017, por conta dos Recursos de Receita de Impostos e Transferências de Impostos – Educação, na importância de R\$ 14.113,38 (Quatorze mil, cento e treze reais e trinta e oito centavos).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Luiz Alves (SC), 26 de Dezembro de 2017.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

Publicado no Paço Municipal, no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

ANEXO Nº 01 - METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO - 2018

Publicação Nº 1473155

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2018

RECEITAS CORRENTES	R\$ 33.218.185,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 2.955.100,00
Contribuições	R\$ 1.148.000,00
Receita Patrimonial	R\$ 255.000,00
Receita Agropecuária	R\$ 29.760,67
Receita de Serviços	R\$ 42.000,00
Transferências Correntes	R\$ 28.768.574,79
Outras Receitas Correntes	R\$ 19.749,63
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 5.595.814,91
Operações de Crédito	R\$ 1.000.000,00
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00
Transferências de Capital	R\$ 4.595.814,91
TOTAL	R\$ 38.814.000,00

DESPESAS CORRENTES	31.246.927,13
Pessoal e Encargos Sociais	17.893.000,00
Juros e Encargos	300.000,00
Outras Despesas Correntes	13.053.927,13
DESPESAS DE CAPITAL	7.517.072,87
Investimentos	6.964.572,87
Inversões Financeiras	17.500,00
Amortização de Empréstimos	535.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
TOTAL	38.814.000,00

METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	5.216.966,94	5.237.348,36	5.057.097,81	5.337.736,63	4.858.382,26	7.510.653,08	33.218.185,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	464.102,99	465.916,13	449.880,98	474.846,70	432.203,19	668.150,02	2.955.100,00
Contribuições	180.295,16	180.999,53	174.770,18	184.468,89	167.902,70	259.563,54	1.148.000,00
Receita Patrimonial	40.048,14	40.204,60	38.820,90	40.975,23	37.295,46	57.655,66	255.000,00
Receita Agropecuária	4.673,96	4.692,22	4.530,73	4.782,16	4.352,70	6.728,91	29.760,67
Receita de Serviços	6.596,16	6.621,93	6.394,03	6.748,86	6.142,78	9.496,23	42.000,00
Transferências Correntes	4.518.148,82	4.535.800,12	4.379.694,32	4.622.741,28	4.207.596,93	6.504.593,32	28.768.574,79
Outras Receitas Correntes	3.101,71	3.113,83	3.006,66	3.173,51	2.888,52	4.465,40	19.749,63
RECEITAS DE CAPITAL	878.831,32	882.264,70	851.900,34	899.175,74	818.425,44	1.265.217,36	5.595.814,91
Operações de Crédito	-	-	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00
Transferências de Capital	R\$ 765.969,15	R\$ 765.969,15	R\$ 765.969,15	R\$ 765.969,15	R\$ 765.969,15	R\$ 765.969,15	4.595.814,91
TOTAL	6.095.798,26	6.119.613,06	5.908.998,16	6.236.912,38	5.676.807,71	8.775.870,44	38.814.000,00

CRONOGRAMA BIMESTRAL DE DESEMBOLSO	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	4.852.908,52	4.860.917,91	5.109.518,24	4.900.368,03	4.621.237,77	6.901.976,66	31.246.927,13
Pessoal e Encargos	2.752.769,23	2.752.769,23	3.440.961,54	2.752.769,23	2.752.769,23	3.440.961,54	17.893.000,00
Juros e Encargos	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
Outras Despesas Correntes	2.050.139,29	2.058.148,68	1.618.556,70	2.097.598,80	1.818.468,54	3.411.015,13	13.053.927,13
DESPESAS DE CAPITAL	1.072.635,82	1.055.135,82	1.173.293,17	1.336.544,35	1.055.569,94	1.823.893,78	7.517.072,87
Investimentos	R\$ 965.969,15	R\$ 965.969,15	R\$ 1.084.126,50	R\$ 1.247.377,68	R\$ 966.403,27	R\$ 1.734.727,11	6.964.572,87
Inversões Financeiras	17.500,00	-	-	-	-	-	17.500,00
Amortização de Empréstimos	89.166,67	89.166,67	89.166,67	89.166,67	89.166,67	89.166,67	535.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	50.000,00	50.000,00
TOTAL	5.925.544,34	5.916.053,73	6.282.811,41	6.236.912,38	5.676.807,71	8.775.870,44	38.814.000,00

Luiz Alves, 22 de dezembro de 2017.

Marcos Pedro Veber
Prefeito Municipal

Adilson Balsanelli
Contador - CRC/SC 029.772/O-3

Fernanda Caire
Contadora - CRC/SC 030.072/O-8

ANEXO Nº 02 - CRONOGRAMA DE DESPESA - 2018

Publicação Nº 1473157

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2018

CRONOGRAMA BIMESTRAL DE DESEMBOLSO	1º BIMESTRE	2º BIMESTRE	3º BIMESTRE	4º BIMESTRE	5º BIMESTRE	6º BIMESTRE	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	4.852.908,52	4.860.917,91	5.109.518,24	4.900.368,03	4.621.237,77	6.901.976,66	31.246.927,13
Pessoal e Encargos	2.752.769,23	2.752.769,23	3.440.961,54	2.752.769,23	2.752.769,23	3.440.961,54	17.893.000,00
Juros e Encargos	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	300.000,00
Outras Despesas Correntes	2.050.139,29	2.058.148,68	1.618.556,70	2.097.598,80	1.818.468,54	3.411.015,13	13.053.927,13
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.072.635,82	R\$ 1.055.135,82	R\$ 1.173.293,17	R\$ 1.336.544,35	R\$ 1.055.569,94	R\$ 1.823.893,78	R\$ 7.517.072,87
Investimentos	R\$ 965.969,15	R\$ 965.969,15	R\$ 1.084.126,50	R\$ 1.247.377,68	R\$ 966.403,27	R\$ 1.734.727,11	R\$ 6.964.572,87
Inversão Financeira	17.500,00	-	-	-	-	-	R\$ 17.500,00
Amortização de Empréstimos	89.166,67	89.166,67	89.166,67	89.166,67	89.166,67	89.166,67	R\$ 535.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	50.000,00	50.000,00
TOTAL	5.925.544,34	5.916.053,73	6.282.811,41	6.236.912,38	5.676.807,71	8.775.870,44	38.814.000,00

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
DESPESAS CORRENTES	2.426.454,26	2.426.454,26	2.430.458,96	2.430.458,96	2.210.662,97	2.898.855,27	2.450.184,01
Pessoal e Encargos	1.376.384,62	1.376.384,62	1.376.384,62	1.376.384,62	1.376.384,62	2.064.576,92	1.376.384,62
Juros e Encargos	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Outras Despesas Correntes	1.025.069,64	1.025.069,64	1.029.074,34	1.029.074,34	809.278,35	809.278,35	1.048.799,40
DESPESAS DE CAPITAL	536.317,91	536.317,91	527.567,91	527.567,91	586.646,58	586.646,58	668.272,17
Investimentos	482.984,58	482.984,58	482.984,58	482.984,58	542.063,25	542.063,25	623.688,84
Inversão Financeira	8.750,00	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	44.583,33	44.583,33	44.583,33	44.583,33	44.583,33	44.583,33	44.583,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.962.772,17	2.962.772,17	2.958.026,86	2.958.026,86	2.797.309,55	3.485.501,86	3.118.456,19

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
DESPESAS CORRENTES	2.450.184,01	2.310.618,88	2.310.618,88	3.106.892,18	3.795.084,49	31.246.927,13
Pessoal e Encargos	1.376.384,62	1.376.384,62	1.376.384,62	1.376.384,62	2.064.576,92	17.893.000,00
Juros e Encargos	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	300.000,00
Outras Despesas Correntes	1.048.799,40	909.234,27	909.234,27	1.705.507,56	1.705.507,56	13.053.927,13
DESPESAS DE CAPITAL	668.272,17	527.784,97	527.784,97	911.946,89	911.946,89	7.517.072,87
Investimentos	623.688,84	483.201,64	483.201,64	867.363,56	867.363,56	6.964.572,87
Inversão Financeira	-	-	-	-	-	17.500,00
Amortização de Empréstimos	44.583,33	44.583,33	44.583,33	44.583,33	44.583,33	535.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	50.000,00
TOTAL	3.118.456,19	2.838.403,85	2.838.403,85	4.018.839,07	4.757.031,38	38.814.000,00

Luiz Alves, 22 de dezembro de 2017.

Marcos Pedro Veber
Prefeito Municipal

Adilson Balsanelli
Contador - CRC/SC 029.772/O-3

Fernanda Caire
Contadora - CRC/SC 030.072/O-8

Luzerna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 177.17

Publicação Nº 1470939

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 177/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 096/2017 - PML
PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2017 - PML

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – AGN FRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Antônio Pelizzaro, 200, Bairro São Cristóvão, Capinzal, CEP 89.665-000, inscrita no CNPJ sob o nº 85.322.840/0001-23, neste ato representada por seu sócio proprietário ADEMAR CASAGRANDE, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 1.872.650 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 573.644.949-87, doravante denominado FORNECEDOR;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 096/2017, Pregão Presencial nº 071/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da educação infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, para o ano letivo de 2018, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
39	300,00	KG	CARNE DE FRANGO (COXA E SOBRE COXA INTERFOLHADA), congelada, livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, odor e sabor próprios em porções individuais em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto. Devidamente selada, com especificação de peso, validade do produto e marca/procedência.	4,95	1.485,00
40	200,00	KG	CARNE DE FRANGO MOIDA: congelada, isenta de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas, acondicionadas em embalagem plástica, transparente, flexível, atóxica e resistente. Devidamente selada, com especificação de peso, validade do produto e marca/procedência.	10,20	2.040,00
41	400,00	KG.	CARNE SUINA, tipo pernil, cortado em cubos pequenos, inspecionada, embalada em pacotes de 1 Kg, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade.	8,18	3.272,00
96	300,00	UN	OLEO DE SOJA, 0% gordura trans, embalagem com 900 ml, limpas, não amassadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo.	3,15	945,00
104	300,00	KG	PEITO DE FRANGO SEM OSSO, cortado em fatias (filé), sem pele, congelado. Embalagem: deve estar intacta, polietileno, transparente, atóxica, contendo 01 kg. Na embalagem deve conter as seguintes informações: identificação da empresa, peso, data de processamento e data de validade, identificação do tipo de carne, carimbo de inspeção estadual ou federal. Prazo de validade mínimo 03 meses a contar a partir da data de entrega.	8,15	2.445,00
109	250,00	UN	POLPA DE FRUTAS CONGELADAS, 100% naturais e sem nenhum tipo de conservante. Pacotes de 1 kg, contendo 10 unidades de 100g (caixas de 5 ou 10kg) Podendo ser dos seguintes sabores: abacaxi, abacaxi com hortelã, maracujá, tangerina, morango, uva, acerola com laranja, mamão com laranja, frutas vermelhas e manga.	14,90	3.725,00

110	180,00	KG	QUEIJO MUSSARELA FATIADO, inspecionado, cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado e resfriado. . A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto.	17,40	3.132,00
-----	--------	----	--	-------	----------

1.2. O FORNECEDOR responsável pelo fornecimento dos itens descritos acima, receberá o valor global total de R\$ 17.044,00 (dezesete mil e quarenta e quatro reais)

1.2.1. Os alimentos deverão ser entregues, de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, durante o ano letivo de 2017.

1.2.1.1. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos alimentos em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes, bem como de acordo com os cronogramas de distribuição, conforme as especificações em Anexo ao presente Edital.

1.2.1.2. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos produtos nos estabelecimentos da rede municipal de ensino, sem custos adicionais e sem a exigência de quantidade mínima, conforme solicitação, efetuada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna.

1.2.2. Todos os itens, descritos em anexo, deverão ser de 1ª (primeira) qualidade.

1.2.3. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura.

1.2.4. Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas.

1.2.4.1. O prazo de validade dos produtos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.2.5. As carnes deverão ser inspecionadas e conter o carimbo correspondente. As mesmas deverão ser resfriadas e embaladas em pacotes de 1 kg a 2kg.

1.2.6. Os ovos deverão ser inspecionados e conter o carimbo correspondente.

1.2.7. As massas deverão ser com ovos. Não serão aceitas sêmola ou similar.

1.2.8. A farinha de trigo deverá ser especial.

1.2.9. As frutas e verduras deverão estar em perfeito estado. Não serão aceitas as frutas e/ou verduras que se apresentarem "batidas" ou "machucadas".

1.2.10. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos gêneros alimentícios, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.11. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

1.2.12. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.13. Por ocasião do recebimento das mercadorias, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.14. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento de gêneros alimentícios, objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de gêneros alimentícios de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.2.14.1. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos gêneros alimentícios enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontram-se diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.15. O aceite dos gêneros alimentícios não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade e de qualidade das mercadorias, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.16. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.17. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.17.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);
- 2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;
- 2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.
- 2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DOS PAGAMENTOS**

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar por email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
 - 4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na presente Ata, no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata;
 - 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
 - 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
 - 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para o fornecimento dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados neste item, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), equivalente a 07 (sete) dias corridos do atraso, o que configurará a

inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 5.6.1;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

5.6.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR;

5.6.4.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.6.4.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.7. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços ou do atraso na entrega de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias corridos.

5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou do atraso na entrega, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados ou do objeto contratado que não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Ação (s):

07.001.12.306.701.2704 – Manutenção da merenda escolar – Creche

07.001.12.306.701.2705 – Manutenção da merenda escolar – Pré escola

07.001.12.361.701.2706 – Manutenção da merenda escolar - Fundamental

Modalidade de Aplicação:

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

111 – PNAE

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 31 de dezembro de 2018, contados da data de publicação da mesma;

9.2.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º 2º 4º, 5º 6º e 8º do mesmo artigo.

9.3. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento a nutricionista Tainá Tessari.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 21 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO DE LUZERNA

CONTRATANTE

ADEMAR CASAGRANDE

AGN FRIOS LTDA

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 178.17

Publicação Nº 1470941

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 178/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 096/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2017 - PML

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - BRAGHIROLI ALIMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Nereu Ramos, 719, Centro, na cidade de Herval D'Oeste/SC, CEP 89610-000 inscrita no CNPJ sob o nº 10.638.257/0001-27, neste ato representada por seu sócio administrador MARCOS NATALINO BRAGHIROLI, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 858.894 e inscrito no CPF/MF sob o nº 486.194.009-59, doravante denominado FORNECEDOR;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 096/2017, Pregão Presencial nº 071/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da educação infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, para o ano letivo de 2018, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
31	400,00	UN	BRÓCOLIS VERDE, novo, de 1ª qualidade, tamanho grande, sem ruptura, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas.	2,60	1.040,00
49	700,00	UN	COUVE-FLOR, de 1ª qualidade, tamanho médio, com flor sã, sem ruptura, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas.	3,00	2.100,00
83	900,00	KG	MAMÃO FORMOSA, com 80% a 90% de maturação, frutos de tamanho médio, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos ou defeitos. Firmes, livre de sujidades, parasitas ou larvas. Coloração característica, sem lesões de origem física ou mecânica.	2,40	2.160,00
98	700,00	DZ	OVO DE GALINHA (TIPO COLONIAL), casca lisa, embalagem em dúzias, em caixa de papelão, a embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação, quantidade do produto, os ovos deverão estar limpos, não trincados e sem odores estranhos.	4,45	3.115,00

1.2. O FORNECEDOR responsável pelo fornecimento dos itens descritos acima, receberá o valor global total de R\$ 8.415,00 (oito mil quatrocentos e quinze reais)

1.2.1. Os alimentos deverão ser entregues, de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, durante o ano letivo de 2017.

1.2.1.1. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos alimentos em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes, bem como de acordo com os cronogramas de distribuição, conforme as especificações em Anexo ao presente Edital.

1.2.1.2. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos produtos nos estabelecimentos da rede municipal de ensino, sem custos adicionais e sem a exigência de quantidade mínima, conforme solicitação, efetuada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna.

1.2.2. Todos os itens, descritos em anexo, deverão ser de 1ª (primeira) qualidade.

1.2.3. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura.

1.2.4. Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas.

1.2.4.1. O prazo de validade dos produtos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.2.5. As carnes deverão ser inspecionadas e conter o carimbo correspondente. As mesmas deverão ser resfriadas e embaladas em pacotes de 1 kg a 2kg.

1.2.6. Os ovos deverão ser inspecionados e conter o carimbo correspondente.

1.2.7. As massas deverão ser com ovos. Não serão aceitas sêmola ou similar.

1.2.8. A farinha de trigo deverá ser especial.

1.2.9. As frutas e verduras deverão estar em perfeito estado. Não serão aceitas as frutas e/ou verduras que se apresentarem "batidas" ou "machucadas".

1.2.10. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos gêneros alimentícios, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.11. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

1.2.12. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.13. Por ocasião do recebimento das mercadorias, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.14. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento de gêneros alimentícios, objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de gêneros alimentícios de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.2.14.1. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos gêneros alimentícios enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontram-se diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.15. O aceite dos gêneros alimentícios não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade e de qualidade das mercadorias, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.16. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.17. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.17.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar por email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- 4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na presente Ata, no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata;
- 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
- 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para o fornecimento dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados neste item, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), equivalente a 07 (sete) dias corridos do atraso, o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 5.6.1;
 - 5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.
 - 5.6.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR;
 - 5.6.4.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
 - 5.6.4.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 5.7. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços ou do atraso na entrega de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias corridos.
- 5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
 - 5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou do atraso na entrega, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.
 - 5.8.2. Todos os serviços executados ou do objeto contratado que não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços.
- 5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:
 - 5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
 - 5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do

recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Ação (s):

- 07.001.12.306.701.2704 – Manutenção da merenda escolar – Creche
07.001.12.306.701.2705 – Manutenção da merenda escolar – Pré escola
07.001.12.361.701.2706 – Manutenção da merenda escolar - Fundamental

Modalidade de Aplicação:

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

- 000 – Recursos Ordinários
111 – PNAE

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DO ACOMPANHAMENTO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 31 de dezembro de 2018, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra “b” e inciso II, letras “c” e “d”, observado o que dispõe os §§1º 2º 4º, 5º 6º e 8º do mesmo artigo.

9.3. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento a nutricionista Tainá Tessari.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a

realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 21 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

MARCOS NATALINO BRAGHIROLI
GUILHERME BRAGHIROLI ME
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1. -----
Nome:
CPF:

2. -----
Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 179.17

Publicação Nº 1470946

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 179/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 096/2017 - PML
PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2017 - PML

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 - CAPINZAL CENTER LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Sete de Abril, nº 3151, Parque Jardim Ouro na cidade de Ouro/SC, CEP 89.663-000 inscrita no CNPJ sob o nº 07.383.088/0001-17, neste ato representada por seu sócio administrador ENIO DELAZERI, brasileiro, casado, do comércio, portador da cédula de identidade nº 11/R 1.870.202 e inscrito no CPF/MF nº 453.533.100-63, doravante denominado FORNECEDOR ;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 096/2017, Pregão Presencial nº 071/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da educação infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, para o ano letivo de 2018, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
5	180,00	PCT	ACHOCOLATADO EM PÓ SOLÚVEL, ingredientes: açúcar, cacau, extrato de malte, sal, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, vitaminas (C, B3, B2, B6, B1, A e D) e estabilizante, contém glúten. Pacote de 1Kg.	6,38	1.148,40

6	500,00	KG	AÇÚCAR BRANCO CRISTAL, de primeira qualidade, obtido de cana de açúcar, com aspecto, cor, cheiro próprio, sabor doce, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais. Embalado em sacos plásticos íntegros hermeticamente fechados e resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data da entrega.	2,13	1.065,00
8	60,00	KG	AÇÚCAR MASCAVO, composição: caldo de cana de açúcar, rico em sais minerais e vitaminas, acondicionado em embalagem plástica atóxica, hermeticamente fechada, resistente. O produto deverá ser isento de mofo, fermentação, odores estanhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 01 kg.	7,36	441,60
9	400,00	KG	AÇÚCAR REFINADO, de primeira qualidade, branco, procedência nacional, acondicionado em embalagem plástica atóxica, hermeticamente fechada, resistente. O produto deverá ser isento de mofo, fermentação, odores estanhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	2,04	816,00
14	100,00	KG	AMIDO DE MILHO, produto amiláceo, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 01 Kg.	3,37	337,00
17	150,00	KG	ARROZ QUEBRADINHO, fragmentos de arroz, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, incolor, hermeticamente fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 01 kg.	1,39	208,50
18	1.500,00	KG	ARROZ TIPO PARBOILIZADO, tipo 1, longo fino, constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, incolor, hermeticamente fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com até 05 kg.	1,99	2.985,00
20	10,00	UN	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, embalagem com 500 ml. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega.	13,87	138,70
27	350,00	UN	BISCOITO DOCE, TIPO ROSQUINHA DE COCO OU DE LEITE, acondicionado em pacotes de polipropileno, atóxico, hermeticamente vedados, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas, A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Prazo mínimo de validade de 06 meses, a partir da data de entrega. Embalagem com 400 g.	3,14	1.099,00

32	300,00	UN	CAFÉ EM PÓ, especificação: grãos selecionados, torrados, moídos e embalados a vácuo. Acondicionado a vácuo, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto, selo de pureza ABIC. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 500 gramas.	6,79	2.037,00
33	100,00	UN	CANELA EM CASCA, acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade. Pacote com 20g.	1,85	185,00
35	250,00	UN	CANJICA BRANCA, embalagem intacta, acondicionadas em pacotes de polietileno transparente bem vedado. Prazo de validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 500 g.	2,19	547,50
37	650,00	KG	CARNE BOVINA MOÍDA DE SEGUNDA: congelada, com no máximo 5% de gordura, sem cartilagem e ossos, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas, Deverá ser acondicionada em embalagem de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades. Em pacotes de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade do produto e marca/procedência.	9,99	6.493,50
38	500,00	KG	CARNE BOVINA TIPO PATINHO, cortada em cubos, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características. Deverá ser acondicionada em embalagem de plástico atóxico transparente, isenta de sujidades. Em pacotes de 1 kg, devidamente selada, com especificação de peso, validade, do produto e marca/procedência.	16,40	8.200,00
44	600,00	UN	CEREAL MATINAL, de milho, revestido por açúcar, fortificado com vitaminas e minerais, sabor natural, embalagem com 500 gramas.	6,89	4.134,00
45	100,00	UN	CHÁ, acondicionado em envelope individual, tipo sache, de papel impermeável, com vedações mecânicas (selagem), embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Sabores: Erva doce, camomila, cidreira, hortelã.	1,57	157,00
48	50,00	UN	COLORAU EM PÓ, obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moídos, com aspecto com cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos e a sua espécie, acondicionado em embalagens de 500g.	2,49	124,50
50	80,00	UN	CRAVO DA INDIA, constituídos por botões florais são, secos e limpos, acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 20g.	2,19	175,20
51	250,00	UN	CREME DE LEITE UHT, embalagem tetra park, composição: creme de leite, leite em pó desnatado, espessantes (celulose, microcristalina, carboximetilcelulose sódica, goma guar, goma xantana e carragena) e estabilizante (citrato de sódio), não contem glúten, homogeneizado, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Deverá apresentar validade mínima de 02 meses a partir da data de entrega. Embalagem com 200 g.	1,60	400,00

53	80,00	UN	DOCE DE FRUTAS, sem aromatizante e corantes artificiais, com polpa de fruta natural, em embalagem de plástico atóxico de 900 gramas, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	5,49	439,20
54	150,00	UN	DOCE DE LEITE, composição: leite e/ou leite em pó integral reconstituído, açúcar, soro de leite e/ou soro de leite em pó reconstituído, glicose e amido, sem corantes artificiais, não contém glúten, em embalagem de plástico atóxico de 900 gramas, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	7,98	1.197,00
55	200,00	UN	ERVILHA EM CONSERVA, embalagem íntegra, não podendo estar amassada ou estufada. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. Embalagem com 200g.	1,29	258,00
57	300,00	UN	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO, produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico preparado com frutos maduros selecionados sem pele, sem sementes e corantes artificiais, isento de sujidades e fermentação, acondicionada em latas de 850 gramas, sem estufamentos, sem vazamento, corrosão interna, e outras alterações.	5,09	1.527,00
58	80,00	KG	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA, fina, embalagem contendo dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 01 kg.	4,75	380,00
59	300,00	KG	FARINHA DE MILHO (FUBÁ), amarela, enriquecida com ferro e ácido fólico, fabricada a partir de matérias-primas sãs e limpas, livre de matéria terrosa, parasitas, larvas e detritos animais e vegetais, não podendo estar fermentado, rançoso. Pacote de polietileno atóxico, resistente.	1,87	561,00
60	600,00	KG	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem resistente, não violada, resistente, isenta de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	1,75	1.050,00
65	80,00	UN	FERMENTO BIOLOGICO SECO, granulado, instantâneo, embalado à vácuo, embalagem de 125 gramas.	3,49	279,20
66	80,00	UN	FERMENTO QUIMICO EM PÓ, ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato de mandioca, fosfato monocalcio, bicarbonato de sodio e carbonato de calcio. Embalagem rotulada com 250 gramas.	3,99	319,20
68	200,00	KG	FILE DE TILAPIA, acondicionado em embalagem plástica, transparente, atóxica e resistente, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Com cor, odor e textura característicos. Devidamente selada, com especificação de peso, validade do produto e marca/procedência.	24,69	4.938,00
69	150,00	KG	GELATINA EM PÓ, sabores variados, produto constituído de gelatina comestível em pó, sal, açúcar, acidulante ácido cítrico, aromatizantes artificiais e corantes artificiais. Com validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega. Pacote de 1 Kg.	8,99	1.348,50
75	60,00	UN	LEITE CONDENSADO, embalagem tetra park, deverá apresentar validade mínima de 02 meses a partir da data de entrega. Embalagem com 395 g.	2,96	177,60

80	200,00	KG	LENTILHA, tipo 1, classe média, de primeira qualidade, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados, em embalagem plástica, transparentes, isento de sujidades, não violada, resistente. A embalagem deverá conter dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 01 kg.	9,98	1.996,00
82	200,00	UN	MACARRÃO TIPO LETRINHA, embalagem de 500 gramas, com ovos, produzida com farinha de trigo tipo I, pura e livre de impurezas. Validade mínima de 06 meses no momento da entrega. Embalagem de 500 gramas.	3,29	658,00
86	150,00	UN	MARGARINA, com 50 a 80% de lipídios, aspecto, cheiro, sabor e cor peculiares aos mesmos, contendo Omega 3 e 6, vitaminas A, D e E, deverão estar isentos de ranço e de outras características indesejáveis. Embalagem deverá conter dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 500 gramas.	2,89	433,50
87	300,00	UN	MASSA COM OVOS TIPO CABELO DE ANJO, embalagem com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Pacote com 500 gramas.	2,49	747,00
88	200,00	UN,	MASSA COM OVOS TIPO ESPAGUETE, embalagem com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Pacote com 500 gramas.	1,59	318,00
89	30,00	UN	MEL DE ABELHA, acondicionado em embalagem de plástico atóxico de 700 gramas, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	22,29	668,70
90	80,00	UN.	MELADO DE CANA, acondicionado em embalagem de plástico atóxico de até 01 kg, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	10,89	871,20
97	50,00	UN.	ORÉGANO, acondicionado em embalagem plástica atóxica, hermeticamente fechada, resistente, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Embalagem com 100 g.	3,99	199,50
115	250,00	UN	SAGU, tipo 1. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 500 g.	3,11	777,60
116	300,00	KG	SAL REFINADO, iodado. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 01 kg.	1,09	327,00
118	200,00	UN	SUCO CONCENTRADO, sabor 100% natural da fruta, sem corantes e conservantes, embalagem de 500 ml e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Com armazenamento à temperatura ambiente. A rotulagem deve conter nome e /ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Sabores: Abacaxi, Manga, Pêssego e Laranja.	6,99	1.398,00
123	200,00	UN	VINAGRE DE MAÇÃ, acondicionado em embalagem plástica, resistente e transparente de 750 ml. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	2,59	518,00

124	200,00	UN	VINAGRE DE VINHO TINTO, acondicionado em embalagem plástica, resistente e transparente de 750 ml. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	2,97	594,00
-----	--------	----	--	------	--------

1.2. O FORNECEDOR responsável pelo fornecimento dos itens descritos acima, receberá o valor global total de R\$ 52.674,00 (cinquenta e dois mil seiscentos e setenta e quatro reais);

1.2.1. Os alimentos deverão ser entregues, de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, durante o ano letivo de 2017.

1.2.1.1. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos alimentos em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes, bem como de acordo com os cronogramas de distribuição, conforme as especificações em Anexo ao presente Edital.

1.2.1.2. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos produtos nos estabelecimentos da rede municipal de ensino, sem custos adicionais e sem a exigência de quantidade mínima, conforme solicitação, efetuada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna.

1.2.2. Todos os itens, descritos em anexo, deverão ser de 1ª (primeira) qualidade.

1.2.3. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura.

1.2.4. Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas.

1.2.4.1. O prazo de validade dos produtos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.2.5. As carnes deverão ser inspecionadas e conter o carimbo correspondente. As mesmas deverão ser resfriadas e embaladas em pacotes de 1 kg a 2kg.

1.2.6. Os ovos deverão ser inspecionados e conter o carimbo correspondente.

1.2.7. As massas deverão ser com ovos. Não serão aceitas sêmola ou similar.

1.2.8. A farinha de trigo deverá ser especial.

1.2.9. As frutas e verduras deverão estar em perfeito estado. Não serão aceitas as frutas e/ou verduras que se apresentarem "batidas" ou "machucadas".

1.2.10. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos gêneros alimentícios, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.11. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

1.2.12. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.13. Por ocasião do recebimento das mercadorias, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.14. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento de gêneros alimentícios, objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de gêneros alimentícios de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.2.14.1. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos gêneros alimentícios enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontram-se diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.15. O aceite dos gêneros alimentícios não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade e de qualidade das mercadorias, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.16. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.17. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.17.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA**DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

- 2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);
- 2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;
- 2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.
- 2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DOS PAGAMENTOS**

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar por email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
 - 4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na presente Ata, no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata;
 - 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
 - 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
 - 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para o fornecimento dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados neste item, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias,

até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), equivalente a 07 (sete) dias corridos do atraso, o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 5.6.1;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

5.6.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR;

5.6.4.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.6.4.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.7. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços ou do atraso na entrega de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias corridos.

5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou do atraso na entrega, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados ou do objeto contratado que não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Ação (s):

07.001.12.306.701.2704 – Manutenção da merenda escolar – Creche
07.001.12.306.701.2705 – Manutenção da merenda escolar – Pré escola
07.001.12.361.701.2706 – Manutenção da merenda escolar - Fundamental

Modalidade de Aplicação:

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários
111 – PNAE

CLÁUSULA NONA**DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DO ACOMPANHAMENTO**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 31 de dezembro de 2018, contados da data de publicação da mesma;
9.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º 2º 4º, 5º 6º e 8º do mesmo artigo.
9.3. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
9.3.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento a nutricionista Tainá Tessari.

CLÁUSULA DÉCIMA**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.
10.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 21 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

ENIO DELAZERI,
CAPINZAL CENTER LTDA ME
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 180.17

Publicação Nº 1470951

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 180/2017
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 096/2017 - PML
PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2017 - PML

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão

gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

4 – COMÉRCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada Rua Santa Maria, 184, Sala 02, Jardim Maria Rosa, Irani, CEP: 89.680-000 inscrita no CNPJ sob o nº 28.235.922/0001-05, neste ato representada por seu procurador LIDIO DE OLIVEIRA LUZ, brasileiro, solteiro, motorista, portador da cédula de identidade nº 3.807.990 e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.039.669-05, doravante denominado FORNECEDOR;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 096/2017, Pregão Presencial nº 071/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da educação infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, para o ano letivo de 2018, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	80,00	UN	ABACATE, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, aspecto e cheiros próprios, tamanho médio a grande, com coloração própria, com polpa firme e intacta, com cascas sãs, sem rupturas, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	4,39	351,20
2	400,00	UN	ABACAXI PÉROLA, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, tamanho grande, com polpa firme e intacta, com cascas sãs, sem rupturas, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	4,99	1.996,00
3	300,00	KG	ABOBRINHA VERDE nova; de 1ª qualidade; com casca sã e sem rupturas; coloração própria, isenta de danos físicos ou mecânicos, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	2,55	765,00
4	250,00	UN	ACELGA VERDE nova; de 1ª qualidade; sem folhas estragadas ou amareladas, com coloração própria, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	2,25	562,50
10	50,00	MC	AGRIÃO; de 1ª qualidade; sem folhas estragadas e amareladas; coloração verde característica, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	2,50	125,00
11	100,00	UN	ALFACE AMERICANA, de 1ª qualidade; fresca, folha de coloração verde, íntegras, limpa, sem manchas de insetos, isenta de folhas murchas, danificadas e amareladas.	1,99	199,00
12	300,00	UN	ALFACE VERDE, de 1ª qualidade; fresca, folha de coloração verde, íntegras, limpa, sem manchas de insetos, isenta de folhas murchas, danificadas e amareladas.	1,99	597,00
13	50,00	KG	ALHO, bulbo inteiro; nacional; boa qualidade; firme e intacto; sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes; tamanho e coloração uniformes; devendo ser bem desenvolvido; isento de sujidades, parasitas e larvas.	13,25	662,50
21	2.500,00	KG.	BANANA TIPO CATURRA, de 1ª qualidade, grau médio de amadurecimento, sabor doce, aspecto e cheiros próprios, tamanhos e coloração característicos, com polpa firme e intacta, com cascas sãs, sem rupturas.	0,99	2.475,00
22	1.200,00	KG	BATATA INGLESA, lavada, de 1ª qualidade, tamanho grande, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes; isenta de sujidades, parasitas e larvas.	1,03	1.236,00
23	80,00	KG	BATATA SALSA, de 1ª qualidade, tamanho grande, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	7,80	624,00
24	600,00	KG	BETERRABA, de primeira qualidade, lavada, colhida recentemente ao dia da entrega, tamanho médio a grande, 2.100 firme, sem lesões ou cortes na casca.	0,99	594,00
36	200,00	KG	CAQUI, maduro, frutos de tamanho médio, aroma e sabor da espécie, uniformes, sem ferimentos ou defeitos, firmes, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Sem lesões físicas ou mecânicas.	10,50	2.100,00
42	1.000,00	KG	CEBOLA, de 1ª qualidade, tamanho grande, com casca sã, sem ruptura, sem manchas, compacta e firme, com tamanho e coloração uniforme, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	1,44	1.440,00

43	600,00	KG	CENOURA, de primeira qualidade, sem ramo, firme, sem lesões de origem física ou mecânica, sem rachaduras ou cortes, coloração característica.	1,73	1.038,00
46	250,00	KG	CHUCHU VERDE, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, com casca sã, sem ruptura, sem lesões físicas ou mecânicas.	1,19	297,50
64	200,00	KG	FEIJÃO PRETO, tido primeira qualidade, safra corrente. Será permitido um limite de 2 por cento de impurezas e materiais estranhos. Embalados em pacote plástico, atóxico contendo 1kg.	3,54	708,00
73	200,00	KG	KIWI, maduro, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução, no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, sem ferimentos ou defeitos, firmes, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas.	14,50	2.900,00
74	1.000,00	KG	LARANJA, madura, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução, no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, sem ferimentos ou defeitos, firmes e com brilho, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas.	1,44	1.440,00
81	1.500,00	KG	MAÇÃ FUGI OU GALA, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, tenras e com brilho, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Coloração característica, sem lesões de origem física ou mecânica.	2,19	3.285,00
84	1.000,00	KG	MANGA, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, livre de sujidades, parasitas e larvas, com coloração característica.	2,27	2.270,00
91	2.000,00	KG	MELANCIA, redonda, graúda, de primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, coloração característica, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta. Sem lesões físicas ou mecânicas.	1,20	2.400,00
92	1.000,00	KG	MELÃO, boa qualidade, coloração característica, ser bem desenvolvido e maduro, com polpas intactas e firmes, livres de resíduo de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	2,19	2.190,00
94	200,00	KG	MORANGO, de primeira qualidade, apresentando grau médio de maturação no momento da entrega, isento de sinais de apodrecimento.	13,90	2.780,00
105	150,00	KG.	PEPINO, tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, livre de sujidades, parasitas e larvas.	1,69	253,50
106	250,00	KG	PERA D'AGUA, nacional, de primeira, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos oriundo do manuseio e transporte, com a casca uniforme, semi maturada.	8,18	2.045,00
107	100,00	KG	PÊSSEGO, de primeira qualidade, tamanho e coloração uniforme, tamanho médio, livre de resíduos de fertilizantes e de sujidades, parasitas ou larvas, bem desenvolvidos e maduros, com polpa firme e intacta, sem lesões de origem física ou mecânica.	3,49	349,00
108	50,00	KG	PIMENTÃO VERDE, VERMELHO E AMARELO, tamanho médio, novo, de 1ª qualidade, coloração característica, sem ferimentos, firmes, livre de sujidades, parasitas e larvas.	6,49	324,50
112	250,00	KG	REPOLHO VERDE, tamanho médio, novo, de 1ª qualidade, com folhas sãs, sem ruptura, sem lesões físicas ou mecânicas.	0,99	247,50
114	100,00	UN.	RÚCULA, de primeira qualidade, fresca, folhas de coloração verde, íntegras, limpa, sem manchas de insetos, isenta de folhas murchas, danificadas e amareladas.	2,50	250,00
119	200,00	L	SUCO DE UVA INTEGRAL NATURAL, sem adição de açúcar, água ou corantes, embalagem de vidro de 01 litro.	6,50	1.300,00
120	400,00	MC	TEMPERO VERDE (SALSA E CEBOLINHA), fresco, de primeira, devendo ser bem desenvolvida, sem material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecanismos oriundos do manuseio e transporte, coloração característica, sem folhas amareladas ou estragadas.	1,99	796,00
121	1.000,00	KG	TOMATE, de primeira qualidade, grau médio de amadurecimento, aspecto globoso, cor vermelha, selecionado, de polpa firme e intacta, isento de enfermidades, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte, acondicionado em sacos plásticos.	1,89	1.890,00

122	100,00	KG	UVA ROXA OU VERDE, nacional, boa qualidade, tamanho e coloração uniformes, bem desenvolvidas e maduras, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos, isentas de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas, acondicionadas em embalagem transparente e resistente.	8,20	820,00
-----	--------	----	--	------	--------

1.2. O FORNECEDOR responsável pelo fornecimento dos itens descritos acima, receberá o valor global total de R\$ 41.311,20 (quarenta e um mil trezentos e onze reais e vinte centavos);

1.2.1. Os alimentos deverão ser entregues, de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, durante o ano letivo de 2017.

1.2.1.1. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos alimentos em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes, bem como de acordo com os cronogramas de distribuição, conforme as especificações em Anexo ao presente Edital.

1.2.1.2. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos produtos nos estabelecimentos da rede municipal de ensino, sem custos adicionais e sem a exigência de quantidade mínima, conforme solicitação, efetuada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna.

1.2.2. Todos os itens, descritos em anexo, deverão ser de 1ª (primeira) qualidade.

1.2.3. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura.

1.2.4. Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas.

1.2.4.1. O prazo de validade dos produtos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.2.5. As carnes deverão ser inspecionadas e conter o carimbo correspondente. As mesmas deverão ser resfriadas e embaladas em pacotes de 1 kg a 2kg.

1.2.6. Os ovos deverão ser inspecionados e conter o carimbo correspondente.

1.2.7. As massas deverão ser com ovos. Não serão aceitas sêmola ou similar.

1.2.8. A farinha de trigo deverá ser especial.

1.2.9. As frutas e verduras deverão estar em perfeito estado. Não serão aceitas as frutas e/ou verduras que se apresentarem "batidas" ou "machucadas".

1.2.10. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos gêneros alimentícios, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.11. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

1.2.12. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.13. Por ocasião do recebimento das mercadorias, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.14. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento de gêneros alimentícios, objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de gêneros alimentícios de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.2.14.1. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos gêneros alimentícios enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontram-se diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.15. O aceite dos gêneros alimentícios não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade e de qualidade das mercadorias, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.16. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.17. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.17.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

- 2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);
- 2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;
- 2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- 2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.
- 2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DOS PAGAMENTOS**

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar por email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

**CLÁUSULA QUARTA
DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

- 4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:
 - 4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na presente Ata, no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata;
 - 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
 - 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;
 - 4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para o fornecimento dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados neste item, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
 - 5.1.1. Advertência;
 - 5.1.2. Multa;
 - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
 - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
 - 5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), equivalente a 07 (sete) dias corridos do atraso, o que configurará a

inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 5.6.1;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

5.6.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR;

5.6.4.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.6.4.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.7. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços ou do atraso na entrega de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias corridos.

5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou do atraso na entrega, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados ou do objeto contratado que não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Ação (s):

07.001.12.306.701.2704 – Manutenção da merenda escolar – Creche

07.001.12.306.701.2705 – Manutenção da merenda escolar – Pré escola

07.001.12.361.701.2706 – Manutenção da merenda escolar - Fundamental

Modalidade de Aplicação:

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

111 – PNAE

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DO ACOMPANHAMENTO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 31 de dezembro de 2018, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º 2º 4º, 5º 6º e 8º do mesmo artigo.

9.3. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento a nutricionista Tainá Tessari.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 21 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO DE LUZERNA

CONTRATANTE

LIDIO DE OLIVEIRA LUZ

COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 181.17

Publicação Nº 1470953

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 181/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 096/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2017 - PML

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

5 - MERCADO MUNARI LTDA – ME pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Paulo de Giacometti, 199, Centro, Capinzal, CEP: 89.665-000 inscrita no CNPJ sob o nº 10.878.273/0001-97, neste ato representada por sua sócia proprietária KAREN MUNARI STEFANES, brasileira, solteira, empresária, portador da cédula de identidade nº 5.212.769 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 056.541.699-55, doravante denominado FORNECEDOR;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 096/2017, Pregão Presencial nº 071/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da educação infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, para o ano letivo de 2018, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
7	30,00	KG	AÇÚCAR DE BAUNILHA de primeira qualidade, branco, acondicionado em embalagem plástica atóxica, hermeticamente fechada, resistente. O produto deverá ser isento de mofo, fermentação, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 01 kg.	6,24	187,20
15	100,00	KG	APRESUNTADO FATIADO, de boa procedência e de qualidade, com cheiro próprio, sabor suave, levemente salgado e resfriado. Acondicionado em embalagem plástica transparente atóxica, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Pacote com 01 kg.	14,99	1.499,00
16	150,00	KG	ARROZ INTEGRAL, tipo 1, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, incolor, hermeticamente fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 01 kg.	3,08	462,00
19	50,00	UN	AVEIA EM FLOCOS FINOS, feito com cereal integral, além de ser rico em fibras e proteínas; a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 200 gramas.	2,09	104,50
25	100,00	UN	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA SEM LACTOSE, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, açúcar, gordura vegetal hidrogenada zero trans, açúcar invertido, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos (bicarbonato de sódio, pirofosfato ácido de sódio e bicarbonato de amônio), sal, metabissulfato de sódio, aroma artificial de baunilha, proteinase, vitaminas (B1, B2, B6 e PP). Sem colesterol, sem lactose e sem proteína do leite. Isento de produtos de origem animal. Contem glúten. Alérgicos: contém trigo. Pode conter derivados de cevada, aveia, soja e centeio. Embalagem de 400g.	5,17	517,00
30	80,00	UN	BISCOITO SEM GLÚTEN E SEM LACTOSE: ingredientes: amido de milho, farinha de arroz, óleos vegetais, proteína de soja; sem corante, isenta de matéria terrosa, parasitas e detritos de animais e vegetais. Pacote de 180g.	6,55	524,00

34	30,00	UN	CANELA EM PÓ, canela proveniente de casas sãs, limpas e secas, em forma de pó fino, acondicionado em saco de polietileno, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente e limpo, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade. Tubo com 30g.	1,78	53,40
47	100,00	UN	COCO RALADO, úmido e adoçado, embalagem plástica, íntegra, atóxica, contendo 100g do produto. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	1,86	186,00
52	500,00	UN	CUCA CASEIRA, sem recheio, fresca, embaladas em sacos plásticos com identificação do produto, ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente ao dia da entrega.	5,04	2.520,00
56	200,00	UN	ERVILHA SECA PARTIDA TIPO I, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e íntegros de cor característica, maduros, limpos e secos. Isento de detritos, matéria terrosa, parasitas, grãos avariados, germinados, carunchados, danificados por insetos, manchados, enrugados e isentos de matérias estranhas como grãos ou outras sementes de outras espécies. Embalagem de polietileno atóxico, transparentes e resistentes, contendo 500 g.	5,77	1.154,00
61	150,00	KG	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, sem fermento, enriquecida com ferro e ácido fólico, embalagem não violada, resistentes, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 01 kg.	2,99	448,50
62	30,00	UN	FARINHA LÁCTEA, específico para complementar a alimentação de crianças a partir do 6º mês. Ingredientes farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais como fosfato de sódio dibásico, carbonato de cálcio, fumarato ferroso, sulfato de zinco, vitamina C, niacina, vitamina E, ácido pantotênico, vitamina A, vitamina b1, vitamina b6, ácido fólico, vitamina D e aromatizante vanilina. Contém glúten e pode conter traços de leite. Pacote com até 500 gramas.	9,98	299,40
63	100,00	KG	FEIJÃO CARIOCA, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados, em sacos plásticos transparentes, isento de sujidades, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Pacote com 01 kg.	3,68	368,00
67	80,00	KG	FIGADO BOVINO, congelado, acondicionado em embalagem plástica, transparente, atóxica e resistente, isento de sujidades, odores estranhos e substâncias nocivas. Com cor, odor e textura característicos. Devidamente selada, com especificação de peso, validade do produto e marca/procedência.	8,44	675,20
71	80,00	UN	IOGURTE DE SOJA, 100% vegetal, sem lactose e sem colesterol. Ingredientes: água, açúcar, extrato de soja, polpa de morango, amido modificado, fosfato tricálcico, aromatizantes, corante natural antocianina, conservante sorbato de potássio, fermento e espessante goma guar. Não contem glúten. Embalagem de 180g.	2,15	172,00
72	200,00	UN	IOGURTE SEM LACTOSE, para dieta com restrição de lactose, com validade de no mínimo 20 dias a partir da data de entrega, embalagem com até 1 litro.	5,27	1.054,00

76	50,00	L	LEITE DE SOJA, composto elaborado com grãos de soja não transgênico, 0% lactose e 0% colesterol e fonte de proteínas, cálcio, zinco e vitaminas A, B2, B6, B12, C, D, E e ácido fólico. Sabor natural, embalagem tetrapack que garanta a integridade do produto e rótulo contendo composição do produto, em embalagem de 1 litro, cor, cheiro e sabor próprios, conforme legislação vigente. Prazo de validade de 6 meses após a data de entrega.	4,64	232,00
78	20,00	UN	LEITE EM PO SEM LACTOSE, fortificado com nutrientes com zero lactose. Embalagem 380 gramas.	15,97	319,40
85	300,00	UN	MANTEIGA, de 1ª qualidade, sem sal, obtida do creme de leite (nata) padronizado, pasteurizado e maturado, com teor mínimo de 80% de lipídeos. Embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 200 gramas.	5,50	1.650,00
93	250,00	UN	MILHO EM CONSERVA, embalagem íntegra, não podendo estar amassada ou estufada. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. Embalagem com 200g.	1,32	330,00
95	150,00	KG	MUSCULO BOVINO, inspecionado, embalagem plástica transparente, atóxica contendo 1 kg, livre de parasitas e de qualquer substância nociva e odores estranhos.	13,95	2.092,50
100	600,00	UN	PÃO FATIADO, acondicionado em embalagem plástica atóxica, fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto.	3,63	2.178,00
101	250,00	UN	PÃO FATIADO INTEGRAL, acondicionado em embalagem plástica atóxica, fechada, resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto.	3,97	992,50
102	500,00	KG	PAO FRANCES, unidade de 50 g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade.	6,97	3.485,00
103	300,00	KG	PÃO TIPO BISNAGUINHA OU CASEIRINHO, unidade com peso médio de 25g formulado a base de farinha de trigo, manteiga, açúcar, sal, água e fermento. Fabricado no dia da entrega. Embalados em sacos plásticos atóxicos com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade.	9,90	2.970,00
111	30,00	UN.	QUEIJO RALADO, tipo parmesão ralado, isento de sujidades, odores estranhos e substancias nocivas. Embalado em saco plástico transparente atóxico, resistente, hermeticamente fechado. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem com 500g.	29,40	882,00
113	150,00	UN	REQUEIJÃO CREMOSO TRADICIONAL, embalagem contendo informações do fabricante e registro no órgão competente. Embalagem com 200 gramas.	4,15	622,50
117	100,00	KG	SALSICHA, tipo hot dog, sem pimenta, congelada. Feita a partir de carne beneficiada sob inspeção veterinária. O produto deverá ser embalado à vácuo, em embalagem plástica atóxica, resistente, ser rotulada e conter as seguintes informações: nome e endereço do fabricante contendo obrigatoriamente o registro no SIF, identificação completa do produto, a data de fabricação, prazo de validade e prazo máximo de consumo, temperatura de estocagem, armazenamento e conservação, peso líquido.	6,19	619,00

1.2. O FORNECEDOR responsável pelo fornecimento dos itens descritos acima, receberá o valor global total de R\$ 26.597,10 (vinte e seis

mil quinhentos e noventa e sete reais e dez centavos)

1.2.1. Os alimentos deverão ser entregues, de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, durante o ano letivo de 2017.

1.2.1.1. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos alimentos em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes, bem como de acordo com os cronogramas de distribuição, conforme as especificações em Anexo ao presente Edital.

1.2.1.2. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos produtos nos estabelecimentos da rede municipal de ensino, sem custos adicionais e sem a exigência de quantidade mínima, conforme solicitação, efetuada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna.

1.2.2. Todos os itens, descritos em anexo, deverão ser de 1ª (primeira) qualidade.

1.2.3. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura.

1.2.4. Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas.

1.2.4.1. O prazo de validade dos produtos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.2.5. As carnes deverão ser inspecionadas e conter o carimbo correspondente. As mesmas deverão ser resfriadas e embaladas em pacotes de 1 kg a 2kg.

1.2.6. Os ovos deverão ser inspecionados e conter o carimbo correspondente.

1.2.7. As massas deverão ser com ovos. Não serão aceitas sêmola ou similar.

1.2.8. A farinha de trigo deverá ser especial.

1.2.9. As frutas e verduras deverão estar em perfeito estado. Não serão aceitas as frutas e/ou verduras que se apresentarem "batidas" ou "machucadas".

1.2.10. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos gêneros alimentícios, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.11. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

1.2.12. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.13. Por ocasião do recebimento das mercadorias, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.14. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento de gêneros alimentícios, objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de gêneros alimentícios de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.2.14.1. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos gêneros alimentícios enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontram-se diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.15. O aceite dos gêneros alimentícios não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade e de qualidade das mercadorias, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.16. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.17. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.17.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações

anteriormente assumidas;

2.4.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

2.6.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7.Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8.Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar por email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na presente Ata, no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5.Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para o fornecimento dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados neste item, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), equivalente a 07 (sete) dias corridos do atraso, o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 5.6.1;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

5.6.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR;

5.6.4.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.6.4.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.7. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços ou do atraso na entrega de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias corridos.

5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou do atraso na entrega, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados ou do objeto contratado que não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Ação (s):

07.001.12.306.701.2704 – Manutenção da merenda escolar – Creche

07.001.12.306.701.2705 – Manutenção da merenda escolar – Pré escola

07.001.12.361.701.2706 – Manutenção da merenda escolar - Fundamental

Modalidade de Aplicação:

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

111 – PNAE

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DO ACOMPANHAMENTO

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 31 de dezembro de 2018, contados da data de publicação da mesma;

9.2.A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º 2º 4º, 5º 6º e 8º do mesmo artigo.

9.3. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento a nutricionista Tainá Tessari.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 21 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO DE LUZERNA

CONTRATANTE

KAREN MUNARI STEFANES

MERCADO MUNARI LTDA – ME

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1. -----

Nome:

CPF:

2. -----

Nome:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 182.17

Publicação Nº 1470955

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 182/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 096/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2017 - PML

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

6 - TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Joaquim Moreira dos Santos, nº 855, Floresta na cidade de Videira/SC, CEP 89.560-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.930.192/0001-84, neste ato representada por seu procurador ELOI MARCELINO PARIZOTTO, brasileiro, maior e capaz, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 1709398

SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 551.607.949-72, doravante denominado FORNECEDOR;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 096/2017, Pregão Presencial nº 071/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da educação infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, para o ano letivo de 2018, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
99	100,00	KG	PÃO DE CACHORRO-QUENTE, pesando aproximadamente 50g por unidade. Fabricado no dia da entrega. Embalados em sacos plásticos atóxicos com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade.	7,50	750,00

1.2. O FORNECEDOR responsável pelo fornecimento dos itens descritos acima, receberá o valor global total de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)

1.2.1. Os alimentos deverão ser entregues, de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, durante o ano letivo de 2017.

1.2.1.1. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos alimentos em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, bem como de acordo com os cronogramas de distribuição, conforme as especificações em Anexo ao presente Edital.

1.2.1.2. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos produtos nos estabelecimentos da rede municipal de ensino, sem custos adicionais e sem a exigência de quantidade mínima, conforme solicitação, efetuada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna.

1.2.2. Todos os itens, descritos em anexo, deverão ser de 1ª (primeira) qualidade.

1.2.3. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura.

1.2.4. Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas.

1.2.4.1. O prazo de validade dos produtos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.2.5. As carnes deverão ser inspecionadas e conter o carimbo correspondente. As mesmas deverão ser resfriadas e embaladas em pacotes de 1 kg a 2kg.

1.2.6. Os ovos deverão ser inspecionados e conter o carimbo correspondente.

1.2.7. As massas deverão ser com ovos. Não serão aceitas sêmola ou similar.

1.2.8. A farinha de trigo deverá ser especial.

1.2.9. As frutas e verduras deverão estar em perfeito estado. Não serão aceitas as frutas e/ou verduras que se apresentarem "batidas" ou "machucadas".

1.2.10. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos gêneros alimentícios, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.11. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

1.2.12. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.13. Por ocasião do recebimento das mercadorias, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.14. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento de gêneros alimentícios, objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de gêneros alimentícios de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.2.14.1. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos gêneros alimentícios enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontram-se diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.15. O aceite dos gêneros alimentícios não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade e de qualidade das mercadorias, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.16. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.17. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.17.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar por email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na presente Ata, no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para o fornecimento dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados neste item, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), equivalente a 07 (sete) dias corridos do atraso, o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 5.6.1;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

5.6.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR;

5.6.4.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.6.4.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.7. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços ou do atraso na entrega de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias corridos.

5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou do atraso na entrega, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados ou do objeto contratado que não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

- 7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.
- 7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- 7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.
- 7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:
- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
 - b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Ação (s):

- 07.001.12.306.701.2704 – Manutenção da merenda escolar – Creche
- 07.001.12.306.701.2705 – Manutenção da merenda escolar – Pré escola
- 07.001.12.361.701.2706 – Manutenção da merenda escolar - Fundamental

Modalidade de Aplicação:

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

- 000 – Recursos Ordinários
- 111 – PNAE

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DO ACOMPANHAMENTO

- 9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 31 de dezembro de 2018, contados da data de publicação da mesma;
- 9.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º 2º 4º, 5º 6º e 8º do mesmo artigo.
- 9.3. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 9.3.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento a nutricionista Tainá Tessari.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
- 10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.
- 10.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 21 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

ELOI MARCELINO PARIZOTTO
TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1. -----
 Nome:
 CPF:

2. -----
 Nome:
 CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 183.17

Publicação Nº 1470959

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 183/2017
 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 096/2017 - PML
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2017 - PML

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

7- TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Caetano Natal Branco, 1499, na cidade de Joaçaba/SC, CEP 89.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 08.786.648/0001-47, neste ato representada por seu sócio administrador LEONARDO ELIAS FÁVARO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/C 3.347.617 e inscrito no CPF/MF nº 041.278.079-89, doravante denominado FORNECEDOR;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 096/2017, Pregão Presencial nº 071/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da educação infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, para o ano letivo de 2018, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
70	2.000,00	UN	IOGURTE, com polpa de fruta. Com validade de no mínimo 20 dias a partir da data de entrega. Embalagem plástica com 900 ml. Sabores variados de morango, coco e abacaxi.	3,45	6.900,00
77	60,00	CX	LEITE DE VACA INTEGRAL, UHT, longa vida, fonte natural de proteínas e cálcio, manter todas as características naturais do leite, inclusive teor de gordura. Deverá constar na embalagem do produto, tabela de informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega, podendo ficar armazenado em temperatura ambiente. Embalagem Tetra Pack contendo 1 litro, acondicionado em caixas de papelão com 12 litros.	22,80	1.368,00
79	5.000,00	LT	LEITE PASTEURIZADO TIPO C, em embalagem de polietileno leitoso de 01 litro, sem adição de conservantes, contendo data de fabricação e prazo de validade, isento de odores estranhos e substâncias nocivas.	2,70	13.500,00

1.2. O FORNECEDOR responsável pelo fornecimento dos itens descritos acima, receberá o valor global total de R\$ 21.768,00 (vinte e um mil setecentos e sessenta e oito reais)

1.2.1. Os alimentos deverão ser entregues, de forma parcelada, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, durante o ano letivo de 2017.

1.2.1.1. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos alimentos em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação da Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esportes, bem como de acordo com os cronogramas de distribuição, conforme as especificações em Anexo ao presente Edital.

1.2.1.2. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos produtos nos estabelecimentos da rede municipal de ensino, sem custos adicionais e sem a exigência de quantidade mínima, conforme solicitação, efetuada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna.

1.2.2. Todos os itens, descritos em anexo, deverão ser de 1ª (primeira) qualidade.

1.2.3. Os produtos, quando for o caso, deverão possuir inscrição junto ao Ministério da Agricultura.

1.2.4. Os produtos deverão possuir as datas de fabricação e validade, bem como deverão ser apresentados em embalagens adequadas.

1.2.4.1. O prazo de validade dos produtos não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.2.5. As carnes deverão ser inspecionadas e conter o carimbo correspondente. As mesmas deverão ser resfriadas e embaladas em pacotes de 1 kg a 2kg.

1.2.6. Os ovos deverão ser inspecionados e conter o carimbo correspondente.

1.2.7. As massas deverão ser com ovos. Não serão aceitas sêmola ou similar.

1.2.8. A farinha de trigo deverá ser especial.

1.2.9. As frutas e verduras deverão estar em perfeito estado. Não serão aceitas as frutas e/ou verduras que se apresentarem "batidas" ou "machucadas".

1.2.10. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos gêneros alimentícios, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.2.11. O FORNECEDOR deverá fornecer os produtos descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

1.2.12. Caberá ao FORNECEDOR obedecer ao objeto do presente edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

1.2.13. Por ocasião do recebimento das mercadorias, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.14. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento de gêneros alimentícios, objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de gêneros alimentícios de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.2.14.1. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos gêneros alimentícios enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que encontram-se diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.2.15. O aceite dos gêneros alimentícios não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade e de qualidade das mercadorias, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.16. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.2.17. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.17.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

2.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

2.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;

2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.9. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a

apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar por email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado na presente Ata, no Edital e seus anexos, em especial o descrito na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para o fornecimento dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados neste item, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), equivalente a 07 (sete) dias corridos do atraso, o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 5.6.1;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

5.6.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR;

5.6.4.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.6.4.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.7. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços ou do atraso na entrega de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias corridos.

5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou do atraso na entrega, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados ou do objeto contratado que não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA**DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços decorrente da licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e "c" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA**DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA**DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço.

Ação (s):

07.001.12.306.701.2704 – Manutenção da merenda escolar – Creche

07.001.12.306.701.2705 – Manutenção da merenda escolar – Pré escola

07.001.12.361.701.2706 – Manutenção da merenda escolar - Fundamental

Modalidade de Aplicação:

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

000 – Recursos Ordinários

111 – PNAE

CLÁUSULA NONA**DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DO ACOMPANHAMENTO**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência até 31 de dezembro de 2018, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º 2º 4º, 5º 6º e 8º do mesmo artigo.

9.3. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3.1. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento a nutricionista Tainá Tessari.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 21 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

LEONARDO ELIAS FÁVARO
TRANSLIANA DIST. DE ALIMENTOS LTDA
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1. -----
Nome:
CPF:

2. -----
Nome:
CPF:

CONTRATO PML Nº 174/2017

Publicação Nº 1467619

CONTRATO PML Nº 174/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2017 - PML
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2018/2017 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, de ora em diante denominado CONTRATANTE e a empresa CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.299.477/0001-15, com sede na Rua Marechal Deodoro, 403 - sala 02, Centro, Concórdia/SC, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. SILMAR ANTONIO BALBINOT, brasileiro, empresário, portador de documento de identidade do tipo RG nº, 6.6012330202/SSPPC/RS, inscrito no CPF sob o nº 383.829.890-04, doravante denominado CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

0.1. O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 102/2017, Dispensa de Licitação nº 018/2017, é a contratação de sistema informatizado de controle de cemitérios, desenvolvido para atender a demanda de serviços e administração de cemitérios, padronizando, organizando e agilizando o atendimento aos munícipes.

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

1.1. Pela execução do Contrato, a CONTRATADA, receberá R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), sendo pago em parcela única, até 15 de março de 2018, devendo ser certificado que os serviços foram devidamente executados conjuntamente com a apresentação de Nota Fiscal atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

1.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido nos termos apresentados na Solicitação de Fornecimento e do Processo Licitatório.

1.2.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

2.1. As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da:
Atividade 04.001.15.451.400.2402 – Serviços Integrados de Infraestrutura
Modalidade de Aplicação: 3.3.90. – Outras despesas correntes – aplicações diretas
Fonte: 000 – Recursos Ordinários.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Das obrigações da CONTRATADA:

- 3.1.1. Executar o objeto do presente contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira deste contrato;
- 3.1.2. Iniciar os serviços em até 15 (quinze) dias contados da data de emissão da Solicitação de Fornecimento;
- 3.1.3. Implantar o sistema informatizado de controle de serviços voltado o cemitério.
- 3.1.4. Realizar a digitação de todas as informações repassadas pelo município;
- 3.1.5. Efetuar treinamento dos servidores responsável pelo sistema de controle de cemitérios;
- 3.1.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 3.1.7. Prestar os serviços destinados à locação do software, infraestrutura, manutenção suporte e backup;
- 3.1.8. Responsabilizar-se pelo atendimento presencial quando necessário qualquer que seja a sua natureza ou origem, ficando a sua cargo todas as despesas de transportes, alimentação, hospedagem e outras despesas decorrentes do descolamento da Contratada;
- 3.1.9. Prestar o suporte técnico ao Contratante, todos os dias da semana, para assistência técnica por telefone e internet, auxiliando na utilização e resolução de eventuais problemas técnicos, dentro do prazo da vigência do Contrato;
- 3.1.10. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 3.1.11. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 3.1.12. Facilitar todas as atividades de fiscalização do Fiscal da contratação;
- 3.1.13. Exigir do Município a emissão da Autorização de Fornecimento, para proceder ao início da execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

4.0.1. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

a) Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

4.0.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

a) Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

b) Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

4.1. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 5.1.1 e 5.1.2 será o valor inicial do Contrato.

5.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de Luzerna.

CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, contados de 01 de janeiro de 2018, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, na forma da Lei.

CLÁUSULA SÉTIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:

a) Por ato unilateral escrito do contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

b) Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

6.2. O descumprimento, por parte da contratada, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao contratante o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

6.3. Fica reservado ao contratante o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA DAS ALTERAÇÕES

8.1. O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra

“b” e inciso II, letras “c” e “d”, observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA NONA DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela CONTRATANTE, através da Assessoria de Planejamento, a qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 02 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas no Edital.

8.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

8.3. Fica nomeado como fiscal do presente Contrato o Sr. MAURICIO BITTENCOURT.

CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas.

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

Luzerna/SC, 29 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

SILMAR ANTONIO BALBINOT
CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome legível:
RG:
CPF:

Nome legível:
RG:
CPF:

CONTRATO PML Nº 175/2017

Publicação Nº 1467620

CONTRATO PML Nº 175/2017
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 103/2017
DISPENSA PML Nº 019/2017

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e do Contrato de Programa, de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, na cidade de Luzerna - SC, representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Luzerna - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º Andar, sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, ELÓI RÖNNAU, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei nº 1459/2016, e do Contrato de Programa CTP/PROLICITA/CIMCATARINA/2016–153.

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

2.1. O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, previamente aprovado em Assembléia Geral do Consórcio, para o exercício de 2018, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DOS VALORES**

3.1. O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor total de R\$ 28.548,00 (vinte e oito mil quinhentos e quarenta e oito reais), divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 2.379,00 (dois mil trezentos e setenta e nove reais).

**CLÁUSULA QUARTA
DO PAGAMENTO**

4.1. O CONTRATANTE deverá pagar mensalmente a parcela do mês de referência até o dia 10 (dez) do respectivo mês, através de boleto bancário, depósito em conta do PROLICITA ou através de autorização de débito automático.

4.2. O valor das parcelas serão devidos integralmente a partir do mês de assinatura do Contrato de Programa.

4.2.1. Quando a data de assinatura do Contrato de Programa for menor que 15 (quinze) dias no mês, o valor será devido somente no mês seguinte.

**CLÁUSULA QUINTA
DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. O Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA será responsável pela execução do objeto deste contrato, seguindo suas disposições legais, contratuais e estatutárias, vinculando as partes nos termos do contrato de programa.

**CLÁUSULA SEXTA
DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

6.1. A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Contrato de Programa.

6.2. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do Consórcio Público, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3. Quanto ao presente contrato o CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

6.4. O CONTRATADO deve fornecer ao CONTRATANTE as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE**

7.1. São direitos e deveres do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações previamente solicitadas;
- b) Acompanhar a prestação dos serviços disponibilizados;
- c) Transferir os recursos financeiros decorrentes dos serviços contratados, conforme estabelecido neste Contrato de Rateio;
- e) Acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas, em especial no Contrato de Rateio.

**CLÁUSULA OITAVA
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio terão as seguintes classificações orçamentárias:

Classificação	Denominação/Valor		
03	Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		
001	Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio		
04.122.0300.2304	Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou consorciado		
3.1.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	21.060,00
3.3.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	6.552,00
4.4.71.70	Rateio Pela Participação em Consórcio Público	R\$	936,00
TOTAL		R\$	28.548,00

**CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA**

9.1. O presente contrato entra em vigor de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA INADIMPLENCIA

10.1. O CONTRATANTE inadimplente com o Consórcio Público será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

10.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o CONTRATANTE poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA RESCISÃO**

11.1. O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DAS PENALIDADES**

12.1. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes neste contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a pagar, a outra, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DO FORO**

13.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Luzerna/SC, 29 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN PREFEITO MUNICÍPIO DE LUZERNA	ELÓI RONNAU DIRETOR EXECUTIVO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA
--	--

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:

TERMO DE FOMENTO Nº 010/2017/PML - APAE

Publicação Nº 1467056

TERMO DE FOMENTO nº 010/2017 – PML
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 002/2017- PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 007/2017- PML

Termo de Parceria que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade RG nº 11/R 227.997, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, entidade civil, filantrópica, de caráter cultural e assistencial, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.780.396/0001-00, com sede na Rua Amiano Pozzobon, 190, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Joaçaba(SC), neste ato representado por seu Presidente Senhor REGINALDO TANELLO, brasileiro, empresário, casado, portador do RG nº 2.144.006 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 707.722.159-87, doravante denominada OSC, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações posteriores, bem como do Decreto nº 2360 de 02 de maio de 2017 e da Lei nº 1550 de 28 de novembro de 2017, resolvem celebrar o presente TERMO DE PARCERIA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O presente tem como objeto a conjugação de esforços entre o MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, para repasse financeiro, para manter a qualidade de vida, a inclusão social e o desenvolvimento do potencial dos cidadãos atendidos pela Entidade, incluindo o atendimento de 9 (nove) educandos luzernenses com deficiência intelectual e múltipla, e seus familiares de Luzerna, nos diversos programas educacionais, reabilitatórios e de assistência social voltados ao atendimento das necessidades dos educandos e seus familiares.

Paragrafo único. A Parceria firmada será executada nos termos do Plano de Trabalho anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Compete a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) repassar os recursos financeiros para a execução desta Parceria, conforme estipulado na Cláusula Terceira.
- b) indicar instituição financeira, ou se já existente, homologá-la, para a manutenção e movimentação das receitas, custos e despesas atinentes ao objeto da Parceria definidos no Plano de Trabalho.
- c) prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao acompanhamento e controle na execução deste Termo de Parceria.
- d) supervisionar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e seus reflexos, podendo assumir ou transferir a responsabilidade da execução no caso de paralisação ou fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do objeto.
- e) monitorar, fiscalizar, avaliar e aprovar a execução físico-financeira do plano de trabalho, assim como das prestações de contas e demais documentos exigidos neste instrumento e na legislação em vigor, necessários à execução do objeto do Termo de Parceria.
- f) prorrogar os prazos de início e/ou conclusão do objeto da Parceria, na mesma proporção do atraso dos repasses das transferências financeiras, desde que a OSC não tenha contribuído para este atraso.
- g) divulgar/viabilizar em seu site oficial na internet:
 - g.1) a parceria celebrada;
 - g.2) os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos; e
 - g.3) o acompanhamento dos processos de liberação de recursos referentes a parceria celebrada.

II - Compete à OSC:

- a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública Municipal, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014, o Decreto nº 2360 de 02 de maio de 2017 e a Lei nº 1550 de 28 de novembro de 2017;
- b) Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Fomento;
- c) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Fomento, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;
- d) Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Termo de Fomento;
- e) Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo art. 45 da Lei n. 13.019/2014;
- f) Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;
- g) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela Administração Pública Municipal ou pelos órgãos de controle;
- h) Submeter previamente à Administração Pública Municipal qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- i) Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
- j) Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;
- k) Realizar todos os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e demais informações, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado;
- l) Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Termo de Fomento, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;
- m) Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- n) Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;
- o) Facilitar a supervisão e a fiscalização da Administração Pública Municipal, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Fomento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;
- p) Permitir o livre acesso de servidores da Administração Pública Municipal e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- q) Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;
- r) Prestar contas a Administração Pública Municipal, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Fomento, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do capítulo VII, do Decreto nº 8.726, de 2016;
- s) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Fomento, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;
- t) Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da Administração Pública Municipal em toda e qualquer ação, promocional ou não,

relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Fomento e, apor a marca da Administração Pública Municipal nas placas, painéis e outdoors de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Fomento.

- u) Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Fomento, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades às quais se destina;
- v) Manter a Administração Pública Municipal informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Fomento e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.
- w) Permitir à Administração Pública Municipal, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Fomento;
- x) Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;
- y) Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades; e
- z) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO VALOR DO REPASSE E DA FORMA DE PAGAMENTO

I – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL repassará a OSC a título de subvenção social o valor mensal estimado de R\$ 530,25 (quinhentos e trinta reais e vinte e cinco centavos) por aluno, pelo período de 11 (onze) meses, totalizando R\$ 52.494,75 (cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos) para atendimento dos 9 (nove) alunos de Luzerna/SC e seus familiares, em conformidade com o especificado no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho.

II - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- a) quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.
- b) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da OSC com relação a outras cláusulas básicas.
- c) quando a OSC deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

III - Não será exigida contrapartida da OSC.

CLÁUSULA QUARTA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos repassados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL para a execução do objeto deste Termo serão empenhados na seguinte dotação orçamentária:

Ação 07.001.12.367.0703.2722-Atendimento aos deficientes físicos e mentais

G.N.D.: Modalidade de Aplicação: 3.3.50 - Outras despesas correntes - Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos

Fonte: 000 - Recursos Ordinários

Paragrafo Único. Os termos aditivos de valores deverão ser precedidos da indicação e créditos adicionais para sua cobertura por profissional contabilista.

CLÁUSULA QUINTA

DA MOVIMENTAÇÃO E DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

I - Os recursos financeiros relativos ao repasse da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL serão depositados na conta corrente específica na instituição financeira determinada pela administração pública, como disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014.

II - Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Fomento, ficando condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019/2014.

III - Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

IV - Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Fomento e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da OSC e anuência prévia da Administração Pública Municipal, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

V - Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

CLÁUSULA SEXTA

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I -. A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, para a Administração Pública Municipal, de forma parcial, com base no disposto no Plano de Trabalho, observando a regra de que não repassará a terceira parcela sem a devida prestação de contas da primeira e assim sucessivamente.

II - As prestações de contas observarão as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei 13019/2014, além das cláusulas constantes deste Termo de Fomento e do Plano de Trabalho.

III - As prestações de contas apresentadas pela OSC deverão conter elementos que permitam a Administração Pública Municipal avaliar o

andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

IV - Para fins de prestação de contas a OSC deverá apresentar relatório (parcial ou final) de execução do objeto e relatório de execução financeira, que conterá no mínimo, as seguintes informações e documentos:

1. Relatório de Execução do Objeto:

- a) demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;
- b) descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- d) informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- e) informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;
- f) informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;
- g) justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso e as medidas para ajustamento.

2. Relatório de Execução Financeira:

- a) balancete contendo a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;
- b) comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;
- c) extrato da conta bancária específica;
- d) memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;
- e) relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
- f) cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço;
- g) comprovante bancário dos pagamentos realizados.

V - A análise do relatório de execução financeira será feita pela Administração Pública e contemplará:

- 1. O exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;
- 2. A verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

VI - A análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

- I - os relatórios parciais e finais de execução do objeto;
- II - os relatórios parciais e finais de execução financeira;
- III - relatório de visita técnica in loco, quando houver;
- IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação.

VII - Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

VIII - A OSC deverá observar o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de pagamento da última parcela da parceria para entregar o relatório de execução do objeto e de execução financeira para a Administração Pública Municipal.

IX - O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

- I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;
- II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, forem constatados impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou
- III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:
 - a) omissão no dever de prestar contas;
 - b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
 - c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
 - d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

X - A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

- I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Prefeito Municipal, para decisão final no prazo de 30 (trinta) dias; ou
- II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

XI - Exaurida a fase recursal, a Administração Pública Municipal deverá:

- I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, notificar a OSC as causas das ressalvas; e
- II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

XII - O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

XIII - No caso de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- I - A instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e
- II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

XIV - O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública Municipal será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

XV - O transcurso do prazo definido na anterior, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

- I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

I - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL realizará o monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto através de procedimentos de fiscalização da parceria celebrada por meio da designação de um GESTOR; ÓRGÃO TÉCNICO e da COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

II - A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública Municipal por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, devendo ser registradas no sistema de prestação de contas.

III - Ao gestor caberá realizar o acompanhamento e fiscalização da execução das parcerias celebradas com as seguintes atribuições:

a) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados.

b) Emitir pareceres técnicos, parcial de acompanhamento e conclusivo de análise da prestação de contas, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

c) Disponibilizar materiais e equipamento tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

III - As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes do sistema de prestação de contas, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

IV - A Administração Pública Municipal designará servidor público que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução no sistema de prestação de contas e com visitas in loco.

V - A Administração Pública Municipal realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, hipótese em que a OSC deverá ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita.

VI - Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado no sistema de prestação de contas e enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da Administração Pública.

VII - A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela Administração Pública Municipal, pelos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA OITAVA

DAS ALTERAÇÕES DO TERMO DE PARCERIA

Poderão ser realizadas alterações no Termo de Parceria nos seguintes casos:

I - ampliação de metas já existentes no Plano de Trabalho.

II - remanejamento de recursos do Plano de Aplicação, obedecida à alínea "b" do inc. V da Cláusula Quinta.

III - utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de eventuais saldos remanescentes de recursos envolvidos na execução do objeto se não estiver previamente autorizada; e;

IV – vigência.

Parágrafo primeiro. As alterações deverão ser solicitadas mediante ofício protocolado ao Gestor da Parceria, devidamente justificado, e serão formalizadas mediante Termo Aditivo ao Termo de Parceria.

Parágrafo segundo. A OSC somente poderá executar as ações, conforme alterações solicitadas, após o recebimento do Termo Aditivo, o qual representa o acordo firmado entre as partes.

CLÁUSULA NONA

DA VIGÊNCIA E DAS HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO

O presente instrumento entrará em vigor em 01 de janeiro de 2018 e findará em 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019/2014:

I - mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública Municipal.

II - de ofício, por iniciativa da Administração Pública Municipal quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

III - a prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Fomento, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela Administração Pública Municipal, considerando as seguintes situações:

a) alteração do Plano de Trabalho sugeridas pela Administração Pública Municipal para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;

b) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho; e

c) ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA RESCISÃO

I - O presente instrumento poderá ser extinto a qualquer tempo na ocorrência dos seguintes motivos:

a) por denúncia fundamentada de qualquer das partes desde que seja intimado o outro partícipe com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

b) por rescisão, de comum acordo dos partícipes, quando houver a perda do interesse público na execução do objeto.
c) por rescisão unilateral, nos casos de inadimplência tanto da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL quanto do OSC ou da ocorrência das seguintes situações:

- 1 - falta de apresentação pela OSC das prestações de contas nos prazos estabelecidos;
- 2 - utilização, pela OSC, dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;
- 3 - por infração de quaisquer de uma das Cláusulas ou condições estabelecidas neste Instrumento.

II – Em qualquer das hipóteses descritas nas alíneas anteriores, deverá ser apresentada a prestação de contas dos recursos até então repassados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL à OSC no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado do encerramento da vigência desse ajuste.

III - Por ocasião da rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da rescisão, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

I - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

II - Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

1. o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;
2. os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada;
3. o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da OSC ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.

III - A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014.

IV - Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros equivalentes à taxa Selic.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

I - Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

1. advertência;
2. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
3. declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Administração Pública Municipal, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso 2.

II - A Administração Pública Municipal determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

1. Caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a OSC não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e
2. No caso de rejeição da prestação de contas, caso a OSC não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas deste Termo de Parceria, que porventura não venham a ser resolvidas administrativamente, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 27 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito

Município de Luzerna/SC

REGINALDO TANELLO
Presidente da Entidade
APAE – Joaçaba - SC

TESTEMUNHAS:

1. _____

Ass. Ass.

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

Macieira

PREFEITURA

decreto 1684

Publicação Nº 1474199

DECRETO Nº 1684, DE 18 DE DEZEMBRO 2017

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso De arrecadação do Exercício de 2017 –FUNDEB, conforme Lei Autorizativa nº 890/2017.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 890, de 28/11/2017;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2017 dos recursos do FUNDEB.

02.01 GABINETE DO PREFEITO

02.04 Sec. Educação, Cultura e Esportes

20.37 Manutenção Ensino Fundamental

31.90.19 Aplicações Diretas

R\$ 32.664,06

33.90.19 Aplicações Diretas

R\$ 74.111,68

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 18 de Dezembro de 2017

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

decreto 1685

Publicação Nº 1474202

DECRETO I Nº 1685, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Credito Suplementar alterando a Lei nº. 850 de 06 de Dezembro de 2016 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2017.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 890, de 28/11/2017;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 GABINETE DO PREFEITO

02.06 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO

20.46 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIARIA

31.90 APLICAÇÕES DIRETAS

R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 GABINETE DO PREFEITO

02.06 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO

20.46 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIARIA

33.90 APLICAÇÕES DIRETAS

R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 21 de Dezembro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

decreto 1686

Publicação Nº 1474203

DECRETO Nº 1686 DE 22 DE DEZEMBRO 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do Exercício de 2017 –FUNDEB, conforme Lei Autorizativa nº 890/2017

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 890, de 28/11/2017;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2017 dos recursos do FUNDEB.

02.01 GABINETE DO PREFEITO

02.04 Sec. Educação, Cultura e Esportes

20.37 Manutenção Ensino Fundamental

31.90.18 Aplicações Diretas

R\$ 20.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de Dezembro de 2017

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO FINAL _ PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

Publicação Nº 1473110

**HOMOLOGAÇÃO FINAL DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO003/2017**

Cargo: Serviços Gerais II - Externo

Nº Inscr.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	TOTAL GERAL	Classificação Final
23	LUCAS DO PRADO CAMPAGNIN	49,0	21	70,0	1º Lugar
29	ANILTON BOZ	35,0	27	62,0	2º Lugar
13	ROQUE LOCATELLI	28,0	26	54,0	3º Lugar
17	CESAR DOS SANTOS MORAES	17,5	26	43,5	4º Lugar
02	PEDRO SERAFIN NETO	10,5	29	39,5	5º Lugar

Cargo: Operador de Máquinas Pesadas

Nº Inscr.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	TOTALGERAL	Desempate	Classificação Final
					Conh. Esp.	
30	VILSO JOSÉ VENTURIN	52,5	29	81,5		1º Lugar
42	LEOMAR PEROVANO	49,0	30	79,0		2º Lugar
11	JOEL LUIZ GUARNIERI	59,5	19	78,5		3º Lugar
41	LENON ANDRE SOARES	56,0	22	78,0		4º Lugar
05	ANDERSON MORAES ARCONTI	49,0	28	77,0		5º Lugar
21	JOÃO IVANOR DO PRADO	45,5	30	75,5		6º Lugar
26	LEONARDO ROQUE MAFFIOLETTI	52,5	16	68,5	28,0 (a)	7º Lugar
25	LUIZ MÁRIO SILVA	38,5	30	68,5	24,5	8º Lugar
04	RENAN CAMUZZATO	42,0	17	59,0		9º Lugar
37	ALTAIR ROSA	Ausente	Ausente			

Obs: (a) Maior pontuação em Conhecimentos Específicos.

Cargo: Operador de Máquinas Leves

Nº Inscr.	Nome	Prova Objetiva	Prova Prática	TOTAL GERAL	Classificação Final
07	CLODOALDO DE BORTOLI	49,0	29	78,0	1º Lugar
31	LEANDRO JOSÉ ELEUTÉRIO	52,5	23	75,5	2º Lugar
18	IVAN DO PRADO	38,5	15	53,5	3º Lugar
38	ALBERTO DE OLIVEIRA	38,5	10	48,5	4º Lugar
39	JOEL DOMINGOS CARDOSO	Ausente	Ausente		

14	CLAUBERTO CERRY	Ausente	Ausente		
----	-----------------	---------	---------	--	--

Cargo: Psicólogo

Nº Inscr.	Nome	Prova Objetiva	Classificação Final
20	PRISCILA LUVISON	45,0	1º Lugar

Cargo: Enfermeiro

Nº Inscr.	Nome	Prova Objetiva	Classificação Final
10	CLAIR MARIO CORRÊA	25,0	1º Lugar

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais - Gari

Nº Inscr.	Nome	Prova Objetiva	Classificação Final
06	JOSIMARI DO PRADO	65,0	1º Lugar
36	OTILIA CORDEIRO GARBO	60,0	2º Lugar
21	CRISTIANE DA SILVA PIRES	55,0	3º Lugar
35	LOURDES DA MAIA HOLDEFFER	50,0	4º Lugar
22	NELSON DE QUEIROS	40,0	5º Lugar
09	CÁTIA APARECIDA WOSNIAK	Ausente	

Cargo: Serviços Gerais II - Interno

Nº Inscr.	Nome	Prova Objetiva	Desempate		Classificação Final
			C.E.	L.P.	
28	MARIA LUIZA PESSOA	80,0	40	25 (b)	1º Lugar
19	THAISA BUENO DA SILVA	80,0	40	20 (b)	2º Lugar
01	JOSIANE APARECIDA SERIGHELLI	80,0	40	15	3º Lugar
27	LAIDES BERARDO	70,0			4º Lugar
08	LUCIMAR MORAES	60,0			5º Lugar
16	RENATA PEREIRA DA ROCHA	55,0	35 (a)		6º Lugar
03	JUCINEIA APARECIDA DOS SANTOS	55,0	25 (a)		7º Lugar
40	CLÁUDIA BONASSA	55,0	20		8º Lugar
34	DIZANIRA CRUZ DE OLIVEIRA DOS SANTOS	35,0			9º Lugar
12	ERONI ALVES DOS SANTOS	25,0			10º Lugar
15	SALETE DE FÁTIMA PEREIRA	20,0	15 (a)		11º Lugar
24	TEREZINHA APARECIDA PEREIRA	20,0	10		12º Lugar

Obs: (a) Maior pontuação em Conhecimentos Específicos;
(b) Maior pontuação em Língua Portuguesa.

Maceira, 26 de dezembro de 2017.

PUBLICAÇÃO RESUMIDA _ TERMO ADITIVO Nº 22/2017

Publicação Nº 1472958

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0009/2016.

Pregão Presencial nº 0005/2016.

5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0017/2016.

ADITIVO Nº 22/2017.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Objeto: Contratação de prestação de serviços de transporte escolar com veículo capacitado, destinado ao atendimento dos alunos na rede Municipal e Estadual de ensino, conforme especificações do objeto e do trajeto do Edital e seus anexos.

Contratada: ADAILTON ABRAÃO TRANSPORTES LTDA.

Vigência: Fica prorrogado até 31 de dezembro de 2018 a vigência do contrato, de acordo com as justificativas do termo aditivo.

Pagamento e valor: De acordo com o Contrato Original nº 0017/2016 e seus Aditivos.

Maceira, 22 de dezembro de 2017.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira.

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 23/2017

Publicação Nº 1473046

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0006/2017

Pregão Presencial nº 0002/2017

2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0009/2017

ADITIVO Nº 23/2017

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO E ACRESCIMO

Objeto: Contratação de empresa para implantação de Sistema Educacional, com fornecimento de material didático, considerando a política pedagógica solicitada pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Nacional de Diretrizes e Bases, com prestação de serviços de forma contínua, conforme especificações, quantitativos e exigências do Termo de Referência do Anexo I do Edital, visando o atendimento escolar na Rede Pública Municipal, nas áreas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Contratada: SEFE – SISTEMA EDUCACIONAL FAMÍLIA E ESCOLA LTDA.

Pagamento: Conforme Contrato Administrativo nº 0009/2017

Valor: Fica acrescido o valor de R\$ 62.961,25 (sessenta e dois mil novecentos e sessenta e um reais com vinte e cinco centavos) correspondente ao serviços e materiais destinados ao ano letivo de 2018.

Vigência: Fica prorrogada a vigência do contrato até 31 de dezembro de 2018, conforme justificativas do Termo de Aditivo.

Macleira, 22 de dezembro de 2017.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 24/2017

Publicação Nº 1473095

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0039/2017

Pregão Presencial nº 00022/2017

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0033/2017

ADITIVO Nº 24/2017

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Objeto: Contratação de empresa com profissional qualificado, para ministrar aulas de musica ao Projeto Coral Infantil Municipal, e aulas para participantes do Projeto Fanfarra, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Contratada: MARCELO LUIZ COELHO MEI (04862304907)

Valor e pagamento: Conforme Contrato Administrativo nº 0033/2017

Vigência: Fica prorrogada a vigência do contrato até 31 de dezembro de 2018, conforme justificativas do Termo de Aditivo.

Macleira, 26 de dezembro de 2017.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 25, 26 E 27/2017

Publicação Nº 1473167

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0034/2017

Chamada Pública nº 0006/2017

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, CONFORME LEI Nº. 11.947 DE 16/06/2009, RESOLUÇÃO Nº. 26, DE 17/06/2013, RESOLUÇÃO Nº 04 DE 02/04/2015.

ADITIVO Nº 25/2017.

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0027/2017.

Contratada: COOPERATIVA DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA – COOPERTRINTA

Vigência: Fica prorrogado até 15 de agosto de 2018 a vigência do contrato, ou até a realização de nova chamada pública.

Pagamento e valor: De acordo com o Contrato Original nº 0027/2017.

ADITIVO Nº 26/2017.

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0028/2017.

Contratada: CRISTIANO ANTONIO GUARNIERI.

Vigência: Fica prorrogado até 15 de agosto de 2018 a vigência do contrato, ou até a realização de nova chamada pública.

Pagamento e valor: De acordo com o Contrato Original nº 0028//2017.

ADITIVO Nº 27/2017.

1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0029/2017.

Contratada: EVANI LANHI BERTOTTO.

Vigência: Fica prorrogado até 15 de agosto de 2018 a vigência do contrato, ou até a realização de nova chamada pública.

Pagamento e valor: De acordo com o Contrato Original nº 0029/2017.

Macieira, 26 de dezembro de 2017.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da CPL

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 28/2017

Publicação Nº 1473227

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0022/2015

Pregão Presencial nº 0014/2015

4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0026/2015

ADITIVO Nº 28/2017

ADITIVO DE REAJUSTE E PRORROGAÇÃO DE PRAZO .

Objeto: Contratação de empresa especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro ao Regime Próprio de Previdência Social Municipal, conforme especificações do Edital e seus anexos.

Contratada: SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA,

Vigência: Fica prorrogada a vigência até 31 de dezembro de 2018, de acordo com a Cláusula Quarta do contrato original e art. 57 da Lei 8.666/93.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0026/2015 e seus aditivos.

Valor: Fica reajustado o valor de R\$ 1.653,00 (um mil seiscentos e cinquenta e três reais) mensais, sofrendo um reajuste de 2,80 conforme índice de IPCA acumulado em 12 meses.

Macieira, 26 de dezembro de 2017.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 120/2017

Publicação Nº 1473165

DECRETO Nº 120 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

RETIFICA ÁREA DE IMÓVEL ADQUIRIDO PARA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS "ACENDINO JOSÉ CAPELA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso VII do Art. 73, da Lei Orgânica do Município de Maracajá, e;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública rege-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Artigo 37, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO o que preceitua a Lei Municipal nº 544, de 18 de dezembro de 2001 que autoriza a aquisição de imóvel e dá outras providências;

CONSIDERANDO que este ato visa regularizar a área efetivamente adquirida pelo município para a implantação do Centro de Triagem Municipal "Arcendino José Capela" e seu registro de matrícula do imóvel;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse e necessidade administrativa,

DECRETA:

Art. 1º Fica ratificado a área adquirida através da Lei Municipal nº 544, de 18 de dezembro de 2001, cujo registro anterior é a matrícula nº 28.626 para implantação do Centro de Triagem de Resíduos Sólidos "Acendino José Capela".

Art. 2º A área total adquirida é de 21.628,45m², matrícula atual nº 80.652 (Registro Anterior - Matrícula nº 28.626), sendo: 12.373,12 m² adquiridos de ELOIR MANOEL NAZÁRIO e sua esposa MARIA SALETE DOS SANTOS NAZÁRIO; e 9.255,33 m² adquiridos de REGINALDO ANTONIO DA SILVEIRA e sua esposa MÁRCIA BORGES ACORDI DA SILVEIRA.

Art. 3º As medidas e confrontações da área adquirida de 21.628,45 m² são as constantes no Registro Geral da Matrícula nº 80.652, fls 01, ano 2017, em anexo.

Art. 4º As despesas decorrentes deste ato, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes no Orçamento Municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 21 de Dezembro de 2017.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração, em 21 de Dezembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

DISPENSA Nº 021/FMS/2017

Publicação Nº 1473364

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº. 021/FMS/2017

OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados e exames complementares não prestados Rede Municipal de Saúde do município de Maracajá, para atendimento a população local, para o exercício de 2018.

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde - Maracajá

VALOR GLOBAL: R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93

RECONHECIMENTO: 20/12/2017, Diogo Copetti Silveira - Gestor do Fundo

RATIFICAÇÃO: 21/12/2017, por Arlindo Rocha – Prefeito Municipal.

Maravilha

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.144/2017

Publicação Nº 1473106

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 144/2017. Partes: Município de Maravilha – SC e ALIANÇA IMÓVEIS, NEGÓCIOS E PESQUISAS LTDA - ME Objeto: Prestação de serviço para avaliar o desempenho da administração municipal, nas secretarias, departamentos e serviços bem como identificar possíveis deficiências no serviço público do Município de Maravilha - SC. Vigência: 31/12/2017. Valor R\$ 7.550,00. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 22/12/2017. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e Paulo Cesar Hubner pela Contratada.

Decreto nº 737/2017

Publicação Nº 1473120

DECRETO Nº 737, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal MAGDA APARECIDA PAULO OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços gerais, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 26 de dezembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 738/2017

Publicação Nº 1473486

DECRETO Nº 738, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor público municipal CEDENIR JOSÉ VALGOI, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, 40 horas semanais.

Parágrafo único. A rescisão dá-se em razão do falecimento do servidor ocorrido em 23 de dezembro de 2017, conforme atestado de óbito.

Art. 2º Fica igualmente decretada a vacância do cargo de Motorista de Veículos Leves, conforme art. 35, inciso IV da Lei Complementar nº 003/2002.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 26 de dezembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO N.º 119/2017

Publicação Nº 1472747

DECRETO n.º 119/2017

DECRETA A ANULAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 100/2017

EDER MATTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, resolve:

DECRETAR

Art. 1.º Fica anulado o processo de licitação Pregão Presencial n.º 100/2017, por conter vícios de origem.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 20 de dezembro de 2017.

.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CÉSAR DE OLIVEIRA
Sec. De Administração e Finanças

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 107 -2017

Publicação Nº 1473489

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 107/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 11/01/2018, às 11:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 107//2017, tem por objetivo AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (óleo diesel e gasolina), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2018, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 horas as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site www.meleiro.sc.gov.br .

Meleiro/SC, 26 de dezembro de 2017.
ROGILDO BORDIGNON
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 108 -2017

Publicação Nº 1473494

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 108/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 16/01/2018, às 08:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 108//2017, tem por objetivo AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E PARA AS DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2018, conforme especificações

constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital. A integral do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 horas as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 26 de dezembro de 2017.
ROGILDO BORDIGNON
Prefeito Municipal em Exercício

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 02-2017

Publicação Nº 1473184

Instrução Normativa nº 02/2017, de 26 de dezembro de 2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso II, parágrafo primeiro, art. 53, da lei orgânica, resolve:

Art. 1º - O Centro de Educação Infantil em que houver turmas desdobradas de Pré-escolar de (04/05 anos), deverá seguir a seguinte organização:

Período Matutino:

I – 01 (uma) Turma de Pré-escolar I, 04 (quatro) anos de idade;

II – 02 (duas) Turmas de Pré-escolar II, 05 (cinco) anos de idade.

Período Vespertino:

I – 02 (duas) turmas de Pré-escolar I, 04 (quatro) anos de idade;

II – 01 (uma) Turma de Pré-escolar II, 05 (cinco) anos de idade.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se a instrução normativa 01/2017.

Maria Rosangela Bordignon Dal Pont
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2017 - PMM

Publicação Nº 1473505

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 140/2017

MODALIDADE: Inexigibilidade de licitação nº. 010/2017

O Município de Mondaí – SC torna pública, a Inexigibilidade de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 140/2017 e, com fulcro no Art. 25, Inciso III, da Lei nº. 8.666/1993, conforme segue: MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 010/2017. OBJETO: Contratação para prestação de serviços de show artístico do conjunto MUSICAL DALLAS e da dupla LIZANDRO & GABRIEL, para realizar apresentação artística no dia 31 de dezembro de 2017, fazendo parte da programação do "Show da Virada", no Parque de Exposições do Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina. CONTRATADOS: ROSANGELA TOMAZI 04930899931, representante exclusiva do "Musical Dallas", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.932.450/0001-92, estabelecida à Av. PORTO FELIZ, s/n, Bairro centro, Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, CEP 89893-000, VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil e quinhentos reais); e, LIZANDRO KRETSCHMER 04697882911, representante exclusiva da dupla "Lisandro e Gabriel", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.450.737/0001-37, estabelecida à Rua Uruguai, 70, Bairro centro, Município de Mondaí, Estado de Santa Catarina, CEP 89893-000, VALOR: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). VIGENCIA: 31/12/2017. MONDAI (SC), 22 de Dezembro de 2017.

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

LEI 3.647 2017 - AUTORIZA FILIAÇÃO DA CÂMARA À ACAMOSC.DOC

Publicação Nº 1474182

LEI Nº. 3.647, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a filiação e pagamento de contribuição financeira para a Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina – ACAMOSC e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Câmara de Vereadores de Mondaí, Estado de Santa Catarina, autorizada a associar-se e a contribuir mensalmente para a Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina – ACAMOSC, nos valores aprovados em Assembleia da entidade e válidos para todas as Câmaras de Vereadores filiadas à mesma.

Art. 2º A contribuição referida terá cunho exclusivamente para atividades da entidade, conforme prescrito em seus estatutos, não podendo haver desvios de finalidade.

Parágrafo único. A entidade prestará contas à Câmara de Vereadores por meio de balanços, comprovando a aplicação dos recursos do presente ato.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 20 de dezembro de 2017.

Valdir Rubert,

Prefeito Municipal de Mondaí.

Eliseu Bohn,

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 132.2017

Publicação Nº 1472837

DECRETO Nº 0132/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Prefeita Municipal de Monte Carlo, autorizada a promover a abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento do município no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária 05 – Secretaria Municipal de Administração
Projeto/Atividade 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento Despesa 11 – 3.3.90.00.00.00.00.0000
Valor: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, fica anulados os valores das dotações abaixo discriminada:

Órgão 03 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária 05 – Secretaria Municipal de Administração
Projeto/Atividade 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento Despesa 09 – 3.3.50.00.00.00.00.0000
Valor: R\$ 1.000,00 (Um mil reais)

Órgão 03 – Secretaria Municipal de Administração
Unidade Orçamentária 05 – Secretaria Municipal de Administração
Projeto/Atividade 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração
Elemento Despesa 13 – 4.4.90.00.00.00.00.0000
Valor: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 13 de dezembro de 2017.

DECRETO Nº 140.2017

Publicação Nº 1472826

DECRETO Nº 140/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ESTIAGEM”.

SONIA SALETE VEDOVATTO Prefeita Municipal de Monte Carlo, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

A estiagem prolongada, provocada pela redução das precipitações pluviométricas, que atinge o Município desde início do mês de agosto de 2017, conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;

- como consequência deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo grau de vulnerabilidade socioeconômico do município e pelo despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre, aliado aos prejuízos nos serviços de abastecimento de água, comprometendo as reservas hidrológicas, a capacidade de captação e distribuição do sistema de abastecimento de água.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 dias (noventa dias) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Monte Carlo, 21 de dezembro de 2017.
SONIA SALETEVEDOVATTO
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 141.2017

Publicação Nº 1472819

DECRETO Nº 141/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

“PROMOVE O REAJUSTE DO VALOR DA COBRANÇA DA UFM – UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018 NA FORMA QUE ESPECIFICA”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º - Fica reajustado o valor da UFM – Unidade Fiscal do Município, com as devidas atualizações monetárias pelo INPC acumulado de dezembro, fixado em 1,94% estipulada em R\$ 176,42 (cento e setenta e seis reais com quarenta e dois centavos) para o exercício financeiro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 71/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Monte Carlo, SC, 21 de dezembro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpre-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 142.2017

Publicação Nº 1472820

DECRETO Nº 142/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

“FIXA A TARIFA DE ÁGUA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estipulados os novos valores para a tarifa do serviço de água municipal, que passará a ser cobrada na forma da tabela abaixo, reajustados nos termos da Lei Complementar Municipal 045/10 de 24 de Dezembro de 2010 e Decreto nº 141/2017, com base na atualização monetária da UFM, fixada em 1,94% para o ano/exercício de 2018:

Consumo/Tipo	Tarifa R\$
Tipo Comercial	
Consumo - 10	49,06
- 30	6,12
- 50	7,65
- 100	9,19
- 500	10,71
- 999	12,26
Tipo Pública	
Consumo - 10	49,06
- 30	6,12
- 50	7,65
- 100	9,19
- 500	10,71
- 999	12,26
Tipo Residencial	
Consumo - 10	24,51
- 15	2,88
- 25	3,51
- 50	4,12
- 999	4,74

Art. 2º - Para efeitos deste decreto, considera-se comercial, residencial ou pública a situação de fato e não a declarada pelo munícipe.

Art. 3º - Em caso de prédio, construção, residência ou qualquer outra propriedade imóvel que contenha apenas um hidrômetro, mas que se constate a existência de mais de um tipo de consumo, a tarifa será lançada de acordo com o tipo que possua o maior valor na tabela.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o DECRETO Nº 74/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Monte Carlo, 21 de dezembro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 143.2017

Publicação Nº 1472821

DECRETO Nº 143/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

"REAJUSTA A TAXA DE MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - FUNREBOM DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO".

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e na Lei Complementar 032/2008.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam reajustados os valores para a taxa do Funrebom, que passará a ser cobrada na forma da tabela abaixo a partir de 01 de janeiro de 2018, reajustados de acordo com os valores da UFM, em conformidade com o Decreto nº 141/2017, de 21 de dezembro 2017.

ANEXO I

Tarifas Referentes à Contribuição Sobre Segurança Contra Sinistros

1 - EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS:

R\$ 4,01 (Quatro reais e um centavo) mensais, por conta de água.

2 - EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

R\$ 20,12 (vinte reais e doze centavos) mensais, por conta de água.

2- TAXA DE SERVIÇOS GERAIS

SERVIÇO	DESCRIÇÃO	Valor em R\$
Corte de árvore	Em ação preventiva contra potenciais riscos ou sinistros, requeridas pelo interessado	40,22 por bombeiro/hora
Extermínio de insetos	Quando solicitados por Qualquer pessoa física ou jurídica	40,22 por bombeiro/hora
Abastecimento d'água	Em estabelecimentos industriais, agropecuários, ou prestações de serviços, cuja falta implique em perigo iminente à segurança, higiene ou produção	201,22 mais 7,21 reais por km quando superior a 5 km.
Serviço de segurança preventiva	Contra sinistros em shows, futebol, exposições, feiras, circos e outros similares) com cobrança de ingresso ou inscrições.	40,22 por bombeiro/ hora
Fornecimento	Compêndio de normas sobre segurança contra incêndios	50,29 por exemplar
Recarga	De cilindros de mergulho ou assemelhados	40,22 por cilindro.
Busca aquática	De bens submersos (barcos, motores, veículos e outros bens materiais)	40,22 por bombeiro/hora.

Art. 2º - Para efeitos deste decreto, considera-se residencial ou comercial a situação de fato e não a declarada pelo município.

Art. 3º - Em caso de prédio, construção, residência ou qualquer outra propriedade imóvel que contenha apenas um hidrômetro, mas que se constate a existência de mais de uma residência ou atividade comercial, a taxa será lançada, na mesma oportunidade, de acordo com o número de residências ou comércios constantes no local.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o DECRETO Nº 73/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016.

Monte Carlo, 21 de dezembro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 144.2017

Publicação Nº 1472822

PDECRETO Nº 144/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

"PROMOVE O REAJUSTE DE TAXAS DE SERVIÇOS OFERECIDOS PELO DMAE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica promovido o reajuste das Taxas de cobrança para o exercício financeiro de 2018, dos serviços prestados pelo DMAE, constantes da tabela do artigo 3º deste Decreto.

Art. 2º. O reajuste será efetuado com base no índice de Correção da UFM, com base anual em 2017 de 1,94%, de acordo com o Decreto 141/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Art. 3º. As taxas pela prestação dos serviços compreendidos no decreto supracitado terão os valores na forma da tabela abaixo:

SERVIÇO	VALOR EM R\$
Ligação de água	188,46
Religação de água	52,09
Substituição hidrômetro	102,03
Mudança de cavalete até 1 metro	15,49
Mudança de cavalete acima de 1 metro	7,74 POR METRO
Retirada da segunda via	2,99

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 75/2016, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016

Monte Carlo, 21 de dezembro de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 145.2017

Publicação Nº 1472817

DECRETO Nº 145 DE 22 DEZEMBRO DE 2017**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB NO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO – SC****DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA DO CONSELHO**

Art. 1º. O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, instituído pela Lei Municipal de 2016, é organizado na forma de órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros do FUNDEB do Município de Monte Carlo.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

I. Acompanhar e controlar, em todos os níveis, a distribuição dos recursos financeiros do FUNDEB Municipal;

II. Acompanhar e controlar, junto aos órgãos competentes do Poder Executivo e ao Banco do Brasil, os valores creditados e utilizados à conta de FUNDEB;

III. Supervisionar a realização do censo escolar, no que se refere às atividades de competência do Poder Executivo Municipal, relacionadas ao preenchimento e encaminhamento dos formulários de coleta de dados, especialmente no que tange ao cumprimento dos prazos estabelecidos;

IV. Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual do Município, especialmente no que se refere à adequada alocação dos recursos do FUNDEB, observando-se o cumprimento dos percentuais legais de destinação dos recursos;

V. Acompanhar, mediante verificação de demonstrativos gerenciais disponibilizados pelo Poder Executivo, o fluxo e a utilização dos recursos do FUNDEB, conforme disposto no art. 25 da Medida Provisória nº 339/06;

VI. Exigir do Poder Executivo Municipal a disponibilização da prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB, em tempo hábil à análise e manifestação do Conselho no prazo regulamentar;

VII. Manifestar-se, mediante parecer gerencial, sobre as prestações de contas do Município, de forma a restituí-las ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para sua apresentação ao Tribunal de Contas competente, conforme Parágrafo Único do art. 25 da Medida Provisória 339/06;

VIII. Observar a correta aplicação do mínimo de 60% dos recursos do Fundo na remuneração dos profissionais do magistério, especialmente em relação à composição do grupo de profissionais, cujo pagamento é realizado com essa parcela mínima legal de recursos;

IX. Exigir o cumprimento do plano de carreira e remuneração dos profissionais do magistério, especialmente no que tange aos impedimentos para integrar o Conselho e para o exercício da presidência e vice-presidência do colegiado, descritos nos §§ 5º e 6º do art. 24 da Medida Provisória 339/06;

X. Zelar pela observância dos critérios e condições estabelecidos para o exercício da função de conselheiro, especialmente no que tange aos impedimentos para integrar o Conselho e para o exercício da presidência e vice-presidência do colegiado, descritos nos §§ 5º e 6º do art. 24 da Medida Provisória 339/06;

XI. Apresentar à Câmara Municipal, ao Poder Executivo Municipal e ao Tribunal de Contas Estadual/Municipal, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, sempre que o Conselho julgar conveniente, conforme Parágrafo Único do art. 25 da Medida Provisória 339/06;

XII. Requisitar, junto ao Poder Executivo Municipal, a Infra-estrutura e as condições materiais necessárias à execução plena das competências do Conselho, com base no disposto no § 10 do art. 24 da Medida Provisória nº 339/06.

XIII. Exercer outras atribuições previstas na legislação federal ou municipal;

§ 1º - O Conselho deve atuar com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal e será renovado

periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

§ 2º - As decisões tomadas pelo Conselho deverão ser levadas ao conhecimento do Poder Público Municipal e da Comunidade.

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º. O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB terá a seguinte composição, de acordo com o artigo da Lei Municipal n.º 592/2007, de 15 de outubro de 2007, alterada pela Lei 682/2009 de 09 de março de 2009 conforme o estabelecido no inciso IV do § 1º do art. 24 da Medida Provisória nº 339, de 28/12/2006:

- I. Um representante da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente, indicado pelo Poder Executivo Municipal;
- II. Um representante dos professores da educação básica pública municipal;
- III. Um representante dos diretores das escolas públicas municipais;
- IV. Um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;
- V. Dois representantes de pais de alunos da educação básica pública municipal;
- VI. Dois representantes dos estudantes da educação básica pública municipal;
- VII. Um representante do Conselho Municipal de Educação (caso exista no município);
- VIII. Um representante do Conselho Tutelar (caso exista no município).

§ 1º. Outros segmentos podem ser representados no Conselho, desde que definido na legislação municipal e que seja observada a paridade/ equilíbrio na distribuição das representações.

§ 2º. A cada membro titular corresponderá um suplente.

§ 3º. Os membros titulares e suplentes terão um mandato de dois anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez.

§ 4º. A nomeação dos membros ocorrerá a partir da indicação ou eleição por parte dos segmentos ou entidades previstas neste artigo.

§ 5º. Caberá ao membro suplente completar o mandato do titular e substituí-lo em suas ausências e impedimentos.

§ 6º. São impedidos de integrar o Conselho:

- I. Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais;
- II. Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do FUNDEB, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;
- III. Estudantes que não sejam emancipados; e
- IV. Pais de alunos que:
 - a) Exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal; ou
 - b) Prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

DO FUNCIONAMENTO

Das reuniões

Art. 4º. As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas trimestral, conforme programado pelo colegiado.

Parágrafo Único. O Conselho poderá se reunir extraordinariamente por convocação do seu presidente ou de um terço dos seus membros.

Art. 5º. As reuniões serão realizadas com a presença da maioria dos membros do Conselho.

§ 1º. A reunião não será realizada se o quórum não se completar até 30 (trinta) minutos após a hora designada, lavrando-se termo que mencionará os conselheiros presentes e os que justificadamente não compareceram.

§ 2º. Quando não for obtida a composição de quórum, na forma do parágrafo anterior, será convocada nova reunião, a realizar-se dentro de dois dias, para a qual ficará dispensada a verificação de quórum.

§ 3º. As reuniões serão secretariadas por um dos membros, escolhido pelo presidente, a quem competirá a lavratura das atas.

Da ordem dos trabalhos e das discussões Art. 6º. As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:

- I. Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
- II. Comunicação da Presidência;
- III. Apresentação, pelos conselheiros, de comunicações de cada segmento;
- IV. Relatório das correspondências e comunicações, recebidas e expedidas;
- IV. Ordem do dia, referente às matérias constantes na pauta da reunião.

Das decisões e votações

Art. 7º. As decisões nas reuniões serão tomadas pela maioria dos membros presentes.

Art. 8º. Cabe ao presidente o voto de desempate nas matérias em discussão e votação.

Art. 9º. As decisões do Conselho serão registradas no livro de ata.

Art. 10. Todas as votações do Conselho poderão ser simbólicas ou nominais, a critério do colegiado.

§ 1º. Os resultados da votação serão comunicados pelo presidente.

§ 2º. A votação nominal será realizada pela chamada dos membros do Conselho.

Da presidência e sua competência

Art. 11. O presidente e o vice-presidente do Conselho serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar essas funções o representante do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único. O presidente será substituído pelo vice-presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 12. Compete ao presidente do Conselho:

- I. Convocar os membros do Conselho para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II. Presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;
- III. Coordenar as discussões e tomar os votos dos membros do Conselho;
- IV. Dirimir as questões de ordem;
- V. Expedir documentos decorrentes de decisões do Conselho;
- VI. Aprovar "ad referendum" do Conselho, nos casos de relevância e de urgência, matérias que dependem de aprovação pelo colegiado;
- VII. Representar o Conselho em juízo ou fora dele.
- VIII.

Dos membros do Conselho e suas competências

Art. 13. A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB, de acordo com § 8º do artigo 24 da Medida Provisória nº 339/06:

- I – Não sera remunerada;
- II - É considerada atividade de relevante interesse social;
- III - Assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e
- IV - Veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:
 - a) Exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
 - b) Atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e
 - c) Afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

Art. 14. Perderá o mandato o membro do Conselho que faltar a quatro reuniões consecutivas ou a seis intercaladas durante o ano.

Art. 15. Compete aos membros do Conselho:

- I. Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II. Participar das reuniões do Conselho;
- III. Estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem distribuídas pelo presidente do Conselho;
- IV. Sugerir normas e procedimentos para o bom desempenho e funcionamento do Conselho;
- V. Exercer outras atribuições, por delegação do Conselho.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. As decisões do Conselho não poderão implicar em nenhum tipo de despesa.

Art. 17. Eventuais despesas dos membros do Conselho, no exercício de suas funções, serão objeto de solicitação junto à Secretaria Municipal de Educação, comprovando-se a sua necessidade, para fins de custeio.

Art. 18. Este Regimento poderá ser alterado em reunião extraordinária, expressamente convocada para esse fim, e por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 19. O Conselho, caso julgue necessário, definirá os relatórios e os demonstrativos orçamentários e financeiros que deseja receber do Poder Executivo Municipal.

Art. 20. O Conselho, sempre que julgar conveniente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Secretário de Educação Municipal ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do FUNDEB, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias, de acordo com o inciso II, Parágrafo Único, art. 25 da Medida Provisória nº 339/06.

Art. 21. Nos casos de falhas ou irregularidades, o Conselho deverá solicitar providências ao chefe do Poder Executivo e, caso a situação requeira outras providências, encaminhar representação à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Município/Estado e ao Ministério Público.

Art. 22. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionados por deliberação do Conselho, em qualquer de suas reuniões, por maioria de seus membros presentes.

MONTE CARLO 22 DE DEZEMBRO DE 2017
SONIA SALETE VEDOVATTO
PREFEITA MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 1093/2017

Publicação Nº 1472814

LEI MUNICIPAL Nº 1093, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I**DO ORÇAMENTO GERAL, DA RECEITA, DA DESPESA E
DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA****SEÇÃO I****DO ORÇAMENTO GERAL**

Art.1º. O Orçamento Geral do Município de Monte Carlo para o Exercício Financeiro de 2018, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 33.382.009,60 (trinta e três milhões, trezentos e oitenta e dois mil, nove reais e sessenta centavos).

SEÇÃO II**DA RECEITA**

Art.2º. A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminados nos quadros anexos a esta lei, os quais fazem parte integrante e inseparável da mesma e terá o desdobramento especificado no quadro adiante transcrito.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES EM R\$ (REAIS)
1-RECEITAS CORRENTES	30.272.000,00
1-1-Receita Tributária	2.990.000,00
1-3-Receita Patrimonial	58.000,00
1.4-Receita Agropecuária	16.000,00
1.6-Receita de Serviços	1.114.000,00
1.7-Transferencias Correntes	28.762.000,00
(-)- Dedução de Receitas Correntes	-2.928.000,00
1.9-Outras Receitas Correntes	260.000,00
2-RECEITAS DE CAPITAL	3.110.009,00
2.2-Alienação de Bens	160.000,00
2.4-Transferências de Capital	2.950.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	33.382.009,60

SEÇÃO III**DA DESPESA**

Art.3º. O Orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2018 fixa as Despesas Orçamentárias na seguinte forma e valores:

I- as Despesas da Prefeitura Municipal em R\$ 23.695.225,10 (vinte e três milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, duzentos e vinte e cinco reais e dez centavos);

II- as Despesas do Fundo Municipal de Saúde em R\$ 8.369.978,85 (oito milhões, trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos);

III- as Despesas do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros em R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais);

IV- as Despesas da Câmara Municipal de Vereadores em R\$ 1.176.805,65 (hum milhão, cento e setenta e seis mil, oitocentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

SUBSEÇÃO I**DA DESPESA DA PREFEITURA**

Art.4º. A Despesa da Prefeitura Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei e obedecerá a classificação e valores especificados no quadro adiante transcrito.

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALORES EM R\$ (REAIS)
3-DESPESAS CORRENTES	19.144.300,00
3-1-Pessoal e Encargos Sociais	12.744.000,00
3-3-Outras Despesas Correntes	6.400.300,00
4-DESPESAS DE CAPITAL	4.534.925,10
4.4-Investimentos	4.534.925,10
9-RESERVA DE CONTIGÊNCIA	16.000,00
9.9- Reserva de Contingência	16.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	23.695.225,10

SUBSEÇÃO II**DA DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Art.5º. A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei e obedecerá a classificação e valores especificados no quadro adiante transcrito.

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALORES EM R\$ (REAIS)
3-DESPESAS CORRENTES	7.213.978,85
3-1-Pessoal e Encargos Sociais	2.569.978,85
3-3-Outras Despesas Correntes	4.644.000,00
4-DESPESAS DE CAPITAL	1.156.000,00
4.4-Investimentos	1.156.000,00
TOTALGERAL DA DESPESA	8.369.978,85 ,00

SUBSEÇÃO III**DA DESPESA DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO****DO CORPO DE BOMBEIROS**

Art.6º. A Despesa do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei e obedecerá a classificação e valores especificados no quadro adiante transcrito.

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALORES EM R\$ (REAIS)
3-DESPESAS CORRENTES	80.000,00
3-3-Outras Despesas Correntes	80.000,00
4-DESPESAS DE CAPITAL	60.000,00
4.4-Investimentos	60.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	140.000,00

SUBSEÇÃO IV**DA DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

Art.7º. A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei e obedecerá a classificação e valores especificados no quadro adiante transcrito.

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALORES EM R\$ (REAIS)
3-DESPESAS CORRENTES	1.156.805,65 ,00
3-1-Pessoal e Encargos Sociais	1.000.000,00
3.3-Outras Despesas Correntes	156.805,65
4-DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
4.4- Investimentos	20.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.176.805,65

SEÇÃO IV**DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

Art.8º. Os Recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de Passivos Contingentes, conforme estabelecido no Anexo IX da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a classificação e valores especificados no quadro adiante transcrito.

I- Passivo Contingente	16.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	16.000,00

Art.9º. A utilização e a movimentação dos recursos da Reserva de Contingência será feita por Decreto Executivo expedido pela Prefeitura Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificados na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CAPÍTULO II**DA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS****SEÇÃO I****DA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES**

Art.10. A Prefeitura Municipal fica autorizada a promover através da Expedição de Decreto Executivo, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal Nº 4.320/64 e na forma estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias a abertura de créditos adicionais suplementares, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa fixada para o orçamento de 2018, utilizando como fonte de recursos:

I- o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II- II- a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III- o superávit do exercício financeiro anterior.

PARAGRAFO ÚNICO- Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais Específicas aprovadas no exercício e o excesso de arrecadação das receitas de capital decorrentes de convênios recebidos.

SEÇÃO II**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art.11. As despesas por conta de dotação vinculada a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art.12.81Durante o Exercício Financeiro de 2018, a Prefeitura Municipal poderá realizar e contratar Operações de Crédito para financiamento de programas e projetos, mediante Prévia Autorização Legislativa Específica para cada caso.

Art.13. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, a Prefeitura Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação, mediante Prévia Autorização Legislativa Específica para cada caso.

Art.14. Fica a Prefeitura Municipal autorizada a firmar em nome do Município, convênios para receber bens, verbas ou recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art.15. Esta lei entra em vigor na data de 1º de Janeiro de 2018 e vigorará em todo o Exercício Financeiro até a data de 31 de Dezembro de 2018.

Art.16. Ficam revogadas as disposições em contrario.
on

Monte Carlo, 21 de DEZEMBRO de 2017.
SONIA SALETE VEDOVATTO
PREFEITA MUNICIPAL

Morro Grande

PREFEITURA

RESOLUÇÃO EDUCAÇÃO 1

Publicação Nº 1472809

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- CME

RESOLUÇÃO CME Nº 03/2017

Regulamenta a implantação da sistemática de avaliação do processo ensino-aprendizagem na Rede Municipal de Ensino de Morro Grande

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MORRO GRANDE, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o disposto na Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Lei do Sistema Municipal de Ensino do município, após deliberação:

RESOLVE:

Art. 1º O processo de avaliação da aprendizagem reger-se-á por esta Portaria a partir do ano letivo de 2018.

Parágrafo único. A unidade escolar deverá fazer constar no seu Projeto Político Pedagógico/PPP o que prevê a Lei 570/2005, assim como as designações desta Portaria, a fim de adotar processos avaliativos da aprendizagem do estudante que abranjam conceitos/conteúdos, habilidades e competências articuladamente nas diferentes áreas do conhecimento.

Art. 2º A avaliação da aprendizagem do estudante deverá ser registrada no diário de classe do professor ou documentos equivalentes, impressos ou on-line, incluídos os procedimentos de recuperação paralela.

§1º Entende-se por recuperação paralela a retomada pedagógica dos conceitos/conteúdos não apropriados pelo estudante em determinado período letivo, sendo de responsabilidade da escola e do professor da área do conhecimento ou da disciplina escolar fazer constar no planejamento (replanejamento).

§2º Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer, a título de recuperação paralela, novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação, quando verificado o rendimento insuficiente, nos termos do estabelecido nesta Portaria, durante os bimestres, antes do registro das notas ou conceitos bimestrais.

§3º Para atribuição de nota ou conceito, resultante da avaliação das atividades de recuperação paralela, previsto no parágrafo anterior, deverá ser utilizado o mesmo peso da que originou a necessidade de recuperação, prevalecendo o resultado maior obtido.

§4º O professor deverá registrar no Diário de Classe e ou no sistema Online, além das atividades regulares, as atividades de recuperação de estudos e seus resultados, bem como, a frequência dos alunos.

Art. 3º Caberá ao Conselho de Classe a decisão final a respeito da avaliação da aprendizagem e rendimento do estudante, devendo ser registrado no sistema ao final de cada bimestre.

§ 1º O Conselho de Classe é composto pelos professores da turma, pela direção do estabelecimento ou seu representante, pela equipe pedagógica da escola, pelos estudantes e pelos pais ou responsáveis, quando for o caso.

§ 2º A representação do Conselho de Classe deverá ser de, no mínimo, 51% dos participantes e o resultado deverá ser registrado em ata.

Art. 4º A sistemática de avaliação e os registros dos resultados no Sistema serão bimestrais.

Art. 5º O registro do resultado da avaliação será expresso de forma numérica, de um (1) a dez (10), com fração de 0,5.

§ 1º Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (EF), o registro da avaliação será descritivo, no decorrer do ano letivo, e transformado em valores numéricos quando o estudante se transferir, caso seja necessário.

§ 2º Nos primeiros, segundos e quartos anos dos Anos Iniciais do EF será registrada apenas a frequência anual e, se o aluno atingir o estabelecido em Lei, automaticamente o Sistema registrará AP (aprovado).

§ 3º Nos terceiros e quintos anos dos Anos Iniciais do EF registrar-se-á no Sistema uma expressão numérica de um (1) a dez (10), ao final do último bimestre letivo, com parâmetro para retenção à expressão numérica inferior a seis (6).

§ 4º O registro citado no parágrafo anterior, no terceiro ano, observará a aprendizagem ao longo do

primeiro, segundo e terceiro ano; no quinto ano, observará a aprendizagem do quarto e do quinto ano.

Art.6º Ter-se-ão como aprovados, quanto ao rendimento em todas as etapas e modalidades da Educação Básica e Profissional, os alunos que:

I - obtiverem a média anual igual ou superior a seis (6) em todas as disciplinas;

II - não será adotado exame final em nenhum ano ou série letiva, tampouco, na Educação de Jovens e Adultos;

III- para efeito de cálculo do resultado de aprovação, deve-se aplicar a fórmula: Soma da média dos bimestres $\div 4 >$ ou $= 6$ (seis);

IV- ter-se-á como reprovado o aluno que obtiver média final inferior a 6 (seis).

Art. 7º Os professores da Educação Infantil também deverão registrar a avaliação descritiva dos alunos do Ensino Infantil

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 26 de dezembro de 2017.

Jossemar Antonio Daniel

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Navegantes

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 308/2017

Publicação Nº 1472906

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 308/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: EDITORA POSITIVO LTDA.

Vigência : - Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018.

Licitação : Concorrência nº 202/2013.

Valor Total: R\$ 2.462.472,00

Recursos : Dotação: 2.044 2.046 3.3.90.00.00./2.046 3.3.90.00.00.00.

Objeto : Quinto Termo Aditivo a Prorrogação/Renovação do Contrato nº 045/2014, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE ENSINO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PEDAGÓGICO, TREINAMENTO E SUPORTE CONTINUADO PARA DOCENTES, DESTINADOS AOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NAVEGANTES/SC, conforme Concorrência nº 202/2013.

Navegantes, 07 de dezembro de 2017.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 349/2017

Publicação Nº 1473073

Extrato Contratual PMN Nº 349/2017

Contrato Nº.: 349/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 08.160.936/0001-91.

Valor Total: R\$ 982.485,31* (novecentos e oitenta e dois mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e trinta e um centavos).

Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 30/06/2018.

Licitação : CC113/2014.

Recursos : Dotação: 2.115.3.3.90.00.00.00.00.00

Objeto : Quarto Termo Aditivo visando a Prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato nº 002/2015, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS OPERACIONAIS E MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO DA REDE DE AGUA TRATADA, SERVIÇOS DE CORTES, RELIGAÇÃO, LIGAÇÃO DE AGUA, INSTALAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E AFERIÇÃO DE HIDROMETROS, GEOFONAMENTO, RECUPERAÇÃO DE VIAS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HIDRANTES E MANUTENÇÃO ELETROMECANICA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Concorrência nº 113/2014.

*Valor estimado ao período contratado conforme solicitação Secretaria de Saneamento Básico.

**Valor Global Contrato principal: R\$ 1.767.560,43* (um milhão setecentos e sessenta e sete mil quinhentos e sessenta reais e quarenta e três centavos).

Serviços Contínuos

Navegantes, 18 de dezembro de 2017.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 350/2017

Publicação Nº 1472915

EXTRATO CONTRATUAL Nº 350/2017

Processo: IL196/2017

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A "BANDA INCANDESCENTE" A SER REALIZADO NA PRAÇA CENTRAL DA PRAIA DE NAVEGANTES NO DIA 31/12/2017 COM INÍCIO PREVISTO PARA AS 22:00H E DURAÇÃO MÍNIMA DE 01H 30MIN, DE ACORDO COM AS FESTIVIDADES DE 2017, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DE NAVEGANTES/SC, CONFORME INEXIGIBILIDADE Nº 196/2017.

Empresa: DIRCEU ANACLETO MEI

CNPJ: 22.706.585/0001-00.

Valor: R\$ 5.800,00

Recursos: 2.060 3.3.390.00.00.00.

Vigência: 18/12/2017 – 17/01/2018.

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 18 de dezembro de 2017.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A "NBLA" A SER REALIZADO NA PRAÇA CENTRAL DA PRAIA DE NAVEGANTES A SER REALIZADO NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2017, COM INÍCIO PREVISTO PARA AS 23:45 HRS, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO DAS FESTIVIDADES DE 2017, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DE NAVEGANTES/SC.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 366/2017

Publicação Nº 1473069

Extrato Contratual PMN 366/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada....: LIZ SERVIÇOS ONLINE.

CNPJ: 03.725.725/0001-35.

Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018.

Valor: R\$ 17.604,48

Licitação : Inexigibilidade nº 096/2015.

Recursos : Dotação: 2.013 3.3.90.00.00.00.

Objeto : Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 131/2015, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO ON-LINE DOS ATOS OFICIAIS DESSE MUNICÍPIO (LEI ORGÂNICA, LEIS COMPLEMENTARES, LEIS ORDINÁRIAS E DECRETOS) NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES - INTERNET, UTILIZANDO AVANÇADA TECNOLOGIA DE HARDWARE E SOFTWARE. , CONFORME INEXIGIBILIDADE Nº 96/2015.

*renovação contratual.

Navegantes, 20 de dezembro de 2017.

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 351/2017 / 352/2017

Publicação Nº 1472899

EXTRATO CONTRATUAL Nº 351/2017

Processo: Concorrência Nº 97/17

Contratado: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 260/2017, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENROCAMENTO COM COLOCAÇÃO DE PEDRAS, PASSEIO PÚBLICO (DECK DE MADEIRA), CICLOVIA E ESTRUTURA DE CONCRETO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), PARA RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS DESTRUÍDAS NA PRAIA DO BAIRRO GRAVATÁ, COM RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL PROCESSO Nº 59053.000041/2016-07, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC, CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 97/2017.

Vigência: 19/12/2017 – 08/05/2018

Recursos: 1.109.4490.00 (13400)

Navegantes, 18 de dezembro de 2017.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 352/2017

Processo: Concorrência Nº 97/17

Contratado: CONSTRUTORA NATINHO LTDA - EPP

CNPJ: 07.544.753/0001-07

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CNPJ: 03.574.370/0001-20

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 261/2017, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENROCAMENTO COM COLOCAÇÃO DE PEDRAS, PASSEIO PÚBLICO (DECK DE MADEIRA), CICLOVIA E ESTRUTURA DE CONCRETO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), PARA RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS DESTRUÍDAS NA PRAIA DO BAIRRO GRAVATÁ, COM RECURSOS ORIUNDOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL PROCESSO Nº 59053.000041/2016-07, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE NAVEGANTES/SC, CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 97/2017.

Vigência: 19/10/2017 – 08/05/2018

Recursos: 1.109.4490.00 (13400)

Navegantes, 18 de dezembro de 2017.

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 364/2017 / 365/2017.

Publicação Nº 1472979

EXTRATO CONTRATUAL Nº 364/2017

Processo: IL198/2017

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A "NBLA" A SER REALIZADO NA PRAÇA CENTRAL DA PRAIA DE NAVEGANTES A SER REALIZADO NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2017, COM INICIO PREVISTO PARA AS 23:45 HRS, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO DAS FESTIVIDADES DE 2017, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DE NAVEGANTES/SC, conforme inexigibilidade nº 198/2017.

Contratada: BANDA NBLA

Representante: Ruy Roger Penz

CPF: 033.874.238-50

Valor: R\$ 4.200,00

Recursos: 2.060 3.3.90.00.00.00

Vigência: 19/12/2017 – 18/01/2018

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 19 de dezembro de 2017.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 365/2017

Processo: IL199/2017

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A DUPLA SERTANEJA "GYAN E JUNIOR" A SER REALIZADO NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2017 NA PRAÇA ORLANDO FERREIRA EM MEIA PRAIA -NAVEGANTES COM INICIO PREVISTO AS 23:45 HRS, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO DAS FESTIVIDADES DE 2017, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DE NAVEGANTES/SC, conforme inexigibilidade nº 199/2017.

Contratada: Gyan e Junior

Representante: Gian Schiesl

CPF: 103.233.369-30

Valor: R\$ 4.500,00

Recursos: 2.060 3.3.90.00.00.00

Vigência: 19/12/2017 – 18/01/2018

Fundamento: Art. 25, Lei 8.666/93.

Navegantes, 19 de dezembro de 2017.

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 346/2017

Publicação Nº 1474183

DECRETO Nº 346/2017 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS “PROVIDÊNCIAS “

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente disposto na Lei Municipal nº 1.101/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º- Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município Nova Itaberaba no exercício 2017, no valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais) no Projeto Atividade 2.008 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental, na modalidade de aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta, na Fonte 01.18 – Transferência do Fundeb 99%, conforme programação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.008 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.1.18 – Transferência do Fundeb 99%

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento de Fonte de Recursos R\$ 16.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do produto do provável Excesso de Arrecadação da fonte de recursos 0.1.18 – nas Rubricas 1.3.2.5.01.02.00. – Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados Fundeb e 1.7.2.4.01.01 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de acordo com o estabelecido no art. 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.101/2016 art. 5º.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 514, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1473102

DECRETO N.º 514, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

"NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SERGIO ALBERTO SPILERE, Prefeito Municipal de Nova Veneza em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, criado pela Lei Municipal n.º 2.308, de 29 de novembro de 2013, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) TITULAR: Ricardo Mazzorana Albuquerque dos Santos;
- b) SUPLENTE: Patrícia Bristot de Bem.

II – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

- a) TITULAR: Maristela Regina Vitali Cúnico;
- b) SUPLENTE: Cledinei Policarpi.

III – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) TITULAR: Fátima de Souza Damin;
- b) SUPLENTE: Janaina Bordignon Policarpi.

IV – Representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo:

- a) TITULAR: Heriton Luciano Sandrini;
- b) SUPLENTE: Gabriel da Conceição.

V – Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- a) TITULAR: Joana Maccarini Torquato;
- b) SUPLENTE: Irecê Carneiro de Araújo.

VI - Representante do Caravaggio Futebol Clube:

- a) TITULAR: Evandro de Souza Martins;
- b) SUPLENTE: Marília Daminelli Zanette.

VII - Representantes do Coral Infante Juvenil Os Peregrinos da Montanha:

- a) TITULAR: Janete Machado;
- b) SUPLENTE: Doraneí Amboni Lourenço.

VIII - Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

- a) TITULAR: Karina Spillere Remor;
- b) SUPLENTE: Luana Soratto.

IX - Representante do Grupo Folclórico Ítalo Brasileiro:

- a) TITULAR: Ivogenes Duminelli Niehues;
- b) SUPLENTE: Vanessa Beghini.

X - Representante da Associação Feminina de Assistência Veneziana - AFAVE:

- a) TITULAR: Vera Rosana Rocha Spillere;
- b) SUPLENTE: Sidnei Vitória Ghellere Frigo.

Art. 2º - As nomeações não acarretarão ônus aos cofres públicos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal n.º 334, de 01 de junho de 2017.

Nova Veneza, SC, 11 de dezembro de 2017.

SERGIO ALBERTO SPILERE

Prefeito Municipal e.e

Publicado e Registrado em 11 de dezembro de 2017.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 008/2017

Publicação Nº 1472919

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 008/2017
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada.: CONIMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
Valor : R\$ 261.236,80 (Duzentos e sessenta um mil duzentos e trinta seis reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 03/2017
Recursos : Dotação: 18-60.02-10.301.0016-2.031-3.3.93.00
Objeto : Contratação do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, para a Prestação de Serviços de Saúde de média e alta complexidade para a população do Município e demais finalidades previstas no artigo 5º e 6º do Estatuto Social da Entidade.

Novo Horizonte/SC, em 26 de Dezembro de 2017 – ROGERIO ACACIO MASCARELLO – Gestor FMS

EXTRATO CONTRATUAL FMS Nº 009 E 010/2017

Publicação Nº 1473084

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 009/2017
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC
Valor : R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 04/2017
Recursos : Dotação: 18-60.02-10.301.0016-2.031-3.3.93.00
Objeto : O Presente Contrato de Rateio tem por objeto o rateio das despesas dos serviços especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestafoas aos municípes de Novo Horizonte, em conformidade com as diretrizes do SUS.

Novo Horizonte/SC, em 26 de Dezembro de 2017 – ROGERIO ACACIO MASCARELLO – Gestor FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 010/2017
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC
Valor : R\$ 15.999,96 (Quinze mil novecentos e noventa nove reais e noventa seis centavos)
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 04/2017
Recursos : Dotação: 18-60.02-10.301.0016-2.031-3.3.93.00
Objeto : O Presente Contrato de Rateio tem como objeto o repasse dos recursos financeiros necessários à manutenção das seguintes despesas do CONSÓRCIO: a) Despesas com pessoal e encargos dos empregados; b) Despesas com manutenção das atividades administrativas do Consórcio; c) Despesas de Investimentos.

Novo Horizonte/SC, em 26 de Dezembro de 2017 – ROGERIO ACACIO MASCARELLO – Gestor FMS

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 077/2017

Publicação Nº 1472736

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 077/2017
Contratante.: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
Contratada.: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
Valor : R\$ 6.810,00 (Seis mil oitocentos e dez reais)
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : DIPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 011/2017
Dotação:11-30.01-04.122.0003-2.003-3.3.93.39.00 – 109 – Manutenção da Administração Geral
Objeto : O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela CONTRATADA, aos Sistemas:Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC; Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal - G-CIM; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - G-Simples:

Novo Horizonte/SC, em 22 de Dezembro de 2017 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PL FMS Nº 011/17-DL Nº 003/17

Publicação Nº 1472918

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 011/17
DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 003/17
RATIFICAÇÃO: 26/12/2017
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 26/12/2017
CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
OBJETO: Contratação do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, para a Prestação de Serviços de Saúde de média e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do Município e demais finalidades previstas no artigo 5º e 6º do Estatuto Social da Entidade, para o exercício financeiro 2.018.
VALOR DA DESPESA: R\$ 261.236,80 (Duzentos e sessenta um mil duzentos e trinta seis reais e oitenta centavos)
FUNDAMENTO: inciso XXVI do art. 24 da Lei Federal 8.666-93 e suas posteriores alterações, c/c a Lei Federal nº 11.107/2005, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos, Decreto nº 6.017/2007 e a Lei Municipal nº 380 de 07 de novembro de 2008 de Ratificação do Protocolo de Intenções e Lei Municipal Nº 463/2012, de 29/10/2012, que Ratifica alterações do Protocolo de Intenções e do Estatuto Social do Consórcio Público e Contrato de Programa , e o Contrato de Rateio para o Exercício de 2018.
DATA: 26/12/2017 – ROGERIO ACÁCIO MASCARELLO – GESTOR FMS

EXTRATO DO PL FMS Nº 01217-DL Nº 004/17

Publicação Nº 1473085

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 012/17
DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 004/17
RATIFICAÇÃO: 26/12/2017
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 26/12/2017
CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
OBJETO: O objeto da presente Licitação é a contratação de Consórcio Público para assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Novo Horizonte, integrante da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense – AMNOROESTE, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência.
VALOR DA DESPESA: R\$ 215.999,96 (Duzentos e quinze mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).
FUNDAMENTO: o inciso XXVI do art. 24 da Lei Federal 8.666-93 e suas posteriores alterações, c/c a Lei Federal nº 11.107/2005, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos, Decreto nº 6.017/2007, Lei Federal 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), Lei Federal 8.142/90 e a Lei Municipal nº 156 de 24 de dezembro de 1996 de Ratificação do Protocolo de Intenções, Lei Municipal Nº 563 de 27 de Novembro de 2017, de ratificação das alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, Contrato de Programa.
DATA: 26/12/2017 – ROGERIO ACÁCIO MASCARELLO – GESTOR FMS

EXTRATO DO PL Nº 059/2017-DL Nº 011/2017

Publicação Nº 1472740

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/17

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/17

RATIFICAÇÃO: 22/12/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 22/12/2017

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de Consórcio para prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, para os seguintes serviços:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC
2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM)
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.810,00 (Seis mil oitocentos e dez reais).

FUNDAMENTO: Com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações; e nas Leis Municipais n.º 402, de 25/11/2009 549 de 16/06/2017 e do Contrato de Programa nº 001/2010.

DATA: 22/12/2017 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito

Orleans

PREFEITURA

ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 156/2015 -4

Publicação Nº 1473308

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 156/2015-4 - Contrato Nº: 156/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA
Valor : 18.825,00 (dezoito mil oitocentos e vinte e cinco reais)
Vigência : Início: 31/12/2017 Término: 31/12/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 75/2015
Recursos : Orçamento 2018 – Conforme Lei nº 2.769 de 17 de Outubro de 2017
Objeto : Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.
Orleans, 26 de Dezembro de 2017
JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 42/2017 FMS

Publicação Nº 1473161

Contrato Nº.: 42/2017
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: INGA CAMINHOES LTDA
Valor : 156.500,00 (cento e cinquenta e seis mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 22/12/2017 Término: 31/03/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2017
Recursos : Dotação: 1.029.4.4.90.00.00.00.00 (4)
Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Orleans, 22 de Dezembro de 2017
LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Palmitos

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVOS 12.

Publicação Nº 1473426

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

3º Termo Aditivo ao Contrato: nº 05/2015. Objeto: FICA ADITADA, DE COMUM ACORDO A CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA. Contratada: erich augusto muller. Vigência: 31/12/2018. Palmitos 22/12/2017. Dair Jocely Enge – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

5º Termo Aditivo ao Contrato: nº 01/2014. Objeto: FICA ADITADA, DE COMUM ACORDO A CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA. Contratada: centro comunitário são judas tadeu. Vigência: 31/12/2018. Palmitos 22/12/2017. Dair Jocely Enge – Prefeito.

EXTRATO CONTRATOS PREFEITURA 12.

Publicação Nº 1473423

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 079/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE REPETIDOR DE CELULAR 900MHZ, 23 DBM HOMOLOGADO PELA ANATEL; FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA REPETIDOR DE CELULAR; KIT CABOS RGC; MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO E AJUSTES. Contratada: AGCE Comércio e Indústria de Componentes Eletrônicos LTDA. - ME. Vigência: 31/01/2018. Valor: R\$ 7.620,00. Palmitos 21/12/2017. Dair Jocely Enge – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 080/2017. Objeto: ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM MENOS DE 60 (SESSENTA) ANOS DE IDADE, DE AMBOS OS SEXOS, RESIDENTES EM PALMITOS - SC, INDEPENDENTES E/OU COM DIVERSOS GRAUS DE DEPENDÊNCIA, DE FORMA PROVISÓRIA E, EXCEPCIONALMENTE, DE LONGA PERMANÊNCIA QUANDO ESGOTADAS AS POSSIBILIDADES DE AUTO-SUSTENTO E CONVÍVIO COM OS FAMILIARES, PREVISTO PARA AQUELES QUE NÃO DISPÕEM DE CONDIÇÕES PARA PERMANECER COM A FAMÍLIA, COM VIVÊNCIA DE SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E NEGLIGÊNCIA, EM SITUAÇÃO DE RUA E DE ABANDONO. Contratada: eloide aparecida ody - me. Valor Mensal: R\$ 1.700,00 por pessoa internada. Vigência: 31/12/2018. Palmitos 21/12/2017. Dair Jocely Enge – Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 081/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS IRREGULARES NA RUA SÃO CARLOS E SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NO BALNEÁRIO DA ILHA REDONDA, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Contratada: P & F Pavimentação e saneamento Eireli - ME. Valor: R\$ 202.905,38. Vigência: Após autorização de execução o prazo de vigência do contrato será de 3 (três) meses. Palmitos 22/12/2017. Dair Jocely Enge – Prefeito.

Paraíso

PREFEITURA

PARECER REEQUILIBRIO PR 46/2016

Publicação Nº 1472908

PARECER JURÍDICO

Atendendo ao pedido feito pela Gerente Geral de compras, referente aos atos e decisões a serem tomados quanto aos acontecimentos referentes ao Processo Licitatório nº 46/2016.

Tendo em vista pedido de reequilíbrio econômico financeiro/ realinhamento de preço pela empresa vencedora ABASTECEDORA PEPERI LTDA, a qual alega que houve uma variação de aumento dos preços para o produto ofertado. Assim a empresa requer um reequilíbrio financeiro passando a mercadoria a custar R\$ 3,42, pois a empresa não poderá mais fornecer o produto sem o reajuste do preço.

Analisando a documentação anexa, vê-se que o preço reajustado está demasiadamente elevado, ainda deve-se levar em consideração a necessidade da administração, considerando tais processos licitatórios em questão vencem em Dezembro deste ano (2017), restando apenas poucos dias.

Assim, o parecer é a fim de INDEFERIR o pedido da empresa para reequilíbrio do preço do produto.

É o parecer.

Paraíso, SC 21 de Dezembro de 2017.

CARINE REGINA HANAUER
Procuradora Geral
OAB/SC 48.019

PARECER REEQUILIBRIO PR 46/2016

Publicação Nº 1472907

PARECER JURÍDICO

Atendendo ao pedido feito pela Gerente Geral de compras, referente aos atos e decisões a serem tomados quanto aos acontecimentos referentes ao Processo Licitatório nº 46/2016 e Processo Licitatório nº 43/2017

Tendo em vista pedido de reequilíbrio econômico financeiro/ realinhamento de preço pela empresa vencedora PASINATO SCHMIDT & CIA LTDA ME, a qual alega que houve uma variação de aumento dos preços para Gasolina Comum e Diesel. Assim a empresa requer um reequilíbrio financeiro passando a gasolina comum ao valor de R\$ 4,22 e Diesel S-10 ao valor de R\$ 3,31, pois a empresa não poderá mais fornecer o produto sem o reajuste do preço.

Analisando a documentação anexa, vê-se que o preço reajustado está demasiadamente elevado, ainda deve-se levar em consideração a necessidade da administração, considerando tais processos licitatórios em questão vencem em Dezembro deste ano (2017), restando apenas poucos dias.

Assim, o parecer é a fim de INDEFERIR o pedido da empresa para reequilíbrio do preço do produto Gasolina comum e Diesel S-10.

É o parecer.

Paraíso, SC 21 de Dezembro de 2017.

CARINE REGINA HANAUER
Procuradora Geral
OAB/SC 48.019

PR 66/2017

Publicação Nº 1472963

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2017

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 09 de Janeiro de 2018, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET BANDA LARGA PROVEDOR VIA RÁDIO LINK DEDICADO FULL, SISTEMA WIRELESS, COM 100% DE GARANTIA DE BANDA, 24 HORAS POR DIA, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E JUNTA MILITAR DO MUNICIPIO DE PARAÍSO”.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin,

593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270090), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 26 de Dezembro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

PR 67/2017

Publicação Nº 1472986

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2017

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 10 de Janeiro de 2017, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA REPOSIÇÃO E CONSERVAÇÃO DA RETROESCAVADEIRA RANDON PAT Nº 4867, UTILIZADA PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC. Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270090), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 26 de Dezembro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Paulo Lopes**PREFEITURA****DECRETO 73/2017**

Publicação Nº 1474195

DECRETO Nº 73/2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.683 de 14 de dezembro de 2016, aprova o seguinte Decreto:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação abaixo, no limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 150.000,00

12.361.0004.2.017 – Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 150.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.18.000000 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0.1.18.000000 – Transferência FUNDEB, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 27 de dezembro de 2017.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Sec. Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 080/2017-PMP

Publicação Nº 1473360

COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2017 - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2017 - PMP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Considerando a impugnação apresentada pela empresa Coringa Comércio e Representações de Equipamentos Eletrônicos de Segurança Ltda., por meio do protocolo nº 00370004239/2017 em anexo, comunicamos que está SUSPENSO o Pregão Presencial nº 080/2017-PMP, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em instalação de câmeras de monitoramento a serem instaladas nos bairros do município de Penha/SC juntamente com hospedagem e software de transmissão e acompanhamento de imagens em tempo real, conforme solicitação nº 1742/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo, cuja abertura da sessão estava agendada para o dia 29 de dezembro de 2017 às 16h00min. Torna-se necessária a suspensão para verificação dos questionamentos levantados pela empresa impugnante visando garantir assim a legalidade do presente processo licitatório e, conseqüente alteração e republicação de Edital, sendo que serão divulgados novos prazos, dando-se a devida publicidade do ato convocatório. A nova data para entrega de envelopes e abertura da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, localizado na Secretaria de Administração de Penha, sita à Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina, das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30 horas, telefone: (047) 3345-0200 ou através do site penha.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios - DOM - diariomunicipal.sc.gov.br.

Penha, 26 de dezembro de 2017.

DIEGO LUIS MATIELLO
Secretário de Administração

ELTON CANTENOR TEIXEIRA
Pregoeiro

CONTRATO Nº 176/2017 - PMP

Publicação Nº 1473054

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA. PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE ENSINO.

CONTRATO Nº 176/2017-PMP de 21/12/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2017-PMP
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2017-PMP
HOMOLOGADO EM 21/12/2017

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa EDITORA POSITIVO LTDA. com sede em Curitiba/PR, na Rua Senador Accioly Filho, n 431, Bairro Cidade Industrial, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.719.613/0001-33, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Emerson Walter dos Santos, diretor executivo, inscrito no CPF sob nº 162.327.328-55, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem como objeto o fornecimento de Sistema de Ensino que disponibilize Materiais Didáticos, destinados a alunos e professores da Educação Infantil para a Rede Municipal de Ensino do Município de Penha/SC, contemplando Livros Didáticos, serviço de Formação Continuada, um Ambiente Virtual contendo conteúdos educacionais para atender a Secretaria de Educação e Cultura, conforme solicitação nº 1498/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as especificações, quantidades e condições estabelecidas no edital e Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

Item	Objeto	Especificação	Tipo de Unidade	Qtde de alunos/ Nível de ensino	Valor Unitário de Coleção por aluno/ano
------	--------	---------------	-----------------	---------------------------------	---

1	Sistema De Ensino	Sistema de Ensino que disponibilize Materiais didáticos, destinados a alunos e professores do Ensino Fundamental para a Rede Municipal de Ensino do Município de Penha/SC, contemplando livros didáticos, serviço de Formação continuada, um ambiente virtual contendo conteúdos educacionais.	Serviço	Ensino Fundamental I 1.700 alunos (um mil e setecentos alunos)	R\$ 407,60 Quatrocentos e sete reais e sessenta centavos)
				Ensino Fundamental II 700 alunos (setecentos alunos)	R\$ 431,24 Quatrocentos e trinta e um reais e vinte e quatro centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 994.788,00 (novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e oitenta e oito reais).

2.1 - O pagamento do preço pactuado será efetuado em até 30 (trinta) dias, de acordo com a entrega efetuada, devendo a Contratada emitir as respectivas as Notas Fiscais/faturas que serão devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do objeto da licitação, de acordo com as condições do edital, do Termo de Referência e proposta vencedora e demais exigências administrativas em vigor.

2.3 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

2.4 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.5 - Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

2.6 - Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades assumidas na licitação, quaisquer que sejam, nem implicará no seu recebimento definitivo.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta da seguinte dotação orçamentária pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Educação e Cultura:

Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura

Unidade: 02 - Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.027 - Funcionamento e Manutenção do Salário Educação

Elemento: (88) 3.3.90.00.00.00.00.0617 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, o fornecimento conforme especificações abaixo:

a) Os serviços/produtos objeto do Edital, deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias a contar da data do pedido efetuado formalmente pela Secretaria de Educação, mediante emissão de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos. No caso do objeto adquirido apresentar problemas, a Secretaria Requisitante notificará a empresa Contratada para substituí-la no prazo de 05 (cinco) dias úteis por suas próprias expensas.;

b) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira em estrita observância ao Anexo I – Termo de Referência, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

c) Cumprir o fornecimento do objeto, não sendo aceito aquele que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento e do Anexo I – Termo de Referência, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

d) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

e) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

f) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou

paralisação de qualquer natureza;

g) A falta de mão de obra, materiais, equipamentos ou outros que sejam necessários à execução do objeto não poderão ser alegados como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

h) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

i) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

j) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

k) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

l) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;

m) Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus o objeto, no prazo de até 5 (cinco) dias, caso constatadas divergências nas especificações.

7.1 - O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA

8 – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA

9 – São obrigações do MUNICÍPIO:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato;

II - Efetuar o pagamento referente ao objeto do presente Contrato, na forma e nos prazos acordados;

III - Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto do presente instrumento.

IV – Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços ou fornecimento de materiais, utilizando-se da forma escrita, para que esta possa tomar as medidas necessárias;

V - Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, documentação e demais informações que sejam necessárias e devidamente autorizadas para o bom desempenho das funções.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.

c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 – O objeto será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade do produto/serviço com a especificação e definitivamente após a verificação de exame quantitativo e qualitativo.

12.1 - O exame qualitativo ficará condicionado às especificações constantes no edital.

12.2 - O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização do produto/serviço no ato da entrega, reservando-se o Município de Penha, o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre o mesmo em condições satisfatórias ou não atendam às especificações deste Edital.

12.1 - O fornecimento do objeto contratado será acompanhado e fiscalizado por responsável da Secretaria de Educação e Cultura, a quem caberá fiscalizar com poder de veto.

12.2 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

15.1 - O Município de Penha reserva-se o direito de adquirir quantidades inferiores às licitadas, se as suas necessidades assim o exigirem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

18.2 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

18.3 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo as disposições do Código Civil e do Direito Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 21/12/2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito

Contratante

EDITORA POSITIVO LTDA.

Emerson Walter dos Santos

Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Geral - OAB/SC: 13.723

Portaria nº 01/2017

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 131/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2017

Publicação Nº 1472927

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 131/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2017

Fica REVOGADO o Processo de Licitação nº 131/2017 – Pregão Presencial nº 59/2017, cujo o objeto é contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área de consultoria municipal para fins de captação de recursos e acompanhamento de processos e projetos de interesse municipais junto a órgãos e instituições federais. Ocorre que após a publicação ficou apurado que o edital necessitava de adequações quanto ao seu objeto e prazo de vigência. Diante disso, fica demonstrado o interesse público decorrente de fato superveniente (art. 49 da Lei n. 8666/93), razão pela qual fica REVOGADO o edital acima citado.

Peritiba/SC 26 de Dezembro de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 132 PREGÃO PRESENCIAL 60/2017

Publicação Nº 1473457

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 132/2017 – Pregão Presencial 60/2017.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 1º quadrimestre de 2018 (complementar).

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h do dia 12/01/2018.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 12/01/2018.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 26 de Dezembro de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 133 - PREGÃO PRESENCIAL 61/2017

Publicação Nº 1473460

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 133/2017 – Pregão Presencial 61/2017.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica com sede ou representante legal em Brasília, para a prestação de serviços de consultoria municipal nos órgãos e instituições federais sediados na Capital Federal (Brasília) para fins de captação de recursos e acompanhamento de processos e projetos de interesse municipal.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 15/01/2018.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 15/01/2018.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento

de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 26 de Dezembro de 2017
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 134 - PREGÃO PRESENCIAL 62/2017

Publicação Nº 1473461

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 134/2017 – Pregão Presencial 62/2017.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição peças para manutenção e conservação das Ensiladeiras (Colhedora de forragens, acoplável a trator agrícola) do Município de Peritiba.

· Processo licitatório destinado exclusivamente aos interessados qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou empreendedor individual.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 11/01/2018.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h00min do dia 11/01/2018.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal de Peritiba

RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 135 - PREGÃO PRESENCIAL 63/2017

Publicação Nº 1473463

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 135/2017 – Pregão Presencial 63/2017.

Objeto: Contratação de empresa especializada para recuperação (com fornecimento de peças) do veículo Caminhão Agrale 2014, modelo Agrale 14000.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h30min do dia 15/01/2018.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 14h15min do dia 15/01/2018.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 26 de Dezembro de 2017
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 14/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 07/2017 - FMS

Publicação Nº 1473465

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO FMS

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 14/2017 – Pregão Presencial 07/2017.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para atendimento à farmácia básica do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2018 (complementar).

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 12/01/2018.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 12/01/2018.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

ADRIANO JOSE KRINDGES
Secretário Municipal de Saúde

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS 095/2017

Publicação Nº 1472846

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 095/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 12/01/2018, Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 095/2017, que visa a " REGISTRO DE PREÇOS, COM O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE AS TABELAS DAS MONTADORAS/FABRICANTES, PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS/GENUÍNAS, DE FORMA PARCELADA, PARA SEREM UTILIZADAS EM VEÍCULOS PASSEIO/UTILITÁRIO, AMBULÂNCIA, MICRO-ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, TRATORES, EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E EQUIPAMENTOS PESADOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO ". DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 12/01/2018, até às 09:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 09:30 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br .

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

DECRETO 4729

Publicação Nº 1472813

DECRETO Nº 4.729, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL À DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 1.988 de 22 de dezembro de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito adicional especial à dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 2.296,80 (dois mil duzentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), com a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saúde Com Qualidade

Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

3.3.42.00.00 Execução Orçamentaria Delegada a Municípios

Fonte de recurso: 102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional especial definido no artigo 1º será anulado o valor da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

3.3.90.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Fonte de recurso: 102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 26 de dezembro de 2017.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 472

Publicação Nº 1472843

PORTARIA Nº 472, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

DECLARA EMPOSSADOS OS MEMBROS DA CAMARA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PINHEIRO PRETO E DA CÂMARA DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 858, de 16 de dezembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 1.364, de 07 de julho de 2009, e Lei nº 1481, de 09 de março de 2011,

Considerando o Decreto nº 4.708, de 21 de novembro de 2017, que nomeou os membros indicados pelas respectivas entidades;

Considerando a eleição das diretorias;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam empossados os seguintes membros para compor a Câmara do FUNDEB:

Presidente: MAURO NEY OSMARIN, inscrito no CPF sob nº 817.043.139-53, brasileiro, casado, professor.

Vice-presidente: ROSANA DOS SANTOS, inscrita no CPF nº 019.443.139-82, brasileira, casada, ocupante do cargo em comissão de Diretora Escolar

I – Representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais 1 (um) da Secretaria Municipal da Educação:

Titular: DALVANA SASSO, inscrita no CPF nº 061.808.799-07, brasileira, solteira funcionária pública, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Projetos;

Suplente: SHEILA BARONCELLO, inscrita no CPF nº 066.632.699-17, brasileira, solteira, funcionária pública, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Habitação.

Titular: JUSSARA TREVIZOL EINSWEILER, inscrita no CPF nº 845.501.989-15, brasileira, casada;

Suplente: GIANNA DALMOLIN, inscrita no CPF nº 072.312.399-35 brasileira, solteira, funcionária Pública, ocupante do cargo em comissão de Diretora do Departamento de Ensino

II – Representantes dos professores do Magistério Público Municipal:

Titular: IVÂNIA BEAL BRESSAN, inscrita no CPF nº 657.072.909-82, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de professora;

Suplente: ROSANA BOGONI, inscrita no CPF nº 868.609.359-34, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo professora;

Titular: KARINA CHIARANI FACCIN, inscrita no CPF nº 033.597.389-26, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de professora;

Suplente: VERA LUCI DE OLIVEIRA ZANELLA, inscrita no CPF nº 518.241.169-34, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de professora

III – Representantes dos diretores das Unidades de Educação e Ensino:

Titular: ROSANA DOS SANTOS, inscrita no CPF nº 019.443.139-82, brasileira, casada, ocupante do cargo em comissão de Diretora Escolar;

Suplente: JUSSARA BOESING, inscrita no CPF nº 029.620.869-85, brasileira, casada, ocupante do cargo em comissão de Diretora Escolar;

IV – Representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas:

Titular: JUSTINA INEZ MAZURECK MARIANI, inscrita no CPF sob nº 534345879-34, brasileira, casada, Professora;

Suplente: NAIR DE SOUZA, inscrita no CPF sob nº 375.525.549-91, brasileira, casada, professora.

V – Representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

Titular: MARLENE ORTH MEGIOLARO, inscrita no CPF sob nº 522.047.159-72, brasileira, casada, do lar;

Suplente: ADILSON ZUCCO, inscrito no CPF sob nº 019.879.669-29, brasileiro, casado, funcionário público;

Titular: EDISON CARDOSO DE AGUIAR, inscrito no CPF sob nº 000.156.949-09, brasileiro, casado, empresário;

Suplente: MAURO NEY OSMARIN, inscrito no CPF sob nº 817.043.139-53, brasileiro, casado, professor.

VI – Representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas:

Titular: RUTH BOGONI, inscrita no CPF sob nº 095.200.859-50 brasileira, solteira, estudante;

Suplente: LAURA FRITZEN CORREA, inscrita no CPF sob nº 118.627.299-64, brasileira, solteira, estudante;

Membros do Grêmio Estudantil:

Titular: CAMILA SCARABOTO, inscrita no CPF sob nº 115.063.679-33, brasileira, solteira, estudante;

Suplente: IARA NORA CHIARANI, inscrita no CPF sob nº 079.630.219-70, brasileira, solteira, estudante;

VII - Representante do Conselho Municipal da Educação, indicado por seus pares:

Titular: SOLANGE APARECIDA BATISTA MÂNICA, inscrita no CPF: 927.927.669-77, brasileira, casada, professora;

Suplente: ROSANA BOGONI, inscrita no CPF: 868.306.359-34, brasileira, casada, professora.

VIII - Representante do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, indicado por seus pares:

Titular: ELEDIANE FATIMA GAIO, inscrita no CPF sob nº 049.806.289-90, brasileira, casada, Conselheira Tutelar;
Suplente: ARIANA FRACAZZO CIARINI inscrita no CPF sob nº 053.892.849-25, brasileira, casada, conselheira tutelar.

Art. 2º Ficam empossados para compor a Câmara do Conselho Municipal de Educação, as seguintes pessoas:

Presidente: VERONICE FRITZEN, inscrita no CPF nº 799945209-20, brasileira, casada, ocupante do cargo em comissão de Diretora Escolar;

Vice-presidente: ROSANGELA LIDIVINA GALLAS, inscrita no CPF sob nº 927.922.199-04, brasileira, casada, professora;

1º Secretário: Angela Maria Mazureck Rabuske

2º Secretário: Camila Scarabotto

Comissão do Ensino Fundamental: Marinêz Beal Partyka E Rosana Dos Santos.

Comissão da Educação Infantil: Solange Mânica E Dirley Kunzler Nunes

Comissão do Ensino Médio: Celene Marta Sauer Fritzen Dal Pizzol e Laura Fritzen Correa

Comissão de Legislação e Normas: Jussara Trevizol Einsweiler E Gianna Dalmolin,

Comissão de Planejamento: Rosangela Lidivina Gallas e Alana Zanella De Aguiar

I - Representante da Secretaria Municipal da Educação:

Titular: JUSSARA TREVIZOL EINSWEILER, inscrita no CPF nº 845.501.989-15, brasileira, casada;

Suplente: GIANNA DALMOLIN, inscrita no CPF nº 072.312.399-35 brasileira, solteira, funcionária Pública, ocupante do cargo em comissão de Diretora do Departamento de Ensino

II - Representante do Magistério Público Municipal:

Titular: MARINÊZ BEAL PARTYKA, inscrita no CPF nº 437.589.409-15, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo de professora;

Suplente: SOLANGE MÂNICA, inscrita no CPF nº 927.927.669-72, brasileira, casada, ocupante do cargo efetivo professora;

III - Representante dos Diretores de Unidades de Educação e Ensino:

Titular: VERONICE FRITZEN, inscrita no CPF nº 799945209-20, brasileira, casada, ocupante do cargo em comissão de Diretora Escolar;

Suplente: ROSANA DOS SANTOS, inscrita no CPF nº 019.443.139-82, brasileira, casada, ocupante do cargo em comissão de Diretora Escolar

IV - Representante dos Servidores Técnico Administrativos das escolas básicas públicas:

Titular: ROSANGELA LIDIVINA GALLAS, inscrita no CPF sob nº 927.922.199-04, brasileira, casada, professora;

Suplente: CELENE MARTA SAUER FRITZEN DAL PIZZOL, com CPF:019.001.669-84, brasileira, casada, Professora.

V - Representante dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: ANGELA MARIA MAZURECK RABUSKE: Inscrita sob o CPF: 006.257.459-06, brasileira, casada, professora.

Suplente: DIRLEY KUNZLER NUNES, com CPF:036.183.539-60, brasileira, casada.

VI - Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular: ALANA ZANELLA DE AGUIAR, inscrita no CPF sob nº 087.661.809-37, brasileira, solteira, estudante;

Suplente: GEOVANA MUGNOL, inscrita no CPF sob nº 087.421.459-96, brasileira, solteira, estudante;

Estudantes secundaristas:

Titular: RUTH BOGONI, inscrita no CPF sob nº 095.200.859-50 brasileira, solteira, estudante;

Suplente: LAURA FRITZEN CORREA, inscrita no CPF sob nº 118.627.299-64, brasileira, solteira, estudante;

Membros do Grêmio Estudantil:

Titular: CAMILA SCARABOTTO, inscrita no CPF sob nº 115.063.679-33, brasileira, solteira, estudante;

Suplente: IARA NORA CHIARANI, inscrita no CPF sob nº 079.630.219-70, brasileira, solteira, estudante;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 22 de dezembro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 089/2017

Publicação Nº 1473000

TERMO ADITIVO Nº 089/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 350/2017

TOMADA DE PREÇOS 009/2017

Termo aditivo do contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, consistente na execução de obras de reforma externa da SEDE ADMINISTRATIVA (PREFEITURA) do Município de Pinheiro Preto e construção de rampa de acessibilidade, REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA

POR PREÇO GLOBAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, autorizado através do Processo n 206/2017 e Licitação nº 009/2017, modalidade TOMADA DE PREÇOS, ficando as partes sujeitas, além do presente contrato, aos ditames do edital de licitação declinado e da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: Pedro Rabuske

CONTRATADA: Empresa: FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

CNPJ-MF nº 81.301.350/0001-90

Endereço: RODOVIA SC 135, 1560, NOSSA SENHORA APARECIDA,

Videira-Santa Catarina – CEP 89.560-000

BASE LEGAL: O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º).

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

Contrato Administrativo, Licitação nº 009/2017, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, contrato nº 350/2017, cujo objeto visa a execução de obra de engenharia, consistente na execução de obras de reforma externa da SEDE ADMINISTRATIVA (PREFEITURA) do Município de Pinheiro Preto e construção de rampa de acessibilidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Considerando que o contrato nº 350/2017 tem seu termo final para 17/12/2017;

2.2 Considerando a solicitação e justificativa da empresa, relacionados ao aditivo de contrato contendo a ampliação de alguns serviços prestados;

As partes acima epigrafadas acordam em PRORROGAR O PRAZO do contrato de execução de obra de engenharia nº350/2017, onde seu término será para 17/01/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÃO FINAL

As demais cláusulas do contrato de execução de obra de engenharia nº 350/2017 continuam inalteradas.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 22 de dezembro de 2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO 911/2017

Publicação Nº 1473239

DECRETO Nº 911/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia a Comissão Responsável pelo acompanhamento do Processo Seletivo nº 002/2017 da Secretaria Municipal de Educação e Esportes e Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Comissão responsável pelo acompanhamento do Processo Seletivo nº 002/2017, que visa contratações para a Secretaria Municipal de Educação e Esportes e Fundo Municipal de Saúde,

- a) Karla Riffel da Silva – Presidente da Comissão;
- b) Simone Hachmann - Membro;
- c) Fernandes Antônio Schaitel - Membro;
- d) Saionara Vieira de Azevedo– Membro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 26 de dezembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei nº 226/93
Em 26 de dezembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 912/2017

Publicação Nº 1473241

DECRETO Nº 912/2017, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito suplementar por conta do Excesso de Arrecadação apurado até o mês no valor de R\$ 210.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade: 07.01 – Departamento de Ensino

Projeto/Atividade: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 33 – 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0003 – Pessoal e Encargos 210.000,00

TOTAL: R\$ 210.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da tendência do excesso de arrecadação no exercício nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 0.1.0003 – Fundeb 60%

Valor R\$ 210.000,00

TOTAL: R\$ 210.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 26 de dezembro de 2017.
OLMIR PAULINHO BENJAMINI
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei n. 226/93
Em 26 de dezembro de 2017.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR 089/2017

Publicação Nº 1473237

LEI COMPLEMENTAR Nº 089/2017, de 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA A REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 66/2015, DE 02 DE JANEIRO DE 2015, QUE DISPOE SOBRE A ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 28, DE 02 DE MAIO DE 2017 QUE INSTITUIU O PLANO DE CARGOS, VENCIMENTOS E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PIRATUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS E ALTERA A REDAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 65/2015 DE 02 DE JANEIRO DE 2015 QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PIRATUBA, DAS FUNDAÇÕES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Piratuba aprovou e eu Olmir Paulinho Benjamini, Prefeito do Município de Piratuba, SC, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 50º da Lei Complementar nº 66/2015, de 02 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a alteração da estrutura da lei complementar nº 28, de 02 de maio de 2017 que instituiu o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do Município de Piratuba, estado de Santa Catarina e da outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 50. É instituído o mês de Janeiro de cada ano, como data-base da categoria dos membros do magistério público municipal para a revisão anual de vencimento, tendo como referência a primeira, no ano de 2.018.

Art. 2º Fica alterada a redação do § 5º. art. 62º da Lei Complementar nº 65/2015, de 02 de Janeiro de 2015, que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Piratuba, Das Fundações Municipais, passando a vigorar com a seguinte redação:

§ 5º. Anualmente, sempre no mês de Janeiro, é assegurada a revisão e reposição geral do vencimento, utilizando-se como parâmetro a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, medido e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba – SC, 21 de dezembro de 2017.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei nº 226/93
Em 21 de dezembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1.438/2017

Publicação Nº 1473215

LEI Nº 1.438/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera redação do § 2º do artigo 1º da Lei 917/2007, de 27 de junho de 2007, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder vale alimentação aos servidores ativos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei,

Art. 1º Fica alterado o § 2º do artigo 1º da Lei 917/2007 de 27 de junho de 2007, alterado pela Lei 1.401/2017, de 11 de maio de 2017, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder vale alimentação aos servidores ativos, que passam a ter as seguintes redações:

.....

§ 2º O vale alimentação terá o valor mensal de R\$ 151,67 (cento e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos) e será reajustado anualmente no mês de janeiro, através de ato do Poder Executivo Municipal, utilizando a variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC/IBGE.

.....

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 21 de dezembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei nº 226/93
Em 21 de dezembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1.439/2017

Publicação Nº 1473226

LEI Nº 1.439/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza pagamento de débitos tributários de exercícios anteriores.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar os pagamentos de débitos de natureza tributária, relativos aos exercícios de 2014, 2015 e 2016, conforme segue:

- AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE CNPJ: 04.884.574/0001-20 no valor total de R\$ 2.747,94 (dois mil, setecentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos), decorrentes dos créditos tributários nºs 1.008.003316/17-5, 1.008.003317/17-58 e 1.008.003318/17-11.

Parágrafo único. As despesas previstas no presente artigo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- Projeto/atividade 2.046 – Manutenção da Fundação Municipal de Cultura – Aplicações Diretas - Dotação Orçamentaria 04 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 21 de dezembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial
Conforme Lei nº 226/93
Em 21 de dezembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1.440/2017

Publicação Nº 1473229

LEI Nº 1.440/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza a realizar despesas com a Sociedade Beneficente Piratuba/Ipira e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no inciso XXX do artigo 78 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei 1.431/2017, de 06 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Piratuba, para o exercício de 2018 - LDO e de acordo com o orçamento para o exercício de 2018, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com a SOCIEDADE BENEFICENTE PIRATUBA/IPIRA, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 85.448.264/0001-65, com sede na Rua do Hospital 424, na cidade de Ipira, Estado de Santa Catarina, que tem por objeto a conjugação de esforços para viabilização de atendimento de assistência médica, enfermagem, ambulatorial e hospitalar e na manutenção de serviços de plantão de urgência e emergência e consultas eletivas no atendimento de forma gratuita, utilizando para tanto, as dependências, infraestrutura e equipamentos da referida Sociedade.

§ 1º O termo emergência do presente contrato está alicerçado na Resolução nº 1451/95 do CFM, onde emergência é a consideração médica de agravo à saúde, que implique em risco iminente de vida ou sofrimento intenso.

§ 2º Além do objeto estabelecido no caput do presente artigo fica também a Sociedade autorizada a aplicar recursos na manutenção das atividades da Unidade Hospitalar da Sociedade, inclusive na contratação de profissionais especializados na área de saúde pública.

§ 3º A cooperação financeira prevista no presente artigo corresponderá no valor de até R\$ 193.118,46 (cento e noventa e três mil, cento e dezoito reais e quarenta e seis centavos).

§ 4º O valor estabelecido no § 3º do presente artigo será repassado a Sociedade em 04 (quatro) parcelas conforme cronograma de desembolso estabelecido no Termo de Contrato.

Art. 2º Fica também o Executivo Municipal autorizado a cancelar o repasse dos recursos financeiros em caso de inadimplemento por parte da Contratada de qualquer Cláusula constante do Termo de Contrato, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 21 de dezembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial Conforme Lei nº 226/93 Em 21 de dezembro de 2017	Giovani Gelson Meneghel Secretário Mun. de Administração e Finanças
--	--

LEI Nº 1.441/2017

Publicação Nº 1473232

LEI Nº 1441/2017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Executivo Municipal a realizar despesas com a Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, e nos termos estabelecidos no inciso XXX do artigo 78 da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei 1.431/2017, de 06 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Piratuba, para o exercício de 2018 - LDO e de acordo com o orçamento para o exercício de 2018 faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com a BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL – Hospital São Francisco, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Concórdia (SC), à Rua Marechal Deodoro, nº 915, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.506.030/0002-82, que tem por objeto o estabelecimento de um sistema de cooperação técnico-financeira entre o MUNICÍPIO/FMS e o HOSPITAL, objetivando a manutenção de atendimento médico de urgência e emergência aos habitantes do MUNICÍPIO/FMS, em regime de sobreaviso, no Pronto Socorro do HOSPITAL.

§ 1º O Corpo Clínico do HOSPITAL realizará os atendimentos, mediante escala de sobreaviso nas especialidades de Clínica Médica, Pediatria, Ginecologia/Obstetrícia, Cirurgia Geral, Anestesiologia, Neurocirurgia, Ortopedia e Traumatologia, Cirurgia Vascular e Cardiologia.

§ 2º Além das especialidades do parágrafo anterior, o Corpo Clínico do HOSPITAL realizará os atendimentos nas especialidades de Oftalmologia, Pneumologia, Otorrinolaringologia, Urologia e Psiquiatria, mediante chamados, cujos profissionais serão acionados pelo especialista de uma das áreas descritas no § 1º desta cláusula, que estiver atendendo ao paciente.

§ 3º A cooperação financeira prevista no presente artigo corresponderá ao valor de até R\$ 28.509,24 (vinte e oito mil, quinhentos e nove reais e vinte e quatro centavos).

§ 4º O valor estabelecido no § 3º do presente artigo será repassado ao Hospital em 12 (doze) parcelas conforme cronograma de desembolso estabelecido no Termo de Contrato.

Art. 2º Fica também o Executivo Municipal autorizado a cancelar o repasse dos recursos financeiros em caso de inadimplemento por parte da Contratada de qualquer Cláusula constante do Termo de Contrato, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 21 de dezembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial Conforme Lei nº 226/93 Em 21 de dezembro de 2017	Giovani Gelson Meneghel Secretário Mun. de Administração e Finanças
--	--

LEI Nº 1.442/2017

Publicação Nº 1473233

LEI Nº 1.442/2017, 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Disciplina sobre a obrigação de disponibilização de dispositivo que permita a saída e retorno do participante do evento, sem que tenha que efetuar novamente o pagamento da entrada.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRATUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA, aprova o Projeto de Lei de autoria do Vereador Jhonatan Spricigo, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica a empresa promotora de evento oficial do município, onde houver cobrança de ingresso, obrigada a disponibilização de dispositivo que permita a saída e retorno do participante do evento, sem que tenha que efetuar novamente o pagamento da entrada.

Parágrafo 1º - Os dispositivos se restringem a pulseira de identificação do evento, carimbo ou bilhete de entrada.

Parágrafo 2º - A disponibilização desses dispositivos, bem como a possibilidade de saída e retorno dos participantes sem realizar novo pagamento de entrada, deve ocorrer durante todo o período de realização do evento.

Parágrafo 3º - São eventos oficiais do município, os fixados na Lei no 1106/2010 de 28 de outubro de 2010 e alterada pela Lei no 1225/2013 de 04 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Esta lei deve ficar anexada na bilheteria dos eventos oficiais em fácil visualização dos participantes.

Art. 3º - O não cumprimento dessa lei penaliza a empresa promotora do evento ao pagamento de 1 (uma) unidade fiscal municipal por participante que não receber o dispositivo de retorno.

Parágrafo único – Em caso de impossibilidade de contagem de público, será feita uma estimativa de público presente.

Art. 4º - Revogam-se disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba/SC, em 21 de dezembro de 2017

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei nº 226/93

Em 21 de dezembro de 2017

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Presidente Castello Branco**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2017**

Publicação Nº 1474189

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 161/2017

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	INDREL INDUSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE - LTDA
OBJETO:	Tem por objeto aquisição de equipamentos para atender o Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, na modalidade Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde no Estado de Santa Catarina, através da Proposta Nº 11333.647000/1150-0.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais é de R\$ 6.990,00 (Seis mil e novecentos e noventa reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	06/12/2017 à 31/12/2017.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 72/2015

Publicação Nº 1474188

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 72/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	G BARBIERI ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP
OBJETO:	O presente termo aditivo tem por objeto a aditivação dos serviços de contratação de prestação de Serviços de Engenharia Civil, por 20 horas semanais, realizado por pessoa física ou jurídica, destinados à elaboração de planos e projetos, consultoria e assessoria, fiscalização e execução de obras e serviços junto a Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR	O MUNICÍPIO pagará ao CONTRATADO mensalmente a importância de R\$ 4.736,00 (quatro mil e setecentos e trinta e seis reais), totalizando um montante de R\$ 56.832,00 (cinquenta e seis mil, oitocentos e trinta e dois reais) pela prestação dos serviços, incluído no preço contratado todas as despesas decorrentes desta prestação de serviços.
DATA:	01/01/2018 a 31/12/2018

Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2017**

Publicação Nº 1473444

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017**E X T R A T O**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 11 (onze) de janeiro de 2018, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a escolha mais vantajosa para a aquisição de medicamentos para atender a necessidade da rede municipal de saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC durante o ano de 2018. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

Neiva Kleemann Toniolo
Secr. Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 124/2017

Publicação Nº 1473282

Número da Lei:
1508

Ano da Lei:
2016

Data da Lei:
24/11/2016

DECRETO Nº 124, de 18 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 9.261,00(nove mil e duzentos e sessenta e um reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3339300000000000.03670100	2.344,00
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3339300000000000.01380700	2.063,00
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3339300000000000.01380100	4.854,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3319000000000000.01380100	1.779,00
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3449000000000000.01380100	2.136,00
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3339000000000000.01380100	939,00
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3339000000000000.01670100	2.063,00
Anulação Dotação	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3339000000000000.03380700	2.344,00

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 900,00(novecentos reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3339300000000000.01380700	900,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213300160000 - 01380700	900,00

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 15.000,00(quinze mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3339000000000000.01020000	15.000,00

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417210102010000 - 01020000	15.000,00

Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.3339000000000000.01380100	50.000,00

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417213300130000 - 01380100	50.000,00

Art. 9 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu - Santa Catarina, 18 de dezembro de 2017

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal
CPF: 767.132.029-34

ALINE LESKE TILLMANN
CONTADOR
CRC: 24474 /SC

DECRETO 125/2017

Publicação Nº 1473285

DECRETO Nº 125, de 26 de Dezembro de 2017.

NOMEIA O SENHOR MARZIO ROGERIO VIEIRA, DELEGADO PARA TRANSMISSÃO DE CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, baixa o seguinte:

DECRETO:

Art. 1.º - Fica nomeado o senhor Marzio Rogério Vieira, Delegado para presidir a cerimônia de transmissão de cargo do Prefeito Municipal Isamar de Melo ao senhor Aurino Mainchain, Vice Prefeito Municipal, na data de 02 de Janeiro de 2018.

Parágrafo Único – O ato solene de Transmissão de cargo terá por local o Gabinete do Prefeito, no prédio do Paço Municipal, nesta cidade de Presidente Nereu.

Art. 2.º - Este Decreto em vigor na data de sua Publicação em Mural Público, revogadas as disposições em contrário.

d Presidente Nereu, 26 de Dezembro de 2017.

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº 314, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473083

DECRETO Nº 314, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DELEGA COMPETÊNCIA AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA PARA RESOLVER SOBRE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso II, X, XI e XXXV, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; e considerando o princípio da eficiência da administração pública, atrelado a necessidade continua dos serviços do Departamento de Compras, Licitações e Contratos,

DECRETA

Art. 1º. Fica delegada a competência plena e a responsabilidade decorrente ao Secretário Municipal de Administração Planejamento e Fazenda para resolver sobre assuntos ligados aos procedimentos de licitação em todas as suas fases, quando da ausência do Prefeito Municipal na sede do município em ofício do cargo.

Parágrafo único. Entre as competências delegadas abrange a elaboração dos editais, nomeação de Comissão de Licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, publicação do resumo do edital conforme legislação pertinente, homologação e adjudicação do objeto de licitação, publicação do resultado, lavratura, assinatura do contrato e publicação no Diário Oficial do extrato do contrato, entre outras atividades atinentes ao processo licitatório.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
26 de dezembro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 315 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473640

DECRETO Nº 315, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DECIDE RECURSO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2017-PM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso IX e XX, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e as disposições do §4, Art. 109, da Lei 8.666/93, e considerando o andamento do Processo Licitatório nº 77/2017-PM, Tomada de Preços nº 08/2017-PM, que tem por objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para execução da obra de AMPLIAÇÃO e REFORMA do CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PEQUENOS ANJOS, que se encontra na fase de julgamento de habilitação.

Considerando que a Comissão Permanente de Licitação, encaminhou decisão a cerca do julgamento dos recursos, datado de 26 de dezembro de 2017, ao qual contem as alegações das recorrentes, devidamente instruídas;

Considerando a competência reservada pela Lei orgânica e a Lei nº 8.666/93;

Considerando que após conhecimento das razões de fato e de direito da recorrente Vandro Cardoso Eireli EPP, CNPJ nº 27.939.852/0001-03;

Considerando o teor da decisão da Comissão Permanente de Licitação de 26 de dezembro de 2017;

Considerando as disposições do edital de processo licitatório nº 77/2017-PM, modalidade Tomada de Preços nº 08/2017-PM;

Considerando as disposições da Lei 8.666/93, especialmente as que tratam da matéria alegada pela recorrente;

Considerando o inciso II, §1º, §2º e §3º, do art. 30, da Lei 8666/93.

Decido;

Art. 1º Negar provimento ao recurso da empresa VANDRO CARDOSO EIRELI EPP, CNPJ nº 27.939.852/0001-03 por não atender ao estabelecido na alínea “d”, do subitem nº 6.1.5, do Edital de Processo Licitatório nº 77/2017-PM, declarando INABILITADA, pelas razões de direito citadas e as constantes na Ata de Análise de Habilitação da Comissão Permanente de Licitação de 26 de dezembro de 2017.

Determino que, publique-se, cientifique as partes da decisão, marque a data de 28 de dezembro de 2017, às 11:00 horas para abertura e julgamento das propostas de preços das empresas habilitadas, no Departamento de Compras, Contratos e Licitações, no Centro Administrativo Municipal de Princesa/SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Prefeito Municipal de Princesa, SC, em, 26 de dezembro de 2017.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 ADT 03.2017-PM, AO CONTRATO Nº 03/2017 PM.

Publicação Nº 1474149

Extrato de Publicação de Termo Aditivo

Contratada: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE, SOCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL APRISCO

Termo Aditivo: 01 ADT 03/2017-PM

Contrato Original: 03/2017-PM

Processo Licitatório: 03/2017-PM

Inexigibilidade de Licitação: 02/2017-PM

Fundamento Legal: Art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: "Primeiro Termo Aditivo para prorrogação do prazo do Contrato 03/2017-PM, que tem como objeto "Contratação de entidade para prestação de SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS com idade entre 0 e 11 anos e 364 dias, vítimas de maus tratos, negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário."

Data da Assinatura: 21/12/2017

Data da Publicação: 27/12/2017

Vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018

Valor Total: R\$ 84.411,36 (oitenta e quatro mil e quatrocentos e onze reais e trinta e seis centavos).

Quilombo

PREFEITURA

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO Nº 0146/2017

Publicação Nº 1474127

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO nº 0146/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com GRUPO DE IDOSOS SANTO EXPEDITO, CNPJ 09.204.102/000101, Endereço LINHA VILA GAUCHA, S/N, INTERIOR, MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento e Plano de Trabalho.

RESUMO: Inexigibilidade Chamamento Público GRUPO DE IDOSOS SANTO EXPEDITO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada". Todavia, nem todos os serviços de interesse público são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum" estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, pois a Entidade há anos vem desenvolvendo atividades de integração social, fomentando e valorizando a promoção da saúde física e mental, bem como atividades de lazer, por meio de viagens aos eventos direcionados a terceira idade, contribuindo para o fortalecimento de vínculos dos idosos do Município de Quilombo. Desta forma, justifica-se esse projeto, no interesse de o Município de Quilombo contribuir para garantir os direitos previstos do Estatuto do Idoso, como: Direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade, à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com o GRUPO DE IDOSOS SANTO EXPEDITO de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Inexigibilidade do Chamamento Público.

Assim, diante do exposto: conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 31 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Inexigibilidade do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.

Cristiane Breancini Berlanda

Presidente da Comissão

PROCURADORIA GERAL: A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 31 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.

NEUDI PERIN

Advogado

AUTORIZAÇÃO: Autorizo a firmação da presente parceria e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito

DECRETO Nº 258/2017 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474124

DECRETO Nº 258/2017 – DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

INSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC COM O SITESPM-CHR, E CONFERE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o ofício 332/2017 da presidente do SITESPM – CHR, datado de 05 de dezembro de 2017,

CONSIDERANDO a necessidade de manter uma instância de negociação entre a Administração Pública e Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Chapecó e Região SITESPM-CHR, com competência para participar de estudos que envolvam assuntos inerentes a recursos humanos, acordo coletivo, bem como, propor soluções de conflitos individuais e/ou coletivos de trabalho,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a comissão de negociação do Município de Quilombo/SC, com o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Chapecó e Região SITESPM-CHR, composta pelos seguintes membros:

- I. Vania Medianeira de Lima Barcellos – Presidente SITESPM-CHR;
- II. Sandra Maria Grassioli Rigon – Presidente da Coordenação Municipal;
- III. Ivete Maria da Silva Costa – Sec. Geral da Coordenação Municipal;
- IV. Joelson De Quadros Moreira – Sec. Org. Sindical da Coordenação Municipal;
- V. Ivania Prior Alberti – Sec. Form. e Comunic. da Coordenação Municipal;

Art.2º Caberá à comissão de Negociação:

- I. promover os estudos e negociações das reivindicações da pauta apresentada pelo Sindicato;
- II. propor soluções para os conflitos coletivos constatados nas relações do trabalho;
- III. analisar possíveis soluções, promovendo a conciliação ou mediação entre os interessados da Municipalidade e dos servidores através da representatividade do Sindicato;
- IV. propor novas condições de trabalho visando amenizar possíveis conflitos existentes;

Art.3º A comissão reunir-se à periodicamente de acordo com o calendário por preestabelecido.

Art.4º As funções dos membros da Comissão não serão remunerados, por serem considerados de relevante interesse público.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 26 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em 26/12/2017

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

DECRETO Nº 259/2017 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474121

DECRETO Nº 259/2017 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE OCLÉSIO CASAGRANDE PARA O CARGO QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Inciso II do Artigo 9º da Lei Municipal nº.032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Artigo 3º da Lei Complementar nº.031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001. DECRETA

Art. 1º Fica nomeado Oclésio Casagrande, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, com lotação na Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 26/12/2017.

Lei Municipal nº 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

DECRETO Nº 260/2017 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474123

DECRETO Nº 260/2017 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CRISTIAN BAU DAL MAGRO PARA O CARGO QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Inciso II do Artigo 9º da Lei Municipal nº.032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Artigo 3º da Lei Complementar nº.031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001. DECRETA

Art. 1º Fica nomeado Cristian Bau Dal Magro, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor, com lotação na Contadoria Geral do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 26/12/2017.

Lei Municipal nº 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO Nº 0144/2017

Publicação Nº 1474125

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO nº 0144/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com GRUPO DE IDOSOS DOM JOSÉ GOMES, CNPJ 04.713.773/0001-76, Endereço LINHA SALTO SAUDADES, S/N., INTERIOR, MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento e Plano de Trabalho.

RESUMO: Inexigibilidade Chamamento Público GRUPO DE IDOSOS DOM JOSÉ GOMES.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada”.

Todavia, nem todos os serviços de interesse público são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum” estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, pois a Entidade há anos vem desenvolvendo atividades de integração social, fomentando e valorizando a promoção da saúde física e mental, bem como atividades de lazer, por meio de viagens aos eventos direcionados a terceira idade, contribuindo para o fortalecimento de vínculos dos idosos do Município de Quilombo. Desta forma, justifica-se esse projeto, no interesse de o Município de Quilombo contribuir para garantir os direitos previstos do Estatuto do Idoso, como: Direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade, à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com o GRUPO DE IDOSOS DOM JOSÉ GOMES, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Inexigibilidade do Chamamento Público.

Assim, diante do exposto: conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 31 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Inexigibilidade do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.

Cristiane Breancini Berlanda

Presidente da Comissão

PROCURADORIA GERAL: A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 31 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.

NEUDI PERIN

Advogado

AUTORIZAÇÃO: Autorizo a firmação da presente parceria e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes. Publique-se extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO Nº 0145/2017

Publicação Nº 1474126

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO nº 0145/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com o GRUPO DE IDOSOS PADRE SANTO GUERRA, CNPJ 04.574.461/0001-29, Endereço LINHA ZAMIGNAN, S/N, INTERIOR, QUILOMBO-SC, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento e Plano de Trabalho.

RESUMO: Inexigibilidade Chamamento Público GRUPO DE IDOSOS PADRE SANTO GUERRA DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada".

Todavia, nem todos os serviços de interesse público são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum" estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, pois a Entidade há anos vem desenvolvendo atividades de integração social, fomentando e valorizando a promoção da saúde física e mental, bem como atividades de lazer, por meio de viagens aos eventos direcionados a terceira idade, contribuindo para o fortalecimento de vínculos dos idosos do Município de Quilombo. Desta forma, justifica-se esse projeto, no interesse de o Município de Quilombo contribuir para garantir os direitos previstos do Estatuto do Idoso, como: Direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade, à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com o GRUPO DE IDOSOS PADRE SANTO GUERRA, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Inexigibilidade do Chamamento Público.

Assim, diante do exposto: conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 31 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Inexigibilidade do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.
Cristiane Breancini Berlanda
Presidente da Comissão

PROCURADORIA GERAL: A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 31 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.

NEUDI PERIN
Advogado

AUTORIZAÇÃO: Autorizo a firmação da presente parceria e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes. Publique-se extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO Nº 0147/2017

Publicação Nº 1474128

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO nº 0147/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com o GRUPO DE IDOSOS NOSSA SENHORA DO CARMO, CNPJ 04.051.239/0001-41, Endereço LINHA NOVA BRASILIA, S/N., INTERIOR, MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento e Plano de Trabalho.

RESUMO: Inexigibilidade Chamamento Público GRUPO DE IDOSOS NOSSA SENHORA DO CARMO

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada".

Todavia, nem todos os serviços de interesse público são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum" estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, pois a Entidade há anos vem desenvolvendo atividades de integração social, fomentando

e valorizando a promoção da saúde física e mental, bem como atividades de lazer, por meio de viagens aos eventos direcionados a terceira idade, contribuindo para o fortalecimento de vínculos dos idosos do Município de Quilombo. Desta forma, justifica-se esse projeto, no interesse de o Município de Quilombo contribuir para garantir os direitos previstos do Estatuto do Idoso, como: Direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade, à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com o GRUPO DE IDOSOS NOSSA SENHORA DO CARMO de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Inexigibilidade do Chamamento Público.

Assim, diante do exposto: conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 31 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Inexigibilidade do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.

Cristiane Breancini Berlanda
Presidente da Comissão

PROCURADORIA GERAL: A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 31 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.

NEUDI PERIN
Advogado

AUTORIZAÇÃO: Autorizo a firmação da presente parceria e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes. Publique-se extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO Nº 0148/2017

Publicação Nº 1474129

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO nº 0148/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com o GRUPO DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULA, CNPJ 00.108.229/001-44, Endereço AV. PRIMO ALBERTO BODANESE, S/N, CENTRO, MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento e Plano de Trabalho.

RESUMO: Inexigibilidade Chamamento Público GRUPO DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULA

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada".

Todavia, nem todos os serviços de interesse público são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum" estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, pois a Entidade há anos vem desenvolvendo atividades de integração social, fomentando e valorizando a promoção da saúde física e mental, bem como atividades de lazer, por meio de viagens aos eventos direcionados a terceira idade, contribuindo para o fortalecimento de vínculos dos idosos do Município de Quilombo. Desta forma, justifica-se esse projeto, no interesse de o Município de Quilombo contribuir para garantir os direitos previstos do Estatuto do Idoso, como: Direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade, à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com o GRUPO DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULA de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Inexigibilidade do Chamamento Público.

Assim, diante do exposto: conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 31 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Inexigibilidade do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.

Cristiane Breancini Berlanda
Presidente da Comissão

PROCURADORIA GERAL: A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 31 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.

NEUDI PERIN
Advogado

AUTORIZAÇÃO: Autorizo a firmação da presente parceria e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes. Publique-se extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO Nº 0149/2017

Publicação Nº 1474130

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO nº 0149/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com o GRUPO DE VOLUNTÁRIOS SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, CNPJ Nº 78.504.446/0001-40, Endereço RUA JOÃO GOULART, Nº 496, CENTRO, MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento e Plano de Trabalho.

RESUMO: Inexigibilidade Chamamento Público GRUPO DE VOLUNTÁRIOS SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada”.

Todavia, nem todos os serviços de interesse público são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum” estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, pois a Entidade há anos vem desenvolvendo atividades de integração social, fomentando e valorizando a promoção da saúde física e mental, prestando atendimento em sistema de abrigamento a idosos pobres, sem família, em situação de abandono, ou em situações que não haja condições de convívio familiar, por maus tratos ou omissão familiar, criando oportunidades de acesso do idoso ao esporte, lazer, recreação, diversões, respeitando suas peculiaridades e condições de saúde. Desta forma, justifica-se esse projeto, no interesse de o Município de Quilombo contribuir para garantir os direitos previstos do Estatuto do Idoso, como: Direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade, à saúde, à educação, ao lazer e ao trabalho.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com o GRUPO DE VOLUNTÁRIOS SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Inexigibilidade do Chamamento Público.

Assim, diante do exposto: conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 31 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Inexigibilidade do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.
Cristiane Breancini Berlanda
Presidente da Comissão

PROCURADORIA GERAL: A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 31 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.

NEUDI PERIN
Advogado

AUTORIZAÇÃO: Autorizo a firmação da presente parceria e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes. Publique-se extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Fomento.

Quilombo, 22 de dezembro de 2017.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito

PORTARIA Nº 1775/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474141

PORTARIA Nº 1775/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 83 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com o disposto no Artigo 74-A da Lei Complementar nº.032/2001, introduzida pela Lei Complementar nº.109/2014 de 13 de fevereiro de 2014 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro 2001, conforme Certidão de Nascimento 107763 01 55 2017 1 00029 135 0025303 16, Datado de 20 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal Chaiane Kuhl, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 20 de dezembro de 2017 a 17 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de dezembro de 2016.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº 1776/2017- DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474142

PORTARIA Nº 1776/2017- DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

ESTABELECE LOCAL E FIXA HORÁRIO DE TRABALHO À ESTAGIÁRIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e conforme Termo de Compromisso do Estágio – TCE nº 178468, entre a Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ, o Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina – CIEE/SC e a Prefeitura Municipal de Quilombo, datado de 20 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a estagiária Ynaia Francieli de Oliveira Pertile, para exercer suas atividades, junto a Prefeitura Municipal, situada na Rua Duque de Caxias, 165, Centro, Quilombo/SC, nos seguintes dias e horários:

Segunda-Feira

Das 8h às 11h, 13h às 16h

Terça-Feira

Das 8h às 11h, 13h às 16h

Quarta-feira

Das 8h às 11h, 13h às 16h

Quinta-feira

Das 8h às 11h, 13h às 16h

Sexta-feira

Das 8h às 11h, 13h às 16h

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1768/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474132

PORTARIA Nº. 1768/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Jair Gonçalves, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestados, nos dias 21 e 22 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1769/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474134

PORTARIA Nº. 1769/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Eliane Maria Garbin, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, nos dias 22 e 23 de dezembro de 2017, para acompanhar membro da família em tratamento médico, conforme Atestado Médico, datado de 22 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1770/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474135

PORTARIA Nº. 1770/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Dércio de Jesus Duarte Proêncio, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestados, por 06 (seis) dias, de 19 a 24 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1771/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474137

PORTARIA Nº. 1771/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Juliana Minoso, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 20 no período vespertino e no dia 21 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2110, de 20 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 02h00min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1772/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474138

PORTARIA Nº. 1772/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Jocélia Kuntzler, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 26 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2123, de 22 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 02h35min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1773/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474139

PORTARIA Nº. 1773/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Fabieli Rebelatto Garbin, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no dia 26 de dezembro de 2017, das 12h00min às 17h00min, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2122, de 22 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 03h16min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1774/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474140

PORTARIA Nº. 1774/2017 - DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Ivanete Bison, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), nos dias 28 e 29 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2118, de 22 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 110h37min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 22 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1778/2017 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474144

PORTARIA Nº. 1778/2017 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, a Servidora Pública Municipal, Ediane Madela, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil e do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 27 de dezembro de 2017, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2126, de 26 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 47h10min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº.1777/2017 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474143

PORTARIA Nº.1777/2017 - DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 1908, de 27 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal Álvaro Hanauer, nos dias 27, 28 e 29 de dezembro de 2017, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria Nº285/2016 – de 05 de setembro de 2016, restando a partir da execução desta, o saldo de 10(dez) dias de férias a serem gozados posteriormente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 26 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

Rio das Antas

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 016/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1472766

PORTARIA Nº016/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ESTABELECE FÉRIAS COLETIVAS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS VINCULADOS A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DAS ANTAS - SC

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Rio das Antas, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando que os Vereadores da Câmara Municipal de Rio das Antas, estarão em recesso parlamentar de 22 de dezembro de 2017 a 02 de fevereiro de 2018;

Considerando que é administrativamente conveniente que haja gozo de férias dos servidores lotados à Câmara de Vereadores, durante o recesso parlamentar, para que quando iniciem os trabalhos todos estejam disponíveis para atuar em seus respectivos cargos;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública e em especial o princípio da eficiência;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS durante o período de 03 de janeiro de 2018 à 02 de fevereiro de 2018, para os servidores vinculados à CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DAS ANTAS.

Art. 2º - Em virtude do Decreto nº 14/2017, que estabelece o recesso aos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Rio das Antas – SC, em razão dos Festejos Natalinos e de Final de Ano de 2017, no período compreendido de 27/12/2017 à 29/12/2017, os funcionários retornarão às suas atividades no dia 30 de janeiro de 2018.

Art. 3º - O responsável pelo Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Vereadores e outros envolvidos, tomarão as medidas que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento deste decreto.

Art. 4º - Não haverá atendimento na Câmara de Vereadores de Rio das Antas, durante este período de férias coletivas.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio das Antas, 12 de dezembro de 2017.

VALMIR INÁCIO RIGO

Presidente

Registrado em livro próprio e publicado no Mural do Átrio da Câmara na mesma data.

ADEMIR ZANETTI

Primeiro Secretário

GILMAR DIAS

Segundo Secretário

Rio do Campo

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 32

Publicação Nº 1468228

LEI COMPLEMENTAR Nº. 32, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Altera os artigos 309, 310 e 311, da Lei Complementar 02/2009 e dá outras providências".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faço Saber a todos habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Passam os artigos 309, 310 e 311, da Lei Complementar 02/2009, a ter a seguinte redação:

Art. 309. A Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP), destinada ao custeio do serviço da iluminação pública, é devida pelos consumidores residenciais e não residenciais, de energia elétrica, como também, pelos proprietários de imóveis constituídos por lote vago ou sem benfeitoria no perímetro urbano.

§ 1º. Considera-se serviço de iluminação pública, aquele destinado a iluminar vias e logradouros públicos, patrimônios culturais, bem como quaisquer outros bens públicos de uso comum do povo, assim como de atividades acessórias de instalação, manutenção e expansão da respectiva rede de iluminação.

§ 2º. São isentos da cobrança da COSIP:

I. O Poder Público Municipal;

II. Os consumidores rurais localizados fora do perímetro urbano, não atendidos com o serviço de iluminação pública, que atendam aos seguintes requisitos:

a. Não possui lâmpada de iluminação pública em frente ao seu imóvel;

b. Não possui lâmpada de iluminação pública a menos de 50 metros da residência.

§ 3º. A isenção para os consumidores rurais enquadrados no §2º, inciso II, deste artigo, será concedida depois de requerido pelo interessado e vistoria do fiscal de tributos do Município.

Art. 310.

I.

II.

III.

§ único. O valor da contribuição, estabelecido na forma deste artigo, será cobrado mensalmente, por meio de nota fiscal de fatura, emitida pela concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica, exceto para as unidades consumidoras classificadas como Poder Público Municipal e para as unidades rurais não atendidas com o serviço de iluminação pública, de acordo com o Art. 309, § 2º, desta lei complementar.

Art. 311.

§ único. A contribuição devida pelo proprietário de imóvel constituído por lote vago ou sem benfeitoria, tem sua cobrança juntamente com o Imposto Predial e Territorial Urbano, aplicado conforme a seguinte tabela:

I -

Art. 2º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, surgindo efeitos a partir de 01 de abril de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 27 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp

Secretário de Administração e Finanças

Rio dos Cedros

PREFEITURA

DECRETO DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1473335

DECRETO DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – Secretaria da Saúde e Bem Estar Social

001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0150.2088 – Cisa – Medicamentos

3339300000000000 – Aplic. Dir. Cons. Públ. (3.020.000 – Rec. Impostos - Saúde)....14.605,50

Total 14.605,50

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 1473344

DECRETO DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso I da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do provável excesso de arrecadação do corrente exercício as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

001 – Serviço de Ensino

0012.0361.0060.2013 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental

3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.360.000 – Salário Educação) 52.210,00

3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.620.300 – Tr. Conv. Estado/Ed. Transp. Esc.) 23.000,00

0012.0365.0050.2019 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil

3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.190.000 – Tr. Fundeb/Fundeb Out. Desp. Ens.) 7.910,00

Total 83.120,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 05 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 05 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.862, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017. HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1473378

DECRETO Nº 2.862, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.**HOMOLOGA O RESULTADO DO
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2007
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Tendo em vista o resultado final apurado pela empresa INSTITUTO O BARRIGA VERDE - IOBV, CNPJ: 08.072.361/0001-55, situado a Rua Tiradentes, nº 555, Bairro Centro, Município de Taió, Estado de Santa Catarina, em conformidade com os pareceres da Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 002/2007, fica homologado o resultado do referido concurso, conforme abaixo:

Agente Administrativo			Ensino Médio Completo		
Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	724564	15/06/1988	Aglahé Danielle Mendes Brandt	7,10	Aprovado
2	763145	04/04/1994	Jean Cleiton Souza	6,30	Aprovado
3	732529	23/09/1996	Regiane Preis	5,80	Aprovado
4	744000	09/02/1996	Milena Heloisa Tonolli	5,60	Aprovado
5	762969	09/11/1981	Juciene Lie Zatelli	5,50	Aprovado
6	757160	16/03/1992	Diego Ricardo Fernandes	5,50	Aprovado
7	724916	19/01/1993	Crislaine Lectícia Dada	5,30	Aprovado
8	762828	16/01/1986	Dionei Zoboli	5,20	Aprovado
9	735683	02/04/1993	Janaina Popeng Dallmann	5,10	Aprovado
10	757063	12/05/1996	Mikael Felipe Spiess	5,00	Aprovado

Agente de Serviços Gerais Ensino Fundamental Incompleto					
Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	75936	12/01/196	Aniceto	6,60	Aprovado

	9	0	Trombelli		
2	76355 5	11/03/1998 2	Joao Carlos Rodrigues	6,40	Aprovado

Assistente de Educação Infantil | Ensino Médio Completo

Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	75664 1	31/01/1998	Jucimara Roepcke	8,60	Aprovado
2	73891 7	06/07/1991	Miria Cruz Costa	8,20	Aprovado
3	72542 8	22/10/1996	Cintiane Aparecida Castelli	8,10	Aprovado
4	74554 8	30/07/1998	Valdicleia Maia Lisboa	8,10	Aprovado
5	75338 6	13/10/1988	Adriana Schoeffel	7,70	Aprovado
6	76254 4	28/04/1982	Aldeleia Da Silva Melo Hordina	7,50	Aprovado
7	73784 4	12/11/1997	Luana Dos Santos Giese	7,40	Aprovado
8	72787 4	04/05/1985	Jozeane Aparecida Martins Siqueira	7,20	Aprovado
9	76229 6	29/03/1987	Priscila Luz Dos Santos	7,20	Aprovado
10	72475 2	19/06/1990	Rafaela De Fatima Leandro	7,10	Aprovado
11	73138 3	10/05/1995	Rafaele Chaiane Gessner Zickuhr	6,80	Aprovado
12	73830 6	14/02/1997	Camila Gabriela Dietrich	6,70	Aprovado
13	73377 7	30/07/1998	Carla Mariana Lopes	6,70	Aprovado
14	76391 0	13/08/1971	Angela Aparecida Barboza	6,50	Aprovado
15	74887 1	29/11/1996	Fabiana Aparecida Campestrini	6,40	Aprovado

16	75264 0	04/08/1976	Dorizeti Goncalves Dos Santos	6,10	Aprovado
17	74518 9	09/06/1987	Simone Regiane Kohlbeck	6,10	Aprovado
18	72580 9	04/06/1999	Emanuely Lara Jung	6,00	Aprovado
19	75233 1	09/10/1975	Denilza Franco Dos Santos Klug	5,90	Aprovado
20	73177 3	29/08/1981	Florinda Wenceslau Ropelatto	5,90	Aprovado
21	72789 2	22/12/1971	Andrea Giovanella	5,80	Aprovado
22	76404 5	15/10/1972	Patricia Gerusa De Sousa Borges	5,70	Aprovado
23	74082 4	05/07/1962	Irlene Maria Busarello Fusinato	5,60	Aprovado
24	74541 5	20/12/1968	Carla Regina Vieira Prompt	5,60	Aprovado
25	76328 1	01/12/1990	Luana Cunha	5,60	Aprovado
26	73557 1	15/05/1997	Patricia Ferreira	5,60	Aprovado
27	75356 7	30/01/1977	Vandete Klug Lorenz	5,50	Aprovado
28	74723 5	03/05/1984	Vanderlea Agostini	5,50	Aprovado
29	75712 4	09/01/1983	Rubia Rachel Nowasky	5,40	Aprovado
30	73069 1	15/06/1998	Dayara Regina Dalcanale Ferreira Soares	5,40	Aprovado
31	73518 7	21/08/1999	Taiinara De Oliveira Viera	5,40	Aprovado
32	76301 2	30/12/1992	Elenir Ribeiro Maciel	5,20	Aprovado
33	72677 5	29/01/1983	Vanessa Aparecida Andreazza Mastelotto	5,10	Aprovado
34	73401 1	04/03/1983	Daiane Ribeiro De Mello	5,00	Aprovado
35	73406 2	31/05/1996	Taynara Daiana Gruner	5,00	Aprovado

Assistente Social | Ensino Superior Completo

Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	741220	21/08/1980	Adriana Aparecida Nolli Bonacolsi	8,30	Aprovado
2	744733	25/10/1991	Thaiane Luise Bindelli	7,40	Aprovado
3	763968	27/06/1978	Raquel Helena Gaulke Leal	6,30	Aprovado
4	764442	12/02/1972	Alice Maria De Souza	6,00	Aprovado
5	745349	28/08/1966	Fatima Waltrick Branco	5,60	Aprovado
6	749872	22/01/1987	Taise Paula Campestrini	5,50	Aprovado
7	730417	24/06/1990	Cindimary Dos Santos Lima	5,50	Aprovado
8	764124	16/03/1997	Morgana Cristina Zirzanowsky	5,00	Aprovado

Auxiliar Administrativo | Ensino Médio Completo

Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	735734	25/12/1998	Talita Polli Ramos	7,40	Aprovado
2	763138	28/09/1999	Cristian Dos Santos Giese	7,10	Aprovado
3	733118	17/11/1994	Christian Antonio Tomaselli	6,70	Aprovado
4	745363	12/05/1999	Ana Paula Mauricenz	6,50	Aprovado
5	761058	26/07/1995	Patricia Naiara Teske	5,50	Aprovado
6	732343	31/10/1974	Adriana Regina Bacil Santos Coelho	5,40	Aprovado
7	761622	18/02/1993	Nayara De Assis	5,10	Aprovado

Auxiliar de Enfermagem | Ensino Médio Completo**

****Não Houve Aprovados Neste Cargo.**

Auxiliar de Serviços Gerais (Educação) | Ensino Fundamental Incompleto

Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	752853	31/12/1985	Pamela Graciele Lazaretti	9,10	Aprovado
2	739728	21/07/1967	Izabel Aparecida Lazaretti	8,10	Aprovado
3	741150	31/05/1994	Jaqueline Elisa Hordina	7,20	Aprovado
4	731758	28/03/1954	Naura Bertoldi Pacher	5,70	Aprovado

Auxiliar de Serviços Gerais (Saúde) | Ensino Fundamental Incompleto

Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	724826	11/12/1964	Silesia Patricio Da Silva	7,50	Aprovado
2	730344	23/08/1976	Claudineia De Oliveira Cardoso	6,80	Aprovado
3	760168	27/07/1980	Tania Cristina Machado	5,90	Aprovado

Contador | Ensino Superior Completo

Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	757507	16/09/1986	Aline Langa Benecke	6,20	Aprovado

Dentista | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	734701	03/03/1980	Giovana Dal Pupo	6,40	Aprovado
2	753290	29/06/1990	Pricylla Hagemann	6,00	Aprovado
3	759830	01/03/1988	Karin Yurica Colombo Kulyk Gutierrez	5,00	Aprovado

Dentista PSF | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	739517	11/04/1992	Johanna Koch Schmitz	8,70	Aprovado
2	746595	28/03/1978	Juliana Cologni Muller	7,10	Aprovado

3	74011 1	09/09/1993	Maira Tonelli	6,90	Aprovado
4	75756 3	01/09/1988	Larissa Viviane Ladehoff	6,60	Aprovado
5	74686 5	01/06/1994	Iran Cesar Prawutzki	6,40	Aprovado
6	73352 7	21/04/1994	Débora Scharf	6,20	Aprovado
7	75083 7	20/03/1989	Eliene De Oliveira	6,00	Aprovado
8	73106 8	01/04/1993	Felipe Alexandre Simas	5,80	Aprovado
9	75082 5	03/01/1991	Gabriel Ruas Da Silva Neto	5,00	Aprovado

Enfermeiro | Ensino Superior Completo******Não Houve Aprovados Neste Cargo.****Enfermeiro PSF | Ensino Superior Completo**

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	72976 4	15/01/1976	Rosangela Aparecida De Oliveira	6,20	Aprovado
2	75227 6	11/08/1987	Josiane Vinci	6,20	Aprovado
3	74980 0	20/12/1988	Bianca Rafaela Henkels	5,30	Aprovado
4	75885 6	27/07/1985	Dariane Kelly Franco De Lima Agostini	5,10	Aprovado

Engenheiro Civil | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	75307 8	18/02/1990	Dalila Fernanda De Oliveira	7,30	Aprovado
2	75454 9	22/09/1982	Marcelo Ribeiro	6,40	Aprovado
3	73436 5	01/05/1986	Joelmir Davi Freiburger	6,40	Aprovado
4	76441 4	19/07/1989	Juliana Cristine Schumann Avalos	6,00	Aprovado
5	75839 2	04/08/1993	Leticia Perini	5,90	Aprovado
6	73089 5	28/08/1965	Gunter Eduardo Stefan	5,70	Aprovado

7	74559 8	19/12/1987	David Jonathan Voigt	5,50	Aprovado
8	76392 7	01/02/1992	Felipe Andre Kienen	5,50	Aprovado
9	76289 1	24/07/1991	Andre Galbero Costa	5,20	Aprovado
10	73261 2	16/03/1986	Joelcio Dos Santos	5,10	Aprovado

Farmacêutico | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO		
				Nota	Situação
1	728995	30/12/1986	Lyvia De Moraes Lobato	5,30	Aprovado

Fonoaudiólogo | Ensino Superior Completo******Não Houve Aprovados Neste Cargo.****Médico Clínico Geral | Ensino Superior Completo**

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO		
				Nota	Situação
1	735652	29/09/1987	Etevaldo Nogueira Lima Sobrinho	8,40	Aprovado
2	764451	30/06/1992	Amanda Priscila Fistarol	7,60	Aprovado
3	763768	11/09/1993	Larissa Emi Toyonaga	7,60	Aprovado
4	727118	26/02/1969	Sandra Luiza Ferri Bonmann	6,70	Aprovado
5	727057	08/12/1965	Marcos Bonmann	6,40	Aprovado
6	762416	27/06/1992	Rodrigo Porto	6,20	Aprovado

Médico PSF | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO		
				Nota	Situação
1	746604	13/11/1974	Dirceu Amilton Muller	5,90	Aprovado

Médico Veterinário | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO		
				Nota	Situação
1	742431	14/11/1984	Felipe Machado Vieira	8,20	Aprovado
2	736140	03/12/1983	Marcos Jesus De Santanna	7,80	Aprovado
3	761963	13/05/1994	Luiza Hossain Wollick	7,20	Aprovado
4	735344	04/12/1989	Gisela Francine Dos Santos	6,90	Aprovado
5	725446	29/01/1993	Jonathan Calegari Figueiredo	6,70	Aprovado
6	754134	08/05/1976	Cassiano Lenzi	6,40	Aprovado
7	764382	20/07/1987	Marco Tulio Moreira Martins	6,20	Aprovado

8	729559	26/01/1978	Adaelcio Camuzzato	6,00	Aprovado
9	764385	12/07/1989	Camilla Müller Da Silva	6,00	Aprovado
10	759738	21/11/1994	Ivan Marcos Campestrini	6,00	Aprovado
11	751290	06/12/1990	Melissa Juliete Meisen	5,80	Aprovado
12	764183	02/01/1992	Mariana Bail Afonso	5,50	Aprovado
13	730123	11/06/1981	Filipe Rech	5,10	Aprovado

Mecânico | Ensino Fundamental Incompleto

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	740143	06/12/1996	Elioenai Katchan	6,80	Aprovado
2	761855	06/06/1982	Nei Anesi	6,50	Aprovado
3	764602	05/05/1972	Daniel Dias De Moraes	6,40	Aprovado
4	755208	09/08/1994	Maicon Nunes Da Silva	5,40	Aprovado
5	746948	08/04/1999	Leonardo José Dada	5,40	Aprovado

Merendeira | Ensino Fundamental Incompleto******Não Houve Aprovados Neste Cargo.****Monitor de Educação | Ensino Médio Completo**

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	745082	13/03/1986	Debora De Paula Tisano	7,90	Aprovado
2	734910	05/07/1995	Ana Patricia Campestrini	7,70	Aprovado
3	761041	04/07/1970	Jandira Aparecida Goncalves	7,00	Aprovado

Motorista (Educação) | Ensino Fundamental Incompleto (com prova prática)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	726185	22/03/1959	Jose Osmario De Castilho	8,74	Aprovado
2	728357	10/07/1982	Rodrigo Francisco De Sena	8,18	Aprovado
3	754157	29/11/1970	Dercilio Agostinho Venceslau	7,74	Aprovado

Motorista (Saúde) | Ensino Fundamental Incompleto (com prova prática)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	733729	11/12/1991	Fernando Kohls	9,46	Aprovado
2	761129	21/02/1981	Jean Michel Demarchi	8,42	Aprovado

Motorista (Serviços Urbanos) | Ensino Fundamental Incompleto (com prova prática)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	745818	28/06/1946	Joao De Mates	8,35	Aprovado
2	761869	30/08/1978	Irineu Goncalves De Jesus	8,23	Aprovado

3	737372	22/06/1958	Alcides Cristofolini	7,72	Aprovado
4	730462	19/10/1978	Jose Carlos Bonetti	6,63	Aprovado
5	731074	03/05/1983	Pedro De Goes	6,48	Aprovado
6	731573	06/01/1973	Osmari Da Rocha	5,84	Aprovado

Nutricionista | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO		
				Nota	Situação
1	739762	07/12/1991	Jakeline Duarte Dietrich	8,10	Aprovado
2	726521	04/05/1986	Joseane Da Silva Pelentir Peters	7,60	Aprovado
3	730838	31/12/1993	Maysa Hasse	7,60	Aprovado
4	726518	03/07/1992	Carol Marina Machado	6,10	Aprovado

Operador de Computador | Ensino Médio Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO		
				Nota	Situação
1	737469	08/05/1995	Tiago Henrique Dalpiaz	6,40	Aprovado
2	758159	26/04/1973	Sandro Roberto Limoli Silva	5,90	Aprovado

Operador de Máquinas (Escavadeira Hidráulica) | Ensino Fundamental Incompleto (com prova prática)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO		
				Nota	Situação
1	736422	13/02/1986	Alex Mutschaewski	8,18	Aprovado

Operador de Máquinas (Motoniveladora) | Ensino Fundamental Incompleto (com prova prática)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO		
				Nota	Situação
1	754225	15/02/1961	Valdir Agostini	6,29	Aprovado

Operador de Máquinas (Retroescavadeira) | Ensino Fundamental Incompleto (com prova prática)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO		
				Nota	Situação
1	736443	28/11/1968	Sergio Luiz Ropelatto	7,81	Aprovado

Professor de Atendimento Educacional Especializado | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO		
				Nota	Situação
1	725395	10/12/1988	Jociane Miranda	8,40	Aprovado

Professor I - Educação Infantil (habilitado) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	746980	01/03/1969	Josiane schmitz Orsi	9,30	Aprovado
2	735271	18/08/1991	Greice Motzeieski Odorizzi	9,10	Aprovado
3	737952	19/02/1990	Sarajane Klug	8,90	Aprovado
4	738560	20/08/1990	Paula Regina Visentainer Lenzi	8,60	Aprovado
5	736840	30/05/1962	Susane Maria Berri Busarello	8,50	Aprovado
6	731509	21/06/1991	Patricia Kopsel	8,40	Aprovado
7	756882	28/05/1961	Mafalda Busarello Carlini	8,30	Aprovado
8	756817	24/07/1983	Lucilene Maria Dadan	7,90	Aprovado
9	764316	07/01/1984	Tatiana Cristina Catafesta Lenzi	7,90	Aprovado
10	731141	18/07/1965	Aniversina Lopes Amorim	7,80	Aprovado
11	738071	06/01/1989	Ana Regina Dalcanele Campestrini	7,70	Aprovado
12	728564	31/10/1991	Jaqueline Zambon	7,70	Aprovado
13	754934	22/11/1969	Adriana Bona	7,70	Aprovado
14	747097	03/06/1986	Julia Cristina Busarello	7,70	Aprovado
15	742129	01/06/1972	Geisa Martins Rodrigues Baldo	7,50	Aprovado
16	757067	14/03/1984	Amanda Rogeria Bona	7,50	Aprovado
17	764249	01/10/1987	Simone Kuester Neves	7,50	Aprovado
18	764435	28/08/1963	Valdete Maria Purin Dorigatti	7,20	Aprovado
19	764029	29/06/1980	Cristiane Ines Wecker Neis	7,20	Aprovado
20	758070	16/08/1992	Joyce Aparecida Paul Suptitz	7,20	Aprovado
21	747986	21/05/1988	Jaqueline Da Silva Rodrigues	7,20	Aprovado
22	742269	24/11/1978	Roseni Putka Dallabrida	7,00	Aprovado
23	734460	09/06/1992	Jusielle Mirlene Janke	7,00	Aprovado
24	756500	06/01/1995	Evelin Priscila Scherpinski Müller da Silva	7,00	Aprovado
25	753143	10/06/1985	Cristina Isabel Campestrini	6,70	Aprovado
26	761357	18/03/1988	Fernanda Campestrini	6,40	Aprovado
27	750067	02/08/1965	Zenaide Jesus De Bairos De Oliveira	6,10	Aprovado

**Professor I - Educação Infantil (não-habilitado) |
Ensino Superior Completo (com prova de títulos)**

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	755787	24/09/1979	Graciela Regina Dietrich	8,60	Aprovado
2	749958	30/01/1992	Georgia Cristine Purin	8,60	Aprovado
3	745165	03/09/1993	Jessica Aparecida Santos Cardoso	7,70	Aprovado
4	744871	23/02/1975	Luciane Giovannella	7,60	Aprovado
5	749595	13/01/1982	Gisele Clerice Pavan	7,20	Aprovado
6	733513	04/04/1996	Djeniffer Wille	6,80	Aprovado

7	743915	20/01/1985	Fabiana Kanies Perini	6,30	Aprovado
8	725362	20/01/1995	Larissa Daiane Borchardt	5,90	Aprovado
9	763073	01/07/1997	Ianca Maiara Pereira	5,60	Aprovado
10	728223	28/02/1997	Leticia Catarine Colasso Pinto	5,00	Aprovado

Professor I - Séries Iniciais do Ensino Fundamental (habilitado)
Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	762973	24/07/1977	Alcilene Candida Soares Silva	9,70	Aprovado
2	737878	11/05/1988	Dariane Rüeckl	9,00	Aprovado
3	737493	16/06/1965	Sonia Vicente	8,80	Aprovado
4	763009	23/12/1988	Thais Hafemann Dos Santos Reis	8,70	Aprovado
5	725585	02/01/1992	Tuanny Michelle Da Silva Soares	8,70	Aprovado
6	730182	14/12/1995	Daniela Lenzi	8,40	Aprovado
7	749977	04/05/1976	Sharly Menestrina Poltronieri	8,30	Aprovado
8	745191	15/03/1986	Naiara Cristina Zoboli	8,20	Aprovado
9	758384	25/05/1990	Sabrina Demonti	8,00	Aprovado
10	751312	07/12/1972	Jose Amilton Vieira Da Silva	7,90	Aprovado
11	762539	20/11/1968	Luciane Vincoski Andreatta	7,90	Aprovado
12	730228	13/07/1995	Franciele Moreira Dos Santos	7,70	Aprovado
13	738823	31/10/1990	Jaciele Barbara Da Veiga	7,70	Aprovado
14	758511	27/11/1985	Ivi Cristine Nitsche	7,60	Aprovado
15	752238	31/07/1991	Ana Carolina Meynaczyk	7,50	Aprovado
16	742555	03/02/1998	Larissa Micaeli Loppnow	7,40	Aprovado
17	763673	02/09/1971	Ires Costa	7,30	Aprovado
18	755499	26/11/1985	Rosilene Fernandes	7,00	Aprovado
19	756973	10/02/1974	Simone Araujo Dos Santos	5,80	Aprovado
20	733455	02/02/1970	Sonia Goncalves Ribeiro	5,60	Aprovado
21	763699	22/02/1979	Carla Sagas Ferreira Da Silva	5,50	Aprovado
22	745555	24/04/1984	Emanuelle Monique Miranda	5,40	Aprovado
23	739340	12/02/1977	Soelby Pinho Ferreira	5,20	Aprovado

Professor I - Séries Iniciais do Ensino Fundamental (não-habilitado) |
Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	737240	18/05/1989	Jessica Maiara Kulpa	8,20	Aprovado
2	729448	31/08/1996	Michelle Renata Klitzke	7,40	Aprovado
3	764235	29/09/1997	Talita Cirico	7,20	Aprovado
4	734781	05/09/1988	Camila Costa Vieira	7,00	Aprovado
5	742313	03/10/1985	Barbara Franciely Ostrowski	6,80	Aprovado
6	729504	19/11/1995	Adriano Serafin Gretter	5,10	Aprovado

Professor II - Artes (habilitado) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)**

****Não Houve Aprovados Neste Cargo.****Professor II - Artes (não-habilitado) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)**

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	756571	25/12/1989	Cintia Miranda	7,70	Aprovado
2	761944	22/12/1995	Jenifer Fernanda Ehrhardt	6,70	Aprovado
3	735001	10/01/1960	Maria Anita Goncalves De Jesus Grande	6,00	Aprovado
4	725418	16/03/1994	Francielle Talita Pegoretti	5,20	Aprovado
5	741485	24/05/1987	Silvana Campestrini Dalpiaz	5,00	Aprovado

Professor II - Ciências (habilitado) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	759650	28/03/1996	Marina Merini Valcanaia	7,80	Aprovado

Professor II - Ciências (não-habilitado) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	763243	15/05/1995	Alaor Wruck	6,90	Aprovado
2	742591	08/07/1993	Hebron Rafael Furquim	6,50	Aprovado

Professor II - Educação Física (habilitado) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	756860	10/03/1989	Silvana Kemper	7,90	Aprovado
2	764494	25/07/1996	Andreia Engel	7,90	Aprovado
3	726593	02/10/1993	Rahoni Reimar Raddatz	7,90	Aprovado
4	757061	04/07/1979	Joari Cicero Campestrini	7,60	Aprovado
5	727641	10/04/1987	Gustavo Adolfo Stanke Goncalves Gomes	7,60	Aprovado
6	728870	23/06/1979	Carlos Eduardo Schure	7,40	Aprovado
7	730526	10/01/1981	Carlos Alexandre Malaquias Da Silva	7,00	Aprovado
8	743275	23/11/1988	Juliana Da Silveira	7,00	Aprovado
9	744199	26/02/1985	Vanderlei Formigari	6,50	Aprovado
10	742454	05/01/1996	Ianka Gabriella Strey	6,50	Aprovado
11	760788	02/04/1989	Rafael Spiess	6,40	Aprovado
12	760650	28/06/1992	Lucas Kuipers	6,30	Aprovado
13	726942	06/09/1995	Thiago De Souza	6,30	Aprovado
14	760260	19/06/1985	Marlon Cristiano Rahn	5,90	Aprovado
15	731732	12/07/1993	Emanuella Laisa Zanella	5,90	Aprovado
16	730324	24/03/1991	Lucas Ferreira Povoas	5,80	Aprovado
17	761415	14/07/1977	Henri Blaesing	5,40	Aprovado

18	740927	02/01/1985	Rafael Da Luz	5,20	Aprovado
19	729902	19/12/1991	Elana Busarello	5,20	Aprovado
20	725942	28/01/1988	Patricia Slomp	5,10	Aprovado

**Professor II - Educação Física (não-habilitado) |
Ensino Superior Completo (com prova de títulos)**

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	724641	13/08/1998	Antonia Clara Longo	8,30	Aprovado
2	725641	19/06/1990	Maico Luiz Trisotto	7,40	Aprovado
3	724438	22/06/1998	Gabriel Martins	6,80	Aprovado
4	757825	17/02/1993	Rosinei Cayton Lenz	6,10	Aprovado

Professor II - História (habilitado) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	763381	21/06/1980	Jose Nantan Pereira Crispim	8,30	Aprovado
2	743653	13/11/1967	Ronildo Baldo	5,90	Aprovado

Professor II - História (não-habilitado) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	744978	01/03/1991	Jean Paulo Debacher	7,60	Aprovado
2	759934	08/06/1977	Davi Vitor Fonseca	6,70	Aprovado
3	754747	28/12/1996	Douglas Kaucz	6,50	Aprovado

Professor II - Inglês (habilitado) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	741394	04/05/1981	Daiane Rosa Possolli De Boit	5,30	Aprovado

Professor II - Inglês (não-habilitado) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	725258	09/02/1983	Tatianna Tarsilaadriano Meyer	6,20	Aprovado
2	738800	06/06/1988	Scheila Daiana Neckel	5,20	Aprovado

Professor II - Língua Portuguesa (habilitado) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	742123	16/08/1995	Franciele Cristina Anesi	7,50	Aprovado

Professor II - Matemática (habilitado) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)******Não Houve Aprovados Neste Cargo.****Psicólogo | Ensino Superior Completo**

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	753311	20/08/1992	Humberto Douglas Alves	6,40	Aprovado
2	757532	27/12/1988	Bruna Seidel	6,00	Aprovado
3	728707	15/01/1981	Aline Boer	5,90	Aprovado
4	763668	24/03/1986	Israel Dos Santos	5,50	Aprovado
5	753910	23/06/1990	Ketelyn Lunelli Schuh	5,00	Aprovado

Psicólogo Educacional | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	738890	12/07/1991	Angela Luiza Formigari	6,70	Aprovado
2	759088	15/02/1991	Aline Stringari	6,00	Aprovado
3	764291	30/03/1983	Jacqueline Leire Roepke Capellaro	5,30	Aprovado

Secretário de Escola | Ensino Médio Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	745392	30/04/1996	Emanuella Karina Sandri	7,40	Aprovado
2	758317	19/05/1977	Viviana Romilda Wüerz	7,20	Aprovado
3	760604	02/03/1994	Jessica Aparecida Schultz	5,60	Aprovado
4	763291	22/02/1973	Sandra Meneguini	5,30	Aprovado
5	746832	14/01/1990	Elaine Dias Carvalho	5,10	Aprovado
6	748197	03/02/2000	Maria Isabel Campestrini	5,10	Aprovado

Servente de Serviços Gerais | Ensino Fundamental Incompleto

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	732991	22/08/1985	Aguinaldo Elias Da Cruz	7,20	Aprovado
2	762290	27/09/1973	Nelson Spiess	5,80	Aprovado

Técnico Agrícola | Ensino Médio Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	725709	18/11/1996	Alessandra Lariza Krug	8,10	Aprovado
2	762966	01/03/1980	Everton Fronza	6,60	Aprovado
3	757235	30/01/1996	Larissa Zoboli	6,00	Aprovado

Técnico em Higiene Bucal | Ensino Médio Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	724701	25/08/1986	Magda Cristiane Pereira	5,30	Aprovado

CLASSIFICAÇÃO FINAL LISTA ESPECIAL – DEFICIENTES**Médico PSF**

Nº INSC	CANDIDATO	Classificação Geral	Nota Final	Classificação Lista Especial	Situação
746604	Dirceu Amilton Muller	1º	5,90	10º	O candidato logrou êxito na Classificação Geral deste Processo Seletivo

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Rio dos Cedros, 18 de Dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 18 de Dezembro de 2017.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 080/2017 DE 10/04/2017 DATA: 15/12/2017 TERMO DE FOMENTO - PROCESSO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº FS 007-2017 - FUNDAMENTO LEGAL: ART. 30, VI C/C ART. 31, II C/C 32 DA LEI 13.019, DE 21 DE JULHO DE 2014 CONTRATO: HOSPITAL E MATERNIDADE OASE

Publicação Nº 1473406

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 080/2017 de 10/04/2017

DATA: 15/12/2017

TERMO DE FOMENTO - PROCESSO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº FS 007-2017 - FUNDAMENTO LEGAL: ART. 30, VI C/C ART. 31, II C/C 32 DA LEI 13.019, DE 21 DE JULHO DE 2014

CONTRATO: HOSPITAL E MATERNIDADE OASE

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 15/12/2017

TÉRMINO: 31/03/2017

VALOR: Nos termos da cláusula terceira deste contrato.

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 127/2017 DE 12/07/2017 DATA: 15/12/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2017. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA - TIPO COMPARAÇÃO: PREÇO GLOBAL - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA EPP

Publicação Nº 1473409

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 127/2017 DE 12/07/2017

DATA: 15/12/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2017. MODALIDADE: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia - TIPO COMPARAÇÃO: Preço Global - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA EPP

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 15/12/2017

TÉRMINO: 30/05/2018

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº074/ 2017 DE 24/03/2017 DATA: 15/12/2017 PROCESSOADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 38/2017 FUNDAMENTO: LEI 8.666/93, ART. 24, VIII CONTRATO: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

Publicação Nº 1473399

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº074/ 2017 de 24/03/2017

DATA: 15/12/2017

PROCESSOADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 38/2017

FUNDAMENTO: LEI 8.666/93, ART. 24, VIII

CONTRATO: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 24/03/2018

TÉRMINO: 31/12/2018

VALOR: 10 PARCELAS DE R\$ 3.650,00 (Três mil, seiscentos e cinquenta reais)

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº005/2017 DE 02/01/2017 DATA: 15/12/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: MECANICA INDUSTRIAL DM LTDA - ME

Publicação Nº 1473392

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº005/2017 DE 02/01/2017
DATA: 15/12/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: MECANICA INDUSTRIAL DM LTDA - ME
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
INÍCIO: 15/12/2017
TÉRMINO: 31/12/2018
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 100/2016

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº010/2017 DE 02/01/2017 DATA: 13/12/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: GREIDE ENGENHARIA LTDA,

Publicação Nº 1473393

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº010/2017 DE 02/01/2017
DATA: 13/12/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: GREIDE ENGENHARIA LTDA,
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
INÍCIO: 02/01/2018 TÉRMINO: 02/07/2018

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº011/2017 DE 02/01/2017 DATA: 02/01/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP

Publicação Nº 1473395

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº011/2017 DE 02/01/2017
DATA: 02/01/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL
TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
INÍCIO: 02/01/2018 TÉRMINO: 02/07/2018

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 142/14 DE 15/08/2014 DATA: 13/12/2016 CONTRATO: COLEGIO ALTO VALE – EIRELI EPP

Publicação Nº 1473425

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 142/14 de 15/08/2014
DATA: 13/12/2016
CONTRATO: COLEGIO ALTO VALE – EIRELI EPP
OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA
INÍCIO: 15/12/2017
TÉRMINO: 15/12/2018.
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº66/2014

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 35/2017 DE 14/02/2017 DATA: 15/12/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM- JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI

Publicação Nº 1473418

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 35/2017 de 14/02/2017
DATA: 15/12/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item- JULGAMENTO: Menor Preço
CONTRATO: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELLI
OBJETO: SUPRESSÃO DOS ITENS 64 E 90

INÍCIO: 15/12/2017
TÉRMINO: 14/02/2018
VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 10/2017

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2017 DE 14/02/2017 DATA: 06/09/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM- JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA ME

Publicação Nº 1473420

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 37/2017 DE 14/02/2017

DATA: 06/09/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item- JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA ME

OBJETO: ACRÉSCIMOS DOS ITENS 64 E 90

INÍCIO: 06/09/2017

TÉRMINO: 14/02/2018

VALOR: R\$ 1.768,50 (um mil, setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos)

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº010/2017 DE 02/01/2017 DATA: 13/12/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: GREIDE ENGENHARIA LTDA,

Publicação Nº 1473413

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº010/2017 DE 02/01/2017

DATA: 13/12/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: GREIDE ENGENHARIA LTDA,

OBJETO: ACRÉSCIMO DO ITEM 2

INÍCIO: 02/01/2018 TÉRMINO: 02/07/2018

VALOR: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº011/2017 DE 02/01/2017 DATA: 13/12/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP

Publicação Nº 1473416

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº011/2017 DE 02/01/2017

DATA: 13/12/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2016. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO COMPARAÇÃO: Por Item JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP

OBJETO: ACRÉSCIMO DO ITEM 1

INÍCIO: 02/01/2018 TÉRMINO: 02/07/2018

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº015/ 2016 DE 22/01/2016 DATA: 12/12/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº11/2016 CONTRATO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA,

Publicação Nº 1473417

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº015/ 2016 DE 22/01/2016

DATA: 12/12/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº11/2016

CONTRATO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA,

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 01/01/2018

TÉRMINO: 31/12/2018

VALOR: R\$ 8.430,00(oito mil quatrocentos e trinta reais)

**3º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 176/2016
LUMAR PAVIMENTAÇÕES LTDA,****DE 06/10/2016 DATA: 13/12/2017 CONTRATO:**

Publicação Nº 1473431

3º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 176/2016 de 06/10/2016
DATA: 13/12/2017
CONTRATO: LUMAR PAVIMENTAÇÕES LTDA,
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO
INÍCIO: 13/12/2017
TÉRMINO: 31/05/2018

DECRETO DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1473316

DECRETO DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

03 – Administração Geral

001 – Diretoria de Administração

0004.0122.0015.2004 – Manutenção das Atividades da Diretoria Administrativa

3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Rec. Ordinários) 2.000,00

Total 2.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1473315

DECRETO DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

03 – Administração Geral

001 – Diretoria de Administração

0004.0122.0015.2004 – Manutenção das Atividades da Diretoria Administrativa

3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Rec. Ordinários) 13.000,00

Total 13.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 01 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 01 de dezembro de 2017.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

Publicação Nº 1473336

DECRETO DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

De:

04 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

001 – Serviços Urbanos

0017.0512.0120.2042 – Cimvi – Resíduos Sólidos

3317100000000000 – Tr. Cons. Públ. Rateio (1.000.000 – Rec. Ordinários) 5.376,00

3319300000000000 – Apl. Dir. Cons. Públ. (1.000.000 – Rec. Ordinários) 2.289,70

Para:

04 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

001 – Serviços Urbanos

0017.0512.0120.2042 – Cimvi – Resíduos Sólidos

3339300000000000 – Apl. Dir. Cons. Públ. (1.000.000 – Rec. Ordinários) 7.665,70

Total 7.665,70

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 04 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 04 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1473339

DECRETO DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde

3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.020.000 – Rec. Impostos - Saúde) 59.965,26

Total 59.965,26

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 05 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 05 de dezembro de 2017.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 1473345

DECRETO DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso I da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do provável excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

001 – Serviço de Ensino

0012.0365.0050.2011 – Manutenção de Creches

3319000000000000 – Aplic. Dir. (1.180.000 – Tr. Fundeb/Fundef Rem. Magist.) 900,00

Total 900,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 05 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 05 de dezembro de 2017.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1473342

DECRETO DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

001 – Serviço de Ensino

0012.0365.0050.2019 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil

3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.010.000 – Rec. Impostos – Educação)...12.570,00

Total 12.570,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 05 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 05 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

Publicação Nº 1473348

DECRETO DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º, inciso II da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016 e pela Lei Municipal nº 1.974 de 05 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica anulada no orçamento vigente a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

001 – Serviço de Ensino

0012.0365.0050.1008 – Construção e Ampliação de Creches

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Rec. Impostos - Educação) 99.000,00

Total 99.000,00

Art.2º. Com a soma da anulação do artigo anterior, fica suplementada a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

001 – Serviço de Ensino

0012.0361.0060.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Rec. Impostos - Educação) 10.000,00

0012.0365.0050.2011 – Manutenção de Creches

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Rec. Impostos - Educação) 19.000,00

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Rec. Impostos - Educação) 50.000,00

0012.0365.0050.2012 – Manutenção de Centros de Educação Infantil – Jardins

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Rec. Impostos - Educação) 10.000,00

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.010.000 – Rec. Impostos - Educação) 10.000,00

Total 99.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 05 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 05 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 1473353

DECRETO DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso I da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do provável excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
05 – Secretaria de Educação
001 – Serviço de Ensino
0012.0361.0060.2013 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental
3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.360.000 – Salário Educação) 1.000,00

Total 1.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 07 de dezembro de 2017.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 07 de dezembro de 2017.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1473351

DECRETO DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
04 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos
002 – Setor Rodoviário Municipal
0026.0782.0020.2008 – Manutenção dos Serviços Rodoviários
3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Rec. Ordinários) 1.000,00

Total 1.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 07 de dezembro de 2017.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 07 de dezembro de 2017.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1473357

DECRETO DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
001 – Fundo Municipal de Saúde
0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde
3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.020.000 – Rec. Impostos - Saúde) 27.538,00

Total 27.538,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 07 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 07 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

Publicação Nº 1473355

DECRETO DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º, inciso II da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016 e pela Lei Municipal nº 1.977 de 07 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica anulada no orçamento vigente a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

007 – Apoio ao Desporto Amador

0027.0812.0100.2055 – Manutenção das Atividades do Desporto

33390000000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 6.000,00

Total 6.000,00

Art.2º. Com a soma da anulação do artigo anterior, fica suplementada a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 – Secretaria de Educação

007 – Apoio ao Desporto Amador

0027.0812.0100.2030 – Promoções e Eventos Esportivos

33390000000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 6.000,00

Total 6.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 07 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 07 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1473359

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
04 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos
002 – Setor Rodoviário Municipal
0026.0782.0020.2008 – Manutenção dos Serviços Rodoviários
3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Rec. Ordinários) 9.447,00

Total 9.447,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 12 de dezembro de 2017.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 12 de dezembro de 2017.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1473361

DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
10 – Secretaria da Saúde e Bem Estar Social
002 – Fundo Municipal de Assistência Social
0008.0244.0140.2035 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Rec. Ordinários) 3.288,00

Total 3.288,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 13 de dezembro de 2017.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 13 de dezembro de 2017.
Margaret Silvia Gretter
Diretora de Gabinete

DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 1473365

DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso I da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do provável excesso de arrecadação do corrente exercício as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros
05 – Secretaria de Educação
001 – Serviço de Ensino

0012.0361.0060.2013 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental
3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.360.000 – Salário Educação) 42.470,00
3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.010.000 – Rec. Impostos - Educação) 4.100,00

0012.0365.0050.2019 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil
3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.190.000 – Tr. Fundeb/Fundeb Out. Desp. Ens.)...12.300,00

Total 58.870,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 14 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 14 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 1473362

DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso I da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do provável excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

10 – Secretaria da Saúde e Bem Estar Social

001 – Fundo Municipal de Saúde

0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde

3319000000000000 – Aplic. Dir. (1.386.400 – Trans. SUS/União - PAB) 22.000,00

Total 22.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 14 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 14 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1473367

DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

04 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

001 – Serviços Urbanos

0015.0452.0030.2006 – Manutenção dos Serviços Urbanos

3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Rec. Ordinários) 3.000,00

Total 3.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 14 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 14 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 1473369

DECRETO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do provável excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

04 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

001 – Serviços Urbanos

0015.0452.0030.2007 – Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública Municipal

3339000000000000 – Aplic. Dir. (1.080.000 – Contr. Cust. Serv. Il. Públ. COSIP) 50.000,00

05 – Secretaria de Educação

001 – Serviço de Ensino

0012.0361.0060.2010 – Manutenção e Desenvolvimento Ensino Fundamental

3319000000000000 – Aplic. Dir. (1.180.000 – Transf. Fundeb/Fundef Rem. Mag.)..118.700,00

0012.0365.0050.2011 – Manutenção de Creches

3319000000000000 – Aplic. Dir. (1.180.000 – Transf. Fundeb/Fundef Rem. Mag.)..150.300,00

0012.0365.0050.2012 – Manutenção dos Centros de Educação Infantil - Jardins

3319000000000000 – Aplic. Dir. (1.180.000 – Transf. Fundeb/Fundef Rem. Mag.)....42.400,00

Total 361.400,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 14 de dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 14 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

Publicação Nº 1473295

DECRETO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros
10 – Secretaria da Saúde e Bem Estar Social
001 – Fundo Municipal de Saúde
0010.0302.0150.2087 – Cisa – Serviços Ambulatoriais Hospitalares
3339300000000000 – Aplic. Dir. Cons. Públ. (3.020.000 – Rec. Impostos - Saúde) 215,50

Total 215,50

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 30 de novembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 30 de novembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

Publicação Nº 1473314

DECRETO DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 1.934 de 16 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art.1º. Fica remanejado dentro do respectivo projeto/atividade o valor da dotação abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

De:

03 – Administração Geral

001 – Diretoria de Administração

0004.0122.0015.2004 – Manutenção da Assessoria Jurídica

3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 3.901,50

Para:

03 – Administração Geral

001 – Diretoria de Administração

0004.0122.0015.2004 – Manutenção da Assessoria Jurídica

3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 3.901,50

Total 3.901,50

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 30 de novembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 30 de novembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.859, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 6.648 DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE DEMERVAL MAFRA, WALNIRA MICHELSON MAFRA, HILBERT

Publicação Nº 1473372

DECRETO Nº 2.859, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 6.648 DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE DEMERVAL MAFRA, WALNIRA MICHELSON MAFRA, HILBERTO MAFRA, IRIA MAFRA e dá outras providências.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso XIII, c/c artigo 70, inciso I, alínea "d" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores ; e

Considerando, a necessidade de regularização de logradouro público já existente, conforme exigências do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de agosto de 2015), cuja área já vem sendo utilizada como bem de uso comum há longos anos, em imóvel de propriedade de DEMERVAL MAFRA, brasileiro, casado, maior, portador da cédula de identidade nº 116.396, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 020.160.019-68, WALNIRA MICHELSON MAFRA, brasileira, casada, maior, portadora da cédula de identidade nº 600.020, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 658.095.309-82, HILBERTO MAFRA, brasileiro, casado, maior, portador da cédula de identidade nº 116.016-8, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 136.873.799-49, IRIA MAFRA, brasileira, casada, maior, portadora da cédula de identidade nº 217.352-2, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 442.165.809-04;

Considerando, que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando os moradores e transeuntes que utilizam a referida Rodovia Municipal, tratando-se portanto de um caso de utilidade pública;

Considerando, ainda a necessidade de regularização de Estrada Municipal RCD 405 já existente, com gabarito conforme exigências do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de agosto de 2015) e não regularizada junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca em obediência a Lei nº 6.766, de 19/12/79;

DECRETA:

Art.1º. Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto Lei nº 3.365 de 21/06/1945 e alterações posteriores, parte do terreno rural, objeto da matrícula nº 6.648, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com as seguintes áreas descrições e destinações:

A) Área desapropriada para a Estrada Municipal RCD 405:

Com a área total de 1.033,72 m² (Hum mil, trinta e três metros e setenta e dois decímetros quadrados):

Estrada em área rural, situado no lugar denominado Braço do Cedro - Palmeiras, distando do ponto PP (Área 1), em 519,80 metros através do lado par da Estrada Municipal RCD-405 até a esquina com o lado par da Estrada Municipal RCD-406, município de Rio dos Cedros – SC, partindo do ponto PP (Área 1), pela Frente, ao Norte, em linha reta de 82,80 metros, azimuth 64°15'28" com terras da Área 1 até o ponto P1 (Área 1) de coordenadas E:663936.938/N:7059664.072; deste segue a direita, pelo lado direito, à Leste, em dois segmentos de linha reta, sendo 2,19 metros, azimuth 178°08'59", deste segue à direita em 12,40 metros, azimuth 190°31'03" com a Estrada Municipal RCD-405 até o ponto P1 (Área 2) de coordenadas E:663934.745/N:7059649.692; deste segue a direita, pelos fundos, ao Sul, em linha reta de 89,00 metros, azimuth 244°15'28" com a Área 2 até o ponto PP (Área 2) de coordenadas E:663854.578/N:7059611.038; deste segue a direita, pelo lado esquerdo, à Oeste, em linha reta de 18,76 metros, azimuth 24°32'30" com a Estrada Municipal RCD-405 até o ponto PP (Área 1) de coordenadas E:663862.351/N:7059628.108, deste segue a direita com o início da descrição com perímetro de 205,15 m (Duzentos e cinco metros e quinze decímetros).

§1º. - A área acima desapropriada, provem de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 6.648, livro 2, com a área total escriturada de 20.000,00m² (Vinte mil metros quadrados) e área total encontrada de 19.115,53 m² (Dezenove mil, cento e quinze metros e cinquenta e três decímetros quadrados).

§2º. – Com a desapropriação da área acima, para a Rodovia Municipal RCD 405, na extensão em que corta o imóvel objeto da matrícula nº 6.648, livro 2, com a área total escriturada de 20.000,00m² (Vinte mil metros quadrados) e área total encontrada de 19.115,53 m² (Dezenove mil, cento e quinze metros e cinquenta e três decímetros quadrados); passa dito imóvel a possuir duas áreas com as seguintes confrontações e medidas:

Área 01 - 4.564,86 m²: Imóvel em área rural, localizado no lugar denominado Braço do Cedro - Palmeiras, distando do ponto PP, pelo lado direito (Área 01) em 519,80 metros através do lado par da Estrada Municipal RCD-405 até a esquina com o lado ímpar da Estrada Municipal RCD-406, município de Rio dos Cedros - SC, iniciando no ponto PP pela frente, ao Sul, em linha reta de 82,80 metros, azimuth 64°15'28", com o lado par da Estrada Municipal RCD-405 até o ponto P1 de coordenadas E:663936.938/N:7059664.072; pelo lado esquerdo, à Leste, segue à esquerda em linha reta de 83,08 metros, azimuth 358°08'59", com terras de Dorotea Muller – Matrícula nº 4.054 – Liv.2 até o ponto P2 de coordenadas E:663934.255/N:7059747.105; pelos fundos, ao Norte, segue à esquerda em linha reta de 35,04 metros, azimuth 355°28'41", com águas de Barragem Rio Bonito – Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) até o ponto P3 de coordenadas E:663931.493/N:7059782.032; pelo lado direito, à Oeste, em dois segmentos de linha reta, segue à esquerda em 69,00 metros, azimuth 204°11'22" com terras de Marcio Alexandre Mafra - Matrícula nº 20.665, Liv.2, até o ponto P4 de coordenadas E:663903.220/N:7059719.091, deste segue em 99,74 metros, azimuth 204°11'22" com terras de Alonsio Vizentainer - Matrícula nº 20.664 – Liv.2 até o ponto PP de coordenadas E:663862.351/N:7059628.108, segue à esquerda sendo este o início desta descrição com um perímetro de 369,66 m (Trezentos e sessenta e nove metros e sessenta e seis decímetros).

Neste terreno fica reservada uma área de APP sendo:

APP de 376,36 m² (Trezentos e setenta e seis metros e trinta e seis decímetros quadrados), constituída da cota de 1,10 metros acima da cota de operação da Barragem Rio Bonito definida pela Celesc, destinada à Área de Preservação Permanente, denominada de APP, conforme a Lei nº 12.651 de 25/05/2012, fazendo frente, ao Sul, em linha reta de 23,21 metros com área 1 da presente matrícula; fundos, ao Norte, em linha reta de 35,04 metros, com águas da Barragem Rio Bonito; lado direito, à Oeste, em linha reta de 32,18 metros, com terras de Marcio Alexandre Mafra - Matrícula nº 20.665, Liv.2; lado esquerdo, à Leste, em 8,37 metros, com terras de Dorotea Muller – Matrícula nº 4.054 – Liv.2.

Área 02 - 14.550,67 m²: Imóvel em área rural, localizado no lugar denominado Braço do Cedro - Palmeiras, distando do ponto PP, pelo lado esquerdo (Área 02) em 523,76 metros através do lado ímpar da Estrada Municipal RCD-405 até a esquina com o lado ímpar da Estrada Municipal RCD-406, município de Rio dos Cedros - SC, iniciando no ponto PP pela frente, ao Norte, em linha reta de 89,00 metros, azimute 64°15'28", com o lado ímpar da Estrada Municipal RCD-405 até o ponto P1 de coordenadas E:663934.745/ N:7059649.692; pelo lado direito, à Leste, em 3 segmentos de linha reta, segue à direita em 89,76 metros, azimute 190°31'03" até o ponto P2 de coordenadas E:663918.360/N:7059561.437, deste segue à esquerda em 65,58 metros, azimute 112°26'16" até o ponto P3 de coordenadas E:663978.975/N:7059536.407, deste segue à direita em 79,85 metros, azimute 206°21'23", com terras de Dorotea Muller – Matrícula nº 4.054 – Liv.2 até o ponto P4 de coordenadas E:663943.526/N:7059464.858; pelos fundos, ao Sul, segue à direita em linha reta de 141,83 metros, azimute 297°36'53", com terras de Dorotea Muller – Matrícula nº 4.054 – Liv.2 até o ponto P5 de coordenadas E:663817.850/N:7059530.601; pelo lado esquerdo, à Oeste, segue à direita em linha reta de 88,42 metros, azimute 24°32'30" com terras de Alonso Vizentainer - Matrícula nº 19.237 – Liv.2, até o ponto PP de coordenadas E:663854.578/N:7059611.038, segue à direita sendo este o início desta descrição com um perímetro de 554,44 m (Quinhentos e cinquenta e quatro metros e quarenta e quatro décimos).

Art.2º. A desapropriação do imóvel declarado de utilidade pública por este Decreto, é considerada de "urgência", razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365/1945, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15 e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Art.3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2017.

Art.4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 07 de Dezembro de 2017.
MARILDO DOMINGOS FELIPPI
Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 07 de Dezembro de 2017.
MARGARET SILVIA GREITER
Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.860, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017. DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 23.349 DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE MAURITA DALLABRIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1473374

DECRETO Nº 2.860, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL, PARTE DO IMÓVEL RURAL, OBJETO DA MATRÍCULA Nº 23.349 DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIMBÓ, DE PROPRIEDADE DE MAURITA DALLABRIDA e dá outras providências.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso XIII, c/c artigo 70, inciso I, alínea "d" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990, e com fundamento no inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e suas alterações posteriores ; e

Considerando, a necessidade de regularização de logradouro público já existente, conforme exigências do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de agosto de 2015), cuja área já vem sendo utilizada como bem de uso comum há longos anos, em imóvel de propriedade de MAURITA DALLABRIDA, brasileira, viúva, maior, portadora da cédula de identidade nº 3.714.527, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 820.875.209-68;

Considerando, que a desapropriação irá consolidar uma situação já existente, beneficiando os moradores e transeuntes que utilizam a referida Rodovia Municipal, tratando-se portanto de um caso de utilidade pública;

Considerando, ainda a necessidade de regularização de Rua Marcelo Alegri já existente, com gabarito conforme exigências do Plano Diretor (Lei Complementar Municipal nº 268 de 26 de agosto de 2015) e não regularizada junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca em obediência a Lei nº 6.766, de 19/12/79;

DECRETA:

Art.1º. Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA, para fins de desapropriação por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto Lei nº 3.365 de 21/06/1945 e alterações posteriores, parte do terreno rural, objeto da matrícula nº 6.648, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com as seguintes áreas descrições e destinações:

A) Área desapropriada para a Rua Marcelo Alegri:

Com a área total de 2.136,07 m² (dois mil cento e trinta e seis metros e sete decímetros quadrados):

LOCALIZAÇÃO: O terreno rural, situado do lado par da Rodovia Municipal RCD-110, distando pelo lado direito (ponto OPP) 45,64 metros do lado par da rua Vitorio Pedron.

Inicia-se a descrição do imóvel no ponto OPP, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: (E= 673577,148 m e N=7040880,707 m) situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, fazendo frente à Oeste, em linha irregular com a distância de 24,10 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-110 até o ponto 1 (E=673575,831 m e N=7040856,638 m); deste segue à esquerda pelo lado esquerdo ao Sul aprofundando-se em linha curva com ângulo central de 99°44'30", raio de 6,00 metros, e a distância de 10,44 m até o ponto 2 (E=673583,265 m e N=7040862,016 m); segue à direita em linha reta com a distância de 156,48 m até o ponto 3 (E=673735,101 m e N=7040824,183 m); segue em 270°17'52" à direita em linha reta com a distância de 2,00 m até o ponto 4 (E=673734,607 m e N=7040822,244 m); segue em 90°17'04" à esquerda em linha reta confrontando com a Área Remanescente do proprietário até o ponto 5 (E=673744,306 m e N=7040819,723 m); deste segue em 89°25'04" à esquerda pelos fundos à Leste em linha reta com a distância de 14,10 m confrontando com a Área Remanescente do proprietário até o ponto 6 (E=673747,716 m e N=7040833,406 m); deste segue em 90°00'00" à esquerda pelo lado direito ao Norte em linha reta com a distância de 171,10 m até o ponto 7 (E= 673581,696 m e N=7040874,774 m); segue à direita aprofundando-se em linha curva com ângulo central de 77°04'10", raio de 6,00 m e a distância de 8,07 m confrontando com a Área Remanescente do proprietário até o ponto OPP (E= 673577,148 m e N=7040880,707 m); deste segue à esquerda com o início da descrição do perímetro de 396,31 m.

§1º. - A área acima desapropriada, provem de imóvel registrado junto ao 1º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó sob matrícula nº 23.349, livro 2, com a área total escriturada de 93.892,85 m² (noventa e três mil, oitocentos e noventa e dois metros e oitenta e cinco decímetros quadrados).

§2º. – Com a desapropriação da área acima, para a Rodovia Municipal RCD 405, na extensão em que corta o imóvel objeto da matrícula nº matrícula nº 6.648, livro 2, com a área total escriturada de 93.892,85 m² (noventa e três mil, oitocentos e noventa e dois metros e oitenta e cinco decímetros quadrados); passa dito imóvel a possuir as seguintes confrontações e medidas:

ÁREA REMANESCENTE: 91.761,58 m² (noventa e um mil setecentos e sessenta e um metros e cinquenta e oito decímetros quadrados).

LOCALIZAÇÃO: O terreno rural, situado do lado par da Rodovia Municipal RCD-110, distando pelo lado direito (ponto OPP) 31,00 metros do lado par da rua Vitorio Pedron.

EDIFICAÇÕES: Casa de madeira

Inicia-se a descrição do imóvel no ponto OPP, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SAD69, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: (E= 673577,419 m e N=7040895,347 m) situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, fazendo frente à Oeste, em linha irregular com a distância de 14,64 m, confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-110 até o ponto 1(E=673577,148 m e N=7040880,707 m); deste segue à esquerda aprofundando-se em linha curva, com ângulo central de 77°04'10", raio de 6,00 m, e a distância de 8,07 m até o ponto 2 (E=673581,696 m e N=7040874,774 m); segue à esquerda em linha reta com a distância de 171,10 m até o ponto 3 (E=673747,716 m e N=7040833,406 m); segue em 270°00'00" à direita em linha reta com a distância de 14,10 m até o ponto 4 (E=673744,306 m e N=7040819,723 m); segue em 270°34'56" à direita em linha reta com a distância de 10,02 m até o ponto 5 (E=673734,607 m e N=7040822,244 m); segue em 269°42'56" à direita em linha reta com a distância de 2,00 m até o ponto 6 (E=673735,101 m e N=7040824,183 m); segue em 89°42'08" à esquerda em linha reta com a distância de 156,48 m até o ponto 7 (E= 673583,265 m e N=7040862,016 m); segue à esquerda aprofundando-se em linha curva com o ângulo central de 99°44'30", raio de 6,00 m, e a distância de 10,44 m, confrontando com a Área Destinada a Desapropriação da Rua Marcelo Alegri até o ponto 8 (E=673575,831 m e N=7040856,638 m); deste segue à esquerda em linha irregular com a distância de 103,23 m confrontando com o lado par da Rodovia Municipal RCD-110 até o ponto 9 (E=673567,437 m e N=7040753,762 m); deste segue à esquerda pelo lado esquerdo ao Sul em linha reta com a distância de 662,99 m confrontando com Osniir José Menestrina – Matrícula nº 18.240, Lº 2 até o ponto 10 (E= 674212,361 m N=704060,048 m); deste segue em 100°11'41" à esquerda pelos fundos à Leste em linha reta com a distância de 135,88 m confrontando com Adaime Antonio Curi – Matrícula nº 3.160, Lº 2 até o ponto 11 (E=674266,759 m e N=7040724,559 m); deste segue em 80°18'52" à esquerda pelo lado direito em linha reta com a distância de 710,18 m, sendo que confronta com a Área Remanescente de propriedade de Fernando Vicenzi – Matrícula nº 25.956, Lº 2 em 281,30 m, confronta com a Área Verde de propriedade do Município de Rio dos Cedros – Matrícula nº 25.959, Lº 2 em 99,21 m, confronta com a Parcela 39 de propriedade de Gelindo Dalpiaz – Matrícula nº 25.955, Lº 2 em 16,05 m, confronta com a Parcela 38 de propriedade de Gelindo Dalpiaz – Matrícula nº 25.954, Lº 2 em 16,01 m, confronta com a Parcela 37 de propriedade de Guilherme Donnehl – Matrícula nº 25.953, Lº 2, confronta com a Parcela 36 de propriedade de Franciele Donnehl – Matrícula nº 25.952, Lº 2 em 16,41 m, confronta com a Parcela 35 de propriedade de Gelindo Dalpiaz – Matrícula nº 25.951, Lº 2 em 15,91 m, confronta com a Parcela 34 de propriedade de Gelindo Dalpiaz – Matrícula nº 25.950, Lº 2 em 16,15 m, confronta com a Parcela 33 de propriedade de Gelindo Dalpiaz – Matrícula nº 25.949, Lº 2 em 15,92 m, confronta com a Parcela 32 de propriedade de Gelindo Dalpiaz – Matrícula nº 25.948, Lº 2 em 23,18 m, confronta com a Parcela 31 de propriedade de Gelindo Dalpiaz – Matrícula nº 25.947, Lº 2 em 21,87 m, confronta com a Parcela 30 de propriedade de Gelindo Dalpiaz – Matrícula nº 25.946, Lº 2 em 16,26 m, confronta com a Parcela 29 de propriedade de Leandro Pedrelli – Matrícula nº 25.945, Lº 2 em 16,14 m, confronta com a Parcela 28 de propriedade de Rudimar Komohl – Matrícula nº 25.944, Lº 2 em 16,35 m, confronta com a Parcela 27 de propriedade de Marciel Borchardt e Mariléia de Souza – Matrícula nº 25.943, Lº 2 em 16,52 m, confronta com a Parcela 26 de propriedade de Gilmar dos Santos Silveira – Matrícula nº 25.942, Lº 2 em 16,56 m, confronta com a Parcela 25 de propriedade de Leomar Ittner – Matrícula nº 25.941, Lº 2 em 16,67 m, confronta com a Parcela 24 de propriedade de Gelindo Dalpiaz – Matrícula nº 25.940, Lº 2 em 16,89 m, confronta com a Parcela 23 de propriedade de Gelindo Dalpiaz – Matrícula nº 25.939, Lº 2 em 21,19 m, confronta com a Parcela 22 de propriedade de Gelindo Dalpiaz – Matrícula nº 25.938, Lº 2 em 35,95 m até o ponto OPP (E= 673577,419 m e N= 7040895,347 m); deste segue à esquerda em linha irregular com o início da descrição do perímetro de 1.999,13 m.

Neste imóvel fica reservada a área de Reserva Legal conforme a Av. 1.23.349 – 21/11/2013, com as seguintes descrições:

Inicia-se a descrição da Reserva Legal no ponto 1 (E=674.130,296 m e N=7.040.758,369 m), em coordenadas plano retangulares MC-51 no sistema geodésico UTM – SAD69, que dista 569,59 metros do ponto OPP, situado do lado par da Rodovia Municipal RCD-110, distando pelo lado direito 31,00 metros do lado par da Rua Vitorio Pedron, segue à esquerda, pela frente, à Oeste em linha reta, com o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade de Maurita Dallabrida, em 136,79 metros, até o ponto 2 (E=674.077,403 m e N=7.040.632,215 m); deste segue à esquerda, pelo lado esquerdo, ao Sul, em linha reta, com o imóvel matriculado sob o nº 18.240, Lº 2, de propriedade de Os-nir José Menestrina, em 138,74 metros, até o ponto 3 (E=674.212,361 m e N=7.040.600,048 m); deste segue à esquerda, pelos fundos, à Leste, em linha reta, com o imóvel matriculado sob o nº 3.160, Lº2, de propriedade de Adaime Antonio Curi, em 135,88 metros, até o ponto 4 (E=674.266,759 m e N=7.040.724,559 m); deste segue à esquerda, pelo lado direito, ao Norte, em linha reta, com a área remanescente de propriedade de Fernando Vicenzi – Matrícula nº 25.956, Lº2, em 140,59 metros, até o ponto 1 (E=674.130,296 m e N=7.040.758,369 m); deste segue com o início da descrição.

Art.2º. A desapropriação do imóvel declarado de utilidade publica por este Decreto, é considerada de “urgência”, razão pela qual deverá efetivar-se mediante acordo administrativo, previsto no artigo 10 do Decreto Lei nº 3.365/1945, ou processar-se nos termos do artigo 10 c/c o artigo 15 e seus parágrafos, do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1945 e Lei Federal nº 2.786, de 21/05/1956.

Art.3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta de dotação orçamentária própria do Orçamento Programa de 2017.

Art.4º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 14 de Dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 14 de Dezembro de 2017.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.861, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017. HOMOLOGA O RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1473376

DECRETO Nº 2.861, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.**HOMOLOGA O RESULTADO DO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2007
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Tendo em vista o resultado final apurado pela empresa INSTITUTO O BARRIGA VERDE - IOBV, CNPJ: 08.072.361/0001-55, situado a Rua Tiradentes, nº 555, Bairro Centro, Município de Taió, Estado de Santa Catarina, em conformidade com os pareceres da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2017, fica homologado o resultado do referido concurso, conforme abaixo:

Agente Administrativo Ensino Médio Completo (com prova de títulos)					
Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	NF	Situação
1	745943	22/06/1983	Grazielle Kuster Lessmann	8,91	Aprovado
2	762215	11/03/1980	Sandra Regina Dos Santos Souza	8,75	Aprovado
3	751731	14/07/1976	Cidinha Saletе Giovannella Dallabrida	8,59	Aprovado
4	753718	06/07/1988	Thayna Marcelly Da Silva	8,39	Aprovado
5	743520	16/01/1986	Dionei Zoboli	8,05	Aprovado
6	744564	25/11/1983	Mariah Couto Teixeira	7,91	Aprovado
7	763375	11/05/1989	Bruna Luiza Patricio	7,55	Aprovado
8	738076	09/03/1983	Regiane Mitie Tezuka Yamazaki	7,35	Aprovado
9	764009	14/08/1989	Valnice Motta	7,24	Aprovado
10	733535	16/12/1990	Giovani Kulpa	7,16	Aprovado
11	743447	08/01/1975	Elaine Carlini Pereira	7,15	Aprovado
12	759017	02/04/1980	Carlos Augusto Valandro	7,03	Aprovado
13	764404	26/12/1978	Paula Ribeiro Leitaо	7,00	Aprovado
14	752096	06/12/1970	Marcia Regina Prass Oliveira	6,91	Aprovado
15	724521	15/06/1988	Aglahе Danielle Mendes Brandt	6,81	Aprovado
16	759031	06/08/1992	Deborah Maria Darolt Wille	6,80	Aprovado

17	757151	16/03/1992	Diego Ricardo Fernandes	6,67	Aprovado
18	753566	30/01/1976	Carlos Alberto Freitas	6,44	Aprovado
19	737466	08/05/1995	Tiago Henrique Dalpiaz	6,42	Aprovado
20	738931	26/12/1994	Larissa Voltolini	6,40	Aprovado
21	757639	25/03/1981	Julio Cesar Forte	6,34	Aprovado
22	750609	09/09/1997	Davi Augusto Berri	6,32	Aprovado
23	737449	26/06/1983	Joilson Miss	6,31	Aprovado
24	740136	12/05/1984	Joseane Andreazza Borinelli	6,31	Aprovado
25	753353	14/05/1983	Fernanda Reif Thomsen	6,28	Aprovado
26	757612	16/10/1983	Maria Gisele Farrias Forte	6,24	Aprovado
27	730126	15/01/1989	Caroline Wehmuth	6,24	Aprovado
28	759211	03/11/1985	Daniela Vicenzi	6,12	Aprovado
29	724321	12/07/1996	Guilherme Augusto Tomaselli	6,08	Aprovado
30	729753	29/04/1992	Fernanda Conte	6,04	Aprovado
31	762987	17/04/1987	Alexsandro Rodrigo Queiroz Costa Souza	5,96	Aprovado
32	764160	31/01/1981	Edson Carlos Petini De Lima	5,76	Aprovado
33	761830	18/03/1986	Sanira Pedroso Da Silva	5,76	Aprovado
34	764067	21/01/1987	Douglas Rafael De Souza	5,76	Aprovado
35	764203	04/10/1967	Cristine Maria Berri	5,72	Aprovado
36	729042	24/06/1973	Joao Batista Leandro Dos Reis	5,60	Aprovado
37	751190	05/09/1992	Kelvin Cassiano Weizenmann	5,56	Aprovado
38	741583	19/08/1985	Giovana Quaiato	5,52	Aprovado
39	725879	19/04/1992	Adriel Brendo Duarte Almeida	5,52	Aprovado
40	744516	28/04/1972	Claudia Regina Chakowoski	5,48	Aprovado
41	758285	19/05/1977	Viviana Romilda Wüerz	5,48	Aprovado
42	748229	03/11/1982	Paulo Sergio De Arruda Silva	5,48	Aprovado
43	725099	22/05/1994	Mirian Odorizzi	5,48	Aprovado
44	734705	19/02/1978	Andreia Maria Ferrari	5,36	Aprovado
45	764025	29/06/1980	Cristiane Ines Wecker Neis	5,36	Aprovado
46	745637	12/04/1983	Elaine Elis De Souza	5,36	Aprovado
47	752060	12/12/1991	Leandro Gonzaga	5,36	Aprovado
48	725877	22/07/1983	Hilton Luis Kretzer	5,28	Aprovado
49	763059	31/08/1988	Leticia Elis Fernandes Anklam	5,28	Aprovado

50	746653	17/08/1995	Joice Regina Dalcanale	5,28	Aprovado
51	757057	12/05/1996	Mikael Felipe Spiess	5,28	Aprovado
52	730436	03/02/2000	Maria Isabel Campestrini	5,28	Aprovado
53	744166	30/01/1984	Valteir Dos Santos Pereira	5,20	Aprovado
54	726497	04/04/1991	Flavia Elen Ferreira Longo	5,20	Aprovado
55	725544	07/05/1994	Cristiane Rachadel	5,20	Aprovado
56	757786	02/07/1999	Emanuel Devigili Langa	5,20	Aprovado
57	749415	04/08/1999	Uliana Helena Mengarda	5,20	Aprovado
58	762787	13/02/1976	Marcio Da Silva Oliveira	5,12	Aprovado
59	724797	03/08/1996	Alexia Cristina Dadam	5,12	Aprovado
60	757171	09/02/1997	Joao Paulo Alves	5,12	Aprovado
61	747710	15/04/1997	Diego Bitencourt	5,08	Aprovado
62	752912	05/05/1999	Jair Zanella Junior	5,08	Aprovado
63	755315	17/06/1974	Dinalva Vieira Santos	5,00	Aprovado
64	725561	18/03/1996	Andressa Caroline Nunes Rocha	5,00	Aprovado
65	755816	15/03/1997	Julian Vilvert Da Silva	5,00	Aprovado

Assistente de Educação Infantil | Ensino Médio Completo (com prova de títulos)

Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	NF	Situação
1	734101	14/03/1962	Osvaldo Jose Amorim	8,50	Aprovado
2	729356	30/01/1992	Georgia Cristine Purin	8,00	Aprovado
3	757100	09/01/1983	Rubia Rachel Nowasky	7,68	Aprovado
4	725405	10/12/1988	Jociane Miranda	7,68	Aprovado
5	764227	28/10/1997	Caroline Viviane Formigari	7,68	Aprovado
6	731402	10/05/1995	Rafaele Chaiane Gessner Zickuhr	7,64	Aprovado
7	737957	24/09/1979	Graciela Regina Dietrich	7,60	Aprovado
8	733754	30/07/1998	Carla Mariana Lopes	7,60	Aprovado
9	735007	10/01/1960	Maria Anita Goncalves De Jesus Grande	7,48	Aprovado
10	730635	28/04/1982	Aldeleia Da Silva Melo Hordina	7,48	Aprovado
11	725440	22/10/1996	Cintiane Aparecida Castelli	7,48	Aprovado
12	762734	13/08/1971	Angela Aparecida Barboza	7,40	Aprovado
13	734922	05/07/1995	Ana Patricia Campestrini	7,40	Aprovado
14	747228	03/05/1984	Vanderlea Agostini	7,36	Aprovado

15	762943	09/11/1981	Juciene Lie Zatelli	7,32	Aprovado
16	753184	28/11/1991	Danyele Luiza Vicente Mafra	7,32	Aprovado
17	734056	31/05/1996	Taynara Daiana Gruner	7,32	Aprovado
18	732939	18/10/1994	Vanessa De Oliveira Neves	7,24	Aprovado
19	731408	06/07/1991	Miria Cruz Costa	7,20	Aprovado
20	733507	04/04/1996	Djeniffer Wille	7,20	Aprovado
21	742665	15/06/1998	Dayara Regina Dalcanale Ferreira Soares	7,20	Aprovado
22	739363	11/02/1973	Silvia Fernanda Ramos Santos	7,12	Aprovado
23	764126	12/07/1993	Emanuella Laisa Zanella	7,12	Aprovado
24	759239	20/07/2000	Walcleine Larissa Kleinschmidt	7,12	Aprovado
25	735461	12/11/1997	Luana Dos Santos Giese	7,08	Aprovado
26	753789	18/01/1995	Rubica Ribeiro	7,08	Aprovado
27	751178	29/06/1980	Angela Pereira	7,04	Aprovado
28	759368	29/07/1983	Luciana Da Silva Astigarraga	7,00	Aprovado
29	752322	25/10/1987	Clauciane Conceicao Aparecida Dos Reis	6,96	Aprovado
30	745409	20/12/1968	Carla Regina Vieira Prompt	6,94	Aprovado
31	763903	30/01/1992	Hellen Paula Da Silva Bernardino	6,92	Aprovado
32	738300	14/02/1997	Camila Gabriela Dietrich	6,92	Aprovado
33	725111	08/12/1999	Jennifer Birr	6,92	Aprovado
34	748859	29/11/1996	Fabiana Aparecida Campestrini	6,88	Aprovado
35	728225	28/02/1997	Leticia Catarine Colasso Pinto	6,80	Aprovado
36	725149	04/02/1981	Rosilma Da Rocha Ferreira	6,68	Aprovado
37	739772	06/06/1985	Angela Danielle Zuchi Vicenzi	6,68	Aprovado
38	728551	31/10/1991	Jaqueline Zambon	6,52	Aprovado
39	749989	04/07/1970	Rosa Maria Silva	6,24	Aprovado
40	740307	31/07/1989	Fabiana De Cassia Pires	6,16	Aprovado
41	728626	01/05/1994	Patricia De Fatima Oliva Schultz	6,16	Aprovado
42	752326	09/10/1975	Denilza Franco Dos Santos Klug	6,08	Aprovado
43	753314	06/08/1991	Dirlaine Cardoso	6,08	Aprovado
44	761810	05/05/1996	Elissandra Coelho Dos Santos	6,08	Aprovado

45	729135	07/03/1985	Marli Marcelino Zambon	6,04	Aprovado
46	726757	29/01/1983	Vanessa Aparecida Andreazza Mastelotto	5,96	Aprovado
47	762165	20/06/1976	Adriana Formigari Rodrigues	5,80	Aprovado
48	764247	01/10/1999	Jessica Sabrina De Souza	5,80	Aprovado
49	731744	29/08/1981	Florinda Wenceslau Ropelatto	5,72	Aprovado
50	727639	17/10/1977	Luciane Coyado Pexe	5,68	Aprovado
51	735555	29/04/1995	Daiara Correia Lopes	5,68	Aprovado
52	752633	04/08/1976	Dorizeti Goncalves Dos Santos	5,60	Aprovado
53	725801	04/06/1999	Emanuely Lara Jung	5,60	Aprovado
54	743903	20/01/1985	Fabiana Kanies Perini	5,56	Aprovado
55	763911	26/02/1998	Schaiene Bueno Da Silva	5,52	Aprovado
56	724412	16/06/1965	Isaete Carioca Dos Santos Menestrina	5,48	Aprovado
57	735184	21/08/1999	Taiinara De Oliveira Viera	5,48	Aprovado
58	744888	06/10/1981	Maria Jaqueline Quental De Figueiredo	5,40	Aprovado
59	741793	05/07/1962	Irlene Maria Busarello Fusinato	5,32	Aprovado
60	736300	06/05/1993	Bruna Salvador Da Silva	5,04	Aprovado

Auxiliar Administrativo | Ensino Médio Completo (com prova de títulos)

Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	NF	Situação
1	761785	27/09/1988	Patricia Michele Da Luz	7,51	Aprovado
2	741607	15/08/1983	Edegar Jean Testoni	6,83	Aprovado
3	735736	25/12/1998	Talita Polli Ramos	6,74	Aprovado
4	761052	26/07/1995	Patricia Naiara Teske	6,52	Aprovado
5	752129	06/08/1997	Ana Paula Giacomozzi	6,40	Aprovado
6	763539	14/11/1988	Leonardo Luiz Maciel Sobierajski	5,76	Aprovado
7	730438	07/01/1985	Helder Rodrigues Da Silva	5,64	Aprovado
8	763797	15/04/1983	Jamile Messias Da Silva Cabral	5,60	Aprovado
9	752175	02/01/1989	Walter Bueno Ribeiro Junior	5,60	Aprovado
10	742943	19/01/1987	Caroline Raquel Riegel	5,48	Aprovado
11	763785	27/10/1996	Douglas Poffo	5,28	Aprovado
12	744794	21/08/2000	Aline Luiza Formigari	5,20	Aprovado

13	738103	18/01/1991	Clovis Alves	5,16	Aprovado
14	746860	06/06/1978	Fernanda Carolina Melgaco Cunha	5,12	Aprovado
15	753368	13/10/1988	Adriana Schoeffel	5,00	Aprovado

Enfermeiro | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	NF	Situação
1	762587	30/01/1990	Raiza Sorelli Silva Gomes	7,00	Aprovado
2	763257	22/09/1978	Regina Ledo Beneri De Albuquerque	6,94	Aprovado
3	761883	20/10/1983	Sheila Manske Da Costa	6,28	Aprovado
4	740777	10/10/1987	Viviana Maria Draeger	6,24	Aprovado
5	764127	10/05/1989	Katia Suelen Perini Eising	5,88	Aprovado
6	726425	21/10/1982	Katiagustmann	5,80	Aprovado
7	762478	24/09/1985	Allany Maciel Moroz Martins	5,80	Aprovado
8	731459	10/11/1982	Janina Inez Uler	5,58	Aprovado
9	729745	15/01/1976	Rosangela Aparecida De Oliveira	5,56	Aprovado
10	749815	20/12/1988	Bianca Rafaela Henkels	5,52	Aprovado
11	725718	26/12/1963	Laide Batista Rodrigues Moreira	5,48	Aprovado
12	737286	19/08/1983	Marly Klug	5,12	Aprovado

Motorista (Obras) | Ensino Fundamental Incompleto (com prova prática)

Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	NF	Situação
1	754622	05/12/1987	Paulo Paternolli Junior	9,38	Aprovado
2	761863	30/08/1978	Irineu Goncalves De Jesus	9,34	Aprovado
3	727576	13/01/1975	Heleomar Das Chagas Carvalho Junior	8,77	Aprovado
4	737415	21/02/1965	Osnildo Rosa	8,75	Aprovado
5	752118	05/05/1968	Wilmar Kisner	8,75	Aprovado
6	753813	07/09/1978	Jorge Luiz Da Silva Douro	8,66	Aprovado
7	757093	28/12/1990	Jaison Catani De Oliveira	8,60	Aprovado
8	762972	11/06/1987	Wilsen Tony Pereira	8,52	Aprovado
9	754869	08/09/1962	Ronald Jose	8,36	Aprovado
10	735608	19/03/1984	Osmar Jose Dalpiaz	8,18	Aprovado
11	741970	09/05/1992	Gabriel Canaan	8,16	Aprovado

			Formigari De Arago		
12	734812	27/10/1975	Fernando Carlos Borinelli	8,10	Aprovado
13	743611	03/03/1988	Edemar Moloies	8,03	Aprovado
14	754155	29/11/1970	Dercilio Agostinho Venceslau	7,87	Aprovado
15	736053	12/06/1989	Johnny Borgogno	7,42	Aprovado
16	746548	23/07/1995	Estevao Zuchi Neto	7,24	Aprovado
17	761596	15/11/1974	Jean Carlos Dallabrida	7,19	Aprovado
18	753085	04/07/1977	Marcelo Barcelar Bastos	6,82	Aprovado

Operador de Máquinas | Ensino Fundamental Incompleto (com prova prática)

Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	NF	Situação
1	736413	13/02/1986	Alex Mutschaewski	8,92	Aprovado
2	746387	04/06/1983	Eliel Gomes Soares	7,86	Aprovado
3	736435	28/11/1968	Sergio Luiz Ropelatto	6,76	Aprovado

Professor I (Artes) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	NF	Situação
1	762712	18/03/1977	Rogeria Aparecida Borges De Lima Ribeiro	6,64	Aprovado
2	756574	25/12/1989	Cintia Miranda	6,56	Aprovado
3	747705	12/04/1991	Jocinei Langa	6,56	Aprovado
4	763465	28/09/1983	Francisca Gesselia Do Nascimento	6,00	Aprovado
5	756094	02/11/1962	Denise De Fatima Mendes Neves	5,96	Aprovado
6	755077	22/04/1986	Patricia Regiane Tomaselli	5,62	Aprovado
7	743681	16/08/1991	Amanda Goncalves De Jesus	5,60	Aprovado
8	763666	12/09/1995	Eduarda Butzke	5,60	Aprovado

Professor I (Educação Infantil) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos .	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	NF	Situação
1	759065	25/11/1976	Rodrigo Fernando Müller	9,34	Aprovado
2	736827	30/05/1962	Susane Maria Berri Busarello	7,70	Aprovado
3	731125	18/07/1965	Aniversina Lopes Amorim	7,50	Aprovado
4	737946	19/02/1990	Sarajane Klug	7,50	Aprovado
5	756790	24/07/1983	Lucilene Maria Dadan	7,48	Aprovado

6	746974	01/03/1969	Josiane schmitz Orsi	7,38	Aprovado
7	739097	06/03/1986	Viviane Dos Santos Sotero urbainski	7,38	Aprovado
8	752774	27/12/1980	Luzia Scotini	7,30	Aprovado
9	732264	06/01/1995	Evelin Priscila Scherpinski Müller da Silva	7,12	Aprovado
10	747098	03/06/1986	Julia Cristina Busarello	7,02	Aprovado
11	742137	01/06/1972	Geisa Martins Rodrigues Baldo	7,00	Aprovado
12	737985	06/01/1989	Ana Regina Dalcanale Campestrini	7,00	Aprovado
13	725443	14/08/1990	Morgana Elen Kissner	6,94	Aprovado
14	731494	21/06/1991	Patricia Kopsel	6,82	Aprovado
15	764308	07/01/1984	Tatiana Cristina Catafesta Lenzi	6,80	Aprovado
16	764355	16/08/1992	Joyce Aparecida Paul Suptitz	6,80	Aprovado
17	735267	18/08/1991	Greice Motzeieski Odorizzi	6,62	Aprovado
18	762996	23/12/1988	Thais Hafemann Dos Santos Reis	6,54	Aprovado
19	752330	16/12/1984	Ana Vilma Stapazzoli Beckhauser	6,52	Aprovado
20	742993	27/01/1997	Luana Cristina Kleemann	6,52	Aprovado
21	742273	24/11/1978	Roseni Putka Dallabrida	6,48	Aprovado
22	764311	28/09/1990	Cleonice Da Silva	6,44	Aprovado
23	738557	20/08/1990	Paula Regina Visentainer Lenzi	6,32	Aprovado
24	724580	18/05/1989	Jessica Maiara Kulpa	6,24	Aprovado
25	763283	01/12/1990	Luana Cunha	6,24	Aprovado
26	753281	24/04/1992	Rita Maria Ruchinski	5,96	Aprovado
27	746924	12/10/1986	Joseane De Oliveira	5,90	Aprovado
28	763905	10/01/1986	Viviane Lunelli	5,84	Aprovado
29	729604	25/08/1972	Lindalva Menestrina Dalpiaz	5,82	Aprovado
30	743030	20/04/1995	Tatiane Karoline Voltolini	5,48	Aprovado
31	744858	23/02/1975	Luciane Giovanella	5,40	Aprovado

Professor I (Séries Iniciais) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	NF	Situação
1	737476	16/06/1965	Sonia Vicente	7,82	Aprovado
2	752225	31/07/1991	Ana Carolina Meynaczyk	7,10	Aprovado

3	756526	20/11/1968	Luciane Vincoski Andreatta	6,94	Aprovado
4	725548	02/01/1992	Tuanny Michelle Da Silva Soares	6,90	Aprovado
5	764144	11/11/1981	Cristiane Roberta Bewiahn Tomaselli	6,86	Aprovado
6	755086	11/09/1982	Rodelene Melo Silva	6,84	Aprovado
7	764343	02/06/1979	Juliana Mendes Volani	6,52	Aprovado
8	742923	26/06/1976	Alaor Leopoldo De Carvalho Alves	6,48	Aprovado
9	763667	02/09/1971	Ires Costa	6,46	Aprovado
10	764087	24/07/1987	Aline Yoshino Lima Da Silva	6,32	Aprovado
11	749987	04/05/1976	Sharly Menestrina Poltronieri	6,24	Aprovado
12	740699	21/08/1967	Teresa Cristina Rodrigues De Oliveira	6,04	Aprovado
13	758552	27/11/1985	Ivi Cristine Nitsche	5,90	Aprovado
14	755285	01/11/1977	Anna Elisabeth Bertsch Orsi	5,88	Aprovado
15	730110	14/12/1995	Daniela Lenzi	5,84	Aprovado
16	764110	20/02/1976	Tatiana Cristina Busarello Kisner	5,82	Aprovado
17	758417	25/05/1990	Sabrina Demonti	5,70	Aprovado
18	741734	02/08/1965	Zenaide Jesus De Bairos De Oliveira	5,28	Aprovado
19	737842	11/05/1988	Dariane Rüeckl	5,12	Aprovado

Professor II (Matemática) | Ensino Superior Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	NF	Situação
1	729796	28/10/1978	Vanderlei Norberto Schneider	5,84	Aprovado

Servente de Serviços Gerais (Alto Cedros/Pedra Branca/Pedra Preta) | Ensino Fundamental Incompleto

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	NF	Situação
1	756754	14/04/1969	Adilson Jose Krug	8,70	Aprovado
2	757968	27/10/1981	Vilmar Withoeft	7,70	Aprovado
3	759715	27/05/1972	Friedrich Wilhelm Niedhardt	7,40	Aprovado
4	762275	27/09/1973	Nelson Spiess	6,50	Aprovado
5	760091	28/05/1989	Jose Carlos De Lima	6,50	Aprovado
6	730426	03/09/1990	Augustinho Batista	6,40	Aprovado

Servente de Serviços Gerais (Rio Ada/Rio Simão) | Ensino Fundamental Incompleto

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	NF	Situação
1	755234	27/06/1985	Karin Kustner	8,50	Aprovado
2	741141	31/05/1994	Jaqueline Elisa Hordina	7,80	Aprovado
3	731047	03/05/1983	Pedro De Goes	6,90	Aprovado
4	750054	28/07/1966	Osnir Tomasini	6,80	Aprovado
5	739634	21/09/1954	Valter Traci	6,40	Aprovado
6	747768	31/05/1962	Jose Odonir Martins De Oliveira	6,20	Aprovado
7	726387	11/11/1985	Anderson Jose Andreazza	5,00	Aprovado

Técnico em Enfermagem | Ensino Médio Completo (com prova de títulos)

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	NF	Situação
1	734194	28/06/1991	Leticia Meyer	6,56	Aprovado
2	725695	21/02/1979	Ivanir Ramos De Barros	6,48	Aprovado
3	732167	07/10/1990	Adriana Goncalves Demarch	6,00	Aprovado
4	745991	21/02/1996	Ana Paula Cristofolini	6,00	Aprovado
5	752886	10/11/1981	Luciana Bridarolli	5,52	Aprovado
6	726394	30/03/1977	Sandra Zenaide Schuster Rusch	5,44	Aprovado
7	758407	01/04/1980	Elisangela Pinter	5,44	Aprovado
8	725697	29/01/1996	Debora Cristina Erdmann	5,04	Aprovado

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Rio dos Cedros, 18 de Dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 18 de Dezembro de 2017.

MARGARET SILVIA GRETTTER

Diretora de Gabinete

DECRETO Nº 2.863, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017. HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2007 ESF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1473382

DECRETO Nº 2.863, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.**HOMOLOGA O RESULTADO DO
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2007
ESF E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Tendo em vista o resultado final apurado pela empresa INSTITUTO O BARRIGA VERDE - IOBV, CNPJ: 08.072.361/0001-55, situado a Rua Tiradentes, nº 555, Bairro Centro, Município de Taió, Estado de Santa Catarina, em conformidade com os pareceres da Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 003/2007 ESF, fica homologado o resultado do referido concurso, conforme abaixo:

Agente Comunitário de Saúde (Microárea 06) Ensino Fundamental Completo					
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	733163	08/08/1978	Patricia Aparecida Correa Claudino	6,00	Aprovado
2	763924	26/04/1984	Janaina Dos Santos	5,40	Aprovado

Agente Comunitário de Saúde (Microárea 14) Ensino Fundamental Completo					
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	740016	12/10/1961	Zenita Otilia Carlini Nones	6,70	Aprovado

Agente Comunitário de Saúde (Microárea 19) Ensino Fundamental Completo					
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	725008	25/10/1976	Sonia Mara Signorini Oliboni	5,70	Aprovado
2	724875	24/12/1983	Luciane Kohls	5,40	Aprovado
3	757772	28/08/1975	Fabiana Paterno Alves Da Conceicao	5,30	Aprovado

Auxiliar de Enfermagem PSF Ensino Médio Completo					
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Nota	Situação
1	725075	03/12/1969	Dilma Cristofolletti	5,80	Aprovado

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Rio dos Cedros, 18 de Dezembro de 2017.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 18 de Dezembro de 2017.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 288, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017 ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 027, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

Publicação Nº 1473387

LEI COMPLEMENTAR Nº 288, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 027, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o capítulo III do Código Tributário Municipal (Lei Complementar n.027, de 19 de dezembro de 2002), passando a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO III

DA TAXA DOS SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA E DO LANÇAMENTO

Art.395. A Taxa dos Serviços de Irrigação tem como fato gerador a prestação, pela Prefeitura ou concessionária, de serviços de irrigação de vias públicas municipais, e será devida pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, de propriedades localizadas em logradouros públicos beneficiados por esse serviço.

Art.396. A Taxa definida no artigo anterior incidirá sobre cada uma das economias autônomas beneficiadas pelos referidos serviços, seja pessoa física ou jurídica.

SEÇÃO II

DA BASE DE CÁLCULO

Art.397. O valor anual da taxa dos serviços de irrigação será equivalente 1,10 (um vírgula dez décimos) da UFM (Unidade Fiscal Municipal) aos beneficiários que trata o art. 395, que tiverem os serviços prestados em até 4 (quatro) vezes diárias, inclusive, e o valor de 1,35 (um vírgula trinta e cinco décimos) da UFM (Unidade Fiscal Municipal) quando os serviços forem prestados em 5 (cinco) vezes diárias ou mais.

§1º - Caberá a Decreto do Poder Executivo regulamentar critérios de adesão da rua bem como definir o número de atendimento diário.

Art.398. A taxa dos serviços de irrigação tem como base de cálculo o custo do respectivo serviço, podendo ser subsidiado pela municipalidade.

SEÇÃO III

DO RECOLHIMENTO

Art.399. O lançamento da taxa far-se-á com base no cadastro próprio municipal, e a sua cobrança será em cota única com desconto de 5% (cinco por cento) ou em quatro vezes nos meses de (abril, maio, junho e julho).

Art.400. Aplica-se, no que couber, a taxa do serviço de irrigação, as disposições contidas nesta lei.

Art.2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, obedecidas as disposições do art.150,III, da Constituição da República.

Art.3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 13 de dezembro de 2017.

Marildo Domingos Felippi

Prefeito de Rio dos Cedros.

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 13 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

LEI COMPLEMENTAR Nº 289, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017 ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 277/2016 QUE DISPÕE SOBRE AS TAXAS MUNICIPAIS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS EXECUTADOS PELO ÓRGÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1473388

LEI COMPLEMENTAR Nº 289, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 277/2016 QUE DISPÕE SOBRE AS TAXAS MUNICIPAIS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS EXECUTADOS PELO ÓRGÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARIDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte.

Lei Complementar

Art. 1º. – Ficam alterados:

§1º - O inciso II do artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº 277, de 16 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - (...)

II - As Licenças Ambientais terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CIMVI a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas, e das certidões de conformidade ambiental.

§2º - O parágrafo 1º do artigo 4º da Lei Complementar Municipal nº 277, de 16 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.4º - [...]

§1º - Estão dispensados do pagamento das taxas de serviços ambientais previstos na presente lei, exceto quando o serviço prestado demandar análise técnica do CIMVI:

I - os órgãos e entidades integrantes da União e o Estado, inclusive suas fundações e autarquias;

II – os órgãos da Administração Direta, as fundações e autarquias municipais;

III - as associações de pais e professores - APP, as associações de moradores de bairro, as associações de classe, centros comunitários e associações de pais e funcionários - APF, devidamente constituídos e sem fins lucrativos;

IV - os clubes de caça e tiro e as associações culturais, as sociedades desportivas, recreativas e os clubes, devidamente constituídos, reconhecidos de utilidade pública por lei municipal e sem fins lucrativos;

V - as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.”

§3º - O artigo 8º da Lei Complementar Municipal nº 277, de 16 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º - Os valores constantes do Anexo Único estão expressos em Unidade Monetária Ambiental (UMA) e serão atualizados anualmente por Decreto do Chefe do Poder Executivo, segundo a variação acumulada do INPC/IBGE ou outro indexador que vier a substituí-lo, medida entre os meses de janeiro a dezembro de cada exercício imediatamente anterior, na forma da legislação municipal de regência.”

§4º - A expressão monetária da UMA referente ao ano de 2017 é de R\$100,00 (cem reais).

Art. 2º - Ficam mantidos os valores reais das taxas previstas no Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 277, de 16 de dezembro de 2016, os quais são convertidos de UFM (Unidades Fiscais do Município) para UMA (Unidade Monetária Ambiental), passando o Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 277, de 16 de dezembro de 2016 a vigorar com a seguinte redação:

Anexo único

Taxa de Prestação de Serviços Ambientais

1. NORMAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO:

1.1 - A cobrança dos serviços será realizada no momento do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado/realizado sem a comprovação do pagamento.

1.2 - Os valores arrecadados serão integralmente destinados ao órgão ambiental municipal.

1.3 - As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CIMVI a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas, e das certidões de conformidade ambiental.

1.4 - A cobrança pela Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento ou de forma simultânea em caso de licenciamento de regularização.

1.5 - Nos casos de pedidos de renovação de Licenças será cobrado o valor referente à classificação da atividade.

2. APURAÇÃO DO VALOR PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a apuração do valor a ser cobrado pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações, Resoluções do CONSEMA nº 98/2017, nº 99/2017 e suas alterações, as atividades são enquadradas nos níveis I, II, III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01.

Tabela nº 01

Enquadramentos das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL				
P	M		G	
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	P,P	P,M	P,G
	M	M,P	M,M	M,G
	G	G,P	G,M	G,G

2.1 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2 - O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos na Resolução CONSEMA nº 98/2017, Resolução CONSEMA nº 99/2017 e suas alterações, que define por listagem as atividades potencialmente causadoras de Degradação Ambiental.

2.3 - O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos nas Resoluções acima mencionadas.

Tabela nº 02

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em UMA

LICENÇAS	NÍVEL								
	P,P	M,P	P,M	M,M	G,P	P,G	M,G	G,M	G,G
LAP	1,7516	3,0801	5,3607	9,3813	14,0954	16,4114	23,4767	28,7199	50,2216
LAI	4,3262	7,6296	13,3666	23,3239	35,0211	40,8403	58,3450	71,4177	124,9428
LAO	8,6642	15,3063	26,7449	46,6831	70,0070	81,6689	116,6901	142,8354	249,8738
Total	14,7420	26,0160	45,4722	79,3883	119,1235	138,9206	198,5118	242,9730	425,0382

Tabela nº 03

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UMA para as atividades agrícola e pecuária.

LICENÇAS	NÍVEL					
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	1,7046	1,9750	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944
LAI	4,7494	5,7017	9,4988	11,4386	8,6642	22,8302
LAO	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944	12,6847	15,2358
Total	9,6046	11,4739	18,9976	22,8302	27,6971	45,6604

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA:

Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

3.1. Custo total das análises

$CT = TT + VT + CE + CA$, onde:

a) Trabalho Técnico

$TT = T \times H$ (UMA 0,6078/hora)

b) Vistoria Técnica

$VT = T \times D$ (UMA 1,4055/dia) + $V \times R$ (UMA0,0083/Km)

c) Consultoria Externa

$CE = Cc \times H$

d) Custo Administrativo

$CA = (TT + VT + CE) \times 0,0015UMA$

Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora (UMA 1,4055)
Q(I)	Vazão de bombeamento (m³/h)

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES, INCLUSIVE ARVORES DE RISCO; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

UMA 0,8357 para corte isolado de até 10 árvores em zona urbana ou rural.

UMA 0,8357 para corte isolado de até 30 árvores em zona urbana ou rural + apresentação de projeto e doação de mudas quando necessário.

UMA 1,7474 + 0,0003 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte.

UMA 1,7474 + 0,0006 x U para manejo de Palmito limitado em 2.000 unidades.

UMA 0,9876 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades rurais.

UMA 1,7474 para análise de projeto de corte de vegetação – AUC para florestas plantadas em áreas protegidas (Área de Preservação Permanente - APP, Unidade de Conservação - UC, etc.), com recomposição vegetal.

UMA 0,9876 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades).

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário se caracterize como pequeno produtor rural, para fins agrosilvopastoris no limite de até 2,0ha/ano.

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário não se caracterize como pequeno produtor rural, no limite de até 3,0ha, uma única vez.

Isento = autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA URBANA:

UMA 0,8357 para AM ≤ 500

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UMA 0,8357 + 0,0013 x AM para AM > 5.000

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA RURAL:

UMA 0,8357 para AM ≤ 500

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 500 e ≤ 2.000

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 2.000 e ≤ 5.000

UMA 0,8357 + 0,0006 x AM para AM > 5.000

7. CERTIDÕES e DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = UMA 0,8357

8. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA

Pr = UMA 0,8357

8.1 - AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA para a suinocultura

Pr = UMA 0,8357

Conforme consta nas Resoluções do CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017, entenda-se porte Único = Autorização Ambiental – AuA.

9. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = UMA 1,9374

10. Listagem de valores para A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:

Granja de suínos - terminação

UMA 0,3039 + 0,0010 x NC

Unidade de Produção de Leite - UPL

UMA 0,3039 + 0,0016 x NM

Granja de suínos - Creche

UMA 0,3039 + 0,0003 x NC

Granja de suínos - Ciclo Completo

UMA 0,3039 + 0,0052 x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 0,0380 UMA para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 0,0570 UMA para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 0,0475 UMA para Licença Ambiental de Operação - LAO.

Legenda:

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m²
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação
U	Unidades

Art. 3º. – O Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 277, de 16 de dezembro de 2016, passa a vigorar acrescido dos seguintes itens:

2.4. Licença Ambiental de Operação de Regularização

Remuneração do processo correspondente aos três níveis de licenciamento correspondentes (LAP, LAI e LAO), conforme tabelas anteriores.

[...]

7.1. Certidão de Conformidade Ambiental

UMA 1,0

7.2. Declaração de atividade não constante

UMA 1,0

[...]

11. Análise de Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) (quando não licenciável por AuA, situação na qual recolherá o valor correspondente a esta)

UMA 's 1,5

12. Licença de Adesão ou Compromisso - LAC

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL			
M	Valor (UMA)		
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	P,M	3,00
	M	M,M	4,00
	G	G/M	5,00

13. Alteração da Razão Social (ALRS)

UMA 's 1,0

14. Transferência de Titularidade

UMA´s 1,0

15. Emissão 2º via do certificado da licença ambiental, certidão de conformidade ambiental ou AuA

UMA 1,0

16. Análise de revisão ou prorrogação de prazo de validade de condicionante

UMA 1,0

17. Prorrogação de prazo de validade de licença ou AuA

30% (trinta por cento) da remuneração básica da respectiva licença ou autorização

18. Renovação da licença ou autorização ambiental

Remuneração do processo correspondente

19. Programa de educação ambiental

UMA 01,00 por hora.

Art. 4º. – O item 8 do Anexo Único da Lei Complementar Municipal nº 277, de 16 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação, após o prazo previsto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal:

8. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA

TAXA DE VISTORIA NO VALOR DE 1,0 UMA +:

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL						
P	Valor (UMA)	M	Valor (UMA)			
PORTE DO EMPREENDIMENTO	inferior a P	P,P	3,00	P,M	3,50	
	inferior a M	M,P	4,00	M,M	5,00	

Art. 5º. – Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto aos artigos 3º e 4º que somente surtirão efeitos após o período previsto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal.

Art. 6º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 13 de dezembro de 2017.

Marildo Domingos Felippi

Prefeito de Rio dos Cedros.

A presente Lei Complementar foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 13 de dezembro de 2017.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

Santa Cecília

PREFEITURA

LANÇAMENTO DE TRIBUTOS 2018

Publicação Nº 1473118

DECRETO Nº 1.191, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2.017.

“DISPÕE SOBRE O LANÇAMENTO DOS TRIBUTOS DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Prefeita do Município de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela alínea “b”, inciso III do Art. 150 da Constituição Federal, combinado com a Lei Complementar nº 05/2000, de 20 de dezembro de 2000 e pelo Artigo 104, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º - Determino e autorizo ao Chefe do Departamento de Tributação e Fiscalização do Município de Santa Cecília a proceder o lançamento da Receita Tributária Municipal devida e de competência, para o exercício de 2018.

§ 1º - Ficam igualmente autorizados o lançamentos de todas as novas inscrições imobiliárias e bem como a regularização e atualização das existentes.

Art. 2º - Os vencimentos do Imposto Predial e Territorial urbano, serão da seguinte forma:

I – 10% (dez por cento) de desconto para o pagamento avista com vencimento até o dia 10 (dez) de Fevereiro de 2018;

II – Em 03 (três) vezes sem acréscimos com o pagamento, vencimento da primeira parcela no dia 10 (dez) de março; a segunda parcela 10 (dez) de abril e a terceira parcela no dia 10 maio de 2018.

Art. 3º - Os demais Impostos terão os seus vencimentos de acordo com os fatos geradores devidamente previstos na Lei Complementar nº 05/2000, de 20 de Dezembro de 2000 e suas alterações subsequentes.

Art. 4º - As taxas referente ao exercício financeiro de 2018 terão os vencimentos sem acréscimos até o dia 31 de Janeiro de 2018.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, em 27 de Dezembro de 2.017.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Registrado e Publicado o presente Decreto na data supra.

Samuel Arbegaus

Secretário de Finança

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº. 253/2017

Publicação Nº 1473492

DECRETO Nº 253/2017

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

DERLI FURTADO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1308/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ 4.960,22 (quatro mil novecentos e sessenta reais vinte e dois centavos).

06.00 Secretaria de Infraestrutura					
06.01 Depto de Obras					
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de estradas de rodagem					
64	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.577,70	
04.00 Secretaria de Educação					
04.02 FUNDEB					
123610018.2.011000 Manutenção do transporte escolar					
61	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.382,52	

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016, no valor de até R\$ \$ 4.960,22 (quatro mil novecentos e sessenta reais vinte e dois centavos), a seguir especificados:

06.00 Secretaria de Infraestrutura					
06.01 Depto de Obras					
267820040.2.032000 Manutenção das Atividades de estradas de rodagem					
65	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.577,70	
04.00 Secretaria de Educação					
04.02 FUNDEB					
123610018.2.011000 Manutenção do transporte escolar					
63	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.382,52	

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 26 de Dezembro de 2017.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PORTARIA Nº. 178/2017

Publicação Nº 1474190

PORTARIA Nº 178/2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde da servidora Edivete Maria Ludwig Da Cruz, Matrícula 7897/01, conforme o Atestado Médico por tempo indeterminado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 22 de dezembro de 2017.
DERLI FURTADO
Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

PORTARIA Nº. 179/2017

Publicação Nº 1474191

PORTARIA Nº 179/2017
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida férias a servidor público municipal, Senhor Silvio de Bairros, matrícula 5231/01 lotado na Secretaria de Agricultura, ocupante do cargo efetivo de Operador de Trator de Esteira. Período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017, período de gozo de férias de 26/12/2017 a 24/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 22 de dezembro de 2017.
DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 06/2017

Publicação Nº 1472944

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 06/2017
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal Santa Terezinha do Progresso/SC, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARQUES MOREIRA & CIA LTDA ME.

Objeto: ADITIVO DE PRAZO.

Processo Licitatório nº. 02/2017.

Nova Vigência: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Assinatura: 22 de dezembro de 2017.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2017

Publicação Nº 1473468

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 103/2017
TOMADA DE PREÇO Nº. 08/2017

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 11 de Janeiro de 2018, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Tomada de Preço, tendo como objeto a Locação de sala para instalação do departamento do Conselho Tutelar para o ano de 2018.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Município, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, e-mail: compras@staterezinhadoprogreso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezinhadoprogreso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 27 de dezembro de 2017.

Derli Furtado

Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

CONTRATO FMS N. 010 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1473290

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2017

NÚMERO CONTRATO: FMS n. 010, de 15/12/2017

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 7.020,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/12/2017

DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SOFTWARE TRIBUTAÇÃO - VIGILANCIA SANITÁRIA MENSAL

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Rudimar Borcioni OAB/SC 15.411

CONTRATADO: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.

CNPJ n. 23.299.477/0001-15

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2018

CONTRATO PREFE 052 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473279

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2017

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 052/2017 de 08/12/2017

VALOR TOTAL DO CONTRATO: 7.580,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 08/12/2017

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DOS CARGOS CONSTANTES NO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS /SC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Rudimar Borcioni OAB/SC 15.411

CONTRATADA: Objetiva Concursos Ltda EPP

CNPJ: 00.849.426/0001-14

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 08/07/2018

CONTRATO PREFE N. 042 DE 11 DE OUTUBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473298

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2017

CONTRATO: PREFE N. 042 DE 11/10/2017

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 2.800,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 11/10/2017

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONDAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE SOLO COM SPT (STANDART PENETRATION TEST) NO TERRENO ONDE SERÁ CONSTRUÍDO O CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: RUDIMAR BORCIONI OAB/SC 15411

CONTRATADA: MANOEL GUSTAVO GOMES DOS SANTOS ME

CNPJ: 02.901.251/0001-72

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2017

CONTRATO PREFE N. 045, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473209

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2017

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 045/2017 DE 09/11/2017

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 4.450,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/11/2017

DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO DE PALCO, AQUISIÇÃO DE ADEREÇOS NATALINOS, FOGOS DE ARTIFÍCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO, SERVIÇOS DE SEGURANÇA E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA MÓVEL

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Rudimar Borcioni OAB/SC 15.411

CONTRATADA: N.F Eventos LTDA EPP

CNPJ n. 14.904.894/0001-59
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2017

CONTRATO PREFE N. 047, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473216

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2017

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 047/2017 DE 09/11/2017

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 7.500,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/11/2017

DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO DE PALCO, AQUISIÇÃO DE ADEREÇOS NATALINOS, FOGOS DE ARTIFÍCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO, SERVIÇOS DE SEGURANÇA E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA MÓVEL

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Rudimar Borcioni OAB/SC 15.411

CONTRATADA: Fagulha Com. de Fogos de Artifícios e Pipas LTDA ME

CNPJ n. 07.125.736/0001-35

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2017

CONTRATO PREFE N. 049, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473213

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2017

NÚMERO CONTRATO: PREFE Nº 049/2017 DE 09/11/2017

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 8.700,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/11/2017

DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO DE PALCO, AQUISIÇÃO DE ADEREÇOS NATALINOS, FOGOS DE ARTIFÍCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO, SERVIÇOS DE SEGURANÇA E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA MÓVEL

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Rudimar Borcioni OAB/SC 15.411

CONTRATADA: Melissa Santiago Martins MEI

CNPJ n. 16.703.247/0001-04

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2017

CONTRATO PREFE N. 055 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473258

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2017

NÚMERO CONTRATO: PREFE n. 055, de 15/12/2017

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 7.800,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/12/2017

DESCRIÇÃO: Locação mensal de sistema para controle do movimento econômico do setor de exatonia da Secretaria de Administração e Fazenda do Município de São Domingos.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Rudimar Borcioni OAB/SC 15.411

CONTRATADO: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.

CNPJ nº 23.299.477/0001-15,

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2018

TERMO ADITIVO FMS N. 010 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473286

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2017

TERMO ADITIVO: FMS Nº 010/2017 DE 20/11/2017

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2013 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/11/2017

DESCRIÇÃO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO CONSISTE NA ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA –DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: RUDIMAR BORCIONI OAB/SC 15.411

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.

CPF/CNPJ: 78.480.597/0001-06

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 02/12/2018

TERMO ADITIVO FMS N. 011 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017. 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N. 002 DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

Publicação Nº 1473250

DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2016

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: FMS N. 011 DE 22/11/2017 (2º TERMO ADITIVO)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/11/2017

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 041/2015 Tomada de Preços n. 003/2015

DESCRIÇÃO: o objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEZTA do contrato FMS n. 002 de 29 de janeiro de 2016.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Rudimar Borcioni OAB/SC 15411

CONTRATADO: MGB SERVICOS DE SAUDE LTDA ME

CPF/CNPJ: n. 23.844.941/0001-07

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/05/2018

TERMO ADITIVO N. 029 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREFE N. 005 DE 22 DE JANEIRO DE 2015.

Publicação Nº 1473231

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2017

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 029 DE 20/11/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/11/2017

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 134/2014 Modalidade: Concorrência n. 004/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na Cláusula Segunda – Da Forma e do Prazo de Execução e da Cláusula Terceira – Da Vigência Contratual do Contrato firmado entre as partes.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Rudimar Borcioni OAB/SC 15.411

CONTRATADO: TESSARI E FAGANELLO AMBIENTAL LTDA EPP

CNPJ: 19.553.522/0001-49,

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 02/04/2018

TERMO ADITIVO N. 032 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473268

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO: PREFE N.032 DE 04/12/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/07/2017

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 055/2015 Modalidade: Pregão Presencial n. 018/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda - Vigência do Contrato PREFE 042 de 14 de maio de 2015.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Rudimar Borcioni OAB/SC 15.411

CONTRATADO: VITAL ENGENHARIA LTDA EPP

CNPJ n. 05.194.635/0001-90

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 31/12/2017

TERMO ADITIVO PREFE N. 027 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2017. 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREFE N. 037 DE 23 DE ABRIL DE 2015.

Publicação Nº 1473240

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2017

SEXTO TERMO ADITIVO: PREFE N. 027 de 09/11/2017

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 035/2015, Tomada de Preços 004/2015

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Dos Prazos do contrato n. 037 de 23/04/2015

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Rudimar Borcioni OAB/SC n. 15.411
CONTRATADA: Terramax Construções e Obras Ltda
CNPJ: 04.406.660/0001-28
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 14/05/2018

TERMO ADITIVO PREFE N. 028 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473236

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: NOVEMBRO /2017

TERMO ADITIVO: PREFE N. 028 DE 13/11/2017 - 4º Termo Aditivo ao Contrato PREFE N. 063 DE 15/09/2014 PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO EDUCATIVO URBANO (ESCOLA 12 SALAS - PROJETO PADRÃO FNDE) OBJETO DO TERMO DE COMPROMISSO N. 7559/2014 DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR).

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/11/2017

LICITAÇÃO: Processo PREFE N. 083/2014 – Concorrência N. 002/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: RUDIMAR BORCIONI OAB/SC 15.411

CONTRATADO: CONSTUTORA E INCORPORADORA BIGOLIN LTDA

CNPJ sob n. 14.494.057/0001-07

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 17/11/2018

TERMO ADITIVO PREFE N. 031 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473222

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2017

TERMO ADITIVO: PREFE N. 031 DE 01/12/2017 - 7º Termo Aditivo ao Contrato PREFE N. 043 DE 25 DE MAIO DE 2015.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/12/2017

LICITAÇÃO: Processo PREFE N. 051/2015 – Tomada De Preços PREFE N. 005/2015

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: RUDIMAR BORCIONI OAB/SC 15.4110

CONTRATADO: CONSTUTORA E INCORPORADORA BIGOLIN LTDA

CNPJ sob n. 14.494.057/0001-07

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 03/03/2018

TERMO ADITIVO PREFE N. 033 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473243

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO: PREFE N. 033 de 11/12/2017

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 156/2016, Tomada de Preços n. 005/2016

DESCRIÇÃO: O objeto deste termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO, do contrato PREFE n. 001 DE 02/01/2017

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Rudimar Borcioni OAB/SC 15.411

CONTRATADA: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

CPF/CNPJ: 04.328.816/001-08

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 30/09/2018

São Francisco do Sul

IPRESF - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 007/2017

Publicação Nº 1473302

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE
SÃO FRANCISCO DO SUL.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 007/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, novo (0 km), com capacidade mínima de 07 (sete) para a Fundação Instituto de Previdência Social do Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF.

CONTRATADO: METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA.

BASE LEGAL: Licitação dispensável com fulcro no artigo 24 inciso V da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

VALOR: R\$ 74.800,00 (setenta e quatro mil e oitocentos reais).

Dotação Orçamentária: 3001 – 1052 449052 52 – 6030100

São Francisco do Sul, 26 de dezembro de 2017.

Beatris Dircelha dos Santos

Diretora Presidente do IPRESF

São João Batista

PREFEITURA

TERMO DE FOMENTO 005/2017

Publicação Nº 1471148

TERMO DE FOMENTO N.º 005/2017

PROCESSO N.º 3812/2017

TERMO DE FOMENTO POR DISPENSA DE CHAMADA PÚBLICA COM FULCRO NO ARTIGO 30, INCISO VI, DA LEI FEDERAL 13.019/2014 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA E A ASSOCIAÇÃO OLINDINA KAMMER, PARA DEVIDOS CUIDADOS COM OS IDOSOS RESIDENTES.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede na Rua Gilson Sartori, Centro, São João Batista, SC, por intermédio do Sr. Daniel Netto Cândido, Prefeito Municipal, daqui por diante denominados MUNICÍPIO e, de outro lado, ASSOCIAÇÃO OLINDINA KAMMER, entidade múnus pública, entidade sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado e com duração por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ 11.944.582/0001-80, com sede na Rodovia SC 408, KM 06, s/nº, Krecher, São João Batista, CEP 88240-000, neste ato representada pelo Presidente, Sra. Marli Terezinha Pera Mázera, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 288.397.229-04 e RG nº 397.943, residente e domiciliado na Rua Octaviano Dadam, nº 325, Centro, Município de São João Batista, CEP: 88240-000, nos termos de seus estatutos sociais, resolvem celebrar o presente termo, dispensando-se a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Lei Municipal nº 3.782/2017, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1- O presente Termo de Colaboração tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO OLINDINA KAMMER, com a finalidade voltada à defesa e garantia de direitos, prevenção, orientações, prestações de serviços, atendimento e apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa e à construção de uma sociedade justa e solidária, conforme Plano de Trabalho, que foi devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2- São compromissos da CONTRATADA, estabelecer um verdadeiro lar para pessoas idosas, no qual possam desenvolver uma convivência digna e sadia, com justiça e solidariedade humana, sem distinção de classe, raça ou credo, atendendo o número de pessoas idosas e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;

2.1 – Acompanhar o desenvolvimento de aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores, bem como melhorar a administração de afetos e emoções vivenciadas em seu cotidiano.

2.2 – Desenvolver atividades lúdicas que despertem a participação e criatividade dos residentes, visando uma melhor convivência e interação entre os mesmos.

2.3 – Realizar atividades festivas, como: celebração de datas especiais, aniversários e eventos pontuais com a participação das famílias.

2.4 – Desenvolver o registro diário da evolução da enfermagem de cada idoso.

2.5 – Prestar todos os cuidados e atenção necessária para a promoção do bem estar dos idosos e a melhoria da qualidade de vida dos mesmos, durante sua estada no lar.

2.6 – Melhorar a qualidade de vida dos idosos residentes no Lar, por meio do atendimento diário e manutenção dos vínculos familiares.

2.7 - Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;

2.8 - Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;

2.9 - Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

2.10 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.11 - Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;

2.12 - Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do Serviço e recebidos pela CONTRATADA;

2.13 - Prestar contas, perante a administração MUNICÍPIO, mensalmente, em relação aos recursos recebidos e aplicados no ano imediatamente anterior;

2.14 - Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

2.15 - Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Colaboração, sendo:

a) despesas diretamente vinculadas a realização das atribuições e obrigações pela CONTRATADA na realização da presente parceria;

b) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

c) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

d) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

e) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

2.16 - Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;

2.17 - Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3- São compromissos do Município:

3.1- Transferir os recursos à CONTRATADA, no valor equivalente a 36.000,00 (- TRINTA E SEIS MIL REAIS -);

3.2- Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.3- Apreciar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;

3.4- Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.5- Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.6- Dar publicidade ao presente Termo de Colaboração através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal;

3.7- Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.8- Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4- O CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, o montante de R\$ 2.000,00 (- DOIS MIL REAIS -) mensalmente por idoso abrigado na entidade e devidamente encaminhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e, R\$ 1.000,00 (- MIL REAIS -) para custeio de energia elétrica e outros;

4.1- O valor definido acima será atualizado monetariamente, anualmente, em julho, utilizando-se no mínimo o índice IPC-FIPE, acumulado dos últimos doze meses, de dezembro do ano imediatamente anterior.

4.2- A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1- O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

5.2- O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6- O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 12 meses, com início em 01/01/2018 até 31/12/2018, com possibilidade de ser renovado em até 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7- O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8- A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas de cada parcela concedida, no prazo de até 30 dias a contar do recebimento, conforme previsto na cláusula segunda, item 2.13;

8.1- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

8.1.a- Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.1.b- Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

8.1.c- Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;

8.1.d- Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias de cada prestação de contas ou após o término da vigência deste Termo, o que ocorrer primeiro.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1- Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10- As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da rubrica de dotação Orçamentária nº 3.3.50.00.00.00.00.0.1.00

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11- Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Lei Municipal nº 3.782/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

12- Os partícipes elegem o Foro da comarca de São João Batista - SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

São João Batista/SC, 26 de dezembro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito de São João Batista

Marli Terezinha Pera Mázera

Presidente da Associação Olindina Kammer

Jeyson Puel

Procurador do Município de São João Batista

OAB/SC 20.243

Testemunhas

Nome: _____ Nome _____

CPF _____ CPF _____

São João do Oeste

PREFEITURA

CV 01.17

Publicação Nº 1473534

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0225/2017
CONVITE Nº 01/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Convite conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica.

Tipo: menor preço por item

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 05 de janeiro de 2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 05 de janeiro de 2018 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 27 de DEZEMBRO de 2.017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2017

Publicação Nº 1472857

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 17/2017
PARTES: Município de São João do Oeste e Thiago Sutlp- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 13/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios e de produtos de higiene e limpeza para o programa cidadão mirim e oportunidade do município de São João do Oeste, para os meses de dezembro de 2017 bem como janeiro e fevereiro de 2018."

VALOR: R\$ 1.996,35

PRAZO: 02.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 27 de Dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2017

Publicação Nº 1472840

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 17/2017
PARTES: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager- ME
ORIGEM: Pregão Presencial nº 13/2017

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios e de produtos de higiene e limpeza para o programa cidadão mirim e oportunidade do município de São João do Oeste, para os meses de dezembro de 2017 bem como janeiro e fevereiro de 2018."

VALOR: R\$ 8.109,03

PRAZO: 02.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 27 de dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/2017

Publicação Nº 1472844

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 205/2017
PARTES: Município de São João do Oeste e Jackson Ubiratan Vargas- Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 142/2017

OBJETO: "Aquisição de Toner e cartuchos de tintas para as diversas secretarias do município de São João do Oeste, para o exercício de 2018."

VALOR: R\$ 3.357,00

PRAZO: 02.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 26 de Dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/2017

Publicação Nº 1472845

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 205/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e JV- Itech Informática Tecn. Impressão LTDA- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 142/2017

OBJETO: "Aquisição de Toner e cartuchos de tintas para as diversas secretarias do município de São João do Oeste, para o exercício de 2018."

VALOR: R\$ 14.935,00

PRAZO: 02.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 26 de Dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/2017

Publicação Nº 1472850

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 205/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Maxcopy Equipamentos e Suprimentos- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 142/2017

OBJETO: "Aquisição de Toner e cartuchos de tintas para as diversas secretarias do município de São João do Oeste, para o exercício de 2018."

VALOR: R\$ 8.482,00

PRAZO: 02.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 26 de Dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/2017

Publicação Nº 1472863

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 205/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Potência Som e Informática LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 142/2017

OBJETO: "Aquisição de Toner e cartuchos de tintas para as diversas secretarias do município de São João do Oeste, para o exercício de 2018."

VALOR: R\$ 25.760,00

PRAZO: 02.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 26 de Dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 205/2017

Publicação Nº 1472848

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 205/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e LMV Informática- Delta Informática

ORIGEM: Pregão Presencial nº 142/2017

OBJETO: "Aquisição de Toner e cartuchos de tintas para as diversas secretarias do município de São João do Oeste, para o exercício de 2018."

VALOR: R\$ 8.448,00

PRAZO: 02.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 26 de Dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2017

Publicação Nº 1472842

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 40/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Carboni Distribuidora de Veículos- LTDA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 24/2017

OBJETO: "Aquisição de veículo furgão original de fábrica, zero quilometro, adaptado para ambulância para simples remoção par a Secretaria Municipal da Saúde de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 184.500,00

PRAZO: 26.12.2017 até 26.01.2018

São João do Oeste – 26 de Dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

IL 09.17 FMS CREDENCIAMENTO FRALDAS

Publicação Nº 1472994

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE SÃO JOÃO DO OESTE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 09.2017

Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 27 de Dezembro de 2017.

OBJETO: Credenciamento de Pessoas jurídicas, privadas ou Públicas, lucrativas ou não, para a aquisição de fraldas descartáveis para os munícipes acamados, cadastrados na Secretaria da Saúde, conforme Lei Municipal 842/2005.

Vigência: até 31.12.2018 – contados a partir de credenciamento.

Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 26 de dezembro de 2.017.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 153.17 AGUA, CHÁ, GÁS

Publicação Nº 1473252

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0224/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0153/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preço para eventual aquisição, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de bombonas de agua mineral de 20 litros, recargas de gás GLP de 13kg e 45kg, café, açúcar e chá para as diversas secretarias do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por itens

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 10 de janeiro de 2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 10 de janeiro de 2018 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 26 de DEZEMBRO de 2.017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

São José

PREFEITURA

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 006/2017/SCC

Publicação Nº 1469528

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 006/2017/SCC. PARTES: O Município de São José e a Associação De Voluntários Josefenses De Ação Social – AVJAS. OBJETO: O uso do bem imóvel objeto do presente termo destinar-se-á exclusivamente para servir de sede da Associação De Voluntários Josefenses de Ação Social – AVJAS. PRAZO: vigorará por 15 (quinze) anos, a contar da data de sua publicação. LOCAL E DATA: São José/SC, 22 de dezembro de 2017. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont pelo Município de São José e Zélia Guimarães Ferreira Laurentino pela entidade.

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 347/2017/SF

Publicação Nº 1472849

DECRETO Nº. 347/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

01 DEPTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COM. DE SAÚDE - ACS

"8"3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais R\$800,00

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"30"3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais), Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

01 DEPTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.055 PROGRAMA DE AGENTES COM. DE SAÚDE - ACS

6"3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimentos e Vantagens Fixas – pessoal Civil R\$800,00

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"37"3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 348/2017/SF

Publicação Nº 1472851

DECRETO Nº. 348/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 22.997,08 (vinte e dois mil novecentos e noventa e sete reais e oito centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO

2.002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO

"2"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$60,00

02 ASSESSORIA JURÍDICA, ADMIN E COMUNICAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSESSORIAS

"9"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$600,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

01 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

"21"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$4.000,00

02 DEPTO DE PATRIMONIO, MATERIAL E LICITAÇÕES

2.006 DEPTO DE COMPRAS, CONMTRATOS E LICITAÇÕES

"28"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações patronais R\$200,00

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

"74"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$450,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA

01 DEPTO FINANCEIRO E CONTABIL

2.015 DEPTO FINANCEIRO E CONTADORIA

"86"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$1.200,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

2.115 MANUTENÇÃO DO SEMA - SJCEDRO

"266"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$8.000,00

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

"281"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$3.487,08

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

"339"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$4.000,00

03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE

2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO – API

"399"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 22.997,08 (vinte e dois mil novecentos e noventa e sete reais e oito centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO

2.002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO

3"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias – Civil R\$60,00

02 ASSESSORIA JURÍDICA, ADMIN E COMUNICAÇÃO

2.003 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ASSESSORIAS

"10"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias – Civil R\$600,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

01 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

"20"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$4.000,00

02 DEPTO DE PATRIMONIO, MATERIAL E LICITAÇÕES

2.006 DEPTO DE COMPRAS, CONMTRATOS E LICITAÇÕES

"27" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil R\$200,00

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

"76"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$450,00

05 SECRETARIA DA FAZENDA

01 DEPTO FINANCEIRO E CONTABIL

2.015 DEPTO FINANCEIRO E CONTADORIA

"90"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$1.200,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE

2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE - SJCEDRO

"270" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$8.000,00

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES

"280"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$116,28

"282"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias – Civil R\$820,00

"284"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$375,46

"285"3.3.90.46.00.00.1.0000 Auxílio – Alimentação R\$1.399,34

"286"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$776,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

"340"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias - |Civil R\$4.000,00

03 COORDENADORIA DE APOIO A TERCEIRA IDADE

2.049 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AO IDOSO – API

"401"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 349/2017/SF

Publicação Nº 1472854

DECRETO Nº. 349/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

03 GABINETE DO VICE PREFEITO

01 GABINETE DO VICEPREFEITO

2.004 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO VICE PREFEITO

"15"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte 1.0000 no valor de R\$1.000,00 (um mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6142/2017

Publicação Nº 1472969

DECRETO Nº 6.142, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE TURNO ÚNICO DE TRABALHO PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos incisos IX e X do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica adotado, excepcionalmente, o turno único de trabalho para os Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Cedro, no dia 29 de dezembro de 2017, no horário das 7 horas às 13 horas.

Parágrafo único. Os serviços emergenciais na área da saúde estarão de plantão para qualquer eventualidade, junto à Associação Beneficente Hospitalar de Cedro.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6143/2017

Publicação Nº 1472970

DECRETO Nº 6.143, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

“REVOGA O DECRETO Nº 6.122, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE O TURNO ÚNICO DE TRABALHO PARA OS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 6.122, de 26 de outubro de 2017, que dispõe sobre o turno único de trabalho para servidores municipais a partir de 02 de janeiro de 2018, retornando ao horário normal de atendimento em todas as repartições públicas.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 22 de dezembro de 2017.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6144/2017

Publicação Nº 1472971

DECRETO Nº 6.144, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 32, Inciso VIII, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, a pedido, a partir de 20 de dezembro de 2017, a servidora pública municipal DANIELA ECHER BUSATTA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2461, vagando o cargo que ocupa.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 de dezembro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.168/2017

Publicação Nº 1473067

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº168/2017

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº168/2017, Edital de Pregão Nº168/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO, BEM COMO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 09/01/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 699/2017

Publicação Nº 1474152

PORTARIA Nº 699/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos municipais, ocupantes do cargo efetivo de Agente Comunitário, Adriana Franceschini Cristofoli, Adilson José Kerkhoven, Cassiane Rita Anzolin Winter, Delci Lucia Bruder dos Santos, Elisete Ferraz, Elomara Rejane Dallegrave Silvestre, Hedi Terezinha Wolfart, Ivete Delazeri Da Costa, Jacinta Bohnenberger, Marilei de Mello, Marina Terezinha Nonnemacher Rigotti, Neli Aparecida Dias, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 700/2017

Publicação Nº 1474153

PORTARIA Nº 700/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, Ana Paula Piccoli, ocupante do cargo efetivo de Dentista ESF, matrícula 2568, referente ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2017, para serem gozados no período de 02 a 11 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 701/2017

Publicação Nº 1474154

PORTARIA Nº 701/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal, Fabiana Fatima Pellenz, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, Grupo SAU, Nível 01, matrícula 2534, referente ao período aquisitivo de 02/03/2016 a 01/03/2017, para serem gozados no período de 02 a 16 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 702/2017

Publicação Nº 1474155

PORTARIA Nº 702/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal, Fabiane Schneider, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Departamento de Secretaria, Grupo DAC, Nível 06, matrícula 2777, referente ao período aquisitivo de 01/02/2016 a 31/01/2017, para serem gozados no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 703/2017

Publicação Nº 1474156

PORTARIA Nº 703/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Inez Maria Stefani Galon, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro ESF, Matrícula 2452, referente ao período aquisitivo de 20/10/2014 a 19/10/2015, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 704/2017

Publicação Nº 1474157

PORTARIA Nº 704/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos municipais, ocupantes do cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, Jeferson Luiz Welter e Luis Agostino Reolon, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 705/2017

Publicação Nº 1474158

PORTARIA Nº 705/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Jucéli Soldá Franco, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, Grupo ANS, Nível 08, Matrícula 2393, referente ao período aquisitivo de 14/05/2015 a 13/05/2016, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 706/2017

Publicação Nº 1474159

PORTARIA Nº 706/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Márcia Fátima Balbinot, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem ESF, Matrícula 3016, referente ao período aquisitivo de 05/05/2016 a 04/05/2017, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 707/2017

Publicação Nº 1474160

PORTARIA Nº 707/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Silene Terezinha Beckenkamp Lunkes, ocupante do cargo efetivo de Agente Social, Grupo SAU, Nível 04, Matrícula 338, sendo 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 22/03/2015 a 21/03/2016 e 20 (vinte) dias referente ao período aquisitivo de 22/03/2016 a 21/03/2017, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 708/2017

Publicação Nº 1474161

PORTARIA Nº 708/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal, Silvia Brusamarello, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, matrícula 3334, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017, para serem gozados no período de 02 a 16 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 709/2017

Publicação Nº 1474162

PORTARIA Nº 709/2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, Renan Lopes, ocupante do cargo efetivo de Médico ESF, matrícula 2459, referente ao período aquisitivo de 03/01/2017 a 02/01/2018, para serem gozados no período de 03 a 12 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2018.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JULIO WILL,
Secretário Municipal da Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 710/2017

Publicação Nº 1474163

PORTARIA Nº 710/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à Servidora Pública Municipal, Michele Seffrin, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, Grupo ANS, Matrícula 3279, referente ao período aquisitivo de 03/11/2016 a 02/11/2017, para serem gozadas no período de 08 a 17 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 711/2017

Publicação Nº 1474164

PORTARIA Nº 711/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público Municipal Marcos Bagnara, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitário, Grupo ATM, Nível 07, Matrícula 1909, referente ao período aquisitivo de 02/04/2015 a 01/04/2016, para serem gozadas no período de 02 a 16 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 712/2017

Publicação Nº 1474165

PORTARIA Nº 712/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal Fernando Henrique Silva, ocupante do cargo efetivo de Veterinário, Grupo ANS, Nível 04, Matrícula 2611, referente ao período aquisitivo de 18/10/2015 a 17/10/2016, para serem gozadas no período de 02 a 21 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 713/2017

Publicação Nº 1474166

PORTARIA Nº 713/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Loiva Terezinha da Luz, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, Matrícula 2685, referente ao período aquisitivo de 02/04/2016 a 01/04/2017, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 714/2017

Publicação Nº 1474167

PORTARIA Nº 714/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias aos Servidores Públicos Municipais, Gilberto Toigo, Dilo Jose Ruckhaber e Jair Postay, ocupantes do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, Grupo TSG, Nível 09, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 715/2017

Publicação Nº 1474168

PORTARIA Nº 715/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias aos Servidores Públicos Municipais, Anderson Belletz e Fabio Fernando Kraemer, ocupantes do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 716/2017

Publicação Nº 1474169

PORTARIA Nº 716/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias aos Servidores Públicos Municipais, Elemar Thome, Ivair Reolon e Marno Jose Niederauer, ocupantes do cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 717/2017

Publicação Nº 1474170

PORTARIA Nº 717/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias aos Servidores Públicos Municipais, Elton Luis Muller, Hanathan Pablo Sartori e Rodrigo Johner, ocupantes do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, Grupo TSG, Nível 09, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 718/2017

Publicação Nº 1474171

PORTARIA Nº 718/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal Genair Bruno Sevald, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, Grupo TSG, Nível 10, matrícula 1312, referente ao período aquisitivo de 06/02/2015 a 05/02/2016, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 719/2017

Publicação Nº 1474172

PORTARIA Nº 719/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal Sergio Luiz Marin, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, Grupo TSG, Nível 07, matrícula 2469, referente ao período aquisitivo de 01/02/2015 a 31/01/2016, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 720/2017

Publicação Nº 1474173

PORTARIA Nº 720/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal Volmir Tarciso Trevisan, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Departamento de Secretaria, Grupo DAC, Nível 06, matrícula 3023, referente ao período aquisitivo de 05/05/2016 a 04/05/2017, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 721/2017

Publicação Nº 1474174

PORTARIA Nº 721/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal Anderson Luiz Tremea, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal, Grupo DAC, Nível 19, matrícula 3406, referente ao período aquisitivo de 10/10/2016 a 09/10/2017, para serem gozadas no período de 02 a 11 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 722/2017

Publicação Nº 1474175

PORTARIA Nº 722/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Fabiane Mantelli, ocupante do cargo comissionado de Chefe de Gabinete de Secretário, Grupo DAC, Nível 07, matrícula 2974, referente ao período aquisitivo de 11/03/2016 a 10/03/2017, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 723/2017

Publicação Nº 1474176

PORTARIA Nº 723/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Beatris Christofoli Rossini, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Serviços, Grupo TSG, Nível 05, matrícula 3013, referente ao período aquisitivo de 05/05/2016 a 04/05/2017, para serem gozadas no período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 26 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017 - PR Nº 036/2017 - FMS

Publicação Nº 1474177

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 09/01/2018, às 07h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LINK DE INTERNET BANDA LARGA DE 15/15 MBPS PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO DISTRITO DE SÃO ROQUE VINCULADA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, 27 de dezembro de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 212/2017 - SRP - PR Nº 157/2017

Publicação Nº 1474178

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 09/01/2018, às 10h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 212/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS E/OU LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2018. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de dezembro de 2017.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.825, DE 26 DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1472924

DECRETO Nº 5.825, DE 26 DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.01 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034.3.1.90.00.00.00.00.01.0000	81 Aplicação Direta	R\$ 30.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

08.00 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

08.01 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.01.0000	85 Aplicação Direta	R\$ 30.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.826, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1473063

DECRETO Nº 5.826, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
18.01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
27.812.4517.2.035 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	01	Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
18.01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
27.812.4517.2.035 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	02	Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.827, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474196

DECRETO Nº 5.827, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais) na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01.27.812.4511.1.062 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0034	130	Aplicação Direta	R\$ 19.800,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o inciso II, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.828, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1474197

DECRETO Nº 5.828, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.01.0019	47 Aplicação Direta	R\$ 200.000,00
--	---------------------	----------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.01.0019	50 Aplicação Direta	R\$ 200.000,00
--	---------------------	----------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2017

Publicação Nº 1473075

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, através do Sr. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que o Processo Licitatório Nº 192/2017 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 018/2017, com Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÃO DE OBRA, PARA CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS DE PONTE EM CONCRETO ARMADO Á SEREM EXECUTADAS SOBRE O RIO LAJEADO LOCALIZADO NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETO EM ANEXO, com data de abertura designada para 19/12/2017, às 08h30min, restou DESERTO por não haver nenhum interessado para o certame.

São Lourenço do Oeste – SC, 19 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2017

Publicação Nº 1473076

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 199/2017 – Pregão Presencial Nº 148/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASTAS PARA ACONDICIONAR OS BLOCOS DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA

DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
FORNECEDOR: COMERCIAL SOETHE LTDA – ME - CNPJ: 21.264.454/0001-40.
VALOR: R\$ 14.250,00 (quatorze mil, duzentos e cinquenta reais).
TOTAL: R\$ 14.250,00 (quatorze mil, duzentos e cinquenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 26/12/2017.
VIGÊNCIA: 26/12/2017 à 31/12/2017.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/2017

Publicação Nº 1473077

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/2017
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 200/2017 – Pregão Presencial Nº 149/2017.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET PARA AS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS DO DISTRITO DE SÃO ROQUE, BEM COMO PARA OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO RESIDENTES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO E NÃO ABRANGIDOS PELO PROGRAMA CIDADE DIGITAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.
FORNECEDOR: NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME - CNPJ: 11.353.858/0001-56.
VALOR: R\$ 22.272,00 (vinte e dois mil, duzentos e setenta e dois reais).
TOTAL: R\$ 22.272,00 (vinte e dois mil, duzentos e setenta e dois reais).
DATA DE ASSINATURA: 26/12/2017.
VIGÊNCIA: 26/12/2017 à 31/12/2017.
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO TA N. 01 AO CONTRATO N. 14/2017

Publicação Nº 1473481

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/2017
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2017.

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 14/2017, vigendo até o dia 31 de dezembro de 2018, cujo objeto é a contratação de espaço/horário para veiculação de programa semanal, de mídia radiofônica para divulgação de atos, avisos, notícias e publicidade do legislativo municipal, conforme estipulados ao contrato originário.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC;

CONTRATADO: Empresa ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA E CULTURAL SÃO LOURENÇO;

VIGÊNCIA: de 01/01/2018 à 31/12/2018;

DATA DE ASSINATURA: 21/12/2017.

Vereador Agostinho Assis Menegatti
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Contratante

Marcos Antonio Fergutz
Associação Comunitária e Cultural de São Lourenço
Contratada

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO N. 118/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1473600

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 118/2017 - 1º AD - Contrato Nº: 118/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: NIVELTER TERRAPLENAGENS E OBRAS EIRELI - ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 17/12/2017 Término: 30/03/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 25/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE
MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS
PARA A EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS
IRREGULARES DO TRECHO 02 DA RUA JORGE ARNOLD, CONFORME
CONTRATO DE REPASSE Nº 819968/2015 MINISTÉRIO DAS
CIDADES/CAIXA PROCESSO Nº 2623.1023754-17/2015, DE ACORDO
COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONGRAMA
FISICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTA
PROCESSO LICITATÓRIO.
São Miguel do Oeste, 26 de Dezembro de 2017

1º ADITIVO AO CONTRATO N. 132/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1473618

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º ADITIVO - Contrato Nº: 132/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: A. S. JUNIOR INSTALADORA ELETRICA LTDA - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 31/12/2017 Término: 01/03/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 96/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A MANUTENÇÃO
PREVENTIVA E CORRETIVA DE SISTEMA DE VIDEO
MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS À
DISTÂNCIA EM PROTOCOLO TCP/IP, COM FORNECIMENTO DE
PEÇAS SOB DEMANDA, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE
REFERÊNCIA DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 26 de Dezembro de 2017

EXTRATO CONTRATO N. 148/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1473352

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 148/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: STANG & STANG LTDA
Valor : 1.100.700,00 (um milhão cem mil setecentos reais)
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 181/2017
Recursos : Recursos próprios e recursos de contas vinculadas

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ARLA DESTINADOS PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL
São Miguel do Oeste, 26 de Dezembro de 2017

EXTRATO CONTRATO N. 6/2017 - FUNDO DE DES. AGRÍCOLA

Publicação Nº 1473299

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESENV. AGRICOL. SAO M. OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 6/2017
Contratante.: FUNDO MUN. DESENV. AGRICOL. SAO M. OESTE
Contratada...: STANG & STANG LTDA
Valor : 29.280,00 (vinte e nove mil duzentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 181/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Recursos : recursos próprios e recursos de contas vinculadas
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL

São Miguel do Oeste, 26 de Dezembro de 2017

EXTRATO CONTRATO N. 89/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 1473386

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 89/2017
Contratante.: FUNDO MUN. DE SAUDE SAO MIGUEL DO OESTE
Contratada...: STANG & STANG LTDA
Valor : 433.610,00 (quatrocentos e trinta e três mil seiscentos e dez reais)
Vigência : Início: 01/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 181/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
Recursos : Recursos próprios e recursos de contas vinculadas
Objeto : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL
São Miguel do Oeste, 26 de Dezembro de 2017

LEI 7.478 CONCEDE PRAZO PARA TÉRMINO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO DONA LURDES PRIORI

Publicação Nº 1473485

LEI N. 7.478/2017
CONCEDE PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA DIAS) PARA O TÉRMINO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO DONA LURDES PRIORI, APROVADO E INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL N. 7.415/2017, ALTERADO PELA LEI MUNICIPAL N. 7.437/2017 E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação da presente lei, para o término das obras de implantação do "LOTEAMENTO DONA LURDES PRIORI" aprovado e instituído pela Lei Municipal n. 7.415/2017, alterado pela Lei Municipal 7.437/2017.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 26 de dezembro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nélio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

LEI 7.479 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL R\$ 3.564.178,00

Publicação Nº 1473491

LEI N. 7.479/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 3.564.178,00 (TRÊS MILHÕES, QUINHENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL, CENTO E SETENTA E OITO REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica autorizada a alteração da Lei nº. 7.464, de 27 de novembro de 2017, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto no presente ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 3.564.178,00 (três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, cento e setenta e oito reais), objetivando a adequação da matéria orçamentária por força da Lei Complementar nº. 064/2017 que altera a Lei Complementar Municipal nº. 024/2013, que dispõe a estrutura organizacional administrativa direta do Poder Executivo de São Miguel do Oeste.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica autorizada a alteração da Lei nº. 7.465, de 27 de novembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 3.564.178,00 (três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, cento e setenta e oito reais), objetivando a adequação da matéria orçamentária por força da Lei Complementar nº. 064/2017 que altera a Lei Complementar Municipal nº. 024/2013, que dispõe a estrutura organizacional administrativa direta do Poder Executivo de São Miguel do Oeste.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica autorizada a alteração da Lei nº. 7.466, de 27 de novembro de 2017 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 3.564.178,00 (três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, cento e setenta e oito reais), objetivando a adequação da matéria orçamentária por força da Lei Complementar nº. 064/2017 que altera a Lei Complementar Municipal nº. 024/2013, que dispõe a estrutura organizacional administrativa direta do Poder Executivo de São Miguel do Oeste.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 3.564.178,00 (três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, cento e setenta e oito reais), na matéria orçamentária constante da Lei Municipal nº. 7.466/2017, em conformidade com o disposto a seguir:

02.00 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

02.11 – FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

04.122.043.1.017 – Aquisição de equipamentos permanentes.

4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
14.422.085.2.056 – Adm.geral dos bens e serviços de Defesa dos Direitos do Consumidor
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 200.340,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
SUBTOTAL R\$ 270.340,00

12.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

12.01 – ESPORTES

27.812.224.1.757 – Implantação e melhoramento de equipamentos esportivos
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0114.000000.04.03.00 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.1058.000054.04.03.00 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

27.812.224.2.057 – Admin. geral dos bens e serviços da unidade de Esporte e Juventude
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 450.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0114.000000.04.03.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 488.915,00
SUBTOTAL R\$ 1.488.915,00

12.02 – CULTURA E TURISMO

13.392.247.1.030 – Obras e equipamentos para o Centro Cultural
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

13.392.247.1.032 – Aquis.equip.e matl perm.p/Biblioteca Pública Municipal
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

27.122.813.2.035 – Admin.dos bens e serviços de Lazer e Turismo
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 37.590,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

13.391.246.2.037 – Admin.dos bens e serviços do Museu
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 16.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

13.392.21.2.038 – Admin.geral dos bens e serviços do Órgão
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 239.880,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 276.173,00

13.392.247.2.040 – Admin.geral dos bens e serviços da Biblioteca Pública
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 112.950,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.930,00

13.392.247.2.471 – Promoções e eventos de cultura, lazer e turismo
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0114.000000.04.03.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.1058.000054.04.03.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
SUBTOTAL R\$ 1.260.423,00

13.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA

13.01 – GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA

04.122.021.2.400 – Administração geral dos bens e serviços de responsabilidade do Órgão
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 441.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 85.000,00

04.122.021.1.400 – Aquisição de equipamento e material permanente para os serviços de responsabilidade do Órgão.
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
SUBTOTAL R\$ 544.500,00

TOTAL GERAL R\$ 3.564.178,00

Art. 5º Para a cobertura do Crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a promover as reduções das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

21.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO DE SÃO MIGUEL
21.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO DE SÃO MIGUEL

28.846.77.0.002 – Contribuições PASEP
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 4.073,00

13.392.247.1.030 – Obras e equipamentos para o Centro Cultural
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

13.392.247.1.032 – Aquis. Equipamentos e material permanente para Biblioteca Pública Municipal
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

27.122.813.2.035 – Admin. dos bens e serviços de Lazer e Turismo
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 37.590,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

13.391.246.2.037 – Admin. dos bens e serviços do Museu
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 16.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

13.392.21.2.038 – Admin. geral dos bens e serviços do Órgão
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 239.880,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 272.100,00

13.392.247.2.040 – Admin. geral dos bens e serviços da Biblioteca Pública
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 112.950,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.930,00

13.392.247.2.471 – Promoções e eventos de cultura, lazer e turismo
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0114.000000.04.03.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.1058.000054.04.03.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
SUBTOTAL R\$ 1.260.423,00

21.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL
21.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE SÃO MIGUEL
28.846.77.0.003 – Contribuições PASEP
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.915,00

27.812.224.1.757 – Implantação e melhoramento de equipamentos esportivos
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0114.000000.04.03.00 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.1058.000054.04.03.00 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

27.812.224.2.057 – Admin. geral dos bens e serviços da unid. de Esporte e Juventude
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 450.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0114.000000.04.03.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 485.000,00
SUBTOTAL R\$ 1.488.915,00

0300 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
03.01 – GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.021.2.013 – Administração geral dos bens e serviços de responsabilidade do Órgão
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 94.420,00

0302 – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
04.122.043.1.010 – Aquisição de equipto.e mtl.perm. para o serv.do RH.
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
04.122.021.2.016 – Administração geral dos bens e serviços da Unidade
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 352.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 39.930,00
SUBTOTAL R\$ 501.350,00

03.06 – DEPARTAMENTO DE ADMIN. – SISTEMA CARTEIRA TRABALHO
04.122.043.2.060 – Adm.geral dos bens e serv.do Sist.de Cart. de Trabalho
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 38.150,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
SUBTOTAL R\$ 43.150,00

03.08 – FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR
04.122.043.1.017 – Aquisição de equipamentos permanentes.
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
14.422.085.2.056 – Adm. geral dos bens e serviços de Defesa dos Direitos do Consumidor
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 200.340,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0080.000000.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
SUBTOTAL R\$ 270.340,00

TOTAL GERAL R\$ 3.564.178,00

Art. 6º Por força da Lei Complementar nº. 064/2017, ficam automaticamente ajustados os Órgãos e Unidades Orçamentárias constantes das Leis nºs. 7.464/2017 – PPA - 2018-2021; 7.465/2017 - LDO; e, 7.466/2017 - LOA, objetivando a adequação das matérias orçamentárias, sendo permitido ao Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder os ajustes indispensáveis a adequação efetiva das nomenclaturas dos respectivos Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias, em conformidade com o disposto na legislação determinante, respeitadas as programações financeiras originais deliberadas pelo Legislativo Municipal nas matérias orçamentárias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.
Em, 26 de dezembro de 2017.
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER
Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima
Advogado Assessor Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Assessoria Especial

LEI 7.480 INSTITUI A DISTINÇÃO HONORÍFICA DENOMINADA "MÉRITO DESPORTIVO"

Publicação Nº 1473495

LEI N. 7.480/2017

INSTITUI A DISTINÇÃO HONORÍFICA DENOMINADA "MÉRITO DESPORTIVO" NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Poder Legislativo de São Miguel do Oeste a distinção honorífica denominada "MÉRITO DESPORTIVO", a ser comemorado no dia 21 de dezembro de cada ano.

Art. 2º O objetivo da distinção honorífica "MÉRITO DESPORTIVO" é o reconhecimento dos destaques esportivos no município de São Miguel do Oeste (SC).

Parágrafo único. Esta condecoração será atribuída àqueles que, sem restrição quanto a sexo, raça ou crença, hajam prestado inegável e assinalados serviços ao desporto Migueloestino, através de conquistas atingidas ou convocações a representações estaduais e nacionais; mediante trabalho efetivo na área do esporte, quer na condição de atleta, de membro de comissão técnica ou de dirigente.

Art. 3º As homenagens pela comemoração do dia serão realizadas em sessão ordinária da Câmara de Vereadores durante o mês de dezembro, ocasião em que serão homenageados os destaques desportivos, do ano em curso, escolhidos pelos próprios vereadores, mediante a entrega de um diploma de Menção Honrosa.

Parágrafo único. Excepcionalmente, no primeiro ano da instituição do objeto da presente lei, poder-se-á homenagear àqueles que, já não estão na ativa, mas que de alguma forma contribuíram para o engrandecimento do desporto Migueloestino.

Art. 4º Os diplomas de Menção Honrosa destinada às homenagens de que trata a presente Lei, serão reproduzidos às custas do orçamento próprio do Poder Legislativo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.
Em, 26 de dezembro de 2017.
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER
Secretário de Administração

Nélio Dariva Pires de Lima
Advogado Assessor Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Assessoria Especial

LEI COMPLEMENTAR 068/2017 ALTERA LEI 4.200 FÓRMULA BASE DE CÁLCULO

Publicação Nº 1473496

LEI COMPLEMENTAR N. 068/2017

ALTERA O INCISO II DO ARTIGO 180 E ACRESCENTA OS INCISOS II-A E II-B E ALTERA O INCISO I DO ARTIGO 196 DA LEI 4.200, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997, ALTERADO PELA LC 005/2004, O QUAL DISPÕE SOBRE A FÓRMULA DA BASE DE CÁLCULO DO ITBI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O inciso II do artigo 180 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 180. (...)

II - o Fator de Localização do terreno, fixado na planta genérica, anexa, segundo os coeficientes de valorização ou desvalorização do imóvel, de acordo com as tabelas e fatores de correção abaixo especificados, respeitando a seguinte fórmula de cálculo:

$Vm2: \text{Fator de Localização} \times UPM \times \text{Situação} \times \text{Topografia} \times \text{Pedologia} \div 1000$

II-A - Para calcular o valor venal do terreno (lote), multiplica-se o valor do metro quadrado do terreno, encontrado na fórmula de cálculo, pelo número de metros quadrados do terreno.

II-B – Para fins de cálculo do IPTU, o valor da Unidade Padrão Municipal (UPM) a ser utilizada será multiplicada por 0,10 (zero vírgula dez).

Art. 2º O inciso I do artigo 196 da Lei 4.200, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 196 (...)

I - Tratando-se de imóveis, com ou sem construção, a base de cálculo do metro quadrado do terreno (lote) para fins do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis, ITBI, será conhecido respeitando a seguinte fórmula de cálculo:

$Vm2: \text{Fator de Localização} \times UPM \times \text{Situação} \times \text{Topografia} \times \text{Pedologia} \div 1000$

I-A – Para calcular o valor venal do terreno, multiplica-se o valor do metro quadrado do terreno encontrado na fórmula de cálculo, pelo número de metros quadrados do terreno.”

(...)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 26 de dezembro de 2017.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER
Secretário de Administração

Nélio Dariva Pires de Lima
Advogado Assessor Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Assessoria Especial

LEI COMPLEMENTAR 069/2017 CRIA CARGO PROVIMENTO EFETIVO DE CONTROLADOR INTERNO

Publicação Nº 1473506

LEI COMPLEMENTAR N. 069/2017

CRIA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE CONTROLADOR INTERNO, ALTERA O ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 025/2013 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Cria duas vagas de provimento efetivo de Controlador Interno.

§ 1º O cargo de controlador interno será ocupado por servidor comissionado até a realização, homologação e chamamento de servidor efetivo classificado em concurso público.

§ 2º Acrescenta tabela ao ANEXO I, NOMINATIVA DOS CARGOS, HABILITAÇÃO, VAGAS e VENCIMENTOS INICIAIS; QUADRO 1 GRUPO I: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS. (40 Horas), da Lei Complementar Municipal 025/2013.

Nominata do Cargo	Habilitação Profissional	Vagas	Vencimento Inicial R\$
Controlador Interno	Ensino Superior	02	3.647,21

§ 3º Acrescenta tabela ao ANEXO III, TABELA DE SALÁRIOS COM PROGRESSÃO; TABELA 1 – GRUPO I: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS. – (40 Horas), da Lei Complementar Municipal 025/2013.

Nível	Controlador Interno
1	3.647,21
2	3.829,56
3	4.021,04
4	4.222,08
5	4.433,20
6	4.654,86
7	4.887,59
8	5.131,98
9	5.388,59
10	5.658,01

§ 4º Acrescenta descrição ao ANEXO V, DESCRIÇÃO INDIVIDUALIZADA DE CARGOS SERVIDORES EM GERAL; GRUPO I: ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS, da Lei Complementar Municipal 025/2013.

TÍTULO DO CARGO: CONTROLADOR INTERNO

NÍVEL DE FORMAÇÃO: Bacharel em Direito, Administração ou Ciências Contábeis.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: compete desenvolver atividades de auditoria e controladoria interna, no âmbito dos órgãos da administração direta e indireta da Prefeitura de São Miguel do Oeste, bem como de elaboração das demonstrações e remessa de documentos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

DESCRIÇÃO DETALHADA: - promover auditorias internas e externas nas Secretarias, Setores e demais unidades da administração direta do Município, em todos seus níveis;

- promover e ordenar ajustes e baixar atos necessários ao cumprimento fiel de suas incumbências;
- proceder às informações ao Tribunal de Contas do Estado;
- fazer cumprir a legislação constitucional e legal, concedendo prazo máximo de 30 (trinta) dias a correção dos atos discrepantes às normas reguladoras;
- desenvolver outras atividades previstas em atos do Chefe do Poder Executivo Municipal;
- desincumbir-se de outras atividades delegadas;
- avaliar o cumprimento de metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- coordenar a avaliação da eficiência e economicidade do Sistema de Controle Interno do Município, atendendo todas as demandas fixadas na legislação que tange ao controle interno;
- orientar, sugerir e solicitar providências administrativas;
- prestar informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e atividades constantes dos orçamentos do Município;
- avaliar os custos das obras e serviços;
- verificar a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos;
- acompanhar o cumprimento dos limites de gastos do Poder Legislativo Municipal, nos limites de sua competência;
- acompanhar o cumprimento dos gastos mínimos em educação e saúde;
- acompanhar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos;

- estimular as entidades locais da sociedade civil a participar do acompanhamento e fiscalização de programas executados com recursos do orçamento do Município;
- executar outras atividades correlatas.

DESEMPENHO PROFISSIONAL: O ocupante do cargo deverá ser capaz de exercer suas funções e solucionar problemas, dentro de padrões adequados, sugerir mudanças e resoluções, com base em seus conhecimentos profissionais, demonstrar capacidade, foco no trabalho, atuação em equipe, aperfeiçoamento, dedicação, capacidade resolutive, adequação e dinamismo, proporcionando qualidade aos serviços prestados.

VINCULAÇÃO HIERÁRQUICA: O ocupante do cargo está funcionalmente vinculado ao Gabinete do Prefeito na qual está lotado conforme portaria de nomeação, devendo-se reportar ao imediato hierárquico, ao qual deve subordinação profissional, e perante o qual apresentará relatórios das tarefas que lhe são atribuídas.

Art. 2º Altera o ANEXO IV da Lei Complementar Municipal 025/2013. Os valores constantes no ANEXO IV - GRATIFICAÇÃO PARA DESEMPENHO DE FUNÇÃO, atualizados, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO IV

GRATIFICAÇÃO PARA DESEMPENHO DE FUNÇÃO

Art. 3º Altera os incisos III e VI do artigo 36 da Lei Complementar Municipal 025/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36. ...

.....

III – Completar 15 (quinze) faltas injustificadas ao serviço;

.....

VI – afastar-se para tratamento de saúde até 60 (sessenta dias) dias ininterruptos ou não, excetuado o período de afastamento em razão de acidente de trabalho e os afastamentos para tratamentos de saúde superiores a 15 (quinze dias) que suspenderão o prazo de contagem do período aquisitivo da progressão.

Art. 4º Altera os incisos III e VI do artigo 32 da Lei Complementar Municipal 026/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 32. ...

.....

III – Completar 15 (quinze) faltas injustificadas ao serviço;

.....

VI – afastar-se para tratamento de saúde até 60 (sessenta dias) dias ininterruptos ou não, excetuado o período de afastamento em razão de acidente de trabalho e os afastamentos para tratamentos de saúde superiores a 15 (quinze dias) que suspenderão o prazo de contagem do período aquisitivo da progressão.

Art. 5º Altera o § 4º do artigo 45 da Lei Complementar nº 026/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 45 ...

§ 4º Obrigatoriamente 50% (cinquenta por cento) das horas atividades devem ser cumpridas na Unidade Escolar.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, excetuando os artigos 1º e 2º que entram em vigor em 1º de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 26 de dezembro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

LEI COMPLEMENTAR 070/2017 ALTERA ANEXOS LEI COMPLEMENTAR 024/2013 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DIRETA

Publicação Nº 1473509

LEI COMPLEMENTAR N. 070/2017

ALTERA OS ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 024/2013, QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DIRETA DO PODER EXECUTIVO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Altera os ANEXOS I e III da Lei Complementar Municipal 024/2013, que passa a vigorar da seguinte forma:

ANEXO I

NOMINATIVA, QUANTIDADE E VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO – GRUPO: CARGOS EM COMISSÃO CC

GABINETE DO PREFEITO			
N. VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	R\$
01	Prefeito Municipal	Subsídio	Subsídio
01	Chefe de Gabinete	CC – 5	5.968,16
01	Procurador Geral	CC – 7	9.946,94
01	Advogado Assessor	CC – 5	5.968,16
01	Assessor de Comunicação	CC – 4	3.978,77
01	Diretor de Habitação	CC – 3	3.514,57
01	Diretor de Regularização Fundiária	CC – 3	3.514,57
01	Diretor Coordenador do PROCON	CC – 3	3.514,57
01	Chefe de Divisão de Atendimento	CC – 1	2.718,82
01	Assessor Executivo	CC – 4	3.978,77
01	Diretor de Controle Interno	CC – 5	5.968,16

GABINETE DO VICE-PREFEITO			
N. VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	R\$
01	Vice Prefeito Municipal	Subsídio	Subsídio
01	Chefe de Gabinete	CC – 3	3.514,57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
N. VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	R\$
01	Secretário de Administração e Finanças	Subsídio	Subsídio
01	Secretário Adjunto de Administração	CC – 4	3.978,77
01	Chefe de Divisão de Cemitério	CC – 1	2.718,82
01	Diretor de Patrimônio	CC – 3	3.514,57
01	Diretor de Gestão Administrativa	CC – 3	3.514,57
01	Diretor de Compras Licitações e Contratos	CC – 3	3.514,57
01	Diretor de Transportes	CC – 3	3.514,57
01	Diretor de Tecnologia da Informação	CC – 3	3.514,57
01	Secretário Adjunto de Finanças	CC – 4	3.978,77
01	Chefe de Divisão de Contabilidade	CC – 1	2.718,82
01	Diretor de Receita Municipal e Fiscalização Tributária	CC – 4	3.978,77
01	Chefe de Divisão de Dívidas	CC – 1	2.718,82
01	Diretor de Tributação e Cadastro	CC – 3	3.514,57

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA			
N. VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	R\$
01	Secretário de Gestão de Pessoas e Transparência	Subsídio	Subsídio
01	Diretor de Comunicação Interna	CC – 3	3.514,57
01	Diretor de Desenvolvimento de Pessoas	CC – 3	3.514,57
01	Chefe de Divisão de Ouvidoria	CC – 1	2.718,82

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
--------------------------------------	--	--	--

N. VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	R\$
01	Secretário de Planejamento	Subsídio	Subsídio
01	Secretário Adjunto de Planejamento	CC – 4	3.978,77
01	Diretor de Projetos e Fiscalização de Obras Públicas	CC – 4	3.978,77
01	Diretor de Gestão	CC – 3	3.514,57
01	Diretor de Planejamento	CC – 3	3.514,57

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

N. VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	R\$
01	Secretário Municipal de Urbanismo	Subsídio	Subsídio
01	Secretário Adjunto de Urbanismo	CC – 4	3.978,77
01	Diretor de Gestão Administrativa	CC – 3	3.514,57
01	Diretor de Mobilidade Urbana	CC – 3	3.514,57
01	Diretor de Trânsito	CC – 3	3.514,57
01	Chefe de Divisão de Limpeza e Manutenção	CC – 1	2.718,82
01	Chefe de Divisão de Iluminação Pública	CC – 1	2.718,82

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

N. VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	R\$
01	Secretário de Saúde	Subsídio	Subsídio
01	Diretor de Gestão Administrativa	CC – 3	3.514,57
01	Diretor de Atenção Básica	CC – 3	3.514,57
01	Chefe de Divisão de Patrimônio e Materiais	CC – 1	2.718,82
01	Chefe de Divisão de Atenção Básica	CC – 1	2.718,82
01	Chefe de Divisão de Saúde Mental		Gratificação
01	Chefe de Divisão de Vigilância em Saúde		Gratificação
01	Diretor de Assistência Farmacêutica		Gratificação
01	Diretor de Controle e Avaliação e Auditoria	CC – 3	3.514,57
01	Chefe de Divisão de Regulação e Controle	CC – 1	2.718,82
01	Diretor da Unidade de Pronto Atendimento – UPA		Gratificação
01	Diretor Técnico Médico		Gratificação
01	Diretor Técnico Enfermagem		Gratificação
01	Diretor Técnico Médico - SMS (Secretaria Municipal de Saúde)		Gratificação
01	Chefe de Divisão de Fisioterapia e Reabilitação	CC - 3	3.514,57
01	Diretor de Divisão de Programas de Saúde Preventiva (Programa Vida Longa Com Saúde)	CC – 1	2.718,82

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

N. VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	R\$
01	Secretário de Educação	Subsídio	Subsídio
01	Assessoria Especial em Legislação do Ensino		Gratificação
01	Assessoria Especial Pedagógica		Gratificação
01	Diretor de Gestão Administrativa	CC – 3	3.514,57
01	Chefe de Divisão de Compras, Patrimônio e Alimentação Escolar	CC – 1	2.718,82
01	Diretor Pedagógico	CC – 4	3.978,77
01	Diretor de Educação Infantil	CC – 4	3.978,77
01	Diretor de Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	CC – 4	3.978,77
01	Diretor de Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano	CC – 4	3.978,77
24	Diretor de Unidade Escolar	CC – 3	3.514,57
01	Chefe de Divisão de Programas Educacionais (Programas de Contraturno Escolar)	CC – 1	2.718,82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

N. VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	R\$
01	Secretário de Assistência Social	Subsídio	Subsídio
01	Diretor de Gestão Administrativa	CC – 3	3.514,57
01	Chefe de Divisão de Patrimônio e Materiais	CC – 1	2.718,82
01	Chefe de Divisão de Política da Pessoa Idosa	CC – 1	2.718,82
01	Chefe de Divisão de Assuntos da Mulher	CC – 1	2.718,82
01	Chefe de Divisão de Proteção da Infância e Juventude	CC – 1	2.718,82
01	Diretor de Assistência Social		Gratificação

01	Coordenador de CRAS		Gratificação
01	Coordenador de CREAS		Gratificação
01	Coordenador da Família Acolhedora		Gratificação
01	Diretor do Abrigo Institucional		Gratificação

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS			
N. VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	R\$
01	Secretário de Obras	Subsídio	Subsídio
01	Diretor de Gestão Administrativa	CC – 3	3.514,57
01	Diretor de Serviços e Obras Rurais	CC – 3	3.514,57
01	Diretor de Serviços e Obras Urbanas	CC – 3	3.514,57
01	Diretor de Manutenção de Máquinas	CC – 3	3.514,57

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
N. VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	R\$
01	Secretário de Desenvolvimento Sustentável	Subsídio	Subsídio
01	Diretor de Inovação, Capacitação e Empreendedorismo	CC – 3	3.514,57
01	Diretor de Aeroporto	CC – 3	3.514,57
01	Diretor Ambiental	CC – 3	3.514,57

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIO E PISCICULTURA			
N. VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	R\$
01	Secretário Municipal da Agricultura, Pecuária e Piscicultura	Subsídio	Subsídio
01	Diretor de Agricultura, Pecuária e Piscicultura	CC – 3	3.514,57
01	Chefe de Divisão Estimulo às Atividades Econômicas Rurais	CC – 1	2.718,82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO			
N. VAGAS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	R\$
01	Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo	Subsídio	Subsídio
01	Secretário Adjunto de Cultura e Turismo	CC – 4	3.978,77
01	Secretário Adjunto de Esporte	CC – 4	3.978,77
01	Chefe de Divisão de Cultura	CC – 1	2.718,82
01	Chefe de Divisão de Turismo	CC – 1	2.718,82
01	Chefe de Divisão de Museu	CC – 1	2.718,82
01	Chefe de Divisão de Esportes de Base	CC – 1	2.718,82
01	Chefe de Divisão de Esportes Comunitários	CC – 1	2.718,82

ANEXO III

Art. 2º Altera o artigo 82 da Lei Complementar Municipal 024/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 82. Ao Diretor de Controle Interno, compete:

I - coordenar as atividades e os servidores do Controle Interno;

II - apoiar o Controle Externo;

III - assessorar a Administração;

IV - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial das unidades que compõem a estrutura do órgão;

V – coordenar as auditorias internas;

VI - avaliar o cumprimento e a execução das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;

VII - avaliar as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário, especificando, quando for o caso, as sindicâncias, inquéritos, processos administrativos ou tomadas de contas especiais, instaurados no período e os respectivos resultados, indicando números, causas, datas de instauração e de comunicação ao Tribunal de Contas;

VIII - acompanhar os limites constitucionais e legais;

IX - avaliar a observância, pelas unidades componentes do Sistema, dos procedimentos, normas e regras estabelecidas pela legislação pertinente;

X – coordenar a elaboração de parecer conclusivo sobre as contas anuais;

XI - revisar e emitir parecer acerca de processos de Tomadas de Contas Especiais; representar ao Tribunal de Contas sobre irregularidades e ilegalidades;

XII - zelar pela qualidade e pela independência do Sistema de Controle Interno.

Art. 3º Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 26 de dezembro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor GeralI

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

LEI COMPLEMENTAR 071/2017 INSTITUI E DISCIPLINA O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE AOS FISCAIS DE OBRAS E POSTURA

Publicação Nº 1473512

LEI COMPLEMENTAR N. 071/2017

INSTITUI E DISCIPLINA O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE AOS FISCAIS DE OBRAS E POSTURAS, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei institui a Gratificação de Produtividade a que fazem jus os ocupantes de cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, pelo cumprimento e produtividade de suas tarefas, a qual será paga na forma estabelecida nesta Lei.

Parágrafo Único. À gratificação de que trata o caput do artigo anterior, será paga além do vencimento e outras vantagens asseguradas em Lei.

Art. 2º A Gratificação de Produtividade de que trata esta Lei, será devida, ao Fiscal de Obras e Posturas no efetivo exercício de suas funções e segundo critérios fixados nesta Lei.

Art. 3º São atividades específicas de fiscalização, além de outras previstas na Lei Complementar 025/2013:

I - Fiscalizar obras públicas e particulares, conferindo a regularidade e adequação às normas dos projetos de engenharia e arquitetura, no que se refere à Legislação e especificações legais vigentes;

II - Verificar a adequação de obras quanto a seu licenciamento;

III - Informar e acompanhar processos de licenciamento e certidões;

IV - Notificar embargos e autuações;

V - Solicitar ao Departamento competente a vistoria de obras em desacordo com as normas vigentes;

VI - Vistoriar obras para concessão de licenças, alvarás, habite-se, loteamentos, desmembramentos e aprovações de projetos;

VII - Prestar informações em processos da área aos responsáveis hierárquicos e ao público em geral;

VIII - Fiscalizar concessionárias ou permissionárias em relação aos serviços prestados no tocante a observância de normas da Administração Municipal;

IX - Verificar a regularidade, a adequação do licenciamento e as atividades comerciais, industriais, de prestação de serviços e de ambulantes e feirantes de acordo com as normas vigentes;

X - Expedir notificações, intimações, autos de infrações e apreensões;

XI - Fiscalizar vias públicas, emitir notificações nas irregularidades, e determinar serviços quanto necessários e de acordo com seu enquadramento;

XII - Executar inscrições e alterações no Cadastro de Contribuintes;

XIII - Verificar atividades, horários de funcionamento, localização e outras especificações de atividades comerciais e industriais segundo normalização e especificações técnicas em vigor;

XIV - Orientar os contribuintes quanto à legislação e códigos vigentes;

XV - Emitir relatórios e elaborar pesquisas sobre suas atividades e informar imediatamente a chefia sobre irregularidades ocorridas e ou observadas;

XVI - Dirigir veículos leves;

XVII - Acompanhar as demandas inerentes à área de saneamento básico e demais políticas inerentes ao desenvolvimento urbano e organização da infraestrutura municipal correlata;

XVIII - Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

XIX - Outras atividades previstas na LC 025/2013.

Art. 4º Para apuração e controle da Gratificação de Produtividade e em cumprimento as tarefas programadas, bem como a exatidão na execução dos trabalhos junto ao contribuinte, são atribuídos pontos aos Fiscais de Obras e Posturas Municipais, cujos valores e forma de distribuição estão estabelecidas na tabela, constante no Anexo I, parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único. São de competência da Secretaria Municipal de Urbanismo especialmente a orientação, supervisão e controle das atividades desenvolvidas pelos Fiscais de Obras e Posturas.

Art. 5º Fica fixado em 1.000 (mil) pontos o limite mínimo de produção mensal, atingindo esta meta o funcionário fará jus à gratificação por alcance de metas, e receberá o valor equivalente a cada ponto.

Art. 6º O valor monetário de gratificação de cada ponto será determinado pela divisão do valor do vencimento do cargo efetivo dividido por 1000 (mil).

Parágrafo Único. Como vencimento do cargo efetivo do fiscal entende-se o vencimento inicial da respectiva carreira de fiscal, acrescida das progressões do servidor, nas referências e classes contidas na respectiva carreira.

Art. 7º O valor máximo de gratificação de produtividade corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo efetivo do servidor.

Art. 8º Os servidores, para efeito de pagamento da parcela do 13º (décimo terceiro) salário, terão direito a gratificação de produtividade fiscal, de que trata esta lei, calculada pela média aritmética, do valor recebido, dos 12 (doze) últimos meses que antecederam o pagamento.

Art. 9º Os serviços fiscais serão realizados em decorrência de:

I - trabalho fiscal programado;

II - determinação a pedido de autoridade superior;

III - requisição do serviço proposto, fundamentado pela chefia imediata;

IV - flagrante ocupacional;

V - outras situações previstas em lei ou regulamento.

Art. 10. O controle de frequência do ocupante do cargo de fiscal será feito com registro do ponto e sem direito ao adicional pela prestação de serviços extraordinários em razão da gratificação de produtividade.

Art. 11. Os fiscais têm por responsabilidade permanente o atendimento das obrigações de seus cargos e as previstas nesta Lei, ficando sujeitos às penalidades do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Miguel do Oeste.

Art. 12. Não pode o Fiscal entrar em gozo de férias e licenças sem ter apresentado o relatório mensal, referente ao mês anterior.

Art. 13. A aprovação da produção mensal considerada para atribuição dos pontos será realizada pelo titular da Secretaria Municipal que estiver vinculado o Fiscal, ou funcionário designado pelo secretário de pasta, através de relatório mensal, do qual constarão todas as informações sobre os serviços efetuados no período.

Art. 14. O relatório mensal da produção de que trata este artigo será apresentado ao Secretário Municipal da área que estiver vinculado o Fiscal, ou funcionário designado, até o décimo quinto dia do mês ou conforme solicitação do responsável, penalizando-se com a perda da gratificação de produtividade respectiva, o infrator deste dispositivo.

Art. 15. Até o vigésimo dia do mês de competência, o titular da Secretaria Municipal da área que estiver vinculado o Fiscal comunicará a Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência o valor da gratificação de produtividade a ser pago a cada fiscal beneficiado, correspondente ao mês.

Art. 16. A Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência efetuará o pagamento do valor da gratificação de produtividade, especificada individualmente, juntamente aos vencimentos do mês em que foi feita a comunicação.

Art. 17. A critério de cada Secretaria Municipal da área que estiver vinculado o Fiscal, o relatório mensal de produção de que trata o caput deste artigo, deverá ser acompanhado dos respectivos documentos mencionados nos Anexos.

Parágrafo único. Cada fiscal manterá arquivado as informações que originaram o relatório mensal de produção de que trata o caput deste artigo, para eventuais comprovações por 90 dias.

Art. 18. Quando os serviços forem desenvolvidos por mais de um fiscal ou equipe de fiscais, os pontos serão atribuídos individualmente para cada servidor.

Art. 19. O titular da Secretaria Municipal do órgão que estiver vinculado ao Fiscal poderá fixar quadro de plantão.

Art. 20. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento municipal vigente, ficando o executivo municipal autorizado a promover as alterações orçamentarias indispensáveis à execução desta lei.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 26 de dezembro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor GeralI

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

ANEXO I

TABELA PREVISTA RELATIVA AOS FISCAIS DE OBRAS E POSTURAS MUNICIPAIS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
1	Apreensão	30 pontos
2	Auto de infração	40 pontos
3	Comunicados	10 pontos
4	Comunicados muros, passeios e terrenos baldios	10 pontos
5	Demolições	20 pontos
6	Embargos	50 pontos
7	Entrega de correspondência da área, por documento/correio	10 pontos
8	Informações de processo e ofícios	25 pontos
9	Interdição	80 pontos
10	Intimação	10 pontos
11	Multa	50 pontos
12	Notificação de obras	30 pontos
13	Notificação de posturas municipais	30 pontos
14	Numeração de prédios	15 pontos
15	Plantão Fiscal - dias úteis ou Sobreaviso	50 pontos
16	Plantão Fiscal – noturno, fins de semana e feriados	100 pontos
17	Vistoria para alvará	20 pontos
18	Vistoria para habite-se	30 pontos

19	Vistorias sistemas de tratamento	15 pontos
20	Vistorias (outras)	15 pontos
21	Vistorias para localização e funcionamento de empresa	15 pontos
22	Remoção de publicidade irregular em espaço público	05 pontos
23	Tarefas determinadas pela chefia	20 pontos
24	Lançamento de tributos diversos	20 pontos
25	Vistorias técnicas referentes a acessibilidade	20 pontos
26	Orientação e assessoramento de pessoas físicas e jurídicas	10 pontos
27	Processos liberados	20 pontos
28	Criação e atualização de cadastros	05 pontos
29	Liberação pelo sistema GSIM	20 pontos
30	Verificação de denúncias	10 pontos
31	Abordagem de Ambulantes	10 pontos
32	Revisão de IPTU	30 pontos

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 26 de dezembro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 072/2017 INSTITUI E DISCIPLINA O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE AOS FISCALIS SANITÁRIOS, FISCALIS SANITARISTAS E OCUPANTE DE CARGO DE NÍVEL SUPERIOR EM PLENO EXERCÍCIO DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Publicação Nº 1473514

LEI COMPLEMENTAR N. 072/2017

INSTITUI E DISCIPLINA O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO POR PRODUTIVIDADE AOS FISCALIS SANITARISTAS, FISCALIS SANITÁRIOS, E OCUPANTE DE CARGO DE NÍVEL SUPERIOR EM PLENO EXERCÍCIO DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Poderá ser concedida gratificação de produtividade aos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde e em efetivo exercício na Vigilância Sanitária Municipal, devidamente credenciados e habilitados junto à Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Santa Catarina, para desenvolverem atividades de fiscalização.

Art. 2º A gratificação por produtividade é devida também aos ocupantes de cargo de provimento efetivo na Vigilância Sanitária Municipal ou que efetivamente efetue, por designação, rotinas inerentes à vigilância Sanitária.

Art. 3º Os Fiscais Sanitaristas, Fiscais Sanitários e ocupantes de cargo de nível superior em pleno exercício de fiscalização de vigilância sanitária, lotados na Vigilância Sanitária Municipal, receberão quota de produtividade variável, excluindo o vencimento inerente ao cargo efetivo, às vantagens previstas em lei e adicionais a que tenham direito.

Parágrafo único. Entende-se como vencimento do cargo efetivo o vencimento inicial da respectiva carreira, acrescida das progressões do servidor, nas referências e classes contidas na carreira, constante da Lei Complementar 025/2013.

Art. 4º Os Fiscais Sanitaristas, Fiscais Sanitários e ocupante de cargo de nível superior em pleno exercício de fiscalização de vigilância sanitária, lotados na Vigilância Sanitária Municipal têm por dever permanente o atendimento das obrigações de seus cargos e o previsto nesta Lei.

Art. 5º São atribuições específicas dos Fiscais Sanitaristas, Fiscais Sanitários e ocupante de cargo de nível superior em pleno exercício de fiscalização de Vigilância Sanitária Municipal:

I - fiscalização a estabelecimentos alimentares;

II - fiscalização a estabelecimentos de saúde;

III - fiscalização a estabelecimentos de interesse em saúde;

IV - fiscalização relativa ao saneamento básico;

V - fiscalização relativa ao ambiente e processos de trabalho;

VI - fiscalização de outros estabelecimentos de interesse em vigilância sanitária, conforme pactuações realizadas entre executivo municipal,

estadual e federal;

VII - e demais atividades previstas no Plano de Cargos e Salários conforme legislação vigente.

Art. 6º São atribuídos, a título de produtividade e em cumprimento das tarefas programadas e emergenciais, bem como na exatidão da execução dos trabalhos junto à população do município de São Miguel do Oeste, pontos às atividades realizadas pelos servidores descritos no Art. 1º desta Lei.

§1º Os valores e forma de distribuição dos pontos tratados no caput deste artigo estão estabelecidos na tabela constante no Anexo I desta Lei.

§2º É de competência da Secretaria Municipal de Saúde especialmente a orientação, supervisão e controle das atividades desenvolvidas pelos servidores públicos municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde e em efetivo exercício na Vigilância Sanitária Municipal.

Art. 7º Fica fixado em 1.000 (mil) pontos a produção mínima, quando dos meses em operação de suas atividades específicas, o que assegurará ao servidor o vencimento base em vigor.

§1º O servidor fará jus à gratificação por produtividade a partir do atingimento de mais de 1000 pontos, até o limite de 50% do vencimento do cargo efetivo.

§2º O valor monetário de cada ponto será determinado pela divisão do valor do vencimento base do cargo efetivo por 1000 (mil).

Art. 8º Para efeito do pagamento da parcela do 13º (décimo terceiro) salário, os servidores terão direito a gratificação por produtividade, calculada pela média aritmética do valor recebido dos últimos 12 (doze) meses que antecederam o pagamento.

Art. 9º O relatório mensal da produção dos servidores será apresentado ao Secretário Municipal de Saúde, ou funcionário designado, até o décimo dia do mês ou conforme solicitação do responsável, e será composto por todas as informações sobre os serviços efetuados no período, penalizando-se com a perda da gratificação de produtividade o infrator deste dispositivo.

§1º A aprovação da produção mensal considerada para atribuição dos pontos, será realizada pelo Secretário Municipal de Saúde ou funcionário designado, através da conferência do relatório mensal da produção que trata o caput deste artigo.

§2º Sempre que se fizer necessário para fins de comprovação do relatório de produção mensal, poderá o Secretário Municipal de Saúde ou funcionário designado, solicitar a apresentação dos documentos que justifiquem as respectivas atividades desenvolvidas.

§3º Cada servidor manterá arquivado as informações que originaram o relatório mensal de produção de que trata o caput deste artigo, para eventuais comprovações.

Art. 10. Até o décimo quinto dia do mês de competência, o Secretário Municipal de Saúde encaminhará o relatório de produção aprovado à Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência para o pagamento do valor da gratificação de produtividade a ser pago ao servidor beneficiado, do correspondente mês.

Parágrafo Único. A Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência efetuará o pagamento do valor da gratificação de produtividade, especificada individualmente, juntamente com os vencimentos do mês em que foi realizada a comunicação.

Art. 11. Não poderão os servidores de que trata o artigo 1º desta Lei entrar em gozo de férias sem ter apresentado o relatório de produtividade mensal, referente ao mês anterior.

Art. 12. Nos casos de serviços fiscais desenvolvidos em conjunto, a produção será atribuída a cada um dos servidores participantes do ato.

Art. 13. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento municipal vigente, ficando o executivo municipal autorizado a promover as alterações orçamentárias indispensáveis à execução desta lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 26 de dezembro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

ANEXO I

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
VISTORIAS		
1	Refino e outros tratamentos do sal	30
2	Fabricação de conservas de frutas	30
3	Fabricação de conservas de palmito	30
4	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	30
5	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	30
6	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	30
7	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não comestíveis de animais	30
8	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	30
9	Beneficiamento de arroz	30
10	Fabricação de produtos do arroz	30
11	Moagem de trigo e fabricação de derivados	30
12	Produção de farinha de mandioca e derivados	30
13	Fabricação de farinha de milho e derivados - exceto óleo de milho	30
14	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	30
15	Fabricação de óleo de milho em bruto	30
16	Fabricação de óleo de milho refinado	30
17	Moagem fabricação de produtos de origem vegetal, não especificado anteriormente	30
18	Fabricação de açúcar em bruto	30
19	Fabricação de açúcar de cana refinado	30
20	Fabricação de açúcar de cereais (Dextrose) e de beterraba	30
21	Beneficiamento de café	30
22	Torrefação e moagem do café	30
23	Fabricação de produtos a base de café	30
24	Fabricação de produtos de panificação	30
25	Fabricação de biscoitos e bolachas	35
26	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	30
27	Produção de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	30
28	Fabricação de massas alimentícias	35
29	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	30
30	Fabricação de alimentos e pratos prontos	35
31	Fabricação de pós alimentícios	30
32	Fabricação de gelo comum	30
33	Fabricação de produtos para infusão	30
34	Fabricação de adoçantes naturais e artificiais	30
35	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	30
36	Fabricação de águas envasadas	30
37	Fabricação de fermentos e leveduras	30
38	Fabricação de outros produtos inorgânicos não especificados	30
39	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados	30
40	Fabricação de embalagens de papel	30
41	Fabricação de embalagens de cartolina e papel cartão	30
42	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	30
43	Fabricação de tintas, vernizes esmaltes e lacas	30
44	Fabricação de embalagem de material plástico	30
45	Fabricação de embalagens de vidro	30
46	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	30
47	Fabricação de produtos cerâmicos não refratários não especificados anteriormente	30
48	Fabricação de embalagens metálicas	30
49	Fabricação de fraldas descartáveis	30
50	Fabricação de absorventes higiênicos	30
51	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	30
52	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	30
53	Fabricação de desinfetantes domissanitários	35
54	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	30
55	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	30
56	Fabricação de gases industriais	30
57	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	30
58	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	30
59	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	30
60	Fabricação de preparações farmacêuticas	30

61	Fabricação de produtos farmoquímicos	30
62	Fabricação de Adesivos e Selantes	30
63	Fabricação de aditivos de uso industrial	30
64	Envasamento e empacotamento sob contrato	30
65	Armazéns gerais - Emissão de Warrant	20
66	Depósito de mercadorias para terceiros exceto armazéns gerais e guarda-móveis	15
67	Comércio atacadista café em grão	20
68	Comércio atacadista de soja	20
69	Comércio atacadista de cacau	20
70	Comércio atacadista de leite e laticínios	25
71	Comércio atacadista de cereais e leguminosas - beneficiados	20
72	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	20
73	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	20
74	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	20
75	Comércio atacadista de carnes bovinas, suínas e derivados	25
76	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	20
77	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	20
78	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	20
79	Comércio atacadista de água mineral	20
80	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	20
81	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	25
82	Comércio atacadista de café torrado, moído e solúvel	20
83	Comércio atacadista de açúcar	20
84	Comércio atacadista de óleos e gorduras	20
85	Comércio atacadista de pães, bolos, biscoitos e similares	20
86	Comércio atacadista de massas alimentícias	25
87	Comércio atacadista de sorvetes	25
88	Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes	25
89	Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	20
90	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	20
91	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico-cirúrgico, hospitalar e laboratórios	25
92	Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia	20
93	Comércio atacadista de produtos odontológicos	25
94	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	20
95	Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria	25
96	Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	25
97	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	25
98	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos fertilizantes e corretivos do solo	25
99	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	25
100	Comércio atacadista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios	25
101	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	20
102	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados	30
103	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	30
104	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	20
105	Padaria e confeitaria com predominância de produção própria	30
106	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	30
107	Comércio varejista de laticínios e frios	20
108	Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	20
109	Comércio varejista de carnes - açougues	20
110	Peixaria	20
111	Comércio varejista de bebidas	25
112	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	20
113	Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência	20
114	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	20
115	Restaurante e similares	30
116	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	15
117	Lanchonete, casas de chá, de sucos e similares	20
118	Serviços ambulantes de alimentação	20

119	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	20
120	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê	20
121	Cantina - serviço de alimentação privativo	20
122	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	20
123	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	15
124	Comércio varejista de produtos farmacêuticos sem manipulação de fórmulas	25
125	Comércio varejista de produtos farmacêuticos com manipulação de fórmulas	25
126	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	25
127	Transporte rodoviário de cargas exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	15
128	Transporte rodoviário de cargas exceto produtos perigosos e mudanças intermunicipal, interestadual e internacional	15
129	Atividades de psicologia e psicanálise	15
130	Albergues assistenciais	20
131	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	30
132	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	50
133	Uti móvel	20
134	Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel	20
135	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	20
136	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos	25
137	Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares	20
138	Atividade médica ambulatorial restrita a consultas	15
139	Atividade odontológica	25
140	Serviços de vacinação e imunização humana	25
141	Atividade de reprodução humana assistida	25
142	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	25
143	Laboratórios clínicos	25
144	Serviços de diálise e nefrologia	40
145	Serviços de tomografia	20
146	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	20
147	Serviços de ressonância magnética	20
148	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética.	20
149	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos	20
150	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos	20
151	Serviços de quimioterapia	40
152	Serviços de radioterapia	40
153	Serviços de Hemoterapia	40
154	Serviços de litotripsia	40
155	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	40
156	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	20
157	Atividades de enfermagem	15
158	Atividades de profissionais da nutrição	15
159	Atividades de fisioterapia	15
160	Atividades de Terapia Ocupacional	15
161	Atividades de fonoaudiologia	15
162	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	15
163	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	20
164	Atividades de banco de leite humano	40
165	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	20
166	Clínicas e residências geriátricas	35
167	Instituições de longa permanência para idosos	35
168	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	30
169	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	20
170	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	20
171	Atividades de centros de assistência psicossocial	20
172	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	20
173	Orfanatos	30
174	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	20
175	Serviços de assistência social sem alojamento	20
176	Captação, tratamento e distribuição de água	30
177	Distribuição de água por caminhões	20
178	Gestão de redes de esgoto	20

179	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	20
180	Coleta de resíduos não-perigosos	10
181	Coleta de resíduos perigosos	20
182	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	10
183	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	20
184	Recuperação de sucatas de alumínio	20
185	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	20
186	Recuperação de materiais plásticos	20
187	Usina de compostagem	20
188	Recuperação de materiais não especificado anteriormente	20
189	Comércio atacadista de resíduos de papel e papelão	20
190	Comércio atacadista de resíduos e sucatas não-metálicos, exceto de papel e papelão	20
191	Comércio atacadista de resíduos e sucatas metálicos	20
192	Campings	20
193	Hotéis	25
194	Motéis	20
195	Pensões (alojamentos)	20
196	Outros tipos de alojamento não especificado anteriormente	20
197	Aluguel de outros objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	15
198	Ensino de esportes	15
199	Gestão de instalações de esportes	15
200	Clubes sociais, esportivos e similares	25
201	Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente	20
202	Discotecas, danceterias, salões de dança e similares	20
203	Parques de diversões e parques temáticos	20
204	Gestão e Manutenção de cemitérios	20
205	Serviços de cremação	25
206	Serviços de funerárias	25
207	Serviços de Somato - Conservação	25
208	Atividades funerárias e serviços relacionados não especificados anteriormente	25
209	Imunização e controle de pragas urbanas.	25
210	Atividades veterinárias	25
211	Comércio Varejista de animais, artigos e alimentos para animais de estimação	15
212	Comércio Varejista de medicamentos veterinários	20
213	Higiene e embelezamento de animais domésticos e de estimação	15
214	Serviços de prótese dentária	15
215	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	20
216	Comércio varejista de artigos de ótica	20
217	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	20
218	Atividades de condicionamento físico	25
219	Lavanderias	20
220	Cabeleireiros	20
221	Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	20
222	Clínicas de estéticas e similares.	20
223	Outras atividades de serviços pessoais, não especificadas anteriormente.	20
224	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.	20
225	Comércio varejista de Combustíveis	25
226	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha)	25
227	Educação infantil - creche	25
228	Educação Infantil – pré-escola	25
229	Ensino fundamental	25
230	Ensino médio	15
231	Educação superior - graduação	20
232	Educação superior – graduação e pós graduação	20
233	Educação superior – pós graduação e extensão	30
234	Educação profissional de nível técnico	15
235	Cursos preparatórios para concursos	15
236	Ensino de dança	15
237	Ensino de idiomas	15
238	Formação de condutores	15
239	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	15

240	Ensino de artes marciais	15
241	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	20
242	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	20
243	Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	20
244	Outras atividades afins	20
245	Emissão Termo de Autorização Sanitária para Vacinação Extramuro Esporádica	20
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS		
246	Elaboração/emissão de Relatório de inspeção dos estabelecimentos fiscalizados	15
247	Elaboração/emissão de Relatório de inspeção quando solicitado por outros órgãos (Administração direta, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Ambiental, Polícia Federal, e outros)	20
248	Elaboração/emissão de Notificação Preliminar	10
249	Elaboração/emissão de Auto de Intimação	10
250	Elaboração/emissão de Auto de Infração	25
251	Elaboração/emissão de Auto de Imposição de Penalidades	30
252	Interdição	50
253	Abertura e acompanhamento de Processos Administrativos	60
254	Emissão de certidões	10
255	Autenticação de livros	05
256	Conferência técnica de documentos e certidões recebidas (Balanço de Medicamentos Psicoativos e outras Substâncias sujeitas à controle especial das farmácias/drogarias, Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, e outros)	08 por documento
257	Lançamentos de taxas	05
258	Emissão de Alvará Sanitário	10
259	Emissão de Licença de Transporte	10
260	Emissão de Licença para eventos	10
261	Atendimento ao público em geral (orientações técnicas, recebimento de denúncia, outros)	05
262	Confecção de relatórios de produção para órgãos de supervisão (Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Vigilância Sanitária, Agência Nacional de Vigilância Sanitária)	20
263	Cadastro (inclusão, exclusão e alteração) de estabelecimentos no sistema de Vigilância Sanitária	08
264	Recebimento e/ou elaboração de documento para descarte de medicamentos vencidos	05
265	Acompanhamento da incineração de drogas	20
266	Monitoramento da qualidade da água (coletas de água)	05 por coleta
267	Solicitação de serviço para análise da água no sistema de gerenciamento	05
268	Cadastro e atualizações dos sistemas de abastecimento de água no programa de monitoramento de controle da qualidade da água	05
269	Investigação de surtos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar	50
270	Investigação de acidentes de trabalho	30
271	Alimentação de dados nos sistemas: tributário, junta comercial, e outros	05
272	Participação em congressos, cursos, palestras, capacitações, reuniões e afins na área de Vigilância Sanitária	Até 4 horas: 20 4h à 8h: 30 Acima de 8h: 50 pontos
273	Organização de Eventos (como palestrante, mediador ou coordenador) com mais de 8 horas	50

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 26 de dezembro de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO N 0285/2017

Publicação Nº 1472815

DECRETO Nº 0285/2017 DE 21/12/2017

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1.113 de 22 de dezembro de 2016.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ valor R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente.

05.01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(79)	0.3.0.003002	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3002)	R\$ 25.000,00

05.01.0010.0301.0008.2.024- Manutenção da estrutura física e equipamentos básicos de saúde

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(80)	0.3.0.003002	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3002)	R\$ 1.600,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2016.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 21 de dezembro de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER

CRC/SC 024848/O-0

DECRETO N 0286/2017

Publicação Nº 1473126

DECRETO Nº 0286/2017 DE 21/12/2017

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1.113 de 22 de dezembro de 2016.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 10.024,16 (Dez mil vinte e quatro reais e dezesseis centavos), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente:

04.01.0012.0306.0006.2.014- Alimentação Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (39)	0.1.00.001060	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1060)	R\$ 10.024,16

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ 10.024,16 (Dez mil vinte e quatro reais e dezesseis centavos), proveniente por Excesso de Arrecadação apurado no Exercício de 2017, FR 1060- Programa Nacional de Alimentação Escolar-FNDE.

RECEITA PREVISTA	BLOCO/FR	ARRECADADA ATÉ 21/12/2017
R\$ 25.540,00	FR 1060- Programa Nacional de Alimentação Escolar/FNDE.	R\$ 35.564,16

Artigo 3o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e está vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 21 de dezembro de 2017.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

DECRETO N 0291/2017

Publicação Nº 1473501

DECRETO Nº 291/2017 DE 26/12/2017

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentário Anual- LOA nº 1.113/2016 de 22 de dezembro de 2016.

Artigo 1o – FICA o Setor de Contabilidade autorizado e efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias nos (as) seguintes Projetos/ Atividades do Orçamento Municipal Vigente:

DE:
04.01.0012.0365.0006.1.011- Manutenção da Creche

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (68)	0.1.00.001001	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1001)	R\$ 6.000,00

PARA:
04.01.0012.0365.0006.1.011- Manutenção da Creche

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (65)	0.1.00.001001	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1001)	R\$ 6.000,00

DE:
05.02.0008.0244.0009.2.033- Atendimento ao Programa PAIF/IGD

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (105)	0.1.00.001252	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1252)	R\$ 2.500,00

PARA:
05.02.0008.0244.0009.2.033- Atendimento ao Programa PAIF/IGD

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (221)	0.1.00.001252	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1252)	R\$ 2.500,00

DE:
05.01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(14)	0.1.0.001064	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1064-PAB)	R\$ 4.100,00

PARA:
05.01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00(73)	0.1.0.001064	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1064-PAB)	R\$ 4.100,00

Artigo 2o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 26 de dezembro de 2017.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CONTADOR CRC/SC 024848/O-0

DECRETO N 0292/2017

Publicação Nº 1473503

DECRETO Nº 0292/2017 DE 26/12/2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1.113 de 22 de dezembro de 2016.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente.

04.01.0012.0361.0006.2.012- Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00(237)	0.3.0.003001	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (3001)	R\$ 40.000,00

04.02.0027.0812.0007.2.019- Eventos, atividades esportivas e lazer

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00(236)	0.3.0.003000	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (3000)	R\$ 5.000,00

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º valor R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2016.

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 26 de dezembro de 2017.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

DECRETO N 0293/2017

Publicação Nº 1474151

DECRETO Nº 0293/2017 DE 26/12/2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1.113 de 22 de dezembro de 2016.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Excesso de Arrecadação Apurado no Exercício de 2017 no valor de R\$ 5.456,00 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e seis reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente do Município e do Fundo Municipal de Saúde.

05.01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00(9)	0.1.0.001164	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1164-ACS/União)	R\$ 5.456,00

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º valor R\$ 5.456,00 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e seis

reais), proveniente Excesso de Arrecadação apurado no Exercício de 2017, FR 1164- ACS/União).

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e está vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 26 de dezembro de 2017.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO 056-2017

Publicação Nº 1473036

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 056/2017.
Leilão nº. 005/2017

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedora do item nº. 1, a Senhora MAITHIELE ROSSI NEDEL – CPF: 032.181.920-99 no valor total de R\$ 27.000,00, sob o regime de Maior Lance.

TIGRINHOS/SC, em 26 de Dezembro de 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 020-2017

Publicação Nº 1472725

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo de contratação referente contrato nº. 020/2017, cujo objeto é a contratação de empresa prestadora de serviço de transporte coletivo de passageiros, conforme previsão do inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

TIGRINHOS/SC, em 26 de Dezembro de 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 027-2015

Publicação Nº 1472886

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado termo aditivo para prorrogação de prazo de contratação referente ao contrato nº. 027/2015 com a Empresa Betha Sistemas LTDA – CNPJ: 00.456.865/0001-67, cujo objeto do presente contrato é o licenciamento do direito de uso de aplicativos de gestão pública, conforme previsão do inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

TIGRINHOS/SC, em 26 de Dezembro de 2017.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 06/2017**

Publicação Nº 1473088

RESOLUÇÃO Nº. 006/2017

DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente da Câmara de Vereadores, do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, Inciso I, Alínea "D", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica eleita a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos – SC, para a segunda Sessão Legislativa da sexta Legislatura, constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE: MIGUEL CLAUDINO ROSSA (PMDB)

VICE-PRESIDENTE: ADEMAR BADIA (PMDB)

1º SECRETÁRIO: VOLMAR DE OLIVEIRA (PMDB)

2º SECRETÁRIO: CLEITON DA SILVA (PMDB)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data da publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Tigrinhos, aos 19 dias do mês de dezembro de 2017.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER

Presidente

Timbó Grande

PREFEITURA

ADITIVO 1 CONTRATO 28/2017

Publicação Nº 1472812

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE
PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO 28/2017

O município de Timbó Grande neste torna público o aditivo de acréscimo no contrato acima referenciado no valor de R\$ 34.562,90 em favor da empresa; Consest Engenharia LTDA EPP. Maiores informações será disponibilizada junto ao Departamento de Compras ou pelo telefone (049) 3252-1278. Nos dias úteis das 14:00 às 16:30 horas.

Timbó Grande, 26 de dezembro 2017.

ARI JOSÉ GALESKI
Prefeito Municipal

CONTRATO 1/2018 FMS

Publicação Nº 1472985

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ GRANDE E ZÉLIA CARDOSO DOS SANTOS ME

CONTRATO Nº 001/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ GRANDE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Pronto Atendimento Municipal, localizado na Rua José Arcelino de Souza, 300, Bairro Boa Vista, Timbó Grande/SC, inscrita no CNPJ sob nº 11.409.272/0001-66, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde de Timbó Grande e Gestor do Fundo Municipal de Saúde, ANOLDO FERREIRA DE CASTILHO, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1.198.621-2 e inscrito no CPF/MF sob o nº 437.106.899-53, residente e domiciliado nesta cidade de Timbó Grande/SC.

CONTRATADA: SPB HEALTH SOLUTION LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.845.223/0001-88, com sede na Rua do Comércio, 505, centro, Rio das Antas/SC, neste ato representada por sua titular e representante legal Zelia Cardozo Dos Santos, brasileira, solteira, portadora da carteira de identidade nº 5.382.290 e inscrita no CPF/MF sob o nº 058.875.799-35, residente e domiciliada na Rua do Comércio, 505, centro, Rio das Antas/SC.

Acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim com pelas condições do Edital de Licitação modalidade Carta Convite nº 01/2017 pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes,

CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Contratação de empresas especializada na área de saúde, para realizar análise da situação atual da saúde no município, obrigando-se apresentar relatórios indicando as conformidade e desconformidades administrativas em relação as normas do Sistema Único de Saúde – SUS, levando em consideração as normas legais relacionadas ao Fundo Municipal de Saúde, Sistema municipal de Auditoria/controle e Avaliação, atuação do Conselho Municipal de Saúde e outros indicadores de desempenho gerencial conforme Processo Licitatório 02/2017, Carta Convite 01/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Pela aquisição do objeto contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor de até R\$ 64.500,00 (sessenta e quatro mil e quinhentos reais), em 10 (dez) parcelas iguais e consecutivas.

PARÁGRAFO ÚNICO – No valor estão incluídas todas as despesas necessárias para a sua aquisição, incluindo encargos trabalhistas e demais tributos que venham a incidir sobre o objeto deste termo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE efetuará os pagamentos da seguinte maneira em até 30 dias após a o recebimento dos serviços, por agente público capacitado para esta função e as notas fiscais devidamente registradas na contabilidade do município.

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIRO

Os pagamentos decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta do seguinte recurso orçamentário: Despesa 173 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Fonte de Recurso: 1067.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

O preço ora contratado objeto da presente licitação não terá reajuste exceto nos casos previsto na art 65 da Lei 8666/93 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DA SEXTA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

Os produtos ora contratados serão entregues imediatamente diante de solicitação efetuada pelo setor compras/licitação vinculado a Secretaria de Administração e Finanças e conforme previsão no edital da Carta Convite 01/2017.

PARÁGRAFO ÚNICO – É de responsabilidade do CONTRATADO, eventuais acidentes, danos ou prejuízos que possam ser causados ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução do referido contrato, o qual responde por si e por seus sucessores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos da CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular a execução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Constituem obrigação da CONTRATADA:

- a) Efetuar o recebimento do objeto deste contrato na forma e condições avençadas;
- b) Atender à legislação vigente, no que diz respeito aos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e principalmente ambiental, decorrentes da execução do presente contrato;
- c) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Responsabilizar-se pela boa qualidade dos produtos, ou serviços adquiridos em virtude deste contrato;
- e) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprove estar cumprindo a legislação em vigor, conforme às obrigações assumidas na licitação, em especial os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, desde que garantida a previa defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorra infração a quaisquer das cláusulas deste contrato e/ou quaisquer dos fatos previsto nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 e seguinte da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/9, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelos preceitos de direito Público, aplicando-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – VIGÊNCIA

A vigência da contratação do objeto da presente Contrato será até 31 de outubro de 2018, podendo ser prorrogável na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à Luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e dos Princípios Gerais de Direito

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Cecília para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em duas vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Timbó Grande/SC, 21 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ANOLDO FERREIRA DE CASTILHO	CONTRATADA SPB HEALTH SOLUTION LTDA ZÉLIA CARDOSO DOS SANTOS
--	--

Geneci dos Santos
Advogada OAB/SC 37970

Testemunhas:

1ª _____
CPF Nº _____

2ª _____
CPF Nº _____

CONTRATO PS CISARMARP 2018

Publicação Nº 1472989

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 001/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de serviço que celebram entre si o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONSÓRCIO/CONTRATADO, e o Município de Timbó Grande, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no nº CNPJ 78.497.492/0001-60, com sede administrativa na Rua Santa Cecília, 385, Centro, CEP: 89.545-000 neste ato representado por seu Prefeito Ari José Galeski, portador do CPF nº 038.807.789-14, doravante denominado CONSORCIADO/CONTRATANTE.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira - Aplica-se ao presente Contrato de Prestação de serviço as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, o Decreto Federal nº 6.017/07, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 2077 de 01 de Novembro de 2017, bem como as cláusulas do Contrato de Programa nº 23/2017.

Cláusula Segunda - O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, C/C art. 2, § 1º, inciso III da lei 11.107/05, c/c art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/07.

DO OBJETO

Cláusula Terceira - Este Contrato de Prestação de serviço tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONSORCIADO/CONTRATANTE ao CONSÓRCIO/CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 23/2017.

DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o CONSORCIADO/CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONSÓRCIO/CONTRATADO:

A importância variável de acordo com a utilização dos serviços mensais, expressa em relatório de gastos encaminhado mensalmente pelo CISAMARP e disponível no programa informatizado ao Município.

Parágrafo primeiro - A cota anual máxima prevista do município é de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), podendo ser utilizada fracionando-se o valor anual nos meses do ano conforme for conveniente ao município.

Parágrafo segundo - O valor expresso no parágrafo anterior poderá ser aditivado na forma da lei, a pedido por conveniência ou necessidade do município.

Parágrafo terceiro - O Município repassará ao CISAMARP a importância variável, nos meses de janeiro a dezembro de 2018, até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação do serviço.

DOS RECURSOS

Cláusula quinta - As despesas que decorrem da aplicação deste termo de Contrato de Rateio correrão por conta de dotações específicas do orçamento fiscal do CONSORCIADO/CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro - Para o pagamento das despesas decorrentes da prestação de serviço, poderá o município optar por utilizar recursos de Média e Alta Complexidade e/ou próprios para pagamento de valores até o limite dos valores da tabela SUS e deverá utilizar recursos próprios para a complementação dos valores que excedem os valores da tabela SUS, conforme portaria 1.606 de 11 de setembro de 2001.

Cláusula sexta - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente CONSORCIADO/CONTRATANTE que não consignar em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de prestação de serviço.

DAS RESPONSABILIDADES**É RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO/CONTRATADO:**

I- Receber e Contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Federal 11.107/05;

II- Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do município de Luzerna, todas as despesas realizadas com os recursos ora pactuados, de forma que possam ser contabilizado nas contas do município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades atendidos o parágrafo 4º, artigo 8º da Lei Federal 11.107/05;

III- Aplicar os recursos repassados pelo município exclusivamente nas ações previstas no Contrato de Programa e no Orçamento aprovado pela Assembleia Geral dos Consorciados;

IV- Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados e contratados, com identificação dos procedimentos e respectivos custos.

É RESPONSABILIDADE DO CONSORCIADO/CONTRATANTE:

- I- Emitir as autorizações para atendimento aos usuários, utilizando o sistema informatizado disponibilizado pelo CONSÓRCIO/CONTRATADO;
- II- Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;
- III- Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do município;
- IV- Apresentar os resultados da execução, ao Conselho Municipal de Saúde;
- V- Efetuar o repasse mensal do recurso conforme estabelecido;
- VI- Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

DA VIGÊNCIA

Cláusula sétima – O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2018, podendo ser alterado ou aditado.

DAS PENALIDADES

Cláusula oitava - O CONSORCIADO/CONTRATANTE inadimplente com o CONSÓRCIO/CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula nona - Uma vez notificado da inadimplência serão suspensos os serviços do CONSÓRCIO/CONTRATADO ao respectivo CONSORCIADO/CONTRATANTE até a regularização da dívida.

Cláusula décima - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente CONSORCIADO/CONTRATANTE poderá ser excluído do CONSÓRCIO/CONTRATADO, mediante deliberação da Assembleia Geral.

DO FORO

Cláusula décima primeira - Fica eleito o foro da Comarca de Videira SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima segunda - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Timbó Grande, SC, 02 de janeiro de 2018.

LUCIANO PAGANINI PRESIDENTE CISAMARP	ARI JOSÉ GALESKI PREFEITO DE TIMBÓ GRANDE
---	--

TESTEMUNHAS:**VISTO:**

Geneci dos Santos
Procuradora Geral
OAB/SC nº 37.970

CONTRATO RATEIO CISAMARP 2018

Publicação Nº 1472987

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2018

CONTRATO DE RATEIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CISAMARP, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio que celebram entre si o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONSÓRCIO/CONTRATADO, e o município de Timbó Grande, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito CNPJ nº 78.497.492/0001-60, com sede administrativa na Rua Santa Cecília, 385, Centro, no Município de Timbó Grande, CEP 89.545-000 neste ato representado por seu Prefeito Ari José Galeski, portador do CPF nº 038.807.789-14, doravante denominado CONSORCIADO/CONTRATANTE.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira - Aplica-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, o Decreto Federal nº 6.017/07, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 2077 de 01 de novembro de 2017, bem como as cláusulas do Contrato de Programa nº 23/2017.

Cláusula Segunda - O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, C/C art. 2, § 1º, inciso III da lei 11.107/05, c/c art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/07.

DO OBJETO

Cláusula Terceira - Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONSORCIADO/CONTRATANTE ao CONSÓRCIO/CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 23/2017.

DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o CONSORCIADO/CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONSÓRCIO/CONTRATADO:

a) A importância fixa de R\$ 1.700,00 (Um mil e setecentos reais) que serão utilizadas para cobertura das despesas administrativas do CONSÓRCIO/CONTRATADO, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

Parágrafo primeiro- O valor expresso no parágrafo anterior poderá ser aditivado na forma da lei, a pedido por conveniência ou necessidade do município.

Parágrafo segundo - CONSORCIADO/CONTRATANTE repassará ao CONSÓRCIO/CONTRATADO, a parcela fixa, nos meses de janeiro a dezembro de 2018, que deverá ser repassada até o dia 20 de cada mês.

DOS RECURSOS

Cláusula quinta - As despesas que decorrem da aplicação deste termo de Contrato de Rateio correrão por conta de dotações específicas do orçamento fiscal do CONSORCIADO/CONTRATANTE.

Cláusula sexta - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente CONSORCIADO/CONTRATANTE que não consignar em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

DAS RESPONSABILIDADES

É RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO/CONTRATADO:

I- Receber e Contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Federal 11.107;

II- Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do município de Luzerna, todas as despesas realizadas com os recursos ora pactuados, de forma que possam ser contabilizado nas contas do município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades atendidos o parágrafo 4º, artigo 8º da Lei Federal 11.107.

III- Aplicar os recursos repassados pelo município exclusivamente nas ações previstas no Contrato de Programa e no Orçamento aprovado pela Assembleia Geral dos Consorciados;

IV- Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados e contratados, com identificação dos procedimentos e respectivos custos.

É RESPONSABILIDADE DO CONSORCIADO/CONTRATANTE:

I- Emitir as autorizações para atendimento aos usuários;

II- Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;

III- Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do município;

IV- Apresentar os resultados da execução, ao Conselho Municipal de Saúde;

V- Efetuar o repasse mensal do recurso conforme estabelecido;

VI- Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

DA VIGÊNCIA

Cláusula sétima - O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2018, podendo ser alterado ou aditado.

DAS PENALIDADES

Cláusula oitava - O CONSORCIADO/CONTRATANTE inadimplente com o CONSÓRCIO/CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula nona - Uma vez notificado da inadimplência serão suspensos os serviços do CONSÓRCIO/CONTRATADO ao respectivo CONSORCIADO/CONTRATANTE até a regularização da dívida.

Cláusula décima - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente CONSORCIADO/CONTRATANTE poderá ser excluído do CONSÓRCIO/CONTRATADO, mediante deliberação da Assembleia Geral.

DO FORO

Cláusula décima primeira - Fica eleito o foro da Comarca de Videira SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima segunda - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Timbó Grande, SC, 02 de janeiro de 2018.

LUCIANO PAGANINI
PRESIDENTE CISAMARP

ARI JOSÉ GALESKI
PREFEITO DE TIMBÓ GRANDE

TESTEMUNHAS:**VISTO:**

Geneci dos Santos
Procuradora Geral
OAB/SC nº 37.970

DECRETO 44

Publicação Nº 1472982

Decreto nº 43/2017, de 15 de DEZembro de 2017.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMED E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Orgânica do Município no seu artigo 103, Inciso VIII,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados e empossados nos cargos de membros do Conselho Municipal de Educação- COMED, os abaixo relacionados:

I – Representante da Secretaria Municipal de Educação e Desporto

Titular: José Gudes Martiol

Suplente: Samuel de Souza Mattos Ribeiro

II – Representante do Poder Executivo

Titular: Fábio Júnior Oliveira dos Santos

Suplente: Lovete Ribeiro Caetano

III – Representante da Secretaria da Saúde

Titular: Clarice Blaskovski

Suplente: Solange Garlini

IV – Representante da Educação de Jovens e Adultos – EJA

Titular: Dolizeti Froguel de Souza

Suplente: Hildegard Marinho

V – Representante da Associação dos Pais, Amigos e Excepcionais – APAE

Titular: Ivete Massaneiro

Suplente: Jucelei de Fátima de Souza

VI – Representante das Associações de Pais e Professores – APP das Escolas Municipais

Titular: Terezinha Aparecida Martins de Oliveira Teles

Suplente: Cledir Nunes de Souza

VII - Representante dos diretores da rede municipal de ensino

Titular: Helena Castilho Zielinski

Suplente: Simone Carlin Veber

VIII – Representante de especialistas em assuntos educacionais, vinculados a estabelecimento da rede municipal de ensino

Titular: Regiane Tischler

Suplente: Jussara de Souza

IX – Representante do corpo docente dos estabelecimentos da rede municipal do Ensino Fundamental

Titular: Leandro José Carneiro de Almeida

Suplente: Helizete de Fátima da Cruz Ribeiro

X – Representante do corpo docente dos estabelecimentos de Ensino da Educação Infantil

Titular: Nilza Alves de Lara Mattos

Suplente: Teresa Aparecida Taborda

Art. 2º - O mandato dos membros será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 3º - O conselho Municipal de Educação, terá um presidente e um vice- presidente, eleitos pelos Conselheiros.

Parágrafo Único: Os representantes do Poder Executivo e os suplentes, não poderão assumir a Presidência do Conselho.

Art. 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se e cumpra-se.

Timbó Grande/SC, 15 de dezembro de 2017.

Ari José GalEski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Timbó Grande em 15 de dezembro de 2017.

Evandro Carlos de Medeiros

Secretário de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

CRENCIAMENTO Nº 13/2017

Publicação Nº 1474122

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 13/2017 DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 78.486.198/0001-52, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. RENATO PAULATA, torna público, para conhecimento dos interessados que, a partir do dia 28 de Dezembro de 2017, estão abertas as inscrições para Credenciamento dos Serviços socioassistenciais, a prestadores de serviços, pessoas jurídicas, privada ou pública, lucrativa ou não, para a execução/fornecimento dos serviços socioassistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, com obediência a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as respectivas alterações posteriores.

O presente Chamamento Público tem como Objeto o credenciamento de pessoas jurídicas, privadas ou públicas, lucrativas ou não, para a execução/fornecimento dos serviços socioassistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, em unidades residenciais, para atender a questões específicas do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, mencionados no presente edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes na tabela do anexo I.

O presente objetivo é a celebração de CREDENCIAMENTO, para realização dos serviços citados, tendo sua vigência a partir da assinatura do contrato de credenciamento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2018.

O presente credenciamento encontra-se aberto a partir do dia 28 de dezembro de 2017 até 28 de fevereiro de 2018, e poderá ser realizada por qualquer interessado, pessoa jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital .

Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 27 de Dezembro de 2017.

Renato Paulata

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 12/2017 CONSULTAS PSIQUIÁTRICAS

Publicação Nº 1474133

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 12/2017

O Município de Tunápolis - SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir da publicação deste Edital de credenciamento até o dia 28 de fevereiro de 2018. O processo de credenciamento para a contratação de clínicas para serviços com consultas psiquiátricas para a população do Município de Tunápolis - SC, para efeitos do artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, cujo procedimento obedecerá às seguintes condições regulamentares:

1. DO OBJETO

1.1 - O presente edital destina-se a credenciamento para a contratação de clínicas para serviços com consultas psiquiátricas para a população do Município de Tunápolis - SC, para o exercício de 2018.

ESPECIALIDADES				CUSTOS EM R\$	
Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	600	Unid.	Consulta com médico Psiquiatra	115,00	69.000,00

Os documentos da habilitação poderão ser remetidos via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou ainda entregues diretamente na Prefeitura Municipal Tunápolis- SC., sita na Rua João Castilho, 111, no setor de compras e licitação, no horário das 07:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:15 hrs às 17:15 hrs, de segunda a sexta-feira, podendo credenciar-se a partir da publicação deste credenciamento, até o dia 28/02/2018.

Qualquer empresa deste ramo de atividade, desde que preencha os requisitos deste edital de credenciamento poderá se cadastrar a partir da data de publicação do edital até o dia 28 de fevereiro de 2018.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Clarice Weis Staub

GESTORA DO FUNDO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 13/2017

Publicação Nº 1474194

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 13/2017**

O Município de Tunápolis - SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir da publicação deste, o processo de credenciamento de Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Plantão Médico para os municípios de Tunápolis, para efeitos do artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Municipal nº 1245/2015 e Decreto Municipal Nº 1741/2015, de 23 de dezembro de 2015, cujo procedimento obedecerá às seguintes condições regulamentares:

1. DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente edital é o de credenciar Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Plantão Médico para os municípios de Tunápolis.

Os documentos da habilitação poderão ser remetidos via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou ainda entregues diretamente na Prefeitura Municipal Tunápolis- SC., sito na Rua João Castilho, 111, no setor de compras e licitação, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h15 às 17h15, de segunda a sexta-feira, podendo credenciar-se a partir do dia 28/12/2017 até o dia 28/02/2018.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 27/12/2017.

CLARICE WEIS STAUB
GESTORA DO FUNDO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 CONTRATO Nº 14/2017

Publicação Nº 1474150

Processo licitatório Nº 07/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016
CONTRATO nº 14/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela gestora do Fundo Municipal da Saúde a Sra. CLARICE WEIS STAUB, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa LR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA-ME estabelecida na Linha São Jorge do Oeste, no Município de Belmonte-SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 14.768.722/0001-03 neste ato representada pela Sra. Lisiane Thomé Rukhaber, brasileira, portadora do CPF n. 007.096.150-60, sócia administradora, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo de prazo para a Contratação de Empresa Especializada Para Prestação de Serviço de Consultoria, para o exercício de 2018 e integrante do presente contrato como se aqui transcritos estivessem em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 03/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 07/2017 e Pregão Presencial nº 03/2017, e Contrato nº 14/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o PRAZO referente Contratação de Empresa Especializada Para Prestação de Serviço de Consultoria, para o exercício de 2018.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 11(onze) meses, a partir de 01 de Fevereiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com o contrato CLÁUSULA QUINTA ☐ DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS ☐ O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente da Lei de Regência do Contrato nº 14/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 26 de dezembro de 2017.

CLARICE WEIS STAUB LR CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA-ME
Gestora do Fundo CONTRATADA
CONTRATANTE
Fiscal do Contrato

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Turvo

PREFEITURA

CTR FMS 23/2017

Publicação Nº 1472804

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 15/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2017

CONTRATO N.º 23/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: VMLX ELETRONICOS EIRELI ME OBJETO: "AQUISIÇÃO DE 06 CAMAS HOSPITALARES PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DE TURVO/SC".

VIGÊNCIA: 22/12/17 A 22/12/18

VALOR: R\$ 19.800,00

Urussanga

PREFEITURA

ADT 01/261/2017

Publicação Nº 1473368

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATO: 01/261/2017/FMS
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 30/2016
DATA DE ASSINATURA: 26/12/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP
CNPJ/CPF: 05.956.617/0001-07
OBJETO: URBANIZAÇÃO UBS SANTANA
VIGÊNCIA PRORROGADA ATÉ 31/03/2018

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 070/2017

Publicação Nº 1473498

DECRETO N.º 070/2017, de 11 de dezembro de 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.085/2016 de 22 de novembro de 2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde

Modalidade 31900.00.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Modalidade 33900.00.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 002.0000 – Recursos de Impostos – 15% Saúde, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 120.000,00

Art. 2º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde

Modalidade 33900.00.00.01.0038.0017 – Aplicações Diretas R\$ 11.100,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0038.0017 – Transferências do SUS/União - MAC, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 11.100,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 11 de dezembro de 2017.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 13/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 071/2017

Publicação Nº 1473499

DECRETO N.º 071/2017, de 12 de dezembro de 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 1.128/2017 de 12 de dezembro de 2017:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito adicional suplementar à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 09.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE 2.030 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

Modalidade 3190.00.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 45.295,32

Artigo 2º - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta das anulações parciais ou totais de dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 09.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE 1.020 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADE DE SAÚDE

Modalidade 3390.00.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade 4490.00.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.021 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Modalidade 4490.00.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 15.295,32

PROJETO/ATIVIDADE 2.031 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Modalidade 3390.00.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 12 de dezembro de 2017

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 13/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 072/2017

Publicação Nº 1473504

DECRETO N.º 072/2017, de 12 de dezembro de 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 1.128/2017 de 12 de dezembro de 2017:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito adicional suplementar às seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE 2.008 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Modalidade: 3190.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 33.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.009 – CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS

Modalidade: 3350.00.00.01.0000.0000 – Transf. Instit. Privadas s/Fins Lucr ... R\$ 2.000,00

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.013 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

Modalidade 3190.00.00.01.0018.0000 – Aplicações Diretas R\$ 64.639,16

PROJETO/ATIVIDADE 2.015 – APOIO AO ENSINO MÉDIO

Modalidade 3390.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.016 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR

Modalidade 3390.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 1.019 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Modalidade 4490.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 09.03 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE 2.042 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Modalidade 3190.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,0

UNIDADE 09.05 – FUNDO DO IDOSO

PROJETO/ATIVIDADE 2.045 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DO IDOSO

Modalidade 3390.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Artigo 2º - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta das anulações parciais ou totais de dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 02 – GOVERNO MUNICIPAL

UNIDADE 02.01 – GABINETE DO PREFEITO

PROJETO/ATIVIDADE 2.002 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Modalidade: 3190.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE 1.007 – REFORMAS NO CENTRO ADMINISTRATIVO

Modalidade: 3390.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade: 4490.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.014 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Modalidade 3390.00.00.01.0019.0000 – Aplicações Diretas R\$ 64.639,16

PROJETO/ATIVIDADE 2.022 – MANUTENÇÃO DO LAZER E DESPORTO COMUNITÁRIO

Modalidade 3190.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE 06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO/ATIVIDADE 1.015 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, PASSEIOS E ESTRADAS

Modalidade 4490.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.029 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO A AGROPECUÁRIA

Modalidade 3390.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 12 de dezembro de 2017

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 13/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 073/2017

Publicação Nº 1473507

DECRETO N.º 073/2017, de 13 de dezembro de 2017

ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A Prefeita Municipal de Vargem Bonita/SC, no uso de suas atribuições e, objetivando o cumprimento dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2.000...

DECRETA:

Art. 1º O desdobramento da receita prevista no Orçamento Fiscal do Município em metas bimestrais de arrecadação e o cronograma de desembolso mensal, cuja dinâmica ficará submetida a execução orçamentária do exercício, são os estabelecidos, respectivamente, nos Anexos I, II e III deste Decreto.

Art 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita/SC, 13 de dezembro de 2017.
Melania Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 14/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 074/2017

Publicação Nº 1473508

DECRETO N.º 074/2017, de 19 de dezembro de 2017
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.085/2016 de 22 de novembro de 2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica em Saúde
Modalidade 33900.00.00.01.0038.0018 – Aplicações Diretas R\$ 488,62

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0038.0018 – Assistência Farmacêutica Básica, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 488,62

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 19 de dezembro de 2017.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 20/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 075/2017

Publicação Nº 1473510

DECRETO N.º 075/2017, de 21 de dezembro de 2017
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.085/2016 de 22 de novembro de 2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 2.026 – Manutenção do Setor Rodoviário
Modalidade 339000.00.01.00.0039 – Aplicações Diretas R\$ 528,89

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso

de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.00.0007 – Fundo Especial do Petróleo, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 R\$ 528,89

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 21 de dezembro de 2017

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 22/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

LEI Nº 1128 /2017

Publicação Nº 1473497

Lei nº.1.128 /2017, de 12 de dezembro de 2017

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar às seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE 2.008 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Modalidade: 3190.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 33.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.009 – CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS

Modalidade: 3350.00.00.01.0000.0000 – Transf. Instit. Privadas s/Fins Lucr ... R\$ 2.000,00

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.013 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

Modalidade 3190.00.00.01.0018.0000 – Aplicações Diretas R\$ 64.639,16

PROJETO/ATIVIDADE 2.015 – APOIO AO ENSINO MÉDIO

Modalidade 3390.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.016 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR

Modalidade 3390.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 1.019 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Modalidade 4490.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 09.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE 2.030 –MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

Modalidade 3190.00.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 45.295,32

UNIDADE 09.03 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE 2.042 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Modalidade 3190.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,0

UNIDADE 09.05 – FUNDO DO IDOSO

PROJETO/ATIVIDADE 2.045 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DO IDOSO

Modalidade 3390.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Artigo 2º - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta das anulações parciais ou totais de dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 02 – GOVERNO MUNICIPAL

UNIDADE 02.01 – GABINETE DO PREFEITO

PROJETO/ATIVIDADE 2.002 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Modalidade: 3190.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE 1.007 – REFORMAS NO CENTRO ADMINISTRATIVO

Modalidade: 3390.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade: 4490.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.014 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Modalidade 3390.00.00.01.0019.0000 – Aplicações Diretas R\$ 64.639,16

PROJETO/ATIVIDADE 2.022 – MANUTENÇÃO DO LAZER E DESPORTO COMUNITÁRIO

Modalidade 3190.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE 06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO/ATIVIDADE 1.015 – PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, PASSEIOS E ESTRADAS

Modalidade 4490.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

UNIDADE 07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.029 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO A AGROPECUÁRIA

Modalidade 3390.00.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 09.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE 1.020 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADE DE SAÚDE

Modalidade 3390.00.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade 4490.00.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.021 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Modalidade 4490.00.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 15.295,32

PROJETO/ATIVIDADE 2.031 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Modalidade 3390.00.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, em 12 de dezembro de 2017

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 13/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 14.689/17

Publicação Nº 1473265

DECRETO Nº 14.689/17, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16 de 19 de dezembro de 2016.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
02 – Departamento de Ensino Fundamental		
2.034 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	200.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	200.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação dos recursos vinculados dos 25% da Educação no exercício de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de dezembro de 2017.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.690/17

Publicação Nº 1473253

DECRETO Nº 14.690/17 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16 de 19 de dezembro de 2016.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 276.541,91 (Duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e um centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
02 – Departamento de Ensino Fundamental		
2.034 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	31.285,84	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0001 – Aplicações Diretas	135.000,00	
07 – Secretaria Municipal de Educação		
02 – Departamento de Ensino Fundamental		
2.035 – Manutenção do Fundeb - Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	63.155,41	
07 – Secretaria Municipal de Educação		

03 – Departamento de Ensino Infantil		
2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	47.100,66	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	276.541,91	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
02 – Departamento de Ensino Fundamental		
2.034 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	1.285,84	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	30.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00.03.0001 – Aplicações Diretas	135.000,00	
07 – Secretaria Municipal de Educação		
02 – Departamento de Ensino Fundamental		
2.035 – Manutenção do Fundeb - Ensino Fundamental		
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	20.153,62	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0011 – Aplicações Diretas	15.976,23	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	1.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0011 – Aplicações Diretas	26.025,56	
07 – Secretaria Municipal de Educação		
03 – Departamento de Ensino Infantil		
2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos		
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	47.100,66	
TOTAL DA ANULAÇÃO	276.541,91	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de dezembro de 2017.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.691/17

Publicação Nº 1473260

DECRETO Nº 14.691/17, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.443/17 de 25 de maio de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), à

suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
03 – Departamento de Ensino Infantil		
2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos		
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0001 – Aplicações Diretas	200.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	200.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro de 2016 dos recursos próprios da Prefeitura.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de dezembro de 2017.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.692/17

Publicação Nº 1473263

DECRETO Nº 14.692/17, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.483/17 de 05 de outubro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
02 – Departamento de Ensino Fundamental		
2.035 – Manutenção do Fundeb - Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	173.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0011 – Aplicações Diretas	69.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	242.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação dos recursos vinculados do Fundeb no exercício de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de dezembro de 2017.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 036/2017

Publicação Nº 1473333

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ED-SFI 36/2017

Com fundamento nos artigos 28 a 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, e nos artigos 75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, ficam notificados da exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) as pessoas jurídicas abaixo identificadas, em virtude de possuírem débitos com a Fazenda Pública Municipal com exigibilidade não suspensa, nos termos do disposto no inciso V do artigo 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e na alínea "d" do inciso II do art. 73, combinada com o inciso VI do art. 76, ambos da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011 e por ausência de inscrição ou possuírem irregularidades junto ao cadastro fiscal com amparo no artigo 17, inciso XVI da LC 123/06 c/c artigo 15, inciso XXVI da Resolução 94/2011.

CONTRIBUINTE CNPJ

1957228 - STUDIO C FOTOGRAFIA LTDA	06.922.150/0001-39
2228343 - MARCELO WEIGERT REPRESENTACOES LTDA - ME	24.795.879/0001-73
2201879 - MATERFRAI MERCEARIA E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	03.028.035/0001-27
2074800 - KACIANE COMÉRCIO DE BRINQUEDOS UTILIDADES E ISOLANTES TERMICOS LTDA	12.365.479/0001-49
2233436 - MARCELO REDECKER EIRELI - ME	25.229.795/0001-35
2235803 - MAIKON LASCOSKI EIRELI - ME	26.005.000/0001-78
1888048 - SUPERCENTER ZARPELLON ALIMENTOS LTDA	79.305.223/0001-17
1914928 - TRANSPORTES ALTO VALE LTDA	05.060.558/0001-86
2030969 - TIYAIÁ PRESENTES E CONFECÇÕES LTDA ME	09.658.742/0001-83
2135523 - TIO TONI TRANSPORTES LTDA - ME	17.903.355/0001-93
2125838 - MATHEUS & RODRIGUES LAVACAO AUTOMOTIVA LTDA ME	10.573.552/0001-42
2122359 - GILBERTO STEFANSKI ROANI	16.799.317/0001-70
2231557 - HAIZA CRISTINE TRAVASSO - ME	24.988.025/0001-03
2190648 - ELECLOTRADE COMERCIO DE ELETRONICOS E VESTUARIO LTDA - ME	21.546.943/0001-94
2331241 - EVANDRO DOUGLAS TEIXEIRA PIRES - ME	27.340.924/0001-93
2321661 - GILSON CEZAR DE OLIVEIRA - ME	26.550.432/0001-60
2115816 - ISOLAMENTOS SAO JORGE LTDA ME	15.803.606/0001-32
2217368 - JCA RECUPERACAO DE CAMINHOS, PECAS E ACESSORIOS EIRELI - ME	23.826.123/0001-81
2054884 - FELLIPE TRANSPORTE E COMERCIO LTDA ME	11.115.019/0001-08
1903330 - CENTRAL RODAS VI LTDA - ME	04.801.762/0001-48
2334119 - FERNANDO LUIZ FURLAN - ME	27.549.892/0001-30
2118440 - IMPERMEABILIZACOES THERMO FLEX LTDA - ME	16.757.680/0001-22
2075490 - MC SERVICOS ELETRICOS LTDA	12.553.401/0001-58
2125510 - JOILSON COMUNELLO - ME	17.376.749/0001-30
2181479 - JOSIMAR ANTONIO ZANOL - ME	20.686.972/0001-99
2181479 - JOSIMAR ANTONIO ZANOL - ME	20.686.972/0001-99
2214458 - LELIANA PERBONI BIANCHI - ME	23.530.428/0001-41
2163470 - LARISSA RIBEIRO	19.209.657/0001-91
2184400 - LS ELETRODIESEL SERVICOS E PECAS LTDA - ME	20.894.487/0001-00
2128101 - VANESSA PICCININ EIRELI - ME	17.394.940/0001-05
2098024 - ATUALIZE GESTAO E TREINAMENTOS LTDA ME	14.427.636/0001-29
2194260 - AGUIA AZUL TRANSPORTES EIRELI - ME	21.807.412/0001-08
2320649 - ANDREMAR CONSULTORIA LTDA ME	26.427.764/0001-51
2191733 - REGIANE MUNZLINGER TOLDO - ME	21.419.391/0001-53
2229633 - RESTAURANTE DE LIVERY LTDA - ME	24.447.554/0001-08
2160064 - V8 HOTEL EIRELI - ME	17.224.749/0001-15
2142112 - VENETO INDUSTRIA DE TIJOLOS ECOLOGICOS LTDA ME	18.112.021/0001-64
2155095 - TRANSPORTES ELOSER LTDA - ME	02.978.439/0001-19
2067714 - SAPATARIA CRIATIVA LTDA ME	10.884.761/0001-07
2211238 - ANTONIO ANTUNES CRUZ - ME	23.248.474/0001-52
2204282 - RAFAEL ANTONIO CORDEIRO - ME	22.390.202/0001-20
2017806 - COMERCIO E LOCAÇÃO DE ARTIGOS PARA FESTAS BIANCA LTDA ME	09.156.535/0001-20
2228637 - COMIDAS CASEIRAS FL LTDA - ME	24.758.504/0001-33
2166615 - RCZ COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME	19.506.990/0001-62
2122596 - SULIS INDUSTRIA FARMACEUTICA E NUTRICAÇÃO ANIMAL LTDA - ME	17.091.423/0001-67
2217236 - SULBEC AUTOMACAO E SERVICOS ELETRICOS LTDA - ME	23.857.358/0001-30
2185040 - IVONE MARCON ME	20.778.026/0001-72
2180855 - GR INDUSTRIA, COMERCIO E REPRESENTACAO DE EMBALAGENS LTDA - EPP	20.596.100/0001-30
2323192 - FA CONSTRUÇÕES E SERVICOS LTDA - ME	26.690.046/0001-73

1686496 - COMERCIO DE ARTIGOS DE REFRIGERACAO ABDALLA LTDA	03.028.093/0001-50
1846230 - APOLO REPRESENTACOES EIRELI - ME	04.353.613/0001-63
2154161 - COMERCIO E LOCAÇÃO DE ARTIGOS PARA FESTAS BIANCA LTDA - ME	09.156.535/0002-01
2223953 - COMERCIO DE CONFECÇÕES ANAELIZA LTDA - ME	24.408.425/0001-00
2225450 - CAP CONSTRUTOR EIRELI - ME	24.557.317/0001-91
2033909 - CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES VIDEIRA LTDA ME	08.995.368/0001-49
2189879 - CARMEN MANOEL MAIA - ME	21.319.430/0001-40
2317419 - CONTINENTAL COMERCIO DE BATERIAS EIRELI - ME	26.179.463/0001-56
2346168 - JOÃO PONTES DO PRADO SOCIEDADE INDIVIDUAL DEADVOCACIA	26.756.037/0001-38
2233541 - CLINICA MEDICA KELVIN ZARPELLON LTDA - ME	25.292.858/0001-06
2048337 - CASA DE EVENTOS E RESTAURANTE VANZ LTDA ME	10.791.082/0001-93
1639064 - AUTO ELETRICA VOLTS LTDA ME	02.718.300/0001-36
2227908 - AUTO SOCORRO E TRANSPORTES OLIVEIRA LTDA - ME	24.719.878/0001-40
2329859 - BG TRANSPORTES LTDA ME	27.256.374/0001-29
2230950 - ALKAB MERCADO EIRELI - ME	24.994.988/0001-10
2232952 - ANDRIELE DA SILVA ME	19.277.368/0001-20
1960571 - AMORETTI ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S	07.000.301/0001-64
2227029 - ILISANGELA GONCALVES BRESOLIN - ME	24.603.343/0001-09

Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir do dia 1º de janeiro de 2018, conforme disposto no inciso IV do art. 31 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Para que produza seus efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente edital.

Videira, 26 de dezembro de 2017.

LUIZ CARLOS BONDICZ
Secretário Adjunto de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 037/2017

Publicação Nº 1473513

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 37/2017
INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA

O Secretário de Finanças, no uso de suas atribuições e em conformidade ao previsto na Lei Orgânica no seu artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) no artigo 87, §2º, e no Código Tributário Nacional, artigo 198, §3º, II, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados da inscrição em Dívida Ativa referente aos créditos tributários e não tributários vencidos, proveniente de Auto de Infração.

A inscrição em dívida ativa será efetuada com os acréscimos previstos na legislação tributária do município, e sua execução fiscal far-se-á independentemente de nova notificação.

Contribuinte: DARLAN SANTOS SOARES - MEI

Endereço: Rua Augusto Beneti, 359 - Bairro Santos Dumont – Município de Videira

Inscrição Municipal: 2198894 - CNPJ: 22.133.336/0001-65 Processo Administrativo Nº 18313/2016.

Auto de Infração nº 120/2016 Data de Emissão: 11/11/2016 - Valor: R\$ 151,83 - Não comunicação de baixa e/ou alteração inscrição municipal no prazo regulamentar previsto. Pedido de baixa foi comunicado fora do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias conforme documentos em anexo PA18313/2016.

Contribuinte: AUTO LAVAÇÃO PP LTDA ME

Endereço: Rodovia SC 135 - Bairro Nossa Senhora Aparecida – Município de Videira

Inscrição Municipal: 2181746 - CNPJ: 20.686.868/0001-02 Processo Administrativo Nº 1296/2017.

Auto de Infração nº 12/2015 Data de Emissão: 21/02/2017 - Valor: R\$ 162,44 - Não comunicação de baixa e/ou alteração inscrição municipal no prazo regulamentar previsto. Pedido de baixa foi comunicado fora do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias conforme documentos em anexo PA1296/2017

Contribuinte: ROSANE MARIA FRIGO

Endereço: Rua Bulcão Viana, 1180 - Bairro Floresta – Município de Videira

Inscrição Municipal: 2152495 - CNPJ: 17.940.918/0001-13 Processo Administrativo Nº 1134/2016.

Auto de Infração nº 10/2017 Data de Emissão: 21/02/2017 - Valor: R\$ 162,44 - Não comunicação de baixa e/ou alteração inscrição municipal no prazo regulamentar previsto. Pedido de baixa foi comunicado fora do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias conforme documentos em anexo PA1134/2017

Contribuinte: PEDRO LOPES

Endereço: Rua Ivo Rostirola, 74 - Bairro Carelli – Município de Videira

CNPJ: 12.089.227/0001-34 Processo Administrativo Nº 14922/2015.

Auto de Infração nº 97/2016 Data de Emissão: 15/08/2016 - Valor: R\$ 151,83 - Não comunicação de baixa e/ou alteração inscrição municipal no prazo regulamentar previsto. Pedido de baixa foi comunicado fora do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias conforme documentos

em anexo PA14922/2017

Contribuinte: ROMA REFRIGERAÇÃO COMERCIAL LTDA ME

Endereço: Rua Padre Anchieta, 125 - Bairro Matriz – Município de Videira

CNPJ: 10.850.802/0001-44 Processo Administrativo Nº 2005/2016.

Auto de Infração nº 92/2016 Data de Emissão: 05/08/2016 - Valor: R\$ 151,83 - Não comunicação de baixa e/ou alteração inscrição municipal no prazo regulamentar previsto. Pedido de baixa foi comunicado fora do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias conforme documentos em anexo PA2005/2016

Contribuinte: MERIANE BOLZONI ME

Endereço: Rua Vereador Antônio Breda, 112 - Bairro Rio Das Pedras – Município de Videira

Inscrição Municipal 2007100 - CNPJ: 08.826.502/0001-88 - Processo Administrativo Nº 2444/2014.

Auto de Infração nº 22/2017 Data de Emissão: 05/04/2017 - Valor: R\$ 162,44 - Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos períodos de agosto a dezembro de 2013 com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa Fiscal Web, conforme previsto no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX, constatados no PA2444/2014 - Baixa de Inscrição conforme Extrato de Débitos e Ficha Financeira partes integrantes deste auto.

Contribuinte: MERIANE BOLZONI ME

Endereço: Rua Vereador Antônio Breda, 112 - Bairro Rio Das Pedras – Município de Videira

Inscrição Municipal 2007100 - CNPJ: 08.826.502/0001-88 - Processo Administrativo Nº 2444/2014.

Auto de Infração nº 23/2017 Data de Emissão: 05/04/2017 - Valor: R\$ 324,88 - Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, sem movimento nos meses de janeiro, fevereiro do ano de 2014 com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa Fiscal Web, conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX, constatados mediante PA2444/2014 - Baixa de Inscrição, conforme Extrato de Débitos e Ficha Financeira partes integrantes deste auto de infração.

Contribuinte: LEONARDO CESAR COELHO ME

Endereço: Rua Augusto De Martini, 30 - Bairro São Francisco – Município de Videira

CNPJ: 22.686.019/0001-76 - Processo Administrativo Nº 8995/2017.

Auto de Infração nº 65/2017 Data de Emissão: 07/08/2017 - Valor: R\$ 162,44 - Não comunicação de baixa e/ou alteração inscrição municipal no prazo regulamentar previsto. Pedido de baixa foi comunicado fora do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias conforme documentos anexos ao PA11486/2017 em apenso ao PA8995/2017.

Contribuinte: SEVEMAQUINAS COMERCIO DE MANUTENÇÃO DE MAQUINAS LTDA ME

Endereço: Rua Bulcão Viana, 992 - Bairro Floresta – Município de Videira

CNPJ: 10.62.121/0001-90 - Processo Administrativo Nº 13880/2017. Auto de Infração nº 61/2017- Data de Emissão: 01/08/2017 - Valor: R\$ 162,44- Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de janeiro a dezembro do ano de 2012, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão legal no Decreto nº 4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Contribuinte não apresentou documentos comprobatórios de inatividade compreendido nos períodos de 2010 a 2014. Fisco Municipal através de termo de ocorrência e publicação no Diário Oficial dos Municípios Edição 1518 páginas 319 e 320, cancelou a inscrição junto ao cadastro de contribuinte em 04/06/2014.

Auto de Infração nº 62/2017- Data de Emissão: 01/08/2017 - Valor: R\$ 162,44- Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, ou "sem movimento" no período de janeiro a dezembro do ano de 2013, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão legal no Decreto nº 4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Contribuinte não apresentou documentos comprobatórios de inatividade compreendido nos períodos de 2010 a 2014. Fisco Municipal através de termo de ocorrência e publicação no Diário Oficial dos Municípios Edição 1518 páginas 319 e 320, cancelou a inscrição junto ao cadastro de contribuinte em 04/06/2014.

Auto de Infração nº 63/2017- Data de Emissão: 01/08/2017 - Valor: R\$ 162,44 - Não comunicação de baixa e/ou alteração inscrição municipal no prazo regulamentar previsto. Pedido de baixa foi comunicado fora do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias conforme documentos anexos ao PA13880/2017.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes. Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 26 de dezembro de 2017.

LUIZ CARLOS BONDICZ

Secretário Adjunto de Finanças

PORTARIA Nº 1213/17

Publicação Nº 1473251

PORTARIA nº 1213/17

Designa Fiscal de Obras decorrentes de Contratos Administrativos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º. Designar RÔMULO MACHADO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 010.173.989-33, nomeado no cargo efetivo de

ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 16.670, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes do Processo Licitatório Concorrência nº 01/2017-PMV, contratos administrativos nº CT 140/2017, CT 141/2017 e 142/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUTAR A ETAPA 02 DO NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO: COBERTURA METÁLICA (ITEM 01), ESPAÇO CENTRO TECNOLÓGICO, FUNDAÇÕES E PPCI (ITEM 02) E PADRÃO ELÉTRICO DE ENTRADA DE ENERGIA (ITEM 03), COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 3.423,66M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de dezembro de 2017.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 1214/17

Publicação Nº 1473245

PORTARIA nº 1214/17

Designa Fiscal de Obras decorrentes de Contratos Administrativos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar Maize Carla Carlesso Daição, brasileira, solteira, inscrito no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 04/2017-PMV, contrato administrativo nº CT 145/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA DO CEMEI CLAUDIO BALESTRIN, LOCALIZADO NA RUA JOÃO NOVELLO, BAIRRO SANTOS DUMONT, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 408,52M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de dezembro de 2017.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 1215/17

Publicação Nº 1473246

PORTARIA nº 1215/17

Designa Fiscal de Obras decorrentes de Contratos Administrativos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar Guilherme Matheus Bettú, inscrito no CPF sob o nº 078.003.359-09, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ENGENHARIA, matrícula nº 17.195, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 06/2017-PMV, contrato administrativo nº CT 146/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO C.E.M.E.I. WELLESLEY ANTÔNIO GAIO, LOCALIZADO NA RODOVIA LINEU BONATO (SC 303), KM 04, BAIRRO CAMPO EXPERIMENTAL, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 1.344,11M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de dezembro de 2017.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 1216/17

Publicação Nº 1473249

PORTARIA nº 1216/17

Designa Fiscal de Obras decorrentes de Contratos Administrativos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE

Art. 1º Designar Guilherme Matheus Bettú, inscrito no CPF sob o nº 078.003.359-09, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ENGENHARIA, matrícula nº 17.195, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 01/2017-FMS, contrato administrativo nº CT 147/2017, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E ADEQUAÇÃO DAS FUTURAS INSTALAÇÕES DO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO (PAME), LOCALIZADO NA RUA ANTÔNIO FERLIN, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 253,19M², CONFORME PROJETO BÁSICO.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de dezembro de 2017.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de dezembro de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS NOVAS PROPOSTAS DA TP Nº 03/2017- PMV

Publicação Nº 1473394

ESTADO DE SANTA CATARINA

município DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS NOVAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2017-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das novas propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEMEI VEREADOR JORGE MARTINS, LOCALIZADO NA RUA AGOSTINHO LUIZ BARROS, BAIRRO CIDADE ALTA, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 1.032,57M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando vencedora a empresa G.L Construtora e Incorporadora Ltda por apresentar o menor preço de R\$ 592.614,26 (quinhentos e noventa e dois mil seiscentos e quatorze reais e vinte e seis centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 26 de Dezembro de 2017.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Vitor Meireles

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PROFESSORES EFETIVOS PARA O ANO LETIVO DE 2018

Publicação Nº 1471132

Classificação Efetivos 2017

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais e em conformidade com o Decreto nº 095 de 22 de dezembro de 2017, divulga e homologa a classificação dos professores efetivos para o ano letivo de 2018, sendo que a escolha de vagas será realizada no dia 29 de janeiro de 2018, às 9 horas, na Secretaria Municipal de Educação:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	CARGA HORA-RIA	TEMPO SERVI-ÇO NO CARGO/ANOS	FORMA-ÇÃO	CURSOS	NASCI.	PON-TOS	CLAS-SIF
ILIANI FERREIRA DE SOUZA	Professor Nível III	20	27	13	1	07/07/1966	41	1
MARLENE MONTIBELLER DECARLI	Professor Nível III	40	22	13	1	16/12/1961	36	2
VERA LUCIA LUTKE	Professor Nível III	40	22	13	1	08/11/1963	36	3
ROSILENI FISTAROL FORMENTIN	Professor Nível III	40	22	13	1	03/11/1973	36	4
*ANALU MOSER	Professor Nível III	40	13	13	1	23/10/1973	27	5
**PAULO ROBERTO DE FREITAS	Professor Nível III	40	13	13	1	22/12/1977	27	6
**ELIZABETH WINTER	Professor Nível III	40	13	13	1	22/07/1978	27	7
*MORGANA DE SENA ANDRÉ	Professor Nível II	40	13	13	1	27/08/1978	27	8
**ELACIR EICKENBERG PRANGE	Professor Nível III	40	13	13	1	04/01/1979	27	9
LEONIRCE RINALDI FAUSTO	Professor Nível III	20	11	13	1	08/04/1974	25	10
NOELI SEPKA	Professor Nível III	20	11	13	1	12/12/1978	25	11
OSMAR HOBOLD	Professor Nível III	20	11	13	0,5	26/12/1965	24,5	12
ILIANI FERREIRA DE SOUZA	Professor Nível III	20	10	13	1	07/07/1966	24	13
JANETE SCHMIDT MAFRA	Professor Nível III	40	9	13	1	12/02/1972	23	14
ILMA WATRAS	Professor Nível III	40	9	13	1	13/09/1974	23	15
JOSIANE BERKENBROCK MASOTE	Professor Nível III	40	9	13	1	01/02/1982	23	16
OSMAR HOBOLD	Professor Nível III	20	9	13	0,5	26/12/1965	22,5	17
EDILENE SADLOVSKI FRANCISCO	Professor Nível III	40	7	13	1	12/12/1987	21	18
MARILEUSA SCHMITT	Professor Nível III	40	6	13	1	30/04/1971	20	19
MARIA BIELESKI	Professor Nível III	40	6	13	1	14/09/1974	20	20
SAMIRA CRISTINA R. OLIVEIRA	Professor Nível III	20	6	13	1	26/02/1990	20	21
AURÉLIA SOETHE	Professor Nível III	40	4	13	1	12/11/1978	18	22
ROSILENA MEDEIROS DA SILVA FAUSTO	Professor Nível III	20	2	13	1	27/06/1969	16	23
VERA LÚCIA TIBES DE MELLO	Professor Nível II	20	5	10	1	27/03/1973	16	24
CLEIDE MAIBERG WIPPEL	Professor Nível III	20	2	13	1	14/09/1974	16	25
PATRICIA HOBOLD ZALASKO	Professor Nível III	20	2	13	1	14/05/1988	16	26
ELAINE CRISTINA BENINCA	Professor Nível III	20	2	13	1	24/11/1989	16	27
LEONIRCE RINALDI FAUSTO	Professor Nível III	20	0	13	1	08/04/1974	14	28
LUCIARA KUHLE	Professor Nível III	20	0	13	1	04/05/1991	14	29
PATRICIA TILLMANN	Professor Nível III	20	0	13	1	14/02/1992	14	30
GRACIELI MONDINI	Professor Nível II	20	2	10	1	31/03/1988	13	31
DENY ELEN DOS SANTOS	Professor Nível II	20	0	10	1	06/11/1985	11	32

*Concurso 002/2003 – Educação Infantil

**Concurso 002/2003 – Séries Iniciais

Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, em 22 de dezembro de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

PORTARIA Nº RH-AM 550/2017

Publicação Nº 1473242

PORTARIA Nº RH- AM 550/2017
EXONERAR A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Avelino Menegolla
Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.776/91 Artigo 35.
RESOLVE

EXONERAR a pedido a partir de 20.12.2017, a Servidora Pública Municipal, a Sr.(a) GREISY KELY DE BONA, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 4.849.360 e CPF nº 064.214.049-95, nomeada conforme Decreto nº AJG 030/2016, no cargo de PROFESSOR NÍVEL 1, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0005253/2017 datado de 22.12.2017.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 20.12.2017. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº AJG 030/2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 22 de Dezembro de 2017.

Avelino Menegolla
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 551/2017

Publicação Nº 1473244

PORTARIA Nº RH-AM 551/2017

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. MARAIR APARECIDA DOS SANTOS ANDOLFATTO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG nº 3.288.406-0 e inscrita no CPF sob o nº 017.667.729-19, nomeada conforme Decreto nº AM 118/03 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta redução vigore no período de 03.01.2018 até 02.07.2018.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação. Passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 03.01.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 22 de Dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 552/2017

Publicação Nº 1473248

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 552/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 16 (dezesseis) dias a partir de 01.02.2018 a 16.02.2018 a Servidora Pública Municipal, a Sra. FABIULA NUNES DE OLIVEIRA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 5.791.302, CPF n.º 073.055.279-98, nomeada conforme Decreto n.º BLB 148/2011 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0005231/2017 datado de 20.12.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

02.06.2011 a 01.06.2014 = 16 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 01.02.2018. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 22 de Dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 147/2017

Publicação Nº 1473255

DECRETO Nº 147 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Homologa a Resolução n. 011/2017 do Conselho Municipal de Saúde que dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução Nº 011 de 22 de Dezembro de 2017, do Conselho Municipal de Saúde que dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Saúde com vigência para 2018 a 2021 e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 22 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2017

Publicação Nº 1473093

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2017
MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2017

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Xavantina/SC torna público que firmou o seguinte Termo de Colaboração:

Concedente: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA

Entidade Parceira: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA HOSPITAL SÃO LUCAS

Fundamentação Legal: Leis Federais ns. 13.019/2014 e alterações; e 8.666/1993; Lei Municipal n. 1.587/2017 e Decreto n. 080/2017.

Objeto: Celebração de parceria visando dar continuidade nas ações e serviços essenciais e indispensáveis na área de saúde oferecida a população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Xavantina, nos termos das especificações técnicas e demais condições estabelecidas na Proposta de Trabalho apresentada pela Entidade Parceira e aprovada pela Concedente.

Valor total do repasse: R\$ 931.745,00 (novecentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e cinco reais)

Vigência: 12 (doze) meses - período compreendido entre 01.01.2018 a 31.12.2018.

Assinatura: 26 de Dezembro de 2017

JÉSSICA PAULA PINSETA

Gestora FMS

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO 006/2017

Publicação Nº 1473267

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 006/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

CONTRATO Nº 006/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Xavantina.

CONTRATADO: EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da contratante.

Sistemas: Sistema de Contabilidade pública, Sistema de Folha de Pagamento.

Sistema de Transparência Pública e Sistema de Patrimônio Público.

Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:

Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.

Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da contratante.

Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos.

Suporte Técnico e Treinamento reforço, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.

Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.

A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferida exclusivamente pela contratada.

1.O valor total global deste Contrato de 48 meses para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 71.451,00, sendo:

.a) R\$ 1.327,00,00 por mês para locação dos sistemas, conforme proposta de preços;

b) R\$ 80,00 para suporte técnico compreendendo 20 horas após a implantação dos sistemas, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,80 o KM rodado, mais despesas de estadia e refeição no valor de R\$ 151,00 ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico;

c) Serviços de Migração, implantação, treinamentos para usuários, no valor de R\$5.000,00

Os valores contratados serão automaticamente reajustados, independentemente de termo aditivo contratual, depois de decorrido 12 meses da apresentação da proposta, com base no índice IGP-M acumulado no período.

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir de primeiro de janeiro de 2018. Podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93, através de termos Aditivos.

Xavantina, 05 de dezembro de 2017

Helio Domingos Sordi -Presidente

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 130/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 072/2017

Publicação Nº 1473550

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº. 130/2017

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 072/2017

TIPO: Menor Preço/Por Item

OBJETO: Registro de Preços para a aquisição de tubos do tipo PEAD e adaptadores para a implantação de sistema de abastecimento de água a moradores da Linha Irani, interior do Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 14h30min do dia 09 de Janeiro de 2018

Abertura dos Envelopes: 14h30min do dia 09 de Janeiro de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 26 de Dezembro de 2017. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0001/2015

Publicação Nº 1472858

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contratado Nº. 0001/2015

LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOCADOR: ANTONIO MAROCCO

OBJETO: locação da sala comercial no lote urbano nº 7 da quadra 132 sob a matrícula 7.317 com medida de área livre aproximadamente de 280m² situado na Rua Rio Grande esquina com a Rua Justo Eugênio Soccol, Bairro Primavera, Cidade de Xaxim, Estado Santa Catarina.

A locação da sala comercial é para atender aos serviços oferecidos pelo CRAS Primavera, Através do Fundo Municipal de Assistência Social.

ADITIVO: Quarto Termo Aditivo de prazo, com fundamento legal no art. 57, da Lei 8.666/93, bem como décima sexta clausula do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

VALOR: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) ano, divididos em duas parcelas mensais de R\$ 2.250,00 (dois e duzentos e cinquenta reais).

PERÍODO: 01 de Janeiro de 2018 até 01 Março 2018.

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 0223/2014 e Dispensa de Licitação nº 0056/2014

Xaxim/SC, 11 de Dezembro de 2017. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR 192_2017 - DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Publicação Nº 1473371

LEI COMPLEMENTAR Nº 192/2017, de 19 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 007, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2002 QUE INSTITUIU O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LIRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Ficam revogados os §§ 2º e 4º do artigo 291 da Lei Complementar nº 007, de 23 de dezembro de 2002, que instituiu o Código Tributário Municipal.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 22 de dezembro de 2017.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA 4309_2017 - AUTORIZA A TRANSFERIR, POR DOAÇÃO, PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO, TERRENOS E RESPECTIVAS EDIFICAÇÕES AS FAMÍLIAS MUTUARIAS DE BAIXA RENDA DO MUNICÍPIO DE XAXIM

Publicação Nº 1473464

Lei nº 4.309/2017, de 19 de dezembro de 2017

AUTORIZA A TRANSFERIR, POR DOAÇÃO, PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO, TERRENOS E RESPECTIVAS EDIFICAÇÕES AS FAMÍLIAS MUTUARIAS DE BAIXA RENDA DO MUNICÍPIO DE XAXIM E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LIRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a transferência, por doação, para fins de regularização, terrenos e respectivas edificações as famílias mutuarias de baixa renda, ou seja, já residentes ou não, localizados nesta cidade e pertencentes ao município, independente de onde estão localizados.

Art. 2º - Caracteriza-se público de baixa renda:

a) Possuir renda familiar mensal de até três salários mínimos,

Art. 3º - A transferência por doação, será feita diretamente do Município para cada família mutuaría, respectivamente, respeitando as situações existentes e desde que comprovado, por parte do interessado estar residindo a 5 anos no imóvel e ser possuidor deste único imóvel.

§1º - Para fins de comprovação de titularidade do imóvel o mutuário deverá apresentar comprovantes de pagamento de luz e água em seu nome, ou contrato de compra e venda, ou outros documentos que possam comprovar seus direitos sob o imóvel.

§2º - A documentação comprobatória deverá ser entregue diretamente à Secretaria de Assistência Social que emitirá parecer direcionado ao prefeito municipal que autorizará a transferência do imóvel.

Art. 4º - Na escritura publica de cada família mutuaría constará o termo de compromisso de que o imóvel será usado exclusivamente para fins de moradia do mutuário e sua família e ficará gravada cláusula de reversão em favor do município, caso o mutuário mudar a finalidade ou alienar o imóvel no prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 5º - A escrituração será feita ao homem ou mulher, ou ambos, independente do estado civil.

Art. 6º - As despesas cartorárias e tributos relativos à escrituração dos imóveis do município para a respectiva família mutuaría, serão suportadas por esta se caso for.

Art. 7º - A família mutuaría beneficiária com o objeto desta lei, que alienar o bem recebido ficará impedida de receber nova doação dentro do programa habitacional do município.

Art. 8º - Fica, outrossim, o Departamento de Patrimônio, autorizado a proceder a devida baixa dos imóveis transferidos na forma da lei.

Art. 9º - Os casos omissos advindos da presente transferência por doação serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Habitação, segundo suas competências.

Art. 10 - Uma vez regularizados e escriturados, na forma da lei, os imóveis serão tributados pelo menor índice de IPTU adotado pelo município, até que a legislação disponha sobre a matéria.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de dezembro de 2017.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA 4310_2017 - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO LOTEAMENTO DE INTERESSE SOCIAL "VITÓRIA"

Publicação Nº 1473462

Lei nº 4.310/2017, de 30 de novembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO LOTEAMENTO DE INTERESSE SOCIAL "VITÓRIA", LOCALIZADO NO BAIRRO SANTA TEREZINHA EM ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL - AEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LIRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a transferência, por doação, para fins de regularização, terrenos e respectivas edificações as famílias mutuarias de baixa renda, localizados no Loteamento Vitória de propriedade do Município de Xaxim.

Art. 2º - Caracteriza-se público de baixa renda:

a) Possuir renda familiar mensal de até três salários mínimos,

Art. 3º - A transferência por doação será feita diretamente do Município para cada família mutuaría, respectivamente, respeitando as situações existentes e desde que comprovadas.

§1º - Para fins de comprovação de titularidade do imóvel o mutuário deverá apresentar comprovantes de pagamento de luz e água em seu nome, ou contrato de compra e venda, ou outros documentos que possam comprovar seus direitos sob o imóvel.

§2º - A documentação comprobatória deverá ser entregue diretamente à Secretaria de Assistência Social que emitirá parecer direcionado ao prefeito municipal que autorizará a transferência do imóvel.

Art. 4º - Na escritura publica de cada família mutuaría constará o termo de compromisso de que o imóvel será usado exclusivamente para fins de moradia do mutuário e sua família e ficará gravada cláusula de reversão em favor do município, caso o mutuário mudar a finalidade ou alienar o imóvel no prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 5º - A escrituração será feita ao homem ou mulher, ou ambos, independente do estado civil.

Art. 6º - As despesas cartorárias e tributos relativos a escrituração dos imóveis do município para a respectiva família mutuaría, serão suportadas por esta se caso for.

Art. 7º - A família mutuaría beneficiária com o objeto desta lei, que alienar o bem recebido ficará impedida de receber nova doação dentro

do programa habitacional do município.

Art. 8º - Fica, outrossim, o Departamento de Patrimônio, autorizado a proceder a devida baixa dos imóveis transferidos na forma da lei.

Art. 9º - Os casos omissos advindos da presente transferência por doação serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Habitação, segundo suas competências.

Art. 10 - Uma vez regularizados e escriturados, na forma da lei, os imóveis serão tributados pelo menor índice de IPTU adotado pelo município, até que a legislação disponha sobre a matéria.

Art. 11 - Fica Ratificada a aprovação do Loteamento Vitória constante da Ata 05/2017 da Comissão Especial de Análise, Fiscalização, Aprovação e Parcelamento do Solo, com os padrões urbanísticos diferenciados, contendo as áreas para uso público e as áreas destinadas à Habitação de Interesse social (HIS), por se tratar de Loteamento de Interesse Social.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de dezembro de 2017.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA 4311_2017 - DISPÕE SOBRE A CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

Publicação Nº 1473458

Lei nº 4.311/2017, de 19 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL A ASSOCIAÇÃO SALVA CULTURA E ARTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LIRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão do Lote Urbano nº16, da quadra nº 478, com área superficial de 18.815,00m² (dezoito mil oitocentos e quinze metros quadrados), localizada na Rua Cuiabá, Loteamento Sol Nascente, neste Município, com demais confrontações e descrições previstas na Matrícula Imobiliária nº 20.469 do Cartório de Registro de Imóveis, a Associação Salva Cultura e Arte.

§ 1º. Acesso de uso gratuito de que trata a presente Lei dar-se-á pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser renovada por igual período, ou, ainda, se findadas as razões que justifiquem a presente cessão de uso, bem como se sobrevier o interesse público, o Município de Xaxim poderá, a qualquer tempo, retomar o imóvel sem qualquer direito de retenção por parte do cessionário, eis que se trata de cessão à título precário.

§ 2º. Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Município, sem direito de indenização ao cessionário, face à gratuidade da cessão.

§ 3º. A cessão de uso de que trata a presente Lei destina-se ao desenvolvimento das atividades socioculturais da Associação Salva Cultura e Arte, bem como proporcionar à comunidade espaço destinado ao lazer e à prática esportiva.

Art. 3º. Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de dezembro de 2017.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA 4312_2017 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR PAGAMENTO DE DESPESAS COM A REALIZAÇÃO DA FEIRA DA NOVILHA E GADO LEITEIRO

Publicação Nº 1473449

Lei nº 4.312/2017, de 19 de dezembro de 2017.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DESPESAS PARA A REALIZAÇÃO DA FEIRA DA NOVILHA E DO GADO LEITEIRO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LIRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realização do pagamento de despesas alusivas a realização da feira da novilha e do gado leiteiro no Município de Xaxim.

§ 1º - A referida feira ocorrerá no período de 16 de fevereiro de 2018 a 18 de fevereiro de 2018, conforme programação oficial.

§ 2º - Para a realização das festividades, o Poder Executivo fica autorizado a realizar e pagar despesas até o limite de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de dezembro de 2017.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA 4313_2017 - RECONHECE DÍVIDA COM O HOPITAL REGIONAL SÃO PAULO

Publicação Nº 1473446

Lei nº 4.313/2017, de 19 de dezembro de 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR O RECONHECIMENTO DE DÍVIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LIRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal de Xaxim a realizar reconhecimento de dívida junto a Associação Educacional e Caritativa Hospital Regional São Paulo de Xanxerê, possuidora do CNPJ nº 89.428.734/0022-04, relativos aos meses de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril e Maio do ano de 2017.

Art. 2º - O respectivo valor reconhecido relativo aos exercícios constantes no artigo 1º, totaliza o montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º - O reconhecimento de dívida é referente a prestação de serviços médico-hospitalares de Pronto Socorro, Urgência e Emergência, todos os dias da semana, manutenção com suprimentos e equipe técnica e de apoio, radiologia e exames laboratoriais de emergência e urgência, plantão de sobreaviso médico de especialidades básicas conforme preconiza o Ministério da Saúde, de forma complementar o Sistema Único de Saúde – SUS por meio da participação da iniciativa privada, não reconhecidos no período.

Art. 4º - As despesas da presente Lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária do presente exercício.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de dezembro de 2017.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA 4314_2017 - ALTERA A LEI 4150_2015 QUE TRATA DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E ACOLHIMENTO FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Publicação Nº 1473407

Lei nº 4.314/2017, de 19 de dezembro de 2017.

ALTERA A LEI ORDINÁRIA Nº 4150/2015 QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LIRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei Ordinária nº 4150/2015, que dispõe sobre o serviço de acolhimento institucional e acolhimento familiar para crianças e adolescentes em situação de risco social, passa a vigorar com as redações seguintes.

I - O art. 1º passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. Ficam criados os Serviços de Acolhimento Institucional e Acolhimento Familiar para Crianças e Adolescentes do Município de Xaxim/SC, substituindo o Programa Social de Guarda Subsidiada, criado pela Lei Municipal nº 2618, de 30 de abril de 2003.

II - O art. 3º passa a vigorar acrescido do parágrafo único, na forma seguinte:

Art. 3º. [...]

Parágrafo único. A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos desta Lei.

III - O parágrafo único do art. 4º passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º. [...]

Parágrafo único. A equipe técnica responsável pelo serviço de Acolhimento Institucional e/ou Família Acolhedora realizará o acompanhamento da adaptação da criança e/ou adolescente com vistas à permanência temporária no referido serviço e a convivência saudável intrafamiliar.

IV - O art. 5º passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º. O Acolhimento Institucional no município de Xaxim será realizado de maneira que atenda todas as prerrogativas constantes nas Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento de crianças e adolescentes.

V - O art. 6º passa a ter a seguinte redação:

Art. 6º O Acolhimento Institucional caracteriza-se como serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar ou na impossibilidade de colocação em Família Acolhedora ou Família Extensa, por meio de medida protetiva constantes no Estatuto da Criança e Adolescente, em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados ou impedidas de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

VI - O art. 8º passa a ter a seguinte redação:

Art. 8º. O Abrigo Institucional será coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com o acompanhamento institucional do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar.

VII – O § 1º do art. 9º passa a ter a seguinte redação:

Art. 9º. [...]

§ 1º. A capacidade instalada de atendimento do Acolhimento Institucional é de no máximo 20 (vinte) crianças e adolescentes, garantido com isso o acompanhamento de suas peculiaridades;

VIII – O art. 10 passa a ter a seguinte redação:

Art. 10 Fica o Poder Público autorizado a firmar Termo de Convênio com outros municípios da Comarca de Xaxim, visando o atendimento à criança e/ou adolescente, respeitando parecer dos Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente e Conselho de Assistência Social do Município de Xaxim.

IX – Os §§ 1º, 2º e 3º do art. 11 passam a ter a seguinte redação:

Art. 11. [...]

§ 1º O Valor Fixo Mensal atenderá o custeio de despesas fixas para a manutenção e o funcionamento da Instituição de Acolhimento, que deverá ser pago pelo município conveniado no valor de 03 (três) salários mínimos vigentes por vaga reservada, de forma contínua, independente de ter, ou não, criança ou adolescente acolhido;

§ 2º O Valor Variável por criança acolhida será pago pelo município conveniado, quando da ocorrência do acolhimento e ocupação da vaga e, será de 03 (três) salários mínimos mensais por criança ou adolescente acolhido;

§ 3º O município de Xaxim disponibiliza para convênio com outros municípios da Comarca, um total de 05 (cinco) vagas do total da capacidade de atendimento, ficando as demais vagas de uso exclusivo do município sede do abrigo.

X – O art. 11 passa a vigorar acrescido do § 6º, com a seguinte redação:

Art. 11. [...]

§ 6º. O município que firmar convênio será responsável pelo atendimento técnico e acompanhamento familiar e da criança em acolhimento, prestando suporte médico, odontológico ou especialidade que possa surgir, incluindo custos referentes a vestuário, medicamento, material escolar ou outra necessidade financeira.

XI – O art. 16 passa a ter a seguinte redação:

Art. 16. O Acolhimento Familiar é um serviço que objetiva a organização do acolhimento em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, por meio de medida protetiva previstas no Estatuto da Criança e Adolescente, em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados ou impedidos de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção.

XII – O art. 17 e seu parágrafo único passam a ter a seguinte redação:

Art. 17 O Serviço de Acolhimento Familiar atenderá crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos do Município de Xaxim exclusivamente, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, vítimas de violência sexual, física, psicológica, negligência, em situação de abandono e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

Parágrafo único. Fica autorizado o Serviço de Acolhimento Familiar nos casos em que a equipe técnica e o Poder Judiciário considerarem necessária, podendo ser realizada para crianças e adolescentes.

XIII – O § 2º do art. 19 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19. [...]

§ 2º Os servidores municipais que atuam diretamente na Instituição de Acolhimento não poderão ser Família Acolhedora.

XIV – O art. 20 passa a ter a seguinte redação:

Art. 20. A inscrição das famílias interessadas em participar do serviço de Família Acolhedora será de forma espontânea e feita por meio do preenchimento de cadastro.

XV – O art. 21 passa a ter a seguinte redação:

Art. 21. A família acolhedora prestará serviço em caráter temporário não gerando vínculo empregatício ou profissional com o Poder Público.

XVI – Fica REVOGADO o inciso VI do art. 22 da Lei Ordinária 4150/2015.

XVII – O § 4º do art. 23 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 23. [...]

§ 4º. A qualquer tempo a Família Acolhedora poderá solicitar o seu desligamento do Serviço de Acolhimento, entretanto, caso tenha alguma criança ou adolescente sob seus cuidados, deverá mantê-los até que seja realizado o encaminhamento pela equipe técnica para outra família ou à Instituição de Acolhimento.

XVIII – A Seção II do Capítulo II passa a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO II

DO SUBSÍDIO A FAMÍLIA ACOLHEDORA

XIX – O art. 27 passa a ter a seguinte redação:

Art. 27. O subsídio será custeado pelo Município através do Fundo Municipal de Assistência Social.

XX – O art. 28 passa a ter a seguinte redação:

Art. 28. A equipe técnica enviará ao setor contábil do Município, até o dia 20 (vinte) de cada mês, relatório atualizado de acolhimento ou desacolhimento de crianças e adolescentes para fins de pagamento de subsídio.

XXI – O art. 30 e seu parágrafo único passam a ter a seguinte redação:

Art. 30. A família acolhedora que tenha recebido o subsídio e não tenha cumprido com as prerrogativas desta Lei ficará obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade e será excluída do cadastro.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social fiscalizará a utilização do subsídio.

XXII – O inciso I do art. 31 passa a ter a seguinte redação:

Art. 31. [...]

I - prestar assistência material, de saúde e educação à criança e ao adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente;

XXIII – O inciso II do art. 34 passa a ter a seguinte redação:

Art. 34. [...]

II - acompanhamento psicossocial;

XXIV – O art. 37 passa a ter a seguinte redação:

Art. 37. A Instituição de Acolhimento terá um Regimento Interno aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, contendo normas de encaminhamento, funcionamento e atendimento.

XXIV – O art. 38 passa a ter a seguinte redação:

Art. 38 As despesas para a manutenção da Instituição de Acolhimento e Famílias Acolhedoras serão suportadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social e municípios conveniados.

Art. 2º. Eventuais despesas decorrentes desta lei ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 22 de dezembro de 2017.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA 4315_2017 - EXTINÇÃO DE UNIDADE GESTORA E CONSILIDAÇÃO DA CONTABILIDADE DO FMAS

Publicação Nº 1473403

Lei nº 4.315/2017, de 19 de dezembro de 2017.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE UNIDADE GESTORA INDEPENDENTE E A CONSOLIDAÇÃO DA CONTABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CONTABILIDADE GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LIRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal EXTINGUIR, como Unidade Gestora Independente a partir do exercício financeiro de 2018, o Fundo Municipal de Assistência Social, passando à Contabilidade Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Compensado a integrarem a Contabilidade Geral do Município como Unidade Orçamentária distinta na Secretaria Municipal da qual está vinculada.

Art. 2.º. As Receitas do Fundo Municipal deverão ser identificadas com a sigla do Fundo, para sua devida caracterização nos demonstrativos, visando dar transparência aos órgãos fiscalizadores.

Art. 3.º. As Contas Bancárias dos recursos vinculados por parte do Fundo Municipal também deverão ter, além da sigla do Fundo, a sigla do órgão repassador dos recursos, a identificação do convênio e a ação ou programa, sendo as despesas pagas com recursos do município podendo ser utilizadas as contas de movimentação de recursos ordinários municipais.

Art. 4.º. Fica a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal indicar servidor (a) da Secretaria a qual o Fundo está subordinado, mediante ato próprio de delegação para movimentação financeira e orçamentária.

Art. 5.º. Os documentos de despesas do Fundo Municipal deverão ser arquivados em separado, visando facilitar os serviços de auditoria e controle externo, feitos periodicamente pelos órgãos repassadores de recursos, Tribunal de Contas do Estado e Poder Legislativo Municipal, bem como a otimização do controle interno do município.

Art. 6.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º. Ficam revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, em 22 de dezembro de 2017.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA 4316_2017 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE XAXIM RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEL

Publicação Nº 1473396

Lei nº 4.316/2017, de 19 de dezembro de 2017.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL RECEBER EM DOACAO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LIRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber em doação o imóvel: O Lote urbano n. 19 da quadra n. 180, do Loteamento Santa Terezinha, com área de 156,75m2, com as seguintes confrontações; Norte: com o lote n. 22, com 16,50 metros. Sul: Com lote n. 16 e parte do lote n. 17, com 16,50 metros. Leste: Com Rua Francisco Fontana, com 9,50 metros; Oeste: com o lote n. 20, com 9,50 metros, com registro no Cartório de Registro de Imóveis sob o n. 17.091.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de dezembro de 2017.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Zortéa

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0028/2017 - RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

Publicação Nº 1473262

Dispensa de Licitação Nº 0028/2017
RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito de Zortéa-SC, Sr. Alcides Mantovani, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Secretário de Administração e Finanças do Município de Zortéa, bem como o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso V, do art. 24 da Lei n. 8.666/93, com a empresa ILISETE NORA no valor total de R\$ 8.787,75 (oito mil setecentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos), para contratação de empresa especializada para confecção, incluindo material e mão de obra de trajes que serão utilizados pelos grupos de dança do Município de Zortéa-SC, resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada pelo Secretário, e ordenar sua publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, em cumprimento ao disposto no art. 26 da citada Lei n. 8.666/93.

Zortéa-SC, 27 de Dezembro de 2017.
Alcides Mantovani
Prefeito de Zortéa

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0029/2017 - RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

Publicação Nº 1474187

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0029/2017

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr. Alcides Mantovani, tendo em vista a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, bem como pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso IV, art. 24 da Lei 8.666/93, com a empresa: Posto Zampieri Ltda, com o valor de R\$ 9.998,50 (nove mil novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos), para aquisição de 1.500,00 Litros de GASOLINA, com o valor total de R\$ 5.985,00 (cinco mil novecentos e oitenta e cinco reais), para aquisição de 1.150,00 Litros de DIESEL, com o valor total de R\$ 4.013,50 (quatro mil e treze reais com cinquenta centavos) , em caráter emergencial para abastecer os veículos desta prefeitura e assim garantir o funcionamento dos serviços essenciais, resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Zortéa/SC, 27 de Dezembro de 2017.
Alcides Mantovani
Prefeito Municipal

Consórcios

CIGA

Extrato de Contrato n. 493 - Prefeitura Municipal de Caçador

Publicação Nº 1473047

EXTRATO DE CONTRATO Nº 493/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Caçador
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caçador
CNPJ: 83.074.302/0001-31
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 06/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:
Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 18.960,00 (dezoito mil e novecentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 494 - Prefeitura Municipal de Nova Trento

Publicação Nº 1473039

EXTRATO DE CONTRATO Nº 494/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Nova Trento
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Trento
CNPJ: 82.925.025/0001-60
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 193/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 10.170,00 (dez mil e cento e setenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 495 - Prefeitura Municipal de Pinhalzinho

Publicação Nº 1473029

EXTRATO DE CONTRATO Nº 495/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Pinhalzinho
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pinhalzinho
CNPJ: 83.021.857/0001-15
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 159/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 13.530,00 (treze mil e quinhentos e trinta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 496 - Prefeitura Municipal de Lontras

Publicação Nº 1473012

EXTRATO DE CONTRATO Nº 496/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Lontras
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lontras
CNPJ: 83.102.665/0001-33
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 8.235,00 (oito mil e duzentos e trinta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 497 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre

Publicação Nº 1473003

EXTRATO DE CONTRATO Nº 497/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Campo Alegre
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Alegre
CNPJ: 83.102.749/0001-77
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2ª TERMO ADITIVO AO CONTRATO 128/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 498 - Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

Publicação Nº 1472998

EXTRATO DE CONTRATO Nº 498/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Santa Terezinha
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha
CNPJ: 95.951.323/0001-77
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 114/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.155,00 (um mil e cento e cinquenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 499 - Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Publicação Nº 1472996

EXTRATO DE CONTRATO Nº 499/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

CNPJ: 01.613.120/0001-27

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.980,00 (quatro mil e novecentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 01 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 500 - Prefeitura Municipal de Antônio Carlos

Publicação Nº 1472992

EXTRATO DE CONTRATO Nº 500/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Antônio Carlos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos

CNPJ: 82.892.290/0001-90

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 205/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 8.580,00 (oito mil e quinhentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 501 - Prefeitura Municipal de São Bento do Sul

Publicação Nº 1472990

EXTRATO DE CONTRATO Nº 501/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Bento do Sul
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Bento do Sul
CNPJ: 86.051.398/0001-00
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 234/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 34.455,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 13 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 502 - Prefeitura Municipal de Iraceminha

Publicação Nº 1472981

EXTRATO DE CONTRATO Nº 502/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Iraceminha
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Iraceminha
CNPJ: 80.623.606/0001-12
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 131/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.355,00 (cinco mil e trezentos e cinquenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 13 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 503 - Prefeitura Municipal de Vitor Meireles

Publicação Nº 1472976

EXTRATO DE CONTRATO Nº 503/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vitor Meireles
CNPJ: 79.372.520/0001-85
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 56/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.810,00 (seis mil e oitocentos e dez reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 504 - Prefeitura Municipal de Timbó

Publicação Nº 1472973

EXTRATO DE CONTRATO Nº 504/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Timbó
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó
CNPJ: 83.102.764/0001-15
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 170/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 19.155,00 (dezenove mil e cento e cinquenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 505 - Prefeitura Municipal de Benedito Novo

Publicação Nº 1472967

EXTRATO DE CONTRATO Nº 505/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Benedito Novo
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Benedito Novo
CNPJ: 83.102.780/0001-08
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 162/2015
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 8.430,00 (oito mil e quatrocentos e trinta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 506 - Prefeitura Municipal de Petrolândia

Publicação Nº 1472960

EXTRATO DE CONTRATO Nº 506/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Petrolândia
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Petrolândia
CNPJ: 83.102.673/0001-80
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 32/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.355,00 (cinco mil e trezentos e cinquenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 507 - Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva

Publicação Nº 1472952

EXTRATO DE CONTRATO Nº 507/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva
CNPJ: 01.605.479/0001-52
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 02/2018
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 508 - Prefeitura Municipal de Abelardo Luz

Publicação Nº 1472943

EXTRATO DE CONTRATO Nº 508/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Abelardo Luz
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Abelardo Luz
CNPJ: 83.009.886/0001-61
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 07/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.985,00 (cinco mil e novecentos e oitenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 509 - Município de Porto Alegre

Publicação Nº 1472934

EXTRATO DE CONTRATO Nº 509/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Porto Alegre
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre
CNPJ: 92.963.560/0001-60
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 60665/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 27.840,00 (vinte e sete mil e oitocentos e quarenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 30 de novembro de 2018.

Florianópolis, 30 de novembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 510 - Prefeitura Municipal de Jupiá

Publicação Nº 1472926

EXTRATO DE CONTRATO Nº 510/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Jupiá
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Jupiá
CNPJ: 01.593.132/0001-37
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 47/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.660,00 (seis mil e seiscentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 511 - Prefeitura Municipal de Joaçaba

Publicação Nº 1472923

EXTRATO DE CONTRATO Nº 511/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Joaçaba
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Joaçaba
CNPJ: 82.939.380/0001-99
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 3Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 298/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 22.560,00 (vinte e dois mil e quinhentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 512 - Câmara Municipal de Brunópolis

Publicação Nº 1472921

EXTRATO DE CONTRATO Nº 512/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Brunópolis
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Brunópolis
CNPJ: 01.635.079/0001-90
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2015
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 513 - Câmara Municipal de Caçador

Publicação Nº 1472917

EXTRATO DE CONTRATO Nº 513/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Caçador
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Caçador
CNPJ: 00.284.689/0001-23
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 514 - Câmara Municipal de Itá

Publicação Nº 1472916

EXTRATO DE CONTRATO Nº 514/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Itá
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Itá
CNPJ: 10.561.999/0001-00
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.360,00 (três mil e trezentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 515 - Câmara Municipal de Salto Veloso

Publicação Nº 1472913

EXTRATO DE CONTRATO Nº 515/2017
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Salto Veloso
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Salto Veloso
CNPJ: 89.595.626/0001-72
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.024,00 (três mil e vinte e quatro reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

LICITAÇÃO Nº 016/2017 - INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO - ERRATA"

Publicação Nº 1473169

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI
PROCESSO LICITATÓRIO

Licitação nº 016-2017

Licitação Compartilhada

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia

Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para realizar serviços de TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COM CAMINHÃO EQUIPADO COM SISTEMA ROLL ON ROLL OFF E FORNECIMENTO DE CAÇAMBA, conforme Edital e Anexos | 23.10.2017
RECURSO CONTRA A DECISÃO QUE CLASSIFICOU AS PROPOSTAS

RECORRENTE: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.336.801/0001-71, com sede na Rua Fernando Krauss, nº 620, Galpão 02, Bairro Gaspar Mirim, em Gaspar, Estado de Santa Catarina.

Intimação

A Comissão de Processo Licitatório intima as empresas TRANSÓLIDO TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA - ME e ADOBE ENGENHARIA LTDA EPP, da interposição de Recurso Administrativo pela licitante acima identificada, para que, querendo e tempestivamente, no prazo de cinco (05) dias, contados do recebimento da presente, apresentem suas contrarrazões, sob pena de preclusão.

Informamos que o processo administrativo licitatório encontra-se com vista aberta para consulta às empresas intimadas, na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ, no endereço constante do edital de licitação.

Timbó, 21 de Dezembro de 2017.

Patricia Barbaresco Arlete Regilene Scoz André Moro da Silva
Presidente Membro Membro

CISAM

PORTARIA CISAM MEIO OESTE Nº 19/2017

Publicação Nº 1473469

PORTARIA CISAM MO Nº – 0019/2017 DE 13/12/2017

Elisabet Maria Zanela Sartori, Superintendente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM MO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Bruno Cesar Schmitt (Matr.0002), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Sanitarista, Nível158, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/07/2016 à 30/06/2017, para serem fruídas no período de 02/01/2018 à 21/01/2018, de conformidade com o Art. 134 , § 1º da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Publique-se e Registre-se

Capinzal/SC, 13 de dezembro de 2017.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Superintendente

Ciente:

Servidor

RESOLUÇÃO NORMATIVA CISAM-REG Nº 001/2017

Publicação Nº 1472847

RESOLUÇÃO NORMATIVA CISAM-REG Nº 01/2017

Estabelece as Condições Gerais de Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água Tratada e de Esgotamento Sanitário, no âmbito dos municípios regulados pelo CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG.

O CISAM-REG, através do Presidente da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico – CREFISBA, no uso das atribuições conferidas através dos arts. 10, 11 e 12 da Resolução nº 06/2013 do CISAM Meio Oeste, e

CONSIDERANDO:

A Lei federal nº 8.078/1990 e suas alterações, que dispõe sobre a proteção ao consumidor, e o Decreto federal nº 5.903, que a regulamenta.

A Lei federal nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, especialmente o Art. 2º, Inciso XI, c/c art. 43, que diz que os serviços públicos de saneamento básico devem ser prestados com segurança, qualidade e regularidade e o Decreto federal nº 7.217/2010, que a regulamenta.

Que a Lei federal nº 11.445/2007, nos termos do artigo 23, incisos I e X, confere à entidade reguladora competência para editar normas regulatórias de natureza técnica, econômica e social, incluindo padrões de qualidade na prestação dos serviços e no atendimento ao público.

O Decreto federal nº 5.440/2005, que define os procedimentos sobre o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.

A Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914/2011 ou a que vier substituir, que dispõe sobre os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano.

LEI Nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983 - que dispõe sobre normas gerais de saúde de Santa Catarina, estabelece penalidades e dá outras providências.

A Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, e a Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011, nº 359 de 29 de abril de 2005 que dispõem sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes.

Lei Estadual nº 14.675 de 13 de abril de 2009, que Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;

Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos;

NBR 5.626/98 – Instalação predial de água fria; NB 591/91 – Projeto de adutora de água para abastecimento público; NBR 12.211/92 – Estudos de concepção de sistemas públicos de abastecimento de água; NBR 12.214/92 – Projetos de sistemas de bombeamento de água para abastecimento público; NBR 12.216/92 – Projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público; NBR 12.217/94 – Projeto de reservatórios de distribuição de água; NBR 12.209/92 – Projeto de estação de tratamento de esgotos; NBR 12.208/92 – Projeto de estação elevatória de esgoto sanitário; NBR 9.814/87 – Projetos de rede de esgotamento sanitário; NBR 8.160/99 – Sistemas prediais de esgotamento sanitário; NBR 7.229/93 – Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos; e demais NBR's pertinentes ao assunto;

O Protocolo de Intenções do CISAM Meio Oeste, convertido em contrato de consórcio público, que dispõe sobre a gestão associada e transferência de exercício das competências municipais de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico para o CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG;

Que, após a realização de Consulta Pública no período de 25 de outubro a 01 de dezembro de 2017, a Crefisba reunida em 08/12/2017, decidiu pela emissão da resolução sobre as condições gerais de prestação dos serviços públicos de água e esgoto, no âmbito dos municípios regulados, contemplando as contribuições recebidas, consideradas procedentes;

RESOLVE:

Editar normativa sobre as condições gerais de prestação dos serviços públicos de água e esgoto, a ser aplicada no âmbito dos municípios regulados pelo CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG.

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Art. 1º Esta Resolução estabelece as condições gerais a serem observadas na prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário nos municípios cuja regulação esteja legalmente delegada ao CISAM Meio Oeste – Consórcio Inter-municipal de Saneamento ambiental, por meio do CISAM-REG

§1º Esta Resolução disciplina as matérias básicas atinentes à relação entre os prestadores de serviços e seus usuários de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

§ 2º Quando houver a delegação dos serviços públicos de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário a pessoas jurídicas de

direito privado, esta Resolução disciplinará as relações entre o titular dos serviços e o prestador, conforme o respectivo contrato de concessão.

Art. 2º Ao CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG, compete regular e fiscalizar o cumprimento desta Resolução, bem como da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos termos das leis, regulamentos e contratos de delegação desses serviços, sem prejuízo de que outros órgãos públicos exijam seu cumprimento.

CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para fins desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I – Serviços públicos de abastecimento de água:

a) Abrigo ou padrão: local (reservado pelo proprietário) ou caixa padronizada (distribuída ou aprovada pelo prestador de serviço) para instalação do cavalete;

b) Adutora: canalização e/ou tubulação principal de um sistema de abastecimento de água, situada geralmente entre a captação e a estação de tratamento (ETA), ou entre esta e os reservatórios de distribuição ou setores de consumo;

c) Aferição do hidrômetro: verificação das vazões e volumes indicados pelo medidor e sua conformidade com as condições de operação estabelecidas na legislação metrológica.

d) Água bruta: água conforme é encontrada na natureza, antes de receber qualquer tipo de tratamento;

e) Água potável: água cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam aos padrões de potabilidade, definidos pelo Ministério da Saúde;

f) Água tratada: água submetida a tratamento prévio, através de processos físicos, químicos e/ou biológicos de tratamento, com a finalidade de torná-la apropriada ao consumo;

g) Captação: local de retirada de água bruta, superficial ou subterrânea, que abriga ou não sistema de bombas de recalque;

h) Cavalete: conjunto padronizado de tubulações e conexões, ligado ao ramal predial de água, destinado à instalação do hidrômetro, sendo considerado como o ponto de entrega de água tratada no imóvel;

i) Controle da qualidade da água para consumo humano: conjunto de atividades exercidas de forma contínua pelos responsáveis pela operação de sistema ou solução alternativa de abastecimento de água, destinadas a verificar se a água fornecida à população é potável, assegurando a manutenção desta condição;

j) Elevatória de água: conjunto de tubulações, equipamentos e dispositivos destinados à elevação de água;

k) Estação de Tratamento de Água (ETA): unidade composta de equipamentos, tubulações e instrumentos onde são processadas todas as atividades para tornar a água bruta captada em água tratada, própria para o consumo humano;

l) Hidrômetro: equipamento destinado a medir e registrar, contínua e cumulativamente, o volume de água fornecido ao imóvel;

m) Lacre: dispositivo de segurança destinado a preservar a integridade e inviolabilidade de medidores e da ligação de água em face de atos que possam prejudicar a medição e o sistema de abastecimento de água;

n) Ramal predial externo de água: conjunto de tubulações, conexões e registro compreendido entre a rede de distribuição até o cavalete, inclusive;

o) Reservatório: instalação destinada a armazenar água e assegurar a pressão suficiente ao abastecimento;

p) Solução alternativa coletiva de abastecimento de água para consumo humano: toda modalidade de abastecimento coletivo de água distinta do sistema público de abastecimento de água, incluindo, dentre outras, fonte, poço comunitário, distribuição por veículo transportador, instalações condominiais horizontais e verticais.

II – Serviços públicos de esgotamento sanitário:

a) Água de reuso: água proveniente do processo de tratamento de esgotos, não potável, destinada a usos diversos que não o consumo humano;

b) Caixa de Inspeção/Ligação (ponto de coleta de esgoto): é o ponto de conexão da(s) instalação(ões) predial(is) do usuário (ramal coletor) com a caixa de ligação de esgoto, localizada no passeio público, caracterizando-se como o limite de responsabilidade do prestador de serviços de esgotamento sanitário;

c) Coleta de esgoto: recolhimento do efluente líquido através de ligações à rede pública de esgotamento sanitário;

d) Coletor de esgoto sanitário: tubulação pública, em conduto livre, que recebe contribuição de esgoto lançado pelos usuários em qualquer ponto, ao longo de seu comprimento.

- e) Coletor predial: tubulação de esgoto na área interna do lote até a caixa de ligação de esgoto;
- f) Coletor tronco: rede pública constituída por tubulação de grande diâmetro- com objetivo de coletar das redes primárias e destiná-las às estações elevatórias ou ETE;
- g) Estação Elevatória de Esgotos (EEE): conjunto de bombas, tubulações, equipamentos e dispositivos destinados à elevação dos efluentes (esgoto);
- h) Estação de Tratamento de Esgotos (ETE): unidade composta de conjunto de equipamentos, acessórios e tubulações para tratar os efluentes antes de lançá-los aos corpos hídricos, conforme legislação vigente;
- i) Instalação predial de esgoto: conjunto de tubulações, equipamentos, peças e dispositivos localizados na área interna da unidade usuária, a montante do ponto de coleta de esgoto, empregados na coleta de esgotos;
- j) Ramal predial externo de esgoto: conjunto de tubulações e peças especiais situadas entre a rede pública de esgotamento sanitário até a Caixa de Inspeção/Ligação de esgoto, inclusive;
- k) Rede pública de esgotamento sanitário: conjunto de tubulações, peças e equipamentos que interligam os pontos de coleta aos sistemas de tratamento de esgoto, sendo parte integrante do sistema público de esgotamento sanitário;
- l) sistema condominial de esgoto: sistema composto de redes e ramais multifamiliares, reunindo grupo de unidades usuárias, formando condomínios, como unidade de esgotamento;
- m) Sistema público de esgotamento sanitário (SES): conjunto público de instalações e equipamentos utilizados nas atividades de coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

III - Denominações genéricas:

- a) Alto consumo: consumo mensal da unidade usuária, cujo valor medido ultrapassa em 30% (trinta por cento), no mínimo, a média aritmética dos últimos seis meses com valores corretamente medidos;
- b) Consumo mínimo: faturamento do volume mínimo por economia em metros cúbicos, medidos por mês e definido pelo titular dos serviços ou, na sua ausência, pelo CISAM meio Oeste, por meio do CISAM-REG.
- c) Contrato de Prestação de Serviços: instrumento contratual padronizado, previamente aprovado pelo CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG, para a prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, cujas cláusulas estão vinculadas às normas e regulamentos, não podendo seu conteúdo ser modificado pelo prestador de serviços ou pelo usuário;
- d) Contrato especial: instrumento pelo qual o prestador de serviços e o usuário ajustam as características técnicas e as condições comerciais dos serviços de abastecimento de água e ou esgotamento sanitário, que deverá ser homologado pelo CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG;
- e) Corte da ligação: interrupção ou desligamento dos serviços pelo prestador de serviços por meio de instalação de dispositivo supressor ou outro meio;
- f) Despejo não doméstico: efluente líquido decorrente do uso da água para fins industriais e serviços diversos, conforme legislação vigente;
- g) Economia: unidades autônomas para fornecimento de água ou esgotamento sanitário, como moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, indústrias, órgãos públicos e similares, existentes numa determinada edificação, que são atendidos pelos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;
- h) Fatura de serviços: nota fiscal ou documento que apresenta a quantia total a ser paga pelo usuário, referente à prestação do serviço público de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, referente a um período especificado, discriminando-se as exigências constantes do Decreto federal n. 5.440/2005 e desta Resolução;
- i) Inspeção: fiscalização na unidade usuária, posteriormente à ligação, com vistas a verificar sua adequação aos padrões técnicos e de segurança do prestador de serviços, o funcionamento do sistema de medição e a conformidade dos dados cadastrais;
- j) Limitador de consumo: dispositivo instalado no ramal predial para restringir o volume fornecido de água;
- k) Monitoramento operacional: acompanhamento e avaliação dos serviços mediante equipamentos e instalações pertencentes ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- l) Ponto de fornecimento: o ponto de fornecimento, para atendimento dos serviços de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, será alternativamente:
- I – O ponto de entrega, ou seja: local onde ocorre a conexão do ramal externo de ligação à rede pública de distribuição de água ou coleta de esgotos, no caso de redes públicas existentes e pertencentes ao prestador; ou
- II – O ponto mais próximo ao local de interesse, onde se encontra a rede pública de distribuição de água, ou a rede coletora de esgoto em condições técnicas de atender às necessidades do interessado
- m) Recomposição: ação de responsabilidade do prestador de serviços em iniciar e terminar a recuperação ou a recomposição de muros, passeios e pavimentos deteriorados pela ampliação ou manutenção das redes públicas de água e esgoto, levando-se em consideração o

fluxo de pedestres e veículos e os casos de obras e serviços continuados;

n) Supressão da ligação: interrupção ou desligamento definitivo dos serviços, por meio de retiradas das instalações entre o ponto de conexão e a rede pública, suspensão da emissão de faturas e inativação do cadastro comercial;

o) Unidade usuária: economia ou conjunto de economias atendidos através de uma única ligação de água e/ou de esgoto;

p) Usuário/cliente: pessoa física ou jurídica, proprietária, ou titular do domínio útil, ou possuidora a justo título do imóvel, legalmente representada, que solicitar a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, vinculada a unidade usuária, sendo o mesmo responsável pelo pagamento das faturas e pelas demais obrigações fixadas em normas legais, regulamentares e contratuais;

q) Vazamento oculto: vazamento de difícil percepção, passível de ocorrer no sistema público ou predial, cuja detecção seja comprovada através de testes ou por técnicos especializados.

CAPÍTULO III – DA TITULARIDADE

Art. 4º Um usuário ou cliente poderá ser titular de uma ou mais unidades usuárias, no mesmo local ou em locais diversos.

Parágrafo único. O atendimento a mais de uma unidade usuária, de um mesmo titular, no mesmo local, condicionar-se-á à observância de requisitos técnicos e de segurança, previstos em normas e/ou padrões do prestador dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário.

CAPÍTULO IV – DO CADASTRO E DA CLASSIFICAÇÃO DO USUÁRIO

Art. 5º Cada unidade usuária dotada de ligação individualizada de água e de esgoto deve ser cadastrada no prestador de serviços, cabendo-lhe um só número de conta, inscrição ou código de consumidor.

§ 1º. As categorias de usuários para as quais devem ser classificadas as economias atendidas com serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário serão definidas em Resolução tarifária específica de cada prestador e homologadas pelo CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG.

§ 2. A Resolução específica sobre tarifas a ser observada pelo prestador de serviços deverá garantir a aplicação de condições especiais aos usuários de baixa renda beneficiados por tarifa social.

Art. 6º O prestador de serviços deve organizar e manter atualizado o cadastro das unidades usuárias, no qual constem, no mínimo, as seguintes informações:

I – identificação do usuário:

a) nome completo;

b) se pessoa jurídica, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou, no caso de pessoa física, o número do Cadastro de Pessoa Física – CPF e da Carteira de Identidade.

II – código de consumidor ou número de inscrição da unidade usuária;

III – endereço da unidade usuária;

IV – atividade desenvolvida;

V – número de economias por categorias/classe;

VI – data de início da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, quando disponível;

VII – histórico de leituras e de faturamento referentes aos últimos 60 (sessenta) ciclos consecutivos e completos;

VIII – código referente à tarifa e categoria aplicável; e

IX – número ou identificação do medidor instalado no hidrômetro e sua respectiva atualização.

X – Número do telefone e e-mail do titular/usuário.

Art. 7º O prestador de serviços deve enquadrar a unidade usuária de acordo com a atividade nela exercida em alguma das categorias previstas no plano tarifário aprovado pelo CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG.

Art. 8º O usuário deverá informar ao prestador de serviços as alterações supervenientes que importarem em reenquadramento ou reclassificação da unidade usuária, respondendo, por declarações falsas ou omissão de informações.

§ 1º. Nos casos em que a reclassificação da unidade usuária implicar novo enquadramento tarifário, o prestador de serviços deverá realizar os ajustes necessários e emitir comunicação específica, informando as alterações decorrentes, após a constatação da classificação incorreta.

§ 2. Em casos de erro de classificação da categoria/economia por culpa exclusiva do prestador de serviços, o usuário deverá ser ressarcido dos valores cobrados a maior, sendo vedado ao prestador cobrar-lhe a diferença referente a pagamentos a menor.

Art. 9º - Sempre que possível comprovar, o usuário será responsável pelo pagamento das diferenças resultantes da aplicação de tarifas no

período em que a unidade usuária esteve incorretamente classificada, não tendo direito à devolução de quaisquer diferenças eventualmente pagas a maior quando constatada, pelo prestador de serviços, a ocorrência dos seguintes fatos:

I - declaração falsa de informação referente à natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária ou a finalidade real da utilização da água tratada; ou

II - omissão das alterações supervenientes na unidade usuária que importarem em reclassificação.

Art. 10. A alteração de categoria ou classe de unidade usuária exige notificação prévia por parte do prestador de serviços ao usuário.

§ 1º Em casos de erro de enquadramento da unidade usuária por culpa exclusiva do prestador de serviços, o usuário deverá ser ressarcido dos valores pagos indevidamente, conforme artigo 42, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor.

§ 2º Após processo administrativo, o ressarcimento previsto no parágrafo anterior poderá ser feito através de cheque nominal ou transferência bancária ao titular da unidade usuária, ou ser abatido nas faturas seguintes, caso haja interesse do usuário.

CAPÍTULO V – DOS PONTOS DE ENTREGA DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO

Art. 11. É de responsabilidade do usuário a adequação técnica, a manutenção e a segurança das instalações internas da unidade usuária, situadas além do ponto de entrega e/ou de coleta, respeitadas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e do prestador de serviços.

Parágrafo único. O prestador de serviços não será responsável, ainda que tenha procedido à vistoria, por danos causados a pessoas ou bens decorrentes de defeitos nas instalações internas do usuário, ou de sua má utilização.

Art. 12. O usuário será responsável, na qualidade de depositário a título gratuito, pela custódia do padrão de ligação de água e equipamentos de medição e outros dispositivos do prestador de serviços, de acordo com suas normas procedimentais.

Art. 13. Toda construção permanente urbana com condições de habitabilidade situada em via pública, beneficiada com redes públicas de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário deverá, obrigatoriamente, conectar-se à rede pública, de acordo com o disposto no artigo 45 da Lei federal n. 11.445/2007, respeitadas as exigências técnicas do prestador de serviços.

§ 1º Na hipótese do caput deste artigo, é dever do usuário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do aviso realizado pelo prestador de serviços ou qualquer órgão público competente, solicitar o fornecimento dos serviços ao prestador de serviços e providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias contados das adequações solicitadas pelo prestador de serviços, às medidas necessárias em suas instalações prediais para o abastecimento de água e a coleta de esgotos dentro das especificações técnicas do prestador de serviços.

§ 2º Uma vez tomadas pelo usuário as medidas a que se referem o parágrafo anterior, é dever do prestador fornecer os serviços, salvo nas situações expressamente excepcionadas nesta Resolução.

§ 3º Deverá o prestador de serviços, caso não obedecidos os prazos do § 1º deste artigo, comunicar a omissão da pessoa física ou jurídica aos órgãos públicos responsáveis pela adoção das medidas coercitivas necessárias para a conexão à rede pública de água e esgoto e pela responsabilização administrativa, civil e criminal.

§ 4º Uma vez tomadas pelo usuário as medidas a que se referem o caput deste artigo, é dever do prestador fornecer os serviços com segurança, regularidade e qualidade, salvo nas situações expressamente excepcionadas nesta Resolução.

§ 5º Vencidos os prazos regulamentares, sem a conexão do usuário às redes de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, estará sujeito, além de medidas coercitivas para tanto, ao pagamento da tarifa em razão da disponibilidade dos serviços.

Art. 14. As redes de distribuição de água e de esgotamento sanitário, bem como seus acessórios serão assentadas em logradouros públicos, vielas sanitárias ou faixas de servidão, após aprovação dos respectivos projetos pelo prestador de serviços, que executará e/ou fiscalizará as obras, sem prejuízo da fiscalização dos demais órgãos competentes.

§ 1º As redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, cujo projeto contemple a travessia em terreno de propriedade particular, somente poderão ser assentadas após a devida regularização, na forma da legislação vigente.

§ 2º Os prestadores de serviços deverão promover todas as medidas e ações necessárias exequíveis para a suspensão e solução dos vazamentos e/ou extravasamentos de água e esgoto nas redes públicas que impliquem em inadequadas condições sanitárias ou ambientais, observadas as especificidades técnicas e intempéries, que serão justificadas pelos prestadores e analisadas pelo CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG, para fins de cumprimento da respectiva obrigação.

Art. 15. O ponto de entrega, caracterizado pelo padrão de instalação de água deve situar-se na linha limite (testada) do terreno com o logradouro público, em local de fácil acesso, voltado para o passeio, de forma que permita a instalação e manutenção do padrão de ligação e a leitura do hidrômetro.

§ 1º Havendo uma ou mais propriedades entre a via pública e o imóvel em que se localiza a unidade usuária, o ponto de entrega deverá situar-se no limite da via pública com a propriedade mais próxima à via.

§ 2º Cabe ao prestador de serviço orientar a construção e instalação do padrão de ligação, através de normativas técnicas próprias, sujeito

a posterior aprovação.

§ 3º No caso de ligações individualizadas em condomínios, o ponto de entrega, bom como o padrão de ligação, observará a normatização específica do prestador.

Art. 16. O prestador de serviços deve elaborar e submeter à apreciação do CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de vigência desta Resolução, os modelos de padrão de ligação de água e de esgoto, inclusive dos modelos de apuração do volume de água proveniente de outras fontes que venham a originar lançamento de esgoto sanitário na rede pública coletora quando aplicáveis.

1º Os modelos de padrão de ligação deverão conter as especificações técnicas referentes ao tipo do material e dimensões das tubulações, conexões, hidrômetro, caixa de proteção, lacres e outras especificações que se fizerem necessárias.

§ 2º Os modelos de padrão de ligação devem ser apresentados pelo prestador de serviços ao usuário, sempre que solicitado.

Art. 17. O fornecimento de água deverá ser realizado mantendo uma pressão dinâmica disponível mínima de 10 mca (dez metros de coluna de água) referida ao nível do eixo da via pública, em determinado ponto da rede pública de abastecimento de água, conforme normas técnicas vigentes.

§ 1º A pressão estática máxima não poderá ultrapassar a 50 mca (cinquenta metros de coluna de água) referida ao nível do eixo da via pública, em determinado ponto da rede pública de abastecimento de água conforme normas técnicas vigentes.

§ 2º O prestador de serviços será dispensado do cumprimento do requisito a que se refere o caput deste artigo, caso comprove que:

I - a baixa pressão ocorreu devido a obras de reparação, manutenção ou construções novas; II - a baixa pressão tenha sido ocasionada por fatos praticados ou atribuídos a terceiros não vinculados ao prestador de serviços e sem seu consentimento;

III - a pressão estática máxima esteja acima do limite de referência por critérios técnica ou economicamente justificáveis.

Art. 18. O prestador de serviços deverá fornecer aos usuários água potável dentro dos padrões estabelecido pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina.

Art. 19. O prestador de serviço deverá tratar os esgotos sanitários e lançar os respectivos efluentes em conformidade com normas expedidas pelos órgãos ambientais e de controle competentes.

Art. 20. O usuário assegurará ao representante ou preposto do prestador de serviços o livre acesso ao padrão de ligação de água e à caixa de ligação de esgoto, faixa de servidão e viela sanitária.

Art. 21. As ligações de água ou de esgoto para unidades situadas em áreas com restrições para ocupação, somente serão liberadas mediante autorização expressa da autoridade municipal competente e/ou entidade do meio ambiente, ou por determinação judicial.

Art. 22. Lanchonetes, barracas, quiosques, trailers, circos, parques de diversão e outros, fixos ou ambulantes somente terão acesso aos ramais prediais de água e esgoto mediante a apresentação da licença de localização expedida pelo órgão municipal competente, desde que comprovada viabilidade técnica de atendimento.

Art. 23. Até o ponto de fornecimento de água e/ou de coleta de esgoto o prestador de serviços deverá adotar todas as providências com vistas a viabilizar a prestação dos serviços contratados, observadas as condições estabelecidas na legislação e regulamentos aplicáveis.

§ 1º Incluem-se nestas providências a elaboração de projetos e execução de obras, bem como a sua participação financeira.

§ 2º As obras de que trata o parágrafo anterior deste artigo, se pactuadas entre as partes, poderão ser executadas pelo interessado, mediante a contratação de empresa habilitada, desde que não interfiram nas instalações do prestador de serviços.

§ 3º No caso de a obra ser executada pelo interessado, o prestador de serviços fornecerá a autorização para a sua execução, após aprovação do projeto que será elaborado de acordo com as suas normas e padrões.

§ 4º O prestador deverá, ao analisar o projeto ou a obra, indicar tempestivamente:

I - todas alterações necessárias ao projeto apresentado, justificando-as; e

II - todas as adequações necessárias à obra, de acordo com o projeto por ele aprovado.

§ 5º As instalações resultantes das obras de que trata o § 1º deste artigo comporão o acervo da rede pública, sujeitando-se ao registro patrimonial e poderão destinar-se também ao atendimento de outros usuários que possam ser beneficiados.

CAPÍTULO VI – DO PEDIDO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA E DE ESGOTO

Art. 24. O pedido de ligação de água e/ou de esgoto caracteriza-se por ato do usuário/cliente, no qual ele solicita os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assumindo a responsabilidade pelo pagamento das tarifas ou taxas fixadas pela conexão e/ou pelo uso dos serviços, através de contrato de prestação de serviços ou especial, conforme o caso.

§ 1º Cabe a cada prestador de serviços estabelecer quais são os documentos necessários para a contratualização dos serviços.

§ 2º As ligações podem ser temporárias, provisórias ou definitivas.

Art. 25. O prestador de serviços poderá condicionar a ligação, a religação, o aumento de vazão ou a contratação de fornecimentos especiais à quitação de débitos anteriores do mesmo usuário decorrentes da prestação do serviço para o mesmo ou para outro imóvel na área delegada ao prestador.

§ 1º O prestador de serviços não poderá condicionar a ligação de unidade usuária ao pagamento de débito:

I - que não seja decorrente de fato originado pela prestação do serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

II - não autorizado pelo usuário/cliente, salvo nos casos decorrentes desta própria Resolução;

III - pendente em nome de terceiros.

§ 2º As vedações dos incisos II e III do parágrafo anterior não se aplicam nos casos de sucessão comercial e/ou hereditária.

CAPÍTULO VII – DAS LIGAÇÕES TEMPORÁRIAS

Art. 26. Consideram-se ligações temporárias as que se destinem a feiras, circos, exposições, parque de diversões, eventos e outros estabelecimentos de caráter temporário.

Art. 27. No pedido de ligação temporária, o usuário/cliente deve declarar o prazo desejado da ligação, bem como o consumo provável de água, que será posteriormente compensado com base no volume medido por hidrômetro.

§ 1º As despesas com instalação e retirada de rede e ramais de caráter temporário, bem como as despesas relativas aos serviços de ligação e desligamento, correrão por conta do usuário e serão quitadas anteriormente a execução da instalação.

§ 2º O prestador de serviços poderá exigir, a título de garantia, o pagamento antecipado do abastecimento de água e do esgotamento sanitário de até 3 (três) ciclos completos de faturamento relativos aos consumos declarados no ato da contratação.

§ 3º Ocorrendo pagamento antecipado, eventuais devoluções pelo prestador de serviços deverão ser realizadas no prazo de até 10 (dez) dias contados da retirada da ligação.

§ 4º Eventuais saldos devedores deverão ser quitados pelo usuário na data da retirada da ligação.

§ 5º São consideradas como despesas referidas no § 3º os custos dos materiais aplicados e não reaproveitáveis e demais custos, tais como os de mão de obra para instalação, retirada da ligação e transporte.

Art. 28. O usuário/cliente deve juntar ao pedido de abastecimento de água e de esgotamento sanitário a planta ou croquis das instalações temporárias e respectiva autorização de instalação e funcionamento emitida pelo órgão competente.

Art. 29. Para ser efetuada sua ligação, o usuário/cliente deve ainda:

I – preparar as instalações temporárias de acordo com a planta ou croquis;

II – efetuar o pagamento das despesas previstas nesta Resolução.

CAPÍTULO VIII – DAS LIGAÇÕES PROVISÓRIAS

Art. 30. São definidas por provisórias as ligações feitas ao sistema público de água e esgoto para atender obras em geral, inclusive aquelas em logradouros públicos, que poderão permanecer por até 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser renovadas por igual período, mediante solicitação do interessado.

§ 1º O ramal predial de ligações provisórias poderá ser dimensionado de modo a ser aproveitado para a ligação definitiva.

§ 2º A ligação definitiva de água deve ser precedida pela desinfecção da instalação predial de água e limpeza do reservatório predial, a serem realizadas pelo usuário.

§ 3º O proprietário deverá informar ao prestador de serviços a conclusão da construção para fins de ligação definitiva e enquadramento na respectiva categoria

§ 4º Cabe a cada prestador, estabelecer os demais critérios e especificações técnicas para as ligações provisórias.

CAPÍTULO IX – DAS LIGAÇÕES DEFINITIVAS

Art. 31. Toda edificação permanente urbana, situada em logradouro público que disponha de redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, deve, obrigatoriamente, interligar-se às mesmas, de acordo com o disposto no Art. 45 da Lei federal n. 11.445/2007, respeitadas as normas técnicas.

Art. 32. Os pedidos de ligação de água e de esgoto são atos do usuário/cliente, que solicita ao prestador de serviços a conexão das instalações hidráulicas da unidade usuária às respectivas redes públicas.

§ 1º No ato da recepção do pedido de ligação, o prestador de serviços deverá dar conhecimento ao usuário/cliente sobre a obrigatoriedade de:

I - respeitar os dispositivos contidos no Contrato de Prestação de Serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

II - observar, nas instalações hidráulicas e sanitárias da unidade usuária, a legislação, as normas da ABNT e as normas editadas pelo prestador de serviços, postas à disposição do usuário/cliente;

III - instalar, em locais apropriados e de livre acesso, padrão de ligação destinado à instalação de hidrômetros e outros aparelhos exigidos, conforme normas editadas pelo prestador de serviços;

IV - efetuar o pagamento mensal pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de acordo com as tarifas vigentes;

V - comunicar e submeter à aprovação do prestador sobre eventuais alterações referentes à natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária e à finalidade da utilização da água; e

VI - comunicar e submeter à aprovação do prestador sobre eventual necessidade de executar serviços nas redes públicas e instalar equipamentos, conforme as capacidades de atendimento disponíveis e as demandas informadas.

§ 2º O pedido de ligação será efetivado pelo usuário/cliente mediante assinatura de termo de solicitação, no qual fornecerá informações referentes à natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária e apresentará a documentação já mencionada nesta Resolução.

§ 3º Efetivado o pedido de ligação, o prestador de serviços deverá:

I - entregar ao usuário/cliente cópia do Contrato de Prestação de Serviços ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e

II - informar ao usuário por escrito as condições de elegibilidade para obtenção dos benefícios decorrentes de tarifas sociais e de outros subsídios.

§ 4º O prestador de serviço deverá priorizar o atendimento das demandas domiciliares em relação às demandas relativas a outros usos.

§ 5º No atendimento de pedido de ligações a que se refere o caput, o prestador de serviços fará as instalações até o ponto de entrega de água e de coleta de esgoto.

§ 6º A adesão ao serviço de abastecimento de água se dará a partir do início da utilização desse serviço.

§ 7º Em unidades usuárias já atendidas pelo serviço de abastecimento de água, a adesão ao serviço de esgotamento sanitário se dará a partir da disponibilização deste serviço.

Art. 33. O poder público, atendida a legislação municipal, poderá formular pedido de ligações para atender um conjunto de unidades usuárias situadas em áreas contempladas por programas habitacionais e de regularização fundiária de interesse social.

Parágrafo Único - Os usuários que se enquadrem no disposto neste artigo, deverão dirigir-se a um dos locais de atendimento do prestador de serviços para efetuar o cadastramento da unidade usuária, e para que a ligação se efetive, deverá obedecer as demais disposições regulamentares do prestador.

Art. 34. O prestador de serviço, sempre que possível, poderá disponibilizar, para fins do cadastramento previsto no artigo anterior, local de atendimento temporário na área diretamente atendida.

Art. 35. Para atendimento do pedido de ligação aos grandes usuários, o usuário/cliente deverá informar previamente a previsão de consumo mensal de água e de geração de esgoto.

Art. 36. O dimensionamento e as especificações do ramal e coletor predial devem estar de acordo com as normas técnicas.

Art. 37. O prestador de serviços informará ao interessado as pressões máxima, mínima e média, a vazão na rede pública de distribuição de água e a capacidade de vazão da rede pública coletora de esgotos sanitários, sempre que solicitado.

CAPÍTULO X – DO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

Art. 38. O prestador de serviços é responsável pela prestação de serviços adequados a todos os usuários, satisfazendo as condições de regularidade, generalidade, continuidade, eficiência, qualidade, segurança, atualidade, modicidade das tarifas e cortesia na prestação do serviço.

Art. 39. O prestador de serviços deverá atender às solicitações e reclamações recebidas relacionadas às suas atividades, de acordo com os prazos e condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 40. O prestador de serviços deve dispor de estrutura adequada de atendimento presencial, acessível a todos os usuários e que

possibilite, de forma integrada e organizada, o recebimento de solicitações e reclamações.

Parágrafo único. O prestador de serviços deverá atender prioritariamente, por meio de serviços individualizados, sempre que possível, que assegurem tratamento diferenciado e imediato, as pessoas portadoras de necessidades especiais, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo.

Art. 41. O prestador de serviços deve possuir em seus locais de atendimento, empregados e equipamentos em quantidade suficiente, necessários à adequada prestação dos serviços aos usuários.

Art. 42. O prestador de serviços deve dispor de canais durante horário comercial para atendimento geral e apresentação de reclamações e/ou sugestões, bem como sistema de plantão de atendimento 24 (vinte quatro) horas, 7 (sete) dias por semana.

Parágrafo único: As reclamações feitas ao prestador de serviço deverão ser registradas e numeradas.

Art. 43. Quando não for possível uma resposta imediata, o prestador de serviços deverá comunicar aos usuários, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 1º O prestador de serviços deverá informar o número do protocolo de atendimento ou ordem de serviço quando da formulação da solicitação ou reclamação.

§ 2º O prestador de serviços deve manter registro atualizado das reclamações e solicitações dos usuários, com anotações do objeto, da data, do endereço do usuário e do sistema de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário a que se referem, bem como das providências tomadas.

Art. 44. O prestador de serviços deve disponibilizar todas as informações solicitadas pelo usuário referentes à prestação dos serviços, inclusive quanto às tarifas em vigor e os critérios de faturamento.

Art. 45. O prestador de serviços deverá disponibilizar manual e regulamento de prestação dos serviços e atendimento ao usuário, os quais deverão ser previamente aprovados pelo CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG

§ 1º O manual e o regulamento de prestação dos serviços e atendimento deverão ser encaminhados ao CISAM Meio Oeste, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da vigência desta Resolução.

§ 2º A Crefisba deliberará no prazo de 90 (noventa) dias sobre a aprovação do referido manual e proposições de adequações (quando couber) do regulamento.

Art. 46. Para conhecimento ou consulta do usuário, o prestador de serviços deverá disponibilizar nos locais de atendimento, em local de fácil visualização e acesso, bem como em seu sítio eletrônico, ou em outros meios de comunicação, exemplares desta Resolução, do manual de prestação dos serviços e atendimento ao usuário, do Código de Defesa do Consumidor e da Portaria do Ministério da Saúde que dispõe sobre os padrões de potabilidade da água.

Art. 47. O prestador de serviços deverá disponibilizar ao CISAM Meio Oeste, até o último dia útil de janeiro do ano vigente, relatório contendo informações sobre o número de reclamações, agrupadas mensalmente por motivo, sistema de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário a que se referem, percentual de reclamações não atendidas e os respectivos motivos das reclamações.

Art. 48. O prestador de serviços deve informar ao usuário sobre a importância da utilização racional da água tratada e sobre o uso adequado das instalações sanitárias, bem como divulgar os direitos e deveres do usuário, entre outras orientações que entender necessárias.

Art. 49. O prestador de serviços deve emitir e encaminhar ao consumidor declaração de quitação anual de débitos, nos termos da Lei federal nº 12.007/2009.

CAPÍTULO XI – DOS OUTROS SERVIÇOS

Art. 50. O prestador de serviços poderá cobrar dos usuários, desde que requeridos, os seguintes serviços:

I – ligação de unidade usuária;

II – vistoria de unidade usuária para fins de mudança de categoria de ligação e de ligações provisórias;

III – verificação de hidrômetro;

IV – religação de unidade usuária;

V – emissão de segunda via de fatura, exceto quando obtida diretamente pelo usuário a partir do sítio do prestador de serviços na internet, ou quando motivada por necessidade de correção da fatura original;

VI – desativação de ligação de água; e

VII – outros serviços disponibilizados pelo prestador de serviços, previamente aprovados pela CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG ou pelo titular dos serviços.

§ 1º A cobrança dos serviços previstos neste artigo só pode ser feita em contrapartida ao serviço efetivamente realizado pelo prestador de serviços.

§ 2º O prestador de serviços deve manter, por período mínimo de 60 (sessenta) meses, os registros do valor cobrado, do horário e da data da solicitação e da execução dos serviços.

Art. 51. O prestador de serviços deverá apresentar "Tabela de Preços dos Serviços" para prévia homologação do CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG. e, sempre, disponibilizá-la aos interessados, inclusive em sítio na internet.

CAPÍTULO XII – DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 52. Os pedidos de vistoria e de ligação, quando se tratar de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário em rede pública, serão atendidos dentro dos seguintes prazos, ressalvado disposições contratuais ou legais em sentido diverso:

I - em área urbana:

a) Até 3 (três) dias úteis – quando couber - para a vistoria ou orientação das instalações de montagem do padrão e, se for o caso, aprovação das instalações;

b) Até 10 (dez) dias úteis para a ligação, contados a partir da data de aprovação das instalações e do cumprimento das demais condições regulamentares.

II - em área rural:

a) Até 5 (cinco) dias úteis para a vistoria ou orientação das instalações de montagem do padrão e, se for o caso, aprovação das instalações;

b) Até 15 (quinze) dias úteis para a ligação, contados a partir da data de aprovação das instalações e do cumprimento das demais condições regulamentares.

§ 1º A vistoria para atendimento da ligação deverá, no mínimo, verificar os dados cadastrais da unidade usuária e as instalações de responsabilidade do usuário.

§ 2º Ocorrendo reprovação das instalações na vistoria, o prestador de serviços deverá informar ao usuário/cliente, por escrito ou contato telefônico, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da solicitação, o respectivo motivo e as providências corretivas necessárias.

§ 3º Na hipótese do § 2º, após a adoção das providências corretivas, o usuário/cliente deve solicitar nova vistoria ao prestador de serviços, que deverá observar os prazos previstos no inciso I e II deste artigo.

§ 4º Na hipótese de nova vistoria, nos termos do parágrafo anterior, caso as instalações sejam reprovadas por irregularidade que não tenha sido apontada anteriormente pelo prestador, caberão a ele as providências e as despesas decorrentes das medidas corretivas.

§ 5º Caso os prazos previstos neste artigo não possam ser cumpridos por motivos alheios ao prestador, este deverá registrar e informar ao usuário, em até 5 (cinco) dias úteis da data do pedido de ligação, justificativa da demora e estimativa de prazo para o atendimento de seu pedido.

6º Considera-se motivo alheio ao prestador, dentre outros, a demora da expedição de autorizações e licenças imprescindíveis à realização das intervenções necessárias à ligação por parte dos entes públicos responsáveis pela gestão do uso do solo, vias públicas e organização do trânsito, desde que cumpridas todas as exigências legais pelo prestador.

Art. 53. Em caso da impossibilidade de atendimento do pedido de ligação dos serviços de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, deverá o prestador de serviços apresentar justificativa ao solicitante, devendo comunicar ao CISAM Meio Oeste, desta situação, para fins de verificação do cumprimento das metas previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 54. O prestador de serviços deverá estabelecer prazos para a execução de outros serviços solicitados ou disponibilizados, não definidos nesta Resolução.

§ 1º Os prazos para a execução dos serviços referidos no caput deste artigo deverão constar da "Tabela de Preços e Prazos de Serviços", homologada pelo CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG e disponibilizada aos usuários/clientes de forma visível e acessível pelo prestador de serviços na internet.

§ 2º Os serviços, cuja natureza não permita definir prazos na "Tabela de Preços e Prazos de Serviços", deverão ser acordados com o usuário/cliente quando da solicitação, observando-se as variáveis técnicas e econômicas para sua execução.

CAPÍTULO XIII – DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E ESPECIAIS

Art. 55. A prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário caracteriza-se como negócio jurídico de natureza contratual, visando o pleno e satisfatório atendimento aos usuários/clientes.

Art. 56. É condição de validade do Contrato de Prestação de Serviço de Abastecimento de Água e/ou de Esgotamento Sanitário a homologação do respectivo modelo pelo CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG.

Art. 57. O Contrato de Prestação de Serviço de Abastecimento de Água e/ou de Esgotamento Sanitário deverá conter, no mínimo, as seguintes cláusulas:

I - identificação do local de entrega da água e/ou coleta dos esgotos sanitários;

II - condições de revisão, para mais ou para menos, da demanda contratada, se houver;

III - data de início da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, e o prazo contratual;

IV - critérios de rescisão; e

V - direitos e deveres das partes.

Parágrafo único. Os contratos de prestação serão uniformes e objetivam disciplinar a relação estabelecida entre o prestador de serviços e os usuários dos serviços públicos, dentro das condições normais de uso e contratação.

Art. 58. É obrigatória a celebração de Contrato Especial de Abastecimento de Água e/ou de Esgotamento Sanitário ou outro instrumento entre o prestador de serviços e o usuário responsável pela unidade usuária a ser atendida, nos seguintes casos:

I - para atendimento a grandes consumidores;

II - para atendimento às entidades integrantes da Administração Pública de qualquer esfera de governo e às reconhecidas como de utilidade pública;

III - quando, para o abastecimento de água ou o esgotamento sanitário, o prestador de serviços tenha de fazer investimento específico, desde que fora ou intempestivo em relação ao plano de saneamento básico;

IV - nos casos de medição individualizada em condomínio, onde serão estabelecidas as responsabilidades e critérios de rateio, ressalvado o disposto em legislação específica; e

V - quando o usuário tiver que participar financeiramente da realização de obras de extensão ou melhorias da rede pública de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, para o atendimento de seu pedido de ligação.

§ 1º Quando o prestador de serviços tiver que fazer investimento específico, o contrato especial deve dispor sobre as condições, formas e prazos que assegurem o ressarcimento do ônus relativo ao referido investimento, bem como deverá elaborar cronograma para identificar a data provável do início do contrato.

§ 2º O prazo de vigência do contrato especial de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário deverá ser estabelecido considerando as necessidades e os requisitos das partes.

§ 3º Não havendo disposições contratuais em contrário, o contrato será renovável automaticamente.

CAPÍTULO XIV – DO ENCERRAMENTO DA RELAÇÃO CONTRATUAL

Art. 59. O encerramento da relação contratual entre o prestador de serviços e o usuário será efetuado segundo as seguintes características e condições:

I - por ação do usuário, mediante pedido de desligamento da unidade usuária, observado o cumprimento das obrigações previstas no contrato vigente; e

II - por ação do prestador de serviços, quando houver pedido de ligação formulado por novo usuário/cliente referente à mesma unidade usuária, desde que o imóvel esteja adimplente e que seja comprovada a transferência de titularidade do imóvel em questão.

Parágrafo único. No caso referido no inciso I, a condição de unidade usuária desativada deverá constar do cadastro, até que seja restabelecido o fornecimento em decorrência da formulação de novo pedido de ligação.

CAPÍTULO XV – DOS RAMAIS PREDIAIS DE ÁGUA E DE ESGOTO

Art. 60. Os ramais prediais externos somente serão assentados pelo prestador de serviços, às expensas do usuário/cliente.

Art. 61. O abastecimento de água e/ou coleta de esgoto deverá ser realizado através do ramal predial, podendo haver mais de uma ligação de água e/ou esgoto em um mesmo imóvel, atendidos os critérios técnicos estabelecidos pelo prestador de serviço para cada unidade usuária e para cada serviço.

§ 1º Em imóveis com mais de uma categoria de economia, a instalação predial de água e/ou de esgoto de cada categoria poderá ser independente, bem como alimentada e/ou esgotada através de ramal predial privativo, desde que haja viabilidade técnica.

§ 2º É vedado ao usuário intervir no ramal predial externo de água e esgoto, sem autorização do prestador, mesmo com objetivo de melhorar suas condições de funcionamento.

§ 3º O assentamento dos ramais prediais de esgoto através de terreno de outra propriedade, situado em cota inferior, e de ramais de água em qualquer cota, somente poderá ser feito quando houver conveniência técnica e servidão/autorização de passagem legalmente estabelecida.

Art. 62. Nas ligações já existentes, o prestador de serviços, a pedido do usuário e às suas custas, providenciará a individualização do ramal predial de que trata o artigo anterior, mediante desmembramento definitivo das instalações do sistema de distribuição interno de abastecimento do imóvel, realizado pelo usuário, de acordo com as normas e instruções técnicas do prestador.

Art. 63. As economias com numeração própria ou as dependências isoladas poderão ser caracterizadas como unidades usuárias, podendo cada uma ter seu próprio ramal predial.

Art. 64. As ligações rurais de água poderão ser executadas a partir de adutoras ou sub-adutoras, quando as condições operacionais permitirem este tipo de ligação.

Art. 65. A substituição ou deslocamento do ramal predial será de responsabilidade do prestador de serviços, sendo realizada com ônus para o usuário, quando for por ele solicitada.

Art. 66. Para a implantação de projeto que contemple a alternativa de sistemas condominiais de esgoto, deverá ser observado, no que couber, o disposto nesta Resolução.

§ 1º A operação e manutenção dos sistemas condominiais de esgoto serão atribuições dos usuários até a ligação de esgoto (caixa ou tubo de inspeção e limpeza), sendo o prestador de serviços responsável única e exclusivamente pela operação do sistema público de esgotamento sanitário.

§ 2º Poderá o prestador de serviços, quando solicitado pelo usuário, prestar suporte técnico-operacional para solucionar eventuais problemas em sistemas condominiais de esgoto, mediante cobrança.

§ 3º Caberá ao prestador de serviços instruir os usuários sobre o uso adequado e racional dos sistemas condominiais de esgoto.

Art. 67. Havendo qualquer alteração no funcionamento do ramal predial de água e/ou coletor de esgoto, o usuário deverá solicitar ao prestador de serviços as correções necessárias.

Art. 68. Os danos causados pela intervenção indevida do usuário nas redes públicas e/ou no ramal predial de água e/ou coletor de esgoto serão reparados pelo prestador de serviços, por conta do usuário.

Art. 69. A restauração de muros, passeios e revestimentos, decorrentes de serviços solicitados pelo usuário em particular, será de sua inteira responsabilidade.

CAPÍTULO XVI – DOS LOTEAMENTOS, CONDOMÍNIOS E OUTROS

Art. 70. O prestador de serviços assegurará o abastecimento de água e o esgotamento sanitário de novos loteamentos, condomínios, ruas particulares e outros empreendimentos urbanísticos, bem como de suas ampliações, quando devidamente autorizados.

§ 1º O atendimento ao disposto no caput ficará condicionado às limitações identificadas no estudo de viabilidade técnica e à assunção pelo empreendedor dos custos específicos associados ao atendimento.

§ 2º O projeto do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do empreendimento será elaborado pelo empreendedor, de acordo com as normas em vigor, e apresentado ao prestador de serviços, que deve analisá-lo e aprová-lo, conforme prazo estabelecido.

§ 3º As obras serão custeadas pelo empreendedor e devem ser executadas por este, sob a fiscalização do prestador de serviços.

§ 4º O prestador de serviços poderá elaborar os projetos e executar as obras de que trata este capítulo mediante a celebração de contrato específico com o interessado, mediante remuneração.

§ 5º Quando as instalações se destinarem a servir outras áreas, além da pertencente ao empreendimento específico, o custo dos serviços poderá ser rateado entre os beneficiados.

Art. 71. Compete ao prestador de serviços, quando solicitado e justificado, fornecer ao interessado as informações acerca da rede pública de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que sejam relevantes ao atendimento do usuário, em especial:

I - máxima, mínima e média da pressão da rede pública de abastecimento de água;

II - capacidade de vazão da rede pública de esgotamento sanitário, para atendimento ao usuário.

Art. 72. As redes e demais instalações construídas, depois de vistoriadas de acordo com as normas vigentes e aprovadas pelo prestador de serviços, serão transferidas pelo empreendedor mediante assinatura de termo específico dos bens vinculados aos serviços que passarão a integrar os sistemas públicos de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, sujeitando-se ao registro patrimonial em conta de ativo não oneroso, podendo ser destinadas ao atendimento de usuários diversos.

§ 1º O termo específico referido no caput deve ser acompanhado dos respectivos cadastros técnicos fornecidos pelo empreendedor.

§ 2º Fica vedada ao prestador de serviços a incorporação dos ativos não onerosos de que trata o caput na modalidade de integralização de

capital, devendo ser registrados contabilmente de modo a identificar sua origem não onerosa.

Art. 73. O prestador de serviços só executará a interligação das tubulações e de outros equipamentos ao sistema público mediante a conclusão e aceitação das obras, o pagamento das despesas e a efetivação da cessão por parte do interessado.

Parágrafo único. As obras de que trata este artigo terão seu recebimento definitivo formalizado após realização dos testes, avaliação do sistema em funcionamento, elaboração e aprovação do cadastro técnico, observadas as normas locais pertinentes.

Art. 74. Em ruas particulares as ligações de água das unidades usuárias deverão ser individualizadas pelo interessado devendo os pontos de entrega de água e de coleta de esgoto se localizarem no limite, do logradouro público com a área particular.

Art. 75. Para sistemas de condomínios horizontais e/ou verticais o prestador de serviços disponibilizará uma única ligação de água na testada do imóvel, ficando sob responsabilidade do incorporador, construtor ou do condomínio a individualização do sistema hidráulico das unidades internas da edificação, nos termos da legislação municipal e normas do prestador.

Art. 76. O prestador de serviços poderá assumir a operação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário de condomínios já existentes e em operação, observando o seu plano de expansão e a viabilidade econômica e financeira.

Parágrafo único. A assunção pelo prestador de serviços dos sistemas de que trata o caput será condicionada:

I – ao fornecimento pelo condomínio ao prestador de serviços dos respectivos cadastros técnicos, quando disponíveis;

II – à transferência mediante assinatura de termo específico dos bens vinculados aos serviços que passarão a integrar o sistema público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sujeitando-se ao registro patrimonial em conta de ativo não oneroso, podendo ser destinadas ao atendimento de usuários diversos;

III – à elaboração e à execução pelo prestador de serviços de plano de adequação e interligação dos sistemas locais aos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo necessariamente a instalação de hidrômetro individualizado por imóvel;

IV – pagamento pelo condomínio das despesas necessárias à adequação técnica dos respectivos sistemas;

V – identificação e desativação dos bens considerados inservíveis; e VI – atendimento das normas e instruções técnicas do prestador.

CAPÍTULO XVII– DOS HIDRÔMETROS

Art. 77. O prestador de serviços deverá monitorar o volume de água utilizado, bem como o estado de conservação e funcionamento do hidrômetro.

§ 1º A critério e às custas do interessado (prestador ou usuário/cliente), poderão ser instalados nas unidades usuárias sistemas de medição do volume de esgotos, desde que haja viabilidade técnica e de acordo com as normas e padrões vigentes.

§ 2º Todos os medidores, de água ou esgoto, serão verificados e devem ter sua produção certificada pelo INMETRO ou outra entidade pública por ele delegada.

§ 3º Todo ramal predial de água deverá ser provido de um registro externo ao imóvel, de manobra privativa do prestador de serviços.

Art. 78. O prestador de serviços é obrigado a instalar hidrômetro nas ligações de água.

Art. 79. Os hidrômetros e os registros de passagem serão instalados em abrigos ou caixas de proteção padronizadas, de acordo com as normas procedimentais do prestador de serviços.

§ 1º Os aparelhos referidos neste artigo deverão ser devidamente lacrados e periodicamente inspecionados pelo prestador de serviços, de acordo com as normas metrológicas vigentes.

§ 2º É facultado ao prestador de serviços, mediante aviso aos usuários, o direito de redimensionar e remanejar os hidrômetros das ligações, quando constatada a necessidade técnica de intervir neles.

§ 3º Somente o prestador de serviços ou seu preposto poderá instalar, substituir ou remover o hidrômetro ou limitador de consumo, bem como indicar novos locais de instalação.

§ 4º A substituição do hidrômetro deverá ser comunicada ao usuário no ato da troca do medidor.

§ 5º A substituição do hidrômetro, decorrente do desgaste normal de seus mecanismos, será executada pelo prestador de serviços sempre que necessário sem ônus para o usuário.

§ 6º A substituição do hidrômetro, decorrente da violação pelo usuário de seus mecanismos, será executada pelo prestador de serviços, com ônus para o usuário, além das penalidades previstas.

§ 7º A indisponibilidade de hidrômetro não poderá ser invocada pelo prestador de serviços para negar ou retardar a ligação e o início do

abastecimento de água.

§ 8º Sendo a alteração ou redimensionamento de hidrômetro uma decisão do prestador de serviços, os custos relativos às substituições previstas correrão por sua conta, salvo na situação constante do §6º deste artigo.

Art. 80. Os lacres instalados nos hidrômetros, caixas e cubículos poderão ser rompidos apenas por representante ou preposto do prestador de serviços.

Parágrafo único – A violação do lacre de aferição do hidrômetro, por parte do usuário/cliente, acarretará na aplicação das sanções previstas no Código Penal, além da aplicação das demais penalidades previstas nas normas do prestador.

Art. 81. A verificação periódica do hidrômetro instalado na unidade usuária deverá ser efetuada segundo critérios estabelecidos nas normas metrológicas.

Art. 82. O usuário/cliente poderá solicitar verificações dos instrumentos de medição ao prestador de serviços, a qualquer tempo, sendo os custos dos serviços cobrados do usuário somente quando os erros de indicação verificados estiverem em conformidade com a legislação metrológica vigente.

§ 1º O prestador de serviços deverá informar, com antecedência, a data fixada para a realização da verificação, de modo a possibilitar ao usuário o acompanhamento do serviço.

§ 2º Quando não for possível a verificação no local da unidade usuária, o prestador de serviços deverá acondicionar o medidor em invólucro, a ser lacrado no ato de retirada para o transporte até o laboratório de teste, mediante entrega de comprovante desse procedimento ao usuário, devendo ainda informá-lo posteriormente da data e do local fixados para a realização da aferição, para seu acompanhamento.

§ 3º O prestador de serviços deverá, quando solicitado, encaminhar ao usuário o laudo técnico da verificação, informando, de forma compreensível e de fácil entendimento, as variações verificadas, os limites admissíveis, a conclusão final e esclarecendo quanto à possibilidade de solicitação de aferição junto ao órgão metrológico oficial.

§ 4º Em caso de nova verificação junto a órgão metrológico oficial, os custos decorrentes serão arcados pelo usuário, caso o resultado aponte que o laudo técnico do prestador estava adequado às normas técnicas, ou pelo prestador de serviços, caso o resultado aponte irregularidades no laudo técnico por ele elaborado.

§ 5º Serão considerados em funcionamento normal os hidrômetros que atenderem a legislação metrológica pertinente.

CAPÍTULO XVIII – DO REGIME, ESTRUTURA, NIVEIS, FATURAMENTO E COBRANÇA DAS TARIFAS

Art. 83. O regime e a estrutura tarifária serão definidos por cada município, em normas específicas, devendo ser observado e aplicado:

I - a tarifa de disponibilidade do serviço por economia;

II - o preço do metro cúbico por níveis ou faixa de consumo e por categoria de usuário;

III - a obtenção de uma tarifa média e preços públicos, que possibilitem o equilíbrio econômico-financeiro do Prestador, em condições eficientes de operação;

IV - a preservação dos aspectos sociais dos respectivos serviços.

§ 1º As normas referidas no caput, para sua validade, deverão ser homologadas pelo CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG.

§ 2º As taxas, tarifas e preços públicos, levarão em conta para sua composição os custos de insumos, produtos, mão de obra, serviços de terceiros, transporte, despesas administrativas, ressarcimento dos investimentos e das depreciações, amortização de empréstimos, provisão de fundos para devedores inadimplentes, constituição do fundo de reserva para investimentos em projetos previamente aprovados pelo órgão regulador e constantes do Plano Municipal de Saneamento Básico.

§ 3º Os valores das taxas, tarifas e preços públicos deverão ser revisados ou reajustados no intervalo mínimo de 12 meses, com base no art. 37 da Lei 11.445/2007, permitindo a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Prestador, para a operação em regime de eficiência.

§ 4º A tarifa do serviço de coleta, afastamento, tratamento e destinação final adequada do esgoto sanitário corresponderá a um percentual a ser aplicado sobre o valor da tarifa relativa ao consumo de água, o qual será definido por legislação do Titular.

§ 5º Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda deverão estar contemplados em tabela progressiva e serão, dependendo das características dos beneficiários e da origem dos recursos:

I - diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços;

II - tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

III - internos a cada titular ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

§ 6º É vedada a prestação gratuita de serviços, bem como a concessão de tarifas ou preços reduzidos, ressalvadas as condições previstas em regulamento próprio do titular.

§ 7º Os valores das tarifas e preços públicos relativos à prestação dos serviços de água e de esgoto, suas revisões ou reajustes, deverão ser aprovados pelo órgão de regulação e serão fixados através de ato expedido pela autoridade municipal competente.

Art. 84. As tarifas relativas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e a outros serviços realizados serão cobradas por meio de faturas emitidas pelo prestador de serviços e devidas pelo usuário, devendo-se ofertar aos usuários a fixação das datas de vencimento.

§ 1º As faturas serão apresentadas ao usuário, em intervalos regulares, de acordo com o calendário de faturamento elaborado pelo prestador de serviços.

§ 2º O prestador de serviços deverá orientar o usuário quanto a leitura e entrega de fatura.

§ 3º O prestador de serviços emitirá segunda via da fatura, sem ônus para o usuário, nos casos de problemas na emissão e no envio da via original ou incorreções no faturamento.

§ 4º O prestador de serviços deverá oferecer no mínimo 4 (quatro) datas de vencimento da fatura para escolha do usuário.

Art. 85. Quando houver alto consumo, o prestador alertará o usuário sobre o fato, instruindo-o para que verifique as instalações internas da unidade usuária e/ou evite desperdícios.

Art. 86. A fatura deverá conter obrigatoriamente as seguintes informações:

I - nome do usuário;

II - número ou código de referência e classificação da unidade usuária;

III - endereço da unidade usuária;

IV - número do medidor;

V - leitura anterior e atual do hidrômetro; VI - data da leitura atual e próxima;

VII - consumo de água do mês correspondente à fatura;

VIII - histórico do volume consumido nos últimos 6 (seis) meses;

IX - valor total a pagar e data do vencimento da fatura;

X - detalhamento dos serviços prestados, com os respectivos valores;

XI - descrição dos tributos incidentes sobre o faturamento;

XII - multa e mora por atraso de pagamento;

XIII - os números dos telefones e endereços eletrônicos das Ouvidorias do prestador de serviços e do CISAM Meio Oeste,

XIV - indicação da existência de parcelamento pactuado com a prestadora, com as demonstrações referentes ao parcelamento efetuado e informação de faturas pendentes;

XV - qualidade da água fornecida, nos termos do Decreto federal nº 5.440/2005; e

XVI - aviso sobre a constatação de alto de consumo.

Art. 87. Além das informações relacionadas no artigo anterior, fica facultado o prestador de serviços incluir na fatura outras informações julgadas pertinentes, campanhas de educação ambiental e sanitária, inclusive veiculação de propagandas comerciais, desde que não interfiram nas informações obrigatórias, vedadas, em qualquer hipótese, mensagens político-partidárias.

Art. 88. Caso o prestador de serviços tenha faturado valores incorretos ou não efetuado qualquer faturamento, por motivo de sua responsabilidade, deverá observar os seguintes procedimentos:

I - faturamento a menor ou ausência de faturamento: poderá efetuar cobrança complementar; e

II - faturamento a maior: providenciar a devolução ao usuário das quantias recebidas indevidamente, correspondentes ao período faturado incorretamente, observado o prazo de prescrição previsto na legislação.

Parágrafo único. No caso do inciso II, a devolução deverá ser efetuada até o primeiro faturamento posterior à constatação da cobrança a maior, ou, por opção do usuário, por meio de compensação nas faturas subsequentes.

Art. 89 Para o cálculo das diferenças a devolver, as tarifas deverão ser aplicadas de acordo com os seguintes critérios:

I - quando houver diferenças a devolver: tarifas em vigor no período correspondente às diferenças constatadas acrescidas de juros e correção monetária;

II - quando a tarifa for estruturada por faixas, a diferença a devolver deve ser apurada mês a mês, levando em conta a tarifa relativa a cada faixa complementar.

Art. 90. Nos casos em que houver diferença a devolver, o prestador de serviços deverá informar ao usuário, por escrito, quanto:

I - à irregularidade constatada;

II - à memória descritiva dos cálculos do valor apurado, referente às diferenças de consumos de água;

III - aos elementos de apuração da irregularidade;

IV - aos critérios adotados na revisão dos faturamentos;

V - ao direito de recurso previsto nos §§ 1º e 3º deste artigo; e VI - à tarifa utilizada.

§ 1º Caso haja discordância em relação à cobrança ou respectivos valores, o usuário poderá apresentar recurso junto ao prestador de serviços, no prazo de 15 (quinze) dias a partir da comunicação.

§ 2º O prestador de serviços deliberará no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento do recurso, o qual, se indeferido, deverá ser comunicado ao usuário, por escrito, juntamente com a respectiva fatura, quando pertinente, a qual deverá referir-se exclusivamente ao ajuste do faturamento, com vencimento previsto para 3 (três) dias úteis.

§ 3º Da decisão do prestador de serviços caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, ao CISAM Meio Oeste, sendo recebido em seu efeito suspensivo, exceto por deliberação em contrário ao CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG, nos termos do seu Regimento Interno.

§ 4º Constatado o descumprimento dos procedimentos estabelecidos neste artigo ou, ainda, a improcedência ou incorreção do refaturamento, o prestador de serviços providenciará a devolução do indébito por valor igual ao dobro do que foi pago em excesso, salvo hipótese de engano justificável.

§ 5º O disposto no caput deste artigo refere-se somente às diferenças apuradas no processo de faturamento, não estando relacionado a cobranças de possíveis irregularidades na ligação de água.

Art. 91. Nos prédios ligados clandestinamente às redes públicas, as tarifas de água e/ou de esgoto serão devidas desde a data em que o prestador de serviços iniciou a operação no logradouro, onde está situado aquele prédio, ou a partir da data da expedição do alvará de construção, quando não puder ser verificada a época da ligação à rede pública, limitada ao período máximo de 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único. O prestador de serviços poderá proceder às medidas judiciais cabíveis para a liquidação e cobrança do débito decorrente da situação descrita no caput deste artigo, podendo condicionar a ligação do serviço para a unidade usuária ao pagamento integral do débito.

Art. 92. Nas edificações sujeitas à lei que dispõe sobre os condomínios em edificações e as incorporações imobiliárias, as tarifas poderão ser cobradas em conjunto para todas as economias.

Art. 93. A emissão da fatura poderá ser cancelada ou alterada a pedido do usuário/cliente ou por iniciativa do prestador de serviços, nos seguintes casos:

- I - demolição;
- II - fusão de economias;
- III - incêndio;

IV - interrupção da prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário; ou

V - outras situações, conforme critérios propostos pelo prestador de serviços e aprovados pelo CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG.

Parágrafo único. O cancelamento ou alteração da fatura vigorará a partir da data do pedido do usuário ou, quando a iniciativa for do prestador de serviços, de sua anotação no cadastro do prestador de serviços, não tendo efeito retroativo.

Art. 94. As faturas não quitadas até a data do seu vencimento, bem como as devoluções de valores cobrados indevidamente dos usuários pelo prestador de serviços, sofrerão acréscimo de juros de mora, multa e correção monetária, conforme legislação municipal e contratos celebrados.

Art. 95. O pagamento de uma fatura não implicará na quitação de eventuais débitos anteriores.

Parágrafo único - Após esgotadas as medidas administrativas, o prestador de serviços poderá, de acordo com a legislação municipal, efetuar a cobrança dos serviços faturados, quando não quitados, via protesto e execução judicial, com inscrição em dívida ativa e ainda registrar o nome do usuário/cliente nas instituições de proteção ao crédito.

Art. 96. O pagamento da fatura não impede que o usuário reclame a devolução dos valores considerados como indevidos até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 97. O prestador de serviços deverá dispor de mecanismos de identificação de pagamento em duplicidade, impondo-se que as referidas devoluções ocorram preferencialmente até o próximo faturamento.

§ 1º Os valores pagos em duplicidade pelos usuários, quando não houver solicitação em contrário, deverão ser devolvidos automaticamente nos faturamentos seguintes em forma de crédito.

§ 2º Será considerado erro não justificável a não efetivação da devolução a que se refere este artigo, ensejando a devolução em dobro do valor recebido pelo prestador, sem prejuízo dos juros, multas e da correção monetária prevista na legislação municipal e nos contratos celebrados.

Art. 98. O prestador de serviços poderá parcelar os débitos existentes, segundo critérios estabelecidos em normas internas.

Art. 99. É condição para o parcelamento de débito a celebração de Termo de Acordo e Confissão de Dívida firmada pelo usuário.

CAPÍTULO XIX – DA INTERRUPTÃO DOS SERVIÇOS

Art. 100. O prestador de serviços assegurará o serviço de fornecimento de água e de coleta de esgoto sanitário de forma contínua, sem interrupções decorrentes de deficiência nos sistemas ou capacidade inadequada, garantindo sua disponibilidade durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

Parágrafo único. Em caso de interrupção total ou parcial, por qualquer motivo, dos serviços de abastecimento de água ou esgotamento sanitário por período superior a 08 (oito) horas, deverá o prestador dos serviços comunicar o CISAM Meio Oeste, a respeito da abrangência, da duração e dos motivos da interrupção dos serviços.

Art. 101. O prestador de serviços se obriga a divulgar com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, através dos meios de comunicação disponíveis, as interrupções programadas de seus serviços que possam afetar o abastecimento de água por período superior a 08 (oito) horas.

Parágrafo único. Em situação de emergência, a divulgação nos meios de comunicação em massa da interrupção do fornecimento de água será feita de imediato, após identificada a área de abrangência da emergência.

Art. 102. No caso de interrupção programada do serviço, com duração superior a 24 (vinte e quatro) horas, o prestador de serviços deverá prover fornecimento de emergência às unidades usuárias que prestem serviços essenciais à população.

Parágrafo único. O fornecimento de emergência, de que trata o caput deste artigo, deverá ser medido com o conhecimento do responsável pela unidade usuária, para cobrança por parte do prestador de serviços.

Art. 103. O serviço de abastecimento de água poderá ser interrompido, a qualquer tempo, sem prejuízo de outras sanções e nos termos da lei, nos seguintes casos:

I - situações que atinjam a segurança de pessoas e bens, especialmente as de emergência e as que coloquem em risco a saúde da população ou de trabalhadores dos serviços de saneamento básico;

II - manipulação indevida, por parte do usuário, da ligação predial, inclusive medidor, ou qualquer outro componente da rede pública;

III - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias urgentes no sistema;

IV - revenda ou abastecimento de água a terceiros;

V - ligação clandestina ou religação à revelia;

VI - deficiência técnica e/ou de segurança das instalações da unidade usuária que ofereça risco iminente de danos a pessoas ou bens;

VII - solicitação do usuário, nos limites desta Resolução;

VIII - não ligação à rede pública de coleta e tratamento de esgoto sanitário, após a notificação pelo prestador de serviços e ultrapassado o prazo para a devida regularização;

IX - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito e;

X - Desperdício de água, quando vigentes regras de racionamento.

Parágrafo único. Deve o prestador de serviços, após a interrupção dos serviços, comunicar imediatamente o usuário dos motivos da interrupção dos serviços, informando quais as providências necessárias para a religação do abastecimento de água, salvo na situação prevista no inciso VII deste artigo.

Art. 104. O prestador de serviços, após aviso ao usuário com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão, poderá suspender a prestação dos serviços de abastecimento de água:

I - por inadimplimento do usuário do pagamento das tarifas e/ou taxas;

II - pela negativa de acesso ou imposição de obstáculo para a leitura do hidrômetro, manutenção ou substituição; e

III - quando não for solicitada a ligação definitiva, após concluída a obra atendida por ligação temporária.

IV – Instalação de ejetores ou bombas de sucção diretamente na rede ou no ramal predial;

V – Não cumprimento de outras exigências desta resolução e normas do prestador.

§ 1º É vedado ao prestador de serviços efetuar a suspensão dos serviços pelo impedimento de acesso ao hidrômetro do usuário que não tenha sido tempestivamente notificado acerca de dificuldade de efetivação da leitura, manutenção ou substituição do hidrômetro.

§ 2º O aviso prévio e as notificações formais devem ser escritos de forma compreensível e de fácil entendimento.

§ 3º Ao efetuar a suspensão dos serviços, o prestador de serviços deverá entregar aviso discriminando o motivo gerador da suspensão e, quando pertinente, indicação das faturas que caracterizaram a inadimplência.

§ 4º Será considerada suspensão indevida aquela que não estiver amparada nesta Resolução.

§ 5º Constatada que a suspensão dos serviços de abastecimento de água e/ou de coleta de esgoto sanitário foi indevida, o prestador de serviços ficará obrigado a efetuar a religação, no prazo máximo de 12 (doze) horas, sem ônus para o usuário.

§ 6º No caso de suspensão indevida do fornecimento, o prestador de serviços deverá creditar na fatura subsequente, a título de indenização ao usuário, o maior valor dentre:

a) o dobro do valor estabelecido para o serviço de religação; ou

b) 20% (vinte por cento) do valor líquido da última fatura emitida antes da interrupção indevida da unidade usuária.

Art. 105. Havendo acordo de parcelamento dos débitos, o usuário poderá fazer a solicitação para ter seus serviços restabelecidos.

Art. 106. A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 107. Fica vedada ao prestador de serviços a realização de corte de fornecimento de água tratada após as 12 (doze) horas das sextas-feiras ou na véspera de feriados nacionais, estaduais ou municipais.

Art. 108. O prestador de serviços deverá comunicar ao CISAM Meio Oeste, as situações de emergências que possam resultar na interrupção dos sistemas e/ou causem transtornos à população, tais como rompimento de adutoras, desvio ou paralisação em estação de tratamento de esgoto, vazamentos de produtos perigosos e outras situações equivalente.

CAPÍTULO XX – DA RELIGAÇÃO E RESTABELECIMENTO

Art. 109. O procedimento de religação é caracterizado pelo restabelecimento dos serviços de abastecimento de água pelo prestador de serviços.

Art. 110. Cessado o motivo da interrupção e/ou pagos os débitos, multas e acréscimos incidentes, o prestador de serviços restabelecerá o abastecimento de água e/ou o esgotamento sanitário no prazo de até 12 (doze) horas por cortes indevidos, até 24 (vinte e quatro) horas por cortes com aviso prévio e 120 (cento e vinte) horas por retirada do ramal.

CAPÍTULO XXI– DA SUPRESSÃO DA LIGAÇÃO DE ÁGUA E DE ESGOTO

Art. 111. Os ramais prediais de água poderão ser desligados das redes públicas respectivas:

I - por interesse do usuário, mediante pedido, observado o cumprimento das obrigações previstas em contratos, no regulamento do prestador de serviços e na legislação pertinente; II - por ação do prestador de serviços nos seguintes casos:

- a) interrupção dos serviços por mais de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos;
- b) desapropriação do imóvel;
- c) fusão de ramais prediais; e

d) lançamento na rede pública de esgotamento sanitário de despejos que exijam tratamento prévio.

e) restabelecimento irregular da ligação, por parte do usuário/cliente, após esgotados os prazos concedidos para a regularização.

§ 1º No caso de supressão do ramal predial de esgoto não residencial, por pedido do usuário, este deverá vir acompanhado da concordância dos órgãos de saúde pública e do meio ambiente.

§ 2º Nos casos de desligamento de ramais onde haja a possibilidade de ser restabelecida a ligação, a unidade usuária deverá permanecer cadastrada no prestador de serviços.

§ 3º O término da relação contratual entre o prestador de serviços e o usuário somente será efetivado após o desligamento definitivo dos ramais prediais de água e esgoto.

Art. 112. Correrão por conta do usuário atingido com o desligamento da rede pública as despesas com a interrupção e com o restabelecimento dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

CAPÍTULO XXII – DAS IRREGULARIDADES COMETIDAS PELOS USUÁRIOS

Art. 113. Constitui ato irregular a ação ou omissão do usuário, relativa a qualquer dos seguintes fatos:

I - Intervenção nas instalações dos sistemas públicos de água e esgotos que possam afetar a eficiência dos serviços;

II - Instalação hidráulica predial de água ligada à rede pública interligada com abastecimento de água alimentada por outras fontes;

III - Lançamento de despejos na rede pública de esgotamento sanitário que, por suas características, exijam tratamento prévio;

IV - Derivação do ramal predial antes do hidrômetro (by pass);

V - Danificação propositada, inversão ou supressão do hidrômetro;

VI - Ligação clandestina de água e esgoto;

VII - Instalação de bomba ou quaisquer dispositivos no ramal predial ou na rede de distribuição;

VIII - Lançamento de águas pluviais nas instalações ou coletores prediais de esgotos sanitários;

IX - Restabelecimento irregular do abastecimento de água em ligações cortadas no cavalete;

X - Restabelecimento irregular do abastecimento de água em ligações cortadas no ramal;

XI - Interligação de instalações prediais de água, entre imóveis distintos com ou sem débito;

XII - Impedimento voluntário à promoção da leitura do hidrômetro ou à execução de serviços de manutenção do cavalete e hidrômetro pela prestadora de serviços;

XIII - Desperdício de água em períodos oficiais de racionamento;

XIV - Violação do lacre da caixa ou cubículo de proteção do hidrômetro;

XV - Violação do lacre de proteção do cavalete e do hidrômetro;

XVI - Utilização indevida do hidrante instalado na área interna do imóvel;

XVII - Ausência de caixa de gordura sifonada na instalação predial interna de esgotos;

XVIII - Instalação de aparelhos eliminadores ou supressores de ar, em qualquer parte do ramal predial externo;

XIX - Lacrar a tampa da caixa de inspeção de esgoto;

XX - Ausência de caixa de inspeção no ramal de esgoto em logradouro público (testada do imóvel);

XXI - Lançamento de esgoto nas instalações ou coletores de águas pluviais;

XXII - Lançar resíduos sólidos na rede coletora de esgoto, que possam prejudicar o seu correto funcionamento;

XXIII - Lançamento de águas pluviais na rede coletora de esgoto.

Parágrafo único. É vedada a instalação de equipamento nas adjacências do hidrômetro, inclusive na instalação predial, que influencie nas condições metrológicas no equipamento.

Art. 114. Verificado pelo prestador de serviços, através de inspeção, que, em razão de artifício ou de qualquer outro meio irregular ou, ainda, da prática de violação nos equipamentos e instalações de medição, tenham sido faturados volumes inferiores aos reais, ou na hipótese de não ter havido qualquer faturamento, este adotará os seguintes procedimentos:

I - lavratura de "Termo de Ocorrência de Irregularidade" em formulário próprio do prestador de serviços, com as seguintes informações:

a) identificação do usuário;

b) endereço da unidade usuária;

c) número de conta da unidade usuária;

d) atividade desenvolvida;

e) tipo de medição e/ou hidrômetro;

f) identificação e leitura do hidrômetro;

g) selos e/ou lacres encontrados;

h) descrição detalhada do tipo de irregularidade, de forma que a mesma fique perfeitamente caracterizada, com a inclusão de fotos e outros meios que possam auxiliar nesta identificação;

i) assinatura do responsável pela unidade usuária, ou na sua ausência, do usuário presente e sua respectiva identificação; e

j) identificação e assinatura do empregado ou preposto responsável do prestador de serviços.

II - entregar uma via do "Termo de Ocorrência de Irregularidade" ao usuário, que deve conter as informações que possibilite ao usuário solicitar perícia técnica bem como ingressar com recurso junto à ouvidoria ou órgão equivalente do prestador de serviços ou diretamente à CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG;

III - caso haja recusa no recebimento do "Termo de Ocorrência de Irregularidade", o fato será certificado no documento, que será remetido posteriormente pelo correio ao responsável pela unidade usuária, mediante aviso de recebimento (AR);

IV - efetuar, quando pertinente, o registro da ocorrência junto à delegacia de polícia civil e requerer os serviços de perícia técnica do órgão responsável, vinculado à segurança pública ou do órgão metrológico oficial para a verificação do medidor e da existência de conduta criminosa;

V - proceder à revisão do faturamento com base nas diferenças entre os valores apurados e os efetivamente faturados de acordo com norma específica do prestador ou, em sua ausência, por meio de um dos seguintes critérios:

a) aplicação de fator de correção, determinado a partir da avaliação técnica do erro de medição;

b) na impossibilidade do emprego do fator de correção, identificação do maior valor de consumo ocorrido em até 12 (doze) ciclos completos

de faturamento de medição normal, imediatamente anteriores ao início da irregularidade; ou

c) no caso de inviabilidade de aplicação dos critérios previstos nas alíneas "a" e "b", o valor do consumo será determinado através de estimativa com base nas instalações da unidade usuária e nas atividades nela desenvolvidas.

VI - efetuar, quando pertinente, na presença da autoridade policial com a presença do usuário ou de seu representante legal ou, na ausência destes dois últimos, de 2 (duas) testemunhas sem vínculo com o prestador de serviços, a retirada do hidrômetro, que deverá ser colocado em invólucro lacrado, devendo ser preservado nas mesmas condições encontradas até o encerramento do processo em questão ou até a lavratura de laudo pericial por órgão oficial.

Parágrafo único. Comprovado pelo prestador de serviços ou a partir de provas documentais fornecidas pelo novo usuário, que o início da irregularidade ocorreu em período não atribuível ao responsável pela unidade usuária, o atual usuário somente será responsável pelas diferenças de volumes de água e de esgoto excedentes apuradas no período sob sua responsabilidade, exceto nos casos de comprovada má-fé.

Art. 115. A presente Resolução não afasta a aplicação das penalidades civis, administrativas e criminais em decorrência do cometimento de qualquer das irregularidades previstas nesta norma.

CAPÍTULO XXIII - DOS SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS

Art. 116. Nos serviços de ampliação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que impliquem na recomposição de pavimentos, caberá ao prestador de serviços a responsabilidade pela sua execução, devendo ser mantido o mesmo tipo de pavimento, à exceção daquelas localidades em que o instrumento de delegação contemplar esses reparos como obrigações do titular dos serviços.

CAPÍTULO XXIV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 117. A requerimento do usuário/cliente, para efeito de concessão de "habite-se" pelo órgão municipal competente, será fornecida pelo prestador de serviços a declaração de que:

I - o imóvel é atendido, em caráter definitivo, pelo sistema público de abastecimento de água;

II - o imóvel não é atendido pelo sistema público de abastecimento de água;

III - o imóvel é atendido, em caráter definitivo, pelo sistema público de esgotamento sanitário;

IV - o imóvel não é atendido pelo sistema público de esgotamento sanitário.

Art. 118. Os usuários, individualmente ou por meio de associações, poderão solicitar informações e encaminhar sugestões, elogios, denúncias e reclamações ao prestador de serviços ou ao CISAM Meio Oeste.

Art. 119. Prazos ou condições, previstos nos respectivos regulamentos ou normas do prestador, se homologados pelo regulador, prevalecem sobre os estabelecidos nesta Resolução.

Art. 120. Devem os prestadores de serviço fornecerem, dentro dos prazos estabelecidos pelos órgãos responsáveis, as informações junto aos sistemas de informações sobre saneamento e vigilância sanitária em níveis federal, estadual e municipal.

Parágrafo único. O prestador de serviços deverá encaminhar, simultaneamente, cópia dessas informações ao CISAM Meio Oeste.

Art. 121. Cabe à CISAM Meio Oeste, por meio do CISAM-REG resolver os casos omissos ou as dúvidas suscitadas na aplicação desta Resolução, inclusive decidindo em segunda instância sobre as pendências entre o prestador de serviços e os usuários.

Art. 122. A presente Resolução aplica-se, no que couber, à Administração Pública Direta e Indireta e às empresas privadas responsáveis, no todo ou em sua parte, pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Parágrafo Único: Nos casos não tratados, ou tratados em desacordo com a legislação federal e estadual pertinente, nos regulamentos ou normas do prestador de serviço de água e esgoto, prevalecerão as disposições desta resolução.

Art. 123. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Art. 124. Esta Resolução entrará em vigor no dia 21 de dezembro de 2017

Nasser Ibrahim

Presidente da Crefisba

RESOLUÇÃO NORMATIVA CISAM-REG Nº 002/2017

Publicação Nº 1472852

RESOLUÇÃO NORMATIVA CISAM-REG Nº 02/2017

Estabelece condições gerais para os procedimentos de fiscalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, disciplina o processo administrativo punitivo e dá outras providências.

O CISAM-REG através da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico (Crefisba), no uso das suas atribuições previstas nas cláusulas trigésima quarta e trigésima quinta do Contrato de Consórcio Público do CISAM Meio Oeste e nos artigos 10 e 30 da Resolução 06/2013, e com fundamento no artigo 23 da Lei federal nº 11.445/2007, expede a seguinte Resolução Normativa:

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Art. 1º - Esta Resolução Normativa estabelece, na forma que se segue, os procedimentos e as responsabilidades relativas às atividades de fiscalização realizadas pelo CISAM-REG, através da Crefisba, nas instalações do prestador de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e disciplina o processo administrativo punitivo.

CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º - Para os fins desta resolução são adotadas as seguintes definições:

- I - Auto de Infração (AI): documento através do qual se imputa penalidade ao prestador de serviços pelo fato do cometimento de infração à legislação ou às normas do setor de saneamento básico;
- II - Determinação: medida obrigatória a ser adotada pelo prestador de serviços, quando for necessário ajuste em sua conduta ou na prestação dos serviços, resultante de não-conformidade;
- III - Equipe de fiscalização: equipe composta por agentes públicos e pela equipe técnica de apoio da Crefisba;
- IV - Fiscalização programada: atividade de fiscalização realizada com base em cronograma previamente estabelecido pela Crefisba;
- V - Fiscalização eventual: atividade de fiscalização realizada, em função de situações emergenciais que possam comprometer a adequada prestação dos serviços, ou quando requeridas por órgão ou entidade de fiscalização;
- VI - Não-conformidades: procedimentos adotados pelo prestador de serviços que não estão de acordo com a legislação ou com as normas do setor de saneamento básico;
- VII - Recomendação: medida opcional a ser adotada pelo prestador de serviços, quando for aconselhável ajuste em sua conduta ou na prestação dos serviços, que não resulte de não-conformidade;
- VIII - Relatório de Fiscalização: documento que apresenta o resultado final da fiscalização, programada ou eventual, realizada pela Crefisba;
- IX - Termo de Notificação (TN): documento através do qual se dá conhecimento ao prestador de serviços sobre não-conformidades na prestação dos serviços, para, querendo, se manifestar acerca dele;
- X - Termo de Solicitação de Documentos (TSD): documento através do qual se solicita do prestador a disponibilização, no início da vistoria técnica de fiscalização, dos documentos nele listados.

CAPÍTULO III - DA AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 3º - A Ação de Fiscalização tem por objetivos:

- I - verificar as condições, os instrumentos, as instalações e os procedimentos utilizados pelos prestadores de serviços regulados de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário;
- II - zelar para que a prestação do serviço se faça de forma adequada;
- III - verificar as condições da prestação dos serviços dos sistemas fiscalizados, no que se refere ao atendimento aos usuários; e
- IV - identificar os pontos de não-conformidade com as exigências da legislação aplicável.

Parágrafo único. Cabe ao Presidente da Crefisba, ou ao profissional integrante da Crefisba designado pelo Presidente para este fim, a responsabilidade pela Ação de Fiscalização, incumbindo-lhe a condução dos procedimentos administrativos, as comunicações e notificações relativas à fiscalização.

Art. 4º - A Ação de Fiscalização compreende as seguintes etapas:

- I - Comunicação ao prestador de serviços, preferencialmente por meio eletrônico, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, podendo ser seguida de reunião prévia;
- II - Solicitação prévia de documentos, de acordo com as normas legais, regulamentares e pactuadas, realizada juntamente com a comunicação, por meio de Termo de Solicitação de Documentos (TSD);
- III - Vistorias técnicas, caracterizadas por inspeções das unidades e sistemas do prestador de serviços, objeto da Ação de Fiscalização, realizadas pela equipe de fiscalização da Crefisba, seguindo cronograma pré-agendado, para verificação das condições físicas e operacionais e de atendimento dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;
- IV - Registro fotográfico de não-conformidades, que integrará o Relatório de Fiscalização;
- V - Medições e ensaios, para verificação dos resultados obtidos pelo prestador de serviços, quando necessário;
- VI - Solicitação de informações adicionais para complementar a fiscalização, quando necessário;
- VII - Elaboração do Relatório de Fiscalização, contendo todas as análises de dados, informações e evidências apuradas durante a atividade de fiscalização.

§ 1º O prestador de serviços deverá designar entre seus quadros um representante responsável pelo recebimento de comunicações e envio de informações à Crefisba relativas à Ação de Fiscalização, devendo manter atualizados os dados de contato, incluindo o nome do preposto do prestador de serviços, seu cargo, telefone, endereço eletrônico e outros meios disponíveis para contato, responsabilizando-se por mantê-lo permanentemente acessível.

§ 2º Quando constatada irregularidade na prestação dos serviços que comprometa a saúde pública ou a segurança e manutenção do sistema de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, fica dispensada a comunicação prévia a que se refere o inciso I deste artigo, devendo o responsável pela atividade de fiscalização providenciar a imediata notificação ao prestador de serviços fiscalizado.

§ 3º A Lista de Verificação para Fiscalização dos Sistemas de Abastecimento de Água e a Lista de Verificação para Fiscalização dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (Anexos I e II da Resolução CISAM-REG nº 01/2017), bem como a Lista de Verificação dos Impositivos Legais (Anexo III da presente Resolução Normativa), serão ferramentas utilizadas na Ação de Fiscalização.

Art. 5º - Na comunicação da Ação de Fiscalização ao prestador de serviços constará:

- I - Identificação e endereço do CISAM-REG;
- II - Data do início da Ação de Fiscalização e data prevista para início e término de inspeções nas instalações do prestador de serviços fiscalizado;

III - Local e discriminação da Ação de Fiscalização;

IV - Identificação do responsável pela Ação de Fiscalização, com cargo, telefone e endereço eletrônico para contato;

V - Local e data da emissão da comunicação.

Parágrafo único. A Crefisba poderá, a seu critério, solicitar reunião prévia com o prestador de serviços para explicitar os objetivos e métodos, bem como solicitar informações eventualmente necessárias à Ação de Fiscalização.

Art. 6º - O prazo relativo ao envio de informações complementares, por parte do prestador, será de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da solicitação.

Parágrafo único. Caso o fiscal considere insatisfatórias ou insuficientes as informações recebidas, poderá reiterar o pedido ou solicitar complementações, o que deverá ser atendido no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 7º - A Ação de Fiscalização será consubstanciada em Relatório de Fiscalização, do qual se emitirá Termo de Notificação, quando constatadas não-conformidades em relação às normas legais, regulamentares e pactuadas.

Parágrafo único. O Relatório de Fiscalização deverá conter:

I - Identificação do CISAM-REG e respectivo endereço;

II - Identificação do prestador de serviços e respectivo endereço;

III - Definição do objetivo da Ação de Fiscalização;

IV - Período de realização da Ação de Fiscalização, ou das inspeções nas instalações do prestador de serviços se houver;

V - Descrição dos fatos apurados;

VI - Relação das não-conformidades, com indicação das normas incidentes;

VII - Relação das recomendações, quando for o caso;

VIII - Identificação do responsável pela Ação de Fiscalização, com seu cargo, função e assinatura;

IX - Local e data do relatório;

X - Ciência do recebimento pelo prestador de serviços.

Art. 8º - O Termo de Notificação deverá ser emitido em duas vias, conforme modelo no Anexo I, contendo:

I - Identificação do CISAM-REG e respectivo endereço;

II - Nome e endereço do prestador de serviços;

III - Descrição dos fatos apurados;

IV - Relação das não-conformidades a serem corrigidas pelo prestador de serviços;

V - Relação das determinações e recomendações, quando for o caso;

VI - Prazos para atendimento das determinações e recomendações e correção das não-conformidades;

VII - Identificação do representante da Crefisba, com seu cargo, função e assinatura.

Parágrafo único. Uma via do Termo de Notificação será entregue, ou enviada mediante registro postal com Aviso de Recebimento - AR, ou por outro meio que comprove o respectivo recebimento, ao representante designado pelo prestador de serviços, para conhecimento e manifestação, se for o caso, sempre acompanhada do respectivo Relatório de Fiscalização.

Art. 9º - O prestador de serviços terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento do Termo de Notificação, para manifestar-se sobre seu objeto, inclusive juntando a documentação que julgar conveniente.

§ 1º Decorrido este prazo, uma cópia do Termo de Notificação, acompanhada do Relatório de Fiscalização e de eventual manifestação do prestador de serviços, será encaminhada para análise do Presidente da Crefisba.

§ 2º Quando da análise da manifestação do prestador de serviços, o presidente da CREFISBA poderá solicitar outras informações julgadas necessárias ao melhor esclarecimento dos fatos relatados.

§ 3º O Presidente da Crefisba poderá, excepcionalmente, conceder prorrogação do prazo, desde que solicitada tempestivamente e devidamente justificada pela notificada.

Art. 10 - O Termo de Notificação será arquivado quando consideradas procedentes as alegações do prestador de serviços ou quando atendidas as determinações e regularizadas as não-conformidades, nos prazos estabelecidos no próprio Termo de Notificação, submetendo esta decisão ao exame necessário do Presidente da Crefisba.

Parágrafo único. Caso o Presidente da Crefisba constate que não foram atendidas as determinações e não foram regularizadas as não-conformidades, decidirá pela lavratura do Auto de Infração.

CAPÍTULO IV - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO

Art. 11 - A decisão acerca da instauração do Processo Administrativo Punitivo, referente aos fatos constatados durante a Ação de Fiscalização, será proferida pelo Presidente da Crefisba e comunicada ao prestador de serviços.

Parágrafo único. Proceder-se-á a abertura do Processo Administrativo Punitivo mediante lavratura do Auto de Infração, nos seguintes casos:

I - Comprovação da não-conformidade;

II - Ausência de manifestação tempestiva da interessada;

III - Insuficiência das alegações apresentadas; ou

IV - Desatendimento das determinações e/ou não regularização das não-conformidades, nos prazos estabelecidos pela Crefisba.

Art. 12 - O Auto de Infração, emitido pelo Presidente, conforme modelo no Anexo II, será lavrado em 2 (duas) vias e instruído com o Termo de Notificação e a respectiva manifestação da notificada, se houver.

§ 1º O Auto de Infração conterá:

I - O local e a data da lavratura;

II - O nome, o endereço e a qualificação da autuada;

III - A descrição dos fatos ou dos atos constitutivos das infrações;

IV - A indicação dos dispositivos legais, regulamentares ou contratuais infringidos e as respectivas penalidades;

V - A indicação do prazo de 10 (dez) dias úteis para recolhimento da multa ou, se for o caso, apresentação de recurso;

VI - As instruções para o recolhimento da multa;

VII - A identificação do Presidente autuante e a possibilidade de interposição de recurso à Crefisba.

§ 2º Uma via do Auto de Infração será remetida ou entregue, para efeito de notificação, ao representante legal do prestador de serviços ou ao seu procurador habilitado, mediante registro postal com Aviso de Recebimento - AR ou outro documento que comprove o respectivo recebimento.

§ 3º A Decisão pela lavratura do Auto de Infração será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

§ 4º A interposição de recurso suspende o prazo para o pagamento da multa até ulterior decisão da Crefisba.

Art. 13 - O recurso será dirigido ao Presidente da Crefisba, que o analisará juntamente com a Crefisba, a qual poderá, no prazo de 30 dias, ratificar, reformar ou anular, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

§ 1º O prazo de que trata o caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa expressa.

§ 2º Será designado como relator, pelo Presidente, um dos membros da Crefisba, para elaboração de relatório e voto.

§ 3º Da decisão não caberá qualquer recurso administrativo.

§ 4º A autuada deverá ser cientificada oficialmente da decisão, através de seu representante legal ou de seu procurador habilitado.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 - As decisões da Crefisba deverão ser fundamentadas e publicadas no órgão de publicidade oficial.

Art. 15 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e encerrando-se em dia útil da semana.

Art. 16 - A presente Resolução aplica-se, no que couber, aos prestadores de serviços vinculados à Administração Direta e Indireta e às empresas privadas responsáveis, no todo ou em parte, pela prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cuja regulação tenha sido delegada ao CISAM-REG.

Art. 17 - As dúvidas suscitadas na aplicação desta Resolução serão resolvidas pela Crefisba.

Art. 18 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 21 de dezembro de 2017.

Nasser Ibrahim Presidente da CREFISBA	Nilvo Dorini Presidente do CISAM e Membro da CREFISBA
Aluir Flemming Diretor Técnico Operacional do CISAM e Membro da CREFISBA	Sidnei Penzo Diretor Admin. e Financeiro do CISAM e Membro da CREFISBA
Bruno Cesar Schmitt Membro da CREFISBA	Leomar Eggers Membro da CREFISBA

ANEXO I

TERMO DE NOTIFICAÇÃO nº __/____

Identificação do Prestador

Nome/Razão Social:

CNPJ:

Endereço: Bairro:

Cidade: Complemento:

Unidades inspecionadas

SAA - Manancial/Poço/Captação Adutoras Elevatórias Laboratório

ETA/Casa de Química Redes Reservatórios _____

SES - Redes Elevatórias ETE Lançamento _____

Data da fiscalização

__/__/____ Obs:

Laudo de Verificação

Item	Fatos Apurados e Não-Conformidades Constatadas	Referência Legal	Determinações e Recomendações	Prazo para Regularização

Identificação dos fiscais:

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Ato de Designação para Fiscalização: __/____

Data: __/__/____

A Notificada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento deste Termo de Notificação, para manifestar-se sobre o objeto do mesmo, inclusive juntando comprovantes que julgar conveniente.

Capinzal, __ de _____ de 2017.

ANEXO II

AUTO DE INFRAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE REGULADORA

2. AGENTE AUTUADO

Nome:

Endereço:

Qualificação:

3. DESCRIÇÃO DOS FATOS APURADOS OU ATOS CONSTITUTIVOS DA INFRAÇÃO

4. DISPOSITIVOS LEGAIS, REGULAMENTARES OU CONTRATUAIS INFRINGIDOS E RESPECTIVAS PENALIDADES

5. PRAZO PARA RECOLHIMENTO DA MULTA OU INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

6. REPRESENTANTE DA ENTIDADE FISCALIZADORA

Capinzal, __ de ____ de 2017.

ANEXO III

(Modelo; pode incluir outros tópicos)

LISTA DE VERIFICAÇÃO QUANTO AO ATENDIMENTO DOS IMPOSITIVOS LEGAIS PERTINENTES AO SISTEMA PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Município: _____ e-mail de contato: _____

Localidade: _____

ITEM VERIFICADO - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	A/C	A/D	N/A	A/E	OBSERVAÇÕES, RECOMENDAÇÕES:
1 - Possui Plano de Amostragem para todos os sistemas, elaborados conforme Art. 41 da Portaria nº 2914/2011?					
2 - Possui documento de análise e aprovação dos Planos de amostragem, expedido pela autoridade municipal de saúde pública? (Art. 41 da Portaria 2914/2011)					
3 - O Responsável envia informações mensais na conta de água, em cumprimento às alíneas a, b, c e d do inciso I do Art. 5º do Anexo ao Decreto 5.440/2005?					
4 - Foi elaborado e encaminhado aos usuários, o relatório anual exigido pelo Art. 3º, inciso III do Decreto 5.440/2005, bem como pelo item II de seu anexo?					
5 - O município ou prestador possui responsável Técnico pelo Sistema de abastecimento de água?					Informar nome e número de registro do profissional no CRQ.
6 - Existem políticas estabelecidas e PMSB aprovado? Informar número da lei que estabelece as políticas e aprova o PMSB. (Art. 9º, inciso 1º da Lei Federal 11.445/2007)					
7 - Existe algum Conselho no Município, com atribuições para deliberar sobre ações de Saneamento Básico? (Art. 1º; Art. 34, § 6º)					
8 - Existem Normas Regulamentares para a Prestação dos Serviços de Água e Esgoto? (Art. 43, da lei 11.445/2007)					Anexar o Regulamento e o dispositivo legal que o instituiu.
9 - Existe Estrutura tarifária legalmente instituída e atualizada, conforme Art. 30, 31 e 37 da lei 11.445/2007?					Anexar última, aprovada.
10 - Qual é o órgão regulador do saneamento Básico do Município? Informar lei de delegação. (Art. 23, § 1º, da Lei 11.445/2007)					
11 - Existe Manual do usuário, devidamente aprovado pelo órgão regulador e instituído pelo município ou prestador? (Art. 27, inciso III da Lei 11.445/2007)					

Legenda: A/C: Atendido Conforme; A/D: Atendido Desconforme; N/A: Não Atendido; A/E: Apresentou Evidências comprobatórias.

Prestador do Serviço de água: _____

Data da Verificação: ____/____/____

Assinaturas:

Pelo CISAM: _____

Nome do Verificador: _____

Pelo Município/Prestador: _____

Nome do(s) Responsável(eis) pelas informações: _____

RESOLUÇÃO NORMATIVA CISAM-REG Nº 003/2017

Publicação Nº 1472859

RESOLUÇÃO NORMATIVA CISAM-REG Nº 03/2017

Estabelece critérios para a aplicação de penalidades e para a formalização do compromisso de ajustamento de conduta e dá outras providências.

O CISAM-REG, através da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico (Crefisba), no uso das suas atribuições previstas nas cláusulas trigésima quarta e trigésima quinta do Contrato de Consórcio Público do CISAM Meio Oeste e nos artigos 10 e 30 da Resolução nº 06/2013, e com fundamento no artigo 23 da Lei federal nº 11.445/2007, expede a seguinte Resolução Normativa:

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO

Art. 1º. Esta Resolução Normativa estabelece, na forma que se segue, os procedimentos e as responsabilidades relativas à aplicação de penalidades, pelo cometimento de infrações por parte do prestador, no exercício da prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e para o Compromisso De Ajustamento de Conduta.

CAPÍTULO II - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 2º. As penalidades previstas nesta Resolução serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções administrativas específicas, definidas nos contratos de programa, concessões e parcerias público-privadas, bem como na legislação vigente, incluindo as normas e regulamentos editados ou homologados pelo titular do serviço e pelo CISAM-REG, desde que não impliquem em mais de uma sanção para a mesma infração.

§ 1º No caso de divergência quanto à definição e valoração das infrações ou quanto à correlação das penalidades, prevalecerá o que constar na legislação específica ou nos contratos celebrados.

§ 2º Caso haja a definição das penalidades em lei ou contrato, em havendo omissão na forma de aplicação e gradação das mesmas, aplicam-se os preceitos desta Resolução no que for compatível com aquelas normas legais e contratuais.

Art. 3º. As infrações às disposições contidas nesta Resolução, bem como aos preceitos estabelecidos em lei, nos contratos e nas normas técnicas sujeitarão o infrator, conforme a sua natureza, às penalidades de:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Embargo de obra ou serviço;
- IV - Interdição de instalações.

Art. 4º. Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar pela qual tenha sido punida anteriormente a prestadora de serviços, dentro do prazo de 2 (dois) anos entre a nova notificação e a penalidade anteriormente imposta.

Parágrafo único. Para efeito do cômputo do prazo de reincidência, considera-se a data da nova notificação como a data de recebimento do Auto de Notificação e a data de penalidade como a data da comunicação da pena imposta, após exaurida a fase de recurso administrativo.

Art. 5º. Na fixação das penalidades serão consideradas a abrangência e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para o serviço e para os usuários, a vantagem auferida pelo prestador de serviços e a existência de sanção anterior nos últimos 2 (dois) anos.

Art. 6º. A pena de advertência somente poderá ser imposta pelo CISAM-REG quando não caracterizada a reincidência do prestador de serviços.

§ 1º Caracterizada a reincidência, deverá ser aplicada pena de multa pelo CISAM-REG.

§ 2º Para fins de definição dos valores das multas, entende-se por valor da receita líquida anual somente as receitas oriundas com a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, regulados e fiscalizados.

§ 3º Existindo concessões administrativas ou parcerias público-privadas, a multa incidirá sobre a receita do parceiro público, subtraída a receita destinada à parceira privada.

§ 4º Os valores das multas aplicadas pelo CISAM-REG serão revertidos em favor do Fundo do CISAM-REG que os utilizará para a execução de atividades ligadas à recuperação e universalização dos serviços de saneamento dos entes consorciados, de acordo com critérios a serem definidos em Resolução específica, após aprovação em Assembleia Geral.

Art. 7º. O CISAM-REG classifica as infrações em 3 (três) grupos:

- I - Grupo 1 - infração leve;
- II - Grupo 2 - infração média;
- III - Grupo 3 - infração grave.

Art. 8º. É infração do Grupo 1, de natureza leve, sujeita à penalidade de advertência ou, no caso de reincidência, de multa, o descumprimento das disposições previstas nas Resoluções do CISAM-REG e legislações vigentes:

I – Não manter à disposição dos usuários, em locais acessíveis e/ou visíveis, no escritório de atendimento ao usuário:

- a) um canal para manifestação de reclamações, sugestões, elogios, etc.;
- b) as normas e padrões do prestador de serviços;
- c) a tabela com as tarifas vigentes;
- d) a tabela com os serviços cobráveis e os prazos para a sua execução;
- e) o telefone do prestador de serviços e da Ouvidoria do órgão regulador;

II - Não manter organizado e atualizado o cadastro relativo a cada unidade usuária, com informações que permitam a identificação do usuário, sua localização, os valores faturados e o histórico de consumo dos últimos 5 (cinco) anos, bem como quaisquer outros dados exigidos por lei, contrato de programa ou concessão, ou regulamento dos serviços;

III - Não manter atualizado junto o CISAM-REG e ao titular dos serviços o(s) nome(s) do(s) representante(s) legal(is) e o endereço completo, inclusive as respectivas formas de comunicação que possibilitem fácil acesso ao prestador de serviços;

IV - Não manter registro atualizado do funcionamento das instalações e das ocorrências nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, conforme critérios definidos na legislação aplicável;

V - Não atender às solicitações de serviços nos prazos e condições estabelecidas na legislação e/ou no contrato de programa ou concessão, incluindo-se nestes prazos os negociados entre o prestador de serviços e o usuário;

VI - Não cumprir as normas relacionadas ao aviso prévio para a suspensão ou interrupção programada do fornecimento de água;

VII - Não entregar a fatura ao usuário, na forma e nos prazos estabelecidos na legislação aplicável;

VIII – Não fazer constar na fatura todas as informações exigidas na legislação aplicável;

IX - Não dispor de pessoal técnico, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado e devidamente capacitado, para a operação e manutenção das instalações de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, comprovado através de documento hábil;

X - Não prestar serviços de atendimento comercial através de pessoal com a devida identificação e o devido treinamento e capacitação, comprovado através de documento hábil;

XI - Não utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições adequadas e quantidade suficiente, de forma a garantir a prestação de serviços adequados ao usuário;

XII - Não manter as instalações do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em bom estado de limpeza e organização;

XIII - Não executar as obras de reparação do pavimento das vias públicas e dos passeios, reinstalar o mobiliário urbano e a sinalização viária horizontal e vertical, quando de sua responsabilidade, conforme as diretrizes, especificações técnicas e prazos estabelecidos nas normas municipais ou nos regulamentos;

XIV - Não prestar informações quando solicitadas pelos usuários ou conforme determinado pela legislação aplicável, regulamento ou contrato de programa ou concessão;

Art. 9º. É infração do Grupo 2, de natureza média, sujeita à penalidade de advertência ou, no caso de reincidência, de multa, o descumprimento das disposições previstas nas Resoluções do CISAM-REG e legislações vigentes:

I - Não comunicar previamente ao usuário do corte do abastecimento de água e/ou da coleta de esgoto dentro dos prazos pré-estabelecidos,

com exposição de motivos;

II - Não comunicar previamente ao CISAM-REG a suspensão e/ou a interrupção do abastecimento de água e/ou da coleta de esgoto, ao usuário que preste serviço público ou essencial à população, quando superior a 6 (seis) horas;

III - Não comunicar imediatamente ao CISAM-REG e aos órgãos competentes situações de emergências que possam resultar na interrupção de prestação dos serviços ou causem transtornos à população;

IV - Não disponibilizar ao usuário estrutura adequada, que lhes possibilite fácil acesso à empresa para o atendimento das suas solicitações e reclamações;

V - Não responder às reclamações do usuário, na forma e nos prazos estabelecidos;

VI - Não efetuar a suspensão e a religação do abastecimento de água nas economias, de acordo com os casos e prazos definidos na legislação aplicável;

VII - Suspender a prestação dos serviços enquanto a reclamação do usuário, comunicada ao prestador de serviços, estiver sendo objeto de análise por parte do CISAM-REG, salvo por razões diversas do objeto da reclamação pendente;

VIII - Não encaminhar ao CISAM-REG as informações necessárias à elaboração dos indicadores utilizados para a apuração da qualidade dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e econômico financeiros na forma e nos prazos estabelecidos nos dispositivos legais aplicáveis;

IX - Não cumprir obrigações da legislação aplicável ou contratual de manter registro atualizado das reclamações e solicitações dos usuários, com anotação da data, horário e motivo, bem como informando-lhe, no prazo estabelecido, as providências adotadas;

X - Não fornecer protocolo numerado do atendimento ao usuário contendo a data e o motivo da reclamação e/ou da solicitação, o nome do atendente e o nome do usuário;

XI - Não efetuar nas instalações do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos prazos estabelecidos, reparos, melhoramentos, substituições e modificações, consideradas de caráter urgente;

XII - Não realizar a medição do consumo de água tratada, a estimativa do volume de esgoto coletado e o faturamento em conformidade com as disposições legais aplicáveis;

XIII - Não comunicar, imediatamente, aos órgãos competentes, a descoberta de materiais ou objetos estranhos às obras, que possam ser de interesse geológico ou arqueológico;

XIV - Não cumprir as normas técnicas e os procedimentos estabelecidos para a implantação ou operação das instalações dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

XV - Não instalar equipamentos de medição de água nas unidades usuárias, salvo nos casos específicos previstos em lei, regulamento ou contrato de programa ou concessão;

XVI - Não apurar e registrar, separadamente, os investimentos, as receitas, as despesas e os custos de todas as etapas dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

XVII - Não operar os sistemas de abastecimento de água com a instalação de macromedição adequada;

XVIII - Não manter a pressão nas redes de distribuição de água potável dentro dos limites e condições estabelecidas nas normas vigentes;

XIX - Não realizar, mantendo o devido registro, a limpeza periódica dos reservatórios de acumulação e distribuição, de acordo com a legislação aplicável;

XX - Não obter no prazo adequado, junto às autoridades competentes, as licenças, inclusive as ambientais, necessárias à execução de obras ou de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;

Art. 10. É infração do Grupo 3, de natureza grave, sujeita à penalidade de advertência ou, no caso de reincidência, de multa, o descumprimento das disposições previstas nas Resoluções do CISAM-REG e legislações vigentes:

I - Não restituir ao usuário os valores recebidos indevidamente, nos prazos estabelecidos na legislação aplicável, regulamento do prestador ou no contrato de programa ou concessão;

II - Não ressarcir os danos causados ao usuário em função do serviço prestado, após avaliação;

III - Não cumprir as normas de gestão dos mananciais de abastecimento e das respectivas áreas de proteção, dentro de sua área de competência;

IV - Não dispor adequadamente a água e os resíduos resultantes da limpeza das unidades da Estação de Tratamento de Água (ETA) e dos

reservatórios;

V - Não remeter ao CISAM-REG, na forma e nos prazos estabelecidos, as informações e os documentos solicitados, inclusive quanto aos procedimentos de Ouvidoria e aos de reajuste e revisão tarifários;

VI - Não encaminhar ao CISAM-REG, na forma e nos prazos estabelecidos, informações contábeis, econômicas e financeiras definidas nas disposições legais, regulamentares e contratuais;

VII - Não implementar, na forma e nos prazos previstos, as metas definidas e aprovadas nos Planos de Saneamento editados pelo titular dos serviços e nos contratos de programa ou concessão;

VIII - Não realizar a contabilidade regulatória sempre em conformidade com as normas, procedimentos e instruções aplicáveis ao setor de saneamento básico;

IX - Não manter registro, controle e inventário físico dos bens e instalações relacionados à atividade desenvolvida e zelar pela sua integridade, inclusive aqueles de propriedade do titular dos serviços, em regime especial de uso;

X - Não facilitar à fiscalização do CISAM-REG o acesso às instalações, bem como a documentos e quaisquer outras fontes de informação pertinentes ao objeto da fiscalização;

XI - Não atender aos requisitos de qualidade dos efluentes das Estações de Tratamento de Esgoto, conforme os padrões estabelecidos na legislação vigente e Licença Ambiental;

XII - Não conservar documentação de interesse do CISAM-REG pelo tempo previsto nas normas regulamentares;

XIII - Não efetuar o pagamento no respectivo vencimento, de qualquer das obrigações relativas às parcelas mensais do repasse de regulação ao CISAM-REG, após notificação;

XIV - Não elaborar planos de emergência e contingência conforme as disposições legais, regulamentares e contratuais;

XV - Não realizar auditoria e certificação de investimentos sempre em conformidade com as normas, procedimentos e instruções aplicáveis ao setor de saneamento básico.

Art. 11. Quando o prestador de serviços cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, tipificadas no mesmo grupo ou em grupos distintos, serão aplicadas, simultânea e cumulativamente, as respectivas penalidades.

Art. 12. Na fixação dos valores das multas serão consideradas a gravidade da infração e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 13. A pena de multa será aferida em duas etapas:

I - Primeiramente, proceder-se-á à fixação da pena-base;

II - Posteriormente, sobre ela serão aplicadas as circunstâncias agravantes e atenuantes, de modo a determinar o valor final da sanção pecuniária.

Art. 14. A pena-base, ou multa pecuniária, será calculada aplicando-se a alíquota correspondente à gravidade da infração, sendo:

I - 0,03% (três centésimos por cento) da receita corrente anual do exercício anterior, subtraída a receita patrimonial do prestador do serviço, se a infração for de natureza leve, correspondente ao Grupo 1;

II - 0,07% (sete centésimos por cento) da receita corrente anual do exercício anterior, subtraída a receita patrimonial do prestador do serviço, se a infração for de natureza média, correspondente ao Grupo 2;

III - 0,1% (um décimo por cento) da receita corrente anual do exercício anterior, subtraída a receita patrimonial do prestador do serviço, se a infração for de natureza grave, correspondente ao Grupo 3.

§ 1º Ao final do prazo estabelecido para resolução do fato gerador, será aplicado multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) aos valores devidos pelos prestadores de serviço em razão da multa, para todos os grupos de penalidades.

§ 2º A fim de garantir a efetividade na aplicação da sanção pecuniária, fica estabelecido como valor mínimo da multa, a importância de R\$ 100,00 (cem reais) para qualquer tipo ou natureza da infração, com correção anual pelo INPC-IBGE.

Art. 15. A ocorrência de cada uma das circunstâncias agravantes implica em aumento de 1/3 (um terço) sobre a pena-base aferida.

Parágrafo único. Consideram-se circunstâncias agravantes:

I - Ser o prestador de serviços reincidente, exceto se a punição anterior aplicada tenha sido de advertência;

II - A infração ensejar riscos à saúde ou ao meio ambiente;

III - ter o prestador de serviços agido com dolo.

Art. 16. A ocorrência de cada uma das circunstâncias atenuantes implica em redução de 1/3 (um terço) sobre a pena-base aferida.

Parágrafo único. Consideram-se circunstâncias atenuantes:

- I - ter o prestador de serviços adotado providências para evitar, minimizar ou reparar os efeitos danosos da infração;
- II - ter o prestador de serviços comunicado ao CISAM-REG, voluntariamente, a ocorrência da infração.

Art. 17. A omissão no recolhimento da multa no prazo estipulado pelo CISAM-REG acarretará a inscrição do valor correspondente em Dívida Ativa, com aplicação de juros, multa e atualização monetária, nos termos da legislação aplicável e cobrança através de Cartório de Protesto de Títulos ou da via judicial.

Art. 18. Toda multa deverá ser efetivamente paga em estabelecimento bancário, em conformidade com as condições estabelecidas no Auto de Infração, não sendo admitidas compensações, nem tampouco sua contabilização como custos para efeito de cálculo tarifário.

Parágrafo único. Os valores relativos às multas aplicadas pelo CISAM-REG serão recolhidos através de boleto ou de depósito bancário, nos moldes já utilizados para o recolhimento dos valores referentes à Taxa de Regulação e Fiscalização.

CAPÍTULO III - DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Art. 19. Poderá o CISAM-REG, a seu critério, alternativamente à imposição imediata de penalidade ou como medida preventiva de irregularidade ou dano futuro, por iniciativa própria ou do prestador, tomar do prestador compromisso de ajustamento de conduta às disposições legais, regulamentares ou contratuais aplicáveis.

§ 1º O Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) será submetido à aprovação da Crefisba, após manifestação da assessoria jurídica.

§ 2º O CAC explicitará as obrigações do prestador, particularizando as etapas de execução e os respectivos prazos.

§ 3º As metas e compromissos, objeto do termo referido neste artigo deverão, no seu conjunto, ser compatíveis com as obrigações previstas em lei, nos regulamentos e nos contratos que regem a prestação de serviços de saneamento básico.

§ 4º Do compromisso de ajustamento de conduta constará, necessariamente, o estabelecimento de multa pelo seu descumprimento.

§ 5º A multa a que se refere o parágrafo anterior poderá ser imposta antes do prazo final estabelecido no CAC na hipótese de descumprimento de etapas e prazos parciais de execução das obrigações assumidas.

§ 6º Constatado o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo prestador no CAC, o CISAM-REG emitirá declaração atestando a quitação.

§ 7º Caso o CAC seja celebrado alternativamente à imposição imediata de penalidade, o valor da multa a que se refere o parágrafo 4º será correspondente ao montante da penalidade que seria aplicada, acrescida de até 40% (quarenta por cento), a depender do grau de desvio em relação às obrigações assumidas pelo prestador.

§ 8º O CAC poderá ser revisto quando situações supervenientes imprevisíveis, de ordem extraordinária e extracontratual, acarretarem desequilíbrio financeiro que impeça a execução das obrigações originalmente assumidas pelo prestador.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. Em situações de serviços concedidos, o CISAM-REG poderá recomendar ao titular dos serviços a intervenção administrativa prevista na Lei federal nº 8.987/1995, nos casos de:

- I - Prestação de serviços em desacordo com as condições estabelecidas nos regulamentos, contratos de programa ou concessão e demais normas técnicas do setor;
- II - Desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de gestão que coloque em risco a continuidade dos serviços;
- III - Verificação de reiteradas infrações a preceitos fixados em lei, contrato ou norma técnica, não regularizadas após determinação do CISAM-REG;
- IV - Pedido de recuperação judicial.

Art. 21. Em situações de serviços concedidos, o CISAM-REG poderá recomendar ao titular dos serviços a declaração de caducidade da delegação ou a rescisão contratual, nos termos da Lei federal nº 8.987/1995, quando o prestador de serviços:

- I - prestar os serviços de forma inadequada ou ineficiente, tendo por base as normas, os critérios, os indicadores e os parâmetros definidores da qualidade do serviço;
- II - paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- III - perder a condição econômica, técnica ou operacional para manter a adequada prestação do serviço outorgado em contrato de programa ou concessão;
- IV - não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
- V - não atender às determinações do CISAM-REG no sentido de regularizar a prestação do serviço;
- VI - for condenado em sentença judicial transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

Art. 22. A presente Resolução aplica-se, no que couber e observadas as disposições definidas em contratos de programa, concessões e parcerias público-privadas, aos prestadores de serviços vinculados à Administração Direta e Indireta e às empresas privadas responsáveis, no todo ou em parte, pela prestação de qualquer um dos serviços públicos de saneamento, nos municípios consorciados.

Art. 23. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e encerrando-se em dia útil da semana.

Art. 24. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 21 de dezembro de 2017.

Nasser Ibrahim Presidente da CREFISBA	Nilvo Dorini Presidente do CISAM e Membro da CREFISBA
Aluir Flemming Diretor Técnico Operacional do CISAM e Membro da CREFISBA	Sidnei Penzo Diretor Admin. e Financeiro do CISAM e Membro da CREFISBA
Bruno Cesar Schmitt Membro da CREFISBA	Leomar Eggers Membro da CREFISBA

CONSÓRCIO CISAMA

ATA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - JULHO 2017

Publicação Nº 1473552

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA - LAGES - 27 DE JULHO DE 2017.

Aos vinte e sete dias do mês de julho de dois mil e dezessete, com início às quatorze horas e trinta minutos, na sede da Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES, sito à Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 - Centro - Lages, realizou-se a presente assembleia geral ordinária de prefeitos dos municípios consorciados, conforme lista de assinaturas, com a seguinte pauta: 1) Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Situação dos Programas implementados pelo CISAMA; 3) Situação dos Projetos em contratação; 4) Orçamento anual do CISAMA para 2018 e diretrizes para elaboração da Resolução Orçamentária; 5) Assuntos Gerais. Após a constatação de quórum legal, o Presidente do CISAMA, Tito Pereira Freitas deu abertura à assembleia, saudou os colegas prefeitos, vice-prefeitos, equipe de assessoria da AMURES e do CISAMA e, destacou o objetivo do consórcio no desenvolvimento de projetos de interesse comum dos Municípios fazendo uma metáfora: “estamos todos no mesmo barco e precisamos remar na mesma direção”. Falou que na data de ontem esteve na FUNASA, juntamente com o Diretor Executivo, tratando dos convênios de esgotamento sanitário para os Municípios. Colocou a ata da reunião anterior em apreciação e sem sugestão de alterações a ata foi aprovada por unanimidade dos presentes. O Presidente da AMURES, Prefeito Luiz Carlos Xavier reforçou o convite do Prefeito Antonio Ceron para abertura dos Jogos Abertos de SC a ser realizada hoje a partir das 19:30 horas no Clube Caça e Tiro. Ato contínuo passou a palavra ao Diretor do CISAMA, Selênio Sartori, que fez um breve relato da situação dos programas e projetos desenvolvidos em parceria com os Municípios. Destacou a presença dos coordenadores: Lauro Francisco Santos Filho (Direitos Humanos e Assistência Social); Andressa Steffen Barbosa (Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária); Carlos Moreira (Educação Municipal); Neide Rodrigues e Pedro Jovane (Administração e Contabilidade) e justificou a ausência da coordenadora do Programa de Saneamento, Katynara Goedert que está em férias. Aproveitou para explicar que o regime de férias do CISAMA consiste em 18 dias de férias coletivas no mês de janeiro e 12 dias durante o ano. Assim, os programas e o apoio aos Municípios ficam menos desassistidos. Relatou as principais ações de cada programa e explicou que o Relatório Anual de Atividades será apresentado na Assembleia Geral Ordinária do mês de março, conforme estabelece o Contrato de Consórcio Público (Estatuto). Entretanto, foi entregue uma planilha resumo com as ações em cada Município, para acompanhamento simplificado por parte dos Prefeitos. Cada Programa/Projeto tem um responsável pelo acompanhamento no Município. Falou do programa “Saúde Fiscal” que deverá iniciar no mês de outubro com a dedicação de um dia por semana do Fiscal de Tributos da Prefeitura de Urupema: Luciano Anzilliero. O Prefeito de Urupema falou da importância do Programa Saúde Fiscal para os Municípios e questionou sobre a possibilidade de atuação do CISAMA na área de iluminação pública, porque a fiscalização está atuando as Prefeituras. Esta nova área de atuação depende da aprovação da terceira alteração contratual do CISAMA por parte de todos os Municípios e pediu o apoio dos Prefeitos para que a lei autorizativa seja encaminhada pelo executivo por aqueles Municípios que ainda não o fizeram. Definiu-se que entraria em contato individualmente com os Municípios para resolver a questão. Para além da questão legal, depende da questão financeira, sendo que haverá saldo de pessoal do Programa Saúde Fiscal no orçamento de 2017 que poderia ser utilizado para este fim. Foi solicitada autorização dos prefeitos para utilização do saldo de pessoal para contratação de serviços para o suporte à questão da iluminação pública solicitada pelo Prefeito Evandro Frigo. Em não havendo impedimento legal, foi aprovado pela assembleia a utilização do saldo para contratação de serviços não previstos na proposta de orçamento para 2018 que será apresentada no próximo item da pauta. Sobre o TAC do Saneamento destacou a oficina realizada na semana anterior para “atualização de metas do PSBM” com assessoria da ARIS. O atendimento às solicitações de ofício por parte do MP aos Municípios referentes ao TAC, bem como aos termos de ajustamento de condutas do programa de regularização de cascalheiras e resíduos sólidos, têm sido feitos com a colaboração do Cisama. Outra ação importante que deverá iniciar no próximo ano é o “diagnóstico dos sistemas individuais de esgotamento sanitários” em parceria com a ARIS, devendo ser realizado em todos os Municípios consorciados à agência de regulação, a começar de forma piloto pelos Municípios de Rio Rufino, Urupema e Pánel. No quarto item da ordem do dia, sobre o orçamento anual do CISAMA para 2018 e diretrizes para elaboração da resolução orçamentária o contador do Cisama Pedro Jovane apresentou a proposta de orçamento para 2018, dividido em três partes: a primeira sobre o que é comum aos entes consorciados na manutenção dos Programas através de contrato de rateio. A segunda referente ao orçamento da gestão compartilhada do Abrigo Institucional para Crianças e Adolescentes com os Municípios de Urubici e Rio Rufino. A terceira referente aos projetos contratados e a contratar pelo CISAMA. Destacou as principais mudanças em relação ao orçamento de 2017 para que os prefeitos discutissem ponto a ponto e definissem pelas alterações e incorporação ou não das propostas ao orçamento. Após alguns esclarecimentos e discussão dos prefeitos, ficou assim deliberado: aprovada a revisão geral anual do

salário dos funcionários com base no Art. 37, inciso X, da CRFB que prevê a obrigação de revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices, no caso o INPC acumulado nos últimos doze meses (junho), sendo votado e aprovado por unanimidade o reajuste salarial de 1,89% com vigência a partir de 01 e janeiro de 2018. Referente as demais despesas de custeio e investimento, foi sugerida uma correção da ordem de 6% a exemplo da prática dos Municípios que se baseiam na previsão da inflação, sendo aprovada por unanimidade a correção. Referente ao Programa de Manutenção do serviço de engenharia para regularização de cascalheiras (Meio Ambiente) no orçamento 2018, que será utilizado mediante nova licitação, dentro dos limites da Lei 8.666/93, no valor de R\$ 84.800,00 (oitenta e quatro mil e oitocentos reais) que foi votado e aprovado por unanimidade dos presentes. Ato contínuo, foi apresentada a proposta orçamentária do CISAMA para 2018, sendo votado e aprovado por unanimidade o Orçamento Geral do CISAMA para 2018 no valor de R\$ 874.933,54 (oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e trinta e três reais e cinquenta e quatro centavos), conforme planilhas apresentadas, provenientes de recursos a serem rateados entre os 18 municípios consorciados, para o FUNSERRA ficou previsto o valor de R\$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais) e como fonte de recursos serão os convênios estaduais, federais e contrapartidas, recursos próprios, contratos de rateio, rendimentos de aplicações, serviços, bem como os recursos previstos no Artigo 43, 14 do Estatuto do CISAMA. Conforme aprovado no orçamento de 2016, permaneceu o critério de rateio entre os municípios, com fator 1 para municípios com até 50.000 habitantes, fator 1,5 para municípios com população entre 50.000 e 100.000 habitantes e fator 2 para municípios com população superior a 100.000 habitantes. Assim, os municípios menores se comprometem a incluir em sua Lei Orçamentária Anual o valor de R\$ 46.049,13 (quarenta e seis mil quarenta e nove reais e treze centavos) e, o Município de Lages, o valor de R\$ 92.098,27 (noventa e dois mil noventa e oito reais e vinte e sete centavos) para suportar as despesas com o CISAMA, a serem repassadas via modalidade de despesa 71 - Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio. Além do valor aprovado, ficou definido que R\$ 96.964,56 (noventa e seis mil novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos) serão provenientes de recursos a serem rateados entre os municípios de Urubici e Rio Rufino para manutenção do Abrigo Institucional na proporção estabelecida pelo TAC (Termo de Ajuste de Conduta). A fonte de recursos vinculados a convênios com a União teve o valor orçado em R\$ 1.444.023,00, Convênio com Estado/Educação no Valor de R\$ 320.000,00, ficando criadas as linhas de projetos, cabendo apenas a suplementação do valor (por excesso ou superávit) após a aprovação e assinatura dos convênios destes, ainda consta no orçamento recursos de aplicação financeira no valor de R\$ 2.000,00, contrato de rateio da central de resíduos no Município de Otacílio Costa, no valor de R\$ 7.500,00 a serem rateados entre os municípios de Otacílio Costa, Palmeira e Bocaina do Sul, ainda o valor de R\$ 16.000,00 como recursos dos serviços de impressão de rótulos. Portanto o Orçamento do CISAMA para o exercício financeiro de 2018 estima a receita e fixa as despesas em R\$ 2.821.921,10 (Dois milhões oitocentos e vinte e um mil novecentos e vinte e um reais e dez centavos). Apresentado o orçamento, o presidente do CISAMA, prefeito Tito Pereira Freitas colocou em votação a previsão orçamentária para 2018, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes. Em assuntos gerais, foi apresentada a solicitação de doação do veículo Astra, ano 2002/2003, Placas MCX 8429 e Renavan 795.612.133, para o Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES. O Diretor do CISAMA explicou que a solicitação feita há época para o Departamento de Mercadorias Apreendidas da Receita Federal do Brasil – Delegacia Regional de Lages, tinha o objetivo de atender aos dois consórcios, sendo que o CISAMA havia encaminhado a solicitação formal em nome de ambos. A doação de direito vem confirmar o que de fato foi a intenção inicial de atender ao Consórcio Intermunicipal de Saúde. O Presidente colocou em discussão, e ato contínuo em aprovação, sendo que o pedido de doação do referido veículo foi aprovado por unanimidade dos presentes. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por todos os presentes conforme lista de presenças. Lages, 27/07/2016.

José Tadeu Martins de Oliveira
Prefeito de Campo Belo do Sul
Brasileiro, casado, RG: 115.484-2
CPF: 106.093.349-72
Rua Major Teodósio Furtado, nº 30
Campo Belo do Sul - SC

Evandro Frigo Pereira
Prefeito de Urupema
Brasileiro, casado, RG: 8/C 3.399.461
CPF: 018.811.849-78
Rua Olavo Pereira Machado, nº 94
Urupema – SC

Antonio Marcos Cavalheiro Flores
Vice-prefeito de Pained
Brasileiro, RG:
CPF: 819.274.879-00
Rua Basílio Pessoa, s/n
Pained - SC

Juliano Polese Branco
Vice prefeito de Lages
Brasileiro, RG: 3040241
CPF: 944.911.519-20
Rua Benjamin Constant, nº 13
Lages – SC

Tito Pereira Freitas
Prefeito de Capão Alto
Brasileiro, casado, RG: 320.534-7
CPF: 148.794.689-91
Rua João Vieira de Oliveira, nº 500
Capão Alto – SC

Luiz Carlos Xavier
Prefeito de Otacílio Costa
Brasileiro, separado, RG: 3.445.802-6
CPF: 023.513.209-80
Av. Vidal Ramos Junior, nº 228
Otacílio Costa – SC

Elvio Antunes de Souza
Vice-prefeito de Urubici
Brasileiro, RG: 3522349
CPF: 386.645.699-91
Praça Francisco P de Souza, nº 53
Urubici/SC

Fernanda de Souza Córdova
Prefeita de Palmeira
Brasileira, casada, RG: 43997732
CPF: 007.142.639-66
Rua Ricardo Beffart, nº 542, Centro
Palmeira – SC

Thiago Costa
Prefeito de Rio Rufino
Brasileiro, casado, RG: 4.140.520
CPF: 049.157.289-19
Rua José Oselame, nº 243, centro
Rio Rufino – SC

Vilmar José Neckel
Prefeito de Bom Retiro
Brasileiro, casado, RG: 1063613
CPF: 422.110.189-04
Av. 24 de Outubro, nº 739
Bom Retiro – SC

Pedro Jovane da Silva
Contador do CISAMA
RG: 3.706.623-4
CPF: 020.332.259-25
Rua: José Oselame, 635
Rio Rufino – SC

Giovani Nunes
Prefeito de São Joaquim
Brasileiro, casado, RG: 3.159.997
CPF: 007.788.519-82
Rua Egidio Matorano, nº 38, centro
São Joaquim – SC

Ademilson Conrado
Prefeito de Cerro Negro
Brasileiro, casado, RG: 3422333
CPF: 025.716.469-31
Rua Herdenantes Fernandes, s/n
Cerro Negro – SC

Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito de Bom Jardim da Serra
RG: 1438676
CPF: 481.958.209-72
Bom Jardim da Serra – SC

Selênio Sartori
Diretor Executivo CISAMA
RG 1965881
CPF: 712.938.849-87
Avenida Papa João XXIII, 1445.
Lages/SC

Neide Rodrigues da Silva
Administradora do CISAMA
RG 3478227
CPF 021.223.189-88
João Cláudio Farinhas, 687
Lages/SC

Carlos Eduardo Moreira
Coord. Programa Educação Municipal
RG 98625739
CPF 738.462.367-72
Rua Pres. Roosevelt, 2017
Lages/SC

Lauro Francisco dos Santos Filho
Coord. do Programa Assistência Social e DH
RG 10/R884377
CPF 490.355.339-68
Rua Frei Rogério, 15 apto 2014
Lages/SC

Andressa Steffen Barbosa
Coord. do Programa Atenção à Sanidade
RG 4148020
CPF: 010.112.329-95
Rua Epiácio Pessoa 187
Lages/SC

CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA CISAMA - JULHO 2017

Publicação Nº 1473549

Ofício 66/2017 Lages, 20 de julho de 2017.
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – CISAMA

Senhor (a) Prefeito (a),

Com nossas saudações vimos através deste, convocar Vossa Excelência e o(a) Vice Prefeito(a) para a Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA a ser realizada no dia 27 de julho de 2017 (quinta-feira) com início às 14:00 horas e encerramento às 16:00 horas na Sede da Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, sito à Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 – Centro – Município de Lages tendo a seguinte pauta:

1. Leitura, discussão e aprovação da ata anterior;
2. Situação dos Programas implementados pelo CISAMA;
3. Situação dos Projetos em contratação;
4. Orçamento anual do Cisama para 2018 e diretrizes para elaboração da resolução orçamentária;
5. Assuntos Gerais;

Atenciosamente

Tito Pereira Freitas
Presidente do CISAMA

CIASS

ATA 03/2017 ORC 2018

Publicação Nº 1473138

ATA da Assembleia Geral Ordinária IASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LÍMITROFES

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Data: 22 de Dezembro de 2017.

Horas: 08:30 horas

Local: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Turvo

Rua: Nereu Ramos, 588 – Centro - Turvo

O Presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LÍMITROFES Tiago Zilli conforme artigo 25 do protocolo de intenções submeteu a assembleia geral ordinária composta pelos prefeitos dos municípios seguintes:

Prefeito de Turvo Senhor Tiago Zilli, Prefeito de Meleiro, Senhor Eder Mattos, Prefeito de Morro Grande, Senhor Valdionir Rocha, Prefeito de Timbé do Sul, Senhor Roberto Biava, Prefeito de Jacinto Machado, Senhor Joao Batista Mezzari, Prefeito de Ermo, Senhor Aldoir Cadorin apresentou o orçamento anual para 2018 do CIASS no valor de 950.000,00, assim discriminado:

A Receita será arrecadada, proporcionalmente conforme a população estimada no ano de 2014 pelo IBGE, com o seguinte desdobramento:

Rubricas	RECEITAS	Repasse Mensal Total	Repasse Mensal exceto despesas de capital	População estimada	% População por Município	R\$ Orçado
1.7	Transferências					950.000,00
1.7.2.3.37.1	Turvo	24.312,08	20.473,33	12.452	30,71%	291.745,00
1.7.2.3.37.2	Jacinto Machado	20.773,33	17.493,33	10.642	26,24%	249.280,00
1.7.2.3.37.3	Ermo	4.053,33	3.413,33	2.079	5,12%	48.640,00
1.7.2.3.37.4	Timbé do Sul	10.505,42	8.846,67	5.385	13,27%	126.065,00
1.7.2.3.37.5	Meleiro	13.814,58	11.633,33	7.076	17,45%	165.775,00
1.7.2.3.37.6	Morro Grande	5.707,92	4.806,67	2.925	7,21%	68.495,00
	Total	79.166,67	66.666,67	40.559	100%	950.000,00

As transferências financeiras para custear despesas de capital serão repassadas ao Consórcio na medida em que estas forem executadas. A Despesa será realizada por órgãos, funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e natureza da despesa, distribuídos da seguinte maneira:

I - DESPESA POR ÓRGÃO

Manutenção e Funcionamento do CIASS de Turvo e Municípios Limitrofes R\$ 950.000,00

TOTAL R\$ 950.000,00

II - DESPESA POR FUNÇÃO/SUB-FUNÇÃO

08 – Assistência Social

243 – Assistência a Criança e ao Adolescente R\$ 950.000,00

TOTAL R\$ 950.000,00

III - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES R\$ 800.000,00

Pessoal e Encargos Sociais R\$ 550.000,00

Outras Despesas Correntes R\$ 250.000,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 150.000,00

Investimentos R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 950.000,00

A assembleia aprovou o orçamento apresentado por unanimidade. Sendo assim, não tendo mais nada a ser discutido, deu-se a reunião por encerrada.

Participaram desta assembleia:

Prefeito de Turvo Senhor Tiago Zilli, Prefeito de Meleiro, Senhor Eder Mattos, Prefeito de Morro Grande, Senhor Valdionir Rocha, Prefeito de Timbé do Sul, Senhor Roberto Biava, Prefeito de Jacinto Machado, Senhor Joao Batista Mezzari, Prefeito de Ermo, Senhor Aldoir Cadorin.

RESOLUCAO 23/2017

Publicação Nº 1473318

CIASS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

RESOLUÇÃO No 023/17, de 22 de Dezembro de 2017.

NOMEIA SERVIDOR ACT DO CIASS DE TURVO E MUNICIPIOS LIMITROFES.

TIAGO ZILLI, presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES, no uso das atribuições que lhe compete o art.25 do Estatuto/contrato.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear em caracter emergencial Servidora ACT abaixo relacionada:

SERVIDOR	CPF	CARGO
----------	-----	-------

Carla Perlugieri Pinheiro	736.405.060-49	Cuidadora Social Diurno
---------------------------	----------------	-------------------------

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Resolução, iniciará em 20 de Dezembro de 2017 até 31 de Dezembro de 2018.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de Dezembro de 2017.

TIAGO ZILLI
Presidente da CIIASS DE TURVO

RESOLUÇÃO 22/2017 ORC 2018

Publicação Nº 1473137

CIIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

Resolução nº 22/2017 de 22 de Dezembro de 2017

Estima a Receita e fixa as Despesas do CIIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES para o exercício de 2018.

O Conselho de Administração do CIIASS – Consorcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde de Turvo e Municípios Limítrofes, aprovou, ad referendum da Assembleia Geral, conforme ata da Reunião Ordinária de 22 de Dezembro de 2017, e eu, Presidente do CIIASS de Turvo e Municípios Limítrofes, no uso das atribuições que me confere o art. 25 do Estatuto/Contrato do Consórcio, publico o Orçamento Anual do CIIASS de Turvo e Municípios Limítrofes para o exercício de 2018, em atendimento ao disposto no art. 21 22 do Estatuto/Contrato do Consórcio.

Art. 1º Fica aprovado, ad referendum da Assembleia Geral, o Orçamento Anual do CIIASS de Turvo e Municípios Limítrofes para o exercício de 2018, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 950.000,00 (Novecentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º A Receita será arrecadada, proporcionalmente conforme a população estimada no ano de 2014 pelo IBGE, com o seguinte desdobramento:

Rubricas	RECEITAS	Repasse Mensal Total	Repasse Mensal exceto despesas de capital	População estimada	% População por Municipio	R\$ Orçado
1.7	Transferências					950.000,00
1.7.2.3.37.1	Turvo	24.312,08	20.473,33	12.452	30,71%	291.745,00
1.7.2.3.37.2	Jacinto Machado	20.773,33	17.493,33	10.642	26,24%	249.280,00
1.7.2.3.37.3	Ermo	4.053,33	3.413,33	2.079	5,12%	48.640,00
1.7.2.3.37.4	Timbé do Sul	10.505,42	8.846,67	5.385	13,27%	126.065,00
1.7.2.3.37.5	Meleiro	13.814,58	11.633,33	7.076	17,45%	165.775,00
1.7.2.3.37.6	Morro Grande	5.707,92	4.806,67	2.925	7,21%	68.495,00
	Total	79.166,67	66.666,67	40.559	100%	950.000,00

Paragrafo Único – As transferências financeiras para custear despesas de capital serão repassadas ao Consórcio na medida em que estas forem executadas.

Art. 3º A Despesa será realizada por órgãos, funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e natureza da despesa, distribuídos da seguinte maneira:

I - DESPESA POR ÓRGÃO

Manutenção e Funcionamento do CIIASS de Turvo e Municípios Limítrofes R\$ 950.000,00

TOTAL R\$ 950.000,00

II - DESPESA POR FUNÇÃO/SUB-FUNÇÃO

08 – Assistência Social

243 – Assistência a Criança e ao Adolescente R\$ 950.000,00

TOTAL R\$ 950.000,00

III - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES R\$ 800.000,00

Pessoal e Encargos Sociais R\$ 550.000,00

Outras Despesas Correntes R\$ 250.000,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 150.000,00

Investimentos R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 950.000,00

Art. 4º O Presidente do CIIASS de Turvo e Municípios Limítrofes fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por conta do excesso de arrecadação, superávit financeiro ou convênios firmados com entidades públicas ou privadas.

Art. 5º O Presidente do CIIASS de Turvo e Municípios Limítrofes fica autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro da mesma categoria de programação.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor em 01 de Janeiro de 2018.

Art. 7º Esta Resolução deve ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Turvo - SC, 22 de Dezembro de 2017.

Tiago Zilli

Prefeito de Turvo

Presidente do CIIASS de Turvo e Municípios Limítrofes

Editais de Notificação

AGRONÔMICA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8112 498/2017

Publicação Nº 1473991

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8112 498/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CCD9999	P02BU000CV	13/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MEK3856	P02BU000DY	12/12/2017	50100	162 * I
IOM7268	P02BU000CX	14/11/2017	73400	252 * IV
MGA7892	P01HU000FS	19/11/2017	51691	165
IOM7268	P02BU000CW	14/11/2017	51851	167
MEV1272	P02BU000CY	16/11/2017	65992	230 * V
MEK3856	P02BU000DX	12/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGRONOMICA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON
DELEGADO DE POLICIA

ÁGUA DOCE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8128 1117/2017

Publicação Nº 1473964

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8128 1117/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IGE7471	P013H000I1	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
IGE7471	P013H000I3	04/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IGE7471	P013H000I4	04/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8128
1118/2017**

Publicação Nº 1473963

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8128 1118/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHC6291	P013H000HH	12/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MKM7684	P013H000IT	02/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MBT3678	P013H000JG	16/10/2017	56222	182 * VI	88.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS
AUTORIDADE DE TRÑNSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8774 684/2017

Publicação Nº 1473655

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8774 684/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBK9153	54294717N	04/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHX7065	54306594N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AIN1992	54308542N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AIN1992	54308543N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHJ1163	54308546N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDE9571	0000100110	13/10/2017	74550	218 * I	130.16
DAD5042	0000100144	14/10/2017	74550	218 * I	130.16
MJA4806	0000099392	14/09/2017	74550	218 * I	130.16
EGH7824	0000099518	17/09/2017	74550	218 * I	130.16
AED6151	0000099931	05/10/2017	74550	218 * I	130.16
QHM4692	0000099948	06/10/2017	74550	218 * I	130.16
MJG3632	0000099981	07/10/2017	74550	218 * I	130.16
LZD3129	0000099988	07/10/2017	74550	218 * I	130.16
AAAY4996	0000100002	08/10/2017	74550	218 * I	130.16
MKK9063	0000100029	09/10/2017	74550	218 * I	130.16
MIR4872	0000100063	10/10/2017	74550	218 * I	130.16
QHL2778	0000100082	11/10/2017	74550	218 * I	130.16
MMC5687	0000100089	11/10/2017	74550	218 * I	130.16
GTO8420	0000099053	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
MAY7211	0000099108	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MEZ7869	0000099122	04/09/2017	74550	218 * I	130.16
MEY0730	0000099136	05/09/2017	74550	218 * I	130.16
MIO2248	0000098339	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
FLQ7301	0000098479	10/08/2017	74550	218 * I	130.16
GPW5034	0000098490	11/08/2017	74550	218 * I	130.16
MEZ8584	0000098531	12/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJV0165	0000098532	12/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJL7008	0000098724	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKX4898	0000098788	21/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIB8442	0000098844	24/08/2017	74550	218 * I	130.16
MDS3656	0000098889	25/08/2017	74550	218 * I	130.16

ITU2545	0000098897	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBD0456	0000098905	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYQ9666	0000098928	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCV6163	0000098934	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFN6332	0000098981	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIR4872	0000100165	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LYP3695	0000100178	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG6317	0000100172	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OKH5891	0000100198	17/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMI1034	0000100513	30/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM5899	0000099606	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OKH5891	0000100182	17/10/2017	74630	218	*	II	195.23
JXW3978	0000100169	16/10/2017	74630	218	*	II	195.23
BBA5875	0000098739	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
CCZ7893	0000099267	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AVF6540	0000099382	14/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJM5899	0000099605	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ILM2087	0000099471	17/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MMC5687	0000100164	15/10/2017	74630	218	*	II	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 1115/2017

Publicação Nº 1473966

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 1115/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCH3395	P013H000KZ	23/11/2017	50100	162 * I
MCH3395	P013H000L0	23/11/2017	50610	163 c/c 162 * I
LYT7515	P013H000M5	08/12/2017	64080	221
MCH3395	P013H000KY	23/11/2017	65992	230 * V

LYT7515 P013H000M4 08/12/2017 66102 230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 1116/2017

Publicação Nº 1473965

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8128 1116/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFN9311	P013H000L3	24/11/2017	55250	181 * XV
MKE6995	P013H000JY	08/11/2017	54521	181 * VIII
LZX0030	P013H000K6	14/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 683/2017

Publicação Nº 1473656

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
 DE TRANSITO N.8774 683/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

OQW4942	54318220N	13/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIH1955	54327388N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
AIN1992	54327390N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHE5891	0000101414	07/12/2017	74550	218 * I
IFO6528	0000101419	07/12/2017	74550	218 * I
MHU2064	0000101436	08/12/2017	74550	218 * I
MIR4872	0000101438	08/12/2017	74550	218 * I
MDW0658	0000101451	08/12/2017	74550	218 * I
OMU1479	0000101452	08/12/2017	74550	218 * I
MHU2064	0000101454	08/12/2017	74550	218 * I
MHQ9726	0000100974	18/11/2017	74550	218 * I
MMH4599	0000100991	19/11/2017	74550	218 * I
MCL4735	0000101018	19/11/2017	74550	218 * I
MBL0415	0000101102	22/11/2017	74550	218 * I
QCP5659	0000101280	30/11/2017	74550	218 * I
AWI2152	0000101361	04/12/2017	74550	218 * I
MMA6177	0000100765	10/11/2017	74550	218 * I
MED3961	0000100768	10/11/2017	74550	218 * I
DCD6697	0000100792	10/11/2017	74550	218 * I
MIP0450	0000100481	29/10/2017	74550	218 * I
DEN3190	0000100683	05/11/2017	74550	218 * I
QIK6222	0000100717	08/11/2017	74550	218 * I
AYK5714	0000100746	09/11/2017	74550	218 * I
FGG7313	0000100832	12/11/2017	74550	218 * I
LZR0381	0000100834	12/11/2017	74550	218 * I
MKS9802	0000100857	13/11/2017	74550	218 * I
MFY6867	0000100862	13/11/2017	74550	218 * I
MBS0626	0000100878	14/11/2017	74550	218 * I
MIS4598	0000100894	15/11/2017	74550	218 * I
QHI0869	0000100907	15/11/2017	74550	218 * I
MEV5316	0000100912	16/11/2017	74550	218 * I
MJD9387	0000100933	17/11/2017	74550	218 * I
QIN2933	0000100942	17/11/2017	74550	218 * I
LXL9672	0000100816	11/11/2017	74550	218 * I
QIH9756	0000100948	17/11/2017	74550	218 * I
ATL2301	0000100950	17/11/2017	74550	218 * I
MJV9263	0000101470	09/12/2017	74550	218 * I
LRM1082	0000101475	09/12/2017	74550	218 * I
LXK4561	0000101495	09/12/2017	74550	218 * I
MIR4872	0000101499	10/12/2017	74550	218 * I
LYF9381	0000101526	11/12/2017	74550	218 * I

MIN1343	0000101555	12/12/2017	74550	218	*	I
QIO5763	0000101557	12/12/2017	74550	218	*	I
AJG0299	0000101563	12/12/2017	74550	218	*	I
MGU3649	0000101569	13/12/2017	74550	218	*	I
MIR4872	0000101402	06/12/2017	74550	218	*	I
QHP2717	0000101405	06/12/2017	74550	218	*	I
IUD3157	0000100960	18/11/2017	74630	218	*	II
OPJ2545	0000101509	10/12/2017	74630	218	*	II
AZM1936	0000100823	12/11/2017	74630	218	*	II
GGD7722	0000100945	17/11/2017	74630	218	*	II
BBA5030	0000100752	09/11/2017	74630	218	*	II
LZC1777	0000100793	11/11/2017	74630	218	*	II
MIR4872	0000101455	08/12/2017	74630	218	*	II
MJV9263	0000101469	09/12/2017	74630	218	*	II
AMU3369	0000101385	06/12/2017	74710	218	*	III
AMU3369	0000101387	06/12/2017	74710	218	*	III
AXF1301	0000100952	17/11/2017	74710	218	*	III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS
AUTORIDADE DE TRANSITO

ALFREDO WAGNER

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8214 735/2017

Publicação Nº 1473898

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8214 735/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJN7227	P03EQ0005B	07/10/2017	64400	224	88.38
MIH9370	P03EQ0005Z	14/10/2017	65300	228	195.23
QHX9586	P03EQ0001C	02/09/2017	65300	228	195.23
MHE8087	P03EQ00067	15/10/2017	72850	250 * III	130.16
MGY7605	P03EQ0006J	15/10/2017	72850	250 * III	130.16

MFT6788	P03EQ0006M	15/10/2017	72850	250	*	III	130.16
MJJ9752	P03EQ0006N	15/10/2017	72850	250	*	III	130.16
BNH1191	P03EQ0001A	01/09/2017	51851	167			195.23
MLE5925	P03EQ0006B	15/10/2017	51851	167			195.23
DLB4908	P03EQ00032	11/09/2017	51851	167			195.23
LYQ6659	P03EQ0000U	31/08/2017	51851	167			195.23
LYQ6659	P03EQ0000V	31/08/2017	51852	167			195.23
MLE5925	P03EQ0006C	15/10/2017	51852	167			195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 734/2017

Publicação Nº 1473899

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 734/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MID7802	P03EQ000AN	21/11/2017	54600	181	*	IX
MDN8222	P03EQ000F0	15/12/2017	65300	228		
MDF4725	P03EQ000BI	24/11/2017	65300	228		
MIF2525	P03EQ0008H	28/10/2017	65300	228		
MGZ1020	P03EQ000AD	18/11/2017	65300	228		
MDW7917	P03EQ000A8	17/11/2017	72850	250	*	III
JIO4213	P03EQ000AI	20/11/2017	51851	167		
MIF2525	P03EQ0008G	28/10/2017	51851	167		
MAQ8450	P03EQ000AK	21/11/2017	51851	167		
MBG9093	P03EQ000DZ	09/12/2017	51851	167		
MKV6533	P03EQ000EL	14/12/2017	51851	167		
MDN8222	P03EQ000EZ	15/12/2017	51851	167		
MAT2063	P03EQ000AU	21/11/2017	51851	167		
MAT2063	P03EQ000AV	21/11/2017	51852	167		
MAX4545	P03EQ000AH	20/11/2017	54521	181	*	VIII

MJK7924 P03EQ000AF 20/11/2017 54522 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODEMEL
DELEGADO DE POLICIA

ALTO BELA VISTA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8657 255/2017

Publicação Nº 1473689

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8657 255/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDC9895	P034I0000S	02/09/2017	70640	244 * IV	293.47
MCB7573	P034I0000Z	02/10/2017	60502	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALTO BELA VISTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA
DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

ANCHIETA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8250 725/2017**

Publicação Nº 1473874

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8250 725/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
FOX3633	54611657F	23/09/2017	65300	228	195.23
ALR8085	P01E7000JR	15/10/2017	65300	228	195.23
CII1212	P01E7000H9	24/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 724/2017

Publicação Nº 1473875

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8250 724/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BBD2725	54319696N	17/11/2017	50020	257 ã 8\$
MKW2485	P01E7000LD	17/11/2017	50291	162* II
MCW9409	P01E7000LN	18/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYS1905	P01E7000LU	20/11/2017	62700	220 * II
ILG7470	P01E7000L4	12/11/2017	65300	228
AWF3536	P01E7000KO	02/11/2017	69120	232
MKW2485	P01E7000LE	17/11/2017	50701	163 c/c 162 * II
LYG3192	P01E7000LS	20/11/2017	51851	167
MCB0420	P01E7000L9	17/11/2017	51851	167
BQK6807	P01E7000LB	17/11/2017	51851	167
MHJ9940	P01E7000MO	09/12/2017	54521	181 * VIII
MCW9409	P01E7000LK	18/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

ANITA GARIBALDI

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8468 601/2017

Publicação Nº 1473734

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8468 601/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IJJ8341	54449765E	21/07/2017	50450	162 * V	293.47
NAI8754	54449787E	25/09/2017	51851	167	195.23
IJJ8341	54449764E	21/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 600/2017

Publicação Nº 1473735

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8468 600/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZM6545	P03D40001A	14/11/2017	50100	162 * I
LZK3267	54449576E	06/12/2017	50100	162 * I
IPP2731	54449578E	06/12/2017	50100	162 * I
IPP2731	54449580E	06/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
MIZ0280	54449571E	09/11/2017	54870	181 * XI
MHA9991	P03D40001G	11/12/2017	66450	230 * X
IPP2731	54449579E	06/12/2017	65992	230 * V
LZK3267	54449577E	06/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA DE POLICIA

ANITÁPOLIS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8406 378/2017**

Publicação Nº 1473782

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8406 378/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BNR8423	P02ZD0001B	22/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

ANTÔNIO CARLOS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8061 749/2017**

Publicação Nº 1474055

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8061 749/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAM3072	P01HX0005M	09/10/2017	69120	232	88.38
MEX3704	P01HX0003X	10/08/2017	73400	252 * IV	130.16
MAM3072	P01HX0005J	09/10/2017	66102	230 * VII	195.23
MGP2506	P01HX00056	26/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANTONIO CARLOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8061 748/2017

Publicação Nº 1474056

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8061 748/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGP2506	54314336N	31/10/2017	50020	257 ã 8\$
MFE1728	P01HX0007H	12/12/2017	50100	162 * I
MFE1728	P01HX0007I	12/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXA1778	P01HX00071	25/11/2017	65300	228
MFE1728	P01HX0007J	12/12/2017	67000	230 * XVI
JRO6330	P01HX00075	11/12/2017	54521	181 * VIII
MFE1728	P01HX0007K	12/12/2017	66371	230 * IX
MDW8387	54472846E	12/12/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANTONIO CARLOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

APIUNA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8104 528/2017

Publicação Nº 1473997

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8104 528/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIH5082	54313017N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGM4993	P01XX000WI	01/10/2017	50100	162 * I	880.40
MGM4993	P01XX000WJ	01/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LZG9680	P01Y10007K	18/10/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 527/2017

Publicação Nº 1473998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8104 527/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYB7353 P01Y10008J 09/12/2017 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

ARVOREDO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8761 194/2017

Publicação Nº 1473664

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8761 194/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

GHP1234 P034E0000C 11/12/2017 73662 252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARVOREDO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO DE POLICIA

ASCURRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8096 943/2017

Publicação Nº 1474011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8096 943/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIU1746	54311177N	23/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
IKD5233	P01XX000UG	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MIC4858	P01Y10007F	13/10/2017	52070	169	88.38
LXB9092	P01XX000X9	07/10/2017	52820	176 * I	1467.34
QIK9481	P01XX000XI	14/10/2017	57380	186 * II	293.47
MIC4858	P01Y10007G	13/10/2017	58350	195	195.23
MAJ8710	P01XX000XZ	22/10/2017	65480	229	130.16
LXB9092	P01XX000XA	07/10/2017	51691	165	2934.68
MDV0244	P01XX000WU	05/10/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 942/2017

Publicação Nº 1474012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8096 942/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEH7652	P01Y10008K	09/12/2017	56141	182 * V
IKV4112	P01Y100082	22/11/2017	70562	244 * III c/c õl\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

ATALANTA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8368 549/2017**

Publicação Nº 1473798

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8368 549/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHY8132	P02S000034	26/08/2017	56144	182 * V	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 548/2017

Publicação Nº 1473799

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 548/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MCF8751	P02S000053	15/11/2017	51851	167
MKC6794	P02S000058	19/11/2017	51851	167
EPN0002	P02S00005A	19/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

AURORA**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 417/2017**

Publicação Nº 1473992

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8110 417/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHL9307	P01W10004H	16/12/2017	75790	165 A
MIK4302	P01W10003F	17/11/2017	65300	228
IIV5233	P01W10004D	15/12/2017	65992	230 * V
MHL9307	P01W10004G	15/12/2017	65992	230 * V
AKF9214	P01W10003K	17/11/2017	65992	230 * V
MHM0707	P01W10003I	17/11/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

BALNEÁRIO GAIVOTA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8508 938/2017**

Publicação Nº 1473720

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8508 938/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DCA6033	P01FS002JK	14/10/2017	75790	165 A	2934.68
DCA6033	P01FS002JJ	14/10/2017	50100	162 * I	880.40
IPI1699	P01FM00050	23/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDZ8341	P01FS002DD	13/09/2017	50100	162 * I	880.40
ITT3403	P01FS002C2	06/09/2017	50450	162 * V	293.47
ITT3403	P01FS002C4	06/09/2017	50960	163 c/c 162 * V	293.47
IPI1699	P01FM00051	23/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QHL9040	P01FS002K4	15/10/2017	54100	181 * IV	130.16
AQX6681	P01FS002K2	15/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MBO2877	P01FS002B6	01/09/2017	55250	181 * XV	130.16
IJX6766	P01FS002G3	28/09/2017	55250	181 * XV	130.16
AZJ0741	P01FS002G9	29/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MKN3044	P01FS002ID	08/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MEM9669	P01FS00292	26/08/2017	57200	186 * I	195.23
ITT3403	P01FS002C3	06/09/2017	69120	232	88.38
MIG6981	P01FM00055	13/09/2017	73070	251 * II	130.16
MJY5762	P01FS002DT	16/09/2017	51851	167	195.23
LYO7814	P01FS002BS	05/09/2017	51851	167	195.23
QIN8214	P01FS002BV	05/09/2017	51851	167	195.23
MDM3314	P01FS002AM	01/09/2017	51851	167	195.23
KMX4300	P01FS002KA	15/10/2017	51851	167	195.23
MBE6667	P01FS002KL	18/10/2017	51851	167	195.23
MKJ5513	P01FS002KP	18/10/2017	51851	167	195.23
AJK4043	P01FS002AT	01/09/2017	51852	167	195.23
MAN2727	P01FS002AW	01/09/2017	51852	167	195.23
MVO3528	P01FS002IR	11/10/2017	52311	172	130.16
DDW4340	P01FS002IL	08/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MHL0809	P01FS002KH	16/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MDW0762	P01FS002IC	08/10/2017	65561	230 * I	293.47
IPI1699	P01FM0004Z	23/08/2017	65992	230 * V	293.47
DSE2186	P01FS002JO	15/10/2017	65992	230 * V	293.47
AIX9218	P01FS002JR	15/10/2017	65992	230 * V	293.47
MDW0762	P01FS002IB	08/10/2017	65992	230 * V	293.47
IMF5045	P01FS002B5	01/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO GAIVOTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

AILTON ZANELATTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8508 937/2017

Publicação Nº 1473721

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8508 937/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIG6981	54319649N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
ITQ2584	P01FS002YY	20/11/2017	50100	162 * I
MDT8008	P01FS002YM	16/11/2017	50100	162 * I
MBD6625	P01FS002TG	10/11/2017	50450	162 * V
IFX5411	P01FM000AY	11/12/2017	50450	162 * V
MDT8008	P01FS002YN	16/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
ITQ2584	P01FS002YZ	20/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBD6625	P01FS002TH	10/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
QHN1906	P01FM000AZ	11/12/2017	52070	169
MCE4124	P01FM000AV	11/12/2017	55250	181 * XV
MDA7507	P01FM000AW	11/12/2017	55250	181 * XV
AMW0924	P01FM0008E	09/12/2017	55250	181 * XV
MGR7181	P01FS002WM	12/11/2017	55250	181 * XV
MIE6459	P01FS002YV	19/11/2017	55250	181 * XV
OXF4513	P01FS002XG	15/11/2017	55250	181 * XV
IOM7396	P01FS002YE	16/11/2017	55500	181 * XVIII
MLJ0517	P01FM00088	09/12/2017	56650	182 * X
QHO0547	P01FM000B8	13/12/2017	57200	186 * I
MIQ1056	P01FS002YK	16/11/2017	57200	186 * I
IMH5636	P01FS002RY	07/11/2017	57200	186 * I
MJO6744	P01FM00078	06/12/2017	58350	195
INB8163	P01FS002SC	08/11/2017	66020	230 * VI
JPJ2585	P01FS002WL	12/11/2017	51851	167
MLS3767	P01FS002WP	12/11/2017	51851	167
IOR7312	P01FS002VC	12/11/2017	51851	167
MLY8561	P01FS002VE	12/11/2017	51851	167
LYQ8140	P01FS002VG	12/11/2017	51851	167
INZ8994	P01FS002VI	12/11/2017	51851	167
MEG3960	P01FS002VV	12/11/2017	51851	167
IPP4555	P01FS002W5	12/11/2017	51851	167
MBT4410	P01FS002ZX	24/11/2017	51851	167
LZI6294	P01FM0006S	06/12/2017	51851	167
MFY5816	P01FS002ZC	24/11/2017	51851	167
IMJ0785	P01FS002ZH	24/11/2017	51851	167
MIW4612	P01FS002ZP	24/11/2017	51851	167
MFE1177	P01FM00092	10/12/2017	51851	167
KLY3963	P01FM0009A	10/12/2017	51851	167
JHW4834	P01FM0009H	10/12/2017	51851	167
MKN1787	P01FM0009Q	10/12/2017	51851	167
IWS2727	P01FM0009Y	10/12/2017	51851	167
MGO8330	P01FM0009Z	10/12/2017	51851	167

IXT4777	P01FM000A0	10/12/2017	51851	167
IPE7334	P01FM000A2	10/12/2017	51851	167
HIU7729	P01FM0007A	06/12/2017	51851	167
MLT9492	P01FM000AH	10/12/2017	51851	167
MLU9651	P01FM000AK	10/12/2017	51851	167
MIZ5989	P01FM000AQ	10/12/2017	51851	167
HNA1787	P01FM000B3	12/12/2017	51851	167
MCW1784	P01FM0008Y	10/12/2017	51851	167
LWW9082	P01FM000BN	15/12/2017	54521	181 * VIII
DJC9549	P01FM000BA	13/12/2017	65992	230 * V
MCK3171	P01FM00090	10/12/2017	65992	230 * V
MCP8139	P01FM000AD	10/12/2017	65992	230 * V
MGM1529	P01FM000AX	11/12/2017	65992	230 * V
MFA4075	P01FM000AS	11/12/2017	65992	230 * V
HIU7729	P01FM00079	06/12/2017	65992	230 * V
MHV7348	P01FM0008B	09/12/2017	65992	230 * V
AMW0924	P01FM0008H	09/12/2017	65992	230 * V
MHT5219	P01FM0008S	09/12/2017	65992	230 * V
IBO6735	P01FM0008W	10/12/2017	65992	230 * V
LWW8367	P01FS002ZT	24/11/2017	65992	230 * V
MJO6744	P01FM00077	06/12/2017	65992	230 * V
MDT8008	P01FS002YL	16/11/2017	65992	230 * V
LZO4388	P01FS002SR	08/11/2017	65992	230 * V
LWW8367	P01FS002ZU	24/11/2017	66372	230 * IX
LYY1185	P01FS002XP	15/11/2017	72422	250, I, b
MKE8139	P01FS002XT	15/11/2017	72422	250, I, b
MJQ9530	P01FS002XY	15/11/2017	72422	250, I, b
MLR0775	P01FS002Y3	15/11/2017	72422	250, I, b
MAS9400	P01FS002Y6	15/11/2017	72422	250, I, b
IFT4919	P01FS002U1	11/11/2017	72422	250, I, b
MHL0809	P01FS002UK	11/11/2017	72422	250, I, b
IOJ4150	P01FS002UQ	11/11/2017	72422	250, I, b
IOX4458	P01FS002UZ	11/11/2017	72422	250, I, b

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO GAIVOTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

AILTON ZANELATTO
DELEGADO DE POLICIA

BALNEÁRIO RINCÃO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8804 120/2017

Publicação Nº 1473642

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8804 120/2017



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKY1461	P02XS0009W	09/09/2017	75790	165 A	2934.68
CNC1191	P00VY0000J	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXZ7367	P02XS0004W	11/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAV2700	P02XS0008Z	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
BPI5224	P02XS00090	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
LYV3046	P02XS000CO	25/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGD2219	P03810002B	09/10/2017	50100	162 * I	880.40
EAD0011	P02XS000FN	17/10/2017	50100	162 * I	880.40
MDM3602	P02XS000FC	16/10/2017	50450	162 * V	293.47
LZQ8995	P02XS0008Y	05/09/2017	50450	162 * V	293.47
CNC1191	P00VY0000K	06/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
EAD0011	P02XS000FQ	17/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIL5139	P02XS000FA	16/10/2017	67000	230 * XVI	195.23
FAG6252	P02XS000FD	16/10/2017	67690	230 * XXII	130.16
QIR4837	P02XS000FM	17/10/2017	69120	232	88.38
MKY1461	P02XS0009X	09/09/2017	73400	252 * IV	130.16
BPI5224	P02XS00091	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
LYN7414	54876069G	18/08/2017	65992	230 * V	293.47
LZG7602	P02XS0008X	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
MAI6095	P02XS000FI	16/10/2017	65992	230 * V	293.47
LYV3046	P02XS000CP	25/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGD2219	P038100029	09/10/2017	65992	230 * V	293.47
EAD0011	P02XS000FO	17/10/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8804 121/2017

Publicação Nº 1473641

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO - 211920

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8804 121/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGG7703	P02XS00061	25/08/2017	52070	169	88.38
MLT1388	P02XS000F6	14/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MAP7550	P02XS000G1	18/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MGG7703	P02XS00060	25/08/2017	57380	186 * II	293.47
QID0254	P02XS000BB	19/09/2017	59910	206 * I	293.47
LWT1055	P038100025	22/09/2017	51851	167	195.23
DPX6698	P02XS000DI	02/10/2017	51851	167	195.23
EAD0011	P02XS000FR	17/10/2017	51851	167	195.23
MLN1431	54876010G	18/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MKU8520	54876007G	17/08/2017	57461	187 * I	130.16
MKW4239	P02XS00065	26/08/2017	57461	187 * I	130.16
MLC2196	P02XS0008K	03/09/2017	57461	187 * I	130.16
MCY5434	P02XS0008M	03/09/2017	57461	187 * I	130.16
KKD4824	P02XS0008U	03/09/2017	57461	187 * I	130.16
MHK8191	P02XS0009H	07/09/2017	57461	187 * I	130.16
BUT1660	P02XS000AU	16/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

NESTOR BACK
SECRETARIO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 118/2017

Publicação Nº 1473644

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 118/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKU5060	P02XS000L0	16/11/2017	50100	162 * I
MMB5100	P03810004C	09/12/2017	50100	162 * I
COG6002	P02XS000PN	13/12/2017	65992	230 * V
MCI7391	P02XS000OV	08/12/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 119/2017

Publicação Nº 1473643

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO - 211920

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 119/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFY3025	P03810002M	18/11/2017	55250	181 * XV
MGJ2967	P02XS000LQ	19/11/2017	55250	181 * XV
MKC8216	P02XS000MP	24/11/2017	55250	181 * XV
QHW3226	P02XS000NG	27/11/2017	55250	181 * XV
IBM1499	P02XS000P3	09/12/2017	55250	181 * XV
FYY0005	P03810004G	09/12/2017	55250	181 * XV
MIT5186	P02XS000PL	10/12/2017	55250	181 * XV
MDR9151	P03810004I	12/12/2017	55250	181 * XV
MHC4616	P03810004L	12/12/2017	55250	181 * XV
MKG2367	P03810004M	12/12/2017	55250	181 * XV
IRZ9333	P02XS000OX	09/12/2017	55250	181 * XV
MCI7391	P02XS000OW	08/12/2017	58350	195
MIX6390	P02XS000G3	19/10/2017	51851	167
MKK9020	P02XS000L3	16/11/2017	51851	167
CHB5197	P02XS000L4	16/11/2017	51851	167
MFB4960	P03SZ0001U	12/12/2017	51851	167
MHZ8969	P03810004U	12/12/2017	51851	167

AJB3315	P02XS000PM	10/12/2017	51851	167
QIB1237	P02XS000P1	09/12/2017	54521	181 * VIII
AKA8769	P02XS000JD	11/11/2017	54521	181 * VIII
MCE4805	P02XS000JK	11/11/2017	54521	181 * VIII
OTC3333	P02XS000JA	10/11/2017	54522	181 * VIII
MBN9183	P02XS000JN	11/11/2017	57461	187 * I
MIB2320	P02XS000JQ	11/11/2017	57461	187 * I
MJU1489	P02XS000J3	09/11/2017	57461	187 * I
EAB8224	P03NW0000Y	15/11/2017	57461	187 * I
MJW3049	P03810002J	18/11/2017	57461	187 * I
QHM0977	P03810002K	18/11/2017	57461	187 * I
ARQ4300	P02XS000JR	11/11/2017	57461	187 * I
LQA7339	P03810002X	19/11/2017	57461	187 * I
MGP9608	P02XS000PQ	13/12/2017	57461	187 * I
MHH4323	P038100034	19/11/2017	57462	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

NESTOR BACK
SECRETARIO

BARRA BONITA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8777 108/2017

Publicação Nº 1473653

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8777 108/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAP9025	P03M20000E	18/11/2017	52070	169
MAP9025	P03M20000D	18/11/2017	52820	176 * I
BSD4277	P03M20000G	13/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA BONITA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO DE POLICIA

BARRA VELHA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8102 1632/2017

Publicação Nº 1474000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8102 1632/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
NGK5863	P01JX000LH	15/10/2017	75790	165 A	2934.68
MBE2386	P01JX000LB	15/10/2017	50100	162 * I	880.40
MJJ4886	P02930001L	07/09/2017	50450	162 * V	293.47
MBE2386	P01JX000LC	15/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFK4462	P028K000TQ	13/10/2017	65480	229	130.16
AOO8576	P01JX000KK	15/09/2017	69120	232	88.38
MBE2386	P01JX000LA	15/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILSON MASSON
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8102 1633/2017

Publicação Nº 1473999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA - 280410

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8102 1633/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJR8660	P01JX000I1	27/08/2017	52070	169	88.38
MJY4020	P028K000RG	07/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MMF6794	P028K000R3	17/08/2017	51851	167	195.23
MGE6402	P01JX000I3	27/08/2017	51851	167	195.23
AKE4989	P01JX000JF	27/08/2017	51851	167	195.23
LXU8976	P028G0005J	28/08/2017	51851	167	195.23
KPW2226	P01JX000JK	04/09/2017	51851	167	195.23
CXN0036	P028G0006T	27/09/2017	51851	167	195.23
AAP1618	P028K000ST	10/10/2017	51851	167	195.23
JPG5722	P028K000T7	10/10/2017	51851	167	195.23
AFI3438	P028K000TD	10/10/2017	51851	167	195.23
NZQ0718	P028K000TP	10/10/2017	51851	167	195.23
MEH0082	P01JX000KH	09/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTIERES MAURO MACCAGNAN
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1630/2017

Publicação Nº 1474002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8102 1630/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA



DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHT3556	P028G00086	12/11/2017	75790	165 A
MJS0213	P028G0008J	12/11/2017	75790	165 A
DZA6655	P028G0009E	12/11/2017	75790	165 A
LZJ9622	P028K000XJ	16/12/2017	75790	165 A
LZJ9622	P028K000XH	16/12/2017	50100	162 * I
MBH0165	P01JX000NT	09/12/2017	69120	232
MBH0165	P01JX000NS	09/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILSON MASSON
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1631/2017

Publicação Nº 1474001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA - 280410

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1631/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIA7890	54327438N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
LZJ9622	P028K000XI	16/12/2017	57380	186 * II
JSZ6594	P028K000X9	30/11/2017	64910	227 * II
MKG7176	P01JX000NW	09/12/2017	51851	167
MEF8192	P028K000VZ	19/11/2017	51851	167
BEN1700	P028K000WW	19/11/2017	51851	167

MBI2992	P028G0007G	09/11/2017	51851	167
MKK7460	P028G0007Q	09/11/2017	51851	167
DAD2800	P028G00091	12/11/2017	51851	167
MAY2424	P028K000XE	10/12/2017	54522	181 * VIII
MER8100	P028G0009G	14/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MCM9464	P01JX000N4	15/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTIERES MAURO MACCAGNAN
AUTORIDADE DE TRANSITO

BELA VISTA DO TOLDO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8512 457/2017

Publicação Nº 1473717

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8512 457/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

INL1184 P03E500008 11/11/2017 70301 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BELA VISTA DO TOLDO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

BELMONTE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8380 412/2017

Publicação Nº 1473791

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8380 412/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAA1483	P03KP00006	26/08/2017	55250	181 * XV	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BELMONTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A

BENEDITO NOVO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8165 778/2017

Publicação Nº 1473943

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8165 778/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKA5688	P036K0002O	06/09/2017	59670	203 * V	1467.34
MDL3709	P036K0003J	23/10/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8165 777/2017

Publicação Nº 1473944

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8165 777/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDX3237	P036K00046	02/11/2017	50100	162 * I
MBI2136	P036K0004J	09/11/2017	50100	162 * I
MAR1613	P036K00057	12/12/2017	50450	162 * V
MDX3237	P036K00047	02/11/2017	64080	221
MMK2142	P036K0004S	17/11/2017	69120	232
IMZ2814	P036K0004T	17/11/2017	70640	244 * IV
MBI2136	P036K0004I	09/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADODE POLICIA

BIGUAÇU

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8048 2110/2017

Publicação Nº 1474072

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8048 2110/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGT7172	P03DK0001T	06/10/2017	50100	162 * I	880.40
MAL0765	P03DJ0000I	05/10/2017	50100	162 * I	880.40
LYG3311	P03DL0003E	26/10/2017	50100	162 * I	880.40
MHL7298	P03MD00006	19/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
IMP9327	P03MC00002	15/09/2017	64080	221	130.16
NHK4667	P03DJ0000G	15/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDI0131	P01HY000AE	21/06/2017	65992	230 * V	293.47
MLK5149	P03DK00024	13/10/2017	65992	230 * V	293.47
LYG3311	P03DL0003D	26/10/2017	65992	230 * V	293.47
MDK1401	54855483E	05/10/2017	65992	230 * V	293.47
DGV4749	P03DK00001	05/07/2017	66102	230 * VII	195.23
MJX2702	54855484E	06/10/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8048 2111/2017

Publicação Nº 1474071

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8048 2111/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HFP0130	54851215E	18/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MIC0582	54851216E	18/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MIF4647	54853937E	27/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MGM1413	54853710E	26/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
BXM2095	54853741E	27/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
FAA7577	54849384E	25/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
QIB2189	54849376E	25/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MED3277	54853670E	03/10/2017	55680	181 * XIX	195.23
MLG5368	54853517E	19/10/2017	56570	182 * IX	130.16
GTI6015	54853697E	11/10/2017	57380	186 * II	293.47
MEZ5509	P03DL0001V	09/09/2017	54281	181 * V	293.47
IMP9327	P03MC00001	15/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MHQ8494	54851492E	07/07/2017	54521	181 * VIII	195.23
MCX7468	54855431E	24/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MHS3607	54851218E	19/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MLP7796	54853784E	11/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MLW0586	54853785E	11/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MJK7662	54853699E	11/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
ACB6002	54853601E	13/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MHF0436	54853685E	09/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MJO0553	54853580E	20/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
QHH7722	54853672E	03/10/2017	56221	182 * VI	88.38
GTI6015	54853696E	11/10/2017	56221	182 * VI	88.38
MKH8450	54853659E	25/09/2017	56221	182 * VI	88.38
MDF7429	54853654E	20/09/2017	56221	182 * VI	88.38
MGH4489	54849399E	26/09/2017	56221	182 * VI	88.38
DDI1088	54849398E	26/09/2017	56221	182 * VI	88.38
MDN2959	54855245E	05/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DLA0804	54853609E	16/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

SAUL DE MELLO FERREIRA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 2108/2017

Publicação Nº 1474074

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8048 2108/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCR7805	P03DI0000V	29/10/2017	50100	162 * I
MHQ7152	P03DL0003M	01/11/2017	50100	162 * I
MCA2777	54855375E	01/11/2017	50100	162 * I
LXT5119	P03DK0002Y	09/11/2017	50100	162 * I
LXL4719	P03DL00048	14/11/2017	50100	162 * I
KOC0207	P03DK00037	19/11/2017	50100	162 * I
MAL0765	P041300022	05/12/2017	50100	162 * I
KOC0207	P03DK00038	19/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCR7805	P03DI0000W	29/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
AJF0511	P03DL0004I	12/12/2017	65480	229
MED4367	P03DK0002V	06/11/2017	73400	252 * IV
MMC1214	P03DL0003R	02/11/2017	73580	252 * V
KOC0207	P03DL0004A	19/11/2017	51691	165
LXL4719	P03DL00047	14/11/2017	65992	230 * V
MEG9939	P03MD0000H	01/11/2017	65992	230 * V
MCR7805	P03DI0000Y	30/10/2017	66102	230 * VII
MJH0258	P03DK00031	10/11/2017	66102	230 * VII
MCR7805	P03DI0000X	29/10/2017	66371	230 * IX
MAL0765	P041300023	05/12/2017	66531	230 * XI
MAL0765	P041300024	05/12/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 2109/2017

Publicação Nº 1474073

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8048 2109/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHC1136	54853639E	24/10/2017	76252	ART 181, XX
MCZ8193	54852689E	08/11/2017	76252	ART 181, XX
MJS0225	P03MC0001M	08/11/2017	55500	181 * XVIII
LNW4889	P03MC0000E	06/11/2017	55500	181 * XVIII
MIL1864	P03MC0000G	06/11/2017	55500	181 * XVIII
MIK4315	P03MC0000S	07/11/2017	55500	181 * XVIII
QHJ6452	P03MC0002S	09/11/2017	55500	181 * XVIII
MED8455	P040M00002	10/11/2017	55500	181 * XVIII
KED0841	P040M00003	10/11/2017	55500	181 * XVIII
MHF7066	P040M0000G	13/11/2017	55500	181 * XVIII
MFA8608	P040M00011	14/11/2017	55500	181 * XVIII
MLR3324	P040M0000N	14/11/2017	55680	181 * XIX
QHV0841	P040M0001E	17/11/2017	55680	181 * XIX
MDR5715	P040M0001V	07/12/2017	55680	181 * XIX
MLA5813	P03MC0001V	09/11/2017	55680	181 * XIX
OKH8827	P03MC0001X	09/11/2017	55680	181 * XIX
MBC2256	54852609E	25/10/2017	55680	181 * XIX
MIC4003	P03MC00010	08/11/2017	55680	181 * XIX
QIG3227	P03MC00017	08/11/2017	55680	181 * XIX
MIS3861	P03MC0001B	08/11/2017	55680	181 * XIX
QIO3512	P040M00028	14/12/2017	55680	181 * XIX
MGJ8408	P03MD0000G	01/11/2017	51851	167
LXN7363	P03DL00042	09/11/2017	54281	181 * V
MGR5767	P03MC0001Y	09/11/2017	54521	181 * VIII
QIS3716	P03MC0002D	09/11/2017	54521	181 * VIII
MHU1664	P040M00021	11/12/2017	54521	181 * VIII
QHR0063	54852738E	21/11/2017	54521	181 * VIII
KFZ9519	54852802E	28/11/2017	54521	181 * VIII
EKY5410	P040M00014	16/11/2017	54521	181 * VIII
MEJ9564	P040M0000X	14/11/2017	54522	181 * VIII
MLR1391	P040M00012	14/11/2017	54522	181 * VIII
MFZ4925	P040M0000E	13/11/2017	54526	181 * VIII
JTZ9268	P03MC0002X	09/11/2017	54526	181 * VIII
MHJ3200	P03MC0000U	07/11/2017	54526	181 * VIII
MGP3787	P03MC0002O	09/11/2017	54526	181 * VIII
MMC3852	54852650E	01/11/2017	56221	182 * VI
MIZ3614	54852631E	26/10/2017	56221	182 * VI
HQH8261	P03MC00007	01/11/2017	56222	182 * VI
MLH7341	P03DL00041	09/11/2017	70991	244 * V II
MJL7447	54853635E	24/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MEF4715	54852672E	07/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

OQD0390 54852682E 08/11/2017 55411 181*XVII c/ Lei13146
 MLV5607 54852686E 08/11/2017 55411 181*XVII c/ Lei13146
 ILY5870 54852688E 08/11/2017 55411 181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

SAUL DE MELLO FERREIRA
 AUTORIDADE DE TRANSITO

BLUMENAU

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8801 314/2017

Publicação Nº 1473646

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8801 314/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHX6021	54303939N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
BPT9661	54308471N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIK8808	54309085N	17/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MCD2266	0000102831	09/10/2017	74550	218 * I	130.16
MAO6505	0000102785	09/10/2017	74550	218 * I	130.16
ETV3539	0000102807	09/10/2017	74550	218 * I	130.16
AYE7081	0000101227	22/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJK4151	0000101247	22/09/2017	74550	218 * I	130.16
MHC0660	0000101323	23/09/2017	74550	218 * I	130.16
MHK2956	0000102942	11/10/2017	74550	218 * I	130.16
MBU2443	0000102955	11/10/2017	74550	218 * I	130.16
AJN2486	0000102968	11/10/2017	74550	218 * I	130.16
MHU1839	0000102977	11/10/2017	74550	218 * I	130.16
AGG5845	0000102987	11/10/2017	74550	218 * I	130.16
ILG5878	0000102990	11/10/2017	74550	218 * I	130.16
MFK1698	0000101415	24/09/2017	74550	218 * I	130.16
INA0355	0000101427	24/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFH9508	0000101430	24/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGY3276	0000101467	24/09/2017	74550	218 * I	130.16

MMD7813	0000101509	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEH2914	0000101682	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT9542	0000101736	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FJO7378	0000101739	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW5653	0000102047	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OKH5468	0000102087	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
APN6285	0000102122	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE7613	0000102281	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA0284	0000102378	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
KEY8926	0000102423	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH8802	0000102492	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW6507	0000096585	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QJF1326	0000097511	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB4150	0000097851	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AVE0804	0000097855	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHV4872	0000097891	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ATW4412	0000098314	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYN4764	0000098377	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEK0499	0000098424	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZJ8712	0000098367	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZZ5649	0000098429	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BVW2341	0000098549	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXV9960	0000098535	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR3153	0000098990	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR3153	0000098997	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW5009	0000099101	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZZ5805	0000099167	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HRE5432	0000099920	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IQT4010	0000099476	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY6695	0000100040	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR9799	0000100326	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ2371	0000100549	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AJL4916	0000100586	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU0289	0000100701	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO8850	0000100716	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA1141	0000100724	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QJR0079	0000100743	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN3082	0000100826	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EAJ8635	0000100712	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCG1791	0000100796	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH5278	0000100849	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAN9991	0000100863	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA5241	0000100891	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI2996	0000101022	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAK8858	0000099875	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZX4539	0000101068	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHI1061	0000101124	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE1449	0000103096	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZH5626	0000103102	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EGH0895	0000103104	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ELG8136	0000103124	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC0456	0000103130	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHT9200	0000103132	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS5123	0000103169	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIR6086	0000103173	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIR6086	0000103177	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AHJ8501	0000103002	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK4888	0000103004	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LYU8026	0000103031	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB6333	0000103035	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLZ6721	0000103194	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CRM8197	0000103201	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LRC9540	0000103207	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16

QHS2105	0000103220	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ISV6330	0000103242	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHB3748	0000103244	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFN7282	0000103063	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCH5735	0000103267	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AKP4099	0000103284	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJG0209	0000103290	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MVG4950	0000103297	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE7949	0000103303	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCR4154	0000103310	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI3657	0000103320	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AMF8622	0000103423	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM8553	0000103431	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AGM7550	0000103470	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZX1437	0000103480	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAL4491	0000103821	19/10/2017	74550	218	*	I	130.16
PWZ0656	0000104068	22/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM7482	0000104204	23/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA3987	0000104352	25/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU9596	0000104440	26/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGD4469	0000104545	28/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ7284	0000104534	28/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ1403	0000104726	29/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIQ3697	0000103367	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LSK0049	0000103394	15/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MCR4154	0000103407	15/10/2017	74630	218	*	II	195.23
EAI3586	0000101383	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
PWA1353	0000103943	21/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MBY7698	0000103476	15/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MMF2278	0000103277	14/10/2017	74630	218	*	II	195.23
ELG8136	0000103084	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MVG4950	0000103255	14/10/2017	74630	218	*	II	195.23
LYM3699	0000103217	13/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MVG4950	0000103062	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MIT9200	0000103009	11/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MCR4154	0000103193	13/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MFH1849	0000099902	04/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGY5509	0000101053	19/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MBJ7126	0000099191	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBJ7126	0000099214	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
FCO1300	0000098286	16/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHB2028	0000097930	11/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEN3389	0000102598	07/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MGX1900	0000101898	30/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AKZ2143	0000102991	11/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MFP6649	0000102999	11/10/2017	74630	218	*	II	195.23
EMS0121	0000102935	11/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MEL5703	0000101347	23/09/2017	74710	218	*	III	880.40
FVV4628	0000100814	16/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MKZ9817	0000103349	14/10/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 313/2017

Publicação Nº 1473647

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 313/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

QIR4245	54319615N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
QIR4245	54319616N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
QIR4245	54319617N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
QHG3547	54319618N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MIC4858	54327422N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
QHW8465	54327423N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
KJB2901	54327956N	12/12/2017	50020	257	õ	8\$
MJK1076	0000107749	05/12/2017	74550	218	*	I
MJN4496	0000107751	05/12/2017	74550	218	*	I
MBF6264	0000107723	05/12/2017	74550	218	*	I
NZT7210	0000106968	26/11/2017	74550	218	*	I
PQE1875	0000107008	26/11/2017	74550	218	*	I
OHI5661	0000107172	29/11/2017	74550	218	*	I
ETD5171	0000107230	30/11/2017	74550	218	*	I
QIT1898	0000107232	30/11/2017	74550	218	*	I
LCK9508	0000107263	30/11/2017	74550	218	*	I
MKP1319	0000107267	30/11/2017	74550	218	*	I
LWZ4785	0000107475	02/12/2017	74550	218	*	I
MMM4231	0000106165	16/11/2017	74550	218	*	I
MBP7385	0000106176	16/11/2017	74550	218	*	I
MKV7195	0000105356	06/11/2017	74550	218	*	I
QHK4379	0000106051	15/11/2017	74550	218	*	I
MID7561	0000106052	15/11/2017	74550	218	*	I
MCP0881	0000106182	16/11/2017	74550	218	*	I
MKX1164	0000106185	16/11/2017	74550	218	*	I
MBY5667	0000106204	17/11/2017	74550	218	*	I
MDX9098	0000106243	17/11/2017	74550	218	*	I
MBM2254	0000106270	17/11/2017	74550	218	*	I
MFA8501	0000106257	17/11/2017	74550	218	*	I
MGH2813	0000106259	17/11/2017	74550	218	*	I
LXT6433	0000106220	17/11/2017	74550	218	*	I
ASK9222	0000106567	21/11/2017	74550	218	*	I
MAU7941	0000107738	05/12/2017	74550	218	*	I
MJR0281	0000107804	06/12/2017	74550	218	*	I

MKJ8899	0000107784	06/12/2017	74550	218	*	I
OKH1860	0000107789	06/12/2017	74550	218	*	I
KNO9487	0000107821	06/12/2017	74550	218	*	I
MCR4154	0000107768	06/12/2017	74550	218	*	I
OKH4613	0000107818	06/12/2017	74550	218	*	I
MBN0444	0000107844	07/12/2017	74550	218	*	I
MIY4398	0000107862	07/12/2017	74550	218	*	I
MFY8043	0000107884	07/12/2017	74550	218	*	I
MDI8702	0000107885	07/12/2017	74550	218	*	I
OKH4613	0000107887	07/12/2017	74550	218	*	I
MLQ2655	0000107891	07/12/2017	74550	218	*	I
MDJ3657	0000107940	08/12/2017	74550	218	*	I
MFS0106	0000107942	08/12/2017	74550	218	*	I
LYX3839	0000108010	09/12/2017	74550	218	*	I
QHC1595	0000108014	09/12/2017	74550	218	*	I
MGZ6762	0000108025	09/12/2017	74550	218	*	I
OKG5434	0000107959	08/12/2017	74550	218	*	I
OPE4077	0000107962	08/12/2017	74550	218	*	I
MDJ7064	0000108028	09/12/2017	74550	218	*	I
ILF3874	0000107903	08/12/2017	74550	218	*	I
DZII1543	0000107910	08/12/2017	74550	218	*	I
MDK4093	0000107948	08/12/2017	74550	218	*	I
MBH6575	0000107949	08/12/2017	74550	218	*	I
LZR5329	0000107918	08/12/2017	74550	218	*	I
MBY8538	0000107936	08/12/2017	74550	218	*	I
ALW2036	0000107864	07/12/2017	74550	218	*	I
MKP2934	0000107855	07/12/2017	74550	218	*	I
MDH8762	0000107972	09/12/2017	74550	218	*	I
MJO2776	0000105578	09/11/2017	74550	218	*	I
QHM9626	0000105586	09/11/2017	74550	218	*	I
IUH4466	0000105587	09/11/2017	74550	218	*	I
MDX7234	0000105594	10/11/2017	74550	218	*	I
MDQ0664	0000105608	10/11/2017	74550	218	*	I
MJS6196	0000105616	10/11/2017	74550	218	*	I
MLH2930	0000105689	11/11/2017	74550	218	*	I
MJD7037	0000105690	11/11/2017	74550	218	*	I
MCY9610	0000105688	11/11/2017	74550	218	*	I
QIF7041	0000105633	10/11/2017	74550	218	*	I
OOG0511	0000105634	10/11/2017	74550	218	*	I
IMD4513	0000105636	10/11/2017	74550	218	*	I
MLS3617	0000105638	10/11/2017	74550	218	*	I
QID0072	0000105623	10/11/2017	74550	218	*	I
MJU2310	0000105625	10/11/2017	74550	218	*	I
MIL3307	0000105629	10/11/2017	74550	218	*	I
MIX3629	0000105648	10/11/2017	74550	218	*	I
ETO0385	0000105652	10/11/2017	74550	218	*	I
MDY4946	0000105653	10/11/2017	74550	218	*	I
CPU4830	0000105663	10/11/2017	74550	218	*	I
MFH9508	0000105717	11/11/2017	74550	218	*	I
MBM4772	0000105727	11/11/2017	74550	218	*	I
ARC2390	0000105749	11/11/2017	74550	218	*	I
LLD8005	0000105759	12/11/2017	74550	218	*	I
MEW4083	0000105760	12/11/2017	74550	218	*	I
MKH2378	0000105768	12/11/2017	74550	218	*	I
BOF6491	0000105784	12/11/2017	74550	218	*	I
OKE1207	0000105786	12/11/2017	74550	218	*	I
APK5716	0000105828	12/11/2017	74550	218	*	I
MHY2984	0000105801	12/11/2017	74550	218	*	I
MJQ3432	0000105835	12/11/2017	74550	218	*	I
JIE1223	0000105836	12/11/2017	74550	218	*	I
CDE4703	0000105838	12/11/2017	74550	218	*	I
MHY2984	0000105845	12/11/2017	74550	218	*	I
KMV2237	0000105860	13/11/2017	74550	218	*	I

QJS5610	0000105866	13/11/2017	74550	218	*	I
INF9189	0000104889	31/10/2017	74550	218	*	I
MGF0454	0000104918	01/11/2017	74550	218	*	I
MLB7836	0000105113	03/11/2017	74550	218	*	I
MIA8091	0000105050	02/11/2017	74550	218	*	I
FUE5325	0000105204	03/11/2017	74550	218	*	I
MEV7205	0000105214	04/11/2017	74550	218	*	I
KMF9997	0000105342	06/11/2017	74550	218	*	I
MJO4218	0000104198	23/10/2017	74550	218	*	I
MHR3520	0000104304	24/10/2017	74550	218	*	I
MJA1614	0000104671	29/10/2017	74550	218	*	I
MDL3548	0000104738	29/10/2017	74550	218	*	I
QHJ7295	0000104739	29/10/2017	74550	218	*	I
IEG7052	0000105423	07/11/2017	74550	218	*	I
MKJ2271	0000105394	07/11/2017	74550	218	*	I
QHY8324	0000105403	07/11/2017	74550	218	*	I
QJS5610	0000105436	07/11/2017	74550	218	*	I
MKC4626	0000105982	14/11/2017	74550	218	*	I
LYE1168	0000106064	15/11/2017	74550	218	*	I
MKO3488	0000106020	14/11/2017	74550	218	*	I
LZH8722	0000106039	15/11/2017	74550	218	*	I
MHH0886	0000106042	15/11/2017	74550	218	*	I
QIL3473	0000105995	14/11/2017	74550	218	*	I
DMH4779	0000105998	14/11/2017	74550	218	*	I
DRP9871	0000105999	14/11/2017	74550	218	*	I
MHC2543	0000106002	14/11/2017	74550	218	*	I
EIT6694	0000106127	15/11/2017	74550	218	*	I
HOA3570	0000106104	15/11/2017	74550	218	*	I
MMB4654	0000106109	15/11/2017	74550	218	*	I
MFH9669	0000106112	15/11/2017	74550	218	*	I
EBK3678	0000105880	13/11/2017	74550	218	*	I
MFY9781	0000105893	13/11/2017	74550	218	*	I
AKV2252	0000105895	13/11/2017	74550	218	*	I
MMD3582	0000105938	14/11/2017	74550	218	*	I
MAX8782	0000105953	14/11/2017	74550	218	*	I
QIR1939	0000105956	14/11/2017	74550	218	*	I
MBM4772	0000106086	15/11/2017	74550	218	*	I
MBM2254	0000106067	15/11/2017	74550	218	*	I
MKZ3021	0000106070	15/11/2017	74550	218	*	I
MFB4670	0000106077	15/11/2017	74550	218	*	I
MBR5305	0000106079	15/11/2017	74550	218	*	I
MCC0458	0000107987	09/12/2017	74550	218	*	I
LWV9666	0000107991	09/12/2017	74550	218	*	I
AWL2268	0000108070	10/12/2017	74550	218	*	I
LXI3805	0000108049	10/12/2017	74550	218	*	I
AET8492	0000108044	10/12/2017	74550	218	*	I
EPQ4111	0000108058	10/12/2017	74550	218	*	I
MJY8312	0000108062	10/12/2017	74550	218	*	I
MKT5408	0000108134	11/12/2017	74550	218	*	I
MHB7924	0000108079	10/12/2017	74550	218	*	I
MFP8694	0000108174	11/12/2017	74550	218	*	I
MKF2386	0000108176	11/12/2017	74550	218	*	I
MEF8034	0000108183	11/12/2017	74550	218	*	I
QHE2205	0000108193	11/12/2017	74550	218	*	I
MFV4984	0000108196	11/12/2017	74550	218	*	I
MAV8970	0000108095	10/12/2017	74550	218	*	I
MFY2838	0000108158	11/12/2017	74550	218	*	I
AQH8096	0000108160	11/12/2017	74550	218	*	I
MDI4174	0000108186	11/12/2017	74550	218	*	I
AKO2950	0000108182	11/12/2017	74630	218	*	II
MEO2828	0000105977	14/11/2017	74630	218	*	II
MJF2823	0000106122	15/11/2017	74630	218	*	II
MLT6811	0000105486	08/11/2017	74630	218	*	II

MKH1962	0000105502	08/11/2017	74630	218	*	II
MID3950	0000104959	01/11/2017	74630	218	*	II
IQT4010	0000105307	06/11/2017	74630	218	*	II
MDL6503	0000105919	13/11/2017	74630	218	*	II
MCN5352	0000105887	13/11/2017	74630	218	*	II
AOV0934	0000107979	09/12/2017	74630	218	*	II
LZO9853	0000107835	07/12/2017	74630	218	*	II
MEH4075	0000107938	08/12/2017	74630	218	*	II
MEO7652	0000108005	09/12/2017	74630	218	*	II
MLM0875	0000107872	07/12/2017	74630	218	*	II
LXV9265	0000107863	07/12/2017	74630	218	*	II
QHV7726	0000107770	06/12/2017	74630	218	*	II
MFF3124	0000106422	19/11/2017	74630	218	*	II
MCL9366	0000106301	18/11/2017	74630	218	*	II
MGD4347	0000105319	06/11/2017	74630	218	*	II
MFF3124	0000106178	16/11/2017	74630	218	*	II
MFT0649	0000107728	05/12/2017	74630	218	*	II
LZO9853	0000107772	06/12/2017	74630	218	*	II
LZV4384	0000106746	23/11/2017	74710	218	*	III
MGW0749	0000106046	15/11/2017	74710	218	*	III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8800 313/2017

Publicação Nº 1473648

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8800 313/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCR3258	54287148N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AHS9257	54293793N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIM3823	54298268N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKE7802	54298294N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLJ7481	54300274N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16

MGG6096	54302819N	28/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
ARM2717	54306031N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHH2987	54306079N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
FAW8400	54306099N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJF2134	54308591N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MIU4689	54309349N	17/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MIF1102	54309364N	17/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHM1374	54312158N	26/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MGO6908	8800161043	17/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR4714	8800160278	20/10/2017	74550	218	*	I	130.16
GZP3241	8800160533	20/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM9254	8800160591	20/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHV8607	8800160630	20/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LXQ4840	8800160769	20/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW4986	8800161126	23/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW3615	8800161146	23/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH0741	8800161197	23/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN6568	8800161275	23/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGB1756	8800161324	23/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LXU5717	8800161339	23/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EHX7921	8800161469	24/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKS8816	8800161646	26/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFG3500	8800161659	26/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN5955	8800160437	20/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBZ9396	8800151094	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JPJ4354	8800157247	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OXF5727	8800157249	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
JQP3131	8800157253	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIC5528	8800157266	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EMR0959	8800157285	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BBP1184	8800157290	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LRZ3409	8800157298	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN3990	8800157302	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAJ2254	8800157308	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGN8818	8800157315	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK2205	8800157316	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK2525	8800157335	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB9138	8800157337	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJR4039	8800157340	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH6096	8800157376	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AAZ3093	8800157397	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH4916	8800157425	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKV4550	8800157444	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ6655	8800157445	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHQ2221	8800157446	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAV9522	8800157452	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
FJA6155	8800157463	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV8991	8800157471	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS9554	8800157486	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LYM2394	8800157488	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIP3850	8800157489	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE7738	8800156812	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MES6748	8800156823	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
HIK4442	8800156842	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJC4433	8800156845	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHR6626	8800156855	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AJN2486	8800156856	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ATH0347	8800156875	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEK8732	8800156890	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT6864	8800156897	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM1227	8800156903	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN2652	8800156904	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV6586	8800156908	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16

MCC3645	8800156911	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGH9097	8800156958	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QID9826	8800156959	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LXS5635	8800156978	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB8718	8800157009	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX1401	8800157010	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ6722	8800157015	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLE4403	8800157033	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MES1868	8800157035	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LYM8192	8800157039	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DOO4488	8800157046	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCR6721	8800157052	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG1454	8800157094	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF5901	8800157096	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDW0884	8800157098	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT8772	8800157113	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX6186	8800157124	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IVT0495	8800157134	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ALW7685	8800157139	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LXA8054	8800157140	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHY5779	8800157153	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFB3538	8800157211	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AQF2971	8800157215	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU8563	8800157224	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJR9633	8800157227	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLF1720	8800157539	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZY0606	8800157662	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZO0537	8800158262	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIN7862	8800153875	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKD9843	8800153910	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC1126	8800156933	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ARR3890	8800158811	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EZI7227	8800159013	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFA2870	8800160130	19/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IPA0486	8800159570	18/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB3918	8800159636	18/10/2017	74550	218	*	I	130.16
FCB6807	8800159704	18/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX8763	8800159900	18/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGG2079	8800153934	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK0995	8800153968	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIS1943	8800153993	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ3003	8800154000	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHU0274	8800154005	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIM0577	8800154028	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP0736	8800154032	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIH9800	8800154035	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE0616	8800154048	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCF1804	8800154063	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJA7474	8800154131	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MID4811	8800154140	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM9632	8800154155	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN7838	8800154169	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIX0825	8800154204	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MML3737	8800154206	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIE2522	8800154230	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ3119	8800154251	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIL2366	8800151395	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IPK1838	8800151810	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DGB0970	8800151833	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDX4138	8800151848	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDR5176	8800153819	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX3063	8800153844	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXN5339	8800154291	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16

AHI1129	8800154298	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCO1915	8800154331	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD6846	8800154346	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EBK3678	8800154443	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NMF4604	8800154468	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ6242	8800154487	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BGD8299	8800154513	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIY1385	8800154547	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMD0297	8800154635	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OII6646	8800154660	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW1962	8800154672	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDG8043	8800154674	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGD2862	8800154685	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF0683	8800154748	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB4615	8800154750	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHZ4642	8800154757	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLZ1850	8800154812	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO9477	8800154832	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZG0568	8800154853	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFN0006	8800154935	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLW3970	8800154957	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDR3943	8800155063	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ1705	8800155187	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AJG1511	8800155227	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDK7115	8800155316	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
PWL0340	8800155431	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLR5701	8800155537	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL5993	8800155566	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BBA8656	8800155681	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYL6629	8800155708	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG7347	8800155863	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW1664	8800155905	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKX6662	8800155926	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEB8817	8800155929	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDB8945	8800155940	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AZM1087	8800155944	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ATS0345	8800155958	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IRV6222	8800156030	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKC9001	8800156216	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OVE4698	8800156283	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DUJ3279	8800156337	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EPY6522	8800156384	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJF5937	8800156461	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NZD3791	8800156487	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD8727	8800156595	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IMX0501	8800156671	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FEK4898	8800156694	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX5868	8800156729	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIQ7235	8800153427	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ0513	8800153490	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYT0496	8800153501	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB5201	8800153503	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ION0828	8800153506	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLZ0504	8800153512	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFA7206	8800153548	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL6848	8800153569	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV3102	8800153571	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF5155	8800153579	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HNN4652	8800153600	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ7965	8800153626	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHT4177	8800153636	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MQL4414	8800153638	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
L TZ3323	8800153747	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MBM7575	8800153171	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN7959	8800153192	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NYJ9006	8800153199	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIU3140	8800153219	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIV3331	8800153222	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDI5974	8800153225	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDE8232	8800153227	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKQ7311	8800153239	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHZ4642	8800153244	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NGR0167	8800153245	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV7960	8800153247	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HBFO855	8800153294	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ3837	8800153300	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG4683	8800153328	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN3822	8800153349	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP3019	8800153360	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGH4042	8800147884	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KQH9898	8800147899	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDV4667	8800148336	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW5290	8800148712	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AQS3039	8800147327	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ4722	8800147630	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OLT5977	8800147652	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AXE2109	8800147815	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JVF4029	8800147829	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LUU1589	8800147845	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB4176	8800151936	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIM3777	8800151958	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYS7673	8800152029	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB8718	8800152087	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MID3449	8800152143	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHV5614	8800152206	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGW7780	8800152211	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK3268	8800152221	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT4258	8800152322	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE6916	8800152371	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM8078	8800152426	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF6517	8800152504	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ1155	8800152573	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYN1943	8800152695	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU7017	8800152726	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIN8245	8800152736	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBA4233	8800152823	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OPF1019	8800152843	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE2476	8800152905	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AWX0818	8800152915	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EAL7241	8800152930	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHV2412	8800152953	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBA7294	8800152970	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE4338	8800152987	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ATR8002	8800153082	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IEX3044	8800153151	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ADY9058	8800144274	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEM8474	8800140413	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ0716	8800142667	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ARY5517	8800146715	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
APK4259	8800146746	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN1908	8800146889	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ1025	8800145128	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR0594	8800145175	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIZ1113	8800146933	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLR3048	8800146990	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZP3819	8800147011	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MBN6284	8800147012	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHZ2419	8800145300	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ6654	8800145323	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCU6231	8800145806	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ7475	8800146041	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI4682	8800146300	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLF6285	8800146318	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCD2074	8800146360	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DUP5502	8800146400	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEX1856	8800146226	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJZ8841	8800146249	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LWS6380	8800146253	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF0260	8800146273	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHV3828	8800146470	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFD3780	8800146542	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY7933	8800146704	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR0518	8800147036	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT9885	8800147048	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJZ1583	8800147115	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJR2559	8800147151	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJC1933	8800147168	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF3824	8800147177	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA3360	8800147208	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMO0586	8800147216	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHY4774	8800147221	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZT8664	8800147225	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MML1032	8800147241	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW9229	8800147266	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
PWW1340	8800147283	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IBW2955	8800147350	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA1634	8800147403	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIS9226	8800147443	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG3615	8800147451	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM5188	8800147452	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DPC8812	8800147455	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHI2866	8800147482	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NES9500	8800148873	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DEJ6175	8800149181	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IBF0675	8800149205	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEY6118	8800149494	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW2812	8800149641	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB5619	8800149796	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFB6310	8800149806	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KPS2850	8800149814	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFU4938	8800149924	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS5985	8800150209	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIX0126	8800150234	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMI9523	8800150258	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MES3662	8800150566	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH6796	8800150725	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW2231	8800150342	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDW2013	8800150792	04/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ILW2500	8800147550	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJI5241	8800147291	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFW6614	8800147301	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHW1708	8800146712	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJF6848	8800147015	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AZA3733	8800146967	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHY0608	8800145177	07/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJN7525	8800146917	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJV2371	8800146922	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHJ1426	8800144051	01/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AMQ0284	8800144729	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23

MDZ6475	8800152518	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
FVV0873	8800147849	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLJ6443	8800147764	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
OAR0470	8800147335	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHI8275	8800148793	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LYI9701	8800151309	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJV8326	8800153774	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ARS2292	8800156414	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MES3326	8800156279	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHB8992	8800155851	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGJ6600	8800154607	20/09/2017	74630	218	*	II	195.23
FTT0380	8800153850	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DRO9900	8800153863	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEO8844	8800151897	12/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKL9738	8800154285	19/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLY7013	8800156944	02/10/2017	74630	218	*	II	195.23
ANN1344	8800153913	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
IVU6372	8800158754	09/10/2017	74630	218	*	II	195.23
LYZ5398	8800157191	02/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MJF1078	8800156914	02/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MGX9616	8800157368	05/10/2017	74630	218	*	II	195.23
LXT4616	8800160525	20/10/2017	74630	218	*	II	195.23
LYA7297	8800160702	20/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MFZ4260	8800160737	20/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MFZ4260	8800160393	20/10/2017	74630	218	*	II	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 312/2017

Publicação Nº 1473649

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 312/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AUM4791	54315601N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFW6614	54315607N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLJ1025	54315693N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGM0187	54315713N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
JDX6969	54318082N	13/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIC0606	54318083N	13/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
KPS2850	54318086N	13/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGA8647	54319117N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJP6729	54319121N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKJ7483	54319127N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKX6712	54319137N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
PUT0492	54321332N	21/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEY3589	54327159N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MCB0687	54327162N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMK2704	54327164N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
LWV3266	54327165N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MCI3912	54327168N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIN9647	54327172N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHC7945	54327178N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJZ1539	54327179N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLT5993	54327183N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKX6762	54327184N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHC5835	54327186N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
OKG3958	54327189N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHN2027	54327199N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
PUA6355	54327201N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
ARX3292	54327213N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJG2679	54327216N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLK5882	54327883N	11/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MBU3165	54328127N	12/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGL1227	54328137N	12/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIK1569	54328940N	14/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QII0710	54329275N	15/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLP2280	54329279N	15/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
OKH1720	54329280N	15/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHB5858	54329281N	15/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMF4845	54329282N	15/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLE6258	54329283N	15/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
IPN7362	54329285N	15/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHO3961	54329287N	15/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKW0321	54329288N	15/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKG5879	54329289N	15/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKQ6517	8800167400	05/12/2017	74550	218 * I
QHA2400	8800167403	05/12/2017	74550	218 * I
QHM5283	8800167410	05/12/2017	74550	218 * I
LXT8079	8800167421	05/12/2017	74550	218 * I
MJN3782	8800167436	05/12/2017	74550	218 * I
MEF3114	8800167440	05/12/2017	74550	218 * I
DFU7122	8800167445	05/12/2017	74550	218 * I
QHI6278	8800167460	05/12/2017	74550	218 * I
MKG8715	8800167462	05/12/2017	74550	218 * I
MKH1033	8800167472	05/12/2017	74550	218 * I
MIB0229	8800167479	05/12/2017	74550	218 * I
MCB8345	8800167489	05/12/2017	74550	218 * I
QHU7819	8800167080	06/12/2017	74550	218 * I
QHL9591	8800167084	06/12/2017	74550	218 * I
DGJ2352	8800167091	06/12/2017	74550	218 * I
EKH9192	8800167108	06/12/2017	74550	218 * I
QIF6619	8800167117	06/12/2017	74550	218 * I
FIC7592	8800167275	05/12/2017	74550	218 * I
MHB8735	8800167280	05/12/2017	74550	218 * I

MGI6141	8800167303	05/12/2017	74550	218	*	I
QID0410	8800167314	05/12/2017	74550	218	*	I
ASD6164	8800167330	05/12/2017	74550	218	*	I
MLC5625	8800167332	05/12/2017	74550	218	*	I
MFD1527	8800167356	05/12/2017	74550	218	*	I
MHU2674	8800167376	05/12/2017	74550	218	*	I
MGI3982	8800167377	05/12/2017	74550	218	*	I
AKM0361	8800167385	05/12/2017	74550	218	*	I
HZX0722	8800167386	05/12/2017	74550	218	*	I
NIS5441	8800167387	05/12/2017	74550	218	*	I
MJU5464	8800167393	05/12/2017	74550	218	*	I
MLY1872	8800167394	05/12/2017	74550	218	*	I
QHC3333	8800166822	04/12/2017	74550	218	*	I
MCT0677	8800166824	04/12/2017	74550	218	*	I
QHK1962	8800166829	04/12/2017	74550	218	*	I
FME2143	8800166830	04/12/2017	74550	218	*	I
MLB6876	8800166841	04/12/2017	74550	218	*	I
MFO4115	8800166842	04/12/2017	74550	218	*	I
CYY2068	8800166847	04/12/2017	74550	218	*	I
MHW6688	8800166857	04/12/2017	74550	218	*	I
MGO5548	8800166859	04/12/2017	74550	218	*	I
MGD8263	8800166866	04/12/2017	74550	218	*	I
MJQ2040	8800166886	04/12/2017	74550	218	*	I
MGU1945	8800166894	04/12/2017	74550	218	*	I
QHO8941	8800166907	04/12/2017	74550	218	*	I
MLS2507	8800166908	04/12/2017	74550	218	*	I
OMB1275	8800166911	04/12/2017	74550	218	*	I
MJR2477	8800166918	04/12/2017	74550	218	*	I
AZH7777	8800166919	04/12/2017	74550	218	*	I
DAY2437	8800166921	04/12/2017	74550	218	*	I
MMJ1823	8800166927	04/12/2017	74550	218	*	I
MFA5564	8800166932	04/12/2017	74550	218	*	I
MIW4820	8800166450	01/12/2017	74550	218	*	I
HBL4412	8800166549	01/12/2017	74550	218	*	I
MGB7742	8800166553	01/12/2017	74550	218	*	I
MIZ0344	8800166646	04/12/2017	74550	218	*	I
MEC0124	8800166785	04/12/2017	74550	218	*	I
MHO1742	8800166805	04/12/2017	74550	218	*	I
MLA7708	8800166938	04/12/2017	74550	218	*	I
MJW5360	8800166954	04/12/2017	74550	218	*	I
MJH0076	8800166960	04/12/2017	74550	218	*	I
JIR2809	8800166977	04/12/2017	74550	218	*	I
MGP9617	8800166994	06/12/2017	74550	218	*	I
AVE0301	8800167005	06/12/2017	74550	218	*	I
MKT8074	8800167020	06/12/2017	74550	218	*	I
ANX6490	8800167028	06/12/2017	74550	218	*	I
MAR1645	8800167030	06/12/2017	74550	218	*	I
MBY2002	8800167035	06/12/2017	74550	218	*	I
AZL7711	8800167042	06/12/2017	74550	218	*	I
MJW3615	8800167511	05/12/2017	74550	218	*	I
MKB8385	8800167512	05/12/2017	74550	218	*	I
MDJ7688	8800167514	05/12/2017	74550	218	*	I
MID0320	8800167517	05/12/2017	74550	218	*	I
AUC3757	8800166941	04/12/2017	74550	218	*	I
DME6567	8800166947	04/12/2017	74550	218	*	I
MKJ9165	8800166592	04/12/2017	74550	218	*	I
QHN0554	8800166595	04/12/2017	74550	218	*	I
MEX5218	8800166603	04/12/2017	74550	218	*	I
CCO3255	8800166609	04/12/2017	74550	218	*	I
DMP5787	8800166613	04/12/2017	74550	218	*	I
ARJ3264	8800166632	04/12/2017	74550	218	*	I
OPU8820	8800166634	04/12/2017	74550	218	*	I
MCU2354	8800166637	04/12/2017	74550	218	*	I

MHV1151	8800166669	04/12/2017	74550	218	*	I
MMJ5109	8800166675	04/12/2017	74550	218	*	I
QIJ1534	8800166684	04/12/2017	74550	218	*	I
MJE0056	8800166687	04/12/2017	74550	218	*	I
MKC1190	8800166694	04/12/2017	74550	218	*	I
MAZ1516	8800166713	04/12/2017	74550	218	*	I
DPJ0646	8800166714	04/12/2017	74550	218	*	I
IPH5079	8800166726	04/12/2017	74550	218	*	I
LYJ0575	8800166744	04/12/2017	74550	218	*	I
MBW8344	8800166750	04/12/2017	74550	218	*	I
MHZ7628	8800166760	04/12/2017	74550	218	*	I
LZF3479	8800166761	04/12/2017	74550	218	*	I
MIO1034	8800166762	04/12/2017	74550	218	*	I
ONI0150	8800163645	16/11/2017	74550	218	*	I
MIL7628	8800163657	16/11/2017	74550	218	*	I
MMH7035	8800163665	16/11/2017	74550	218	*	I
MMD1950	8800163684	16/11/2017	74550	218	*	I
MMA6346	8800163699	16/11/2017	74550	218	*	I
MIV1336	8800163713	16/11/2017	74550	218	*	I
IKO3223	8800163838	16/11/2017	74550	218	*	I
MLJ3279	8800164278	20/11/2017	74550	218	*	I
MLI7619	8800164989	21/11/2017	74550	218	*	I
QHU7228	8800165003	21/11/2017	74550	218	*	I
ARA6289	8800164150	17/11/2017	74550	218	*	I
OLV5128	8800164151	17/11/2017	74550	218	*	I
ISN7447	8800165446	28/11/2017	74550	218	*	I
AUO7599	8800165540	28/11/2017	74550	218	*	I
MHL1104	8800165762	30/11/2017	74550	218	*	I
MLD7260	8800165871	30/11/2017	74550	218	*	I
LZP8844	8800165884	30/11/2017	74550	218	*	I
MJH0076	8800165906	30/11/2017	74550	218	*	I
MKE8298	8800165916	30/11/2017	74550	218	*	I
MAT7003	8800165920	30/11/2017	74550	218	*	I
ETV3539	8800165921	30/11/2017	74550	218	*	I
MLZ3471	8800166007	01/12/2017	74550	218	*	I
MHT7666	8800166040	01/12/2017	74550	218	*	I
LZG3838	8800166090	01/12/2017	74550	218	*	I
MFE9482	8800166114	01/12/2017	74550	218	*	I
MLK7532	8800166131	01/12/2017	74550	218	*	I
MIR4193	8800166155	01/12/2017	74550	218	*	I
NJY5406	8800166196	01/12/2017	74550	218	*	I
QHK6185	8800166197	01/12/2017	74550	218	*	I
MFE7556	8800166283	30/11/2017	74550	218	*	I
EFW0421	8800166288	30/11/2017	74550	218	*	I
OBY2666	8800166381	01/12/2017	74550	218	*	I
ECB8643	8800163411	16/11/2017	74550	218	*	I
MHP1406	8800162857	09/11/2017	74550	218	*	I
MHI5247	8800162870	09/11/2017	74550	218	*	I
EAO6200	8800162873	09/11/2017	74550	218	*	I
MMF0473	8800162879	09/11/2017	74550	218	*	I
LZJ6312	8800160103	19/10/2017	74550	218	*	I
MGH4642	8800159745	18/10/2017	74550	218	*	I
MJR9133	8800159828	18/10/2017	74550	218	*	I
MFC6016	8800160650	20/10/2017	74550	218	*	I
MLA2539	8800161176	23/10/2017	74550	218	*	I
MLZ0411	8800163089	09/11/2017	74550	218	*	I
MLP4180	8800163090	09/11/2017	74550	218	*	I
LXY6708	8800163097	09/11/2017	74550	218	*	I
MFU9503	8800163115	09/11/2017	74550	218	*	I
IQZ4409	8800163119	09/11/2017	74550	218	*	I
MKM3030	8800163123	09/11/2017	74550	218	*	I
QHO5815	8800163149	09/11/2017	74550	218	*	I
QHB8493	8800163152	09/11/2017	74550	218	*	I

MDH4665	8800163169	09/11/2017	74550	218	*	I
LPW2922	8800163193	09/11/2017	74550	218	*	I
MFY6567	8800163194	09/11/2017	74550	218	*	I
HNS7115	8800163203	09/11/2017	74550	218	*	I
MKD0405	8800163215	09/11/2017	74550	218	*	I
MCC3736	8800163216	09/11/2017	74550	218	*	I
MBF6608	8800163221	09/11/2017	74550	218	*	I
BUU5286	8800163222	09/11/2017	74550	218	*	I
QHG5294	8800163223	09/11/2017	74550	218	*	I
MLF2923	8800163224	09/11/2017	74550	218	*	I
MFT5897	8800163228	09/11/2017	74550	218	*	I
MKG9786	8800163239	09/11/2017	74550	218	*	I
MHP7255	8800163247	09/11/2017	74550	218	*	I
QIO4345	8800163250	09/11/2017	74550	218	*	I
QHJ7416	8800163263	09/11/2017	74550	218	*	I
QHU4141	8800163271	09/11/2017	74550	218	*	I
MGW0733	8800162070	27/10/2017	74550	218	*	I
DTA3153	8800162102	27/10/2017	74550	218	*	I
QHB2148	8800162154	27/10/2017	74550	218	*	I
MAR3932	8800162161	27/10/2017	74550	218	*	I
MAU7801	8800162177	27/10/2017	74550	218	*	I
MDE7235	8800162202	27/10/2017	74550	218	*	I
DBU4480	8800162383	27/10/2017	74550	218	*	I
QIZ5060	8800162445	27/10/2017	74550	218	*	I
MJS6888	8800162502	07/11/2017	74550	218	*	I
QIN9128	8800162579	07/11/2017	74550	218	*	I
MIW3692	8800162604	07/11/2017	74550	218	*	I
MIU6173	8800162606	07/11/2017	74550	218	*	I
LBH0511	8800162619	07/11/2017	74550	218	*	I
DYE9930	8800162660	07/11/2017	74550	218	*	I
MIS1256	8800162669	07/11/2017	74550	218	*	I
QIO0832	8800162904	09/11/2017	74550	218	*	I
MIB5960	8800162913	09/11/2017	74550	218	*	I
QIS0826	8800162923	09/11/2017	74550	218	*	I
QIP5958	8800162929	09/11/2017	74550	218	*	I
MMM1201	8800162937	09/11/2017	74550	218	*	I
MGT8456	8800162950	09/11/2017	74550	218	*	I
QHZ3165	8800162951	09/11/2017	74550	218	*	I
MHO2899	8800162964	09/11/2017	74550	218	*	I
MIU0822	8800162983	09/11/2017	74550	218	*	I
QHZ4559	8800162985	09/11/2017	74550	218	*	I
MJK6001	8800162989	09/11/2017	74550	218	*	I
MLZ2253	8800162990	09/11/2017	74550	218	*	I
MLF2923	8800162994	09/11/2017	74550	218	*	I
MKH2241	8800163003	09/11/2017	74550	218	*	I
MER2138	8800163032	09/11/2017	74550	218	*	I
QIF5442	8800163035	09/11/2017	74550	218	*	I
MKZ4152	8800163048	09/11/2017	74550	218	*	I
EBF2036	8800163049	09/11/2017	74550	218	*	I
MLA6454	8800163051	09/11/2017	74550	218	*	I
QHK8737	8800163056	09/11/2017	74550	218	*	I
QIQ0696	8800163072	09/11/2017	74550	218	*	I
MBS6507	8800163073	09/11/2017	74550	218	*	I
MLC9167	8800163078	09/11/2017	74550	218	*	I
EQS1060	8800163079	09/11/2017	74550	218	*	I
MLQ6482	8800163083	09/11/2017	74550	218	*	I
MFG1173	8800163084	09/11/2017	74550	218	*	I
QHO1808	8800163087	09/11/2017	74630	218	*	II
LSB0349	8800162678	07/11/2017	74630	218	*	II
MIC9821	8800162725	08/11/2017	74630	218	*	II
MKQ7314	8800162880	09/11/2017	74630	218	*	II
MHG4230	8800163464	16/11/2017	74630	218	*	II
EVK9883	8800166424	01/12/2017	74630	218	*	II

MBQ6522	8800166425	01/12/2017	74630	218	*	II
MJU0943	8800166773	04/12/2017	74630	218	*	II
MGV7241	8800166781	04/12/2017	74630	218	*	II
MBU7009	8800166642	04/12/2017	74630	218	*	II
MEQ6287	8800166644	04/12/2017	74630	218	*	II
MDW3112	8800166620	04/12/2017	74630	218	*	II
MDP1309	8800166598	04/12/2017	74630	218	*	II
MHC5991	8800166949	04/12/2017	74630	218	*	II
MFB0514	8800162853	09/11/2017	74630	218	*	II
MKZ2252	8800167079	06/12/2017	74630	218	*	II
MET2363	8800166940	04/12/2017	74630	218	*	II
MFO6094	8800166806	04/12/2017	74630	218	*	II
MEB2547	8800166662	04/12/2017	74630	218	*	II
MKX8614	8800166937	04/12/2017	74630	218	*	II
NOQ3419	8800166889	04/12/2017	74630	218	*	II
MJL0199	8800167396	05/12/2017	74630	218	*	II
MEF3764	8800167509	05/12/2017	74630	218	*	II
MKI1671	8800162848	09/11/2017	74710	218	*	III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2629/2017

Publicação Nº 1474089

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2629/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAV8063	54290384N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGA7986	54292427N	28/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIU8158	54295768N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGA7986	54300760N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGA7986	54300765N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIE8159	54308404N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGE4565	54308405N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23

MEQ4087	54308411N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MEM7194	54308413N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QHJ3942	54308414N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJS4679	54308415N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
OKH9624	54308424N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MHF4570	54312288N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MLJ6734	54314383N	31/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MDR8799	54148680G	07/10/2017	76252	ART	181,	XX	293.47
CYC9629	P02UY000C5	14/10/2017	76252	ART	181,	XX	293.47
MEQ2661	P018F001JW	14/10/2017	76252	ART	181,	XX	293.47
MEO0181	P018B000R6	18/08/2017	76252	ART	181,	XX	293.47
QIA7364	54152260G	23/08/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
IMD3526	54142847G	02/08/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
QIQ3333	54145684G	09/08/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
MKC9230	54145645G	06/10/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
LXU0577	P018B000QY	16/08/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
DQH7451	P02UX0007K	15/08/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
MJK4678	54152254G	22/08/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
MGO2072	54145710G	15/08/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
INH0057	P018B000UK	22/08/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
MLL3352	P018F001JU	14/10/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
MJJ6767	P018F001TO	26/10/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
MIB1388	P018F001RP	25/10/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
MFR5480	P018I0009Y	25/08/2017	51930	168			293.47
MGR2247	P018G000KT	28/08/2017	52070	169			88.38
QIE8273	P03BT0006R	02/09/2017	52070	169			88.38
MEA2615	P018F000M8	30/07/2017	52070	169			88.38
MCI0473	P02UX0006Y	31/07/2017	52070	169			88.38
MBF7262	P018F001HL	11/10/2017	52070	169			88.38
DZO9594	P02UY000B8	12/10/2017	52070	169			88.38
MJL7856	P02UX000BN	15/10/2017	52070	169			88.38
MHW7473	54149677G	12/10/2017	53800	181	*	I	130.16
MJA4426	54153395G	04/10/2017	54100	181	*	IV	130.16
MKO0605	P018J005FR	15/10/2017	54600	181	*	IX	130.16
NES4941	54149423G	14/10/2017	54600	181	*	IX	130.16
MAX4096	P03E90005D	12/10/2017	54790	181	*	X	130.16
MGG5117	55022035F	08/10/2017	54870	181	*	XI	195.23
AQE1650	54149436G	15/10/2017	55090	181	*	XIII	130.16
MGG9374	54148215G	14/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MLY5851	54149853G	14/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
AQH5233	54148676G	05/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
QHR0451	54146770G	18/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MAK4234	54147499G	14/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
ABK3064	54149610G	13/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MDQ3741	54148686G	07/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
DSC4617	54147000G	07/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
QHX3076	54149660G	09/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MIG7647	54148883G	04/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MHA5648	54146847G	07/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
LQL7594	54148892G	06/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MGZ0558	54149503G	02/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
DIR4900	54146627G	19/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
HRU1435	54149218G	24/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MCN9645	54148407G	27/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MKL7200	P02UX0008B	21/08/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MFP1086	54145967G	18/08/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MIU6075	P018F000OU	27/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MKO2677	54148307G	20/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MDZ0087	54147822G	30/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MCF3827	P02UY0007K	17/08/2017	57200	186	*	I	195.23
MBN2170	P02UX0009U	30/09/2017	58350	195			195.23
MIA3502	54148043G	19/09/2017	58350	195			195.23
MKZ4435	55826940F	15/09/2017	58350	195			195.23

MGA0676	P018F001JM	14/10/2017	58350	195		195.23
LYI6692	P02UY000BH	13/10/2017	58350	195		195.23
MJZ0819	P03BU0001W	14/10/2017	58350	195		195.23
MBE7031	P02UY000BX	14/10/2017	58350	195		195.23
LXI8438	54146560G	11/10/2017	58350	195		195.23
MAA0715	54146569G	25/10/2017	58350	195		195.23
NHY7792	P03FN0003G	18/10/2017	59910	206	* I	293.47
INZ2763	P018C0001E	14/08/2017	61220	214	* I	293.47
QHZ3689	54786931E	28/09/2017	61810	215	* II	195.23
MKZ4435	55826939F	15/09/2017	62700	220	* II	195.23
MBE7031	P02UY000BU	14/10/2017	65300	228		195.23
MEY1067	54141700G	02/08/2017	65300	228		195.23
MHI7151	P018K000CZ	24/08/2017	65300	228		195.23
MBW0544	P018K000DU	02/09/2017	65300	228		195.23
MFO0508	P03BT000BZ	26/10/2017	65300	228		195.23
GXQ6010	P018F001SJ	25/10/2017	65300	228		195.23
MEC1560	P02UX000BV	17/10/2017	65300	228		195.23
MGS9258	P018F001K4	14/10/2017	65300	228		195.23
MJV2766	54147931G	12/10/2017	68580	231	* VII	130.16
QHK5271	54148607G	25/09/2017	70640	244	* IV	293.47
AEU3868	P018H000US	26/09/2017	72340	250	* I * a	130.16
MDC2553	P018H000S1	22/08/2017	72340	250	* I * a	130.16
LXK1616	54150657G	12/10/2017	72340	250	* I * a	130.16
MDI4520	54147538G	13/10/2017	72340	250	* I * a	130.16
MMB1365	P03FN0002R	14/10/2017	51851	167		195.23
MGA0676	P018F001JO	14/10/2017	51851	167		195.23
LYI6692	P02UY000BL	13/10/2017	51851	167		195.23
DYF6811	P018F001IS	13/10/2017	51851	167		195.23
MBE7031	P02UY000BV	14/10/2017	51851	167		195.23
MHY5699	P018F001L6	17/10/2017	51851	167		195.23
LBT4938	P018F001L9	17/10/2017	51851	167		195.23
MGM6890	P018F001R3	24/10/2017	51851	167		195.23
MUN9691	P03FN0004R	18/10/2017	51851	167		195.23
MDT9498	P03FN0006S	26/10/2017	51851	167		195.23
AEZ2273	P02UY000CH	17/10/2017	51851	167		195.23
AAZ3093	P018F001KQ	17/10/2017	51851	167		195.23
LXT4616	P018F001VF	27/10/2017	51851	167		195.23
MCC1807	P018F001ZE	31/10/2017	51851	167		195.23
MFG4942	P018B000U5	23/08/2017	51851	167		195.23
MDL9195	P018B000U8	23/08/2017	51851	167		195.23
MCZ8851	P018H000QT	14/08/2017	51851	167		195.23
MBE7031	P018F000PB	06/09/2017	51851	167		195.23
MHU4745	54148872G	08/09/2017	51851	167		195.23
MBX6887	P02UZ00037	24/08/2017	51851	167		195.23
IMI6103	P02UZ0003O	24/08/2017	51851	167		195.23
MKQ8655	P02UZ0003W	24/08/2017	51851	167		195.23
MMJ4663	P018F0013D	26/09/2017	51851	167		195.23
AST6486	54146826G	21/09/2017	51851	167		195.23
AZS0012	P018F001IM	13/10/2017	51851	167		195.23
MCG6122	P018F0018I	03/10/2017	51851	167		195.23
MGT6475	P018F0015H	28/09/2017	51851	167		195.23
MGC0762	54149413G	04/10/2017	51852	167		195.23
FPI6228	P03FN0002E	12/10/2017	51852	167		195.23
MBN2170	P02UX0009X	30/09/2017	52151	170		293.47
MJZ0819	P03BU00020	14/10/2017	52152	170		293.47
LYI6692	P02UY000BI	13/10/2017	52152	170		293.47
ANG3422	54148213G	14/10/2017	54521	181	* VIII	195.23
EIZ8864	P02UZ0005T	28/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MHZ9134	54147907G	21/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MCI4026	54150051G	18/10/2017	54523	181	* VIII	195.23
ARH7010	54149615G	13/10/2017	54527	181	* VIII	195.23
MJV6686	54148605G	25/09/2017	56221	182	* VI	88.38
MIR0457	54142747G	05/09/2017	57463	187	* I	130.16

MMH9199	P018K000D3	25/08/2017	58191	193		880.40
LYI6692	P02UY000BJ	13/10/2017	58433	196		195.23
MAU8678	54922138G	07/11/2017	58512	197		130.16
MEI5315	P018F000NZ	25/08/2017	60171	206	* III	293.47
MJA2815	P018B000SK	21/08/2017	60412	207		195.23
MBO3224	P018B000SQ	21/08/2017	60412	207		195.23
MHO9573	54146407G	13/09/2017	60501	208		293.47
MMC2945	55825583F	25/09/2017	60501	208		293.47
NZT7210	54148012G	12/09/2017	68661	231	* VIII	130.16
MJK0463	54146419G	20/09/2017	70991	244	* V II	195.23
MCF3827	P02UY0007J	17/08/2017	57970	191		2934.68
MKZ4435	55826938F	15/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MBN2170	P02UX0009W	30/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MJO3483	P018F001UW	26/10/2017	59670	203	* V	1467.34
MER5504	P018E0007U	07/10/2017	75870	ART. 184	III	293.47
MHI2750	54153422G	11/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIU3408	54147524G	30/09/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MKI8240	54153362G	02/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MJM8496	P018F00162	28/09/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
DDG0346	54146542G	19/09/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MGX7668	54148681G	07/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIU6025	55559366F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LXH7191	55559368F	02/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MJK2829	55559375F	02/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIN8893	55559400F	02/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LWT4048	55559430F	02/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MLL9869	55559461F	03/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LZG0055	55559464F	03/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MAT4024	55559465F	03/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIE2516	55559485F	03/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MKI8405	55559086F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MKU6437	55559089F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MFG2326	55559104F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MJK2900	55559114F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LZZ8634	55559120F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MLU1013	55559128F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
QHX5604	55559130F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LXU4856	55559135F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LWZ7642	55559139F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MGW2042	55559144F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIB8694	55559147F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MHP5476	55559154F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
AXS2598	55559155F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MDB7821	55559159F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
NJP2973	55559166F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
OOR9919	55559169F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MBU2406	55559175F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MKN3990	55559189F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MDU8623	55559196F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
OPK9678	55559224F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MGE8292	55559229F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MHA9860	55559246F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MKD1090	55559258F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MEA9684	55559266F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LYA8481	55559274F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MER6661	55559275F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MBC8524	55559276F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MGQ3693	55559280F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIN8893	55559286F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
QIM8932	55559292F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
QHC2555	55559294F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MGH9547	55559302F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MEF3010	55559334F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23

ANE3230	55559342F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OBC2425	55559346F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZH8558	55559347F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMJ7077	55559348F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXJ3641	55559355F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGH6540	55558039F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCA6327	55557923F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXU8776	55558100F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCW0995	55558125F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGT1477	55558126F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEN5041	55558128F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKW0871	55558179F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKK1303	55558185F	09/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NCX0266	55558194F	09/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLS3877	55558209F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IOB0236	55558259F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJU1444	55558163F	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIB8419	55558294F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHJ4348	55558297F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDC6760	55558306F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJX3975	55558395F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ATG9712	55558455F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHT1765	55558463F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKY9634	55558464F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HCI3052	55558513F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EIZ8864	55558586F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EVR0179	55558628F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HSJ0225	55559074F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OMZ3374	55559075F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCF1804	55558661F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIJ2166	55558675F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PYW0658	55558706F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AOD0408	55558861F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LCF0467	55558863F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLR4224	55558866F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FJO6387	55558953F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DJQ2124	55558958F	09/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHQ9706	55556350F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FHF0958	55556351F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AJX5556	55556453F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGQ3857	55556459F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXA3064	55556460F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LWU6594	55556486F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHG2236	55556492F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DPM3076	55556498F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEN1726	55556512F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FAE1977	55556515F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASZ7634	55556058F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHZ9874	55556067F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCI3193	55556120F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGY7114	55556124F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGB5518	55556189F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLQ8521	55556234F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIC8412	55555812F	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYF3079	55555826F	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JUB9791	55555827F	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ITC3749	55555834F	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ALE9170	55555921F	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IGC6920	55555926F	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAM3793	55555945F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFI6620	55557668F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFY4382	55557708F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIX9681	55557806F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

OPK9678	55557836F	31/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
JQV0077	55557858F	31/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
CBP7400	55557888F	01/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
JQZ3069	55557892F	01/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MKS4981	55557088F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
AUD1544	55557195F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
FIA3206	55557567F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
DHQ5866	55556858F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MBE5096	55556878F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MMC8283	55556570F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MKC4037	55556572F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MDH8171	55556590F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MJQ1273	55556592F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MKC1646	55556636F	09/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
DRN2654	55556689F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MCU8768	54148170G	21/09/2017	73662	252*VI		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2628/2017

Publicação Nº 1474090

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2628/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CVT3386	P018F000TE	12/09/2017	50292	162* II	880.40
MET3812	P02UX0009F	21/09/2017	75790	165 A	2934.68
MDA8066	P018F001IJ	13/10/2017	75790	165 A	2934.68
MEQ2661	P018F001JX	14/10/2017	75790	165 A	2934.68
ANH3341	P018H000WA	16/10/2017	75790	165 A	2934.68
APR5719	P02UX000BL	15/10/2017	50100	162 * I	880.40
MDI4520	54147539G	13/10/2017	50100	162 * I	880.40
CCR4710	P03E90005Z	16/10/2017	50100	162 * I	880.40
QIF5837	54922114G	29/10/2017	50100	162 * I	880.40

MDL1709	P018F001YE	30/10/2017	50100	162	*	I	880.40
JNT3601	54147819G	30/09/2017	50100	162	*	I	880.40
EJM9293	54148124G	08/10/2017	50100	162	*	I	880.40
MBQ4221	P03FO0000R	10/10/2017	50100	162	*	I	880.40
LXE7683	P02UX000B1	09/10/2017	50100	162	*	I	880.40
MBE3721	P03JC0000H	10/10/2017	50100	162	*	I	880.40
MJZ0819	P03BU0001Y	14/10/2017	50100	162	*	I	880.40
MEI5315	P018F000NW	25/08/2017	50100	162	*	I	880.40
LZV5041	P018K000DX	02/09/2017	50100	162	*	I	880.40
MGL3249	P018K000D0	24/08/2017	50450	162	*	V	293.47
JFV3606	54145874G	15/09/2017	50450	162	*	V	293.47
JPB9358	54148959G	12/09/2017	50450	162	*	V	293.47
MCH6766	54148135G	11/10/2017	50450	162	*	V	293.47
LZV5041	P018K000DZ	02/09/2017	50610	163	c/c	162 * I	880.40
MEI5315	P018F000NX	25/08/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MJZ0819	P03BU0001X	14/10/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
EJM9293	54148125G	08/10/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
JNT3601	54147820G	30/09/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MDL1709	P018F001YF	30/10/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
QIF5837	54922115G	29/10/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MDI4520	54147540G	13/10/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MCH6766	54148136G	11/10/2017	51420	164	c/c	162 * V	293.47
QIM1784	54146011G	21/08/2017	51420	164	c/c	162 * V	293.47
JPB9358	54148960G	12/09/2017	51420	164	c/c	162 * V	293.47
MKT4601	54149170G	17/08/2017	66020	230	*	VI	293.47
LXK1616	54150656G	12/10/2017	66610	230	*	XII	195.23
AFF1188	P03FN00091	31/10/2017	66700	230	*	XIII	195.23
QHC2194	54148975G	21/09/2017	67000	230	*	XVI	195.23
AKQ6955	54148585G	28/09/2017	67000	230	*	XVI	195.23
MHY0608	P018F000Y3	18/09/2017	67690	230	*	XXII	130.16
AIC9960	P03E90005F	13/10/2017	67690	230	*	XXII	130.16
MKT4601	54149171G	17/08/2017	69120	232			88.38
LBT4938	P018F001LA	17/10/2017	69120	232			88.38
MIN8199	P018F001LL	17/10/2017	73400	252	*	IV	130.16
MKQ8655	P02UZ0003X	24/08/2017	73400	252	*	IV	130.16
MET3812	P02UX0009E	21/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
MBE7031	P02UY000BY	14/10/2017	73400	252	*	IV	130.16
LYI6692	P02UY000BK	13/10/2017	73400	252	*	IV	130.16
MIP2712	P03FN00013	06/10/2017	50531	162	*	VI	293.47
MHY5699	P018F001L7	17/10/2017	50531	162	*	VI	293.47
QIF5837	54922113G	29/10/2017	51691	165			2934.68
LZV5041	P018K000DY	02/09/2017	51691	165			2934.68
MBE3721	P03JC0000G	10/10/2017	65561	230	*	I	293.47
MIS5221	P03BT000AL	15/10/2017	65561	230	*	I	293.47
MBX1752	P018F001KM	17/10/2017	65561	230	*	I	293.47
CCR4710	P03E900060	16/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MFB6284	P03E90005Y	16/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MFZ6107	54149541G	12/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MDL6527	54923210G	30/10/2017	65992	230	*	V	293.47
APR5719	P02UX000BK	15/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MGA0676	P018F001JP	14/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MFU5776	54149312G	08/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MCH6766	54148134G	11/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MBE3721	P03JC0000F	10/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MBR3599	54147841G	08/10/2017	65992	230	*	V	293.47
LXE7683	P02UX000B0	09/10/2017	65992	230	*	V	293.47
GOO8252	54149115G	23/08/2017	65992	230	*	V	293.47
LZV5041	P018K000DW	02/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MBO1845	P018B000U0	23/08/2017	65992	230	*	V	293.47
LXZ8905	54147045G	02/08/2017	65992	230	*	V	293.47
ASJ5345	P018B000MY	08/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MFP0823	54142726G	11/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MCH0095	P018D00072	17/08/2017	65992	230	*	V	293.47

JNT3601	54147818G	30/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MKH0261	P018F000YU	19/09/2017	65992	230	*	V	293.47
JPB9358	54148958G	12/09/2017	65992	230	*	V	293.47
ADZ5638	P018F000U7	13/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MAA9512	P018F001KH	17/10/2017	66102	230	*	VII	195.23
MAA9512	P018F001KI	17/10/2017	66371	230	*	IX	195.23
MJN3082	54149216G	20/09/2017	66371	230	*	IX	195.23
MIL6273	P018F000XU	17/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MCH0095	P018D00073	17/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MHY5699	P018F001L8	17/10/2017	66372	230	*	IX	195.23
BKV9357	P018F001KE	17/10/2017	66372	230	*	IX	195.23
MJL7856	P02UX000BM	15/10/2017	66531	230	*	XI	195.23
MDX1905	P018F001KP	17/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
AGQ8892	P018F001K6	17/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MEJ7488	P03BT000C7	30/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MEI5315	P018F000NY	25/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
QIE8273	P03BT0006O	02/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MET3812	P02UX0009D	21/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
EJM9293	54148126G	08/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MBR3599	54147842G	08/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
JNT3601	54147821G	30/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LYI6692	P02UY000BM	13/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MBE7031	P02UY000BW	14/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
ARO8926	54147498G	11/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MLS7711	54147845G	12/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LYI6692	P02UY000BF	13/10/2017	52741	175			2934.68
MGA0676	P018F001JN	14/10/2017	52741	175			2934.68
MJZ0819	P03BU0001Z	14/10/2017	52741	175			2934.68
MJN3410	P03E90006X	30/10/2017	52741	175			2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2627/2017

Publicação Nº 1474091

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2627/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.



SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDS6455	54315533N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MLE2112	54315534N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
QIL2366	54318248N	13/11/2017	50020	257 ã 8\$
MKZ6055	54318806N	14/11/2017	50020	257 ã 8\$
MKU1185	54319257N	17/11/2017	50020	257 ã 8\$
QHV5727	54327248N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
QIE8159	54327249N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
ATD1297	54327250N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
ARE9722	54327254N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
QIE8159	54327256N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MIH4750	54328051N	12/12/2017	50020	257 ã 8\$
MFR6438	54328919N	14/12/2017	50020	257 ã 8\$
MHS7730	54329335N	15/12/2017	50020	257 ã 8\$
MKX2637	54329336N	15/12/2017	50020	257 ã 8\$
MEF5696	54329337N	15/12/2017	50020	257 ã 8\$
MIP4700	54329341N	15/12/2017	50020	257 ã 8\$
MGV7157	54329343N	15/12/2017	50020	257 ã 8\$
MKX6712	54329344N	15/12/2017	50020	257 ã 8\$
HSE4831	54922424G	30/11/2017	76252	ART 181, XX
MBU2590	54922625G	30/11/2017	76252	ART 181, XX
PWY8099	54922751G	14/11/2017	76252	ART 181, XX
MIU9225	54150265G	11/11/2017	76252	ART 181, XX
MKV5667	P02UY000FZ	11/11/2017	76252	ART 181, XX
MBZ6230	54922602G	08/11/2017	76252	ART 181, XX
FNI8584	54922266G	27/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MDC5188	P018G000OU	09/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MKG7869	54922176G	10/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MMB3268	54922756G	14/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MIW5811	54923238G	10/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MGM9847	P018G000R4	14/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MIZ9962	P018G000RF	14/11/2017	76331	ART 252, UNICO
QHO1858	54924667G	06/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MIG7501	54924690G	08/12/2017	76331	ART 252, UNICO
ATN6268	54924066G	12/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MJS4747	54924129G	07/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MHQ8301	P018F002FY	11/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MLR8043	P018F002GI	11/12/2017	76331	ART 252, UNICO
BUU9598	54923625G	09/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MDZ2654	54149068G	11/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MCR6322	54924790G	12/12/2017	76331	ART 252, UNICO
FOM3400	P018G0012N	14/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MIZ2798	54153677G	15/12/2017	76332	ART 252, UNICO
QIJ6641	54924801G	08/12/2017	76332	ART 252, UNICO
QIN4665	P018F002HP	13/12/2017	76332	ART 252, UNICO
ATD1297	P018F002II	13/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MHU7051	54924804G	13/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MDR1449	54924773G	11/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MIZ2798	54922638G	12/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MHU2948	54153634G	05/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MCH2508	54153646G	07/12/2017	76332	ART 252, UNICO
APW6233	P03JC0001H	14/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MCM8317	P018F002CR	06/12/2017	76332	ART 252, UNICO
QIN9736	54924124G	06/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MGT7473	54153654G	08/12/2017	76332	ART 252, UNICO
KAN9070	P018F002ER	08/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MKY7832	54922036G	09/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MFQ7965	54922042G	10/11/2017	76332	ART 252, UNICO

MIF3390	P018G000OB	09/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MHN3764	54150098G	30/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MGR6841	54153458G	10/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MCC8042	55024279F	21/11/2017	51930	168
MIN3580	P018F002G6	11/12/2017	51930	168
MDL6858	54149933G	13/11/2017	52070	169
MBR6103	P02UY000GO	13/11/2017	52070	169
MDV5389	P018G000QQ	13/11/2017	52070	169
MFH9508	P02UY000KL	14/12/2017	52070	169
MDW8622	P018J005GQ	14/12/2017	54600	181 * IX
MMI9684	54922467G	11/11/2017	54600	181 * IX
MBP4423	54924141G	12/12/2017	54600	181 * IX
LWT4101	P018D000BB	15/12/2017	55250	181 * XV
MER4589	54147194G	10/12/2017	55500	181 * XVIII
BOL8069	54923622G	10/12/2017	55500	181 * XVIII
LZT7409	54923623G	10/12/2017	55500	181 * XVIII
MMC0701	54151087G	11/12/2017	55500	181 * XVIII
MIQ2060	54924177G	12/12/2017	55500	181 * XVIII
AXF8531	54924178G	12/12/2017	55500	181 * XVIII
LXJ5008	54148814G	11/12/2017	55500	181 * XVIII
BPJ2279	54922179G	17/11/2017	55500	181 * XVIII
KZQ5550	54922188G	18/11/2017	55500	181 * XVIII
MKT9832	P03BU0002G	19/11/2017	55500	181 * XVIII
MDM9055	54924167G	07/12/2017	55500	181 * XVIII
MDK7539	P018C0001N	07/11/2017	55500	181 * XVIII
MGN7564	54148346G	22/10/2017	55500	181 * XVIII
OQZ6730	54148418G	26/10/2017	55500	181 * XVIII
ABW9226	54923259G	07/11/2017	55500	181 * XVIII
EXT2978	54922545G	14/11/2017	55500	181 * XVIII
MFC0998	54150875G	06/12/2017	55680	181 * XIX
LZN8161	54924309G	02/12/2017	55680	181 * XIX
MIZ1239	54151089G	12/12/2017	55680	181 * XIX
MLO8456	54146694G	08/11/2017	57200	186 * I
AQS6126	54149343G	12/11/2017	57380	186 * II
MBZ5671	54149485G	11/12/2017	57380	186 * II
HVK0693	54923413G	11/12/2017	57380	186 * II
DPK4350	54924146G	13/12/2017	57380	186 * II
DDB2281	54153671G	14/12/2017	58350	195
DRD9195	54923613G	06/12/2017	58350	195
MIL6273	P018J005GJ	12/11/2017	58350	195
MKV5667	54153466G	14/11/2017	58350	195
MLT5125	54150984G	04/12/2017	61220	214 * I
MHJ2765	54922800G	06/12/2017	65300	228
MDX0149	P03E900085	14/11/2017	65300	228
MEQ4912	P018G0013M	16/12/2017	65300	228
KJB2901	P03EA00004	13/12/2017	65300	228
LZQ1963	P02UY000KO	15/12/2017	72340	250 * I * a
MDL2025	54923109G	15/11/2017	72340	250 * I * a
LYY1165	P018G000S7	20/11/2017	51851	167
IEJ7234	P018F002EV	08/12/2017	51851	167
AML4331	P018F002F1	08/12/2017	51851	167
MJN9807	P018G0010G	08/12/2017	51851	167
MLB1180	P018F002CU	06/12/2017	51851	167
IIR2613	P018G000YS	06/12/2017	51851	167
MGT7473	54153653G	08/12/2017	51851	167
MBW0622	54924236G	05/12/2017	51851	167
MBG0100	54924668G	06/12/2017	51851	167
MDF7215	54924672G	06/12/2017	51851	167
LXV4499	54924675G	06/12/2017	51851	167
LZA4159	54147084G	08/12/2017	51851	167
LQT2492	P018F002G7	11/12/2017	51851	167
AJS6475	P03E9000AQ	11/12/2017	51851	167
MJN1128	P018F002G0	11/12/2017	51851	167

MEQ2564	P018F002G1	11/12/2017	51851	167	
MDG4472	P018F002G5	11/12/2017	51851	167	
GUV0181	54924136G	08/12/2017	51851	167	
MJP9670	54924653G	04/12/2017	51851	167	
MFC1320	P018F002GK	11/12/2017	51851	167	
MFR9460	P018H00109	13/11/2017	51851	167	
DHT4004	54922532G	09/11/2017	51851	167	
DZD9787	P018G000QY	14/11/2017	51851	167	
KXM4688	P018G000R0	14/11/2017	51851	167	
MJZ9732	P03E900086	15/11/2017	51851	167	
ILC1815	P018F0023T	16/11/2017	51851	167	
CMK6308	P018F0023V	16/11/2017	51851	167	
MIL7025	54922474G	16/11/2017	51851	167	
MCI1482	54922479G	16/11/2017	51851	167	
MJZ7460	54922470G	13/11/2017	51851	167	
MKA0742	P018G000Q3	10/11/2017	51851	167	
LZW8655	P018G000OJ	09/11/2017	51851	167	
MEE4028	54148088G	07/11/2017	51851	167	
NLC3844	P018G000O0	07/11/2017	51851	167	
BUS7600	P018F0020J	06/11/2017	51851	167	
MMF0063	P018G000OA	09/11/2017	51851	167	
MGQ1996	P03FN00081	30/10/2017	51851	167	
MCE5769	P018F002LH	14/12/2017	51851	167	
QII1855	P018F002LL	14/12/2017	51851	167	
ALR9587	P018F002LT	14/12/2017	51851	167	
GUV0181	P018G00130	15/12/2017	51851	167	
LYR0089	P018G00136	15/12/2017	51851	167	
MBN2216	P018G00138	15/12/2017	51851	167	
KJK7309	P018F002K2	13/12/2017	51851	167	
MIZ2798	54153678G	15/12/2017	51851	167	
MGX7786	P018F002LD	14/12/2017	51851	167	
HGS1392	P018F002HI	13/12/2017	51851	167	
AQO9614	P018F002HR	12/12/2017	51851	167	
MEF0603	P03E9000AY	12/12/2017	51851	167	
MKN3447	P018G0011H	12/12/2017	51851	167	
QHI0408	P018G0011J	12/12/2017	51851	167	
MIK8809	P018G0011P	12/12/2017	51851	167	
QHA3284	P018G0011X	12/12/2017	51851	167	
HBM5473	P018F002IC	13/12/2017	51852	167	
MHA7267	P018F002LE	14/12/2017	51852	167	
IKC1583	P03BT000DW	14/11/2017	51852	167	
MHY1561	55030260F	14/11/2017	51852	167	
HRL4053	54924769G	11/12/2017	51852	167	
MLT4390	54151030G	09/12/2017	51852	167	
MGZ1683	54151031G	09/12/2017	51852	167	
BBP1184	P018D000BG	16/12/2017	54281	181	* V
MHZ1431	54924681G	07/12/2017	54521	181	* VIII
DNO5207	54924170G	11/12/2017	54521	181	* VIII
MBP6911	54145741G	07/12/2017	54521	181	* VIII
MJC6198	54922296G	07/11/2017	54521	181	* VIII
IUZ3701	54922528G	09/11/2017	54521	181	* VIII
MEF0603	P03E9000AZ	12/12/2017	58191	193	
MGB3384	54923459G	13/12/2017	58191	193	
MET7853	54922504G	07/11/2017	58196	193	
MCP0578	54923723G	13/12/2017	58198	193	
LXH4352	P018F002KU	14/12/2017	60412	207	
LZZ7951	54147991G	14/11/2017	60412	207	
MJK5611	54924172G	12/12/2017	60412	207	
MIZ0928	54923627G	12/12/2017	60412	207	
MIF1559	54923632G	12/12/2017	60412	207	
QHW2268	54923634G	12/12/2017	60412	207	
MJY6105	54923643G	12/12/2017	60412	207	
LYE0917	54923646G	12/12/2017	60412	207	

MEP7332	54150724G	05/12/2017	60412	207	
KZF1427	54151119G	29/11/2017	60501	208	
MIY0806	54924775G	11/12/2017	60501	208	
MML9436	54924695G	08/12/2017	60501	208	
CXT2913	54924138G	11/12/2017	60501	208	
MCB6054	P03FN0009F	14/11/2017	60501	208	
QJF2404	54922206G	08/11/2017	60501	208	
LZD4609	54922146G	09/11/2017	60501	208	
MFO2121	54922559G	09/11/2017	60501	208	
LZA4159	54147083G	08/12/2017	60502	208	
MIT3975	54149484G	07/12/2017	70561	244	* III
MBZ5671	54924239G	07/12/2017	59670	203	* V
MHZ7350	54924241G	07/12/2017	59670	203	* V
QHL0479	54924247G	08/12/2017	59670	203	* V
MKW3593	54924234G	07/12/2017	59670	203	* V
AQS5273	54924231G	05/12/2017	59670	203	* V
MHX3231	54147987G	14/11/2017	59670	203	* V
AUQ6384	54922346G	08/11/2017	59670	203	* V
EFM0303	54922572G	10/11/2017	59670	203	* V
MDT2783	54922575G	13/11/2017	59670	203	* V
BDU0902	54922144G	09/11/2017	75870	ART. 184	III
MBO0068	54145731G	26/10/2017	75870	ART. 184	III
QHV4816	54923614G	06/12/2017	75870	ART. 184	III
MGR0384	54924664G	07/12/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MDV2452	54922061G	11/12/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
DCM5409	54139746G	08/12/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
EPY0359	P018F00231	09/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
EJC5944	54146695G	13/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MEA7974	54153461G	13/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MLW5075	54151071G	11/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MFH4495	54151073G	11/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MJB5675	54151075G	11/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
ATI0328	55066315G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
LYV8473	55066318G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHV7942	55066328G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MIE5769	55066333G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHI1237	55066335G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
LZD7910	55066342G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGA7139	55066343G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MJY4904	55066344G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLY7172	55066346G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MAS8753	55066352G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKJ3976	55066362G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLT8653	55066364G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
CTQ7953	55066367G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLX8729	55066372G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
AXL2610	55066374G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MJD7221	55066384G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MJO1982	55066386G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
ILP1253	55066396G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
ILP1253	55066401G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKU0697	55066573G	03/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
BCR1208	55066583G	03/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFC4423	55066586G	03/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLP1599	55066595G	03/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHH4457	55066603G	03/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHH4629	55066607G	03/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MIJ1591	55066402G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKW0592	55066404G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MLL0404	55066405G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEC6172	55066413G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QHU8528	55066417G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MED0672	55066424G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146

MEB8817	55066427G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIW1408	55066437G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEN0965	55066438G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYZ6936	55066446G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHM8174	55066451G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HWO4975	55066457G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IDIO069	55066458G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
PES8292	55066460G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBK8977	55066471G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAD7946	55066476G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AFQ5202	55066492G	01/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EYQ6859	55066495G	01/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHB1577	55066497G	01/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KQF0466	55066500G	01/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFS2935	55066507G	01/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIB6303	55066512G	01/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMA9274	55066527G	01/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJO1982	55066546G	01/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ARK1740	55066558G	01/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HBH2428	55066177G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHH8892	55066182G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGY8613	55066192G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO9831	55066196G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OOV7318	55066197G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIK7727	55066201G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ3574	55066202G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HOT3399	55066205G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHM8174	55066215G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ5548	55066220G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AMD6637	55066223G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJO1982	55066235G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKY8126	55066237G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIB4378	55066238G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGM6446	55066240G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDE1714	55066251G	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDH7504	55066254G	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFY3895	55066258G	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLW1118	55066265G	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDY3540	55066266G	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKS8778	55066273G	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OOV5764	55066275G	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ETP0526	55066278G	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKV8578	55066283G	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ALH8354	55066296G	28/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDI3791	55066299G	28/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AOT5865	55066301G	28/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QII4238	55066304G	28/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYV0988	55066309G	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKM6655	55066173G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGB5518	55066074G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBQ0555	55066083G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHU8644	55066153G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJO1982	55066047G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHU8644	55066050G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJO1982	55066055G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHU8644	55066059G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BAE5582	55559966F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAT0766	55560006F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAT0766	55560052F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASA0595	55560124F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGI2266	55560125F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CTP9550	55560128F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBI0795	55560188F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MJO1982	55560190F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFU0468	55067189G	06/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGX1232	55067194G	07/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EBO1257	55067197G	07/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEU5233	55067213G	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLL9869	55067221G	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AJS0585	55066685G	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFO1212	55066691G	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DEE3533	55066755G	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IWH1485	55067183G	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OBP6569	55067005G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AWD0457	55067236G	08/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAM4042	55067237G	08/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFY1049	55067245G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAA3500	55067248G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKG1266	55067250G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBB2831	55067254G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DOD1089	55067261G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AHN8642	55067264G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHM1689	55067267G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXP3358	55067270G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJD0128	55067271G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCK4888	55067288G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDW8835	55067291G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKW0040	55067298G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCC2927	55067301G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ETB5468	55067307G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OMZ3374	55067309G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHG6844	55067302G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AIO2743	55067315G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEA9684	55067318G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMK6642	55067321G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBC8524	55067322G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BIU3072	55067326G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLM3989	55067327G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ACH6391	55067336G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HOC2929	55067351G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBO8629	55067352G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBO8629	55067355G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAW7945	55067361G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJB8454	55067364G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEZ3902	55067365G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIS5676	55067367G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AVM1467	55067370G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDS1584	55067384G	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KRE1880	55067385G	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAP7690	55067403G	12/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AUY3623	55067413G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DIB0734	55067417G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LNK9675	55067418G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEC6486	55067428G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYF9110	55067429G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMD1126	55067449G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIG2308	55067456G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHU0576	55067458G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CFC9419	55067467G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCB7244	55067468G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGT7508	55067475G	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LOJ4754	55067495G	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAS4288	55067501G	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJM6634	55067511G	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MER8224	55067556G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCJ6861	55067568G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MKA4509	55067571G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MKA4509	55067572G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MFY6265	55067574G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
DUZ5661	55067575G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
CNW8692	55067576G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEG7926	55067608G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MDQ5744	54148803G	07/12/2017	55413	181*XVII	c/ Lei13146
MKQ1470	54150266G	14/11/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146
MAK0773	54922531G	09/11/2017	73661	252*VI	
MEE5557	54922703G	13/11/2017	73662	252*VI	
MFN1344	54146700G	14/11/2017	73662	252*VI	
NCI0903	54924803G	09/12/2017	73662	252*VI	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2626/2017

Publicação Nº 1474092

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2626/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MHK0239	54924360G	09/12/2017	50292	162* II
IMQ3339	P018F002GC	11/12/2017	50292	162* II
GUV0181	P018G00132	15/12/2017	75790	165 A
MIL6273	P018J005GH	12/11/2017	75790	165 A
AJN7358	P018G000RN	14/11/2017	75790	165 A
MEP8178	P018I000BI	13/11/2017	50100	162 * I
MDF4921	P02UY000GH	12/11/2017	50100	162 * I
MCU5347	P018G000PH	10/11/2017	50100	162 * I
HMJ8864	P030F0000K	08/12/2017	50100	162 * I
DDB2281	P018E0008U	08/12/2017	50100	162 * I
MNC9489	55026572F	25/11/2017	50100	162 * I

HGJ4743	P018G000ZU	07/12/2017	50100	162	*	I
MGR3473	P018G000SR	20/11/2017	50100	162	*	I
KJB2901	P03EA00005	13/12/2017	50100	162	*	I
MCP0578	54923721G	13/12/2017	50100	162	*	I
DDB2281	54145738G	06/12/2017	50100	162	*	I
MAB4119	P018K000EP	09/12/2017	50100	162	*	I
MAC4342	P03E9000AM	10/12/2017	50100	162	*	I
MBN0444	P03JE0000G	11/12/2017	50450	162	*	V
MEF0603	P03E9000AX	12/12/2017	50450	162	*	V
MAS8202	P03E9000AO	11/12/2017	50450	162	*	V
MDX4682	54146885G	11/12/2017	50450	162	*	V
MGZ2410	54145143G	07/11/2017	50450	162	*	V
MGE0977	54148999G	09/11/2017	50450	162	*	V
MCU5347	P018G000PI	10/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
MCP0578	54923722G	13/12/2017	51180	164	c/c	162 * I
DDB2281	54145739G	06/12/2017	51180	164	c/c	162 * I
MAC4342	P03E9000AN	10/12/2017	51180	164	c/c	162 * I
MBN0444	P03JE0000H	11/12/2017	51420	164	c/c	162 * V
MAS8202	P03E9000AP	11/12/2017	51420	164	c/c	162 * V
MDX4682	54146886G	11/12/2017	51420	164	c/c	162 * V
MFO6382	54924404G	06/12/2017	64080	221		
MKV5667	P02UY000G0	11/11/2017	64080	221		
MFC5264	P018G000NN	07/11/2017	64080	221		
MNC9489	55026571F	25/11/2017	65800	230	*	IV
MDU6183	55030272F	21/11/2017	66020	230	*	VI
MKZ2162	54320235F	14/11/2017	66020	230	*	VI
MGE8914	P018F0024K	17/11/2017	66700	230	*	XIII
MAR4637	P02UZ0007H	19/11/2017	66700	230	*	XIII
MGB2359	P018F002H8	11/12/2017	66700	230	*	XIII
MIN7038	54924408G	08/12/2017	67000	230	*	XVI
JGL8655	55024270F	16/11/2017	67000	230	*	XVI
NWU2601	55030147F	07/11/2017	67000	230	*	XVI
MCI4919	P018F0022P	09/11/2017	67690	230	*	XXII
NWU2601	55030146F	07/11/2017	69120	232		
MMM7278	P018G000Q8	13/11/2017	69120	232		
QHN5188	P018G000QM	13/11/2017	69120	232		
FMD7968	55022047F	16/11/2017	69120	232		
LZJ0881	P03BT000DZ	15/11/2017	69120	232		
MKW3593	54924235G	07/12/2017	69120	232		
MFN8023	P018F002GA	11/12/2017	73400	252	*	IV
MLK5033	P018G00116	12/12/2017	73400	252	*	IV
LYC4382	P03BT000FO	13/12/2017	73400	252	*	IV
GUV0181	P018G00131	15/12/2017	73400	252	*	IV
MBB7540	P018F002HC	12/12/2017	73400	252	*	IV
MFL8610	P03E90008E	19/11/2017	73400	252	*	IV
IKC1583	P03BT000DX	14/11/2017	73400	252	*	IV
QHC1595	54143389G	09/12/2017	50371	162	*	III
MJZ9198	54924127G	07/12/2017	50371	162	*	III
MJP9670	54924654G	04/12/2017	50531	162	*	VI
MHK0239	54924361G	09/12/2017	51262	164	c/c	162 * II
QHC1595	54143390G	09/12/2017	51341	164	c/c	162 * III
MHK0239	54924359G	09/12/2017	51691	165		
LYC4138	54320236F	14/11/2017	65561	230	*	I
KXM4688	P018G000RG	14/11/2017	65992	230	*	V
QHN5188	P018G000QL	13/11/2017	65992	230	*	V
OKE6557	54149932G	11/11/2017	65992	230	*	V
MMM7278	P018G000Q7	13/11/2017	65992	230	*	V
MEP8178	P018I000BH	13/11/2017	65992	230	*	V
LWT8588	54150156G	14/11/2017	65992	230	*	V
MID5108	54922583G	14/11/2017	65992	230	*	V
MGK6457	55030267F	16/11/2017	65992	230	*	V
MGE0977	54148998G	09/11/2017	65992	230	*	V
JBR0607	P018G000PC	09/11/2017	65992	230	*	V

NGW2116	P03BT000DF	11/11/2017	65992	230	*	V
MCU5347	P018G000PG	10/11/2017	65992	230	*	V
MEE5197	P018G000PK	10/11/2017	65992	230	*	V
MGJ1359	54147776G	10/11/2017	65992	230	*	V
MLT8354	P03OF0000N	08/12/2017	65992	230	*	V
MBR9328	54147877G	04/12/2017	65992	230	*	V
QHC1595	54143388G	09/12/2017	65992	230	*	V
HNZ8959	P018G000ZV	07/12/2017	65992	230	*	V
MKY6877	54149053G	05/12/2017	65992	230	*	V
NTC9614	54149055G	05/12/2017	65992	230	*	V
MEQ7652	P03BU0002L	07/12/2017	65992	230	*	V
LZB0140	P018H0012E	08/12/2017	65992	230	*	V
EGG1533	P018G000ZQ	07/12/2017	65992	230	*	V
HGJ4743	P018G000ZR	07/12/2017	65992	230	*	V
LYE1858	55030261F	14/11/2017	65992	230	*	V
MHO6038	P018F00245	16/11/2017	65992	230	*	V
MBW1138	P018G000RT	16/11/2017	65992	230	*	V
MKF7578	54149781G	10/11/2017	65992	230	*	V
MEU2418	54149829G	14/11/2017	65992	230	*	V
MFL8568	P03E90008G	21/11/2017	65992	230	*	V
MHT6528	54149058G	06/12/2017	65992	230	*	V
MJZ9198	54924126G	07/12/2017	65992	230	*	V
LYG1519	54146877G	08/12/2017	65992	230	*	V
LZA4159	54147085G	08/12/2017	65992	230	*	V
MAB4119	P018K000EO	08/12/2017	65992	230	*	V
MAC4342	P03E9000AL	10/12/2017	65992	230	*	V
MDK0736	P018F002G3	11/12/2017	65992	230	*	V
PFB7697	P018D000B6	11/12/2017	65992	230	*	V
BRF5145	P03E9000AV	12/12/2017	65992	230	*	V
AAM7618	P03BT000FL	12/12/2017	65992	230	*	V
DDK2979	P018G0010V	12/12/2017	65992	230	*	V
MCO2050	P018F002MX	16/12/2017	65992	230	*	V
MJN0800	P03E9000B4	16/12/2017	65992	230	*	V
MLK6740	P018G00120	12/12/2017	65992	230	*	V
LZT7959	P018F002IN	13/12/2017	65992	230	*	V
MGR5274	P018G00118	12/12/2017	65992	230	*	V
MAY5489	P018F002H9	11/12/2017	65992	230	*	V
MGS6737	54924462G	12/12/2017	65992	230	*	V
MKI9007	54924466G	12/12/2017	65992	230	*	V
MBU7009	54924417G	11/12/2017	65992	230	*	V
MLC4067	54146880G	11/12/2017	65992	230	*	V
BZN1121	54146881G	11/12/2017	65992	230	*	V
MLE4959	54146889G	06/12/2017	65992	230	*	V
MMA0233	54149065G	11/12/2017	65992	230	*	V
MDZ2654	54149067G	11/12/2017	65992	230	*	V
AVB1358	54149070G	12/12/2017	65992	230	*	V
MJQ0414	54149076G	12/12/2017	65992	230	*	V
MDX4682	54147200G	11/12/2017	65992	230	*	V
MBE2206	54924505G	12/12/2017	65992	230	*	V
LYJ7527	54923708G	13/12/2017	65992	230	*	V
MCP0578	54923717G	13/12/2017	65992	230	*	V
MEZ9056	54924461G	12/12/2017	66102	230	*	VII
MNC9489	55026573F	25/11/2017	66371	230	*	IX
DDB2281	P018E0008V	08/12/2017	66371	230	*	IX
MIL6273	P018J005GG	12/11/2017	66371	230	*	IX
MIL6273	P018J005GI	12/11/2017	66372	230	*	IX
MDP6351	P018F0022K	08/11/2017	66372	230	*	IX
MHY1561	55022042F	14/11/2017	66372	230	*	IX
MFO6382	54924405G	06/12/2017	66372	230	*	IX
MFK6908	54924751G	08/12/2017	66531	230	*	XI
MAY3197	P02UY000KS	16/12/2017	66531	230	*	XI
MHQ8301	P018F002FZ	11/12/2017	67261	230	*	XVIII
IMQ3339	P018F002GB	11/12/2017	67261	230	*	XVIII

MBC7053	P03E9000AK	10/12/2017	67261	230	*	XVIII
MCB3607	P03BT000DU	14/11/2017	67261	230	*	XVIII
IKC1583	P03BT000DV	14/11/2017	67261	230	*	XVIII
KZC0108	P018F00208	06/11/2017	67261	230	*	XVIII
AAI7008	54149782G	13/11/2017	67261	230	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

BOM JARDIM DA SERRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8705 278/2017

Publicação Nº 1473681

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8705 278/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFF8268	P03EI0001H	11/10/2017	50100	162 * I	880.40
AFF8268	P03EI0001I	11/10/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MJN0592	P03EI0001O	13/10/2017	57380	186 * II	293.47
MHV8496	P03EI0000D	27/08/2017	65300	228	195.23
IEM3073	P03EI00004	15/08/2017	51851	167	195.23
MJN0592	P03EI0001Q	16/10/2017	54522	181 * VIII	195.23
AFF8268	P03EI0001G	11/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO GONCALVES DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 277/2017

Publicação Nº 1473682

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8705 277/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGX1993	P03EI0001X	29/10/2017	50100	162 * I
LYN8666	P03EI00028	09/12/2017	50100	162 * I
LYN8666	P03EI0002D	09/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYN8666	P03EI00027	09/12/2017	58350	195
LYN8666	P03EI00029	09/12/2017	65992	230 * V
LYN8666	P03EI0002B	09/12/2017	66102	230 * VII
LYN8666	P03EI0002C	09/12/2017	67261	230 * XVIII
LYN8666	P03EI0002A	09/12/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO GONCALVES DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

BOM JESUS DO OESTE**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8510 337/2017**

Publicação Nº 1473718

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8510 337/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAP9466	54605474F	18/07/2017	50100	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JESUS DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 336/2017

Publicação Nº 1473719

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8510 336/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

BHI4886 P03L90000P 14/11/2017 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JESUS DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

BOM RETIRO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8470 751/2017

Publicação Nº 1473732

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8470 751/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYR8599	P03E100037	03/09/2017	50292	162* II	880.40
MEW4012	P03E10004W	13/10/2017	55250	181 * XV	130.16
LYR8599	P03E100038	03/09/2017	51691	165	2934.68
ILL1104	P03E10004S	09/10/2017	51851	167	195.23
MJS4070	P03EL0000M	25/10/2017	51851	167	195.23
BGK9566	P03E10001M	17/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM RETIRO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VAL RIO LUIZ DE FARIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8470 750/2017

Publicação Nº 1473733

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8470 750/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MMM9102	P03E10007N	07/12/2017	55250	181 * XV
MEA7229	P03E10006O	17/11/2017	51851	167
AAZ3113	P03E10006Y	20/11/2017	51851	167
DLC6074	P03E10007L	05/12/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM RETIRO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VAL RIO LUIZ DE FARIAS
DELEGADO DE POLICIA

BOTUVERÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8196 621/2017

Publicação Nº 1473917

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8196 621/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKR5447	54295437N	01/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
OWN0733	P016Q0001W	09/10/2017	51851	167	195.23
AQJ3504	54585676E	11/10/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 620/2017

Publicação Nº 1473918

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8196 620/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGH0361	54585730E	22/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

BRUSQUE**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2583/2017**

Publicação Nº 1474068

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8050 2583/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXV3010	P01VA000KG	30/09/2017	75790	165 A	2934.68
MDE4224	P019V0003T	25/09/2017	50100	162 * I	880.40
LZM6051	P01V8000E3	18/08/2017	50100	162 * I	880.40
MCD1276	P018M000U8	28/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAW3179	P01V6000G3	12/10/2017	50100	162 * I	880.40
MBF9865	P016T000AU	13/10/2017	50100	162 * I	880.40
LWS8249	P019U000UM	15/10/2017	50100	162 * I	880.40
MAJ6904	P01V9000AT	27/08/2017	50450	162 * V	293.47
LWS8249	P019U000UN	15/10/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MBF9865	P016T000AT	13/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MAW3179	P01V6000G5	12/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCD1276	P018M000U9	28/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJH6047	P01V9000F3	11/10/2017	66020	230 * VI	293.47
AFS0550	54103518G	07/10/2017	66700	230 * XIII	195.23
EDC4128	P01V9000ES	08/10/2017	67690	230 * XXII	130.16
MFH6889	55518405F	03/09/2017	69120	232	88.38
MFH6889	55518404F	03/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MKF9165	54102932G	27/09/2017	73400	252 * IV	130.16
HNB6447	P018M000WV	06/10/2017	65992	230 * V	293.47
MHZ3566	P01VA000LA	08/10/2017	65992	230 * V	293.47
MBR3971	54103073G	08/09/2017	65992	230 * V	293.47
MKL0105	54102514G	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCD1276	P018M000U7	28/08/2017	65992	230 * V	293.47
MAJ6904	P01V9000AS	27/08/2017	65992	230 * V	293.47
LXA2774	P01V9000F9	13/10/2017	65992	230 * V	293.47
MAW3179	P01V6000G2	12/10/2017	65992	230 * V	293.47
MFV4083	P016T000AR	13/10/2017	65992	230 * V	293.47
MBF9865	P016T000AS	13/10/2017	65992	230 * V	293.47
BDC0086	54104238G	11/10/2017	65992	230 * V	293.47
MAW3179	P01V6000G6	12/10/2017	66101	230 * VII	195.23
MAW3179	P01V6000G7	12/10/2017	66102	230 * VII	195.23
LBP0710	54102771G	10/10/2017	66102	230 * VII	195.23
AFS0550	54103517G	07/10/2017	66102	230 * VII	195.23
MHZ3566	P01VA000LD	08/10/2017	66371	230 * IX	195.23
MAD0888	P01V6000FZ	10/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MHS9798	54104236G	11/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
 GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
 AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
 EDITAL.

BRUSQUE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
 DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2584/2017

Publicação Nº 1474067

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRÑNSITO E M

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2584/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
 N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
 NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
 AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
 QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
 INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFD6352	54306633N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHZ6661	54312372N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MEA7787	54312374N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
QJF1986	54104224G	09/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
API1030	54103221G	13/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MKT9084	54104703G	16/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
AXP7080	54104556G	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHM5460	54103004G	18/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHZ3122	54101544G	05/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MFB4420	54101182G	22/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MMH8643	54103835G	09/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MLZ5539	54103467G	27/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MDQ2889	54104472G	07/10/2017	51930	168	293.47
IWP5195	P019U000TV	06/10/2017	52070	169	88.38
MHZ2391	P01V9000F6	13/10/2017	52070	169	88.38
MGL1103	P01VA000LN	15/10/2017	52070	169	88.38
MIB0906	54104245G	15/10/2017	54600	181 * IX	130.16
LBP0710	54102770G	10/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MCW3856	P01V6000GB	12/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
QHB1900	54104225G	09/10/2017	55680	181 * XIX	195.23
MLZ7638	54103322G	11/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MKC8938	P018M000NB	07/04/2017	57380	186 * II	293.47
MGA5009	54103721G	12/10/2017	61220	214 * I	293.47
HVT4448	P01V9000FA	14/10/2017	65300	228	195.23
MBB5364	P01V8000HK	09/10/2017	65300	228	195.23
NXW9474	P018M000WD	25/09/2017	72340	250 * I * a	130.16
CVH5858	54102700G	27/09/2017	51851	167	195.23
MDJ7547	54104217G	07/10/2017	51851	167	195.23
LYQ0761	54104204G	01/10/2017	51851	167	195.23

MAU3883	54101467G	03/08/2017	51851	167		195.23
MBI0624	54101511G	24/08/2017	51851	167		195.23
MBY9332	54101614G	03/09/2017	51851	167		195.23
MJI4627	P01V9000BZ	14/09/2017	51851	167		195.23
QHM5460	54103003G	18/08/2017	51851	167		195.23
MLP3260	54101836G	19/09/2017	51851	167		195.23
MJM1487	54103294G	19/09/2017	51851	167		195.23
MMF8769	54104569G	06/10/2017	51851	167		195.23
MHO5768	55519662F	15/10/2017	51851	167		195.23
MHA7517	54102992G	24/10/2017	51851	167		195.23
MGZ2013	54099986G	21/08/2017	54526	181	* VIII	195.23
MBW9567	P019V0003W	14/10/2017	60501	208		293.47
MHZ3566	P01VA000LC	08/10/2017	70561	244	* III	293.47
MHZ3566	P01VA000LB	08/10/2017	57970	191		2934.68
MLC9115	P019U000QL	18/08/2017	59161	202	* II	1467.34
MMM6603	54104592G	10/10/2017	59670	203	* V	1467.34
MDI1915	54104508G	09/10/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
IDE9135	54104595G	10/10/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QHQ9593	54103399G	26/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MFT7503	54103398G	26/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QIL0694	54103395G	26/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QIO1800	54104766G	26/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
LZK1420	54103951G	28/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MAK1874	54103952G	28/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
CCE8623	54103953G	28/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
IEF2570	54103112G	07/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MJO5470	54103049G	07/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MAJ6840	54103132G	08/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QIM1384	54103051G	09/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MCT6624	54102555G	28/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MDX7241	54102712G	06/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
LZK1420	54104275G	14/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MDY2156	54104270G	14/09/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALONSO MORO TORRES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2581/2017

Publicação Nº 1474070

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2581/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA



DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCT6777	P01V6000L5	10/12/2017	75790	165 A
MAX3346	P01V9000IY	09/12/2017	75790	165 A
MAS8088	54105405G	10/12/2017	50100	162 * I
QIT9347	P019U000VH	05/12/2017	50100	162 * I
BGY7963	54105504G	10/11/2017	50450	162 * V
QIT9347	P019U000VI	05/12/2017	66020	230 * VI
MAZ8867	P01790004P	11/12/2017	67690	230 * XXII
MGV4983	P01V6000IG	13/11/2017	69120	232
MKO3094	P01V6000KY	08/12/2017	69120	232
MKO3094	P01V6000KZ	08/12/2017	73400	252 * IV
EGJ3526	P01V9000GX	08/11/2017	50371	162 * III
EGJ3526	P01V9000GU	08/11/2017	51342	164 c/c 162 * III
MAZ8867	P01790004O	11/12/2017	65992	230 * V
ABM8548	54106002G	02/12/2017	65992	230 * V
MBD9142	54103591G	10/12/2017	65992	230 * V
MFO8819	54105235G	10/12/2017	65992	230 * V
DDI1808	54105402G	10/12/2017	65992	230 * V
LXC7086	P01V9000GM	08/11/2017	65992	230 * V
MCF5056	P01V9000H5	10/11/2017	65992	230 * V
MBV1237	P016T000AY	04/11/2017	65992	230 * V
JST3908	54103653G	08/11/2017	65992	230 * V
ASA2076	P016T000B4	07/11/2017	65992	230 * V
QHA4458	54104723G	07/11/2017	65992	230 * V
BGY7963	54105503G	10/11/2017	65992	230 * V
LXU9189	P019U000VO	06/12/2017	65992	230 * V
MIO8999	P01V6000KQ	07/12/2017	65992	230 * V
MFQ8647	54104929G	10/11/2017	65992	230 * V
MFQ5423	55519686F	28/10/2017	65992	230 * V
MKI2185	55519695F	02/11/2017	65992	230 * V
BGY7963	54105505G	10/11/2017	66102	230 * VII
LYF8281	54105979G	06/12/2017	67261	230 * XVIII
OKF4168	P017900032	09/11/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2582/2017

Publicação Nº 1474069

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRÑNSITO E M

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
 DE TRANSITO N.8050 2582/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
 DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHW3419	54318074N	13/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIS3784	54319288N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLK8585	54319298N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
OKE1700	54319300N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
NER0819	54327266N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHQ4999	54327271N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKA9032	54327272N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHT2704	54327273N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
HNA8652	54105693G	23/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MFR2037	54104932G	14/11/2017	76332	ART 252, UNICO
HRE6997	54105807G	27/11/2017	76332	ART 252, UNICO
FAI2913	P01V9000IX	07/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MCC4383	54105757G	03/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MMH5716	54105153G	07/11/2017	76332	ART 252, UNICO
LXU9189	P019U000VP	06/12/2017	51930	168
AJQ8403	54105988G	06/12/2017	51930	168
MII7622	P01790004V	12/12/2017	52070	169
MJJ2551	P01V6000KX	08/12/2017	52070	169
MDG0496	P01V9000GL	06/11/2017	52070	169
IUR5350	54106152G	10/12/2017	54600	181 * IX
KYU5563	54105973G	04/12/2017	54790	181 * X
IKK5665	P018M0010M	07/12/2017	55500	181 * XVIII
DBY9096	54105758G	05/12/2017	55500	181 * XVIII
IHW0938	54104528G	29/10/2017	55500	181 * XVIII
MDH2546	54104137G	29/10/2017	55500	181 * XVIII
MLQ9998	54103586G	06/12/2017	55680	181 * XIX
OQB2552	P038F00034	01/12/2017	65300	228
MIZ7967	54103562G	12/11/2017	68580	231 * VII
MMI9807	54104426G	11/11/2017	68580	231 * VII
MCA7484	54105175G	07/11/2017	70640	244 * IV
MBZ2221	P01VA000N6	12/11/2017	72340	250 * I * a
JVN6477	54104915G	29/10/2017	51851	167
QHI2742	54104056G	12/10/2017	51851	167
MIV4842	54105176G	07/11/2017	51851	167
MMH5716	54105152G	07/11/2017	51851	167
MHZ1493	54105163G	07/11/2017	51851	167
MAI7050	54105139G	05/11/2017	51851	167
MAK9078	54103648G	05/11/2017	51851	167
ALV0422	54104991G	24/11/2017	51851	167
QII9917	54105185G	05/11/2017	51851	167
LNX1580	54105696G	25/11/2017	51851	167

MJG8655	54105982G	06/12/2017	51851	167	
MI F4424	54105994G	08/12/2017	51851	167	
MDU5357	54106156G	10/12/2017	51851	167	
DAY3429	54105842G	05/12/2017	51851	167	
MJO8116	54105848G	07/12/2017	51851	167	
MIW9060	P019U000VM	06/12/2017	51852	167	
MHS8876	P01V9000I8	20/11/2017	51852	167	
MID2919	54105018G	29/10/2017	51852	167	
DXU7140	54105050G	16/11/2017	54522	181	* VIII
BDD2220	54105589G	28/11/2017	54526	181	* VIII
MBT5367	54105472G	07/12/2017	54526	181	* VIII
MDQ2212	54105232G	08/12/2017	54526	181	* VIII
MGR9752	P019V00045	10/12/2017	58197	193	
MJL0960	54106013G	10/12/2017	60501	208	
LXC7086	P01V9000GN	08/11/2017	60501	208	
MGV4983	P01V6000IF	13/11/2017	60502	208	
QHO5593	P019U000VX	10/12/2017	61732	215	* I * a
LXN5241	P019U000VT	06/12/2017	70301	244	* I
MLV8462	P038F00027	11/11/2017	59670	203	* V
MDJ4022	54103640G	05/11/2017	72422	250,	I, b
MDW5163	54105169G	05/11/2017	72422	250,	I, b
MLD9919	54103554G	06/11/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
MJC5948	54105563G	22/11/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
MCD2141	P01V6000KR	08/12/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
MCZ0012	54103183G	06/12/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
BAI5220	54104797G	22/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MBX0872	54104798G	22/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
LWZ8257	54106254G	22/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MGA9051	54106255G	22/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MHO4584	54106256G	22/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MCT7257	54106259G	27/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MCS7404	54106268G	27/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MHM6650	54106279G	28/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MQH5681	54106284G	28/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MJA6989	54105888G	12/12/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MHO1494	54105877G	29/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
IIG7779	54105760G	23/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
PVT5738	54105765G	23/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
LZL0403	54105771G	23/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MGG2715	54105778G	24/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MAV1370	54105782G	24/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
FSW0942	54105788G	24/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MJU3920	54105789G	24/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MHI9161	54105790G	24/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MHD7221	54105791G	24/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MKH4927	54105792G	24/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MHW7381	54105798G	27/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MGQ5836	54105938G	13/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
LXW9165	54106081G	14/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MKH8183	54105645G	17/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MKH8183	54105230G	21/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MBP8302	54105058G	20/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
JLI0303	54105083G	23/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MIN3079	54104830G	10/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
QIC2354	54105611G	30/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MCA7107	54105612G	30/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MCL7842	54105614G	31/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MBJ2826	54104740G	27/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MFO2013	54104730G	27/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
EVN1613	54104729G	27/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MCL7842	54105631G	31/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
OKE3028	54105514G	14/11/2017	73662	252*	VI
MJE1964	P01V9000J1	11/12/2017	73662	252*	VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALONSO MORO TORRES
AUTORIDADE DE TRANSITO

CAÇADOR

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2550/2017

Publicação Nº 1474064

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2550/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANZ9023	P02PN0002I	27/08/2017	75790	165 A	2934.68
MBD8300	P01I7000UE	26/08/2017	75790	165 A	2934.68
AEB4563	P02PM0002Y	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGG8893	P01I9000T5	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
LZL5423	P01I9000VV	10/10/2017	50100	162 * I	880.40
CZB3524	P01PS000UF	15/10/2017	50100	162 * I	880.40
MFT6460	P03BM0006X	16/10/2017	50450	162 * V	293.47
MKY4531	P03BM0006T	04/10/2017	50450	162 * V	293.47
AFS3742	P01PV000X0	14/10/2017	50450	162 * V	293.47
LZJ6444	P02PM0003C	19/09/2017	50450	162 * V	293.47
MGG8893	P01I9000T6	29/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CZB3524	P01PS000UG	15/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LZL5423	P01I9000VW	10/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AFS3742	P01PV000X2	14/10/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
LZJ6444	P02PM0003D	19/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
CZB3524	P01PS000UE	15/10/2017	64080	221	130.16
MBA2924	P01PV000UH	29/08/2017	65480	229	130.16
MBA2924	P01PV000UJ	29/08/2017	66020	230 * VI	293.47
AKB3315	P01IM000WU	31/08/2017	66020	230 * VI	293.47
KMC6620	P01I9000W1	12/10/2017	66020	230 * VI	293.47
IIO1975	P01PV000X6	16/10/2017	66020	230 * VI	293.47
MGP6339	P01PV000X9	13/10/2017	66020	230 * VI	293.47

CNV1202	P02PK00064	24/10/2017	66020	230	*	VI	293.47
MBD8300	P01I7000UD	26/08/2017	69120	232			88.38
MAT4343	P01IM000ZR	28/10/2017	73400	252	*	IV	130.16
MGJ2506	P02PN0002E	27/08/2017	51691	165			2934.68
CZB3524	P03BM0006W	15/10/2017	51691	165			2934.68
MJV2832	P01I7000VR	23/09/2017	51691	165			2934.68
GTG4152	P01PV000UE	27/08/2017	65992	230	*	V	293.47
LZL5423	P01I9000VX	10/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MGG8893	P01I9000T7	29/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MJV2832	P01I7000VQ	23/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MLK7825	P01PV000UZ	31/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MIZ2087	P03BM0006Y	16/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MGG8893	P01I9000T8	29/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
MCL0451	P02PK00057	25/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MJV2832	P01I7000VS	23/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LZL5423	P01I9000VY	10/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
ADX6056	P01PV000X5	16/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
CZB3524	P01PS000UD	15/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MBW7546	P02PM00038	18/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2551/2017

Publicação Nº 1474063

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2551/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EHS0228	P02PN0006R	11/10/2017	52070	169	88.38
BAL4512	P02PL00044	02/10/2017	53800	181 *	130.16
MDY2229	P01PV000WE	25/09/2017	55250	181 *	130.16
QIA5277	P01IM000YW	27/09/2017	55680	181 *	195.23
CEL2042	P01PS000UL	17/10/2017	57380	186 *	293.47
ALY2338	55803551F	21/08/2017	58350	195	195.23

IIX7081	P03BM0002S	13/08/2017	58600	198	130.16
LCX4942	P01PV000TT	24/08/2017	65300	228	195.23
JIT3856	P02PK0002F	29/08/2017	65300	228	195.23
LZA5932	P02PL00028	03/09/2017	65300	228	195.23
LWW0235	P01IM000XJ	14/09/2017	51851	167	195.23
ETG0077	P03BM0004R	01/09/2017	51851	167	195.23
AJD2035	P01I9000WL	17/10/2017	51851	167	195.23
AOE7350	P02PL0003N	29/09/2017	51851	167	195.23
AVE5576	P01Q0000V5	11/10/2017	51851	167	195.23
LWW0235	P01IM000XK	14/09/2017	51852	167	195.23
ALY2338	55803552F	21/08/2017	52151	170	293.47
LWT1139	P01I9000W9	14/10/2017	54281	181 * V	293.47
EYF0809	P01IM000ZD	21/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
OVU4402	55803553F	25/08/2017	60412	207	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOCIMAR ANTONIO SOARES DE ABREU
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2548/2017

Publicação Nº 1474066

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2548/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJQ2095	P02PL0005M	12/11/2017	75790	165 A
MKH5618	P01PV000ZL	19/11/2017	75790	165 A
LXX7322	P02PN000AO	09/12/2017	75790	165 A
LZQ1483	P03BM000A3	25/11/2017	50100	162 * I
MGP1369	P01PV00114	10/12/2017	50100	162 * I
MHW0522	P02PK000AY	11/12/2017	50100	162 * I
LXQ1486	P01I7000YU	17/11/2017	50100	162 * I
GUB6169	P03BM0007R	12/11/2017	50100	162 * I
MMC5602	P01I9000YM	14/11/2017	50100	162 * I

MAA9979	P01PS000WC	14/11/2017	50450	162	*	V
IEW9915	P02PL00074	24/11/2017	50450	162	*	V
LXQ1486	P01I7000YV	17/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
GUB6169	P03BM0007S	12/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
MMC5602	P01I9000YN	14/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
MHW0522	P02PK000AZ	11/12/2017	51180	164	c/c	162 * I
LZQ1483	P03BM000A4	25/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
IEW9915	P02PL00075	24/11/2017	51420	164	c/c	162 * V
MJD1270	P01I9000YS	14/11/2017	65480	229		
MDM6899	P02PL0008O	09/12/2017	65480	229		
MJJ1599	P01I70011U	10/12/2017	65480	229		
IRI2267	P01I70011J	10/12/2017	65480	229		
AMN9027	P01I70011M	10/12/2017	65480	229		
CGA3123	P01I90010L	08/12/2017	66020	230	*	VI
MAZ8430	P01I90010N	08/12/2017	66020	230	*	VI
MDY0722	P01I700112	06/12/2017	66020	230	*	VI
ADO1839	P01PS000X3	21/11/2017	66020	230	*	VI
MBC3788	P01I7000Y9	13/11/2017	66020	230	*	VI
LZR7475	P01I7000Y4	13/11/2017	66020	230	*	VI
MDE5406	P01Q0000WL	09/11/2017	66020	230	*	VI
GMH5375	P01Q0000WY	09/11/2017	66020	230	*	VI
ANA2652	P01PS000VV	10/11/2017	67690	230	*	XXII
MKV4958	P01PS000VY	10/11/2017	67690	230	*	XXII
MKI6457	P03BM000AN	07/12/2017	67690	230	*	XXII
AHJ2092	P01PS000VS	08/11/2017	69120	232		
CDA2815	P01PV00118	10/12/2017	73580	252	*	V
IEW9915	P02PL00073	24/11/2017	51691	165		
AFS1668	P02PL00097	10/12/2017	65992	230	*	V
MHW0522	P02PK000AX	11/12/2017	65992	230	*	V
MGP1369	P01PV00113	10/12/2017	65992	230	*	V
LYW5595	P01PS000W8	13/11/2017	65992	230	*	V
IEW9915	P02PL00072	23/11/2017	65992	230	*	V
LXQ1486	P01I7000YT	17/11/2017	65992	230	*	V
LZK3839	P03BM0009O	20/11/2017	65992	230	*	V
QHH6388	P01Q0000Y4	14/11/2017	65992	230	*	V
MAA9979	P02PL0005X	14/11/2017	65992	230	*	V
GUB6169	P03BM0007Q	12/11/2017	66102	230	*	VII
MFY6179	P02PN0007N	11/11/2017	66102	230	*	VII
MMC5602	P01I9000YO	14/11/2017	66102	230	*	VII
BUZ5310	P03BM00094	14/11/2017	66102	230	*	VII
LXQ1486	P01I7000YW	17/11/2017	66372	230	*	IX
LXQ1486	P02PL0006B	17/11/2017	67261	230	*	XVIII
LZK3839	P03BM0009P	20/11/2017	67261	230	*	XVIII
IEW9915	P02PL00076	24/11/2017	67261	230	*	XVIII
MAA9979	P01PS000WD	14/11/2017	67261	230	*	XVIII
LZF2266	P01I9000YR	13/11/2017	52741	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2549/2017

Publicação Nº 1474065

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8053 2549/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AVC8649	P01IM0012I	06/12/2017	76251	ART 181, XX
MGU5539	55803724F	01/11/2017	52070	169
MLZ1043	P01PS000YZ	10/12/2017	52070	169
OLZ1687	P02PL0009P	12/12/2017	52070	169
MEV4805	P03BM00082	12/11/2017	54440	181 * VII
IXI3000	P01PS000WK	17/11/2017	55250	181 * XV
QIN5961	P01I70011Y	11/12/2017	55250	181 * XV
MLW6340	P01I90010V	11/12/2017	55250	181 * XV
IHD2045	P01I90011C	15/12/2017	55250	181 * XV
MBD7338	P01I90011D	15/12/2017	55250	181 * XV
MEB7341	P02PN00085	14/11/2017	58350	195
JFB8664	P01PV000YP	12/11/2017	58600	198
MFC8363	P01IM0010L	15/11/2017	61220	214 * I
AMV8159	P01IM0010N	15/11/2017	61220	214 * I
MJB2842	P01IM0010P	15/11/2017	61220	214 * I
MJG0276	55803857F	17/11/2017	61220	214 * I
OZF5627	55803615F	07/12/2017	61220	214 * I
MHR6690	P01IM0012J	06/12/2017	65300	228
MES0650	P01I700115	06/12/2017	65300	228
MCQ8734	P01PS000XF	21/11/2017	65300	228
MMT3478	P03BM000AQ	07/12/2017	65300	228
MHZ0471	P02PN0007Y	12/11/2017	65300	228
MAH5563	P01Q0000Y2	12/11/2017	65300	228
MEQ4139	P01Q0000XT	12/11/2017	65300	228
MET8555	P02PK000B1	11/12/2017	65300	228
MBP5087	P01PV0011B	12/12/2017	65300	228
ARX7699	P02PK000AP	08/12/2017	65300	228
MIS2268	P02PN000AR	09/12/2017	65300	228
MCL2940	P03BM000AP	07/12/2017	72340	250 * I * a
MAN3049	P02PK0007S	14/11/2017	72340	250 * I * a
OKG2877	P02PK0006X	06/11/2017	51851	167
MBG8746	P02PK000AI	08/12/2017	51851	167
ASL4361	P01I900105	07/12/2017	51851	167
MKS0538	P02PN000AJ	08/12/2017	51851	167
MEQ4139	P01Q0000XU	12/11/2017	51851	167
DKB2012	P01I7000YE	14/11/2017	51851	167
MCE9377	P01I7000YS	17/11/2017	51851	167
BNO1147	P01I700128	14/12/2017	51851	167
MBT1122	P01IM0012R	13/12/2017	51851	167
AKX4402	P02PK000B9	13/12/2017	51851	167
AQR9990	P02PN000AP	09/12/2017	51851	167

MBT1122	P02PN000AU	12/12/2017	51851	167
AQF9324	P02PN000AV	12/12/2017	51851	167
MAX8267	P01I70011I	10/12/2017	51851	167
CDA2815	P01PV00117	10/12/2017	51851	167
MKN6633	P01I70011X	10/12/2017	51852	167
MEV5496	P02PK000BC	13/12/2017	51852	167
AEP2637	P03BM0009F	18/11/2017	54521	181 * VIII
QIS0750	55803503F	13/11/2017	54521	181 * VIII
INH2698	P01I90010O	09/12/2017	54522	181 * VIII
APT1540	P01I7000ZD	20/11/2017	58433	196
AMG0479	P01IM0012O	13/12/2017	60411	207
MAY0492	P02PN0008M	20/11/2017	60412	207
CIC6930	P01I90010A	07/12/2017	60412	207
AJQ6579	P01PS000X1	21/11/2017	60501	208
MLG8770	P01I9000ZZ	06/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MGT3958	P02PK000AS	09/12/2017	73662	252*VI
MLG5567	P01Q0000X2	09/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOCIMAR ANTONIO SOARES DE ABREU
AUTORIDADE DE TRANSITO

CAMBORIÚ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1921/2017

Publicação Nº 1473920

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1921/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHO3744	P0020000T9	10/09/2017	50292	162* II	880.40
LYK7392	P00M4000VC	12/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEJ2919	P0020000U6	12/10/2017	50100	162 * I	880.40
ALQ0749	P0022000LG	03/10/2017	66020	230 * VI	293.47
MFL7789	P0020000TL	29/09/2017	66020	230 * VI	293.47

MI11693	P0020000UL	27/10/2017	69120	232		88.38
MHX4875	P0029000WS	09/08/2017	73400	252	* IV	130.16
MKF5075	P002A000Y9	26/08/2017	51691	165		2934.68
HRJ1298	P00M4000VV	18/09/2017	65561	230	* I	293.47
MEJ2919	P0020000U5	12/10/2017	65561	230	* I	293.47
MHR4580	P0020000RM	19/07/2017	65992	230	* V	293.47
MFQ4961	P0020000SO	24/08/2017	65992	230	* V	293.47
MKF5075	P002A000Y8	26/08/2017	65992	230	* V	293.47
LYK7392	P00M4000VD	12/09/2017	65992	230	* V	293.47
HRJ1298	P00M4000VT	18/09/2017	66372	230	* IX	195.23
MAT3659	P00230012D	17/08/2017	66372	230	* IX	195.23
ALQ0749	P0022000LF	03/10/2017	66532	230	* XI	195.23
MCS0112	P0020000TT	08/10/2017	52742	175		2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1922/2017

Publicação Nº 1473919

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1922/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTES DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJP8521	P00M4000WP	29/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QIM6885	P002A000X6	16/07/2017	55680	181 * XIX	195.23
MLV9316	P00250011Q	25/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MID2449	P0022000KD	19/09/2017	57200	186 * I	195.23
MHS2229	P00250011I	19/09/2017	57380	186 * II	293.47
LWZ1526	P00230012B	17/08/2017	57380	186 * II	293.47
QHK4279	P02TD0000J	03/10/2017	58780	199	130.16
HVE4041	P002500122	05/10/2017	51851	167	195.23
MGH8522	P0022000LV	07/10/2017	51851	167	195.23
MIE2535	P00230013M	26/09/2017	51851	167	195.23
HRJ1298	P00M4000VU	18/09/2017	51851	167	195.23
QIA9174	54506210F	31/07/2017	60501	208	293.47

OKH9123	P02TD0000M	09/10/2017	60501	208		293.47
MFI5772	P0022000KW	23/09/2017	70561	244 * III		293.47
MHJ1002	P0029000YI	25/09/2017	70561	244 * III		293.47
MLK5979	P0022000M8	16/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MIF6608	P02TD0000H	22/09/2017	73662	252*VI		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDEMIR MEISTER
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1919/2017

Publicação Nº 1473922

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1919/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIG7898	P02TD0001W	08/11/2017	50100	162 * I
MDY2885	P00250012L	08/11/2017	50100	162 * I
MEA2413	P0022000NQ	10/11/2017	50100	162 * I
AAAY7617	P00220000O	18/11/2017	50100	162 * I
LQA3744	P00UZ000IY	09/12/2017	50100	162 * I
MFQ3432	P0020000VI	15/12/2017	50100	162 * I
MID2453	P02TD0001K	07/11/2017	50450	162 * V
LXK9772	P0022000NE	05/11/2017	50450	162 * V
MDY2885	P00250012M	08/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
IEV1138	P0022000PU	13/12/2017	52820	176 * I
LXF1315	P0022000Q2	14/12/2017	66020	230 * VI
MEA8118	P00230014W	29/10/2017	67000	230 * XVI
MIA1899	P0022000PI	11/12/2017	69120	232
HWL2156	P02TC0001J	05/12/2017	69120	232
QID3921	P0029000ZP	28/10/2017	73400	252 * IV
MFE4330	P0026000X3	06/12/2017	65561	230 * I
MLL6648	P0020000UE	24/10/2017	65565	230 * I
MMC7387	P002A000Z2	21/10/2017	65992	230 * V

OOV2884	P002A000ZK	06/11/2017	65992	230	*	V
MID2453	P02TD0001J	07/11/2017	65992	230	*	V
HWL2156	P02TC0001I	05/12/2017	65992	230	*	V
MCR5173	P0020000UV	13/11/2017	65992	230	*	V
AAV7617	P0022000NZ	18/11/2017	65992	230	*	V
MEA2413	P0022000NP	10/11/2017	65992	230	*	V
LQA3744	P00UZ000IW	09/12/2017	65992	230	*	V
IEV1138	P0022000PT	13/12/2017	65992	230	*	V
MFQ3432	P0020000VJ	15/12/2017	65992	230	*	V
MIM8180	P0020000UR	05/11/2017	66531	230	*	XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1920/2017

Publicação Nº 1473921

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1920/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MMI9807	54319699N	17/11/2017	50020	257 ã 8\$
MIH7080	P002A00102	13/11/2017	53800	181 * I
MKG6940	P0022000NA	03/11/2017	54600	181 * IX
MIM0609	P0022000ML	25/10/2017	55250	181 * XV
IDS6245	P0022000MU	29/10/2017	55500	181 * XVIII
MMC6552	P0022000N8	02/11/2017	55680	181 * XIX
HMR3833	54506248F	17/11/2017	55680	181 * XIX
MFH0915	P00230015O	11/12/2017	55680	181 * XIX
QHC4973	P00230015Q	11/12/2017	55680	181 * XIX
HXA0820	P002A00105	14/11/2017	57380	186 * II
MEA6583	P00230014Q	20/10/2017	57380	186 * II
MJS3141	P0022000PE	09/12/2017	58350	195
MLW3504	P0022000PX	14/12/2017	58350	195

MLW3504	P0022000PY	14/12/2017	51851	167	
MGE0275	P02TD00017	01/11/2017	51851	167	
MCB5573	P0029000ZM	24/10/2017	51851	167	
QIF2606	P002A000ZF	05/11/2017	51851	167	
MCF0324	P02TD0001E	01/11/2017	51851	167	
MIW4486	P0022000PS	12/12/2017	54521	181	* VIII
MCV6613	P002A000ZE	05/11/2017	54523	181	* VIII
MIM8180	P0020000UQ	05/11/2017	60501	208	
QIG2305	P0026000WR	25/10/2017	60501	208	
MLE0241	P0029000ZT	05/11/2017	69471	235	
MKD5223	P002A000ZW	10/11/2017	70561	244	* III
AFS2666	P0022000MX	30/10/2017	59670	203	* V
MFJ8507	P0022000MQ	29/10/2017	73662	252	*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDEMIR MEISTER
AUTORIDADE DE TRANSITO

CAMPO ALEGRE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8360 743/2017

Publicação Nº 1473804

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8360 743/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARM0888	P03BZ00009	27/09/2017	50450	162 * V	293.47
LYC2507	P01OS000TG	10/10/2017	50450	162 * V	293.47
LYC2507	P01OS000TH	10/10/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
AIZ1896	P01OS000T4	04/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MJW0801	P01OS000TR	12/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
ATV1954	P01OS000TZ	12/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MGD0986	P01OS000U4	12/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LZE1531	P01OS000U7	12/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MLP3762	P01OS000UP	12/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16

LQM1494	P01OS000UQ	12/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MIC6199	P01OS000UR	12/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
DOY0361	P01OS000UV	12/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
OMC1034	P01OS000V0	12/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MHU9181	P01OS000QK	28/08/2017	64080	221			130.16
LYC2507	P01OS000TI	10/10/2017	69120	232			88.38
MHU9181	P01OS000QL	28/08/2017	65561	230	*	I	293.47
AFW3585	P01OS000RC	02/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LYC2507	P01OS000TF	10/10/2017	65992	230	*	V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 742/2017

Publicação Nº 1473805

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 742/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIT2915	P01OS000YW	19/11/2017	50100	162	*	I	
AHS1735	P01OS000ZB	20/11/2017	50100	162	*	I	
AHS1735	P01OS000ZA	20/11/2017	50610	163	c/c	162	* I
MIT2915	P01OS000YX	19/11/2017	51180	164	c/c	162	* I
ALN1270	P03BZ0001X	10/12/2017	55250	181	*	XV	
MFK2058	P03BZ00020	10/12/2017	55250	181	*	XV	
MKC5362	P01OS000Y0	15/11/2017	55500	181	*	XVIII	
MLP5586	P01OS000YB	15/11/2017	55500	181	*	XVIII	
MLL3633	P01LC000LS	13/11/2017	58350	195			
MIT2915	P01OS000YZ	19/11/2017	65800	230	*	IV	
AHS1735	P01OS000ZC	20/11/2017	67690	230	*	XXII	
HQF2403	P03BZ0001K	09/12/2017	69120	232			
MLL3633	54291551F	14/11/2017	51692	165			
HRG5618	P03BZ0000P	01/12/2017	51851	167			

AHS1735 P01OS000Z9 20/11/2017 65561 230 * I
AHS1735 P01OS000Z7 20/11/2017 65992 230 * V
MIT2915 P01OS000YY 19/11/2017 65992 230 * V
AHS1735 P01OS000ZD 20/11/2017 66372 230 * IX
AHS1735 P01OS000Z8 20/11/2017 70301 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS
DELEGADO DE POLICIA

CAMPO ERÊ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8256 1005/2017

Publicação Nº 1473871

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8256 1005/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BRG9183	P02DI00080	28/08/2017	69120	232	88.38
QJC6666	P02DJ0003G	19/08/2017	51851	167	195.23
MIA9590	P02DI00098	15/10/2017	54522	181 * VIII	195.23
BRG9183	P02DI0007Z	28/08/2017	65992	230 * V	293.47
MCW2342	P02DJ0003K	22/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
COW8519	P02DJ0003X	13/10/2017	52742	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 1004/2017

Publicação Nº 1473872

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8256 1004/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCW2342	P02DJ0004X	05/11/2017	75790	165 A
CGE8806	P02DI000AD	09/12/2017	51930	168
MCW2342	P02DJ0004Y	05/11/2017	65300	228
QHL0343	P02DJ00059	08/11/2017	51851	167
CTB7308	P02DJ0005K	09/11/2017	51851	167
LWW8155	P02DI000AE	09/12/2017	51851	167
ARE1743	P02DJ0005S	11/12/2017	51851	167
ASI0831	P02DJ0005M	12/11/2017	58197	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI
DELEGADO DE POLICIA

CAMPOS NOVOS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8100 1729/2017**

Publicação Nº 1474004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8100 1729/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXL7262	P00Y9000S4	19/09/2017	50292	162* II	880.40
MBR5105	P00Y80008Y	12/10/2017	50100	162 * I	880.40
MEM2949	P01FA000LN	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
AGM5559	P00Y9000R1	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
AGM5559	P00Y9000R2	03/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEM2949	P01FA000LO	02/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBR5105	P00Y80008Z	12/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ARO3007	P01FA000OX	11/10/2017	66700	230 * XIII	195.23
AGM5559	P00Y9000R0	03/09/2017	51691	165	2934.68
AFM1281	P00Y9000OQ	23/07/2017	51691	165	2934.68
MBR5105	P00Y80008X	12/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8100 1730/2017

Publicação Nº 1474003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8100 1730/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MFY3082 P00Y9000I5 05/03/2017 70303 244 * I 293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1727/2017

Publicação Nº 1474006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8100 1727/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBL2787	P01FA000PQ	10/11/2017	50450	162 * V
MLV1461	P00Y8000AG	09/11/2017	65992	230 * V
MAZ8022	P00Y8000B7	12/12/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1728/2017

Publicação Nº 1474005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8100 1728/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDQ4399	P00Y9000TT	03/11/2017	54600	181 * IX
LYB8629	P00Y8000AY	18/11/2017	58350	195
MAL1306	P01FA000QY	07/12/2017	61220	214 * I
EWS8081	P01FB0007T	13/12/2017	51851	167
IQA3969	P01FB0007U	13/12/2017	51851	167
BAL0828	P00Y8000AH	10/11/2017	52311	172
IQE8773	P00Y8000AT	17/11/2017	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

CANELINHA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8145 936/2017

Publicação Nº 1473956

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8145 936/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCB0895	P01KB001SQ	17/10/2017	50100	162 * I	880.40
MAI9543	P02ST0003H	15/10/2017	50450	162 * V	293.47
JOF3868	P02ST0003V	17/10/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MHZ1805	P02TJ000CT	26/10/2017	51851	167	195.23
MAI9543	P02ST0002G	01/10/2017	51851	167	195.23
MCB0895	P01KB001SP	17/10/2017	65992	230 * V	293.47
JOF3868	P02ST0003T	17/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANELINHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8145 935/2017

Publicação Nº 1473957

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8145 935/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHB2950	P02ST0004C	14/11/2017	51852	167
MLN2973	P02ST00049	28/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANELINHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

CANOINHAS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2186/2017

Publicação Nº 1474060

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2186/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IJO9133	P02060002Y	03/09/2017	75790	165 A	2934.68
LZI1720	P01IF000KR	21/08/2017	50100	162 * I	880.40
QIP7752	P02060002Q	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDT9648	P01H10008K	04/09/2017	50450	162 * V	293.47
QIP7752	P02060002S	01/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
LZI1720	P01IF000KT	21/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDL9044	P01IF000MU	03/09/2017	64080	221	130.16
LXP7965	P01IF000M9	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
LZI1720	P01IF000KS	21/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDT9648	P01H10008L	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
CKN6279	55614201F	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
AEL6748	P01IF000P0	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
QIP7752	P02060002R	01/09/2017	66102	230 * VII	195.23
IJO9133	P02060002X	03/09/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2187/2017

Publicação Nº 1474059

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8055 2187/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHB2457	54292421N	28/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
ASH6069	P01IF000MR	02/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MGL9804	55614198F	21/08/2017	52070	169	88.38
MIF4373	P02060003O	09/10/2017	52070	169	88.38
IJO9133	55468636F	28/08/2017	55090	181 * XIII	130.16
LXR1992	P01IF000Q1	15/10/2017	51851	167	195.23
MKM3322	55611014F	22/09/2017	51851	167	195.23
MCL3131	P02060002T	02/09/2017	51851	167	195.23
MCJ4394	P01IF000LO	27/08/2017	54523	181 * VIII	195.23
FOD1910	P02060003X	10/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDW0561	P02060002N	31/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DARIO GRAVI GONCALVES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 2184/2017

Publicação Nº 1474062

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8055 2184/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEN7569	55611853F	22/11/2017	50292	162*	II
MFO2786	55613171F	17/11/2017	50100	162 *	I
AJW6269	55611060F	22/11/2017	50100	162 *	I
MJQ5924	P03E40000Y	12/12/2017	50100	162 *	I
AGJ7131	55610955F	23/11/2017	50450	162 *	V
QIK0629	P01IF000SF	24/11/2017	65800	230 *	IV
CIM8629	55611557F	22/11/2017	67690	230 *	XXII
ACS1300	55611028F	14/11/2017	67690	230 *	XXII
MAO2093	55613203F	22/11/2017	67690	230 *	XXII
CLI2079	55611059F	20/11/2017	69120	232	
HRZ6823	P02O600059	20/11/2017	69120	232	
MEN7569	55611854F	22/11/2017	69120	232	
MEN7569	55611855F	22/11/2017	69120	232	
NTR7132	P01GC000QB	17/11/2017	69120	232	
MDE1883	P02O60005Q	12/12/2017	69120	232	
ACS1300	55611027F	14/11/2017	73400	252 *	IV
ACS1300	P01H00007X	14/11/2017	51691	165	
MFO2786	P01GC000QG	18/11/2017	51692	165	
AHW7375	P01IF000S6	20/11/2017	65992	230 *	V
MFR7917	55612255F	22/11/2017	65992	230 *	V
ACS1300	55611026F	14/11/2017	65992	230 *	V
MFO2786	P01H1000B8	17/11/2017	65992	230 *	V
MHJ2090	55610802F	20/11/2017	65992	230 *	V
AQM4606	55611752F	22/11/2017	65992	230 *	V
QIK0629	P01IF000SH	24/11/2017	65992	230 *	V
MDE1883	P02O60005P	12/12/2017	65992	230 *	V
BLC1068	55612803F	20/11/2017	66102	230 *	VII
MHA9726	P02O50000O	13/11/2017	67261	230 *	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 2185/2017

Publicação Nº 1474061

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730



EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8055 2185/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AUQ8164	54329476N	15/12/2017	50020	257 ã 8\$
MIZ2989	54329477N	15/12/2017	50020	257 ã 8\$
QIP2524	55468856F	16/11/2017	76252	ART 181, XX
MMA4651	55468854F	13/11/2017	76252	ART 181, XX
PPN7315	P01GC000RT	06/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MHD3108	55612754F	23/11/2017	52070	169
MAR8584	55612203F	23/11/2017	52070	169
MIS3833	55610808F	23/11/2017	52070	169
MGK5509	55610809F	23/11/2017	52070	169
MHD3108	55611559F	23/11/2017	52070	169
MCD6669	55611457F	23/11/2017	52070	169
MFO2786	55613172F	17/11/2017	52070	169
MLO6762	55612807F	20/11/2017	52070	169
MJB3072	55611054F	20/11/2017	52070	169
MHF3711	55468828F	05/12/2017	53800	181 * I
MDH5964	P01H000079	03/11/2017	54600	181 * IX
MFO2786	55613176F	17/11/2017	57200	186 * I
MFO2786	P01GC000QF	17/11/2017	58350	195
MFO2786	55613174F	17/11/2017	58350	195
MBS3635	55612003F	23/11/2017	65300	228
MGE6337	P01H00008A	13/12/2017	51851	167
AWW0142	55612209F	02/12/2017	51851	167
MFO2786	55613173F	17/11/2017	51851	167
QHF9550	P01GC000Q6	15/11/2017	51851	167
AKC0443	P01GY0003J	19/11/2017	51851	167
MCH3842	55612853F	20/11/2017	51851	167
AJQ7543	55612304F	20/11/2017	51851	167
CKZ8068	55613253F	22/11/2017	51851	167
MGA5500	55611706F	20/11/2017	51851	167
CIM8629	55611556F	22/11/2017	51852	167
MFO2786	55613175F	17/11/2017	52311	172
MFU6922	55611025F	09/11/2017	54522	181 * VIII
MKU7235	P01IF000S4	16/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DARIO GRAVI GONCALVES

AUTORIDADE DE TRANSITO

CAPINZAL**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8266 1965/2017**

Publicação Nº 1473864

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8266 1965/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJR5128	P00VE0011Z	15/09/2017	50100	162 * I	880.40
MJR5128	P00VE00120	15/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MAH1887	P00VD0012P	16/10/2017	65992	230 * V	293.47
MEN4737	P00VD0012C	11/10/2017	66532	230 * XI	195.23
MAH1887	P00VD0012Q	16/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8266 1966/2017

Publicação Nº 1473863

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8266 1966/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DOW2762	P00VD00124	09/10/2017	52070	169	88.38
MEN4737	P00VD0012D	11/10/2017	52070	169	88.38
LXO6916	P00VD0012N	16/10/2017	52070	169	88.38
AUI1407	P00VD000Y1	18/08/2017	54284	181 * V	293.47
MI10915	P00VE0013Q	10/10/2017	54522	181 * VIII	195.23
AUI1407	P00VD000Y3	21/08/2017	69471	235	195.23
MDX8975	P00VD0012R	16/10/2017	70481	244 * II	293.47
ATE3462	P00VE0010E	22/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AJH1677	P00VE0011A	04/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANTONIO MOACIR BECHER
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1963/2017

Publicação Nº 1473866

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1963/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IMI2360	P00VD0015S	18/11/2017	50100	162 * I
LZK3651	P00VE0016D	23/11/2017	50100	162 * I
LZB2027	P00VD0017E	11/12/2017	50100	162 * I
LZB2027	P00VD0017F	11/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZK3651	P00VE0016E	23/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXM1512	P00VD0015H	13/11/2017	65992	230 * V
LZK3651	P00VE0016F	23/11/2017	66372	230 * IX

MJR5128	P00VE0018E	10/12/2017	66531	230	*	XI
LZB2027	P00VD0017H	11/12/2017	66531	230	*	XI
LZB2027	P00VD0017G	11/12/2017	67261	230	*	XVIII
MCW5717	54501380F	12/12/2017	52741	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1964/2017

Publicação Nº 1473865

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1964/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAT5280	P00VE0018N	12/12/2017	57380	186 * II
ASC5454	P00VD00161	25/11/2017	61220	214 * I
MKD3425	P00VE0018O	13/12/2017	51851	167
MLN2097	P00VE0018T	13/12/2017	51851	167
MAD0285	P00VE0018X	13/12/2017	51851	167
QHD6250	P00VD0014X	08/11/2017	54284	181 * V
QIL5070	P00VE0015Y	12/11/2017	59670	203 * V
ISG5114	P00VE0018C	10/12/2017	59670	203 * V
AOK7578	P00VE0018M	12/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MBR8026	P00VD00153	10/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
BFN7208	P00VE00199	16/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MEC0787	P00VD0015D	13/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANTONIO MOACIR BECHER
DIRETOR DE TRANSITO

CATANDUVAS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8346 866/2017

Publicação Nº 1473814

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8346 866/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGY6457	P00Y00008B	09/10/2017	50100	162 * I	880.40
AGY6457	P00Y00008C	09/10/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
AGY6457	P00Y00008A	09/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CATANDUVAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8346 865/2017

Publicação Nº 1473815

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8346 865/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCF4716	P00Y00009G	21/11/2017	50100	162 * I
MJS7038	P00Y000096	09/11/2017	53980	181 * II
ICL4617	P00Y0000A2	08/12/2017	65480	229
MBU0439	P00Y0000A3	11/12/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CATANDUVAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

CHAPADÃO DO LAGEADO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8719 194/2017

Publicação Nº 1473676

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8719 194/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MCX5857 P03P00000H 14/10/2017 50291 162* II 880.40
MCX5857 P03P00000G 14/10/2017 65992 230 * V 293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPADAO DO LAGEADO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

CHAPECÓ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2628/2017

Publicação Nº 1474102

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2628/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDL9753	P017Q00207	24/09/2017	75790	165 A	2934.68
MCI0637	P038H0006U	24/09/2017	75790	165 A	2934.68
MCB0120	P017Q0020U	24/09/2017	75790	165 A	2934.68
LXH6774	P017Q0022K	08/10/2017	75790	165 A	2934.68
MBC1180	P02QO0009T	08/10/2017	75790	165 A	2934.68
MAX4984	P038H00082	15/10/2017	75790	165 A	2934.68
AFH9148	P038H00083	15/10/2017	75790	165 A	2934.68
HVF8928	P02VC000CP	14/10/2017	75790	165 A	2934.68
MJV7872	P017Q00232	08/10/2017	50100	162 * I	880.40
MCO6844	P02VC000CI	08/10/2017	50100	162 * I	880.40
LXH6774	P017Q0022L	08/10/2017	50100	162 * I	880.40
MEA7927	P03DG0006A	08/10/2017	50100	162 * I	880.40
ASC1151	P02QO00096	27/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCI0637	P038H0006V	24/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCM9647	54172638G	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
LZI0471	54173444G	10/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEF2052	54173447G	10/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEC6572	P02RJ00039	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAX7254	P02VC0007K	20/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAI7959	P02VD0002E	21/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFV7807	P02QO0006A	22/08/2017	50450	162 * V	293.47
MFL7701	P017Q001RY	22/08/2017	50450	162 * V	293.47
MFN2042	P019P000C3	24/09/2017	50450	162 * V	293.47
MCB0120	P017Q0020T	24/09/2017	50450	162 * V	293.47

IPM7687	P019P000CS	14/10/2017	50450	162	*	V	293.47
MFV7807	P02QO0006B	22/08/2017	50960	163	c/c	162 * V	293.47
IPM7687	P019P000CU	14/10/2017	51420	164	c/c	162 * V	293.47
MLC0792	P019O000HH	15/10/2017	64080	221			130.16
MHP4598	P017S000C9	29/08/2017	64080	221			130.16
MES3481	54173965G	07/08/2017	64080	221			130.16
ASC1151	P02QO00095	27/09/2017	65480	229			130.16
MEC6572	P02RJ0003B	30/08/2017	66020	230	*	VI	293.47
MIY2426	P019O000DY	04/09/2017	66020	230	*	VI	293.47
MHP4598	P017S000C8	29/08/2017	66020	230	*	VI	293.47
MCI0637	P038H0006W	24/09/2017	67690	230	*	XXII	130.16
MHJ6689	54173440G	10/08/2017	69120	232			88.38
MKH1222	P017Q0023D	14/10/2017	69120	232			88.38
MJV7872	P017Q00233	08/10/2017	73400	252	*	IV	130.16
MCB0120	P017Q0020W	24/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
MFG6470	P019O000FE	18/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
JNG6806	P02VC0007W	20/08/2017	51691	165			2934.68
CCO3723	P017S000BX	19/08/2017	51691	165			2934.68
MCO6844	P017Q0022S	08/10/2017	51691	165			2934.68
MCI0637	P038H0006T	24/09/2017	65561	230	*	I	293.47
MFN2042	P02T20010L	24/09/2017	65992	230	*	V	293.47
QHP0565	P019P000A1	21/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MGV5365	P017Q001PX	17/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MEA7927	P03DG00069	08/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MJV7872	P017Q00231	08/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MCB0120	P017Q0020V	24/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MDN1265	P017Q00215	28/09/2017	65992	230	*	V	293.47
IKR9740	P02QN00092	01/10/2017	65992	230	*	V	293.47
LXH6774	P017Q0022J	08/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MBC1327	P038H0007Q	14/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MKH1222	P017Q0023C	14/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MHP4598	P017S000C7	29/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MFK4441	P017Q001PK	17/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
JNG6806	P02VC0007V	20/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MAX7254	P02VC0007L	20/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
IDI9306	P038H0004Z	28/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
AVO7999	P02T2000VU	31/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
MCO6844	P02VC000CJ	08/10/2017	66532	230	*	XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES
DELEGADA REGIONAL - 12ª DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2629/2017

Publicação Nº 1474101

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - 280810

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8028 2629/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHA0648	54300806N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MCU7242	54308475N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
QHF1230	54312883N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
AUQ2395	P01II0008M	02/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MKI5007	P02QO0006L	23/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MJX8936	P019R0006O	06/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGD5263	P02VC000AR	18/09/2017	52070	169	88.38
AEC8765	P02UT0005T	13/10/2017	53980	181 * II	88.38
ACI9579	P030R0003F	14/10/2017	54010	181 * III	195.23
QHQ4345	P019R0007P	30/10/2017	54100	181 * IV	130.16
MFP4642	P02QO0005T	18/08/2017	55090	181 * XIII	130.16
MKR3864	P02VC00076	17/08/2017	57200	186 * I	195.23
MMI5172	P019R0006R	16/10/2017	57200	186 * I	195.23
MKK7747	P019O000G1	02/10/2017	61220	214 * I	293.47
MJB3359	P02QN0008A	29/09/2017	65300	228	195.23
QIA0041	P017S000ES	24/09/2017	65300	228	195.23
MBM8527	P01II00069	24/08/2017	65300	228	195.23
MGY8567	P01II0007J	02/09/2017	65300	228	195.23
LYU4162	P01HA000I2	30/08/2017	51851	167	195.23
MHB5485	P038H00030	08/08/2017	51851	167	195.23
AIF4368	P02RI0005Y	30/08/2017	51851	167	195.23
IBM8245	P038H0005C	31/08/2017	51851	167	195.23
MJG1223	P02RI0006F	01/09/2017	51851	167	195.23
MGG7401	P02T2000SX	22/08/2017	51851	167	195.23
MCB0120	P017Q0020S	24/09/2017	51851	167	195.23
MLB4397	P017Q00227	28/09/2017	51851	167	195.23
MFE7481	P02VC000DR	18/10/2017	51851	167	195.23
LYJ6560	P019P000D6	16/10/2017	54284	181 * V	293.47
OLS9540	P030R0001G	26/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MKF2917	P02VF0006Z	12/10/2017	54522	181 * VIII	195.23
JKH0669	P02VF0006H	29/09/2017	60174	206 * III	293.47
MHA0056	P019R00061	23/09/2017	60174	206 * III	293.47
IEG6719	P017S000CP	29/08/2017	60501	208	293.47
MII5381	P02VC0007B	17/08/2017	60501	208	293.47
MEC6572	P02RJ0003A	30/08/2017	70561	244 * III	293.47
MKT1390	P02RI0006U	14/10/2017	70562	244 * III c/c ÷1\$	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 2055/2017

Publicação Nº 1473691

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8655 2055/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IOE7216	55865458E	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
MIH6905	55865461E	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBC8184	55865464E	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
CHF1051	55865455E	13/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES
DELEGADA REGIONAL 12º DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 2056/2017

Publicação Nº 1473690

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8655 2056/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJY5328	54291725N	25/08/2017	50020	257 ã 8\$	195.23

MIE4620	54292847N	29/08/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MBO4402	54308093N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
PVP5987	54308095N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MJM5394	54308097N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
PVP5987	54308098N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MJD3216	54308099N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QHI4781	54308101N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MJY6498	54308102N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MJR2430	54308103N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MJO5304	54308104N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
ACV5448	54308106N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MJR2430	54308110N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QIO6053	54309052N	17/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MLV2891	54302376N	26/09/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QIP2814	54306155N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MIU0990	54307163N	10/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QIO6053	54307165N	10/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
INL9234	54303617N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
OKF4262	55866412E	14/09/2017	76252	ART	181,	XX	293.47
MKQ4641	55865478E	15/09/2017	54600	181	*	IX	130.16
MHR7603	55866854E	03/10/2017	55250	181	*	XV	130.16
MHX1051	55865488E	06/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MAY1895	55865496E	08/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MGG5925	55865908E	07/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
JQB3428	55865497E	11/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
KWV3705	55867010E	09/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MGJ4764	55867014E	09/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
LUR4268	55867015E	09/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
OGJ0616	55866836E	09/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MED7481	55866838E	10/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MDC1205	55865240E	11/09/2017	58350	195			195.23
JVC1271	55866629E	02/10/2017	61220	214	*	I	293.47
MDU6964	55867007E	07/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MLM5171	55866417E	03/10/2017	60171	206	*	III	293.47
MCZ0418	55866458E	14/09/2017	60171	206	*	III	293.47
MDT4019	55865578E	11/10/2017	70561	244	*	III	293.47
LZR1102	55866861E	09/10/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MBZ8868	55182653F	21/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
HPT1509	55182753F	22/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJI0183	55182776F	22/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
AKG5900	55182792F	22/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
NFT8160	55182798F	22/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJT4205	55182320F	16/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MHH0916	55182330F	16/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJO2232	55182343F	16/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFI4719	55182369F	16/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFW3210	55182383F	18/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFT0839	55182513F	19/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
ATE2629	55182539F	19/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFT0839	55182541F	19/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
LXX9210	55182591F	20/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MKH5463	55182620F	20/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
CNA6185	55182628F	20/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MHT9951	55182898F	25/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLS1088	55182905F	25/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
ASZ0641	55182916F	25/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MHT9951	55182919F	25/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
LZE6838	55182933F	25/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MHT9951	55182947F	25/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
IIC9467	55182952F	25/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MMJ2616	55182954F	25/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QHI6006	55182955F	25/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
OKH4637	55182960F	25/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23

MEO3580	55182964F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IIC9467	55182968F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZM6081	55182980F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJS7633	55181079F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMH7564	55181095F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIB2358	55181096F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFZ5727	55181102F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MOP1633	55181105F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLC7589	55181164F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EPK1713	55181216F	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJS7021	55181231F	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DUE9354	55181234F	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLC7589	55181236F	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJI0464	55181252F	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLC7589	55181281F	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIO0055	55181344F	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFA4715	55181385F	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCX6385	55181390F	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFA4715	55181411F	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIL8419	55181481F	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJE2350	55181492F	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIL8419	55181500F	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAD0835	55181600F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYF8942	55181759F	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYF8942	55181782F	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AWC2657	55181794F	09/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KAS2805	55181928F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55181940F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55181969F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55181978F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PEN6411	55181985F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55181996F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JZP6094	55182018F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MZU7171	55182060F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLJ2640	55182064F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AHC0732	55182086F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHX6339	55182184F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OMN5176	55182258F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFC3123	55182268F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CNA6185	55182275F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OMN5176	55182284F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHU3551	55182298F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AYU2063	55184602F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGY1875	55184688F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CTJ8325	55184709F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AYU2063	55184737F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJE1427	55184742F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PUJ1030	55183618F	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDD7578	55183681F	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAM4422	55183712F	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZB4551	55183750F	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ELT2265	55183783F	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCV9955	55183813F	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHE3269	55184267F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKW8641	55184355F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ABK5187	55184397F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGI7763	55184419F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIC1544	55184430F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AFE0037	55184441F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLG3492	55184443F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FLM1876	55184451F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZX0013	55184460F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AFE0037	55184484F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MHT5821	55183305F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXN3552	55183319F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CLR6325	55183323F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HIQ3283	55183328F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJD3216	55183330F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHA2948	55183331F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHZ2319	55183333F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGI0673	55183334F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKT8281	55183348F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASI2567	55183351F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKG8057	55183353F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EUP4555	55183356F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHA2948	55183360F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JGN7287	55183378F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASG8181	55183386F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASI2567	55183389F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARL1606	55183393F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGI1664	55183395F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DIE3806	55183422F	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MVY3883	55183424F	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHM0325	55183425F	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHW4863	55183426F	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKG8057	55183441F	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHM0325	55183445F	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAP2895	55183447F	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MVY3883	55183450F	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EEW7742	55183452F	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHX0079	55183462F	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHC4214	55183468F	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGM7038	55183471F	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AOL1601	55182994F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGV3101	55183000F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DOO3083	55183001F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IAZ5312	55183002F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCJ1234	55183003F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHH7601	55183006F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHH8726	55183007F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BAO7337	55183009F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEB2554	55183014F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHH8726	55183021F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAM8934	55183032F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO1102	55183053F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NVV3160	55183054F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BUO9523	55183057F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NLM0018	55183061F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFW2902	55183063F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYP6634	55183067F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JVI3843	55183079F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJI3858	55183080F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGV0058	55183083F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIV4553	55183084F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DLS6290	55183085F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AOR6115	55183087F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFS7817	55183090F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKI5792	55183095F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DUP0168	55183096F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLZ4247	55183102F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEB2554	55183106F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ABY5457	55183116F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJD3216	55183129F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BAO7337	55183133F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIL4866	55183140F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO9382	55183142F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

AEJ8448	55183143F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDO9203	55183145F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JII9197	55183150F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AMY1456	55183151F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO1102	55183155F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDO9203	55183156F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IRE4801	55183157F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MQK3507	55183158F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJF0305	55183160F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASI2567	55183165F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
INK7853	55183166F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CLM3904	55183171F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO1102	55183178F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFO1293	55183180F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHJ9406	55183187F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JGV9387	55183192F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKH7779	55183195F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
INK6130	55183202F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ISY7241	55183204F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKV4339	55183206F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCF4848	55183211F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIX9667	55183214F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CIL8447	55183215F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHZ1101	55183220F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ERZ1853	55183221F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHO3347	55183227F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DGG3952	55183232F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIL8419	55183241F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLA4251	55183242F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZL9961	55183245F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JGN7287	55183248F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHM0325	55183250F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DDY3317	55183255F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IHW3658	55183257F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFK3386	55183258F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MED4905	55183260F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZB2437	55183262F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BCF1511	55183268F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLA4251	55183270F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJG6701	55183275F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AUD2014	55183289F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MUR0260	55183291F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HDF0585	55183293F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JGN7287	55183295F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FDN1115	55183296F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MRC3395	55183297F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKE5421	55183302F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLD3055	55179134F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXV1774	55179139F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AJC2624	55179152F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ILH0119	55179157F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BEE1872	55179193F	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FEX8189	55179237F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FEX8189	55179258F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKG6107	55179331F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJL8130	55179365F	09/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MET6875	55179468F	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IEO7059	55179514F	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLN5338	55179584F	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHC6735	55179800F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIB4588	55179850F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGV7907	55179903F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFU4094	55179952F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MHX0251	55179984F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAW4395	55180014F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ISQ7572	55180056F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DYJ2269	55180092F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCT9027	55180119F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXV0794	55180166F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGU2706	55180178F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AFQ1616	55180214F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKT3727	55180232F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFF7443	55180238F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKT3727	55180261F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZA7168	55180287F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIH9081	55180290F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJL8130	55180335F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJL8130	55180360F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCD9620	55180383F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZD0951	55180421F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLN4987	55180495F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHS5934	55180540F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EBN1622	55180577F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFJ4292	55180664F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DIC9841	55180798F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DIC9841	55180809F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DIC9841	55180843F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AJO1289	55180888F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJP2844	55180903F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCU6872	55181011F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJP2844	55181042F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JYH8796	55161773F	23/01/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JYH8796	55161796F	23/01/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCA5844	55161925F	24/01/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IDG0266	55177415F	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFH1046	55177885F	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKR6023	55178255F	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGH2783	55178274F	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMJ0132	55178312F	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AZX7771	55178325F	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARG3669	55178348F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HMA7332	55178426F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIE2824	55178461F	29/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DPM1114	55178464F	29/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AQZ6027	55178512F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ATF9879	55178521F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFT4074	55178533F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DFR5567	55178538F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIC9416	55178557F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDP3451	55178572F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIW3672	55178595F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMM4348	55178599F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OA09479	55178634F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MML4694	55178650F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HDB8726	55178655F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLY9278	55178660F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHV4642	55178674F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IPD3831	55178676F	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAH1219	55178701F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMC8903	55178734F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHE9174	55178782F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AGA0244	55178786F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKO2929	55178787F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KYL8261	55178790F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLM8258	55178801F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBD0343	55178811F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

QIT0962	55178815F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FDI7868	55178839F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHO1887	55178844F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJZ1169	55178866F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BPK8075	55178910F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CMH3811	55178962F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGW1939	55178965F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFG6599	55179069F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NTE1299	55179076F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFY9293	55179096F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDV0036	55179100F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8745 991/2017

Publicação Nº 1473670

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - ELETRONICO - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8745 991/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMA4667	54290497N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
APJ2514	54290501N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
KZS9277	54290504N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
KCM3794	54286339N	10/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHE9174	54291939N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
CPC3140	54291982N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHE9174	54291988N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
CAU2962	54293489N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MLS5584	54293499N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHJ8637	54298919N	18/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLZ7272	54302179N	26/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDL5844	54303515N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
ILY6855	54303558N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJX1311	54303570N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16

MKG5562	54304429N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
IVY5511	54304462N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MLY2430	54304468N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHD1187	54306250N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MIM7261	54306258N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QJB0070	54306936N	09/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
PXX8301	54306938N	09/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
IVW5707	54306943N	09/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLZ4693	54307682N	13/10/2017	50020	257	õ	8\$	880.40
ANK2379	54308122N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MDP6123	54308123N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKT5938	54308124N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJD3216	54308125N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QIJ8216	54308131N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
DKW3503	54308135N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MMM6507	54308136N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MGX4097	54308148N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MFH7224	54308150N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MMA1003	54308159N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
IRB9499	54308161N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MMK9079	54308162N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
HBZ1025	54308164N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QIN2121	54308165N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJL0219	54308176N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
AJM9396	54308177N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QIM8313	54308178N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLI9013	54308179N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MFM0826	54308180N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QIM8313	54308181N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHD2135	54308182N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QID4701	54308188N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MIW1495	54308189N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MDV8471	54308199N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MJY6235	54308205N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHZ8434	54308206N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLT7953	54308208N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLK8215	54308209N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MCU5760	54308216N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MFM8617	54308223N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MGB4297	54308224N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
BXM8298	54308225N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKG8057	54308227N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHV2159	54308228N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
LWV5188	54308229N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJY6920	54308230N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
LXM1854	54308231N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
ITV7473	54308232N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MGS4260	54308233N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLJ3476	54308239N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MLK9174	54308240N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QID7842	54308242N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
IHG1572	54308243N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKO9464	54308253N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MIH4850	54308254N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJV6018	54308255N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJK6524	54308256N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
OKH8664	54309182N	17/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHA4753	54310674N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
AZU9044	54312016N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QIF2835	54312417N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MIM7809	54312437N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
FHI3694	54312470N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QIN3767	54313444N	30/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16

GFD0003	54314148N	31/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MIW5772	0000791869	27/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IPB6070	0000791588	26/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP2740	0000791591	26/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DZL8738	0000791621	26/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG4988	0000791631	26/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBK2950	0000791660	26/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM4846	0000792133	27/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG5682	0000792140	27/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ADW0051	0000792175	27/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAX4627	0000792216	27/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IPL5023	0000792274	28/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LMD0055	0000792328	28/10/2017	74550	218	*	I	130.16
HUH7575	0000792408	28/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEL2745	0000792411	28/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGA7862	0000792602	28/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK5487	0000792657	28/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IPL5023	0000792716	28/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFD2333	0000792731	28/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA9036	0000792801	28/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF6311	0000792891	28/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AWP0548	0000793190	29/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LCU0478	0000793193	29/10/2017	74550	218	*	I	130.16
GZD1422	0000793199	29/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP2737	0000792934	28/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIS0265	0000792948	28/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DHP9278	0000793379	29/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ABY5457	0000793498	29/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IPL5023	0000793522	29/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV8260	0000793524	29/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IPL5023	0000793551	29/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AWP0548	0000793623	29/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBA8178	0000793625	29/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AOZ7807	0000793877	30/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCJ8889	0000793891	30/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLQ6012	0000793418	29/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF7915	0000791089	25/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OWL4337	0000790661	24/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ITJ4369	0000788328	20/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EFQ1565	0000787764	19/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MOA4780	0000790135	23/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BAJ3048	0000790202	23/10/2017	74550	218	*	I	130.16
INC7114	0000790220	23/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGE4071	0000790221	23/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EZP3335	0000790260	23/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AYZ1583	0000788116	20/10/2017	74550	218	*	I	130.16
GKK8281	0000788144	20/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFP8029	0000789089	21/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LXB3066	0000789120	22/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OWV6811	0000789474	22/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OWV6811	0000789625	22/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LPQ0333	0000789719	22/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OWV6811	0000789876	22/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LWV9523	0000787364	18/10/2017	74550	218	*	I	130.16
HDM3915	0000787461	18/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LYC6704	0000787464	18/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EZQ9955	0000787503	18/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEQ1118	0000787512	18/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DTD8060	0000785223	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OPX4807	0000785295	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU2394	0000785372	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT7399	0000785551	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ISA2332	0000785568	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16

EEQ6485	0000785623	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OHR5818	0000785664	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
FBQ8173	0000785708	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJY6063	0000785769	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MI5678	0000785805	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL2898	0000785862	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ARR9098	0000786050	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJY0272	0000786101	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EYR1089	0000786199	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL2898	0000786316	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EIT5837	0000786345	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLR1794	0000786358	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDY4425	0000786384	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAO4920	0000786427	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN4745	0000786488	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBU6324	0000786511	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMD1714	0000786839	17/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX8843	0000786900	17/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX8843	0000786903	17/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMD1714	0000786607	17/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB3986	0000787020	17/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGH0084	0000783881	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MED1943	0000783888	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AQM8389	0000783890	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
HTM1510	0000783984	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLF3934	0000783857	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL9538	0000784053	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IOK4641	0000784059	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QID0987	0000784103	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL9538	0000784104	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV8468	0000784162	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DMW2130	0000784187	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLF5701	0000784196	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
HQI5829	0000784200	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
HQI5829	0000784201	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CYB0828	0000784215	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
JJY6351	0000784218	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ5773	0000784219	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP0474	0000784233	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDM3847	0000784258	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MED1943	0000784264	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
HDF0585	0000784270	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIR6694	0000784272	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS3760	0000784275	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ARD1225	0000784280	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIS9780	0000784291	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEU1388	0000784292	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BNP2398	0000784294	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
PMT7070	0000784117	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
FJA0584	0000784124	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO7984	0000784125	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCX3215	0000784130	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DNL4671	0000784143	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP6002	0000784148	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV9975	0000784359	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AIO0844	0000784364	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ4357	0000784380	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCX2193	0000784388	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLR8803	0000784396	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN4461	0000784405	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DON1240	0000784312	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ8296	0000784320	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
KYV2833	0000784323	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16

ILR5954	0000784325	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU6166	0000784326	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BBP3530	0000784428	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EQF6624	0000784505	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EQF6624	0000784523	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
JGM1061	0000784565	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKP6182	0000784593	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZN0612	0000784688	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD3216	0000784701	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEC8618	0000785006	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG0161	0000785015	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGH3496	0000785026	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DTD8060	0000785190	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBF3557	0000780966	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFF4237	0000780976	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ELD7948	0000780977	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ4548	0000780981	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LWZ3163	0000780986	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW1417	0000779242	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCW7106	0000779248	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB7914	0000779032	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHH2808	0000779040	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG9195	0000779483	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEJ2902	0000779516	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IBK7998	0000779518	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OHE6420	0000779628	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
INE2387	0000779662	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OJZ1933	0000779805	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IIU7141	0000779990	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AGQ1373	0000779994	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCW1945	0000780063	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP1139	0000780180	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OIS6858	0000780219	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IFO5076	0000780287	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIR6694	0000780300	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IYA5806	0000780301	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IUD9170	0000780395	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLI5350	0000780459	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCW1945	0000780472	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BJG7025	0000780477	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF1756	0000780511	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IRG3922	0000780532	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MED1943	0000780533	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLI6284	0000780592	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ISM1202	0000780615	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW1417	0000780621	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LYU3950	0000780636	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIR6514	0000780730	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIK9531	0000780738	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF6178	0000780749	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AGY5125	0000780854	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG8957	0000780858	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIA2639	0000780955	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CSF2255	0000781463	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM5689	0000781485	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AJV0135	0000781502	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIW4277	0000780330	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IUD9170	0000780366	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DPQ1128	0000780375	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBF3557	0000781016	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF6365	0000781035	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0181	0000781041	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IUI6244	0000781066	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16

MDQ9415	0000781067	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DOO3083	0000781093	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHG6313	0000781122	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGT6697	0000781123	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MRC3395	0000781147	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IOF0206	0000781150	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LXY7808	0000781173	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL9538	0000781200	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFN8098	0000781203	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0181	0000781211	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA7691	0000781231	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
NTH9086	0000781239	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIQ1443	0000781259	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCF1051	0000781260	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAB5569	0000781290	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP6002	0000781315	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIG1398	0000781320	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CXW0481	0000781325	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IKU7499	0000781334	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDF4296	0000781336	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
PGW4820	0000781338	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE1720	0000781348	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ADC9494	0000781365	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEZ9216	0000781366	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CXW0481	0000781373	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DIP6447	0000781377	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ8227	0000781381	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCN1003	0000781388	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL7059	0000781394	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAQ8395	0000776621	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF4364	0000775882	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DSW0681	0000775898	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ1435	0000775576	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ARG3669	0000776434	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP7948	0000776454	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGD1544	0000776493	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDF7101	0000776502	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IER7711	0000776528	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY9321	0000775501	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM9722	0000775507	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO1472	0000775753	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DKP8342	0000775794	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HLG4655	0000776051	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IMO5988	0000776066	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ARG3669	0000776072	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF2233	0000776096	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEJ2902	0000776098	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX0334	0000776124	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BAC5498	0000776131	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AWG3768	0000776879	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM2524	0000776904	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX5417	0000776917	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB2098	0000776949	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AGY1715	0000776992	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LPQ7425	0000776995	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA8572	0000777014	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH8073	0000777022	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OPB7273	0000777060	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEX4868	0000777139	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEQ7578	0000777174	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JSU5324	0000777452	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL1013	0000777537	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR4244	0000777590	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16

LWZ3802	0000777828	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL1013	0000777851	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IST2508	0000777869	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL0401	0000777674	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OTF5415	0000777747	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFU6500	0000777834	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BAN6421	0000778094	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB6075	0000778296	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EAT0951	0000778302	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZG4308	0000778340	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR4244	0000778341	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AAT6982	0000778395	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN1393	0000778408	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBA3346	0000778469	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD0585	0000778504	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ALY6065	0000778505	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MOU0888	0000778540	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MID8048	0000778556	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AGH6989	0000778579	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDQ5996	0000772917	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF5165	0000772918	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JMG9868	0000772947	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KLB9901	0000773614	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IVT0249	0000773620	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW0127	0000773683	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ6330	0000773709	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGC5721	0000772974	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MID9495	0000772979	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL9003	0000773124	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS2241	0000773128	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR6797	0000773149	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEJ3496	0000773158	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AHN8461	0000773166	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIN4657	0000773464	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL4035	0000771346	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CMM0823	0000771494	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JZP6094	0000771710	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JZP6094	0000771711	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM2206	0000771797	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS4233	0000771818	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFD7270	0000771861	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JZP6094	0000772024	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM9149	0000772530	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLL0993	0000772600	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYP6872	0000772610	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN9949	0000772659	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKQ0967	0000772785	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE8719	0000772805	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY3461	0000772830	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JCE7373	0000774206	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP0122	0000774249	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ISD5979	0000774275	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NKI5480	0000774287	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JMG9868	0000774297	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NPD0460	0000774366	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFG9269	0000773840	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIX3052	0000773857	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EPP8615	0000773858	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGJ5358	0000772073	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKW1376	0000772267	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FKS8218	0000774859	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDV8548	0000774945	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN0372	0000774960	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MHS1766	0000774976	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MML3347	0000775111	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IIW8828	0000775345	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QID7067	0000775259	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QID7067	0000775437	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAV9392	0000775485	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CXW0481	0000781427	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CYR9471	0000781432	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGV8131	0000781433	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AMS1896	0000781434	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEC9038	0000781436	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
FXL8000	0000781439	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLW6360	0000781445	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG4223	0000781524	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ANP5000	0000781529	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OKH5941	0000781543	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OPV8588	0000781549	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO5898	0000781551	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LXO2892	0000781563	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AJZ4582	0000781582	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LAO9613	0000781589	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO7984	0000781596	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MXG6999	0000781358	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QII9622	0000781398	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ENX3574	0000781607	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BPN8970	0000781613	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LYZ7096	0000781618	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHO7693	0000781622	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CYB0248	0000781629	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDF2464	0000781651	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ECM9839	0000781652	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGB8871	0000781654	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LYC4747	0000781657	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW1417	0000781660	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MED1943	0000781661	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW1417	0000781640	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AQC9061	0000781642	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MED1943	0000781643	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AMY1070	0000781729	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ8019	0000781733	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CXW0481	0000781741	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAS7780	0000781751	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AMY1070	0000781760	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH3521	0000782041	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL2898	0000782051	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MED1943	0000782059	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA5593	0000782060	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJT6125	0000782070	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
INN8253	0000782087	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MED1943	0000782090	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IWS0128	0000782092	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ4104	0000782097	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DZZ7765	0000782106	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
HHG4684	0000782114	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHV0494	0000782138	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV8668	0000782145	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
HMP4899	0000782147	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKX5452	0000782181	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CQV1904	0000782182	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIK4007	0000782190	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EEP8053	0000782199	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EPD5053	0000782209	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN4461	0000781935	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16

MMC0829	0000781936	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ERR8917	0000781944	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LYS0810	0000781951	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCT3260	0000781964	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEH3019	0000781972	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DRC1805	0000781980	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AMA5330	0000781997	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ADF4914	0000782211	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CEA3875	0000782212	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BCL9339	0000782232	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IOA7937	0000782248	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IKI3363	0000782251	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IOA7937	0000782268	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
KXP6674	0000782275	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCN1003	0000782292	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QII7195	0000782314	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DMM7779	0000782316	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM0179	0000782332	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL4207	0000782337	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BAD0581	0000782351	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
APK5457	0000782384	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX5292	0000782399	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBJ3094	0000782404	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN4461	0000782410	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCN1003	0000782391	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN4461	0000782412	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIH5682	0000782415	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IMH4355	0000782416	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAT2135	0000782419	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGK3459	0000782422	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZC7471	0000782425	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB0306	0000782445	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE8192	0000782447	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIS9780	0000782453	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT1390	0000782458	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
INO0326	0000782546	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJC1731	0000782550	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCV4479	0000782553	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
KLW6354	0000782557	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DQB9801	0000782559	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDF2437	0000782574	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IPH0943	0000782580	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAV6724	0000782591	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA9375	0000782594	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZC5196	0000782596	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW7016	0000782460	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EYT2011	0000782530	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IPO6359	0000782610	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGZ5321	0000782647	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DQI7205	0000782661	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBL4926	0000782679	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX8374	0000782729	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AHK1511	0000782736	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CXW0481	0000782788	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0181	0000782790	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IVJ9096	0000782792	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHV8549	0000782798	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK2854	0000782866	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX6809	0000782870	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD6529	0000782886	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT1390	0000782901	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKC7325	0000782908	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT1390	0000782912	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16

AMO4896	0000782913	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
KFA6223	0000782922	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB6992	0000782923	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN8109	0000782925	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ATE7333	0000782929	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCX3215	0000782951	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCJ2932	0000782953	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGC1532	0000782967	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB3977	0000782969	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGD8127	0000782977	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZB4600	0000782978	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AIR5204	0000782985	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJK6114	0000782997	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDK8523	0000783016	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCN6859	0000782934	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ5161	0000782935	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBU8961	0000782940	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
PVP5987	0000782944	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA2053	0000782945	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLR6678	0000782895	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBV9630	0000783037	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EMJ1185	0000783038	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAN5558	0000783040	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIG6397	0000783042	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE7587	0000783044	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AYB3946	0000783045	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT1390	0000783060	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKD3334	0000783068	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH2140	0000783072	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IDD6582	0000783074	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EYR1089	0000783076	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CWQ8897	0000783090	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MSX4107	0000783097	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFA5078	0000783101	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IVT2147	0000783106	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
INV9688	0000783113	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU2470	0000783152	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IDI7243	0000783189	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ISZ6008	0000783197	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IET4158	0000783349	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ISZ6008	0000783354	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS9240	0000783407	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BTL7500	0000783408	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0181	0000783412	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CCC5101	0000783429	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO5886	0000783431	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
GOT8017	0000783435	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU5612	0000783439	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHZ3014	0000783443	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ARC8969	0000783454	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFB5372	0000783476	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ASD4572	0000783505	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CXW0481	0000783524	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBK8808	0000783526	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK0367	0000783534	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IET4158	0000783556	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAK9296	0000783566	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKQ9953	0000783569	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ARC8969	0000783570	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DQB9801	0000783572	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBQ3728	0000783589	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO1213	0000783592	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIT8892	0000783596	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16

CBP3044	0000783601	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS2209	0000783624	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFA4715	0000783634	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AXM3322	0000783636	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AJV0135	0000783651	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEB2554	0000783580	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DJD2623	0000783671	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EEEX1587	0000783676	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AVM3864	0000783763	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
KMT2272	0000783783	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS2077	0000783796	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIK9531	0000783799	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EKK5798	0000783809	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CFL1161	0000783812	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM6289	0000783815	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ8987	0000783834	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE8427	0000783714	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT2879	0000783728	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBM5676	0000783757	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ2191	0000783700	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DIB6964	0000783844	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AVH0971	0000783849	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ISW9146	0000783925	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IDP3426	0000783926	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAS7780	0000783944	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR2773	0000783948	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IVK6877	0000783952	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAS7780	0000783955	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LXU5457	0000783956	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMD4581	0000783961	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR2773	0000783969	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO0755	0000783972	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
FXL8000	0000768027	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXR6257	0000768298	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AQN6240	0000768312	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CSF3271	0000768554	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KKY9281	0000768580	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA9003	0000768643	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCT2558	0000768645	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BPT5245	0000768683	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCU8224	0000768709	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JCC0206	0000768713	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE3420	0000769102	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
APC4254	0000769108	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
INM0997	0000769114	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDY9571	0000769605	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS9459	0000769725	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDR6665	0000769772	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BEA8810	0000769803	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI1287	0000769877	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DFO9445	0000769907	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZT2523	0000770036	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ9109	0000770313	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGT6071	0000770358	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ASY0585	0000770533	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ7371	0000770947	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IBO2965	0000770996	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ISO9533	0000771115	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ7875	0000761563	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO5658	0000761605	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM3899	0000761628	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGR1736	0000762016	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS7170	0000762045	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16

LPO0137	0000763256	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIH0220	0000763913	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL0837	0000764015	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OFW8800	0000764318	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MET6230	0000763589	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ASY3914	0000761645	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QID5975	0000763880	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIS9978	0000765083	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DUL3720	0000765472	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AQQ4769	0000766124	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO9290	0000766313	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AZN0295	0000766342	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW6790	0000766674	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AVH6435	0000764762	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AQK2308	0000767559	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE0447	0000767668	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ATE3569	0000767669	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGE0031	0000767699	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDY8539	0000767867	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG4099	0000759198	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KDG5861	0000759241	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BKW9905	0000759260	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJY8372	0000759286	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AKR3204	0000759288	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO8693	0000759306	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMS1195	0000759337	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BBF7193	0000759353	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NFK2118	0000759355	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK6648	0000759156	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC3123	0000760004	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CMU5746	0000760037	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU7611	0000760061	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLL7549	0000759929	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IGR5474	0000759984	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC6194	0000759458	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN9993	0000759563	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCX6033	0000759603	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ILH0852	0000759759	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBR6908	0000759839	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG3958	0000759685	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCW7387	0000760231	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKE1920	0000760276	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
COJ8564	0000760318	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIM4701	0000760326	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IPQ1655	0000760370	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY1386	0000760382	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AJD5476	0000760559	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA9459	0000760572	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CRJ7111	0000760586	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DGC2626	0000760611	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXS7336	0000760628	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF1407	0000760708	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD1593	0000760724	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT0595	0000760743	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ION1203	0000760428	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHV3511	0000760438	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCM7284	0000760451	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HCC1518	0000760507	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AIF3749	0000760510	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IEG5700	0000760908	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE6102	0000760966	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IPQ1655	0000760998	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG5094	0000761056	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16

ALP5844	0000761115	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DKQ9458	0000761178	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZE0150	0000761181	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCA8356	0000761183	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OWZ4534	0000760799	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ICU7581	0000760812	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
GUE9104	0000761232	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IUV9450	0000761236	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ3233	0000761317	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HCC1518	0000761342	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD6481	0000761474	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLW1275	0000761498	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY1386	0000761507	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AJN1061	0000752995	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN2742	0000753113	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCR6625	0000753150	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFB2157	0000753227	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHP4598	0000750524	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB3639	0000750530	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DIM0266	0000752198	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCU5655	0000752210	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ6935	0000753552	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH4230	0000753649	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QID2620	0000753691	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MED8393	0000753988	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHR8105	0000754172	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW6260	0000754248	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR9272	0000753380	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HQF3148	0000754517	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYD0598	0000754623	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC3992	0000754811	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU5601	0000755037	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAG8825	0000755584	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC0485	0000755645	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BSS2792	0000755776	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY2267	0000755804	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW2523	0000756085	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT6377	0000756115	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
INX3548	0000756127	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN9758	0000756347	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM2662	0000756368	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEJ5762	0000756425	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIL5004	0000756482	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IKI7544	0000756521	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AAV7202	0000756317	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXU5749	0000756623	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS4338	0000756645	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCE3674	0000756972	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CVH8465	0000756977	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CNB3751	0000757009	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NML5253	0000757075	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DPR5162	0000757081	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO1643	0000757143	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZJ8484	0000757144	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LBP9188	0000757155	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB7737	0000757165	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CXA9093	0000757171	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IKT1598	0000757187	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IEG5700	0000757288	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAG6935	0000757373	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCX9436	0000757400	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO0792	0000757417	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDT7793	0000757425	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MAG6935	0000757457	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC9567	0000757477	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG0630	0000757523	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ0622	0000757568	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IAT7521	0000757570	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLL0993	0000757576	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZQ0513	0000757586	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR0571	0000757597	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NJV1070	0000757607	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJJ3106	0000757622	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS5256	0000757645	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGE2313	0000757658	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIW9200	0000757675	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF0067	0000757733	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCA4426	0000757735	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IME0516	0000757737	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM2057	0000757741	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY2905	0000757742	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ISZ6132	0000757758	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIJ2861	0000756770	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHT7290	0000756789	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJT3912	0000757838	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AXN5202	0000757202	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LWX2420	0000757958	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ENR7911	0000758049	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYU3562	0000758092	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS5423	0000758140	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY1675	0000758152	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IEE7063	0000758162	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NOT9801	0000758173	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB7153	0000758200	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBC8184	0000758240	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAT0957	0000758260	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CQW4246	0000758416	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ISY3721	0000758419	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHB9874	0000758463	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMY3080	0000758467	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAR7992	0000758491	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DIE9781	0000758492	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NHJ2109	0000758625	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IWH8210	0000758633	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIW3182	0000758636	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKC0525	0000758740	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF6396	0000758611	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AFY9464	0000758881	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KZV7203	0000759033	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC9567	0000759109	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCH8145	0000759133	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL5684	0000744636	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN5175	0000745768	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000745255	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIX0864	0000745268	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AYZ7736	0000745280	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXK0225	0000745324	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCA0143	0000745341	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXK0225	0000745370	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IFM3175	0000745393	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIG6686	0000744891	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHD5319	0000745012	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KPI7298	0000745019	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIS8722	0000745052	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ARN6172	0000745070	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CTB6637	0000745076	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16

IRF0600	0000745119	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEX5627	0000745123	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JLJ9145	0000745137	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHK8716	0000745190	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM6081	0000745206	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM4491	0000745207	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000745212	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBC9847	0000745569	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBC9847	0000745606	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF7156	0000745627	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ANQ3718	0000745636	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB7893	0000745670	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKD2913	0000745678	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ5565	0000745468	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW7058	0000745738	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CSA6192	0000745905	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXH5041	0000745908	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJO4136	0000745918	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGR4968	0000745936	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBQ5333	0000745939	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGA1489	0000745962	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JCO0133	0000746142	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ISR9745	0000746184	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AFX7729	0000746192	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ISZ8373	0000746196	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM3899	0000746198	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000746216	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DIZ5868	0000746217	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN6917	0000746241	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB0878	0000746261	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000745822	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBW7475	0000745861	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
APF7052	0000745871	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB3639	0000746008	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000746498	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF2206	0000746511	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBF7140	0000746512	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC3123	0000746534	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EFV9808	0000746485	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKU9154	0000746586	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HDT7338	0000746626	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK8741	0000746648	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AOC1262	0000746665	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DIH6812	0000746673	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIY8740	0000746674	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JIL4789	0000746677	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKJ5267	0000746679	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EGO0493	0000746685	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MET2511	0000746694	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IQO1157	0000746704	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEX5694	0000746707	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS3069	0000746719	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHK8070	0000746357	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ALS8497	0000746383	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DYJ2269	0000746760	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IQN3528	0000746812	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJK9146	0000746821	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN2523	0000746890	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA3179	0000746937	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH6978	0000746985	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLW2443	0000747082	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKE5424	0000747134	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000747187	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MBB9989	0000747269	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV2570	0000747277	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMI4104	0000747393	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AZV7631	0000747515	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JYX3243	0000747619	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DYA0810	0000747763	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DYA0810	0000747791	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DYA0810	0000747817	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IDI6814	0000747848	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DYA0810	0000747862	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000748231	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000746997	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJF0532	0000747005	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000748458	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BEE1872	0000748546	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ALY6065	0000748618	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AGN9679	0000748641	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT2599	0000747060	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000749129	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHW4379	0000749690	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FWQ7874	0000749742	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIC6665	0000749759	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000749794	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BEE1872	0000749843	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF7087	0000749998	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000749554	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EVV8249	0000750116	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCO4831	0000750806	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AWS3152	0000750940	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJT2507	0000750999	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA0098	0000751231	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGL0872	0000739946	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS3539	0000740122	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT4197	0000740154	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV0506	0000740221	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000740259	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000740273	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC9545	0000740413	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHD5319	0000740606	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NPO3517	0000740612	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QID7336	0000740615	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ICX6512	0000740630	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IPQ7076	0000736296	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CPZ5816	0000736586	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IPA6532	0000738685	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BMA5131	0000737002	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ITB3136	0000737022	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE8483	0000737531	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AZX7771	0000737665	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
OA09479	0000739448	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ATJ2278	0000739499	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA1371	0000739509	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCO5165	0000739569	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ILF0372	0000739574	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IPV2079	0000739632	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL8788	0000739671	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ILL1635	0000739697	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAN9604	0000739719	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ATH2182	0000739766	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJX7927	0000740047	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJX7927	0000740071	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BAC6367	0000740683	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MED2117	0000740767	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16

QHC1096	0000740785	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCJ2280	0000740795	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KAJ5481	0000740884	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF8158	0000740995	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF8158	0000741005	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IMS7891	0000741086	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ILH3979	0000741341	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFJ7753	0000741364	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGZ4094	0000741385	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFN1827	0000741475	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIG7607	0000741721	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHC0722	0000741857	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000741869	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ITO8421	0000741876	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLZ6181	0000741931	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL0282	0000741948	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ3970	0000741988	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JGU2376	0000742027	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN2523	0000742061	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DQA8677	0000742132	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGZ1930	0000742135	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IML1148	0000742169	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
INK6649	0000742275	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJT0368	0000742590	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ALL3593	0000742600	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ALL3593	0000742601	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ALL3593	0000742642	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
APU2456	0000742647	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JGU2376	0000742694	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFP4642	0000742756	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCF4697	0000742761	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB0086	0000742784	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF4062	0000742793	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL6597	0000742396	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEF3997	0000742411	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IQM5818	0000742432	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY7209	0000742452	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHB1399	0000742470	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JCO0133	0000742861	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFJ9451	0000742883	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT8835	0000742936	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
INK6649	0000743086	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN1418	0000743091	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL6828	0000743102	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC3485	0000743120	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZJ2571	0000743290	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK2614	0000743369	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF7802	0000743392	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIO4826	0000743405	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHU0767	0000743446	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QJM6080	0000743510	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYT3480	0000743580	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM6816	0000743586	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZW5780	0000743591	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGE6912	0000744277	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYM3478	0000743781	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZP0701	0000743876	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NKR5330	0000743920	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
INK6169	0000744014	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
INK6169	0000744015	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MES6525	0000744115	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000744120	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IQV8755	0000728522	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16

AWB9188	0000743680	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN1235	0000744240	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ5521	0000744439	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKX5819	0000744484	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFI8851	0000744519	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AYQ2098	0000744324	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LWV7224	0000744583	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY5687	0000744662	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000744675	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW0664	0000744676	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKC8006	0000744690	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLR8874	0000744691	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EEN6589	0000744716	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS9600	0000744732	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEZ1475	0000744758	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AZE3433	0000744763	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCI8139	0000744787	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
INK6169	0000744584	08/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IVA1629	0000744356	08/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGZ4094	0000744548	08/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBQ9843	0000742293	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHN3332	0000744160	07/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKT3601	0000743502	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJE5004	0000742575	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MMA6817	0000741991	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
INK6169	0000741829	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IJM7564	0000741845	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AJE6464	0000741442	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IJM7564	0000741101	03/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LYJ2421	0000740911	02/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCV8493	0000733460	23/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IJM7564	0000750125	17/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IJM7564	0000750287	17/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IJM7564	0000747079	12/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIQ5506	0000743081	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IXQ3458	0000748369	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHS9699	0000748447	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MAI3236	0000746989	12/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIO8021	0000746639	11/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGF2657	0000746491	11/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MAI3236	0000746335	11/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGF2657	0000746347	11/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEE7073	0000746452	11/08/2017	74630	218	*	II	195.23
APF7052	0000745872	10/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGQ7741	0000745831	10/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IJM7564	0000745809	10/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IJM7564	0000745213	09/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IJM7564	0000745030	09/08/2017	74630	218	*	II	195.23
INK6169	0000745396	09/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHE7937	0000745759	10/08/2017	74630	218	*	II	195.23
INK6169	0000744639	08/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MAR7992	0000759137	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBE5971	0000758624	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLT0235	0000758691	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
CVY2077	0000758604	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCH8145	0000758458	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFT2299	0000758175	29/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MAR7992	0000757506	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBB4191	0000757194	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
FNJ6800	0000756323	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ECT6356	0000755871	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
DJR4102	0000756256	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFC3123	0000754960	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23

MLZ9597	0000754796	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFY5101	0000754277	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGY3802	0000754319	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFB2157	0000753371	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHW0122	0000753163	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIL8866	0000753035	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
CIG1999	0000761560	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MFL7572	0000761334	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHG5094	0000760833	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHG5094	0000761139	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AJD5476	0000760548	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHG5094	0000760791	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDQ0689	0000760383	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCW7387	0000760239	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIM2662	0000760274	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MMS4953	0000759868	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MBE5971	0000759933	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGV0051	0000760048	01/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AZH3967	0000759192	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEG3958	0000759025	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKE5719	0000759066	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIG0362	0000767661	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
PSU1357	0000766426	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEP3587	0000761650	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MAR7992	0000761631	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EYZ2528	0000771290	20/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QIC9628	0000769950	17/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDN4461	0000783711	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MMI1413	0000783761	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MDN4461	0000783683	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
JZN0889	0000783653	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
ELX5157	0000783576	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
CXW0481	0000783563	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MFT2977	0000783497	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MBH3521	0000783379	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MIO5886	0000783311	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MDN4461	0000783141	11/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MCN1003	0000783151	11/10/2017	74630	218	*	II	195.23
JRL5940	0000783057	11/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MKT1390	0000782900	11/10/2017	74630	218	*	II	195.23
ALR4669	0000782637	11/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MKT1390	0000783027	11/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MKT1390	0000782949	11/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MHB2872	0000782889	11/10/2017	74630	218	*	II	195.23
CXW0481	0000782869	11/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MAD0523	0000782534	10/10/2017	74630	218	*	II	195.23
QHA5529	0000782477	10/10/2017	74630	218	*	II	195.23
QIA0012	0000782606	10/10/2017	74630	218	*	II	195.23
BCL9339	0000782413	10/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MGU0091	0000782269	10/10/2017	74630	218	*	II	195.23
KPG6624	0000782010	08/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MKW1029	0000782013	08/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MGN0834	0000781947	09/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MMK5542	0000782210	09/10/2017	74630	218	*	II	195.23
HPH2431	0000781846	09/10/2017	74630	218	*	II	195.23
AHO1683	0000781644	08/10/2017	74630	218	*	II	195.23
CYB0248	0000781635	08/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MKY2580	0000781399	08/10/2017	74630	218	*	II	195.23
LXN0157	0000781364	08/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MAV9392	0000775486	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKD4015	0000775597	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MFL4662	0000774728	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
GXI4194	0000774734	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23

FHO6946	0000774858	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
IQN1229	0000772057	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDR6665	0000768944	16/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEU6274	0000773748	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QIO3104	0000772953	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDO5776	0000778623	03/10/2017	74630	218	*	II	195.23
JKK7500	0000776285	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIF2233	0000778549	03/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MDN1265	0000778396	03/10/2017	74630	218	*	II	195.23
APN0610	0000775516	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGD1544	0000776490	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MAV9392	0000775913	28/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MBT1305	0000781395	08/10/2017	74630	218	*	II	195.23
CXW0481	0000781330	08/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MDN4461	0000781333	08/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IUI6244	0000781318	08/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MCL9538	0000781145	08/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MML1122	0000781207	08/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MCW1945	0000780658	07/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IOE9346	0000779397	05/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IXD2900	0000780222	06/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IXD2900	0000780223	06/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MIB9856	0000780237	06/10/2017	74630	218	*	II	195.23
DEX4492	0000778889	04/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IUI6244	0000780992	08/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MKD0532	0000784920	14/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MLG7642	0000784982	14/10/2017	74630	218	*	II	195.23
QHO3300	0000784341	13/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MAC8002	0000784409	13/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MED9594	0000784418	13/10/2017	74630	218	*	II	195.23
ATH0609	0000784422	13/10/2017	74630	218	*	II	195.23
ILL4991	0000784424	13/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MLZ2181	0000784307	13/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MCL9538	0000784106	13/10/2017	74630	218	*	II	195.23
QHM0325	0000783865	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IVP4482	0000783616	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MHQ5248	0000784007	13/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MMD1714	0000786578	17/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX8843	0000786902	17/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MKO9592	0000785694	15/10/2017	74630	218	*	II	195.23
AOE2995	0000785292	15/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MGD8853	0000784139	13/10/2017	74630	218	*	II	195.23
GKK8281	0000788124	20/10/2017	74630	218	*	II	195.23
APX1202	0000788840	21/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MCN1003	0000793462	29/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MFZ8539	0000794019	30/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MDK9077	0000794266	31/10/2017	74630	218	*	II	195.23
AYL4146	0000793059	29/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MGC6953	0000793249	29/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MCF6659	0000791672	26/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MGA7862	0000791967	27/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IUK0427	0000792058	27/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IPL5023	0000793387	29/10/2017	74710	218	*	III	880.40
IPL5023	0000792918	28/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MAE9009	0000790910	25/10/2017	74710	218	*	III	880.40
EIE6827	0000787555	18/10/2017	74710	218	*	III	880.40
HDM3915	0000787389	18/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MMD1714	0000786850	17/10/2017	74710	218	*	III	880.40
IUI6244	0000781356	08/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MDN4461	0000781605	08/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MKY2580	0000782411	10/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MKR6496	0000782459	10/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MKT1390	0000782535	10/10/2017	74710	218	*	III	880.40

MKT1390	0000783026	11/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MDN4461	0000782932	11/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MKY2580	0000783089	11/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MDN4461	0000783606	12/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MHC2711	0000783586	12/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MDN4461	0000783839	12/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MKT1390	0000783851	12/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MET6230	0000764182	07/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MAR7992	0000759758	01/09/2017	74710	218	*	III	880.40
CPM5530	0000761187	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MHM3899	0000761380	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MLW2351	0000753107	21/08/2017	74710	218	*	III	880.40
NBM6357	0000752211	20/08/2017	74710	218	*	III	880.40
JYE8583	0000752273	20/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MHR8105	0000754343	23/08/2017	74710	218	*	III	880.40
LZW6012	0000753762	22/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MDC1205	0000756934	27/08/2017	74710	218	*	III	880.40
ATO7177	0000758741	30/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MAR7992	0000759138	31/08/2017	74710	218	*	III	880.40
QID7067	0000745533	10/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MIN3966	0000746539	11/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MIN3966	0000746352	11/08/2017	74710	218	*	III	880.40
LZQ6800	0000741579	04/08/2017	74710	218	*	III	880.40
IFM3175	0000744280	07/08/2017	74710	218	*	III	880.40
AOC1262	0000744251	07/08/2017	74710	218	*	III	880.40
IVS4517	0000743766	07/08/2017	56732	183			130.16
MIW3874	0000742971	06/08/2017	56732	183			130.16
MDT1149	0000742822	06/08/2017	56732	183			130.16
CAK6943	0000742197	05/08/2017	56732	183			130.16
OCA7427	0000741017	03/08/2017	56732	183			130.16
MMA1626	0000739935	01/08/2017	56732	183			130.16
MFQ6787	0000748913	15/08/2017	56732	183			130.16
IMA5859	0000749357	16/08/2017	56732	183			130.16
MFQ6787	0000750093	17/08/2017	56732	183			130.16
IOW7957	0000749589	16/08/2017	56732	183			130.16
MMM0911	0000746740	12/08/2017	56732	183			130.16
LXG3092	0000746748	12/08/2017	56732	183			130.16
JBH2512	0000747602	13/08/2017	56732	183			130.16
FWQ7874	0000746025	11/08/2017	56732	183			130.16
QHT3829	0000746071	11/08/2017	56732	183			130.16
OKF7941	0000758914	31/08/2017	56732	183			130.16
NJW4417	0000758761	31/08/2017	56732	183			130.16
AGR9817	0000758417	30/08/2017	56732	183			130.16
MAQ3710	0000758294	30/08/2017	56732	183			130.16
ITX0866	0000758350	30/08/2017	56732	183			130.16
AOW9305	0000757267	28/08/2017	56732	183			130.16
LZP1850	0000757788	29/08/2017	56732	183			130.16
ELL5389	0000751995	20/08/2017	56732	183			130.16
LYS7436	0000756562	27/08/2017	56732	183			130.16
BBP2700	0000761790	04/09/2017	56732	183			130.16
QIF5985	0000762867	06/09/2017	56732	183			130.16
API5004	0000767422	13/09/2017	56732	183			130.16
MIR6694	0000767428	13/09/2017	56732	183			130.16
MIF6948	0000767466	13/09/2017	56732	183			130.16
MHC7810	0000765023	09/09/2017	56732	183			130.16
OKF9541	0000768035	14/09/2017	56732	183			130.16
MCK3551	0000768801	16/09/2017	56732	183			130.16
MJK4091	0000768874	16/09/2017	56732	183			130.16
QHR1917	0000768907	16/09/2017	56732	183			130.16
CIE5538	0000768929	16/09/2017	56732	183			130.16
MGL3104	0000783975	13/10/2017	56732	183			130.16
ITY2057	0000783186	12/10/2017	56732	183			130.16
KEN7438	0000783474	12/10/2017	56732	183			130.16

QHU1564	0000783383	12/10/2017	56732	183	130.16
MLG5813	0000783389	12/10/2017	56732	183	130.16
MMJ4228	0000783158	12/10/2017	56732	183	130.16
CVY2012	0000783159	12/10/2017	56732	183	130.16
KEY2919	0000783274	12/10/2017	56732	183	130.16
MGI9427	0000782748	11/10/2017	56732	183	130.16
DLF9151	0000782761	11/10/2017	56732	183	130.16
IUB9714	0000782770	11/10/2017	56732	183	130.16
MGQ9759	0000782771	11/10/2017	56732	183	130.16
MJN3869	0000782775	11/10/2017	56732	183	130.16
QHL1543	0000782695	11/10/2017	56732	183	130.16
MQO7059	0000782612	11/10/2017	56732	183	130.16
MIB1275	0000782630	11/10/2017	56732	183	130.16
MDR5449	0000781824	09/10/2017	56732	183	130.16
MJU2394	0000781922	09/10/2017	56732	183	130.16
MJC1584	0000782287	10/10/2017	56732	183	130.16
QIE8182	0000782345	10/10/2017	56732	183	130.16
LYG6792	0000782363	10/10/2017	56732	183	130.16
DPS2041	0000781670	09/10/2017	56732	183	130.16
AHE8606	0000781746	09/10/2017	56732	183	130.16
MBH3521	0000781857	09/10/2017	56732	183	130.16
MBE1165	0000781881	09/10/2017	56732	183	130.16
MKQ8787	0000781053	08/10/2017	56732	183	130.16
MFU8348	0000781311	08/10/2017	56732	183	130.16
MKN6595	0000781135	08/10/2017	56732	183	130.16
IMY6961	0000781003	08/10/2017	56732	183	130.16
QHC5474	0000778955	04/10/2017	56732	183	130.16
MIK9531	0000780247	07/10/2017	56732	183	130.16
OJZ1933	0000779308	05/10/2017	56732	183	130.16
IFL5036	0000779913	06/10/2017	56732	183	130.16
PGA5458	0000776205	29/09/2017	56732	183	130.16
AXK3761	0000776643	30/09/2017	56732	183	130.16
MKG5817	0000776568	30/09/2017	56732	183	130.16
DWP5870	0000775864	28/09/2017	56732	183	130.16
DHH5935	0000776724	30/09/2017	56732	183	130.16
MFC3123	0000777433	02/10/2017	56732	183	130.16
QHR4821	0000778873	04/10/2017	56732	183	130.16
EDT3218	0000778147	03/10/2017	56732	183	130.16
AMV0168	0000777565	01/10/2017	56732	183	130.16
OZI9553	0000759671	01/09/2017	56732	183	130.16
LNC8790	0000774556	26/09/2017	56732	183	130.16
BBB9510	0000775291	27/09/2017	56732	183	130.16
BAC5498	0000775347	27/09/2017	56732	183	130.16
MKS0034	0000774514	26/09/2017	56732	183	130.16
AKJ5337	0000774063	25/09/2017	56732	183	130.16
MJJ8946	0000774065	25/09/2017	56732	183	130.16
IVA4202	0000784067	13/10/2017	56732	183	130.16
MFI9936	0000785356	15/10/2017	56732	183	130.16
LWV9523	0000785905	16/10/2017	56732	183	130.16
MIT1259	0000790895	25/10/2017	56732	183	130.16
KXX0964	0000790022	23/10/2017	56732	183	130.16
QHJ8005	0000783902	13/10/2017	56732	183	130.16
BAR2031	0000784132	13/10/2017	56732	183	130.16
EWQ4492	0000792336	28/10/2017	56732	183	130.16
KKS0719	0000791438	26/10/2017	56732	183	130.16
NJR4595	0000791465	26/10/2017	60503	208	293.47
IJB3509	0000792308	28/10/2017	60503	208	293.47
DXV9915	0000792498	28/10/2017	60503	208	293.47
IPL5023	0000792589	28/10/2017	60503	208	293.47
MED1943	0000784149	13/10/2017	60503	208	293.47
QHC1730	0000784157	13/10/2017	60503	208	293.47
MLO1772	0000784594	14/10/2017	60503	208	293.47
MGE8800	0000785212	15/10/2017	60503	208	293.47

IYA6426	0000783986	13/10/2017	60503	208	293.47
MLS7328	0000783995	13/10/2017	60503	208	293.47
AAY0422	0000784003	13/10/2017	60503	208	293.47
NJK8477	0000784064	13/10/2017	60503	208	293.47
JKI9544	0000790355	24/10/2017	60503	208	293.47
AQB1534	0000790438	24/10/2017	60503	208	293.47
NJR4595	0000791314	26/10/2017	60503	208	293.47
AKE0882	0000787733	19/10/2017	60503	208	293.47
AXG0457	0000787740	19/10/2017	60503	208	293.47
MAN5657	0000788160	20/10/2017	60503	208	293.47
IWG4885	0000789894	22/10/2017	60503	208	293.47
MMC2261	0000785487	15/10/2017	60503	208	293.47
HRQ6966	0000787293	18/10/2017	60503	208	293.47
ARE9005	0000774520	26/09/2017	60503	208	293.47
MLZ2382	0000772341	22/09/2017	60503	208	293.47
MEB9543	0000774425	12/09/2017	60503	208	293.47
ARE9005	0000774497	26/09/2017	60503	208	293.47
AVY3772	0000775176	27/09/2017	60503	208	293.47
NCH1601	0000773557	24/09/2017	60503	208	293.47
GTX1795	0000768946	16/09/2017	60503	208	293.47
IJS0832	0000771599	21/09/2017	60503	208	293.47
IXE2651	0000772648	23/09/2017	60503	208	293.47
AME2198	0000778187	03/10/2017	60503	208	293.47
ILW1698	0000777265	02/10/2017	60503	208	293.47
MKL0061	0000778806	04/10/2017	60503	208	293.47
DXB4019	0000778850	04/10/2017	60503	208	293.47
BBB9345	0000775738	28/09/2017	60503	208	293.47
FGF6620	0000776155	29/09/2017	60503	208	293.47
MJL7285	0000776172	29/09/2017	60503	208	293.47
IQF8959	0000776573	30/09/2017	60503	208	293.47
QIP8976	0000776648	30/09/2017	60503	208	293.47
MBN2174	0000776677	30/09/2017	60503	208	293.47
EHX0485	0000779978	06/10/2017	60503	208	293.47
MCW4637	0000780317	07/10/2017	60503	208	293.47
MCW1945	0000779885	06/10/2017	60503	208	293.47
ION2377	0000779254	05/10/2017	60503	208	293.47
MED9953	0000781005	08/10/2017	60503	208	293.47
MBC8992	0000781136	08/10/2017	60503	208	293.47
MBY9523	0000781068	08/10/2017	60503	208	293.47
CDM1967	0000781078	08/10/2017	60503	208	293.47
JYC0899	0000781051	08/10/2017	60503	208	293.47
MIE1015	0000780386	07/10/2017	60503	208	293.47
MLP8074	0000781284	08/10/2017	60503	208	293.47
AGM5914	0000781258	08/10/2017	60503	208	293.47
DKG1220	0000781213	08/10/2017	60503	208	293.47
AXH3947	0000781904	09/10/2017	60503	208	293.47
BAW7942	0000781761	09/10/2017	60503	208	293.47
PFB0964	0000781763	09/10/2017	60503	208	293.47
MDH3438	0000781692	09/10/2017	60503	208	293.47
MKP7058	0000782365	10/10/2017	60503	208	293.47
IRS3541	0000782383	10/10/2017	60503	208	293.47
MFF7971	0000782385	10/10/2017	60503	208	293.47
MDT1354	0000782342	10/10/2017	60503	208	293.47
MGU0091	0000782296	10/10/2017	60503	208	293.47
MDT1354	0000782299	10/10/2017	60503	208	293.47
MKH5133	0000782278	10/10/2017	60503	208	293.47
MEU1866	0000782220	10/10/2017	60503	208	293.47
DCZ9338	0000782652	11/10/2017	60503	208	293.47
MBN5089	0000782395	10/10/2017	60503	208	293.47
LOF3138	0000782675	11/10/2017	60503	208	293.47
ISB8114	0000782830	11/10/2017	60503	208	293.47
MIX1224	0000782853	11/10/2017	60503	208	293.47
MFF7971	0000782858	11/10/2017	60503	208	293.47

ASW1117	0000783286	12/10/2017	60503	208	293.47
MKP7058	0000783342	12/10/2017	60503	208	293.47
ISL7893	0000783362	12/10/2017	60503	208	293.47
MCE2703	0000783164	12/10/2017	60503	208	293.47
AUG2958	0000783392	12/10/2017	60503	208	293.47
MIX1224	0000783419	12/10/2017	60503	208	293.47
MGO5240	0000783460	12/10/2017	60503	208	293.47
INE5838	0000783472	12/10/2017	60503	208	293.47
AQJ3462	0000768354	15/09/2017	60503	208	293.47
MGE9903	0000768364	15/09/2017	60503	208	293.47
MEQ6923	0000769513	17/09/2017	60503	208	293.47
MGZ4931	0000770636	19/09/2017	60503	208	293.47
ASH3006	0000767895	14/09/2017	60503	208	293.47
OB6860	0000762959	06/09/2017	60503	208	293.47
MHT7953	0000762963	06/09/2017	60503	208	293.47
MET6230	0000763110	06/09/2017	60503	208	293.47
MLQ2373	0000763877	07/09/2017	60503	208	293.47
AIF3749	0000761256	03/09/2017	60503	208	293.47
AIF3749	0000760152	02/09/2017	60503	208	293.47
MIO4448	0000760217	02/09/2017	60503	208	293.47
MAR7992	0000759606	01/09/2017	60503	208	293.47
ENH7607	0000759635	01/09/2017	60503	208	293.47
JTD5980	0000759478	01/09/2017	60503	208	293.47
MMA0798	0000756724	27/08/2017	60503	208	293.47
MAM7128	0000756049	26/08/2017	60503	208	293.47
AMS1195	0000752057	20/08/2017	60503	208	293.47
MLM3720	0000750687	18/08/2017	60503	208	293.47
AIZ3260	0000753884	23/08/2017	60503	208	293.47
LZV8961	0000753453	22/08/2017	60503	208	293.47
MAZ6583	0000755376	25/08/2017	60503	208	293.47
MKN6917	0000757978	29/08/2017	60503	208	293.47
MJJ4363	0000758020	29/08/2017	60503	208	293.47
DKQ9458	0000756783	27/08/2017	60503	208	293.47
MGZ8665	0000757844	29/08/2017	60503	208	293.47
MEI7766	0000757869	29/08/2017	60503	208	293.47
JWH4787	0000757880	29/08/2017	60503	208	293.47
DHU3478	0000758863	31/08/2017	60503	208	293.47
MAL0924	0000758906	31/08/2017	60503	208	293.47
MCH8145	0000758917	31/08/2017	60503	208	293.47
ASH3284	0000759047	31/08/2017	60503	208	293.47
MGU5140	0000746274	11/08/2017	60503	208	293.47
MKF7156	0000745711	10/08/2017	60503	208	293.47
MKW0742	0000745994	11/08/2017	60503	208	293.47
LZY9559	0000746000	11/08/2017	60503	208	293.47
IIL7598	0000747550	13/08/2017	60503	208	293.47
IVY7433	0000745435	10/08/2017	60503	208	293.47
MKG4633	0000745101	09/08/2017	60503	208	293.47
ASH8326	0000751923	20/08/2017	60503	208	293.47
BNN6139	0000749428	16/08/2017	60503	208	293.47
QHT9463	0000747018	12/08/2017	60503	208	293.47
IIV5518	0000739987	01/08/2017	60503	208	293.47
QIP6415	0000740639	02/08/2017	60503	208	293.47
QHD2223	0000740654	02/08/2017	60503	208	293.47
IRM1480	0000740571	02/08/2017	60503	208	293.47
MLU0410	0000739370	31/07/2017	60503	208	293.47
MJE1843	0000737038	28/07/2017	60503	208	293.47
IDP6285	0000737968	29/07/2017	60503	208	293.47
MCY5538	0000740686	02/08/2017	60503	208	293.47
MGB5461	0000740075	01/08/2017	60503	208	293.47
MLF6953	0000742236	05/08/2017	60503	208	293.47
MDH7811	0000742288	05/08/2017	60503	208	293.47
MHK0710	0000742163	05/08/2017	60503	208	293.47
MEN4479	0000743146	06/08/2017	60503	208	293.47

DCH0498	0000743215	06/08/2017	60503	208	293.47
MEG1710	0000743216	06/08/2017	60503	208	293.47
MKP9842	0000743108	06/08/2017	60503	208	293.47
CTF1741	0000743774	07/08/2017	60503	208	293.47
IRP1873	0000743712	07/08/2017	60503	208	293.47
MHF7811	0000744405	08/08/2017	60503	208	293.47
MLA3228	0000744804	09/08/2017	60503	208	293.47
IJM7564	0000744819	09/08/2017	60503	208	293.47
MEK4441	0000744830	09/08/2017	60503	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2626/2017

Publicação Nº 1474104

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2626/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE01440	P019P000FO	05/12/2017	50292	162* II
ARU0136	P017N0005A	15/11/2017	75790	165 A
MFJ2608	P02VD0005T	15/11/2017	75790	165 A
IGP6805	P02VC000GJ	15/11/2017	75790	165 A
MCL6597	P02VD0005Z	15/11/2017	75790	165 A
MAF7116	P030R00043	13/11/2017	75790	165 A
ASE1223	P02VD0005K	14/11/2017	75790	165 A
IOR6633	P019P000EF	14/11/2017	75790	165 A
MCW8596	P019P000EW	15/11/2017	75790	165 A
KEE1757	P038H000CF	15/11/2017	75790	165 A
IFH1966	P02VF000BA	08/12/2017	75790	165 A
ILQ8196	P02T2001AP	07/12/2017	75790	165 A
MDC8556	P02VD0006G	07/12/2017	75790	165 A
MIC7163	P030R0005H	09/12/2017	75790	165 A

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AE01440	P019P000FO	05/12/2017	50292	162* II
ARU0136	P017N0005A	15/11/2017	75790	165 A
MFJ2608	P02VD0005T	15/11/2017	75790	165 A
IGP6805	P02VC000GJ	15/11/2017	75790	165 A
MCL6597	P02VD0005Z	15/11/2017	75790	165 A
MAF7116	P030R00043	13/11/2017	75790	165 A
ASE1223	P02VD0005K	14/11/2017	75790	165 A
IOR6633	P019P000EF	14/11/2017	75790	165 A
MCW8596	P019P000EW	15/11/2017	75790	165 A
KEE1757	P038H000CF	15/11/2017	75790	165 A
IFH1966	P02VF000BA	08/12/2017	75790	165 A
ILQ8196	P02T2001AP	07/12/2017	75790	165 A
MDC8556	P02VD0006G	07/12/2017	75790	165 A
MIC7163	P030R0005H	09/12/2017	75790	165 A

INV6874	P030R0005I	10/12/2017	75790	165	A	
FNL1746	54619500F	07/12/2017	75790	165	A	
FNL1746	54619498F	07/12/2017	50100	162	* I	
MDR1977	P02QN000BC	11/12/2017	50100	162	* I	
MBJ1461	P03DG000BM	11/12/2017	50100	162	* I	
MAM1827	P019O000M8	11/12/2017	50100	162	* I	
BNF9952	P03DG000BP	11/12/2017	50100	162	* I	
ANL0893	P038H000D5	12/12/2017	50100	162	* I	
MHP1327	P038H000D7	12/12/2017	50100	162	* I	
MKH4833	P02UT0008W	12/12/2017	50100	162	* I	
MDH7902	P019P000G2	12/12/2017	50100	162	* I	
LZA3486	P01HA000KJ	10/12/2017	50100	162	* I	
EKR4092	55071446F	08/12/2017	50100	162	* I	
IKU7499	P02T2001AZ	08/12/2017	50100	162	* I	
JEY4482	P017P000AE	08/12/2017	50100	162	* I	
JZA6214	P019O000L9	06/12/2017	50100	162	* I	
DFX8097	54173998G	08/12/2017	50100	162	* I	
MGB6330	P019O000LS	08/12/2017	50100	162	* I	
MAY5421	P019P000FT	08/12/2017	50100	162	* I	
CTZ7517	P02VC000GW	08/12/2017	50100	162	* I	
QHP8088	P019O000M0	08/12/2017	50100	162	* I	
MDC8556	P02VD0006C	07/12/2017	50100	162	* I	
MBE5604	P017N0006G	08/12/2017	50100	162	* I	
ALG1201	P01HA000KI	07/12/2017	50100	162	* I	
ARU0136	P017N00058	15/11/2017	50100	162	* I	
ACF5874	P017N00041	08/11/2017	50100	162	* I	
MGZ4094	P02VF0009V	13/11/2017	50100	162	* I	
MFY1386	P02RJ0005M	20/11/2017	50100	162	* I	
MBV6945	P02T20018W	15/11/2017	50100	162	* I	
IGP6805	P02VC000GG	15/11/2017	50100	162	* I	
MJU1491	P030R0004X	21/11/2017	50100	162	* I	
MEQ7578	P030R0004T	21/11/2017	50100	162	* I	
GTY2226	P019O000KC	21/11/2017	50100	162	* I	
MJW0298	P01II000BB	21/11/2017	50450	162	* V	
LYZ5127	P017N0006D	06/12/2017	50450	162	* V	
MIS1880	P038H000DA	12/12/2017	50450	162	* V	
MDC8556	P02VD0006D	07/12/2017	51180	164	c/c 162 * I	
MAY5421	P019P000FU	08/12/2017	51180	164	c/c 162 * I	
EKR4092	55071447F	08/12/2017	51180	164	c/c 162 * I	
FNL1746	55071441F	07/12/2017	51180	164	c/c 162 * I	
IGP6805	P02VC000GH	15/11/2017	51180	164	c/c 162 * I	
MDR1977	P02QN000BB	11/12/2017	65800	230	* IV	
MBB1148	P019O000MB	11/12/2017	66020	230	* VI	
LYH5472	P019O000MI	12/12/2017	66020	230	* VI	
MFC0463	P02VD0006T	11/12/2017	66020	230	* VI	
BNF9952	P03DG000BN	11/12/2017	66020	230	* VI	
AGL7850	P02T20017S	14/11/2017	66020	230	* VI	
ISR6835	P01II000A0	13/11/2017	67000	230	* XVI	
LZU1970	P02VF0009S	13/11/2017	67690	230	* XXII	
ACF5874	P017N00044	08/11/2017	67690	230	* XXII	
MAF7116	P030R00045	13/11/2017	69120	232		
QIX7748	P02VC000FP	09/11/2017	69120	232		
GRW5938	P01II0009Z	13/11/2017	69120	232		
HJJ4564	P019P000EK	14/11/2017	69120	232		
LYZ5127	P017N0006E	06/12/2017	69120	232		
MFK0148	P019O000KK	21/11/2017	69120	232		
ANL0893	P038H000D4	12/12/2017	69120	232		
MFE7481	P019O000N9	13/12/2017	69120	232		
MES4271	P019O000LH	07/12/2017	69120	232		
ILQ8196	P02T2001AO	07/12/2017	69120	232		
MBV0401	55071444F	08/12/2017	73400	252	* IV	
AHD4773	P019O000MR	12/12/2017	73400	252	* IV	
FNL1746	54619499F	07/12/2017	73400	252	* IV	

MEA3205	P038H000CG	15/11/2017	73400	252	*	IV
MGN7941	P02VF000A4	13/11/2017	73400	252	*	IV
ARU0136	P017N00059	15/11/2017	73400	252	*	IV
IOR6633	P019P000EG	14/11/2017	50371	162	*	III
KWF2453	P01II000A4	13/11/2017	51691	165		
IKU7499	P02T2001B0	08/12/2017	51691	165		
LXB3158	P019O000M9	11/12/2017	65561	230	*	I
MMH3626	P02T2001BC	11/12/2017	65992	230	*	V
MDR1977	P02QN000BD	11/12/2017	65992	230	*	V
MFU3238	P019O000MV	12/12/2017	65992	230	*	V
ERF5878	P019O000NA	13/12/2017	65992	230	*	V
JIY0128	P03DG000BS	11/12/2017	65992	230	*	V
IKU7499	P02VC000H0	08/12/2017	65992	230	*	V
DFX8097	54173997G	08/12/2017	65992	230	*	V
FNL1746	55071440F	07/12/2017	65992	230	*	V
MJH2784	54174122G	08/12/2017	65992	230	*	V
MDQ3645	P02UT0008P	10/12/2017	65992	230	*	V
BVM9645	P02UT0008J	08/12/2017	65992	230	*	V
MDC8556	P02VD0006B	07/12/2017	65992	230	*	V
QHP8088	P019O000M1	08/12/2017	65992	230	*	V
MGB6330	P02T2001AS	08/12/2017	65992	230	*	V
IOR6633	P019P000EE	14/11/2017	65992	230	*	V
LYH5522	P030R0004B	13/11/2017	65992	230	*	V
ILY9527	P030R0004J	13/11/2017	65992	230	*	V
MAF7116	P030R00044	13/11/2017	65992	230	*	V
ACF5874	P017N00042	08/11/2017	65992	230	*	V
MFJ2608	P02VD0005U	15/11/2017	65992	230	*	V
IGP6805	P02VC000GE	15/11/2017	65992	230	*	V
ENV2507	P01HA000K1	15/11/2017	65992	230	*	V
MBV6945	P02T20018V	15/11/2017	65992	230	*	V
MFY1386	P02RJ0005N	20/11/2017	65992	230	*	V
MGR9184	P017S000HZ	20/11/2017	65992	230	*	V
MKA4244	P02T20019G	21/11/2017	65992	230	*	V
GTY2226	P019O000KD	21/11/2017	65992	230	*	V
MJU1491	P030R0004W	21/11/2017	65992	230	*	V
MFK0148	P019O000KJ	21/11/2017	65992	230	*	V
JZA6214	P019O000L8	06/12/2017	66102	230	*	VII
IGP6805	P02VC000GI	15/11/2017	66102	230	*	VII
ACF5874	P017N00045	08/11/2017	66102	230	*	VII
MDU3128	P01II000AM	13/11/2017	66102	230	*	VII
CIL8257	P02VF0009W	13/11/2017	66371	230	*	IX
MFV7767	P02T20018G	15/11/2017	66371	230	*	IX
LXI1009	P02VC000HA	12/12/2017	66371	230	*	IX
JWT7893	P02T2001B2	11/12/2017	66371	230	*	IX
MFV7767	P02T20018H	15/11/2017	66372	230	*	IX
MGN7941	P02VF000A5	13/11/2017	66372	230	*	IX
LZU1970	P02VF0009R	13/11/2017	66372	230	*	IX
ACF5874	P017N00043	08/11/2017	66372	230	*	IX
MKA4244	P02T20019H	21/11/2017	66372	230	*	IX
MEE2752	P02T200194	21/11/2017	66372	230	*	IX
QHS5236	P01II000B2	21/11/2017	66372	230	*	IX
LXW0137	P019O000M2	08/12/2017	66531	230	*	XI
MDC8556	P02VD0006E	07/12/2017	66532	230	*	XI
JWT7893	P02T2001B3	11/12/2017	66532	230	*	XI
MFC0463	P02VD0006S	11/12/2017	66532	230	*	XI
BNF9952	P03DG000BO	11/12/2017	66532	230	*	XI
IGF8129	P038H000D0	12/12/2017	66532	230	*	XI
ANL0893	P038H000D6	12/12/2017	66532	230	*	XI
MHP1327	P038H000D9	12/12/2017	66532	230	*	XI
IGP6805	P02VC000GC	15/11/2017	66532	230	*	XI
MCL6597	P02VD00060	15/11/2017	66532	230	*	XI
LZU1970	P02VF0009Q	13/11/2017	66532	230	*	XI
MDU3128	P01II000AN	13/11/2017	66532	230	*	XI

ASE1223	P02VD0005J	14/11/2017	66532	230	*	XI
MCW8596	P019P000EX	15/11/2017	67261	230	*	XVIII
MFV7767	P02T20018I	15/11/2017	67261	230	*	XVIII
MHN1969	P01HA000JY	13/11/2017	67261	230	*	XVIII
QHS5236	P01II000B3	21/11/2017	67261	230	*	XVIII
MIJ3672	P019O000KU	22/11/2017	67261	230	*	XVIII
IGF8129	P038H000D1	12/12/2017	67261	230	*	XVIII
LXI1009	P02VC000H9	12/12/2017	67261	230	*	XVIII
MGB6330	P019O000LT	08/12/2017	67261	230	*	XVIII
EKR4092	55071448F	08/12/2017	67261	230	*	XVIII
IIX4719	P02UT00080	01/12/2017	52742	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES
DELEGADA REGIONAL - 12ª DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2627/2017

Publicação Nº 1474103

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2627/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIV3510	54327276N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIA7756	54327277N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
LVC2569	54327278N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
OKF3412	54327279N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
HDT2614	54327280N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEQ2315	P02QN000B1	07/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MJR3391	P02QO000CQ	17/11/2017	76332	ART 252, UNICO
CTZ7517	P02VC000GX	08/12/2017	51930	168
MFR0757	P038H000CI	16/11/2017	52070	169
MJS9157	P01II0009S	11/11/2017	53470	178
DTU4009	P03DG000AB	13/11/2017	53800	181 * I
AI13149	P019P000FX	09/12/2017	54100	181 * IV

AWU1335	P017N0004K	09/11/2017	54870	181	*	XI
BRM5103	P02QO000DK	10/12/2017	55680	181	*	XIX
AZZ2440	P017S000HW	20/11/2017	55680	181	*	XIX
DEH2250	P01II0009L	07/11/2017	55920	1m 182	*	III
MCS7598	P02QO000CP	17/11/2017	57200	186	*	I
ISH0167	P02VD0007J	12/12/2017	57200	186	*	I
MJX1848	P038H000DX	13/12/2017	57380	186	*	II
CRJ7111	P02QN000AK	25/11/2017	58270	194		
MGR9184	P017S000HY	20/11/2017	61220	214	*	I
ECO6941	P02UT0008L	09/12/2017	61220	214	*	I
MDQ3645	P02UT0008O	10/12/2017	65300	228		
MCC9677	P017N0005G	15/11/2017	65300	228		
IGP6805	P02VC000GB	15/11/2017	65300	228		
IGP6805	P02VC000GD	15/11/2017	51851	167		
MML1377	P02VF000A1	13/11/2017	51851	167		
MJI8085	P017N00056	14/11/2017	51851	167		
MKP4081	P03DG0009D	09/11/2017	51851	167		
MAV7306	P03DG0009L	09/11/2017	51851	167		
NAC6232	P03DG0009R	09/11/2017	51851	167		
IVP4206	P03DG0009S	09/11/2017	51851	167		
MJR7793	P03DG0009W	09/11/2017	51851	167		
MFZ3046	P03DG000AT	21/11/2017	51851	167		
BNF9952	P03DG000BQ	11/12/2017	51851	167		
MJT9858	P02VD0007T	13/12/2017	51851	167		
MEY3709	P019O000N0	12/12/2017	51851	167		
MEL3965	P02VC000H5	11/12/2017	51851	167		
QHY3116	P02VD00072	11/12/2017	51851	167		
DUL3720	P02VD00075	11/12/2017	51851	167		
IWO7206	P02VD00078	11/12/2017	51851	167		
MEL3965	P02T2001BH	11/12/2017	51851	167		
KXZ0090	P02QO000DP	10/12/2017	54521	181	*	VIII
MBC8184	P02QO000CU	20/11/2017	54521	181	*	VIII
IFH1966	P02VF000B9	08/12/2017	54521	181	*	VIII
MMH3626	P02T2001BD	11/12/2017	56222	182	*	VI
MDB4031	P01II000AI	13/11/2017	58511	197		
LYW4428	P02VF000AF	19/11/2017	60412	207		
LXR2464	P03DG0007P	08/11/2017	60501	208		
MKH4833	P02UT0008V	12/12/2017	70561	244	*	III
MGQ1527	P02VF000BD	10/12/2017	75600	ART 230		XXIII
MFK5391	P02QO000DG	09/12/2017	55411	181*		XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBÉ
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 2053/2017

Publicação Nº 1473693

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8655 2053/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAY2805	55865581E	10/12/2017	65992	230 * V
DJS3475	55865523E	08/12/2017	65992	230 * V
MIF3336	55867189E	06/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES
DELEGADA REGIONAL 12ª DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 2054/2017

Publicação Nº 1473692

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8655 2054/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLA0604	54318226N	13/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLA0604	54318227N	13/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHC4650	54318228N	13/11/2017	50020	257 ÷ 8\$

MGR9534	54327373N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$	
AJE5852	54327374N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$	
MFD5147	54327375N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$	
MJT6125	54327376N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$	
BAO7337	54327378N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$	
EYP3728	54327379N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$	
MGV3101	54327380N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$	
MKD8513	54327381N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$	
MLW3794	54327382N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$	
MLW3794	54327383N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$	
MJN6081	54319548N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$	
QHB7696	54319550N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$	
MBX1633	54319551N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$	
MJI8597	54319552N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$	
MFK5117	54319553N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$	
MFC8649	54319554N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$	
MJD5832	54319555N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$	
MFQ4585	54319556N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$	
QHW5051	54319557N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$	
MMF9630	54322624N	24/11/2017	50020	257	õ	8\$	
IVG3797	54326864N	07/12/2017	50020	257	õ	8\$	
MJD3216	54329412N	15/12/2017	50020	257	õ	8\$	
MJD3216	54329427N	15/12/2017	50020	257	õ	8\$	
MKX5710	54329011N	14/12/2017	50020	257	õ	8\$	
EUL8266	55866896E	18/11/2017	76251	ART	181,	XX	
MLD5709	55867191E	06/12/2017	76251	ART	181,	XX	
MHQ6278	55868232E	17/11/2017	76252	ART	181,	XX	
MIF3336	55867187E	06/12/2017	54600	181	*	IX	
MFV8668	55867112E	30/11/2017	54600	181	*	IX	
CDB8070	55867113E	01/12/2017	55500	181	*	XVIII	
CPW6970	55867116E	01/12/2017	55500	181	*	XVIII	
JFF2762	55867120E	02/12/2017	55500	181	*	XVIII	
MJP0604	55868003E	05/12/2017	55500	181	*	XVIII	
MBP2343	55865666E	22/11/2017	55680	181	*	XIX	
MHP4590	55867154E	25/11/2017	55680	181	*	XIX	
QHW0716	55867155E	25/11/2017	55680	181	*	XIX	
MJO2170	55867160E	25/11/2017	55680	181	*	XIX	
EBQ2146	55867164E	26/11/2017	55680	181	*	XIX	
MAP1541	55866758E	09/12/2017	58350	195			
FHT9540	55866808E	10/12/2017	58350	195			
EYO1349	55866933E	08/11/2017	54521	181	*	VIII	
MEK4084	55868238E	03/12/2017	70561	244	*	III	
HHY0344	55868241E	05/12/2017	55411	181*	XVII	c/	Lei13146
IMK0814	55867276E	15/11/2017	55411	181*	XVII	c/	Lei13146
MHY5627	55186722F	09/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
HGL9891	55186945F	13/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55187300F	18/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55187328F	18/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MDU6864	55187331F	18/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55187344F	18/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55187350F	20/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
QHY0962	55187351F	20/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55187360F	20/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55187377F	20/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
ACD7319	55187384F	20/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55187399F	20/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MLR5085	55187406F	20/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55187413F	20/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55187440F	20/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55187460F	20/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MGD2735	55187467F	21/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
BIY3600	55187479F	21/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MDY3096	55187515F	21/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146

QHZ1101	55187521F	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHB0065	55187522F	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHB0065	55187541F	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NFT8160	55187546F	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ITI1370	55188257F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HNA3513	55188259F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKV1844	55188265F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASN0285	55188266F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAY1895	55188282F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MET7554	55188287F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMB8452	55188292F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGN0472	55188293F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMA6794	55188298F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYY9610	55188307F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHS6478	55188311F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKH0073	55188322F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHA8896	55188331F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIR6694	55188332F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKY9460	55188333F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAY1895	55188334F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ABY5457	55188336F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEP3105	55188342F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHI6006	55188355F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ABY5457	55188358F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZN1572	55188360F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ALK3766	55188363F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LWS3719	55188364F	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ALS1875	55188377F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAQ1612	55188379F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLP4503	55188382F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH8975	55188385F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
GXW5827	55188392F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DCE5320	55188395F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJH2154	55188402F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKF1519	55188425F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ITV7473	55188428F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MVW0242	55188430F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLW6360	55188432F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIM0625	55188444F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKW8604	55188445F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IRV7523	55188457F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIM0625	55188458F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHH9393	55188467F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EYR1089	55188470F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MNU6630	55188474F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHE0504	55188476F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFG5755	55188484F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIK9335	55188486F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFE9527	55188494F	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55187832F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDE0794	55187833F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHM0974	55187837F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASG8181	55187842F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HRL7218	55187843F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAY5040	55187848F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BSD5094	55187852F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFE9527	55187853F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASG8181	55187854F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHC1000	55187855F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DRP3113	55187856F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYR5019	55187872F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EEL7947	55187875F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ALV7696	55187876F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

LYY2109	55187877F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HVP5845	55187887F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJA6758	55187900F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEM4916	55187909F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIL1413	55187917F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IIO9186	55187919F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDU4553	55187920F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASG8181	55187926F	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHS5560	55187932F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IXI9669	55187937F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZS7563	55187948F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MOR0901	55187950F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HEF0690	55187969F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MOR0901	55187971F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHN6770	55187973F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IVG5109	55187978F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLM9059	55187979F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGQ9759	55187983F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDB8001	55187986F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DRP3113	55187989F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AZH6760	55187991F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIY6165	55187993F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHB8557	55187994F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJR0874	55187996F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLM5283	55187998F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BSD5094	55188002F	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IKW5812	55866970E	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDT8803	55188007F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAN4846	55188010F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE8961	55188014F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDT2303	55188019F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASG8181	55188021F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFB0631	55188025F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IJB2974	55188026F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
APK0757	55188028F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAN4846	55188029F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE8961	55188035F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASG8181	55188045F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KVN3173	55188046F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EPW0764	55188048F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ALT5923	55188050F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55188051F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MER4255	55188055F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55188067F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ALQ8978	55188070F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBZ3751	55188074F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFO3084	55188078F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55188079F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EDR7603	55188080F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYJ0571	55188083F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGL1423	55188088F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEO3580	55188094F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIL8419	55188101F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIQ5832	55188106F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHK2258	55188110F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJQ8774	55188111F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAI6388	55188115F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCU4575	55188118F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKD3890	55188126F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYS1866	55188128F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IUQ5964	55188130F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AXN4716	55188131F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJQ8774	55188136F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MJS6820	55188139F	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55188143F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IMT0013	55188148F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55188152F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CIO0460	55188155F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGU3660	55188156F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
APC6626	55188157F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMH1455	55188159F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIK5191	55188166F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55188167F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKZ1190	55188173F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HPE7014	55188174F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBZ3751	55188177F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMH1455	55188178F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJU7482	55188180F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NST8876	55188183F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55188184F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKI0130	55188186F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55188187F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AEU7008	55188188F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NST8876	55188193F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIT9997	55188195F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55188204F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BAG1066	55188210F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BBW6100	55188211F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JFD3331	55188215F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZL0558	55188217F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHE1745	55188220F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AFQ8348	55188224F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFY8604	55188227F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAY1895	55188228F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55188231F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HJL9535	55188233F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKU3733	55188235F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BAG1066	55188237F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFP3591	55188248F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO3347	55188249F	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IKW5812	55866971E	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGI1665	55186047F	01/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KKC3391	55186052F	01/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJF5060	55186091F	01/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HWC8251	55186096F	01/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OQH4178	55186120F	03/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKA9462	55186143F	03/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BKV9686	55186162F	03/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAP1279	55186187F	03/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BKV9686	55186196F	03/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CHX8530	55186197F	03/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HHR1686	55186229F	03/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ4829	55186247F	03/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EEO9150	55186313F	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYW7517	55186334F	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FCX9608	55186340F	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFC8649	55186341F	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NVZ2701	55186361F	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JZK8087	55186368F	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKT0357	55186369F	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHB1107	55186373F	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLX1205	55186375F	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NVZ2701	55186382F	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHW2024	55186386F	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ARA3012	55186417F	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BQB5629	55186424F	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MKH7904	55186431F	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NWQ0970	55186438F	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EYO1349	55186448F	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBD9406	55186451F	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IKE1920	55186479F	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EYO1349	55186487F	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IPO9270	55186491F	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AFQ3425	55186505F	08/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLK9123	55186514F	08/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
APF5853	55186529F	08/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IML1408	55186531F	08/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KNI9804	55186578F	08/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDY7201	55186591F	08/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHA7657	55185460F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DEV7391	55185479F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKL4757	55185484F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIZ4086	55185493F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AEB0056	55185501F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IGJ7315	55185511F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLX3777	55185513F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCI8139	55185526F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
APX2667	55185536F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EDT3218	55185542F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHC7911	55185558F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCU5194	55185563F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJE7702	55185565F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OBQ4566	55185568F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHC7911	55185585F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIV8543	55185593F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AQK2308	55185607F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EEO9150	55185608F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMC3378	55185616F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IWK8880	55185625F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AQK2308	55185626F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKF6260	55185635F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AQK2308	55185648F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AOM6381	55185655F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIJ7920	55185662F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AQK2308	55185664F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
PVX8066	55185671F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IBX2650	55185672F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AGN7575	55185709F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AQK2308	55185713F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AHS5999	55185714F	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIN9977	55185723F	28/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBH5714	55185726F	28/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJL2064	55185749F	28/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDT2265	55185759F	28/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJS2224	55185785F	28/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QID5960	55185819F	30/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHI0063	55185825F	30/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJC8279	55185830F	30/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEC7614	55185842F	30/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QID7067	55185850F	30/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEZ1475	55185853F	30/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIP7017	55185867F	30/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKR1334	55185868F	30/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJI0464	55185878F	30/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIU3023	55185901F	30/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHF4263	55185905F	30/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QID7067	55185922F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DPA5841	55185929F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFQ6507	55185934F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

QID7067	55185938F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGY8697	55185956F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIJ7568	55185991F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLR5769	55185994F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHF3309	55185995F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QII7637	55185997F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCF6918	55186014F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CEK7841	55186015F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMH2948	55186016F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXE2424	55187585F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFU7230	55187587F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMB6992	55187589F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ATQ9531	55187591F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHI6006	55187592F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHK4270	55187593F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYK2394	55187595F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJN9995	55187596F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DYA3473	55187597F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAV6917	55187600F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJM9003	55187605F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLE8579	55187610F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AJQ4102	55187614F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBH3211	55187617F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ELD7948	55187619F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJM5394	55187621F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LNR7179	55187622F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ENF8734	55187624F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHE1745	55187625F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCG2633	55187626F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIX9352	55187627F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIL8419	55187630F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EPE8938	55187631F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYM9014	55187632F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHP4780	55187634F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIX9352	55187641F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DRP3113	55187642F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ISW5120	55187645F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKP6111	55187648F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJC5318	55187650F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IMQ3045	55187651F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EPE8938	55187652F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIT6154	55187654F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FOE9041	55187655F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASG8181	55187656F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMB5508	55187663F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EKY0945	55187674F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CKF4256	55187677F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DRP3113	55187678F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HDF0585	55187683F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJR2760	55187685F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IRI5446	55187694F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHI7212	55187696F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IAM1463	55187698F	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IRE4801	55187703F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AXI1544	55187707F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIV4542	55187709F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHO6990	55187712F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DGX9984	55187713F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MED3413	55187717F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLW7507	55187718F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IRE4801	55187724F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AGB5361	55187727F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFJ9357	55187729F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

IUB8859	55187731F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DRP3113	55187732F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHM6054	55187734F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFJ9357	55187744F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ABY5457	55187753F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHC9385	55187754F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBH6568	55187755F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HHE8229	55187759F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHN8711	55187763F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DRG5428	55187773F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DHO6130	55187774F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIV5648	55187778F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMB2777	55187780F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLA4251	55187781F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBM7186	55187785F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DRP3113	55187786F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMF7455	55187791F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AEO1440	55187793F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DWF8316	55187808F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EBQ2146	55187810F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DRP3113	55187813F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCH0267	55187815F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FOE9041	55187820F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DZD1214	55187824F	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LNO9060	55185264F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLF3807	55188506F	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHY0962	55188554F	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHY0962	55188581F	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMM7520	55188658F	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8745 990/2017

Publicação Nº 1473671

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - ELETRONICO - 280810

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8745 990/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ATY8377	54314947N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
MLU0410	54314949N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
MJK1150	54314955N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
JCC0206	54314989N	06/11/2017	50020	257	õ	8\$
MBB9989	54318097N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
QHI7683	54318099N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
MFU5919	54318103N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
QIU5576	54318104N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
QHC4650	54318105N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
MLM3720	54318106N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
MJT2507	54318107N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
JYE8583	54318108N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
MIG2946	54318109N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
QIH8027	54318115N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
MDI0887	54318116N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
LZJ8484	54318117N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
MHG4099	54318122N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
IKE1920	54318124N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
QIT5522	54318161N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
QIT5522	54318162N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
MJZ6198	54318170N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
MFO6184	54318189N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
LXJ8158	54319317N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MIE5514	54319320N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MLL9747	54319322N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MIF1407	54319324N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MLL9747	54319325N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MLL9747	54319326N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MLL9747	54319327N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
LZJ7419	54319328N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MII8207	54319329N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
QHC6655	54319331N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MFG3286	54319332N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MLL9747	54319333N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MFJ3950	54319334N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
IKE1920	54319336N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
QHP2590	54319337N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
IKE1920	54319338N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MJS4346	54319339N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
OKE0523	54319340N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
NQE1029	54319342N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
AGU4412	0000809679	29/11/2017	74550	218	*	I
ABW7798	0000809689	29/11/2017	74550	218	*	I
QHZ7800	0000809697	29/11/2017	74550	218	*	I
MGT5811	0000809243	28/11/2017	74550	218	*	I
MGT5811	0000809526	28/11/2017	74550	218	*	I
QJH7979	0000810094	30/11/2017	74550	218	*	I
MEM5022	0000810163	30/11/2017	74550	218	*	I
LWT6456	0000810211	28/11/2017	74550	218	*	I
GXP5268	0000810314	30/11/2017	74550	218	*	I
MEM5022	0000810411	30/11/2017	74550	218	*	I
MEO6355	0000810651	01/12/2017	74550	218	*	I
NRY8594	0000810910	01/12/2017	74550	218	*	I
MNQ7691	0000810916	01/12/2017	74550	218	*	I
MNQ7691	0000811552	02/12/2017	74550	218	*	I
APG1711	0000811632	03/12/2017	74550	218	*	I
IUT5596	0000811890	03/12/2017	74550	218	*	I

ALD5557	0000812379	03/12/2017	74550	218	*	I
IUJ9086	0000811255	02/12/2017	74550	218	*	I
EWN5228	0000811472	02/12/2017	74550	218	*	I
IEI2334	0000812840	04/12/2017	74550	218	*	I
IMH3654	0000813045	04/12/2017	74550	218	*	I
ECT5122	0000813152	04/12/2017	74550	218	*	I
OAR1737	0000813209	04/12/2017	74550	218	*	I
FVC1617	0000813371	05/12/2017	74550	218	*	I
ECT5122	0000813481	05/12/2017	74550	218	*	I
MLP1140	0000813487	05/12/2017	74550	218	*	I
AXP6818	0000813547	05/12/2017	74550	218	*	I
MTK2042	0000813698	05/12/2017	74550	218	*	I
EFK3277	0000814366	07/12/2017	74550	218	*	I
FIU0850	0000814385	07/12/2017	74550	218	*	I
AMT1414	0000814386	07/12/2017	74550	218	*	I
MJB0338	0000814387	07/12/2017	74550	218	*	I
MAH8870	0000814388	07/12/2017	74550	218	*	I
LZK5070	0000814389	07/12/2017	74550	218	*	I
MJI5155	0000814305	07/12/2017	74550	218	*	I
MCT6998	0000814402	07/12/2017	74550	218	*	I
MBD6907	0000814407	07/12/2017	74550	218	*	I
MCL8246	0000814408	07/12/2017	74550	218	*	I
MHX7712	0000814414	07/12/2017	74550	218	*	I
AWD0185	0000814424	07/12/2017	74550	218	*	I
FHU4797	0000814427	07/12/2017	74550	218	*	I
MFO9365	0000814431	07/12/2017	74550	218	*	I
MFV9086	0000814456	07/12/2017	74550	218	*	I
OKF5169	0000814470	07/12/2017	74550	218	*	I
MFF7971	0000814480	07/12/2017	74550	218	*	I
MJD0072	0000814483	07/12/2017	74550	218	*	I
AMB3117	0000814491	07/12/2017	74550	218	*	I
MCX1892	0000814509	07/12/2017	74550	218	*	I
MBS9985	0000814511	07/12/2017	74550	218	*	I
QIG8153	0000814514	07/12/2017	74550	218	*	I
ARW7528	0000814515	07/12/2017	74550	218	*	I
MKS5350	0000814518	07/12/2017	74550	218	*	I
DPJ3596	0000814520	07/12/2017	74550	218	*	I
QIJ4129	0000814525	07/12/2017	74550	218	*	I
AED0609	0000814540	07/12/2017	74550	218	*	I
AJR0637	0000814541	07/12/2017	74550	218	*	I
ANS3253	0000814553	07/12/2017	74550	218	*	I
MGK3839	0000814554	07/12/2017	74550	218	*	I
ILS0111	0000814558	07/12/2017	74550	218	*	I
JRJ1692	0000814560	07/12/2017	74550	218	*	I
MDT5388	0000814570	07/12/2017	74550	218	*	I
QHJ7512	0000814572	07/12/2017	74550	218	*	I
AYU2063	0000814598	07/12/2017	74550	218	*	I
BPC7441	0000814601	07/12/2017	74550	218	*	I
QHH1648	0000814608	07/12/2017	74550	218	*	I
QHB8215	0000814610	07/12/2017	74550	218	*	I
MBW1168	0000814613	07/12/2017	74550	218	*	I
MGA1122	0000814619	07/12/2017	74550	218	*	I
LXT7289	0000814628	07/12/2017	74550	218	*	I
ATD4256	0000814658	07/12/2017	74550	218	*	I
AFK8597	0000814666	07/12/2017	74550	218	*	I
IHX3294	0000814668	07/12/2017	74550	218	*	I
MHE5341	0000814672	07/12/2017	74550	218	*	I
MGZ0906	0000814676	07/12/2017	74550	218	*	I
HQY5693	0000814679	07/12/2017	74550	218	*	I
AFK8597	0000814686	07/12/2017	74550	218	*	I
MED1943	0000814694	07/12/2017	74550	218	*	I
CEA3875	0000814697	07/12/2017	74550	218	*	I
MED1435	0000814701	07/12/2017	74550	218	*	I

MHO1849	0000814710	07/12/2017	74550	218	*	I
MGH3163	0000814642	07/12/2017	74550	218	*	I
AST2907	0000814649	07/12/2017	74550	218	*	I
MDT0726	0000814650	07/12/2017	74550	218	*	I
MBQ9311	0000814586	07/12/2017	74550	218	*	I
MIT2134	0000814739	08/12/2017	74550	218	*	I
MIW9413	0000814745	08/12/2017	74550	218	*	I
CYQ4603	0000814979	08/12/2017	74550	218	*	I
CYQ4603	0000814981	08/12/2017	74550	218	*	I
QHG7187	0000814987	08/12/2017	74550	218	*	I
EAX2625	0000814993	08/12/2017	74550	218	*	I
MLW1376	0000814994	08/12/2017	74550	218	*	I
MLU2470	0000814996	08/12/2017	74550	218	*	I
MGM0947	0000815000	08/12/2017	74550	218	*	I
MIR6694	0000815008	08/12/2017	74550	218	*	I
MHQ0257	0000815012	08/12/2017	74550	218	*	I
IRG3922	0000815019	08/12/2017	74550	218	*	I
DXE3249	0000815181	08/12/2017	74550	218	*	I
MLO1888	0000815184	08/12/2017	74550	218	*	I
QHS7910	0000815205	08/12/2017	74550	218	*	I
MJZ6655	0000815210	08/12/2017	74550	218	*	I
MFI2201	0000815212	08/12/2017	74550	218	*	I
ATD4256	0000815215	08/12/2017	74550	218	*	I
LWV6444	0000815218	08/12/2017	74550	218	*	I
LYZ9494	0000815226	08/12/2017	74550	218	*	I
MBE0171	0000815230	08/12/2017	74550	218	*	I
EUI7866	0000815232	08/12/2017	74550	218	*	I
MFB9273	0000815190	08/12/2017	74550	218	*	I
MHY9771	0000815241	08/12/2017	74550	218	*	I
MEE2929	0000815249	08/12/2017	74550	218	*	I
MJY0945	0000815251	08/12/2017	74550	218	*	I
MFB4678	0000814782	08/12/2017	74550	218	*	I
QIR9632	0000814792	08/12/2017	74550	218	*	I
MKB0303	0000814816	08/12/2017	74550	218	*	I
MIB8307	0000814832	08/12/2017	74550	218	*	I
MHK4332	0000814837	08/12/2017	74550	218	*	I
MEV4026	0000814843	08/12/2017	74550	218	*	I
MHU4807	0000814803	08/12/2017	74550	218	*	I
AWO3030	0000814865	08/12/2017	74550	218	*	I
MMI0595	0000814875	08/12/2017	74550	218	*	I
DII5275	0000814884	08/12/2017	74550	218	*	I
MBD6907	0000814893	08/12/2017	74550	218	*	I
MEY3709	0000814896	08/12/2017	74550	218	*	I
MEO9617	0000814897	08/12/2017	74550	218	*	I
AED0609	0000814917	08/12/2017	74550	218	*	I
MLC3345	0000814918	08/12/2017	74550	218	*	I
EQF3988	0000814920	08/12/2017	74550	218	*	I
MCM6355	0000814901	08/12/2017	74550	218	*	I
MHQ5248	0000814904	08/12/2017	74550	218	*	I
IGJ8545	0000814928	08/12/2017	74550	218	*	I
PVP5987	0000814949	08/12/2017	74550	218	*	I
NZM1188	0000803174	17/11/2017	74550	218	*	I
MGU9152	0000803419	17/11/2017	74550	218	*	I
LYV2495	0000803420	17/11/2017	74550	218	*	I
MKY4625	0000803436	17/11/2017	74550	218	*	I
ETS0345	0000803438	17/11/2017	74550	218	*	I
CTP3098	0000803503	17/11/2017	74550	218	*	I
MIH8318	0000803542	17/11/2017	74550	218	*	I
MLZ2987	0000803546	17/11/2017	74550	218	*	I
MLM8375	0000803547	17/11/2017	74550	218	*	I
MLR7588	0000803549	17/11/2017	74550	218	*	I
MDF8264	0000803562	17/11/2017	74550	218	*	I
BNV4854	0000803008	16/11/2017	74550	218	*	I

MKY7169	0000803020	16/11/2017	74550	218	*	I
MGQ3162	0000803027	16/11/2017	74550	218	*	I
KDG5861	0000803029	16/11/2017	74550	218	*	I
MEF6147	0000803030	16/11/2017	74550	218	*	I
BNV4854	0000803124	16/11/2017	74550	218	*	I
IQM5818	0000803129	16/11/2017	74550	218	*	I
MER4958	0000803231	17/11/2017	74550	218	*	I
HOO1754	0000803287	17/11/2017	74550	218	*	I
MJL3474	0000803311	17/11/2017	74550	218	*	I
MIV7986	0000803315	17/11/2017	74550	218	*	I
MJR2064	0000803325	17/11/2017	74550	218	*	I
ITK3726	0000803368	17/11/2017	74550	218	*	I
MAE1395	0000803378	17/11/2017	74550	218	*	I
MPW1593	0000802482	15/11/2017	74550	218	*	I
MEJ6114	0000802483	15/11/2017	74550	218	*	I
MIE3890	0000802485	15/11/2017	74550	218	*	I
QHA2785	0000802498	15/11/2017	74550	218	*	I
LYY5380	0000802625	11/11/2017	74550	218	*	I
MBN8668	0000802629	16/11/2017	74550	218	*	I
QIM5071	0000802419	15/11/2017	74550	218	*	I
ITC5833	0000802671	16/11/2017	74550	218	*	I
INX1152	0000802683	16/11/2017	74550	218	*	I
QIE9329	0000802742	16/11/2017	74550	218	*	I
MJJ1262	0000802865	16/11/2017	74550	218	*	I
LXQ8138	0000802910	16/11/2017	74550	218	*	I
MKB2448	0000802912	16/11/2017	74550	218	*	I
MFR3597	0000802914	16/11/2017	74550	218	*	I
MBN8668	0000802915	16/11/2017	74550	218	*	I
ARM1102	0000802930	16/11/2017	74550	218	*	I
OKG0874	0000802941	16/11/2017	74550	218	*	I
MJT7703	0000802969	16/11/2017	74550	218	*	I
MBP3408	0000802971	16/11/2017	74550	218	*	I
OET5367	0000802979	16/11/2017	74550	218	*	I
LYF2172	0000802997	16/11/2017	74550	218	*	I
MFW2902	0000802998	16/11/2017	74550	218	*	I
MGH7618	0000802999	16/11/2017	74550	218	*	I
BNV4854	0000803057	16/11/2017	74550	218	*	I
MHD1256	0000803058	16/11/2017	74550	218	*	I
MUL5055	0000803060	16/11/2017	74550	218	*	I
QHD1593	0000803061	16/11/2017	74550	218	*	I
AQN2169	0000803062	16/11/2017	74550	218	*	I
BNV4854	0000803072	16/11/2017	74550	218	*	I
LYX8272	0000803084	16/11/2017	74550	218	*	I
NPG9738	0000803090	16/11/2017	74550	218	*	I
MEQ7578	0000803093	16/11/2017	74550	218	*	I
BNV4854	0000803095	16/11/2017	74550	218	*	I
MIG7783	0000803103	16/11/2017	74550	218	*	I
DFG5196	0000803109	16/11/2017	74550	218	*	I
ITC5833	0000802606	16/11/2017	74550	218	*	I
CJS2809	0000802405	15/11/2017	74550	218	*	I
MFJ6242	0000802408	15/11/2017	74550	218	*	I
MMK8566	0000802442	15/11/2017	74550	218	*	I
LBR6688	0000802452	15/11/2017	74550	218	*	I
IPR4396	0000802461	15/11/2017	74550	218	*	I
AUT8526	0000802522	15/11/2017	74550	218	*	I
AMY4120	0000802523	15/11/2017	74550	218	*	I
HTI4044	0000802530	15/11/2017	74550	218	*	I
DHY8692	0000802532	15/11/2017	74550	218	*	I
DKY0691	0000802536	15/11/2017	74550	218	*	I
AJK2991	0000802537	15/11/2017	74550	218	*	I
MKU5203	0000802540	15/11/2017	74550	218	*	I
ALW5699	0000802548	15/11/2017	74550	218	*	I
MGN7627	0000802564	15/11/2017	74550	218	*	I

KLY3254	0000802568	15/11/2017	74550	218	*	I
MIM2865	0000801608	14/11/2017	74550	218	*	I
MEF0630	0000802064	15/11/2017	74550	218	*	I
MFD4850	0000802074	15/11/2017	74550	218	*	I
MBV4734	0000802098	15/11/2017	74550	218	*	I
AQU9657	0000802176	15/11/2017	74550	218	*	I
IQF2490	0000802185	15/11/2017	74550	218	*	I
LYV2495	0000802197	15/11/2017	74550	218	*	I
DLG2426	0000802209	15/11/2017	74550	218	*	I
MCL6597	0000802310	15/11/2017	74550	218	*	I
MEB3479	0000802314	15/11/2017	74550	218	*	I
MKB2448	0000802316	15/11/2017	74550	218	*	I
DXT3402	0000802318	15/11/2017	74550	218	*	I
ARM1102	0000802325	15/11/2017	74550	218	*	I
QIW8312	0000802326	15/11/2017	74550	218	*	I
MEH1811	0000802329	15/11/2017	74550	218	*	I
ISZ2381	0000802336	15/11/2017	74550	218	*	I
ARM1102	0000802348	15/11/2017	74550	218	*	I
ICS1507	0000802356	15/11/2017	74550	218	*	I
MDG0414	0000802358	15/11/2017	74550	218	*	I
MLI6492	0000802359	15/11/2017	74550	218	*	I
MGP4301	0000802360	15/11/2017	74550	218	*	I
IOR9625	0000802228	15/11/2017	74550	218	*	I
AQU5364	0000802263	15/11/2017	74550	218	*	I
MLM7490	0000802275	15/11/2017	74550	218	*	I
MLX8570	0000802375	15/11/2017	74550	218	*	I
QIB2820	0000802380	15/11/2017	74550	218	*	I
MJU0308	0000803656	18/11/2017	74550	218	*	I
DON0797	0000803661	18/11/2017	74550	218	*	I
COJ8564	0000803675	18/11/2017	74550	218	*	I
LXT3059	0000804161	18/11/2017	74550	218	*	I
EJS7261	0000804177	18/11/2017	74550	218	*	I
AQU9657	0000804180	18/11/2017	74550	218	*	I
KMD8085	0000804183	18/11/2017	74550	218	*	I
MIU7049	0000804309	18/11/2017	74550	218	*	I
BBG3223	0000804322	18/11/2017	74550	218	*	I
MIA7810	0000804331	18/11/2017	74550	218	*	I
MJQ2805	0000804382	18/11/2017	74550	218	*	I
MCF4502	0000804409	18/11/2017	74550	218	*	I
CGS5059	0000804413	18/11/2017	74550	218	*	I
NIY5776	0000804416	18/11/2017	74550	218	*	I
DSX6600	0000804425	18/11/2017	74550	218	*	I
MFZ4778	0000804439	18/11/2017	74550	218	*	I
MEQ0978	0000804448	18/11/2017	74550	218	*	I
ATC3704	0000804508	19/11/2017	74550	218	*	I
CKO9691	0000804529	19/11/2017	74550	218	*	I
MDG9641	0000804231	18/11/2017	74550	218	*	I
MBA8136	0000804245	18/11/2017	74550	218	*	I
MDT1840	0000804294	18/11/2017	74550	218	*	I
MJY7428	0000804712	19/11/2017	74550	218	*	I
AVU7372	0000804782	19/11/2017	74550	218	*	I
MMM1753	0000804803	19/11/2017	74550	218	*	I
QIB8717	0000804826	19/11/2017	74550	218	*	I
MIW6260	0000804832	19/11/2017	74550	218	*	I
IEV1990	0000804842	19/11/2017	74550	218	*	I
QHL9568	0000804868	19/11/2017	74550	218	*	I
HTI3987	0000804901	19/11/2017	74550	218	*	I
MLM3720	0000804912	19/11/2017	74550	218	*	I
QHA9579	0000804913	19/11/2017	74550	218	*	I
QIQ9878	0000804914	19/11/2017	74550	218	*	I
JZD7716	0000804920	19/11/2017	74550	218	*	I
KJF9811	0000804956	19/11/2017	74550	218	*	I
QHM3733	0000804982	19/11/2017	74550	218	*	I

MCS5093	0000804995	19/11/2017	74550	218	*	I
MGO8925	0000805019	19/11/2017	74550	218	*	I
MIA5406	0000805021	19/11/2017	74550	218	*	I
AAM6226	0000805054	19/11/2017	74550	218	*	I
GTJ2183	0000805057	19/11/2017	74550	218	*	I
LWZ4476	0000805064	19/11/2017	74550	218	*	I
IOH5094	0000805087	19/11/2017	74550	218	*	I
MDN5769	0000805106	19/11/2017	74550	218	*	I
QIS6867	0000805108	19/11/2017	74550	218	*	I
MHI0426	0000805109	19/11/2017	74550	218	*	I
EHT2245	0000805118	19/11/2017	74550	218	*	I
DCO1714	0000805128	19/11/2017	74550	218	*	I
QHA3158	0000805145	19/11/2017	74550	218	*	I
MHG5094	0000804573	19/11/2017	74550	218	*	I
MKR2337	0000804575	19/11/2017	74550	218	*	I
DMV1200	0000805156	19/11/2017	74550	218	*	I
JQM0284	0000805161	19/11/2017	74550	218	*	I
MAD4473	0000805179	20/11/2017	74550	218	*	I
LXW5019	0000805237	20/11/2017	74550	218	*	I
MDH9972	0000805375	20/11/2017	74550	218	*	I
DUQ0735	0000805387	20/11/2017	74550	218	*	I
MGM5039	0000805419	20/11/2017	74550	218	*	I
AUI4735	0000805431	20/11/2017	74550	218	*	I
MDL2983	0000805438	20/11/2017	74550	218	*	I
MJI0275	0000805443	20/11/2017	74550	218	*	I
MEV2037	0000805448	20/11/2017	74550	218	*	I
MJN7168	0000805449	20/11/2017	74550	218	*	I
IPB6693	0000805469	20/11/2017	74550	218	*	I
ETS0345	0000805516	20/11/2017	74550	218	*	I
MLN0201	0000805530	20/11/2017	74550	218	*	I
EBX9037	0000805554	20/11/2017	74550	218	*	I
MDB1238	0000805560	20/11/2017	74550	218	*	I
MLY4478	0000805608	20/11/2017	74550	218	*	I
AJH4371	0000805611	20/11/2017	74550	218	*	I
DQZ0659	0000805621	20/11/2017	74550	218	*	I
IMV8010	0000805623	20/11/2017	74550	218	*	I
DIU0099	0000805629	20/11/2017	74550	218	*	I
MEC3753	0000805630	20/11/2017	74550	218	*	I
MGB0703	0000805631	20/11/2017	74550	218	*	I
QHF5126	0000805636	20/11/2017	74550	218	*	I
MLK6648	0000805646	20/11/2017	74550	218	*	I
QIN3726	0000805680	21/11/2017	74550	218	*	I
MCZ0134	0000805746	21/11/2017	74550	218	*	I
MEM4267	0000805795	21/11/2017	74550	218	*	I
OKH3083	0000805798	21/11/2017	74550	218	*	I
MKF0062	0000805805	21/11/2017	74550	218	*	I
MCT6538	0000805807	21/11/2017	74550	218	*	I
MHG5094	0000805810	21/11/2017	74550	218	*	I
AUJ3656	0000805814	21/11/2017	74550	218	*	I
MJL5188	0000805933	21/11/2017	74550	218	*	I
EFW8130	0000805946	21/11/2017	74550	218	*	I
MBL7041	0000805948	21/11/2017	74550	218	*	I
MGI3216	0000805883	21/11/2017	74550	218	*	I
OEB9836	0000805971	21/11/2017	74550	218	*	I
MKA5713	0000805993	21/11/2017	74550	218	*	I
NMY3329	0000806006	21/11/2017	74550	218	*	I
MIB0329	0000806066	22/11/2017	74550	218	*	I
OKH1549	0000806150	22/11/2017	74550	218	*	I
IGN7765	0000806161	22/11/2017	74550	218	*	I
MGF7097	0000806211	22/11/2017	74550	218	*	I
QHB9710	0000806261	22/11/2017	74550	218	*	I
MLE9288	0000806270	22/11/2017	74550	218	*	I
IUP5352	0000806273	22/11/2017	74550	218	*	I

AUL2943	0000806288	22/11/2017	74550	218	*	I
MGO6976	0000806321	22/11/2017	74550	218	*	I
MKL7785	0000806326	22/11/2017	74550	218	*	I
MIN5698	0000806340	22/11/2017	74550	218	*	I
KND9114	0000806358	22/11/2017	74550	218	*	I
MJK8024	0000806369	22/11/2017	74550	218	*	I
MKE2375	0000806373	22/11/2017	74550	218	*	I
IPS1818	0000806387	22/11/2017	74550	218	*	I
EPY3382	0000806454	23/11/2017	74550	218	*	I
MDC8259	0000806558	23/11/2017	74550	218	*	I
AUJ3656	0000806656	23/11/2017	74550	218	*	I
QIS1616	0000806871	23/11/2017	74550	218	*	I
LXV9527	0000806889	23/11/2017	74550	218	*	I
MHT7953	0000807209	24/11/2017	74550	218	*	I
MIY1157	0000806832	23/11/2017	74550	218	*	I
MAA9041	0000806839	23/11/2017	74550	218	*	I
HRZ0579	0000807790	25/11/2017	74550	218	*	I
AGH1337	0000808026	26/11/2017	74550	218	*	I
AZU4512	0000808459	26/11/2017	74550	218	*	I
BAH0323	0000808913	27/11/2017	74550	218	*	I
LOM4437	0000808958	27/11/2017	74550	218	*	I
INO1777	0000798505	08/11/2017	74550	218	*	I
MEN0598	0000798537	08/11/2017	74550	218	*	I
MFQ6507	0000798555	08/11/2017	74550	218	*	I
MMA3038	0000798603	08/11/2017	74550	218	*	I
NHI5794	0000798873	09/11/2017	74550	218	*	I
FNO0783	0000797182	05/11/2017	74550	218	*	I
MBD5837	0000797206	05/11/2017	74550	218	*	I
NFB2175	0000798988	09/11/2017	74550	218	*	I
LZE4677	0000799015	09/11/2017	74550	218	*	I
QHX7658	0000799020	09/11/2017	74550	218	*	I
ELQ9661	0000799036	09/11/2017	74550	218	*	I
IQM5818	0000799038	09/11/2017	74550	218	*	I
IWN0437	0000794611	01/11/2017	74550	218	*	I
IPQ2621	0000794864	01/11/2017	74550	218	*	I
NOJ9802	0000794925	01/11/2017	74550	218	*	I
IEI9473	0000796051	03/11/2017	74550	218	*	I
APF5196	0000796465	04/11/2017	74550	218	*	I
MFO6501	0000796572	04/11/2017	74550	218	*	I
MGH3100	0000791503	26/10/2017	74550	218	*	I
MKM5328	0000796751	04/11/2017	74550	218	*	I
MIM0893	0000795809	02/11/2017	74550	218	*	I
MEX5627	0000797754	06/11/2017	74550	218	*	I
QHN3447	0000797769	06/11/2017	74550	218	*	I
QHN3447	0000797885	06/11/2017	74550	218	*	I
IRL3838	0000797903	06/11/2017	74550	218	*	I
AOJ2606	0000797940	06/11/2017	74550	218	*	I
MKC2049	0000797977	07/11/2017	74550	218	*	I
MFK7082	0000798001	07/11/2017	74550	218	*	I
IQX6248	0000798057	07/11/2017	74550	218	*	I
MMM1627	0000798148	07/11/2017	74550	218	*	I
MEM7625	0000798180	07/11/2017	74550	218	*	I
DEJ2515	0000798261	07/11/2017	74550	218	*	I
MKW7058	0000798308	07/11/2017	74550	218	*	I
MED9228	0000798332	07/11/2017	74550	218	*	I
MGT6071	0000798350	07/11/2017	74550	218	*	I
AOJ2606	0000798399	07/11/2017	74550	218	*	I
MDJ7417	0000799064	09/11/2017	74550	218	*	I
KME7634	0000799067	09/11/2017	74550	218	*	I
MAL3282	0000799122	09/11/2017	74550	218	*	I
MJF5060	0000799143	09/11/2017	74550	218	*	I
CWM8873	0000799153	09/11/2017	74550	218	*	I
MGF7502	0000799165	09/11/2017	74550	218	*	I

ALJ3963	0000799167	09/11/2017	74550	218	*	I
MHY2968	0000799175	09/11/2017	74550	218	*	I
MAP5105	0000799184	09/11/2017	74550	218	*	I
MHH0783	0000799196	09/11/2017	74550	218	*	I
IUK4007	0000799197	09/11/2017	74550	218	*	I
MJA7225	0000799211	09/11/2017	74550	218	*	I
KKC3391	0000799231	09/11/2017	74550	218	*	I
MJL6828	0000799279	10/11/2017	74550	218	*	I
ITT3164	0000799285	10/11/2017	74550	218	*	I
QHY3024	0000799458	10/11/2017	74550	218	*	I
MKJ1010	0000799464	10/11/2017	74550	218	*	I
NPZ6351	0000799471	10/11/2017	74550	218	*	I
MIE5561	0000799472	10/11/2017	74550	218	*	I
MLS4990	0000799500	10/11/2017	74550	218	*	I
QIA3396	0000799504	10/11/2017	74550	218	*	I
INK6169	0000799517	10/11/2017	74550	218	*	I
IQW1241	0000799524	10/11/2017	74550	218	*	I
MFC5541	0000799528	10/11/2017	74550	218	*	I
NKM2804	0000799540	10/11/2017	74550	218	*	I
MGA5659	0000799548	10/11/2017	74550	218	*	I
ENV2507	0000799570	10/11/2017	74550	218	*	I
MMD3096	0000799589	10/11/2017	74550	218	*	I
EJS8493	0000799595	10/11/2017	74550	218	*	I
QIH8027	0000799603	10/11/2017	74550	218	*	I
JUA7133	0000799604	10/11/2017	74550	218	*	I
LZJ2571	0000799617	10/11/2017	74550	218	*	I
QIH8027	0000799619	10/11/2017	74550	218	*	I
MMM9722	0000799624	10/11/2017	74550	218	*	I
ONX1680	0000799653	10/11/2017	74550	218	*	I
MHD8586	0000799665	10/11/2017	74550	218	*	I
EIG5263	0000799684	10/11/2017	74550	218	*	I
MFY6919	0000799392	10/11/2017	74550	218	*	I
MGJ4240	0000799393	10/11/2017	74550	218	*	I
MIP0873	0000799406	10/11/2017	74550	218	*	I
IOR9625	0000799836	11/11/2017	74550	218	*	I
MIN4657	0000799867	11/11/2017	74550	218	*	I
MEX9215	0000799941	11/11/2017	74550	218	*	I
MJF0971	0000799943	11/11/2017	74550	218	*	I
MFU5168	0000799949	11/11/2017	74550	218	*	I
MAA8115	0000799990	11/11/2017	74550	218	*	I
QHX9712	0000800021	11/11/2017	74550	218	*	I
MJS4647	0000800071	11/11/2017	74550	218	*	I
AQK2308	0000800228	11/11/2017	74550	218	*	I
MMA2318	0000800238	11/11/2017	74550	218	*	I
LZR2950	0000800248	11/11/2017	74550	218	*	I
IKB0265	0000800254	11/11/2017	74550	218	*	I
AXB4073	0000800261	11/11/2017	74550	218	*	I
IKB2911	0000800265	11/11/2017	74550	218	*	I
EMC3128	0000800294	11/11/2017	74550	218	*	I
MKO8735	0000800297	11/11/2017	74550	218	*	I
LZR2950	0000800304	11/11/2017	74550	218	*	I
MJR8939	0000800319	11/11/2017	74550	218	*	I
MDL2983	0000800334	11/11/2017	74550	218	*	I
LZU5491	0000800339	12/11/2017	74550	218	*	I
MJM7528	0000800373	12/11/2017	74550	218	*	I
MHP6793	0000800375	12/11/2017	74550	218	*	I
MIM9105	0000800124	11/11/2017	74550	218	*	I
MGU8940	0000800155	11/11/2017	74550	218	*	I
HRN0566	0000800160	11/11/2017	74550	218	*	I
LOM7383	0000800184	11/11/2017	74550	218	*	I
MJI5275	0000800202	11/11/2017	74550	218	*	I
MGZ9911	0000800204	11/11/2017	74550	218	*	I
MSJ0379	0000800425	12/11/2017	74550	218	*	I

MIO7622	0000800430	12/11/2017	74550	218	*	I
MGC5994	0000800488	12/11/2017	74550	218	*	I
IKW5145	0000800494	12/11/2017	74550	218	*	I
MHP6793	0000800536	12/11/2017	74550	218	*	I
MIJ7125	0000800544	12/11/2017	74550	218	*	I
MGC5994	0000800552	12/11/2017	74550	218	*	I
DCC4627	0000800574	12/11/2017	74550	218	*	I
QHR2586	0000800580	12/11/2017	74550	218	*	I
AQE4301	0000800582	12/11/2017	74550	218	*	I
MKF6082	0000800583	12/11/2017	74550	218	*	I
AJV4119	0000800609	12/11/2017	74550	218	*	I
MBN2563	0000800616	12/11/2017	74550	218	*	I
MET3329	0000800619	12/11/2017	74550	218	*	I
MJK2243	0000800622	12/11/2017	74550	218	*	I
IWR2168	0000800635	12/11/2017	74550	218	*	I
MGV6486	0000800683	12/11/2017	74550	218	*	I
IQM5818	0000800689	12/11/2017	74550	218	*	I
DJJ0188	0000800718	12/11/2017	74550	218	*	I
MHC2429	0000800759	12/11/2017	74550	218	*	I
MEN0339	0000800812	12/11/2017	74550	218	*	I
AWZ5911	0000800827	12/11/2017	74550	218	*	I
JYE8583	0000800835	12/11/2017	74550	218	*	I
MFA9578	0000800837	12/11/2017	74550	218	*	I
QHI0549	0000800859	12/11/2017	74550	218	*	I
QHT5923	0000800866	12/11/2017	74550	218	*	I
ARM1102	0000800879	12/11/2017	74550	218	*	I
MBN3390	0000800895	12/11/2017	74550	218	*	I
AIH2456	0000800899	12/11/2017	74550	218	*	I
MKW7058	0000800916	12/11/2017	74550	218	*	I
IPV2079	0000800743	12/11/2017	74550	218	*	I
MLM3720	0000800756	12/11/2017	74550	218	*	I
BUP3554	54319345N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MLU0861	54319386N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
JTR7878	54319389N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MCW7468	54321256N	21/11/2017	50020	257	õ	8\$
CBG5942	54324679N	01/12/2017	50020	257	õ	8\$
OKF6178	54324688N	01/12/2017	50020	257	õ	8\$
MKO0644	54326882N	07/12/2017	50020	257	õ	8\$
MJM8371	54326973N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MIM6388	54326986N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
IQW1581	54326987N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MDF2201	54326988N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
AVB2753	54326989N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
BAO7337	54326990N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
IFR6101	54326991N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MLS2826	54326992N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MIM6388	54326993N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MMM6657	54326994N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MKP7058	54326995N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
QIL0547	54326997N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
IPV0146	54326998N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MKG8057	54326999N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MLB1848	54327000N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MLU0471	54327001N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MIJ0977	54327003N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
QHL4895	54327004N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MKA8702	54327005N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MKB4815	54327007N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MMK9079	54327008N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MFM0826	54327009N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
QHS0940	54327011N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MKQ8728	54327012N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MKQ8728	54327013N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$

MKN2652	54327014N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MKX6614	54327016N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MKQ8728	54327017N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MDN0726	54327018N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MDE3621	54327020N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MKQ8728	54327021N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MIX0721	54327022N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
QHX9937	54327024N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
IWA2011	54327026N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MCB5417	54327027N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
PVP5987	54327028N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MGG3483	54327029N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
QHD6645	54327030N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MMH4870	54327031N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MKN3311	54327034N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
QHS0925	54327035N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
AFC4516	54327036N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MJE9790	54327037N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MFV9577	54327038N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MDT1354	54327039N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MAR8426	54327040N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
ILA6492	54327042N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
QIO7658	54327044N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
PWY3268	54327056N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
QHV3922	54327059N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
BPA4362	54328457N	12/12/2017	50020	257	õ	8\$
QII5258	54328870N	14/12/2017	50020	257	õ	8\$
FKY9212	54328874N	14/12/2017	50020	257	õ	8\$
MJD3216	54329210N	15/12/2017	50020	257	õ	8\$
MGO2919	0000818430	14/12/2017	74550	218	*	I
FEG5960	0000818705	14/12/2017	74550	218	*	I
QHY6071	0000818795	14/12/2017	74550	218	*	I
CAC1219	0000818375	13/12/2017	74550	218	*	I
LYY2291	0000818378	13/12/2017	74550	218	*	I
MBX2236	0000817880	13/12/2017	74550	218	*	I
IQT6370	0000817503	12/12/2017	74550	218	*	I
MDU2439	0000817774	12/12/2017	74550	218	*	I
MKY8927	0000817777	12/12/2017	74550	218	*	I
MIA8868	0000817780	12/12/2017	74550	218	*	I
MGS5626	0000817782	12/12/2017	74550	218	*	I
MDD5733	0000817792	12/12/2017	74550	218	*	I
MEJ2902	0000817793	12/12/2017	74550	218	*	I
IUT4320	0000817796	12/12/2017	74550	218	*	I
MAJ1117	0000817963	13/12/2017	74550	218	*	I
MBX2236	0000817990	13/12/2017	74550	218	*	I
MDQ1745	0000817993	13/12/2017	74550	218	*	I
LZN9352	0000818011	13/12/2017	74550	218	*	I
EDH1459	0000818018	13/12/2017	74550	218	*	I
AED0609	0000818032	13/12/2017	74550	218	*	I
IHF9842	0000818038	13/12/2017	74550	218	*	I
AVS0534	0000818040	13/12/2017	74550	218	*	I
AIY0477	0000818050	13/12/2017	74550	218	*	I
QHG2302	0000818051	13/12/2017	74550	218	*	I
AJC2779	0000818171	13/12/2017	74550	218	*	I
MKT0572	0000818173	13/12/2017	74550	218	*	I
MGW5255	0000818174	13/12/2017	74550	218	*	I
MIQ1743	0000818179	13/12/2017	74550	218	*	I
QIQ0487	0000818186	13/12/2017	74550	218	*	I
DWR1340	0000818187	13/12/2017	74550	218	*	I
MFG5032	0000818211	13/12/2017	74550	218	*	I
AXF1014	0000818216	13/12/2017	74550	218	*	I
QIM9842	0000818222	13/12/2017	74550	218	*	I
AET6924	0000818248	13/12/2017	74550	218	*	I

MIX1994	0000818254	13/12/2017	74550	218	*	I
NPH5282	0000818257	13/12/2017	74550	218	*	I
MDO6487	0000818263	13/12/2017	74550	218	*	I
NRP3026	0000818265	13/12/2017	74550	218	*	I
BOH8770	0000818268	13/12/2017	74550	218	*	I
MLD1895	0000818273	13/12/2017	74550	218	*	I
QHK6420	0000818280	13/12/2017	74550	218	*	I
IOZ1417	0000818292	13/12/2017	74550	218	*	I
IMD0187	0000818310	13/12/2017	74550	218	*	I
MHD3297	0000818313	13/12/2017	74550	218	*	I
HAD9271	0000818316	13/12/2017	74550	218	*	I
MKZ7313	0000818320	13/12/2017	74550	218	*	I
LTT0011	0000818057	13/12/2017	74550	218	*	I
MLP6002	0000818083	13/12/2017	74550	218	*	I
KGG8349	0000818112	13/12/2017	74550	218	*	I
APB5625	0000818137	13/12/2017	74550	218	*	I
MCQ8219	0000818138	13/12/2017	74550	218	*	I
IJP6316	0000818143	13/12/2017	74550	218	*	I
LXN0157	0000818149	13/12/2017	74550	218	*	I
QIL5795	0000818159	13/12/2017	74550	218	*	I
LYJ0794	0000818329	13/12/2017	74550	218	*	I
QIG6397	0000818344	13/12/2017	74550	218	*	I
MDW6211	0000818346	13/12/2017	74550	218	*	I
MFO6883	0000818347	13/12/2017	74550	218	*	I
MKX6654	0000818355	13/12/2017	74550	218	*	I
MBX2236	0000816704	11/12/2017	74550	218	*	I
MGI0214	0000816715	11/12/2017	74550	218	*	I
MGD6392	0000816719	11/12/2017	74550	218	*	I
QJS2010	0000816738	11/12/2017	74550	218	*	I
EQG3086	0000816759	09/12/2017	74550	218	*	I
MHW6425	0000816765	08/12/2017	74550	218	*	I
OAJ6590	0000816767	08/12/2017	74550	218	*	I
MHO7570	0000816801	11/12/2017	74550	218	*	I
MEK9148	0000816802	11/12/2017	74550	218	*	I
AMI2947	0000816825	11/12/2017	74550	218	*	I
EFK3277	0000816832	11/12/2017	74550	218	*	I
MMB5508	0000816842	11/12/2017	74550	218	*	I
QHY9088	0000816845	11/12/2017	74550	218	*	I
AGR3374	0000816849	11/12/2017	74550	218	*	I
DON1240	0000816864	11/12/2017	74550	218	*	I
MHX7712	0000816882	11/12/2017	74550	218	*	I
MLG7705	0000816892	11/12/2017	74550	218	*	I
AMD2056	0000816893	11/12/2017	74550	218	*	I
MJQ4833	0000816896	11/12/2017	74550	218	*	I
MGO0343	0000816926	11/12/2017	74550	218	*	I
MBX3590	0000816935	11/12/2017	74550	218	*	I
LZR9864	0000816954	11/12/2017	74550	218	*	I
MGW1939	0000816957	11/12/2017	74550	218	*	I
QIQ5165	0000816960	11/12/2017	74550	218	*	I
CEY4264	0000816977	11/12/2017	74550	218	*	I
JOV1140	0000816989	11/12/2017	74550	218	*	I
LWV2993	0000816990	11/12/2017	74550	218	*	I
MFN0767	0000816991	11/12/2017	74550	218	*	I
MDS9800	0000816994	11/12/2017	74550	218	*	I
MAC7375	0000816996	11/12/2017	74550	218	*	I
MLJ8167	0000817002	11/12/2017	74550	218	*	I
MLC8083	0000817011	11/12/2017	74550	218	*	I
MOR2221	0000817056	11/12/2017	74550	218	*	I
MKQ4641	0000817078	11/12/2017	74550	218	*	I
GOL9122	0000817099	11/12/2017	74550	218	*	I
MDD9713	0000817111	11/12/2017	74550	218	*	I
MAR9362	0000817126	11/12/2017	74550	218	*	I
LYG3891	0000817131	11/12/2017	74550	218	*	I

AAH7999	0000817136	11/12/2017	74550	218	*	I
MLR8874	0000817139	11/12/2017	74550	218	*	I
LYS2440	0000817141	11/12/2017	74550	218	*	I
MJR0547	0000817144	11/12/2017	74550	218	*	I
ELX9627	0000817146	11/12/2017	74550	218	*	I
ABW9987	0000817181	11/12/2017	74550	218	*	I
MDU2439	0000817185	11/12/2017	74550	218	*	I
QHD3675	0000817187	11/12/2017	74550	218	*	I
MGA4157	0000817194	11/12/2017	74550	218	*	I
QHV2474	0000817195	11/12/2017	74550	218	*	I
CEZ7116	0000817197	11/12/2017	74550	218	*	I
MBS4917	0000817205	11/12/2017	74550	218	*	I
MKJ8819	0000817209	11/12/2017	74550	218	*	I
MJQ6355	0000817220	11/12/2017	74550	218	*	I
QHV9547	0000817221	11/12/2017	74550	218	*	I
MLC7479	0000817228	11/12/2017	74550	218	*	I
MIM1590	0000817229	11/12/2017	74550	218	*	I
QIH7354	0000817239	11/12/2017	74550	218	*	I
ANO7760	0000817158	11/12/2017	74550	218	*	I
MGU0091	0000817271	12/12/2017	74550	218	*	I
MLQ6306	0000817260	12/12/2017	74550	218	*	I
MCD8236	0000817311	12/12/2017	74550	218	*	I
MGW5654	0000817314	12/12/2017	74550	218	*	I
MLQ6306	0000817361	12/12/2017	74550	218	*	I
MHH8726	0000817395	12/12/2017	74550	218	*	I
CZO1110	0000817412	12/12/2017	74550	218	*	I
ATD4256	0000817429	12/12/2017	74550	218	*	I
MFL4239	0000817432	12/12/2017	74550	218	*	I
IPY5719	0000817436	12/12/2017	74550	218	*	I
CSE6944	0000817441	12/12/2017	74550	218	*	I
MJX5829	0000817346	12/12/2017	74550	218	*	I
MDA7262	0000817453	12/12/2017	74550	218	*	I
MFJ5514	0000817462	12/12/2017	74550	218	*	I
MJQ6513	0000817479	12/12/2017	74550	218	*	I
MHN0543	0000817481	12/12/2017	74550	218	*	I
EQY9202	0000817483	12/12/2017	74550	218	*	I
AHP1082	0000817484	12/12/2017	74550	218	*	I
MIJ6170	0000817488	12/12/2017	74550	218	*	I
KIQ6518	0000817489	12/12/2017	74550	218	*	I
MLS7079	0000817490	12/12/2017	74550	218	*	I
AGT3194	0000817556	12/12/2017	74550	218	*	I
MDD9713	0000817580	12/12/2017	74550	218	*	I
MFQ4688	0000817584	12/12/2017	74550	218	*	I
MGV4455	0000817589	12/12/2017	74550	218	*	I
MJB7845	0000817593	12/12/2017	74550	218	*	I
MFE7481	0000817603	12/12/2017	74550	218	*	I
CIO0460	0000817610	12/12/2017	74550	218	*	I
AGB6649	0000817614	12/12/2017	74550	218	*	I
MIL4443	0000817618	12/12/2017	74550	218	*	I
ISB5924	0000817630	12/12/2017	74550	218	*	I
AZZ9016	0000817640	12/12/2017	74550	218	*	I
MHK2738	0000817641	12/12/2017	74550	218	*	I
JQB2058	0000817646	12/12/2017	74550	218	*	I
MDU9013	0000817655	12/12/2017	74550	218	*	I
QHI8746	0000817657	12/12/2017	74550	218	*	I
MEF1561	0000817658	12/12/2017	74550	218	*	I
QIP6041	0000817675	12/12/2017	74550	218	*	I
QHI8746	0000817693	12/12/2017	74550	218	*	I
MBM3271	0000817695	12/12/2017	74550	218	*	I
QIW3782	0000817702	12/12/2017	74550	218	*	I
QHI6121	0000817703	12/12/2017	74550	218	*	I
AIN5657	0000817510	12/12/2017	74550	218	*	I
MLS0359	0000817511	12/12/2017	74550	218	*	I

LXN0157	0000817512	12/12/2017	74550	218	*	I
PWU0673	0000817517	12/12/2017	74550	218	*	I
IKA0360	0000817518	12/12/2017	74550	218	*	I
QIA0425	0000817524	12/12/2017	74550	218	*	I
MFW4554	0000817526	12/12/2017	74550	218	*	I
AMU5428	0000817467	12/12/2017	74550	218	*	I
MBB2134	0000817725	12/12/2017	74550	218	*	I
MJO1466	0000817726	12/12/2017	74550	218	*	I
DON1240	0000817731	12/12/2017	74550	218	*	I
CAI5296	0000817733	12/12/2017	74550	218	*	I
EQY9202	0000817734	12/12/2017	74550	218	*	I
ABY5457	0000816162	10/12/2017	74550	218	*	I
MDX6075	0000816166	10/12/2017	74550	218	*	I
MCU4797	0000816187	10/12/2017	74550	218	*	I
AGY5125	0000816192	10/12/2017	74550	218	*	I
MDV0144	0000816195	10/12/2017	74550	218	*	I
MDD9713	0000816203	10/12/2017	74550	218	*	I
IPA2906	0000816208	10/12/2017	74550	218	*	I
APV3135	0000816214	10/12/2017	74550	218	*	I
ISU1625	0000816215	10/12/2017	74550	218	*	I
MGX4753	0000816216	10/12/2017	74550	218	*	I
MDD9713	0000816223	10/12/2017	74550	218	*	I
MFJ9418	0000816224	10/12/2017	74550	218	*	I
MDV5472	0000816226	10/12/2017	74550	218	*	I
LXY6376	0000816233	10/12/2017	74550	218	*	I
MKH5273	0000816381	10/12/2017	74550	218	*	I
MJF8575	0000816538	10/12/2017	74550	218	*	I
MFO4999	0000816539	10/12/2017	74550	218	*	I
API3567	0000816385	10/12/2017	74550	218	*	I
MEB4074	0000816390	10/12/2017	74550	218	*	I
BOH8770	0000816489	10/12/2017	74550	218	*	I
MMM4348	0000816491	10/12/2017	74550	218	*	I
MGR7131	0000816497	10/12/2017	74550	218	*	I
MMF6904	0000816592	10/12/2017	74550	218	*	I
MEG9556	0000816597	10/12/2017	74550	218	*	I
MGK2338	0000816599	10/12/2017	74550	218	*	I
HWO2115	0000816600	10/12/2017	74550	218	*	I
LZG9741	0000816611	10/12/2017	74550	218	*	I
MBD6907	0000816663	11/12/2017	74550	218	*	I
AFF1644	0000816396	10/12/2017	74550	218	*	I
JAK2525	0000816480	10/12/2017	74550	218	*	I
ILH1331	0000816685	11/12/2017	74550	218	*	I
MLT5783	0000816012	10/12/2017	74550	218	*	I
QHU2464	0000816015	10/12/2017	74550	218	*	I
MDV3404	0000816017	10/12/2017	74550	218	*	I
QIF2835	0000816018	10/12/2017	74550	218	*	I
ILB0516	0000816050	10/12/2017	74550	218	*	I
MGM5750	0000816061	10/12/2017	74550	218	*	I
MKA2689	0000816270	10/12/2017	74550	218	*	I
MIC6589	0000816271	10/12/2017	74550	218	*	I
KYK2995	0000816284	10/12/2017	74550	218	*	I
MMI9469	0000816078	10/12/2017	74550	218	*	I
IRC7491	0000816331	10/12/2017	74550	218	*	I
MKA3827	0000816434	10/12/2017	74550	218	*	I
LZG9741	0000816435	10/12/2017	74550	218	*	I
DGD2358	0000816436	10/12/2017	74550	218	*	I
DWP7028	0000816437	10/12/2017	74550	218	*	I
CPZ8516	0000816449	10/12/2017	74550	218	*	I
MDK5289	0000816455	10/12/2017	74550	218	*	I
MBS9459	0000816464	10/12/2017	74550	218	*	I
OIY3935	0000816469	10/12/2017	74550	218	*	I
MHK2738	0000816470	10/12/2017	74550	218	*	I
MHT0563	0000816473	10/12/2017	74550	218	*	I

FMC1055	0000816475	10/12/2017	74550	218	*	I
MAP8375	0000816501	10/12/2017	74550	218	*	I
MLI9596	0000816409	10/12/2017	74550	218	*	I
MDD9713	0000816412	10/12/2017	74550	218	*	I
MKG9792	0000816415	10/12/2017	74550	218	*	I
MCA1237	0000816416	10/12/2017	74550	218	*	I
MDG7803	0000816418	10/12/2017	74550	218	*	I
CTJ9089	0000816620	10/12/2017	74550	218	*	I
MDI3355	0000816625	10/12/2017	74550	218	*	I
ERM6357	0000816630	10/12/2017	74550	218	*	I
MBW7814	0000816633	10/12/2017	74550	218	*	I
MBU5083	0000815344	09/12/2017	74550	218	*	I
AIN5657	0000815351	09/12/2017	74550	218	*	I
MBX2236	0000815371	09/12/2017	74550	218	*	I
MFY7023	0000815374	09/12/2017	74550	218	*	I
MGT6697	0000815382	09/12/2017	74550	218	*	I
ARB4470	0000815435	09/12/2017	74550	218	*	I
MIJ1065	0000815442	09/12/2017	74550	218	*	I
DQT2351	0000815445	09/12/2017	74550	218	*	I
MCM6355	0000815446	09/12/2017	74550	218	*	I
MEO6074	0000815447	09/12/2017	74550	218	*	I
ALC1601	0000815456	09/12/2017	74550	218	*	I
MLT5056	0000815469	09/12/2017	74550	218	*	I
OKE0858	0000815472	09/12/2017	74550	218	*	I
QHP6405	0000815479	09/12/2017	74550	218	*	I
LZT2119	0000815482	09/12/2017	74550	218	*	I
MJY3261	0000815485	09/12/2017	74550	218	*	I
LZV7394	0000815489	09/12/2017	74550	218	*	I
AMB3117	0000815496	09/12/2017	74550	218	*	I
MAG8597	0000815497	09/12/2017	74550	218	*	I
MGM0808	0000815500	09/12/2017	74550	218	*	I
QIP5195	0000815501	09/12/2017	74550	218	*	I
GVE3578	0000815502	09/12/2017	74550	218	*	I
MHU4807	0000815394	09/12/2017	74550	218	*	I
ILU2530	0000815397	09/12/2017	74550	218	*	I
JNG4695	0000815403	09/12/2017	74550	218	*	I
EWN8506	0000815404	09/12/2017	74550	218	*	I
MGQ7224	0000815423	09/12/2017	74550	218	*	I
MLC8897	0000815513	09/12/2017	74550	218	*	I
MMK8439	0000815862	09/12/2017	74550	218	*	I
QHF3262	0000815867	09/12/2017	74550	218	*	I
MIW2805	0000815873	09/12/2017	74550	218	*	I
JXR1935	0000815875	09/12/2017	74550	218	*	I
LXU6458	0000815884	09/12/2017	74550	218	*	I
MHS0892	0000815896	09/12/2017	74550	218	*	I
MES0790	0000815902	09/12/2017	74550	218	*	I
EVE5393	0000815904	09/12/2017	74550	218	*	I
AYI2938	0000815909	09/12/2017	74550	218	*	I
JUX6455	0000815918	09/12/2017	74550	218	*	I
ASL0425	0000815921	09/12/2017	74550	218	*	I
LNP2405	0000815928	09/12/2017	74550	218	*	I
AAY2805	0000815930	09/12/2017	74550	218	*	I
MGE7603	0000816300	10/12/2017	74550	218	*	I
QII7195	0000816304	10/12/2017	74550	218	*	I
MLB6434	0000816307	10/12/2017	74550	218	*	I
EPD8696	0000816310	10/12/2017	74550	218	*	I
MJS4422	0000815547	09/12/2017	74550	218	*	I
AGR3374	0000815549	09/12/2017	74550	218	*	I
MJH8141	0000815555	09/12/2017	74550	218	*	I
IDE1027	0000816639	10/12/2017	74550	218	*	I
MBJ3094	0000816644	10/12/2017	74550	218	*	I
IJT4161	0000816646	10/12/2017	74550	218	*	I
MFS1544	0000815995	10/12/2017	74550	218	*	I

OTH3570	0000815999	10/12/2017	74550	218	*	I
IPT7777	0000815040	08/12/2017	74550	218	*	I
MCD7110	0000815044	08/12/2017	74550	218	*	I
MIC3497	0000815045	08/12/2017	74550	218	*	I
MKK4410	0000815046	08/12/2017	74550	218	*	I
MGC7758	0000815047	08/12/2017	74550	218	*	I
ALR6258	0000815089	08/12/2017	74550	218	*	I
MCR9741	0000815093	08/12/2017	74550	218	*	I
MDD9713	0000815096	08/12/2017	74550	218	*	I
QHQ7064	0000815099	08/12/2017	74550	218	*	I
LKG5641	0000815103	08/12/2017	74550	218	*	I
ALH3621	0000815108	08/12/2017	74550	218	*	I
MIS9420	0000815120	08/12/2017	74550	218	*	I
MHL9681	0000815123	08/12/2017	74550	218	*	I
MCD6416	0000815124	08/12/2017	74550	218	*	I
BEL3392	0000815127	08/12/2017	74550	218	*	I
MDF4296	0000815135	08/12/2017	74550	218	*	I
MLC2037	0000815151	08/12/2017	74550	218	*	I
MIZ1994	0000815154	08/12/2017	74550	218	*	I
LXW5446	0000815160	08/12/2017	74550	218	*	I
MLV7843	0000815163	08/12/2017	74550	218	*	I
MCJ4156	0000815165	08/12/2017	74550	218	*	I
QHA4669	0000815263	09/12/2017	74550	218	*	I
MGA4525	0000815274	09/12/2017	74550	218	*	I
MBX2236	0000815313	09/12/2017	74550	218	*	I
MGV7075	0000815314	09/12/2017	74550	218	*	I
EFP1231	0000815322	09/12/2017	74550	218	*	I
MGQ7224	0000815328	09/12/2017	74550	218	*	I
IHF9842	0000815572	09/12/2017	74550	218	*	I
CYQ4603	0000815583	09/12/2017	74550	218	*	I
MIF2689	0000815590	09/12/2017	74550	218	*	I
MEX6235	0000815591	09/12/2017	74550	218	*	I
MDD9713	0000815593	09/12/2017	74550	218	*	I
AHI0817	0000815594	09/12/2017	74550	218	*	I
MLS0359	0000814935	08/12/2017	74550	218	*	I
EQN2650	0000815293	09/12/2017	74550	218	*	I
AEP5567	0000815606	09/12/2017	74550	218	*	I
MBR4932	0000815608	09/12/2017	74550	218	*	I
AHJ9082	0000815614	09/12/2017	74550	218	*	I
MDP2695	0000815615	09/12/2017	74550	218	*	I
IGB1582	0000815651	09/12/2017	74550	218	*	I
MLF2722	0000815656	09/12/2017	74550	218	*	I
MHS0892	0000815668	09/12/2017	74550	218	*	I
IGM8471	0000815683	09/12/2017	74550	218	*	I
MGF2040	0000815685	09/12/2017	74550	218	*	I
CSN9783	0000815687	09/12/2017	74550	218	*	I
MCQ8593	0000815707	09/12/2017	74550	218	*	I
MMA9328	0000815726	09/12/2017	74550	218	*	I
MFZ4539	0000815728	09/12/2017	74550	218	*	I
MKD8754	0000815731	09/12/2017	74550	218	*	I
CRM5535	0000815736	09/12/2017	74550	218	*	I
CQY7066	0000815744	09/12/2017	74550	218	*	I
MAC5012	0000815748	09/12/2017	74550	218	*	I
MJI7540	0000815762	09/12/2017	74550	218	*	I
QIE7554	0000815764	09/12/2017	74550	218	*	I
MAY3336	0000815775	09/12/2017	74550	218	*	I
MDU1706	0000815782	09/12/2017	74550	218	*	I
CGR9834	0000815690	09/12/2017	74550	218	*	I
LYP6683	0000815695	09/12/2017	74550	218	*	I
EIP8720	0000815696	09/12/2017	74550	218	*	I
MGM9131	0000815790	09/12/2017	74550	218	*	I
ILZ2422	0000815807	09/12/2017	74550	218	*	I
MIV9106	0000815810	09/12/2017	74550	218	*	I

QIL6862	0000815826	09/12/2017	74550	218	*	I
MBD9791	0000815830	09/12/2017	74550	218	*	I
MEW0156	0000815835	09/12/2017	74550	218	*	I
MKO4767	0000815836	09/12/2017	74550	218	*	I
QIK4039	0000815839	09/12/2017	74550	218	*	I
CIG5227	0000815849	09/12/2017	74550	218	*	I
ANX7364	0000816115	10/12/2017	74550	218	*	I
BMF6661	0000816123	10/12/2017	74550	218	*	I
KRP1297	0000816125	10/12/2017	74550	218	*	I
AJU1423	0000816132	10/12/2017	74550	218	*	I
LCM1335	0000816133	10/12/2017	74550	218	*	I
IDO5179	0000816137	10/12/2017	74550	218	*	I
MEI5528	0000816139	10/12/2017	74550	218	*	I
MKD4741	0000816142	10/12/2017	74550	218	*	I
MBE0171	0000816145	10/12/2017	74550	218	*	I
MHW3641	0000816151	10/12/2017	74550	218	*	I
FWQ7874	0000816158	10/12/2017	74550	218	*	I
AZZ0727	0000816240	10/12/2017	74550	218	*	I
EAL4945	0000816243	10/12/2017	74550	218	*	I
ATN3243	0000816244	10/12/2017	74550	218	*	I
AFC8031	0000816246	10/12/2017	74550	218	*	I
DZZ1026	0000815951	09/12/2017	74550	218	*	I
MFO3934	0000815953	09/12/2017	74550	218	*	I
QIB3302	0000815955	09/12/2017	74550	218	*	I
MEG3884	0000815968	09/12/2017	74550	218	*	I
MDZ8768	0000815971	09/12/2017	74550	218	*	I
NXY8074	0000815976	09/12/2017	74550	218	*	I
MGH7324	0000815942	09/12/2017	74550	218	*	I
MEB5643	0000816264	10/12/2017	74550	218	*	I
MJP2889	0000816344	10/12/2017	74550	218	*	I
MGU8515	0000816351	10/12/2017	74550	218	*	I
MFB4678	0000816356	10/12/2017	74550	218	*	I
MCQ8593	0000816359	10/12/2017	74550	218	*	I
BFB1733	0000816373	10/12/2017	74550	218	*	I
LXW9767	0000816444	10/12/2017	74550	218	*	I
LWY3587	0000816446	10/12/2017	74550	218	*	I
MER1213	0000816448	10/12/2017	74550	218	*	I
JYA4681	0000816547	10/12/2017	74550	218	*	I
MGK7930	0000816549	10/12/2017	74550	218	*	I
MIN1595	0000816554	10/12/2017	74550	218	*	I
EUI7866	0000816559	10/12/2017	74550	218	*	I
MIG7018	0000816566	10/12/2017	74550	218	*	I
MLF0328	0000816568	10/12/2017	74550	218	*	I
MGU8515	0000816569	10/12/2017	74550	218	*	I
MIT2134	0000814227	07/12/2017	74550	218	*	I
MFA4917	0000814005	06/12/2017	74550	218	*	I
MEJ8080	0000814013	06/12/2017	74550	218	*	I
KUY6393	0000814014	06/12/2017	74550	218	*	I
MFT4119	0000814034	06/12/2017	74550	218	*	I
ORE5889	0000814036	06/12/2017	74550	218	*	I
MJA7661	0000814050	06/12/2017	74550	218	*	I
JPN4047	0000814125	06/12/2017	74550	218	*	I
MLO5685	0000814130	06/12/2017	74550	218	*	I
INC7114	0000814137	06/12/2017	74550	218	*	I
NST8876	0000814142	06/12/2017	74550	218	*	I
ILR5484	0000814153	06/12/2017	74550	218	*	I
IGX8379	0000814167	06/12/2017	74550	218	*	I
JNG4695	0000814177	06/12/2017	74550	218	*	I
DNB0878	0000814184	06/12/2017	74550	218	*	I
HYS5844	0000814185	06/12/2017	74550	218	*	I
HVV3494	0000814091	06/12/2017	74550	218	*	I
MAQ1426	0000814110	06/12/2017	74550	218	*	I
MIE7249	0000814113	06/12/2017	74550	218	*	I

LZB9324	0000814200	06/12/2017	74550	218	*	I
MIG6686	0000814243	07/12/2017	74550	218	*	I
MBC4413	0000814266	07/12/2017	74550	218	*	I
MLO9382	0000814348	07/12/2017	74550	218	*	I
EEP7350	0000811806	03/12/2017	74550	218	*	I
NPL5134	0000811833	03/12/2017	74550	218	*	I
OBM6277	0000812469	01/12/2017	74550	218	*	I
QIP5195	0000812562	02/12/2017	74550	218	*	I
MCL6420	0000812567	02/12/2017	74550	218	*	I
BTD3814	0000813397	05/12/2017	74550	218	*	I
NST3605	0000813929	06/12/2017	74550	218	*	I
MKS9568	0000813934	06/12/2017	74550	218	*	I
MLJ3278	0000813936	06/12/2017	74550	218	*	I
QHD9680	0000813961	06/12/2017	74550	218	*	I
EQP8806	0000813963	06/12/2017	74550	218	*	I
MJU6073	0000800937	12/11/2017	74550	218	*	I
MGI6065	0000800959	12/11/2017	74550	218	*	I
MCA3279	0000800960	12/11/2017	74550	218	*	I
IBW2587	0000800962	12/11/2017	74550	218	*	I
QIP5195	0000800965	12/11/2017	74550	218	*	I
QIK7306	0000800967	12/11/2017	74550	218	*	I
MLS4760	0000800969	12/11/2017	74550	218	*	I
MJF1695	0000800982	12/11/2017	74550	218	*	I
APK5063	0000800985	12/11/2017	74550	218	*	I
APK5063	0000800992	12/11/2017	74550	218	*	I
MHX3177	0000800998	12/11/2017	74550	218	*	I
ARM1102	0000801000	12/11/2017	74550	218	*	I
APY8722	0000801007	12/11/2017	74550	218	*	I
QIF6009	0000801008	12/11/2017	74550	218	*	I
ITL7407	0000801041	12/11/2017	74550	218	*	I
NMQ4252	0000801046	12/11/2017	74550	218	*	I
FGF6620	0000801062	12/11/2017	74550	218	*	I
IUZ2489	0000801066	12/11/2017	74550	218	*	I
NML5253	0000801111	13/11/2017	74550	218	*	I
IPV2079	0000801194	13/11/2017	74550	218	*	I
QIO9764	0000801266	13/11/2017	74550	218	*	I
QHU9562	0000801279	13/11/2017	74550	218	*	I
MBN0372	0000801285	13/11/2017	74550	218	*	I
MEF6183	0000801287	13/11/2017	74550	218	*	I
MLA3971	0000801295	13/11/2017	74550	218	*	I
MHE0624	0000801301	13/11/2017	74550	218	*	I
MKH5463	0000801323	13/11/2017	74550	218	*	I
MER9822	0000801328	13/11/2017	74550	218	*	I
LYV7119	0000801339	13/11/2017	74550	218	*	I
MDP2695	0000801348	13/11/2017	74550	218	*	I
NWK4121	0000801364	13/11/2017	74550	218	*	I
ESB9513	0000801374	13/11/2017	74550	218	*	I
MEN4479	0000801377	13/11/2017	74550	218	*	I
ITF7401	0000801395	13/11/2017	74550	218	*	I
QIF6009	0000801402	13/11/2017	74550	218	*	I
CVC7145	0000801406	13/11/2017	74550	218	*	I
MGF8155	0000801407	13/11/2017	74550	218	*	I
MJP7231	0000801410	13/11/2017	74550	218	*	I
MHG3117	0000801422	13/11/2017	74550	218	*	I
CSU9520	0000801450	13/11/2017	74550	218	*	I
QHH0185	0000801459	13/11/2017	74550	218	*	I
MGS2563	0000801461	13/11/2017	74550	218	*	I
MHH9207	0000801467	13/11/2017	74550	218	*	I
MCA7955	0000801482	13/11/2017	74550	218	*	I
MGT3111	0000801488	13/11/2017	74550	218	*	I
CPD3614	0000801494	13/11/2017	74550	218	*	I
MJK4254	0000801496	13/11/2017	74550	218	*	I
MHD3605	0000801513	13/11/2017	74550	218	*	I

MFR6567	0000801536	13/11/2017	74550	218	*	I
MLK7031	0000801502	13/11/2017	74550	218	*	I
MGG3718	0000801506	13/11/2017	74550	218	*	I
OKH0779	0000801582	14/11/2017	74550	218	*	I
MFV9439	0000801685	14/11/2017	74550	218	*	I
MFO9967	0000801692	14/11/2017	74550	218	*	I
MHV2100	0000801711	14/11/2017	74550	218	*	I
MLY9622	0000801715	14/11/2017	74550	218	*	I
QIS3067	0000801722	14/11/2017	74550	218	*	I
MDR1592	0000801726	14/11/2017	74550	218	*	I
MMC8012	0000801770	14/11/2017	74550	218	*	I
CQF0045	0000801783	14/11/2017	74550	218	*	I
MBO5951	0000801798	14/11/2017	74550	218	*	I
MMI0345	0000801817	14/11/2017	74550	218	*	I
MGQ8285	0000801868	14/11/2017	74550	218	*	I
MGZ0236	0000801875	14/11/2017	74550	218	*	I
MKS9958	0000801884	14/11/2017	74550	218	*	I
QHC9545	0000801885	14/11/2017	74550	218	*	I
BEG0125	0000801891	14/11/2017	74550	218	*	I
MCR5835	0000801893	14/11/2017	74550	218	*	I
AUM6467	0000801899	14/11/2017	74550	218	*	I
MHI0813	0000801936	14/11/2017	74550	218	*	I
QIJ6766	0000801944	14/11/2017	74550	218	*	I
IVV8647	0000801957	14/11/2017	74550	218	*	I
QHY1661	0000801959	14/11/2017	74550	218	*	I
HHD4233	0000801968	14/11/2017	74550	218	*	I
QHE1237	0000801973	14/11/2017	74550	218	*	I
DLG2426	0000801988	15/11/2017	74550	218	*	I
QHM7305	0000801989	15/11/2017	74550	218	*	I
MEG3958	0000801990	15/11/2017	74550	218	*	I
DLG2426	0000801995	15/11/2017	74550	218	*	I
QHM7305	0000802004	15/11/2017	74550	218	*	I
MBV4734	0000802017	15/11/2017	74550	218	*	I
QHC7624	0000801831	14/11/2017	74550	218	*	I
MMA1873	0000801848	14/11/2017	74550	218	*	I
KEQ6207	0000801852	14/11/2017	74550	218	*	I
MLU6605	0000801856	14/11/2017	74550	218	*	I
IEV6367	0000802023	15/11/2017	74550	218	*	I
IRM1480	0000802031	15/11/2017	74550	218	*	I
GUP7832	0000801859	14/11/2017	74630	218	*	II
IQM5818	0000801982	14/11/2017	74630	218	*	II
MBN2563	0000801830	14/11/2017	74630	218	*	II
MJY1429	0000801509	13/11/2017	74630	218	*	II
JYE8583	0000801539	13/11/2017	74630	218	*	II
AVT0079	0000801500	13/11/2017	74630	218	*	II
MEF3535	0000801473	13/11/2017	74630	218	*	II
ILP2234	0000801475	13/11/2017	74630	218	*	II
IVB9815	0000801222	13/11/2017	74630	218	*	II
MCM5063	0000801048	12/11/2017	74630	218	*	II
MJP7608	0000801050	12/11/2017	74630	218	*	II
IKB2911	0000800966	12/11/2017	74630	218	*	II
IBW2587	0000800938	12/11/2017	74630	218	*	II
MLM3720	0000800757	12/11/2017	74630	218	*	II
IBW2587	0000800931	12/11/2017	74630	218	*	II
MJP6460	0000800884	12/11/2017	74630	218	*	II
IBW2587	0000800724	12/11/2017	74630	218	*	II
AMD2925	0000800637	12/11/2017	74630	218	*	II
MFA9578	0000800673	12/11/2017	74630	218	*	II
FSL8014	0000800211	11/11/2017	74630	218	*	II
MFY6919	0000800082	11/11/2017	74630	218	*	II
HPY3187	0000799978	11/11/2017	74630	218	*	II
MFY6919	0000799908	11/11/2017	74630	218	*	II
MAM8418	0000799780	11/11/2017	74630	218	*	II

MCO6844	0000799439	10/11/2017	74630	218	*	II
IOQ8646	0000799302	10/11/2017	74630	218	*	II
MFY6919	0000799306	10/11/2017	74630	218	*	II
AMB4606	0000799053	09/11/2017	74630	218	*	II
MEO5885	0000799225	09/11/2017	74630	218	*	II
IGI4939	0000799188	09/11/2017	74630	218	*	II
HRW0705	0000798444	08/11/2017	74630	218	*	II
MDU2881	0000796639	04/11/2017	74630	218	*	II
AMV8688	0000795629	02/11/2017	74630	218	*	II
LHX5928	0000797466	05/11/2017	74630	218	*	II
QHN9261	0000806867	23/11/2017	74630	218	*	II
HXU9263	0000806552	23/11/2017	74630	218	*	II
QBE4070	0000807742	25/11/2017	74630	218	*	II
ATP3082	0000806700	23/11/2017	74630	218	*	II
IOT8476	0000806571	23/11/2017	74630	218	*	II
MIB0329	0000806243	22/11/2017	74630	218	*	II
MGT2306	0000805977	21/11/2017	74630	218	*	II
MIM0795	0000805904	21/11/2017	74630	218	*	II
JNJ5726	0000805920	21/11/2017	74630	218	*	II
MLB6523	0000805965	21/11/2017	74630	218	*	II
HLJ1759	0000805827	21/11/2017	74630	218	*	II
QIM1655	0000805492	20/11/2017	74630	218	*	II
MBA8136	0000805440	20/11/2017	74630	218	*	II
MIN2006	0000805150	19/11/2017	74630	218	*	II
MBK3514	0000804996	19/11/2017	74630	218	*	II
MCD4648	0000805006	19/11/2017	74630	218	*	II
MAO2726	0000804902	19/11/2017	74630	218	*	II
MKY4625	0000804307	18/11/2017	74630	218	*	II
MEG3958	0000804291	18/11/2017	74630	218	*	II
DON0797	0000804192	18/11/2017	74630	218	*	II
DKP8342	0000803723	18/11/2017	74630	218	*	II
MGO4591	0000803697	18/11/2017	74630	218	*	II
DON0797	0000803665	18/11/2017	74630	218	*	II
MKN7324	0000803669	18/11/2017	74630	218	*	II
QIE3220	0000802391	15/11/2017	74630	218	*	II
MHG5094	0000802395	15/11/2017	74630	218	*	II
LYF3608	0000802362	15/11/2017	74630	218	*	II
QHD2791	0000802223	15/11/2017	74630	218	*	II
IEV6367	0000802128	15/11/2017	74630	218	*	II
MFM4985	0000802135	15/11/2017	74630	218	*	II
CUC5745	0000802477	15/11/2017	74630	218	*	II
MFU6992	0000802417	15/11/2017	74630	218	*	II
QHP8088	0000802294	15/11/2017	74630	218	*	II
MLY5047	0000802300	15/11/2017	74630	218	*	II
KDE1761	0000803119	16/11/2017	74630	218	*	II
IQM5818	0000803006	16/11/2017	74630	218	*	II
EPZ1738	0000802517	15/11/2017	74630	218	*	II
ETF7718	0000803414	17/11/2017	74630	218	*	II
BGA2904	0000802623	11/11/2017	74630	218	*	II
MFY6919	0000802734	16/11/2017	74630	218	*	II
ERX1886	0000803031	16/11/2017	74630	218	*	II
AOE9511	0000803034	16/11/2017	74630	218	*	II
BNV4854	0000802902	16/11/2017	74630	218	*	II
MCD6416	0000814933	08/12/2017	74630	218	*	II
MGU0710	0000814908	08/12/2017	74630	218	*	II
MLU2765	0000814879	08/12/2017	74630	218	*	II
MDM3847	0000814853	08/12/2017	74630	218	*	II
MJW5857	0000815257	08/12/2017	74630	218	*	II
MIF2689	0000815243	08/12/2017	74630	218	*	II
MIS8849	0000815192	08/12/2017	74630	218	*	II
AHD4773	0000815201	08/12/2017	74630	218	*	II
MDD9713	0000815235	08/12/2017	74630	218	*	II
MFQ6127	0000815023	08/12/2017	74630	218	*	II

CYQ4603	0000815010	08/12/2017	74630	218	*	II
INE6209	0000815007	08/12/2017	74630	218	*	II
MCZ1637	0000814990	08/12/2017	74630	218	*	II
MIS9420	0000814982	08/12/2017	74630	218	*	II
MHR9041	0000814589	07/12/2017	74630	218	*	II
MCD6416	0000814594	07/12/2017	74630	218	*	II
MCO7491	0000814656	07/12/2017	74630	218	*	II
MBP0064	0000814634	07/12/2017	74630	218	*	II
MHK0806	0000814555	07/12/2017	74630	218	*	II
QHD5859	0000814534	07/12/2017	74630	218	*	II
LXT2555	0000814537	07/12/2017	74630	218	*	II
MDD9713	0000814485	07/12/2017	74630	218	*	II
MCS3101	0000814486	07/12/2017	74630	218	*	II
MIA8868	0000814405	07/12/2017	74630	218	*	II
LXN0157	0000814392	07/12/2017	74630	218	*	II
MEL3493	0000814367	07/12/2017	74630	218	*	II
DOM0115	0000814377	07/12/2017	74630	218	*	II
MBL2152	0000814379	07/12/2017	74630	218	*	II
MNQ7691	0000811507	02/12/2017	74630	218	*	II
AOH9611	0000811645	03/12/2017	74630	218	*	II
NZC8012	0000812961	04/12/2017	74630	218	*	II
MZY7550	0000813952	06/12/2017	74630	218	*	II
MCL8246	0000813937	06/12/2017	74630	218	*	II
MDC0042	0000813933	06/12/2017	74630	218	*	II
MMC2906	0000813766	06/12/2017	74630	218	*	II
OWL4337	0000813413	05/12/2017	74630	218	*	II
AXZ8624	0000812625	03/12/2017	74630	218	*	II
MOW3784	0000812566	02/12/2017	74630	218	*	II
CJF5175	0000814351	07/12/2017	74630	218	*	II
MER1213	0000814001	06/12/2017	74630	218	*	II
IGY5064	0000814202	06/12/2017	74630	218	*	II
LOL8701	0000814124	06/12/2017	74630	218	*	II
MFS3760	0000814197	06/12/2017	74630	218	*	II
IFW4774	0000814058	06/12/2017	74630	218	*	II
COR0082	0000814070	06/12/2017	74630	218	*	II
MDW2116	0000814230	07/12/2017	74630	218	*	II
AOE2995	0000814233	07/12/2017	74630	218	*	II
DVK7861	0000816573	10/12/2017	74630	218	*	II
MIN1595	0000816558	10/12/2017	74630	218	*	II
OKH1476	0000815943	09/12/2017	74630	218	*	II
EYJ0959	0000816251	10/12/2017	74630	218	*	II
MCS3101	0000815970	09/12/2017	74630	218	*	II
QIU5816	0000815827	09/12/2017	74630	218	*	II
QIE9704	0000815829	09/12/2017	74630	218	*	II
MDD9713	0000815704	09/12/2017	74630	218	*	II
MAL7800	0000815813	09/12/2017	74630	218	*	II
QHK6699	0000815818	09/12/2017	74630	218	*	II
MLT5056	0000815822	09/12/2017	74630	218	*	II
MCS3101	0000815785	09/12/2017	74630	218	*	II
LZF1028	0000815688	09/12/2017	74630	218	*	II
DFQ2113	0000815682	09/12/2017	74630	218	*	II
DLB5153	0000815617	09/12/2017	74630	218	*	II
LXN0157	0000815627	09/12/2017	74630	218	*	II
CIG5227	0000815294	09/12/2017	74630	218	*	II
INS8614	0000815595	09/12/2017	74630	218	*	II
OBM6277	0000815137	08/12/2017	74630	218	*	II
MCS3101	0000815138	08/12/2017	74630	218	*	II
ASS7652	0000815146	08/12/2017	74630	218	*	II
OBM6277	0000815116	08/12/2017	74630	218	*	II
MCS3101	0000815117	08/12/2017	74630	218	*	II
MDD9713	0000815055	08/12/2017	74630	218	*	II
MDD9713	0000815056	08/12/2017	74630	218	*	II
MJB1083	0000816007	10/12/2017	74630	218	*	II

MDD9713	0000816316	10/12/2017	74630	218	*	II
MBX2236	0000815550	09/12/2017	74630	218	*	II
MEK9148	0000815428	09/12/2017	74630	218	*	II
LZG9741	0000816431	10/12/2017	74630	218	*	II
MGA4697	0000816534	10/12/2017	74630	218	*	II
MIM0625	0000816334	10/12/2017	74630	218	*	II
MMM7520	0000816035	10/12/2017	74630	218	*	II
MDU9346	0000816485	10/12/2017	74630	218	*	II
ANX7364	0000816594	10/12/2017	74630	218	*	II
MIS9420	0000816391	10/12/2017	74630	218	*	II
MJE8249	0000816383	10/12/2017	74630	218	*	II
PFT7262	0000816209	10/12/2017	74630	218	*	II
MIN1595	0000816799	11/12/2017	74630	218	*	II
MBT4241	0000817476	12/12/2017	74630	218	*	II
MDD9713	0000817710	12/12/2017	74630	218	*	II
QHH1698	0000817717	12/12/2017	74630	218	*	II
IKL7411	0000817495	12/12/2017	74630	218	*	II
MCN1003	0000817498	12/12/2017	74630	218	*	II
AKU0945	0000817442	12/12/2017	74630	218	*	II
LZU3404	0000817171	11/12/2017	74630	218	*	II
AGR5189	0000817174	11/12/2017	74630	218	*	II
LZU3404	0000817199	11/12/2017	74630	218	*	II
CEZ7116	0000817191	11/12/2017	74630	218	*	II
MLY2566	0000817148	11/12/2017	74630	218	*	II
MCS3101	0000817110	11/12/2017	74630	218	*	II
KOH1985	0000817067	11/12/2017	74630	218	*	II
MLY2314	0000816938	11/12/2017	74630	218	*	II
MCL8246	0000816952	11/12/2017	74630	218	*	II
AHQ3726	0000817019	11/12/2017	74630	218	*	II
IWB7033	0000817051	11/12/2017	74630	218	*	II
MLC3345	0000816883	11/12/2017	74630	218	*	II
QIK7271	0000816891	11/12/2017	74630	218	*	II
MJD2022	0000816868	11/12/2017	74630	218	*	II
QHV3968	0000816873	11/12/2017	74630	218	*	II
AZA3190	0000816855	11/12/2017	74630	218	*	II
MBX2236	0000816700	11/12/2017	74630	218	*	II
QIE4419	0000816751	09/12/2017	74630	218	*	II
MDD9713	0000818356	13/12/2017	74630	218	*	II
MCV9432	0000818160	13/12/2017	74630	218	*	II
AJW3606	0000818167	13/12/2017	74630	218	*	II
MDP2695	0000818007	13/12/2017	74630	218	*	II
OKH4455	0000818321	13/12/2017	74630	218	*	II
MEP0117	0000818024	13/12/2017	74630	218	*	II
MKF2583	0000818031	13/12/2017	74630	218	*	II
MAJ1117	0000817961	13/12/2017	74630	218	*	II
MED1943	0000817798	12/12/2017	74630	218	*	II
MED1943	0000817772	12/12/2017	74630	218	*	II
QHN6672	0000818798	14/12/2017	74630	218	*	II
MFQ5179	0000817546	12/12/2017	74710	218	*	III
GRX3718	0000817508	12/12/2017	74710	218	*	III
MBX2236	0000818004	13/12/2017	74710	218	*	III
MEM6179	0000818156	13/12/2017	74710	218	*	III
MLY2566	0000816747	11/12/2017	74710	218	*	III
MCS3101	0000816953	11/12/2017	74710	218	*	III
MCS3101	0000817096	11/12/2017	74710	218	*	III
AED0609	0000817472	12/12/2017	74710	218	*	III
MED1943	0000817771	12/12/2017	74710	218	*	III
MAK2278	0000816617	10/12/2017	74710	218	*	III
JUX8911	0000815406	09/12/2017	74710	218	*	III
IJT4161	0000816635	10/12/2017	74710	218	*	III
CYQ4603	0000815857	09/12/2017	74710	218	*	III
MDD9713	0000816314	10/12/2017	74710	218	*	III
MDD9713	0000815057	08/12/2017	74710	218	*	III

MCS3101	0000815596	09/12/2017	74710	218	*	III
CYQ4603	0000815650	09/12/2017	74710	218	*	III
MAE9009	0000815654	09/12/2017	74710	218	*	III
MCD7110	0000815701	09/12/2017	74710	218	*	III
CYQ4603	0000815850	09/12/2017	74710	218	*	III
CYQ4603	0000816348	10/12/2017	74710	218	*	III
CYQ4603	0000816545	10/12/2017	74710	218	*	III
MFI8018	0000814032	06/12/2017	74710	218	*	III
NZC8012	0000812577	02/12/2017	74710	218	*	III
QIN1714	0000814443	07/12/2017	74710	218	*	III
MCS3101	0000814583	07/12/2017	74710	218	*	III
IFK3152	0000815186	08/12/2017	74710	218	*	III
IRG3922	0000815187	08/12/2017	74710	218	*	III
CYQ4603	0000815253	08/12/2017	74710	218	*	III
CYQ4603	0000815254	08/12/2017	74710	218	*	III
MBN2563	0000802521	15/11/2017	74710	218	*	III
MFF7971	0000802424	15/11/2017	74710	218	*	III
BNV4854	0000802942	16/11/2017	74710	218	*	III
IEV6367	0000802202	15/11/2017	74710	218	*	III
MFF7971	0000802293	15/11/2017	74710	218	*	III
MGN9939	0000805168	19/11/2017	74710	218	*	III
AOE1471	0000799041	09/11/2017	74710	218	*	III
IQT5074	0000799049	09/11/2017	74710	218	*	III
LTF3816	0000796806	04/11/2017	74710	218	*	III
ESG7369	0000799164	09/11/2017	74710	218	*	III
JYE8583	0000800854	12/11/2017	74710	218	*	III
MGZ4043	0000800522	12/11/2017	56732	183		
IWK8880	0000801193	13/11/2017	56732	183		
MKB5544	0000801208	13/11/2017	56732	183		
QHJ9449	0000801104	13/11/2017	56732	183		
MAT0957	0000801640	14/11/2017	56732	183		
IOG4668	0000801641	14/11/2017	56732	183		
MES8174	0000801648	14/11/2017	56732	183		
MHG3105	0000801652	14/11/2017	56732	183		
IGN5288	0000802036	15/11/2017	56732	183		
QHB5844	0000802045	15/11/2017	56732	183		
MLW3795	0000802049	15/11/2017	56732	183		
MEI2457	0000799288	10/11/2017	56732	183		
MLR4933	0000799721	11/11/2017	56732	183		
MIQ4567	0000799314	10/11/2017	56732	183		
MLG8993	0000799355	10/11/2017	56732	183		
MIB3151	0000799805	11/11/2017	56732	183		
ARM1102	0000799386	10/11/2017	56732	183		
QIF6009	0000799831	11/11/2017	56732	183		
MIW4485	0000794595	01/11/2017	56732	183		
CQY0158	0000795946	03/11/2017	56732	183		
JYE8583	0000798855	09/11/2017	56732	183		
MFG7751	0000799262	10/11/2017	56732	183		
MIJ9505	0000804654	19/11/2017	56732	183		
MKL5897	0000805284	20/11/2017	56732	183		
MMH5442	0000805294	20/11/2017	56732	183		
APF9076	0000803705	18/11/2017	56732	183		
MJY2273	0000803687	18/11/2017	56732	183		
BWF3748	0000803741	18/11/2017	56732	183		
DUL9034	0000804147	18/11/2017	56732	183		
DRA4372	0000804734	19/11/2017	56732	183		
MLY0589	0000805660	21/11/2017	56732	183		
QIN6473	0000805672	21/11/2017	56732	183		
ILP6552	0000804551	19/11/2017	56732	183		
CFG7256	0000805779	21/11/2017	56732	183		
JPH6555	0000805698	21/11/2017	56732	183		
JQQ7979	0000806542	23/11/2017	56732	183		
MNK1609	0000806544	23/11/2017	56732	183		

MJF0467	0000806550	23/11/2017	56732	183
IOW2507	0000809055	28/11/2017	56732	183
AJH4999	0000802155	15/11/2017	56732	183
MLS5026	0000802113	15/11/2017	56732	183
MLB0778	0000802068	15/11/2017	56732	183
AOE6562	0000803225	17/11/2017	56732	183
MFQ4585	0000803619	18/11/2017	56732	183
HIG3719	0000803136	17/11/2017	56732	183
MAQ2863	0000814810	08/12/2017	56732	183
ALE7041	0000814811	08/12/2017	56732	183
IJD0053	0000814880	08/12/2017	56732	183
MJD8945	0000814962	08/12/2017	56732	183
MEZ0833	0000814322	07/12/2017	56732	183
QHI5496	0000814334	07/12/2017	56732	183
HGG9918	0000814381	07/12/2017	56732	183
LWY8474	0000814461	07/12/2017	56732	183
ANS3253	0000814463	07/12/2017	56732	183
IPW3070	0000812758	04/12/2017	56732	183
AQR8929	0000813796	06/12/2017	56732	183
MGR4695	0000813935	06/12/2017	56732	183
PZQ7285	0000812875	04/12/2017	56732	183
MJW9174	0000813729	06/12/2017	56732	183
MJC3542	0000813733	06/12/2017	56732	183
CJX6098	0000810056	30/11/2017	56732	183
QHM2783	0000814296	07/12/2017	56732	183
OUV9443	0000814362	07/12/2017	56732	183
MMM4778	0000814363	07/12/2017	56732	183
AQD4062	0000816266	10/12/2017	56732	183
MLH7350	0000814758	08/12/2017	56732	183
APG5117	0000815991	10/12/2017	56732	183
MIW8066	0000815531	09/12/2017	56732	183
MIE7249	0000815471	09/12/2017	56732	183
EMG9972	0000816051	10/12/2017	56732	183
ANS3257	0000816295	10/12/2017	56732	183
IXL6738	0000817474	12/12/2017	56732	183
QIS6946	0000817539	12/12/2017	56732	183
MMF7835	0000817253	12/12/2017	56732	183
MFH1018	0000817275	12/12/2017	56732	183
MFJ1106	0000817463	12/12/2017	56732	183
LKG5641	0000817352	12/12/2017	56732	183
KKW9438	0000818085	13/12/2017	56732	183
MDP6123	0000817922	13/12/2017	56732	183
MFG5032	0000817908	13/12/2017	56732	183
DZX6946	0000818052	13/12/2017	56732	183
MHU8367	0000817913	13/12/2017	60503	208
MJF8850	0000817968	13/12/2017	60503	208
ILI6868	0000817979	13/12/2017	60503	208
MIE1738	0000817907	13/12/2017	60503	208
MLE3248	0000818093	13/12/2017	60503	208
MEJ0075	0000818009	13/12/2017	60503	208
HHA0621	0000817282	12/12/2017	60503	208
MDD9713	0000817287	12/12/2017	60503	208
MGD9920	0000817300	12/12/2017	60503	208
AQX8496	0000817254	12/12/2017	60503	208
MBX2236	0000817422	12/12/2017	60503	208
MGZ1807	0000817321	12/12/2017	60503	208
MIP3298	0000817262	12/12/2017	60503	208
JUH6402	0000817269	12/12/2017	60503	208
MHY7196	0000817242	12/12/2017	60503	208
QDS5850	0000816773	11/12/2017	60503	208
NPH5282	0000816775	11/12/2017	60503	208
LYC3937	0000816796	11/12/2017	60503	208
MBX2236	0000816807	11/12/2017	60503	208

MER1213	0000816937	11/12/2017	60503	208
MFQ9022	0000816297	10/12/2017	60503	208
MIL6310	0000816084	10/12/2017	60503	208
MIK3761	0000816071	10/12/2017	60503	208
BED0230	0000816016	10/12/2017	60503	208
QIV2178	0000816691	11/12/2017	60503	208
MLQ3790	0000816679	11/12/2017	60503	208
MFH1972	0000815388	09/12/2017	60503	208
QHD3675	0000815359	09/12/2017	60503	208
MKM6837	0000815361	09/12/2017	60503	208
MCQ8593	0000815418	09/12/2017	60503	208
FAN0895	0000815430	09/12/2017	60503	208
KQB0251	0000815517	09/12/2017	60503	208
MBR0866	0000815505	09/12/2017	60503	208
MDU2896	0000815535	09/12/2017	60503	208
IKS1223	0000815559	09/12/2017	60503	208
QHA9812	0000815562	09/12/2017	60503	208
BED0230	0000815988	10/12/2017	60503	208
MKM6467	0000816248	10/12/2017	60503	208
DMY8572	0000816260	10/12/2017	60503	208
AMY1456	0000816095	10/12/2017	60503	208
GHB3112	0000816096	10/12/2017	60503	208
MCM6355	0000816114	10/12/2017	60503	208
LQD3958	0000814937	08/12/2017	60503	208
BXR1840	0000814948	08/12/2017	60503	208
LNK1493	0000815283	09/12/2017	60503	208
IST4708	0000815287	09/12/2017	60503	208
MJW4608	0000814267	07/12/2017	60503	208
MCZ1637	0000814251	07/12/2017	60503	208
LYW6376	0000810154	30/11/2017	60503	208
IMT9703	0000810981	02/12/2017	60503	208
BBN9378	0000812863	04/12/2017	60503	208
MDP2695	0000813736	06/12/2017	60503	208
MFU8846	0000813740	06/12/2017	60503	208
MFY0752	0000813765	06/12/2017	60503	208
MLK7583	0000812750	04/12/2017	60503	208
MDX0557	0000812574	02/12/2017	60503	208
BFZ7707	0000812919	04/12/2017	60503	208
CKT0155	0000811054	02/12/2017	60503	208
MBU5454	0000813941	06/12/2017	60503	208
MEL8279	0000813976	06/12/2017	60503	208
MLJ4536	0000813878	06/12/2017	60503	208
HVV3494	0000813880	06/12/2017	60503	208
MJE2786	0000813785	06/12/2017	60503	208
MJW4608	0000814457	07/12/2017	60503	208
MJN7258	0000814754	08/12/2017	60503	208
IQP1822	0000814714	08/12/2017	60503	208
MID6716	0000814971	08/12/2017	60503	208
MGX0929	0000814972	08/12/2017	60503	208
MER4205	0000814926	08/12/2017	60503	208
MED1943	0000814899	08/12/2017	60503	208
LZK3182	0000814856	08/12/2017	60503	208
MFU4083	0000814773	08/12/2017	60503	208
OKH4654	0000814797	08/12/2017	60503	208
MIT8856	0000814850	08/12/2017	60503	208
MHP8103	0000803181	17/11/2017	60503	208
MFZ7944	0000803223	17/11/2017	60503	208
MDH9972	0000803625	18/11/2017	60503	208
CFB6785	0000803638	18/11/2017	60503	208
ALK0460	0000803579	18/11/2017	60503	208
FRL4325	0000803585	18/11/2017	60503	208
MIQ3538	0000802704	16/11/2017	60503	208
MDY5779	0000802880	16/11/2017	60503	208

MAN6434	0000802882	16/11/2017	60503	208
MJD2157	0000802636	16/11/2017	60503	208
MKM3691	0000802645	16/11/2017	60503	208
MLF3934	0000801612	14/11/2017	60503	208
MEN2068	0000801613	14/11/2017	60503	208
QJC0090	0000802118	15/11/2017	60503	208
LWY5948	0000802105	15/11/2017	60503	208
MBF4246	0000802233	15/11/2017	60503	208
APG0127	0000802244	15/11/2017	60503	208
HRZ4681	0000802610	16/11/2017	60503	208
DKZ4598	0000809171	28/11/2017	60503	208
IVG0917	0000807404	25/11/2017	60503	208
MCX6033	0000805706	20/11/2017	60503	208
OKF0839	0000805710	21/11/2017	60503	208
MIB1277	0000805777	21/11/2017	60503	208
QIH9051	0000804755	19/11/2017	60503	208
MGM5039	0000804771	19/11/2017	60503	208
CKN2499	0000804547	19/11/2017	60503	208
MDH9972	0000804169	18/11/2017	60503	208
MCK9135	0000805368	20/11/2017	60503	208
MHF7811	0000798905	09/11/2017	60503	208
MBV6945	0000798952	09/11/2017	60503	208
QIB0243	0000798967	09/11/2017	60503	208
JYE8583	0000798972	09/11/2017	60503	208
IUU5705	0000799007	09/11/2017	60503	208
OGC3096	0000797109	05/11/2017	60503	208
MKW7058	0000798445	08/11/2017	60503	208
BAD6426	0000798451	08/11/2017	60503	208
MHI3478	0000799817	11/11/2017	60503	208
LXK3490	0000799921	11/11/2017	60503	208
IQM5818	0000799902	11/11/2017	60503	208
QJC0090	0000799358	10/11/2017	60503	208
MDZ3429	0000799310	10/11/2017	60503	208
IXV3626	0000799395	10/11/2017	60503	208
MMM2069	0000800419	12/11/2017	60503	208
MHB8843	0000799772	11/11/2017	60503	208
IQM5818	0000802021	15/11/2017	60503	208
QJC0090	0000802022	15/11/2017	60503	208
MKW2071	0000801595	14/11/2017	60503	208
MHJ3458	0000801605	14/11/2017	60503	208
MJX4286	0000801577	14/11/2017	60503	208
MLW3025	0000801578	14/11/2017	60503	208
ALO8027	0000801148	13/11/2017	60503	208
IHE1237	0000801161	13/11/2017	60503	208
MKT3116	0000800526	12/11/2017	60503	208
MKK7065	0000800558	12/11/2017	60503	208
CSE9116	0000800455	12/11/2017	60503	208
CSE9116	0000800473	12/11/2017	60503	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE
AUTORIDADE DE TRANSITO

COCAL DO SUL**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8208 1217/2017**

Publicação Nº 1473904

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8208 1217/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIM3392	54290891N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MGF2212	54290895N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MMK5165	54293963N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
IOV0909	54298676N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MAL2152	54298683N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIN2277	54299016N	18/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MAB1952	54304685N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
IPT0252	54308266N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIX8788	54312850N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
INI1662	P01L7004CP	07/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MGL5839	P01L7004DR	09/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QIE6390	P01L7004BG	02/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHF7382	P01L7004FT	13/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
HNF5742	P01L70049H	27/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJA1878	P01L70045W	20/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
DRE2862	P01L70044X	17/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MFJ5358	P01L7003W4	01/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
FQG2822	P01L7003OX	17/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
CHR5978	P01L7003ZH	08/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MLE1319	P01L7004GM	15/10/2017	55250	181 * XV	130.16
ILL9989	P01L7003QA	20/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
CHR5978	P01L7003ZG	08/09/2017	57200	186 * I	195.23
QHR8081	P01L70044Q	16/09/2017	61300	214 * II	293.47
MFP6200	P01L7004DE	08/10/2017	64400	224	88.38
DUU5699	P01L70047L	21/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MLI7219	P01L7003RS	24/08/2017	72340	250 * I * a	130.16
MKP4710	P01L7003VZ	01/09/2017	73400	252 * IV	130.16
EIE3397	P01L7004GA	15/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MLQ1068	P01L7004H9	16/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MFE3067	P01L70048O	25/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MAL3446	P01L7004HZ	18/10/2017	73400	252 * IV	130.16
LXE7159	P01L70030H	27/06/2017	73580	252 * V	130.16
MJN6727	P01L7003S1	24/08/2017	51851	167	195.23
MKU8520	P01L7003S7	24/08/2017	51851	167	195.23
MKU8520	P01L7003YR	05/09/2017	51851	167	195.23
MIV5266	P02IU000FE	05/09/2017	51851	167	195.23
MJT8318	P01L70047U	21/09/2017	51851	167	195.23
MCX4754	P01L700476	21/09/2017	51851	167	195.23
CKD6106	P01L7004B9	02/10/2017	51851	167	195.23
MGZ5649	P01L70042A	12/09/2017	51851	167	195.23

MGA4288	P01L700434	13/09/2017	51851	167		195.23
MGK9236	P01L7004MZ	27/10/2017	51851	167		195.23
MKG8620	P01L7004NF	27/10/2017	51851	167		195.23
MLT3888	P01L7004GJ	15/10/2017	51851	167		195.23
MHW2147	P01L7004GW	15/10/2017	51851	167		195.23
MIO2995	P01L7004GC	15/10/2017	51851	167		195.23
LOD7228	P01L7004E9	11/10/2017	51851	167		195.23
LXD7620	P01L7004EC	11/10/2017	51851	167		195.23
LZN9852	P01L7004F8	12/10/2017	51851	167		195.23
MMA8833	P02IU000I7	09/10/2017	51852	167		195.23
FAC8989	P01L7004IS	19/10/2017	51852	167		195.23
DJN7653	P01L7004FA	12/10/2017	54521	181	* VIII	195.23
LXW3715	P01L70045J	19/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
QHI4976	P01L7004AU	29/09/2017	58433	196		195.23
MKD3709	P01L700421	12/09/2017	58433	196		195.23
FGG6548	P01L700426	12/09/2017	58433	196		195.23
MBB6745	P01L7003F7	24/07/2017	60412	207		195.23
QHD8900	P01L7004CF	06/10/2017	60412	207		195.23
QHD5112	P01L7004HG	17/10/2017	60412	207		195.23
LZW0462	P01L7004HI	17/10/2017	60412	207		195.23
MJP6355	P01L7004HB	17/10/2017	65992	230	* V	293.47
MFA8467	P01L7004E6	10/10/2017	65992	230	* V	293.47
MLO4022	P01L7003VH	30/08/2017	65992	230	* V	293.47
MMM7858	P01L7004EF	11/10/2017	66102	230	* VII	195.23
DGD0671	P01L7004GF	15/10/2017	66102	230	* VII	195.23
AMD9427	P01L7004BZ	04/10/2017	66532	230	* XI	195.23
MEZ5499	P01L7003WT	03/09/2017	70301	244	* I	293.47
IEQ9134	P01L7004GK	15/10/2017	73232	252	* II	130.16
MLP6135	P01L7004D8	08/10/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1216/2017

Publicação Nº 1473905

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1216/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.



SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLR2728	54319424N	17/11/2017	50020	257 ã 8\$
IPE8486	54319426N	17/11/2017	50020	257 ã 8\$
MBQ8523	54321365N	21/11/2017	50020	257 ã 8\$
MLL1094	54327151N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MLP4694	54327153N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MEK8480	54327154N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
BPI2074	54327156N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
EUV3973	P01L70052Y	12/12/2017	76331	ART 252, UNICO
ISS6972	P01L70052Z	12/12/2017	76332	ART 252, UNICO
GGB4470	P01L700539	12/12/2017	76332	ART 252, UNICO
OXD8565	P01L700517	08/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MHE8311	P01L70050J	06/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MFI4845	P01L70050K	06/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MJS6168	P01L7004SX	14/11/2017	76332	ART 252, UNICO
EPP6554	P01L7004TJ	16/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MBB0088	P01L7004KL	23/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QHA1705	P01L7004PO	06/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MFY9416	P01L7004QE	09/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MLM9642	P01L7004QN	09/11/2017	76332	ART 252, UNICO
HMI5948	P01L7004UC	19/11/2017	55250	181 * XV
MMJ3185	P01L7004T7	16/11/2017	55500	181 * XVIII
LZS3233	P01L7004Q5	08/11/2017	58350	195
MMM6196	P01L7004TM	16/11/2017	61220	214 * I
MHZ3165	P02IU000KT	10/12/2017	61220	214 * I
MLQ5633	P02IU000KU	10/12/2017	61220	214 * I
MEO8323	P01L70052P	11/12/2017	61220	214 * I
MEH2652	P01L70052T	11/12/2017	61220	214 * I
CAS8559	P01L70052O	11/12/2017	64400	224
CNA0513	P01L70051P	10/12/2017	69120	232
MCX6459	P02IU000KL	10/12/2017	73400	252 * IV
MAX7946	P01L7004TD	16/11/2017	73400	252 * IV
MLJ0896	P01L700557	15/12/2017	73400	252 * IV
CAG9351	P01L7004LS	24/10/2017	73580	252 * V
MHZ7474	P01L70050N	06/12/2017	73580	252 * V
MDY8802	P01L7004TZ	18/11/2017	73580	252 * V
MKI1239	P01L7004V0	20/11/2017	73580	252 * V
HAZ8031	P01L7004T3	16/11/2017	50371	162 * III
LXL5947	P01L7004TC	16/11/2017	51851	167
KHT5999	P01L7004TE	16/11/2017	51851	167
MFZ8228	P01L7004TL	16/11/2017	51851	167
LZS3233	P01L7004Q4	08/11/2017	51851	167
MJM0200	P01L7004RS	12/11/2017	51851	167
MGO8229	P01L7004RZ	12/11/2017	51851	167
IEO8818	P01L7004MS	26/10/2017	51851	167
MBM1239	P01L7004IY	19/10/2017	51851	167
LYB1661	P01L7004RH	11/11/2017	51851	167
CRG5662	P01L7004RI	11/11/2017	51851	167
MBJ1206	P01L7004UP	20/11/2017	51851	167
LYP1734	P01L7004U1	18/11/2017	51851	167
MIM6083	P01L7004UD	19/11/2017	51851	167
QHF1158	P01L7004U9	19/11/2017	51851	167
MIM8853	P01L7004TF	16/11/2017	51851	167
CPW0781	P01L70051S	10/12/2017	51851	167
MKT9095	P02IU000KI	10/12/2017	51851	167
MHD9708	P01L70050U	07/12/2017	51851	167
IEF9827	P01L70050E	06/12/2017	51851	167
LYT6100	P01L70052B	10/12/2017	51851	167

EYV0275	P01L70052D	10/12/2017	51851	167	
QHB9547	P01L70051Y	10/12/2017	51851	167	
MKT4696	P01L700524	10/12/2017	51851	167	
MIB3644	P01L7004S5	12/11/2017	51852	167	
MEQ6003	P01L7004UW	20/11/2017	54521	181	* VIII
MEQ6003	P01L7004TB	16/11/2017	54522	181	* VIII
MKZ9274	P01L7004RC	10/11/2017	54522	181	* VIII
ISY1287	P01L7004RK	11/11/2017	58433	196	
LZS3233	P01L7004Q6	08/11/2017	58433	196	
MEY7605	P01L7004I6	18/10/2017	58433	196	
MGO8229	P01L7004NW	28/10/2017	58433	196	
MDI9738	P01L7004OQ	03/11/2017	58433	196	
MLS4844	P01L70053G	13/12/2017	58433	196	
MDT3385	P01L70053H	13/12/2017	58433	196	
MFG1010	P01L70053I	13/12/2017	58433	196	
MFY6043	P01L70053D	12/12/2017	60412	207	
MCG0147	P02IU000K4	06/11/2017	60412	207	
ACG0881	P01L7004SC	13/11/2017	60412	207	
MJL6722	P01L7004RY	12/11/2017	60412	207	
MKV6560	P01L7004VX	23/11/2017	60412	207	
ERX1911	P01L7004ZN	04/12/2017	60412	207	
MIU2624	P01L7004U7	19/11/2017	60412	207	
AGI9002	P01L70051B	08/12/2017	60412	207	
MEW4446	P01L70051H	09/12/2017	60412	207	
EYO6106	P01L70051K	09/12/2017	60412	207	
CNA0513	P01L70051N	10/12/2017	65992	230	* V
HAZ8031	P01L7004T2	16/11/2017	65992	230	* V
LXN2774	P01L7004VR	21/11/2017	66102	230	* VII
MIT8909	P01L7004UY	20/11/2017	66102	230	* VII
CNA0513	P01L70051Q	10/12/2017	66372	230	* IX
MAV9254	P01L7004LG	24/10/2017	66531	230	* XI
MFZ0640	P01L70052A	10/12/2017	66532	230	* XI
CNA0513	P01L70051R	10/12/2017	67261	230	* XVIII
QHI8977	P01L7004UB	19/11/2017	59670	203	* V
INF6461	P01L7004Q8	08/11/2017	59670	203	* V
EIP3495	P01L7004TP	17/11/2017	59670	203	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2470/2017

Publicação Nº 1474042

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8070 2470/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIJ4253	P01IH000IN	24/08/2017	75790	165 A	2934.68
HPS3974	P01I1000IU	02/09/2017	75790	165 A	2934.68
MIM3472	P01I4000I7	26/09/2017	75790	165 A	2934.68
IGK8345	P01IA000JB	30/09/2017	75790	165 A	2934.68
MLR4642	P01IH000J1	03/09/2017	75790	165 A	2934.68
BPX7573	P01IA000JR	14/10/2017	50100	162 * I	880.40
MJC5701	P01IG000IA	06/10/2017	50100	162 * I	880.40
LXH4353	P01I1000IX	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
CMA7094	P02RM0002Z	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGG4209	P02RM0002O	21/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBI6503	P01I1000J3	02/09/2017	50450	162 * V	293.47
LXH4353	P01I1000IY	02/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJC5701	P01IG000IB	06/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CMA7094	P02RM00030	25/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
BPX7573	P01IA000JS	14/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBI6503	P01I1000J5	02/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
HPS3974	P01I1000IT	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXH4353	P01I1000IW	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
HGO3242	P02RM0002Q	21/08/2017	65992	230 * V	293.47
CMA7094	P02RK0002X	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
MKC5405	P01I4000HZ	14/09/2017	65992	230 * V	293.47
BPX7573	P01IA000JQ	14/10/2017	65992	230 * V	293.47
MJW6298	P02RK0003Q	17/10/2017	65992	230 * V	293.47
MJW6298	P02RK0003R	17/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
BPX7573	P01IA000JT	14/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2471/2017

Publicação Nº 1474041

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - 280830

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8070 2471/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFE9909	55954333F	18/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MKE7952	P01I1000K5	16/10/2017	54600	181 * IX	130.16
LXO0790	P02RK00031	03/09/2017	54600	181 * IX	130.16
MHN1081	55577279F	30/08/2017	58350	195	195.23
QHJ7483	55576612F	15/09/2017	61220	214 * I	293.47
LZN1253	P01IG000IN	13/10/2017	65300	228	195.23
LZU3842	P01I4000HH	22/08/2017	51852	167	195.23
QIS2209	P01IH000K5	03/10/2017	54522	181 * VIII	195.23
FHN0004	55953882F	18/08/2017	54524	181 * VIII	195.23
MBA7183	P01IA000HN	26/08/2017	60501	208	293.47
GAX1073	55954145F	30/09/2017	60501	208	293.47
QHL1167	P01I1000IR	30/08/2017	60502	208	293.47
MEP6831	55953859F	10/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AGV0537	P01IA000IR	21/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHS8067	55954260F	11/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGG6021	55954221F	16/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGG6021	55954183F	15/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHB0621	55953973F	22/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYV7092	55953986F	31/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LXB9776	55954043F	01/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFB2355	55953877F	05/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFL3351	55953880F	07/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EGS0913	55953844F	08/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDO9155	55953887F	08/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKM9531	55954325F	03/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
HTC7654	55954411F	27/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AXV1384	55954417F	28/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MMF8386	55954424F	03/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGV1853	55954295F	13/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLK7873	55954408F	10/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8763 852/2017

Publicação Nº 1473660

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE TRANSITO N.8763 852/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYL0080	54291744N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHM7588	54298660N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMK7265	54308333N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGL7209	54313418N	30/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
IBP8588	8763073320	14/10/2017	74550	218 * I	130.16
OKG4862	8763073355	10/10/2017	74550	218 * I	130.16
QIJ1307	8763073390	15/10/2017	74550	218 * I	130.16
MBR4951	8763073410	15/10/2017	74550	218 * I	130.16
MBR4951	8763073436	17/10/2017	74550	218 * I	130.16
MIT6297	8763073130	06/10/2017	74550	218 * I	130.16
MEW0664	8763071907	03/08/2017	74550	218 * I	130.16
EUL8429	8763071908	10/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHY8908	8763073049	28/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHP2461	8763073059	25/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGE5854	8763073187	03/10/2017	74550	218 * I	130.16
PWT8233	8763073188	04/10/2017	74550	218 * I	130.16
QHM8794	8763073199	01/10/2017	74550	218 * I	130.16
MLB4007	8763073220	06/10/2017	74550	218 * I	130.16
MIP6241	8763073257	09/10/2017	74550	218 * I	130.16
LYQ4783	8763073298	12/10/2017	74550	218 * I	130.16
CZO3550	8763073309	08/10/2017	74550	218 * I	130.16
MDS0663	8763072466	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFL4977	8763072517	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
AAV6783	8763072519	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
MCI7786	8763072524	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
AQK0102	8763072530	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MAE7320	8763072533	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
COW2645	8763072537	04/09/2017	74550	218 * I	130.16
ARK9898	8763072553	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
IJG5484	8763072625	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
LXP2843	8763072628	04/09/2017	74550	218 * I	130.16
MLB1590	8763072637	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
JNQ3177	8763072642	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
GUX5804	8763072703	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
MMJ5663	8763072711	14/09/2017	74550	218 * I	130.16
AFB9633	8763072239	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
IUZ1857	8763072261	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHX7842	8763072306	25/08/2017	74550	218 * I	130.16
MCY9131	8763071572	29/07/2017	74550	218 * I	130.16
QIB9219	8763071775	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
MCT7256	8763071805	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
MBG0030	8763071806	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGQ6548	8763071817	02/08/2017	74550	218 * I	130.16

LXX8457	8763071880	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIG8040	8763071961	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLR2746	8763071973	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJF9776	8763071994	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP4374	8763072004	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IFT0751	8763072037	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHO0078	8763072048	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIM1054	8763072053	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BCD2828	8763072066	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LOL6319	8763072097	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR4718	8763072102	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW1379	8763072124	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS0684	8763072128	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG1821	8763072142	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJY1297	8763071887	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIG5839	8763073017	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
CZO3550	8763073313	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IBP8588	8763073293	14/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IBP8588	8763073202	02/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MHV1337	8763071927	11/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHV9624	8763073155	05/10/2017	74630	218	*	II	195.23
LCQ2858	8763073491	17/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IBP8588	8763073158	07/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MCQ6131	8763072163	14/08/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2468/2017

Publicação Nº 1474044

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2468/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento


```

-----
IGH6497 P01IH000L4 12/11/2017 50292 162* II
ITL5173 P01I1000LF 11/11/2017 75790 165 A
IGH6497 P01IH000L3 12/11/2017 75790 165 A
IOG7496 P02RK00044 17/11/2017 50450 162 * V
CEC3012 P01I1000LZ 20/11/2017 50450 162 * V
IOG7496 P02RK00045 17/11/2017 51420 164 c/c 162 * V
MIE5802 P014000048 18/11/2017 67000 230 * XVI
IGH6497 P01IH000L5 12/11/2017 51262 164 c/c 162 * II
MGI4241 P01I4000K2 14/11/2017 51691 165
QHJ2765 P03Y900009 16/11/2017 65992 230 * V
MBR4656 P03Y90000A 16/11/2017 65992 230 * V
IOG7496 P02RK00043 17/11/2017 65992 230 * V
FWM0606 P03Y900006 11/11/2017 65992 230 * V
MIO8368 P01IH000L2 11/11/2017 65992 230 * V
MBU4168 P01IA000KM 07/12/2017 65992 230 * V
MDB6858 P01I60005D 15/12/2017 65992 230 * V
MEM6117 P01IH000LS 12/12/2017 66532 230 * XI
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2469/2017

Publicação Nº 1474043

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - 280830

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2469/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

```

-----
Placa      N.Auto      Data Infr.  Infr/Desd.  Enquadramento
-----

```

```

MJQ6743 54319627N 17/11/2017 50020 257 ÷ 8$
MMF9630 54322407N 24/11/2017 50020 257 ÷ 8$
MJO1306 54329431N 15/12/2017 50020 257 ÷ 8$
MDX2196 55954805F 01/12/2017 76251 ART 181, XX
MHZ9810 55954626F 10/11/2017 76251 ART 181, XX

```

MEF4536	55954577F	08/11/2017	76251	ART 181, XX
MGB3979	P01I1000L9	10/11/2017	76251	ART 181, XX
ENW3489	55954616F	06/11/2017	76252	ART 181, XX
MKP9448	P01IH000LE	17/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MDC1395	55954579F	14/11/2017	53800	181 * I
MHD5099	P01IG000KU	14/12/2017	53800	181 * I
LXG0945	P01IG000K6	23/11/2017	54870	181 * XI
MBK4341	P01IH000LR	12/12/2017	55500	181 * XVIII
MCW0359	P01IH000LF	18/11/2017	61220	214 * I
AJJ9066	P01I4000K7	16/11/2017	65300	228
MIU2359	P01I1000LE	10/11/2017	65300	228
LWV1335	P01I4000KP	19/11/2017	51851	167
IWP0697	55577287F	19/11/2017	52152	170
FHN0004	55954526F	10/11/2017	54524	181 * VIII
LZZ7532	55954512F	03/11/2017	60501	208
BNP9334	55954680F	06/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
LWY2669	55954674F	24/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
OKG6513	55954533F	01/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ASZ5167	55954537F	03/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
OKG6513	55954539F	06/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHM4633	55954638F	06/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIT1325	55954486F	30/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
OKG6513	55954487F	31/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QIE9111	55577728F	01/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MIG7062	55577727F	31/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
QIM8515	55954587F	18/11/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
QHG6619	P01I4000K8	16/11/2017	73662	252*VI
MMF9203	P01I4000K1	12/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 851/2017

Publicação Nº 1473661

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 851/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHL1775	54319182N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
LZM7071	54319183N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MEI7749	8763073822	05/11/2017	74550	218	*	I
MGM2230	8763074026	17/11/2017	74550	218	*	I
AKY5765	8763074041	14/11/2017	74550	218	*	I
QHD3484	8763074077	14/11/2017	74550	218	*	I
MFI8911	8763073761	03/11/2017	74550	218	*	I
QHF5317	8763073762	29/10/2017	74550	218	*	I
MGY8766	8763073764	04/11/2017	74550	218	*	I
ALX4941	8763073752	30/10/2017	74550	218	*	I
QHM2094	8763073776	01/11/2017	74550	218	*	I
OKH4737	8763073780	03/11/2017	74550	218	*	I
JWC3109	8763073523	22/10/2017	74550	218	*	I
QHU4004	8763073536	25/10/2017	74550	218	*	I
MLO5999	8763073561	27/10/2017	74550	218	*	I
MEJ8542	8763073572	28/10/2017	74550	218	*	I
EGB2183	8763073595	23/10/2017	74550	218	*	I
MLG7794	8763073598	24/10/2017	74550	218	*	I
EGB2183	8763073610	27/10/2017	74550	218	*	I
MCJ3334	8763073641	26/10/2017	74550	218	*	I
QHI1385	8763073659	30/10/2017	74550	218	*	I
ILQ2191	8763073662	02/11/2017	74550	218	*	I
DUG3190	8763073668	30/10/2017	74550	218	*	I
QHX6935	8763073674	02/11/2017	74550	218	*	I
MFC3667	8763073686	30/10/2017	74550	218	*	I
MJU2222	8763073691	01/11/2017	74550	218	*	I
CNM4757	8763073703	29/10/2017	74550	218	*	I
MGG1748	8763073705	29/10/2017	74550	218	*	I
MGD7621	8763073707	29/10/2017	74550	218	*	I
QHU4004	8763073717	01/11/2017	74550	218	*	I
AKD9105	8763073736	03/11/2017	74550	218	*	I
MEW8215	8763073743	04/11/2017	74630	218	*	II
CPZ5816	8763073612	28/10/2017	74630	218	*	II
IFT0751	8763073798	01/11/2017	74630	218	*	II
AOM5785	8763073756	29/10/2017	74630	218	*	II
LYS2046	8763073772	31/10/2017	74630	218	*	II
MAM7072	8763073581	28/10/2017	74710	218	*	III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

CORONEL FREITAS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8306 644/2017**

Publicação Nº 1473835

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8306 644/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ILJ0970	P01FN0007N	07/10/2017	65992	230 * V	293.47
ILJ0970	P01FN0007O	07/10/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8306 643/2017

Publicação Nº 1473836

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8306 643/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

QID5533	P01FN00087	16/11/2017	61300	214 * II
QID5533	P01FN00088	16/11/2017	51851	167
QID5533	P01FN00089	16/11/2017	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

CORONEL MARTINS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8408 155/2017

Publicação Nº 1473781

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8408 155/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IJP9845	P00RD0002C	30/09/2017	50291	162* II	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORONEL MARTINS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MAIKO FRANK VIVI
DELEGADO DE POLICIA

CORREIA PINTO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8174 1046/2017**

Publicação Nº 1473937

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8174 1046/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLA6747	54308580N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MCN7786	P03CA0006F	16/10/2017	53200	176 * V	1467.34
MKA3095	54989973E	16/08/2017	54360	181 * VI	130.16
MIL6048	P03CA0002Q	31/08/2017	54360	181 * VI	130.16
MBH2036	P03CA00063	09/10/2017	57200	186 * I	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 1045/2017

Publicação Nº 1473938

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8174 1045/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKK8851	54318341N	13/11/2017	50020	257 ã 8\$
MFK9845	P03CA0008G	09/11/2017	76251	ART 181, XX
LZY3242	P03CS00008	06/12/2017	50100	162 * I
MJV9982	P03CA000BB	10/12/2017	53800	181 * I
AKI2540	P03CA000B7	09/12/2017	54360	181 * VI
MDY1779	P03CA00087	08/11/2017	54360	181 * VI
BIK0241	P03CA000BC	11/12/2017	54360	181 * VI
BMD9404	P03CA000BH	11/12/2017	54360	181 * VI
MJA1736	P03CA000BP	13/12/2017	54360	181 * VI
MNU9559	P03CA000BX	14/12/2017	54360	181 * VI
MBD7771	P03CA0008K	10/11/2017	54870	181 * XI
BOY2553	P03CA000BA	09/12/2017	65300	228
MHE3974	P03CA000BJ	11/12/2017	54284	181 * V
LYP5564	P03CA000BN	12/12/2017	60412	207
MJA1736	P03CA000BQ	13/12/2017	60412	207
MKE5859	P03CA00094	17/11/2017	60412	207
MCJ3844	P03CA0009C	18/11/2017	65992	230 * V
BOY2553	P03CA000B8	09/12/2017	66102	230 * VII
BOY2553	P03CA000B9	09/12/2017	66371	230 * IX
IHR6285	P03CA0008D	08/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT
DELEGADO DE POLICIA

CORUPÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8238 899/2017

Publicação Nº 1473884

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8238 899/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
PUS8159	54308766N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MIU1139	P00XH000UM	18/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHT2099	P00XH000SK	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
MLZ0854	P00SI0010B	31/08/2017	50450	162 * V	293.47
MMM8918	P00XH000U3	15/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MLZ0854	P00SI0010D	31/08/2017	69120	232	88.38
MCV9008	P00XG000RU	20/09/2017	51851	167	195.23
AXN7171	P00XG000ST	09/10/2017	51851	167	195.23
MEC4180	P00XH000U6	16/10/2017	51851	167	195.23
MCM9773	P00XH000UF	17/10/2017	51851	167	195.23
BLV1464	P00XH000UG	17/10/2017	51851	167	195.23
MLZ0854	P00SI0010C	31/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORUPA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO
DELEGADO REGIONAL 15.DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 898/2017

Publicação Nº 1473885

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 898/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCV9008	54316017N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIR7179	P00XG000WJ	05/12/2017	76332	ART 252, UNICO
AJP8634	P00XH000VM	14/11/2017	50450	162 * V
MFZ5592	P00XG000X1	14/12/2017	50450	162 * V
AKZ4662	P00XG000WF	05/12/2017	55250	181 * XV
LYS5733	P00XG000UT	07/11/2017	55500	181 * XVIII
MLE8113	P00XG000WM	08/12/2017	73400	252 * IV
ARI2020	P00XH000WU	11/12/2017	51851	167

MAX3663	P00XH000VR	19/11/2017	51851	167	
BGP8670	P00XG000WL	08/12/2017	51852	167	
DBK5182	P00XH000VK	10/11/2017	51852	167	
LYX0377	P00XH000WN	09/12/2017	65992	230	* V
MCJ7029	P00XH000WO	09/12/2017	65992	230	* V
MEJ7657	P00XH000WL	04/12/2017	70481	244	* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORUPA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO
DELEGADO REGIONAL 15.DRP

CUNHA PORÃ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8258 878/2017

Publicação Nº 1473869

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8258 878/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QII3985	P0115000AY	06/10/2017	51851	167	195.23
IJX8160	P0115000AA	20/09/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CUNHA PORA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8258 877/2017

Publicação Nº 1473870

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8258 877/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HSR1406	P0115000CK	06/12/2017	52070	169
CFI9493	P0115000BJ	03/11/2017	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CUNHA PORA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

CURITIBANOS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1984/2017**

Publicação Nº 1473994

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8106 1984/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWZ7944	P01BB000KI	27/08/2017	75790	165 A	2934.68
MHA8882	P01BE000TU	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
ICO7308	P01B9000WJ	12/10/2017	50100	162 * I	880.40
CEZ2025	P01BC000T4	15/10/2017	50450	162 * V	293.47
MLV5546	P01BD000MI	01/09/2017	50960	163 c/c 162 * V	293.47
MHA8882	P01BE000TV	10/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBC8467	P01BD000KN	07/08/2017	65480	229	130.16
MFH0717	P01BE000FK	24/01/2017	69120	232	88.38
MGR0914	P01BE000TW	11/09/2017	69120	232	88.38
MEV8922	P01BD000NI	17/10/2017	69120	232	88.38
CEZ2025	P01BC000T3	15/10/2017	65992	230 * V	293.47
MLV5546	P01BD000MH	01/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1985/2017

Publicação Nº 1473993

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1985/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGR0914	P01BE000TX	11/09/2017	68580	231 * VII	130.16
MBX3798	P02QA0003Z	23/08/2017	74550	218 * I	130.16
MEP8177	P02QA0004S	04/09/2017	74550	218 * I	130.16
AKN6521	P02QA0006H	09/10/2017	74550	218 * I	130.16
MHL2814	P02QA0006U	09/10/2017	74550	218 * I	130.16
CZL1827	P02QA0007Y	23/10/2017	74550	218 * I	130.16
OKE5538	P02QA0004E	04/09/2017	74630	218 * II	195.23
MCJ1219	P02QA0008Y	25/10/2017	51851	167	195.23
MCJ1219	P02QA0008X	25/10/2017	51852	167	195.23
MEZ9991	P02QA0006W	16/10/2017	51852	167	195.23
CKN6830	P01BC000S3	09/09/2017	51852	167	195.23

MCO2909	55779683F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
QHO2006	55779371F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MFI0323	55779414F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MJV6636	55779517F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LWY5892	55779594F	04/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
AHW2002	55779617F	05/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1982/2017

Publicação Nº 1473996

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1982/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCB3014	P01B9000YK	07/12/2017	50100	162 * I
LXL8958	P01BB000QS	10/12/2017	50100	162 * I
LXB5203	P01B9000YQ	10/12/2017	50100	162 * I
LNy1775	P01BC000U9	14/12/2017	50450	162 * V
LYX0096	P01BA0005L	16/12/2017	50450	162 * V
MEI8116	P01BB00008	21/11/2017	50450	162 * V
MCB3014	P01B9000YL	07/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXL8958	P01BB000QR	10/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXB5203	P01B9000YR	10/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
MEI8116	P01BB00007	21/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
LNy1775	P01BC000U8	14/12/2017	51691	165
LYX0096	P01BA0005K	16/12/2017	65992	230 * V
MCX7276	P01BB0000D	22/11/2017	65992	230 * V
MAM6669	P01BB0000L	24/11/2017	65992	230 * V
MBI6441	P01B9000YF	06/12/2017	65992	230 * V
KQZ5102	P01BB000QH	06/12/2017	65992	230 * V
ADG2306	P01B9000YH	06/12/2017	65992	230 * V

MCB3014 P01B9000YJ 07/12/2017 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1983/2017

Publicação Nº 1473995

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8106 1983/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHL2814	54319844N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIL2877	54327429N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLO1053	54327430N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
DLL0442	P02QA000CG	19/11/2017	51930	168
BEM7675	P02QA000EX	04/12/2017	51930	168
PWM3200	P02QA000CL	20/11/2017	74550	218 * I
DCW6332	P02QA000CS	20/11/2017	74550	218 * I
LXA4488	P02QA000B5	17/11/2017	74550	218 * I
MJA0844	P02QA000BI	17/11/2017	74550	218 * I
MIG0241	P02QA000BR	17/11/2017	74550	218 * I
AMO1282	P02QA000BV	17/11/2017	74630	218 * II
MJS1103	P02QA000BG	17/11/2017	74630	218 * II
QIG7250	P02QA000D1	20/11/2017	74630	218 * II
MCK5751	P02QA000CN	20/11/2017	74630	218 * II
QIQ5959	P01BB000NX	20/11/2017	51851	167
MBL0997	P01BB000OF	22/11/2017	51851	167
MAV3773	P02QA000EJ	04/12/2017	51851	167
MER3762	P02QA000EU	04/12/2017	51851	167
LZV6794	P01BB000QQ	10/12/2017	51851	167
MJT1823	P02QA000AY	16/11/2017	51851	167
DZI0936	P02QA000C7	19/11/2017	51851	167
LYR5995	P01BB000NW	20/11/2017	51851	167

MDP6475	P01BB000QZ	14/12/2017	51851	167
MHZ5784	P01BB000RB	14/12/2017	51851	167
MMI1178	P02QA000AP	14/11/2017	51852	167
LYY8606	P02QA000AQ	14/11/2017	51852	167
ANK7013	P01BB000MV	12/11/2017	54525	181 * VIII
MDD4441	P01BB000N3	12/11/2017	54525	181 * VIII
MCW2246	P01BB000NC	12/11/2017	54525	181 * VIII
EUM5650	55779793F	07/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHR1688	55779750F	31/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLA8130	55779757F	31/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHY6985	55779758F	01/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHS8160	55779767F	03/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MBI6441	55779907F	25/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJI7243	55779913F	27/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AHE7022	55779916F	28/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MFT9947	55779917F	28/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCG6690	55779923F	28/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

DESCANSO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8398 655/2017

Publicação Nº 1473784

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8398 655/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BPK8748	P01EE000AL	09/11/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8398 654/2017

Publicação Nº 1473785

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8398 654/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGO6214	P01EE000AN	13/11/2017	51930	168
BGG0667	P01EE000B0	05/12/2017	65800	230 * IV
MGO6214	P01EE000AO	13/11/2017	51851	167
BGG0667	P01EE000AZ	05/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

DIONISIO CERQUEIRA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8038 1054/2017**

Publicação Nº 1474083

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8038 1054/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CHB0833	P019G0004V	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
IRY4195	P019G0004W	28/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 1053/2017

Publicação Nº 1474084

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8038 1053/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MCE3500	P019F0007Q	04/11/2017	50450	162 * V
LXD0724	P019G0007G	12/12/2017	50450	162 * V
MEF4875	P019G0007H	12/12/2017	52070	169
ABM2901	P019F0008C	06/12/2017	57380	186 * II
IOC2532	P019F0008E	08/12/2017	57380	186 * II
BUK8828	P019F0008F	08/12/2017	57380	186 * II
ILC7576	P019F0008G	10/12/2017	65300	228
ILC7576	P019F0008H	10/12/2017	51851	167
IJL9900	P019G00072	30/11/2017	51851	167
AXT5552	P019F0008J	11/12/2017	54522	181 * VIII
IJL9900	P019G00071	30/11/2017	65992	230 * V
IJL9900	P019G00073	30/11/2017	66371	230 * IX
IJL9900	P019G00074	30/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

DOUTOR PEDRINHO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 498/2017

Publicação Nº 1473855

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8274 498/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MLR2592	P036K0004N	14/11/2017	50100	162 * I
MLR2592	P036K0004O	14/11/2017	51261	164 c/c 162 * II
AAP5580	P036K0004P	14/11/2017	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO DE POLICIA

ERMO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8724 282/2017

Publicação Nº 1473675

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8724 282/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDD9871	P02U30008O	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
ILH9491	P02U20002I	09/10/2017	50100	162 * I	880.40
BRB5226	55879307D	08/10/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
ILH9491	P02U20002K	09/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDD9871	P02U30008P	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MED6839	P02U20001C	24/08/2017	69120	232	88.38
MJS1639	P02U30009B	26/09/2017	56141	182 * V	195.23
ILH9491	P02U20002J	09/10/2017	65992	230 * V	293.47
MED6839	P02U20001B	24/08/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERMO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

ERVAL VELHO**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8264 454/2017**

Publicação Nº 1473867

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8264 454/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXG6999 P02120001X 06/12/2017 57380 186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERVAL VELHO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

FAXINAL DOS GUEDES**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8354 958/2017**

Publicação Nº 1473806

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8354 958/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CIC6329	P01FO000KQ	24/08/2017	50292	162* II	880.40
MHS3597	P01FO000NU	21/09/2017	54284	181 * V	293.47
LZQ3946	P01FO000MX	13/09/2017	54522	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO DE SOUZA ARAUJO
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 957/2017

Publicação Nº 1473807

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 957/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AUC3972	P01FO000QV	21/11/2017	57380	186 * II
MGQ6398	P01FO000RZ	11/12/2017	57380	186 * II
MBZ8601	P01FO000RT	09/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO DE SOUZA ARAUJO
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

FORMOSA DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8262 255/2017

Publicação Nº 1473868

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8262 255/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
FHF2003	P02S70000L	11/10/2017	58350	195	195.23
MJY4469	54252663E	12/09/2017	50534	162 * VI	293.47
FHF2003	P02S70000K	11/10/2017	70301	244 * I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORMOSA DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILHERM WAGNER MESSIAS ALVES NEGRAO
DELEGADO DE POLICIA

FORQUILHINHA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8288 1366/2017

Publicação Nº 1473844

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8288 1366/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJR9370	P02NC0008Q	23/08/2017	50291	162* II	880.40
MFW1182	P02NC0006J	27/07/2017	50100	162 * I	880.40
MHH4559	P02NE0008D	10/10/2017	50100	162 * I	880.40
MAV0636	54599406G	08/10/2017	50100	162 * I	880.40
MEV3942	P02NC000AV	16/10/2017	50100	162 * I	880.40
MGG0128	P02NE0008Y	18/10/2017	50100	162 * I	880.40
MEW0429	P02NC000BD	26/10/2017	50100	162 * I	880.40
CIH2046	P02NF0002I	09/10/2017	50100	162 * I	880.40
MGH1824	P02NE0008B	10/10/2017	50100	162 * I	880.40
MGH1824	P02NE0008C	10/10/2017	65992	230 * V	293.47
MEW0429	P02NC000BE	26/10/2017	65992	230 * V	293.47
MJR9370	P02NC0008P	23/08/2017	65992	230 * V	293.47
LYP0961	P02NE0007P	01/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8288 1367/2017

Publicação Nº 1473843

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8288 1367/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBX1629	54193042G	13/10/2017	55090	181 * XIII	130.16

MIE6677	P02NE0008R	14/10/2017	55090	181 * XIII	130.16
MIL5447	P02NE0008V	17/10/2017	51851	167	195.23
COE5554	54193047G	14/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKE7436	54089592G	13/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCW9283	54599394G	14/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1364/2017

Publicação Nº 1473846

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1364/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHN5732	P02NC000BO	08/11/2017	50100	162 * I
MEH2280	P02NE000AA	21/11/2017	50100	162 * I
KLV1779	P02NC000CF	24/11/2017	50100	162 * I
MGN8747	P02NF0002Q	06/12/2017	50100	162 * I
DEH9318	P02NF0002X	08/12/2017	50100	162 * I
MAO9685	P02NE000B9	09/12/2017	50100	162 * I
MKU4859	P02NE000BD	10/12/2017	50100	162 * I
LYL0092	54090072G	07/12/2017	50100	162 * I
MKU4859	P041P0000G	12/12/2017	50100	162 * I
CZX3120	P02NF0002W	08/12/2017	50450	162 * V
DBW2987	54600139G	08/11/2017	50450	162 * V
DEH9318	P02NF0002Y	08/12/2017	50610	163 c/c 162 * I
BOK4470	P02NE000BA	09/12/2017	67690	230 * XXII
CZX3120	54600057G	08/12/2017	69120	232
MAY7457	P02NE000BC	10/12/2017	65992	230 * V
MAO9685	P02NE000B8	09/12/2017	65992	230 * V
LYL0092	P02NF0002R	07/12/2017	65992	230 * V
MCK9588	P02NF0002O	06/12/2017	65992	230 * V

MGN8747	P02NF0002P	06/12/2017	65992	230	*	V
MGW6977	P02NE0009H	01/11/2017	65992	230	*	V
MHN5732	P02NC000BR	08/11/2017	65992	230	*	V
LXJ9448	P02NC000BV	13/11/2017	65992	230	*	V
MEH2280	P02NE000AB	21/11/2017	65992	230	*	V
QHL8991	54600192G	05/12/2017	65992	230	*	V
CMN2236	P02M100009	12/12/2017	65992	230	*	V
IHO5211	P02NF00034	11/12/2017	65992	230	*	V
LYI3627	P041P0000F	12/12/2017	65992	230	*	V
BOK4470	P02NE000BB	09/12/2017	66372	230	*	IX
LYZ5185	P02NE000B5	07/12/2017	66372	230	*	IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1365/2017

Publicação Nº 1473845

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1365/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJP6641	54319639N	17/11/2017	50020	257 ã 8\$
AEP4022	P02M10000B	13/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MKB9588	P02NE000B7	08/12/2017	54790	181 * X
MFT9008	P041P0000E	12/12/2017	55090	181 * XIII
MBL0467	P02NE000BF	13/12/2017	55090	181 * XIII
MEH0005	P041P0000B	06/12/2017	65300	228
MJZ4095	P02M100001	11/12/2017	73662	252*VI
CMN2236	P041P0000D	12/12/2017	73662	252*VI
ALR9979	P02NE000AG	25/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

FRAIBURGO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8324 2256/2017

Publicação Nº 1473829

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8324 2256/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MET0357	P01JE000JH	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
LYB3297	P01JD000WO	09/10/2017	50100	162 * I	880.40
LYB3297	P01JD000WP	09/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
JPY3452	P01JD000UP	08/09/2017	73580	252 * V	130.16
LYB3297	P01JD000WN	09/10/2017	65992	230 * V	293.47
MET0357	P01JE000JG	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MKV7007	P01JG0009Q	10/10/2017	65992	230 * V	293.47
LYB3297	P01JD000WR	09/10/2017	66371	230 * IX	195.23
MGM8589	P01JC000YL	27/10/2017	66531	230 * XI	195.23
LYB3297	P01JD000WQ	09/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8324 2257/2017

Publicação Nº 1473828

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE TRANSITO N.8324 2257/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKL5945	54300932N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIT9376	54308465N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFQ3103	P01JC000VX	09/09/2017	52070	169	88.38
MHE8129	P01JE000JZ	13/09/2017	52070	169	88.38
MGK6078	P01JD000TS	26/08/2017	54600	181 * IX	130.16
MEG1076	P01JG0008E	09/09/2017	54600	181 * IX	130.16
MIR7895	P01JG0008G	09/09/2017	54600	181 * IX	130.16
LXQ1419	P01JC000VK	09/09/2017	57200	186 * I	195.23
ADD5581	P01JG0008J	09/09/2017	51851	167	195.23
BKE9615	P01JG0008K	09/09/2017	51851	167	195.23
LZU7294	P01JE000JE	01/09/2017	51851	167	195.23
MCR6710	P01JC000TA	14/08/2017	51851	167	195.23
LZY2817	P01JE000K0	13/09/2017	51851	167	195.23
MAX2063	P01JG0008O	09/09/2017	51851	167	195.23
MFI2757	P01JC000WM	21/09/2017	51851	167	195.23
MMJ3692	P01JD000VP	21/09/2017	51851	167	195.23
QII1095	P01JG000A1	16/10/2017	51851	167	195.23
LYO9865	P01JD000XT	17/10/2017	51851	167	195.23
LZE8241	P01JD000WZ	11/10/2017	51851	167	195.23
MES1034	P01JD000V9	13/09/2017	60174	206 * III	293.47
MLL8700	P01JD000WV	10/10/2017	60501	208	293.47
MGS0910	P01JC000TG	15/08/2017	60501	208	293.47
MHA5459	P01JD000U5	29/08/2017	60501	208	293.47
IIU5478	P01JE000JJ	04/09/2017	57970	191	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

SILVANO PELISSARO
 PRESIDENTE DO ORTFRAI

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 2254/2017

Publicação Nº 1473831

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8324 2254/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEH0328	P030K0001D	23/11/2017	50292	162* II
AGV9066	P01JC0013Q	18/11/2017	50100	162 * I
IHI3797	P030P0002F	28/11/2017	50100	162 * I
QHZ6202	55058906F	02/12/2017	50100	162 * I
QHZ6202	55058907F	02/12/2017	50610	163 c/c 162 * I
IHI3797	P030P0002G	28/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
AGV9066	P01JC0013R	18/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MAH5396	P01JD0010I	06/11/2017	64080	221
MFR5916	P030P00053	08/12/2017	65480	229
AJZ4582	P01JD0016T	11/12/2017	67000	230 * XVI
MEH0328	P01JC0014Z	23/11/2017	50371	162 * III
MEH0328	P030K0001E	23/11/2017	51262	164 c/c 162 * II
MEH0328	P030K0001M	23/11/2017	51262	164 c/c 162 * II
MEH0328	P030K0001C	23/11/2017	51341	164 c/c 162 * III
MII4467	P01JD0013X	21/11/2017	65992	230 * V
MEH0328	P030K0001B	23/11/2017	65992	230 * V
MAH5396	P01JD0010G	06/11/2017	65992	230 * V
MBZ1576	P030K0000L	17/11/2017	65992	230 * V
MEK6727	P01JC00130	17/11/2017	65992	230 * V
AGV9066	P01JC0013P	18/11/2017	65992	230 * V
LZK1412	P030P00059	09/12/2017	65992	230 * V
MHS8459	P030P00060	11/12/2017	65992	230 * V
AJZ4582	P01JD0016R	11/12/2017	66102	230 * VII
DNA7407	P01JC001AJ	09/12/2017	66102	230 * VII
MAH5396	P01JD0010H	06/11/2017	66371	230 * IX
MAH5396	P01JD0010K	06/11/2017	66372	230 * IX
CGF4311	P01JD00132	15/11/2017	67261	230 * XVIII
MAH5396	P01JD0010J	06/11/2017	67261	230 * XVIII
AGV9066	P01JC0013S	18/11/2017	67261	230 * XVIII
LZK1412	P030P0005A	09/12/2017	67261	230 * XVIII
AJZ4582	P01JD0016S	11/12/2017	67261	230 * XVIII
ABK1152	P030P0005L	09/12/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 2255/2017

Publicação Nº 1473830

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 2255/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MID4909	54327444N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
KLY2104	P01JC001A0	08/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MCL2354	P030K0009D	11/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MET5739	P01JD00168	11/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MHI9223	P030K0009F	11/12/2017	52070	169
MBS5759	P01JD0014Y	03/12/2017	52070	169
MCT9024	P030K0004P	03/12/2017	52070	169
QIG8692	P01JC0010V	07/11/2017	52070	169
MLL7091	P01JC0014X	21/11/2017	52070	169
AQG1489	P01JC00129	12/11/2017	55250	181 * XV
MDR2617	P030P0005E	09/12/2017	55250	181 * XV
ATC2410	P030K0009R	12/12/2017	55250	181 * XV
MFM7774	P01JD0016V	11/12/2017	55250	181 * XV
BMQ5007	P01JD0017H	13/12/2017	55250	181 * XV
MIC2838	P01JD0017Q	14/12/2017	55250	181 * XV
BMQ5007	P01JD0017V	15/12/2017	55250	181 * XV
MBU7723	P01JC00117	08/11/2017	57380	186 * II
LZV3903	P030P0005W	10/12/2017	58350	195
MAY6374	P01JD0015X	07/12/2017	58780	199
DBK8454	P030K0007S	09/12/2017	65300	228
DNA7407	P01JC001AK	09/12/2017	65300	228
MGS6960	P01JC001AS	09/12/2017	51851	167
MCJ8041	P01JC001AY	09/12/2017	51851	167
AHL6055	P030P0006B	11/12/2017	51851	167
MKZ9937	P030K0008T	11/12/2017	51851	167
AIC0661	P030K0008X	11/12/2017	51851	167
LXJ3507	P030K0008Y	11/12/2017	51851	167
OKE6832	P030K00094	11/12/2017	51851	167
MET5739	P01JD00167	11/12/2017	51851	167
AKU4666	P030K0009K	11/12/2017	51851	167
AXX0400	P030K0009L	11/12/2017	51851	167
MDS5749	P030K0009M	11/12/2017	51851	167
ATN1098	P030K00081	11/12/2017	51851	167

AQV8764	P030K00086	11/12/2017	51851	167	
AEV2461	P01JD0016E	11/12/2017	51851	167	
LYR1267	P030P00066	11/12/2017	51851	167	
BNX9716	P01JC001A2	09/12/2017	51851	167	
MHF1911	P01JD0015Y	08/12/2017	51851	167	
MCP0038	P01JC0018O	05/12/2017	51851	167	
AND8062	P01JC001AE	09/12/2017	51851	167	
IKS1151	P01JC001AF	09/12/2017	51851	167	
AXR4231	P030P0003C	03/12/2017	51851	167	
BER5505	P030K00054	03/12/2017	51851	167	
MGP5294	P030K0007P	06/12/2017	51851	167	
MBY4929	P01JC0019J	07/12/2017	51851	167	
MFO6732	P01JD0011Z	11/11/2017	51851	167	
MII4707	P01JD0012H	13/11/2017	51851	167	
MGV0117	P01JD0013U	19/11/2017	51851	167	
LYV8704	P01JC0015G	25/11/2017	51851	167	
AQH4783	P030P0001I	22/11/2017	51851	167	
LYK2852	P030K0001O	23/11/2017	51851	167	
LZF1792	P030P0001P	25/11/2017	51851	167	
LZD0495	P01JC0012O	14/11/2017	51851	167	
MJI3855	P01JD0012X	15/11/2017	51851	167	
AOQ1420	P01JD000ZO	03/11/2017	51851	167	
AIX0302	P01JD0010R	07/11/2017	51851	167	
MIE0525	P01JD00172	13/12/2017	51851	167	
AHL6055	P030K0009V	13/12/2017	51851	167	
MDG1468	P030K0009W	13/12/2017	51851	167	
LZB3440	P01JD0017A	13/12/2017	51851	167	
MEP2457	P01JD0017G	13/12/2017	54521	181	* VIII
DOO5490	P030P00004	07/11/2017	54523	181	* VIII
MBS5828	P030K0001Z	25/11/2017	60412	207	
MHI2267	P030K00023	25/11/2017	60412	207	
DQA9065	P030K00024	25/11/2017	60412	207	
OKE2006	P030K0008G	11/12/2017	60412	207	
MGK5716	P030K0008L	11/12/2017	60412	207	
MHM1520	P030K0008O	11/12/2017	60412	207	
MCJ8080	P030P0006L	11/12/2017	60412	207	
MHS8459	P030P0006M	11/12/2017	60412	207	
MLC6280	P030P0006F	11/12/2017	60501	208	
MLC0468	P030P0005X	10/12/2017	60501	208	
MAB4755	P030P00058	08/12/2017	57970	191	
MEM6044	P01JC0019S	07/12/2017	59670	203	* V
LXN8044	P030K0004W	03/12/2017	59670	203	* V
MCJ8041	P030P00060	10/12/2017	59670	203	* V
AXD1270	P01JC00116	08/11/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
MEK6727	P01JC0012Z	17/11/2017	73662	252	*VI
EZF1077	P030P0004V	06/12/2017	73662	252	*VI
MLF9619	P030P0005N	09/12/2017	73662	252	*VI
LYV6472	P030K0008Q	11/12/2017	73662	252	*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

SILVANO PELISSARO
PRESIDENTE DO ORTFRAI

GAROPABA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8440 1509/2017**

Publicação Nº 1473750

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8440 1509/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBW4673	P02OP0002S	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBW4673	P02OQ00019	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
CYL8340	P02OS0003B	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGB8725	P02OQ0001F	31/08/2017	50450	162 * V	293.47
MBW4673	P02OP0002Q	19/08/2017	64080	221	130.16
MEY3491	P02OS0003Q	22/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1507/2017

Publicação Nº 1473752

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8440 1507/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFS1579	P02OQ0005I	20/11/2017	65565	230 * I
ANH6331	P02OS0004T	18/11/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1508/2017

Publicação Nº 1473751

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA - 281130

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1508/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ISQ3950	P02OQ0005J	20/11/2017	76251	ART 181, XX
MIT1447	P02OQ0005B	14/11/2017	54521	181 * VIII
ITI0020	P02OS0004L	06/11/2017	54524	181 * VIII
QIJ0626	P02OS0004J	06/11/2017	56141	182 * V
QHT3097	P02OQ0006E	16/12/2017	70301	244 * I
QIH4366	P02OS0004O	11/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
IXA6052	P02OQ0004H	02/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
ITK5850	P02OQ0004T	02/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALESSANDRA DINIZ GREGORIO
DIRETORA DE TRANSITO

GARUVA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8188 625/2017

Publicação Nº 1473927

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8188 625/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKQ6490	P01I3000K5	09/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MAK7073	P01I3000JB	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDS6185	P01I3000K0	09/10/2017	50100	162 * I	880.40
MDS6185	P01I3000K1	09/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MAK7073	P01I3000JC	04/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LVD1212	P01I2000NR	25/08/2017	52070	169	88.38
DSL5617	P01I3000KG	11/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MDS6185	P01I3000K3	09/10/2017	65561	230 * I	293.47
MAK7073	P01I3000JD	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDS6185	P01I3000JZ	09/10/2017	65992	230 * V	293.47
MDS6185	P01I3000K2	09/10/2017	66372	230 * IX	195.23
MDS6185	P01I3000K4	09/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 624/2017

Publicação Nº 1473928

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8188 624/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAK7573	P01I2000RC	09/12/2017	50100	162 * I
ALU9557	P01I3000L7	12/12/2017	50100	162 * I
MAK7573	P01I2000RD	09/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
HBM8150	P01I2000Q9	10/11/2017	69120	232
HBM8150	P01I2000Q8	10/11/2017	65992	230 * V
MKL9493	P01I2000QG	18/11/2017	65992	230 * V
ASR2556	P01I2000R8	06/12/2017	65992	230 * V
MAK7573	P01I2000RB	09/12/2017	65992	230 * V
ALU9557	P01I3000L6	12/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

GASPAR

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8147 2416/2017

Publicação Nº 1473953

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8147 2416/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGE2319	P01JY000C5	17/09/2017	50100	162 * I	880.40
IYT0700	P01K0000Q7	09/10/2017	67000	230 * XVI	195.23
ALR2625	P01K0000PY	06/10/2017	69120	232	88.38
CWL7426	P01K0000HA	24/08/2017	69120	232	88.38
MDL3372	54543829E	04/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MHU8953	P00Z3000B8	17/09/2017	51691	165	2934.68
MGE2319	P01JY000C4	17/09/2017	65992	230 * V	293.47
EIA1606	P01K0000JI	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFW0103	54543248E	26/08/2017	65992	230 * V	293.47
DRA0797	P01JO00012	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
ALR2625	P01K0000PX	06/10/2017	65992	230 * V	293.47
MHP2587	P01K0000RF	13/10/2017	65992	230 * V	293.47
MDU1597	P00Z700089	16/10/2017	65992	230 * V	293.47
QHE2548	54543240E	16/08/2017	66371	230 * IX	195.23
MFS9035	P01K0000DJ	08/08/2017	66531	230 * XI	195.23
MHU8953	P00Z3000B6	17/09/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

PAULO NORBERTO KOERICH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8147 2417/2017

Publicação Nº 1473952

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8147 2417/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MKQ1649	54291055N	22/08/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MIN0079	54300800N	22/09/2017	50020	257	õ	8\$	880.40
MCD4326	54307958N	13/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKP7006	54308613N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QIW2310	54308621N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLU0988	54309220N	17/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QIJ0702	54309246N	17/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLZ7994	54312682N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MJO6128	54312690N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MAS3683	54637491F	05/10/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
LZR3892	P01K0000E5	11/08/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
MHD4225	54543910E	11/10/2017	52070	169			88.38
DRA0797	P01JO00013	10/09/2017	53710	180			130.16
EKK0111	P01JY000AY	17/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MGH3055	54542570E	04/03/2017	65300	228			195.23
MBO9069	8147016328	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR0075	8147016347	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EWL9813	8147016391	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MID6299	8147016462	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK8374	8147016525	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHR6297	8147016645	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL2838	8147016704	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW5202	8147016744	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZT3487	8147016746	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA1584	8147017321	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QID4459	8147017371	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FPS2441	8147017386	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT9280	8147017435	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NJK1613	8147017545	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHK1681	8147017606	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM4985	8147017694	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EKK0111	8147017927	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBV0694	8147017983	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL9035	8147017999	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AAI7008	8147018011	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AUQ9740	8147018075	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CAG7405	8147018222	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM0243	8147018241	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT5090	8147018261	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH8321	8147018271	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCU1276	8147018607	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AZY1495	8147018952	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAS3683	8147018700	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA1980	8147018728	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ6546	8147018776	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU2771	8147019342	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MER5317	8147019484	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ILZ1004	8147019530	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QFJ1858	8147019197	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BAI5220	8147019255	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHF1955	8147019258	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP5883	8147019263	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBW4770	8147019270	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DER6573	8147019277	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AKJ9379	8147019296	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QII6626	8147018506	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IJK2786	8147018439	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEU1018	8147018576	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW3220	8147016986	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFU0932	8147017115	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN1109	8147017133	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP9083	8147018329	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IUL9302	8147018401	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16

BGE8751	8147018421	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DZI1543	8147019811	18/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EQL6287	8147019826	18/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DFU9032	8147019934	19/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG9368	8147019613	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
GTV0822	8147019660	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAZ9073	8147019688	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH7113	8147019694	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIO4703	8147019709	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL6273	8147019710	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DQH2919	8147019715	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MER5317	8147019720	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEF1819	8147019729	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV3935	8147019735	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LXB2813	8147019747	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AXY9537	8147019677	15/10/2017	74630	218	*	II	195.23
LXX4206	8147019937	19/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MID2941	8147019067	07/10/2017	74630	218	*	II	195.23
QHG2945	8147018429	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
OWW4115	8147018594	28/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKY0214	8147018570	28/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHK0867	8147018460	25/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLH3284	8147019563	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
LYU6196	8147018619	28/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKZ8123	8147018306	20/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QIJ2610	8147017791	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKH2566	8147017835	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ALF2305	8147017926	16/09/2017	74630	218	*	II	195.23
OAB3743	8147018554	28/09/2017	74710	218	*	III	880.40
ATL8523	P01K0000JQ	01/09/2017	51851	167			195.23
NEY1387	54542718E	01/04/2017	51851	167			195.23
MFW0103	54543247E	26/08/2017	51852	167			195.23
MLK7820	54543743E	28/09/2017	57463	187	*	I	130.16
MKF2425	54543747E	04/10/2017	57463	187	*	I	130.16
LXG5977	54637501F	03/10/2017	57463	187	*	I	130.16
QIB6998	54543680E	14/08/2017	58197	193			880.40
MIM7474	P01270006A	02/09/2017	58434	196			195.23
LYP5239	P00Z70008A	16/10/2017	60501	208			293.47
ANX6490	P012700070	13/10/2017	55411	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MII9103	54833726E	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIT7054	54833728E	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEI9526	54833737E	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8590 1236/2017

Publicação Nº 1473699

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE TRANSITO N.8590 1236/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKQ8338	54292111N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKV7792	54292118N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AVH0722	54292120N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIX5922	54297956N	14/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIU8158	54298561N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDB4034	54306581N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLH1016	54308294N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJU7276	54308295N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJZ6164	54308298N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHD6394	54308300N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHZ8207	54308302N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIA6316	54308304N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLY6526	54308305N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MAA0454	54308308N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGC6398	54308310N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKK2829	54308311N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIL1444	8590140925	26/06/2017	74550	218 * I	130.16
MIL1444	8590140970	26/06/2017	74550	218 * I	130.16
MDW8899	8590144003	12/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFD0700	8590144040	11/08/2017	74550	218 * I	130.16
IJX6687	8590144098	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHZ3672	8590144100	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
QII9570	8590144107	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
JPR1948	8590144176	15/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKW3303	8590144182	15/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGU2511	8590144215	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJT1009	8590143946	12/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFG4890	8590143743	08/08/2017	74550	218 * I	130.16
QIM5402	8590143800	07/08/2017	74550	218 * I	130.16
AFH7017	8590143809	06/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJE9607	8590142543	23/07/2017	74550	218 * I	130.16
ELA2077	8590142671	31/07/2017	74550	218 * I	130.16
AHZ8152	8590142768	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJO8613	8590143011	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
LYZ8728	8590143202	03/08/2017	74550	218 * I	130.16
MCR7064	8590143220	03/08/2017	74550	218 * I	130.16
PVY7320	8590143264	02/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLM2876	8590143320	02/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFY0690	8590143374	04/08/2017	74550	218 * I	130.16
HCI6457	8590143460	07/08/2017	74550	218 * I	130.16
HWH9387	8590143505	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHU5139	8590143561	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
LYU7349	8590143626	04/08/2017	74550	218 * I	130.16

LZY1483	8590144330	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ILT4472	8590144514	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KRG7828	8590144083	10/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGO7100	8590143675	10/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHU7454	8590143740	08/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFL8107	8590143848	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJT1009	8590143988	12/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGV5133	8590144253	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
BBI0973	8590142240	22/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MAR7627	8590144064	10/08/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2414/2017

Publicação Nº 1473955

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2414/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LXM5954	P00Z20009E	18/11/2017	50100	162	*	I
AIA9316	P01K0000SM	08/12/2017	50100	162	*	I
ISM6989	54638012F	01/12/2017	50100	162	*	I
HIC6099	54638027F	05/12/2017	50100	162	*	I
MFU0939	54638031F	05/12/2017	50450	162	*	V
IJW0487	P00Z10007B	10/12/2017	50450	162	*	V
MKC5839	54638006F	01/12/2017	50450	162	*	V
MDC4849	P00Z200098	12/11/2017	50450	162	*	V
MHB8615	P012700090	12/12/2017	50450	162	*	V
MGG6220	P01K0000TL	15/12/2017	50450	162	*	V
HIC6099	54638028F	05/12/2017	51180	164	c/c 162	* I
ISM6989	54638013F	01/12/2017	51180	164	c/c 162	* I
IJW0487	P00Z10007C	10/12/2017	51420	164	c/c 162	* V

MDC4849	P00Z200099	12/11/2017	51420	164	c/c	162	*	V
MKC5839	54638007F	01/12/2017	51420	164	c/c	162	*	V
MGG6220	P01K0000TK	15/12/2017	51420	164	c/c	162	*	V
MHB8615	P012700091	12/12/2017	51420	164	c/c	162	*	V
LZC6926	54543391E	01/11/2017	66450	230	*	X		
LZJ5845	54543392E	01/11/2017	66450	230	*	X		
QIQ1390	54637710F	01/11/2017	66450	230	*	X		
MAV2782	54638014F	04/12/2017	66450	230	*	X		
MAA7733	54638015F	04/12/2017	66450	230	*	X		
ANF7041	P01270008Y	12/12/2017	67000	230	*	XVI		
MHB8615	P01270008Z	12/12/2017	73400	252	*	IV		
MHX3748	54637888F	05/12/2017	73400	252	*	IV		
MKI3632	54638065F	10/12/2017	73400	252	*	IV		
MGG6220	P01K0000TI	15/12/2017	73400	252	*	IV		
IJW0487	P00Z10007E	10/12/2017	73400	252	*	IV		
ARG9988	P01K0000SU	12/12/2017	73400	252	*	IV		
MFA0532	54638036F	06/12/2017	65992	230	*	V		
LXI8438	P011F0009R	08/12/2017	65992	230	*	V		
ISM6989	54638011F	01/12/2017	65992	230	*	V		
QHV1366	54638024F	05/12/2017	65992	230	*	V		
HIC6099	54638026F	05/12/2017	65992	230	*	V		
KLH4045	54638029F	05/12/2017	65992	230	*	V		
MFU0939	54638030F	05/12/2017	65992	230	*	V		
LXM5954	P00Z20009D	18/11/2017	65992	230	*	V		
MDC4849	P00Z20009A	12/11/2017	65992	230	*	V		
MJI6917	54637693F	09/11/2017	65992	230	*	V		
AKA5452	54638005F	01/12/2017	65992	230	*	V		
MCA2070	54637441F	08/11/2017	65992	230	*	V		
LZP1152	P00Z10006V	10/11/2017	65992	230	*	V		
LZS1989	P00Z10006W	10/11/2017	65992	230	*	V		
AQO0568	54638010F	01/12/2017	66102	230	*	VII		
ARG9988	P01K0000SX	12/12/2017	66372	230	*	IX		
MGX7668	P011F0009W	12/12/2017	66372	230	*	IX		
MKI3632	54638066F	10/12/2017	66372	230	*	IX		
ARG9988	P01K0000SW	12/12/2017	66531	230	*	XI		
MDC4849	P00Z200096	12/11/2017	52742	175				
QIJ2384	P00Z700091	07/12/2017	52742	175				

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

PAULO NORBERTO KOERICH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2415/2017

Publicação Nº 1473954

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8147 2415/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJK1098	54317502N	10/11/2017	50020	257 ã 8\$
QJL6090	54317505N	10/11/2017	50020	257 ã 8\$
QIC2673	54317507N	10/11/2017	50020	257 ã 8\$
MMH5109	54318948N	14/11/2017	50020	257 ã 8\$
MID0972	54318965N	14/11/2017	50020	257 ã 8\$
MKE4150	54319246N	17/11/2017	50020	257 ã 8\$
QJJ0505	54327225N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MIT1606	54327230N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
NND1562	54327231N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MGA9324	54327233N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
IUU9729	54327234N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MLQ4112	54315089N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MKE7802	54315102N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MDU0703	54329386N	15/12/2017	50020	257 ã 8\$
QHO9930	54637677F	03/11/2017	76252	ART 181, XX
BEC2208	54638122F	07/12/2017	55680	181 * XIX
MDC4849	P00Z200097	12/11/2017	57380	186 * II
LXY7315	P01270008N	08/12/2017	57380	186 * II
PVT7371	54637565F	11/11/2017	59910	206 * I
QHB6674	P011F0009X	15/12/2017	61300	214 * II
LZU2112	8147021547	17/12/2017	74550	218 * I
MGE2944	8147021598	17/12/2017	74550	218 * I
OKE2558	8147021607	17/12/2017	74550	218 * I
MAU0829	8147021619	17/12/2017	74550	218 * I
AAF5703	8147021716	17/12/2017	74550	218 * I
MFN7961	8147021466	13/12/2017	74550	218 * I
MCI0696	8147021467	13/12/2017	74550	218 * I
MFZ6059	8147021472	13/12/2017	74550	218 * I
MFN7961	8147021480	13/12/2017	74550	218 * I
QHS6532	8147021496	13/12/2017	74550	218 * I
MRF0560	8147021503	13/12/2017	74550	218 * I
LZN3799	8147021505	13/12/2017	74550	218 * I
DHV4029	8147021507	14/12/2017	74550	218 * I
MFE5462	8147021535	14/12/2017	74550	218 * I
MLM0857	8147021536	14/12/2017	74550	218 * I
AKI8929	8147021302	09/12/2017	74550	218 * I
MIC2380	8147021303	09/12/2017	74550	218 * I
OYY8364	8147021229	09/12/2017	74550	218 * I
MFQ7473	8147021247	09/12/2017	74550	218 * I
MGD7385	8147021358	13/12/2017	74550	218 * I
LJL4591	8147021367	13/12/2017	74550	218 * I
LJL4591	8147021393	13/12/2017	74550	218 * I
ACS0443	8147021398	13/12/2017	74550	218 * I
EFO1244	8147021423	13/12/2017	74550	218 * I
QIO2697	8147021430	13/12/2017	74550	218 * I
AMY0083	8147020285	01/12/2017	74550	218 * I
QHW8368	8147020611	02/12/2017	74550	218 * I
MEQ2744	8147020628	06/12/2017	74550	218 * I
ASZ5658	8147020648	06/12/2017	74550	218 * I

MBR4809	8147020764	06/12/2017	74550	218	*	I
MAI2499	8147020767	06/12/2017	74550	218	*	I
LXT8901	8147020798	06/12/2017	74550	218	*	I
OKG5866	8147020843	06/12/2017	74550	218	*	I
MIF1194	8147020883	07/12/2017	74550	218	*	I
ATC8917	8147020896	07/12/2017	74550	218	*	I
KXP5311	8147020929	07/12/2017	74550	218	*	I
MGN8106	8147020119	13/11/2017	74550	218	*	I
MKO1467	8147020126	13/11/2017	74550	218	*	I
LXH9888	8147020154	13/11/2017	74550	218	*	I
MKM6655	8147020162	13/11/2017	74550	218	*	I
QHB7377	8147020167	13/11/2017	74550	218	*	I
FSD4957	8147020182	13/11/2017	74550	218	*	I
MRS2131	8147020066	13/11/2017	74550	218	*	I
MGC3619	8147020069	13/11/2017	74550	218	*	I
MJA8626	8147020070	13/11/2017	74550	218	*	I
ASI9579	8147020092	13/11/2017	74550	218	*	I
MFJ2862	8147021068	09/12/2017	74550	218	*	I
LJD2326	8147021086	09/12/2017	74550	218	*	I
QHV6207	8147021092	09/12/2017	74550	218	*	I
MDK5701	8147021099	09/12/2017	74550	218	*	I
MCF0864	8147021112	09/12/2017	74550	218	*	I
MIL0402	8147021120	09/12/2017	74550	218	*	I
MFL6273	8147021135	09/12/2017	74550	218	*	I
QIG8334	8147021023	07/12/2017	74550	218	*	I
AVT3581	8147020981	07/12/2017	74550	218	*	I
QHM3672	8147021012	07/12/2017	74550	218	*	I
MDX6548	8147021149	09/12/2017	74550	218	*	I
MIQ4660	8147021153	09/12/2017	74550	218	*	I
MIZ9208	8147021154	09/12/2017	74550	218	*	I
DJG1529	8147021163	09/12/2017	74550	218	*	I
QIE3829	8147021170	09/12/2017	74550	218	*	I
MLM8313	8147021180	09/12/2017	74550	218	*	I
MAW6916	8147021184	09/12/2017	74550	218	*	I
MJP8133	8147021193	09/12/2017	74550	218	*	I
MIR9738	8147021204	09/12/2017	74550	218	*	I
LXO8243	8147021256	09/12/2017	74550	218	*	I
MHB0472	8147021261	09/12/2017	74550	218	*	I
MDU7155	8147021276	09/12/2017	74550	218	*	I
MHV5331	8147021277	09/12/2017	74550	218	*	I
MDU8904	8147021279	09/12/2017	74550	218	*	I
MJV4340	8147021281	09/12/2017	74550	218	*	I
MDF9828	8147021285	09/12/2017	74550	218	*	I
LZW8704	8147021288	09/12/2017	74630	218	*	II
MHO1363	8147021216	09/12/2017	74630	218	*	II
JIC3753	8147021019	07/12/2017	74630	218	*	II
MKA4743	8147021053	07/12/2017	74630	218	*	II
MDD3646	8147021138	09/12/2017	74630	218	*	II
QHN4482	8147020094	13/11/2017	74630	218	*	II
MMF8401	8147020932	07/12/2017	74630	218	*	II
QHA4076	8147020853	07/12/2017	74630	218	*	II
MFM2731	8147020651	06/12/2017	74630	218	*	II
MLF4592	8147021431	13/12/2017	74630	218	*	II
DHV4029	8147021460	13/12/2017	74630	218	*	II
MLY5267	8147021418	13/12/2017	74630	218	*	II
EMM7365	8147021422	13/12/2017	74630	218	*	II
JUR6724	8147021372	13/12/2017	74630	218	*	II
MKO1819	8147021249	09/12/2017	74630	218	*	II
MHZ8428	8147021049	07/12/2017	74710	218	*	III
LYG5440	54637728F	07/11/2017	51851	167		
IJW0487	P00Z10007D	10/12/2017	51851	167		
MHU9229	P01JY000DQ	13/12/2017	51851	167		
ARG9988	P01K0000SV	12/12/2017	51851	167		

MGG6220	P01K0000TJ	15/12/2017	51851	167
LXR3899	54637901F	13/12/2017	57463	187 * I
MEF8668	54637750F	13/11/2017	57463	187 * I
MFE9806	P01K0000SR	11/12/2017	70301	244 * I
MKI3632	54638067F	10/12/2017	70561	244 * III
MLV9366	54833783E	05/12/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MI19103	54833789E	05/12/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MMH2274	54833813E	05/12/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1235/2017

Publicação Nº 1473700

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1235/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDT3686 54318067N 13/11/2017 50020 257 ã 8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO
DIRETOR DE TRANSITO

GOVERNADOR CELSO RAMOS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8062 923/2017

Publicação Nº 1474053

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8062 923/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJN1648	54308770N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
LXQ1329	55013083E	08/10/2017	52900	176 * II	1467.34
LXQ1329	55013084E	08/10/2017	53800	181 * I	130.16
LXQ1329	55013082E	08/10/2017	55250	181 * XV	130.16
QIJ8068	54848211E	18/10/2017	70481	244 * II	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 922/2017

Publicação Nº 1474054

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8062 922/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHC8424	54531995F	05/12/2017	55250	181 * XV
MIH7641	54532000F	05/12/2017	57200	186 * I
MBQ2519	P01HV0006H	05/11/2017	65480	229
MLZ7679	55013378E	26/10/2017	68070	231 * II * c
IVH2133	54531976F	13/11/2017	54521	181 * VIII
QIT8367	55013160E	07/12/2017	70561	244 * III
QIO0169	P01HV0007P	08/12/2017	59670	203 * V
OPX4254	54531354F	08/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
GRO2494	P01HV00078	15/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
INN2956	P01HV0007A	15/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MKE6022	54848220E	15/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

GRÃO PARÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8328 636/2017

Publicação Nº 1473824

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8328 636/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LYX0304	P02PZ0001L	02/09/2017	50100	162	*	I	880.40
LYX0304	P02PZ0001K	02/09/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
EDM3838	P02PZ0001U	27/09/2017	54522	181	*	VIII	195.23
LYX0304	P02PZ0001J	02/09/2017	65992	230	*	V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAO PARA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 635/2017

Publicação Nº 1473825

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 635/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LZI1272	P02PZ00028	12/12/2017	65565	230 * I
LZI1272	P02PZ00026	12/12/2017	65992	230 * V
LYS4976	P02PZ00023	21/11/2017	65992	230 * V
LYS4976	P02PZ00024	21/11/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAO PARA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

GRAVATAL**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8246 1060/2017**

Publicação Nº 1473878

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8246 1060/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLA8309	54291606N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
OKE3496	54292378N	28/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	85.13
MIK4389	P01WT000R5	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDS0988	P01WT000RE	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDA2604	P01WV000LK	22/09/2017	54100	181 * IV	130.16
HWO7903	P01WV000N9	15/10/2017	54600	181 * IX	130.16
MCZ3531	P01WV000M5	01/10/2017	58350	195	195.23
MLI0276	P01WV000M7	01/10/2017	65480	229	130.16
MEP6916	P01WT000RC	03/09/2017	73400	252 * IV	130.16
AFB5698	P01WT000RB	02/09/2017	51691	165	2934.68
MML2598	P01WV000M9	03/10/2017	51851	167	195.23
MCZ3531	P01WV000M6	01/10/2017	52152	170	293.47
LXR6854	P01WT000RD	03/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
APP1444	P01WV000ND	17/10/2017	59670	203 * V	1467.34
INL2930	P01WV000NC	17/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAVATAL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8246 1059/2017

Publicação Nº 1473879

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8246 1059/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIT2869	54329460N	15/12/2017	50020	257 ã 8\$
MJU5008	P01WV000R4	17/11/2017	76332	ART 252, UNICO
PVU5792	P01WV000R5	19/11/2017	75790	165 A
MJV7637	P01WV000TW	16/12/2017	53800	181 * I
QHA2011	P01WV000T4	11/12/2017	54870	181 * XI
QHY4055	P01WV000QF	11/11/2017	61220	214 * I
MBG5366	P01WV000QK	15/11/2017	65480	229
IQC7415	P01WV000R8	20/11/2017	51851	167
IOY1996	P01WV000SD	06/12/2017	51851	167
MCO3208	P01WV000QO	15/11/2017	54521	181 * VIII
JWD1954	P01WV000QU	15/11/2017	54521	181 * VIII
DBL1829	P01WV000SF	06/12/2017	57703	189
MFA2417	P01WV000Q2	06/11/2017	65992	230 * V
QHB5380	P01WV000R2	15/11/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAVATAL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

GUARACIABA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8348 752/2017

Publicação Nº 1473812

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8348 752/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA



AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DKF8248	P03N300014	15/10/2017	75790	165 A	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 751/2017

Publicação Nº 1473813

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 751/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASV7983	P03N30001Z	16/11/2017	60250	206 * IV
AFC9434	P03N300034	07/12/2017	51851	167
BSG8507	P03N30002X	07/12/2017	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

GUARAMIRIM

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1467/2017

Publicação Nº 1473911

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1467/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEM4086	P00QT001H7	09/09/2017	75790	165 A	2934.68
MEH7092	P00QT001GD	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDU6262	P01LO000MR	17/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFT1449	P00QT001I2	18/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGX3282	P00QT001JH	28/09/2017	50100	162 * I	880.40
AXY5144	P00QT001K2	03/10/2017	50100	162 * I	880.40
ABM7675	P00QT001KN	10/10/2017	50100	162 * I	880.40
MDZ0423	P00QT001L9	16/10/2017	50100	162 * I	880.40
LXE2495	P00QY000E3	29/10/2017	50100	162 * I	880.40
ILF9295	P00Q2001HX	18/10/2017	50450	162 * V	293.47
OKG4277	P00Q2001HN	10/10/2017	50450	162 * V	293.47
LXP4252	P00QQ000RV	27/09/2017	50450	162 * V	293.47
MFT1449	P00QT001I3	18/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGX3282	P00QT001JI	28/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDU6262	P01LO000MQ	17/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEH7092	P00QT001GE	01/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDZ0423	P00QT001LB	16/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEM4086	P00QT001H8	09/09/2017	52820	176 * I	1467.34
MDZ0423	P00QT001LA	16/10/2017	64080	221	130.16
MEI3592	P01LO000OO	17/10/2017	66020	230 * VI	293.47
MCD3762	P00Q2001HV	16/10/2017	66610	230 * XII	195.23
MCR3712	P00QT001GQ	06/09/2017	67000	230 * XVI	195.23
MEZ3506	P00Q2001DH	14/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MHY8667	P00QT001FD	18/08/2017	69120	232	88.38
ANW5726	P00Q2001DQ	15/09/2017	69120	232	88.38
ILF9295	P00Q2001HY	18/10/2017	69120	232	88.38
MMD8513	P00QT001L3	11/10/2017	69120	232	88.38
AMC0134	P00QT001KM	10/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MMI6607	P00Q2001FZ	27/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MGA0131	P00QT001GX	07/09/2017	65561	230 * I	293.47
MDZ0423	P00QT001L8	16/10/2017	65561	230 * I	293.47
LYO9950	P01LO000ON	15/10/2017	65992	230 * V	293.47
MGX3282	P00QT001JG	28/09/2017	65992	230 * V	293.47

MEM4086	P00QT001H6	09/09/2017	65992	230	*	V	293.47
HWV2800	P00QQ0000OH	25/07/2017	65992	230	*	V	293.47
BBL9900	P00Q2001A8	09/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MHY8667	P00QT001FB	17/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MJN5475	P00Q2001BD	25/08/2017	65992	230	*	V	293.47
IKZ5986	P00Q2001HB	07/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MJN5475	P00Q2001BE	25/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
MCD3762	P00Q2001HU	16/10/2017	66102	230	*	VII	195.23
LXE2495	P00QY000E4	29/10/2017	66371	230	*	IX	195.23
LXE2495	P00QY000E5	29/10/2017	66372	230	*	IX	195.23
MCW9753	P00QT001JN	02/10/2017	66532	230	*	XI	195.23
AVX6334	P00QD000U0	13/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
DEI5856	P00Q2001DI	14/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MEZ3506	P00Q2001DF	14/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
DCF6142	P00Q2001DG	14/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MHY8667	P00QT001FC	17/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
BBL9900	P00Q2001A9	09/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
IKZ5986	P00Q2001HC	07/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
AMC0134	P00QT001KL	10/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MCW9753	P00QT001JM	02/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
GSE0053	P00Q2001G6	27/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MGX3282	P00QT001JK	28/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MFF9076	P01LO000N1	19/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1468/2017

Publicação Nº 1473910

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1468/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJW7401	54308667N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
AWG5241	P00Q2001HT	16/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47



MIB6117	P01LO000OK	13/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKB6361	P01LO000LA	30/08/2017	52070	169	88.38
MEQ2911	P00Q2001FV	27/09/2017	52070	169	88.38
MGX3282	P00QT001JJ	28/09/2017	58350	195	195.23
AVX6334	P00QD000TZ	13/10/2017	61220	214 * I	293.47
AVK9825	P00QT001IR	23/09/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1465/2017

Publicação Nº 1473913

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1465/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABB6821	P00QD000UB	04/11/2017	50292	162* II
KQZ9109	P01LO000QD	07/12/2017	75790	165 A
HQS9853	P00Q200104	09/12/2017	75790	165 A
QIG5053	P00Q200105	09/12/2017	75790	165 A
MHH0303	P00Q200107	09/12/2017	75790	165 A
CRN7510	P01LO000QH	11/12/2017	50100	162 * I
HQS9853	P00Q200102	09/12/2017	50100	162 * I
MAV2311	P00QD000V1	19/11/2017	50100	162 * I
MHV6516	P00QY000I2	21/11/2017	50100	162 * I
MLS7237	P01LO000PF	08/11/2017	50450	162 * V
CIA9583	P01LO000QQ	13/12/2017	50450	162 * V
DDI7448	P00Q2001OM	16/12/2017	50450	162 * V
CRN7510	P01LO000QI	11/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
CIA9583	P01LO000QR	13/12/2017	51420	164 c/c 162 * V
LXR4712	P00QY000JW	06/12/2017	64080	221
MAG3361	P00Q2001LD	07/11/2017	64080	221
MHV6516	P00QY000I3	21/11/2017	67690	230 * XXII

KQZ9109	P01LO000QC	07/12/2017	67690	230	*	XXII
BMP1334	P00Q2001OJ	13/12/2017	69120	232		
QIG5053	P00Q2001O6	09/12/2017	69120	232		
BOW9235	P00QY000KB	12/12/2017	69120	232		
MAV2311	P00QD000V2	19/11/2017	65561	230	*	I
MAV2311	P00QD000V3	19/11/2017	65992	230	*	V
HQA6069	P01LO000Q9	06/12/2017	65992	230	*	V
MGD3319	P00Q2001MA	17/11/2017	65992	230	*	V
LYN1235	P00QQ000SP	14/11/2017	65992	230	*	V
DAY9998	P00Q2001M7	16/11/2017	65992	230	*	V
MKF4178	P00QY000FZ	07/11/2017	65992	230	*	V
QHK1788	P00QY000G0	07/11/2017	65992	230	*	V
MEV4184	P00Q2001OG	13/12/2017	65992	230	*	V
MDS3946	P01LO000QO	13/12/2017	65992	230	*	V
HQS9853	P00Q2001O3	09/12/2017	65992	230	*	V
KQZ9109	P01LO000QB	07/12/2017	65992	230	*	V
CIA9583	P01LO000QP	13/12/2017	65992	230	*	V
DDI7448	P00Q2001OL	16/12/2017	65992	230	*	V
MGD3319	P00Q2001MB	17/11/2017	66102	230	*	VII
MAV9568	P00QD000UJ	10/11/2017	66102	230	*	VII
MGD3319	P00Q2001MD	17/11/2017	66371	230	*	IX
KQZ9109	P01LO000QE	07/12/2017	66371	230	*	IX
MGD3319	P00Q2001MC	17/11/2017	66372	230	*	IX
ARN8281	P00Q2001MP	19/11/2017	67261	230	*	XVIII
MLA3597	P01LO000PG	08/11/2017	67261	230	*	XVIII
BMP1334	P00Q2001OI	13/12/2017	67261	230	*	XVIII
CRN7510	P01LO000QJ	11/12/2017	67261	230	*	XVIII
IKM0884	P00QY000KC	12/12/2017	67261	230	*	XVIII
DDI7448	P00Q2001ON	16/12/2017	67261	230	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1466/2017

Publicação Nº 1473912

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1466/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGH5021	P00QY000HK	13/11/2017	76251	ART 181, XX
MEG9595	P00QY000H1	10/11/2017	76252	ART 181, XX
ITJ3853	P01LO000PL	22/11/2017	76252	ART 181, XX
MLI2615	P01LO000PP	22/11/2017	76252	ART 181, XX
QHF4137	P01LO000QN	13/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MGH9905	P00QY000K8	11/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MDR4448	P00Q2001LR	14/11/2017	60760	210
AKZ5143	P00Q2001LT	14/11/2017	61220	214 * I
AIZ3917	P00QY000GX	10/11/2017	61220	214 * I
LXV1796	P00Q2001OA	11/12/2017	61300	214 * II
QHD7991	P00QY000KY	16/12/2017	51851	167
MAP2909	P00QY000K1	08/12/2017	51851	167
ALB9849	P00QY000H4	10/11/2017	51851	167
AEF7424	P00QD000UU	14/11/2017	51851	167
MKP6287	P00QY000KS	16/12/2017	51852	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

GLADECIR JOSE FALCAO
DIRETOR DE TRANSITO

GUARUJÁ DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8252 565/2017

Publicação Nº 1473873

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8252 565/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKE0770	P03LC0000L	29/09/2017	52070	169	88.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARUJA DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

HERVAL D'OESTE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1559/2017

Publicação Nº 1474094

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1559/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGG1028	P00ZQ000VF	13/08/2017	64080	221	130.16
LZC4368	P00ZN001YG	16/10/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1560/2017

Publicação Nº 1474093

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8032 1560/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZC4368	P00ZN001YF	16/10/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ADRIANO BARETTA MANDRYK
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1557/2017

Publicação Nº 1474096

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8032 1557/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYF7304	P00ZQ0013Q	15/12/2017	75790	165 A
MDS3882	P02W0000D8	12/12/2017	50100	162 * I

MJS2804	55645901E	13/12/2017	50450	162	* V
MDM7320	P00ZQ0013T	16/12/2017	50450	162	* V
MDS3882	P02W0000D9	12/12/2017	51180	164	c/c 162 * I
HRP1670	P00ZO00191	10/12/2017	52900	176	* II
MDM7320	P00ZQ0013U	16/12/2017	65992	230	* V
LYF7304	P00ZQ0013P	15/12/2017	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1558/2017

Publicação Nº 1474095

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1558/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

KEA8775	54327435N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MDR2512	54621841F	06/12/2017	55680	181 * XIX
MDH8230	P00ZN0022B	08/12/2017	56650	182 * X
MLZ5153	P00ZN00225	07/12/2017	51851	167
MDH8230	P00ZN0022D	08/12/2017	51851	167
MDH8230	P00ZN0022C	08/12/2017	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ADRIANO BARETTA MANDRYK
DIRETOR DE TRANSITO

IBICARÉ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8773 546/2017

Publicação Nº 1473657

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARE - 281330

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8773 546/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJA4806	54298723N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
LXM7194	P01JN000EK	09/10/2017	57200	186 * I	195.23
MIE4851	P01JN000EL	09/10/2017	57200	186 * I	195.23
QHX9656	P01JN000EO	09/10/2017	57200	186 * I	195.23
ANZ9800	P01JN000FA	17/10/2017	51851	167	195.23
QHX9656	P01JN000EN	09/10/2017	57463	187 * I	130.16
ICI2225	P01JN000FB	17/10/2017	59670	203 * V	1467.34
QIP6467	P01JN000EP	09/10/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBICARE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ SARTORI
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8773 544/2017

Publicação Nº 1473659

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



DE TRANSITO N.8773 544/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZE6237 P01JN000IS 15/11/2017 73400 252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBICARE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8773 545/2017

Publicação Nº 1473658

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARE - 281330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8773 545/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AIN1992 54327436N 08/12/2017 50020 257 ÷ 8\$
MGD8515 P01JN000KN 11/12/2017 53800 181 * I
AIK3171 P01JN000GL 29/10/2017 65300 228
MBQ2321 P01JN000GE 28/10/2017 51851 167
MBB7720 P01JN000KF 08/12/2017 51851 167
MJZ3949 P01JN000HV 07/11/2017 54522 181 * VIII
QIG5921 P01JN000IM 13/11/2017 59670 203 * V

MIE1976	P01JN000IN	13/11/2017	59670	203	* V
QH0934	54035776F	27/11/2017	59670	203	* V
MFN6839	P01JN000K3	06/12/2017	59670	203	* V
LZO0422	P01JN000K8	06/12/2017	59670	203	* V
EQC4308	P01JN000KA	06/12/2017	59670	203	* V
AQS4083	P01JN000KJ	09/12/2017	59670	203	* V
MFK6177	P01JN000KK	09/12/2017	59670	203	* V
MKJ8126	P01JN000KL	09/12/2017	59670	203	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBICARE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ SARTORI
DIRETOR DE TRANSITO

IBIRAMA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8420 1534/2017

Publicação Nº 1473770

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8420 1534/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCW1974	P01T6000AR	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXY7174	P02YI0004J	12/09/2017	65800	230 * IV	293.47
LXC1159	P03SD0001K	14/10/2017	67690	230 * XXII	130.16
MCW1974	P01T6000AQ	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFV2076	P03SD0000R	25/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXY7174	P02YI0004K	12/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

IBIRAMA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8420 1535/2017

Publicação Nº 1473769

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA - DEMUTRAN - 281350

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8420 1535/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IIM5249	P03SD0001J	14/10/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCONDES UHLMANN
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8420 1532/2017

Publicação Nº 1473772

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8420 1532/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYN0643	P03SD0002Z	03/11/2017	50100	162 * I
MCF7148	P03SD0003J	15/11/2017	50450	162 * V
LYN0643	P03SD00030	03/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MGG4719	P03SD00057	12/12/2017	65991	230 * V
MBT6726	P03SD0003Y	22/11/2017	65992	230 * V
MEO5596	P03SD0004R	01/12/2017	65992	230 * V
NBE0565	P03SD0004W	08/12/2017	65992	230 * V
ADR8958	P03SD0003M	18/11/2017	66102	230 * VII
MCF7148	P03SD0003K	15/11/2017	66371	230 * IX
ADR8958	P03SD0003N	18/11/2017	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8420 1533/2017

Publicação Nº 1473771

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA - DEMUTRAN - 281350

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8420 1533/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHZ8134	P03SD0003B	14/11/2017	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCONDES UHLMANN
DIRETOR DE TRANSITO

ILHOTA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8388 951/2017

Publicação Nº 1473788

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8388 951/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWT0389	P018L00065	27/08/2017	50100	162 * I	880.40
LWT0389	P018L00067	27/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ILHOTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUGUSTO BEDUSCHI NETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8388 950/2017

Publicação Nº 1473789

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8388 950/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MF6292	P018L0007Q	08/12/2017	50100	162 * I
MF6292	P018L0007V	08/12/2017	50610	163 c/c 162 * I
MF7352	P018L0006X	28/10/2017	59750	204
EYB3822	P018L00077	09/11/2017	59750	204
MF6292	P018L0007P	08/12/2017	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ILHOTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUGUSTO BEDUSCHI NETO
DELEGADO DE POLICIA

IMBITUBA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2402/2017

Publicação Nº 1473754

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8436 2402/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ILJ3787	55830276F	23/08/2017	50292	162* II	880.40

MBU5883	P03G40001I	02/09/2017	75790	165	A	2934.68
MEM1931	P01O40004O	03/09/2017	50100	162	* I	880.40
LYP4209	P01NX0006S	04/09/2017	50100	162	* I	880.40
LXK8177	P02YA0000O	29/08/2017	50100	162	* I	880.40
MFD0496	P01O40003N	14/07/2017	50100	162	* I	880.40
MCK5365	P01NZ000LD	31/08/2017	50100	162	* I	880.40
MJX8253	P01NY003AB	23/08/2017	67690	230	* XXII	130.16
QIN2716	P01NZ000LE	01/09/2017	73400	252	* IV	130.16
DJY0041	P01NZ000LB	31/08/2017	65992	230	* V	293.47
LZY8042	P01NY003BE	31/08/2017	65992	230	* V	293.47
MAH1519	P01NU000LD	31/08/2017	65992	230	* V	293.47
MCK5365	P01NZ000LC	31/08/2017	65992	230	* V	293.47
MIQ6816	P01NZ000LG	02/09/2017	65992	230	* V	293.47
MEM1931	P01O40004N	03/09/2017	65992	230	* V	293.47
MBZ5070	P01NX0007E	10/10/2017	67261	230	* XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2403/2017

Publicação Nº 1473753

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2403/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ELD4278	54288537N	15/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHY7547	55831933F	11/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
DID8747	55831959F	23/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
IOR9915	P01NY003G6	14/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MMA7447	55590141F	09/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MLQ2454	55832062F	09/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHD8166	55831943F	16/08/2017	53800	181 * I	130.16
LXP4025	P01NZ000LF	01/09/2017	54790	181 * X	130.16
AHW8652	55831951F	18/08/2017	55090	181 * XIII	130.16
QHV2313	55831952F	18/08/2017	55090	181 * XIII	130.16

MEQ1305	55828241F	23/08/2017	55090	181	*	XIII	130.16
MEA8065	55831966F	25/08/2017	55090	181	*	XIII	130.16
LYS3825	P01NZ000K8	29/07/2017	55090	181	*	XIII	130.16
MFR6984	P01NU000LR	20/09/2017	57200	186	*	I	195.23
MEM1931	P01O40004P	03/09/2017	58350	195			195.23
IRG7231	P01O40004L	03/09/2017	65300	228			195.23
CIL0077	P01NY003E0	05/10/2017	51851	167			195.23
MFO6767	P01NY003EZ	11/10/2017	51851	167			195.23
DTP8747	P01NU000MO	17/10/2017	51851	167			195.23
MLL1724	55590144F	09/10/2017	51851	167			195.23
FJA5125	P01NY003FO	13/10/2017	51851	167			195.23
MGX7686	P01NY003GF	18/10/2017	51851	167			195.23
MKJ5177	P01NY003GI	18/10/2017	51851	167			195.23
IHI7791	P01NU000MI	16/10/2017	54281	181	*	V	293.47
MGR2076	P01NY003DP	03/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MCI2928	P01NX0007F	10/10/2017	60502	208			293.47
CBH0955	P01NY003F6	11/10/2017	61732	215	*	I * a	195.23
MLM2087	P01NY0037L	02/08/2017	59670	203	*	V	1467.34
MKB3488	55831996F	08/09/2017	55414	181	*	XVII c/ Lei13146	195.23
LYZ4039	P01NY003DL	02/10/2017	55414	181	*	XVII c/ Lei13146	195.23
MHR3318	55827951F	07/10/2017	55414	181	*	XVII c/ Lei13146	195.23
HEL9846	55831077F	02/10/2017	73662	252	*	VI	130.16
QHB9906	55830284F	25/09/2017	73662	252	*	VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANTONIO ROZ DE SOUZA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2400/2017

Publicação Nº 1473756

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2400/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ILJ3787	P01NZ000NL	20/11/2017	50292	162*	II
MBE9445	P01NX00081	22/11/2017	75790	165	A
MHT8112	P01NZ000NI	20/11/2017	50100	162 *	I
DHY7537	P03G50000H	25/10/2017	50100	162 *	I
MEV6866	P01NZ000NC	19/11/2017	50100	162 *	I
IBK7209	P01NX00085	26/11/2017	50100	162 *	I
MLP4109	P03G50002S	10/12/2017	50100	162 *	I
MGE1830	P02OT00009	11/12/2017	50100	162 *	I
IBK7209	P01NX00084	26/11/2017	50610	163 c/c	162 * I
MJV7749	P01NX0008B	03/12/2017	66450	230 *	X
MMM7878	P03G500016	16/11/2017	69120	232	
MBE9445	P01NX00082	22/11/2017	69120	232	
MBE9445	P01NX0007Z	22/11/2017	65992	230 *	V
ILJ3787	P01NZ000NK	20/11/2017	65992	230 *	V
MFV9316	P03G40002L	20/11/2017	65992	230 *	V
LYW5642	P01NU0000S	14/11/2017	65992	230 *	V
MCJ6407	P01NU0000T	14/11/2017	65992	230 *	V
MMM7878	P03G500014	16/11/2017	65992	230 *	V
IJM0899	P03G400037	05/12/2017	65992	230 *	V
MHT8112	P01NZ000NH	20/11/2017	65992	230 *	V
IFG8368	P01NU000S5	16/12/2017	65992	230 *	V
IFG8368	P01NU000S8	16/12/2017	66371	230 *	IX
IRP4078	P01NZ000NA	19/11/2017	66371	230 *	IX
MGL6098	P01NZ000ND	19/11/2017	66371	230 *	IX
MFV9316	P03G40002M	20/11/2017	66371	230 *	IX
MEK7485	P01NZ000NB	19/11/2017	66372	230 *	IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2401/2017

Publicação Nº 1473755

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2401/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIU5640	P01O40006A	11/12/2017	76251	ART 181, XX
EDP6056	P03G50002T	11/12/2017	76251	ART 181, XX
GIS2021	P01NY003MB	15/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MFV3968	P01NY003K6	11/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MFK8086	P01NY003L2	20/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MLI6593	P01NY003KK	13/11/2017	54360	181 * VI
OKF6732	P03G500034	14/12/2017	54870	181 * XI
MBT1868	P01NZ00001	11/12/2017	55500	181 * XVIII
IJL8679	P01NU0000Q	12/11/2017	55500	181 * XVIII
ISS6760	P01NU000NZ	03/11/2017	55500	181 * XVIII
ANM4439	55828357F	07/11/2017	55500	181 * XVIII
LOK8053	P01NU000OW	15/11/2017	55500	181 * XVIII
ITX3603	P01NU000QP	09/12/2017	55500	181 * XVIII
CVA1551	P01NU000QX	09/12/2017	55500	181 * XVIII
MIA4213	P01NU000R2	09/12/2017	55500	181 * XVIII
MIA4213	P01NU000R9	09/12/2017	55500	181 * XVIII
MFV7117	P01NU000RB	09/12/2017	55500	181 * XVIII
MKK9830	P01NU000RH	09/12/2017	55500	181 * XVIII
IXK9669	P01NU000RP	09/12/2017	55500	181 * XVIII
MEC6310	P01NU000RT	09/12/2017	55500	181 * XVIII
OKE7135	55832092F	27/11/2017	57380	186 * II
MBE9445	P01NX00080	22/11/2017	58350	195
MIC5743	P01NX0008K	12/12/2017	58350	195
MDO0953	P01O40006Q	14/12/2017	58350	195
MKD4101	P01NY003KU	17/11/2017	65300	228
IJE5194	P01NU00003	04/11/2017	65640	230 * II
MKP0330	P01NZ000NE	19/11/2017	65640	230 * II
MLR1696	P01NY003M5	12/12/2017	51851	167
ARG1102	P01NY003MO	15/12/2017	51851	167
MHC0333	P01NY003M9	14/12/2017	51851	167
QHN2535	P01NY003MD	15/12/2017	51851	167
MFR1766	55828419F	07/11/2017	51851	167
IBK7209	P01NX00086	26/11/2017	51851	167
MMM7878	P03G500015	16/11/2017	51851	167
MJT5156	P01NY003KZ	17/11/2017	51851	167
FOX3101	P01NY003LP	06/12/2017	51851	167
QHN6891	55832080F	08/11/2017	54284	181 * V
MLA6595	P01O400069	11/12/2017	54526	181 * VIII
MIC5743	P01NX0008J	12/12/2017	70481	244 * II
MDO0953	P01O40006P	14/12/2017	70481	244 * II
QIU1158	P01NY003MA	14/12/2017	59670	203 * V
MHU3133	55828356F	07/11/2017	59670	203 * V
MIL1663	55828442F	20/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
JBF8610	P03G40003G	06/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MGE6107	P01O40006C	11/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MET9065	55832018F	07/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MCU5772	55832079F	08/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MET8954	P03G50002X	13/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
ALJ4226	55828451F	23/11/2017	73662	252*VI
MFS2145	55828469F	30/11/2017	73662	252*VI
MKU5761	55828470F	30/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANTONIO ROZ DE SOUZA
AUTORIDADE DE TRANSITO

IMBUIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8176 609/2017

Publicação Nº 1473936

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8176 609/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHW0354	P02S20002M	19/11/2017	55250	181 * XV
MHE4086	P02S20002N	19/11/2017	55250	181 * XV
AHY2726	P02S20002K	18/11/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBUIA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

INDAIAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8206 2189/2017

Publicação Nº 1473907

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8206 2189/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJD4380	P01XY000MU	16/09/2017	50292	162* II	880.40
MJD4380	P01XY000MW	16/09/2017	75790	165 A	2934.68
IMB1221	P01XY000HB	28/06/2017	75790	165 A	2934.68
MBM3763	P01XQ000JC	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
MJM8594	P01Y0000MM	08/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEC9546	55723849E	13/09/2017	50100	162 * I	880.40
HFD6114	P01Y0000P9	19/09/2017	50450	162 * V	293.47
MKU6666	P01Y0000R1	23/09/2017	50450	162 * V	293.47
MJM8594	P01Y0000MN	08/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBM3763	P01XQ000JD	26/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
HFD6114	P01Y0000PB	19/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MDU3395	P01XQ000OR	28/09/2017	66700	230 * XIII	195.23
IKD2120	54990077F	14/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
MGF0690	54990075F	14/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
NVD1909	P01Y0000OS	18/09/2017	69120	232	88.38
MJD4380	P01XY000MV	16/09/2017	51262	164 c/c 162 * II	880.40
MEC9546	55723850E	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
HFD6114	P01Y0000PA	19/09/2017	65992	230 * V	293.47
MBN5091	P01XY000N0	17/09/2017	66102	230 * VII	195.23
IMB1221	P01XY000HA	28/06/2017	66531	230 * XI	195.23
MCS4657	P01XZ000VB	04/09/2017	66531	230 * XI	195.23
LYS5273	P01XY000IQ	05/07/2017	67261	230 * XVIII	195.23
IPK1838	P01XQ000OK	23/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE KLOCK
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8206 2190/2017

Publicação Nº 1473906

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL - 281470

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8206 2190/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLN2036	54292367N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJM8594	P01Y0000ML	08/08/2017	51930	168	293.47
OKG3148	P01XQ000JN	26/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MYA4785	P01XQ000JV	26/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
AQG2629	55368259F	21/09/2017	51851	167	195.23
MKT3916	54990098F	20/09/2017	51851	167	195.23
AAK8739	P01XY000O5	16/10/2017	51851	167	195.23
MBV7985	P01XY000OJ	16/10/2017	51851	167	195.23
QIW4167	P01XQ000QG	30/10/2017	51851	167	195.23
LXC4086	55368010F	10/08/2017	51852	167	195.23
MFE6009	P01XZ000XV	05/10/2017	58196	193	880.40
FSL0092	55368926F	05/10/2017	58196	193	880.40
MHA4471	55367896F	04/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARIO SIDNEI ROSSI
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2187/2017

Publicação Nº 1473909

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2187/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

CNN9914	54989884F	09/11/2017	50100	162	*	I
LZT8664	P01XQ000RB	15/11/2017	50100	162	*	I
HRF3609	P01Y0000WV	10/12/2017	50100	162	*	I
MBO8800	55369238F	13/11/2017	50450	162	*	V
MBO8800	55369239F	13/11/2017	69120	232		
MFG7392	P01XQ000QU	09/11/2017	69120	232		
MEW5983	P01XZ000ZA	09/11/2017	73400	252	*	IV
MDJ4966	P01XY000QD	15/11/2017	73400	252	*	IV
MBP4486	P01Y0000WA	30/11/2017	65992	230	*	V
MDQ2556	P01XZ00121	03/12/2017	65992	230	*	V
HRF3609	P01Y0000WX	10/12/2017	65992	230	*	V
MIU2829	55369290F	05/12/2017	65992	230	*	V
MHB1913	P01XZ000ZF	09/11/2017	65992	230	*	V
KNO9638	P01XQ000R3	11/11/2017	65992	230	*	V
LZI7338	P01XZ00113	15/11/2017	65992	230	*	V
LXQ6878	55369150F	06/11/2017	65992	230	*	V
CNN9914	54989883F	09/11/2017	65992	230	*	V
LZT8664	P01XQ000RA	15/11/2017	65992	230	*	V
LWX2872	54989950F	10/12/2017	65992	230	*	V
QHK7748	P01XZ000Z7	02/11/2017	65992	230	*	V
CRF7198	P01XQ000TQ	15/12/2017	65992	230	*	V
MHR9351	P01XZ0012G	12/12/2017	66371	230	*	IX
MEB5859	P01XQ000TS	15/12/2017	66372	230	*	IX
LWX2872	54989943F	10/12/2017	52741	175		
LWX2872	54989946F	10/12/2017	52742	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE KLOCK
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2188/2017

Publicação Nº 1473908

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL - 281470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2188/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCG6113	54319634N	17/11/2017	50020	257 ã 8\$
MHW0852	55369283F	30/11/2017	76331	ART 252, UNICO
QIF6498	P01XZ00102	10/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MBL0541	55369145F	02/11/2017	51930	168
MMI6944	55369140F	02/11/2017	53800	181 * I
MDT4810	P01XQ000T9	08/12/2017	54100	181 * IV
LWX2872	54989948F	10/12/2017	57200	186 * I
MJJ8860	55369153F	11/12/2017	58350	195
LWX2872	54989942F	10/12/2017	58350	195
MEW5983	P01XZ000ZB	09/11/2017	58350	195
MHB1913	P01XZ000ZG	09/11/2017	58350	195
IHS7450	P01XZ0010Z	14/11/2017	51851	167
LWX2872	54989941F	10/12/2017	51851	167
MFT2208	55369294F	05/12/2017	51851	167
GNE2095	P01XQ000TO	13/12/2017	51851	167
MMF8819	55369279F	28/11/2017	51852	167
MLI9147	P01Y0000V6	13/11/2017	58192	193
HDJ6652	P01Y0000UQ	13/11/2017	58196	193
LXR3775	P01Y0000UY	13/11/2017	58196	193
MEE8668	P01XZ00107	10/11/2017	58196	193
MEH5714	P01XZ0010B	10/11/2017	58196	193
MEY9174	P01XZ000ZT	10/11/2017	58196	193
MKJ2980	P01XZ000ZX	10/11/2017	58196	193
QIF6498	P01XZ00101	10/11/2017	58196	193
MAW9845	P01Y0000VA	13/11/2017	58196	193
LXY1858	P01Y0000VH	13/11/2017	58196	193
QIR5178	P01Y0000VN	13/11/2017	58196	193
MKZ5907	P01Y0000VO	13/11/2017	58196	193
QHY0445	55369217F	08/11/2017	58196	193
QIE7422	55369228F	09/11/2017	58196	193
QIY6142	P01XQ000RT	17/11/2017	58196	193
MEX3081	P01XQ000TL	12/12/2017	58196	193
MCU1078	P01XQ000TM	13/12/2017	58196	193
GNE2095	P01XQ000TN	13/12/2017	58196	193
QHY0445	55369216F	08/11/2017	58434	196
MEB5859	P01XQ000TT	15/12/2017	60502	208
LWX2872	54989947F	10/12/2017	60502	208
LWX2872	54989945F	10/12/2017	59080	202 * I
LWX2872	54989944F	10/12/2017	59670	203 * V
MIU0950	55369138F	01/11/2017	59670	203 * V
LWX2872	54989949F	10/12/2017	59670	203 * V
ARZ4323	P01XZ0012A	10/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MFJ3392	P01XZ0012D	10/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MET7868	P01XZ0012E	10/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MJJ8860	55368875F	11/12/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARIO SIDNEI ROSSI
DIRETOR DE TRANSITO

IOMERÊ**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 432/2017**

Publicação Nº 1473672

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8740 432/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXM9476	P02OH00029	20/11/2017	50100	162 * I
LXM9476	P02OH0002A	20/11/2017	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

IPIRA**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8464 448/2017**

Publicação Nº 1473736

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8464 448/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CLO7775	P02VN0001A	11/11/2017	50100	162 * I
LXC8046	P02VZ0002L	09/12/2017	50100	162 * I
CLO7775	P02VN00019	11/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXC8046	P02VZ0002K	09/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
CLO7775	P02VN0001B	11/11/2017	65992	230 * V
LXC8046	P02VZ0002M	09/12/2017	65992	230 * V
ADI7536	P02VZ0002P	14/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPIRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

IRANI

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8538 775/2017

Publicação Nº 1473713

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8538 775/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LVG0250	P034F0005F	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
LVG0250	P034F0005G	03/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJE4793	P034F00077	16/10/2017	64080	221	130.16
MJE4793	P034F00075	16/10/2017	50371	162 * III	586.94
MJE4793	P034F00076	16/10/2017	51341	164 c/c 162 * III	586.94
MAE6340	P034F0004R	25/08/2017	51851	167	195.23
MAE6340	P034F0004S	25/08/2017	51852	167	195.23
MAI6840	P034F0006X	09/10/2017	54281	181 * V	293.47

MJE4793	P034F00074	16/10/2017	65992	230	* V	293.47
LVG0250	P034F0005H	03/09/2017	65992	230	* V	293.47
MAE6340	P034F0004T	25/08/2017	67261	230	* XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRANI/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELGADO REGIONAL - 14. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8538 774/2017

Publicação Nº 1473714

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8538 774/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXS7767	P034F0009G	09/12/2017	75790	165 A
ALP1507	P034F0009I	09/12/2017	75790	165 A
LZE6800	P034F0009K	09/12/2017	50100	162 * I
MAD1003	P034F0008M	20/11/2017	50100	162 * I
LZE6800	P034F0009L	09/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
MAD1003	P034F0008P	20/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
AMA0087	54194047G	14/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBR0645	P034F0008L	17/11/2017	50371	162 * III
MBR0645	P034F0008K	17/11/2017	51341	164 c/c 162 * III
MAD1003	P034F0008O	20/11/2017	65992	230 * V
LZE6800	P034F0009M	09/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRANI/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELGADO REGIONAL - 14. DRP

IRINEÓPOLIS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8428 527/2017

Publicação Nº 1473762

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8428 527/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IJT9593	P03A300006	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MIH8704	P03A300003	29/08/2017	55250	181 * XV	130.16
LXV9325	P03A30000Q	16/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRINEOPOLIS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8428 526/2017

Publicação Nº 1473763

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8428 526/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIH8704	54315964N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MKI8716	P03A300018	15/11/2017	65640	230 * II
AAS8261	P03A30001A	16/11/2017	65640	230 * II
CKC4347	P03A300016	12/11/2017	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRINEOPOLIS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

Itá

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8338 806/2017

Publicação Nº 1473821

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8338 806/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MML5500 P00ZB000A6 22/10/2017 50292 162* II 880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

ITAÍÓPOLIS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8350 1219/2017

Publicação Nº 1473810

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8350 1219/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MII1634	P02DT0009A	08/09/2017	50450	162 * V	293.47
AQP1450	P02DT0009L	09/09/2017	51851	167	195.23
AHL7271	P02DT000BX	15/10/2017	51851	167	195.23
LYL9302	P02DT000BY	15/10/2017	51851	167	195.23
AKN7678	P02DT000BZ	15/10/2017	51851	167	195.23
CRI0844	P02DT000C3	16/10/2017	51851	167	195.23
MII1634	P02DT0009B	09/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAFAELLO ROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 1218/2017

Publicação Nº 1473811

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8350 1218/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYE5251	P02DT000DK	15/11/2017	51851	167
AUH9929	P02DT000F0	04/12/2017	65992	230 * V
LXN9467	P02DT000F4	09/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAFAELLO ROSS
DELEGADO DE POLICIA

ITAPIRANGA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8298 937/2017**

Publicação Nº 1473839

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8298 937/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
INI6376	P019L000EY	03/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
INI6376	P019L000EX	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
ISS0541	P019L000FE	28/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 936/2017

Publicação Nº 1473840

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 936/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DAV1417	P019L000GL	14/11/2017	50100	162 * I
DAV1417	P019L000GM	14/11/2017	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

ITAPOÁ**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8190 898/2017**

Publicação Nº 1473925

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8190 898/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFI7445	54308610N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MEV8848	54308612N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
GUX7481	P00P100152	26/09/2017	50100	162 * I	880.40
AWC9727	P00Y4000QX	28/08/2017	54523	181 * VIII	195.23
QHJ5795	P00P10013Z	10/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AIQ1134	P00Y4000UA	17/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DYE0753	P00P10015L	01/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LNZ7471	P00Y4000TL	12/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AUB1125	P00Y4000TM	13/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ATK9702	P00Y4000TQ	13/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AUP1582	P00Y4000Q9	09/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 897/2017

Publicação Nº 1473926

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8190 897/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFF4817	54315120N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
AMJ6958	P00Y4000ZY	10/12/2017	75790	165 A
MEV5439	P00Y40010N	10/12/2017	50100	162 * I
KVS5459	P00Y40010V	12/12/2017	50100	162 * I
MGW7960	P00Y40011C	14/12/2017	50100	162 * I
MGR4356	P00Y4000XU	19/11/2017	50100	162 * I
DRR8994	P00P1001BG	30/11/2017	50100	162 * I
IKS5225	P00Y4000Z7	06/12/2017	50100	162 * I
AMJ6958	P00Y4000ZW	10/12/2017	50450	162 * V
AMJ6958	P00Y4000ZX	10/12/2017	50960	163 c/c 162 * V
MEV5439	P00Y40010M	10/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
KVS5459	P00Y40010W	12/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
IKS5225	P00Y4000Z8	06/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
MGR4356	P00Y4000XX	19/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
BBJ9653	P00Y4000WW	15/11/2017	55500	181 * XVIII
MDY7522	P00Y4000WY	15/11/2017	55500	181 * XVIII
IIU1853	P00Y4000ZH	09/12/2017	55500	181 * XVIII
ABY7112	P00Y4000ZO	09/12/2017	55500	181 * XVIII
APJ3051	P00P1001CD	02/12/2017	55500	181 * XVIII
AVQ9678	P00Y40010A	10/12/2017	55500	181 * XVIII
MIM1868	P00P10019X	23/11/2017	69120	232
DBE1600	P00P10019D	15/11/2017	73400	252 * IV
DRR8994	P00P1001BF	30/11/2017	51691	165
AMJ6958	P00Y4000ZV	10/12/2017	51692	165
DBE1600	P00P10019E	15/11/2017	51851	167
CIH4217	P00Y4000ZQ	09/12/2017	51851	167
BNR7118	P00Y4000ZS	10/12/2017	51851	167
APG1585	P00Y4000YG	05/12/2017	65992	230 * V
IKS5225	P00Y4000Z5	06/12/2017	65992	230 * V
MEV5439	P00Y40010O	10/12/2017	65992	230 * V
MDL4094	P00Y40010K	10/12/2017	65992	230 * V
KVS5459	P00Y40010U	12/12/2017	65992	230 * V
MGW7960	P00Y40011B	14/12/2017	65992	230 * V
AVL6334	P00P1001AO	26/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

ITUPORANGA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1997/2017**

Publicação Nº 1474016

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8092 1997/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHV5022	P02RX0009Z	25/09/2017	50100	162 * I	880.40
AGR7413	P02RX0007Y	21/08/2017	50450	162 * V	293.47
MHV5022	P02RX000A0	25/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGW2832	P02RX0009J	22/09/2017	66372	230 * IX	195.23
MGW2832	P02RX0009K	22/09/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1998/2017

Publicação Nº 1474015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8092 1998/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBZ1851	P02RX0008N	04/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
BVM9317	P02RX0008K	02/09/2017	65300	228	195.23
LXY4028	P02RX0007L	13/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
QIR7779	P02RY0001T	02/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MGW2832	P02RX0009I	22/09/2017	70562	244 * III c/c ð1\$	130.16
MEZ1447	P02RX000BM	17/10/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8566 1200/2017

Publicação Nº 1473704

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8566 1200/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYR9895	54292350N	25/08/2017	50020	257 ð 8\$	293.47
MLP8416	54303640N	02/10/2017	50020	257 ð 8\$	293.47
MGM0226	54303641N	02/10/2017	50020	257 ð 8\$	130.16
MGN9045	54311728N	24/10/2017	50020	257 ð 8\$	293.47
LYF6131	0000064452	25/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFR8580	0000064541	26/09/2017	74550	218 * I	130.16
MDW2361	0000064533	26/09/2017	74550	218 * I	130.16
MDW2361	0000064531	26/09/2017	74550	218 * I	130.16
LXS7297	0000065033	01/10/2017	74550	218 * I	130.16
MHN8367	0000062726	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFD8884	0000062508	30/08/2017	74550	218 * I	130.16
MEQ3099	0000064015	17/09/2017	74550	218 * I	130.16
COJ4931	0000062426	28/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIB5444	0000062326	27/08/2017	74550	218 * I	130.16
CVU9117	0000064947	01/10/2017	74550	218 * I	130.16
QIO2062	0000064954	01/10/2017	74550	218 * I	130.16

EBH6644	0000064889	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ITQ6776	0000064761	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR8580	0000064759	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AER2302	0000064681	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG6741	0000064610	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGN2840	0000064570	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR8580	0000064538	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CGE5377	0000060214	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGW2832	0000060998	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZN3822	0000060958	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DMG3053	0000060849	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DDW1042	0000060756	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ7938	0000060771	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD2820	0000060726	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGY5573	0000061295	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZL2841	0000061244	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYM0429	0000060494	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIU1195	0000061636	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHB4287	0000061637	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDL0735	0000061611	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDE1293	0000061569	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DMK8303	0000061571	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHW9775	0000061528	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY8306	0000062216	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AIC6694	0000061519	17/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGY7996	0000060751	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJZ3360	0000060291	31/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MBB8546	0000064576	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ARE9722	0000064855	30/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LYF6131	0000064535	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MFR8580	0000064536	26/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MFR8580	0000064540	26/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MGN2840	0000064628	27/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MFR8580	0000064615	27/09/2017	74710	218	*	III	880.40
BTD8021	0000061651	19/08/2017	74710	218	*	III	880.40
AGF4883	0000062171	24/08/2017	56732	183			130.16
MLL6603	0000060077	28/07/2017	56732	183			130.16
MEG3287	0000065363	09/10/2017	56732	183			130.16
MGC9193	0000065398	10/10/2017	60503	208			293.47
LZG7538	0000064508	25/09/2017	60503	208			293.47
QIA3883	0000064529	25/09/2017	60503	208			293.47
MLL0891	0000064476	25/09/2017	60503	208			293.47
MBC6986	0000060680	05/08/2017	60503	208			293.47
MLI4189	0000061087	10/08/2017	60503	208			293.47
MHX9404	0000060295	31/07/2017	60503	208			293.47
LXC3384	0000060174	29/07/2017	60503	208			293.47
MFL5376	0000060126	28/07/2017	60503	208			293.47
MEE6440	0000060750	06/08/2017	60503	208			293.47
CRW3772	0000060911	08/08/2017	60503	208			293.47
MFR6937	0000060984	10/08/2017	60503	208			293.47
MBI2888	0000062816	29/08/2017	60503	208			293.47
MKQ5922	0000061498	17/08/2017	60503	208			293.47
IBR1502	0000061635	20/08/2017	60503	208			293.47
DRM0193	0000061141	11/08/2017	60503	208			293.47
MDB8172	0000061809	19/08/2017	60503	208			293.47
MDD1921	0000061814	19/08/2017	60503	208			293.47
NLD4040	0000061792	18/08/2017	60503	208			293.47
IMD0151	0000064696	28/09/2017	60503	208			293.47
MCH2608	0000064601	26/09/2017	60503	208			293.47
LXT1468	0000064812	29/09/2017	60503	208			293.47
LZI6211	0000064787	29/09/2017	60503	208			293.47
MGY1052	0000064920	01/10/2017	60503	208			293.47
QII5023	0000064922	01/10/2017	60503	208			293.47

MAZ9524	0000064880	30/09/2017	60503	208	293.47
MES0017	0000063427	09/09/2017	60503	208	293.47
MLJ4286	0000063286	08/09/2017	60503	208	293.47
BIB8676	0000063289	08/09/2017	60503	208	293.47
MMB4015	0000063184	06/09/2017	60503	208	293.47
MLN6163	0000063087	04/09/2017	60503	208	293.47
EYI4239	0000063099	04/09/2017	60503	208	293.47
MLV0016	0000063009	05/09/2017	60503	208	293.47
IKJ3338	0000064084	16/09/2017	60503	208	293.47
AZS2299	0000063962	18/09/2017	60503	208	293.47
ANW1379	0000063786	14/09/2017	60503	208	293.47
IKB9589	0000062442	28/08/2017	60503	208	293.47
HTJ7422	0000065018	02/10/2017	60503	208	293.47
MGN2840	0000064992	02/10/2017	60503	208	293.47
MFY5152	0000064946	01/10/2017	60503	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1995/2017

Publicação Nº 1474018

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1995/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKA9145	P02RX000EJ	21/11/2017	50450	162 * V
MKA9145	P02RX000EK	21/11/2017	50960	163 c/c 162 * V
LYX6887	P02RX000EA	16/11/2017	73400	252 * IV
MKA9145	P02RX000EI	21/11/2017	65992	230 * V
MKA9145	P02RX000EL	21/11/2017	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1996/2017

Publicação Nº 1474017

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8092 1996/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYX6887 P02RX000EB 16/11/2017 58350 195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 1199/2017

Publicação Nº 1473705

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8566 1199/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGS8436	54317929N	13/11/2017	50020	257	õ	8\$
MEJ2444	54321374N	21/11/2017	50020	257	õ	8\$
MGC9193	54326850N	07/12/2017	50020	257	õ	8\$
PXE7057	54328576N	12/12/2017	50020	257	õ	8\$
MFG3839	0000069836	10/12/2017	74550	218	*	I
MGW2832	0000069841	10/12/2017	74550	218	*	I
LWT3862	0000069844	10/12/2017	74550	218	*	I
MBV6610	0000069845	10/12/2017	74550	218	*	I
MIM2399	0000069824	09/12/2017	74550	218	*	I
QHU0423	0000069748	08/12/2017	74550	218	*	I
MEA7020	0000069704	08/12/2017	74550	218	*	I
MEA7020	0000069702	08/12/2017	74550	218	*	I
ADU9686	0000068490	18/11/2017	74550	218	*	I
ADU9686	0000068450	17/11/2017	74550	218	*	I
ADU9686	0000068432	17/11/2017	74550	218	*	I
ADU9686	0000068433	17/11/2017	74550	218	*	I
ADU9686	0000068431	15/11/2017	74550	218	*	I
ADU9686	0000068281	17/11/2017	74550	218	*	I
ALL8746	0000069006	28/11/2017	74550	218	*	I
MBK8450	0000068042	13/11/2017	74550	218	*	I
MGL2464	0000068021	09/11/2017	74550	218	*	I
MAR3699	0000067982	12/11/2017	74550	218	*	I
MIN0599	0000066286	21/10/2017	74550	218	*	I
MEY7530	0000067931	11/11/2017	74550	218	*	I
QIH4907	0000066206	19/10/2017	74550	218	*	I
MGT2189	0000068250	16/11/2017	74550	218	*	I
MCE2775	0000068215	16/11/2017	74550	218	*	I
AIR6656	0000068109	14/11/2017	74550	218	*	I
MBZ9287	0000066157	12/10/2017	74550	218	*	I
CCS1452	0000065804	14/10/2017	74550	218	*	I
MKB2659	0000065903	15/10/2017	74550	218	*	I
MDP4162	0000067534	07/11/2017	74550	218	*	I
MBK8450	0000067515	07/11/2017	74550	218	*	I
MMD1793	0000067424	05/11/2017	74550	218	*	I
MCS6238	0000067420	04/11/2017	74550	218	*	I
QHG2692	0000067163	02/11/2017	74550	218	*	I
OKG4203	0000066899	29/10/2017	74550	218	*	I
EFA8478	0000066695	25/10/2017	74550	218	*	I
MEJ7483	0000065730	12/10/2017	74550	218	*	I
MKP6762	0000065699	12/10/2017	74550	218	*	I
AEI2028	0000066370	23/10/2017	74550	218	*	I
MDJ1138	0000068192	15/11/2017	74630	218	*	II
MGY7996	0000066203	19/10/2017	74630	218	*	II
ADU9686	0000068430	15/11/2017	74630	218	*	II
AUB0765	0000067172	02/11/2017	74630	218	*	II
MFB2778	0000069769	09/12/2017	74630	218	*	II
BMA1682	0000069848	10/12/2017	74630	218	*	II
CHI4483	0000069853	10/12/2017	56732	183		

MEG2594	0000067849	09/11/2017	56732	183
AOD8952	0000067660	09/11/2017	56732	183
MGV1559	0000066268	20/10/2017	56732	183
CLH0979	0000068174	15/11/2017	56732	183
EWS9302	0000068088	13/11/2017	56732	183
MKR1647	0000068053	13/11/2017	60503	208
QHR4671	0000068064	13/11/2017	60503	208
MEQ8180	0000068070	13/11/2017	60503	208
BGC9972	0000068189	15/11/2017	60503	208
MJY3334	0000068137	14/11/2017	60503	208
MFF9099	0000066136	18/10/2017	60503	208
MGL0404	0000066083	18/10/2017	60503	208
MCU3096	0000068261	16/11/2017	60503	208
QHM9152	0000068272	16/11/2017	60503	208
DQD5990	0000068219	16/11/2017	60503	208
MJK3176	0000068236	16/11/2017	60503	208
MIJ7157	0000068247	16/11/2017	60503	208
MFH6262	0000068248	16/11/2017	60503	208
MMB4015	0000067881	10/11/2017	60503	208
MEY7530	0000067916	11/11/2017	60503	208
LLM8855	0000069361	03/12/2017	60503	208
IQN1557	0000069344	03/12/2017	60503	208
GXH5451	0000069159	30/11/2017	60503	208
LYA4003	0000066345	22/10/2017	60503	208
MHF3019	0000065720	12/10/2017	60503	208
MGF3554	0000066678	27/10/2017	60503	208
MMD5264	0000066596	25/10/2017	60503	208
MGG0576	0000066485	23/10/2017	60503	208
ADX9687	0000066452	23/10/2017	60503	208
MLS4131	0000066396	21/10/2017	60503	208
CIY8933	0000066881	28/10/2017	60503	208
QIG7252	0000066844	27/10/2017	60503	208
MHD6686	0000066691	25/10/2017	60503	208
FIZ4653	0000067040	31/10/2017	60503	208
ITB3003	0000066958	30/10/2017	60503	208
AIA3704	0000066928	30/10/2017	60503	208
LXW7967	0000067403	05/11/2017	60503	208
LXE2321	0000067376	04/11/2017	60503	208
AHG3713	0000067386	04/11/2017	60503	208
BBK1035	0000067358	03/11/2017	60503	208
MFN5657	0000067300	04/11/2017	60503	208
MGN7656	0000067264	04/11/2017	60503	208
EJQ8644	0000067477	06/11/2017	60503	208
MHU4388	0000065785	13/10/2017	60503	208
OKE7813	0000065786	13/10/2017	60503	208
MBQ9679	0000069831	09/12/2017	60503	208
MLE3683	0000069788	09/12/2017	60503	208
KZC0549	0000069860	10/12/2017	60503	208
LXJ2433	0000069861	10/12/2017	60503	208
MGW7270	0000069865	10/12/2017	60503	208
MKG9041	0000069883	10/12/2017	60503	208
MKG9041	0000069868	10/12/2017	60503	208
QIN0337	0000069870	10/12/2017	60503	208
LYH8491	0000069707	08/12/2017	60503	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO
DIRETOR DE TRANSITO

JABORÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 375/2017

Publicação Nº 1473935

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8178 375/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MES9291	P00XZ0004M	09/11/2017	51930	168
MDX6158	P00XZ0004U	18/11/2017	58350	195
AEU6832	P00XZ0004Z	06/12/2017	65992	230 * V
MDX6158	P00XZ0004T	18/11/2017	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

JACINTO MACHADO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8376 905/2017

Publicação Nº 1473792

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8376 905/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGQ6290	P02U60008I	23/08/2017	50100	162 * I	880.40
LXH6441	P02U6000C3	16/10/2017	50100	162 * I	880.40
MGQ6290	P02U60008H	23/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDZ0232	P02U600092	02/09/2017	51851	167	195.23
MMB1913	P02U60009W	08/09/2017	51851	167	195.23
MGL2615	P02U60009X	08/09/2017	51851	167	195.23
IKL1453	P02U6000BU	07/10/2017	65992	230 * V	293.47
MEN4156	P02U60009H	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGQ6290	P02U60008G	23/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 904/2017

Publicação Nº 1473793

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8376 904/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CKN0681	54049957F	11/11/2017	50100	162 * I
ILJ5754	P02U6000F9	24/11/2017	50100	162 * I
MGW7344	P02U6000F6	22/11/2017	50450	162 * V
LWU8882	P02U6000F1	16/11/2017	50450	162 * V
NHE7222	P02U6000EJ	11/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
ILJ5754	P02U6000FA	24/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LWU8882	P02U6000F2	16/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
NHE7222	P02U6000EV	11/11/2017	58000	192
NHE7222	P02U6000EI	11/11/2017	58350	195
NHE7222	P02U6000EO	11/11/2017	62970	220 * IV
CLM3925	P02U6000FU	10/12/2017	65300	228
NHE7222	P02U6000EU	11/11/2017	73580	252 * V
NHE7222	P02U6000ET	11/11/2017	51851	167
NHE7222	P02U6000ES	11/11/2017	58433	196
NHE7222	P02U6000EP	11/11/2017	63942	220 * XIV
NHE7222	P02U6000ER	11/11/2017	63944	220 * XIV
MAO5068	P02U6000EC	10/11/2017	65992	230 * V
NHE7222	P02U6000EG	11/11/2017	65992	230 * V
LZV2214	P02U6000FP	06/12/2017	65992	230 * V
NHE7222	P02U6000EL	11/11/2017	66371	230 * IX
NHE7222	P02U6000EM	11/11/2017	66371	230 * IX
NHE7222	P02U6000EK	11/11/2017	66372	230 * IX
NHE7222	P02U6000EQ	11/11/2017	57970	191
NHE7222	P02U6000EN	11/11/2017	59241	203 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COLTRO
DELEGADO DE POLICIA

JARAGUÁ DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2666/2017

Publicação Nº 1474080

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2666/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKO6673	P00SF00193	15/10/2017	75790	165 A	2934.68
ANY7481	P00KC000RY	14/10/2017	75790	165 A	2934.68
LXS3773	P00R9001XW	16/10/2017	50100	162 * I	880.40
ANY7481	P00KC000RX	14/10/2017	50100	162 * I	880.40
LXY4202	P00SD00134	14/10/2017	50100	162 * I	880.40
LXS3773	P00S60015D	19/10/2017	50100	162 * I	880.40
MBB0641	P00S80019N	06/08/2017	50100	162 * I	880.40
LWX6485	P00SJ000XX	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
IKE5322	P00SJ000Y6	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHF9902	P00S8001AV	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDH8555	P00SJ0013G	12/10/2017	50100	162 * I	880.40
ANB2000	P00SF0018I	08/10/2017	50450	162 * V	293.47
LXS3773	P00R9001XY	16/10/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
LXS3773	P00S60015E	19/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDH8555	P00SJ0013H	12/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHF9902	P00S8001AW	02/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LWX6485	P00SJ000XZ	31/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBB0641	P00S80019O	06/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CHT4729	P00S200124	29/08/2017	53200	176 * V	1467.34
MFV4037	P00R9001WZ	13/10/2017	53200	176 * V	1467.34
LXS3773	P00S60015H	19/10/2017	66020	230 * VI	293.47
LXB2334	P00SB001FY	18/10/2017	66700	230 * XIII	195.23
MJB9836	P00S8001DR	14/10/2017	66700	230 * XIII	195.23
LWX6485	P00SJ000Y1	31/08/2017	66700	230 * XIII	195.23
MJE0060	P00KC000R3	24/09/2017	66700	230 * XIII	195.23
MJB9836	P00S8001DP	14/10/2017	67000	230 * XVI	195.23
MEA5852	P00R9001WV	11/10/2017	67000	230 * XVI	195.23
MHV7762	P00KC000Q8	18/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
LXS3773	P00R9001XZ	16/10/2017	67690	230 * XXII	130.16
LXS3773	P00S60015F	19/10/2017	67690	230 * XXII	130.16
MDB3398	P00PZ000NV	17/10/2017	69120	232	88.38
LXS3773	P00R9001XX	16/10/2017	69120	232	88.38
LWX6485	P00SJ000Y0	31/08/2017	69120	232	88.38
AHC7964	P00SF0013T	26/08/2017	73400	252 * IV	130.16
MGY6621	P00SF0013Z	26/08/2017	73400	252 * IV	130.16
MGA3233	P00SJ0013W	15/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MJX4981	P00S20018N	16/10/2017	73580	252 * V	130.16
LXY4202	P00SD00135	14/10/2017	51691	165	2934.68
ANB2000	P00SF0018J	08/10/2017	51691	165	2934.68
ANB2000	P00SF0018H	08/10/2017	65992	230 * V	293.47
IKE5322	P00SJ000Y5	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
AHC7964	P00SF0013S	26/08/2017	65992	230 * V	293.47
LWX6485	P00SJ000XY	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBC0023	P00SL001OQ	20/08/2017	65992	230 * V	293.47
MCD8003	P00RB000GD	27/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBB0641	P00S80019P	06/08/2017	65992	230 * V	293.47
MHG5182	P00S7000YA	12/10/2017	65992	230 * V	293.47
HTS6646	P00SL0020X	29/10/2017	65992	230 * V	293.47
AFE7077	P00SB001GI	28/10/2017	66102	230 * VII	195.23
MIX2577	P00S600156	17/10/2017	66102	230 * VII	195.23
LXB2334	P00SB001FX	18/10/2017	66102	230 * VII	195.23
MBB0641	P00S80019Q	06/08/2017	66102	230 * VII	195.23
MHF9902	P00S8001AX	02/09/2017	66102	230 * VII	195.23
MJB9836	P00S8001DQ	14/10/2017	66102	230 * VII	195.23
MCD8003	P00RB000GE	27/08/2017	66531	230 * XI	195.23
MHG5182	P00S7000Y9	12/10/2017	66532	230 * XI	195.23
MEO2354	P00SL001RD	29/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MJB9836	P00S8001DS	14/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LXS3773	P00S60015G	19/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO
DELEGADO REGIONAL - 15A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2667/2017

Publicação Nº 1474079

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - 281750

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2667/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKI0762	54298872N	18/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MMC7386	54300377N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIC6976	54306491N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHL4900	54308436N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MHA7801	54314373N	31/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MHK3187	P00SJ00141	15/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47
LZH0018	P00SD00138	15/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47
QHW5864	P00SF0017X	25/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
QHD1643	P00S60013Q	30/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
QHD0723	P00R9001Q4	17/08/2017	76251	ART 181, XX	293.47
QHN0308	P00S2000XO	07/07/2017	76251	ART 181, XX	293.47
IUB0023	P00SF0011D	21/07/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MDS6797	P00SI000ZZ	23/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MMI6273	P00S7000PK	25/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MEN3890	P00R9001Q7	17/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MGZ1746	P00S60014V	14/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
DWK2103	P00R9001XU	15/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MDP6985	P00R9001XR	14/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MDW7837	P00SF00177	17/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MGY9408	P00R9001WT	11/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
DWK2103	P00S60014Z	15/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
KXO3579	P00S7000Z1	29/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MBQ4835	P00SH000X0	26/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
HVQ3296	P00SJ000ZK	27/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKY6283	P00S200167	11/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47

MKA1284	P00SL001TU	13/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
CWB3930	P00SJ000YL	04/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGR8046	P00SF00136	14/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIC8253	P00SF0013N	26/08/2017	52070	169	88.38
MIL8193	P00R50018H	30/09/2017	52070	169	88.38
MLW1151	P00SB001EH	05/10/2017	52070	169	88.38
MHP6792	P00SJ0013I	13/10/2017	52070	169	88.38
MJR3995	P00S20018P	16/10/2017	52070	169	88.38
MIY9785	P00S20018Q	16/10/2017	52070	169	88.38
MDZ2043	P00S8001ET	17/10/2017	52070	169	88.38
MGV3319	P00S60014U	12/10/2017	54790	181 * X	130.16
MCT8986	P00S20018H	15/10/2017	55250	181 * XV	130.16
NGF4976	P00SD00131	14/10/2017	55250	181 * XV	130.16
LYO1837	P00SB001CS	27/09/2017	55250	181 * XV	130.16
CEG4019	P00S7000R7	03/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MFH0064	P00SD000VZ	01/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MLY0044	P00SB0017K	22/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MAO7060	P00S7000RM	03/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MDI6968	P00SJ000W2	23/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MHB6070	P00S60010G	01/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
NGF4976	P00SD00132	14/10/2017	55680	181 * XIX	195.23
ISD7837	P00SB0015E	11/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MHU9334	P00S80012W	03/07/2017	55680	181 * XIX	195.23
MIK9599	P00R50012Q	15/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MEP4875	P00S8001F4	17/10/2017	55680	181 * XIX	195.23
MLO1019	P00SH00113	16/10/2017	55680	181 * XIX	195.23
MIZ6393	P00S8001DE	12/10/2017	57200	186 * I	195.23
MIR9491	P00SB001AO	09/09/2017	57380	186 * II	293.47
AQA1104	P00S7000X6	10/10/2017	58000	192	195.23
MHI5941	P00S7000XM	10/10/2017	58000	192	195.23
MEQ1539	P00S7000XO	10/10/2017	58000	192	195.23
ASI2730	P00S20017V	06/10/2017	58000	192	195.23
MMC9828	P00SJ0012A	09/10/2017	58000	192	195.23
MGD4634	P00SJ0012I	09/10/2017	58000	192	195.23
MFJ5402	P00R9001XA	13/10/2017	58000	192	195.23
MFC0585	P00R9001X3	13/10/2017	58000	192	195.23
MLC1167	P00R9001X4	13/10/2017	58000	192	195.23
MFC0585	P00SF0019P	17/10/2017	58000	192	195.23
ABQ3213	P00SF001AN	30/10/2017	58000	192	195.23
MKA6252	P00S8001EW	17/10/2017	61220	214 * I	293.47
MMD2835	P00S8001DK	13/10/2017	64910	227 * II	88.38
MET0586	P00SL001W1	22/09/2017	68580	231 * VII	130.16
LYG4221	P00SH000TO	06/09/2017	72340	250 * I * a	130.16
MDT0557	P00SI0013T	18/10/2017	72340	250 * I * a	130.16
MED1842	P00S8001G5	25/10/2017	51851	167	195.23
MAY5065	P00SB001FZ	18/10/2017	51851	167	195.23
LXS3773	P00S60015I	19/10/2017	51851	167	195.23
DLB2522	P00SB001GV	30/10/2017	51851	167	195.23
AGM0801	P00SD0010U	24/09/2017	51851	167	195.23
DMG3800	P00SD000ZL	15/09/2017	51851	167	195.23
MJJ5794	P00SL001X8	26/09/2017	51851	167	195.23
MJB9836	P00S8001DT	14/10/2017	51851	167	195.23
NNW5499	P00SH000XW	30/09/2017	51851	167	195.23
LYA2826	P00S7000PT	26/08/2017	51851	167	195.23
LWX6485	P00SJ000Y2	31/08/2017	51851	167	195.23
MCR4565	P00SJ000X6	26/08/2017	51851	167	195.23
MIZ7415	P00S7000O3	15/08/2017	51851	167	195.23
MNO4432	P00SJ000VQ	22/08/2017	51851	167	195.23
MED3750	P00SJ000VR	22/08/2017	51851	167	195.23
MGT1544	P00S7000OS	19/08/2017	51851	167	195.23
ADS6747	P00S7000WI	10/10/2017	51852	167	195.23
MFR7589	P00SH000WV	26/09/2017	51852	167	195.23
MEV0522	P00SD000WN	03/09/2017	51852	167	195.23

MEX0014	P00S20013C	30/08/2017	51852	167		195.23
LXS3773	P00S60015J	19/10/2017	51852	167		195.23
MFA5170	P00S8001EO	17/10/2017	51852	167		195.23
MJH8143	P00S8001F3	17/10/2017	52152	170		293.47
MFY3747	P00R9001WM	09/10/2017	54521	181	* VIII	195.23
MDO6244	P00SJ0011P	06/10/2017	54523	181	* VIII	195.23
CAP0528	P00SF00191	14/10/2017	54523	181	* VIII	195.23
MIM9346	P00S7000VN	26/09/2017	54523	181	* VIII	195.23
AKE8036	P00SH0011U	23/10/2017	54523	181	* VIII	195.23
ISM4355	P00SD0014S	28/10/2017	54523	181	* VIII	195.23
MEG3243	P00SH000X5	27/09/2017	56222	182	* VI	88.38
ANP6162	P00SH000UR	13/09/2017	56731	183		130.16
KEX5176	P00SH00110	16/10/2017	56731	183		130.16
MGG3465	P00RB000FY	19/08/2017	58192	193		880.40
QIS1145	P00SI0011W	13/09/2017	60501	208		293.47
APJ6854	P00S60012H	14/09/2017	60501	208		293.47
ALI6462	P00SF0019A	17/10/2017	68662	231	* VIII	130.16
MBY7726	P00SL001N6	11/08/2017	57970	191		2934.68
MGD0454	P00SD000S4	10/07/2017	59593	203	* IV	1467.34
MFH4235	P00SJ000QY	08/07/2017	59594	203	* IV	1467.34
ASU2278	P00SD000UZ	26/08/2017	59670	203	* V	1467.34
MAA5235	P00SJ000YD	04/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MAZ6316	P00SD000WB	01/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MJH8143	P00S8001F2	17/10/2017	59670	203	* V	1467.34
IQJ9920	P00SB001A1	08/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MDV1846	P00S200189	12/10/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MGK1324	P00R500131	16/08/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MEZ6141	P00SI000ZP	18/08/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MLH7864	54883412G	19/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
APX5187	54883431G	21/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MDE1870	54883481G	22/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MFF2628	54883517G	23/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
AUW5276	54883537G	24/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MLA6541	54883611G	29/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
IFP5948	54883658G	31/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MMF4153	54882846G	31/07/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
JPP3713	54883034G	05/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MIP5172	54883038G	05/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MKA8442	54883046G	05/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
CRE1436	54883058G	07/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QIO2364	54883061G	07/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MJR6316	54883080G	07/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MAE6086	54883082G	07/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MEO0011	54883089G	08/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MLZ9340	54883092G	08/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
ALW1962	54883104G	08/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MIK0116	54883107G	08/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
IOP4800	54883112G	08/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
IOP4800	54883121G	08/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MBH2687	54883136G	09/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MIU5778	54883142G	09/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
GAU4116	54883144G	09/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MDB9207	54883159G	10/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QIC5543	54883177G	10/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MKS4317	54883207G	11/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MAU8295	54883214G	11/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MIM4392	54883227G	11/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
AVF9575	54883244G	12/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MDI7035	54883247G	12/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QHT0224	54883252G	12/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MDB8585	54883255G	12/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QIA1517	54883259G	12/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
BAN8201	54883265G	12/08/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146	195.23

AVF9575	54883269G	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IKS5416	54883317G	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIL3159	54883321G	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFR7520	54883330G	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
APA6503	54883331G	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OLP5464	54883333G	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CRE1436	54883351G	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDC7308	54883358G	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLZ4342	54883400G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLL1977	54883407G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDH1803	P00S8001EM	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KVF7568	54883786G	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMK3226	54883823G	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDB3426	54883876G	09/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAK7857	54883970G	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PQK5101	54884181G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXF0456	54884278G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHQ8025	54884280G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXF0456	54884295G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFU1769	54884724G	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLH6193	54884948G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHD0926	54884951G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHN8840	54884977G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHV5310	54884996G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CVA9324	54884329G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AZK0528	54884330G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKZ2578	54884334G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FIU3035	54884337G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KAI5577	54884339G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CHQ7426	54884356G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884367G	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MES6548	54884374G	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884378G	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLF7553	54884382G	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHN0785	54884388G	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PXN3575	54884389G	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDI6995	54884402G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDI6995	54884404G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCZ2803	54884411G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AIZ7916	54884412G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AAD1343	54884413G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEN8899	54884417G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBW5582	54884421G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AOS1448	54884422G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ACM3292	54884426G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDQ9153	54884427G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHR5480	54884439G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IKU5378	54884441G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884465G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIW2611	54884469G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKI6133	54884471G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AIZ7916	54884476G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884477G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884482G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIS4915	54884487G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLB6763	54884490G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QJS1919	54884497G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDR6910	54884499G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QID0559	54884503G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKS1919	54884512G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFW0045	54884513G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HJU5551	54884516G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCB5450	54884519G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MBT3379	54884520G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZD2638	54884523G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDM5234	54884527G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFO7158	54884531G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBW7233	54884536G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEX0048	54884539G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCK8768	54884541G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NTF8502	54884543G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLU2508	54884548G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FGY3551	54884549G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884554G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884558G	07/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHR3678	54884567G	07/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884572G	07/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHN8884	54884586G	07/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AMU7158	54884590G	09/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AME5256	54884607G	09/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884608G	09/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHP8962	54884612G	09/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBH6672	54884620G	09/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIQ5666	54884622G	09/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIA2802	54884624G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMD4276	54884628G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGY7695	54884632G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGI0597	54884634G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FIU3035	54884637G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MXV0684	54884640G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IMB0030	54884645G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFE0284	54884649G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCO0866	54884652G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IRB0908	54884653G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IDG1841	54884660G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHA3848	54884663G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MML4557	54884666G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AQS5864	54884671G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AMX1977	54884678G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NTF8502	54884684G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AXL0622	54884685G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884690G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBG3686	54884698G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC3064	54884703G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AKC1510	54884707G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AVV3880	54884722G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYG9292	P00R50013O	29/08/2017	73662	252*VI			130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8588 1341/2017

Publicação Nº 1473702

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - FS - 281750

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE TRANSITO N.8588 1341/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJO7531	54298364N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLT6910	54298369N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLT6910	54298373N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIQ0016	8588283292	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
LCR7932	8588282690	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLU5105	8588282957	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLU5105	8588283119	22/07/2017	74550	218 * I	130.16
MCI3104	8588283344	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
FSG0124	8588283356	29/07/2017	74550	218 * I	130.16
KVU8912	8588283504	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
KKA0439	8588283554	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHL6491	8588283574	02/08/2017	60503	208	293.47
JUG9326	8588283594	30/07/2017	60503	208	293.47
MNP3952	8588283609	04/08/2017	60503	208	293.47
AMG2112	8588283616	04/08/2017	60503	208	293.47
MHF5775	8588283618	04/08/2017	60503	208	293.47
AND2876	8588283620	05/08/2017	60503	208	293.47
MIK0018	8588283632	31/07/2017	60503	208	293.47
FKA1925	8588283638	04/08/2017	60503	208	293.47
IVH0469	8588283640	05/08/2017	60503	208	293.47
MDH9337	8588283652	05/08/2017	60503	208	293.47
MLR5639	8588283655	05/08/2017	60503	208	293.47
MKB9920	8588283677	02/08/2017	60503	208	293.47
MHL4515	8588283700	05/08/2017	60503	208	293.47
MCM2922	8588283708	05/08/2017	60503	208	293.47
QHJ4869	8588283738	05/08/2017	60503	208	293.47
MDZ7874	8588283740	05/08/2017	60503	208	293.47
MDP8838	8588283776	30/07/2017	60503	208	293.47
MKD8675	8588283809	04/08/2017	60503	208	293.47
QJS0018	8588283434	31/07/2017	60503	208	293.47
DEL1933	8588283451	05/08/2017	60503	208	293.47
MLS3828	8588283452	05/08/2017	60503	208	293.47
MGZ9176	8588283145	25/07/2017	60503	208	293.47
MIG9844	8588283238	27/07/2017	60503	208	293.47
IWO4028	8588283291	27/07/2017	60503	208	293.47
MHN4983	8588283297	28/07/2017	60503	208	293.47
MDA0900	8588282609	17/07/2017	60503	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8589 1345/2017

Publicação Nº 1473701

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - LE - 281750

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8589 1345/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJU2501	54290638N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIA9910	8589285852	02/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGX2833	8589285867	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MEK0898	8589285565	25/07/2017	74550	218 * I	130.16
MIG9844	8589285604	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLA6384	8589285605	26/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHP0713	8589285615	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
HHR6561	8589285631	26/07/2017	74550	218 * I	130.16
MEL4490	8589285636	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
FFX4189	8589285659	26/07/2017	74550	218 * I	130.16
FSH7177	8589285676	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
MDF6675	8589285690	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
MEP7006	8589285707	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKO5111	8589285719	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
CCO9447	8589285912	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MBX9827	8589285922	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHG7806	8589285930	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHE4251	8589285953	02/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGI4957	8589285957	02/08/2017	74550	218 * I	130.16
KYM3862	8589285959	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MGL8184	8589286002	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHW7245	8589286004	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIE0424	8589286037	04/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJV4812	8589286038	04/08/2017	74550	218 * I	130.16
FLG7551	8589286042	04/08/2017	74550	218 * I	130.16
AYN2428	8589286070	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
QIA1245	8589286086	31/07/2017	74550	218 * I	130.16
MGT0298	8589286096	03/08/2017	74550	218 * I	130.16
MBG8831	8589286103	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MFM1095	8589286109	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHA3097	8589286135	30/07/2017	74550	218 * I	130.16

MMI3620	8589286161	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CYY3330	8589286172	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE5019	8589286188	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ENH0610	8589286212	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGL8184	8589285892	02/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKF4703	8589285826	29/07/2017	74630	218	*	II	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8776 609/2017

Publicação Nº 1473654

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - RADAR MOVEL -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8776 609/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ETV5979	54287305N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
EUT5875	54303661N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MEO2569	54306682N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMD0435	8776035967	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
EEU4877	8776036355	31/07/2017	74550	218 * I	130.16
MGT3239	8776036289	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
MDB7839	8776036325	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHD0723	8776036337	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKC3295	8776036125	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKM3323	8776036146	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
MIX7930	8776036151	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLL1977	8776036168	27/07/2017	74630	218 * II	195.23
MJW1435	8776036229	28/07/2017	74630	218 * II	195.23
MKI0370	8776036252	28/07/2017	74630	218 * II	195.23
MHE4251	8776036285	28/07/2017	74630	218 * II	195.23
MKL0708	8776036126	27/07/2017	74630	218 * II	195.23
AUJ4334	8776036139	27/07/2017	74630	218 * II	195.23
MAZ5569	8776036343	01/08/2017	74630	218 * II	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2664/2017

Publicação Nº 1474082

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2664/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAJ5776	P00S700115	15/11/2017	75790	165 A
AFK0769	P00SD0017S	19/11/2017	75790	165 A
MCF9614	P00SL0022A	21/11/2017	50100	162 * I
MFI1316	P00SF001C3	11/11/2017	50100	162 * I
ANB2000	P00S2001F6	07/12/2017	50100	162 * I
ANY7481	P00SL0024T	09/12/2017	50100	162 * I
MDE6723	P00R900247	11/12/2017	50100	162 * I
DOW0645	P00R5001HF	15/12/2017	50100	162 * I
MBX8667	P00SF001FU	09/12/2017	50450	162 * V
MDE6723	P00R900248	11/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
DOW0645	P00R5001HG	15/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
ANB2000	P00S2001F7	07/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCF9614	P00SL0022B	21/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LWV5861	P00R90024C	11/12/2017	52900	176 * II
DSS6376	P00SL0025E	13/12/2017	64080	221
MBE6423	P00SJ001AV	06/12/2017	64080	221
BUO6731	P00R5001CB	18/11/2017	65480	229
AJU4802	P00S2001F2	07/12/2017	66700	230 * XIII
MFL7179	P00S6001CU	14/12/2017	66700	230 * XIII
MCU4266	P00QZ000K9	12/12/2017	67690	230 * XXII
AFK0769	P00SD0017T	19/11/2017	67690	230 * XXII
AFK0769	P00SD0017R	19/11/2017	69120	232
MBV4203	P00R5001H4	10/12/2017	69120	232
MBX8667	P00SF001FV	09/12/2017	69630	237

ESK0196	P00R5001CW	18/11/2017	73400	252	*	IV
AJX5933	P00R5001C0	18/11/2017	73580	252	*	V
MEW5920	P00SI0019B	07/12/2017	73580	252	*	V
LOO5439	P00S70011X	18/11/2017	51691	165		
DKB6899	P00SL0021D	08/11/2017	51691	165		
AOC1586	P00R900243	09/12/2017	51692	165		
MBV4203	P00R5001GZ	10/12/2017	65992	230	*	V
AOC1586	P00R900242	09/12/2017	65992	230	*	V
ANB2000	P00S2001F4	07/12/2017	65992	230	*	V
QIE2289	P00SL00254	11/12/2017	65992	230	*	V
LWV5861	P00R90024A	11/12/2017	65992	230	*	V
MHQ4336	P00SI0019Q	16/12/2017	65992	230	*	V
MBP9395	P00SD0015M	11/11/2017	65992	230	*	V
JKT5034	P00S70010V	11/11/2017	65992	230	*	V
ICF3833	P00S50009Z	20/11/2017	65992	230	*	V
MCF9614	P00SL0022C	21/11/2017	65992	230	*	V
AFP0264	P00S6001C1	07/12/2017	65992	230	*	V
BXM3414	P00SD001A5	08/12/2017	65992	230	*	V
MFV6091	P00SJ001B5	08/12/2017	65992	230	*	V
MMK6276	P00SD001A7	08/12/2017	65992	230	*	V
MBX8667	P00SF001FT	09/12/2017	65992	230	*	V
LZV0705	P00QZ000JS	06/12/2017	65992	230	*	V
AJU4802	P00S2001F1	07/12/2017	66102	230	*	VII
LZV0705	P00QZ000JR	06/12/2017	66371	230	*	IX
LWV5861	P00R90024B	11/12/2017	66371	230	*	IX
DOL7188	P00SF001EP	22/11/2017	66372	230	*	IX
MDT0385	P00S2001CL	12/11/2017	66372	230	*	IX
MHC1555	P00SI0015B	02/11/2017	66532	230	*	XI
LZV0705	P00QZ000JT	06/12/2017	67261	230	*	XVIII
AJU4802	P00S2001F3	07/12/2017	67261	230	*	XVIII
ANY7481	P00SL0024S	09/12/2017	67261	230	*	XVIII
AFP0264	P00S6001C2	07/12/2017	67261	230	*	XVIII
MDE6723	P00R900249	11/12/2017	67261	230	*	XVIII
ANB2000	P00S2001F5	07/12/2017	67261	230	*	XVIII
ACD1690	P00SB001HV	13/12/2017	67261	230	*	XVIII
MFL7179	P00S6001CV	14/12/2017	67261	230	*	XVIII
MIM3070	P00S2001FL	12/12/2017	52741	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO
DELEGADO REGIONAL - 15A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2665/2017

Publicação Nº 1474081

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - 281750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8041 2665/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ENY2825	54316629N	07/11/2017	50020	257 ã 8\$
MKA0723	54318269N	13/11/2017	50020	257 ã 8\$
QHK4952	54318273N	13/11/2017	50020	257 ã 8\$
MJW8177	54327341N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
QHE8667	54329321N	15/12/2017	50020	257 ã 8\$
MCM2888	P00SD001AS	11/12/2017	76251	ART 181, XX
DVB8937	P00SD001AT	11/12/2017	76252	ART 181, XX
MFC1998	P00SD001AU	11/12/2017	76252	ART 181, XX
GYS3431	P00S6001CR	14/12/2017	76252	ART 181, XX
MGL6420	P00SH00165	06/12/2017	76252	ART 181, XX
MDF0287	P00R90023G	06/12/2017	76252	ART 181, XX
MLE7878	P00S70013M	07/12/2017	76252	ART 181, XX
MIY3871	P00S70010Y	12/11/2017	76252	ART 181, XX
CIO8603	P00PZ000OB	11/11/2017	76252	ART 181, XX
MMT6087	P00SI0018O	24/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MBI6290	P00S6001C8	07/12/2017	76332	ART 252, UNICO
QHM6618	P00SJ001B7	08/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MFE5472	P00R90023L	07/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MEV6096	P00SJ001AZ	06/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MEV6096	P00SJ001B0	06/12/2017	76332	ART 252, UNICO
BAC7799	P00SJ001BL	12/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MGW5812	P00SF001G5	12/12/2017	52070	169
QIQ7499	P00SF001G2	10/12/2017	52070	169
MEV6096	P00SJ001AW	06/12/2017	52070	169
MJU8703	P00SD001AD	09/12/2017	52070	169
MGN6899	P00SF001FI	08/12/2017	52070	169
MHV4072	P00R5001CO	18/11/2017	52070	169
ESK0196	P00R5001CV	18/11/2017	52070	169
QIN6591	P00S2001CO	12/11/2017	52070	169
MHT3556	P00S8001JH	11/11/2017	52070	169
DMR3016	P00KC000T3	12/11/2017	52070	169
LYX8380	P00SF001C2	11/11/2017	52070	169
MEY9847	P00SD0015S	11/11/2017	52070	169
MLZ2598	P00SD00162	11/11/2017	52070	169
QHZ6313	P00SD00165	11/11/2017	52070	169
MBX3292	P00SI0016M	06/11/2017	52070	169
MGD7877	P00S600174	09/11/2017	52070	169
MMF9249	P00SH00169	07/12/2017	53800	181 * I
MMK6938	P00SF001GB	12/12/2017	53980	181 * II
MFE1623	P00R5001H6	11/12/2017	54600	181 * IX
MLB2245	P00S8001M3	09/12/2017	54600	181 * IX
MGD9841	P00S8001M5	09/12/2017	54600	181 * IX
MDN8240	P00R5001E0	19/11/2017	54600	181 * IX
NUL2188	P00S6001BI	06/12/2017	54790	181 * X
MFY6752	P00S70013N	07/12/2017	55090	181 * XIII
MHX7026	P00S2001DM	19/11/2017	55500	181 * XVIII
MHH8865	P00S60018H	19/11/2017	55500	181 * XVIII
MET6109	P00S60018N	19/11/2017	55500	181 * XVIII
MIT9336	P00S60018O	18/11/2017	55500	181 * XVIII

MJB8814	P00SD0016R	11/11/2017	55500	181	*	XVIII
MKX7487	P00R90020X	11/11/2017	55500	181	*	XVIII
MEN3368	P00SJ00166	12/11/2017	55500	181	*	XVIII
MIV1341	P00SJ0016A	12/11/2017	55500	181	*	XVIII
QHH4895	P00R90020Y	11/11/2017	55680	181	*	XIX
EGO4390	P00SI0016E	06/11/2017	55680	181	*	XIX
OTK7043	P00SD00151	30/10/2017	55680	181	*	XIX
MEU6355	P00S8001I9	08/11/2017	55680	181	*	XIX
CMH5480	P00R90021U	21/11/2017	55680	181	*	XIX
MIV3840	P00SL0021R	12/11/2017	56300	182	*	VII
MFV5695	P00SL0021U	12/11/2017	56300	182	*	VII
MFE1713	P00SJ00187	19/11/2017	57380	186	*	II
MEY4578	P00SL0024P	09/12/2017	57380	186	*	II
LXV6017	P00S8001MA	10/12/2017	57380	186	*	II
MAW7390	P00R5001B4	08/11/2017	57380	186	*	II
MJK7167	P00SF001C5	11/11/2017	57380	186	*	II
AJL5836	P00QV000FO	11/12/2017	57380	186	*	II
MGD0638	P00SJ001BB	12/12/2017	58000	192		
LYA2148	P00SJ001BJ	12/12/2017	58000	192		
MEM7758	P00SJ001BK	12/12/2017	58000	192		
AWE9832	P00SL0025R	13/12/2017	58000	192		
MGG9951	P00SL0025V	13/12/2017	58000	192		
MGE1574	P00SL00260	13/12/2017	58000	192		
MDY2844	P00SL0025I	13/12/2017	58000	192		
MKR2607	P00SL0025K	13/12/2017	58000	192		
MDB8431	P00SL0025L	13/12/2017	58000	192		
MKF6290	P00SJ0015F	05/11/2017	58000	192		
MFB9732	P00S8001HB	06/11/2017	58000	192		
MIU7321	P00S8001LT	09/12/2017	58000	192		
MHB9234	P00SH0013A	08/11/2017	58780	199		
QHZ8092	P00SD001AN	09/12/2017	59910	206	*	I
MKW2762	P00SJ001B1	06/12/2017	61220	214	*	I
MIT6061	P00SF001DX	20/11/2017	61220	214	*	I
MHL2565	P00S6001BD	06/12/2017	61220	214	*	I
MDJ5249	P00R90023E	06/12/2017	61220	214	*	I
CHP7696	P00SJ0017Y	19/11/2017	61220	214	*	I
MEB8864	P00R5001D9	18/11/2017	61220	214	*	I
QHS4064	P00S70011L	15/11/2017	61220	214	*	I
OAX7038	P00SJ0016U	14/11/2017	61220	214	*	I
MJV8111	P00R5001B1	07/11/2017	61220	214	*	I
MKI3195	P00S8001I0	07/11/2017	61220	214	*	I
QIQ7499	P00SF001G1	10/12/2017	61220	214	*	I
MMB1116	P00R5001H7	12/12/2017	61220	214	*	I
CYB5157	P00S70011S	15/11/2017	61300	214	*	II
LWT4705	P00SB001IA	16/12/2017	65300	228		
MAG5779	P00SD0016U	11/11/2017	72340	250	*	I * a
LUU9620	P00R5001C8	18/11/2017	51851	167		
DEV0432	P00S700120	19/11/2017	51851	167		
ARD7089	P00SI0019A	07/12/2017	51851	167		
MFH0441	P00SJ001B4	07/12/2017	51851	167		
MFE5472	P00R90023M	07/12/2017	51851	167		
MAX0903	P00SL0021A	07/11/2017	51851	167		
MDZ2116	P00S8001HU	07/11/2017	51851	167		
AKN9894	P00S8001HW	07/11/2017	51851	167		
MGC7470	P00R90020R	11/11/2017	51851	167		
MJS3664	P00SI0016Q	08/11/2017	51851	167		
MAJ8882	P00SF001GC	12/12/2017	51851	167		
MJW6796	P00SH0016V	11/12/2017	51851	167		
MDG0178	P00S2001G4	13/12/2017	51851	167		
MGT0607	P00R90024N	14/12/2017	51852	167		
MJR0366	P00SH00171	13/12/2017	51852	167		
HEJ6483	P00SH00175	14/12/2017	51852	167		
MIM4014	P00S8001IV	11/11/2017	51852	167		

MBX8667	P00SF001FW	09/12/2017	51852	167	
OKH8444	P00SH00139	08/11/2017	54284	181	* V
MAI6893	P00SF001C4	11/11/2017	54521	181	* VIII
KQX3916	P00SH0016F	07/12/2017	54521	181	* VIII
MFK1235	P00SH0014I	21/11/2017	54521	181	* VIII
MGT5622	P00S8001JJ	12/11/2017	54521	181	* VIII
IMK7803	P00SH0016X	12/12/2017	54521	181	* VIII
MI11787	P00SH0016Z	13/12/2017	54523	181	* VIII
MIW7313	P00SB001I1	13/12/2017	54523	181	* VIII
MLV6973	P00S2001BM	12/11/2017	54523	181	* VIII
MDF3323	P00S2001BP	12/11/2017	54523	181	* VIII
MEI7563	P00SH0016I	08/12/2017	54523	181	* VIII
AOL4466	P00SJ001B6	08/12/2017	54523	181	* VIII
MLY1041	P00S7000YU	29/10/2017	54523	181	* VIII
MHP6835	P00SH0013E	10/11/2017	54523	181	* VIII
MEV6096	P00SJ001AX	06/12/2017	56731	183	
MIN3748	P00S6001DD	16/12/2017	58192	193	
MEV6096	P00SJ001AY	06/12/2017	58434	196	
LXL1009	P00SL00222	12/11/2017	60501	208	
MEZ9164	P00R5001HB	14/12/2017	60501	208	
QIC9966	P00SL0021Z	12/11/2017	60681	209	
MEH3682	P00S2001F9	09/12/2017	60681	209	
MBV4203	P00R5001H0	10/12/2017	70301	244	* I
MBV4203	P00R5001H1	10/12/2017	70481	244	* II
MFV5174	P00SI00199	07/12/2017	59670	203	* V
MBG2744	P00S6001CT	14/12/2017	59670	203	* V
QIJ0425	P00SH0016S	11/12/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
MKP7394	P00SH0016H	07/12/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
MIR2634	P00SH0013J	12/11/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
MHU3334	P00QV000FH	08/12/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
BAY7716	54885012G	26/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MKI5329	54885017G	26/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MIJ4689	54885026G	26/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
QHV2411	54885027G	26/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MLL0694	54885031G	26/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
QJJ1008	54885038G	26/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MGN6024	54885047G	27/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
QIJ5024	54885081G	28/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MHS2791	54885085G	28/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MHA2312	54885087G	28/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MLD9835	54885092G	28/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MLO2080	54885093G	28/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
LYX7270	54885103G	28/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MLE3510	54885104G	28/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MID2476	54885139G	31/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MFV3534	54885141G	31/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MGN1438	54885153G	31/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MIS8728	54885172G	01/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
LNR4332	54885183G	03/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MHM4884	54885184G	03/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MGT6684	54885194G	03/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MBJ1674	54885196G	03/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MCB9433	54885197G	03/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
AKL1663	54885198G	03/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MDU0921	54885213G	03/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MLQ7895	54885219G	04/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
LXD2500	54885226G	04/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MIL1727	54885229G	04/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MGH1414	54885238G	06/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MFH6094	54885240G	06/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MKH5584	54885242G	06/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MGK9571	54885252G	06/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
IBZ7904	54885253G	06/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146

LNR4332	54885258G	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEV5788	54885606G	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AKA2043	54885615G	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLA5266	54885620G	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXA7537	54885622G	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LWS6750	54885623G	25/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHZ7765	54885630G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKG7364	54885631G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFE5472	54885635G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBT4994	54885640G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDD3644	54885653G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OXE7783	54885656G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DGW1133	54885661G	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMC9604	54885663G	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYJ2597	54885674G	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIC1556	54885676G	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DGW1133	54885681G	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DGW1133	54885684G	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IFP5948	54885693G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLK2776	54885694G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ATB7972	54885696G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AIM1150	54885699G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHN4240	54885701G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHG6699	54885706G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBY3134	54885708G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHR6438	54885710G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGV9385	54885713G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASZ7890	54885718G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGX6581	54885721G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXJ2000	54885722G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLQ8275	54885728G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIE0284	54885737G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFI1026	54885741G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHF6769	54885743G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEH8668	54885744G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLA4037	54885745G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAX1962	54885751G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IQM1227	54885753G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJA5745	54885755G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKS1919	54885757G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBA7105	54885760G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ARX7611	54885787G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
PXN3575	54885790G	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ORF5041	54885791G	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKI5708	54885796G	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDY5262	54885800G	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HMI9075	54885802G	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHF8057	54885806G	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFB8294	54885812G	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCZ6592	54885814G	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ORF5041	54885821G	04/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAO8182	54885822G	04/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFQ2303	54885823G	04/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASB0498	54885832G	04/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHN9680	54885848G	04/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIW2611	54885850G	04/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFK9016	54885854G	04/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CCL2327	54885861G	05/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIW2611	54885862G	05/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHD0418	54885865G	05/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIP2708	54885866G	05/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKI5107	54885867G	05/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFP2206	54885876G	05/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MKV5640	54885881G	05/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIA9939	54885883G	05/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ATG7564	54885886G	05/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLM8844	54885887G	05/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDB0749	54885900G	06/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLF7553	54885908G	06/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CIP5224	54885911G	06/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EMR5515	54885912G	06/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IFP5948	54885916G	06/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHI4446	54885923G	06/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJT5720	54885925G	06/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IVT9362	54885930G	07/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCH6845	54885931G	07/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIA2802	54885932G	07/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFE8088	54885942G	07/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHY8997	54885944G	07/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ELS4572	54885949G	07/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IVT9362	54885952G	07/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZX3772	54885961G	07/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDP6104	54885962G	07/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFP5183	54885965G	07/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HRN4152	54885966G	07/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGS5843	54885977G	08/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEW5080	54885979G	08/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEJ4524	54885994G	08/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCT0576	54886004G	08/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGZ8548	54886038G	09/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DQJ6561	54886043G	09/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ANK5682	54886044G	09/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJI8112	P00KC000SQ	11/11/2017	55413	181*XVII	c/	Lei13146
CJV7455	P00S700116	15/11/2017	55413	181*XVII	c/	Lei13146
DTZ6973	P00SF001CG	12/11/2017	55413	181*XVII	c/	Lei13146
AXQ1103	P00S2001BD	12/11/2017	55413	181*XVII	c/	Lei13146
MMB6894	P00SD0016M	11/11/2017	55413	181*XVII	c/	Lei13146
MEZ7465	P00S6001CF	08/12/2017	73662	252*VI		
ACF2807	P00R5001H8	12/12/2017	73662	252*VI		
MGY2349	P00R5001HH	15/12/2017	73662	252*VI		
MJG5921	P00R5001HL	15/12/2017	73662	252*VI		
MMA1697	P00QV000FY	15/12/2017	73662	252*VI		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8588 1340/2017

Publicação Nº 1473703

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - FS - 281750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8588 1340/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MZY2604	8588283936	21/10/2017	74550	218 * I
MAR0768	8588283947	22/10/2017	74550	218 * I
MJV8054	8588283979	20/10/2017	74550	218 * I
LYX6915	8588283984	20/10/2017	74550	218 * I
MEG7938	8588283989	20/10/2017	74550	218 * I
QIG7113	8588284097	18/10/2017	74550	218 * I
MLM0902	8588284113	18/10/2017	74550	218 * I
QIG7465	8588283965	20/10/2017	74550	218 * I
CQW5819	8588284184	17/10/2017	74550	218 * I
QIM4942	8588284251	16/10/2017	74550	218 * I
MGB9687	8588284328	23/10/2017	74550	218 * I
AVD7012	8588284356	25/10/2017	74550	218 * I
QHB0777	8588284073	19/10/2017	74550	218 * I
MLS5909	8588284385	25/10/2017	74550	218 * I
MFR3928	8588284457	23/10/2017	74550	218 * I
MLY3929	8588284458	23/10/2017	74550	218 * I
EPZ9593	8588284403	24/10/2017	74550	218 * I
QHF4018	8588284412	24/10/2017	74550	218 * I
AIG7069	8588284493	22/10/2017	74550	218 * I
MCS5221	8588284495	22/10/2017	74550	218 * I
MJM0405	8588284497	22/10/2017	74550	218 * I
MNQ1152	8588284505	22/10/2017	74550	218 * I
BDU2277	8588284512	22/10/2017	74550	218 * I
QHT3795	8588284525	22/10/2017	74550	218 * I
MIV2324	8588284527	22/10/2017	74550	218 * I
MCS5221	8588284517	22/10/2017	74550	218 * I
MLA3782	8588284590	21/10/2017	74550	218 * I
QIG0488	8588284614	03/11/2017	74550	218 * I
QHG8633	8588284776	01/11/2017	74550	218 * I
MKH9277	8588284789	01/11/2017	74550	218 * I
MHX8824	8588284937	31/10/2017	74550	218 * I
MGZ9169	8588285029	29/10/2017	74550	218 * I
KPW2522	8588285076	28/10/2017	74550	218 * I
CWV4450	8588285137	28/10/2017	74550	218 * I
MIV3703	8588284870	01/11/2017	74550	218 * I
AUJ8755	8588286332	13/11/2017	74550	218 * I
ETV1613	8588286440	13/11/2017	74550	218 * I
MAQ8743	8588286715	21/11/2017	74550	218 * I
MKT1177	8588287101	30/11/2017	74550	218 * I
AAD1337	8588287111	30/11/2017	74550	218 * I
IPU5143	8588287124	30/11/2017	74550	218 * I
MAJ8882	8588287129	30/11/2017	74550	218 * I
MBB1991	8588287139	30/11/2017	74550	218 * I
QIL3412	8588287190	29/11/2017	74550	218 * I
QID6852	8588284714	02/11/2017	74630	218 * II
MZY2604	8588283975	20/10/2017	74630	218 * II
AZO2310	8588284010	20/10/2017	56732	183

MDF8830	8588285233	26/10/2017	56732	183
MEF4034	8588285249	26/10/2017	56732	183
MKM2085	8588287144	30/11/2017	56732	183
MMM7163	8588287174	30/11/2017	60503	208
OKG0237	8588287175	30/11/2017	60503	208
MAG6060	8588286818	20/11/2017	60503	208
MIG6939	8588286875	19/11/2017	60503	208
AXL8885	8588286942	18/11/2017	60503	208
DFE2173	8588286571	24/11/2017	60503	208
IWW8201	8588286608	23/11/2017	60503	208
AJE7892	8588286613	23/11/2017	60503	208
MHJ7479	8588283907	21/10/2017	60503	208
GPD7364	8588285529	08/11/2017	60503	208
LYW4579	8588284922	31/10/2017	60503	208
KMI8454	8588285170	27/10/2017	60503	208
HNZ0213	8588285201	27/10/2017	60503	208
MIG8794	8588285203	27/10/2017	60503	208
MAW2566	8588285081	28/10/2017	60503	208
MLN8646	8588285097	28/10/2017	60503	208
MGP8850	8588285109	28/10/2017	60503	208
JSD3632	8588284951	30/10/2017	60503	208
LZG8922	8588284955	30/10/2017	60503	208
LWW7903	8588284969	30/10/2017	60503	208
LYC5688	8588284971	30/10/2017	60503	208
MLN5042	8588284976	30/10/2017	60503	208
HAB5318	8588284985	30/10/2017	60503	208
KAO9096	8588284725	02/11/2017	60503	208
LYR6116	8588284731	02/11/2017	60503	208
MGF3489	8588284744	02/11/2017	60503	208
MFA3720	8588284745	02/11/2017	60503	208
MFY9826	8588284748	02/11/2017	60503	208
MJH5284	8588284749	02/11/2017	60503	208
MCC3126	8588284835	01/11/2017	60503	208
ABH4864	8588284847	01/11/2017	60503	208
MLQ7235	8588284863	01/11/2017	60503	208
MJL6582	8588284648	03/11/2017	60503	208
MCC3126	8588284662	03/11/2017	60503	208
APG8001	8588284670	03/11/2017	60503	208
MIO1482	8588284673	03/11/2017	60503	208
MIZ6118	8588284606	21/10/2017	60503	208
JEK9620	8588284522	22/10/2017	60503	208
ALC7527	8588284524	22/10/2017	60503	208
MGU6671	8588284047	19/10/2017	60503	208
MLI3402	8588284065	19/10/2017	60503	208
APG6423	8588284207	17/10/2017	60503	208
MLM8196	8588284223	17/10/2017	60503	208
MAJ3346	8588284230	17/10/2017	60503	208
MKA6742	8588284242	17/10/2017	60503	208
QIH8844	8588284250	16/10/2017	60503	208
PVZ6002	8588284337	22/10/2017	60503	208
KAO9096	8588284345	26/10/2017	60503	208
MDH2752	8588284347	26/10/2017	60503	208
MMH3046	8588284258	16/10/2017	60503	208
MDQ1025	8588284266	16/10/2017	60503	208
MJW2677	8588284269	16/10/2017	60503	208
MJL6355	8588284285	16/10/2017	60503	208
LYU6128	8588284299	16/10/2017	60503	208
MFZ8765	8588284305	16/10/2017	60503	208
MGV3268	8588284124	18/10/2017	60503	208
MGO6794	8588284133	18/10/2017	60503	208
MIK3339	8588284147	18/10/2017	60503	208
BBI0049	8588284158	18/10/2017	60503	208
MHM7450	8588284165	18/10/2017	60503	208

LYC6856	8588284173	18/10/2017	60503	208
BOV5323	8588284179	18/10/2017	60503	208
MFD7619	8588284008	20/10/2017	60503	208
MJV3218	8588283957	20/10/2017	60503	208
AQM2832	8588283943	22/10/2017	60503	208
MIA6703	8588284529	22/10/2017	60503	208
MBA3974	8588284530	22/10/2017	60503	208
MEH4127	8588284559	21/10/2017	60503	208
MMJ0418	8588284575	21/10/2017	60503	208
HCI0230	8588284579	21/10/2017	60503	208
MHJ0286	8588284585	21/10/2017	60503	208
MGA2431	8588284513	22/10/2017	60503	208
MKA8169	8588284423	24/10/2017	60503	208
MCU6818	8588284427	24/10/2017	60503	208
DER1707	8588284449	24/10/2017	60503	208
MMK2768	8588284467	23/10/2017	60503	208
AIG9878	8588284469	23/10/2017	60503	208
MAR4335	8588284471	23/10/2017	60503	208
MCK0591	8588284480	23/10/2017	60503	208
MMI1146	8588284481	23/10/2017	60503	208
EMH6623	8588284489	23/10/2017	60503	208
MED3401	8588284389	25/10/2017	60503	208
MVX1012	8588284398	25/10/2017	60503	208
MJP1186	8588284076	19/10/2017	60503	208
MJU0070	8588284082	19/10/2017	60503	208
IKT0352	8588284366	25/10/2017	60503	208
ASW1707	8588284367	25/10/2017	60503	208
MLJ0979	8588284368	25/10/2017	60503	208
LWW7903	8588284371	25/10/2017	60503	208
FOM0101	8588284373	25/10/2017	60503	208
MJA1405	8588284380	25/10/2017	60503	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

JOAÇABA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8036 2331/2017

Publicação Nº 1474086

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8036 2331/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI



N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MER9910	P00ZO0016C	29/10/2017	53200	176 * V	1467.34
MEC5825	54033713F	05/09/2017	65800	230 * IV	293.47
MGY0724	P00ZM000AN	15/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8036 2332/2017

Publicação Nº 1474085

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8036 2332/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MED7466	P02W00007W	27/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MJH9556	P00ZN001YL	17/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MLO5776	P00ZO0010L	17/08/2017	51851	167	195.23
MGY0724	P00ZM000AM	15/10/2017	70561	244 * III	293.47
MLE0936	P00ZO0012G	14/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

JOACABA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2329/2017

Publicação Nº 1474088

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 2329/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEB5170	P00ZM000C5	06/11/2017	75790	165 A
JOZ5351	P00ZP000QJ	15/11/2017	75790	165 A
JOZ5351	P00ZP000QL	15/11/2017	50100	162 * I
JOZ5351	P00ZP000QK	15/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MLV4785	P013I000F9	12/12/2017	64080	221
KIZ5264	P00ZM000CB	13/11/2017	73400	252 * IV
MCB9849	P00ZO0017S	12/11/2017	51691	165
MEE0124	P013I000F7	10/12/2017	51691	165
MKZ9735	P00ZP000QF	13/11/2017	65992	230 * V
MDV9283	P00ZR000BL	13/11/2017	65992	230 * V
KIZ5264	P00ZM000CD	13/11/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2330/2017

Publicação Nº 1474087

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8036 2330/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZE7471	P02W0000CV	11/12/2017	76251	ART 181, XX
HDG7464	P02W0000CY	11/12/2017	76251	ART 181, XX
QHG7097	P00ZQ0012Y	09/12/2017	54600	181 * IX
MAM4244	P00ZR000CI	11/12/2017	54870	181 * XI
KIZ5264	P00ZM000CC	13/11/2017	51851	167
LXJ9637	P00ZM000CE	16/11/2017	51851	167
MMD5154	P02W0000D0	11/12/2017	51851	167
MHN0428	P02W0000D2	12/12/2017	51851	167
QIG7745	P00ZP000SL	14/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLM6118	P02W0000D7	12/12/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IUY1930	P00ZN0022H	13/12/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGH4781	P00ZR000BQ	23/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QIP7149	P00ZQ00139	12/12/2017	73662	252*VI
QHW3762	P00ZQ0013H	15/12/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILTON WERNER ZUKOWSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

José Boiteux

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8134 522/2017

Publicação Nº 1473959

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8134 522/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEC7942	P02YI00044	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHI5281	P02YI00047	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFR6504	P02YI0003Y	26/08/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MHI5281	P02YI00048	26/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEC7942	P02YI00045	26/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
DMA7218	P02YI0007E	27/10/2017	52070	169	88.38
LXP7885	P02YI0004E	31/08/2017	65300	228	195.23
MHI5281	P02YI0004A	26/08/2017	66020	230 * VI	293.47
LXP7885	P02YI0004F	31/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
MFR6504	P02YI00040	26/08/2017	65561	230 * I	293.47
MEC7942	P02YI00043	26/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDM5148	P02YI0006S	15/10/2017	66532	230 * XI	195.23
MHI5281	P02YI00049	26/08/2017	66532	230 * XI	195.23
MFR6504	P02YI0003Z	26/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 521/2017

Publicação Nº 1473960

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8134 521/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CJU8958	P02YI000B7	10/12/2017	50100	162 * I
CJU8958	P02YI000B8	10/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBD0930	P02YI0009A	20/11/2017	65300	228
CMB3107	P02YI0009B	20/11/2017	73580	252 * V
DHW7516	P02YI000AT	04/12/2017	73580	252 * V
MDC8575	P02YI000B1	07/12/2017	51851	167
MEU3260	P02YI0009H	22/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

JUPIÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8550 145/2017

Publicação Nº 1473707

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8550 145/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCH5977	P00RD00025	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCH5977	P00RD00024	03/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

JUPIA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MAIKO FRANK VIVI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8550 144/2017

Publicação Nº 1473708

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8550 144/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CCN7876	P00RD0002V	24/11/2017	51851	167
HOO9008	P00RD0002Z	24/11/2017	51851	167
MFX8545	P00RD00031	24/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JUPIA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MAIKO FRANK VIVI
DELEGADO DE POLICIA

LACERDÓPOLIS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8312 285/2017

Publicação Nº 1473832

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8312 285/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYQ4988	P03BJ00004	02/09/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

LAGES**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2658/2017**

Publicação Nº 1474046

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8068 2658/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARG8118	P0163001WP	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MIG5480	P00SX000W0	25/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCR6524	P00SZ000ZS	10/10/2017	50100	162 * I	880.40
BOW3657	P00SZ00100	14/10/2017	50450	162 * V	293.47
MCR6524	P00SZ000ZT	10/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIG5480	P00SX000W1	25/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ARG8118	P0163001WQ	01/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
BOW3657	P00SZ00101	14/10/2017	64080	221	130.16

MKO8254	P00SY000S6	28/08/2017	69120	232		88.38
MHR9436	P00SY000U6	22/10/2017	51691	165		2934.68
ARG8118	P0163001WR	01/09/2017	51692	165		2934.68
MIG5480	P00SX000VZ	25/09/2017	65992	230	* V	293.47
ARG8118	P0163001WO	01/09/2017	65992	230	* V	293.47
BOZ3088	P00SY000S0	25/08/2017	65992	230	* V	293.47
MKO8254	P00SY000S5	28/08/2017	65992	230	* V	293.47
MKN5630	55513631F	14/09/2017	65992	230	* V	293.47
IJI7790	55198169E	22/09/2017	65992	230	* V	293.47
MJS6060	55513691F	02/10/2017	65992	230	* V	293.47
LYQ8893	P00SX000WU	05/10/2017	65992	230	* V	293.47
MCR6524	P00SZ000ZR	10/10/2017	65992	230	* V	293.47
BOW3657	P00SZ000ZZ	14/10/2017	65992	230	* V	293.47
JVG0985	P00ST000PT	22/10/2017	65992	230	* V	293.47
LZB0097	P00ST000PI	16/10/2017	65992	230	* V	293.47
MFY0336	55513695F	05/10/2017	65992	230	* V	293.47
LZK6138	P00SX000XZ	31/10/2017	66102	230	* VII	195.23
MEG1178	P00SV000ML	13/10/2017	66102	230	* VII	195.23
MLD2029	55385026F	24/06/2017	66532	230	* XI	195.23
MJY0555	P00ZU001FP	25/10/2017	73232	252	* II	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA REGIONAL - 8A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2659/2017

Publicação Nº 1474045

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - 281830

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2659/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHI9990	54292203N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MAY9211	55198249E	06/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MBB4477	P00ZU001CR	14/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QHT9125	55512244F	10/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MKR2932	P02EK000LF	20/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47

AGL4471	P015N0002F	22/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHU2055	P02E80006D	25/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJP6343	P02E80006E	25/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
ANR7461	55512918F	28/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
EBH6506	54611004G	01/10/2017	51930	168	293.47
MBW9468	55513497F	02/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
IBK5357	55512808F	14/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
IEU8587	P00SX000V8	12/09/2017	56570	182 * IX	130.16
MKE6107	P00SZ000Y3	10/09/2017	65300	228	195.23
NHJ4280	P02EK000PG	11/10/2017	73150	252 * I	130.16
BEE0348	54611495G	23/09/2017	51851	167	195.23
MKA7438	54611497G	23/09/2017	51851	167	195.23
MEM4451	55385477F	23/09/2017	51851	167	195.23
MBJ0402	55385486F	23/09/2017	51851	167	195.23
IPU0100	55385497F	23/09/2017	51851	167	195.23
MBI8932	55385480F	23/09/2017	51851	167	195.23
ANB0222	54611464G	23/09/2017	51851	167	195.23
MAG0117	54611475G	23/09/2017	51851	167	195.23
AQU6274	55821492B	01/10/2017	51851	167	195.23
MCI8863	55821495B	01/10/2017	51851	167	195.23
LZA2387	55821499B	01/10/2017	51851	167	195.23
LZO8450	P02EK000PU	17/10/2017	51851	167	195.23
MBG7269	54611500G	23/09/2017	51851	167	195.23
EBH6506	54611003G	01/10/2017	51851	167	195.23
MEG2376	P02EK000R9	23/10/2017	51851	167	195.23
LXW9863	55198165E	21/09/2017	51851	167	195.23
MBY8069	55385475F	23/09/2017	51851	167	195.23
LZN2641	55385476F	23/09/2017	51851	167	195.23
MFE8392	P00SY000T9	28/09/2017	51851	167	195.23
MGN1100	P02EK000ON	29/09/2017	51851	167	195.23
EKY2702	P02EK000P4	09/10/2017	51851	167	195.23
BQO1578	P02EK000P6	09/10/2017	51851	167	195.23
INT7032	P00SZ000ZO	09/10/2017	51851	167	195.23
MIF7417	P00SZ000ZP	09/10/2017	51851	167	195.23
MAJ3473	P02EK000PD	11/10/2017	51851	167	195.23
MDS1536	P02EK000JX	18/09/2017	51851	167	195.23
MKR2932	P02EK000LE	20/09/2017	51851	167	195.23
JNU5408	P02EK000DL	23/08/2017	51851	167	195.23
INA9405	P02EK000DW	24/08/2017	51851	167	195.23
LXV2714	P02EK000DX	24/08/2017	51851	167	195.23
MGK6043	P02EK000EF	25/08/2017	51852	167	195.23
LSB4772	P02EK000CH	22/08/2017	51852	167	195.23
MDL8664	P02EK000N3	25/09/2017	51852	167	195.23
MFP1080	P00SX000X4	12/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MDM3521	P00ZU0015U	08/12/2016	58194	193	880.40
ISV5555	55197743E	13/09/2017	60501	208	293.47
MHS1071	P00ZU001F0	30/09/2017	60501	208	293.47
MHO8443	54611489G	23/09/2017	60501	208	293.47
QHN0362	P00ZT0006U	19/10/2017	60501	208	293.47
MAY3845	P02EK000F2	27/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEW3264	55197790E	07/08/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146	195.23
FOB2060	P00ST000P3	27/09/2017	73662	252*VI	130.16
AAV2527	54611499G	23/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO
DIRETORA DE TRÂNSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8663 1087/2017

Publicação Nº 1473687

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8663 1087/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGM9393	54292464N	28/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIO6848	54298549N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MAU8908	54300013N	21/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKV3987	54301211N	25/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLN5711	54302477N	26/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MEQ4589	54303652N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMI2528	54304905N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHT2934	54305912N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
ARC1911	54308457N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIE6393	54308464N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
LXI7219	8663231198	01/10/2017	74550	218 * I	130.16
MFJ7216	8663231490	05/10/2017	74550	218 * I	130.16
MAG6396	8663231564	05/10/2017	74550	218 * I	130.16
MLC1353	8663231668	04/10/2017	74550	218 * I	130.16
MLL2573	8663231712	04/10/2017	74550	218 * I	130.16
MJV5425	8663231727	03/10/2017	74550	218 * I	130.16
MKR2512	8663231739	03/10/2017	74550	218 * I	130.16
MJQ1978	8663231742	03/10/2017	74550	218 * I	130.16
LXY5301	8663231745	03/10/2017	74550	218 * I	130.16
MIL7934	8663231749	03/10/2017	74550	218 * I	130.16
MDB3712	8663231751	03/10/2017	74550	218 * I	130.16
COI4965	8663231759	03/10/2017	74550	218 * I	130.16
MKE5030	8663231763	03/10/2017	74550	218 * I	130.16
MJK3045	8663231773	03/10/2017	74550	218 * I	130.16
MLQ8623	8663231784	03/10/2017	74550	218 * I	130.16
CYJ1348	8663231851	01/10/2017	74550	218 * I	130.16
IMT6550	8663231853	01/10/2017	74550	218 * I	130.16
FTP1446	8663231864	02/10/2017	74550	218 * I	130.16
MLT8918	8663231870	02/10/2017	74550	218 * I	130.16
LZQ7973	8663231877	02/10/2017	74550	218 * I	130.16
QHY0413	8663231888	02/10/2017	74550	218 * I	130.16
MBS1658	8663231889	02/10/2017	74550	218 * I	130.16
MFJ3180	8663231897	02/10/2017	74550	218 * I	130.16
MKS8841	8663231429	30/09/2017	74550	218 * I	130.16
AAS8355	8663231432	30/09/2017	74550	218 * I	130.16

MEY6451	8663231457	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BNQ3733	8663231463	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHY8685	8663231474	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL5537	8663231477	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ACA6152	8663231478	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
FBJ0486	8663231481	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA7420	8663231507	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB9392	8663231515	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAB7018	8663231520	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE5558	8663231532	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE0323	8663231538	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB4896	8663231539	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LBD7410	8663231550	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU2668	8663231581	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS9981	8663231582	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHU0421	8663231605	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG4754	8663231606	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IRY7495	8663231607	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC1353	8663231608	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZP7819	8663231612	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDV9527	8663231613	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK4720	8663231618	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BBM6677	8663231620	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO6481	8663231626	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJX5869	8663231634	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ5142	8663231638	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN6023	8663231640	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG1178	8663231649	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB5088	8663231654	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB4418	8663231906	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKQ3289	8663231915	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
KDB4095	8663231926	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK3960	8663231932	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBD1263	8663231940	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CVK9431	8663231821	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LYV6449	8663232033	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJG6226	8663233339	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ANM1555	8663233411	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AYN1174	8663233477	20/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EEY0820	8663233493	20/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LUX0522	8663233495	20/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AOJ8525	8663233569	20/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AOJ8525	8663233587	19/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDD5705	8663233657	19/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY7119	8663233923	17/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS8207	8663234025	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBZ7395	8663234071	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDU1878	8663234075	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EBQ5555	8663232185	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AQB5850	8663230002	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MVK5888	8663230004	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAJ1221	8663230013	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHZ9868	8663230017	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHQ1824	8663229688	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW3457	8663229731	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP6436	8663229851	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIF8964	8663229933	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ETB2790	8663229946	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG9653	8663230057	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ3131	8663230063	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ICM5824	8663230065	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CRM6416	8663230071	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYS3272	8663230072	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MBU9522	8663230085	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ5625	8663230087	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD3430	8663230093	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DAU4834	8663230124	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DAL3707	8663230022	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFP2602	8663230041	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXI1356	8663230046	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZY6722	8663230128	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OKH0590	8663230143	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJJ2296	8663230144	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFO2112	8663230145	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EGL4016	8663230176	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCT1731	8663230178	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM2300	8663230181	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ACA6152	8663230196	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYB3280	8663230199	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE4659	8663230200	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBJ1297	8663230206	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAZ8054	8663229634	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN4504	8663229666	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QII5770	8663229415	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BMI5088	8663229481	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP9214	8663229552	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MER0223	8663229559	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC9228	8663229566	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW3696	8663228128	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AMC3208	8663228142	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGR7238	8663228161	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV0106	8663228346	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLI5221	8663228810	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW7322	8663228827	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OKE9234	8663228851	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IGH5863	8663228876	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW1324	8663228862	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT5287	8663228932	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKQ5960	8663228972	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFK0308	8663228991	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIE9261	8663229033	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIE3800	8663229062	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH5751	8663229127	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFK0308	8663229153	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV3335	8663229167	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYQ7819	8663229184	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEX7465	8663229197	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ODS1165	8663229200	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGR2741	8663229241	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY9518	8663229284	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AOB1382	8663229297	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT4077	8663229318	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ELP5989	8663229321	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU7640	8663229345	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OKH0590	8663230148	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CIM9873	8663230152	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS3691	8663230156	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXI7219	8663230158	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AHY4748	8663230215	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS1763	8663230218	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN6420	8663230283	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CMK4199	8663230285	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ7764	8663230289	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AFE3490	8663230290	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB9301	8663230311	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB9301	8663230312	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MJV8795	8663230324	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU1121	8663230337	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ2210	8663230234	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IMN0001	8663230246	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EFU7548	8663230251	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS8460	8663230254	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ELQ6728	8663230266	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MXH1921	8663230920	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXI7219	8663230412	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JVH4284	8663230432	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EGA8282	8663230435	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DFO4436	8663230451	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXR2610	8663230488	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAX9493	8663230562	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IMN0001	8663230592	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ATP4589	8663230628	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEQ1137	8663230641	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IDF2271	8663230665	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CAS4703	8663230683	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG7267	8663230724	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXH2497	8663230831	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK5248	8663230844	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ6138	8663230845	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IRI3089	8663230795	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIR7092	8663230868	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DMD5472	8663230891	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIN7029	8663230905	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QLN8135	8663230939	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IQY5078	8663230947	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CHF9543	8663230964	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS0655	8663231018	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX0560	8663231026	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIO1114	8663231065	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CGV7849	8663231097	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIJ5512	8663231164	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBB1201	8663231271	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHR6454	8663231291	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIV0208	8663231299	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO3311	8663231317	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEH0847	8663231385	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR0820	8663231393	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL0722	8663231399	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB6976	8663231416	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE1119	8663231420	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE4748	8663227606	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF4766	8663227687	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE4748	8663227869	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OMA2539	8663227890	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX7880	8663227993	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKL5984	8663228010	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW3798	8663228043	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCR6926	8663228048	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP4119	8663228053	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AFT2131	8663228060	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW5457	8663228102	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ILS8196	8663227037	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXH2758	8663227056	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYN1677	8663227074	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JOE6517	8663227160	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIT8046	8663227198	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEZ3430	8663227267	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU1663	8663227285	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGB7319	8663227385	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MCM4294	8663226208	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEI0944	8663226215	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IMD0487	8663226264	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZT3009	8663226267	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJG1438	8663225054	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYK1581	8663226349	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IBO8885	8663226450	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY0517	8663226453	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE4861	8663226454	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAC9326	8663226643	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS0307	8663226838	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBM4118	8663226911	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCX2129	8663224798	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT1138	8663224803	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW8780	8663224809	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDM6189	8663224818	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK0220	8663224819	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGR2001	8663224844	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEP6845	8663224867	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AOS8900	8663224871	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AGV0647	8663224874	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DEX6037	8663224876	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA2489	8663224884	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AFC7092	8663224887	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN3078	8663224911	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXN9832	8663225011	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO2654	8663225013	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IMG6419	8663225017	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDI5185	8663225115	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NWF9090	8663225127	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL8085	8663225173	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ITV8723	8663225204	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCA0018	8663225247	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIJ6941	8663225250	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIC5064	8663225266	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIQ8426	8663225476	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFE1174	8663225496	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IQD6965	8663225531	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IPL1294	8663225576	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG7469	8663225654	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AZZ6948	8663225811	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IFW0330	8663225825	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE4861	8663225842	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHT5888	8663225906	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM5202	8663226069	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDJ3831	8663226165	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG5627	8663226170	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG2734	8663190700	23/11/2016	74550	218	*	I	130.16
MDL1529	8663192018	02/12/2016	74550	218	*	I	130.16
LCW4018	8663220911	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
OOZ9639	8663222801	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IJC6019	8663222806	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MTN4353	8663222814	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGV9668	8663222916	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV6912	8663222919	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIA5343	8663222922	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO4976	8663222951	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM2416	8663222975	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIH8414	8663222976	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIR9215	8663222984	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IWO7785	8663222993	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCS8580	8663222568	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIC1426	8663222601	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16

DAE6946	8663222615	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AIY0309	8663222670	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBJ3035	8663223035	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO4922	8663223063	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHC7852	8663223069	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBF5546	8663223096	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IVQ9586	8663223114	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW8632	8663223358	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MTN4353	8663223362	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO2206	8663223798	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBV4174	8663223803	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIR2845	8663223809	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM2957	8663223815	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CMJ2044	8663223816	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IGJ2813	8663223827	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ5599	8663223856	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IGJ2813	8663223858	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ7671	8663223883	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AEY2788	8663223920	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKQ8618	8663223948	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBJ3035	8663223518	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHD3482	8663223536	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF4884	8663223658	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ICM4818	8663223669	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX3095	8663224213	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHH4949	8663224400	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCZ9306	8663224421	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ANT1941	8663224471	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHL7509	8663224493	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH2732	8663224503	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT7428	8663224533	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN3560	8663224605	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ITS6984	8663224647	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM9393	8663224662	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ6363	8663224559	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIZ0110	8663224732	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJF1423	8663224395	10/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJN5610	8663224535	08/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGD8292	8663224543	08/08/2017	74630	218	*	II	195.23
OKF3874	8663224547	08/08/2017	74630	218	*	II	195.23
BBM1900	8663224309	02/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIP1525	8663223635	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIC6925	8663223385	27/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MIO9133	8663222719	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
AEY2788	8663222749	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MJN5610	8663223264	28/07/2017	74630	218	*	II	195.23
ANC3030	8663223312	27/07/2017	74630	218	*	II	195.23
FLB1551	8663222694	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MBR0876	8663222696	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MDY1274	8663223028	26/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MDL1529	8663190490	21/11/2016	74630	218	*	II	195.23
MIY7980	8663222505	31/07/2017	74630	218	*	II	195.23
OKG2734	8663192733	06/12/2016	74630	218	*	II	195.23
OKG2734	8663190746	23/11/2016	74630	218	*	II	195.23
LXC8560	8663226206	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIC8172	8663225828	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MNQ0358	8663225584	16/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCK8203	8663224926	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LWR8200	8663226955	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIC2924	8663226419	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
BLU4950	8663225100	12/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHO4922	8663225112	12/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEQ7720	8663228113	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23

AHK8096	8663231421	30/09/2017	74630	218	*	II	195.23
BLL8109	8663231423	30/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEH0847	8663231424	30/09/2017	74630	218	*	II	195.23
CIL6082	8663230170	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLV9686	8663231091	25/09/2017	74630	218	*	II	195.23
IKL0551	8663230864	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEG5031	8663230752	28/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QID0389	8663230630	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIF8892	8663230512	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHT7120	8663230361	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LXB3805	8663230371	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGS6818	8663230397	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23
IPY7613	8663230400	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKM3226	8663229370	16/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AFP0126	8663229390	16/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QJQ8890	8663229395	16/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEU8627	8663228493	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MTN4353	8663228580	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
FFM1404	8663228168	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIF0524	8663229687	20/09/2017	74630	218	*	II	195.23
OLH4465	8663230209	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
CNN1350	8663230051	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AFE3490	8663230034	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MAB7018	8663230018	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MID1303	8663232430	13/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MJU8248	8663233533	20/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IPN3600	8663231846	01/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MHB8558	8663231655	04/10/2017	74630	218	*	II	195.23
LYT6097	8663231551	05/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MLB3821	8663231898	02/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MCZ2706	8663231883	02/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MIX8431	8663231804	03/10/2017	74630	218	*	II	195.23
LWS2769	8663231743	03/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MIJ0952	8663231744	03/10/2017	74630	218	*	II	195.23
AOP8592	8663231730	03/10/2017	74630	218	*	II	195.23
NZY1100	8663231691	04/10/2017	74630	218	*	II	195.23
QHN9235	8663231495	05/10/2017	74630	218	*	II	195.23
CLF5494	8663231259	01/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MEB0911	8663231497	05/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MBS9981	8663231484	05/10/2017	74710	218	*	III	880.40
DGW1796	8663230036	24/09/2017	74710	218	*	III	880.40
LXN9678	8663230146	24/09/2017	74710	218	*	III	880.40
BMI0034	8663230212	23/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MGP7882	8663230219	23/09/2017	74710	218	*	III	880.40
BMI0034	8663230761	28/09/2017	74710	218	*	III	880.40
BMI0034	8663230762	28/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MCU9600	8663231012	26/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MLQ4456	8663231081	25/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MIG6338	8663225197	11/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBP3008	8663221280	17/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MHV8353	8663222765	30/07/2017	74710	218	*	III	880.40
AEY2788	8663223718	06/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MJN5610	8663224555	08/08/2017	74710	218	*	III	880.40
JHV0110	8663224717	07/08/2017	56732	183			130.16
FET1689	8663232915	09/10/2017	56732	183			130.16
OKG2734	8663232145	07/10/2017	60503	208			293.47
MBU7862	8663231943	02/10/2017	60503	208			293.47
QHB8531	8663233713	18/10/2017	60503	208			293.47
MAB7018	8663231569	05/10/2017	60503	208			293.47
FBJ0486	8663231571	05/10/2017	60503	208			293.47
MCH1350	8663231810	03/10/2017	60503	208			293.47
OKH7733	8663224581	08/08/2017	60503	208			293.47
MHK8239	8663224370	10/08/2017	60503	208			293.47

HDJ9938	8663223648	06/08/2017	60503	208	293.47
MGT9907	8663224040	04/08/2017	60503	208	293.47
MIY5192	8663223405	27/07/2017	60503	208	293.47
MIB0356	8663222712	30/07/2017	60503	208	293.47
MIU5763	8663223209	28/07/2017	60503	208	293.47
AXP8962	8663194104	15/12/2016	60503	208	293.47
LZN8148	8663225030	13/08/2017	60503	208	293.47
MDI5185	8663225285	11/08/2017	60503	208	293.47
AJS2761	8663227441	01/09/2017	60503	208	293.47
QHY7836	8663226282	24/08/2017	60503	208	293.47
LWR8473	8663226542	26/08/2017	60503	208	293.47
LZE6108	8663230881	27/09/2017	60503	208	293.47
MGT0924	8663230806	28/09/2017	60503	208	293.47
MDN6420	8663230223	23/09/2017	60503	208	293.47
QHL5665	8663230169	23/09/2017	60503	208	293.47
MDN6420	8663230271	23/09/2017	60503	208	293.47
DAX0512	8663230713	29/09/2017	60503	208	293.47
KZD5629	8663230652	29/09/2017	60503	208	293.47
MDU3206	8663230653	29/09/2017	60503	208	293.47
LYS3272	8663230125	24/09/2017	60503	208	293.47
MBL1115	8663230126	24/09/2017	60503	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO
DIRETORA DE TRÑNSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2656/2017

Publicação Nº 1474048

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2656/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJN4330	P02EK000VX	08/11/2017	50100	162 * I
BUU8850	54610763G	28/10/2017	50100	162 * I



LZP5511	P00ZT0007U	24/11/2017	50100	162	*	I
MGD5710	54610799G	20/11/2017	50100	162	*	I
BGM6883	P0163002DI	12/12/2017	50100	162	*	I
LWW1354	54611090G	04/11/2017	50450	162	*	V
MEX4588	P01630026D	18/11/2017	50450	162	*	V
MIG8895	P00ST000QJ	08/11/2017	50450	162	*	V
LZP5511	P00ZT0007V	24/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
MGD5710	54610800G	20/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
BGM6883	P0154000DY	12/12/2017	51180	164	c/c	162 * I
MEX4588	P01630026F	18/11/2017	51420	164	c/c	162 * V
CES3421	P02EK000WI	10/11/2017	64080	221		
MCA8862	P01630021X	06/11/2017	65800	230	*	IV
BUU8850	54610764G	28/10/2017	67000	230	*	XVI
MBL9612	P03EK0001H	11/11/2017	69120	232		
QHR0965	P02EK000W9	09/11/2017	69120	232		
MFD2366	P01630024E	11/11/2017	50371	162	*	III
LZZ7732	P00SZ0010Y	13/11/2017	50371	162	*	III
LWU5995	P00SZ0010O	09/11/2017	51691	165		
MGW1311	P01630021T	05/11/2017	51691	165		
CEQ4767	P02EK000VR	06/11/2017	65561	230	*	I
LZQ0742	P0154000DS	12/12/2017	65564	230	*	I
BGM6883	P0163002DH	12/12/2017	65992	230	*	V
AGC4638	P00SZ0011U	12/12/2017	65992	230	*	V
LWW9615	P0154000CP	07/12/2017	65992	230	*	V
MAJ1626	P0154000D7	09/12/2017	65992	230	*	V
MGD5710	54610860G	20/11/2017	65992	230	*	V
MEM1402	54610767G	28/10/2017	65992	230	*	V
QHR0965	P02EK000W8	09/11/2017	65992	230	*	V
AOF9108	P01630023E	09/11/2017	65992	230	*	V
LXZ3596	P00SV000P5	14/11/2017	65992	230	*	V
MBN4427	P02E80008F	14/11/2017	65992	230	*	V
MAX2902	55198051E	01/11/2017	65992	230	*	V
MBM6068	P01630023L	09/11/2017	66102	230	*	VII
IKW1275	54611058G	17/10/2017	66371	230	*	IX
CEQ4767	P02EK000VS	06/11/2017	66371	230	*	IX
MCA8862	P01630021Y	06/11/2017	66371	230	*	IX
MEY7012	54611185G	03/11/2017	66371	230	*	IX
MAJ1626	P0154000D8	09/12/2017	66371	230	*	IX
MIG1391	P02E80008Y	14/12/2017	66532	230	*	XI
BGM6883	P0154000DZ	12/12/2017	67261	230	*	XVIII
MEX4588	P01630026B	18/11/2017	67261	230	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA REGIONAL - 8A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2657/2017

Publicação Nº 1474047

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - 281830

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8068 2657/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJS9100	54320017N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
JOE6517	55198498E	21/11/2017	76251	ART 181, XX
FEN6450	55512308F	28/11/2017	76251	ART 181, XX
MLX3593	55512420F	23/11/2017	76251	ART 181, XX
JJI8494	55510372F	04/12/2017	76251	ART 181, XX
QHR1076	55512378F	04/12/2017	76252	ART 181, XX
MFD3517	55513419F	22/11/2017	76252	ART 181, XX
MJR3694	55198068E	10/11/2017	76252	ART 181, XX
QHJ7979	P02EK000WS	13/11/2017	76252	ART 181, XX
KWN2549	P016300232	07/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MFZ6312	54611534G	25/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MIF0584	P0163002DT	13/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MKB7398	P00SX000YH	14/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MCD6338	55513350F	31/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MEY7012	54611184G	03/11/2017	52070	169
IKW1275	54611057G	17/10/2017	52070	169
MBS8207	P0154000DF	09/12/2017	52070	169
MJK0079	55198483E	11/11/2017	55090	181 * XIII
MIS4149	55197586E	07/11/2017	55680	181 * XIX
QHO0407	55512362F	04/11/2017	57200	186 * I
MGD5710	54610861G	20/11/2017	58350	195
MLK4815	55198741E	21/11/2017	64910	227 * II
AHC1345	P00SV000P1	12/11/2017	65300	228
MCX0628	54610759G	27/10/2017	65300	228
LYS0934	P00ZT0007H	16/11/2017	68580	231 * VII
MIZ8627	P02EK000X4	15/11/2017	51851	167
MTN4353	54610874G	16/11/2017	51851	167
MBM4118	P0163002CO	08/12/2017	51851	167
ARK7960	P03EK0000W	07/11/2017	51851	167
MFF4412	P01630023M	09/11/2017	51851	167
MDT0940	P01630023O	10/11/2017	51851	167
LXW9863	P01630023W	10/11/2017	51851	167
MDK9197	P03EK0001O	11/11/2017	51851	167
MDB2177	P03EK0001T	11/11/2017	51851	167
MBF5421	P016300253	14/11/2017	51851	167
MJW2989	P01630025A	14/11/2017	51851	167
ALA8394	P03EK0001Z	11/11/2017	51851	167
MBI3429	P01630029E	29/11/2017	51851	167
LZR9524	P01630025R	14/11/2017	51852	167
BUN9519	P01630024M	11/11/2017	51852	167
MMF7020	P0163002F1	15/12/2017	51852	167

LZQ0919	P00SY000VN	09/11/2017	54521	181 * VIII
AOT3903	55198003E	09/11/2017	54521	181 * VIII
MCU8644	55198484E	11/11/2017	54522	181 * VIII
MGG9972	55198059E	04/11/2017	54523	181 * VIII
MET6139	55514019F	27/10/2017	60501	208
MCK8253	P00ZU001HK	10/12/2017	60501	208
QHO0407	55512363F	04/11/2017	60502	208
MAM4120	54611568G	26/11/2017	70561	244 * III
MKZ3031	P00SZ0011O	10/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QHL8106	55198052E	03/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MHO0253	55198053E	03/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QIN5982	P01630022A	06/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MIC7729	55514491F	07/11/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146
QHU0180	55198074E	14/11/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
OKF8702	55514494F	08/11/2017	73662	252*VI
MHF7528	55513349F	27/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO
DIRETORA DE TRÑNSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 1086/2017

Publicação Nº 1473688

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 1086/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MJZ6595	54319910N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MDJ3831	54319916N	13/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHE4418	54319917N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
GCB2009	54319936N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMC9228	54319941N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGT9343	54327306N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKP3656	54329401N	15/12/2017	50020	257 ÷ 8\$

QHC3820	54329403N	15/12/2017	50020	257	õ	8\$
MKK2370	8663240986	10/12/2017	74550	218	*	I
MJA3797	8663241001	10/12/2017	74550	218	*	I
MFG3344	8663241006	10/12/2017	74550	218	*	I
MAH3869	8663241017	10/12/2017	74550	218	*	I
QHD1244	8663241061	10/12/2017	74550	218	*	I
EEN2667	8663241082	08/12/2017	74550	218	*	I
HJE8828	8663241126	08/12/2017	74550	218	*	I
MLR2408	8663241151	08/12/2017	74550	218	*	I
MJM3496	8663241188	08/12/2017	74550	218	*	I
QIH3480	8663240842	05/12/2017	74550	218	*	I
MIW9120	8663240839	05/12/2017	74550	218	*	I
MIS1391	8663241221	09/12/2017	74550	218	*	I
MFV0106	8663241259	09/12/2017	74550	218	*	I
MBI4550	8663241330	09/12/2017	74550	218	*	I
MKQ2604	8663241342	09/12/2017	74550	218	*	I
MJX3384	8663241346	09/12/2017	74550	218	*	I
LYL1677	8663241362	09/12/2017	74550	218	*	I
MEC0776	8663241403	10/12/2017	74550	218	*	I
EAY3303	8663241288	09/12/2017	74550	218	*	I
CTI0603	8663241291	09/12/2017	74550	218	*	I
MIK9626	8663240938	05/12/2017	74550	218	*	I
MBB8521	8663240404	30/11/2017	74550	218	*	I
MCG6424	8663240406	30/11/2017	74550	218	*	I
MCG6690	8663240409	30/11/2017	74550	218	*	I
LNQ1998	8663240411	30/11/2017	74550	218	*	I
MEE7468	8663240412	30/11/2017	74550	218	*	I
MHJ1083	8663240424	30/11/2017	74550	218	*	I
MLA3682	8663240440	30/11/2017	74550	218	*	I
NEI5566	8663240448	29/11/2017	74550	218	*	I
QHI1817	8663240450	29/11/2017	74550	218	*	I
KMU2673	8663240454	29/11/2017	74550	218	*	I
MIO8333	8663240468	29/11/2017	74550	218	*	I
MJO4713	8663240469	29/11/2017	74550	218	*	I
MLQ8736	8663240473	29/11/2017	74550	218	*	I
MLL9723	8663240496	29/11/2017	74550	218	*	I
MIU2262	8663240503	29/11/2017	74550	218	*	I
MJU2008	8663240504	29/11/2017	74550	218	*	I
MCN7928	8663240521	29/11/2017	74550	218	*	I
NZY1100	8663240524	29/11/2017	74550	218	*	I
LXM8694	8663240527	29/11/2017	74550	218	*	I
MEE7468	8663240529	29/11/2017	74550	218	*	I
KKF9060	8663240531	29/11/2017	74550	218	*	I
QHJ8420	8663240552	29/11/2017	74550	218	*	I
AXI9187	8663240560	29/11/2017	74550	218	*	I
BCR0915	8663240562	29/11/2017	74550	218	*	I
MAQ4230	8663240574	07/12/2017	74550	218	*	I
BNQ3733	8663240577	07/12/2017	74550	218	*	I
IMN0001	8663240588	07/12/2017	74550	218	*	I
OKG5634	8663240602	07/12/2017	74550	218	*	I
ARI6460	8663240608	07/12/2017	74550	218	*	I
QIC8945	8663240631	07/12/2017	74550	218	*	I
AMA8802	8663240638	07/12/2017	74550	218	*	I
MCN7786	8663240647	07/12/2017	74550	218	*	I
NWG7428	8663240659	07/12/2017	74550	218	*	I
MJB6786	8663240660	07/12/2017	74550	218	*	I
MDJ4343	8663240663	07/12/2017	74550	218	*	I
MCN7786	8663240692	07/12/2017	74550	218	*	I
MLV2510	8663240701	07/12/2017	74550	218	*	I
MDB4069	8663240702	07/12/2017	74550	218	*	I
DOM6763	8663240703	07/12/2017	74550	218	*	I
MET2288	8663240704	07/12/2017	74550	218	*	I
MCZ3510	8663240709	06/12/2017	74550	218	*	I

AJU9589	8663240714	06/12/2017	74550	218	*	I
QHK7010	8663240716	06/12/2017	74550	218	*	I
LXD8915	8663240729	06/12/2017	74550	218	*	I
BSF2578	8663240668	07/12/2017	74550	218	*	I
LXD8915	8663240675	07/12/2017	74550	218	*	I
MFO5190	8663240681	07/12/2017	74550	218	*	I
MHU1063	8663240741	06/12/2017	74550	218	*	I
MEC9300	8663240745	06/12/2017	74550	218	*	I
MIY2000	8663240747	06/12/2017	74550	218	*	I
MML1944	8663240539	29/11/2017	74550	218	*	I
MAJ8526	8663240541	29/11/2017	74550	218	*	I
MML0899	8663240761	06/12/2017	74550	218	*	I
CHF0830	8663240768	06/12/2017	74550	218	*	I
MMI2798	8663240772	06/12/2017	74550	218	*	I
QIC9402	8663240773	06/12/2017	74550	218	*	I
MAN0855	8663240778	06/12/2017	74550	218	*	I
DCC1370	8663240782	06/12/2017	74550	218	*	I
MGE7391	8663240783	06/12/2017	74550	218	*	I
BGV9304	8663240793	06/12/2017	74550	218	*	I
MAW0525	8663240795	06/12/2017	74550	218	*	I
LXB6459	8663240797	06/12/2017	74550	218	*	I
MBQ5634	8663240811	06/12/2017	74550	218	*	I
IMJ2662	8663240813	06/12/2017	74550	218	*	I
MCA5716	8663240817	06/12/2017	74550	218	*	I
MLU4250	8663240820	06/12/2017	74550	218	*	I
MDM6414	8663240821	06/12/2017	74550	218	*	I
MKX8578	8663240871	05/12/2017	74550	218	*	I
BAM1705	8663240873	05/12/2017	74550	218	*	I
LZM2762	8663240877	05/12/2017	74550	218	*	I
IVY9959	8663240885	05/12/2017	74550	218	*	I
MCL8086	8663240891	05/12/2017	74550	218	*	I
LYS9174	8663240892	05/12/2017	74550	218	*	I
MHN7117	8663239758	04/12/2017	74550	218	*	I
DEH7853	8663239760	04/12/2017	74550	218	*	I
MGI3987	8663239770	04/12/2017	74550	218	*	I
MHN7117	8663239771	04/12/2017	74550	218	*	I
MHL0615	8663239776	04/12/2017	74550	218	*	I
MKZ1808	8663239785	04/12/2017	74550	218	*	I
LXD8915	8663239790	04/12/2017	74550	218	*	I
MIT4281	8663239791	04/12/2017	74550	218	*	I
MCG9055	8663239796	04/12/2017	74550	218	*	I
FMQ6053	8663239809	04/12/2017	74550	218	*	I
DYA1061	8663239820	04/12/2017	74550	218	*	I
MJM3496	8663239821	04/12/2017	74550	218	*	I
MGY3118	8663239822	04/12/2017	74550	218	*	I
MKK3545	8663239825	04/12/2017	74550	218	*	I
MHH6632	8663239826	04/12/2017	74550	218	*	I
DIN9915	8663239829	04/12/2017	74550	218	*	I
LYW0472	8663239832	04/12/2017	74550	218	*	I
MHL0621	8663239837	04/12/2017	74550	218	*	I
MJL2299	8663239666	24/11/2017	74550	218	*	I
LWU1372	8663239800	04/12/2017	74550	218	*	I
MEB2245	8663239865	04/12/2017	74550	218	*	I
MJY1430	8663239876	04/12/2017	74550	218	*	I
MIH5022	8663239891	03/12/2017	74550	218	*	I
CSF7590	8663239892	03/12/2017	74550	218	*	I
MIX2111	8663239896	03/12/2017	74550	218	*	I
MKK0342	8663239907	03/12/2017	74550	218	*	I
AUW1389	8663239917	03/12/2017	74550	218	*	I
MBP9102	8663239924	03/12/2017	74550	218	*	I
MLI4416	8663239949	03/12/2017	74550	218	*	I
ADR0338	8663239958	03/12/2017	74550	218	*	I
ARS1556	8663239963	03/12/2017	74550	218	*	I

MMI4276	8663239966	03/12/2017	74550	218	*	I
MID3203	8663239968	03/12/2017	74550	218	*	I
MFZ7313	8663236668	05/11/2017	74550	218	*	I
MMB1126	8663236671	05/11/2017	74550	218	*	I
MEZ4261	8663236680	05/11/2017	74550	218	*	I
MDM6189	8663236706	05/11/2017	74550	218	*	I
MLJ6925	8663236718	05/11/2017	74550	218	*	I
MER9333	8663236729	05/11/2017	74550	218	*	I
KKQ8607	8663236730	05/11/2017	74550	218	*	I
LYZ9595	8663236751	09/11/2017	74550	218	*	I
MHZ7166	8663236626	05/11/2017	74550	218	*	I
MKR6184	8663236634	05/11/2017	74550	218	*	I
QHA1777	8663236659	05/11/2017	74550	218	*	I
AUD8379	8663236978	13/11/2017	74550	218	*	I
MAN4416	8663236985	13/11/2017	74550	218	*	I
MMA9950	8663237024	12/11/2017	74550	218	*	I
MCA1603	8663237119	12/11/2017	74550	218	*	I
MLL5550	8663237347	11/11/2017	74550	218	*	I
CDU2850	8663237447	10/11/2017	74550	218	*	I
MFG1769	8663237637	09/11/2017	74550	218	*	I
APF0975	8663237752	22/11/2017	74550	218	*	I
BTM9252	8663237837	21/11/2017	74550	218	*	I
GUJ4873	8663237853	20/11/2017	74550	218	*	I
EZA0860	8663237903	20/11/2017	74550	218	*	I
MDO7586	8663238044	19/11/2017	74550	218	*	I
HNV2851	8663238359	17/11/2017	74550	218	*	I
MAT4178	8663238786	15/11/2017	74550	218	*	I
IJL1394	8663238788	15/11/2017	74550	218	*	I
QHX8959	8663238879	14/11/2017	74550	218	*	I
AZF2511	8663238980	24/11/2017	74550	218	*	I
ASS8925	8663239125	28/11/2017	74550	218	*	I
IHE6271	8663239164	28/11/2017	74550	218	*	I
ASS8925	8663239174	28/11/2017	74550	218	*	I
QIE0444	8663239234	27/11/2017	74550	218	*	I
AZM3062	8663240020	03/12/2017	74550	218	*	I
MIS0312	8663240021	03/12/2017	74550	218	*	I
MCN7928	8663240029	03/12/2017	74550	218	*	I
AIO0234	8663240044	02/12/2017	74550	218	*	I
QIM4258	8663240047	02/12/2017	74550	218	*	I
MIY6524	8663240049	02/12/2017	74550	218	*	I
MCM2266	8663240052	02/12/2017	74550	218	*	I
MCJ7863	8663240054	02/12/2017	74550	218	*	I
MFL1859	8663240080	02/12/2017	74550	218	*	I
MLV6920	8663240085	02/12/2017	74550	218	*	I
AED5888	8663240097	02/12/2017	74550	218	*	I
MCD8524	8663240099	02/12/2017	74550	218	*	I
AEY5531	8663240105	02/12/2017	74550	218	*	I
AUA4691	8663240110	02/12/2017	74550	218	*	I
QHY0074	8663240117	02/12/2017	74550	218	*	I
IXE6685	8663240119	02/12/2017	74550	218	*	I
KRJ8402	8663240120	02/12/2017	74550	218	*	I
MGI1113	8663240131	02/12/2017	74550	218	*	I
LXD8915	8663239997	03/12/2017	74550	218	*	I
MIL9924	8663240144	02/12/2017	74550	218	*	I
NLJ7902	8663240149	02/12/2017	74550	218	*	I
MKH2754	8663240151	02/12/2017	74550	218	*	I
AKQ7952	8663240158	02/12/2017	74550	218	*	I
MCQ3131	8663240159	02/12/2017	74550	218	*	I
MKF3853	8663240165	02/12/2017	74550	218	*	I
FIQ8503	8663240173	02/12/2017	74550	218	*	I
DMA6285	8663240177	02/12/2017	74550	218	*	I
CDB1373	8663240178	02/12/2017	74550	218	*	I
MIO4522	8663240210	02/12/2017	74550	218	*	I

LZF4541	8663240214	01/12/2017	74550	218	*	I
MBS1878	8663240220	01/12/2017	74550	218	*	I
MEG2031	8663240231	01/12/2017	74550	218	*	I
JBF1210	8663240234	01/12/2017	74550	218	*	I
MHA6233	8663240236	01/12/2017	74550	218	*	I
MKV6811	8663240239	01/12/2017	74550	218	*	I
MDY4227	8663240193	02/12/2017	74550	218	*	I
DXY4444	8663240205	02/12/2017	74550	218	*	I
QIN9595	8663240273	01/12/2017	74550	218	*	I
DQF1876	8663240282	01/12/2017	74550	218	*	I
MAH8762	8663240283	01/12/2017	74550	218	*	I
MBS1878	8663240284	01/12/2017	74550	218	*	I
MAM9713	8663240287	01/12/2017	74550	218	*	I
MHG3468	8663240294	01/12/2017	74550	218	*	I
MJD6462	8663240335	30/11/2017	74550	218	*	I
MGI0802	8663240345	30/11/2017	74550	218	*	I
BFH8190	8663240360	30/11/2017	74550	218	*	I
LYW0192	8663240368	30/11/2017	74550	218	*	I
MHH7621	8663240370	30/11/2017	74550	218	*	I
HPH4761	8663240372	30/11/2017	74550	218	*	I
QHA1053	8663240373	30/11/2017	74550	218	*	I
BBQ1009	8663240302	01/12/2017	74550	218	*	I
MDI0880	8663240304	01/12/2017	74550	218	*	I
MBP8017	8663240319	01/12/2017	74550	218	*	I
QHI0327	8663240396	30/11/2017	74550	218	*	I
MKB6107	8663240397	30/11/2017	74550	218	*	I
MKC7948	8663236286	07/11/2017	74550	218	*	I
KQC9955	8663236292	07/11/2017	74550	218	*	I
QHA3983	8663235821	30/10/2017	74550	218	*	I
MMK8521	8663236062	03/11/2017	74550	218	*	I
CJP3483	8663236067	03/11/2017	74550	218	*	I
QJU0600	8663236303	07/11/2017	74550	218	*	I
MLP9214	8663236315	07/11/2017	74550	218	*	I
LXN9832	8663236353	07/11/2017	74550	218	*	I
NUE7138	8663236379	07/11/2017	74550	218	*	I
MDM6189	8663236398	07/11/2017	74550	218	*	I
MBQ4939	8663236407	06/11/2017	74550	218	*	I
AFH2807	8663236420	06/11/2017	74550	218	*	I
LZI7102	8663236434	06/11/2017	74550	218	*	I
MLB5084	8663236453	06/11/2017	74550	218	*	I
MAK5258	8663236456	06/11/2017	74550	218	*	I
INI8926	8663236494	06/11/2017	74550	218	*	I
MBW0300	8663236516	06/11/2017	74550	218	*	I
MMK7042	8663236518	06/11/2017	74550	218	*	I
MMF5395	8663236581	05/11/2017	74550	218	*	I
ASO0261	8663236584	05/11/2017	74550	218	*	I
MIO7385	8663236269	02/11/2017	74550	218	*	I
MMF0284	8663236598	05/11/2017	74550	218	*	I
CGS5087	8663236618	05/11/2017	74550	218	*	I
MFU3892	8663235912	04/11/2017	74550	218	*	I
MCF7992	8663235923	04/11/2017	74550	218	*	I
MLZ3863	8663235943	04/11/2017	74550	218	*	I
MIM5823	8663235950	04/11/2017	74550	218	*	I
MHY3437	8663235968	04/11/2017	74550	218	*	I
MLF7548	8663235983	04/11/2017	74550	218	*	I
QHY5077	8663235984	04/11/2017	74550	218	*	I
MKG1218	8663235996	04/11/2017	74550	218	*	I
MGA1930	8663236008	03/11/2017	74550	218	*	I
IJK0319	8663236011	03/11/2017	74550	218	*	I
JZW2058	8663236035	03/11/2017	74550	218	*	I
MMF5319	8663236039	03/11/2017	74550	218	*	I
MDS0406	8663236041	03/11/2017	74550	218	*	I
QHK3221	8663236047	03/11/2017	74550	218	*	I

LYT9402	8663236050	03/11/2017	74550	218	*	I
MIL2300	8663236081	03/11/2017	74550	218	*	I
LXA2054	8663236082	03/11/2017	74550	218	*	I
QHP9675	8663236092	03/11/2017	74550	218	*	I
LYE0221	8663236094	03/11/2017	74550	218	*	I
MID4174	8663236101	03/11/2017	74550	218	*	I
MKN5867	8663236124	02/11/2017	74550	218	*	I
MGL2526	8663236126	02/11/2017	74550	218	*	I
MBC8079	8663236165	02/11/2017	74550	218	*	I
MKE5859	8663236198	02/11/2017	74550	218	*	I
QJG6969	8663236204	02/11/2017	74550	218	*	I
ANS2033	8663236208	02/11/2017	74550	218	*	I
MBF3521	8663236209	02/11/2017	74550	218	*	I
KWK1190	8663236229	02/11/2017	74550	218	*	I
MAA5119	8663236236	02/11/2017	74550	218	*	I
MAY3675	8663233263	16/10/2017	74550	218	*	I
MGB0662	8663233336	15/10/2017	74550	218	*	I
MFG2355	8663233454	15/10/2017	74550	218	*	I
MJT0756	8663233895	17/10/2017	74550	218	*	I
QHA2157	8663234328	22/10/2017	74550	218	*	I
QHA2157	8663234426	22/10/2017	74550	218	*	I
MJY7908	8663234711	26/10/2017	74550	218	*	I
MKL8445	8663234879	25/10/2017	74550	218	*	I
JPT8504	8663234931	24/10/2017	74550	218	*	I
IRP2087	8663235042	24/10/2017	74550	218	*	I
MBF3441	8663235060	24/10/2017	74550	218	*	I
MFM2395	8663235143	29/10/2017	74550	218	*	I
MGU6320	8663235145	29/10/2017	74550	218	*	I
MGH2607	8663235160	29/10/2017	74550	218	*	I
LZC0632	8663235161	29/10/2017	74550	218	*	I
AQV7940	8663235163	29/10/2017	74550	218	*	I
MHF8556	8663235167	29/10/2017	74550	218	*	I
MGT5362	8663235178	29/10/2017	74550	218	*	I
LZC0632	8663235184	29/10/2017	74550	218	*	I
MCT4469	8663235114	29/10/2017	74550	218	*	I
MAV8007	8663235116	29/10/2017	74550	218	*	I
AUF0442	8663235127	29/10/2017	74550	218	*	I
MEO6982	8663235139	29/10/2017	74550	218	*	I
JPL7879	8663235209	28/10/2017	74550	218	*	I
QJG5959	8663235217	28/10/2017	74550	218	*	I
MLC7786	8663235224	28/10/2017	74550	218	*	I
MMD8276	8663235232	28/10/2017	74550	218	*	I
QHZ8121	8663235245	28/10/2017	74550	218	*	I
QHT5098	8663235271	28/10/2017	74550	218	*	I
FRU0972	8663235280	28/10/2017	74550	218	*	I
MKS8841	8663235283	28/10/2017	74550	218	*	I
MEE7734	8663235310	28/10/2017	74550	218	*	I
MKA6547	8663235329	28/10/2017	74550	218	*	I
MMD8276	8663235332	28/10/2017	74550	218	*	I
MHY1466	8663235375	27/10/2017	74550	218	*	I
MKR5306	8663235384	27/10/2017	74550	218	*	I
MDZ2493	8663235394	27/10/2017	74550	218	*	I
BVZ6977	8663235407	27/10/2017	74550	218	*	I
MGQ2385	8663235413	27/10/2017	74550	218	*	I
IZX1011	8663235418	27/10/2017	74550	218	*	I
MIG6338	8663235423	27/10/2017	74550	218	*	I
MDG9062	8663235425	27/10/2017	74550	218	*	I
OLO3660	8663235436	27/10/2017	74550	218	*	I
MLU1660	8663235437	27/10/2017	74550	218	*	I
QIT8992	8663235491	27/10/2017	74550	218	*	I
GXY6685	8663235503	01/11/2017	74550	218	*	I
QIE6105	8663235516	01/11/2017	74550	218	*	I
EAT2464	8663235527	01/11/2017	74550	218	*	I

MKF3667	8663235571	01/11/2017	74550	218	*	I
MMF1360	8663235615	01/11/2017	74550	218	*	I
QIA4247	8663235617	01/11/2017	74550	218	*	I
ACK2751	8663235623	01/11/2017	74550	218	*	I
EYJ0072	8663235627	01/11/2017	74550	218	*	I
MFZ0163	8663235641	31/10/2017	74550	218	*	I
MMH2732	8663235644	31/10/2017	74550	218	*	I
MLP1289	8663235450	27/10/2017	74550	218	*	I
MIF2610	8663235678	31/10/2017	74550	218	*	I
MMC7159	8663235692	31/10/2017	74550	218	*	I
LZC0632	8663235746	31/10/2017	74550	218	*	I
AKV8754	8663235749	31/10/2017	74550	218	*	I
MHV6878	8663235755	30/10/2017	74550	218	*	I
MIZ4171	8663235763	30/10/2017	74550	218	*	I
MIC1441	8663235767	30/10/2017	74550	218	*	I
LZQ0803	8663235779	30/10/2017	74550	218	*	I
HDR7717	8663235877	04/11/2017	74550	218	*	I
MBO9065	8663235880	04/11/2017	74550	218	*	I
MEG2246	8663235786	30/10/2017	74630	218	*	II
MAI5458	8663235758	30/10/2017	74630	218	*	II
MII1028	8663235703	31/10/2017	74630	218	*	II
MDU4221	8663235582	01/11/2017	74630	218	*	II
LZC0632	8663235445	27/10/2017	74630	218	*	II
QHO4922	8663235390	27/10/2017	74630	218	*	II
MGE5572	8663235222	28/10/2017	74630	218	*	II
MIT1444	8663235211	28/10/2017	74630	218	*	II
LZC0632	8663235140	29/10/2017	74630	218	*	II
MDZ6586	8663235196	28/10/2017	74630	218	*	II
OKG4701	8663236137	02/11/2017	74630	218	*	II
QIF6470	8663236164	02/11/2017	74630	218	*	II
MJN5610	8663236054	03/11/2017	74630	218	*	II
MHO9285	8663236622	05/11/2017	74630	218	*	II
BOZ4137	8663236454	06/11/2017	74630	218	*	II
MKK0119	8663236417	06/11/2017	74630	218	*	II
MIJ4502	8663236071	03/11/2017	74630	218	*	II
MJN5610	8663235826	30/10/2017	74630	218	*	II
QHG8927	8663236294	07/11/2017	74630	218	*	II
LYP8309	8663240320	01/12/2017	74630	218	*	II
MJX8395	8663240303	01/12/2017	74630	218	*	II
DSZ5733	8663240383	30/11/2017	74630	218	*	II
MAM7629	8663240391	30/11/2017	74630	218	*	II
IMP9763	8663240299	01/12/2017	74630	218	*	II
MHI4253	8663240290	01/12/2017	74630	218	*	II
MAA6972	8663240286	01/12/2017	74630	218	*	II
MLL9723	8663240275	01/12/2017	74630	218	*	II
MKI6960	8663240207	02/12/2017	74630	218	*	II
KRJ8402	8663240263	01/12/2017	74630	218	*	II
QIG7446	8663240154	02/12/2017	74630	218	*	II
QIS6110	8663240094	02/12/2017	74630	218	*	II
MHV5343	8663240135	02/12/2017	74630	218	*	II
LXN9832	8663236666	05/11/2017	74630	218	*	II
IMP9763	8663239972	03/12/2017	74630	218	*	II
CSF7590	8663239967	03/12/2017	74630	218	*	II
QHF3630	8663239909	03/12/2017	74630	218	*	II
MKB6107	8663239808	04/12/2017	74630	218	*	II
ALD8622	8663237245	11/11/2017	74630	218	*	II
JBU0020	8663239797	04/12/2017	74630	218	*	II
AMH6140	8663240792	06/12/2017	74630	218	*	II
MFG4463	8663240762	06/12/2017	74630	218	*	II
MIB6486	8663240763	06/12/2017	74630	218	*	II
AYT7813	8663240551	29/11/2017	74630	218	*	II
MKT2113	8663240665	07/12/2017	74630	218	*	II
MEE7468	8663240516	29/11/2017	74630	218	*	II

MGH4671	8663240463	29/11/2017	74630	218	*	II
MFJ0254	8663241313	09/12/2017	74630	218	*	II
MKQ2604	8663241281	09/12/2017	74630	218	*	II
QHT7310	8663241241	09/12/2017	74630	218	*	II
ADU9922	8663240841	05/12/2017	74630	218	*	II
QHY0349	8663240936	05/12/2017	74630	218	*	II
QHT7310	8663241219	09/12/2017	74630	218	*	II
LZV9323	8663241014	10/12/2017	74630	218	*	II
KTN2665	8663240538	29/11/2017	74710	218	*	III
LYW0192	8663240735	06/12/2017	74710	218	*	III
MCN7928	8663239989	03/12/2017	74710	218	*	III
CSF7590	8663239990	03/12/2017	74710	218	*	III
IPY7613	8663240403	30/11/2017	74710	218	*	III
KNS3522	8663235216	28/10/2017	74710	218	*	III
MLR8668	8663235303	28/10/2017	56732	183		
DME7705	8663235068	29/10/2017	56732	183		
MJA5943	8663236372	07/11/2017	56732	183		
MEM3617	8663240008	03/12/2017	56732	183		
MLA3347	8663240003	03/12/2017	56732	183		
MJU0175	8663240683	07/12/2017	56732	183		
MGI0802	8663240759	06/12/2017	60503	208		
MKM3247	8663240760	06/12/2017	60503	208		
CIC9842	8663240906	05/12/2017	60503	208		
MLF3488	8663240913	05/12/2017	60503	208		
IQZ3624	8663240915	05/12/2017	60503	208		
MJO4339	8663240917	05/12/2017	60503	208		
HCG4267	8663240829	05/12/2017	60503	208		
MLM4157	8663240806	06/12/2017	60503	208		
LXJ2500	8663240418	30/11/2017	60503	208		
LZV1310	8663240536	29/11/2017	60503	208		
MFM8681	8663240856	05/12/2017	60503	208		
QHU3166	8663240857	05/12/2017	60503	208		
ALW3406	8663240858	05/12/2017	60503	208		
MBW7764	8663240006	03/12/2017	60503	208		
LSJ0156	8663240221	01/12/2017	60503	208		
LXL9189	8663240222	01/12/2017	60503	208		
KRJ8402	8663240181	02/12/2017	60503	208		
LYU9607	8663240091	02/12/2017	60503	208		
HIO3897	8663240306	01/12/2017	60503	208		
MAY6492	8663240308	01/12/2017	60503	208		
QHL1935	8663240266	01/12/2017	60503	208		
MLW0929	8663239859	04/12/2017	60503	208		
QHR9420	8663237206	11/11/2017	60503	208		
MGE1144	8663236850	08/11/2017	60503	208		
HEH9333	8663239272	27/11/2017	60503	208		
MCP8569	8663236596	05/11/2017	60503	208		
MLL1510	8663236370	07/11/2017	60503	208		
QHN5584	8663236258	02/11/2017	60503	208		
HHW3949	8663236260	02/11/2017	60503	208		
MKP5325	8663235070	29/10/2017	60503	208		
MMB0658	8663235085	29/10/2017	60503	208		
MKM9677	8663235671	31/10/2017	60503	208		
MFM7046	8663235476	27/10/2017	60503	208		
MGB5775	8663235907	04/11/2017	60503	208		
LWU7632	8663235909	04/11/2017	60503	208		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

LAGES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO
DIRETORA DE TRÂNSITO

LAGUNA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2420/2017

Publicação Nº 1473976

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2420/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MET5010	P01GZ000R2	12/10/2017	50291	162* II	880.40
MFT2767	54255539F	23/08/2017	75790	165 A	2934.68
MDY8413	P01GX000OB	08/10/2017	50100	162 * I	880.40
MJR5360	P01GX000OK	10/10/2017	50100	162 * I	880.40
MHY9681	P01GX000OT	14/10/2017	50100	162 * I	880.40
MBN6178	P035R00012	16/10/2017	50450	162 * V	293.47
MHY9681	P01GX000OU	14/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDY8413	P01GX000OC	08/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CER3944	P01GX000OE	08/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHU4100	P01GX000MP	10/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHU4100	P01GX000MQ	10/09/2017	64080	221	130.16
MAG8776	P03J70000O	14/09/2017	64080	221	130.16
MLB7569	P01GX000MC	03/09/2017	66700	230 * XIII	195.23
MCO5055	P01GZ000A6	17/12/2016	69120	232	88.38
MFT2767	54255538F	23/08/2017	51691	165	2934.68
MET5010	P01GZ000R1	12/10/2017	51691	165	2934.68
MHY9681	P01GX000OS	14/10/2017	65992	230 * V	293.47
MBN6178	P035R00011	16/10/2017	65992	230 * V	293.47
MAG8776	P03J70000M	14/09/2017	65992	230 * V	293.47
LYG5412	P03J70000X	22/09/2017	65992	230 * V	293.47
DPG8006	P035R0000S	30/09/2017	65992	230 * V	293.47
MJR5360	P01GX000OL	10/10/2017	65992	230 * V	293.47
MAG8776	P03J70000N	14/09/2017	66372	230 * IX	195.23
MDX8191	P01GZ000P6	27/08/2017	66531	230 * XI	195.23
MDX8191	P01GZ000P4	27/08/2017	52742	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE DAVID MACHADO
DELEGADO POLÖCIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2421/2017

Publicação Nº 1473975

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2421/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEV3885	P01GZ000OH	16/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MDX8191	P01GZ000P7	27/08/2017	52070	169	88.38
MBQ1167	P01GX000NN	04/10/2017	54870	181 * XI	195.23
MDX8191	P01GZ000P2	27/08/2017	57380	186 * II	293.47
MDX8191	P01GZ000P3	27/08/2017	58350	195	195.23
MDN3283	P01GX000PT	29/10/2017	65300	228	195.23
MDX8191	P01GZ000P5	27/08/2017	52151	170	293.47
MCO5055	P01GZ000A5	17/12/2016	70301	244 * I	293.47
NWN3054	P01GZ000QI	06/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDI3961	P01GZ000QU	11/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LZY1664	54254757F	06/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHU8105	54254761F	12/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGU4150	54256762F	06/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LEANDRO DE ARAUJO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2418/2017

Publicação Nº 1473978

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8122 2418/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CHW3464	P01GZ000SL	06/11/2017	50100	162 * I
MBG2464	P01GZ000U1	23/11/2017	50100	162 * I
CDL7063	55008820F	08/12/2017	50100	162 * I
CHW3464	P01GZ000SM	06/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
GNX0022	P01GX000RC	15/11/2017	65480	229
IRL4956	P03JQ00008	14/11/2017	65992	230 * V
MDG5735	P01GZ000TA	11/11/2017	65992	230 * V
MBC9889	P01GX000SQ	07/12/2017	65992	230 * V
MDG5735	P01GZ000TB	11/11/2017	66371	230 * IX
CHW3464	P01GZ000SN	06/11/2017	66372	230 * IX
MDQ6598	P01GX000RE	15/11/2017	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE DAVID MACHADO
DELEGADO POLÓCIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2419/2017

Publicação Nº 1473977

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8122 2419/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEA6708	P01GZ000UF	02/12/2017	76252	ART 181, XX
CIS5173	55665044C	11/12/2017	76252	ART 181, XX
MKE7487	54256643F	11/11/2017	55090	181 * XIII
MGM4290	P01GZ000V2	10/12/2017	55500	181 * XVIII
MGE2113	P01GZ000V6	10/12/2017	55500	181 * XVIII
MGP0427	P01GZ000V7	10/12/2017	55500	181 * XVIII
JZZ2003	54254625G	07/12/2017	55500	181 * XVIII
MDI7871	P01GZ000VE	10/12/2017	55500	181 * XVIII
LYG8972	P03JQ0000K	10/12/2017	65300	228
MJV5602	P01GX000T6	09/12/2017	54521	181 * VIII
MDF3190	P01GZ000UU	09/12/2017	54521	181 * VIII
MJU2729	54254641G	10/12/2017	60681	209
MIH1835	54254645G	10/12/2017	60681	209
AXE5078	54254647G	10/12/2017	60681	209
MLZ0014	P02SD0002F	10/12/2017	70301	244 * I
QHO5448	54256768F	26/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MMB8016	55785900D	08/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
JGD9822	54764295E	13/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
ITU6927	P01GZ000UE	02/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
AKW5953	54764296E	13/12/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LEANDRO DE ARAUJO
AUTORIDADE DE TRANSITO

LAURO MULLER

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8212 1160/2017

Publicação Nº 1473900

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8212 1160/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMH3258	54312855N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHI5825	P01FE000XK	24/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHH7159	P01FE000KC	18/06/2017	50100	162 * I	880.40
MER3408	P01FE000PY	29/07/2017	50100	162 * I	880.40
LZX7993	P01FE000QN	08/08/2017	53800	181 * I	130.16
LXI1228	P01FE000O3	12/07/2017	55250	181 * XV	130.16
MBT6445	P01FE000IA	13/06/2017	55250	181 * XV	130.16
LWU3653	P01FE000IW	15/06/2017	55250	181 * XV	130.16
HXH6710	P01FE00106	13/10/2017	55250	181 * XV	130.16
LYV0915	P01FE000VA	12/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MGF3505	P01FE000JX	17/06/2017	59750	204	195.23
MIL5265	P01FE000K3	17/06/2017	59750	204	195.23
MGU1147	P01FE000T8	22/08/2017	64400	224	88.38
HXH6710	P01FE0010V	16/10/2017	65300	228	195.23
ASC1846	P01FE000KS	20/06/2017	67690	230 * XXII	130.16
MKT0901	P01FE0010G	14/10/2017	69120	232	88.38
MER3408	P01FE000PX	29/07/2017	51691	165	2934.68
MAS4289	P01FE000P3	21/07/2017	51851	167	195.23
MEQ4309	P01FE000VN	15/09/2017	51851	167	195.23
LYL8794	P01FE000TE	24/08/2017	51851	167	195.23
LYZ6998	P01FE000SW	22/08/2017	51851	167	195.23
MFE1448	P01FE000UZ	07/09/2017	51851	167	195.23
MAA3702	P01FE000J6	16/06/2017	54281	181 * V	293.47
MBD5031	P01FE000KF	19/06/2017	58433	196	195.23
MKT0901	P01FE0010E	14/10/2017	65992	230 * V	293.47
MLG7318	P01FE000TG	24/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIO8279	P01FE000T1	22/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MMJ7875	P01FE000S9	18/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAV1644	P01FE000SS	20/08/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 1159/2017

Publicação Nº 1473901

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8212 1159/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGN6840	54952815F	15/11/2017	50100	162 * I
LLR6561	P01FE0013Q	09/11/2017	52070	169
LZF1768	P01FE00135	02/11/2017	55250	181 * XV
MBQ2932	P01FE0014G	16/11/2017	59750	204
DKD4320	P01FE0012P	30/10/2017	64080	221
DKD4320	P01FE0012Q	30/10/2017	69120	232
IKU3432	P01FZ000ZA	25/10/2017	51851	167
MGN6840	54952816F	19/11/2017	54521	181 * VIII
EDE5002	P01FE00145	12/11/2017	56141	182 * V
MCO3067	P01FE00131	01/11/2017	64322	223
MGN6840	54952811F	19/11/2017	65992	230 * V
DKD4320	P01FE0012O	30/10/2017	66102	230 * VII
FKK4837	P01FE0013P	09/11/2017	59670	203 * V
QHN5867	P01FE00123	24/10/2017	59670	203 * V
LYW9917	P01FW000CB	11/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
COJ8229	P01FW000BR	07/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MEQ4552	P01FW000BT	07/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MJR2392	P01FE0012L	29/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

LEBON REGIS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8526 659/2017

Publicação Nº 1473715

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8526 659/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCK5341	P02QD00056	23/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFN2628	P02QD0005N	27/09/2017	51851	167	195.23
MCS9036	P02QD0005Q	30/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

LEOBERTO LEAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8516 297/2017

Publicação Nº 1473716

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8516 297/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXK8147	P02S300007	07/09/2017	65800	230 * IV	293.47
MFJ0613	P02S300000	20/09/2017	65992	230 * V	293.47
MHY2274	P02S20001I	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXK8147	P02S300005	07/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXK8147	P02S300006	07/09/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

LINDÓIA DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8340 496/2017

Publicação Nº 1473820

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8340 496/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFR8492	54308749N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LINDOIA DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO DE POLICIA

LUIS ALVES**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8651 960/2017**

Publicação Nº 1473694

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8651 960/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFR3417	P016E000C3	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEN4352	P016E000CK	01/10/2017	50100	162 * I	880.40
MEN4352	P016E000CM	01/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIJ4246	P016E000C1	02/09/2017	65800	230 * IV	293.47
MLB5867	P016E000C7	04/09/2017	66700	230 * XIII	195.23
MFR3417	P016E000C4	02/09/2017	51691	165	2934.68
MIJ4246	P016E000C2	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEN4352	P016E000CL	01/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUIS ALVES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

SAVERIO SARUBBI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8651 958/2017

Publicação Nº 1473696

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8651 958/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAZ7745	P016E000DP	13/11/2017	50100	162 * I
MHI6648	P016E000DV	17/11/2017	50100	162 * I
IGJ0533	P016E000EV	08/12/2017	50100	162 * I
IGJ0533	P016E000EW	08/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
MAZ7745	P016E000DQ	13/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
AMG3014	P016E000E2	18/11/2017	65480	229
AMG3014	P016E000EM	30/11/2017	66020	230 * VI
AMG3014	P016E000EL	30/11/2017	67000	230 * XVI
MAZ7745	P016E000DR	13/11/2017	65992	230 * V
AMG3014	P016E000EK	30/11/2017	66102	230 * VII
AMG3014	P016E000EN	30/11/2017	66371	230 * IX
AMG3014	P016E000EO	30/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUIZ ALVES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

SAVERIO SARUBBI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8651 959/2017

Publicação Nº 1473695

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES - DETRANLU - 281970

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8651 959/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCO0142	P016E000E1	18/11/2017	51851	167
MCO0142	P016E000E0	18/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUIZ ALVES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FRANCISCO EDUARDO GESSER
DIRETOR DE TRANSITO

LUZERNA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8500 516/2017

Publicação Nº 1473723

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8500 516/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EXI4554	54309285N	17/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MED0093	P013I000BU	30/08/2017	61220	214 * I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUZERNA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8500 515/2017

Publicação Nº 1473724

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8500 515/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAK8058	P03ZR00019	08/12/2017	51851	167
MIM4906	P03ZR0001N	12/12/2017	51851	167
MBL9823	P03ZR0002C	14/12/2017	51851	167
AMI4857	P03ZR00007	17/11/2017	57970	191
MHF8104	P03ZR0000B	17/11/2017	59670	203 * V
MCP8870	P03ZR0000I	18/11/2017	59670	203 * V
MDB3504	P03ZR00012	06/12/2017	59670	203 * V
AKI4482	P03ZR0001A	08/12/2017	59670	203 * V
MKZ6022	P03ZR0001B	08/12/2017	59670	203 * V
MEN1777	P03ZR0001G	12/12/2017	59670	203 * V
MLM7502	P03ZR0001H	12/12/2017	59670	203 * V
MLT1593	P03ZR0001K	12/12/2017	59670	203 * V
MEE8337	P03ZR00026	14/12/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUZERNA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

MACIEIRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8697 143/2017

Publicação Nº 1473683

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8697 143/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIC0521	P02TV0000H	23/09/2017	50450	162 * V	293.47
MIC0521	P02TV0000I	23/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MACIEIRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

MAFRA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8074
1701/2017**

Publicação Nº 1474038

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8074 1701/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMF7089	P01GF000CA	15/10/2017	50100	162 * I	880.40
AMF7089	P01GF000C9	15/10/2017	65992	230 * V	293.47
MED9963	P02PH0008T	28/09/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAFFAELLO ROSS
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8074 1702/2017

Publicação Nº 1474037

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8074 1702/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEG0790	P02PH0006T	03/09/2017	51930	168	293.47
MMJ9236	P01GF000BQ	14/09/2017	61220	214 * I	293.47
LYS1107	P01H5000C8	02/09/2017	61220	214 * I	293.47
MHE0087	P02PH0006Q	03/09/2017	65640	230 * II	293.47
FQG6164	P02DS0001B	03/09/2017	68580	231 * VII	130.16
MAH5085	P02PH0008P	27/09/2017	51851	167	195.23
ARB6842	P02PG0008S	03/10/2017	51851	167	195.23
AEG0790	P02PH0006S	03/09/2017	51852	167	195.23
HOW8759	P02PH00065	30/08/2017	51852	167	195.23
AJI6969	P02PH0006J	31/08/2017	58191	193	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOAO ALFREDO FERREIRA
AUTORIDADE MUNICIPAL TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1699/2017

Publicação Nº 1474040

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8074 1699/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHT8816	P02PG000B9	22/11/2017	50100	162 * I
AMP6024	P01GF000EC	10/12/2017	50100	162 * I
MJL4172	P02PH000DS	12/12/2017	50100	162 * I
HOW3479	P02PH000E5	13/12/2017	50450	162 * V
MJL4172	P02PH000DT	12/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
AMP6024	P01GF000ED	10/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHT8816	P02PG000BA	22/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
AQR9717	P02PG000A1	11/11/2017	64080	221
EZI4165	P02DU0002E	09/12/2017	64080	221
EZI4165	P02DU0002C	09/12/2017	51691	165
HOW3479	P02DU0002H	13/12/2017	65992	230 * V
MKH3468	P01H5000DL	14/11/2017	65992	230 * V
MKK3374	P02PH000AS	19/11/2017	65992	230 * V
ATA2638	P01H5000EO	08/12/2017	65992	230 * V
QHW3129	P02PH000DJ	09/12/2017	65992	230 * V
MER4609	P02PG000E1	09/12/2017	65992	230 * V
AJN8032	P02PH000DF	08/12/2017	66102	230 * VII
AQR9717	P02PG000A0	11/11/2017	66102	230 * VII
MEG7945	P02PH000B4	21/11/2017	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAFFAELLO ROSS
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1700/2017

Publicação Nº 1474039

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8074 1700/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJU7240	54329481N	15/12/2017	50020	257 ÷ 8§
ASN7665	P01H5000DU	22/11/2017	51930	168
MEK0090	P02PH000BK	23/11/2017	51930	168
MJD5176	P02PG000E0	08/12/2017	51930	168
EEV7733	P030P0005S	09/12/2017	54600	181 * IX
LWU3093	P02PH000DR	11/12/2017	55500	181 * XVIII
MHB0650	P02DS0002A	08/12/2017	59830	205
MAA5732	P01GF000E1	07/12/2017	68580	231 * VII
AIS1012	P02PG000EE	12/12/2017	51851	167
MKA3278	P02PG000DU	08/12/2017	51851	167
ANJ8592	P02PG000DV	08/12/2017	51851	167
MGF7771	P01GF000E2	08/12/2017	51851	167
MFV9320	P01H5000DK	14/11/2017	51851	167
MJP9041	P02PG000B8	22/11/2017	51851	167
QIO0942	P02DS0001N	14/11/2017	60412	207
MLM0156	P02PH000AO	17/11/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOAO ALFREDO FERREIRA
AUTORIDADE MUNICIPAL TRANSITO

MARACAJÁ**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8372 786/2017**

Publicação Nº 1473796

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8372 786/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GUH9997	P01JT00087	07/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDJ9296	P01JT0008C	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDJ9296	P01JT0008F	10/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LZV4449	P01JT0009C	18/10/2017	51851	167	195.23
MIR2666	P01JT0008A	08/09/2017	51851	167	195.23
CYR6144	P01JT0007Z	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDJ9296	P01JT0008D	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
GUH9997	P01JT00088	07/09/2017	66371	230 * IX	195.23
MDJ9296	P01JT0008E	10/09/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARACAJA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8372 785/2017

Publicação Nº 1473797

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8372 785/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEB2848	P043600001	12/12/2017	58350	195
MEB2848	P043600003	12/12/2017	60174	206 * III
MEB2848	P043600002	12/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARACAJA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

MARAVILHA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8224 1950/2017

Publicação Nº 1473891

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8224 1950/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

ACG0899	P000L000W1	02/09/2017	50292	162* II	880.40
MBL1072	P000L000W5	07/09/2017	75790	165 A	2934.68
JNQ4676	P000L000R9	22/05/2017	75790	165 A	2934.68
EAL3478	P0135000TP	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFS5468	P000L000W3	03/09/2017	65480	229	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8224 1951/2017

Publicação Nº 1473890

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8224 1951/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFK0214	P000L000WU	27/09/2017	52070	169	88.38
MDV4407	P000L000XG	15/10/2017	55250	181 * XV	130.16
LYA8557	P000L000WY	02/10/2017	58350	195	195.23
AEW7847	P000L000VM	24/08/2017	51851	167	195.23
IIN1451	P0135000TW	04/10/2017	60501	208	293.47
LZF1933	P000L000WB	14/09/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VALDEMIR ANDRETTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1948/2017

Publicação Nº 1473893

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8224 1948/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCF8401	P000L00106	10/12/2017	53200	176 * V
MCF2869	P000L000XO	02/11/2017	64080	221
DZB4990	P0135000VN	21/11/2017	69120	232
MBV3871	P000L000YH	19/11/2017	65992	230 * V
MJM9028	P000L0010E	12/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1949/2017

Publicação Nº 1473892

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8224 1949/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AEW7847	54315937N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLT8980	P0135000UQ	06/11/2017	76332	ART 252, UNICO

MCF8401	P000L00107	10/12/2017	52070	169
MCF8401	P000L00105	10/12/2017	53470	178
OAS5260	P000L000ZA	30/11/2017	65640	230 * II
DCX4803	P0135000VJ	19/11/2017	51851	167
MGU5629	P000L000YC	14/11/2017	60501	208
QHD4855	P0135000VE	18/11/2017	60501	208
AQP2339	P03KM0000N	30/11/2017	60681	209
JCA1721	P0135000WC	30/11/2017	69471	235
MBM1875	P000L000ZH	30/11/2017	69471	235
MDO0253	P000L000Z2	30/11/2017	69471	235
AWR3406	P03KM00010	12/12/2017	73662	252*VI
NKB0740	P03KM0000L	29/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VALDEMIR ANDRETTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

MAREMA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8308 360/2017

Publicação Nº 1473834

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8308 360/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MGR0737 P02WY00024 12/11/2017 70481 244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAREMA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

MASSARANDUBA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8234 995/2017

Publicação Nº 1473886

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8234 995/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJR5505	P00QN000RM	03/09/2017	66290	230 * VIII	195.23
MEM1670	P00QN000RO	04/09/2017	51851	167	195.23
MDF9764	P00QN000RF	02/09/2017	51852	167	195.23
AJR5505	P00QN000RL	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
LYS4536	P00QN000RW	08/09/2017	65992	230 * V	293.47
AJR5505	P00QN000RN	03/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MGT6764	P00QN000S8	10/09/2017	70481	244 * II	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 994/2017

Publicação Nº 1473887

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8234 994/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MLE6338	P00QM000QR	08/11/2017	50100	162 * I
LWX0462	P00QN000XE	17/11/2017	57200	186 * I
MDO2544	P00QN000XB	13/11/2017	51851	167
MLE0005	P00QM000QY	14/11/2017	51851	167
MES4210	P00QN000XV	24/11/2017	51852	167
MKA2889	P00QN000WT	07/11/2017	54522	181 * VIII
QHB1900	P00QM000RF	13/12/2017	60501	208
LZM9152	P00QN000XM	23/11/2017	60501	208
AFA8834	P00QN000Y0	24/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

MATOS COSTA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8362 212/2017

Publicação Nº 1473802

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8362 212/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZV3269	54029918E	31/01/2016	55250	181 * XV	85.13
IAW7076	54030173E	21/08/2017	51851	167	195.23
MFO2326	54030193E	14/10/2017	54522	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MATOS COSTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

SIRLEI GUTOSKI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8362 211/2017

Publicação Nº 1473803

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8362 211/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
COG5382	54030108E	13/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MATOS COSTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

SIRLEI GUTOSKI
DELEGADO DE POLICIA

MELEIRO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8078 690/2017**

Publicação Nº 1474035

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8078 690/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEH2308	P02UA0002B	19/08/2017	51930	168	293.47
GYA2902	P02UA0004M	13/10/2017	65300	228	195.23
QHO3600	P02UA0004A	09/10/2017	66290	230 * VIII	195.23
QHO3600	P02UA00049	09/10/2017	67000	230 * XVI	195.23
IQI5162	P02UA0004H	13/10/2017	51851	167	195.23
DUN3745	P02UA0004J	13/10/2017	51851	167	195.23
GYA2902	P02UA0004L	13/10/2017	51851	167	195.23
CTB8248	P02UA0004T	17/10/2017	51851	167	195.23
MJF9602	P02UA0002J	26/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGDO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 689/2017

Publicação Nº 1474036

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8078 689/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJW4614	P02UA0005K	16/11/2017	67000	230 * XVI
MAJ0594	P02UA0005N	16/11/2017	51851	167
MIL1873	P02UA0005S	24/11/2017	51851	167
CXU3533	P02UA0006A	06/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGDO DE POLICIA

MODELO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8434 536/2017

Publicação Nº 1473757

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8434 536/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

AAY7128	P03L70000U	24/10/2017	50450	162 * V	293.47
MBI6206	P03L70000S	17/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MODELO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

MONTE CARLO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8474 986/2017

Publicação Nº 1473730

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8474 986/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCQ6809	P01JF00090	23/08/2017	50100	162 * I	880.40
CMQ0761	P01JF0009Y	11/10/2017	50100	162 * I	880.40
CMQ0761	P01JF0009Z	11/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCQ6809	P01JF00091	23/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCQ6809	P01JF00092	23/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBU6574	P01JF000A0	14/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8474 987/2017

Publicação Nº 1473729

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO - 255610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8474 987/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KRE7133	P01JF0009K	24/09/2017	65300	228	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE COUTO DE OLIVEIRA FILHO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8474 985/2017

Publicação Nº 1473731

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO - 255610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8474 985/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLB7315	P01JF000AQ	21/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE COUTO DE OLIVEIRA FILHO
DIRETOR DE TRANSITO

MONTE CASTELO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 512/2017

Publicação Nº 1473916

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 512/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZZ1323	P02WL0001I	24/11/2017	57200	186 * I
LZZ1323	P02WL0001J	24/11/2017	65992	230 * V
AEN5068	P02WL0001Q	07/12/2017	65992	230 * V
QIW7002	P01GD000CC	17/11/2017	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

MORRO DA FUMAÇA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8248 1154/2017**

Publicação Nº 1473876

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8248 1154/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIE6164	54307991N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
DDD0576	P01FD001KX	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
CMW3386	P01FD001L9	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MBL5355	P01FD001L1	31/08/2017	54600	181 * IX	130.16
MLZ4177	P01FD001LF	03/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MLV9035	P01FD001M3	07/09/2017	51851	167	195.23
BAO9228	P01FD001MI	11/09/2017	51851	167	195.23
OKH1027	P01FD001OP	15/10/2017	51851	167	195.23
LYF6868	P01FD001OT	15/10/2017	51851	167	195.23
QHQ2043	P01FD001OU	15/10/2017	51851	167	195.23
MFT5966	P01FD001OW	15/10/2017	51851	167	195.23
MHX4925	P01FD001OY	15/10/2017	51851	167	195.23
MEN9742	P01FD001P3	15/10/2017	51851	167	195.23
MCK0242	P01FD001O8	15/10/2017	51851	167	195.23
DAD0097	P01FD001OC	15/10/2017	51851	167	195.23
CVB2471	P01FD001OE	15/10/2017	51851	167	195.23
CVE9772	P01FD001OF	15/10/2017	51851	167	195.23
MAW7435	P01FD001OJ	15/10/2017	51851	167	195.23
MHL4947	P038J0000R	22/09/2017	51851	167	195.23
MJQ8596	P038J00014	01/10/2017	51851	167	195.23
DAL3999	P038J00010	09/10/2017	51851	167	195.23
AJO1744	P038J0001S	09/10/2017	51851	167	195.23
AGV1912	P01FD001NU	10/10/2017	51851	167	195.23
MCZ4190	P01FD001KK	30/08/2017	51851	167	195.23
MKT0561	P01FD001MS	13/09/2017	60501	208	293.47
AMB5140	P01FD001L4	01/09/2017	60501	208	293.47
QIS9316	P01FD001PB	17/10/2017	64321	223	195.23
CMW3386	P01FD001LA	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
IWT4842	P01FD001NZ	13/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 1153/2017

Publicação Nº 1473877

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 1153/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCO9103	P01FD001U0	20/11/2017	50100	162 * I
MDI8272	P038J0002L	08/12/2017	50100	162 * I
MCD6425	P038J0002Q	09/12/2017	50100	162 * I
MDP9308	P038J00031	11/12/2017	50100	162 * I
QIH6918	P038J00033	11/12/2017	50100	162 * I
LNO9832	P038J0002I	07/12/2017	65300	228
MDP9308	P038J00034	11/12/2017	73400	252 * IV
LNO9832	P038J0002W	10/12/2017	51851	167
DGE4265	P038J0002X	10/12/2017	51851	167
MJS3936	P038J0002Z	10/12/2017	51851	167
MKO6223	P01FD001UE	24/11/2017	51851	167
MJV2800	P01FD001V3	06/12/2017	51851	167
MIJ5561	P01FD001T2	12/11/2017	51851	167
MJM9140	P01FD001TL	16/11/2017	51851	167
CIM0808	P01FD001TM	16/11/2017	51851	167
MDB1339	P01FD001TO	16/11/2017	51851	167
OKE0811	P01FD001SY	12/11/2017	54521	181 * VIII
MJI5078	P038J0002M	09/12/2017	54522	181 * VIII
OYA2836	P038J00036	12/12/2017	60501	208
MCD6425	P038J0002P	09/12/2017	65992	230 * V
MDI8272	P038J0002K	08/12/2017	65992	230 * V
MCO9103	P01FD001TY	20/11/2017	65992	230 * V
MCO9103	P01FD001TZ	20/11/2017	66102	230 * VII
HMU7096	P01FD001TP	16/11/2017	73662	252*VI
ACB4984	P01FD001TU	16/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

MORRO GRANDE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8462 248/2017

Publicação Nº 1473737

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8462 248/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLJ5804	P02U90000P	11/08/2017	56222	182 * VI	88.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 247/2017

Publicação Nº 1473738

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 247/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MEF2965 P02U90002N 17/11/2017 50450 162 * V

MEF2965 P02U90002O 17/11/2017 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

NAVEGANTES

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2229/2017

Publicação Nº 1473857

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2229/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MCN8539	55586319C	12/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDW6248	P02OX0001T	24/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEP1022	P02OW00021	02/10/2017	50100	162 * I	880.40
GTD4608	P014T0006C	11/10/2017	50100	162 * I	880.40
GTD4608	P014T0006E	11/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHO2958	P016S0008O	05/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MDJ3573	P016X00097	09/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MBJ9700	P02P20001Z	28/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MCX9846	P02P200010	18/08/2017	73400	252 * IV	130.16
LYT4926	P016X0008Z	08/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZP6501	55587352C	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZI6716	55587360C	18/09/2017	65992	230 * V	293.47

MHI5299	55587828C	29/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MKP2606	55586342C	22/09/2017	65992	230	*	V	293.47
DGD1325	55587805C	12/09/2017	65992	230	*	V	293.47
GTD4608	P014T0006B	11/10/2017	65992	230	*	V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2230/2017

Publicação Nº 1473856

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRAN - 282210

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2230/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MET0036	55587768C	25/08/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MFU5373	55587777C	31/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MJB6879	55587353C	13/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MHO8993	55587388C	03/10/2017	54600	181 * IX	130.16
CZI3727	55937843E	21/09/2017	55250	181 * XV	130.16
HMQ0806	P01A1000AK	24/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MFL2218	P02OW00029	15/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MBF6577	55587701C	03/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MJR5834	55587791C	05/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
KMY7152	55588676C	07/06/2017	55680	181 * XIX	195.23
ACD2545	55587841C	05/10/2017	55680	181 * XIX	195.23
MLH4593	P016X0009J	18/10/2017	57380	186 * II	293.47
MKW7784	P01A10009P	14/09/2017	57380	186 * II	293.47
MHO2958	P016S0008N	05/10/2017	58350	195	195.23
NTI5822	P014T0006M	11/10/2017	51851	167	195.23
MHX6154	P014T0006O	11/10/2017	51851	167	195.23
MHS3109	P016X0009H	11/10/2017	51851	167	195.23
MFP7088	P02OW00035	25/10/2017	51851	167	195.23
MII6250	P01A1000BH	27/10/2017	51851	167	195.23
CIO1608	55587962C	20/07/2017	51851	167	195.23
MGJ1539	55587985C	24/07/2017	51851	167	195.23

MFR4938	55587986C	24/07/2017	51851	167		195.23
NFQ9230	P01A10008Y	30/08/2017	52312	172		130.16
MDB7469	55586310C	05/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
OKG8728	55937842E	21/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
QHG3175	55934143E	17/08/2017	54522	181	* VIII	195.23
MIC3795	P02OX00003	07/08/2017	54522	181	* VIII	195.23
DYV1157	P02P20001T	09/09/2017	54523	181	* VIII	195.23
MMA0662	55934149E	22/09/2017	60501	208		293.47
MDW6248	P02OX0001V	24/09/2017	61733	215	* I * b	195.23
AZK3756	P016S0007N	27/08/2017	59670	203	* V	1467.34
LWS8276	P016S0008S	11/10/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MII6250	P01A1000BG	27/10/2017	73662	252	*VI	130.16
MLT5608	55587967C	21/07/2017	73662	252	*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOHNNY EURICO COELHO
SUPERINTENDENTE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2227/2017

Publicação Nº 1473859

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2227/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MII6688	P02P00002I	29/10/2017	50100	162	* I
MJV6289	55587331C	03/11/2017	50100	162	* I
MHF2947	55587334C	03/11/2017	50100	162	* I
HTB9509	P016X000BA	16/11/2017	50100	162	* I
BUR9899	P01A1000CE	09/12/2017	50450	162	* V
MII6688	P02P00002H	29/10/2017	50610	163	c/c 162 * I
MJV6289	55587332C	03/11/2017	50610	163	c/c 162 * I
HTB9509	P016X000B9	16/11/2017	51180	164	c/c 162 * I
BUR9899	55941616E	09/12/2017	66290	230	* VIII
MFV0342	P02P20002J	19/11/2017	69120	232	

MJO3305	55588801C	07/12/2017	73400	252	*	IV
MIZ8673	55588816C	08/12/2017	73400	252	*	IV
MLX5301	P02OX0002P	06/11/2017	73400	252	*	IV
QHN9085	P02P00002W	10/11/2017	73400	252	*	IV
MMD8781	P016X000AZ	10/11/2017	73400	252	*	IV
MER4105	P016X000B3	10/11/2017	73400	252	*	IV
MMI9352	P016X000B4	10/11/2017	73400	252	*	IV
HBA1927	55941614E	02/12/2017	51691	165		
OKF1871	55587329C	01/11/2017	65992	230	*	V
PET7777	55587199C	06/12/2017	65992	230	*	V
MJV9349	P02OW00041	08/11/2017	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2228/2017

Publicação Nº 1473858

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRAN - 282210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2228/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHY7377	54327084N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MIG1129	P02P20002G	07/11/2017	53980	181 * II
MIB7834	55587186C	01/12/2017	54100	181 * IV
MFA7139	55587197C	05/12/2017	54100	181 * IV
MDK2407	55587242C	01/12/2017	54600	181 * IX
MDL5277	55587196C	05/12/2017	54600	181 * IX
MIH5903	55587902C	06/12/2017	54600	181 * IX
MDH1139	55587303C	20/10/2017	54600	181 * IX
MDQ5085	55587308C	23/10/2017	54600	181 * IX
IXB5535	55587260C	20/11/2017	55500	181 * XVIII
ARJ8400	55587319C	30/10/2017	55680	181 * XIX
KMY7152	55587304C	23/10/2017	55680	181 * XIX

AZZ9159	55587133C	05/12/2017	55680	181	*	XIX
QHU6053	55587908C	06/12/2017	55680	181	*	XIX
BZY1402	55588836C	11/12/2017	55680	181	*	XIX
MJJ4796	P02P20002V	02/12/2017	57380	186	*	II
MHT0040	55587905C	06/12/2017	58270	194		
MKC1010	55587454C	01/12/2017	65640	230	*	II
MKC1010	55587453C	01/12/2017	51851	167		
MIU3746	55587915C	07/12/2017	51851	167		
KNZ5609	55587926C	08/12/2017	51851	167		
MCF1803	55587927C	08/12/2017	51851	167		
MJM4484	55588814C	07/12/2017	51851	167		
MJW9822	55588818C	08/12/2017	51851	167		
ISV8114	55588819C	08/12/2017	51851	167		
MCX8043	55588842C	12/12/2017	51851	167		
HIX7846	55588827C	11/12/2017	51851	167		
MEY3080	55587140C	06/12/2017	51851	167		
AES1868	55587143C	06/12/2017	51851	167		
QHX3414	55587145C	06/12/2017	51851	167		
AZL7055	P016X000A5	05/11/2017	51851	167		
LZI0110	P016X000AA	05/11/2017	51851	167		
LXW6719	P016X000AE	05/11/2017	51851	167		
ADL1645	P016X000B1	10/11/2017	51851	167		
AOQ9903	P02P000043	02/12/2017	51852	167		
OKF1871	55587328C	01/11/2017	54522	181	*	VIII
QIS6102	P02P00003F	14/11/2017	54524	181	*	VIII
MLK4289	55587249C	05/12/2017	58191	193		
MLU6719	P02OW0003S	07/11/2017	60411	207		
MKY4299	P02P00003V	01/12/2017	60412	207		
QHW2454	P02P00003A	13/11/2017	60412	207		
MHS4212	P02P00002U	09/11/2017	70562	244	*	III c/c õl§
MGY3950	55587210C	20/11/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146
MHF9246	P02P00002V	10/11/2017	55414	181	*	XVII c/ Lei13146
MKZ6894	55587316C	30/10/2017	55414	181	*	XVII c/ Lei13146
QHR6066	55587247C	04/12/2017	55414	181	*	XVII c/ Lei13146
MFI0389	55587187C	01/12/2017	73662	252	*	VI
LSN4454	55587198C	05/12/2017	73662	252	*	VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOHNNY EURICO COELHO
SUPERINTENDENTE

NOVA ITABERABA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8456 307/2017

Publicação Nº 1473744

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8456 307/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IWF3735 P02VG0000A 30/11/2017 54525 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA ITABERABA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

NOVA TRENT

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8153
1196/2017**

Publicação Nº 1473945

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8153 1196/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MDC3309 P02RO00017 13/10/2017 50100 162 * I 880.40
MDC3309 P02RO00018 13/10/2017 51180 164 c/c 162 * I 880.40
MJF8096 P01KE000T9 03/09/2017 55500 181 * XVIII 130.16
HIK1467 P01KE000UR 24/09/2017 55500 181 * XVIII 130.16
MMM5264 P01KE000TE 04/09/2017 55680 181 * XIX 195.23

MDC3309	P02RO00019	13/10/2017	65561	230	*	I	293.47
MDC3309	P02RO0001A	13/10/2017	65992	230	*	V	293.47
LXY3111	P01KE000SQ	27/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MCY0173	P02RO00014	09/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MGZ2831	P01KE000RK	05/08/2017	66532	230	*	XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 1195/2017

Publicação Nº 1473946

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 1195/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAW0651 P02RO0001W 03/12/2017 52152 170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

NOVA VENEZA**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8149 1055/2017**

Publicação Nº 1473951

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8149 1055/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHS6114	P02ZA0004H	14/11/2017	50100	162 * I
AJP6442	P03PN0002F	19/11/2017	50100	162 * I
DTD0689	P02ZA0004Z	06/12/2017	50100	162 * I
MCR3759	P03PN0004I	08/12/2017	50100	162 * I
MBO0365	P02ZA00052	09/12/2017	50100	162 * I
MDG9695	P03PN0004T	12/12/2017	50450	162 * V
MHP5975	P03PN0003Y	07/12/2017	50450	162 * V
MHX6381	P03PN00040	07/12/2017	50450	162 * V
DTD0689	P02ZA00050	06/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCR3759	P03PN0004J	08/12/2017	67690	230 * XXII
MHP5975	P03PN0003Z	07/12/2017	69120	232
CIO1902	P03PN0003N	04/12/2017	54282	181 * V
DOR7423	P02ZA0004Y	05/12/2017	65992	230 * V
CWO1865	P03PN00028	17/11/2017	65992	230 * V
AJP6442	P03PN0002E	19/11/2017	65992	230 * V
MHS6114	P02ZA0004G	14/11/2017	65992	230 * V
MIP3959	P03PN0004I	07/12/2017	65992	230 * V
MCR3759	P03PN0004H	08/12/2017	65992	230 * V
MFO8622	P03PN0001Z	14/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA VENEZA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

ORLEANS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8084 1742/2017**

Publicação Nº 1474028

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8084 1742/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMI5414	P01FX000R1	22/04/2017	75790	165 A	2934.68
CWB8281	P01FZ000U2	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
MMI5414	P01FX000R4	22/04/2017	53200	176 * V	1467.34
MDJ7247	P01FX0019W	18/09/2017	66020	230 * VI	293.47
LOW6429	P01FY0004E	10/09/2017	67000	230 * XVI	195.23
MGV4368	P01FE000NK	09/07/2017	51691	165	2934.68
LYQ5235	P01FZ000U7	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXF8960	P01FZ000WX	06/10/2017	65992	230 * V	293.47
MAR9653	P01FZ000Y1	14/10/2017	65992	230 * V	293.47
MFD7175	P01FY0005B	11/10/2017	66102	230 * VII	195.23
LOW6429	P01FY0004F	10/09/2017	66102	230 * VII	195.23
MDJ7247	P01FX0019V	18/09/2017	66102	230 * VII	195.23
MFC1471	P01FX00170	14/08/2017	66531	230 * XI	195.23
MGV4368	P01FE000NL	09/07/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8084 1743/2017

Publicação Nº 1474027

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO



DE TRANSITO N.8084 1743/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLP6803	P01FX0017U	22/08/2017	52070	169	88.38
MDJ7247	P01FX0019X	18/09/2017	52070	169	88.38
MCL1038	P01FX0017Y	24/08/2017	53800	181 * I	130.16
KTP2551	P01FZ000U6	03/09/2017	53800	181 * I	130.16
MIU7164	P01FZ000XG	11/10/2017	55090	181 * XIII	130.16
MBE9455	P01FX0019D	12/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MLM0522	P01FE000SU	21/08/2017	57200	186 * I	195.23
MGV4368	P01FE000NM	09/07/2017	58350	195	195.23
LCU2218	P01FX0017E	19/08/2017	65300	228	195.23
LOW6429	P01FY0004D	10/09/2017	65300	228	195.23
CDL4010	P01FZ000SD	31/07/2017	51851	167	195.23
MDK2501	P01FX0018U	03/09/2017	70301	244 * I	293.47
AXE2385	P01FX001AF	27/09/2017	59670	203 * V	1467.34
QHV9991	P01FZ000U8	04/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
HFR0411	P01FZ000U9	04/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1740/2017

Publicação Nº 1474030

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8084 1740/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFR2390	P01FZ00107	14/11/2017	75790	165 A
MJY6108	P01FX001BL	19/11/2017	50100	162 * I
MAJ7693	P01FZ0010F	28/11/2017	50100	162 * I
MAJ7693	P01FZ0010G	28/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MJY6108	P01FX001BM	19/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
IJT7044	P01FZ000ZM	26/10/2017	67000	230 * XVI
MFR2390	P01FZ00106	14/11/2017	51692	165
MAJ7693	P01FZ0010H	28/11/2017	65992	230 * V
IJT7044	P01FZ000ZL	25/10/2017	65992	230 * V
MEY3091	P01FZ000Z9	25/10/2017	66102	230 * VII
IJT7044	P01FZ000ZN	26/10/2017	66372	230 * IX
QHR9609	P01FZ0010D	22/11/2017	52741	175
IKI6792	P01FX001BE	14/11/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1741/2017

Publicação Nº 1474029

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1741/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILS1631	P01FX001BP	21/11/2017	52070	169
QHR9609	P01FZ0010C	22/11/2017	52070	169
IJT7044	P01FZ000ZK	25/10/2017	54010	181 * III
MIG5409	P01FW000B0	21/11/2017	57380	186 * II
QHR9609	P01FZ0010B	22/11/2017	58350	195
MKO0436	P01FX001BN	19/11/2017	58350	195

MGB3060	P01FZ00102	12/11/2017	51851	167
MCK1487	P01FX001BG	15/11/2017	51851	167
MJL3623	P01FX001BU	24/11/2017	51851	167
JQY6735	P01FX001BV	24/11/2017	51851	167
QHR9609	P01FZ0010A	22/11/2017	70481	244 * II
QHI5402	P01FZ000Z7	25/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MCK1289	P01FX001BT	24/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MEA4553	P01FX001BW	24/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
AUTORIDADE DE TRANSITO

Ouro

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8268 810/2017

Publicação Nº 1473861

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8268 810/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIA9557	P00VE00142	14/10/2017	50100	162 * I	880.40
AIA9557	P00VE00144	14/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AIA9557	P00VE00141	14/10/2017	51691	165	2934.68
LYH7592	P00VE00107	19/08/2017	65992	230 * V	293.47
AIA9557	P00VE00140	14/10/2017	65992	230 * V	293.47
AIA9557	P00VE00143	14/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

OURO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8268 811/2017

Publicação Nº 1473860

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - 282310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8268 811/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIA9557	P00VE00145	15/10/2017	52070	169	88.38
AIA9557	P00VE00146	15/10/2017	59670	203 * V	1467.34
HUM4848	P00VE0012W	27/09/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

Ederson savaris
Diretor de transito

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 809/2017

Publicação Nº 1473862

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8268 809/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYH8617	P00VD0017L	11/12/2017	50100	162 * I
LYH8617	P00VD0017M	11/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
ARA0630	P00VD0017K	11/12/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO
DELEGADO DE POLICIA

PALHOÇA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2503/2017

Publicação Nº 1474050

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2503/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIB7738	P02WJ00023	30/07/2017	50100	162 * I	880.40
MEA8979	P02XA0006E	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
DMW6689	P02XB00039	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MAV6226	P03AM0008T	14/10/2017	50100	162 * I	880.40
MAP3167	54375613F	22/10/2017	50100	162 * I	880.40
MAV6226	P03AM0008S	14/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEA8979	P02XA0006F	31/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIB7738	P02WJ00024	30/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDH1612	54872492G	28/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40

ALE9620	P02XA00096	11/10/2017	51420	164	c/c 162 * V	293.47
MAP6365	P01GE000G9	13/10/2017	65480	229		130.16
MAV6226	P03AM0008Q	14/10/2017	66020	230	* VI	293.47
MAR3413	P02XH0002O	10/10/2017	66020	230	* VI	293.47
MAV6226	P03AM0008R	14/10/2017	67000	230	* XVI	195.23
MCM2100	P03AM0005A	07/08/2017	67000	230	* XVI	195.23
KRS4651	P03AM0006K	27/08/2017	67000	230	* XVI	195.23
MCM2100	P03AM00059	07/08/2017	69120	232		88.38
LXF1165	P02X70002N	12/10/2017	69120	232		88.38
MJQ6469	P016G000J5	22/07/2017	51691	165		2934.68
MEA8979	P02XA0006D	31/08/2017	65561	230	* I	293.47
ALE0600	P01GE000FE	02/10/2017	65992	230	* V	293.47
MAV6226	P03AM0008P	14/10/2017	65992	230	* V	293.47
MBN2728	P01GJ000FV	13/10/2017	65992	230	* V	293.47
MJQ6469	P01GE000CI	22/07/2017	65992	230	* V	293.47
MBG8905	P02X70001N	28/08/2017	65992	230	* V	293.47
MCE4765	P02XA0006C	31/08/2017	65992	230	* V	293.47
MEI3987	P016O0000T	15/10/2017	65992	230	* V	293.47
LXF1165	P02X70002O	12/10/2017	66102	230	* VII	195.23
MBN2728	P01GJ000FU	13/10/2017	66102	230	* VII	195.23
MEC0314	P02WJ0004T	12/10/2017	66102	230	* VII	195.23
DMW6689	P02XB0003B	02/09/2017	66371	230	* IX	195.23
LXF1165	P02X70002P	12/10/2017	66371	230	* IX	195.23
MEI3987	P016O0000OU	15/10/2017	66371	230	* IX	195.23
DMW6689	P02XB0003A	02/09/2017	66372	230	* IX	195.23
MBN2728	P01GJ000FW	13/10/2017	66372	230	* IX	195.23
MEA1548	P016G000KI	19/09/2017	66372	230	* IX	195.23
MAV6226	P03AM0008U	14/10/2017	67261	230	* XVIII	195.23
LRU0873	P02XB00045	18/09/2017	67261	230	* XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2504/2017

Publicação Nº 1474049

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2504/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DCH0552	54291896N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
IOE3024	54291904N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MXA9816	54298651N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
IMY5000	54300648N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MHL6547	54306610N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIL4952	54308602N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
GAS0069	54308605N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
EET8708	54308608N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
IWE9507	55016632G	11/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47
ABU0427	55017304G	31/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47
IEU5627	55016649G	17/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MLQ2064	55016577G	10/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QHM7114	55016734G	10/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MJN2970	54874444G	26/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MJR5852	54874040G	20/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MLT1140	54874651G	30/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MIR3844	54874368G	29/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MJE6483	54874072G	24/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MEN4565	54873369G	11/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
DXT8435	54873129G	22/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MDE6138	54873128G	22/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MIG6832	54873706G	10/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MLM2407	P02XB0002V	16/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MEE9306	54873582G	27/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGU3522	55016570G	06/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MCJ1997	55016617G	09/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MDH9347	55016535G	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MLF8254	55017414G	19/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIV1066	P016O000N1	22/09/2017	51930	168	293.47
MDP6824	55016423G	02/10/2017	52070	169	88.38
MCX4245	P01GE000G8	13/10/2017	52070	169	88.38
EAV0735	54874823G	20/09/2017	53800	181 * I	130.16
MGH1380	54873624G	22/08/2017	53800	181 * I	130.16
JFW5131	P02X80004P	19/09/2017	55250	181 * XV	130.16
QIK2702	55016910G	04/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MCT3788	P02XA000A0	15/10/2017	55250	181 * XV	130.16
FEZ5779	55017506G	16/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
ITA8291	P02XA0007K	17/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
APW1444	P02X80004F	10/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
QID5093	54872631G	26/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
JNZ7074	54874999G	28/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MGO8898	P016I000FZ	27/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LPV7807	P016I000G0	27/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MGJ8780	55016115G	02/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
OKG6697	54874964G	26/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MEV2818	54873887G	24/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MGR1581	P02XA0009U	15/10/2017	55680	181 * XIX	195.23
DWH9950	55017576G	25/10/2017	55680	181 * XIX	195.23
MKL8281	55016344G	29/09/2017	57200	186 * I	195.23
MJI5877	P02XH0002X	10/10/2017	57200	186 * I	195.23
MIX0142	55016720G	06/10/2017	57200	186 * I	195.23
MLX3306	55016048G	28/09/2017	57200	186 * I	195.23
MJY3456	54872632G	26/09/2017	57200	186 * I	195.23
MKV4990	54874985G	26/09/2017	57200	186 * I	195.23
MIX9437	55016263G	28/09/2017	57380	186 * II	293.47
MFN3414	P01GE000ES	28/09/2017	57380	186 * II	293.47
MDZ8559	P016K000GR	02/10/2017	57380	186 * II	293.47
MHN5113	P016K000HF	02/10/2017	57380	186 * II	293.47
MDJ0849	54874864G	19/09/2017	57380	186 * II	293.47

QIN1202	54875046G	19/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MGC5425	54874253G	24/08/2017	57380	186	*	II	293.47
MLV2577	54874251G	24/08/2017	57380	186	*	II	293.47
MJO7433	54129616G	24/01/2017	57380	186	*	II	293.47
MJL9198	P016L000GD	10/02/2017	57380	186	*	II	293.47
MI18268	54872299G	16/08/2017	57380	186	*	II	293.47
MEQ8725	P03AM00086	04/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MFF1729	P016O000NS	10/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MDP6824	55016422G	02/10/2017	57380	186	*	II	293.47
QID3697	55016318G	28/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MAP9922	55016917G	04/10/2017	57380	186	*	II	293.47
DDY2247	55016927G	05/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MLY2217	55016294G	05/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MFT9918	55016290G	04/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MEE4308	P03AM0007C	04/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MBE2461	55016778G	24/10/2017	57380	186	*	II	293.47
EQS3073	P01GJ000GB	16/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MAL2098	55017166G	31/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MFG5681	55017086G	25/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MBF0314	55017078G	25/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MIL3300	55018107G	26/10/2017	57380	186	*	II	293.47
LZT8313	55018069G	26/10/2017	57380	186	*	II	293.47
IRO6632	P03AM000C9	30/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MEB8478	P03AM000CT	30/10/2017	57380	186	*	II	293.47
QHO9578	P02XA00094	11/10/2017	59750	204			195.23
MBN4357	55461741F	10/10/2017	61220	214	*	I	293.47
IEU5627	55016648G	17/10/2017	51851	167			195.23
MBQ4752	55016368G	17/10/2017	51851	167			195.23
MMF8041	55017515G	17/10/2017	51851	167			195.23
MAO4170	54874945G	06/10/2017	51851	167			195.23
BBM6677	55016638G	06/10/2017	51851	167			195.23
MDO6870	55016502G	04/10/2017	51851	167			195.23
CQV5655	P02WV0000M	14/08/2017	51851	167			195.23
IJM6845	54873946G	17/08/2017	51851	167			195.23
MFB8756	54873664G	14/08/2017	51851	167			195.23
QJU3030	54874259G	29/08/2017	51851	167			195.23
MIQ1673	54874274G	29/08/2017	51851	167			195.23
MJB4923	54875047G	19/09/2017	51851	167			195.23
MHM8299	54874768G	20/09/2017	51851	167			195.23
MEV1909	54873597G	27/09/2017	51851	167			195.23
MKI5719	54873598G	27/09/2017	51851	167			195.23
MJK5240	55016134G	03/10/2017	51851	167			195.23
MID9218	54874926G	03/10/2017	51851	167			195.23
NSV0897	54874930G	03/10/2017	51851	167			195.23
MGQ0626	55016184G	29/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QHQ1583	54872363G	02/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
AAA7381	55016552G	03/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MES2846	P02WJ00058	14/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
KOD0469	55017405G	17/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
EES8271	55461738F	06/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MBJ9026	55461742F	14/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MKD8078	55016675G	17/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
IME1486	55017136G	27/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
ISK7762	55017572G	20/10/2017	54523	181	*	VIII	195.23
MLL9617	54871203G	02/10/2017	54523	181	*	VIII	195.23
QIE3782	54874952G	22/09/2017	54523	181	*	VIII	195.23
MIL1242	54874885G	22/09/2017	54523	181	*	VIII	195.23
MFQ0892	54873211G	16/08/2017	54526	181	*	VIII	195.23
MGK2356	54873219G	17/08/2017	54526	181	*	VIII	195.23
IOM8110	54873629G	04/09/2017	56221	182	*	VI	88.38
GOE7030	54874752G	13/09/2017	56221	182	*	VI	88.38
MJC0243	55017504G	16/10/2017	56221	182	*	VI	88.38
ADC3222	54873975G	23/08/2017	58196	193			880.40

MGX8635	P016K000GZ	02/10/2017	60411	207		195.23
MIR9395	55016200G	29/09/2017	60412	207		195.23
MBN3555	55016154G	27/09/2017	60412	207		195.23
MKX8299	54874053G	21/08/2017	60412	207		195.23
MMM1792	54873761G	23/08/2017	60412	207		195.23
ELW5264	54873756G	23/08/2017	60412	207		195.23
MLG6374	54874111G	23/08/2017	60412	207		195.23
MFT0011	54874107G	23/08/2017	60412	207		195.23
MHY8736	55016397G	11/10/2017	60412	207		195.23
MAT5560	54874938G	04/10/2017	60412	207		195.23
MAH2910	54873332G	14/08/2017	60501	208		293.47
MBG8905	P02X70001M	28/08/2017	70301	244 * I		293.47
EUZ4047	P01GE000G6	02/10/2017	59670	203 * V		1467.34
IMY4078	54874154G	24/08/2017	75870	ART. 184 III		293.47
MLT7037	54873175G	07/08/2017	75870	ART. 184 III		293.47
LXX0379	55017451G	16/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MLA3172	55016328G	29/09/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146		195.23
QIV1109	55016353G	02/10/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146		195.23
IUO8319	55017138G	27/10/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MDJ1579	54874614G	31/08/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146		195.23
MJQ0173	55458703F	09/10/2017	73662	252*VI		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2501/2017

Publicação Nº 1474052

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2501/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCA8286	P02XA000BB	30/10/2017	50100	162 * I
LYY7090	P016O000Q1	25/11/2017	50100	162 * I

LXP6354	P03Y10001K	09/12/2017	50100	162	*	I
LYU8217	P03AM000I1	10/12/2017	50100	162	*	I
MHZ3728	55460794F	26/11/2017	50100	162	*	I
MFY0855	55460529F	27/11/2017	50450	162	*	V
MKQ5073	P016O000QD	10/12/2017	50450	162	*	V
LYY7090	P016O000Q2	25/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
MCA8286	P02XA000BC	30/10/2017	51180	164	c/c	162 * I
MGS4369	P02XB0006F	12/12/2017	51420	164	c/c	162 * V
MLA3840	P03Y100019	22/11/2017	65480	229		
MGV6932	P02X80005K	22/11/2017	67000	230	*	XVI
MXY6154	P02XB0005L	01/12/2017	67690	230	*	XXII
MIU3551	P03YD0002I	15/12/2017	50371	162	*	III
MIU3551	P03YD0002J	15/12/2017	51341	164	c/c	162 * III
MIU3551	P03YD0002K	15/12/2017	65561	230	*	I
MIU3551	P03YD0002H	15/12/2017	65992	230	*	V
LYY7090	P016O000PY	25/11/2017	65992	230	*	V
MFY0855	55460530F	27/11/2017	65992	230	*	V
NHQ5587	P016O000QG	12/12/2017	65992	230	*	V
MEO3547	P02XB0006C	12/12/2017	65992	230	*	V
MGS4369	P02XB0006D	12/12/2017	65992	230	*	V
LXX8155	P016N000J5	06/12/2017	65992	230	*	V
MAK2262	P02XB00061	06/12/2017	65992	230	*	V
MCA8286	P02XA000BD	30/10/2017	65992	230	*	V
MEP6302	P03YC0000E	09/11/2017	65992	230	*	V
MAO4242	P01GJ000IG	11/11/2017	65992	230	*	V
MFP3630	P03Y100012	13/11/2017	65992	230	*	V
GYM0034	P02WJ0007V	14/11/2017	65992	230	*	V
DJO5808	P03AM000H0	15/11/2017	65992	230	*	V
LXB5318	P03AM000H3	15/11/2017	65992	230	*	V
MAX3515	P03AM000I3	11/12/2017	66372	230	*	IX
MIU3551	P03YD0002L	15/12/2017	67261	230	*	XVIII
LXB5318	P03AM000H4	15/11/2017	67261	230	*	XVIII
MCA8286	P02XA000BE	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
AXH2874	P03YC00009	09/11/2017	67261	230	*	XVIII
MBX4307	P01GJ000JW	10/12/2017	67261	230	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2502/2017

Publicação Nº 1474051

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8064 2502/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI



N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEV2818	54315923N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
DOC7779	54315925N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MIT3040	54327354N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MIT3040	54327355N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
QHS0883	54327356N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MIC4858	54327357N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MIC4858	54327359N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
EQI7687	54329067N	15/12/2017	50020	257 ã 8\$
MGI1317	55018991G	08/12/2017	76251	ART 181, XX
MDH6714	55017820G	17/11/2017	76251	ART 181, XX
EHW8922	55017872G	14/11/2017	76251	ART 181, XX
MFH0516	55018992G	08/12/2017	76252	ART 181, XX
ATP7073	55017734G	16/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MKD8264	55018614G	16/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MKP0943	55017338G	10/11/2017	76331	ART 252, UNICO
EUO4411	55017314G	07/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MID3798	54870973G	13/12/2017	76331	ART 252, UNICO
QHB6417	55019162G	12/12/2017	76331	ART 252, UNICO
DQM4621	55018680G	07/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MKN4275	55020162G	13/12/2017	76331	ART 252, UNICO
AQZ1344	55019078G	12/12/2017	76331	ART 252, UNICO
HPV5713	55018123G	06/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MJE6483	55018036G	09/11/2017	76332	ART 252, UNICO
EYN6665	55017721G	13/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MLU7717	55018923G	20/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MCO1631	55019005G	23/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MMD2857	55019011G	23/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MHF7944	55018934G	21/11/2017	53800	181 * I
ARU8437	55017641G	20/11/2017	53800	181 * I
MEH8151	55018611G	14/11/2017	53800	181 * I
MJC7411	55017863G	13/11/2017	53800	181 * I
MHR9099	P02XA000D1	12/11/2017	53800	181 * I
MJM9011	54321758E	07/11/2017	53800	181 * I
MEZ7178	55017797G	12/12/2017	53800	181 * I
ANW3942	55017685G	20/11/2017	54870	181 * XI
MTC5432	55017688G	20/11/2017	55250	181 * XV
MHZ1185	55017826G	20/11/2017	55250	181 * XV
NEI5185	P03BK0000L	15/11/2017	55250	181 * XV
LNI7672	55019065G	08/12/2017	55250	181 * XV
IQN5316	55019066G	08/12/2017	55500	181 * XVIII
MFV5790	55016869G	12/12/2017	55500	181 * XVIII
MHT0718	55018974G	07/12/2017	55500	181 * XVIII
MGP4634	55018837G	16/11/2017	55500	181 * XVIII
MJD7880	55017195G	13/11/2017	55500	181 * XVIII
MIK2816	P02XA000BY	02/11/2017	55500	181 * XVIII
AWO8884	55017103G	26/10/2017	55500	181 * XVIII
QHU6641	P02WJ0005Z	28/10/2017	55680	181 * XIX
MHU3023	55017674G	16/11/2017	55680	181 * XIX
MHO3167	P02XA000D2	12/11/2017	55680	181 * XIX
MIC0387	P02XA000DE	12/11/2017	55680	181 * XIX
QHA6957	P02XA000CU	09/11/2017	55680	181 * XIX

MDV3545	55018994G	08/12/2017	55680	181	*	XIX
DHS9381	55018908G	20/11/2017	55680	181	*	XIX
AYW0846	55018873G	22/11/2017	55680	181	*	XIX
MMM7121	P03BK0000O	15/11/2017	55680	181	*	XIX
MLT5544	P03BK0000Y	15/11/2017	55680	181	*	XIX
MKU8920	P02XA000DM	15/11/2017	55680	181	*	XIX
MFA9402	55017735G	16/11/2017	55680	181	*	XIX
MBW6889	P02XA000HY	16/12/2017	55680	181	*	XIX
MGS9670	P02XA000I5	16/12/2017	55680	181	*	XIX
AZY5836	P02XA000H6	10/12/2017	55680	181	*	XIX
MDV0359	55017795G	11/12/2017	55680	181	*	XIX
MEQ2935	55019208G	11/12/2017	55680	181	*	XIX
MEF4257	55018612G	14/11/2017	57200	186	*	I
MJH5419	55017880G	16/11/2017	57200	186	*	I
MKV4096	P01GJ000IL	14/11/2017	57200	186	*	I
MAQ3524	P03AM000G6	07/11/2017	57380	186	*	II
IOJ3936	55017194G	13/11/2017	57380	186	*	II
MEH9298	55018166G	09/11/2017	57380	186	*	II
MBC9941	55017262G	09/11/2017	57380	186	*	II
MKW8809	55017265G	09/11/2017	57380	186	*	II
MFM2536	55017610G	09/11/2017	57380	186	*	II
QHT6489	55016841G	09/11/2017	57380	186	*	II
MHP9940	55017943G	09/11/2017	57380	186	*	II
DIK2478	55017941G	09/11/2017	57380	186	*	II
MJF0605	55017935G	09/11/2017	57380	186	*	II
MIP5736	55017940G	09/11/2017	57380	186	*	II
QIT1648	55017852G	09/11/2017	57380	186	*	II
AAM1717	55018608G	09/11/2017	57380	186	*	II
AYC5731	55017111G	26/10/2017	57380	186	*	II
DEX2768	55017115G	26/10/2017	57380	186	*	II
MHM8820	55017157G	30/10/2017	57380	186	*	II
MJH9166	55017159G	30/10/2017	57380	186	*	II
LZY4584	P03AM000BY	30/10/2017	57380	186	*	II
MKU6037	P03AM000FA	03/11/2017	57380	186	*	II
MKA4717	55017601G	09/11/2017	57380	186	*	II
MHN3064	55018135G	08/11/2017	57380	186	*	II
MGX4323	55017237G	07/11/2017	57380	186	*	II
MDF9852	P03AM000GN	07/11/2017	57380	186	*	II
OOB6204	P03AM000FP	07/11/2017	57380	186	*	II
MDJ8924	55017752G	09/11/2017	57380	186	*	II
MIJ9366	55018092G	09/11/2017	57380	186	*	II
MEG2006	55018093G	09/11/2017	57380	186	*	II
MKN2002	54873244G	09/11/2017	57380	186	*	II
HFC6402	55017804G	09/11/2017	57380	186	*	II
ASY4128	55017811G	09/11/2017	57380	186	*	II
MGD3776	55018013G	09/11/2017	57380	186	*	II
MFE5564	55018015G	09/11/2017	57380	186	*	II
MJV6158	55018017G	09/11/2017	57380	186	*	II
MDB3098	55018020G	09/11/2017	57380	186	*	II
QHI2645	55018034G	09/11/2017	57380	186	*	II
INY1526	55017657G	09/11/2017	57380	186	*	II
MAY1018	55017662G	09/11/2017	57380	186	*	II
MEC2855	55017702G	09/11/2017	57380	186	*	II
OKE3292	P03AM000H5	15/11/2017	57380	186	*	II
MLN7313	P03AM000HF	15/11/2017	57380	186	*	II
NOV9464	P03AM000HI	15/11/2017	57380	186	*	II
MCR3884	55017631G	14/11/2017	57380	186	*	II
MFQ0892	55018816G	13/11/2017	57380	186	*	II
MLA1364	55017675G	16/11/2017	57380	186	*	II
CMG6235	55018812G	13/11/2017	57380	186	*	II
QHU0566	55018811G	13/11/2017	57380	186	*	II
MGO5268	55017272G	16/11/2017	57380	186	*	II
MLA7231	55017636G	16/11/2017	57380	186	*	II

LXR3453	55017638G	16/11/2017	57380	186	*	II
MEX6595	55018877G	20/11/2017	57380	186	*	II
AQP4419	55018866G	20/11/2017	57380	186	*	II
OPK9704	55019059G	07/12/2017	57380	186	*	II
MLF2748	55019060G	07/12/2017	57380	186	*	II
MDY2943	55019062G	07/12/2017	57380	186	*	II
MMJ4133	55018987G	07/12/2017	57380	186	*	II
MID1688	55018978G	07/12/2017	57380	186	*	II
MGT8248	55019869G	06/12/2017	57380	186	*	II
IJT8410	55018731G	30/11/2017	57380	186	*	II
ITD0933	55018733G	30/11/2017	57380	186	*	II
ANR6971	55019086G	13/12/2017	57380	186	*	II
HRE0423	55020209G	14/12/2017	57380	186	*	II
MKE7244	55020205G	14/12/2017	57380	186	*	II
ELS1043	55019820G	13/12/2017	57380	186	*	II
MHM8299	55019087G	13/12/2017	57380	186	*	II
MAK2262	P02XB00060	06/12/2017	58350	195		
LZN1998	54321774E	01/12/2017	61220	214	*	I
LOL9469	P03Y10000P	01/11/2017	51851	167		
MAZ5541	P03AM000DD	30/10/2017	51851	167		
LZF8971	P03YD0001K	13/11/2017	51851	167		
MHB3379	55018836G	16/11/2017	54521	181	*	VIII
MIR4652	55018047G	10/11/2017	54521	181	*	VIII
LYK2904	P03Y100010	08/11/2017	54521	181	*	VIII
IQQ2890	55018163G	09/11/2017	54521	181	*	VIII
INU5088	54873232G	09/11/2017	54521	181	*	VIII
KOG0404	55018735G	01/12/2017	54521	181	*	VIII
MDI6997	55018679G	07/12/2017	54521	181	*	VIII
LXT8964	P02X800056	19/11/2017	54521	181	*	VIII
LZD7465	55017816G	16/11/2017	54521	181	*	VIII
QHC0343	P02WJ0008B	15/11/2017	54521	181	*	VIII
QID3794	55016858G	13/11/2017	54521	181	*	VIII
MBJ6053	P02WJ0008E	15/11/2017	54521	181	*	VIII
LZU4344	P02WJ0008F	15/11/2017	54521	181	*	VIII
MGY3281	P02WJ0008L	15/11/2017	54521	181	*	VIII
MKM8744	P02WJ0008N	15/11/2017	54521	181	*	VIII
QJB2507	55019209G	12/12/2017	54521	181	*	VIII
QHW6830	54321769E	01/12/2017	54521	181	*	VIII
MGW7073	55017793G	11/12/2017	54521	181	*	VIII
MAD3772	P0160000QI	15/12/2017	54521	181	*	VIII
MJE3613	55018973G	07/12/2017	54522	181	*	VIII
MJO0666	P02WJ0007H	11/11/2017	54522	181	*	VIII
QHD0868	55018618G	16/11/2017	54523	181	*	VIII
QIO7366	55017794G	11/12/2017	54523	181	*	VIII
MJD9831	55018769G	11/12/2017	54526	181	*	VIII
MLM7781	55019103G	13/12/2017	54526	181	*	VIII
MBK9132	55019104G	13/12/2017	54526	181	*	VIII
MES0478	55019912G	11/12/2017	54526	181	*	VIII
MMK6995	55017825G	20/11/2017	54526	181	*	VIII
MLN0179	55017839G	23/11/2017	54526	181	*	VIII
MJL7667	55017719G	13/11/2017	54526	181	*	VIII
MKV1135	55018193G	14/11/2017	56221	182	*	VI
MHC4146	55017203G	31/10/2017	56221	182	*	VI
MIV6464	55017738G	16/11/2017	56221	182	*	VI
MBO6111	55017717G	09/11/2017	58196	193		
MEI2534	P03AM000G5	07/11/2017	60411	207		
QHL2775	P02X70003M	17/11/2017	60411	207		
MKR1404	P02X70003N	17/11/2017	60411	207		
NUG4558	55018716G	28/11/2017	60412	207		
QHB1980	55019079G	12/12/2017	60412	207		
MMH9054	P02XA000H3	09/12/2017	59670	203	*	V
MAO8580	P02XA000FM	25/11/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	
MIP5743	55017882G	17/11/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	

QH8855	P02XA000DV	15/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
AXJ1533	55018832G	14/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MCQ1957	P02WJ0007F	11/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MBP0475	54321757E	07/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MEY4514	54321760E	07/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MGG2036	55017759G	14/11/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146
MLU4735	55019881G	07/12/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLAUDIO MONTEIRO
AUTORIDADE DE TRANSITO

PALMITOS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8432 1348/2017

Publicação Nº 1473759

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8432 1348/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAX5524	55675971F	09/10/2017	50100	162 * I	880.40
MEG9381	P01LN000E2	25/10/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOAO LUIZ MIOTTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8432 1349/2017

Publicação Nº 1473758

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS - 282370

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8432 1349/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEY9899	P01LN000C8	02/09/2017	57200	186 * I	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

AIRTON COSTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1346/2017

Publicação Nº 1473761

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8432 1346/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXB5804	P01LN000F6	11/12/2017	50100	162 * I
LXB5804	P01LN000F5	11/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOAO LUIZ MIOTTO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1347/2017

Publicação Nº 1473760

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS - 282370

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1347/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXS0406	P01LN000EN	11/11/2017	72340	250 * I * a
QHD6551	P01LN000ET	17/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

AIRTON COSTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

PAPANDUVA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8114 1426/2017

Publicação Nº 1473988

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8114 1426/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAJ1410	P01GD000BA	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHD9310	P02WK0001J	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDU0828	P02WK0001T	15/10/2017	50100	162 * I	880.40
MHD9310	P02WK0001K	10/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8114 1427/2017

Publicação Nº 1473987

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - DETRANPV - 282390

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8114 1427/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BPK9558	P02WK0001G	08/09/2017	60760	210	293.47
BPK9558	P02WK0001I	09/09/2017	57970	191	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ HENRIQUE SALIBA
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1424/2017

Publicação Nº 1473990

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1424/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AVH0292	P02WK00024	17/11/2017	50100	162 * I
IOX5093	P01GD000CR	25/11/2017	50100	162 * I
IOX5093	P01GD000CS	25/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
AVH0292	P02WK00023	17/11/2017	65992	230 * V
IOX5093	P01GD000CP	25/11/2017	65992	230 * V
IOX5093	P02WK00028	25/11/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1425/2017

Publicação Nº 1473989

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - DETRANPV - 282390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1425/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

IOX5093 P01GD000CT 25/11/2017 70301 244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ HENRIQUE SALIBA
PREFEITO MUNICIPAL

PASSO DE TORRES

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8448 853/2017

Publicação Nº 1473748

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8448 853/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JCS7000	54298743N	15/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MKN3872	P01FJ001H9	20/08/2017	50291	162* II	880.40
MBZ9961	P01FJ001H5	18/08/2017	75790	165 A	2934.68
MKB2887	P01FJ001KN	10/09/2017	75790	165 A	2934.68
MEH5340	P01FJ001JS	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
IHY6335	P01FJ001NC	16/10/2017	50450	162 * V	293.47
MEH5340	P01FJ001JU	31/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IHY6335	P01FJ001ND	16/10/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
IUJ3376	P01FJ001G8	14/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
MCQ4415	P01FJ001GL	15/08/2017	60681	209	195.23
MEH5340	P01FJ001JT	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
MKJ2467	P01FJ001NG	16/10/2017	65992	230 * V	293.47
QHT6895	P01FJ001M8	29/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFA6150	P01FJ001KU	13/09/2017	66102	230 * VII	195.23
HRL5886	P01FJ001OV	23/10/2017	66371	230 * IX	195.23
MFA6150	P01FJ001KT	13/09/2017	66532	230 * XI	195.23
IML4677	P01FJ001J3	26/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
HRL5886	P01FJ001OO	23/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 852/2017

Publicação Nº 1473749

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8448 852/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARR0108	P01FJ001TH	22/11/2017	50100	162 * I
JCE1212	P01FJ001R3	07/11/2017	50450	162 * V
JCE1212	P01FJ001R4	07/11/2017	50960	163 c/c 162 * V
IDY2507	P01FJ001UM	07/12/2017	55250	181 * XV
IOE2902	P01FJ001UT	08/12/2017	51851	167
MDK5025	P01FJ001S6	11/11/2017	51851	167
HPH1200	P01FJ001RQ	10/11/2017	51851	167
MLO7515	P01FJ001RS	10/11/2017	51851	167
IJY2518	P01FJ001S9	11/11/2017	51851	167
IHT7942	P01FJ001UX	08/12/2017	57463	187 * I
BGV7188	P01FJ001SE	11/11/2017	65992	230 * V
JCE1212	P01FJ001R2	07/11/2017	65992	230 * V
JCE1212	P01FJ001R6	07/11/2017	66371	230 * IX
JCE1212	P01FJ001R5	07/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

PASSOS MAIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8554 400/2017

Publicação Nº 1473706

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8554 400/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MDT5153 P01FG000CO 01/10/2017 51930 168 293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSOS MAIA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

PAULO LOPES

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8392 702/2017

Publicação Nº 1473786

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8392 702/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLL8025	54048437F	22/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MDL6753	54048319F	02/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

PENHA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 2109/2017**

Publicação Nº 1474024

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8086 2109/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEW7015	P01F8000UL	23/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEW7015	P01F8000UN	23/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LXR9876	P01F8000VC	03/09/2017	73400	252 * IV	130.16
NRF5311	P01F5001CV	09/10/2017	65992	230 * V	293.47
LXR9876	P01F8000VB	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEW7015	P01F8000UM	23/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

PROÇÀPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 2110/2017

Publicação Nº 1474023

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8086 2110/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLA0225	54308760N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$	293.47
MMD3337	54312997N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MMH0771	P01FC001T7	27/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
HIO7003	P01FC001VO	18/09/2017	65300	228	195.23
CCG8990	P01F8000UP	24/08/2017	65300	228	195.23
MMH0771	P01FC001T6	27/08/2017	51851	167	195.23
LYS7057	P01FC001Q2	30/07/2017	51851	167	195.23
KFJ8128	P01FC001YD	15/10/2017	51851	167	195.23
MMK3467	P01FC001YG	15/10/2017	51851	167	195.23
MIY3211	P01FC001YM	15/10/2017	51851	167	195.23
ALC6655	P01FC001YR	15/10/2017	51851	167	195.23
MEY0717	P01FC001Y0	14/10/2017	51851	167	195.23
ALS4453	P01F800108	19/10/2017	51851	167	195.23
BOF2797	P01F8000XM	27/09/2017	51852	167	195.23
MFW0232	P01FC001Z5	18/10/2017	51852	167	195.23
ARD2634	P01FC001W7	24/09/2017	51852	167	195.23
DRU2863	P01FC001ZU	27/10/2017	51852	167	195.23
QHE0082	P01K40005X	13/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MIW8289	P01K40005C	24/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
AXR4261	P01F700034	16/02/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON SEVERINO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2107/2017

Publicação Nº 1474026

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2107/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

```

-----
LZM0244 P01FC0026Z 09/12/2017 50100 162 * I
LZM0244 P01FC0026Y 09/12/2017 50610 163 c/c 162 * I
MHW8488 P01FC0021V 10/11/2017 65992 230 * V
LZM0244 P01FC0026X 09/12/2017 65992 230 * V
MFF5181 P01R8000DW 08/10/2017 66371 230 * IX
-----

```

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

PROCÀPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2108/2017

Publicação Nº 1474025

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2108/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

```

-----
Placa      N.Auto      Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento
-----

```

```

AFP7032 54327428N 08/12/2017 50020 257 ã 8$
MKM8333 54329480N 15/12/2017 50020 257 ã 8$
MLV4367 P017Y000LY 09/12/2017 51930 168
MGI4734 P01F70007P 15/11/2017 54790 181 * X
MKM3218 P01FC00244 16/11/2017 55250 181 * XV
MLH9633 P01FC0021R 10/11/2017 55500 181 * XVIII
EVS4853 P01FC00272 10/12/2017 55680 181 * XIX
LYZ8029 P01FC00278 10/12/2017 55680 181 * XIX
MHB5346 P01FC0021A 06/11/2017 61220 214 * I
QIM0241 P01F8000YI 28/09/2017 61220 214 * I
LYW5700 P01F800117 29/10/2017 65300 228
LYW5700 P01F800118 29/10/2017 51851 167
MED0777 P01FC0025H 02/12/2017 51851 167
MJD8267 P01FC00260 06/12/2017 51851 167
MHV2502 P01FC00265 06/12/2017 51851 167
MGS4545 P01FC0026D 06/12/2017 51851 167
MLV4367 P017Y000LW 09/12/2017 51851 167

```


DTA5739	P01FC0026F	06/12/2017	51851	167	
MJB9959	P01FC0022Y	12/11/2017	54281	181	* V
MHW8488	P01FC0021T	10/11/2017	54521	181	* VIII
LZQ1512	P01F70007M	12/11/2017	54522	181	* VIII
QHI7747	P01FC0022N	12/11/2017	54527	181	* VIII
ATX7698	P01FC0022S	12/11/2017	54527	181	* VIII
MKZ1743	P01FC0022W	12/11/2017	54527	181	* VIII
AXW8875	P01FC0022X	12/11/2017	54527	181	* VIII
MFF5181	P01R8000DX	08/10/2017	59401	203	* III
MCI7132	P01FC0021H	08/11/2017	73662	252	*VI
MKQ5444	P01FC0026P	09/12/2017	73662	252	*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON SEVERINO
DIRETOR DE TRANSITO

PETROLÂNDIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8143 619/2017

Publicação Nº 1473958

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8143 619/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AQL4306	P02RZ00017	14/10/2017	51851	167	195.23
MCY7505	P02RZ00013	08/10/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PETROLANDIA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

PINHALZINHO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8290 1110/2017

Publicação Nº 1473841

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8290 1110/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EJM0396	P02Z000032	17/10/2017	50100	162 * I	880.40
MEB8642	P02Z000033	17/10/2017	50100	162 * I	880.40
MGA1833	P036J000CZ	28/10/2017	65992	230 * V	293.47
MEB8642	P02Z000035	17/10/2017	66532	230 * XI	195.23
MEB8642	P02Z000034	17/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHALZINHO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8290 1109/2017

Publicação Nº 1473842

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8290 1109/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJL3595	P02Z00007P	09/12/2017	50100	162 * I
MFZ1422	P02Z00007T	12/12/2017	50100	162 * I
LXK1539	P02Z00007I	08/12/2017	53470	178
MFZ1422	P02Z00007V	12/12/2017	58350	195
MFZ1422	P02Z00007W	12/12/2017	54521	181 * VIII
IKL3155	P02Z00005B	14/11/2017	58434	196
MFZ1422	P02Z00007X	12/12/2017	60502	208
MAT4569	P02Z000078	07/12/2017	65992	230 * V
MJL3595	P02Z00007O	09/12/2017	65992	230 * V
MAL7049	P02Z00007N	09/12/2017	65992	230 * V
MAT4569	P02Z000079	07/12/2017	67261	230 * XVIII
MFZ1422	P02Z00007U	12/12/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHALZINHO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

PINHEIRO PRETO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8542 580/2017

Publicação Nº 1473711

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8542 580/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HHX1077	P00X00007B	16/10/2017	72340	250 * I * a	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DALVANA SASSO
AUTORIDADE DE TRANSITO

PIRATUBA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 837/2017

Publicação Nº 1473819

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - 282570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 837/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGE3092	P02VN0003K	09/12/2017	55250	181 * XV
JFP6440	P02VZ0002O	10/12/2017	55250	181 * XV
OHM0999	P02VZ0001L	02/12/2017	57380	186 * II
IPX0620	P02VN00031	03/12/2017	65300	228
IPX0620	P02VN00032	03/12/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLADEMIR SERGIO DA SILVA
AUTORIDADE DE TRANSITO

PLANALTO ALEGRE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8540 293/2017

Publicação Nº 1473712

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8540 293/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DXR9715 P02VT0000R 10/12/2017 54522 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PLANALTO ALEGRE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

POMERODE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8126 2189/2017

Publicação Nº 1473968

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8126 2189/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBK3381	P02B1000AZ	19/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFQ8152	P02B20008Z	15/10/2017	50100	162 * I	880.40
LXA8054	P02B00001B	16/10/2017	50100	162 * I	880.40
MEW4941	P02B10009U	08/08/2017	50450	162 * V	293.47
MFQ8152	P02B200090	15/10/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MBK3381	P02B1000B0	19/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHG4583	P02B20006F	14/08/2017	65992	230 * V	293.47
KNP1450	P02B1000A7	28/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDE2715	P02B200075	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBH4656	P02B00000J	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCA6806	P02B200092	15/10/2017	65992	230 * V	293.47
MCA6806	P02B200091	15/10/2017	66371	230 * IX	195.23
MBK3381	P02B1000B1	19/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
KNP1450	P02B1000A6	28/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8126 2190/2017

Publicação Nº 1473967

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8126 2190/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MMK5451	55955338E	12/11/2014	57380	186 * II	191.53
HNS6947	54985625E	27/06/2014	59670	203 * V	191.53
ERB4721	P02B200074	30/08/2017	52070	169	88.38
MMC8756	55669265F	22/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
AQE8910	55669595F	24/08/2017	55920	1m 182 * III	130.16
MIY4017	55669671F	22/09/2017	57380	186 * II	293.47
MLA8622	55669541F	28/08/2017	57380	186 * II	293.47
MBL8526	P02B1000D3	29/10/2017	61220	214 * I	293.47
ATE0941	55669705F	28/09/2017	51851	167	195.23
MDC8353	55669523F	23/08/2017	51851	167	195.23
MEB9941	P02B10009R	05/08/2017	51851	167	195.23
MJO1254	P02B20008C	15/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHA3958	P02B10009O	02/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8762 752/2017

Publicação Nº 1473662

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8762 752/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJS5674	54314196N	31/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMF0662	8762072407	07/10/2017	74550	218 * I	130.16
MKT6966	8762072088	25/09/2017	74550	218 * I	130.16
MEV3406	8762072244	30/09/2017	74550	218 * I	130.16
EEG9025	8762072419	08/10/2017	74550	218 * I	130.16
MGR7590	8762072423	08/10/2017	74550	218 * I	130.16
LZW7382	8762072424	08/10/2017	74550	218 * I	130.16
MBT7202	8762072426	08/10/2017	74550	218 * I	130.16
MIB4239	8762072431	08/10/2017	74550	218 * I	130.16
MEF6640	8762072439	08/10/2017	74550	218 * I	130.16
MKP5014	8762072451	08/10/2017	74550	218 * I	130.16
MJN7474	8762072453	05/10/2017	74550	218 * I	130.16

MEQ0123	8762072460	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIT7867	8762072543	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
PPB8291	8762072618	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
PPB8291	8762072619	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MI11110	8762072674	17/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCJ6163	8762072891	17/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ANL8608	8762071157	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW0295	8762071281	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJY7642	8762071407	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IPK4423	8762071580	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDB8197	8762071625	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYU1386	8762071649	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZD6050	8762070973	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AYR7238	8762071681	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IPH0416	8762071989	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CSD5080	8762072114	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYZ8086	8762072122	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AOK7810	8762072152	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLL9473	8762072161	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KOP4083	8762072162	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBV5883	8762072163	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO6730	8762072164	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJJ1571	8762072168	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC6683	8762072174	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDY5187	8762072183	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIQ7171	8762072258	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ2547	8762072261	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA6173	8762072300	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF3926	8762072301	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIZ8936	8762072316	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT2614	8762072333	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJJ4212	8762072351	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEK1507	8762072354	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFE2473	8762072375	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI1473	8762072379	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGD0507	8762072385	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJK2594	8762072073	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MII2855	8762071655	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHO3018	8762071678	12/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIJ7926	8762071505	04/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHG4583	8762071571	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AIT0581	8762072443	08/10/2017	74630	218	*	II	195.23
LZN9459	8762072245	30/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DQV2859	8762072113	19/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDY5187	8762072414	07/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MDY5187	8762072405	07/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MJZ3285	8762072389	06/10/2017	74710	218	*	III	880.40
MEX7058	8762072403	07/10/2017	56732	183			130.16
MLE9989	8762072212	29/09/2017	56732	183			130.16
AWK0426	8762071944	20/09/2017	56732	183			130.16
MGU3263	8762071094	20/08/2017	56732	183			130.16
MMJ2876	8762072574	13/10/2017	56732	183			130.16
AWK0426	8762071943	20/09/2017	60503	208			293.47
ABA9718	8762072010	23/09/2017	60503	208			293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 2187/2017

Publicação Nº 1473970

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8126 2187/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AES0473	P02B00001Y	07/12/2017	64080	221
AES0473	P02B00001Z	07/12/2017	69120	232
MCD6108	P02B1000FA	11/12/2017	69120	232
MCD6108	P02B1000F9	11/12/2017	65992	230 * V
AES0473	P02B00001X	07/12/2017	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 2188/2017

Publicação Nº 1473969

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8126 2188/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
NGR9437	54317484N	10/11/2017	50020	257 ã 8\$
AUX2009	55669824F	27/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MDE8767	P02B1000F6	07/12/2017	52070	169
MES8850	P02B20009U	09/11/2017	52070	169
PAK3517	55669869F	13/11/2017	55250	181 * XV
MBY6589	55669865F	13/11/2017	55500	181 * XVIII
LSV1585	55669091F	29/10/2017	55680	181 * XIX
LYL9105	55669786F	14/10/2017	51851	167
ARW7640	P02B1000DN	09/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 751/2017

Publicação Nº 1473663

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 751/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QID5702	54312630N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$

EAA7251	54318607N	14/11/2017	50020	257	õ	8\$
MKX5585	54319644N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
IMR4778	54327325N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
DAW9210	54329432N	15/12/2017	50020	257	õ	8\$
MHP9305	54329433N	15/12/2017	50020	257	õ	8\$
MMK8474	54329436N	15/12/2017	50020	257	õ	8\$
QHO0083	8762074010	05/12/2017	74550	218	*	I
MIB7203	8762074039	07/12/2017	74550	218	*	I
MCE4929	8762074045	07/12/2017	74550	218	*	I
MLR9043	8762074047	07/12/2017	74550	218	*	I
QHO8062	8762074051	07/12/2017	74550	218	*	I
MBL5775	8762074063	08/12/2017	74550	218	*	I
QHD0535	8762074072	08/12/2017	74550	218	*	I
MDY5187	8762073816	27/11/2017	74550	218	*	I
MEP3566	8762073817	27/11/2017	74550	218	*	I
MJK9274	8762073818	27/11/2017	74550	218	*	I
MHX4784	8762073819	27/11/2017	74550	218	*	I
MJX1775	8762073821	27/11/2017	74550	218	*	I
MHZ3626	8762073828	27/11/2017	74550	218	*	I
MFP7733	8762073970	03/12/2017	74550	218	*	I
MJG7364	8762073972	03/12/2017	74550	218	*	I
MCT0677	8762073978	03/12/2017	74550	218	*	I
MBW7880	8762073999	04/12/2017	74550	218	*	I
MCR8385	8762074004	04/12/2017	74550	218	*	I
MDT1133	8762074104	09/12/2017	74550	218	*	I
MJH2342	8762074108	09/12/2017	74550	218	*	I
LZU4733	8762074114	10/12/2017	74550	218	*	I
MGM7270	8762074150	11/12/2017	74550	218	*	I
QHZ6912	8762074160	11/12/2017	74550	218	*	I
MML2368	8762073667	20/11/2017	74550	218	*	I
MEN0170	8762073432	13/11/2017	74550	218	*	I
LXD7785	8762073680	22/11/2017	74550	218	*	I
BEC4903	8762073685	22/11/2017	74550	218	*	I
FSJ5532	8762073691	22/11/2017	74550	218	*	I
MDG4562	8762073694	22/11/2017	74550	218	*	I
LYQ0873	8762073696	23/11/2017	74550	218	*	I
MCP3735	8762073736	24/11/2017	74550	218	*	I
MJR3724	8762073737	24/11/2017	74550	218	*	I
MGP3337	8762073756	25/11/2017	74550	218	*	I
MES2206	8762073761	25/11/2017	74550	218	*	I
BBG3012	8762073764	25/11/2017	74550	218	*	I
MIZ8626	8762073783	26/11/2017	74550	218	*	I
MLD2532	8762073790	26/11/2017	74550	218	*	I
MHJ5636	8762073794	26/11/2017	74550	218	*	I
AUU5974	8762073830	28/11/2017	74550	218	*	I
LXF8164	8762073854	29/11/2017	74550	218	*	I
MDY9523	8762073855	29/11/2017	74550	218	*	I
MJP4777	8762073861	29/11/2017	74550	218	*	I
MFU1651	8762073878	30/11/2017	74550	218	*	I
AWG7165	8762073881	30/11/2017	74550	218	*	I
MLM2402	8762073884	30/11/2017	74550	218	*	I
MAT0415	8762073893	01/12/2017	74550	218	*	I
LXZ2907	8762073900	01/12/2017	74550	218	*	I
AES0473	8762073909	01/12/2017	74550	218	*	I
MIU0383	8762073937	02/12/2017	74550	218	*	I
LYA3431	8762073939	02/12/2017	74550	218	*	I
MKC5597	8762073940	02/12/2017	74550	218	*	I
AVF7393	8762073945	02/12/2017	74550	218	*	I
IKW5480	8762073328	09/11/2017	74550	218	*	I
MFC0908	8762073349	09/11/2017	74550	218	*	I
MGR0716	8762073351	10/11/2017	74550	218	*	I
EGF0011	8762073358	10/11/2017	74550	218	*	I
MJG6859	8762073366	10/11/2017	74550	218	*	I

MDJ2812	8762073370	11/11/2017	74550	218	*	I
MAX0003	8762073375	11/11/2017	74550	218	*	I
IHS0917	8762073383	11/11/2017	74550	218	*	I
MJU2163	8762073415	12/11/2017	74550	218	*	I
AJU4447	8762073241	05/11/2017	74550	218	*	I
DIF1682	8762073257	05/11/2017	74550	218	*	I
MMC5329	8762072672	17/10/2017	74550	218	*	I
BVU3991	8762073306	07/11/2017	74550	218	*	I
EGF0011	8762073155	03/11/2017	74550	218	*	I
MKZ3418	8762073183	27/10/2017	74550	218	*	I
QIB4940	8762072812	22/10/2017	74550	218	*	I
MBN1773	8762072957	26/10/2017	74550	218	*	I
AQE6320	8762072996	28/10/2017	74550	218	*	I
HNO8740	8762073007	28/10/2017	74550	218	*	I
MKX3486	8762073040	29/10/2017	74550	218	*	I
QIG3260	8762073069	31/10/2017	74550	218	*	I
QIG3260	8762073070	31/10/2017	74550	218	*	I
MLS5979	8762073099	01/11/2017	74550	218	*	I
MIO9926	8762073111	01/11/2017	74550	218	*	I
DXQ0258	8762073130	02/11/2017	74550	218	*	I
MKK3055	8762073137	02/11/2017	74550	218	*	I
LWT8276	8762073140	02/11/2017	74550	218	*	I
MEY2781	8762073152	03/11/2017	74630	218	*	II
FGA0377	8762073275	06/11/2017	74630	218	*	II
FGA0377	8762073276	06/11/2017	74630	218	*	II
LXE1988	8762073258	05/11/2017	74630	218	*	II
MKM1610	8762073424	12/11/2017	74630	218	*	II
IQA5714	8762073963	03/12/2017	74630	218	*	II
MBB1991	8762073812	26/11/2017	74630	218	*	II
AOO1404	8762073738	24/11/2017	74630	218	*	II
AIJ8844	8762073701	23/11/2017	74630	218	*	II
AHV0646	8762073436	13/11/2017	74630	218	*	II
LZJ1113	8762073674	22/11/2017	74630	218	*	II
MAH5531	8762074169	11/12/2017	74630	218	*	II
MHJ5986	8762073829	27/11/2017	74630	218	*	II
MAQ0275	8762073142	02/11/2017	74710	218	*	III
MAU7572	8762073223	04/11/2017	56732	183		
QHL0730	8762072928	25/10/2017	56732	183		
QHC0777	8762072934	25/10/2017	56732	183		
MLO1918	8762073271	05/11/2017	56732	183		
PPU1925	8762073513	15/11/2017	56732	183		
QHQ5592	8762074088	09/12/2017	56732	183		
CLB9588	8762073742	25/11/2017	60503	208		
MKI1409	8762073969	03/12/2017	60503	208		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ
GERENTE DE TRANSITO

PONTE SERRADA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8130 1071/2017**

Publicação Nº 1473961

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8130 1071/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BJN8558	P01FG0009L	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
BJN8558	P01FG0009O	26/08/2017	52900	176 * II	1467.34
BJN8558	P01FG0009N	26/08/2017	58350	195	195.23
BOS8712	P01FG000CN	01/10/2017	65300	228	195.23
BJN8558	P01FG0009K	26/08/2017	51691	165	2934.68
ACT0078	P01FG000A6	04/09/2017	51851	167	195.23
JYU7658	P01FG0009J	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
BJN8558	P01FG0009M	26/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PONTE SERRADA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8130 1070/2017

Publicação Nº 1473962

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8130 1070/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHF4170	P01FG000HP	12/12/2017	50100	162 * I
MGY7940	P01FG000HZ	13/12/2017	54790	181 * X
HOX2856	P01FG000FG	13/11/2017	55250	181 * XV
MHO8353	P01FG000FE	13/11/2017	65300	228
MGO9173	P01FG000HE	08/12/2017	66700	230 * XIII
MGO9173	P01FG000HF	08/12/2017	67690	230 * XXII
IBX6659	P01FG000FB	12/11/2017	69120	232
AHF4170	P01FG000HQ	12/12/2017	51851	167
MHO8353	P01FG000FF	13/11/2017	54281	181 * V
IGJ0472	P01FG000G2	22/11/2017	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PONTE SERRADA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

PORTO BELO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1540/2017

Publicação Nº 1473940

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1540/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MHZ9061	P02R800061	24/06/2017	50292	162* II	880.40
OKH7653	54627744G	13/07/2017	50100	162 * I	880.40
KEV5239	P02R6000EA	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXA2721	P02R7000P4	26/09/2017	50100	162 * I	880.40



QII9932	P02R7000RD	13/10/2017	50100	162	*	I	880.40
LRZ2476	P02R7000RO	15/10/2017	50100	162	*	I	880.40
MLG5485	P02R8000N1	16/10/2017	50100	162	*	I	880.40
IMS9082	P02R8000N5	16/10/2017	50100	162	*	I	880.40
LQJ1331	P02R7000TR	27/10/2017	50450	162	*	V	293.47
AWE8977	P02R9000J3	17/10/2017	50450	162	*	V	293.47
AUR1997	P02R9000IP	16/10/2017	50450	162	*	V	293.47
JGA1150	P02R7000RS	16/10/2017	50450	162	*	V	293.47
AYV2509	P02R6000IT	11/10/2017	50450	162	*	V	293.47
LXA2721	P02R7000P5	26/09/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
KEV5239	P02R6000EB	02/09/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
OKH7653	54627745G	13/07/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
LRZ2476	P02R7000RP	15/10/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MLG5485	P02R8000N2	16/10/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
IMS9082	P02R8000N6	16/10/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
AYV2509	P02R6000IU	11/10/2017	51420	164	c/c	162 * V	293.47
QHB8944	54629035G	09/10/2017	64080	221			130.16
MEU8683	P02R6000BU	11/08/2017	66700	230	*	XIII	195.23
MGJ9143	P02R9000DK	06/09/2017	66700	230	*	XIII	195.23
JGA1150	P02R7000RT	16/10/2017	69120	232			88.38
LXA2721	P02R7000P7	26/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
IQF3365	P02R7000QP	09/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MER3318	P0198001PN	12/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MFC2486	P02R6000FM	10/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LYV8433	P02R8000FY	03/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MJK1335	P02R6000CV	22/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MDY1285	54628272G	21/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MCN4186	P02R8000FL	01/09/2017	65992	230	*	V	293.47
AUR1997	P02R9000IO	16/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MLG5485	P02R8000N3	16/10/2017	65992	230	*	V	293.47
IMS9082	P02R8000N4	16/10/2017	65992	230	*	V	293.47
AWE8977	P02R9000J2	17/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MEH4486	P02R7000RA	13/10/2017	65992	230	*	V	293.47
AOD9183	P02R7000RU	16/10/2017	66102	230	*	VII	195.23
MEJ0793	P02R6000J3	14/10/2017	66371	230	*	IX	195.23
MFJ4168	P02R7000R6	12/10/2017	66372	230	*	IX	195.23
MFJ4168	P02R7000R5	12/10/2017	66532	230	*	XI	195.23
MEI6470	P02R6000HU	26/09/2017	66532	230	*	XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1541/2017

Publicação Nº 1473939

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8167 1541/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDA3776	54301313N	25/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKB6258	54308746N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLE8702	54308747N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
NSA6745	54629195G	24/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
LZN7653	54629182G	23/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGG4036	54628886G	06/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MFZ6740	54628879G	05/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MLR8898	P02R6000HW	26/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AIU0576	P02R6000F5	05/09/2017	54600	181 * IX	130.16
MDL1665	54628684G	16/09/2017	55250	181 * XV	130.16
KMQ8678	54628704G	20/09/2017	55250	181 * XV	130.16
QHV2672	54629001G	02/10/2017	55250	181 * XV	130.16
CXE5687	54628831G	01/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MMD0678	54628860G	03/10/2017	55680	181 * XIX	195.23
MIP7761	54629012G	06/10/2017	57200	186 * I	195.23
CTY5220	P02R7000RF	13/10/2017	57200	186 * I	195.23
MIS8583	54629059G	06/10/2017	57380	186 * II	293.47
MIS2868	54629067G	06/10/2017	57380	186 * II	293.47
MDU7461	54629021G	07/10/2017	57380	186 * II	293.47
MIS2868	54629068G	06/10/2017	58350	195	195.23
CTY5220	P02R7000RE	13/10/2017	58350	195	195.23
MIG3764	P02R7000JM	27/08/2017	65300	228	195.23
QHK5252	54629075G	07/10/2017	68150	231 * III	195.23
MEJ0793	P02R6000J4	14/10/2017	51851	167	195.23
LXA2721	P02R7000P6	26/09/2017	51851	167	195.23
MLV8974	54628797G	01/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MKH2534	P02R6000GU	17/09/2017	54523	181 * VIII	195.23
MGP3218	P02R7000R9	13/10/2017	54523	181 * VIII	195.23
CTY5220	P02R7000RG	13/10/2017	58191	193	880.40
LYQ6525	P02R70008E	29/06/2017	60501	208	293.47
QIP6376	54628806G	26/09/2017	60501	208	293.47
MET7930	54629041G	12/10/2017	60501	208	293.47
QHY1810	54628471G	10/09/2017	60681	209	195.23
MEV9735	P02R6000IX	11/10/2017	60681	209	195.23
QHY1810	54629054G	04/10/2017	60681	209	195.23
QHI9852	P02R8000FJ	01/09/2017	59670	203 * V	1467.34
HTV0326	54628390G	04/09/2017	73662	252*VI	130.16
MGY4046	54628828G	29/09/2017	73662	252*VI	130.16
DYJ1449	54628884G	06/10/2017	73662	252*VI	130.16
MKK6079	54629002G	02/10/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VANESSA ROCHA DE OLIVEIRA
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1538/2017

Publicação Nº 1473942

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1538/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBZ1419	P02R8000P9	02/11/2017	50100	162 * I
LYT4903	P02R7000ZQ	06/12/2017	50100	162 * I
MFB1883	P02R6000P1	07/12/2017	50100	162 * I
IHU3472	P02R9000PP	13/12/2017	50100	162 * I
MHY2649	P02R6000QC	16/12/2017	50450	162 * V
MKO2957	P02R9000MM	14/11/2017	50450	162 * V
MFB1883	P02R6000P2	07/12/2017	50610	163 c/c 162 * I
HSQ2206	P02R6000M1	13/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
CPO0665	P02R8000T5	04/12/2017	67690	230 * XXII
MHZ3365	P02R70010W	13/12/2017	69120	232
MKO2957	P02R9000MQ	14/11/2017	69120	232
CPO0665	P02R8000T4	04/12/2017	69120	232
MDD4253	P02R6000PW	12/12/2017	65561	230 * I
KMZ7739	P02R700115	15/12/2017	65992	230 * V
MEG5788	P02R8000T8	06/12/2017	65992	230 * V
MAG2629	P02R700108	09/12/2017	65992	230 * V
MDD4253	P02R6000PV	11/12/2017	65992	230 * V
MHY2649	P02R6000QD	16/12/2017	65992	230 * V
HSQ2206	P02R6000M0	13/11/2017	65992	230 * V
MER7278	P02R8000QV	15/11/2017	65992	230 * V
MDN2984	P02R6000ME	18/11/2017	65992	230 * V
CII2948	P02R6000MK	19/11/2017	65992	230 * V
CPO0665	P02R8000SZ	04/12/2017	65992	230 * V
MKO2957	P02R9000ML	14/11/2017	65992	230 * V
MFJ1608	55598446F	09/11/2017	65992	230 * V
MFE0946	P02R7000VO	09/11/2017	65992	230 * V
IGZ6928	P02R6000LG	08/11/2017	65992	230 * V
MEX9014	P02R6000LI	09/11/2017	66371	230 * IX
MHG9124	54189785G	05/11/2017	66372	230 * IX
MKU3833	P02R6000LF	08/11/2017	66372	230 * IX
LYT4903	P02R7000ZR	06/12/2017	66372	230 * IX
MFA0271	P02R6000QE	16/12/2017	66372	230 * IX
MDD4253	P02R6000PX	12/12/2017	67261	230 * XVIII

LYT4903 P02R7000ZS 06/12/2017 67261 230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1539/2017

Publicação Nº 1473941

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1539/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFZ6740	54324647N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHN1755	54327283N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHT7061	54327286N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
AVB6432	54327287N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
AUH9788	54327288N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
AUM0395	54328077N	12/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHQ8039	54328082N	12/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHW5759	54629912G	26/11/2017	76331	ART 252, UNICO
JOR6865	54629895G	28/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MJA2168	54629491G	05/12/2017	76331	ART 252, UNICO
BMW8459	P02R6000QF	16/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MKE2698	54629653G	07/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MLN7164	54629183G	23/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MGZ4876	54629429G	28/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QIM5138	54629445G	28/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MKV8796	54629687G	13/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MJF9157	54629539G	12/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MFY4517	54629840G	24/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MHW0316	P02R6000Q4	12/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MIZ7462	54629776G	01/12/2017	76332	ART 252, UNICO
LXL1908	54629397G	31/10/2017	51930	168
MGW1807	54629233G	17/10/2017	52070	169

AOR7573	P02R6000OX	06/12/2017	53710	180	
LZP1436	54629901G	26/11/2017	54010	181	* III
LYR6979	P02R6000K8	29/10/2017	55500	181	* XVIII
IWX3780	P02R7000UX	04/11/2017	55680	181	* XIX
ISS2646	54629911G	26/11/2017	55680	181	* XIX
MDP9030	54629777G	02/12/2017	55680	181	* XIX
MGJ3745	54629783G	02/12/2017	55680	181	* XIX
QHZ3268	54629786G	02/12/2017	55680	181	* XIX
MSP4762	P02R9000P1	08/12/2017	57380	186	* II
MHY5545	54629916G	26/11/2017	57380	186	* II
MJF4197	54629561G	02/11/2017	57380	186	* II
ATT9935	54629564G	02/11/2017	57380	186	* II
QHO6759	54629582G	02/11/2017	57380	186	* II
MGA8950	54629586G	02/11/2017	57380	186	* II
MIQ1352	54629587G	02/11/2017	57380	186	* II
MKD0304	54629589G	02/11/2017	57380	186	* II
MLM3965	54188969G	07/12/2017	58350	195	
MIA9063	54629907G	26/11/2017	58350	195	
LYT4903	P02R7000ZP	06/12/2017	58350	195	
MFC9752	54629963G	02/12/2017	58780	199	
LYC9259	54189781G	27/10/2017	51851	167	
NWW2893	54629684G	13/11/2017	54521	181	* VIII
MLK6938	54189789G	15/11/2017	54521	181	* VIII
MBP0652	54189790G	15/11/2017	54521	181	* VIII
MHN2285	54189793G	15/11/2017	54521	181	* VIII
MGG3054	54629482G	28/11/2017	54523	181	* VIII
MLY8901	54629206G	12/10/2017	56221	182	* VI
MCU5846	54629643G	03/11/2017	60412	207	
MHR6988	54629461G	03/11/2017	60412	207	
FWZ5639	54629635G	03/11/2017	60501	208	
IXG0180	54629727G	15/11/2017	60501	208	
QID8693	P02R70010E	10/12/2017	57970	191	
DFL3322	54629465G	06/11/2017	59320	203	* II
MLY8638	54629664G	07/11/2017	73662	252	*VI
MRB9292	54629462G	03/11/2017	73662	252	*VI
MGZ4619	P02R6000LE	06/11/2017	73662	252	*VI
LAE1291	54629343G	30/10/2017	73662	252	*VI
MJY0142	54629957G	02/12/2017	73662	252	*VI
MJO9291	P02R9000PH	11/12/2017	73662	252	*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VANESSA ROCHA DE OLIVEIRA
DIRETOR DE TRANSITO

PORTO UNIÃO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8426 1895/2017**

Publicação Nº 1473765

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8426 1895/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADD4547	55567088F	09/09/2017	50292	162* II	880.40
LNS5560	55569232F	28/08/2017	50100	162 * I	880.40
AMZ9582	55567918F	06/08/2017	50100	162 * I	880.40
CAL3664	55566295F	07/10/2017	50100	162 * I	880.40
ALJ5594	55569396F	07/10/2017	50100	162 * I	880.40
ALJ5594	55569397F	07/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LNS5560	55569233F	28/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFR5200	55568597F	17/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFR5200	55568595F	17/08/2017	64080	221	130.16
MCW8969	55568964F	30/09/2017	65561	230 * I	293.47
CAL3664	55566296F	07/10/2017	65992	230 * V	293.47
LNS5560	55569231F	28/08/2017	65992	230 * V	293.47
ADD4547	55567087F	09/09/2017	65992	230 * V	293.47
MKF0473	55569527F	16/09/2017	65992	230 * V	293.47
LNS5560	55569235F	28/08/2017	66102	230 * VII	195.23
LNS5560	55569234F	28/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8426 1896/2017

Publicação Nº 1473764

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670



EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8426 1896/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CAL3664	55566297F	07/10/2017	57380	186 * II	293.47
LNS5560	55569236F	28/08/2017	58350	195	195.23
MIO9315	55569089F	30/08/2017	51851	167	195.23
QHE0398	55569307F	03/08/2017	51852	167	195.23
BVM3351	55569097F	03/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
ALH8745	55569340F	22/08/2017	60501	208	293.47
AMZ9582	55567921F	06/08/2017	70301	244 * I	293.47
ASA1053	55569434F	03/09/2017	59670	203 * V	1467.34
ASO8042	55569413F	26/08/2017	59670	203 * V	1467.34
QIF8172	55569428F	30/08/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVAN LUIZ SCHEID
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1893/2017

Publicação Nº 1473767

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8426 1893/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MMA3548	55566300F	22/10/2017	75790	165	A
NGQ3877	55570196F	29/11/2017	75790	165	A
AOZ5181	P03A40005M	22/11/2017	50100	162	* I
LRR9220	55569880F	18/10/2017	50100	162	* I
LXX1687	55569735F	24/10/2017	50100	162	* I
NGQ3877	55570194F	29/11/2017	50450	162	* V
LRR9220	55569881F	18/10/2017	51180	164	c/c 162 * I
LXX1687	55569928F	24/10/2017	51180	164	c/c 162 * I
NGQ3877	55570195F	29/11/2017	51420	164	c/c 162 * V
AOG5622	55569621F	23/10/2017	64080	221	
AIG9329	P03A40004L	14/11/2017	64080	221	
LRR9220	55569879F	18/10/2017	66700	230	* XIII
CDA3036	55569722F	19/10/2017	65992	230	* V
AOG5622	55569620F	23/10/2017	65992	230	* V
QIK1656	55569763F	30/10/2017	65992	230	* V
ATM9215	P03A40004F	09/11/2017	65992	230	* V
CFL1738	55569648F	05/11/2017	65992	230	* V
MBN6758	55570032F	12/11/2017	65992	230	* V
AOA6873	55567090F	23/11/2017	65992	230	* V
ALH1219	55570190F	24/11/2017	65992	230	* V
MBN6758	55570034F	12/11/2017	66371	230	* IX
ACL4971	55569945F	28/10/2017	66371	230	* IX
MBN6758	55569172F	24/11/2017	66372	230	* IX
NGQ3877	55570198F	29/11/2017	66372	230	* IX
NGQ3877	55570197F	29/11/2017	67261	230	* XVIII
MBN6758	55569173F	24/11/2017	67261	230	* XVIII
MBN6758	55570033F	12/11/2017	67261	230	* XVIII
AWI5836	P03A40004S	15/11/2017	67261	230	* XVIII
CFL1738	55569649F	05/11/2017	67261	230	* XVIII
CDA3036	55569723F	19/10/2017	67261	230	* XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1894/2017

Publicação Nº 1473766

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1894/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HJT8440	55570240F	04/12/2017	76332	ART 252, UNICO
LXX1687	55569927F	24/10/2017	57380	186 * II
QIK1656	55569764F	30/10/2017	51851	167
LRR9220	55569882F	18/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVAN LUIZ SCHEID
DIRETOR DE TRANSITO

POUSO REDONDO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8180 942/2017

Publicação Nº 1473933

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8180 942/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKY1165	P02SB00034	01/09/2017	51851	167	195.23
MMM4270	P02SB0002Y	27/08/2017	66532	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

POUSO REDONDO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8180 941/2017

Publicação Nº 1473934

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8180 941/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADS4481	P02SB0005W	11/12/2017	75790	165 A
OKH7257	P02SB00059	22/11/2017	50100	162 * I
OKH7257	P02SB0005A	22/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
CLE7242	P02SB0005U	09/12/2017	52070	169
OKH7257	P02SB00058	22/11/2017	65992	230 * V
OKH7257	P02SB0005B	22/11/2017	66531	230 * XI
MIV0090	P02SB00055	14/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POUSO REDONDO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA

PRAIA GRANDE**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8226 855/2017**

Publicação Nº 1473888

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8226 855/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IEH8641	P01BI000OD	24/08/2017	50100	162 * I	880.40
QHT0341	P01BI000OZ	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
IRF8634	P01BI000QL	13/09/2017	50100	162 * I	880.40
IKA1894	P01BI000MZ	07/08/2017	50450	162 * V	293.47
IJL0384	P01BI000O6	23/08/2017	50450	162 * V	293.47
IEH8641	P01BI000OE	24/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IRF8634	P01BI000QM	13/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IKA1894	P01BI000N0	07/08/2017	69120	232	88.38
MGX4114	P01BI000OX	01/09/2017	60502	208	293.47
MFV8029	P01BI000OU	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
IEH8641	P01BI000OC	24/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDL8980	P01BI000P1	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
DGL1166	P01BI000QK	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
IKA1894	P01BI000MY	07/08/2017	65992	230 * V	293.47
MGX4114	P01BI000OY	01/09/2017	52742	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRAIA GRANDE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8226 854/2017

Publicação Nº 1473889

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8226 854/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCW4800	P01BI000UD	13/11/2017	50100	162 * I
MHU4821	P01BI000UK	16/11/2017	50100	162 * I
LZC3681	P01BI000UT	20/11/2017	50100	162 * I
MHU4821	P01BI000UL	16/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCW4800	P01BI000UE	13/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZC3681	P01BI000UV	20/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
ISN4331	P01BI000WB	10/12/2017	53980	181 * II
IUL9880	P01BI000US	20/11/2017	57380	186 * II
LZC3681	P01BI000UU	20/11/2017	65992	230 * V
MCW4800	P01BI000UF	13/11/2017	65992	230 * V
MHU4821	P01BI000UJ	16/11/2017	65992	230 * V
MJC1669	P01BI000WF	11/12/2017	65992	230 * V
MLT4188	P01BI000V8	22/11/2017	65992	230 * V
CIM5053	P01BI000W6	06/12/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRAIA GRANDE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8386 212/2017

Publicação Nº 1473790

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8386 212/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA



AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDF1640	P034K0001K	31/08/2017	51851	167	195.23
MDF1640	P034K0001L	01/09/2017	51851	167	195.23
AMG8096	P034K0001O	06/09/2017	51851	167	195.23
MLX8365	P034K0001N	01/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO DE POLICA

PRESIDENTE NEREU

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8454 224/2017

Publicação Nº 1473745

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8454 224/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFW2850	P02S50000P	12/11/2017	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

PRESIDENTE NEREU/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

RANCHO QUEIMADO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8404 258/2017

Publicação Nº 1473783

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8404 258/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MKW5612 P030M0000P 11/11/2017 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RANCHO QUEIMADO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

RIO DO CAMPO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8364 719/2017

Publicação Nº 1473800

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8364 719/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCK1414	P02W600032	30/07/2017	50100	162 * I	880.40
MBO8884	P02W800036	24/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBK3946	P02W600040	07/09/2017	50100	162 * I	880.40
MBK3946	P02W600041	07/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBO8884	P02W800035	24/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
BAU8181	P02W80004C	22/09/2017	51851	167	195.23
MMD8813	P02W80003B	25/08/2017	51851	167	195.23
LBF0675	P02W60003E	14/08/2017	51851	167	195.23
MFT9517	P02W800033	20/08/2017	51851	167	195.23
LYA8373	P02W600038	01/08/2017	51851	167	195.23
AIE0016	P02W80002K	02/08/2017	51851	167	195.23
MEN8184	P02W80002V	12/08/2017	51851	167	195.23
MFN6507	P02W60002K	21/07/2017	51851	167	195.23
LZD5108	P02W60002L	21/07/2017	51851	167	195.23
MEY4438	P02W60002M	21/07/2017	51851	167	195.23
MAJ5951	P02W60002U	25/07/2017	51851	167	195.23
ADW2585	P02W60003D	14/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBK3946	P02W60003Z	07/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO CAMPO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO SAROLDI CHAVES
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8364 718/2017

Publicação Nº 1473801

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8364 718/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,



CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ANC6933	P02W80006A	19/11/2017	50100	162 * I
MFN6507	P02W60005J	13/11/2017	51851	167
LZH5630	P02W800063	16/11/2017	51851	167
MIP1227	P02W800065	17/11/2017	51851	167
MFQ8507	P02W80006B	19/11/2017	65561	230 * I
MFQ8507	P02W80006C	19/11/2017	65992	230 * V
MFR6356	P02W800066	18/11/2017	66372	230 * IX
MFQ8507	P02W80006D	19/11/2017	70721	244 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO CAMPO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO SAROLDI CHAVES
DELEGADO DE POLICIA

Rio do Sul

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2615/2017

Publicação Nº 1474076

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2615/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCW7496	P00VG000VO	29/10/2017	75790	165 A	2934.68
MGT7954	P01HU000DS	15/10/2017	50100	162 * I	880.40
AEI7064	55861237F	27/08/2017	50100	162 * I	880.40
AKP9196	P01HU000C7	07/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHS0592	P00VC000VL	10/10/2017	50100	162 * I	880.40

LYG1851	P00VC000VS	14/10/2017	50100	162	*	I	880.40
LZJ1451	P00VC000U2	21/09/2017	50450	162	*	V	293.47
MIH3048	55861340F	26/10/2017	50450	162	*	V	293.47
MGT7954	P01HU000DT	15/10/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
AKP9196	P01HU000C8	07/09/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MHS0592	P00VC000VM	10/10/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
AEI7064	55861238F	27/08/2017	51691	165			2934.68
MIU1724	P00VG000TM	15/10/2017	65561	230	*	I	293.47
LYG1851	P00VC000VR	14/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MLI8667	P00VG000T7	12/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MAS9685	P00VC000SP	05/09/2017	65992	230	*	V	293.47
AEI7064	55861236F	27/08/2017	65992	230	*	V	293.47
IDP5027	P01HU000DU	15/10/2017	65992	230	*	V	293.47
DIN7225	P00VG000TS	15/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MJL6682	P01HZ000CE	15/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MGT7954	P01HU000DR	15/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MCS8027	P00VC000S4	19/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MBH2454	P00VG000TF	14/10/2017	66102	230	*	VII	195.23
MIU1724	P00VG000TN	15/10/2017	66372	230	*	IX	195.23
MAZ2297	P01HZ000AD	13/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
LZJ1451	P00VC000U4	21/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MIU1724	P00VG000TO	15/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2616/2017

Publicação Nº 1474075

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2616/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
FQS8273	54309341N	17/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MAM8274	54308271N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
LRU4530	54308273N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23



DDO0884	55861363F	05/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MAS0097	55861166F	16/08/2017	54600	181 * IX	130.16
QHM6910	55861327F	06/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MFJ9349	55861326F	06/10/2017	55680	181 * XIX	195.23
MIH3048	55861339F	26/10/2017	55680	181 * XIX	195.23
MLI8667	P00VG000T8	12/10/2017	57380	186 * II	293.47
IUJ7313	P00VG000ST	02/10/2017	57380	186 * II	293.47
MFR1572	P02BU00099	03/09/2017	58350	195	195.23
MEJ3058	55861328F	10/10/2017	54523	181 * VIII	195.23
MFC6065	P01HZ000AE	13/09/2017	60501	208	293.47
EVY8510	55290837D	27/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QIA6883	54913559G	29/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EUH3388	54913561G	29/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCD5429	54913584G	30/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHM2764	54905977G	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LZV5564	54905937G	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJC3733	54905947G	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKY0431	54912551G	22/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJM6775	54912569G	22/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
KND8603	54912718G	25/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QIG7281	54912899G	29/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDH3164	54912900G	29/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EVX6429	54912937G	29/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGR6931	54912938G	29/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIT4069	54913595G	02/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAJ4566	54913513G	02/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJZ9986	54913528G	02/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEU8528	54913529G	02/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBA0222	54913658G	02/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AXF9796	54912255G	02/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CGU4981	54912263G	04/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKD2980	54912265G	04/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIX4257	54913269G	04/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHC5380	54913286G	05/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAV9504	54912286G	05/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGJ2955	54912298G	05/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGW7534	54912402G	06/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QJM0750	54913324G	08/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGW7534	54912500G	11/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCX0409	54913361G	11/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAM1483	54913366G	11/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
FXL2837	54911607G	13/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJS5704	54911709G	15/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJS5704	54911719G	15/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLR5713	54911811G	16/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJS5704	54911855G	18/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLZ2732	54911874G	19/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
OHA4338	54911775G	20/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLR3919	54911784G	20/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJP8165	54912005G	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFQ2024	54912009G	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIV3949	54905997G	25/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
BGJ7271	54912032G	25/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AGY8008	54912055G	25/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDA1321	54912072G	25/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DAM3582	54912074G	25/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBH9193	54912088G	26/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYN3504	54912116G	26/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLY3062	54912118G	26/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYQ0567	54912124G	26/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKT9284	54912130G	28/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIY3173	54912177G	29/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
OFB3140	54913107G	31/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

MEX1982	54913109G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IKZ7084	54913131G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LNI5038	54913202G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LNI5038	54913213G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKV2296	54913226G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LWY5662	54913227G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHO1292	54913238G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFR1581	54913241G	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QDQ3350	54913167G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHL9307	54913539G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFB4063	54913542G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OHA4338	54913544G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIO0767	54913547G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIO7471	54913681G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MML7081	54913685G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHI1406	54913690G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBH7485	54912956G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKD9826	54912957G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKO4099	54912959G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIX4382	54913602G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CTZ7924	54913604G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHI1406	54913606G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIQ4842	54913609G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ACY0101	54913616G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BEE8181	54913617G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LWW6431	54913618G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIK4038	54913619G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLX0700	54913621G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHJ4331	54913626G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AND4235	54913628G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHW8032	54913629G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKA9668	54912964G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BOV1498	54912965G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHY0971	54912966G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKW3659	54912968G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYX8185	54912969G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OHA4338	54912972G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCX0409	54912980G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIO0767	54912985G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIL1613	54913640G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDH3164	54913849G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIY6862	54907087G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AEV2856	54907139G	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHO1292	54908575G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHR7632	54908596G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMI1908	54907157G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIY4212	54907179G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KZT4795	54907263G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHE3897	54907272G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFQ2024	54907211G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JIW2169	54907216G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FUI3176	54907218G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHI4741	54907287G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIY4212	54908607G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDH9477	54906188G	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBQ0418	54906193G	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHZ1783	54906199G	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKK4468	54905782G	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYN3504	54906274G	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGU8485	54906137G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PXQ3235	54906302G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DZX4142	54906344G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBO4629	54906354G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

DAM3582	54906368G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGQ7456	54906384G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NJH1324	54906386G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJP2967	54906393G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKE3286	54905801G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CVS3903	54905814G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
APV3645	54905824G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIE3371	54905828G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CDL5399	54905831G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCR4122	54905837G	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLN0653	54906403G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCM8338	54906408G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGW7126	54905860G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCL8171	54905868G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDF3903	54905875G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFZ5116	54905889G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDD5757	54906427G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHG9708	54906429G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCA2391	54906433G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDF3903	54905905G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDA6848	54905923G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AOO6961	54905925G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHG9708	54905930G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIZ9803	54632701G	29/04/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DFO7402	54632981G	04/05/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLQ9164	54633991G	12/05/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGH4145	54917103G	20/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJM8147	54917282G	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLZ3190	54917283G	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ANU9513	54917312G	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ANU9513	54917323G	26/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKF4639	54917237G	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GUE5531	54917444G	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKF4639	54916263G	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIY7056	54916462G	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIY7056	54918625G	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIY7056	54918764G	12/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIY7056	54918834G	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIY7056	54904221G	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GUE5531	54904706G	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKE3286	54904334G	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHR4311	54904339G	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHT0801	54904340G	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCU7949	54904346G	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFC0615	54904762G	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFC0615	54904791G	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYW6056	54904354G	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMA8399	54904824G	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIH3192	54904439G	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GUE5531	54905434G	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAN4518	54905440G	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMA8399	54905525G	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYY6837	54905584G	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FVY7739	54905625G	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MID9106	54905650G	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDQ2107	54905655G	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AOT1061	54905717G	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DDC2772	54905736G	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCZ0869	54906029G	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BHJ1832	54906036G	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGC5728	54906042G	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFY1790	54906046G	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHA8972	54906182G	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

CSY2676 55861283F 03/10/2017 55414 181*XVII c/ Lei13146 195.23
 MGN6276 55851624F 01/09/2017 55414 181*XVII c/ Lei13146 195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ELIANE KROEHNKE AGOSTINHO
 AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2613/2017

Publicação Nº 1474078

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2613/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MSB4691	P00VG000ZU	11/12/2017	75790	165 A
MFH7078	P01HT0003Q	16/12/2017	75790	165 A
MHW9744	P01HZ000F6	15/12/2017	50100	162 * I
MBB6995	P00VC000YX	13/12/2017	50100	162 * I
MBX7422	P01HU000EB	27/10/2017	50100	162 * I
MCI1670	P00VC000XB	30/10/2017	50100	162 * I
GUM6435	P00VC000XV	15/11/2017	50100	162 * I
LZG1752	P00VC000XX	17/11/2017	50100	162 * I
LXC3384	P01HZ000E8	15/11/2017	50450	162 * V
MBC1949	P00VG000VV	30/10/2017	50450	162 * V
MFS3176	P00VG00104	14/12/2017	50450	162 * V
MHW9744	P01HZ000F8	15/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZG1752	P00VC000XY	18/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCI1670	P00VC000XC	30/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBX7422	P01HU000EC	27/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
GUM6435	P00VC000XW	15/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXC3384	P01HZ000E9	15/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
MBC1949	P00VG000VW	30/10/2017	51420	164 c/c 162 * V
MFS3176	P00VG00102	14/12/2017	51420	164 c/c 162 * V
IJW4911	P00VG000VF	26/10/2017	64080	221
IJW4911	P00VG000VG	26/10/2017	69120	232

MEG1807	P01HT0003F	08/12/2017	73400	252	*	IV
LXB7847	P00VC000YN	09/12/2017	65992	230	*	V
MLO8483	P00VG000ZT	11/12/2017	65992	230	*	V
MLR7109	P00VG00101	14/12/2017	65992	230	*	V
MJW5620	P00VG0010B	16/12/2017	65992	230	*	V
MBF7076	P017T0001U	14/12/2017	65992	230	*	V
MFZ7648	P01HT0003O	14/12/2017	65992	230	*	V
MCI1670	P00VC000XA	30/10/2017	65992	230	*	V
MJZ7358	P00VG000XU	15/11/2017	65992	230	*	V
DVJ3477	P00VG000VZ	30/10/2017	65992	230	*	V
MEW7941	P00VG000XS	13/11/2017	65992	230	*	V
MEG1807	P01HT0003G	08/12/2017	66371	230	*	IX
MLY2819	P00VG00106	15/12/2017	66372	230	*	IX
ANS1665	P01HT0002A	12/11/2017	66372	230	*	IX
MLY2819	P00VG00107	15/12/2017	66532	230	*	XI
LYL3129	P00VG000VT	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
MEG1807	P01HT0003E	08/12/2017	52741	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2614/2017

Publicação Nº 1474077

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2614/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIF0981	54312625N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIS2431	54319587N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLY8169	54319588N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
OKF8746	54327312N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIO0767	54327313N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MDU0015	54327315N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$

MMA9484	54327317N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$	
MIO0767	54327319N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$	
MKF2027	54328521N	12/12/2017	50020	257	õ	8\$	
MLG4323	55861336F	26/10/2017	76251	ART	181,	XX	
MIB7752	P01HT00015	28/10/2017	76252	ART	181,	XX	
MHP4140	55856717F	05/12/2017	54600	181	*	IX	
ALF8309	55863028F	08/12/2017	55500	181	*	XVIII	
QIK2732	55852993F	11/10/2017	55500	181	*	XVIII	
MJS3662	55855620F	10/12/2017	55680	181	*	XIX	
MEG1807	P01HT0003C	08/12/2017	58350	195			
MFH7078	P01HT0003R	16/12/2017	58350	195			
MDR1056	P00VC000YR	09/12/2017	61220	214	*	I	
MEN6110	P01HU000E9	26/10/2017	61220	214	*	I	
LZY6625	P00VC000WU	27/10/2017	61650	214	*	V	
ASR4448	P00VC000X3	30/10/2017	51851	167			
LYL3129	P00VG000VU	30/10/2017	51851	167			
MEJ3543	P00VC000XD	30/10/2017	58191	193			
MEG1807	P01HT0003D	08/12/2017	58191	193			
IJX0182	P01HU000FK	08/11/2017	60412	207			
MFC6065	P00VG000VX	30/10/2017	60501	208			
MLN7048	P00VC000YS	10/12/2017	60501	208			
MEJ3543	P00VC000X0	30/10/2017	70301	244	*	I	
MBQ7095	P01HT0003N	14/12/2017	59670	203	*	V	
IJX0182	55855607F	08/11/2017	55411	181*	XVII	c/	Lei13146
QHG7165	54907492G	31/10/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MBW9325	54906670G	01/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MKO1450	54908125G	10/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
LXX7232	54908132G	10/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
CAP2000	54908139G	10/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MEP1140	54906956G	10/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MJA0337	54906971G	10/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MEW5530	54907617G	21/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
QHK2835	54906675G	03/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
LXJ6204	54906687G	03/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MJP0080	54906646G	03/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MIR9432	54906705G	04/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MCE1830	54908064G	04/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
FLC8778	54907798G	27/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MHR1052	54907906G	27/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
IQB0746	54907928G	27/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
LXX1179	54907933G	28/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MLZ4580	54907935G	28/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
ETF5315	54907941G	28/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
ADT6552	54907944G	28/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
IQB0746	54907948G	28/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
OKF8746	54907802G	28/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
IPV9447	54907803G	28/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
ASC1116	54907804G	28/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MBS1350	54907958G	29/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
OMA1930	54907960G	29/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MMI1908	54907962G	29/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MHR5723	54907965G	29/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MFD8000	54907838G	30/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MJK1205	54907846G	30/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MMA4916	54907849G	30/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
QHB4729	54909451G	30/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MHA2862	54909454G	30/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
AMV2501	54909456G	30/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
MFA1663	54909459G	30/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
AUB9406	54909460G	30/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
CNB9517	54909462G	30/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
AUB9406	54909468G	30/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146
AUB9406	54909469G	30/11/2017	55412	181*	XVII	c/	Lei13146

MMJ1743	54909470G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCA6443	54909471G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGA1808	54907982G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
PWV9386	54907989G	30/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMA4916	54909474G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DHQ3223	54909493G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAS7853	54909494G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DSZ6637	54909499G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIY0107	54909054G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE3286	54909055G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXG5807	54909060G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKD8412	54909061G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKC3068	54909065G	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EGV4601	54909071G	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ6202	54909073G	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBX4301	54908000G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEO4611	54909075G	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH4932	54909001G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MER2140	54909016G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLJ3374	54909019G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBW9500	54909023G	01/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIZ9238	54909039G	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DUC3855	54909042G	02/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKQ8431	54908615G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGB9206	54908989G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCF4927	54907431G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCS7039	54908015G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJV4132	54908016G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QJA1550	54908026G	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AKG1452	54908652G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHF9463	54908701G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFR9785	54908723G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEQ0705	54908738G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEQ0705	54907388G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIH1400	54907336G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IGO0291	54906551G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIB2019	54908788G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKU6201	54908792G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJV8849	54908929G	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIB8168	54908933G	27/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FPL2795	54907419G	28/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLA3771	54906737G	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLB9237	54906739G	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LWT2608	54908100G	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BHJ1832	54906747G	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYC1701	54906761G	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCR4122	54906764G	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BGI2661	54906767G	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMM2525	54906778G	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ANC6933	54906794G	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCE2775	54906801G	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGM3525	54906920G	08/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXM2834	54906860G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCF7323	54906865G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LWZ3744	54906872G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AJK0180	54906878G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IMR3491	54908110G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QH9142	54907199G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DCX4984	54907279G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DCX4984	54907286G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFH4384	54907202G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKF7120	54907214G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFZ5872	54907217G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

AKG1452	54906501G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGS6272	54907248G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIY0107	54907291G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DGG2043	54908603G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CZD7472	54907104G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AQZ3520	54907115G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IRM0116	54907116G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AQZ0973	54907118G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBJ9762	54907125G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBI5523	54907128G	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIM2702	54907135G	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CJR5520	54907137G	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIM2702	54908559G	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LMF5984	54908573G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHF5837	54908576G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BEE8181	54908580G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGZ5131	54908592G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCL2493	54908595G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DCX4984	54907162G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBE3962	54907175G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEY1987	54907191G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJK2027	54907196G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DCX4984	54906544G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH3048	54909102G	04/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZI7559	54909151G	04/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZG4173	54909163G	04/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMA4916	54909076G	04/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FRV0893	54909080G	04/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKL3949	54909091G	04/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CWF8121	54909100G	04/12/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKL3949	54907853G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKA5842	54907856G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHR6560	54907857G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGG2319	54907859G	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DLP2110	54907860G	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKF0624	54907863G	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JYY9453	54907889G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZB6479	54907895G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZU6563	54907896G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIL6784	54907897G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFY9636	54907898G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AMV2501	54907808G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFP3337	54907811G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHB4729	54907817G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LAH7538	54907824G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ2723	54907829G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EIZ2903	54907834G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IGF8312	54907835G	29/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHC9878	55850901F	11/12/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MJL8367	55856771F	24/11/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MFO0956	55857554F	24/11/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
BON6250	55852381F	17/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MJP5837	55852394F	18/11/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MGY5087	55856666F	27/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MLD4724	P01HZ000EE	16/11/2017	73662	252*VI		
MDK1509	P01HZ000DN	31/10/2017	73662	252*VI		
LZE8658	P00VC000YM	08/12/2017	73662	252*VI		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ELIANE KROEHNKE AGOSTINHO
AUTORIDADE DE TRÑNSITO

RIO DOS CEDROS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8094 863/2017

Publicação Nº 1474013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8094 863/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MET5503	55591972E	03/08/2017	50450	162 * V	293.47
AMB5649	P02PJ0004Z	27/09/2017	50450	162 * V	293.47
LXV0594	P02PJ0005R	09/10/2017	67690	230 * XXII	130.16
MBS2114	55591979E	15/09/2017	69120	232	88.38
MBS2114	55591232E	15/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MHA5091	P02PJ0005P	07/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MBS2114	55591231E	15/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZY6754	55591975E	14/08/2017	65992	230 * V	293.47
CXA7595	P02PJ00062	13/10/2017	65992	230 * V	293.47
MJV2462	54591432E	03/08/2017	66531	230 * XI	195.23
MBS2114	55591978E	15/09/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 862/2017

Publicação Nº 1474014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8094 862/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBX3476	P02PJ000AO	22/11/2017	50100	162 * I
LWY1364	P02PJ000AE	19/11/2017	50450	162 * V
ALB7413	P02PJ00083	06/11/2017	50450	162 * V
LWY1364	P02PJ000AF	19/11/2017	50960	163 c/c 162 * V
MHT5253	P02PJ0009Q	16/11/2017	52070	169
MEH5485	P02PJ0009A	16/11/2017	53800	181 * I
LZS7166	P02PJ0009S	16/11/2017	58350	195
MKR5534	P02PJ00098	14/11/2017	65800	230 * IV
MEH1374	P02PJ0009P	16/11/2017	66700	230 * XIII
MCM7761	P02PJ000AC	19/11/2017	67690	230 * XXII
LWR0598	P02PJ0009H	16/11/2017	69120	232
CJY3396	P02PJ00087	07/11/2017	69120	232
ALI0060	P02PJ0008C	09/11/2017	69120	232
MBZ9843	P02PJ0009M	16/11/2017	73400	252 * IV
LZX0043	P02PJ000D9	14/12/2017	50531	162 * VI
LYG0304	P02PJ000CX	11/12/2017	51851	167
MGB4396	P02PJ000C2	04/12/2017	51851	167
MAG6060	P02PJ000CH	08/12/2017	51851	167
MLV1960	P02PJ000CO	08/12/2017	51851	167
MLB6840	P02PJ000AJ	21/11/2017	51851	167
LZL6263	P02PJ0009K	16/11/2017	51851	167
AGH4194	P02PJ0009U	17/11/2017	51851	167
LWR0598	P02PJ0009G	16/11/2017	51851	167
MEQ1143	P02PJ0008V	14/11/2017	51851	167
MED8011	P02PJ0008W	14/11/2017	51851	167
AGH4194	P02PJ0008P	13/11/2017	51851	167
MET8397	P02PJ00094	14/11/2017	51851	167
MET6740	P02PJ0008A	09/11/2017	51851	167
LXB4112	P02PJ000AV	22/11/2017	51851	167
MHK3440	P02PJ000A9	18/11/2017	51851	167
LZS7166	P02PJ0009R	16/11/2017	65992	230 * V
MBX3476	P02PJ000AP	22/11/2017	65992	230 * V
ALI0060	P02PJ0008B	09/11/2017	65992	230 * V
MKR5534	P02PJ00097	14/11/2017	65992	230 * V
KTO0369	P02PJ000DH	16/12/2017	65992	230 * V
MKJ6541	P02PJ000CS	08/12/2017	66531	230 * XI
ALB7413	P02PJ00084	06/11/2017	66531	230 * XI
MCM7761	P02PJ000AD	19/11/2017	66532	230 * XI
MBV9961	P02PJ000AG	19/11/2017	59320	203 * II
MJQ4992	P02PJ000AB	19/11/2017	59320	203 * II
LZS7166	P02PJ0009T	16/11/2017	59670	203 * V

MDJ6410 P02PJ0009N 16/11/2017 59670 203 * V
QIT6526 P02PJ000AW 22/11/2017 73662 252*VI
MKM0409 P02PJ000D3 12/12/2017 73662 252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

SALTO VELOSO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8326 337/2017

Publicação Nº 1473826

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8326 337/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

LYG7056 P02OJ0000T 01/09/2017 65992 230 * V 293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 336/2017

Publicação Nº 1473827

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8326 336/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDD1707	P02OJ0001K	01/12/2017	57200	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

SANTA HELENA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8352 420/2017**

Publicação Nº 1473808

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8352 420/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------



MLZ1743	P01SO0002N	29/09/2017	57200	186	*	I	195.23
QHW9991	P01SO0002P	29/09/2017	57200	186	*	I	195.23
LYX5680	P01SO0003G	11/10/2017	51851	167			195.23
MEN4164	P01SO0003K	11/10/2017	51851	167			195.23
AGX4512	P01SO0003M	11/10/2017	51851	167			195.23
MCS7733	P01SO0002V	03/10/2017	65992	230	*	V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA HELENA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8352 419/2017

Publicação Nº 1473809

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8352 419/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MIP3829	54319654N	17/11/2017	50020	257 ã 8\$
MHW1523	P01SO0004F	16/11/2017	57200	186 * I
MJD3739	P01SO0005E	07/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA HELENA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

SANTA ROSA DE LIMA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8747 116/2017

Publicação Nº 1473669

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8747 116/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAZ8323	P02PU00006	27/08/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DE LIMA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

SANTA ROSA DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8244 741/2017

Publicação Nº 1473880

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8244 741/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAO2051	P01JW000VN	17/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJS3002	P01JW000PZ	21/08/2017	54100	181 * IV	130.16
MKK5475	P01JW000U3	30/09/2017	66102	230 * VII	195.23
ISI8337	P01JW000VD	13/10/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 740/2017

Publicação Nº 1473881

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 740/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEY1444	P01JW000ZA	09/12/2017	73400	252 * IV
CMU5393	P01JW000XZ	18/11/2017	51851	167
MDE7006	P01JW000XH	11/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8780 438/2017

Publicação Nº 1473651

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8780 438/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EAL3478	P03B60005L	01/10/2017	50100	162 * I	880.40
BZC9544	P03B60004B	02/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
LXQ0467	P03B600038	15/08/2017	51851	167	195.23
ILN3175	P03B60004C	02/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8780 437/2017

Publicação Nº 1473652

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE TRANSITO N.8780 437/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLE7237	54325110N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
ANZ4670	P03B60007Y	23/11/2017	50100	162 * I
JDW8590	P03B60007K	16/11/2017	50100	162 * I
LXR3898	P03B60007N	19/11/2017	50100	162 * I
AMW1240	P03B60007V	22/11/2017	50100	162 * I
AMW1240	P03B60007W	22/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXR3898	P03B60007O	19/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
JDW8590	P03B60007L	16/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
ANZ4670	P03B60007Z	23/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
ANZ4670	P03B600081	23/11/2017	58350	195
MCK6202	P03B60007R	19/11/2017	51851	167
AER4268	P03B60007T	19/11/2017	51851	167
DCE5358	P03B60007Q	19/11/2017	65992	230 * V
ANZ4670	P03B600080	23/11/2017	66372	230 * IX
LXR3898	P03B60007P	19/11/2017	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI
DELEGADO DE POLICIA

SÃO BENTO DO SUL**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2588/2017**

Publicação Nº 1473972

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8124 2588/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BGW5435	P01LF000L1	23/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFJ5948	P01LG0015A	17/10/2017	50100	162 * I	880.40
AJX5266	P01LA000JB	26/09/2017	50450	162 * V	293.47
MFJ5948	P01LG0015B	17/10/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MDD8070	P01LG0014V	17/10/2017	66290	230 * VIII	195.23
MJO5953	P032V000IR	26/10/2017	67000	230 * XVI	195.23
MKF5211	P032V000HE	16/10/2017	67000	230 * XVI	195.23
BAR0465	P01LG00141	13/10/2017	67690	230 * XXII	130.16
MHC6952	P01LG000UD	18/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
MDK1867	P01LG0015I	18/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MGA0182	P032V000HS	18/10/2017	73400	252 * IV	130.16
QBI9351	P01LG00148	14/10/2017	50531	162 * VI	293.47
BGW5435	P01LF000L2	23/09/2017	51691	165	2934.68
KLI7562	P01L9000UP	12/10/2017	65992	230 * V	293.47
MHY3083	P01LG000W8	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
CTV6495	P01L9000RW	14/08/2017	65992	230 * V	293.47
MHL5797	P01LG0014J	16/10/2017	65992	230 * V	293.47
HXJ9115	P02TX0005D	25/10/2017	65992	230 * V	293.47
MAI1680	P01LG0015E	18/10/2017	65992	230 * V	293.47
MAI1680	P01LG0015F	18/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MDD8070	P01LG0014U	17/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MFJ5948	P01LG0015C	17/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
QHN4240	P01LG00144	13/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MCQ9853	P032V000H6	13/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
ALZ2047	P032V000DV	13/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
NBR0001	P01LG000Y0	13/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
BGW5435	P01LF000L3	23/09/2017	52742	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS
DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2589/2017

Publicação Nº 1473971

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8124 2589/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANW9607	P01LF000LY	16/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MMH9746	55602351F	23/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
LZU7471	55602912F	11/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MLY3291	55602711F	26/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QBI9351	P01LG00149	14/10/2017	51930	168	293.47
MFP2375	55602765F	06/10/2017	52070	169	88.38
MJU5733	P01LC000J9	13/09/2017	57380	186 * II	293.47
ADT2848	P01LG00155	17/10/2017	68580	231 * VII	130.16
MGR5977	P032V000HN	18/10/2017	51851	167	195.23
LYA5084	P01LG001CM	21/11/2017	51851	167	195.23
IFT5999	P01LF000JV	24/08/2017	51851	167	195.23
AKK0731	P02TX00031	25/08/2017	51851	167	195.23
MJO5609	P01LA000JM	09/10/2017	51851	167	195.23
MMJ0208	P01L9000UJ	11/10/2017	51852	167	195.23
MFT2927	P01L9000UM	11/10/2017	51852	167	195.23
ALC1393	P01LG00143	13/10/2017	51852	167	195.23
CRN2488	P01LG00147	14/10/2017	51852	167	195.23
ADT2848	P01LG00154	17/10/2017	51852	167	195.23
MDK1867	P01LG0015J	18/10/2017	51852	167	195.23
MMB7884	55602910F	28/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFR4275	55602968F	09/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MMB7884	55602749F	10/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MMB7884	55602671F	16/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AGY0804	55602817F	02/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MMB7884	55602824F	23/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIH7709	55602876F	27/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AJT7391	55602958F	29/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MMB7884	55602960F	03/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
OKH6707	55602961F	28/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCIO DO PRADO LIMA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2586/2017

Publicação Nº 1473974

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8124 2586/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGC0665	P02TX00067	05/11/2017	75790	165 A
AHU1433	P01LG0019B	08/11/2017	50100	162 * I
MGJ4662	P02TX0006T	17/11/2017	50100	162 * I
AHU5020	P01LG001G5	07/12/2017	50450	162 * V
MJS8864	P01LB000TR	08/12/2017	50450	162 * V
AJQ7043	P02TX0008Z	09/12/2017	50450	162 * V
MGJ4662	P02TX0006W	17/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
AHU1433	P01LG0019C	08/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MJS8864	P01LB000TS	08/12/2017	51420	164 c/c 162 * V
AHU5020	P01LG001G6	07/12/2017	51420	164 c/c 162 * V
AJQ7043	P02TX00090	09/12/2017	51420	164 c/c 162 * V
CTA7518	P01LG001AN	13/11/2017	64080	221
MAR8413	P01LG001A2	11/11/2017	65480	229
CRD5402	P032V000MA	12/12/2017	66290	230 * VIII
MJG4752	P01LG001GN	12/12/2017	67000	230 * XVI
LUR0423	P01LB000S6	09/11/2017	67690	230 * XXII
APN4922	P01LB000RY	06/11/2017	67690	230 * XXII
ATS2407	P01LG001C2	17/11/2017	67690	230 * XXII
AJQ7043	P02TX0008Y	09/12/2017	69120	232
MJS8864	P01LB000TQ	08/12/2017	69120	232
MKO4553	P01LG001GC	09/12/2017	73400	252 * IV
LYU7706	P01LG001GL	12/12/2017	73400	252 * IV
MAO7080	P01LG001GM	12/12/2017	73400	252 * IV
MKC4307	P01LG001FV	06/12/2017	73400	252 * IV
MKK6223	P032V000KL	08/11/2017	73400	252 * IV
MDJ4420	P01LG001GK	09/12/2017	51691	165
CRD5402	P032U00026	12/12/2017	65992	230 * V
MCH8587	P01L9000WW	13/12/2017	65992	230 * V
MJB6303	P032U0001Y	09/12/2017	65992	230 * V
MMI3399	P01LF000O4	09/12/2017	65992	230 * V
MJS8864	P01LB000TP	08/12/2017	65992	230 * V
AOX8283	P01LG0019G	08/11/2017	65992	230 * V
EAH8715	P01LB000S8	09/11/2017	65992	230 * V
EAJ4567	P032V000KO	08/11/2017	65992	230 * V
MLW6882	P01LG001G8	08/12/2017	66102	230 * VII
MKB3302	P01LA000ND	08/12/2017	66102	230 * VII
MDJ4420	P01LG001GJ	09/12/2017	66371	230 * IX
APN4922	P01LB000RZ	06/11/2017	66372	230 * IX
MGJ4662	P02TX0006V	17/11/2017	66532	230 * XI
JGK8299	P032V000L2	11/11/2017	67261	230 * XVIII
ANH6070	P01LG0018Z	07/11/2017	67261	230 * XVIII
AHU1433	P01LG0019D	08/11/2017	67261	230 * XVIII
MKK6223	P032V000KM	08/11/2017	67261	230 * XVIII
APT8161	P02TX0008T	07/12/2017	67261	230 * XVIII
LZL1523	P032V000LZ	06/12/2017	67261	230 * XVIII
MCX5155	P01LG001G0	07/12/2017	67261	230 * XVIII
AMQ0303	P01LF000NX	07/12/2017	67261	230 * XVIII

AIA5762	55910632E	09/11/2017	67261	230	*	XVIII
MKS6645	P01LB000SJ	21/11/2017	67261	230	*	XVIII
MJG4752	P01LG001GO	12/12/2017	67261	230	*	XVIII
ADT2848	P032V000M8	12/12/2017	67261	230	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS
DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2587/2017

Publicação Nº 1473973

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2587/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCJ8124	55603024F	08/11/2017	76251	ART 181, XX
ASV8097	55603454F	06/12/2017	76251	ART 181, XX
MIO1948	54997003G	08/12/2017	76252	ART 181, XX
MDZ2421	55603104F	07/11/2017	76252	ART 181, XX
ANB1411	55603148F	16/11/2017	76331	ART 252, UNICO
IRY0988	55603096F	01/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MJO9792	55603100F	29/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MDQ8125	54997056G	10/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MLY0792	55603458F	05/12/2017	76331	ART 252, UNICO
AMR6273	P01L9000WO	08/12/2017	76332	ART 252, UNICO
QHR8963	55603079F	13/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MKC4307	P01LG001FW	06/12/2017	51930	168
AHQ3143	P01LG00199	07/11/2017	51930	168
MDV3657	P01LC000LF	08/11/2017	51930	168
MDN2237	P02TX0009G	15/12/2017	52070	169
MGJ4662	P02TX0006U	17/11/2017	58350	195
MDJ4420	P01LG001GI	09/12/2017	65300	228
IRY0988	55603097F	01/12/2017	73740	253
ADY0080	P01LB000TD	07/12/2017	51851	167

MAR8413	P01LG001A1	11/11/2017	51851	167
EAJ4567	P032V000KN	08/11/2017	51851	167
APM2603	P01LA000LV	12/11/2017	51851	167
MKO4553	P01LG001GD	09/12/2017	51851	167
APK6361	55603302F	12/12/2017	51851	167
APA6568	P01LB000TH	07/12/2017	51851	167
NBP8664	P032V000L1	11/11/2017	51852	167
ACM3672	P01LB000TG	07/12/2017	51852	167
MHS3223	P01L9000VH	13/11/2017	60681	209
MKA5789	55603294F	06/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MEQ9029	55603317F	04/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
DOL4691	55603331F	08/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
BPC8800	55603348F	12/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCIO DO PRADO LIMA
AUTORIDADE DE TRANSITO

São Carlos

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 956/2017

Publicação Nº 1473895

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 956/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CRJ8134	P01VY000H1	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
CRJ8134	P01VY000H2	31/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 957/2017

Publicação Nº 1473894

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8220 957/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHD3605	P01VY000HM	10/09/2017	65300	228	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VOLNEI MUMBER
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 954/2017

Publicação Nº 1473897

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8220 954/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAE5216 P01VY000LI 12/12/2017 50100 162 * I

MAE5216 P01VY000LJ 12/12/2017 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 955/2017

Publicação Nº 1473896

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 955/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHI2402 P029A00062 12/11/2017 65300 228

AWQ3393 P01VY000K9 13/11/2017 65300 228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VOLNEI MUMBER
DIRETOR DE TRANSITO

São Cristóvão do Sul

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8480 360/2017

Publicação Nº 1473727

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8480 360/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBK0271	P01590003F	15/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MEK6860	P01590002Z	05/09/2017	64080	221	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 359/2017

Publicação Nº 1473728

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 359/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHW2173	P015900045	09/12/2017	53800	181 * I
LIV6435	P01590004A	12/12/2017	55250	181 * XV
MFA2205	P015900049	11/12/2017	54281	181 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

São Domingos

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8336 765/2017

Publicação Nº 1473822

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8336 765/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

LWV7844 P01FF0004X 08/10/2017 50100 162 * I 880.40
LWV7844 P01FF0004Y 08/10/2017 51691 165 2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO DOMINGOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MAIKO FRANK VIVI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8336 764/2017

Publicação Nº 1473823

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8336 764/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAJ9425	P01Q10007I	19/11/2017	50100	162 * I
MEM2112	P01Q100089	10/12/2017	50100	162 * I
MAJ9425	P01Q10007J	19/11/2017	50610	163 c/c 162 * I
MEM2112	P01Q100088	10/12/2017	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO DOMINGOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MAIKO FRANK VIVI
DELEGADO DE POLICIA

São FRANCISCO DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8082 1671/2017

Publicação Nº 1474032

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8082 1671/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZT6769	P02QT0008Q	28/07/2017	50100	162 * I	880.40
ALT1850	P02QS0008T	08/08/2017	50100	162 * I	880.40
QHG0174	P00W2000J1	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MKT2821	P02QT000DZ	26/09/2017	50100	162 * I	880.40
JJY9270	P00W2000JU	04/10/2017	50100	162 * I	880.40
HXX6757	P00UF000MG	11/10/2017	50100	162 * I	880.40
QHT5766	P011A000LZ	16/10/2017	50100	162 * I	880.40
MGE3840	P011A000LX	16/10/2017	50450	162 * V	293.47
JJY9270	P00W2000JV	04/10/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MKT2821	P02QT000E0	26/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
HXX6757	P00UF000MH	11/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QHG0174	P00W2000J2	02/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QHT5766	P011A000M0	16/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QHB5812	P010L000NK	14/08/2017	73400	252 * IV	130.16
MGZ7141	P02QS0009L	21/08/2017	65992	230 * V	293.47
MKI5416	P00UF000LR	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
NNS5116	P02QT000DW	22/09/2017	65992	230 * V	293.47
MJS0831	P02QT0009U	08/08/2017	65992	230 * V	293.47
LZT6769	P02QT0008R	28/07/2017	65992	230 * V	293.47
AQQ1899	P02QT000EK	17/10/2017	65992	230 * V	293.47
QHT5766	P011A000LY	16/10/2017	65992	230 * V	293.47
LYJ6744	P02QU0003P	18/10/2017	65992	230 * V	293.47
HXX6757	P00UF000MJ	11/10/2017	65992	230 * V	293.47
HXX6757	P00UF000MI	11/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8082
1672/2017**

Publicação Nº 1474031

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO SUL - 283190



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8082 1672/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AQB2756	P02QS000CM	06/10/2017	54790	181 * X	130.16
IUD5859	P00W2000JY	11/10/2017	68580	231 * VII	130.16
NNX1406	P02QU00029	14/08/2017	51851	167	195.23
AJR6578	P011A000J3	22/08/2017	51851	167	195.23
MJP1733	P011A000J5	22/08/2017	51851	167	195.23
QHR7649	P02QU0002L	18/08/2017	51851	167	195.23
MKQ0103	P010L000O5	21/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHU6822	P00UF000MB	10/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ARG0398	P00UF000MC	10/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JACKSON PORTELLA DE LIMA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8082 1669/2017

Publicação Nº 1474034

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8082 1669/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

LXL0630	P02QS000F7	20/11/2017	50100	162	*	I
MCZ3390	P02QS000GN	04/12/2017	50100	162	*	I
MEJ0816	P02QT000JK	06/12/2017	50100	162	*	I
MDN1677	P02QT000JR	09/12/2017	50100	162	*	I
LZL5982	P02QT000KG	11/12/2017	50100	162	*	I
CHC4111	P02QT000KI	11/12/2017	50100	162	*	I
LXL5406	P02QS000I9	13/12/2017	50100	162	*	I
BEY0767	P02QT000L1	12/12/2017	50450	162	*	V
CWU2531	P02QR0001B	09/12/2017	50450	162	*	V
MDN1677	P02QT000JS	09/12/2017	50610	163	c/c	162 * I
LXL0630	P02QS000F8	20/11/2017	50610	163	c/c	162 * I
MCZ3390	P02QS000GO	04/12/2017	51180	164	c/c	162 * I
FBD4756	P02QS000H2	06/12/2017	64080	221		
LZC2972	P02QS000HY	09/12/2017	64080	221		
LYP8875	P02QS000IE	13/12/2017	66020	230	*	VI
MHS5888	P00W2000LU	16/11/2017	73400	252	*	IV
CRM0772	P02QT000GM	20/11/2017	65992	230	*	V
LXL0630	P02QS000F6	20/11/2017	65992	230	*	V
MBI9357	P00UF000NG	05/11/2017	65992	230	*	V
QHN8737	P00W2000LL	07/11/2017	65992	230	*	V
MHQ1997	P02QS000EH	08/11/2017	65992	230	*	V
QHE0365	P02QU0004F	12/11/2017	65992	230	*	V
LXU6631	P02QS000HC	08/12/2017	65992	230	*	V
MIB8044	P02QT000JH	06/12/2017	65992	230	*	V
MZG5300	P02QT000I0	30/11/2017	65992	230	*	V
CTA7651	P02QT000KZ	12/12/2017	65992	230	*	V
LXL5406	P02QS000I8	13/12/2017	65992	230	*	V
MEG1075	P02QT000KJ	11/12/2017	65992	230	*	V
CHC4111	P02QT000KH	11/12/2017	65992	230	*	V
QIA0697	P02QT000KO	11/12/2017	65992	230	*	V
LZL5982	P02QT000KF	11/12/2017	65992	230	*	V
LXL5406	P02QS000IA	13/12/2017	66371	230	*	IX
CWU2531	P02QR0001C	09/12/2017	66372	230	*	IX
LXL0630	P02QS000F9	20/11/2017	67261	230	*	XVIII
LYP8875	P02QS000ID	13/12/2017	67261	230	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8082 1670/2017

Publicação Nº 1474033

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO SUL - 283190

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8082 1670/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QIL6404	P02QT000GN	20/11/2017	76252	ART 181, XX
QIS2658	P02QS000FA	21/11/2017	76252	ART 181, XX
QHC7737	P00ZA000JG	17/11/2017	52070	169
QIA0697	P02QT000KQ	11/12/2017	52070	169
MBS9574	P02QS000H9	07/12/2017	54100	181 * IV
MJD3267	P02QT000JG	06/12/2017	54600	181 * IX
MKR9319	P00W2000MI	10/12/2017	54600	181 * IX
MKR9319	P00W2000MG	10/12/2017	54790	181 * X
NJW0365	P011A000MY	15/11/2017	55250	181 * XV
MFC5575	P011A000NA	09/12/2017	55250	181 * XV
EGQ9124	P011A000NB	12/12/2017	55250	181 * XV
MMC2506	P02QT000K7	09/12/2017	55250	181 * XV
MHD7237	P011A000MZ	15/11/2017	55680	181 * XIX
QIA0697	P02QT000KN	11/12/2017	58350	195
AFP1800	P02QR0001L	10/12/2017	51851	167
MIW4988	P02QS000H6	07/12/2017	51851	167
QIA0697	P02QT000KP	11/12/2017	52151	170
LZZ0777	P02QW00003	12/12/2017	54521	181 * VIII
MKR9319	P00W2000MH	10/12/2017	54521	181 * VIII
MMD4792	P02QS000HP	08/12/2017	54521	181 * VIII
MFC0616	P011A000MQ	07/11/2017	52663	174
MLL4925	P00ZA000JS	24/11/2017	59670	203 * V
MFS0648	P02QU0004D	06/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MEH1534	P02QT000LE	16/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MGT1223	P02QR0001I	09/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
AYU2041	P02QT000KR	12/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
QHK0930	P011A000ND	13/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
APF2773	P00UF000ME	11/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
QIR0167	P02QS000H3	07/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
QHS6116	P02QS000HL	08/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
KYG6083	P00UF000NK	09/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JACKSON PORTELLA DE LIMA
AUTORIDADE DE TRANSITO

SÃO JOÃO BATISTA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1488/2017**

Publicação Nº 1473948

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8151 1488/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHZ7764	P01KB001PH	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHW9076	P01KC001W0	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGC9131	P01KB001PD	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGC9131	P01KB001PE	01/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGT4551	P01KC001XL	20/09/2017	64080	221	130.16
MCJ2965	P01KC00207	30/09/2017	65480	229	130.16
MKB3650	P01KC00208	01/10/2017	65480	229	130.16
MHF8567	P01KC001SO	27/08/2017	66700	230 * XIII	195.23
LYX4896	P01KC001S7	25/08/2017	66700	230 * XIII	195.23
MIT8672	P01KC001U4	02/09/2017	69120	232	88.38
MBL3649	P01KB001NS	19/08/2017	69120	232	88.38
MFK3302	P01KC0022D	12/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MCS9005	P01KC00224	12/10/2017	73400	252 * IV	130.16
DPM0905	P01KB001SM	15/10/2017	51692	165	2934.68
MFN2387	P03LG00004	12/10/2017	65992	230 * V	293.47
MBW0026	P01KB001SJ	12/10/2017	65992	230 * V	293.47
MEH2259	P01KC001VT	09/09/2017	65992	230 * V	293.47
MHE9984	P01KC001VY	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
MHW9076	P01KC001VZ	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEE8661	P01KB001SF	10/10/2017	65992	230 * V	293.47
MCR8863	P01KB001P9	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
MKS9846	P01KB001PN	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MJM0095	P01KC001U1	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDV0376	P01KB001PO	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MIT8672	P01KC001U3	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGC9131	P01KB001PC	01/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1489/2017

Publicação Nº 1473947

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE TRANSITO N.8151 1489/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGC9131	P01KB001PF	01/09/2017	58350	195	195.23
MJX8737	P01KC001U9	03/09/2017	61220	214 * I	293.47
ILM4833	P01KC0023M	16/10/2017	61220	214 * I	293.47
MJC8081	P01KC001Z3	23/09/2017	65300	228	195.23
MKP6142	P01KC0022O	15/10/2017	51851	167	195.23
MFM6944	P01KC00231	16/10/2017	51851	167	195.23
NYI2675	P01KC00239	16/10/2017	51851	167	195.23
MCZ3126	P01KC0023D	16/10/2017	51851	167	195.23
MLE0834	55796603C	30/08/2017	51851	167	195.23
CRT9298	55796605C	30/08/2017	51851	167	195.23
MEM8064	55796612C	30/08/2017	51851	167	195.23
MFC7634	55796621C	30/08/2017	51851	167	195.23
MMJ2269	P01KC001Y2	22/09/2017	51851	167	195.23
MEN9568	P01KC001TV	02/09/2017	51851	167	195.23
ACG2731	P01KC001TW	02/09/2017	51851	167	195.23
MIX1165	P01KC001TX	02/09/2017	51851	167	195.23
MWZ9625	P01KB001NO	18/08/2017	51851	167	195.23
MFC4465	P01KC001SM	27/08/2017	51851	167	195.23
MGU7773	P01KC001T3	30/08/2017	51851	167	195.23
MIO8839	P01KB001OO	30/08/2017	51851	167	195.23
MDB3177	P01KC0023Q	16/10/2017	51851	167	195.23
MFS3500	P01KC0023V	16/10/2017	51851	167	195.23
LZF4458	P01KC0023Z	16/10/2017	51851	167	195.23
QIE8944	55759544F	16/10/2017	51851	167	195.23
MGC9131	P01KB001PG	01/09/2017	52400	173	2934.68
MDP0386	P01KC00240	16/10/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1486/2017

Publicação Nº 1473950

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 1486/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCP8988	P01KC002A7	16/11/2017	50100	162 * I
MHQ1897	P01KC002CD	11/12/2017	50450	162 * V
MHQ1897	P01KC002CG	11/12/2017	51420	164 c/c 162 * V
MGD8811	P01KC002AV	18/11/2017	69120	232
MEJ5441	P01KC002CV	16/12/2017	73400	252 * IV
MCB2412	P03LG0000L	09/11/2017	65992	230 * V
MCP8988	P01KC002A6	16/11/2017	65992	230 * V
MHB3962	P01KC002AT	17/11/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1487/2017

Publicação Nº 1473949

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8151 1487/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MJP7076	P01KC0027Z	06/11/2017	61220	214 * I
MHQ1897	P01KC002CF	11/12/2017	68580	231 * VII
OKT3156	P01KC00290	09/11/2017	51851	167
MDQ8385	P01KC002A4	16/11/2017	51851	167
MBD2667	P01KC002AF	17/11/2017	51851	167
AZT1305	P01KC002AG	17/11/2017	51851	167
MAK3352	P01KC002AM	17/11/2017	51851	167
JPM7233	P01KC002BR	03/12/2017	51851	167
MRE2171	P01KC002C4	07/12/2017	51852	167
MAL0523	P01KC00280	06/11/2017	54522	181 * VIII
MHQ1897	P01KC002CE	11/12/2017	70481	244 * II
QHF5064	P01KC00294	09/11/2017	73662	252*VI
MLO0273	P01KC0028P	09/11/2017	73662	252*VI
QHB6198	P01KC0029D	09/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVANIO PIZZI
AUTORIDADE DE TRANSITO

São João do Oeste

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8310 495/2017

Publicação Nº 1473833

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8310 495/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ITZ8716	55868055D	16/10/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

São João do Sul

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8374 754/2017

Publicação Nº 1473794

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8374 754/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ION7515	P01FH000VJ	09/09/2017	75790	165 A	2934.68
MCA0216	P01FH000VA	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
IKE8143	P01FH000VB	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
IVJ8347	P01FH000VY	13/09/2017	50100	162 * I	880.40
ING7604	P01FH000V1	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
ING7604	P01FH000V3	08/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCA0216	P01FH000VE	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJL6065	P01FH000UY	07/09/2017	62620	220 * I	293.47
MBA5149	P01FH000UL	03/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
IOV8095	P01FH000VL	10/09/2017	50531	162 * VI	293.47
MLH6904	P01FH000VT	12/09/2017	51851	167	195.23
MEV7187	P01FH000TQ	29/08/2017	51851	167	195.23
MHS4816	P01FH000UP	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
MIF5406	P01FH000UU	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
ING7604	P01FH000V0	08/09/2017	65992	230 * V	293.47
INN7557	P01FH000VX	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCA0216	P01FH000VD	09/09/2017	65992	230 * V	293.47

MDJ6051 P01FH000TM 27/08/2017 70991 244 * V II 195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDINEI CHARÇO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 753/2017

Publicação Nº 1473795

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 753/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MED7810	P01FH00145	10/12/2017	75790	165 A
IRQ0803	P01FH0011R	17/11/2017	73400	252 * IV
MEY4983	P01FH0011Z	17/11/2017	50371	162 * III
MEY4983	P01FH00120	17/11/2017	51341	164 c/c 162 * III
CFW2458	P01FH0011T	17/11/2017	65992	230 * V
IMT5903	P01FH0012B	22/11/2017	66531	230 * XI
MDD5474	P01FH0011J	14/11/2017	70301	244 * I
QHM5861	P01FH00127	22/11/2017	59670	203 * V
MKU8413	P01FH00146	10/12/2017	59670	203 * V
QHA3311	P01FH0013Z	09/12/2017	59670	203 * V
MKH5439	P01FH00142	09/12/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDINEI CHARÇO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA

São Joaquim

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8284 1618/2017

Publicação Nº 1473848

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8284 1618/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DGM8866	P03D500026	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
DGM8866	P03D500027	19/08/2017	65992	230 * V	293.47
MAU3593	P03D500039	14/09/2017	65992	230 * V	293.47
MHY5432	P03D50004N	14/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO GONÇALVES DE AZEVEDO
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8284 1619/2017

Publicação Nº 1473847

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8284 1619/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHY5432	54298720N	15/09/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MKY0010	P03D500046	01/10/2017	65300	228	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE MORAIS DA ROSA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1616/2017

Publicação Nº 1473850

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1616/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MII9109	P03D50006X	12/11/2017	50100	162 * I
LYU2704	P03D500095	14/12/2017	50100	162 * I
IHC6914	P03D50009C	16/12/2017	50100	162 * I
LXP1182	P03D500092	12/12/2017	50450	162 * V
DXQ6036	P03D50008R	09/12/2017	51692	165
LXP1182	P03D500091	12/12/2017	65992	230 * V
MII9109	P03D50006W	12/11/2017	65992	230 * V
LYU2704	P03D500094	14/12/2017	65992	230 * V
LYU2704	P03D500096	14/12/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO GONÇALVES DE AZEVEDO
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1617/2017

Publicação Nº 1473849

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8284 1617/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFR6227	P03D50007R	21/11/2017	52070	169
QHC2364	P03D50007I	17/11/2017	54870	181 * XI
CLQ0220	P03D500088	28/11/2017	65300	228
MID2143	P03D50007G	16/11/2017	51851	167
MIK1360	P03D50006K	10/11/2017	54281	181 * V
MIU2917	P03D50006P	10/11/2017	54281	181 * V
IEM3073	P03D500070	14/11/2017	54281	181 * V
OKF3402	P03D50007F	16/11/2017	54284	181 * V
QHQ5664	P03D50008T	11/12/2017	54521	181 * VIII
OKE5763	P03D50008X	11/12/2017	54521	181 * VIII
MGX4943	P03D50007L	17/11/2017	54521	181 * VIII
MCX0815	55033832F	30/10/2017	60412	207
QIV6617	P03D50007K	17/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
AZA1782	P03D50007M	17/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE MORAIS DA ROSA
AUTORIDADE DE TRANSITO

São José

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2557/2017

Publicação Nº 1474110

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2557/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGR7785	P01HC002DP	27/09/2017	50292	162* II	880.40
MBO6554	P02NY000XP	12/09/2017	50100	162 * I	880.40
LYS3313	P01HC002DC	26/09/2017	50100	162 * I	880.40
MBI9748	P01HC002AV	18/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGT2325	P01HE002B2	19/09/2017	50100	162 * I	880.40
QHV5921	54982392F	19/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEJ9195	P02NS0001X	24/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAE7569	P01HC0024N	22/08/2017	50100	162 * I	880.40
MJI2231	P01HE00245	22/08/2017	50100	162 * I	880.40
MIE3673	P01640005A	26/09/2017	50100	162 * I	880.40
MIH6484	P02PB0002S	11/10/2017	50100	162 * I	880.40
MDF8387	P01HC002IL	17/10/2017	50100	162 * I	880.40
MHQ6753	P01HE002MC	30/10/2017	50100	162 * I	880.40
KWP1208	P03OL0000G	27/10/2017	50450	162 * V	293.47
MGP7880	P01HC002IE	17/10/2017	50450	162 * V	293.47
MJC5037	P01HE002J0	18/10/2017	50450	162 * V	293.47
MHL6254	55792084F	02/10/2017	50450	162 * V	293.47
QHQ8553	P02PB0002M	09/10/2017	50450	162 * V	293.47
MCG4062	P01HC00245	16/08/2017	50450	162 * V	293.47
GDV0055	P015A000FZ	07/08/2017	50450	162 * V	293.47
MGO2646	P01HE002A2	15/09/2017	50450	162 * V	293.47
MGO8716	P01HC002EA	28/09/2017	50450	162 * V	293.47
MEJ9195	P02NS0001Z	24/08/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
QHF8559	P01HC0023X	16/08/2017	64080	221	130.16
MHS3502	P035U000BF	01/08/2017	64080	221	130.16
MJH8002	P035U000BK	03/08/2017	64080	221	130.16
MHF9567	P01HC002HC	11/10/2017	64080	221	130.16
LNJ4811	P0166000G0	09/08/2017	65480	229	130.16
AFD0482	P01640003Z	28/07/2017	65800	230 * IV	293.47
MFI3532	P01HE00248	22/08/2017	66020	230 * VI	293.47
BUO0493	P02NX00030	12/08/2017	66700	230 * XIII	195.23
BUO0493	P02NX00031	12/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
MMB8240	P01HE00290	12/09/2017	67000	230 * XVI	195.23
BKO0622	P0169000C9	16/09/2017	67000	230 * XVI	195.23

IRE3559	P01HC002AO	18/09/2017	67000	230	*	XVI	195.23
MFE9196	P01HC002IF	17/10/2017	67000	230	*	XVI	195.23
MJM3989	54982388F	10/09/2017	69120	232			88.38
AFD0482	P01640003Y	28/07/2017	69120	232			88.38
QHE9155	P02PB0001O	18/08/2017	69120	232			88.38
MKT1983	P01HC001X7	05/07/2017	73400	252	*	IV	130.16
QHE9155	P02PB0001M	18/08/2017	50371	162	*	III	586.94
AFD0482	P01640003X	28/07/2017	51691	165			2934.68
MGJ0254	P0169000BE	13/08/2017	51691	165			2934.68
MKT1983	P01HC001X8	05/07/2017	65992	230	*	V	293.47
QHE9155	P02PB0001N	18/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MCG4062	P01HC00244	16/08/2017	65992	230	*	V	293.47
LQR1025	55791883F	07/08/2017	65992	230	*	V	293.47
ISB4629	P01HE0024A	22/08/2017	65992	230	*	V	293.47
DCV3943	P01HE002DN	28/09/2017	65992	230	*	V	293.47
OOW7666	P01HC002C2	20/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MBI9748	P01HC002AW	18/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MHB2046	P01HE002AK	18/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MLZ6976	P01HE002AN	18/09/2017	65992	230	*	V	293.47
ECD1184	P01HE002AT	19/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MBO6554	P02NY000XO	12/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MEJ9195	P02NS0001Y	24/08/2017	65992	230	*	V	293.47
LXW8424	P02UN000CO	31/08/2017	65992	230	*	V	293.47
HPE2257	P016100078	04/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MLQ0756	P01HE0027D	05/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MAQ1105	P02PB0002F	10/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MBD2471	P01HC002II	17/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MDF8387	P01HC002IM	17/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MJC5037	P01HE002J1	18/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MIG2735	P01HC002LV	28/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MHQ6753	P01HE002MD	30/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MEP0931	P01HE002IV	18/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MCM6466	P01HC002HF	11/10/2017	65992	230	*	V	293.47
AGZ2220	P01HC002HL	11/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MFC9702	P01HE002I6	16/10/2017	65992	230	*	V	293.47
DFS8526	P01HC002IP	17/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MHD9927	P01HE002HT	12/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MCO3827	P01HE002HL	12/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MJU7397	P01HC002HV	12/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MJI1981	P01HE002GG	09/10/2017	65992	230	*	V	293.47
AKB8245	P01HC002GZ	10/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MKA4571	P01HE002G0	09/10/2017	66102	230	*	VII	195.23
AVE2009	P02NX0003M	21/08/2017	66371	230	*	IX	195.23
MFE3406	P01HE002CR	26/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MEO8992	P01HC002GV	09/10/2017	66372	230	*	IX	195.23
MJD4850	P01HC002IC	17/10/2017	66372	230	*	IX	195.23
MDF8387	P01HC002IO	17/10/2017	66372	230	*	IX	195.23
ECD1184	P01HE002AU	19/09/2017	66531	230	*	XI	195.23
MDK0735	P01HC0025C	25/08/2017	66531	230	*	XI	195.23
AVE2009	P02NX0003N	21/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
IPJ2187	P01HC0026E	29/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MAP2325	P01HE002AD	18/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MLB6581	P01HC002D9	25/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
GXQ4561	P01HE002A0	15/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MKD8264	P01HE002DR	28/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MHJ4871	55791891F	07/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MIA5105	P01HC0024F	18/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
DNN3352	P015A000FU	03/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MEF1654	55791074F	28/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MJH8002	P035U000BJ	03/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MIA5616	P01HC00204	18/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MHS0208	P035U0009R	21/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
AFD0482	P016400040	28/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

MIC9007	P01HE0021U	14/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MIJ3822	P01HE0022P	16/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
HSJ2200	P01HE0022S	16/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MCP3057	P01HC0023W	16/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MCL7599	P01HC002LA	26/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MDF8387	P01HC002IN	17/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MHQ6753	P01HE002MB	30/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
QHZ0212	P01HC002H9	10/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
DIV4316	P01HC002I3	16/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MBV5444	P01HE002II	17/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
AFD0482	P01640003W	28/07/2017	52741	175			2934.68
MAV3241	P0169000CP	01/10/2017	52741	175			2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2558/2017

Publicação Nº 1474109

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2558/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJW3406	54282337N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMB3139	54298536N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
QHF6527	54308731N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMA4195	P02PC0017K	24/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MDS2621	P02PC000XD	12/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MIR6354	P02NY000UO	21/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QHO4572	P02NY000VD	23/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
CHG1988	P02UN000FJ	14/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MKS4036	P02NY000TC	10/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QIJ2346	P02NY000U2	14/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
OKE5137	P02NY000F5	06/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MLC2394	P02PC000R7	18/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
OKG3685	P02NY000ZG	25/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47

MLQ6628	P02PC0013G	02/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MGE2603	P02UN000GV	10/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QHM3025	P02PC0015Q	13/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
NRS6187	P02PC0015A	12/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHT0041	P02PC0015N	13/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHB9129	P02UN000GJ	22/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJG8599	P02WU0000R	18/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJU1698	P02NY000YZ	20/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHW3801	P02PC0016B	16/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJG3385	P01640005K	17/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIF7599	P02NY000GZ	10/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHV2909	P02PC000Z5	17/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
JUN8524	P02WV0000R	17/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
LSI4788	P02UN000FD	14/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
OFT8363	P02UN000J3	27/10/2017	51930	168	293.47
MEG4513	P015Z0006T	10/08/2017	54600	181 * IX	130.16
MKW5451	P015Y0003B	05/08/2017	55250	181 * XV	130.16
EWE6635	P035U000E0	14/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MHG8176	P035U000DP	14/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKQ5358	P02NY0012R	17/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MLX5601	P02TR00011	14/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKW5451	P015Y0003C	05/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MMM2038	P02UN000I0	23/10/2017	55680	181 * XIX	195.23
QIF8146	P035U0007X	16/07/2017	59910	206 * I	293.47
QIH9613	P02PC000NB	12/07/2017	59910	206 * I	293.47
MHI1901	P02NY000G6	07/07/2017	59910	206 * I	293.47
MIO4283	P0166000G7	18/08/2017	61220	214 * I	293.47
AUV9388	P02WU0000O	18/08/2017	51851	167	195.23
ATJ9354	P02UN00055	04/07/2017	51851	167	195.23
MGH2850	P02PC000LO	07/07/2017	51851	167	195.23
AJY0707	P02NY000X8	11/09/2017	51851	167	195.23
QIF2941	P02NY000Y3	13/09/2017	51851	167	195.23
MJG3385	P01640005L	17/10/2017	51851	167	195.23
MHC9973	P02PC0018N	27/10/2017	51851	167	195.23
MIC6389	P03AU00017	12/10/2017	51851	167	195.23
CVM8976	P02PC00164	14/10/2017	51851	167	195.23
MIT7754	P02PC00165	14/10/2017	51851	167	195.23
MHZ8314	P02PC0016C	16/10/2017	51852	167	195.23
MMM9638	P02UN000JA	27/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
AYZ0340	P02UN000GM	10/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
LYQ8003	P01HE002IP	17/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
AIY3902	P0166000H5	14/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
LYN5431	P02UN000G3	19/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
QHO1659	P02PC0012I	26/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
KJM3805	P02PC000XJ	12/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MHE0585	P035U000C8	09/08/2017	54522	181 * VIII	195.23
ILY4273	P02UN000D3	05/09/2017	60175	206 * III	293.47
IND6560	P02NY0012U	17/10/2017	60412	207	195.23
MMC7521	P035U000FA	18/09/2017	60501	208	293.47
MIR8227	P02UO0002D	22/08/2017	60501	208	293.47
MCK1804	P0169000CB	16/09/2017	70301	244 * I	293.47
MJM3989	P016400052	10/09/2017	57970	191	2934.68
MJA9240	P02PC0011X	21/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFN7837	P02NY000ZS	27/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLP6062	P03AU0000S	10/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGJ7781	P02UN000GX	17/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHH2291	P02NY0015K	01/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKI6118	P02PC0016O	16/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
FIB9969	P02UN000H7	17/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 2057/2017

Publicação Nº 1473678

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 2057/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
NHB8999	54922241F	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXT4606	54923108F	16/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXT4606	54923109F	16/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHJ6121	54115791G	20/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGS4223	54117072G	04/10/2017	67690	230 * XXII	130.16
MEE7957	54113325G	07/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
KWA4250	54113332G	10/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
NPL9426	54115908G	03/10/2017	73580	252 * V	130.16
MEM7603	54112332G	01/10/2017	51691	165	2934.68
LXT4606	54923111F	16/09/2017	65561	230 * I	293.47
MEO5778	54110616G	24/08/2017	65992	230 * V	293.47
IDT6332	54923123F	15/10/2017	66531	230 * XI	195.23
LXT4606	54923110F	16/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 2058/2017

Publicação Nº 1473677

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE TRANSITO N.8714 2058/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MI15884	54287293N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHO3311	54292294N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MLY1167	54293332N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
KPH3403	54302236N	26/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHW0761	54304698N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AOK6576	54306166N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJS7223	54306171N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIJ4684	54307996N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIN1594	54312511N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIQ6207	54312521N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDM3204	54114807G	12/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
AGM1836	54926132F	16/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MLT0445	54109818G	27/07/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MCJ1097	54916249F	10/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QIC7675	54112998G	03/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MEW9886	54116693G	04/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
LZN0533	54117423G	06/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MGS4223	54117071G	04/10/2017	51930	168	293.47
NPL9426	54115909G	03/10/2017	52070	169	88.38
MIY1549	54115762G	29/09/2017	54600	181 * IX	130.16
MI16513	54109261G	04/10/2017	54790	181 * X	130.16
QHU2789	54114883G	14/09/2017	54870	181 * XI	195.23
LPZ7838	54111882G	31/07/2017	54870	181 * XI	195.23
MIY7810	54115818G	22/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MFR9176	54116651G	28/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MHM3350	54113425G	05/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MHB8815	54117081G	07/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LYY3594	54116374G	12/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LAU7818	54117090G	07/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MIB4461	54117089G	07/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MIY7810	54115817G	22/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MBF8733	54114810G	12/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
AZP1811	54116559G	30/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
ISD4464	54114828G	19/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MAF3236	54112198G	05/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
HTI0507	54111642G	05/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
HIM9325	54112274G	29/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MLI9221	54113302G	04/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MGL9694	55672729C	24/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKD1266	54113336G	10/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MGG9152	54113687G	04/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MIU9259	54108895G	10/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
LUY2135	54926128F	16/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16

MBE9669	54116380G	18/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MFJ8245	54116926G	06/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MHR5854	54115612G	13/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
DZY6792	54117317G	11/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
IQT0792	54113283G	04/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MBD6999	54109867G	04/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
AMC3994	54920179F	05/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
QHP2294	54112287G	29/07/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MLJ8745	54113297G	07/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
LLP9868	54917722F	16/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MGB6478	54917723F	16/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MLT0445	54111435G	14/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MHV3884	54114999G	18/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
QIS4316	54107835G	19/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
QHL4746	54111843G	10/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MLW1184	54116597G	12/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
DMB5983	54116598G	12/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
KAU6367	54117440G	12/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MLR3980	54117441G	12/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MHQ0260	54116453G	05/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
AVI9909	54113482G	03/08/2017	57200	186	*	I	195.23
MBD6166	54113486G	03/08/2017	57200	186	*	I	195.23
MIH5526	54113495G	03/08/2017	57200	186	*	I	195.23
MCG5234	54112969G	07/08/2017	57200	186	*	I	195.23
QHB7947	54112962G	07/08/2017	57200	186	*	I	195.23
HLJ5650	54112927G	07/08/2017	57200	186	*	I	195.23
MFW9188	54113481G	03/08/2017	57200	186	*	I	195.23
MEB5063	54113461G	03/08/2017	57200	186	*	I	195.23
MML9179	54113455G	03/08/2017	57200	186	*	I	195.23
MIO3057	54113454G	03/08/2017	57200	186	*	I	195.23
MEH2099	55660447C	18/08/2017	57380	186	*	II	293.47
MIB1489	54114116G	04/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MCB5822	54113522G	11/10/2017	57380	186	*	II	293.47
HGX0609	54109618G	11/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MJC9354	54117091G	07/10/2017	65300	228			195.23
MCH6581	54112826G	26/07/2017	51851	167			195.23
MGI1535	54117431G	09/10/2017	51851	167			195.23
MGA1464	54117436G	09/10/2017	51851	167			195.23
IPG4109	54113898G	04/10/2017	51851	167			195.23
MLG3724	54113811G	22/09/2017	51851	167			195.23
MGD3155	54116282G	28/09/2017	51851	167			195.23
NPL9426	54115911G	03/10/2017	52151	170			293.47
MZG6468	54116701G	27/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
LWX6414	54114327G	29/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QIJ0687	54116012G	22/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MBM8674	54115831G	25/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QHR4676	54116148G	25/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MFU1305	54114930G	20/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MJK2914	54115812G	22/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MMF3816	54114846G	22/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QHI4736	54116142G	25/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
OAS3891	54115234G	20/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
LXA9834	54114575G	03/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MJN8723	54923114F	06/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
KZR0020	54923115F	06/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MLW9969	54116799G	11/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MML3402	54117082G	07/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MLO4730	54116917G	06/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MGD8882	54111231G	29/06/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MCV2171	54113718G	11/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MBV7035	54113186G	04/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MBH5973	54113917G	16/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
INT4444	54114299G	11/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23

MJH3464	54909273F	23/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QID0926	55122290C	24/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
IFD7205	55677641C	01/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MHZ5376	54110314G	30/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MFS6541	54114743G	12/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MCW9315	54909643F	01/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
LYN5431	54114749G	13/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MFH6087	54113779G	15/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MIE6153	54113936G	17/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
LLW7464	54112743G	02/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
LXJ9866	54117482G	11/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
LYS6350	54117483G	11/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MKV7507	54117565G	18/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QIE0444	54115551G	19/09/2017	54522	181	*	VIII	195.23
MAM7323	54117280G	09/10/2017	56221	182	*	VI	88.38
MMB5427	54117291G	09/10/2017	56731	183			130.16
MGO5778	54926149F	27/09/2017	60175	206	*	III	293.47
DYD5426	54116747G	29/09/2017	60412	207			195.23
MIO1017	54116785G	06/10/2017	60501	208			293.47
OXE7485	54110626G	04/10/2017	60681	209			195.23
MAU9395	54108289G	09/06/2017	52582	174			2934.68
IRS1341	54922231F	12/08/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MGQ6433	54111467G	18/08/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MML8244	54113791G	16/08/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MBY0250	54114149G	11/09/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
KA00320	54114741G	12/09/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MCW9315	54909642F	01/09/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MIR3606	54115146G	21/09/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
LQN4050	54116915G	06/10/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
AIU1002	54116933G	10/10/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MDE6843	54116778G	05/10/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QII6498	54116779G	05/10/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MDJ2942	54116904G	05/10/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QHT5582	54117560G	11/10/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFS3585	54111471G	14/10/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MCY4468	54116971G	18/10/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
EZF9680	54117426G	09/10/2017	55413	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MGM5847	54116451G	29/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFB9160	54115077G	18/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MIX3734	54114321G	22/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFL7797	54116029G	26/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QIR0521	54115758G	29/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
ITZ3913	54116864G	29/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
OJD6546	54114250G	13/09/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
CDV6264	54923431F	29/08/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MIW9376	54113781G	15/08/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MHA6606	54113408G	11/08/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MCB6564	54920975F	15/08/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLT0445	54111437G	14/08/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MDS4116	54113794G	17/08/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QHR7279	54917717F	16/08/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QIW1377	54116943G	11/10/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
HJB8218	54113934G	16/08/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MCQ7272	54113223G	03/08/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJZ5269	54112723G	21/08/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MAL8014	54909277F	23/08/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
CXT9498	55661839C	28/08/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
IOK0362	55669732C	29/08/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MIR3606	54114209G	05/09/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MIU7160	54112935G	12/09/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
NGA7445	54114866G	13/09/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MIF1196	54117254G	02/10/2017	55417	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QHR3093	54114333G	04/10/2017	73662	252*	VI		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2551/2017

Publicação Nº 1474114

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8023 2551/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ILM6014	P01HC002RA	29/11/2017	50292	162* II
MCE2220	P01HE002S8	30/11/2017	50100	162 * I
MCV3068	P01HC002QG	27/11/2017	50100	162 * I
MKK4694	P01HE002SX	01/12/2017	50100	162 * I
MHU0673	P01HC002SA	04/12/2017	50100	162 * I
MFO2448	P01HE002TK	05/12/2017	50100	162 * I
ATN6407	P01HC002MJ	31/10/2017	50100	162 * I
LYZ4182	P0166000HJ	03/11/2017	50100	162 * I
MFA4668	55789568F	07/11/2017	50100	162 * I
MCI7465	P01HC002TC	06/12/2017	50100	162 * I
MIO4160	P02NS0003I	08/12/2017	50100	162 * I
ANC4751	P01HE002UL	08/12/2017	50100	162 * I
MHH5604	P01HC002T6	06/12/2017	50450	162 * V
MES9630	P03AU00037	13/11/2017	50450	162 * V
MCC1166	P01HE002N6	01/11/2017	50450	162 * V
QHR9587	P01HC002ML	31/10/2017	50450	162 * V
CLF1599	P01HC002S7	04/12/2017	50450	162 * V
MGQ9162	55949492E	20/11/2017	50450	162 * V
MGX1556	55791531F	23/11/2017	50450	162 * V
MF7718	P01HE002TI	04/12/2017	64080	221
MCD9035	P01HC002N4	03/11/2017	64080	221
MML5351	P04130002F	07/12/2017	64080	221
MBA7845	P01HE002MP	31/10/2017	66290	230 * VIII

MHC2007	P01HE002TV	05/12/2017	73400	252	*	IV
MDV9373	P01HC002TF	07/12/2017	65561	230	*	I
DET7445	P01HC002OB	09/11/2017	65561	230	*	I
MJD6553	P015L0004A	02/12/2017	65561	230	*	I
NJI1994	P01HE002R3	27/11/2017	65561	230	*	I
MKN3577	P01HC002RH	30/11/2017	65564	230	*	I
IJX8615	P01HE002RZ	29/11/2017	65992	230	*	V
CLF1599	P01HC002S6	04/12/2017	65992	230	*	V
MIO0193	P01HE002SQ	01/12/2017	65992	230	*	V
MFO2448	P01HE002TL	05/12/2017	65992	230	*	V
LZN4559	P01HE002TN	05/12/2017	65992	230	*	V
MCV3068	P01HC002QH	27/11/2017	65992	230	*	V
MGX1556	55791530F	23/11/2017	65992	230	*	V
MKN3577	P01HC002RI	30/11/2017	65992	230	*	V
MCE2220	P01HE002S9	30/11/2017	65992	230	*	V
ILM6014	P01HC002RB	29/11/2017	65992	230	*	V
AAC7968	P01HE002S7	30/11/2017	65992	230	*	V
KYD1128	P01HE002OI	07/11/2017	65992	230	*	V
MFP3568	P01HE002OC	06/11/2017	65992	230	*	V
MFD6871	P01HE002OD	06/11/2017	65992	230	*	V
OBY3238	55949488E	20/11/2017	65992	230	*	V
MKJ8138	55785424F	08/11/2017	65992	230	*	V
MEY7828	P01HE002P4	09/11/2017	65992	230	*	V
MHH5148	P02PC001CA	11/11/2017	65992	230	*	V
LWU9877	P01640005S	31/10/2017	65992	230	*	V
LYZ4182	P0166000HK	03/11/2017	65992	230	*	V
JFH4052	P01HE002ND	01/11/2017	65992	230	*	V
MIU1438	P01HE002N8	01/11/2017	65992	230	*	V
MFP4692	P01HE002NQ	03/11/2017	65992	230	*	V
AGO4840	P035U000FN	03/11/2017	65992	230	*	V
CML2035	P0169000DG	04/11/2017	65992	230	*	V
MLD2758	P01HC002SV	05/12/2017	65992	230	*	V
MJZ6679	P01HE002U3	06/12/2017	65992	230	*	V
QHE6115	P01HC002TB	06/12/2017	65992	230	*	V
ANC4751	P01HE002UM	08/12/2017	65992	230	*	V
JPF6926	P01HE002UQ	08/12/2017	65992	230	*	V
IAS5859	55783049F	04/12/2017	65992	230	*	V
IAS5859	55783050F	04/12/2017	66102	230	*	VII
MHC2007	P01HE002TT	05/12/2017	66372	230	*	IX
MDE5978	P01HE002SF	30/11/2017	66372	230	*	IX
QIB6602	P01HE002SG	30/11/2017	66531	230	*	XI
MEY9067	P02NR0004P	05/12/2017	66531	230	*	XI
MCD9035	P01HC002N5	03/11/2017	66531	230	*	XI
MML5351	P04130002E	07/12/2017	66531	230	*	XI
MFN9954	P02PC001C6	11/11/2017	66532	230	*	XI
CLR0157	P01HE002P9	10/11/2017	67261	230	*	XVIII
MFP4692	P01HE002NP	03/11/2017	67261	230	*	XVIII
DET7445	P01HC002OD	09/11/2017	67261	230	*	XVIII
MHQ3949	P03OL0000N	05/11/2017	67261	230	*	XVIII
MET6695	P01HE002MN	31/10/2017	67261	230	*	XVIII
LYV9022	P01HE002MO	31/10/2017	67261	230	*	XVIII
MFK0634	P01HE002MQ	31/10/2017	67261	230	*	XVIII
MEM3409	P01HE002MJ	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
MGS0733	P04130001R	05/12/2017	67261	230	*	XVIII
MIO1361	P02NR0004O	05/12/2017	67261	230	*	XVIII
MIZ9499	P01HC002SE	04/12/2017	67261	230	*	XVIII
MHI3101	P01HC002RG	30/11/2017	67261	230	*	XVIII
MDE5978	P01HE002SE	30/11/2017	67261	230	*	XVIII
MKP3317	P01HC002R4	29/11/2017	67261	230	*	XVIII
MHA4697	55791523F	23/11/2017	67261	230	*	XVIII
MHR6788	P01HE002UB	07/12/2017	67261	230	*	XVIII
MHC2007	P01HE002TU	05/12/2017	67261	230	*	XVIII
MGZ1413	P01HC002T5	05/12/2017	67261	230	*	XVIII

MHH5604	P01HC002T7	06/12/2017	67261	230	*	XVIII
MJS4738	P04130002B	07/12/2017	67261	230	*	XVIII
OKG6980	P0166000I1	29/11/2017	52741	175		
MIA0221	P01610008O	29/10/2017	52741	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2552/2017

Publicação Nº 1474113

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2552/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

QHO1659	54314393N	31/10/2017	50020	257 ã 8\$
QHX4819	54315390N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MHE0585	54315391N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
OFT8363	54325638N	04/12/2017	50020	257 ã 8\$
MLW7561	54327332N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MKA9925	54327333N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MKO5530	P0166000HH	29/10/2017	76251	ART 181, XX
QHY0515	P03AU0002S	08/11/2017	76252	ART 181, XX
HEU3505	P02PC001FM	24/11/2017	76252	ART 181, XX
BAD6881	P02UN000OE	01/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MIB1302	P02UN000KG	07/11/2017	76331	ART 252, UNICO
OPU0396	P02PC001B2	03/11/2017	76331	ART 252, UNICO
IPI7384	P02PC001J6	07/12/2017	76331	ART 252, UNICO
MDA0246	P02PC001J8	07/12/2017	76332	ART 252, UNICO
KLQ6352	P02PC001JJ	08/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MHP8905	P02PC001JK	08/12/2017	76332	ART 252, UNICO
QHL4172	P02PC001JV	08/12/2017	76332	ART 252, UNICO
QIW3807	P02PC001IS	06/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MKU3812	P02UN000JZ	03/11/2017	76332	ART 252, UNICO

MHM1937	P02PC001A6	01/11/2017	76332	ART 252, UNICO
QIQ0521	P02WT0003K	31/10/2017	76332	ART 252, UNICO
ITN9064	P02PC00194	30/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QIS2225	P02NY0015F	01/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MEP2857	P02PC0018V	27/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MEZ5677	P02UN000H8	17/10/2017	76332	ART 252, UNICO
CSB4222	P02PC0017R	25/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MEO7863	P02UN000OI	01/12/2017	76332	ART 252, UNICO
DIV4316	P03AU0003J	02/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MKC0021	P02UN000LP	08/11/2017	76332	ART 252, UNICO
QHB7567	P02UN000NU	30/11/2017	76332	ART 252, UNICO
AYL2947	P02NY001BB	30/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MGT6769	P02NY001BQ	01/12/2017	76332	ART 252, UNICO
LZZ4099	P02UN000OA	01/12/2017	51930	168
MEE4774	P03OL0000L	01/11/2017	54600	181 * IX
LYQ6989	P01610009B	05/11/2017	55250	181 * XV
AGO4840	P035U000FL	03/11/2017	55500	181 * XVIII
KEI3852	P02NY001BX	01/12/2017	55500	181 * XVIII
MGJ3411	P02PC001BQ	09/11/2017	55500	181 * XVIII
MKK0644	P02UN000I2	23/10/2017	55680	181 * XIX
MIA0221	P01610008P	29/10/2017	58350	195
MIE1035	P01HE002ON	07/11/2017	58350	195
CFM6031	P02NY001CV	05/12/2017	59910	206 * I
MAO2294	P02PC001JU	08/12/2017	61220	214 * I
MKS9584	P04130001Y	05/12/2017	64910	227 * II
ACB9282	P01610008U	04/11/2017	65300	228
MGU5672	P016700022	01/11/2017	51851	167
MHJ8413	P02PC001A9	02/11/2017	51851	167
MJT1955	P02PC001AD	03/11/2017	51851	167
MIZ0974	P02PC001AG	03/11/2017	51851	167
MIB4721	P02PC001AN	03/11/2017	51851	167
MTR9339	P02PC0018R	27/10/2017	51851	167
JGQ4353	P02UO00037	31/10/2017	51851	167
CFM6031	P02NY001CW	05/12/2017	51851	167
MCB8941	P02NY001CN	05/12/2017	51851	167
AUI6803	P02NY001BM	01/12/2017	51851	167
MGT6769	P02NY001BP	01/12/2017	51851	167
MBV4932	P01640005V	06/11/2017	54281	181 * V
MHI6102	P02NY0016H	06/11/2017	54521	181 * VIII
MAK9054	P0166000I8	30/11/2017	54521	181 * VIII
HJE5824	P02UN000O7	01/12/2017	54521	181 * VIII
MCR7673	P03OL0000Z	03/12/2017	54521	181 * VIII
MFZ4480	P02NY001CI	04/12/2017	54521	181 * VIII
MHQ2652	P02PC001KZ	09/12/2017	54521	181 * VIII
AIA3523	P02PC001K1	08/12/2017	54521	181 * VIII
MBK6606	P01640006I	01/12/2017	60171	206 * III
AVA8427	P02UN000J0	27/10/2017	60175	206 * III
FRJ7885	P03AU0002H	30/10/2017	60502	208
MCS7426	P01670001Z	01/11/2017	57970	191
OKG6980	P0166000I2	29/11/2017	57970	191
MGZ1413	P01HC002T4	05/12/2017	59670	203 * V
MIO7245	P035U000FI	03/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
NVI5293	P02PC001AP	03/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MEY7114	P02UN000LF	08/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
IOO5185	P02UN000LL	08/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
PVB1118	P02PC001A3	01/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MKO8189	P03AU0003T	07/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
AMJ5361	P03AU0003U	07/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MGG4988	P02UN000OQ	04/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MIW9497	P02UN000OG	01/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MKE5329	P02NY0017C	09/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
HWW0044	P02NY001BK	01/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
AUI6803	P02NY001BL	01/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

MHW8811	P02PC001IN	06/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MLX5902	P02NY0015C	01/11/2017	73662	252*VI
MTR9339	P02PC0017O	25/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2555/2017

Publicação Nº 1474112

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2555/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MWH1918	P01610009Q	10/12/2017	50292	162* II
FTC6140	P02NX00074	08/12/2017	50100	162 * I
HZU2675	P01HC002TP	08/12/2017	50100	162 * I
LYI7430	P01HC002Q0	24/11/2017	50100	162 * I
MII8655	P02NX0006Y	06/12/2017	50100	162 * I
MFZ5609	P02NX00071	06/12/2017	50100	162 * I
MEH2979	P02NS0002T	14/11/2017	50100	162 * I
MAB1875	P01HC002P3	14/11/2017	50100	162 * I
LYL3180	P01HC002P6	14/11/2017	50100	162 * I
LYI8843	P01HE002NU	03/11/2017	50100	162 * I
MDZ8121	P01HE002O6	06/11/2017	50100	162 * I
MJX1533	P01HE002OQ	07/11/2017	50100	162 * I
EDC4745	P0166000HO	10/11/2017	50100	162 * I
MBH5542	P01HC002OQ	10/11/2017	50100	162 * I
QHU4491	P01HE002PI	11/11/2017	50100	162 * I
LXI3758	P02NS0002R	14/11/2017	50100	162 * I
MGM6629	P03OL0001D	10/12/2017	50100	162 * I
MJQ7809	P01HC002UN	12/12/2017	50100	162 * I
MGN1717	P01HC002UR	12/12/2017	50450	162 * V
ABP1400	P01HC002UA	11/12/2017	50450	162 * V

MHR2849	P01HC002UJ	12/12/2017	50450	162	*	V
NZW5988	P01HE002NZ	06/11/2017	50450	162	*	V
MFI0758	P01HC002LI	27/10/2017	50450	162	*	V
MIK7353	P01HC002M6	30/10/2017	50450	162	*	V
MJS0442	P04130002C	07/12/2017	50450	162	*	V
HZU2675	P01HC002TR	08/12/2017	50610	163	c/c	162 * I
LYP2662	P01HE002UI	08/12/2017	64080	221		
MLG3724	P035U000G3	13/11/2017	64080	221		
MJO9982	P01HE002Q3	14/11/2017	64080	221		
MJQ7809	P01HC002UO	12/12/2017	66020	230	*	VI
LXX7178	P03OL0001R	15/12/2017	67000	230	*	XVI
IFN4996	P01HC002NF	06/11/2017	67000	230	*	XVI
QHB0254	P04130002J	13/12/2017	69120	232		
MMK6531	P01HE002VH	12/12/2017	65561	230	*	I
MGU4469	P01HC002UD	11/12/2017	65561	230	*	I
AGS1796	55789572F	16/11/2017	65561	230	*	I
LYI7430	P01HC002PZ	24/11/2017	65561	230	*	I
MLW0245	55788026F	14/11/2017	65564	230	*	I
MBY5941	55785433F	13/11/2017	65992	230	*	V
LZG7218	55785432F	09/11/2017	65992	230	*	V
MAV4914	55789564F	31/10/2017	65992	230	*	V
MFA7768	55785422F	08/11/2017	65992	230	*	V
MGM6629	P03OL0001B	10/12/2017	65992	230	*	V
EXF4382	55788018F	14/11/2017	65992	230	*	V
AFW6199	P01HE002U2	06/12/2017	65992	230	*	V
ANP9412	P01HC002NJ	06/11/2017	65992	230	*	V
MDZ8121	P01HE002O7	06/11/2017	65992	230	*	V
AJW9776	P01HC002MV	01/11/2017	65992	230	*	V
MDU3868	P01HC002NS	06/11/2017	65992	230	*	V
MFP8427	P01HE002LV	27/10/2017	65992	230	*	V
MAR3165	P035U000FF	03/11/2017	65992	230	*	V
MBH5542	P01HC002OR	10/11/2017	65992	230	*	V
MJX1533	P01HE002OR	07/11/2017	65992	230	*	V
MKS3327	P01HC002NV	07/11/2017	65992	230	*	V
MDM5208	P01HE002OM	07/11/2017	65992	230	*	V
LYQ8827	55788025F	14/11/2017	65992	230	*	V
MGN1717	P01HC002US	12/12/2017	65992	230	*	V
MFU0219	P01HE002VG	12/12/2017	65992	230	*	V
IMP9763	P01HE002VL	12/12/2017	66102	230	*	VII
JBL1301	P01HC002OL	10/11/2017	66102	230	*	VII
LYL3180	P01HC002P5	14/11/2017	66102	230	*	VII
IFN4996	P01HC002NE	06/11/2017	66102	230	*	VII
MDZ5298	P02NR0004D	17/11/2017	66371	230	*	IX
MCP2254	P04130002K	13/12/2017	66371	230	*	IX
MDU9998	P01HC002UK	12/12/2017	66372	230	*	IX
MGK0941	P01HC002PB	15/11/2017	66372	230	*	IX
MJP8154	P0169000DL	10/11/2017	66372	230	*	IX
EJQ2492	P01HE002PF	10/11/2017	66531	230	*	XI
MHL2865	P01HE002UP	08/12/2017	66531	230	*	XI
HZU2675	P01HC002TQ	08/12/2017	67261	230	*	XVIII
EXF4382	55788019F	14/11/2017	67261	230	*	XVIII
MJI3109	P01HC002TK	07/12/2017	67261	230	*	XVIII
MFV0488	P041300026	07/12/2017	67261	230	*	XVIII
QHW2051	55788034F	14/11/2017	67261	230	*	XVIII
LYI0011	P01HE002PX	14/11/2017	67261	230	*	XVIII
MDX0218	55785418F	08/11/2017	67261	230	*	XVIII
MMK7824	55785434F	13/11/2017	67261	230	*	XVIII
MJK9409	P01HE002P0	09/11/2017	67261	230	*	XVIII
MJU5620	P01HE002PL	13/11/2017	67261	230	*	XVIII
LXI3758	P02NS0002S	14/11/2017	67261	230	*	XVIII
MED0614	P01HC002N1	03/11/2017	67261	230	*	XVIII
MJX5610	P01HC002NP	06/11/2017	67261	230	*	XVIII
LYI8843	P01HE002NV	03/11/2017	67261	230	*	XVIII

MLW0883	P01HE002M6	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
MIK7353	P01HC002M7	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
MFN0470	P01HE002MX	31/10/2017	67261	230	*	XVIII
NZW5988	P01HE002O0	06/11/2017	67261	230	*	XVIII
MKL1755	P01HE002OP	07/11/2017	67261	230	*	XVIII
MCX0767	P01HE002V6	11/12/2017	67261	230	*	XVIII
ABP1400	P01HC002U9	11/12/2017	67261	230	*	XVIII
MHA3137	P03OL0001N	15/12/2017	67261	230	*	XVIII
MEW3457	P01HE002VI	12/12/2017	67261	230	*	XVIII
MGP8062	P01HE002VV	15/12/2017	67261	230	*	XVIII
MHN3417	P01610009C	07/11/2017	52741	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2556/2017

Publicação Nº 1474111

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2556/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEG4513	54315389N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLX3549	54327331N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
OQE0853	54327334N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHR9045	54328931N	14/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
LPO2128	P02PC001L5	11/12/2017	76251	ART 181, XX
MBG9253	55783039F	30/11/2017	76251	ART 181, XX
ACS3337	P02PC001C8	11/11/2017	76251	ART 181, XX
IJT4797	P03AU0002R	08/11/2017	76251	ART 181, XX
MLN2376	P02PC0019D	30/10/2017	76251	ART 181, XX
MSM6524	P02PC001KM	08/12/2017	76252	ART 181, XX
MGV6614	P02PC001KX	08/12/2017	76252	ART 181, XX
MIQ8167	P02NY001FO	14/12/2017	76331	ART 252, UNICO

DUL1998	P02UN000JQ	01/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MHK7294	P02UN000L1	08/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MEB8921	P02UN000L4	08/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MJQ7626	P02UN000LD	08/11/2017	76331	ART 252, UNICO
QIQ2684	P02UN000LM	08/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MHX3639	P02UN000KQ	07/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MKW2293	P02NY0016X	08/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MJH8237	P02NY0016W	08/11/2017	76332	ART 252, UNICO
LYT4443	P02NY00170	09/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MIE6153	P02NY00172	09/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MKS0645	P02NY00178	09/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MJB4404	P02PC001CQ	14/11/2017	76332	ART 252, UNICO
QHI7565	P02PC001DT	20/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MHC1936	P02NY0016M	07/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MJF5477	P02PC00199	30/10/2017	76332	ART 252, UNICO
APS6920	P02UN000KB	07/11/2017	76332	ART 252, UNICO
QIM0069	P02NY0015U	06/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MLQ1743	P02NY0015X	06/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MJV3974	P02NY00165	06/11/2017	76332	ART 252, UNICO
PWO8327	P02PC0018S	27/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MLU3263	P02UN000IM	26/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MCB5407	P03AU0004O	14/12/2017	76332	ART 252, UNICO
QIK6976	P02PC001LI	15/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MKU6334	P02PC001L2	11/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MKE9074	P02PC001JB	07/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MIO8280	P02UN000J9	27/10/2017	51930	168
MBP7984	P0169000E4	09/12/2017	52070	169
MAR3165	P035U000FE	03/11/2017	54600	181 * IX
MFP9188	P0166000HQ	11/11/2017	54600	181 * IX
DRO6955	P02PC001KP	08/12/2017	54870	181 * XI
MGS2891	P02PC001CD	11/11/2017	55250	181 * XV
MCW4587	P04130002M	13/12/2017	55500	181 * XVIII
MHA3137	P03OL0001M	15/12/2017	55500	181 * XVIII
LXX7178	P03OL0001P	15/12/2017	55500	181 * XVIII
MIX4557	P04130002O	13/12/2017	55680	181 * XIX
MIO6186	P02PC001KJ	08/12/2017	55680	181 * XIX
MHJ0957	P02NY001DD	07/12/2017	55680	181 * XIX
MJP7966	P03OL0000O	09/11/2017	57200	186 * I
MJT4302	P02NY0017K	12/11/2017	57380	186 * II
MIM9736	P02UN000LH	08/11/2017	57380	186 * II
MFL9953	P02UN000J5	27/10/2017	59910	206 * I
PZO8145	P02NY001DK	08/12/2017	59910	206 * I
PZO8145	P02NY001DS	08/12/2017	59910	206 * I
MFI7168	P02UN000J6	27/10/2017	61220	214 * I
MDC9320	P02UN000KZ	08/11/2017	61300	214 * II
MBF5735	P03OL0001E	11/12/2017	65300	228
MIJ1416	P02NY001ED	12/12/2017	51851	167
LZY3049	P02NY001EY	13/12/2017	51851	167
MFA2433	P02NY001G1	15/12/2017	51851	167
MGE1985	P02NY001G6	15/12/2017	51851	167
CRE2754	P02NX0006P	22/11/2017	51851	167
MIJ1797	P02PC001AC	03/11/2017	51851	167
MBG3756	P02PC0019J	31/10/2017	51851	167
CYA8668	P02UO00038	01/11/2017	51851	167
MKI5618	P02PC001B5	06/11/2017	51851	167
QHF9025	P02PC001B8	06/11/2017	51851	167
EBB5096	P02UN000LB	08/11/2017	51852	167
MJP8154	P0169000DK	10/11/2017	52152	170
KHI1722	P0166000HP	11/11/2017	54521	181 * VIII
OKE1130	P02NY0017Q	13/11/2017	54521	181 * VIII
LXX9308	P02PC001D4	16/11/2017	54521	181 * VIII
MIX4041	P02UN000M2	14/11/2017	54521	181 * VIII
FNT4308	P02UN000M3	14/11/2017	54521	181 * VIII

ILE5270	P03OL0001W	16/12/2017	54521	181	*	VIII
MIY5914	P02NY001G9	15/12/2017	54521	181	*	VIII
MCO4073	P03OL0001C	11/12/2017	54521	181	*	VIII
MFO1977	P02PC001K0	08/12/2017	54521	181	*	VIII
MJE1094	P02UN0000X	12/12/2017	54522	181	*	VIII
QHE6235	P02NY0016V	08/11/2017	56221	182	*	VI
MEO4773	P016400069	12/11/2017	58191	193		
MHA8606	P02UN000IQ	26/10/2017	60175	206	*	III
QIE2644	P03AU0002P	06/11/2017	60412	207		
MUB6162	P02NY0017Z	17/11/2017	60412	207		
MIU2873	P04130002H	11/12/2017	60412	207		
CRE2754	P02NX0006Q	22/11/2017	68231	231	*	IV
MEP3908	P02TR0001B	10/12/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146
DZY6792	P02NY001E7	12/12/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146
MJV3269	P02UN000P1	13/12/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146
MCP5123	P02UN000MJ	27/11/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146
ILM6014	P02PC001IP	06/12/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146
QHJ3285	P02PC001DF	16/11/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146
MLZ8978	P02PC001IW	06/12/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146
MKC3976	P03AU00035	13/11/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146
MGZ6749	P03AU00032	10/11/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146
MJF5171	P03AU00030	09/11/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146
MIF1361	P03AU0002I	31/10/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146
LYC4228	P03AU0002M	06/11/2017	55414	181*	XVII	c/ Lei13146
MCR1077	P0000000KT	07/11/2017	73662	252*	VI	
HHI4654	P02PC001BM	08/11/2017	73662	252*	VI	
IOE3024	P02NY0017R	13/11/2017	73662	252*	VI	
MLW8590	P02NY001DE	07/12/2017	73662	252*	VI	
MGG4999	P02NY001EX	13/12/2017	73662	252*	VI	
LKY8138	P03AU00044	11/12/2017	73662	252*	VI	
QHY8380	P02NY001DY	11/12/2017	73662	252*	VI	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 2055/2017

Publicação Nº 1473680

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 2055/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXQ3472	54116340G	06/12/2017	50100	162 * I
MCQ3309	54118563G	03/11/2017	50450	162 * V
MAK0143	54914476F	23/11/2017	50450	162 * V
MCQ3309	54118585G	03/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
MHH5604	54119776G	06/12/2017	67690	230 * XXII
JFJ2712	54119764G	03/12/2017	67690	230 * XXII
MCK6112	54120364G	13/12/2017	65992	230 * V
MBD6173	54119895G	12/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 2056/2017

Publicação Nº 1473679

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 2056/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EHO2019	54315730N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIP2191	54315737N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHO3751	54315740N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHV1442	54316499N	07/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
PSN5554	54317057N	09/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIS7245	54327242N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJS5373	54327243N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$

GWQ6036	54328838N	14/12/2017	50020	257	õ 8\$
MIX8744	54329128N	15/12/2017	50020	257	õ 8\$
MIX8744	54329129N	15/12/2017	50020	257	õ 8\$
QHZ1122	54119876G	11/12/2017	76252	ART	181, XX
MIC9418	54118340G	07/11/2017	76252	ART	181, XX
PVA8841	54115156G	06/11/2017	76331	ART	252, UNICO
MJP9766	54119665G	29/11/2017	76331	ART	252, UNICO
MKS5248	54114522G	08/12/2017	76332	ART	252, UNICO
MHU3124	54113822G	13/12/2017	76332	ART	252, UNICO
MLH8322	54116465G	07/12/2017	54600	181 *	IX
MDZ2346	54114356G	07/12/2017	54600	181 *	IX
OMY7542	54117218G	08/11/2017	54600	181 *	IX
MJT3098	54117214G	27/10/2017	54600	181 *	IX
DFR1203	54119286G	05/12/2017	54870	181 *	XI
MFO0791	54925088F	24/10/2017	55090	181 *	XIII
AYA9423	54120258G	11/12/2017	55090	181 *	XIII
MIT6231	54120253G	11/12/2017	55090	181 *	XIII
ARR7568	54116345G	09/12/2017	55250	181 *	XV
MLD3073	54119768G	06/12/2017	55500	181 *	XVIII
MCF3157	54119875G	11/12/2017	55500	181 *	XVIII
MKY8790	54109567G	12/12/2017	55500	181 *	XVIII
HGV3616	54115158G	09/11/2017	55500	181 *	XVIII
LWW6416	54114038G	02/11/2017	55500	181 *	XVIII
QHH1786	54118458G	07/11/2017	55500	181 *	XVIII
MGR0396	54117521G	08/11/2017	55500	181 *	XVIII
MAU6685	54114044G	12/11/2017	55500	181 *	XVIII
MGL4313	54110641G	04/12/2017	55500	181 *	XVIII
CBY4812	54119601G	26/11/2017	55500	181 *	XVIII
QIJ2230	54119491G	08/12/2017	55680	181 *	XIX
QHU4491	54116328G	09/11/2017	55680	181 *	XIX
MII6509	54117362G	25/10/2017	55680	181 *	XIX
MGU5114	54118104G	31/10/2017	55680	181 *	XIX
MMM4583	54119133G	05/12/2017	55680	181 *	XIX
MEQ2376	54120063G	07/12/2017	55680	181 *	XIX
LXQ3472	54115165G	06/12/2017	57380	186 *	II
MLG5006	54120054G	07/12/2017	57380	186 *	II
MLD8131	54119680G	05/12/2017	57380	186 *	II
IRD4122	54117814G	09/11/2017	61220	214 *	I
MHF2250	54117815G	09/11/2017	51851	167	
QIL5929	54119684G	11/12/2017	51851	167	
MMM4583	54119685G	11/12/2017	51851	167	
DLF8656	54119763G	03/12/2017	54521	181 *	VIII
MGC7008	54118468G	12/12/2017	54521	181 *	VIII
MHY9639	54120066G	07/12/2017	54521	181 *	VIII
OKH4607	54119971G	07/12/2017	54521	181 *	VIII
ATB6330	54119969G	07/12/2017	54521	181 *	VIII
AZD9791	54116341G	06/12/2017	54521	181 *	VIII
QIP9622	54116343G	06/12/2017	54521	181 *	VIII
CYB3086	54120259G	11/12/2017	54521	181 *	VIII
MCX7823	54120289G	13/12/2017	54521	181 *	VIII
ELQ8123	54119455G	04/12/2017	54521	181 *	VIII
MIR2243	54120251G	11/12/2017	54521	181 *	VIII
MGR0396	54118013G	08/11/2017	54521	181 *	VIII
ATF7797	54114601G	23/10/2017	54521	181 *	VIII
MJF1393	54913800F	09/11/2017	54521	181 *	VIII
MGD5545	54117526G	11/11/2017	54521	181 *	VIII
BPF4109	54117531G	11/11/2017	54521	181 *	VIII
QHR7365	54117530G	11/11/2017	54521	181 *	VIII
MFM9202	54114480G	04/11/2017	54521	181 *	VIII
LBR0844	54115861G	28/10/2017	54521	181 *	VIII
MHI3649	54118451G	31/10/2017	54521	181 *	VIII
LTL1230	54117829G	06/12/2017	54521	181 *	VIII
LXJ2892	54119565G	24/11/2017	54521	181 *	VIII

MIH3343	54119450G	04/12/2017	54521	181	*	VIII	
QIB4274	54119119G	30/11/2017	54521	181	*	VIII	
MHQ0086	54118155G	10/11/2017	54521	181	*	VIII	
MCZ8625	54119262G	01/12/2017	54521	181	*	VIII	
MGP7704	54119268G	01/12/2017	54521	181	*	VIII	
MHS1800	54119267G	01/12/2017	54521	181	*	VIII	
MJA8394	54119472G	06/12/2017	54521	181	*	VIII	
MKX6496	54119468G	05/12/2017	54521	181	*	VIII	
MJI6756	54119129G	05/12/2017	54521	181	*	VIII	
MFU4041	54117706G	25/10/2017	54522	181	*	VIII	
MBD6173	54119894G	12/12/2017	54522	181	*	VIII	
DXT7061	54118467G	12/12/2017	54522	181	*	VIII	
MDB9643	54117360G	25/10/2017	56221	182	*	VI	
OKH5608	54120058G	07/12/2017	56731	183			
MCS9983	54119144G	06/12/2017	56731	183			
MLK8202	54118581G	04/11/2017	57704	189			
MHE1522	54118160G	10/11/2017	58195	193			
MAE1378	54119963G	07/12/2017	58196	193			
MFG3600	54114488G	10/12/2017	58196	193			
MCK6112	54120363G	13/12/2017	58433	196			
MLP7002	54117714G	06/11/2017	60501	208			
MLL7264	54118710G	08/12/2017	60681	209			
MML9371	54118709G	08/12/2017	60681	209			
AWT4384	54119962G	07/12/2017	55411	181*	XVII	c/	Lei13146
DKA4299	54119958G	07/12/2017	55411	181*	XVII	c/	Lei13146
MEY8376	54119968G	07/12/2017	55411	181*	XVII	c/	Lei13146
QHZ1236	54118126G	07/11/2017	55411	181*	XVII	c/	Lei13146
MFE3276	54115632G	09/11/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
MMM9526	54118041G	29/11/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
MLQ0631	54118044G	05/12/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
DYE5552	54119467G	05/12/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
MDT9821	54119458G	05/12/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
COE1223	54117358G	20/10/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
MGJ1476	54117514G	27/10/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
AST2413	54118317G	01/11/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
MLJ7792	54117585G	07/11/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
MJG3052	54117584G	07/11/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
EPJ5030	54117717G	09/11/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
MGQ0317	54120256G	11/12/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
FUO2238	54120053G	07/12/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
MHH4606	54120073G	08/12/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
MJW4281	54117908G	07/12/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
MCK7383	54119808G	12/12/2017	55414	181*	XVII	c/	Lei13146
OPM3679	54119497G	11/12/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
DHS6225	54120068G	08/12/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
ATY4297	54120070G	08/12/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
BRH5526	54120071G	08/12/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
MIR3606	54120061G	07/12/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
QDS9832	54120057G	07/12/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
MKQ3335	54119132G	05/12/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
MFQ1666	54117364G	25/10/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
KZO1461	54119489G	08/12/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
MJP9342	54119150G	06/12/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
EMC8327	54119097G	29/11/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
EMC8327	54118377G	13/11/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
EMC8327	54119064G	24/11/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
EMC8327	54119035G	22/11/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
EMC8327	54119010G	20/11/2017	55417	181*	XVII	c/	Lei13146
MHB9742	54117808G	28/10/2017	73662	252*	VI		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

São José do CEDRO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8486 981/2017

Publicação Nº 1473725

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8486 981/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BGV1727	P03KU0000L	02/09/2017	75790	165 A	2934.68
BGV1727	P03KU0000J	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
BGV1727	P03KU0000K	02/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCB8732	P02MU0008S	02/10/2017	54600	181 * IX	130.16
MLA5370	P02MU0008X	02/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MGH4498	P02MU0006A	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEJ3015	P02MU0007Y	24/09/2017	65992	230 * V	293.47
BGV1727	P03KU0000I	02/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE DO CEDRO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 980/2017

Publicação Nº 1473726

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8486 980/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IFO1213	P02MU000C3	17/11/2017	76251	ART 181, XX
MDU5281	P02MU000BC	05/11/2017	65300	228
DEA3718	P02MU000C7	18/11/2017	51851	167
MFD0118	P02MU000CY	11/12/2017	51851	167
MCX7447	P02MU000BX	13/11/2017	51851	167
MFA2015	P02MU000CC	18/11/2017	56144	182 * V
GCB2759	P02MU000BT	12/11/2017	56144	182 * V
QIN0568	P02MU000D5	15/12/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE DO CEDRO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

SÃO LOURENÇO DO OESTE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1649/2017

Publicação Nº 1473984

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8116 1649/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEZ2276	P010U000R6	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGJ5596	P02SY0000K	03/09/2017	65480	229	130.16
LXJ2359	P010V000L1	22/08/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1650/2017

Publicação Nº 1473983

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO DO OESTE - 283330

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1650/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AWJ9942	P02SY0001S	17/10/2017	52070	169	88.38
AUY8103	P010U000TH	17/10/2017	54600	181 * IX	130.16
LXJ2359	P010V000L4	23/08/2017	57200	186 * I	195.23
MJK3161	P010V000NH	04/10/2017	60250	206 * IV	293.47
HDF5748	P010V000NQ	08/10/2017	51851	167	195.23
DAJ1037	P010U000T6	12/10/2017	51851	167	195.23
MFZ5907	P02SY00015	26/09/2017	51851	167	195.23
LXJ2359	P010V000L2	22/08/2017	51851	167	195.23
MJQ4371	P010V000NR	16/10/2017	54284	181 * V	293.47
LXJ2359	P010V000L3	22/08/2017	58433	196	195.23
LXJ2359	P010V000L0	22/08/2017	60502	208	293.47
AVF1988	P02RP0002K	17/10/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

SERGIO PEDERSSETTI
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1647/2017

Publicação Nº 1473986

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1647/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEX2527	P010V000P2	09/11/2017	50450	162 * V
AOK3109	P02SY0002P	09/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
ELQ6458	P02RP00055	20/11/2017	69120	232
AOK3109	P02SY0002O	09/12/2017	65992	230 * V
MEX2527	P010V000P1	09/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1648/2017

Publicação Nº 1473985

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO DO OESTE - 283330

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
 DE TRANSITO N.8116 1648/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QIU4566	54318594N	13/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLY4759	P010U000UG	17/11/2017	76252	ART 181, XX
MJY8172	P010U000UN	24/11/2017	54870	181 * XI
INU2295	P010U000TZ	13/11/2017	57200	186 * I
BVU2272	P010V000P6	13/11/2017	51851	167
ABN1155	P010V000QN	08/12/2017	54521	181 * VIII
ICL5786	P02RP0006A	14/12/2017	54526	181 * VIII
ADE7132	P010U000VH	06/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MLZ5363	P010V000QI	07/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MCL2384	P02SY0002L	08/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
AZD8382	P010U000TW	13/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
FOX0584	P02SY0002B	13/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MKO5667	P010U000UH	17/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
AVG4113	P010V000PH	21/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
AI13848	P010V000PN	22/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MJH9087	P010V000PO	22/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
AUY0726	P010V000PR	24/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
QIM4564	P010V000PS	24/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

SERGIO PEDERSSETTI
 DIRETOR DE TRANSITO

SÃO MIGUEL DO OESTE**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8029 2347/2017**

Publicação Nº 1474098

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8029 2347/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EHX7945	P03MH0001E	07/10/2017	75790	165 A	2934.68
EWV7816	P01S6000EQ	11/10/2017	50100	162 * I	880.40
MBQ3361	P01RL0005N	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
IGH0076	P01RL0005K	26/08/2017	50100	162 * I	880.40
BDJ7707	P01S8000BV	02/09/2017	52820	176 * I	1467.34
BDJ7707	P01S8000BW	02/09/2017	52900	176 * II	1467.34
BDJ7707	P01S8000BX	02/09/2017	53200	176 * V	1467.34
IGH0076	P01RL0005L	26/08/2017	64080	221	130.16
MCM8074	P03MH0000C	31/08/2017	66450	230 * X	195.23
MBZ6543	P03MI0000G	29/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MBQ3361	P01RL0005M	26/08/2017	65561	230 * I	293.47
MCM8074	P03MH0000B	31/08/2017	65561	230 * I	293.47
IGH0076	P01RL0005J	26/08/2017	65561	230 * I	293.47
IBT3408	P01RL0005O	27/08/2017	65561	230 * I	293.47
MCM8074	P03MH00009	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEB5094	P03MH0000G	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCM4413	P03MI0000D	17/09/2017	65992	230 * V	293.47
IEE1461	P01S4000GE	12/10/2017	66532	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8029 2348/2017

Publicação Nº 1474097

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8029 2348/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIS9042	P01RN000FI	02/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47
INZ4050	55857424D	10/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47
DRC1805	P03MH0001P	15/10/2017	65300	228	195.23
LWZ4476	P03MH00004	25/08/2017	65300	228	195.23
MLV2699	P01S50008R	12/10/2017	51851	167	195.23
MFE6723	P01RL0006T	17/10/2017	70481	244 * II	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8750 962/2017

Publicação Nº 1473667

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8750 962/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
FAQ0431	8750257001	18/08/2017	74550	218 * I	130.16
ACY8045	8750257017	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
AUY3732	8750257059	23/08/2017	74550	218 * I	130.16

MUX7788	8750256880	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AWR5089	8750257238	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBA4739	8750257288	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF2046	8750257436	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AXK6747	8750257604	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
GTE2293	8750257616	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
GTE2293	8750257634	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
KFV7806	8750257685	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
INJ7253	8750257737	13/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP2812	8750257754	14/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CGV5774	8750257854	20/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AIN5812	8750257464	21/09/2017	56732	183			130.16
DEW3627	8750257514	25/09/2017	56732	183			130.16
MCG7576	8750256914	11/08/2017	56732	183			130.16
AKC4398	8750257121	28/08/2017	56732	183			130.16
AKC4398	8750257122	28/08/2017	60503	208			293.47
MDS4113	8750257182	30/08/2017	60503	208			293.47
ALZ4269	8750257120	28/08/2017	60503	208			293.47
AFL8510	8750256876	08/08/2017	60503	208			293.47
MMA8314	8750257509	25/09/2017	60503	208			293.47
AIK7138	8750257298	08/09/2017	60503	208			293.47
IUA0751	8750257396	15/09/2017	60503	208			293.47
MBT4332	8750257954	29/10/2017	60503	208			293.47
MKV0361	8750257719	12/10/2017	60503	208			293.47
HTV8562	8750257727	12/10/2017	60503	208			293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2345/2017

Publicação Nº 1474100

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2345/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHL7392	P01RK000EG	11/11/2017	50100	162 * I
MBI9205	P01RL0007A	16/11/2017	50100	162 * I
MFS1496	P01RK000EL	19/11/2017	50100	162 * I
DF5215	P01RL00081	07/12/2017	50100	162 * I
NGP5039	P03MH00031	09/12/2017	50100	162 * I
DF5215	P01RL00082	07/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBI9205	P01RL0007B	16/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBI9205	P01RL0007C	16/11/2017	65992	230 * V
MCP3033	P01S50009H	14/11/2017	65992	230 * V
NGP5039	P03MH00032	09/12/2017	65992	230 * V
IIJ2606	P01RK000EF	11/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2346/2017

Publicação Nº 1474099

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2346/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKL8003	54327433N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MKK9685	54602241F	07/12/2017	76332	ART 252, UNICO
QIP9636	55864703D	07/12/2017	51930	168
QIC6398	P03MI00023	15/11/2017	55500	181 * XVIII
QIY3932	P03MI0002C	18/11/2017	55680	181 * XIX
MLR9117	P03MI0002G	18/11/2017	55680	181 * XIX
QJM6700	P03MI0002M	18/11/2017	55680	181 * XIX
MLU2881	P03MI0002P	18/11/2017	55680	181 * XIX
QIU2718	P03MI0002R	18/11/2017	55680	181 * XIX
MJT5402	P03MI0002S	18/11/2017	55680	181 * XIX

QIF7514	P03MI0002V	18/11/2017	55680	181	*	XIX
MBU2012	P03MI00032	18/11/2017	55680	181	*	XIX
MEM7075	P03MI00034	18/11/2017	55680	181	*	XIX
MBI9205	P01RL0007E	16/11/2017	57200	186	*	I
MBI9205	P01RL0007D	16/11/2017	58350	195		
OIJ0694	55857546D	20/11/2017	60760	210		
LZS7201	P01RN000G2	20/11/2017	51851	167		
CAH7077	55858605D	07/12/2017	51851	167		
HTF2121	55858612D	07/12/2017	51851	167		
LZN0650	55865658D	07/12/2017	51852	167		
AIE7302	P01S50009J	20/11/2017	51852	167		
DFM1632	P01S8000CS	10/11/2017	60412	207		
MIQ5238	P01S6000F9	13/11/2017	60681	209		
MCD3744	P01S8000DF	08/12/2017	70301	244	*	I
MCP9215	P01S6000FC	17/11/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146
FFG1401	P01S6000FE	17/11/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146
MHG1180	P01S6000FL	17/11/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146
MKN7166	P01RK000EE	11/11/2017	73662	252	*	VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 961/2017

Publicação Nº 1473668

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 961/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

EAW1487	8750258054	10/11/2017	74550	218	*	I
MTI7644	8750258063	11/11/2017	74550	218	*	I
ILD9832	8750258081	12/11/2017	74550	218	*	I
EVQ7993	8750258095	14/11/2017	74550	218	*	I
MGQ5181	8750258119	16/11/2017	74550	218	*	I

MLA6544	8750258168	20/11/2017	74550	218	*	I
IHQ4591	8750258246	29/11/2017	74550	218	*	I
DSZ6004	8750258248	30/11/2017	74550	218	*	I
MGQ6819	8750258250	30/11/2017	74550	218	*	I
BUA3292	8750258251	01/12/2017	74550	218	*	I
QIA8316	8750258255	01/12/2017	74550	218	*	I
MCI8493	8750258266	04/12/2017	74550	218	*	I
MIN1637	8750258152	19/11/2017	74550	218	*	I
MLR9746	8750258297	07/12/2017	74550	218	*	I
CWJ5557	8750258318	09/12/2017	74550	218	*	I
MHW6982	8750258319	09/12/2017	74550	218	*	I
JXQ0863	8750258332	10/12/2017	74550	218	*	I
MIK9250	8750258338	11/12/2017	74550	218	*	I
MCT3434	8750258343	12/12/2017	74550	218	*	I
DRS7056	8750258347	12/12/2017	74550	218	*	I
MLF4368	8750258349	12/12/2017	74550	218	*	I
BAL6479	8750258307	08/12/2017	74630	218	*	II
MDV6475	8750258105	15/11/2017	74630	218	*	II
BND7475	8750258076	12/11/2017	74630	218	*	II
MGL3093	8750258073	11/11/2017	74710	218	*	III
MAD1434	8750258302	07/12/2017	56732	183		
AMB5866	8750258155	19/11/2017	56732	183		
AMB5866	8750258156	19/11/2017	60503	208		
DIK1276	8750258002	03/11/2017	60503	208		
AAA5580	8750258138	18/11/2017	60503	208		
MFY7535	8750258285	05/12/2017	60503	208		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS
AUTORIDADE DE TRANSITO

SCHROEDER

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8192 994/2017

Publicação Nº 1473923

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8192 994/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAY3111	P00Q100101	15/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MGR8776	P00Q000188	17/09/2017	50100	162 * I	880.40
IIM1144	P00Q00013X	18/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHB4594	P00Q00015N	29/08/2017	50100	162 * I	880.40
IOV6498	P00Q0001AM	16/10/2017	50100	162 * I	880.40
MHB4594	P00Q00015O	29/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IIM1144	P00Q00013Y	18/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDZ4306	P00Q1001SL	12/10/2017	51930	168	293.47
JES4345	P00Q0001AP	16/10/2017	51930	168	293.47
MAQ0307	P00Q1001KO	24/08/2017	69120	232	88.38
AKJ9765	P00Q00014U	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
MHB4594	P00Q00015I	29/08/2017	65992	230 * V	293.47
MGR8776	P00Q000189	17/09/2017	65992	230 * V	293.47
MAM1493	P00Q00018K	17/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXL2944	P00Q1001JZ	20/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBW4096	P00Q1001LK	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
AEN4196	P00Q1001SN	12/10/2017	65992	230 * V	293.47
MHQ0592	P00Q0001AG	16/10/2017	65992	230 * V	293.47
IOV6498	P00Q0001AN	16/10/2017	66532	230 * XI	195.23
MDH9572	P00Q000173	03/09/2017	66532	230 * XI	195.23
MFF5692	P00Q00013L	17/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AMJ5332	P00Q000194	19/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LXL2944	P00Q1001K0	20/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LNH4977	P00Q1001KN	24/08/2017	59670	203 * V	1467.34
QIK8073	P00Q1001LM	01/09/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 993/2017

Publicação Nº 1473924

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 993/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCM4155	54329483N	15/12/2017	50020	257 ã 8\$
MGF2328	P00Q1001WQ	13/12/2017	50100	162 * I
MDP0379	P00Q1001VY	10/12/2017	50100	162 * I
MHA1579	P00Q0001EZ	07/12/2017	50450	162 * V
ATM1981	P00Q1001WG	10/12/2017	50450	162 * V
MGF2328	P00Q1001WR	13/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDP0379	P00Q1001W6	10/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHA1579	P00Q0001F1	07/12/2017	51420	164 c/c 162 * V
ATM1981	P00Q1001WH	10/12/2017	51420	164 c/c 162 * V
LYX3042	P00Q0001F4	07/12/2017	51930	168
MJW5390	P00Q0001F6	07/12/2017	55250	181 * XV
MJV5719	P00Q1001WB	10/12/2017	55500	181 * XVIII
MKI8680	P00Q1001XE	14/12/2017	61220	214 * I
MDP0379	P00Q1001WD	10/12/2017	65800	230 * IV
MHA1579	P00Q0001F0	07/12/2017	69120	232
ATM1981	P00Q1001WJ	10/12/2017	69120	232
ATM1981	P00Q1001WL	10/12/2017	69630	237
MHA0773	P00Q1001WT	13/12/2017	73580	252 * V
AJX5698	P00Q1001X0	14/12/2017	51851	167
LZH0638	P00Q1001XH	15/12/2017	51851	167
MFF2066	P00Q1001V9	21/11/2017	60501	208
ATM1981	P00Q1001WF	10/12/2017	65561	230 * I
DIO8449	P00Q1001X5	14/12/2017	65992	230 * V
MGF2328	P00Q1001WP	13/12/2017	65992	230 * V
MHA1579	P00Q0001EY	07/12/2017	65992	230 * V
MGN6795	P00Q0001CV	11/11/2017	65992	230 * V
ATM1981	P00Q1001WE	10/12/2017	65992	230 * V
MDP0379	P00Q1001VX	10/12/2017	65992	230 * V
MGN5988	P00Q1001X4	14/12/2017	66532	230 * XI
ATM1981	P00Q1001WI	10/12/2017	67261	230 * XVIII
IOE7535	P00Q0001F2	07/12/2017	67261	230 * XVIII
MFQ3430	P00Q1001UN	09/11/2017	67261	230 * XVIII
MGR9622	P00Q1001UQ	09/11/2017	67261	230 * XVIII
MJG6918	P00Q0001D9	13/11/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

SCHROEDER/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

SEARA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8460 1740/2017**

Publicação Nº 1473740

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8460 1740/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BIT2184	P034J0007L	13/10/2017	69630	237	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8460 1741/2017

Publicação Nº 1473739

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - 283450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8460 1741/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BIT2184	P03560003U	13/10/2017	54600	181 * IX	130.16

MCZ4395	P034J0005S	10/09/2017	65300	228	195.23
EMP7715	P034J0005H	10/09/2017	51851	167	195.23
LXJ4938	P034J0005K	10/09/2017	51851	167	195.23
INV9497	P034J0007C	04/10/2017	59594	203 * IV	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1738/2017

Publicação Nº 1473742

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1738/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCY8858	P03560006B	08/12/2017	66700	230 * XIII
MKQ3333	P03560006C	08/12/2017	66700	230 * XIII
IKM7559	P03560006E	08/12/2017	66700	230 * XIII
LXJ3148	P03560005H	29/11/2017	65992	230 * V
MDD9128	P03560006K	09/12/2017	66102	230 * VII
CAN5909	P034J0008K	19/11/2017	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1739/2017

Publicação Nº 1473741

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - 283450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8460 1739/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHR6373	P03560006A	08/12/2017	52070	169
LZJ0310	P03560006W	11/12/2017	51851	167
MCR3386	P03560006O	11/12/2017	51851	167
MHO9115	P03560006S	11/12/2017	51851	167
MFD2682	P035600073	11/12/2017	51851	167
EMP7715	P034J0008O	22/11/2017	51851	167
MJM4535	P035600075	12/12/2017	54521	181 * VIII
OOU2512	P035600079	13/12/2017	54521	181 * VIII
MIM6125	P034J0008N	22/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

VANESSA FERNANDES PALUDO
AUTORIDADE DE TRANSITO

SERRA ALTA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8458 362/2017

Publicação Nº 1473743

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8458 362/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MER7637	P03KX00007	26/08/2017	65300	228	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SERRA ALTA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETTO
DELEGADO DE POLICIA

SIDERÓPOLIS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8210 998/2017

Publicação Nº 1473902

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8210 998/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIR4170	P0100000G5	14/10/2017	50100	162 * I	880.40
MIR4170	P0100000G7	14/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIR4170	P0100000G8	14/10/2017	58350	195	195.23
MEA9046	P0100000EV	27/08/2017	66020	230 * VI	293.47
MDW1025	P02UG0000W	25/08/2017	69120	232	88.38
MBM1886	P0100000F8	09/09/2017	69120	232	88.38
MFR2390	P0100000EN	23/08/2017	51691	165	2934.68

MIR4170	P0100000G6	14/10/2017	52151	170		293.47
QHF6388	P0100000FY	02/10/2017	54522	181	* VIII	195.23
MAC3986	P0100000GJ	28/10/2017	65992	230	* V	293.47
LZN6757	P0100000EO	25/08/2017	68231	231	* IV	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 997/2017

Publicação Nº 1473903

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 997/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFG5210	P02UG0001H	14/11/2017	50100	162 * I
QHU8956	P02UG0001O	15/11/2017	55250	181 * XV
MHZ5645	P02UG00031	09/12/2017	55250	181 * XV
MBI5672	P0100000H4	12/11/2017	55250	181 * XV
MCL5509	P02UG0001W	23/11/2017	56300	182 * VII
LXZ1460	P02UG00038	12/12/2017	64160	221 ã énico
MJA4274	P02UG0003F	13/12/2017	73400	252 * IV
MCL5509	P02UG0001X	23/11/2017	51851	167
MCL5509	P02UG0001Y	23/11/2017	51852	167
MDK9960	P02UG0002S	05/12/2017	54521	181 * VIII
ITT1664	P02UG00032	09/12/2017	54521	181 * VIII
EDX9425	P02UG0002U	08/12/2017	54522	181 * VIII
MLA4998	P02UG0001Z	23/11/2017	66371	230 * IX
MFG5210	P02UG0001I	14/11/2017	70562	244 * III c/c ã1\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

SOMBRI

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8057 1352/2017

Publicação Nº 1474057

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8057 1352/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHO5108	54308752N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MFL2191	P01BG000XS	11/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MGE6638	P01BG000WD	01/09/2017	50291	162* II	880.40
CHS1634	P01BF002GD	29/07/2017	75790	165 A	2934.68
MBG9997	P01BG000WH	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
LZV7333	P01BG000WJ	01/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDV2187	P01BF002LF	13/09/2017	50100	162 * I	880.40
IIY1820	P01BF002LP	13/09/2017	50100	162 * I	880.40
CGA9227	P01BF002MH	24/09/2017	50100	162 * I	880.40
MKC0711	P01BH000H4	13/09/2017	50450	162 * V	293.47
MKC0711	P01BH000H5	13/09/2017	50960	163 c/c 162 * V	293.47
MDV2187	P01BF002LG	13/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBG9997	P01BG000WI	01/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
EKW3550	P01BF002LK	13/09/2017	54600	181 * IX	130.16
MGE6638	P01BG000WF	01/09/2017	69120	232	88.38
MGE6638	P01BG000WE	01/09/2017	51261	164 c/c 162 * II	880.40
MGE6638	P01BG000WG	01/09/2017	51691	165	2934.68
MIG2282	P01BF002JG	24/08/2017	51851	167	195.23
BIL2497	P01BG000XG	19/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
CIU8281	P01BG000WX	08/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
MKN8504	P01BF002LN	13/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
CYD4128	P01BF002IV	22/08/2017	65561	230 * I	293.47
MGY9535	P01BF002KA	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
QHW6936	P01BF002L8	10/09/2017	65992	230 * V	293.47
IIY1820	P01BF002LQ	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFN6587	P01BF002OP	15/10/2017	65992	230 * V	293.47
IFT3551	P01BF002MR	26/09/2017	65992	230 * V	293.47

COJ7947	P01BG000XX	13/10/2017	65992	230 * V	293.47
CGA9227	P01BF002MI	24/09/2017	66102	230 * VII	195.23
LXN8833	P01BG000W7	01/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRIIO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1351/2017

Publicação Nº 1474058

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1351/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKN8504	54319648N	17/11/2017	50020	257 ã 8\$
MLI9484	P01BF002RG	09/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MBE1703	P01BF002VA	11/12/2017	50100	162 * I
CFL7660	P01BF002VI	13/12/2017	50100	162 * I
CFL7660	P01BF002VJ	13/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
NFJ7893	P01BF002UV	07/12/2017	54600	181 * IX
MDA2009	P01BF002UN	07/12/2017	55250	181 * XV
QIF5450	P01FS002Z8	24/11/2017	57200	186 * I
IRR0555	P01BF002RQ	11/11/2017	66700	230 * XIII
IJR6864	P01BF002VQ	14/12/2017	66700	230 * XIII
IRR0555	P01BF002RR	11/11/2017	67180	230 * XVII
ISK5955	P01BF002R3	06/11/2017	67180	230 * XVII
QIF5450	P01FS002Z7	24/11/2017	68580	231 * VII
MCU6643	P01BF002U3	07/12/2017	72930	251 * I
QIF5450	P01FS002Z6	24/11/2017	51691	165
MDT3456	P01BF002UQ	07/12/2017	51851	167
MCG2187	P01BF002US	07/12/2017	51851	167
CHS1634	P01BG000Y2	13/11/2017	51851	167
MBB6857	P01FM000BQ	15/12/2017	51851	167
MCU6643	P01BF002U2	07/12/2017	54522	181 * VIII

MEL0038	P01BF002R5	06/11/2017	65992	230	*	V
MFZ0217	P01BG000YU	18/11/2017	65992	230	*	V
MCT4709	P01BF002VH	13/12/2017	65992	230	*	V
MJO5867	P01BF002VO	14/12/2017	66102	230	*	VII
IJR6864	P01BF002VP	14/12/2017	66102	230	*	VII
IUX3557	P01BF002QR	05/11/2017	70301	244	*	I
MIJ7493	P01BF002R6	06/11/2017	52741	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI0/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO
DELEGADO DE POLICIA

TANGARÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8414 1074/2017

Publicação Nº 1473778

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8414 1074/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBH0330	P010N0000M	04/09/2017	75790	165 A	2934.68
MBH0330	P010N0000K	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MBH0330	P010N0000L	03/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MLM0459	P010N000PK	13/10/2017	65992	230 * V	293.47
MBH0330	P010N0000J	03/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8414 1075/2017

Publicação Nº 1473777

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA - DETRANTAG - 283530

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8414 1075/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYS7006	P010N000Q2	30/10/2017	54100	181 * IV	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ DA NUNZ
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8414 1072/2017

Publicação Nº 1473780

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8414 1072/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFF7668 P02OK0001D 09/12/2017 75790 165 A
MLM0459 P02OK00019 09/12/2017 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

TANGARA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8414 1073/2017

Publicação Nº 1473779

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA - DETRANTAG - 283530

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8414 1073/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MIM9557 P02OK0001C 09/12/2017 59670 203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

TANGARA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ DA NUNZ
AUTORIDADE DE TRANSITO

TIGRINHOS**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8781 204/2017**

Publicação Nº 1473650

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8781 204/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIZ9842	P03L400015	12/12/2017	50100	162 * I
MIZ9842	P03L400016	12/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIGRINHOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO DE POLICIA

TIJUCAS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1948/2017**

Publicação Nº 1474106

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8026 1948/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJR7389	54016686G	06/10/2017	50100	162 * I	880.40
MIU6608	P025E0009Q	16/10/2017	50100	162 * I	880.40
MHO1770	P025D000S0	16/10/2017	50100	162 * I	880.40
MLQ3416	P02TJ000BU	09/10/2017	67000	230 * XVI	195.23
QHW7746	54016642G	17/10/2017	73400	252 * IV	130.16
LZE0567	54016643G	17/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MFV9156	54016233G	29/08/2017	73400	252 * IV	130.16
MJF6142	54269594F	21/08/2017	65992	230 * V	293.47
FRN4760	P02TJ000BE	02/10/2017	65992	230 * V	293.47
LXV9073	P02TJ0007N	22/08/2017	65992	230 * V	293.47
BUQ8044	54016255G	24/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEW9332	P025D000RX	14/10/2017	65992	230 * V	293.47
MCG8417	P02TJ000D2	30/10/2017	65992	230 * V	293.47
LYW4679	P025E00093	14/08/2017	66371	230 * IX	195.23
MHO1770	P025D000S2	16/10/2017	66531	230 * XI	195.23
MEU6502	P025E000A7	31/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MHO1770	P025D000S1	16/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ETELINO PEDRO STEIL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1949/2017

Publicação Nº 1474105

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS - 283550

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1949/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIZ8841	54300517N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MJD3050	54308113N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLC2215	54308114N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23

QBH7647	54016598G	02/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
OCV9309	54016614G	28/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MKB0967	54016295G	31/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
LYP4972	54016636G	10/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QIL7582	54016530G	29/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
ACB7639	P025E0009E	04/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
ILP1902	P025E0008Q	11/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MEY5600	P025D0000D	30/08/2017	57380	186 * II	293.47
MJK2443	54016304G	04/09/2017	57380	186 * II	293.47
EWO6462	54016463G	05/10/2017	57380	186 * II	293.47
LYL2919	54016726G	17/10/2017	57380	186 * II	293.47
MAP0071	54016787G	16/10/2017	69550	236	130.16
ONS1128	54016793G	17/10/2017	51851	167	195.23
IOM9773	54016689G	06/10/2017	51851	167	195.23
MGA4434	54016691G	06/10/2017	51851	167	195.23
ALA5602	54016695G	09/10/2017	51851	167	195.23
IMU2314	54016640G	17/10/2017	51851	167	195.23
QHB9778	54016644G	17/10/2017	51851	167	195.23
MFM4480	54016773G	16/10/2017	51851	167	195.23
MJL1144	54016464G	05/10/2017	51851	167	195.23
BYO1547	P02TJ000AO	21/09/2017	51851	167	195.23
MHL9734	54016227G	29/08/2017	51851	167	195.23
LWW6075	54016239G	30/08/2017	51851	167	195.23
MGE2988	54015997G	11/08/2017	51851	167	195.23
QIC7835	P025E0008U	12/08/2017	51851	167	195.23
QHL0993	54016029G	11/08/2017	51851	167	195.23
MHE9094	P02TJ00070	15/08/2017	51851	167	195.23
MGA4705	54016259G	24/08/2017	51851	167	195.23
MLN5500	54016702G	09/10/2017	51851	167	195.23
AZL9543	54016680G	05/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MLD4291	54016629G	02/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MDV7215	54015978G	03/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MLK8434	P025D000RS	14/10/2017	54523	181 * VIII	195.23
MDX6542	54016524G	28/09/2017	57463	187 * I	130.16
MIX5473	54016588G	27/09/2017	57463	187 * I	130.16
MDX6542	54016590G	27/09/2017	57463	187 * I	130.16
MJZ8214	54016591G	27/09/2017	57463	187 * I	130.16
CNR0943	54016723G	17/10/2017	57463	187 * I	130.16
MEX8529	54016725G	17/10/2017	57463	187 * I	130.16
FRS4068	P025D000NN	26/08/2017	60501	208	293.47
MHL4421	54016302G	28/08/2017	67851	231 * II * a	293.47
QIL7867	54015837G	02/09/2017	70301	244 * I	293.47
MCJ7825	54015838G	02/09/2017	70301	244 * I	293.47
KAA5859	54016597G	29/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKQ9647	54016678G	04/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MBW8372	P02TJ000AT	21/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALVINO AURELIO MULLER
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1946/2017

Publicação Nº 1474108

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8026 1946/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AUU8900	P025D000VJ	08/11/2017	50100	162 * I
MFN8248	P025E000AH	13/11/2017	50100	162 * I
MBJ9363	P025D000X1	17/11/2017	50100	162 * I
MFD9012	54017164G	17/11/2017	50100	162 * I
LWZ7179	P025D0010J	05/12/2017	50100	162 * I
MIH6668	P025D00117	09/12/2017	50100	162 * I
MBJ9363	P025D000X0	17/11/2017	66020	230 * VI
MLL6382	54017139G	15/11/2017	73400	252 * IV
MFU6034	54016928G	06/11/2017	73400	252 * IV
MFU6034	54017105G	06/11/2017	73400	252 * IV
MLN2159	54016744G	01/11/2017	73400	252 * IV
MDS8836	54017151G	15/11/2017	73400	252 * IV
MLG9784	54016988G	15/11/2017	73400	252 * IV
MFW1872	54016996G	16/11/2017	73400	252 * IV
MEY5600	54017086G	10/11/2017	73400	252 * IV
MJW7609	54017237G	04/12/2017	73400	252 * IV
MHI6215	54017343G	07/12/2017	73400	252 * IV
MGC3796	54017244G	08/12/2017	73400	252 * IV
MFO5891	54017415G	13/12/2017	73400	252 * IV
MHL7243	54017464G	13/12/2017	73400	252 * IV
MIM3395	54016480G	12/12/2017	73400	252 * IV
LWZ7179	P025D0010I	05/12/2017	65992	230 * V
MIH6668	P025D00119	09/12/2017	65992	230 * V
MEY5600	P025D000WT	16/11/2017	65992	230 * V
MFN8248	P025E000AG	13/11/2017	65992	230 * V
MFD9012	54017163G	17/11/2017	65992	230 * V
MLV1286	P025D000WO	14/11/2017	65992	230 * V
MBJ9363	P025D000X2	17/11/2017	66531	230 * XI
MEW8617	54017176G	21/11/2017	73232	252 * II
MLV1286	P025D000WN	14/11/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ETELINO PEDRO STEIL
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1947/2017

Publicação Nº 1474107

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS - 283550

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1947/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDV7215	54310652N	23/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
IPP8615	54315380N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
OCV9309	54315387N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIE2497	54016929G	06/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MLC5992	54016985G	09/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MBL1616	54016990G	15/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MLR8477	54017192G	22/11/2017	76332	ART 252, UNICO
BJM2830	P02TJ000E6	15/12/2017	51930	168
AXA1434	54017371G	05/12/2017	51930	168
MGU9964	54016750G	02/11/2017	51930	168
QIF6475	P025D000VZ	11/11/2017	54600	181 * IX
QHK4947	54017034G	07/12/2017	54600	181 * IX
MHM3790	54017245G	08/12/2017	55250	181 * XV
MDM9473	P025D000WG	12/11/2017	55250	181 * XV
MGW0443	P02TJ000E4	07/12/2017	55500	181 * XVIII
MLA7030	P025D0011X	11/12/2017	55500	181 * XVIII
MAQ4316	P025D0011J	10/12/2017	55680	181 * XIX
MLD9122	54016867G	25/10/2017	55680	181 * XIX
MEK2983	54017213G	22/11/2017	57200	186 * I
MGP6981	P025D000VT	10/11/2017	57380	186 * II
NBC1270	54017128G	10/11/2017	57380	186 * II
MFG2681	54017455G	12/12/2017	57380	186 * II
MHX1238	54017394G	09/12/2017	57380	186 * II
MCD0767	P025D0012C	13/12/2017	57380	186 * II
MFF3250	54017179G	21/11/2017	61220	214 * I
MGZ7555	P025D000WM	14/11/2017	65300	228
FAR7046	P025D0011S	10/12/2017	65300	228
QHZ2153	54017418G	14/12/2017	51851	167
MDY4089	54016476G	12/12/2017	51851	167
MDO2184	P025D00129	13/12/2017	51851	167
QHN0653	54017290G	05/12/2017	51851	167
MHK7908	54017346G	08/12/2017	51851	167
MHK0514	P025E000AD	11/11/2017	51851	167
MGZ4729	54016966G	02/11/2017	51851	167

MKH1976	54016875G	02/11/2017	51851	167
IQR9525	54016879G	02/11/2017	51851	167
MIZ8118	P025D000UQ	04/11/2017	51851	167
MAG6823	P025D0011F	09/12/2017	51851	167
MIS7067	54017057G	06/11/2017	51851	167
LYY1242	54017064G	06/11/2017	51851	167
AVK4889	54017135G	15/11/2017	51851	167
MCG2734	54017075G	09/11/2017	51851	167
FFV0095	54017253G	21/11/2017	54521	181 * VIII
IED9196	54017147G	23/11/2017	54521	181 * VIII
MCP3644	P025D000W8	11/11/2017	54521	181 * VIII
MFK3261	P025D00126	13/12/2017	54523	181 * VIII
MDP5861	P025D0012F	14/12/2017	54525	181 * VIII
MDQ3386	54017211G	20/11/2017	57463	187 * I
LXH8566	54017154G	16/11/2017	57463	187 * I
MCW5043	54016997G	16/11/2017	57463	187 * I
EYU0004	54016982G	09/11/2017	60501	208
MHG9830	54017103G	06/11/2017	60501	208
MEX8529	54017236G	01/12/2017	67851	231 * II * a
MIH6668	P025D00118	09/12/2017	70301	244 * I
MFQ2881	54017165G	17/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALVINO AURELIO MULLER
DIRETOR DE TRANSITO

TIMBÉ DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8280 649/2017

Publicação Nº 1473853

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8280 649/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IEX6261	P02XL0004I	28/08/2017	50100	162 * I	880.40



IEX6261	P02XL0004J	28/08/2017	50610	163	c/c	162	*	I	880.40
QIH4026	P02XL0007K	07/10/2017	52070	169					88.38
ILD8318	P02XL0006D	15/09/2017	70301	244	*	I			293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 648/2017

Publicação Nº 1473854

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 648/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MXH8735	P02XL0008M	16/11/2017	50450	162	*	V
MXH8735	P02XL0008N	16/11/2017	69120	232		
MXH8735	P02XL0008L	16/11/2017	65992	230	*	V
MXH8735	P02XL0008O	16/11/2017	66372	230	*	IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

TIMBÓ**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8098 2375/2017**

Publicação Nº 1474008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8098 2375/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDR3212	P00WM000F6	16/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGP4350	P036Q00024	13/09/2017	50100	162 * I	880.40
AKZ4378	P00WM000GE	22/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGP4350	P036Q00025	13/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDR3212	P00WM000F7	16/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDR3212	P00WM000F8	16/08/2017	64080	221	130.16
AKZ4378	P00WM000GG	22/09/2017	65561	230 * I	293.47
MEI8700	54967963F	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
IIM9722	54968004F	21/08/2017	65992	230 * V	293.47
AKZ4378	P00WM000GH	22/09/2017	66372	230 * IX	195.23
AKZ4378	P00WM000GF	22/09/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8098 2376/2017

Publicação Nº 1474007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8098 2376/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBG0024	54968062F	27/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJL0446	54968142F	25/09/2017	51930	168	293.47
MAM3349	54967783F	25/08/2017	57030	185 * I	130.16
MHS1254	54968160F	04/10/2017	59910	206 * I	293.47
MHS1254	54968161F	04/10/2017	60502	208	293.47
MHS1254	54968159F	04/10/2017	59670	203 * V	1467.34
MHS1571	54967301F	21/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8756 866/2017

Publicação Nº 1473665

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8756 866/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGT7036	54308738N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDQ7928	0000108330	13/10/2017	74550	218 * I	130.16
QHO6926	0000108341	13/10/2017	74550	218 * I	130.16
LXQ2585	0000108368	14/10/2017	74550	218 * I	130.16
LZL5400	0000108268	12/10/2017	74550	218 * I	130.16
MCM7484	0000108276	12/10/2017	74550	218 * I	130.16
EPQ4111	0000108296	12/10/2017	74550	218 * I	130.16
LXG5192	0000108316	12/10/2017	74550	218 * I	130.16
MAW3940	0000108322	12/10/2017	74550	218 * I	130.16

LXG5192	0000108323	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AVM0949	0000108452	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MNF1206	0000108489	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT7763	0000108502	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDM5739	0000108506	16/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS8395	0000108771	21/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM8711	0000109055	26/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AGH4194	0000105539	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYU7117	0000106407	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ATP0191	0000106552	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS4805	0000107461	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZS4483	0000107514	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYB1061	0000107522	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHZ0541	0000107612	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIJ3590	0000107625	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKD3039	0000107671	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLI8772	0000107687	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDA3361	0000107738	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DRP9824	0000106871	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB4161	0000106945	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXC6335	0000107008	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JHS0285	0000107027	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ9900	0000107148	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIG9881	0000107238	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBY4458	0000107946	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFF6221	0000107953	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV7474	0000108075	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAF5463	0000108124	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DUT6432	0000108158	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
FHM7377	0000108182	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFD9689	0000108211	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGW0974	0000108237	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ATP0191	0000106613	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
APW3013	0000107304	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
GDB4998	0000108271	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MEO2033	0000104782	05/08/2017	74710	218	*	III	880.40
DMD4337	0000104682	03/08/2017	56732	183			130.16
MHC5313	0000108311	12/10/2017	56732	183			130.16
LZH5162	0000108394	14/10/2017	60503	208			293.47
MFQ6204	0000108424	14/10/2017	60503	208			293.47
LXK9762	0000108522	16/10/2017	60503	208			293.47
MBC2964	0000108473	15/10/2017	60503	208			293.47
MKS7148	0000108803	21/10/2017	60503	208			293.47
NFH7678	0000108896	23/10/2017	60503	208			293.47
GLG7794	0000108147	09/10/2017	60503	208			293.47
MLQ3795	0000108251	11/10/2017	60503	208			293.47
ARV1296	0000108107	08/10/2017	60503	208			293.47
MKF4303	0000104800	05/08/2017	60503	208			293.47
MFL7744	0000105070	10/08/2017	60503	208			293.47
MGG8838	0000104380	29/07/2017	60503	208			293.47
MLO3742	0000104491	31/07/2017	60503	208			293.47
MIJ3186	0000106580	08/09/2017	60503	208			293.47
MDG7105	0000106262	02/09/2017	60503	208			293.47
MDW2069	0000107745	01/10/2017	60503	208			293.47
MLP9601	0000107786	02/10/2017	60503	208			293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8803 115/2017

Publicação Nº 1473645

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÀ - DEMUTRAN - RADAR ESTÁTICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8803 115/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIU9814	8803084135	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKV8852	8803084148	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHF1283	8803084213	04/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIH1781	8803084228	04/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIK3734	8803084256	07/08/2017	74550	218 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2373/2017

Publicação Nº 1474010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2373/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI



N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGQ4442	P00WM000IA	17/11/2017	50450	162 * V
MGQ4442	P00WM000ID	17/11/2017	50960	163 c/c 162 * V
MGZ6766	54968237F	09/11/2017	67000	230 * XVI
MGQ4442	P00WM000IB	17/11/2017	69120	232
MEX5992	P00WM000JD	10/12/2017	69120	232
MEX5992	P00WM000JA	10/12/2017	51691	165
LZK7031	54968182F	18/11/2017	65992	230 * V
CBQ8667	54968175F	07/11/2017	65992	230 * V
AZU2105	P00WL000DR	13/12/2017	65992	230 * V
MEX5992	P00WM000JB	10/12/2017	66372	230 * IX
MEX5992	P00WM000JC	10/12/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2374/2017

Publicação Nº 1474009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2374/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MMJ5853	54968225F	05/11/2017	51930	168	
CBQ8667	54968176F	07/11/2017	51930	168	
MBL0593	54968248F	16/11/2017	53710	180	
LYQ1589	P00WL000DJ	09/12/2017	55500	181	* XVIII
MGQ4442	P00WM000IC	17/11/2017	51851	167	
MEX5992	P00WM000JE	10/12/2017	70561	244	* III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 865/2017

Publicação Nº 1473666

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 865/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

QHF1359	54315050N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
EAH7033	54315052N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
DJQ7441	54329371N	15/12/2017	50020	257 ã 8\$
MFL0009	0000111375	13/12/2017	74550	218 * I
MIM5864	0000111396	13/12/2017	74550	218 * I
FAQ2035	0000108548	17/10/2017	74550	218 * I
MEO7832	0000111080	04/12/2017	74550	218 * I
MCQ4396	0000111119	08/12/2017	74550	218 * I
IQR0926	0000111122	08/12/2017	74550	218 * I
MBT3252	0000111123	08/12/2017	74550	218 * I
LZP8844	0000111262	10/12/2017	74550	218 * I
MJB5302	0000111266	10/12/2017	74550	218 * I
LNE9267	0000111268	10/12/2017	74550	218 * I
LYK2986	0000111274	11/12/2017	74550	218 * I
MKC2500	0000111276	11/12/2017	74550	218 * I
MEI5863	0000111294	11/12/2017	74550	218 * I
MGA5812	0000111301	11/12/2017	74550	218 * I

MFH7146	0000111305	11/12/2017	74550	218	*	I
QHN3324	0000111316	12/12/2017	74550	218	*	I
MCU7224	0000109203	30/10/2017	74550	218	*	I
MAV0294	0000109207	30/10/2017	74550	218	*	I
MFY7788	0000109749	10/11/2017	74550	218	*	I
MIL9440	0000110907	02/12/2017	74550	218	*	I
ODQ0400	0000110986	02/12/2017	74550	218	*	I
MJG0232	0000111022	06/12/2017	74550	218	*	I
PWN0868	0000111042	06/12/2017	74550	218	*	I
MGY7274	0000111167	09/12/2017	74550	218	*	I
ILS2892	0000111168	09/12/2017	74550	218	*	I
KWN5564	0000111169	09/12/2017	74550	218	*	I
MAF4877	0000111179	09/12/2017	74550	218	*	I
MEL4481	0000111180	09/12/2017	74550	218	*	I
MJE7113	0000111190	09/12/2017	74550	218	*	I
MDX5547	0000111197	09/12/2017	74550	218	*	I
MHZ2552	0000111201	09/12/2017	74550	218	*	I
AAA5665	0000111214	09/12/2017	74550	218	*	I
MFY5867	0000111215	09/12/2017	74550	218	*	I
AUK5860	0000111217	10/12/2017	74550	218	*	I
MDS6784	0000109061	27/10/2017	74550	218	*	I
MFV5749	0000109063	27/10/2017	74550	218	*	I
QIE0836	0000109093	27/10/2017	74550	218	*	I
QIC1688	0000109129	28/10/2017	74550	218	*	I
MFH0156	0000109134	28/10/2017	74550	218	*	I
OKE8246	0000109293	31/10/2017	74550	218	*	I
QHN1124	0000109314	01/11/2017	74550	218	*	I
MET2083	0000109336	01/11/2017	74550	218	*	I
MKB4533	0000109416	05/11/2017	74550	218	*	I
PUW9760	0000109519	05/11/2017	74550	218	*	I
MBX5826	0000109532	05/11/2017	74550	218	*	I
ALH4533	0000109540	05/11/2017	74550	218	*	I
MGP4350	0000109480	04/11/2017	74550	218	*	I
MIK3734	0000109347	01/11/2017	74550	218	*	I
AID7502	0000109400	02/11/2017	74550	218	*	I
HOS4645	0000109239	30/10/2017	74550	218	*	I
MCJ6415	0000109267	31/10/2017	74550	218	*	I
QHK0325	0000109277	31/10/2017	74550	218	*	I
AMZ0166	0000109501	04/11/2017	74550	218	*	I
ODA1164	0000109549	04/11/2017	74550	218	*	I
MAN3284	0000109658	07/11/2017	74550	218	*	I
MIP0775	0000109669	08/11/2017	74550	218	*	I
MJQ3169	0000109677	08/11/2017	74550	218	*	I
DIS5235	0000109706	09/11/2017	74550	218	*	I
MDG6910	0000109849	11/11/2017	74550	218	*	I
MBY4208	0000109955	14/11/2017	74550	218	*	I
MLI3541	0000109979	14/11/2017	74550	218	*	I
MDP5024	0000110095	16/11/2017	74550	218	*	I
MJX0539	0000110251	19/11/2017	74550	218	*	I
ILV8928	0000111355	12/12/2017	74550	218	*	I
MDD8823	0000109145	28/10/2017	74630	218	*	II
MHF5197	0000109124	28/10/2017	74630	218	*	II
AEG9054	0000111236	10/12/2017	74630	218	*	II
MIU0950	0000109260	31/10/2017	74630	218	*	II
MGM8936	0000111127	08/12/2017	74630	218	*	II
QIB0998	0000111340	12/12/2017	74630	218	*	II
GUC2569	0000109817	11/11/2017	56732	183		
MGP3871	0000111049	06/12/2017	60503	208		
MAN3729	0000111154	08/12/2017	60503	208		
MHN4436	0000111331	12/12/2017	60503	208		
MDR5434	0000109165	29/10/2017	60503	208		
LYZ9578	0000109484	04/11/2017	60503	208		
EAM5118	0000110280	20/11/2017	60503	208		

ARO1884	0000110299	20/11/2017	60503	208
EEW0690	0000110537	25/11/2017	60503	208
COH6192	0000109733	09/11/2017	60503	208
MLX4054	0000109278	31/10/2017	60503	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

TIMBÓ GRANDE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8240 497/2017

Publicação Nº 1473882

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8240 497/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DQG5389	P02Q40001J	14/10/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO GRANDE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 496/2017

Publicação Nº 1473883

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8240 496/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHJ2902	P01KD000BZ	13/11/2017	75790	165 A
MDG2088	P02Q40001Q	17/11/2017	50100	162 * I
MIE0191	P02Q40001Y	09/12/2017	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO GRANDE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

Três Barras**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8202 929/2017**

Publicação Nº 1473914

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8202 929/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MF9939	P03E60000Z	31/08/2017	50371	162 * III	586.94
MF9939	P03E600010	31/08/2017	50881	163 c/c 162 * III	586.94
MCB4244	P03E60002G	09/10/2017	51851	167	195.23
AFE7551	P03E60002N	14/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 928/2017

Publicação Nº 1473915

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 928/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AUS2646	P03E60003M	24/11/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

TREZE TÍLIAS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8344 825/2017**

Publicação Nº 1473816

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8344 825/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHP6406	54305359N	05/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
LYA0561	P013F000HW	11/10/2017	53800	181 * I	130.16
AAM2507	P013F000IA	12/10/2017	51851	167	195.23
MJS4909	P013F000GV	02/10/2017	51851	167	195.23
MLX2958	P013F000DX	04/09/2017	57463	187 * I	130.16
MCT1425	P013F000HC	06/10/2017	57463	187 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8731 986/2017

Publicação Nº 1473673

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8731 986/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLG0635	54308668N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MKK2760	54308669N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
OKF4767	54308670N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MAP9549	54308671N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
JKW1193	54312894N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
AJN5130	0000056734	26/10/2017	74550	218 * I	130.16
ATH3067	0000056749	27/10/2017	74550	218 * I	130.16
MFR9417	0000056762	27/10/2017	74550	218 * I	130.16
MJM0217	0000055533	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
OKH5891	0000056444	17/10/2017	74550	218 * I	130.16
OKH5891	0000056448	17/10/2017	74550	218 * I	130.16
MHZ5460	0000056091	05/10/2017	74550	218 * I	130.16
IUY1930	0000056373	15/10/2017	74550	218 * I	130.16
IWN2677	0000056378	15/10/2017	74550	218 * I	130.16
OOH2437	0000056411	15/10/2017	74550	218 * I	130.16
LYX6440	0000056413	15/10/2017	74550	218 * I	130.16
ASF0025	0000056425	15/10/2017	74550	218 * I	130.16
ANK2379	0000056275	12/10/2017	74550	218 * I	130.16
MFB9645	0000056280	13/10/2017	74550	218 * I	130.16
MJG5621	0000056282	13/10/2017	74550	218 * I	130.16
QHT5107	0000056306	13/10/2017	74550	218 * I	130.16
MLN4834	0000056338	14/10/2017	74550	218 * I	130.16
MKO5691	0000056339	14/10/2017	74550	218 * I	130.16
MHA7078	0000056356	14/10/2017	74550	218 * I	130.16
MLS5371	0000054682	13/08/2017	74550	218 * I	130.16
QID9953	0000054826	19/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLM7890	0000055093	28/08/2017	74550	218 * I	130.16
MFN6332	0000055114	29/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKC5934	0000055130	29/08/2017	74550	218 * I	130.16
APM1504	0000055228	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MHG5399	0000055241	04/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFG8143	0000055057	27/08/2017	74550	218 * I	130.16
MAZ8922	0000055442	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
MIC1522	0000055812	24/09/2017	74550	218 * I	130.16
MIC1522	0000055817	24/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKH8594	0000056038	03/10/2017	74550	218 * I	130.16
MGL4837	0000056068	04/10/2017	74550	218 * I	130.16
MIH7419	0000056095	05/10/2017	74550	218 * I	130.16
QHC0449	0000056108	06/10/2017	74550	218 * I	130.16
MDQ6356	0000056133	07/10/2017	74550	218 * I	130.16
LYJ9093	0000056142	07/10/2017	74550	218 * I	130.16
LZH8270	0000056166	08/10/2017	74550	218 * I	130.16
MGG5106	0000056169	08/10/2017	74550	218 * I	130.16
LYS3356	0000056170	08/10/2017	74550	218 * I	130.16
MFJ1806	0000056208	09/10/2017	74550	218 * I	130.16
MAV1188	0000056212	10/10/2017	74550	218 * I	130.16
MGW9607	0000056218	10/10/2017	74550	218 * I	130.16
MIS9722	0000056222	11/10/2017	74550	218 * I	130.16
JMU4280	0000056226	11/10/2017	74550	218 * I	130.16
JMU4280	0000056227	11/10/2017	74550	218 * I	130.16
QIH1955	0000056231	11/10/2017	74550	218 * I	130.16
MHE1543	0000056240	11/10/2017	74550	218 * I	130.16
MGK4476	0000056259	12/10/2017	74550	218 * I	130.16
AZV5959	0000056268	12/10/2017	74630	218 * II	195.23
MAZ8922	0000055443	11/09/2017	74630	218 * II	195.23
MJC6927	0000055060	27/08/2017	74630	218 * II	195.23
MAZ8922	0000055382	08/09/2017	74630	218 * II	195.23
MAZ8922	0000055383	08/09/2017	74630	218 * II	195.23
QHV8131	0000054930	23/08/2017	74630	218 * II	195.23

QHK9895	0000054712	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IUY1930	0000056365	15/10/2017	74630	218	*	II	195.23
NWH5238	0000056443	16/10/2017	74630	218	*	II	195.23
CDE9131	0000056094	05/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MIC1522	0000055796	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LZZ4429	0000056745	27/10/2017	74630	218	*	II	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 823/2017

Publicação Nº 1473818

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 823/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHI2899	P013F000K2	29/10/2017	65992	230	*	V
MIS6923	P013H000KC	14/11/2017	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 824/2017

Publicação Nº 1473817

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8344 824/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANY1218	54323166N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMF9985	54327393N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIO4530	54327394N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIO4530	54327395N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MDG2643	54318303N	13/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLX2958	54318304N	13/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
LYH8783	54329407N	15/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
IQH0628	P013F00005	09/12/2017	51851	167
CVA4046	P013F000LS	14/11/2017	51852	167
MKU1016	P013F000L6	07/11/2017	57463	187 * I
MDF6037	P013F0000B	11/12/2017	57463	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 985/2017

Publicação Nº 1473674

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8731 985/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MMC1053	54319621N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
AJJ5764	54319622N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
JKW1193	54327142N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
QIG2860	54327143N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MJM8224	54327144N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
MKT5999	54327145N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
QHG9503	54327146N	08/12/2017	50020	257	õ	8\$
QHX2769	54329364N	15/12/2017	50020	257	õ	8\$
LWT0771	0000057779	08/12/2017	74550	218	*	I
ASF2186	0000057783	08/12/2017	74550	218	*	I
MJD5532	0000057806	09/12/2017	74550	218	*	I
IOX5126	0000057808	09/12/2017	74550	218	*	I
MKX2707	0000057817	09/12/2017	74550	218	*	I
MIT7318	0000057831	10/12/2017	74550	218	*	I
JEY1408	0000057842	10/12/2017	74550	218	*	I
LZG6559	0000057881	11/12/2017	74550	218	*	I
LZG6559	0000057909	12/12/2017	74550	218	*	I
MKW2523	0000057398	20/11/2017	74550	218	*	I
NOV3424	0000057584	29/11/2017	74550	218	*	I
ALB7720	0000056904	01/11/2017	74550	218	*	I
LXY7135	0000057283	15/11/2017	74550	218	*	I
MBP3374	0000057284	15/11/2017	74550	218	*	I
FGS2953	0000057295	16/11/2017	74550	218	*	I
MEW8842	0000057298	16/11/2017	74550	218	*	I
MGZ0851	0000057312	16/11/2017	74550	218	*	I
MLN7100	0000057640	01/12/2017	74550	218	*	I
ONL1340	0000057660	02/12/2017	74550	218	*	I
MBI6729	0000057683	03/12/2017	74550	218	*	I
CFX9212	0000057687	03/12/2017	74550	218	*	I
LZL8171	0000057709	04/12/2017	74550	218	*	I
AWF4147	0000057710	04/12/2017	74550	218	*	I
IMF1853	0000057716	04/12/2017	74550	218	*	I
MHM9592	0000057722	05/12/2017	74550	218	*	I
MHM9592	0000057723	05/12/2017	74550	218	*	I
LZK9090	0000057724	05/12/2017	74550	218	*	I
MHM9592	0000057727	05/12/2017	74550	218	*	I
MKX0632	0000057740	06/12/2017	74550	218	*	I
LXY5335	0000057747	06/12/2017	74550	218	*	I
JMU4280	0000057765	07/12/2017	74550	218	*	I
QIK6524	0000057078	08/11/2017	74550	218	*	I
LYP6666	0000057086	08/11/2017	74550	218	*	I
MCS1952	0000057094	08/11/2017	74550	218	*	I
MKC7159	0000057096	08/11/2017	74550	218	*	I
MEZ9089	0000057197	12/11/2017	74550	218	*	I
AOO5021	0000057232	13/11/2017	74550	218	*	I
MLY7803	0000057123	09/11/2017	74550	218	*	I
LYX2281	0000057126	10/11/2017	74550	218	*	I
NST2429	0000057128	10/11/2017	74550	218	*	I
MIL0460	0000057132	10/11/2017	74550	218	*	I
BWC9483	0000057165	11/11/2017	74550	218	*	I
MMC9138	0000057166	11/11/2017	74550	218	*	I
AUH6841	0000057178	11/11/2017	74550	218	*	I
MJY0524	0000057188	12/11/2017	74550	218	*	I

LYO7013	0000057195	12/11/2017	74630	218	*	II
MJQ9759	0000057246	13/11/2017	74630	218	*	II
MHA6562	0000057108	09/11/2017	74630	218	*	II
LYP6666	0000057087	08/11/2017	74630	218	*	II
EVR4646	0000057348	18/11/2017	74630	218	*	II
IMF1853	0000057620	01/12/2017	74630	218	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

TUNÁPOLIS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8300 496/2017

Publicação Nº 1473837

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8300 496/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIL7792	55606921C	17/08/2017	52070	169	88.38
MEO1246	P00UI000A6	16/10/2017	51851	167	195.23
MIR3482	P00UI0009B	03/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 495/2017

Publicação Nº 1473838

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8300 495/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CZI5917	P00UI000BC	15/11/2017	51691	165
AHO7765	P00UI000BY	06/12/2017	54521	181 * VIII
IJO7897	P00UI000BI	21/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Turvo

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8184 1073/2017

Publicação Nº 1473929

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8184 1073/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKA7115	P02U30008R	09/09/2017	75790	165 A	2934.68
MJF8225	P02U30008X	20/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGV9065	P02QX0006N	14/10/2017	50100	162 * I	880.40
ICZ7429	P02U30007O	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBF2161	P02U30007P	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
MKP8952	P02U3000AC	17/10/2017	50100	162 * I	880.40
MDX7116	P02U300082	04/09/2017	50450	162 * V	293.47
MJF8225	P02U30008Y	20/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBF2161	P02U30007Q	31/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MKP8952	P02U3000AD	17/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGV9065	P02QX0006P	14/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBF2161	P02U30007S	31/08/2017	52070	169	88.38
MBD5891	P02U30007L	31/08/2017	50371	162 * III	586.94
MAV7002	P02QX00064	31/08/2017	51851	167	195.23
CXR6997	P02U3000A3	09/10/2017	51851	167	195.23
MCX3558	P02QX0006J	13/10/2017	51851	167	195.23
MAV7002	P02QX00065	31/08/2017	51852	167	195.23
MBF2161	P02U30007R	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
COS3497	P02U30009X	07/10/2017	65992	230 * V	293.47
MGV9065	P02QX0006O	14/10/2017	65992	230 * V	293.47
MBD5891	P02U30007K	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
MJF8225	P02U30008W	20/09/2017	65992	230 * V	293.47
BRJ2549	P02U30007X	31/08/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 1072/2017

Publicação Nº 1473930

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 1072/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDI2494	P02U3000C6	24/11/2017	50100	162 * I
MHO2082	P02U3000C7	24/11/2017	50100	162 * I
MKO0181	P02U3000CA	12/12/2017	51851	167
MKG5600	P02U3000CE	12/12/2017	51851	167
QHM2662	P02QX0006V	13/11/2017	54522	181 * VIII
MGY4458	P02U3000BB	02/11/2017	54523	181 * VIII
MEB4829	P02QX0007D	08/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

UNIÃO DO OESTE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8182 340/2017

Publicação Nº 1473931

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8182 340/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MGR3303 P02VU0000K 29/07/2017 50100 162 * I 880.40
MGR3303 P02VU0000L 29/07/2017 65992 230 * V 293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 339/2017

Publicação Nº 1473932

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8182 339/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ECO2245	P02VU0001O	07/11/2017	50100	162 * I
LZM7551	P02VU0001R	10/11/2017	50100	162 * I
ECO2245	P02VU0001P	07/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MKA7608	P02VU0001K	28/10/2017	53800	181 * I
LKZ8511	P01L60002E	06/11/2017	54522	181 * VIII
MCS2493	P01L60002G	10/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

URUSSANGA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8282 1298/2017**

Publicação Nº 1473851

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8282 1298/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYY4670	54292287N	25/08/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
JLO3220	54308269N	16/10/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
MEG3721	P01FI002GX	18/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIJ4162	P01FI002H2	18/10/2017	50100	162 * I	880.40
MIJ4162	P01FI002H4	18/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
OYG4954	54898195G	10/10/2017	55090	181 * XIII	130.16
MHE6706	54898132G	02/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MJD9788	54898035G	06/09/2017	55250	181 * XV	130.16
JNO0097	54898110G	26/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MLD9548	54898155G	06/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MIJ4162	P01FI002H3	18/10/2017	58350	195	195.23
MBE1812	54898166G	09/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MHQ5162	P01FI002E9	22/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MIM5248	54898112G	26/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MIR8690	P01FR0008Y	25/07/2017	51851	167	195.23
MGV0588	P01HM001AW	13/08/2017	51851	167	195.23
CGS9807	54898138G	02/10/2017	51851	167	195.23
OPZ3816	54898137G	02/10/2017	51851	167	195.23
CGS9807	54898134G	02/10/2017	51851	167	195.23
MJM5518	54898237G	18/10/2017	51851	167	195.23
CNA4074	P01FI002FQ	16/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
JNO0097	54898111G	26/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MKS6408	54520429F	01/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
MJY2043	54898190G	10/10/2017	55172	181 * XIV	195.23
MIK8282	P01FI002H1	18/10/2017	66102	230 * VII	195.23
MFC2762	54898151G	06/10/2017	66102	230 * VII	195.23
MIK8282	P01FI002H0	18/10/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1297/2017

Publicação Nº 1473852

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1297/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFI2015	54320186N	20/11/2017	50020	257 ã 8\$
MJD9788	54319115N	17/11/2017	50020	257 ã 8\$
MIC0393	54327440N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MEQ2122	P01FR000W0	11/12/2017	76332	ART 252, UNICO
MJW8939	P01FR000RW	23/11/2017	50100	162 * I
MLC3487	54898267G	31/10/2017	50100	162 * I
ITP8929	P01FR000QN	16/11/2017	51930	168
QHS6308	P01FI002MG	14/11/2017	51930	168
MHB2856	P01FR000VL	08/12/2017	55250	181 * XV
MJW8939	P01FR000RY	23/11/2017	58350	195
IQP8340	P01FR000VM	08/12/2017	65300	228
MJJ8190	P01FR000VC	07/12/2017	73400	252 * IV
MFL2133	P01FR000UT	05/12/2017	73400	252 * IV
MCD1595	P01FR000W3	12/12/2017	51851	167
MKD6010	P01FR000VF	07/12/2017	51851	167
MEK6523	P01FR000VU	09/12/2017	51851	167
DJA6396	P01FR000VN	09/12/2017	51851	167
MFI5318	P01FR000UY	06/12/2017	51851	167
MHW0869	P01FR000UZ	06/12/2017	51851	167
MGA4288	P01FR000O8	03/11/2017	51851	167
MAO7997	54898311G	16/11/2017	51851	167
MKH0208	P01FI002M9	13/11/2017	51852	167
ERY4801	P01FR000QP	16/11/2017	51852	167
MIJ0729	P01FR000WC	13/12/2017	57461	187 * I
MKH0208	P01FR000V9	07/12/2017	60501	208
MJW8939	P01FR000RX	23/11/2017	60501	208
MGQ3594	54898301G	14/11/2017	65992	230 * V
MJW8939	P01FR000RV	23/11/2017	65992	230 * V
MLC3487	54898268G	31/10/2017	66372	230 * IX
ATS1506	P01FR000VW	09/12/2017	52741	175
MJW8939	P01FR000S0	23/11/2017	52742	175
MJW8939	P01FR000RZ	23/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
LZT1639	P01FI002LW	13/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
LPE0196	P01FR000VA	07/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MCC5611	P01FR000VZ	10/12/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MDB3323	P01FR000VO	09/12/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

MHS8428 P01FR000VR 09/12/2017 55414 181*XVII c/ Lei13146
MIU0023 P01FR000V0 06/12/2017 73662 252*VI
ICU7140 P01FR000WH 15/12/2017 73662 252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

VARGÊÃO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8546 431/2017

Publicação Nº 1473709

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8546 431/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EAN4493	P01FO000JK	14/08/2017	50450	162 * V	293.47
CBJ9963	P01FO000M2	03/09/2017	50450	162 * V	293.47
MHL0904	P01FO000ND	18/09/2017	61731	215 * I * a	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGÊÃO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8546 430/2017

Publicação Nº 1473710

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8546 430/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBT5654	P01FO000QG	13/11/2017	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEAO/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

VARGEM

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8502 189/2017

Publicação Nº 1473722

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8502 189/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZW2287	P01KF0000S	14/12/2017	50100	162 * I
LZW2287	P01KF0000R	14/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
MEQ2335	P01KF0000M	12/12/2017	57380	186 * II
FTP5510	P01KF0000O	12/12/2017	57380	186 * II
MCC8826	P01KF0000Q	12/12/2017	57380	186 * II
LZW2287	P01KF0000T	14/12/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI
DELEGADO DE POLICIA

VARGEM BONITA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8645 326/2017

Publicação Nº 1473697

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8645 326/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
OKF5520	P03C70000V	08/10/2017	57380	186 * II	293.47
MGT9205	P03C70000N	30/09/2017	65800	230 * IV	293.47
OKF5520	P03C70000U	08/10/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 325/2017

Publicação Nº 1473698

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8645 325/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAS2760	P03C70001H	02/11/2017	65992	230 * V
MAS2760	P03C70001J	02/11/2017	66102	230 * VII
MAS2760	P03C70001I	02/11/2017	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS
DELEGADO DE POLICIA

VIDAL RAMOS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8422 397/2017

Publicação Nº 1473768

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8422 397/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAC8669	P02S40000H	16/08/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

VIDEIRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2409/2017

Publicação Nº 1473774

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2409/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDL5661	P012X000ZT	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEN8866	P02OG0006S	24/09/2017	50100	162 * I	880.40
BIV6366	P012X0004Y	22/12/2016	50100	162 * I	880.40
MEN8866	P02OG0006T	24/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDL5661	P012X000ZU	03/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
INT8317	P02OB0002W	15/10/2017	50531	162 * VI	293.47
AGR8762	P02OB0002K	08/10/2017	51691	165	2934.68
MDL5661	P012X000ZV	03/09/2017	65561	230 * I	293.47
MEN8866	P02OG0006R	24/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGG0424	P012Y000BQ	14/10/2017	65992	230 * V	293.47

INT8317	P02OB0002V	15/10/2017	65992	230	* V	293.47
MEJ4366	P02OG0007N	17/10/2017	65992	230	* V	293.47
CYJ1216	55080619F	13/08/2017	65992	230	* V	293.47
MDL5661	P012X000ZS	03/09/2017	65992	230	* V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2410/2017

Publicação Nº 1473773

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2410/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BEB1228	P02OD0007V	28/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MFI7050	P02OD0007X	28/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
QHB7811	P00PD000UB	11/12/2016	76331	ART 252, UNICO	293.47
MJN5787	P012X000YO	23/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHV4527	P02OF00041	31/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
LYP1378	P012X000Z0	26/08/2017	54600	181 * IX	130.16
MLB4683	P02OC0007Y	27/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
CVL9483	P013A0010Y	26/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MGF5153	P02OF0005S	14/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MCU5704	P013A000XP	24/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
LWW0292	P012Y0009U	13/09/2017	57380	186 * II	293.47
LXA3979	P013A000HX	20/03/2017	58350	195	195.23
MMC4371	P00PE0013G	13/01/2017	61220	214 * I	293.47
MIX5440	P013A000ZU	06/10/2017	61220	214 * I	293.47
MIR4559	P02OG0006Q	24/09/2017	65300	228	195.23
MBS5759	P02OG00079	08/10/2017	51851	167	195.23
HOL8573	P02OG0007B	08/10/2017	51851	167	195.23
MGM5968	P02OF0007I	17/10/2017	51851	167	195.23
LYM2989	P02OF0007J	17/10/2017	51851	167	195.23
QHN2652	P013A0009K	27/01/2017	51851	167	195.23
MHI0672	P012Y00090	01/09/2017	51851	167	195.23

ASL2574	P012X0005L	30/12/2016	54281	181	*	V	293.47
MLI5814	P00PE001BK	15/02/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MHF1351	P012X0012J	09/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MHF1351	P013A00108	13/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MHF1351	P013A0010G	17/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MBR3337	P02OC0005A	25/08/2017	54522	181	*	VIII	195.23
MJF8917	P00PD000T2	01/12/2016	54522	181	*	VIII	195.23
MDM4596	P00PD001FT	17/08/2017	60412	207			195.23
MCS8653	P02OD0008G	17/10/2017	60412	207			195.23
LZN7774	P02OF0005R	13/09/2017	60501	208			293.47
BOK3067	P00PE001E6	16/03/2017	59401	203	*	III	1467.34
LZM3978	P012Y0001U	09/06/2017	59670	203	*	V	1467.34
MLK7396	P013A000ZO	06/10/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146	195.23
BBL8878	P02OD0008K	23/10/2017	73662	252	*	VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EUNIR ANTONIO PAGNUSSATTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2407/2017

Publicação Nº 1473776

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2407/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LZH5642	P02OF000AN	19/11/2017	75790	165	A
MEO0527	P013A0013A	08/12/2017	75790	165	A
MFW5950	P012X0013R	10/12/2017	75790	165	A
MFL0237	P02OF000D6	10/12/2017	50100	162	* I
MGF3786	P02OF000CF	03/12/2017	50100	162	* I
MFC4506	P00PD001GR	08/11/2017	50100	162	* I
LZH5642	P02OF000AM	19/11/2017	50450	162	* V
LWT4292	P02OF000BQ	28/11/2017	50450	162	* V
JEH9150	P02OG000DR	06/12/2017	50450	162	* V

MEO0527	P013A00136	08/12/2017	50450	162	*	V	
MGF3786	P020F000CE	03/12/2017	51180	164	c/c	162	* I
MFL0237	P020F000D7	10/12/2017	51180	164	c/c	162	* I
MEO0527	P013A00139	08/12/2017	51420	164	c/c	162	* V
JEH9150	P020G000DS	06/12/2017	51420	164	c/c	162	* V
LWT4292	P020F000BR	28/11/2017	51420	164	c/c	162	* V
MDG0614	P020G000DH	06/12/2017	64080	221			
MEO0527	P013A00137	08/12/2017	64080	221			
AHL4662	P020D000AN	10/12/2017	65480	229			
MJZ9903	P020C0008Q	16/11/2017	73400	252	*	IV	
MBJ6832	P020C0008R	16/11/2017	73400	252	*	IV	
MGD0632	P020C0008S	17/11/2017	50371	162	*	III	
MGD0632	P020C0008T	17/11/2017	51341	164	c/c	162	* III
AOC9050	P020F000CG	03/12/2017	51691	165			
MIU6181	P012X0013Q	09/12/2017	51691	165			
MDU8418	P00PD001HC	09/12/2017	65992	230	*	V	
MIU6181	P013A0013B	09/12/2017	65992	230	*	V	
MLV4917	P020F0009G	07/11/2017	65992	230	*	V	
IHT9136	P020G000AM	16/11/2017	65992	230	*	V	
JEH9150	P020G000DT	06/12/2017	66372	230	*	IX	
IHT9136	P020G000AN	16/11/2017	67261	230	*	XVIII	
LZH5642	P020F000AL	19/11/2017	67261	230	*	XVIII	
JEH9150	P020G000DQ	06/12/2017	67261	230	*	XVIII	
LWT4292	P020F000BS	28/11/2017	67261	230	*	XVIII	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2408/2017

Publicação Nº 1473775

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2408/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MMB0515	54318307N	13/11/2017	50020	257	õ 8\$
QHB7811	P02OD00091	08/11/2017	76252	ART	181, XX
MAP1306	P012Y000DX	22/11/2017	52070	169	
MKM3102	P02OD0009E	16/11/2017	54600	181	* IX
GGG0511	P02OD000AL	09/12/2017	55090	181	* XIII
MHM6696	P02OD000AM	09/12/2017	55090	181	* XIII
AHL9582	P02OF0009V	11/11/2017	55250	181	* XV
QJI0990	P02OG0009J	08/11/2017	55500	181	* XVIII
DKC0044	P012Y000DD	08/11/2017	55500	181	* XVIII
AGX3034	P02OF000DF	12/12/2017	55500	181	* XVIII
AUU4421	P02OD0009D	16/11/2017	55500	181	* XVIII
MJO8001	P02OG000E1	09/12/2017	61220	214	* I
LXS4569	P02OF0009W	11/11/2017	65300	228	
MIX4030	P02OF0009S	10/11/2017	51851	167	
MBC7266	P02OF000AR	22/11/2017	51851	167	
MKB7382	P02OB0004Q	12/12/2017	51851	167	
EEV7733	P02OF000D3	09/12/2017	51851	167	
MEB1059	P00PD001H5	05/12/2017	51851	167	
AUO2714	P00PD001GX	09/11/2017	52311	172	
MHF1351	P02OB0004B	08/12/2017	54521	181	* VIII
MAN9501	P02OF000AU	22/11/2017	60501	208	
MDN6832	P02OG000DL	06/12/2017	70481	244	* II
AXX7330	P02OG000DW	06/12/2017	57970	191	
MEW2114	P02OF000CX	06/12/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
AHG0621	P02OD000AK	09/12/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
AWN7806	P02OG000CD	30/11/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
FBX0579	P012Y000EH	04/12/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
MHI0488	P02OF0009H	08/11/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
MFY2040	P02OD0009B	16/11/2017	55414	181*	XVII c/ Lei13146
EEV7733	P02OF000D2	09/12/2017	73662	252*	VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

EUNIR ANTONIO PAGNUSSATTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

VITOR MEIRELES

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 565/2017

Publicação Nº 1473787

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8390 565/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CGM1378 P02GD0004G 22/11/2017 51851 167
CGM1378 P02GD0004H 22/11/2017 65992 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

XANXERÊ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2374/2017

Publicação Nº 1474020

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2374/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

CBQ3733 P02ZO00028 17/10/2017 50100 162 * I 880.40
MUC1651 P01KA000M8 02/09/2017 65992 230 * V 293.47
MJL8706 P02ZP0004U 16/09/2017 65992 230 * V 293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2375/2017

Publicação Nº 1474019

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE - DEMUT - 283830

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2375/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLA5275	P01L2000TE	06/06/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QHQ1506	P01L2001Q1	27/10/2017	53800	181 * I	130.16
MBM4065	P02ZM00010	17/10/2017	54600	181 * IX	130.16
MAM0937	P02Z30002J	11/09/2017	57200	186 * I	195.23
MER9295	P01L2001H6	23/08/2017	51851	167	195.23
CCF3501	P01L2001LK	04/09/2017	51851	167	195.23
LAM4581	P01L2001PD	18/10/2017	51851	167	195.23
ALG1713	P01L2001KQ	02/09/2017	51851	167	195.23
LWS5907	P01L2001L6	03/09/2017	51851	167	195.23
BMR2921	P01L2001K4	01/09/2017	51852	167	195.23
KAH6410	P01L2001K6	01/09/2017	51852	167	195.23
MLM1945	P01L4000EH	03/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
ANN0788	P01L2001NZ	17/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
KMN0589	54031957G	30/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAZ3818	54031901G	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DCW5571	54033260G	15/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DZA2358	54033267G	15/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHR3808	54033283G	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCB4660	54033291G	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLZ1453	54033293G	16/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AVE4064	54033903G	26/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
NVT0148	54033160G	08/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DZA2358	54033199G	10/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCU2973	54033212G	12/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ATH9478	54031922G	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJH2022	54031926G	19/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AUR4582	54031927G	19/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKF9018	54031863G	22/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIY8668	54033303G	24/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCJ9726	54033338G	26/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DXS6493	54033339G	26/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

MEB9073	54033340G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GSW5505	54033351G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DHW0720	54033359G	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHD5925	54033364G	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDJ8548	54033369G	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LKV3610	54033398G	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKL4840	54033410G	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DXS2129	54033433G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGJ2338	54027117G	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCL7539	54027018G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAY9749	54027055G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCN9554	54027099G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HBA8884	54026003G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIS9608	54026011G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AAV5293	54026014G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGU1311	54026044G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AZZ2440	54026046G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AXE4625	54027171G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IPG4372	54026087G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HJW4340	54026111G	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BRB6700	54026121G	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHP1822	54026124G	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEE1903	54026136G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CWB0685	54026149G	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CSF3211	54026156G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LWX2254	54026157G	02/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ALD0710	P02ZO00018	14/09/2017	73662	252*VI			130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLARICE BEATRIZ SERENA
COORDENADORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2372/2017

Publicação Nº 1474022

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2372/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CRC6297	P02ZN00021	09/12/2017	75790	165 A
CCM1493	P02ZN00024	10/12/2017	50100	162 * I
CCM1493	P02ZN00026	10/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBM4065	P02Z400039	06/12/2017	64080	221
MCD8083	P02Z400036	24/11/2017	69120	232
CCM1493	P02ZN00027	10/12/2017	51691	165
MBM4065	P02Z300033	06/12/2017	65992	230 * V
LYE1628	P02ZP0005B	12/11/2017	65992	230 * V
ABY4571	P02ZO0002Y	13/11/2017	65992	230 * V
MCD8083	P02Z400035	24/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2373/2017

Publicação Nº 1474021

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE - DEMUT - 283830

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2373/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MMB3406	54318241N	13/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHS4179	54318244N	13/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJQ7888	54319410N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLK3720	54319411N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIS9608	54325017N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
CWB0685	54325018N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGY7940	54327445N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MER9877	54327446N	08/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
OFO7740	P02ZL00016	13/11/2017	54600	181 * IX

LZV5722	P02Z40003A	06/12/2017	55090	181	*	XIII
QHR7811	P02Z40003G	08/12/2017	55090	181	*	XIII
CRC6297	P02ZN00022	09/12/2017	57380	186	*	II
MUX6253	P01L2001RT	14/11/2017	57380	186	*	II
MEH7777	P01L2001S6	16/11/2017	51851	167		
JEY1408	P02ZQ0001L	07/12/2017	51851	167		
MJS2700	P02ZQ0001O	07/12/2017	51851	167		
MKF2638	P01L2001UB	09/12/2017	51851	167		
MMD3602	P01L2001UE	09/12/2017	51851	167		
MLA0048	P01L2001SB	20/11/2017	51851	167		
QHL1382	P02ZM0001O	17/11/2017	59670	203	*	V
MFJ5032	P02ZO00037	08/12/2017	73662	252	*	VI
MAC4066	P02ZQ0001P	07/12/2017	73662	252	*	VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLARICE BEATRIZ SERENA
COORDENADORA DE TRANSITO

XAVANTINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8452 352/2017

Publicação Nº 1473746

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8452 352/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIP5975	P034M0000H	29/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

XAVANTINA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8452 351/2017

Publicação Nº 1473747

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8452 351/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBZ1280 P034M0000Q 18/11/2017 65300 228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAVANTINA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA
DELEGADO DE POLICIA

XAXIM

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8120 1764/2017

Publicação Nº 1473980

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8120 1764/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFD7190	55707267E	18/06/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8120 1765/2017

Publicação Nº 1473979

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8120 1765/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEO7638	54305312N	05/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
AZN9320	55707549E	26/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
BCH0611	55708378E	11/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
BCH0611	55708404E	10/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHY8866	55708445E	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYU4277	55708449E	18/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
PVI1651	55707572E	01/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVO HEIDRICH SILVEIRA
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1762/2017

Publicação Nº 1473982

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8120 1762/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDI6852	P01L100075	10/12/2017	50100	162 * I
IDI6852	P01L100076	10/12/2017	51180	164 c/c 162 * I
AFI5066	P01L10006G	10/11/2017	51261	164 c/c 162 * II
AFI5066	P01L10006F	10/11/2017	51692	165
LXB3993	P01L100069	08/11/2017	65992	230 * V
LXB3993	P01L10006A	08/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1763/2017

Publicação Nº 1473981

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8120 1763/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KLN2354	54327441N	08/12/2017	50020	257 ã 8\$
MLY2706	P02WF00066	11/12/2017	76251	ART 181, XX
MGR4013	P01L10006D	10/11/2017	55090	181 * XIII
KJO8769	P01L10006L	11/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVO HEIDRICH SILVEIRA
DIRETOR DE TRANSITO

ZORTÉA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8670
422/2017**

Publicação Nº 1473685

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE TRANSITO N.8670 422/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFB4374	P01KJ0008A	10/10/2017	50100	162 * I	880.40

MFB4374	P01KJ0008B	10/10/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MFB4374	P01KJ0008C	10/10/2017	65992	230	*	V			293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ZORTEA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8670 423/2017

Publicação Nº 1473684

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTEA - CMT - 209500

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8670 423/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBE5488	P01KJ0007V	05/10/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ZORTEA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAUL VILARINO LIRA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8670 421/2017

Publicação Nº 1473686

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTEA - CMT - 209500

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE TRANSITO N.8670 421/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDD0909	P01KJ00097	09/12/2017	54600	181 * IX
MBF1001	P01KJ0008P	13/11/2017	65300	228
LZZ6523	P01KJ00096	08/12/2017	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ZORTEA/SC, 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAUL VILARINO LIRA
AUTORIDADE DE TRANSITO